DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PE 059/2022

TIM S/A

LOTE 01

DocuSign Envelope ID: 966A4086-F6A1-4816-B86D-0DDA8BD20C0D

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA - ES
Pregão Eletrônico nº 059/2022

ANEXO III

TERMO DECLARATÓRIO

Em cumprimento a determinações da Lei nº. 8666/93 e Lei nº. 10.520/02, Lei complementar 123/2006, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 059/2022, a empresa **TIM S/A**, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.421.421/0001-11, estabelecida na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, BLC 001 – Sal 501 A 1208 – Bairro : Barra da Tijuca– Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.775-057, DECLARA que conhece e aceita todos os parâmetros e elementos para a execução do objeto e em particular que:

a) Não está impedida de contratar com a Administração Pública, direta e indireta;
b) Não está punida com suspensão temporária perante o município de Viana ou declarada inidônea perante qualquer órgão da Administração Pública.
c) Não existe a superveniência de fato que impeça a sua habilitação/participação nesta licitação estando ciente da sua obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
d) Não existe participação direta ou indireta de servidor público de entidades ou órgãos da Administração Municipal no fornecimento objeto do Pregão Eletrônico;
e) Não possui em seu quadro de pessoal menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
f) Que NÃO se enquadra na condição de ME ou EPP, nos termos da LC 123/2006.
g) E quanto a idoneidade de sua participação neste certame que:
I) A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante acima identificado, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
II) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

DocuSign Envelope ID: 966A4086-F6A1-4816-B86D-0DDA8BD20C0D

III) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, quanto a sua participação ou não na referida licitação;

IV) Que o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto; e

V) Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura de Viana antes da abertura oficial das propostas;

h) Sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações e os documentos apresentados para credenciamento junto ao Comissão Permanente de Licitação para o Pregão Eletrônico nº 059/2022 são verdadeiros e autênticos

Por ser a expressão da verdade, eu Marcondes Domingos Pereira, portador da Carteira de Identidade n.º M4113543, expedida pelo PCMG-SSP/MG, e inscrito no CPF sob o n.º 552.655.886-04, representante legal desta empresa, firmo a presente.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2022.

DocuSigned by:
Marcondes Domingos Pereira
C1A0A0283221449...

TIM S/A
Marcondes Domingos Pereira
Executivo – Large Account – Governo
RG: M4113543 PCMG-SSP/MG
CPF: 552.655.886-04

TIM S.A
CNPJ: 02.421.421/0001-11
Inscrição Estadual: 86.092.085
Inscrição Municipal: 02.613.883
Av. João Cabral de Mello Neto, 850
Bloco C 001-Sala 1212-Barra da Tijuca
Rio de Janeiro / RJ - CEP : 22.775- 057

***OBS.:** A **falsidade** de **declaração** prestada neste documento caracterizará o **crime** de que trata o art. 299 do Código Penal,**(falsidade ideológica)** sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas no instrumento convocatório.*

ARTIGO 8º - As ações da Companhia serão escriturais, sendo mantidas em conta de depósito, em instituição financeira, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência de suas ações, nos termos do disposto no Artigo 35, §3º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.404/76").

CAPÍTULO III
ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 9º - A Assembleia Geral é o órgão superior da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia.

ARTIGO 10 - Compete privativamente à Assembleia Geral:

I. Reformar o Estatuto Social;

II. Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

III. Deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;

IV. Suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei, pelo Estatuto Social ou pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado (o "Regulamento do Novo Mercado") divulgado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3");

V. Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal;

VI. Fixar a remuneração global ou individual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

VII. Tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

Classificação: Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349D259BC3A7FC41F28FCBCFCB7D1D1C8581C9DA3C431F094BBFAB7F
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital, informe o nº de protocolo.
Pag. 40/80

VIII. Deliberar sobre promoção de ação de responsabilidade civil a ser movida pela Companhia contra os administradores, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio, na conformidade do disposto no Artigo 159 da Lei 6.404/76;

IX. Deliberar, observadas as disposições legais, estatutárias e o Regulamento do Novo Mercado, sobre o aumento do capital social por subscrição de novas ações e sobre a emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior, na hipótese do Parágrafo 1° do Artigo 7º e quando o limite do capital autorizado se encontrar esgotado; e

X. Aprovar, previamente, a celebração de contratos de mútuo, de prestação de serviços de gerência e de assistência técnica, entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, do outro lado, após avaliação prévia do Comitê de Auditoria Estatutário de que os termos e as condições do contrato atendam a padrões normalmente praticados no mercado em contratações da mesma natureza entre partes independentes.

Parágrafo Único – O valor de reembolso devido aos acionistas dissidentes, que exercerem o direito de retirada nas hipóteses previstas na Lei 6.404/76, é determinado pela divisão do valor do patrimônio líquido, conforme apurado nas últimas demonstrações financeiras aprovadas pela Assembleia Geral, pelo número total de ações de emissão da Companhia, desconsideradas as ações em tesouraria.

ARTIGO 11 – A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, cabendo ao seu Presidente consubstanciar o respectivo ato, podendo ser convocada na forma prevista no Parágrafo Único do Artigo 123 da Lei 6.404/76.

ARTIGO 12 – A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente, ou pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, ou por um procurador expressamente designado pelo Diretor Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração, com poderes específicos para tanto. O Presidente da Assembleia Geral procederá à nomeação do Secretário.

Parágrafo 1º – Para fins de comprovação da condição de acionista, será observado o que dispõe o Artigo 126 da Lei 6.404/76, sendo que aqueles detentores de ações escriturais ou em custódia deverão depositar, até 02 (dois) dias úteis anteriores a reunião assemblear, na sede da Companhia, além do documento de identidade e o respectivo instrumento de mandato, quando necessário, o

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCB7D7D1C6581C0DA3C431F094BEFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 41/80

comprovante/extrato expedido pela instituição financeira depositária, este emitido, pelo menos, 05 (cinco) dias úteis antes da reunião assemblear.

Parágrafo 2º – Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à assembleia geral munido dos documentos referidos no Parágrafo 1º acima, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

ARTIGO 13 – Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas.

Parágrafo 1º – A ata será lavrada na forma de sumário dos fatos, inclusive dissidências e protestos.

Parágrafo 2º – Salvo deliberação em contrário da Assembleia, as atas serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

ARTIGO 14 – Anualmente, nos quatro primeiros meses subsequentes ao término do exercício social, a Assembleia Geral se reunirá, ordinariamente, para:

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

(ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e

(iii) Eleger os membros do Conselho Fiscal e, quando for o caso, os membros do Conselho de Administração.

ARTIGO 15 – A Assembleia Geral se reunirá, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem.

ARTIGO 16 – Os acionistas deverão exercer seu direito de voto no interesse da Companhia.

CAPÍTULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349DD59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1DC8581C9DA3C431F094BBFAB7B
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 42/80

SEÇÃO I
NORMAS GERAIS

ARTIGO 17 – A administração da Companhia é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Parágrafo 1º – O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, exerce a administração superior da Companhia.

Parágrafo 2º – A Diretoria é o órgão de representação e executivo de administração da Companhia, atuando cada um de seus membros segundo a respectiva competência, observadas as limitações estabelecidas nos Artigos 10, 22 e 32 deste Estatuto.

Parágrafo 3º – As atribuições e poderes conferidos por lei a cada um dos órgãos da administração não podem ser outorgados a outro órgão.

Parágrafo 4º - Não é permitida a acumulação dos cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia pelo mesmo administrador.

Parágrafo 5º – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

ARTIGO 18 – Os administradores tomam posse mediante termos lavrados no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso.

Parágrafo Único – A posse nos cargos de membro do Conselho de Administração e membro da Diretoria está condicionada à prévia assinatura do termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 49 deste Estatuto, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

ARTIGO 19 – No ato da posse, os administradores da Companhia firmarão, além do termo de posse, declaração por meio da qual aderirão aos termos das políticas e do Código de Ética e de Conduta da Companhia.

ARTIGO 20 – Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, dar-se-á a vacância do cargo quando o administrador deixar de assinar os termos de posse previstos neste

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD870TD1C8581C9DA3C431F094BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 43/80

Estatuto no prazo de 30 dias (trinta) dias da eleição, tudo sem justa causa, a juízo do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º – A renúncia ao cargo de administrador é feita mediante comunicação escrita ao órgão a que o renunciante integrar, tornando-se eficaz, a partir desse momento, perante a Companhia e, perante terceiros, após o arquivamento do documento de renúncia na respectiva Junta Comercial e sua publicação.

Parágrafo 2º – No caso de vacância de cargo de Conselheiro, inclusive do cargo de Presidente do Conselho de Administração, os demais Conselheiros, mediante decisão da maioria dos membros, nomearão um substituto que permanecerá no cargo até a primeira Assembleia Geral subsequente. O substituto eleito pela Assembleia Geral deverá permanecer no cargo pelo período remanescente para o fim do mandato do membro substituído.

Parágrafo 3º – Os membros do Conselho de Administração serão substituídos em suas faltas ou impedimento, por procurador devidamente constituído, desde que seja este outro membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 21 – O mandato dos administradores é unificado e de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Único – Os mandatos dos administradores reputam-se prorrogados até a posse de seus sucessores eleitos.

SEÇÃO II
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 22 – Além das atribuições previstas em lei, compete ao Conselho de Administração:

i. Deliberar e acompanhar o orçamento anual, o plano de metas e de estratégia de negócios previsto para o período de vigência do orçamento da Companhia e de suas sociedades controladas;

ii. Deliberar sobre a emissão de ações e debêntures conversíveis em ações, dentro do limite de capital autorizado na forma do Artigo 7º deste Estatuto, bem como debêntures simples, não conversíveis em ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD870D1C8581C0DA3C431F094BBFAB7B
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 44/80

em bolsa ou por subscrição pública ou por permuta de ações em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei e na regulamentação aplicável;

iii. Autorizar a emissão de notas promissórias comerciais para subscrição pública ("*commercial papers*");

iv. Deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação, bem como os tipos de debêntures;

v. Autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;

vi. Deliberar sobre a aprovação de programa de "*depositary receipts*" de emissão da Companhia;

vii. Deliberar sobre a aquisição ou alienação, no todo ou em parte, de participação da Companhia ou das sociedades sob seu controle no capital de outras sociedades, bem como de participação em "joint venture" que preveja a constituição de uma sociedade;

viii. Autorizar a permuta de ações ou outros valores mobiliários, bem como a renúncia a direitos de subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão de sociedades controladas;

ix. Autorizar a constituição ou a liquidação de sociedades controladas ou de subsidiárias;

x. Autorizar a Companhia, bem como suas coligadas e controladas, a celebrar, alterar ou rescindir acordos de acionistas;

xi. Deliberar acerca da submissão à Assembleia Geral de acionistas da Companhia de proposta de celebração de contratos de mútuo, de prestação de serviços de gerência e de assistência técnica, entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, de outro lado, observado o disposto no Artigo 10, inciso x, deste Estatuto;

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349DD59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1D1C8581C0DA3C431F094BEFAB7F
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 45/80

xii. Deliberar sobre a celebração de contratos de qualquer natureza, com exceção daqueles mencionados no Artigo 10, inciso x, deste Estatuto, entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, de outro lado, em montante igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais), após avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia de que os termos e as condições do contrato atendam a padrões normalmente praticados no mercado em contratações da mesma natureza entre partes independentes;

xiii. Deliberar sobre a celebração de contratos pela Companhia, ou pelas sociedades por ela controladas, de empréstimos, financiamentos, ou quaisquer outras operações que impliquem em endividamento da Companhia ou de suas sociedades controladas, cujo valor total da operação seja superior a R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de Reais). Ficam excetuadas as fianças ou as garantias de qualquer natureza, contratadas pela Companhia ou por suas controladas, para a garantia de processos judiciais ou administrativos;

xiv. Deliberar sobre a celebração de contratos pela Companhia, ou pelas sociedades por ela controladas, de aquisição de bens ou serviços, cujo valor total seja superior a R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de Reais);

xv. Deliberar sobre a alienação, a doação, a cessão, ou a oneração de quaisquer bens ou direitos classificados no ativo não circulante da Companhia, ou de suas subsidiárias ou controladas, cujo valor originário de sua aquisição, ou na sua ausência, o valor de mercado, seja superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais);

xvi. Deliberar sobre a prestação de garantias reais ou fidejussórias pela Companhia em favor de terceiros, nestes incluídas as sociedades controladas, em montante superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais), exceção feita à prestação de quaisquer garantias em favor de (i) empregados da Companhia ou de suas sociedades controladas no que diz respeito a contratos de locação residencial, nas hipóteses de remanejamentos a pedido da Companhia; e (ii) sociedades controladas ou coligadas com relação a contratos de locação de estabelecimentos, lojas ou pontos comerciais;

xvii. Autorizar a celebração pela Companhia, por suas subsidiárias ou sociedades controladas, de acordos, judiciais ou extrajudiciais, termos de ajuste de conduta ou instrumentos similares dos quais resultem na assunção de obrigações financeiras, de fazer ou de não fazer, a doação de bens ou

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349D259BC3A7FC41F28FCBCFCB7D7D1C8581C9DA3C431F094BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 46/80

serviços, e/ou a renúncia de direitos, sempre que o montante total envolvido seja superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais), e cujo objetivo principal seja (i) evitar a propositura de novos processos; (ii) afastar ou suspender a aplicação de penalidades e/ou a imposição de restrições pelas autoridades competentes; ou (iii) encerrar litígios em trâmite;

xviii. Deliberar sobre políticas ou documentos formais equivalentes, a serem respeitados por todos os administradores, membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria Estatutário e empregados da Companhia, e de suas sociedades controladas, que disponham sobre: (a) condutas funcionais pautadas em padrões éticos e morais (Código de Ética e de Conduta da Companhia); (b) práticas de sustentabilidade da Companhia; (c) remuneração dos administradores; (d) indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e da Diretoria; (e) gerenciamento de riscos; (f) transações com partes relacionadas; (g) conflito de interesses; e (h) negociação de valores mobiliários da Companhia;

xix. Deliberar sobre a prática de atos gratuitos em benefício de seus empregados ou da comunidade, sempre que o valor envolvido seja superior a R$2.000.000,00 (dois milhões de Reais);

xx. Aprovar a política de previdência complementar da Companhia e das sociedades por ela controladas;

xxi. Eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, inclusive o Presidente, fixando-lhes suas designações, suas atribuições e seus limites de autoridade específicos, observadas as disposições deste Estatuto, bem como aprovar a atribuição de novas funções aos Diretores e qualquer alteração na composição e nas atribuições dos membros da Diretoria;

xxii. Ratear o montante global da remuneração, fixado pela Assembleia Geral, entre os Conselheiros e Diretores da Companhia, quando for o caso;

xxiii. Aprovar o seu regimento interno, bem como o regimento interno dos seus comitês de assessoramento;

xxiv. Aprovar o Regimento Interno da Diretoria da Companhia, com a respectiva estrutura organizacional;

xxv. Indicar os representantes da Companhia na administração de suas sociedades controladas;

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD870ID1C8581C9DA3C431F094BEFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 47/80

xxvi. Eleger ou destituir os auditores independentes responsáveis pelos serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, após avaliação e parecer do Comitê de Auditoria Estatutário;

xxvii. Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações ; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

xxviii. Deliberar sobre qualquer tema ou proposta a ser submetida à Assembleia Geral de acionistas, e deliberar sobre sua convocação, sempre que necessário;

xxix. rever anualmente o sistema de governança corporativa, visando aprimorá-lo;

xxx. deliberar sobre o plano anual de trabalho do auditor independente, após avaliação prévia do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia;

xxxi. Executar outras atividades que lhe sejam delegadas pela Assembleia Geral; e

xxxii. Resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a Lei ou este Estatuto não confiram a outro órgão da Companhia.

Parágrafo Único – O Conselho de Administração poderá estabelecer alçadas de aprovação diferenciada para a Diretoria e ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da Companhia, sempre observando o disposto neste Estatuto Social.

ARTIGO 23 – O Conselho de Administração é composto de no mínimo 05 (cinco) e no máximo 19 (dezenove) membros efetivos.

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1DC8581C0DA3C431F094BEFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela_digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 48/80

Parágrafo 1º – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 02 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei 6.404/76, observado o disposto no Artigo 16, §3º do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 2º - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no Parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 3º - A qualificação como Conselheiro Independente deve ser deliberada na Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração e expressamente declarada na respectiva ata.

ARTIGO 24 – Os membros do Conselho de Administração são eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, devendo o próprio Conselho de Administração escolher, dentre eles, o seu Presidente.

Parágrafo 1º – O Conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que: (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. O Conselheiro não poderá exercer o direito de voto, nem ter acesso a informações ou participar de reunião do Conselho de Administração, caso se configurem, por fato superveniente ou desconhecido à época de sua eleição, os fatores de impedimento indicados neste Parágrafo 1º.

Parágrafo 2º – É vedado, na forma do Artigo 156 da Lei 6.404/76, o direito de voto em circunstâncias que configurem conflito de interesse com a Companhia.

ARTIGO 25 – O Conselho de Administração se reúne ordinariamente no mínimo 06 (seis) e no máximo 12 (doze) vezes ao ano, e extraordinariamente mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer 02 (dois) Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia.

Parágrafo 1º – As convocações se fazem por carta ou correio eletrônico entregues com a antecedência mínima de 07 (sete) dias, salvo nas hipóteses de manifesta urgência, a critério exclusivo do Presidente do Conselho de Administração, devendo a comunicação conter a ordem do dia.

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCB7D7D1C8581C9DA3C431F094BBFAB7B
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 49/80

Parágrafo 2º – Os membros do Conselho de Administração poderão participar das reuniões por meio de áudio ou videoconferência, tudo sem qualquer prejuízo à validade das decisões tomadas. Também serão admitidos votos por carta, correio eletrônico ou registrados por meio de portal de governança corporativa ou qualquer outro meio formal de comunicação, desde que recebidos pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu substituto até o momento da respectiva reunião.

Parágrafo 3º – O Presidente do Conselho de Administração poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas pelo Conselho de Administração. Os indivíduos convidados a participar das reuniões do Conselho de Administração não terão direito de voto.

ARTIGO 26 – O Conselho de Administração delibera por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, cabendo ao Presidente do Conselho, no caso de empate, o voto de qualidade.

Parágrafo Único – Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos Conselheiros participantes e pelo Secretário da reunião.

Subseção I
Dos Comitês vinculados ao Conselho de Administração

ARTIGO 27 – O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá criar comitês técnicos e consultivos, em caráter permanente ou não, sempre que julgar necessário.

Parágrafo Único – Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos seus comitês, incluindo regras sobre competência, composição, prazo de gestão, remuneração, funcionamento e abrangência.

ARTIGO 28 - A Companhia terá um Comitê de Auditoria Estatutário, órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração.

Parágrafo 1º – O Comitê de Auditoria Estatutário adotará Regimento Interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que deverá prever detalhadamente suas funções e seus procedimentos operacionais, observadas a legislação em vigor e as normas expedidas pelos órgãos reguladores do mercado de capitais e bolsas de valores em que estejam listados os valores mobiliários da Companhia.

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD870D1C8581C0DA3C431F094BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 50/80

Parágrafo 2º – O Comitê de Auditoria Estatutário funcionará permanentemente e será composto, no mínimo, por 03 (três) e, no máximo, por 05 (cinco) membros, indicados pelo Conselho de Administração, para mandato de 02 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo admitida sua indicação por um período máximo de 10 (dez) anos.

Parágrafo 3º – Em conformidade com as normas editadas pelos órgãos reguladores do mercado de capitais: (i) ao menos 01 (um) dos membros independentes do Conselho de Administração deverá integrar o Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) ao menos 01 (um) membro do Comitê de Auditoria Estatutário deverá possuir reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária; (iii) todos os membros do Comitê de Auditoria Estatutário devem ser independentes; e (iv) todos os seus membros devem atender aos requisitos previstos no art. 147 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 4º – O mesmo membro do Comitê de Auditoria Estatutário pode acumular ambas as características referidas nos itens (i) e (ii) do Parágrafo 3º acima.

Parágrafo 5º – É vedada a participação no Comitê de Auditoria Estatutário de pessoas que sejam ou tenham sido, nos últimos 05 (cinco) anos, Diretores ou empregados da Companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, ou de responsável técnico da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria da Companhia, ou o cônjuge, parente em linha reta ou linha colateral, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas anteriormente mencionadas.

Parágrafo 6º - O Comitê de Auditoria Estatutário possuirá um coordenador eleito pela maioria de seus membros, cujas atividades e atribuições deverão estar definidas no Regimento Interno do Comitê.

Parágrafo 7º - O Comitê de Auditoria Estatutário reunir-se-á sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis da Companhia sejam sempre apreciadas por tal órgão antes de sua divulgação.

ARTIGO 29 – Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário, dentre outras funções que podem ser atribuídas a este órgão pelo Conselho de Administração ou pela regulamentação aplicável.

I. opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente responsável pelos serviços de auditoria das demonstrações financeiras, bem como de quaisquer outros serviços, sejam ou não de auditoria;

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 00004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1DC6581C0DA3C431F094BEFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 51/80

II. analisar o plano anual de trabalho, discutir o resultado das atividades desempenhadas, as revisões efetuadas e avaliar o desempenho dos auditores independentes;

III. supervisionar as atividades dos auditores independentes com o objetivo de avaliar a sua independência, a qualidade e a adequação dos serviços prestados à Companhia, incluindo, na extensão permitida pela legislação, o auxilio na solução de eventuais divergências entre a administração e os auditores independentes no que concerne à apresentação das demonstrações financeiras;

IV. supervisionar as atividades desempenhadas pela auditoria interna, devendo, para tanto, analisar o plano anual de trabalho, discutir o resultado das atividades desempenhadas, das revisões efetuadas e avaliar o desempenho dos auditores internos;

V. supervisionar e analisar a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, a fim de, entre outros, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (i) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (ii) as informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis, que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

VI. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

VII. analisar as denúncias, anônimas ou não, relativas a quaisquer assuntos contábeis, de controles internos ou de auditoria, recebidas pela Companhia, bem como sugerir as medidas que poderão ser tomadas;

VIII. examinar, avaliar e opinar, previamente, se os contratos a serem celebrados entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, de outro lado, atendem aos padrões normalmente praticados no mercado em contratações da mesma natureza entre partes independentes, com base no material apresentado pela administração da Companhia, sendo

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349DD59BC3A7FC41F28FCBCFCD870ID1C8581C9DA3C431F094BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 52/80

facultado ao Comitê de Auditoria solicitar esclarecimentos adicionais ou opiniões de terceiros independentes, sempre que julgar necessário;

IX. elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras da Companhia;

X. avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia;

XI. avaliar, monitorar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e

XII. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras.

Parágrafo Único – O Comitê de Auditoria Estatutário, mediante deliberação da maioria de seus membros, poderá contratar consultores externos, inclusive auditores independentes e advogados, para auxiliá-lo no cumprimento de seus deveres e atribuições.

ARTIGO 30 – O Comitê de Auditoria Estatutário possuirá autonomia operacional e dotação orçamentária, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração e conforme proposta elaborada pelo próprio Comitê, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

SEÇÃO III
DA DIRETORIA

ARTIGO 31 – A Diretoria será composta por no mínimo 03 (três) e no máximo 12 (doze) membros, acionistas ou não. Todos os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração e por ele

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD870D1C6581C0DA3C431F094BBFAB7B
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 53/80

destituíveis a qualquer tempo. Dentre os Diretores, serão designados, necessariamente, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro, o Diretor de Relações com Investidores e o Diretor Jurídico, e os demais terão a designação que lhes vier a ser então atribuída pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º – Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, caberá ao Conselho de Administração eleger o novo Diretor ou designar o substituto, o qual completará o mandato do substituído.

Parágrafo 2º – Na hipótese de ausências ou impedimentos temporários de qualquer Diretor, o Diretor substituto será designado pelo Diretor Presidente ou, na sua impossibilidade, por decisão da maioria da Diretoria.

ARTIGO 32 – Nos termos do disposto no Artigo 143, Parágrafo 2º da Lei 6.404/76, compete à Diretoria como órgão colegiado:

i. Aprovar as propostas, planos e projetos a serem submetidos ao Conselho de Administração e/ou à Assembleia Geral;

ii. Deliberar sobre a celebração de contratos de qualquer natureza, com exceção daqueles mencionados no Artigo 10, inciso x, deste Estatuto, entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, de outro lado, em montante inferior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais), após avaliação prévia do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia de que os termos e condições do contrato atendam a padrões normalmente praticados no mercado em contratações da mesma natureza entre partes independentes;

iii. Deliberar sobre a participação da Companhia ou de sociedades por ela controladas em qualquer associação e, desde que não haja previsão de constituição de uma sociedade, em qualquer "joint venture", consórcio ou qualquer estrutura similar;

iv. Deliberar sobre a indicação de representantes da Companhia e das sociedades por ela controladas em outras sociedades e associações nas quais participem;

v. Deliberar sobre a celebração de contratos pela Companhia, ou pelas sociedades por ela controladas, de empréstimos, financiamentos, ou quaisquer outras operações que impliquem em endividamento da Companhia ou de suas sociedades controladas, cujo valor total da operação seja

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349DD59BC3A7FC41F28FCBCFCB7D7D1C6581C9DA3C431F094BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 54/80

inferior ou igual a R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de Reais). Ficam excetuadas as fianças ou as garantias de qualquer natureza, contratadas pela Companhia ou por suas controladas, para a garantia de processos judiciais ou administrativos;

vi. Deliberar sobre a celebração de contratos pela Companhia, ou pelas sociedades por ela controladas, de aquisição de bens ou serviços, cujo valor total seja inferior ou igual a R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de Reais);

vii. Deliberar sobre a alienação, a doação, a cessão, ou a oneração de quaisquer bens ou direitos classificados no ativo não circulante da Companhia e de suas subsidiárias ou controladas, cujo valor originário de aquisição, ou, na sua ausência, o valor de mercado, seja inferior ou igual a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais);

viii. Deliberar sobre a prestação de garantias reais ou fidejussórias pela Companhia em favor de terceiros, nestes incluídas as sociedades controladas, em montante inferior ou igual a R$50.000.000,000 (cinquenta milhões de Reais) e superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais), exceção feita à prestação de quaisquer garantias em favor de (i) empregados da Companhia ou de suas sociedades controladas no que diz respeito a contratos de locação residencial, nas hipóteses de remanejamentos a pedido da Companhia; e (ii) sociedades controladas ou coligadas com relação a contratos de locação de estabelecimentos, lojas ou pontos comerciais;

ix. Autorizar a celebração pela Companhia, por suas subsidiárias ou sociedades controladas, de acordos, judiciais ou extrajudiciais, termos de ajuste de conduta ou instrumentos similares dos quais resultem a assunção de obrigações financeiras, de fazer ou não fazer, a doação de bens ou serviços, e/ou a renúncia de direitos, sempre que o montante total envolvido seja superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais), e cujo objetivo principal seja (i) evitar a propositura de processos, (ii) afastar ou suspender a aplicação de penalidades e/ou a imposição de restrições pelas autoridades competentes, ou (iii) encerrar litígios em trâmite;

x. Deliberar sobre a prática de atos gratuitos em benefício de seus empregados ou da comunidade, sempre que o valor envolvido for inferior ou igual a R$2.000.000,00 (dois milhões de Reais);

xi. Aprovar a celebração de acordos coletivos pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas; e

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD870D1C6581C0DA3C431F094BEFAB7B
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 55/80

xii. Estabelecer os limites de alçadas financeiras a serem aplicados ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da Companhia, tendo como base os limites definidos neste Estatuto Social para a prática de atos e celebração de contratos, e aqueles que venham a ser aprovados para os Diretores e procuradores da Companhia pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º – Compete ao Diretor Presidente coordenar as ações dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, competindo-lhe, dentre outras, as seguintes atribuições:

i. Assegurar a eficácia e o bom funcionamento do órgão;

ii. Organizar e coordenar, com a colaboração do Secretário, a pauta das reuniões;

iii. Convocar, diretamente ou por intermédio do Secretário, as reuniões da Diretoria;

iv. Instalar e presidir as reuniões da Diretoria;

v. Coordenar as discussões e deliberações tomadas nas reuniões da Diretoria, promovendo um debate ativo de todos os membros na tomada de decisões, resguardando sua livre posição, e responsabilizando-se pelo efetivo funcionamento da reunião;

vi. Compatibilizar as atividades da Diretoria com os interesses da Companhia, dos seus acionistas e das demais partes interessadas; e

vii. A fim de facilitar e ordenar a comunicação com o Conselho de Administração, endereçar as dúvidas e solicitações de informações dos membros da Diretoria ao Presidente do Conselho.

Parágrafo 2º – Compete ao Diretor de Relações com Investidores, incluindo, mas não se limitando, a seguinte atribuição:

i. Garantir o relacionamento com a comunidade financeira nacional e internacional, assegurando o cumprimento das obrigações dos reguladores de mercados de capitais onde as ações da empresa são listadas.

Parágrafo 3º – Compete ao Diretor Financeiro, incluindo, mas não se limitando, a seguinte atribuição:

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1DC8581C9DA3C431F094BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 56/80

i. Garantir os processos financeiros, administrativos, econômico-gerenciais e tributários.

Parágrafo 4º – Compete ao Diretor Jurídico, incluindo, mas não se limitando, a seguinte atribuição:

i. Assegurar a tutela e o suporte legal da Companhia, com exceção de temas tributários.

ARTIGO 33 – A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por 02 (dois) membros da Diretoria.

Parágrafo 1º – As convocações para as reuniões de Diretoria far-se-ão por carta ou correio eletrônico entregues com a antecedência mínima de 02 (dois) dias, salvo nas hipóteses de manifesta urgência, a critério exclusivo do Diretor Presidente. A convocação prévia será dispensada quando todos os Diretores estiverem presentes.

Parágrafo 2º – Os membros da Diretoria poderão participar das reuniões por meio de áudio ou videoconferência, tudo sem qualquer prejuízo à validade das decisões tomadas. Também serão admitidos votos por carta, correio eletrônico ou registrados por meio de portal de governança corporativa ou qualquer outro meio formal de comunicação, desde que recebidos pelo Diretor Presidente ou seu substituto até o momento da reunião.

Parágrafo 3º – As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria dos Diretores em exercício, cabendo ao Diretor Presidente, no caso de empate, o voto de qualidade.

Parágrafo 4º – Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos Diretores participantes e pelo Secretário.

ARTIGO 34 – O Diretor Presidente, agindo isoladamente, terá plenos poderes para praticar todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos em nome da Companhia, observadas apenas as limitações estabelecidas nos Artigos 10, 22 e 32 deste Estatuto Social e na lei.

Parágrafo 1º – Caberá ao Conselho de Administração estabelecer o limite de autoridade de cada um dos demais Diretores, fixando o valor dentro do qual os mesmos ficarão autorizados a praticar atos e assinar documentos em nome da Companhia, observadas as limitações estabelecidas nos Artigos 10, 22 e 32 deste Estatuto Social e na lei.

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349DD59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1D1C8581C9DA3C431F094BEFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 57/80

Parágrafo 2º – Sem prejuízo do disposto no caput e no Parágrafo 1º deste Artigo, qualquer um dos Diretores da Companhia poderá agir isoladamente dentro dos limites de alçada definidos pelo Conselho de Administração, bem como na representação da Companhia perante terceiros, inclusive órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

ARTIGO 35 – Observadas as limitações estabelecidas nos Artigos 10, 22, 32 e 34 deste Estatuto Social, nas alçadas definidas pelo Conselho de Administração e na lei, a Companhia será representada e será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura:

i. de qualquer Diretor, agindo isoladamente;

ii. de 2 (dois) procuradores, agindo em conjunto; ou

iii. de 1 (um) procurador, agindo isoladamente, desde que o respectivo instrumento de mandato tenha sido firmado (a) por 2 (dois) Diretores da Companhia, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente, ou (b) por quaisquer 3 (três) Diretores em conjunto.

Parágrafo 1º – Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão assinados por um Diretor, com exceção dos instrumentos de mandato que outorgarem poderes para o procurador agir isoladamente, que respeitarão o disposto no inciso III do caput deste Artigo, observados os respectivos limites de autoridade estabelecidos por este Estatuto Social.

Parágrafo 2º – Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia deverão especificar os poderes conferidos e terão prazo de vigência máximo de 01 (um) ano, com exceção das procurações da cláusula ad judicia, que serão por prazo indeterminado. O substabelecimento das procurações ad negotia é vedado.

ARTIGO 36 – A Diretoria administrará a Companhia obedecendo rigorosamente ao disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável, sendo vedado a seus integrantes, em conjunto ou isoladamente, a prática de atos estranhos aos objetivos sociais da Companhia.

CAPÍTULO V
CONSELHO FISCAL

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD870D1C8581C0DA3C431F094BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 58/80

ARTIGO 37 - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente.

ARTIGO 38 – O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos, cada qual com um respectivo suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Fiscal deverão ser independentes, devendo para tal fim atender aos seguintes requisitos: (i) não ser ou ter sido, nos últimos 03 (três) anos, empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade controlada ou sob controle comum; e (ii) não receber nenhuma remuneração, direta ou indiretamente, da Companhia ou de sociedade controlada ou sob controle comum, exceto a remuneração como membro do Conselho Fiscal. Não poderão ser eleitos para o Conselho Fiscal da Companhia indivíduos que não sejam qualificados como independentes, conforme o disposto neste Parágrafo 1º.

Parágrafo 2º - Os membros do Conselho Fiscal, efetivos ou suplentes, tomarão posse mediante a assinatura do termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 49 deste Estatuto, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 3º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal termina na primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente à respectiva eleição, permitida a reeleição, permanecendo os Conselheiros nos cargos até a posse de seus sucessores.

Parágrafo 4º - Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, a quem caberá dar cumprimento às deliberações do órgão.

Parágrafo 5º - O Conselho Fiscal poderá solicitar à Companhia a designação de pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar-lhe apoio técnico.

Parágrafo 6º - No ato da posse, os membros do Conselho Fiscal firmarão, além do termo de posse, declaração através da qual aderirão aos termos do Regimento Interno do órgão, das políticas e do Código de Ética e de Conduta da Companhia, bem como declararão que não estão impedidos, conforme o disposto no Regimento Interno do Conselho Fiscal.

ARTIGO 39 – Além das atribuições previstas em lei, compete ao Conselho Fiscal deliberar acerca do próprio Regimento Interno.

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCB7D1D1C8581C9DA3C431F094BEFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 59/80

ARTIGO 40 – O Conselho Fiscal se reunirá, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo 1º - As reuniões são convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal, por 02 (dois) membros do Conselho Fiscal ou pelo Diretor Presidente da Companhia, sendo instaladas com a presença da maioria dos seus membros.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal se manifesta por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, sendo facultado ao Conselheiro Fiscal dissidente consignar seu voto divergente em ata de reunião e a comunicá-lo aos órgãos da administração e à Assembleia Geral.

ARTIGO 41 – Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, pelo respectivo suplente.

ARTIGO 42 – Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, dar-se-á a vacância do cargo quando o membro do Conselho Fiscal deixar de comparecer, sem justa causa, a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) intercaladas, no exercício anual.

Parágrafo 1º - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, a substituição se fará na forma do disposto no Artigo 41 acima.

Parágrafo 2º - Vagando o cargo de membro do Conselho Fiscal e na falta do respectivo suplente para cumprir o tempo remanescente do mandato, a Assembleia Geral será convocada para eleger o substituto.

ARTIGO 43 – A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral Ordinária que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a um décimo da que, em média, for atribuída a cada membro da Diretoria, não computada a participação nos lucros.

Parágrafo Único – O suplente em exercício fará jus à remuneração do efetivo, no período em que ocorrer a substituição, contado mês a mês, hipótese em que o membro titular não receberá remuneração mensal.

ARTIGO 44 – Por proposta do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral da Companhia destacará, anualmente, uma quantia razoável para custear as despesas do Conselho Fiscal, as quais serão incorridas conforme orçamento aprovado pela maioria de seus membros.

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1DC6581C0DA3C431F094BEFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 60/80

Parágrafo 1º - A administração da Companhia tomará as medidas necessárias para que a Companhia arque com todos os custos e despesas, conforme aprovados pelo Conselho Fiscal, observado o limite fixado pela Assembleia Geral da Companhia.

Parágrafo 2º – O Conselho Fiscal, mediante deliberação da maioria de seus membros, poderá contratar consultores externos, inclusive auditores independentes e advogados, para auxiliá-lo no cumprimento de seus deveres e atribuições, observado o limite orçamentário anual estabelecido pela Assembleia Geral, conforme o caput deste Artigo.

CAPÍTULO VI
DO EXERCÍCIO SOCIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ARTIGO 45 – O exercício social terá a duração de um ano, iniciando-se em 1º (primeiro) de janeiro de cada ano e terminando no último dia do mês de dezembro.

ARTIGO 46 – Juntamente com as demonstrações financeiras, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a participação dos empregados nos lucros e sobre a destinação do lucro líquido do exercício.

Parágrafo 1º – Os lucros líquidos terão a seguinte destinação:

(i) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado; e

(ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma dos incisos II e III do Artigo 202 da Lei 6.404/76 serão distribuídos como dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Parágrafo 2º – O saldo do lucro líquido não alocado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório será destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios sociais, incluindo, mas não limitado a: investimentos em infraestrutura, e em desenvolvimento de produtos e serviços. A reserva prevista neste Parágrafo 2º não poderá ultrapassar 80% (oitenta por cento) do capital social. Atingido este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social da Companhia.

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 00004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1DC8581C0DA3C431F094BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 61/80

Parágrafo 3º – Os órgãos da administração poderão pagar ou creditar juros sobre o capital próprio nos termos do Parágrafo 7º do Artigo 9º da Lei 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinentes, os quais poderão ser imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o Artigo 202 da Lei 6.404/76, inclusive com base em balanços intermediários, sejam semestrais, trimestrais ou mensais levantados na forma deste Estatuto, por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - A autorização descrita no Parágrafo 3° acima, aplica-se, igualmente, nas hipóteses de declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio intermediário, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes.

Parágrafo 5º – Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e serão revertidos em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII
DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 47 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

CAPÍTULO VIII
DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO

ARTIGO 48 – A Alienação direta ou indireta de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações, tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

CAPÍTULO IX

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1D1C8581C0DA3C431F094BEFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 62/80

DO JUÍZO ARBITRAL

ARTIGO 49 – A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385/76, na Lei 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO X
SAÍDA DO NOVO MERCADO

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 50 – A saída da Companhia do Novo Mercado pode ocorrer, nos termos das Seções II e III abaixo, em decorrência:

I. da decisão do acionista controlador ou da Companhia;

II. do descumprimento de obrigações do Regulamento do Novo Mercado; e

III. do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro na CVM, hipótese na qual deve ser observado o disposto na legislação e na regulamentação em vigor.

SEÇÃO II
SAÍDA VOLUNTÁRIA

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD870ID1C8581C9DA3C431F094BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 63/80

ARTIGO 51 – A saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3, caso seja precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos nas normas da CVM para cancelamento de registro de companhia aberta e no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Único - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da oferta pública de aquisição de ações mencionada no caput acima na hipótese de dispensa aprovada em assembleia geral, observados os procedimentos dispostos no Regulamento do Novo Mercado.

SEÇÃO III
SAÍDA COMPULSÓRIA

ARTIGO 52 – A aplicação de sanção de saída compulsória do Novo Mercado depende da realização de oferta pública de aquisição de ações com as mesmas características da oferta pública de aquisição de ações em decorrência de saída voluntária do Novo Mercado, conforme disposto no Artigo 51 acima.

Parágrafo Único - Na hipótese de não atingimento do percentual de patamar equivalente a 1/3 (um terço) das ações em circulação, após a realização da oferta pública de aquisição de ações, as ações de emissão da companhia ainda serão negociadas pelo prazo de 06 (seis) meses no referido segmento, contados da realização do leilão da oferta pública de aquisição de ações, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária.

CAPÍTULO XI
REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

ARTIGO 53 – Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.

Parágrafo Único - Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral deverão dar anuência a essa estrutura.

CAPÍTULO XII

Classificação como Pública

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1D1C8581C0DA3C431F094BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 64/80

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

ARTIGO 54 – Com a admissão da Companhia no Novo Mercado da B3:

I. sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado;

II. os termos grafados com iniciais maiúsculas utilizados neste Estatuto que não estiverem aqui definidos passarão a ter o significado que lhes foi atribuído no Regulamento do Novo Mercado; e

III. as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

ARTIGO 55 – A aprovação, pela Companhia, através de seus representantes, de operações de fusão, cisão, incorporação ou dissolução de suas controladas será precedida de análise econômico-financeira por empresa independente, de renome internacional, confirmando estar sendo dado tratamento equitativo a todas as sociedades interessadas, cujos acionistas terão amplo acesso ao relatório da citada análise.

ARTIGO 56 – Este Estatuto deverá ser interpretado de boa-fé. Os acionistas e a Companhia deverão atuar, em suas relações, guardando a mais estrita boa-fé, subjetiva e objetiva.

ARTIGO 57 – Este instrumento é regido pelas leis da República Federativa do Brasil.

* * * * * * * * * *

Rio de Janeiro (RJ), 30 de março de 2021.

JAQUES HORN
Secretário da Mesa

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD870ID1C8581C9DA3C431F094BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 65/80

Mapa Sintético Consolidado

	Quantidade de Ações / Percentual dos Participantes		
Assembleia Geral Ordinária	Aprovar (SIM)	Rejeitar (Não)	Abster-se
Ordem 1 - Demonstração Financeira 2020	1.959.003.457 96,53%	7.568.021 0,37%	62.890.633 3,10%
Ordem 2 - Destinação do Resultado 2020	2.026.913.221 99,87%	2.232.675 0,11%	316.215 0,02%
Ordem 3 - Composição do Conselho de Administração da Companhia	2.027.730.562 99,91%	1.394.604 0,07%	336.945 0,02%
Ordem 4 - Deliberar sobre o enquadramento dos candidatos aos cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia	2.028.297.270 99,94%	7.025 0,00%	1.157.810 0,06%
Ordem 5 - Indicação de todos os nomes que comporão a chapa - Chapa única	1.977.319.961 97,43%	43.515.622 2,14%	8.626.528 0,43%
Ordem 6 - Composição do Conselho Fiscal da Companhia	2.026.742.461 99,87%	628.800 0,03%	2.090.850 0,10%
Ordem 7 - Indicação de todos os nomes que comporão a chapa - Chapa Única	2.026.004.451 99,83%	2.306.625 0,11%	1.151.035 0,06%
Ordem 8 - Remuneração 2021	1.771.671.878 87,30%	256.067.629 12,62%	1.722.604 0,08%
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovar (SIM)	Rejeitar (Não)	Abster-se
Ordem 1 - Contrato CSA[1]	414.154.354 99,92%	9.670 0,00%	324.420 0,08%
Ordem 2 - Proposta do Plano de Incentivo de Longo Prazo	1.739.018.919 85,82%	287.120.041 14,17%	319.430 0,02%
Ordem 3 - Alteração e consolidação do estatuto	2.025.763.430 99,97%	357.100 0,02%	337.860 0,02%

[1] Descontabilizando os votos pela abstenção da TIM Brasil e Participações S.A.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD870TD3C8581C9DA3C431FD94BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **AGOSTINO NUZZOLO**, italiano, casado, bacharel em Ciências Econômicas e Segurança Financeira, Economia e Direito, portador do passaporte italiano nº YA3957635, válido até 4 de outubro de 2022, domiciliado na Cidade de Roma, Itália, em Corso d'Italia 41, 00198, venho, por meio deste, tomar posse como membro do Conselho de Administração da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 30 de março de 2021, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e
vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Bloco 001, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Roma, 30 de março de 2021.

AGOSTINO NUZZOLO

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/096405-7 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 00004050990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA549D2630C3A72C41F28FCDCFCDB7D7D5C8581D50A3C431F0548BFAB78
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **CARLO NARDELLO**, italiano, casado, bacharel em Economia, portador do passaporte italiano nº YB2353402, válido até 3 de janeiro de 2028, domiciliado na Cidade de Roma, Itália, em Corso d'Italia 41, 00198, venho, por meio deste, tomar posse como membro do Conselho de Administração da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 30 de março de 2021, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e
vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Bloco 001, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Roma, 30 de março de 2021.

CARLO NARDELLO

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349D259BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1D1C8581C9DA3C431F094BEFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 68/80

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **ELISABETTA PAOLA ROMANO**, italiana, casada, bacharel em Ciência da Computação, portadora do passaporte italiano nº YA5549980, válido até 16 de setembro de 2024, domiciliada na Cidade de Roma, Itália, em Corso d'Italia 41, 00198, venho, por meio deste, tomar posse como membro do Conselho de Administração da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 30 de março de 2021, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedida por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
ii. Não estou condenada à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e
vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Bloco 001, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Roma, 30 de março de 2021.

ELISABETTA PAOLA ROMANO

TIM - Uso Interno - Tutti i diritti riservati.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 00004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349D259BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1DC8581C0DA3C431F094BEFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 69/80

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **FLAVIA MARIA BITTENCOURT**, brasileira, casada, bacharel em Engenharia Química, portadora da CNH nº 04595103683, expedida pelo DETRAN/RJ em 28 março de 2018, inscrita no CPF/ME sob o nº 011.971.887-11, domiciliada na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil, na Rua Marechal Deodoro, nº 1401, casa 10, venho, por meio deste, tomar posse como membro do Conselho de Administração da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 30 de março de 2021, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedida por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
ii. Não estou condenada à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e
vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Bloco 001, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

São Paulo, 30 de março de 2021.

FLAVIA MARIA BITTENCOURT

Classificado como Pública

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/096809-7 Data de protocolo: 15/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 00004850990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC5B98A3480259BC3A7FC41F28FCBCFCDB7D75C85B1D9DA3C431FD94BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 70/80

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **HEINZ EGON LOWEN**, brasileiro, casado, bacharel em Contabilidade, portador do documento de identidade nº 691.784-4, expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 017.339.239-34, domiciliado na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Rua Baruch Spinoza, nº 274, venho, por meio deste, tomar posse como membro suplente do Conselho Fiscal da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 30 de março de 2021, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e
vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Bloco 001, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Paraná, 30 de março de 2021.

HEINZ EGON LOWEN

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/096405-7 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 00004050990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349D2590C3A7F0411F28FCBCFCDB707D5C8581D9DA3C431F9348BFAB7B
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 71/80

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **HERCULANO ANÍBAL ALVES**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 5.306.068, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 463.463.178-49, domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil, na Rua Traipu, nº 214, apto. 122, venho, por meio deste, tomar posse como membro do Conselho de Administração da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 30 de março de 2021, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e
vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Bloco 001, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

São Paulo, 30 de março de 2021.

HERCULANO ANÍBAL ALVES

Digitalizada com CamScanner

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 00004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349DD59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1DC8581C9DA3C431F094BEFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **JARBAS TADEU BARSANTI RIBEIRO**, brasileiro, casado, economista e contador, inscrito no Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro sob o nº 8075 e no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro sob o nº 042819/O, inscrito no CPF/ME sob o nº 272.271.707-72, domiciliado no Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Professor Paula Buarque, nº 1.053, venho, por meio deste, tomar posse como membro efetivo do Conselho Fiscal da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 30 de março de 2021, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e
vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Bloco 001, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021

JARBAS TADEU BARSANTI RIBEIRO

Classificado como Pública

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/096405-7 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 00004050990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490259BC3A7FC41F28FCBCFCD07D5C8581DD2A3C431F094BBFAB19
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 73/80

TIM

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **JOSINO DE ALMEIDA FONSECA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do documento de identidade nº 5.492.136-3, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.832.607-30, domiciliado no Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Barão de Capanema, nº 98, apto. 72, venho, por meio deste, tomar posse como membro efetivo do Conselho Fiscal da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 30 de março de 2021, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e
vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Bloco 001, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

São Paulo, 30 de março de 2021.

JOSINO DE ALMEIDA FONSECA

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/096405-Y Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 00004050990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349D259BE3A7EC4E28FCBCECDB7D7D5CB581D8DA5C431FD943BFA878
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 74/80

TIM

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **JOÃO VERNER JUENEMANN**, brasileiro, casado, contador e administrador, portador do documento de identidade nº 3.010.401.283, expedido pela SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 000.952.490-87, domiciliado na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Padre da Pátria, nº 624, venho, por meio deste, tomar posse como membro suplente do Conselho Fiscal da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 30 de março de 2021, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que veda, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 43 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Melo Neto, nº 850, Bloco 001, 11º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Rio Grande do Sul, 30 de março de 2021

JOÃO VERNER JUENEMANN

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/096405-7 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 00004050990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA549D2630C3A7FC41F28FCDCFCDB7G7D5C8581D50A3C431F054BBFAB78
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **MICHELE VALENSISE**, italiano, casado, bacharel em Direito, portador do passaporte italiano nº DA0023813, válido até 10 de janeiro de 2027, domiciliado na Cidade de Roma, Itália, em Corso d'Italia 41, 00198, venho, por meio deste, tomar posse como membro do Conselho de Administração da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 30 de março de 2021, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e
vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Bloco 001, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Roma, 30 de março de 2021.

MICHELE VALENSISE

TIM - Uso Interno - Tutti i diritti riservati.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/096409-7 Data de protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 00004050990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC1B9AA349D2508C3A72C41F28FCDCFCDE7677D5C0581D9DA3C431F054BBFAB78
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 76/80

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **PIETRO LABRIOLA**, italiano, casado, bacharel em administração de empresas, portador do documento de identidade RNM nº G188964-B, expedido pela CGPI/DIREX/PF em 03/12/2019, domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Prudente de Morais, nº 1375, apto. 1405, venho, por meio deste, tomar posse como membro do Conselho de Administração da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 30 de março de 2021, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e
vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Bloco 001, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021.

PIETRO LABRIOLA

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/096405-7 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 00004050990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA549D2630C3A72C41F28FCDCFCDB7D7D5C8581D50A3C431F0548BFAB78
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 77/80

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **SABRINA DI BARTOLOMEO**, italiana, casada, bacharel em Economia, portadora do passaporte italiano nº YB0556281, válido até 9 de janeiro de 2027, domiciliada na Cidade de Roma, Itália, em Corso d'Italia 41, 00198, venho, por meio deste, tomar posse como membro do Conselho de Administração da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 30 de março de 2021, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedida por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
ii. Não estou condenada à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e
vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Bloco 001, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Roma, 30 de março de 2021.

SABRINA DI BARTOLOMEO

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349DD59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1D1C8581C0DA3C431F094BEFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA

TIM

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **WALMIR URBANO KESSELI**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 1.440.573-9, expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 357.679.019-53, domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Emílio Cornelsen, nº 344, apto. 602, venho, por meio deste, tomar posse como membro efetivo do Conselho Fiscal da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 30 de março de 2021, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e
vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Bloco 001, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Curitiba, 30 de março de 2021.

WALMIR URBANO KESSELI

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349DD59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1D1C8581C0DA3C431F094BEFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TIM S.A., NIRE 33.3.0032463-1, PROTOCOLO 00-2021/096405-7, ARQUIVADO EM 19/04/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004050990, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
316.163.018-13	FLAVIO DOS SANTOS DE ALCANTARA

19 de abril de 2021.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/096405-7 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 00004050990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD870D1C6581C0DA3C431F0948BFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA

Pag. 80/80

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/109865-5

JUCERJA

Último arquivamento:
00004050990 - 19/04/2021

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s):

Hash: 5E258DB1-1047-42AF-A9DE-84A42737756D

Orgão	Calculado	Pago
Junta	176,00	176,00
DNRC	0,00	0,00

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Nome

TIM S.A.

Código Ato | Eventos

201

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
252	1	Arquivamento de Publicações de Atos de Sociedade / Atos Societários
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ROBERTO FRANCISCO DA SILVA , RODRIGO OTÁVIO CARVALHO MOREIRA E SÉRSIO CARLOS RAMALHO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Município	Estado
00004056787	02.421.421/0001-11	Avenida Joao Cabral De Mello Neto 00850	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx

Deferido em 28/04/2021 e arquivado em 28/04/2021

Nº de Página | Caso Nº Páginas

9 | 1/1

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/109865-5 Data do protocolo: 27/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/04/2021 SOB O NÚMERO 00004056787 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 5E258DB1104742AF9DE84A42737756D
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (SEDE OU FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/109865-5 27/04/2021 18:10:04

JUCERJA

Último arquivamento:
00004050990 - 19/04/2021

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 103675364

Hash: 5E258DB1-1047-42AF-A9DE-B4A42737756D

Orgão	Calculado	Pago
Junta	176,00	176,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
201

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
252	1	Arquivamento de Publicações de Atos de Sociedade / Atos Societários
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	FLAVIO SANTOS ALCANTARA
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	11981856749
E-mail:	alcantarafs@hotmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	27/04/2021
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro
Local

27/04/2021
Data

00-2021/109865-5

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/109865-5 Data do protocolo: 27/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 20/04/2021 SOB O NÚMERO 00004056787 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 2F9A3004EE2D2A8351401194DC7E0E8347520A40B7A395C0E6205E5DA5D4
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

MONTEIRO ARANHA PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS S.A.

CNPJ 03.506.418/0001-20

Relatório da Administração

Aos senhores acionistas da Monteiro Aranha Participações S.A. (Companhia), submetemos à vossa apreciação as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Balanço Patrimonial em 31/12/2020 (em US$)

	Controladora		Consolidado	
ATIVO	2020	2019	2020	2019
Circulante	16.121	16.430	67.068	71.206
Caixa e Equivalentes de Caixa	800	15.780	1.401	11.649
Dividendos a Receber	211	211	204	512
Dividendos a Receber - Ações Preferenciais	2.000	2.000	2.000	2.000
Tributos a Recuperar	404	390	790	771
Renda de Imóveis a Receber	800	240	1.800	240
Interação de Ativos	-	-	22.170	-
Interação de Investimentos	-	-	10.000	-
Redução de Capital a Receber	1.599	1.599	-	1.599
Imóveis a Comercializar	168	168	1.168	701
Outros	1	1	1	245
Não Circulante	96.020	96.286	124.852	142.715
Investimentos para Futuro Aumento de Capital	173	346	173	346
Ações Preferenciais Resgatáveis	2.000	2.000	2.000	2.000
Imóveis a Comercializar	-	-	-	32.792
Interação de Ativos	-	-	99.000	-
Interação de Investimentos	4.316	-	4.316	-
Partes Relacionadas	4.316	3.760	4.756	3.950
Investimentos	61.017	61.232	26.011	61.012
Outros Investimentos	-	24	-	24
Total do Ativo	**112.249**	**112.816**	**192.167**	**213.921**

	Controladora		Consolidado	
PASSIVO	2020	2019	2020	2019
Circulante	1.719	1.576	1.119	6.553
Encargos Fiscais e Trabalhistas	179	158	179	712
Tributos a Recolher	1	1	899	1
Dividendos a Pagar	6	1.500	6	1.500
Contas a Pagar	622	6	592	844
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	4.771
Não Circulante	**5.067**	**-**	**70.251**	**69.668**
Tributos Diferidos	5.067	-	5.251	-
Partes Relacionadas	-	-	20.000	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	69.668
Patrimônio Líquido	**105.371**	**105.380**	**120.791**	**140.365**
Capital Social	150.250	150.250	150.250	150.250
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(1.250)	-	(1.250)
Prejuízo Acumulado	(47.724)	(44.170)	(49.104)	(49.104)
Total do Passivo	**112.249**	**106.956**	**192.167**	**210.365**

Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2020 (em US$)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita de Venda de Imóveis	949	273	100.836	279
Custo de Imóveis	(100)	(600)	(12.261)	(600)
Resultado Bruto	191	77	(2.237)	77
Despesas com Vendas	-	-	(42)	-
Despesas Gerais e Administrativas	(2.726)	(1.215)	(3.554)	(4.912)
Receita com Não Incapacitantes de Ativos	-	-	13.241	1.000
Interação de Investimentos	6.997	-	6.997	-
Ganho por Compra Vantajosa	1.141	-	1.141	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.525	12.190	3.191	(612)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	15	34	(57)
Resultado antes do Resultado Financeiro	**16.198**	**11.040**	**21.209**	**3.039**
Resultado Financeiro				
Receitas Financeiras	1.000	599	3.000	1.000
Despesas Financeiras	(98)	-	(1.992)	(1.500)
Resultado antes do Tributo sobre o Lucro	**16.102**	**11.640**	**21.220**	**(3.039)**
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Corrente	(200)	(20)	(700)	(20)
Diferido	(2.000)	-	(4.282)	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**16.410**	**11.620**	**16.238**	**(3.059)**

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício (em US$)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro (Prejuízo) do Exercício	16.410	(3.059)	16.410	(3.059)
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	1.250	-	1.250	-
Resultado Abrangente do Exercício	**17.660**	**(3.059)**	**17.660**	**(3.059)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2020 (em US$)

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 01/01/2019	**154.810**	**(1.250)**	**(70.051)**	**83.509**
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	8	8
Aumento (Redução) de Capital	51.452	-	-	51.452
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício	-	-	(3.059)	(3.059)
Saldo em 31/12/2019	**206.260**	**(1.250)**	**(61.034)**	**143.976**
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	1.250	1.250
Lucro (Prejuízo) do Exercício	-	-	16.410	16.410
Saldo em 31/12/2020	**206.260**	**-**	**(43.374)**	**161.636**

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31/12/2020 (em US$)

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2020	2019	2020	2019
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	16.410	(3.059)	16.410	(3.059)
Ajustes para Reconciliar o Resultado do Exercício				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(10.525)	(3.190)	(3.171)	962
Amortização de Investimentos	(6.997)	-	(6.997)	-
Juros e Variações de Investimentos	(500)	-	(500)	-
Ganho por Compra Vantajosa	(1.141)	-	(1.210)	-
Variação Monetária de Empréstimos	-	-	(112)	-
Variação nos Ativos e Passivos				
Impostos a Compensar/Pagar	20	252	2.240	(2.592)
Impostos a Recuperar	129	(90)	-	(20)
Dividendos e Juros sobre Capital Recebidos	2.000	(1.712)	(2.000)	(1.712)
Outros Créditos	20	6	27	(112)
Obrigações Trabalhistas e Tributárias	180	52	467	58
Partes Relacionadas	-	(4.210)	-	(14.210)
Tributos e Taxações	3.180	-	3.210	-
Outras Obrigações	58	(10.363)	760	(14.861)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	**(11.911)**	**(38.447)**	**(10.103)**	**(35.706)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Dividendos e Juros	400	-	511	-
Aumento de Capital em Investidas	(14.177)	-	(1.201)	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	**(13.777)**	**-**	**(690)**	**-**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Aumento de Capital	-	51.452	-	51.452
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	1.250	1.250
Dividendos Pagos	(2.000)	-	(3.000)	-
Ingresso (Amortização) de Empréstimos	-	-	(69.613)	(2.000)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	**(2.000)**	**51.452**	**(69.613)**	**28.702**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(14.878)**	**(2.015)**	**(14.606)**	**(7.004)**
Caixa e Equivalentes de Caixa				
No Início do Período	15.780	2.994	11.649	3.772
No Fim do Período	902	15.909	1.043	11.649
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(14.878)**	**(2.015)**	**(14.606)**	**(7.004)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2020 (Em US$). 1. **Contexto operacional**: A Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. ("Companhia" ou "Monteiro Aranha") é companhia aberta, com sede na Av. José Silva de Azevedo Neto, nº 200, Bloco 1, Sala 101 N, Lagoa - a leis por objeto social o desenvolvimento e a incorporação de empreendimentos imobiliários em todos os segmentos econômicos, podendo participar de outras sociedades como sócia ou acionista. A entidade das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 30/03/2021. 2. **Caixa e equivalente de caixa**: Referem-se a valores em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com maturidade de 90 dias. 3. **Alteração do exercício e investimento**: Em 2020, a Companhia realizou a alteração dos 1.º parágrafos do Artigo 5º e do Artigo 6º do Estatuto Social para participação no Fundo Imobiliário Brasil Real Estate Multiestratégia - Fundo de Investimento Imobiliário R.A. 4. **Investimentos em Controladas**: Controladas são todas as sociedades nas quais a Companhia detém o poder de controlar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia detém de fato o controle sobre a sociedade consequentemente. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. 5. **Obrigações e Contingências**: Obrigações, ativos e passivos contingentes são reconhecidos quando a Companhia tem a obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, e é provável que a Companhia venha a ser obrigada a liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável pode ser feita a respeito do valor da obrigação. Passivos contingentes são avaliados continuamente para certificar-se de que as provisões sejam adequadas em relação aos passivos contingentes. Provisões para contingências são constituídas para todos os passivos contingentes para os quais é provável que uma saída de recursos será necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável pode ser feita a respeito do valor da obrigação. Os passivos contingentes são avaliados com base em cada caso e representam a melhor estimativa da Administração dos desembolsos necessários para liquidar as obrigações presentes na data do balanço, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a liquidação de uma provisão é esperada após um período superior a um ano, os valores são descontados a valor presente. Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização de receitas ou ganhos é praticamente certa. Ativos contingentes são divulgados quando a entrada de benefícios econômicos é provável. 6. **Patrimônio Líquido**: O patrimônio líquido é composto pelo capital social subscrito e integralizado, pelo ajuste de avaliação patrimonial e pelo prejuízo acumulado. 7. **Lucro por ação**: O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido do exercício pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício. 8. **Instrumentos financeiros**: Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados pelo valor justo ou pelo custo amortizado, dependendo da classificação. 9. **Tributos sobre o lucro**: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro que exceder a R$ 240 mil por ano. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. 10. **Receita de venda de imóveis**: A receita de venda de imóveis é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade são transferidos para o comprador, o que geralmente ocorre na data da assinatura do contrato de compra e venda. 11. **Custo de imóveis**: O custo de imóveis é composto pelo custo de aquisição dos terrenos, pelos custos de construção e pelos encargos financeiros capitalizados durante o período de construção. 12. **Despesas gerais e administrativas**: As despesas gerais e administrativas são reconhecidas pelo regime de competência. 13. **Resultado financeiro**: O resultado financeiro é composto pelas receitas financeiras, pelas despesas financeiras e pelas variações monetárias e cambiais. 14. **Partes relacionadas**: As partes relacionadas são pessoas físicas ou jurídicas que mantêm relação de controle, coligação ou influência significativa com a Companhia. As transações com partes relacionadas são realizadas em condições de mercado. 15. **Eventos subsequentes**: Não houve eventos subsequentes à data do balanço que requeiram ajuste ou divulgação nas demonstrações financeiras.

Investimentos em Coligadas e Controladas em 31/12/2020 (Em US$). 1 - Controladas: Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. (MAPIMA) - Participação: 100,00% - Patrimônio Líquido: 120.791 - Resultado do Exercício: 16.410 - Valor do Investimento: 120.791. 2 - Coligadas: Monteiro Aranha Empreendimentos Imobiliários S.A. - Participação: 50,00% - Patrimônio Líquido: 52.022 - Resultado do Exercício: 6.382 - Valor do Investimento: 26.011. Monteiro Aranha Incorporações S.A. - Participação: 50,00% - Patrimônio Líquido: 1.732 - Resultado do Exercício: (1.000) - Valor do Investimento: 866. Total dos Investimentos em Coligadas e Controladas: 147.668.

Movimentação dos Investimentos em Coligadas e Controladas em 31/12/2020 (Em US$)

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultado de Equivalência	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Controladas						
Nova Rio Empreendimentos Imobiliários S.A.	100,00	99.149	-	17.000	-	116.149
MAPIMA S.A.	100,00	-	-	4.642	-	4.642
Total de Controladas		**99.149**	**-**	**21.642**	**-**	**120.791**
Coligadas em Conjunto e Coligadas						
MAPIMA Empreendimentos Imobiliários S.A.	50,00	3.863	-	71	-	3.934
PRS XXIV Incorporações S.A.	50,00	3.732	-	-	-	3.732
Campo Empreendimentos Imobiliários S.A.	49,00	12.732	-	-	-	12.732
MAPIMA S.A.	-	1.862	-	981	(1.862)	-
Total de Coligadas em Conjunto e Coligadas		**22.189**	**-**	**1.052**	**(1.862)**	**22.379**
Outros Investimentos		24	-	-	-	24
Total de Participações Societárias		**121.362**	**-**	**22.694**	**(1.862)**	**143.194**

Movimentação dos Investimentos em Coligadas e Controladas em 31/12/2019 (Em US$)

Descrição	Saldo em 31/12/2018	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultado de Equivalência	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Coligadas em Conjunto e Coligadas						
MAPIMA Empreendimentos Imobiliários S.A.	50,00	3.937	-	71	-	3.934
PRS XXIV Incorporações S.A.	50,00	3.732	-	-	-	3.732
Campo Empreendimentos Imobiliários S.A.	49,00	12.732	-	-	-	12.732
Nova Rio Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	99.000	(3.190)	3.339	-	99.149
MAPIMA S.A.	-	1.862	-	981	(1.862)	1.862
PRS XIV Incorporações S.A.	-	-	-	60	(51)	37
PRS XV Incorporações S.A.	-	-	-	223	(214)	9
Alto Higienópolis Empreendimentos Imobiliários S.A.	50,00	-	-	3.337	-	3.337
Fazenda 2020 Empreendimentos Imobiliários S.A.	50,00	-	-	500	-	500
Total de Coligadas em Conjunto e Coligadas		**121.362**	**(3.190)**	**8.511**	**(2.127)**	**124.356**
Outros Investimentos		24	-	-	-	24
Total de Participações Societárias		**121.386**	**(3.190)**	**8.511**	**(2.127)**	**124.380**

Transações ocorridas em 2020. Em 2020, a Companhia aderiu a oneração de sua participação na investida MPSA 150 - Investimentos Imobiliários S.A. pelo valor total de R$ 31.071, mediante pagamento de uma parcela no ato e uma parcela em 10 parcelas mensais, a partir de agosto de 2020, com atualização de 0,5% ao mês. A Companhia adquiriu 1.413.547 ações, representativas de 50% da totalidade da espécie da participação em conjunto BMPG41 S.A., equivalente a 33% da participação, através de contrato de compra e venda firmado em 30/11/2020, pelo valor de R$ 981, pago no ato, passando a deter em conjunto a totalidade de suas ações. Em sua avaliação preliminar a Companhia não encontrou ajustes referentes ao valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos, que totalizaram R$ 2.156, apresentando ganho com compra vantajosa de R$ 1.517, a ativos e passivos avaliados pelo valor justo. Em 30/11/2020, a Companhia adquiriu a totalidade das participações em ações da MAPIMA S.A. no valor de R$ 1.862 (2.000 ações ordinárias). 3. **Empresa de imóveis a comercializar**: O custo compreende o preço pago pelos imóveis de empreendimentos Fundação Castello Lobo, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, adquiridos pela Companhia a pessoas jurídicas (MAPIMA S.A., outras ligadas ao investimento ou vendidas por pessoas físicas). A Companhia assume em junho de 2020 os 1º parcelamento que possuía no empreendimento "Torre 1" da Marpi - Incorporadora de condomínio Nova Rio Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Nova Rio"), para transferência do prego de controle da Companhia, pelo valor de R$ 110.000, cuja entrada paga no ato de assinatura do contrato de compra e venda e saldo a ser pago em até 60 parcelas mensais e sucessivas, a partir de 30/07/2020, com atualização de 0,5% ao mês. 4. **Empreendimentos Imobiliários**: Os empreendimentos imobiliários da Companhia são compostos pelos projetos de empreendimento Fundação Castello Lobo, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, adquiridos pela Companhia a pessoas jurídicas (MAPIMA S.A., outras ligadas ao investimento ou vendidas por pessoas físicas). A Companhia assume em junho de 2020 os 1º parcelamento que possuía no empreendimento "Torre 1" da Marpi - Incorporadora de condomínio Nova Rio Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Nova Rio"), para transferência do prego de controle da Companhia, pelo valor de R$ 110.000, cuja entrada paga no ato de assinatura do contrato de compra e venda e saldo a ser pago em até 60 parcelas mensais e sucessivas, a partir de 30/07/2020, com atualização de 0,5% ao mês. 5. **Empreendimentos Imobiliários**: Os empreendimentos imobiliários da Companhia são compostos pelos projetos de empreendimento Fundação Castello Lobo, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, adquiridos pela Companhia a pessoas jurídicas (MAPIMA S.A., outras ligadas ao investimento ou vendidas por pessoas físicas). A Companhia assume em junho de 2020 os 1º parcelamento que possuía no empreendimento "Torre 1" da Marpi - Incorporadora de condomínio Nova Rio Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Nova Rio"), para transferência do prego de controle da Companhia, pelo valor de R$ 110.000, cuja entrada paga no ato de assinatura do contrato de compra e venda e saldo a ser pago em até 60 parcelas mensais e sucessivas, a partir de 30/07/2020, com atualização de 0,5% ao mês. 6. **Empreendimentos Imobiliários**: Os empreendimentos imobiliários da Companhia são compostos pelos projetos de empreendimento Fundação Castello Lobo, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, adquiridos pela Companhia a pessoas jurídicas (MAPIMA S.A., outras ligadas ao investimento ou vendidas por pessoas físicas). A Companhia assume em junho de 2020 os 1º parcelamento que possuía no empreendimento "Torre 1" da Marpi - Incorporadora de condomínio Nova Rio Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Nova Rio"), para transferência do prego de controle da Companhia, pelo valor de R$ 110.000, cuja entrada paga no ato de assinatura do contrato de compra e venda e saldo a ser pago em até 60 parcelas mensais e sucessivas, a partir de 30/07/2020, com atualização de 0,5% ao mês. 7. **Capital social**: O capital social subscrito em 31/12/2020 é de R$ 150.000, representado por 47.264.150 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Diretoria: Sérgio Alberto Monteiro de Carvalho - Diretor; Saul Eduardo Julio Monteiro de Carvalho - Diretor; Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães - Diretor; Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Doller de Mello - Diretor; Marcelo Gabriel Mattos - Contador - CRC RJ 070.620/O-3 - CPF 076.932.907-25.

id: 2211686

ZAM PARTICIPAÇÕES S.A. - EM LIQUIDAÇÃO
CNPJ/ME nº 32.363.978/0001-09 - NIRE 33.3.0027623-3

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2020. Data, horário e local: no dia 11 de agosto de 2020, às 10 horas, na sede social da Companhia, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco nº 311, Sala 523 (parte), Centro, CEP: 20040-009 ("Companhia"). **Convocação**: Convocados os acionistas da Companhia mediante Edital de Convocação publicado nas edições dos dias 29, 30 e 31 de julho de 2020 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Comercial do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 (Doc. 1). **Presença**: Presentes acionistas representando, aproximadamente, 50,40% do capital social e, assim, a Companhia, na forma do artigo 135 da Lei nº 6.404/76 e do Artigo 26 do Estatuto Social. Presente, ainda, Sr. Jayme Eduardo Wille, representante da Apia Consultoria Empresarial Ltda. ("Liquidante"), assim como o Sr. Eduardo José Ramos Loureiro, representante da Perícon Auditores Independentes S/S, auditores independentes da Companhia. **Mesa**: Presidente: Sr. Luiz Henrique de Carvalho Vieira Gonçalves; Secretário: Adilson Duriguel. **Ordem do Dia**: Deliberar acerca da prestação final das contas da Companhia e da baixa de seu passivo tributário, nos termos do art. 218, da Lei 6.404/76, conforme Balanço Patrimonial Final da Companhia, elaborado pelo Liquidante da Companhia, com data-base de 31 de maio de 2020, acompanhado do Relatório de Revisão dos Auditores Independentes. **Deliberações**: Dispensada a leitura da ordem do dia. Tal aprovado, pelos acionistas dos acionistas presentes, que o dia a que se refere esta Assembleia seria tomado as horas do encerramento, tendido o direito de acionamento de manifestações e declarações que tivesse interesse, ou ordem do dia, as acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, as contas da Companhia, conforme Balanço Patrimonial Final da Companhia elaborado pelo Liquidante da Companhia, referente ao período entre 31 de dezembro de 2015 e 31 de maio de 2019, acompanhado do Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes, sendo certo que, após a comissão dos pagamentos aos passivos indicados no Inventário obtido, os acionistas a titularidade da dívida da Companhia, a Companhia voltará a cujos remanescentes para quitar os credores remanescentes, a sua liquidação, sendo certo que nenhum recurso será destinado aos acionistas, e ao declarar encerrada a liquidação da Companhia com a sua consequente extinção, nos termos do artigo 219, inciso I, da Lei nº 6.404/76. Os acionistas autorizam o Liquidante a (a) submeter a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") o pedido de cancelamento de registro da companhia aberta da Companhia com a realização de oferta pública para aquisição de ações, prevista no caput do 4º do artigo 4º da Lei 6.404/1976 e na artigo 2º, inciso I, da Instrução CVM nº 361/2002, conforme alterada; (b) proceder com a baixa dos inventários da Companhia perante os registros públicos federais, estaduais e/ou municipais competentes, podendo nomear procuradores para tanto; e (c) praticar todos e quaisquer atos necessários para o bom e fiel cumprimento de suas funções e a devida implementação da liquidação e extinção da Companhia, incluindo a realização de pagamentos e o recebimento de valores, em nome dos acionistas, sempre observando a obrigação de remeter-lhes os mesmos, conforme aplicável. A entidade das deliberações acima foi aprovada pela unanimidade dos acionistas presentes. A entidade das deliberações acima foi aprovada pela unanimidade dos acionistas presentes. **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária, que foi aprovada e assinada pela unanimidade dos presentes. Foi autorizada a publicação desta ata com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes. Presidente: Luiz Henrique de Carvalho Vieira Gonçalves; Secretário: Adilson Duriguel. Acionistas Presentes: - Sul 108 Participações S.A.; Citigroup Venture Capital International Brazil Partnership, L.L.C. - JP Morgan Bra (TTVM, 167) Participações Ltda. - Ivan Mirhael Alli e Sergio Egydio Silva Jávier Cardoso que o presente é cópia fiel da ata da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Zam Participações S.A. - Em Liquidação realizada em 11 de agosto de 2020. Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2020. Adilson Duriguel - Secretário. Junta em 17/09/2020 sob o nº 4803787. Nirvaldo F. G. Berwanger - Secretário Geral.

id: 2211599

GRUPO FSM HOLDING S.A
CNPJ/MF nº 27.059.420/0001-04 - NIRE 330.060.270.80

Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 1. Data, Hora e Local: Aos 02/02/21, às 11h, na sede na Av. José Silva de Azevedo Neto, nº 200, Bloco 1, Evolution II - 1º andar - Sala 106 - Barra da Tijuca/RJ. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das SA"), em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Cia, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Composição da Mesa**: Presidente: Fernanda Elaine Santos; Secretário: Jorge Luiz Durante. **4. Ordem do Dia**: Os acionistas se reuniram para deliberar sobre: (i) o consentido de governo, nos termos do art. 10, alínea "o", do Estatuto Social da Cia; e (ii) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Cia no âmbito do Financiamento. **5. Deliberações**: Por unanimidade de votos, foram aprovadas as seguintes matérias: 5.1. Aprovar a Governo das obrigações assumidas pela emissão FARMERSBANK S.A. (CNPJ nº 33.348.473/0001-58), nos termos do Contrato de Prestação de Garantia nº 1029684, perante o Banco Votorantim. 5.2 A ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e pelos demais representantes legais da Cia relacionados às deliberações acima. 5.3. Aprovar a lavratura desta ata em forma sumária, conforme Art. 130, §1º da Lei 6.404/76. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Rio, 02/02/21. **Junta-se nº 5012811 em 02/06/21.**

id: 2212004

INVIDUS S.A
CNPJ/MF nº 01.768.118/0006-16 - NIRE 33.3.08.234-8TH

Ata da Assembléia Geral Extraordinária, Data, Hora e Local: Aos 02/02/21, às 11h, na sede na Av. José Silva de Azevedo Neto, nº 200, Bloco 1, Evolution II - 1º andar - Sala 107, 102, 101 e 103 - Barra da Tijuca/RJ. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das SA"), em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Cia, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Composição da Mesa**: Presidente: Fernanda Elaine Santos; Secretário: Jorge Luiz Durante. **4. Ordem do Dia**: Os acionistas se reuniram para deliberar sobre: (i) o consentido de governo, nos termos do art. 10, alínea "o", do Estatuto Social da Cia; e (ii) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Cia no âmbito do Financiamento. **5. Deliberações**: Por unanimidade de votos, foram aprovadas as seguintes matérias: 5.1. Aprovar a Governo das obrigações assumidas pela emissão FARMERSBANK S.A. (CNPJ nº 33.348.473/0001-58), nos termos do Contrato de Prestação de Garantia nº 1029684, perante o Banco Votorantim. 5.2 A ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e pelos demais representantes legais da Cia relacionados às deliberações acima. 5.3. Aprovar a lavratura desta ata em forma sumária, conforme Art. 130, §1º da Lei 6.404/76. 6. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Rio, 02/02/21. **Junta-se nº 4042836 em 02/06/21.**

id: 2212000

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF: 02.421.421/0001-11 - NIRE 33.3.0029801-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2021. DATA, HORA E LOCAL: 30 de março de 2021, às 14h00, na TIM S.A. ("Companhia"), Ionas Deoclecio Marques, 261 - Auditório, Sobreloja, Estação Engenheiro Novo - Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **PRESENÇA**: Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social votante, incluindo membros da Administração. Deputado Alexandre Oliveira. **Mesa**: Presidente: Alexandre Oliveira; Secretário: Jorge Luiz Durante. **3. Ordem do Dia**: Os acionistas se reuniram para deliberar sobre: (i) o Conselho de Prestação de Garantia nº 1029684, perante o Banco Votorantim. **4. Deliberações**: Por unanimidade de votos, foram aprovadas as seguintes matérias: 4.1. Aprovar o Governo das obrigações assumidas pela emissão FARMERSBANK S.A. (CNPJ nº 33.348.473/0001-58), nos termos do Contrato de Prestação de Garantia nº 1029684, perante o Banco Votorantim. 4.2. A ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e pelos demais representantes legais da Cia relacionados às deliberações acima. 4.3. Aprovar a lavratura desta ata em forma sumária, conforme Art. 130, §1º da Lei 6.404/76. 4.4. 02/02/2021. **Junta-se nº 4042836 em 02/06/21.**

id: 2212002

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
JUCERJA
Emp. 2/2

ves, membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Controle e Riscos. Registrou-se, ainda, a participação via assembleia, por meio de videoconferência, do Sr. Fernando de Magalhães, representante dos acionistas independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes SS ("EY"), e do Sr. André Alves, representante da Ernst Consultoria de Gestão Empresarial Ltda. para prestar esclarecimentos sobre questões que pudessem ser suscitadas pelos acionistas. **MESA**: Presidente - Sr. Fabricio Gesuel Marrido; Secretário - Sr. Jeisiel Hori. **PUBLICAÇÕES E CONVOCAÇÃO**: **(1)** O relatório da administração, as demonstrações financeiras e parecer do Conselho Fiscal, o relatório da Comitê de Auditoria Estatutário e o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram publicados no dia 25 do fevereiro de 2021, nas páginas 56 a 66 no Valor Econômico e Caderno da Rio de Janeiro e nas páginas B47 a B56 do Valor Econômico; e **(2)** O Edital de Convocação foi publicado nos dias 26 de fevereiro, 1 e 2 de março de 2021, nas páginas 134, 46 e 31 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, respectivamente, e nos dias 26 de fevereiro, 1 e 2 de março de 2021, nas páginas B31, B5 e B31 do Valor Econômico, respectivamente. **Ata Assembleia Geral Ordinária**: **(1)** Deliberar sobre a relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; **(2)** Deliberar acerca a proposta da administração de destinação do resultado do exercício de 2020 e de distribuição de dividendos da Companhia; **(3)** Deliberar sobre a composição do Conselho de Administração da Companhia; **(4)** Deliberar sobre o enquadramento dos candidatos aos cargos de membros independentes do Conselho de Administração de acordo com os critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento Novo Mercado"); **(5)** Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; **(6)** Deliberar sobre a composição do Conselho Fiscal da Companhia; **(7)** Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e **(8)** Deliberar sobre a proposta da remuneração da administração dos membros dos Conselho e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2021. **Ata Assembleia Geral Extraordinária**: **(1)** Deliberar sobre a proposta de precificação do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement*), relativo à celebração de seis 144 aditivos entre a Telecom Italia S.p.A., de um lado, e a Companhia, de outro lado; **(2)** Deliberar sobre a proposta do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia; e **(3)** Deliberar sobre a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Inicialmente, foi feita a leitura do mapa consolidado de votação dos votos proferidos por meio na boletins de voto a distância, a que foi disponibilizado aos presentes e Knox também a disposição para consulta, conforme o Parágrafo 4º do Art. 21-W da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009. (I) Presidente da Mesa informou que, em seguida pedir **(1)** a dispensa da leitura dos demais documentos relacionados da ordem a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos do Art. 134, §1º da Lei nº 6.404/76, uma vez que o seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas; **(2)** a lavratura da ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do Art. 130, Parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76, respectivamente; **(3)** que as declarações de voto, abstenções, protestos e dissidências, porventura apresentados, fossem recebidos, numerados e autenticados pela Mesa, ficando arquivados na sede da Companhia, nos termos do Art. 130, Parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76; e **(4)** que a ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária fosse lavrada em instrumento próprio, nos termos do Art. 131, Parágrafo Único, da Lei nº 6.404/76. Bem qualquer acionista, os acionistas presentes concordaram com as propostas da encaminhamento do Presidente. Em seguida, após a análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram por: **Em Assembleia Geral Ordinária**: **(1) Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a proposta da administração da destinação do resultado do exercício de 2020, acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal, o qual consignou que o lucro líquido do exercício de 2020, no montante de **R$ 1.045.046.046,96 (um bilhão, oitenta e cinco e seis milhões, quarenta e seis mil, novecentos e oitenta e nove reais)**, seja destinado da seguinte forma: **(i)** R$ 52.252.302,35 (cinquenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, trezentos e dois reais e trinta e cinco centavos) para a Reserva de Lucros, para destinação a reserva de **R$ 160.512.653,82 (cento e sessenta e nove milhões, quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e cinquenta e três reais e oitenta e dois centavos)**, referente ao valor de benefício fiscal de isenção de imposto de renda auferido pela Companhia no exercício de 2020; **(2.3)** Para a constituição da Reserva Legal, em conformidade com o Art. 193 da Lei nº 6.404/76, será destinado o equivalente ao **R$ 3.797.357,17 (três milhões, setecentos e oito mil, quinhentos e vinte e um Reais e dezessete centavos)**, equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício de 2020; **(2.3)** Como juros sobre capital próprio (JCP), o montante de **R$ 1.013.992.090,00 (um bilhão e oitenta e três milhões Reais)**, cujo pagamento ficará sujeito ao longo do exercício de 2021 e cuja base data de 30 de dezembro de 2020 e 22 de janeiro de 2021, sendo que: (i) o valor de **R$ 387.810.728,57 (trezentos e noventa e oito milhões, oitocentos e dez mil, setecentos e vinte e oito Reais e cinquenta e sete centavos)** seja imputado ao dividendo mínimo obrigatório já reconhecido de **R$ 869.305.218,13 (oitocentos e oitenta e nove milhões, trezentos e oitenta e nove mil, duzentos e oitenta e oito Reais e quarenta e três centavos)**, que foi distribuído a título de dividendo adicional ao dividendo mínimo obrigatório devido ao Estado Social da Companhia e **(2.4)** Para a Reserva Especial para Expansão, nos termos do Estatuto Social, será destinado o saldo remanescente do lucro líquido no montante de **R$ 807.142.967,27 (oitocentos e sete milhões, cento e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e sete reais e vinte e sete centavos)**. **(3) Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a composição do Conselho de Administração da Companhia com 10 (dez) membros efetivos. **(4) Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, o enquadramento como membro independente do Conselho de Administração para fins do disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3"), dos seguintes candidatos apresentados pela administração da Companhia: **(i) Gesner José de Oliveira Filho**; **(ii) Herculano Aníbal Alves**; **(iii) Ricardo Doninello**; e **(iv) Flavio Maia Goldenstein**. Foi consignado que, de forma do Art. 17, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia, na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2021, analisou os requisitos previstos no Art. 16, Parágrafo 1º e 2º, do Regulamento do Novo Mercado, bem como a declaração de independência apresentada por cada candidato, concluindo, conforme realizado na proposta da administração apresentada para esta Assembleia, pelo cumprimento e preenchimento, por parte dos referidos candidatos, o conhecimento qualificados como independentes abaixo, pelo critérios de independência previstos nos referidos dispositivos. **(5)** O Presidente informou aos presentes que nenhuma acionista solicitou a adoção do sistema de voto múltiplo. Em seguida, indagou aos acionistas presentes sobre seu interesse em requerer votação em separado de membro do Conselho de Administração de que trata o artigo 161, §4º, a) e 6º, da Lei nº 6.404/76 e diante da ausência negativa dos acionistas presentes, foi colocada em votação a chapa de candidatos composta por 10 (dez) membros efetivos, conforme proposta da TIM Brasil Serviços e Participações S.A., tendo sido aprovada por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo. Assim, para exercer o Conselho de administração, foram eleitos: **(i) Agostino Nuzzolo**, italiano, casado, bacharel em Ciências Econômicas e Segurança Financeira, Economia e Direito, portador do passaporte italiano nº YA0857035, válido até 4 de outubro de 2021, residente em Cerro (Italia) 41, 00136, Cidade de Roma, Itália; **(ii) Carla Bardella**, italiana, casada, bacharel em Economia, portadora do passaporte italiano nº YB2353400, válido até 3 de janeiro de 2025, residente em Cerro (Italia) 41, 00136, Cidade de Roma, Itália; **(iii) Elisabetta Paola Romano**, italiana, casada, bacharel em Ciências da Computação, portadora do passaporte italiano nº YB3994662, válido até 19 de setembro de 2023, domiciliada em Cerro (Italia) 41, 00136, Cidade de Roma, Itália; **(iv) Flavia Maria Bittencourt**, brasileira, casada, bacharel em engenharia química, portadora da CNH nº 04618135868, expedido pelo DETRAN/RJ em 26 de março de 2018, inscrita no CPF/ME sob o nº 010.291.547-11, residente na Rua Marechal Deodoro, nº 3401, casa 10, Santa Amaro, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04754-005; **(v) Gesner José de Oliveira Filho**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 3.414.907, expedido pelo SSP/DF em 19 de julho de 1996, inscrito no CPF/ME sob o nº 807.277.246-68, domiciliado na Rua Alexandre Dumas, nº 65, Apto 701, Setores na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil, CEP 22470-030; **(vi) Pietro Labriola**, italiano, casado, bacharel em Administração de Empresas, portador do documento de identidade RNM nº 0108864/6, expedido pela DPF/DIREX/DPF em 3 de dezembro de 2018, inscrito no CPF/ME sob o nº 274.052.907-38, residente na Rua Pinheiros de Miyabi, nº 1375, Dist. 1435, Iguatemi, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; e **(vii) Sabrina Di Bartolomeo**, italiana, casada, bacharel em economia, portadora do passaporte italiano nº YB3958281, válido até 9 de janeiro de 2027, domiciliada em Cerro (Italia) 41, 00136, Cidade de Roma, Itália. A Acionista TIM Brasil Serviços e Participações S.A. declarou que obteve dos Conselheiros ora eleitos a confirmação de que cumprem os qualificações necessários e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 367 e no Estatuto Social para o exercício do cargo ao mesmo. (ii) Conselho de Administração da Companhia. **Os Conselheiros acima reflitoram terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023** e terão mandato com vigência prorrogada até a efetiva posse dos novos administradores eleitos, nos termos do Art. 150 da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses de renúncia ou destituição do cargo, nos termos da lei. **(6) Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a composição do Conselho Fiscal da Companhia com 5 (cinco) membros efetivos e suplentes. **(7)** O Presidente indagou aos acionistas presentes sobre seu interesse em requerer votação em separado de membro do Conselho Fiscal, nos termos do Art. 161, Parágrafo 4º, alínea "a", da Lei nº 6.404/76, e, diante da ausência negativa dos acionistas presentes, foi colocada em votação a chapa de candidatos composta por 5 (cinco) membros efetivos e suplentes indicados pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., tendo sido aprovada por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo. Assim, para exercer o Conselho Fiscal da Companhia, foram eleitos: **(i) Rafael Cavalcanti de Araújo**, brasileiro, casado, bacharel em Ciências Contábeis, portador da carteira de identidade nº 09.264.611-0, expedida pelo IFP/RJ em 19 de dezembro de 2005, inscrito no CPF/ME sob o nº 091.264.611-0, domiciliado na Rua Professor Antônio Gomes de Freitas, nº 276, Apto 1.201, Ilha do Governador, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil, CEP 21941-185; **(ii) Cleber Custodio**, brasileiro, casado, bacharel em Economia, portador do passaporte italiano nº YB2353400, válido até 3 de janeiro de 2025, residente em Cerro (Italia) 41, 00136, Cidade de Roma, Itália; **(iii) Elisabetta Paola Romano**, italiana, casada, bacharel em Ciências da Computação, portadora do passaporte italiano nº YB3994662, válido até 19 de setembro de 2023, domiciliada em Cerro (Italia) 41, 00136, Cidade de Roma, Itália; **(iv) Flavia Maria Bittencourt**, brasileira, casada, bacharel em engenharia química, portadora da CNH nº 04618135868, expedido pelo DETRAN/RJ em 26 de março de 2018, inscrito no CPF/ME sob o nº 010.291.547-11, residente na Rua Marechal Deodoro, nº 3401, casa 10, Santa Amaro, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04754-005; **(v) Gesner José de Oliveira Filho**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 3.414.907, expedido pelo SSP/DF em 19 de julho de 1996, inscrito no CPF/ME sob o nº 807.277.246-68, domiciliado na Rua Alexandre Dumas, nº 65, Apto 701, Setores na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil, CEP 22470-030; **(vi) Pietro Labriola**, italiano, casado, bacharel em Administração de Empresas, portador do documento de identidade RNM nº 0108864/6, expedido pela DPF/DIREX/DPF em 3 de dezembro de 2018, inscrito no CPF/ME sob o nº 274.052.907-38, residente na Rua Pinheiros de Miyabi, nº 1375, Dist. 1435, Iguatemi, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; e **(vii) Sabrina Di Bartolomeo**, italiana, casada, bacharel em economia, portador do passaporte italiano nº YB3958281, válido até 9 de janeiro de 2027, domiciliada em Cerro (Italia) 41, 00136, Cidade de Roma, Itália. A Acionista TIM Brasil Serviços e Participações S.A. declarou que obteve dos Conselheiros ora eleitos a confirmação de que cumprem os qualificações necessários e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 367 e no Estatuto Social para o exercício do cargo ao mesmo. (ii) Conselho de Administração da Companhia. **Os Conselheiros acima reflitoram terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023** e terão mandato com vigência prorrogada até a efetiva posse dos novos administradores eleitos, nos termos do Art. 150 da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses de renúncia ou destituição do cargo, nos termos da lei. **(6) Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a composição do Conselho Fiscal da Companhia com 5 (cinco) membros efetivos e suplentes. **(7)** O Presidente indagou aos acionistas presentes sobre seu interesse em requerer votação em separado de membro do Conselho Fiscal, nos termos do Art. 161, Parágrafo 4º, alínea "a", da Lei nº 6.404/76, e, diante da ausência negativa dos acionistas presentes, foi colocada em votação a chapa de candidatos composta por 5 (cinco) membros efetivos e suplentes indicados pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., tendo sido aprovada por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo. Assim, para exercer o Conselho Fiscal da Companhia, foram eleitos: **(i) Rafael Cavalcanti de Araújo**, brasileiro, casado, bacharel em Ciências Contábeis, portador da carteira de identidade nº 09.264.611-0, expedida pelo IFP/RJ em 19 de dezembro de 2005, inscrito no CPF/ME sob o nº 091.264.611-0, domiciliado na Rua Professor Antônio Gomes de Freitas, nº 276, Apto 1.201, Ilha do Governador, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil, CEP 21941-185; **(ii) Cleber Custodio**, brasileiro, casado, bacharel em Economia, portador do passaporte italiano nº YB2353400, válido até 3 de janeiro de 2025, residente em Cerro (Italia) 41, 00136, Cidade de Roma, Itália; **(iii) Elisabetta Paola Romano**, italiana, casada, bacharel em Ciências da Computação, portadora do passaporte italiano nº YB3994662, válido até 19 de setembro de 2023, domiciliada em Cerro (Italia) 41, 00136, Cidade de Roma, Itália; **(iv) Flavia Maria Bittencourt**, brasileira, casada, bacharel em engenharia química, portadora da CNH nº 04618135868, expedido pelo DETRAN/RJ em 26 de março de 2018, inscrito no CPF/ME sob o nº 010.291.547-11, residente na Rua Marechal Deodoro, nº 3401, casa 10, Santa Amaro, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04754-005; **(v) Gesner José de Oliveira Filho**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 3.414.907, expedido pelo SSP/DF em 19 de julho de 1996, inscrito no CPF/ME sob o nº 807.277.246-68, domiciliado na Rua Alexandre Dumas, nº 65, Apto 701, Setores na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil, CEP 22470-030; **(vi) Pietro Labriola**, italiano, casado, bacharel em Administração de Empresas, portador do documento de identidade RNM nº 0108864/6, expedido pela DPF/DIREX/DPF em 3 de dezembro de 2018, inscrito no CPF/ME sob o nº 274.052.907-38, residente na Rua Pinheiros de Miyabi, nº 1375, Dist. 1435, Iguatemi, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; e **(vii) Sabrina Di Bartolomeo**, italiana, casada, bacharel em economia, portador do passaporte italiano nº YB3958281, válido até 9 de janeiro de 2027, domiciliada em Cerro (Italia) 41, 00136, Cidade de Roma, Itália. A Acionista TIM Brasil Serviços e Participações S.A. declarou que obteve dos Conselheiros ora eleitos a confirmação de que cumprem os qualificações necessários e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 367 e no Estatuto Social para o exercício do cargo ao mesmo. (ii) Conselho de Administração da Companhia. **Os Conselheiros acima reflitoram terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023**. Os Conselheiros acima investidos nos cargos mediante cumprimento das condições aplicáveis e anteriores dos respectivos termos de posse e demais documentos pertinentes, no forma aqui no prazo estabelecido na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social e ao Regulamento do Novo Mercado da B3. **(3) Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a proposta da remuneração dos administradores referente ao exercício de 2021, nos seguintes termos: **i)** Remuneração do Conselho de Administração: remuneração global anual no montante de **R$4.980.000,00 (quatro milhões, novecentos e oitenta mil Reais)**, a ser atribuída aos conselheiros individualmente em conformidade com os critérios que forem a ser deliberados pelo Conselho de Administração. Sobre a remuneração global anual mais incidirá encargos decorrentes de contribuições para seguridade social (INSS) no valor de **R$372.096,00 (trezentos e setenta e dois mil Reais)**; **ii)** Remuneração da Diretoria Estatutária: remuneração global anual no montante de **R$21.021.803,00 (vinte milhões e vinte e quatro mil Reais)** a ser atribuída aos membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração, se confirmados pelo Conselho de Administração, e da Diretoria pelo Conselho de Administração. Sobre a remuneração global anual mais incidirá encargos decorrentes de contribuições para seguridade social (INSS) no valor de **R$3.125.900,00 (quatro milhões, cento e vinte mil e quatrocentos Reais)**; e **iii)** Remuneração do Conselho Fiscal: remuneração global anual no montante de **R$600.803,00 (seiscentos e dezesseis mil Reais)**. Sobre a remuneração global anual mais incidirá encargos decorrentes de contribuições para seguridade social (INSS) no valor de **R$127.260,00 (cento e vinte mil e duzentos Reais)**; e **iv)** Remuneração no Comitê: remuneração global anual no montante de **R$3.125.900,00 (quatro e três milhões, quinhentos e noventa e nove mil Reais)**, sendo que, dessa total, o valor a ser pago na ordem de 37% (trinta e sete por cento) corresponderá à remuneração fixa anual, 32% (trinta e dois por cento) correspondente à remuneração variável, 29% (vinte e dois por cento) correspondente à remuneração baseada em ações e 12% (doze por cento) correspondente às contribuições para seguridade social (INSS). **Em Assembleia Geral Extraordinária**: **(1) Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, Knox expressamente consignada a abstenção de voto pela acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A., a prorrogação por um período de 12 (doze) meses do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement*) ("Contrato") entre a Telecom Italia S.p.A., de um lado, e a Companhia, de outro lado, até 30 de abril de 2022, com valor em Reais equivalente a até **R$ 8.037.867,80 (oito milhões, oitenta e sete mil, oitocentos e sete Reais)**, nos termos da proposta aprovada pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração em suas respectivas reuniões realizadas nos dias 9 de fevereiro de 2021 e 25 de fevereiro de 2021, tendo conforme documentação disponibilizada previamente nos sites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários e da Securities and Exchange Commission sobre o histórico do contrato, tendo a administração da companhia recebido a praticar todos os atos necessários para a celebração da prorrogação do Contrato. **(2) Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, nos termos da proposta aprovada pelo Comitê de Remuneração e pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas no dia 25 de fevereiro de 2021 e descrito na item 14 do Proposta da Administração. (3) **Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a proposta da administração de criação e consolidação do Instituto Social da Companhia, conforme detalhada no item 19 da Proposta da Administração, que tem por objeto exercer investimento social (art. 87, em razão do processo de registro da Companhia no segmento do Nova Mercado (a B3, e ajustar o valor do capital social e reforço do saldo de reservas da Companhia, de modo a refletir a variação no número de ações resultante da consolidação do processo de incorporação da TIM Participações S.A. pela Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de setembro de 2020, ajuste este a ser indicado no Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, cuja redação passa a vigorar conforme a seguir: "ARTIGO 5º - O capital social, subscrito e integralizado, é de R$12.477.690.507,28 (doze bilhões, quatrocentos e setenta e sete milhões, seiscentos e noventa mil, quinhentos e sete reais e vinte e oito centavos), dividido em 2.430.664.389 (dois bilhões, trezentos e trinta milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, trezentas e oitenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal." Consequentemente, o Estatuto Social da Companhia passará a vigorar consolidado na sua forma do anexo constante anexo ao **Anexo I** da presente ata. **DECLARAÇÕES/VOTOS**: A Mesa recebeu e registrou os votos e as abstenções manifestados pelos acionistas presentes nesta Assembleia, já devidamente computados nas deliberações acima, conforme mapa consolidado de votação ora anexo. Finalmente, foi registrado que a Companhia adotou os cuidados e procedimentos recomendados pela Organização Mundial de Saúde em relação à prevenção do Covid-19 para a realização desta Assembleia. **MAPA DE VOTAÇÃO**: Em atendimento ao Art. 30, Parágrafo 4º, da Instrução CVM nº 481, o mapa consolidado de votação em anexo, que é parte integrante desta ata, indica as aprovações, rejeições e abstenções sobre as itens da Ordem do Dia, bem como os respectivos percentuais. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, tendo sido assinada pelo Presidente, pelo Secretário da Mesa e pelos demais acionistas que se registraram a tal ato. Certifico que o presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 30 de março de 2021. **JEISIEL HORI** – Secretário da Mesa. **Mapa Sintético Consolidado**:

Assembleia Geral Ordinária	Quantidade de Ações/Percentual dos Participantes		
	Aprovar (S/N)	**Rejeitar (N/O)**	**Abster-se**
Ordem 1 – Demonstração Financeira 2020	1.958.083.467	7.980.821	82.899.803
	94,80%	0,39%	3,73%
Ordem 2 – destinação de Resultado 2020	2.036.053.221	2.230.675	315.219
	99,81%	0,11%	0,02%
Ordem 3 – Composição do colegiado de Administração da Companhia	2.027.130.842	1.200.834	226.099
	99,91%	0,07%	0,02%
Ordem 4 – Deliberar sobre o enquadramento dos candidatos aos cargos de conselheiro independentes do Conselho de Administração da Companhia	2.036.297.270	7.625	1.152.910
	99,94%		0,06%
Ordem 5 – Votação de todos os nomes que compõem a chapa – Chapa única	1.977.319.081	43.515.622	9.626.198
	97,40%	2,14%	0,47%
Ordem 6 – Composição do Conselho Fiscal da Companhia	2.036.192.497	828.038	2.360.860
	99,91%	0,04%	0,11%
Ordem 7 – Indicação de todos os nomes que compõem a Chapa – Chapa Única	2.036.084.497	2.300.625	1.151.000
	99,83%	0,11%	0,06%
Ordem 8 – Remuneração 2021	1.771.071.672	259.057.009	1.732.984
	87,30%	12,62%	0,09%
Assembleia Geral Ordinária	**Aprovar (S/N)**	**Rejeitar (N/O)**	**Abster-se**
Ordem 1 - Contrato CSA1	414.159.359	9.670	554.434
	99,82%	-	0,08%
Ordem 2 - Proposta do Plano de Incentivo de Longo Prazo	1.278.010.918	267.128.041	316.439
	83,60%	14,17%	0,04%
Ordem 3 – Alteração e consolidação do estatuto	2.035.780.490	307.190	307.000
	99,97%	0,01%	0,02%

1 Desconsiderando os votos pela abstenção de TIM BRASIL e Participações S.A.

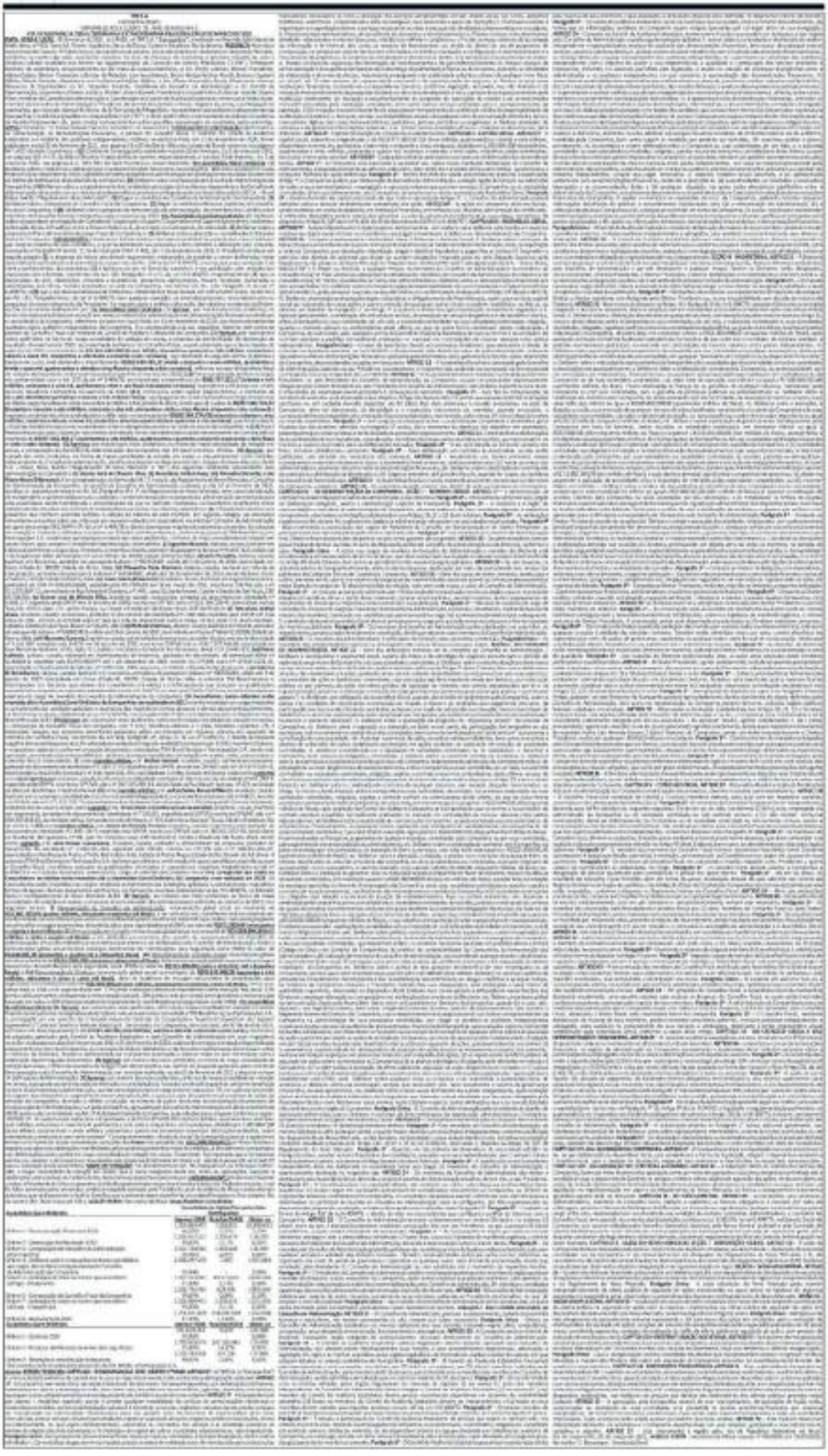
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
[illegible] S/A
NIRE: 33.3.0036442-1 Protocolo: 00-2021/[illegible]-7 Data de protocolo: 07/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/04/2021 sob o NÚMERO 00036442417 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: [illegible]
Para validar o documento acesse o site http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/autenticidade e informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Empresa Online
Log: 6/9

Anexo I - ESTATUTO SOCIAL CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO. ARTIGO 1º - A Companhia é uma sociedade anônima, de capital aberto, que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável. **ARTIGO 2º** - A Companhia tem sede e foro da cidade e Estado do Rio de Janeiro. A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, residente de abrir o endereço da sede, bem como abrir, transferir ou encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e qualquer outras estabelecimentos em qualquer ponto do território nacional ou no exterior. **ARTIGO 3º** - A Companhia tem por objeto: I. implantar, organizar, operar e prestar qualquer modalidade de serviços de comunicações eletrônica e especiais conhecidos, no futuro da legislação aplicável; II. Outorgar, quando for, mediante, executar, operar, prestar serviços de radiodifusão, e comercializar infraestrutura para uso próprio ou de terceiros; III. Comercializar bens e/ou mercadorias, prestar serviços, desenvolver atividades e praticar qualquer ato com negócios jurídicos relacionados, direta ou indiretamente, ao seu objeto expresso ou previsto, associados ou envolvidos com serviços e as atividades previstas no artigo do objeto social da Sociedade; e IV. Participar do capital de outras sociedades empresárias na nacionalidade. **Parágrafo Único** - Será proibido ao desenvolvimento de novos serviços ou atividades, a Companhia poderá: I. Promover a fabricação e importação e a exportação de bens e serviços acessórios ou úteis à execução das atividades compreendidas no seu objeto; II. Prestar serviços administrativos, de consultoria, de assistência, e de planejamento; e. Prestar serviços e/ou desenvolver atividades relacionados a internet das coisas, inteligência artificial e aeroespaço; e. Prestar serviços nas áreas de tecnologia de informação e de internet, tais como, os serviços de licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, os serviços de suporte técnico em informática, inclusive a instalação, a configuração, a assessoramento e a manutenção de programas, de sistemas de computação e de bancos de dados, e os serviços de processamento de dados; e. Prestar serviços de assistência da informação, de monitoramento e de gerenciamento; vi. Prestar serviços de comercialização e de suporte a terceiros de marketing e de publicidade própria ou de terceiros, inclusive, as relacionados à elaboração e de anúncios, materiais de propaganda e de publicidade e diversos através de qualquer meio físico ou virtual; vii. Prestar serviços de representação comercial e de representação de negócios; e. Prestar serviços para instituições financeiras, inclusive de correspondente bancário, conforme legislação, incluindo, mas não limitado a: (i) recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósito à vista, e celular e de propostas mantidas pela instituição contratante; (ii) recepção e encaminhamento de propostas de aberturas de cadastro de crédito e de aprofundamento cedular de cadastros pela instituição contratante, bem como) exercer serviços prestados para a desempenho na operação, e (iii) recepção e encaminhamento de propostas de fornecimento de cartões de crédito, de responsabilidade da instituição contratante; x. Operar, vender ou disponibilizar acesso de qualquer meio de comunicação eletrônica, bens e mercadorias digitais, tais como, bens eletrônicos, acessórios, jóias, periódicos e congêneres; xi. Realizar atividades de cobrança e de gestão de inadimplência relacionadas a si; xii. Exercer outras atividades afins ou correlatas às descritas nos itens acima. **ARTIGO 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL. ARTIGO 5º** - O capital social subscrito e integralizado, é de R$13.277.805.807,80 (treze bilhões, quatrocentos e setenta e sete milhões, oitocentos e oitenta mil, quinhentos e sete reais e cinquenta e oito centavos), dividido em 2.625.804.208 (dois bilhões, seiscentos e vinte milhões, oitocentos e quatro mil, duzentos e oitenta e oito) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **ARTIGO 6º** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **ARTIGO 7º** - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 (quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias. **Parágrafo 1º** - Dentro do limite do capital autorizado do que trata o caput deste Artigo 7º, a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores, empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou de controladas diretas ou indiretas, sem direito de preferência dos acionistas, de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** - Dentro do limite do capital autorizado do que trata o caput deste Artigo 7º, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações. **ARTIGO 8º** - As ações da Companhia serão escriturais, sendo mantidas em conta de depósito, em instituição financeira, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar das acionistas o custo do serviço de transferência de suas ações, nos termos da disposto no Artigo 35, §3º da Lei nº 6.404/76 e 15 de dezembro de 1976 (Lei 6.404/76"). **CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL. ARTIGO 9º** - A Assembleia Geral é o órgão superior da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia. **ARTIGO 10** - Compete privativamente a Assembleia Geral: I. Reformar o Estatuto Social; II. Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; III. Deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; IV. Suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações previstas pela lei, pelo Estatuto Social ou pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado da "Regulamento do Novo Mercado") da bolsa de B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). V. Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal; VI. Fixar a remuneração global ou individual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal; VII. Tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; VIII. Deliberar pela propositura de ação de responsabilidade civil e em relação pela Companhia contra os administradores, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio, ou contratados do disposto no Artigo 159 da Lei 6.404/76; IX. Deliberar, observados as disposições legais, estatutárias e o Regulamento do Novo Mercado, sobre a aquisição de ações pela Companhia de forma ações e sobre a necessidade de cancelar ações, mais ou valores mobiliários no País ou no exterior, na hipótese do Parágrafo 1º do Artigo 7º e quando e forma de capital autorizado, se encontrar ajustado; e X. Aprovar, previamente, a celebração de contrato de mútuo, de prestação de serviços da gestão e de assistência técnica, entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, de outro lado, sob avaliação prévia do Comitê de Auditoria Estatutário do que os termos e as condições de contrato atendam a padrões normalmente praticados no mercado em contratações de mesma natureza entre partes independentes. **Parágrafo Único** - O voto de acionistas ainda aos acionistas divulgados, que estiverem e direito de retirada nas hipóteses previstas na Lei 6.404/76, e relacionado pela divisão do valor do patrimônio líquido constante aprovado nas últimas demonstrações financeiras aprovadas pela Assembleia Geral, pelo menos total de ações de emissão da Companhia descontadas as ações em tesouraria. **ARTIGO 11** - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, ordenado ao seu Presidente, consubstanciar o respectivo ato, sobretudo por convocação na forma prevista no Parágrafo Único do Artigo 123 da Lei 6.404/76. **ARTIGO 12** - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente, ou pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, ou por um acionista especialmente designado pelo Diretor Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração, com poderes específicos para tanto. O Presidente da Assembleia Geral providará a nomeação de Secretário. **Parágrafo 1º** - Para fins de comparecimento do acionista de acionista, sua observância a que dispõe o Artigo 126 da Lei 6.404/76, serão aos ações detentores de ações escriturais ou em custódia fungível, até 02 (dois) dias úteis anteriores a reunião assembleia, na sede da Companhia, além do documento de identidade e o respectivo instrumento de mandato, quando necessário, o comprovante(s) expedido pela instituição financeira depositária, este emitido, pelo menos, 05 (cinco) dias úteis antes da reunião assembleia. **Parágrafo 2º** - Será proibido ao mesmo tempo, o acionista que comparecer à assembleia geral mandatário dos documentos referidos no Parágrafo 1º acima, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, possua participar a voto, ainda que tenha deixado de acionista as pretensões. **ARTIGO 13** - Das festivais e deliberações da Assembleia Geral serão lavrada ata, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que requererem, no número, a ordem necessária para as deliberações tomadas. **Parágrafo 1º** - A ata será lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, dispensada o processo. **Parágrafo 2º** - Será dada publicação em cópias da Assembleia, as atas serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas. **ARTIGO 14** - Anualmente, nos quatro primeiros meses subsequentes, ao término do exercício social, a Assembleia Geral se reunirá, ordinariamente, para: I. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; II. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) Eleger os membros do Conselho Fiscal e, quando for o caso, os membros do Conselho de Administração. **ARTIGO 15** - A Assembleia Geral se reunirá, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem. **ARTIGO 16** - Os anúncios gerais reservam ao direito de aos os interesse da Companhia. **CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA. SEÇÃO I - NORMAS GERAIS. ARTIGO 17** - A administração da Companhia é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. **Parágrafo 1º** - O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiado, exerce a administração superior da Companhia. **Parágrafo 2º** - A Diretoria é o órgão de representação e executivo da administração da Companhia, atuando cada um de seus membros segundo a respectiva competência, observados as limitações estabelecidas nos Artigos 20, 22 e 32 deste Estatuto. **Parágrafo 3º** - As atribuições e poderes conferidos por lei e cada um dos órgãos da administração são pessoal são colegiados e cuja de que. **Parágrafo 4º** - Não é permitida a acumulação dos cargos de presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia pelo mesmo administrador. **Parágrafo 5º** - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante assinatura de termo de posse, que deverá contemplar sua sujeição à cláusula compromissória prevista no Artigo 43 deste Estatuto, bem como ao atendimento dos requisitos aplicáveis. **ARTIGO 18** - No ato da posse, os administradores da Companhia firmarão, além do termo de posse, declaração por meio da qual atestem aos termos dos políticas e do Código de Ética e de Conduta da Companhia. **ARTIGO 19** - Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, deverá a vacância do cargo ocupado e administrador deixar de assinar no termo de posse dentro do prazo nele previsto ou, caso não haja prazo, dentro de 30 dias (trinta) dias se ocorrido, salvo justa causa, a juízo do Conselho de Administração. **Parágrafo 1º** - A renúncia ao cargo de administrador e tida eficaz da formalização escrita ao órgão a que o renunciante integre, tornando-se eficaz a partir desse momento, perante a Companhia e, ressalvado prazo, após a assembleia de destituição de renúncia ou ocorrido o vencimento do prazo de gestão. **Parágrafo 2º** - Na ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, assumirá o cargo de Diretor Presidente o membro da Diretoria designado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 3º** - Na ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, o Conselho poderá designar substituto interino, que poderá ser membro da Diretoria, para o exercício das funções do membro ausente ou impedido. **Parágrafo 4º** - Na hipótese de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto eleito completará o mandato do substituído. **ARTIGO 20** - O mandato dos administradores da Companhia terá prazo de até dois anos, permitida a reeleição. **SEÇÃO II - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. ARTIGO 21** - Além das atribuições previstas em lei, compete ao Conselho de Administração: I. Deliberar e acompanhar o orçamento anual, o plano de metas e de estratégia de negócios celebrados para o período de vigência da orçamento da Companhia e de suas sociedades controladas; I. Deliberar sobre a emissão de ações e subscrições compreendidas em ações, dentro do limite de capital autorizado na forma do Artigo 7º deste Estatuto, bem como debêntures simples, não conversíveis em ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou por permuta de ações em oferta pública de aquisição de Ações, nos termos estabelecidos em lei e na regulamentação aplicável; III. Aprovar a concessão de garantias reais e fidejussórias pela Companhia, exceto quando tal concessão for exigida pela legislação aplicável; IV. Deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão de debêntures para Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o meio de subscrição ou colocação, bem como os tipos de debêntures e. Autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito do cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação; vi. Deliberar sobre a aprovação de programas de "stock option" de emissão da Companhia; vii. Deliberar sobre a aquisição ou alienação, ou total ou em parte, de participação da Companhia ou das sociedades sob seu controle ao capital de outras sociedades, bem como de participação em "joint venture" que previna a constituição de uma sociedade; viii. Autorizar a permuta de ações ou outros valores mobiliários, bem como a emissão e direito de subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou títulos de emissão de sociedades controladas ou de subsidiárias; x. Autorizar a Companhia bem como suas controladas a celebrar, alterar ou rescindir acordos de acionistas; xi. Deliberar acerca da submissão à Assembleia Geral de propostas da Companhia de propostas de celebração do contratos de mútuo, de prestação de serviços de gerência e de assistência técnica, entre a Companhia ou seus controladas, de um lado, e o acionista controlador ou sociedades pertencentes, coligadas, sujeitas a controle comum ao controladores desde último, ou que de outra forma constituam outros relacionados à Companhia, de outra lado, observado o disposto no Artigo 15, inciso x, deste Estatuto; xii. Deliberar sobre a celebração de contratos de qualquer natureza, com ou sem garantia real ou fidejussória, entre a Companhia, de um lado, e acionista controlador ou sociedades pertencentes, coligadas, sujeitas a controle comum ao controladores desde último, ou que de outra forma constituam outros relacionados à Companhia, de outra lado, observado o disposto no Artigo 15, inciso x, deste Estatuto; xiii. Deliberar sobre a celebração de contratos de qualquer natureza, com ou sem garantia real ou fidejussória, entre a Companhia, de um lado, e acionista controlador ou sociedades pertencentes, coligadas, sujeitas a controle comum ao controladores desde último, ou que de outra forma constituam outros relacionados à Companhia, de outra lado, sob avaliação prévia do Comitê de Auditoria Estatutário do que os termos e as condições do contrato atendam a padrões normalmente praticados no mercado em contratações de mesma natureza entre partes independentes; xiv. Deliberar sobre a celebração de contrato pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas, de empréstimo, financiamento ou qualquer outras operações que impliquem em endividamento da Companhia ou de suas sociedades controladas, cujo valor total da operação seja superior a R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de Reais). Estes mencionados à terceiro ou de parte de quaisquer natureza, contratados pela Companhia ou de suas controladas, para a gestação de processos judiciais ou administrativos, ou Deliberar sobre a celebração de contratos para Companhia ou para sociedades por ela controladas, de aquisição de bens ou serviços, cujo valor total seja superior a R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de Reais); xv. Deliberar sobre a alienação, a doação, a cessão, ou a oneração de qualquer bens ou direitos relacionados ao ativo não circulante da Companhia, ou de suas subsidiárias ou controladas, cujo valor exceder de sua aquisição, ou em qualquer caso, o valor de mercado, cujo superior a R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de Reais); xvi. Deliberar sobre a prestação de garantias reais ou fidejussórias pela Companhia em favor de terceiros, exceto as sociedades controladas, em montante superior a R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de Reais), exceção feita à prestação de qualquer garantias em favor do (i) empregados da Companhia ou de suas sociedades controladas no que diz respeito a contratos de locação residencial, nas hipóteses de relacionamento e cessão do Companhia a (ii) sociedades controladas ou coligadas sem relação a corretora de locação de estabelecimentos, bens ou pontos comerciais; xvii. Autorizar a celebração pelo Companhia, por cujas subsidiárias ou sociedades controladas, de acordo, jadores ou estruturais, termos de quere de cessão ou instrumentos similares dos quais resultem na cessação de obrigações financeiras, de total ou de vão face, a cessão de bens ou serviços, e/ou a revenda do direito, exercer com o mercado das revistas, seja superior a R$20.000.000,00 (vinte milhões de Reais), e cujo objeto principal seja (i) venda e propaganda de novos produtos, (ii) afixar ou suspender a aplicação de penalidades e/ou a imposição de multas pelas sanções suspensivas, ou (iii) encerrar. Bolsa em bancos, ayil, Distrito sobre políticas ao diretamente fornece equivalente, e sumo resolutivo por todos os administradores, membros do Conselho Fiscal do Comitê de Auditoria Estatutário e empregados da Companhia, e de suas sociedades controladas, que disponham sobre: (i) condutas tendentes passíveis em pontos éticos e morais (código de Ética e de Conduta da Companhia); (ii) práticas de sustentabilidade da Companhia; (c) comunicação dos administradores; (d) indicação de membros do conselho do administrador, suas atribuições e suas funções; (e) gerenciamento de risco; f) transações com partes relacionadas; (g) conflito de interesses; e (h) negociação de valores mobiliários da Companhia; xix. Deliberar sobre a prática de atos ilícitos em benefício de seus empregados ou de comunicá, sempre que o valor envolvido seja superior a R$2.000.000,00 (dois milhões de Reais); xx. Aprovar a política de previdência complementar do Companhia e de suas sociedades que disponham sobre: (i) condutas tendentes passíveis em pontos éticos e morais (código de Ética e de Conduta da Companhia); (ii) práticas de sustentabilidade da Companhia; (c) comunicação dos administradores; (d) indicação de membros do conselho do administrador, suas atribuições e suas funções; (e) gerenciamento de risco; f) transações com partes relacionadas; (g) conflito de interesses; e (h) negociação de valores mobiliários da Companhia; xx. Deliberar sobre a política de distribuição de dividendos e/ou a proposta de destinação do resultado do exercício e a criação de reservas previstas em lei, observado o disposto no Artigo 40 deste Estatuto, bem como a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores; xxi. Deliberar sobre a criação de comitês de assessoramento, sua composição e suas atribuições, observado o disposto neste Estatuto; xxii. Aprovar o Regimento Interno do Sistema da Companhia, com a respectiva estrutura organizacional; xxiii. Indicar os representantes da Companhia na administração de sociedades investidas; xxiv. Eleger ou destituir os auditores independentes responsáveis pelos serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, após avaliação e parecer do Comitê de Auditoria Estatutário; xxv. Manifestar favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto ações da emissão da Companhia, por razão de possuir prévia fundamentada divulgada em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da companhia dos acionistas, incluindo em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) as necessidades da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pela ofertante em relação à Companhia; (iv) as alternativa à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras editadas pela CVM; xxvi. Deliberar sobre qualquer tema ou proposta a ser submetida à Assembleia Geral de acionistas, e deliberar pela sua convocação, sempre que necessário, ou, caso entenda-se a oportuna ou conveniente; xxvii. Aprovar a criação de qualquer filial, agência, escritório ou outra dependência administrativa ou operacional da Companhia no País ou no exterior; xxviii. Autorizar os casos omissos deste Estatuto e exercer outras atribuições que a Lei ou este Estatuto não conferir a outro órgão da Companhia. **Parágrafo Único** - O Conselho de Administração poderá estabelecer alçadas de aprovação diferenciada para a Diretoria e ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da Companhia, sempre observando o disposto neste Estatuto Social. **ARTIGO 23** - O Conselho de Administração é composto de no mínimo 05 (cinco) e no máximo 10 (dez) membros efetivos. **Parágrafo 1º** - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 02 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, sendo também considerado como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei 6.404/76, observado o disposto no Artigo 8º do Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo 2º** - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no Parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, procederá-se ao arredondamento para o número inteiro imediatamente sucessivo, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo 3º** - A qualificação como Conselheiro Independente deve ser deliberada na Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração e expressamente declarada na respectiva ata. **ARTIGO 24** - Os membros do Conselho de Administração são eleitos e destituídos pela Assembleia Geral, dentre e pelo Presidente. **Parágrafo 1º** - O Conselheiro que for reeleito deixa, não gozando de vista, salvo Diretoria da Assembleia Geral, assim que: (i) exerça cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver os mesmos interesses conflitantes com a Companhia. O Conselheiro tal poderá assumir o cargo de vice, ter seu acesso a informações ou participar de reuniões do Conselho de Administração, caso não configure, por tais supervisionado ou descontinuado à época de sua eleição, os fatores ao impedimento indicados neste Parágrafo 1º. **Parágrafo 2º** - É vedado, na forma do Artigo 150 da Lei 6.404/76, o direito de voto em circunstâncias que configurem conflito de interesse com a Companhia. **ARTIGO 25** - O Conselho de Administração se reunirá ordinariamente no mínimo 36 (seis) e no máximo 12 (doze) vezes ao ano, e extraordinariamente mediante convocação feita por seu Presidente, ou por qualquer 02 (dois) Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. **Parágrafo 1º** - As convocações se farão por carta ou correio eletrônico entregues com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias, sobre das hipóteses de reuniões urgência, a critério exclusivo do Presidente do Conselho de Administração, devendo a convocação conter a ordem do dia. **Parágrafo 2º** - Os membros do Conselho de Administração poderão participar das reuniões por meio de conferência telefônica, vídeo ou videoconferência, bem como qualquer pessoa à distância, sendo presentes para todos os efeitos legais. Também serão admitidas votos por carta, correio eletrônico ou registrados por meio de portal de governo corporativo ou qualquer outro meio formal de comunicação, desde que recebidos pelo Secretário do Conselho de Administração, ou seu substituto até o momento da respectiva reunião. **Parágrafo 3º** - O Presidente do Conselho de Administração poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer empregado da Diretoria, outros executivos da Companhia, assim como pessoas que possam contribuir com opiniões ou esclarecimentos relacionados as matérias a serem deliberadas pelo Conselho de Administração. Os referidos convidados o participar das reuniões do Conselho de Administração não terão direito de voto. **ARTIGO 26** - O Conselho de Administração deverá por deliberar do voto, proferido a maioria de seus membros, as

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Cert: 6/8

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

GRUPO FSM HOLDING S/A



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Pág. 1/3

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TIM S.A., NIRE 33.3.0032463-1, PROTOCOLO 00-2021/109865-5, ARQUIVADO EM 28/04/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004056787, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
316.163.018-13	FLAVIO DOS SANTOS DE ALCANTARA

28 de abril de 2021.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/109865-5 Data de protocolo: 27/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 28/04/2021 SOB O NÚMERO 00004056787 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: EFBAJDE4DBE0F82AB31140D1194BCFE88D247S2A04987AJ89CDE6239F55EA9D4
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA

Pag. 0/0

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2020/075809-8

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00003870676 - 30/04/2020

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 103375815

Hash: 2CD6121A-400D-46EB-B6F2-0E144E5FF69D

Orgão	Calculado	Pago
Junta	610,00	610,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

TIM S.A.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

017

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR JOSÉ ROBERTO BORGES, NATAN SCHIPER E SAMIR FERREIRA BARBOSA NEHME SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00003871524	02.421.421/0001-11	Rua FONSECA TELES 018	Sao Cristovao	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 06/05/2020 e arquivado em 06/05/2020

Nº de Páginas: 32

Capa Nº Páginas: 1/1

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

JUCERJA assinado digitalmente

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2020/075809-8 05/05/2020 19:15:53

JUCERJA

Último arquivamento:

00003870676 - 30/04/2020

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 103375815

Hash: 2CD6121A-400D-46EB-B6F2-0E144E5FF69D

Orgão	Calculado	Pago
Junta	610,00	610,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
017

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Representante legal da empresa

Nome:	RODRIGO BATISTA SANTOS
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	1132513350
E-mail:	rodrigo.santos@gasparino.adv.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	05/05/2020
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

05/05/2020

Data

00-2020/075809-8

TIM

TIM S.A.
Subsidiária Integral
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: 14 de abril de 2020, às 12h45, por meio de videoconferência.

PRESENÇA: Reuniu-se o Conselho de Administração da TIM S.A. ("Companhia") na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Carlo Nardello e Pietro Labriola e da Sra. Sabrina di Bartolomeo, por meio de videoconferência, conforme faculdade prevista no parágrafo 2º do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia.

MESA: Sr. Carlo Nardello – Presidente; e Sr. Jaques Horn – Secretário.

ORDEM DO DIA: **(1)** Eleger os Diretores Estatutários da Companhia.

DELIBERAÇÕES: Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma:

(1) (1.1) Face ao término do prazo de gestão dos Diretores, **elegeram**, nos termos do Art. 22, inciso XXI do Estatuto Social, a Diretoria da Companhia, composta por 7 (sete) membros identificados a seguir: **(i)** Diretor Presidente, o Sr. **Pietro Labriola**, italiano, em união estável, bacharel em administração de empresas, portador da carteira de RNM nº G188964B, inscrito no CPF/ME sob o nº 074.053.501-35, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(ii)** Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, o Sr. **Adrian Calaza**, argentino, casado, bacharel em administração de empresas, portador do RNE nº V406011-M, válido até 9 de outubro de 2021, inscrito no CPF/ME sob o nº 059.618.647-90, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(iii)** *Business Support Officer*, o Sr. **Bruno Mutzenbecher Gentil**, brasileiro, casado, bacharel em administração de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 07.212.618-

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

8, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 001.330.367-82, domiciliado na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 - Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(iv)** *Regulatory and Institutional Affairs Officer*, o Sr. **Mario Girasole**, brasileiro naturalizado, casado, bacharel em ciências econômicas, portador da Carteira de Identidade nº 32.859.384-3, inscrito no CPF/ME sob o nº 059.292.237-50, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(v)** Diretor Jurídico, o Sr. **Jaques Horn**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 70.654, expedida pela OAB/RJ, em 08 de maio de 2009, inscrito no CPF/ME sob o nº 846.062.237-15, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(vi)** *Chief Technology Information Officer*, o Sr. **Leonardo de Carvalho Capdeville**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 83.403-6, expedido pela SSP/ES, em 27 de agosto de 1986, inscrito no CPF/ME sob o nº 015.358.317-74, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; e **(vii)** *Chief Revenue Officer*, o Sr. **Alberto Mario Griselli**, italiano, casado, bacharel em engenharia, portador da carteira de RNE nº V354056-O, válido até 09/08/2020, inscrito no CPF/ME sob o nº 058.431.817-07, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro. Os membros da Diretoria eleitos terão mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a se realizar no ano de 2022. Os Diretores eleitos declararam, sob as penas da lei, que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer atividade mercantil, nos termos do Artigo 147 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e informaram, ainda, que irão apresentar os termos de posse, a declaração exigida pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 367/2002, os termos previstos nos Artigos 18 e 19 do Estatuto Social e demais documentos, devidamente assinados, dentro do prazo legal.

(1.2) Em razão da deliberação acima, os limites de autoridade dos Diretores e dos procuradores da Companhia ficam estabelecidos da seguinte forma: **(i)** o **Diretor Presidente** da Companhia terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

a Companhia em todo e qualquer ato, documento ou perante qualquer autoridade pública, até o valor de R$30.000.000,00 (trinta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; **(ii)** o **Diretor Financeiro** terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em relação a atividades da área financeira, incluindo sem limitações, contratos de operações financeiras e de tesouraria, inclusive, contratos de garantia em geral, tomada e concessão de empréstimos, cessão e desconto de títulos, até o valor de R$30.000.000,00 (trinta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas, e para praticar os demais atos e assinar todo e qualquer documento em nome da Companhia, dentro de sua área de atuação, até o valor de R$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; e (iii) os demais Diretores da Companhia **Diretor de Relações com Investidores**, ***Business Support Officer***; ***Regulatory and Institutional Affairs Officer***; **Diretor Jurídico**, ***Chief Technology Information Officer*** e ***Chief Revenue Officer***, terão plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato, documento ou perante qualquer autoridade pública, dentro de suas respectivas áreas de atuação, até o valor de R$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas. Os limites financeiros ora aprovados deverão ser observados única e exclusivamente para a implementação de operação e/ou para a celebração de negócio jurídico que resulte na assunção de obrigações e/ou na renúncia de direitos pela Companhia. Neste sentido, tais limites não serão aplicados nas seguintes situações, dentre outras: **(i)** na celebração de contratos de venda de bens e serviços que representem ingresso de receita; **(ii)** na prática de atos de simples rotinas administrativas perante pessoas jurídicas de direito público interno, empresas públicas ou sociedades empresariais que compõem a administração indireta, e outras da mesma natureza; e **(iii)** na execução de atos da rotina operacional financeira da Companhia, tais como, a autorização e/ou a realização de pagamentos de tributos ou quaisquer obrigações, transferências de recursos entre contas de mesma titularidade, aplicações e resgates de recursos financeiros da Companhia, abertura ou encerramento de contas correntes, e solicitação e cancelamento de acesso a quaisquer sistemas disponibilizados por instituições financeiras em geral. Por fim, todos os Diretores poderão praticar quaisquer atos e assinar todo e qualquer documento, em nome da Companhia, que

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 5/32

JUCERJA assinado digitalmente

tenham sido previamente aprovados pelos órgãos societários competentes, independentemente dos limites financeiros aqui estabelecidos.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes: Srs. Carlo Nardello e Pietro Labriola, e Sra. Sabrina di Bartolomeo.

Certifico que a presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro (RJ), 14 de abril de 2020.

JAQUES HORN
Secretário da Mesa

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 6/32

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE (IN 60/2019 – DREI)

Eu RODRIGO BATISTA SANTOS, com inscrição ativa na(o) OAB/SP sob o nº 333.535, expedida em 26/04/2013, inscrito no CPF nº 311.513.508-42, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

Documentos apresentados:

1. Ata de Reunião do Conselho de Administração da TIM S.A. – NIRE 33300324631, realizada em 14.04.2020 às 12:45Hs, no total de quatro folhas.

Data: 05/05/2020

Assinatura

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME 02.421.421/0001-11

NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **Adrian Calaza**, argentino, casado, bacharel em administração de empresas, portador do RNE nº V406011-M, válido até 9 de outubro de 2021, inscrito no CPF/ME sob o nº 059.618.647-90, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, venho, por meio deste, tomar posse como **Diretor Financeiro** e **Diretor de Relações com Investidores** da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada no día 14 de abril de 2020, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

v. Nos termos do Art. 40 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas de sua controladora TIM Participações S.A.

Declaro, por fim, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Norte, 12º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro (RJ), 14 de abril de 2020.

ADRIAN CALAZA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **BRUNO MUTZENBECHER GENTIL,** brasileiro, casado, bacharel em administração de empresas, portador do documento de identidade nº 07.212.618-8, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 001.330.367-82, domiciliado na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e no Estado do Rio de Janeiro, venho, por meio deste, tomar posse como ***Business Support Officer*** da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada no dia 14 de abril de 2020, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 40 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas de sua controladora, TIM Participações S.A.

Declaro, por fim, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Norte, 12º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro (RJ), 14 de abril de 2020.

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **JAQUES HORN**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 70.654, expedida pela OAB/RJ, em 08 de maio de 2009, inscrito no CPF/ME sob o nº 846.062.237-15, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, venho, por meio deste, tomar posse como **Diretor Jurídico** da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada no dia 14 de abril de 2020, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 40 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles,

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas de sua controladora, TIM Participações S.A..

Declaro, por fim, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Norte, 12º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro (RJ), 14 de abril de 2020.

JAQUES HORN

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **ALBERTO MARIO GRISELLI**, italiano, casado, bacharel em engenharia, portador da carteira de RNE n° V354056-O, válido até 09/08/2020, inscrito no CPF/ME sob o n° 058.431.817-07, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, venho, por meio deste, tomar posse como ***Chief Revenue Officer*** da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada no dia 14 de abril de 2020, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 40 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles,

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.

relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas de sua controladora, TIM Participações S.A..

Declaro, por fim, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Norte, 12º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro (RJ), 14 de abril de 2020.

ALBERTO MARIO GRISELLI

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE,** brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade n° 83.403-6, expedido pela SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o nº 015.358.317-74, domiciliado na Avenida João Cabral de Mello Neto, n° 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e no Estado do Rio de Janeiro, venho, por meio deste, tomar posse como ***Chief Technology Information Officer*** da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada no dia 14 de abril de 2020, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 40 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.

disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas de sua controladora, TIM Participações S.A..

Declaro, por fim, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Norte, 12º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro (RJ), 14 de abril de 2020.

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **MARIO GIRASOLE**, brasileiro naturalizado, casado, bacharel em ciências econômicas, portador da Carteira de Identidade nº 32.859.384-3, inscrito no CPF/ME sob o nº 059.292.237-50, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, venho, por meio deste, tomar posse como ***Regulatory and Institutional Affairs Officer*** da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada no dia 14 de abril de 2020, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 40 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas de sua controladora, TIM Participações S.A..

Declaro, por fim, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Norte, 12º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro (RJ), 14 de abril de 2020.

MARIO GIRASOLE

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **PIETRO LABRIOLA**, italiano, em união estável, bacharel em administração de empresas, portador da carteira de RNM n° G188964B, inscrito no CPF/ME sob o nº 074.053.501-35, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, venho, por meio deste, tomar posse como **Diretor Presidente** da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada no dia 14 de abril de 2020, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
v. Nos termos do Art. 40 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.

disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas de sua controladora, TIM Participações S.A..

Declaro, por fim, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Norte, 12º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro (RJ), 14 de abril de 2020.

PIETRO LABRIOLA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LIVRO 4422

FOLHAS 165/174

ATO Nº 015

TRASLADO

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ TIM S.A, NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este Público Instrumento de Procuração virem que no ano de dois mil e vinte (2020), aos 13 (treze) dias do mês de Abril (04), nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Comarca da Capital, República Federativa do Brasil, na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 - Torre Sul, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, aonde em diligência a chamado vim, e perante mim, **LAVINIA SIQUEIROS SOARES LE COCQ D' OLIVEIRA, Substituta do Tabelião**, lotada no Cartório do Quarto Ofício de Notas na Av. das Américas, 16.401, loja D, Recreio dos Bandeirantes/RJ, compareceu como **OUTORGANTE: TIM S.A.**, com sede na Rua Fonseca Teles, nº 18 a 30, bloco B, 3º pavimento, bairro de São Cristóvão, cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob nº 02.421.421/0001-11, neste ato devidamente representada por seu Diretor Presidente, o Sr. **PIETRO LABRIOLA**, italiano, em união estável, bacharel em administração de empresas, portador da carteira de RNM nº G188964-B, inscrito no CPF/ME sob o nº 074.053.501-35; e por seu Diretor Jurídico, o Sr. **JAQUES HORN**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 70.654, expedido pela OAB/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 846.062.237-15, ambos com o endereço eletrônico societario@timbrasil.com.br, e domiciliados na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 - Torre Sul, Barra da Tijuca, cidade e Estado do Rio de Janeiro. Então pela Outorgante, foi me dito, através de seus representantes, que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como seus bastantes procuradores: **LUIZ FERNANDO SACHET**, brasileiro, divorciado, advogado, portador do documento de identidade nº 18.429, expedido pela OAB/SC em 01/12/2008, inscrito no CPF/ME sob o nº 004.726.099-80; **GUILHERME SILVA ROMAN**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de

AAA 016782733

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

RIO DE JANEIRO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro

identidade nº 18.400, expedido pela OAB/SC em 13/08/2003, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.856.599-07; **CÉSAR ROMERO BORGES DE BARROS**, brasileiro, divorciado, advogado, portador do documento de identidade nº 20.789, expedido pela OAB/SC em 01/08/2009, inscrito no CPF/ME sob o nº 032.010.849-05; **MARIO DE CASTRO MARCHIORI**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do documento de identidade nº 17.452, expedido pela OAB/SC em 05/01/2006, inscrito no CPF/ME sob o nº 270.548.338-13; **ALEX CYPRIANO VALLIM**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do documento de identidade nº 158.762, expedido pela OAB/RJ em 16/08/2009, inscrito no CPF/ME sob o nº 057.088.887-50; **BÁRBARA VIVI WOLFF**, brasileira, casada, advogada, portadora do documento de identidade nº 15.160, expedido pela OAB/SC em 01/02/2009, inscrita no CPF/ME sob o nº 021.246.189-38; **CÉSAR TADEU DIAS JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 25.674-B, expedido pela OAB/SC em 03/11/2004, inscrito no CPF/ME sob o nº 956.297.420-00; **GERALDO VINÍCIUS DOS SANTOS**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 20.655, expedido pela OAB/SC em 09/06/2010, inscrito no CPF/ME sob o nº 037.534.269-97; **JOÃO GUSTAVO SPECIALSKI SILVEIRA**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 26.947, expedido pela OAB/SC em 17/11/2008, inscrito no CPF/ME sob o nº 007.151.839-82; **JOÃO HENRIQUE BALLSTAEDT GASPARINO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do documento de identidade nº 32.944, expedido pela OAB/SC em 16/03/2012, inscrito no CPF/ME sob o nº 064.590.749-92; **LUIZ FLÁVIO SILVA BASTOS**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 31.173, expedido pela OAB/SC em 15/04/2011, inscrito no CPF/ME sob o nº 056.576.079-37; **ALBERTO ITIRO IGAMI**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do documento de identidade nº 8.536-B, expedido pela OAB/SC em 01/02/2009, inscrito no CPF/ME sob o nº 450.304.569-53; **ALEXANDRE GÓES ULYSSÉA DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do documento de identidade nº 39.013, expedido pela OAB/SC em 07/04/2014, inscrito no CPF/ME sob o nº 079.640.319-88; **ALFREDO ZANOTTO FILHO**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do documento de identidade nº 39.108, expedido pela OAB/SC em 28/04/2014, inscrito no CPF/ME sob o nº 061.212.529-79; **AMIRA MOHAMAD HAJAR**, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de identidade nº 44.663, expedido pela

AAA 016782734

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

RIO DE JANEIRO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro

OAB/SC em 09/03/2016, inscrita no CPF/ME sob o nº 060.205.609-88; **ANA PAULA MATTE**, brasileira, solteira, estagiária, portadora do documento de identidade nº 4.821.291, expedido pela SSP/SC em 04/11/2013, inscrita no CPF/ME sob o nº 098.615.749-05; **ANDERSON ARBUES ANDRADE**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 379.819, expedido pela OAB/SP em 11/02/2016, inscrito no CPF/ME sob o nº 375.799.668-24; **ANDERSON MOURA DE SOUZA LEMOS**, brasileiro, solteiro, estagiário, portador do documento de identidade nº 20.898.469-0, expedido pelo DETRAN/RJ em 03/10/2007, inscrito no CPF/ME sob o nº 119.160.717-83; **ANDRÉ FELIPE DE PAULA ANDRADE**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 398.380, expedido pela OAB/SP em 06/09/2011, inscrito no CPF/ME sob o nº 424.126.748-33; **ANDREZA KÖENIG BORGES**, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de identidade nº 57.518, expedido pela OAB/SC em 02/08/2011 , inscrita no CPF/ME sob o nº 045.081.709-19; **AYLA LOBO DE SOUZA**, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de identidade nº 57.119, expedido pela OAB/SC em 09/05/2011, inscrita no CPF/ME sob o nº 095.981.909-60; **BEATRIZ MENDONÇA DE SOUZA**, brasileira, solteira, estagiária, portadora do documento de identidade nº 22982020-4, expedido pelo DETRAN/RJ em 23/12/2015, inscrita no CPF/ME sob o nº 162.795.627-19; **BEATRIZ DOS SANTOS SILVA**, brasileira, solteira, estagiária, portadora do documento de identidade nº 54.556.026-3, expedido pelo SSP/SP em 19/07/2010, inscrita no CPF/ME sob o nº 436.384.968-13; **BRUNO JOSÉ BARBOSA GUILHON**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do documento de identidade nº 25.551, expedido pela OAB/SC em 17/07/2008, inscrito no CPF/ME sob o nº 027.308.799-19; **CATIANI ROSSI**, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de identidade nº 23.575, expedido pela OAB/SC em 15/02/2012, inscrita no CPF/ME sob o nº 038.139.909-58; **CAUÊ MACHADO OLIVEIRA BRASIL**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 45.905, expedido pela OAB/SC em 20/05/2016, inscrito no CPF/ME sob o nº 016.195.120-17; **DÉBORA NIEMEYER DE ANDRADE**, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de identidade nº 189.598, expedido pela OAB/MG em 19/09/2018, inscrita no CPF/ME sob o nº 056.605.409-45; **DENISE KAROLINE PEREIRA GARCIA**, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de identidade nº 53.123, expedido pela OAB/SC

AAA 016782735

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

em 11/09/2018, inscrita no CPF/ME sob o nº 043.833.371-39; **DIANA MATOS AGUIAR BASTOS**, brasileira, casada, advogada, portadora do documento de identidade nº 36.561, expedido pela OAB/SC em 13/05/2013, inscrita no CPF/ME sob o nº 004.595.239-61; **DIEGO BACELAR LIPARIZI**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 33.397, expedido pela OAB/DF em 23/11/2010, inscrito no CPF/ME sob o nº 726.863.081-68; **DIOGO SOUZA PERES**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 221.025, expedido pelo OAB/RJ em 07/08/2018, inscrito no CPF/ME sob o nº 107.943.567-02; **DOUGLAS SILVA DE ALBUQUERQUE**, brasileiro, solteiro, estagiário, portador do documento de identidade nº 39.515.588-5, expedido pela SSP/SP em 10/04/2014, inscrito no CPF/ME sob o nº 434.477.938-05; **EDUARDO BRUSTOLIN**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do documento de identidade nº 31.295, expedido pela OAB/SC em 29/04/2011, inscrito no CPF/ME sob o nº 067.394.049-76; **EDUARDO SABINO**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 38.529, expedido pela OAB/SC em 06/02/2014, inscrito no CPF/ME sob o nº 075.244.319-45; **EMERSON FERREIRA DAS NEVES**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do documento de identidade nº 436.792, expedido pela OAB/SP em 04/11/2016, inscrito no CPF/ME sob o nº 381.429.868-33; **FABIANO RÉGIS ABREU JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do documento de identidade nº 53.894, expedido pela OAB/SC em 08/12/2018, inscrito no CPF/ME sob o nº 092.932.709-86; **FELIPE GERLACH MARTINS GISLON**, brasileiro, solteiro, estagiário, portador do documento de identidade nº 5.289.431, expedido pela SSP/SC em 24/05/2014, inscrito no CPF/ME sob o nº 058.502.869-93; **FELIPE MOLINA COSTA**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do documento de identidade nº 412.042, expedido pela OAB/SP em 10/06/2013, inscrito no CPF/ME sob o nº 403.573.348-25; **GABRIELA DA FONSECA BARCELLOS GOMES**, brasileira, solteira, estagiária, portadora do documento de identidade nº 30.319.700-8, expedido pelo DETRAN/RJ em 15/01/2020, inscrita no CPF/ME sob o nº 174.580.967-80; **GABRIELE MARTILIANO SALVADOR**, brasileira, solteira, estagiária, portadora do documento de identidade nº 56.921.621-7, expedido pela SSP/SP em 05/10/2013, inscrita no CPF/ME sob o nº 473.133.468-32; **GRAZIELLA NOVAIS PEREIRA**, brasileira, solteira, estagiária, portadora do documento de identidade nº 39189593-x, expedido pela SSP/SP em 09/10/2017, inscrita no

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RIO DE JANEIRO
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro
AAA 016782736

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

RIO DE JANEIRO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro

CPF/ME sob o nº 466.048.268-56; **HEREDION MARTINS MOREIRA CASTRO**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do documento de identidade nº 56.283, expedido pela OAB/SC em 11/07/2012, inscrito no CPF/ME sob o nº 096.647.749-95; **HUGO VELOSO STEINMETZ**, brasileiro, solteiro, bacharel em direito, portador do documento de identidade nº 20.538.696-4, expedido por DETRAN/RJ em 23/08/2010, inscrito no CPF/ME sob o nº 115.451.257-67; **ISABEL ALMEDIA SILVA RIBEIRO**, brasileira, casada, estagiária, portadora do documento de identidade nº 39.281.395-6, expedido pela SSP/SP em 23/04/2019, inscrita no CPF/ME sob o nº 463.200.688-25; **ISABELLA DA FONSECA ARDIGÓ DA SILVA**, brasileira, solteira, estagiária, portadora do documento de identidade nº 6.181.631, expedido pela SSP/SC em 13/03/2013, inscrita no CPF/ME sob o nº 117.778.529-35; **JOÃO PEDRO RAMOS GARCIA**, brasileiro, solteiro, estagiário, portador do documento de identidade nº 5.636.899, expedido pela SSP/SC em 24/05/2014, inscrito no CPF/ME sob o nº 087.407.599-89; **JOSÉ VITOR MENDONÇA FREITAS**, brasileiro, solteiro, estagiário, portador do documento de identidade nº 5.356.522, expedido pela SSP/SC em 30/01/2016, inscrito no CPF/ME sob o nº 102.678.069-14; **JHONEM ARAÚJO PEREIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do documento de identidade nº 33.937, expedido pela OAB/SC em 18/07/2012, inscrito no CPF/ME sob o nº 045.933.749-10; **JOFFRE LELLIS NETO**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do documento de identidade nº 40.359, expedido pela OAB/DF em 03/06/2013, inscrito no CPF/ME sob o nº 699.723.201-97; **JOYCE COSTA RODRIGUES**, brasileira, solteira, estagiária, portadora do documento de identidade nº 214.392-E, expedido pela OAB/RJ em 10/04/2018, inscrita no CPF/ME sob o nº 154.599.767-58; **JULIA MOREIRA SILVEIRA**, brasileira, solteira, estagiária, portadora do documento de identidade nº 6.455.379, expedido pela SSP/SC em 14/04/2010, inscrita no CPF/ME sob o nº 108.290.119-94; **KAIQUE NAPOLITANO BRANDÃO**, brasileiro, solteiro, estagiário, portador do documento de identidade nº 38.106.042-1, expedido pela SSP/SP em 10/08/2012, inscrito no CPF/ME sob o nº 482.004.318-86; **LAYS CEZAR TRINDADE**, brasileira, solteira, estagiária, portadora do documento de identidade nº 27.909.338-9, expedido pelo DETRAN/RJ em 28/07/2017, inscrita no CPF/ME sob o nº 165.801.147-38; **LEONARDO AMÂNCIO DO COUTO**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do documento de identidade nº 227.003,

AAA 016782737

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RIO DE JANEIRO
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro

expedido pela OAB/RJ em 04/09/2014, inscrito no CPF/ME sob o nº 164.890.787-32; **LEONARDO DE MELO ROSA**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 173.296, expedido pela OAB/RJ em 13/04/2012, inscrito no CPF/ME sob o nº 117.106.067-03; **LORENA GER BESSA DA SILVA**, brasileira, solteira, estagiária, portadora do documento de identidade nº 21.406.701-9, expedido pelo DETRAN/RJ em 14/08/2013, inscrita no CPF/ME sob o nº 143.758.687-24; **LUAN TELINO MARCHI**, brasileiro, solteiro, estagiário, portador do documento de identidade n° 5.400.164, expedido pela SSP/SC em 10/01/2014, inscrito no CPF/ME sob o n° 071.223.169-20; **LUANA CRISTINA LOPES**, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de identidade nº 224.978, expedido pelo OAB/RJ em 17/03/2012, inscrita no CPF/ME sob o nº 149.684.787-39; **LUCAS BRASIL SALAMA**, brasileiro, solteiro, estagiário, portador do documento de identidade nº 06980613821 (CNH), expedido pelo DETRAN/AM em 27/12/2017, inscrito no CPF/ME sob o nº 433.556.148-23; **LUCAS HENRIQUE CARVALHO SANTOS**, brasileiro, solteiro, estagiário, portador do documento de identidade n° 38.278.808-4, expedido pela SSP/SP em 29/03/2017, inscrito no CPF/ME sob o n° 438.735.318-01; **LUCAS HENRIQUE DE AZEVEDO TEIXEIRA**, brasileiro, solteiro, estagiário, portador do documento de identidade n° 30.545.497-7, expedido pelo DETRAN/RJ em 17/01/2017, inscrito no CPF/ME sob o n° 165.388.917-99; **LUCAS NEVES MAGALHÃES**, brasileiro, solteiro, estagiário, portador do documento de identidade n° 29.921.963-4, expedido pelo DETRAN/RJ em 18/05/2016, inscrito no CPF/ME sob o n° 158.195.547-28; **LUIZA VASCONCELLOS DE FARIAS MONVOISIN**, brasileira, solteira, estagiária, portadora do documento de identidade nº 27.445.375-2, expedido pelo DETRAN/RJ em 11/04/2018, inscrita no CPF/ME sob o nº 174.894.117-85; **MANOELA SOARES DE ARAÚJO**, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de identidade nº 38.532, expedido pela OAB/SC em 03/04/2006, inscrita no CPF/ME sob o nº 007.976.609-92; **MARIANA KAPPS COUTINHO**, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de identidade nº 177.231, expedido pela OAB/RJ em 14/11/2012, inscrita no CPF/ME sob o nº 124.585.797-52; **MATHEUS RIBEIRO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, estagiário, portador do documento de identidade nº 277684940, expedido pelo DIC/RJ em 19/03/2013, inscrito no CPF/ME sob o nº 149.211.337-94; **MIRELLA DE CASTRO NANNI**, brasileira, solteira, advogada,

AAA 016782738

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.

RIO DE JANEIRO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro

portadora do documento de identidade nº 224.456, expedido pela OAB/SP em 11/08/2004, inscrita no CPF/ME sob o nº 288.213.538-69; **MOANE PINHEIRO SANTOS**, brasileira, solteira, bacharel em Direito, portadora do documento de identidade nº 5428888, expedido pela SPTC/GO em 06/02/2007, inscrita no CPF/ME sob o nº 040.408.741-88; **NATÁLIA MARIA MARTINS DE SOUZA BONO**, brasileira, solteira, estagiária, portadora do documento de identidade nº 55.077.822-6, expedido pela SSP/SP em 22/12/2010, inscrita no CPF/ME sob o nº 508.980.888-01; **NAYRA PIMENTEL RIBEIRO**, brasileira, solteira, estagiária, portadora do documento de identidade nº 55.025.687-8, expedido pela SSP/SP em 15/08/2018, inscrita no CPF/ME sob o nº 435.900.678-02; **PATRIK ROCHA DE LIMA**, brasileiro, solteiro, estagiário, portador do documento de identidade nº 39.440.277-7, expedido pela SSP/SP em 27/01/2016, inscrito no CPF/ME sob o nº 479.458.308-70; **PAULO PEREIRA CARVALHO JUNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do documento de identidade nº 212.535, expedido pela OAB/RJ em 12/05/2017, inscrito no CPF/ME sob o nº 130.709.707-37; **PAULO VICTOR SILVA DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, estagiário, portador do documento de identidade nº 5.371.569, expedido pela SSP/SC em 28/01/2016, inscrito no CPF/ME sob o nº 105.082.679-51; **PRISCILLA CALMON DE BARROS WARWAR**, brasileira, casada, advogada, portadora do documento de identidade nº 222.121, expedido pela OAB/RJ em 02/10/2018, inscrita no CPF/ME sob o nº 070.644.337-14; **RAFAEL KOERICH**, brasileiro, solteiro, bacharel em direito, portador do documento de identidade nº 6112117, expedido pela SSP/SC em 26/03/2015, inscrito no CPF/ME sob o nº 082.328.249-05; **RAFAELA FREITAS BOZZONI DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, estagiária, portadora do documento de identidade nº 55581421-x, expedido pela SSP/SP em 26/07/2018, inscrita no CPF/ME sob o nº 446.813.588-35; **RENATA LEMOS DE SOUZA**, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de identidade nº 333.852, expedido pela OAB/SP em 14/10/2009, inscrita no CPF/ME sob o nº 007.840.060-08; **RENATA SANTOS HERMANN**, brasileira, solteira, bacharel em direito, portadora do documento de identidade nº 6.813.247, expedido pela SSP/SC em 06/01/2012, inscrita no CPF/ME sob o nº 060.587.179-57; **RICARDO FREITAS CORREA**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do documento de identidade nº 44.321, expedido pela OAB/SC em 04/05/2016, inscrito no CPF/ME sob o nº 058.075.709-95; **RODRIGO**

AAA 016782739

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

RIO DE JANEIRO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro

BATISTA SANTOS, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 333.535, expedido pela OAB/SP em 26/04/2013, inscrito no CPF/ME sob o nº 311.513.508-42; **STEPHAN REITZ**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do documento de identidade nº 32.432, expedido pela OAB/SC em 10/02/2012, inscrito no CPF/ME sob o nº 225.227.678-95; **TAYMARA FÁTIMA PEREIRA**, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de identidade n° 37.524, expedido pela OAB/SC em 23/10/2013, inscrita no CPF/ME sob o n° 072.110.599-82; **THAMYRIS QUADROS DE ASSIS**, brasileira, solteira, estagiária, portadora do documento de identidade nº 25.736.672-4, expedido pelo DETRAN/RJ em 10/10/2009, inscrita no CPF/ME sob o nº 136.371.757-03; **THIANNE SILVA SILVEIRA**, brasileira, solteira, advogada, portadora do documento de identidade nº 8.532, expedido pela OAB/AM em 12/12/2012, inscrita no CPF/ME sob o nº 014.337.051-09; **VICTOR HUGO DE CAMPOS**, brasileiro, solteiro, estagiário, portador do documento de identidade n° 42.212.223-3, expedido pela SSP/SP em 03/06/2011, inscrito no CPF/ME sob o n° 359.249.768-58; e **VICTÓRIA NADUR PEDROSA TIRICO DA SILVA**, brasileira, solteira, estagiária, portadora do documento de identidade nº 37.910.277-8, expedido pela SSP/SP em 29/10/2012, inscrita no CPF/ME sob o nº 405.348.588-64, todos integrantes do escritório Gasparino, Sachet, Roman, Barros e Marchiori Sociedade de Advogados, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 07.097.039/0001-18, com o endereço eletrônico societario@timbrasil.com.br, e domiciliados na Av. Prefeito Osmar Cunha, nº 183, bloco B, 6º andar, salas 609 a 613, Ceisa Center, Centro, Florianópolis – SC, CEP 88015-100; aos quais confere poderes para, isoladamente ou em conjunto com um diretor estatutário ou com outro procurador com iguais poderes, representar a **OUTORGANTE** e todas as suas filiais no território nacional, perante as repartições públicas federais, estaduais e municipais, superintendências regionais, secretarias, delegacias, inspetorias, agências e postos da Receita Federal do Brasil, órgãos do Ministério da Fazenda, Procuradoria da Fazenda Nacional, secretarias da Fazenda e procuradorias da Fazenda estaduais, cadastro de devedores federais e estaduais, Junta Comercial, Registro Civil das Pessoas Jurídicas – RCPJ, Departamento de Comércio Exterior - DECEX, SISCOMEX, CONCEX, Banco do Brasil, Banco Central do Brasil, Caixa Econômica Federal, AGEFIS - Agência de Fiscalização do Distrito Federal e a Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária - DOT, podendo para

AAA 016782740

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.

tanto: (i) representá-la em seus departamentos e demais repartições; (ii) assinar requerimentos, petições, guias e DBE; (iii) consultar débitos inscritos no CADIN Federal, Estadual e Municipal, (iv) promover cadastros, alterações e baixas; (v) requerer parcelamentos administrativos, restituições e certidões fiscais; e (vi) acompanhar processos, pedir vistas, cumprir exigências, tomar ciência de despachos, notificação de débito e intimação, solicitar cópia de documentos, podendo, ainda, praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, não sendo permitido o substabelecimento. Os **OUTORGADOS** deverão observar, fiel e rigorosamente, as competências fixadas no Estatuto Social; o Código de Ética e de Conduta; a Política Anticorrupção da **OUTORGANTE**, e a legislação relacionada, notadamente a Lei nº 12.846/2013, bem como os preceitos gerais de probidade e legalidade no seu exercício. O presente mandato será válido até 30 de setembro de 2020, podendo ser revogado a qualquer momento pela **OUTORGANTE.** **(Procuração esta feita conforme minuta apresentada. A Outorgante deixa de apresentar a filiação dos OUTORGADOS por desconhecer tais informações)**. Dispensada a presença de testemunhas conforme Artigo 391 da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Certifico que pelo presente ato são devidas custas no valor de R$264,14 (acrescidas de R$11,16 pelo Arquivamento, R$25,88 pela Guia de Comunicação do Distribuidor, RGI, DOI, JUCERJA e CENSEC, tabela 07 no valor de R$301,18 (tabela 07, conforme Tabela 07 da Portaria 02/2001) mais os 20% devidos ao FETJ no valor de R$86,65, consoante Lei n.º 3.217/99, R$21,66 pela Lei nº4664/05 , artigo 4º, inc. III (5%-FUNDPERJ), R$21,66 da Lei Complementar nº 111/06 (5%- FUNPERJ), R$17,33 da lei 6281, artigo 1º(4% FUNARPENRJ), R$7,92 do art. 112 §2º da Constituição Estadual/RJ (PMCMV), R$150,35 pela distribuição e R$132,07 a que se acrescem, pelo item 13 da Tabela XXII, antiga Tabela VII . **Totalizando o total de R$738,82.** Que ficam arquivadas cópias dos documentos de identificação da Outorgante -.-.-.-

-.-

-.-

-.-

-.-

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro

AAA 016782741

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 30/32

JUCERJA assinado digitalmente

RIO DE JANEIRO

Cartório do Recreio

4º Tabelionato de Notas - Rio de Janeiro - RJ
Tabelião: Hamilton Barros

4.º OFÍCIO DE NOTAS
Lavinia Le Cocq
Substituta do Tabelião
CTPS: 84729/124-RJ

Eu, , LAVINIA SIQUEIROS SOARES LE COCQ D´OLIVEIRA, Substituta do Tabelião, lavrei, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas. (assinado) OUTORGANTE / TIM S.A. (repres) PIETRO LABRIOLA/ OUTORGANTE / TIM S.A. (repres) JAQUES HORN. "TRASLADADA HOJE"-.-

EM TESTº DA VERDADE

-SUBSTITUTA DO TABELIÃO-

4.º OFÍCIO DE NOTAS
Lavinia Le Cocq
Substituta do Tabelião
CTPS: 84729/124-RJ

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDKI14509-PDC
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

AAA 016782742

Av. Das Américas, 16401 / Lj. D - Cep 22790-703 - Tel.: (21) 3434-9400
e-mail: tabelionato@cartoriohbarros.com.br

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA
assinado digitalmente

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TIM S.A., NIRE 33.3.0032463-1, PROTOCOLO 00-2020/075809-8, ARQUIVADO EM 06/05/2020, SOB O NÚMERO (S) 00003871524, FOI ASSINADO DIGITALMENTE COM CERTIFICADO A3 PADRÃO ICP-BRASIL POR:

CPF/CNPJ	Nome

06 de maio de 2020.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/075809-8 Data do protocolo: 05/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/05/2020 SOB O NÚMERO 00003871524 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 9DBC2F07E0C7D2F9D28E03279C70C0C9318D051A6669B71A8E6720DD17DB1453
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2020/080883-4

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00003874070 - 15/05/2020

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 103382297

Hash: 4EB16DBE-848E-4FD4-AFC8-BBFE0E099AF5

Orgão	Calculado	Pago
Junta	176,00	176,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

TIM S.A.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

201

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
252	1	Arquivamento de Publicações de Atos de Sociedade / Atos Societários
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR JOSÉ ROBERTO BORGES E SAMIR FERREIRA BARBOSA NEHME SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00003874152	02.421.421/0001-11	Rua FONSECA TELES 018	Sao Cristovao	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 15/05/2020 e arquivado em 15/05/2020

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL

Nº de Páginas: 15

Capa Nº Páginas: 1/1

Observação:

JUCERJA assinado digitalmente

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2020/080883-4 14/05/2020 17:59:18

JUCERJA

Último arquivamento:

00003871524 - 06/05/2020

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 103382297

Hash: 4EB16DBE-848E-4FD4-AFC8-BBFE0E099AF5

Orgão	Calculado	Pago
Junta	176,00	176,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
201

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
252	1	Arquivamento de Publicações de Atos de Sociedade / Atos Societários
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Representante legal da empresa

Nome:	RODRIGO BATISTA SANTOS
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	1132513350
E-mail:	rodrigo.santos@gasparino.adv.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	14/05/2020
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

14/05/2020

Data

00-2020/080883-4

ESTA PARTE É EDITADA ELETRONICAMENTE DESDE 23 DE JANEIRO DE 2006

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PARTE V
PUBLICAÇÕES A PEDIDO

ANO XLVI - Nº 082
SEGUNDA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 2020

www.ioerj.com.br

ATAS, CERTIDÕES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Sociedades e Firmas

TIM S.A.
Subsidiária Integral
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2020. DATA, HORA E LOCAL: 14 de abril de 2020, às 12h45, por meio de videoconferência. **PRESENÇA:** Reuniu-se o Conselho de Administração da TIM S.A. ("Companhia") na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Carlo Nardello e Pietro Labriola e da Sra. Sabrina di Bartolomeo, por meio de videoconferência, conforme faculdade prevista no parágrafo 2º do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia. **MESA**: Sr. Carlo Nardello - Presidente; e Sr. Jaques Horn - Secretário. **ORDEM DO DIA**: **(1)** Eleger os Diretores Estatutários da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: **(1) (1.1)** Face ao término do prazo de gestão dos Diretores, **elegeram**, nos termos do Art. 22, inciso XXI do Estatuto Social, a Diretoria da Companhia, composta por 7 (sete) membros identificados a seguir: **(i)** Diretor Presidente, o Sr. **Pietro Labriola**, italiano, em união estável, bacharel em administração de empresas, portador da carteira de RNM nº G188964B, inscrito no CPF/ME sob o nº 074.053.501-35, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(ii)** Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, o Sr. **Adrian Calaza**, argentino, casado, bacharel em administração de empresas, portador do RNE nº V406011-M, válido até 9 de outubro de 2021, inscrito no CPF/ME sob o nº 059.618.647-90, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(iii)** *Business Support Officer*, o Sr. **Bruno Mutzenbecher Gentil**, brasileiro, casado, bacharel em administração de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 07.212.618-8, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 001.330.367-82, domiciliado na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 - Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(iv)** *Regulatory and Institutional Affairs Officer*, o Sr. **Mario Girasole**, brasileiro naturalizado, casado, bacharel em ciências econômicas, portador da Carteira de Identidade nº 32.859.384-3, inscrito no CPF/ME sob o nº 059.292.237-50, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(v)** Diretor Jurídico, o Sr. **Jaques Horn**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 70.654, expedida pela OAB/RJ, em 08 de maio de 2009, inscrito no CPF/ME sob o nº 846.062.237-15, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(vi)** *Chief Technology Information Officer*, o Sr. **Leonardo de Carvalho Capdeville**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 83.403-6, expedido pela SSP/ES, em 27 de agosto de 1986, inscrito no CPF/ME sob o nº 015.358.317-74, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; e **(vii)** *Chief Revenue Officer*, o Sr. **Alberto Mario Griselli**, italiano, casado, bacharel em engenharia, portador da carteira de RNE nº V354056-O, válido até 09/08/2020, inscrito no CPF/ME sob o nº 058.431.817-07, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro. Os membros da Diretoria eleitos terão mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a se realizar no ano de 2022. Os Diretores eleitos declararam, sob as penas da lei, que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer atividade mercantil, nos termos do Artigo 147 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e informaram, ainda, que irão apresentar os termos de posse, a declaração exigida pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 367/2002, os termos previstos nos Artigos 18 e 19 do Estatuto Social e demais documentos, devidamente assinados, dentro do prazo legal. **(1.2)** Em razão da deliberação acima, os limites de autoridade dos Diretores e dos procuradores da Companhia ficam estabelecidos da seguinte forma: **(i)** o **Diretor Presidente** da Companhia terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato, documento ou perante qualquer autoridade pública, até o valor de R$30.000.000,00 (trinta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; **(ii)** o **Diretor Financeiro** terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em relação a atividades da área financeira, incluindo sem limitações, contratos de operações financeiras e de tesouraria, inclusive, contratos de garantia em geral, tomada e concessão de empréstimos, cessão e desconto de títulos, até o valor de R$30.000.000,00 (trinta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas, e para praticar os demais atos e assinar todo e qualquer documento em nome da Companhia, dentro de sua área de atuação, até o valor de R$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; e (iii) os demais Diretores da Companhia **Diretor de Relações com Investidores**, ***Business Support Officer***, ***Regulatory and Institutional Affairs Officer***, **Diretor Jurídico**, ***Chief Technology Information Officer*** e ***Chief Revenue Officer***, terão plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato, documento ou perante qualquer autoridade pública, dentro de suas respectivas áreas de atuação, até o valor de R$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas. Os limites financeiros ora aprovados deverão ser observados única e exclusivamente para a implementação de operação e/ou para a celebração de negócio jurídico que resulte na assunção de obrigações e/ou na renúncia de direitos pela Companhia. Neste sentido, tais limites não serão aplicados nas seguintes situações, dentre outras: **(i)** na celebração de contratos de venda de bens e serviços que representem ingresso de receita; **(ii)** na prática de atos de simples rotinas administrativas perante pessoas jurídicas de direito público interno, empresas públicas ou sociedades empresariais que compõem a administração indireta, e outras da mesma natureza; e **(iii)** na execução de atos da rotina operacional financeira da Companhia, tais como, a autorização e/ou a realização de pagamentos de tributos ou quaisquer obrigações, transferências de recursos entre contas de mesma titularidade, aplicações e resgates de recursos financeiros da Companhia, abertura ou encerramento de contas correntes, e solicitação e cancelamento de acesso a quaisquer sistemas disponibilizados por instituições financeiras em geral. Por fim, todos os Diretores poderão praticar quaisquer atos e assinar todo e qualquer documento, em nome da Companhia, que tenham sido previamente aprovados pelos órgãos societários competentes, independentemente dos limites financeiros aqui estabelecidos. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes: Srs. Carlo Nardello e Pietro Labriola, e Sra. Sabrina di Bartolomeo. Certifico que a presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 14 de abril de 2020. JAQUES HORN - **Secretário da Mesa.** Jucerja nº 3871524, em 06/05/2020. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

Id: 2251018

TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.558.115/0001-21 - NIRE 33.300.276.963

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2020. DATA, HORA E LOCAL: 25 de março de 2020, às 10h50, na sede social da TIM Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Norte, 12º andar, Sala 1212, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro. **PRESENÇA:** Reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Nicandro Durante, Agostino Nuzzolo, Carlo Filangieri, Carlo Nardello, Elisabetta Romano, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Herculano Aníbal Alves, Sabrina di Bartolomeo e Pietro Labriola, presencialmente ou por meio de áudio ou videoconferência, conforme faculdade prevista no parágrafo 2º do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia. Fica registrado que a Sra. Elisabetta Romano esteve presente durante as discussões referentes ao item **(7)** da Ordem do Dia. **MESA**: Sr. Nicandro Durante - Presidente; e Sr. Jaques Horn - Secretário. **ORDEM DO DIA**: **(1)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Remuneração; **(2)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário; **(3)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos; **(4)** Deliberar sobre o Plano Anual da Auditoria Interna para o ano de 2020 (1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021); **(5)** Deliberar sobre os ajustes propostos às métricas aplicáveis aos planos de incentivo (*Management by Objectives - MBO* e *Long Term Incentive - LTI*); **(6)** Deliberar sobre as condições de contratação de empréstimo e de instrumentos de proteção de risco (hedge) a serem celebrados pela sociedade controlada da Companhia, TIM S.A.; e **(7)** Apresentação sobre *Business Continuity*. **DELIBERAÇÕES**: Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: **(1) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Remuneração ("CR"), na reunião realizada no dia 25 de março de 2020, conforme relatado pelo Sr. Nicandro Durante, Presidente do CR. **(2) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), na reunião realizada no dia 24 de março de 2020, conforme relatado pelo Sr. Gesner José de Oliveira Filho, Coordenador do CAE. **(3) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"), na reunião realizada no dia 24 de março de 2020, conforme relatado pelo Sr. Herculano Aníbal Alves, Presidente do CCR. **(4) Aprovaram** o Plano Anual de Trabalho da Auditoria Interna para 2020, com base na avaliação favorável do CAE, registrada na reunião realizada em 24 de março de 2020, e conforme o material apresentado pelo Sr. Alberto Ragazzini, Diretor da área de Auditoria Interna da Companhia. **(5) Aprovaram** os ajustes propostos às métricas aplicáveis aos planos de incentivo da Companhia (*Management by Objectives - MBO* e *Long Term Incentive - LTI*), após a manifestação favorável do CR, registrada na reunião realizada em 25 de março de 2020, e nos termos e condições descritos no material apresentado. **(6) Aprovaram** (i) a contratação de empréstimo em moeda estrangeira (Lei n.º 4.131, de 3 de setembro de 1962) no montante em moeda nacional equivalente a até R$1.000.000.000,00 (um bilhão de Reais), a ser celebrado pela sociedade controlada da Companhia, TIM S.A., pelo prazo de até um ano e meio e com custo final menor ou igual a 160% CDI; e (ii) a contratação do respectivo contrato de swap, a ser celebrado pela sociedade controlada da Companhia, TIM S.A., com o objetivo de proteção (hedge) para cobertura do risco cambial e de taxas de juros. Em virtude da celebração deste(s) contrato(s), o Conselho também aprovou a prestação de fiança pela Companhia como garantia do empréstimo e a assinatura de nota promissória pela sociedade controlada da Companhia, TIM S.A., com aval da Companhia no montante de até 120% do valor do empréstimo. As contratações poderão ser celebradas com um ou mais bancos, até o limite estabelecido, e poderão ou não ocorrer dependendo das condições de mercado, conforme material apresentado. Ficam autorizados os membros da Diretoria e/ou os procuradores da Companhia e da TIM S.A., a última após a deliberação do órgão societário competente, a praticarem todos os atos e tomarem todas as providências necessárias e exigidas para a assinatura do Contrato de empréstimo e demais instrumentos relacionados necessários à operação em referência. A presente autorização ficará válida pelos próximos 6 (seis) meses. Adicionalmente, os membros do Conselho **aprovaram** a celebração de contratos de operações de swap a serem celebrados pela sociedade controlada da Companhia, TIM S.A., para cobertura do risco de taxas de juros das linhas de crédito já existentes e expostas à variação da TJLP ou IPCA, com o exclusivo objetivo de proteção (hedge). As contratações poderão ou não ocorrer dependendo das condições de mercado, conforme material apresentado, e ficam desde já autorizados os membros da Diretoria e/ou os procuradores da Companhia e da TIM S.A., a última após a deliberação do órgão societário competente, a praticarem todos os atos e tomarem todas as providências necessárias à operação em referência. **(7)** Os Senhores Conselheiros **tomaram conhecimento** acerca das diversas medidas de prevenção adotadas pela administração da Companhia, face ao avanço e aos desdobramentos relacionados ao Covid-19. Tais medidas têm como objetivo principal a proteção da saúde de seus colaboradores, clientes, fornecedores e da comunidade de forma geral, bem como a preservação e a continuidade dos negócios da Companhia. As medidas estão em linha com o rigoroso controle recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelas autoridades Brasileiras e Internacionais. A Administração da Companhia tem monitorado a situação diariamente e avaliado seus efeitos nas atividades da Companhia. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes: Srs. Nicandro Durante, Agostino Nuzzolo, Carlo Filangieri, Carlo Nardello, Elisabetta Romano, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Herculano Aníbal Alves, Sabrina di Bartolomeo e Pietro Labriola. Certifico que a presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 25 de março de 2020. **JAQUES HORN, Secretário da Mesa.** Jucerja nº 3870677, em 30/04/20. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

Id: 2251029

TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.558.115/0001-21 - NIRE 33.300.276.963

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2020. DATA, HORA E LOCAL: 05 de março de 2020, às 9h15, na sede social da TIM Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Norte, 12º andar, Sala 1212, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro. **PRESENÇA:** Reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Nicandro Durante, Carlo Filangieri, Carlo Nardello, Elisabetta Romano, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Herculano Aníbal Alves, Sabrina di Bartolomeo e Pietro Labriola, presencialmente ou por meio de áudio ou videoconferência, conforme faculdade prevista no parágrafo 2º do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia. Fica registrado que o Sr. Agostino Nuzzolo esteve presente durante as discussões referentes aos itens **(1)** a **(6)** da Ordem do Dia. **MESA**: Sr. Nicandro Durante - Presidente; e Sr. Jaques Horn - Secretário. **ORDEM DO DIA**: **(1)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Remuneração; **(2)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos; **(3)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário; **(4)** Tomar conhecimento sobre o Plano Industrial 2020-2022 e deliberar sobre o orçamento da Companhia para o ano - calendário de 2020; **(5)** Analisar a reapresentação da Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2019 e de distribuição de dividendos da Companhia, para submissão à Assembleia Geral da Companhia; **(6)** Analisar a proposta de aumento do capital social mediante capitalização de reserva estatutária e deliberar sobre a sua submissão à Assembleia Geral da Companhia; **(7)** Tomar conhecimento sobre estudos relacionados a projetos estratégicos da Companhia; **(8)** Analisar a proposta de prorrogação do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement*), mediante a celebração do seu 13º aditivo, a ser celebrado entre a Telecom Italia S.p.A, de um lado, e a Companhia e sua controlada, TIM S.A., de outro lado, e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral da Companhia; **(9)** Analisar a Proposta de Remuneração da Administração, dos membros dos Comitês e dos membros do Conselho Fiscal e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral da Companhia; **(10)** Avaliar a proposta de reforma do Estatuto Social da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral da Companhia; e **(11)** Deliberar sobre Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: **(1) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Remuneração ("CR"), na reunião realizada no dia 4 de março de 2020, conforme relatado pelo Sr. Nicandro Durante, Presidente do CR. **(2) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"), na reunião realizada no dia 5 de março de 2020, conforme relatado pelo Sr. Herculano Aníbal Alves, Presidente do CCR. **(3) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), na reunião realizada no dia 05 de março de 2020, conforme relatado pelo Sr. Gesner José de Oliveira Filho, Coordenador do CAE. **(4)** Os Srs. Pietro Labriola, Diretor Presidente da Companhia, e Adrian Calaza, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia, apresentaram as premissas gerais do Plano Industrial da Companhia para os anos de 2020-2022. Após a apresentação, os senhores Conselheiros **tomaram conhecimento e aprovaram** as diretrizes orçamentárias da Companhia e de sua controlada, TIM S.A., a serem utilizadas para o ano de 2020. **(5) Analisaram** a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2019, originariamente apresentada em 11 de fevereiro de 2020 e reapresentada nesta data, pela área responsável, em razão de ajustes na informação sobre a parcela do lucro líquido destinado para a reserva de expansão dos negócios sociais e de distribuição de dividendos da Companhia, com base nos pareceres favoráveis do CF e do CAE, e, em seguida, os senhores Conselheiros **aprovaram** sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser devidamente convocada. **(6) Analisaram** a proposta de aumento do capital social da Companhia, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização do saldo da reserva estatutária para expansão dos negócios sociais, que excedeu o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social, conforme previsto no Art. 46, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia. O saldo a ser capitalizado será de R$1.644.012.552,52 (um bilhão, seiscentos e quarenta e quatro milhões, doze mil, quinhentos e cinquenta e dois Reais e cinquenta e dois centavos) e, em decorrência do aumento descrito, o novo capital social da Companhia proposto será de R$11.557.426.974,26 (onze bilhões, quinhentos e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e setenta e quatro Reais e vinte e seis centavos), dividido em 2.421.032.479 (duas bilhões, quatrocentas e vinte e um milhões, trinta e duas mil e quatrocentas e setenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em seguida, os senhores Conselheiros **aprovaram**, com base nos pareceres favoráveis do CF e do CAE, a submissão do tema à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser devidamente convocada. **(7) Tomaram conhecimento** de estudos relacionados a projetos estratégicos da Companhia, conforme apresentação realizada pelo Sr. Adrian Calaza, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia. **(8) Analisaram** a proposta de prorrogação do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement)*, mediante a celebração do seu 13º aditivo, a ser celebrado entre a Telecom Italia S.p.A, de um lado, e a Companhia e sua controlada, TIM S.A., de outro lado, e **aprovaram**, com base na avaliação favorável do CAE, sua submissão à Assembleia Geral Extraordinária, a ser de-

SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações
Associações, Sociedades e Firmas.....1

Avisos, Editais e Termos
Associações, Sociedades e Firmas.....11

Imprensa Oficial · Governo do Estado Rio de Janeiro · documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 08 de Maio de 2020 às 23:15:12 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/080883-4 Data do protocolo: 14/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/05/2020 SOB O NÚMERO 00003874152 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 260994727E3BD4FB90E02F19E8D1ED6030EB4689A958DFF3CEEE0D0641A2A520
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Cerca de 90% dos empresários da construção sofrem com a pandemia

Para 96,2% dos empresários da construção, a pandemia provocada pela Covid-19 impacta muito negativamente ou negativamente nos negócios. O pessimismo é similar para os 94,1% dos empresários do setor de serviços que participaram de pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV IBRE). Os dados consolidados de abril mostram o que os coordenadores do estudo já haviam verificado na prévia: os impactos na economia estão disseminados entre os setores.

Na indústria, 89,6% das empresas também sentem os efeitos das medidas de isolamento, enquanto que no comércio 81,1% foram afetados. Colocando lupa nos números, é possível enxergar impactos positivos em alguns dos segmentos, por setor. No comércio, por exemplo, o destaque é o segmento de Hiper e supermercados (19%). Da indústria, o segmento com maior percentual de impacto positivo é o de Celulose e papel (16,2%). Na construção, destaca-se Obras de instalações (8,5%), e em serviços, o segmento de serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias (6,3%).

CBIC

A Confederação Nacional da Indústria também fez a Sondagem Indústria da Construção de março desse ano, com apoio da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), mostrando que o índice de nível de atividade efetivo em relação ao usual, que indica o quão aquecida está a atividade da indústria da construção, recuou para 25,5 pontos. É o segundo menor valor da série. Apenas supera os 25,3 pontos observados em fevereiro de 2016.

Os indicadores de evolução do número de empregados e do nível de atividade registraram a involução mais rápida e disseminada da série, ao mesmo tempo que o setor apresentou o aumento mais brusco de ociosidade. O indicador de evolução do número de empregados registrou 39 pontos, 11 pontos abaixo da linha divisória de 50 pontos, e o do nível de atividade registrou 28,8 pontos, 21,2 pontos abaixo da linha divisória de 50 pontos, que separa crescimento e queda do nível de atividade.

"O nível de atividade é o menor patamar da série histórica iniciada em 2010", destaca a economista do Banco de Dados da CBIC, Ieda Vasconcelos.

De acordo com a Sondagem, a queda no emprego não acompanha, em intensidade, a queda na atividade. O motivo se deve, provavelmente à rapidez e surpresa da queda da atividade e à reação das empresas por meio de ajustes temporários como férias coletivas, redução de jornada de trabalho e/ou suspensão do contrato de trabalho. Queda do nível de atividade em março é a mais intensa da série.

As condições financeiras das empresas também pioraram, invertendo a evolução positiva dos três trimestres anteriores.

Diante da atual conjuntura, os empresários demonstram queda acentuada de confiança e expectativas de baixo crescimento para os próximos meses.

A pesquisa foi realizada no período de 1º a 14 de abril junto a 411 empresas, sendo 143 pequeno porte, 181 médio porte e 87 de grande porte.

Anfavea: produção de carros tem queda de 99,3% em abril

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) divulgou que a produção nacional de veículos apresentou a maior queda da história. Com praticamente todas as fábricas fechadas, houve recuo de 99,3% no último mês de abril, na comparação com o mesmo período de 2019. O coronavírus também causou queda de 76% nos licenciamentos de veículos, o que mostra que brasileiros não têm renda ou interesse em comprar carro em meio a uma pandemia.

O setor começou a retomar as atividades com a reabertura de algumas unidades, de forma gradual. No último mês foram produzidos 1.847 automóveis, comerciais leves (picapes e furgões), caminhões e ônibus, contra 267.561 no mesmo período no ano passado. "É o pior resultado da série histórica da indústria automobilística desde 1957", disse o presidente da entidade, Luiz Carlos Moraes. A queda também foi de 99% em comparação com março: o fechamento das fábricas como medida preventiva contra a pandemia começou no fim daquele mês.

A exportação de veículos em abril teve seu pior resultado em 23 anos. Chegou a 79,3% em relação ao mesmo mês de 2019 – com 7.212 unidades, contra 34.905. Quando comparadas com o mês anterior, março, as exportações caíram 76,7%. Já no acumulado, a redução foi de 31%.

Para a entidade, os números já eram esperados não apenas pelo impacto da Covid-19 no Brasil, mas também nos principais mercados importadores de veículos brasileiros - ou seja, a questão vai muito além do mercado interno.

A Argentina, o principal mercado importador, além da crise econômica enfrentada há algum tempo, tem as maiores medidas restritivas da região no combate ao coronavírus. Por isso, diferente do Brasil, o país vizinho registra um número baixo de mortes – 282. Quanto mais controlada a pandemia, maiores as chances de uma reabertura da economia.

Vendas

O coronavírus também causou queda de 76% nos licenciamentos de veículos, que foram de 231.936 unidades em abril de 2019 para 55.735 em 2020. Em comparação a março, com 163.625, a redução foi de 65,9%. "Os brasileiros tiveram redução de renda e estão saindo menos de casa – portanto, não faz sentido comprar carro neste momento".

De acordo com a entidade, o Brasil é o 6º país com maior queda no número de licenciamentos no mundo comparando os meses de abril – desconsiderando a China, que não divulgou números.

Em primeiro lugar está a Índia, com 100% de queda, seguida da Itália, com 98%, e Espanha, com 96%. Em quarto lugar está a França, com redução de 89% e, em quinto, a Argentina, com 88%.

Segundo a Anfavea, as montadoras recorreram às medidas do governo de flexibilização dos contratos de trabalho – com suspensão ou redução de jornada e salário – para manter os empregos no setor. "Estamos segurando os empregos por enquanto, utilizando todas as ferramentas disponíveis", disse o presidente da entidade.

O setor de automóveis é um dos que pressiona pela reabertura da economia em meio à pandemia. A Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) afirma que 30% das concessionárias de veículos vão quebrar em 15 dias por falta de liquidez, caso não haja reabertura.

Supermercados de São Paulo estão otimistas com Dia das Mães

Os supermercados do Estado de São Paulo esperam crescimento de 3% nas vendas para o Dia das Mães deste ano, em comparação com 2019. A Associação Paulista dos Supermercados (Apas) acredita que produtos voltados ao almoço e ao agrado às mães tenham melhor performance, entre elas as carnes bovinas com cortes mais nobres, como picanha e filé mignon - itens que tiveram queda nos preços de até 16%.

Outro item procurado para a comemoração são as massas. Nas bebidas, as alcoólicas têm uma melhor performance nas cervejas especiais, vinhos e espumantes, porém com diferenças em relação à temperatura: regiões mais quentes têm na cerveja maiores vendas. Os alcoólicos tiveram um aumento de modestos 0,24%.

Em razão pandemia do novo Coronavírus, os empresários do setor observaram que os consumidores têm sido mais cautelosos com orçamento nos supermercados, porém buscarão ainda realizar compras sazonais de datas comemorativas, segundo pesquisa realizada pela Associação Paulista de Supermercados – Apas com os associados.

"O Dia das Mães é uma das principais datas sazonais do calendário brasileiro. Com o isolamento, as pessoas devem manter a tradicional celebração, mas em casa, entre seus familiares mais próximos. Por isso, há expectativa no aumento de vendas nos supermercados para este período", comentou Ronaldo dos Santos, Presidente da Apas.

E-commerce

O Dia das Mães deve fornecer uma ajuda extra ao varejo digital. Foi o resultado do estudo a que a plataforma Compre & Confie chegou. De acordo com o levantamento, as compras virtuais devem atingir faturamento de R$ 5,9 bilhões, aumento de 123% em relação ao mesmo período do ano passado.

"A projeção para o Dia das Mães realmente é algo surpreendente, que não vejo desde os primórdios do comércio eletrônico, com percentual de crescimento acima de três dígitos", afirma André Dias, diretor-executivo do Compre & Confie.

A estimativa da companhia considera o período de 25 de abril a 9 de maio e projeta que, nesse intervalo, sejam realizadas 15,5 milhões de compras virtuais, número 139% maior do que o registrado no mesmo intervalo de 2019.

Apesar de comprarem em maior quantidade, brasileiros devem gastar menos em cada transação. A companhia vê queda de 7% no tíquete médio das compras, totalizando R$ 380,23.

O isolamento social trouxe impactos significativos para o varejo e, para não perder lucro, muitas companhias aceleraram a transformação digital para passarem a vender pela internet. Ainda de acordo com o estudo, o varejo digital brasileiro faturou R$ 9,4 bilhões em abril, aumento de 81% em relação ao mesmo período do ano passado.

Segundo a pesquisa, a alta reflete principalmente o aumento no número de pedidos realizados durante o mês. Ao todo, foram 24,5 milhões de compras online, aumento de 98% em relação a abril de 2019. As categorias que tiveram o maior crescimento em volume de compras foram: alimentos e bebidas (aumento de 294,8% em relação a abril de 2019), instrumentos musicais (+252,4%), brinquedos (+241,6%), eletrônicos (+169,5%) e cama, mesa e banho (+165,9%).

TIM S.A.
Subsidiária Integral
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: 14 de abril de 2020, às 12h45, por meio de videoconferência. **PRESENÇA:** Reuniu-se o Conselho de Administração da TIM S.A. ("Companhia") na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Carlo Nardello e Pietro Labriola e da Sra. Sabrina Di Bartolomeo, por meio de videoconferência, conforme faculdade prevista no parágrafo 2º do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia. **MESA**: Sr. Carlo Nardello – Presidente; e Sr. Jaques Horn – Secretário. **ORDEM DO DIA**: **(1)** Eleger os Diretores Estatutários da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: **(i) (1.1)** Face ao término do prazo de gestão dos Diretores, **elegeram**, nos termos do Art. 22, inciso XXI do Estatuto Social, a Diretoria da Companhia, composta por 7 (sete) membros identificados a seguir: **(i)** Diretor Presidente, o Sr. **Pietro Labriola**, italiano, em união estável, bacharel em administração de empresas, portador da carteira de RNM nº G188964B, inscrito no CPF/ME sob o nº 074.053.501-35, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(ii)** Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, o Sr. **Adrian Calaza**, argentino, casado, bacharel em administração de empresas, portador do RNE nº V406011-M, válido até 9 de outubro de 2021, inscrito no CPF/ME sob o nº 059.618.647-90, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(iii)** *Business Support Officer*, o Sr. **Bruno Mutzenbecher Gentil**, brasileiro, casado, bacharel em administração de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 07.212.618-8, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 001.330.367-82, domiciliado na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 - Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(iv)** *Regulatory and Institutional Affairs Officer*, o Sr. **Mario Girasole**, brasileiro naturalizado, casado, bacharel em ciências econômicas, portador da Carteira de Identidade nº 32.859.384-3, inscrito no CPF/ME sob o nº 059.292.237-50, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(v)** Diretor Jurídico, o Sr. **Jaques Horn**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº 70.654, expedida pela OAB/RJ, em 08 de maio de 2009, inscrito no CPF/ME sob o nº 846.062.237-15, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(vi)** *Chief Technology Information Officer*, o Sr. **Leonardo de Carvalho Capdeville**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 83.403-6, expedido pela SSP/ES, em 27 de agosto de 1986, inscrito no CPF/ME sob o nº 015.358.317-74, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; e **(vii)** *Chief Revenue Officer*, o Sr. **Alberto Mario Griselli**, italiano, casado, bacharel em engenharia, portador da carteira de RNE nº V354056-D, válido até 08/08/2020, inscrito no CPF/ME sob o nº 058.431.817-07, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro. Os membros da Diretoria eleitos terão mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a se realizar no ano de 2022. Os Diretores eleitos declararam, sob as penas da lei, que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer atividade mercantil, nos termos do Artigo 147 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e informaram, ainda, que irão apresentar os termos de posse, a declaração exigida pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 367/2002, os termos previstos nos Artigos 18 e 19 do Estatuto Social e demais documentos, devidamente assinados, dentro do prazo legal. **(1.2)** Em razão da deliberação acima, os limites de autoridade dos Diretores e dos procuradores da Companhia ficam estabelecidos da seguinte forma: **(i)** o **Diretor Presidente** da Companhia terá poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato, documento ou perante qualquer autoridade pública, até o valor de R$30.000.000,00 (trinta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; **(ii)** o **Diretor Financeiro** terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em relação a atividades da área financeira, incluindo sem limitações, contratos de operações financeiras e de tesouraria, inclusive, contratos de garantia em geral, tomada e concessão de empréstimos, cessão e desconto de títulos, até o valor de R$30.000.000,00 (trinta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas, e para praticar os demais atos e assinar todo e qualquer documento em nome da Companhia, dentro de sua área de atuação, até o valor de R$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; e (iii) os demais Diretores da Companhia **Diretor de Relações com Investidores**, *Business Support Officer*, *Regulatory and Institutional Affairs Officer*, **Diretor Jurídico**, *Chief Technology Information Officer* e *Chief Revenue Officer*, terão plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato, documento ou perante qualquer autoridade pública, dentro de suas respectivas áreas de atuação, até o valor de R$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas. Os limites financeiros ora aprovados deverão ser observados única e exclusivamente para a implementação de operação e/ou para a celebração de negócio jurídico que resulte na assunção de obrigações e/ou na renúncia de direitos pela Companhia. Neste sentido, tais limites não serão aplicados nas seguintes situações, dentre outras: **(i)** na celebração de contratos de venda de bens e serviços que representem ingresso de receita; **(ii)** na prática de atos de simples rotinas administrativas perante pessoas jurídicas de direito público interno, empresas públicas ou sociedades empresariais que compõem a administração indireta, e outras da mesma natureza; e **(iii)** na execução de atos da rotina operacional financeira da Companhia, tais como, a autorização e/ou a realização de pagamentos de tributos ou quaisquer obrigações, transferências de recursos entre contas de mesma titularidade, aplicações e resgates de recursos financeiros da Companhia, abertura ou encerramento de contas correntes, e solicitação e cancelamento de acesso a quaisquer sistemas disponibilizados por instituições financeiras em geral. Por fim, todos os Diretores poderão praticar quaisquer atos e assinar todo e qualquer documento, em nome da Companhia, que tenham sido previamente aprovados pelos órgãos societários competentes, independentemente dos limites financeiros aqui estabelecidos. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes. Srs. Carlo Nardello e Pietro Labriola, e Sra. Sabrina di Bartolomeo. Certifico que a presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 14 de abril de 2020. JAQUES HORN - **Secretário da Mesa.** Jucerja nº 3871524, em 06/05/2020. Bemardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

REIT SECURITIZADORA DE RECEBIVEIS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ nº 13.349.677/0001-81
EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECÉBIVEIS IMOBILIÁRIOS DA 8ª e 9ª SÉRIES DA 2ª EMISSÃO DA REIT SECURITIZADORA DE RECEBIVEIS IMOBILIÁRIOS S.A.
A REIT SECURITIZADORA DE RECEBIVEIS IMOBILIÁRIOS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 13.349.677/0001-81 ("Emissora"), nos termos da cláusula 12.1 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários ("Termo de Securitização") da 8ª e 9ª séries da sua 2ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("Emissão" e "CRI", respectivamente), vem convocar os Titulares, para a Assembleia Geral de Titulares de CRI (Assembleia Geral), a se realizar no dia 28/05/2020, às 17 horas, em primeira convocação, na sede da Emissora, na Av. Rio Branco, nº 181, sala 710, Centro, Rio de Janeiro/RJ, com a seguinte ordem do dia: (i) deliberar sobre as demonstrações contábeis do patrimônio separado acompanhadas do relatório do auditor independente, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os Titulares que se fizerem representar por procuradores, deverão encaminhar o instrumento de mandato acompanhado dos documentos pessoais do procurador, aos cuidados do agente fiduciário e da Emissora por e-mail para fiduciario@slw.com.br e ri@reit.com.br, respectivamente, até o dia 27 de maio de 2020, bem como deverão ser levados os originais para a Assembleia Geral. A deliberação constante da ordem do dia, para ser aprovada, deverá obter votos de Titulares representando a maioria simples dos CRI em circulação. As demonstrações contábeis que não contêm ressalvas, podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a Assembleia Geral não seja instalada em virtude do não comparecimento de nenhum Titular. Aprovada, a matéria da ordem do dia será oponível a todos os Titulares dos CRI. Qualquer informação adicional deverá ser solicitada à Emissora ou ao agente fiduciário, nos e-mails ri@reit.com.br e fiduciario@slw.com.br, respectivamente. **Rio de Janeiro, 08 de maio de 2020. REIT SECURITIZADORA DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS S.A.**

REIT SECURITIZADORA DE RECEBIVEIS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ nº 13.349.677/0001-81
EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECÉBIVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 3ª EMISSÃO EM SÉRIE ÚNICA DA REIT SECURITIZADORA DE RECEBIVEIS IMOBILIÁRIOS S.A.
A REIT SECURITIZADORA DE RECEBIVEIS IMOBILIÁRIOS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 13.349.677/0001-81 ("Emissora"), nos termos da cláusula 14.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários ("Termo de Securitização") da sua 3ª Emissão em Série Única de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("Emissão" e "CRA", respectivamente), vem convocar os Titulares, para a Assembleia Geral de Titulares de CRA (Assembleia Geral), no dia 28/05/2020, às 10 horas, em primeira convocação, na sede da Emissora, na Av. Rio Branco, nº 181, sala 710, Centro, Rio de Janeiro/RJ, com a seguinte ordem do dia: (i) deliberar sobre as demonstrações contábeis do patrimônio separado acompanhadas do relatório do auditor independente, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os Titulares que se fizerem representar por procuradores, deverão encaminhar o instrumento de mandato acompanhado dos documentos pessoais do procurador, aos cuidados do agente fiduciário e da Emissora por e-mail para fiduciário@commcor.com.br e ri@reit.com.br, respectivamente, até o dia 27 de maio de 2020, bem como deverão ser levados os originais para a Assembleia Geral. A deliberação constante da ordem do dia, para ser aprovada, deverá obter votos de Titulares representando a maioria simples dos CRA em circulação. As demonstrações contábeis que não contêm ressalvas podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a Assembleia Geral não seja instalada em virtude do não comparecimento de nenhum Titular. Aprovada, a matéria da ordem do dia será oponível a todos os Titulares dos CRA. Qualquer informação adicional deverá ser solicitada à Emissora ou ao agente fiduciário, nos e-mails ri@reit.com.br e fiduciario@commcor.com.br, respectivamente. **Rio de Janeiro, 08 de maio de 2020. REIT SECURITIZADORA DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS S.A.**

REIT SECURITIZADORA DE RECEBIVEIS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ nº 13.349.677/0001-81
EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECÉBIVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª EMISSÃO EM SÉRIE ÚNICA DA REIT SECURITIZADORA DE RECEBIVEIS IMOBILIÁRIOS S.A.
A REIT SECURITIZADORA DE RECEBIVEIS IMOBILIÁRIOS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 13.349.677/0001-81 ("Emissora"), nos termos da cláusula 14.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários ("Termo de Securitização") da sua 1ª Emissão em Série Única de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("Emissão" e "CRA", respectivamente) , vem convocar os Titulares para a Assembleia Geral de Titulares de CRA (Assembleia Geral), no dia 27/05/2020, às 12 horas, em 1ª convocação, na sede da Emissora, na Av. Rio Branco, nº 181, sala 710, Centro, Rio de Janeiro/RJ, com a seguinte ordem do dia: (i) deliberar sobre as demonstrações contábeis do patrimônio separado acompanhadas do relatório do auditor independente, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os Titulares que se fizerem representar por procuradores, deverão encaminhar o instrumento de mandato acompanhado dos documentos pessoais do procurador, aos cuidados do agente fiduciário e da Emissora por e-mail para fiduciário@slw.com.br e ri@reit.com.br, respectivamente, até o dia 26 de maio de 2020, bem como deverão ser levados os originais para a Assembleia Geral. A deliberação constante da ordem do dia, para ser aprovada, deverá obter votos de Titulares representando a maioria simples dos CRA em circulação. As demonstrações contábeis que não contêm ressalvas, podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a Assembleia Geral não seja instalada em virtude do não comparecimento de nenhum Titular. Aprovada, a matéria da ordem do dia será oponível a todos os Titulares dos CRA. Qualquer informação adicional deverá ser solicitada à Emissora ou ao agente fiduciário, nos e-mails ri@reit.com.br e fiduciario@slw.com.br, respectivamente. **Rio de Janeiro, 07 de maio de 2020. REIT SECURITIZADORA DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS S.A.**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/080883-4 Data do protocolo: 14/05/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/05/2020 SOB O NÚMERO 00003874152 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 260994727E3BD4FB90E02F19E8D1ED6030EB4689A958DFF3CEEE0D0641A2A520
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2020/182436-1

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00003932979 - 12/09/2020

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s):

Hash: 982FE014-DBCD-4DE7-BD07-3C4A748ABFC8

Orgão	Calculado	Pago
Junta	610,00	610,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

TIM S.A.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

017

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR AFFONSO D ANZICOURT E SILVA , ANTÔNIO MELKI JUNIOR E SÉRGIO GARCIA DOS SANTOS SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00003934188	02.421.421/0001-11	Avenida Joao Cabral De Mello Neto 0850	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 15/09/2020 e arquivado em 15/09/2020

Nº de Páginas: 5

Capa Nº Páginas: 1/1

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2020/182436-1 14/09/2020 15:46:33

JUCERJA

Último arquivamento:
00003932979 - 12/09/2020

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 103480543

Hash: 982FE014-DBCD-4DE7-BD07-3C4A748ABFC8

Orgão	Calculado	Pago
Junta	610,00	610,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
017

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	RODRIGO BATISTA SANTOS
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	1132513350
E-mail:	rodrigo.santos@gasparino.adv.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	14/09/2020
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

14/09/2020

Data

00-2020/182436-1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/182436-1 Data do protocolo: 14/09/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/09/2020 SOB O NÚMERO 00003934188 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 003AE4F21807DEB052207A0B2672C40D4853823E8540817244F06F37C38CAD5B
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: 10 de setembro de 2020, às 10h00, por meio de videoconferência.

PRESENÇA: Reuniu-se o Conselho de Administração da TIM S.A. ("Companhia") na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Nicandro Durante, Agostino Nuzzolo, Carlo Filangieri, Carlo Nardello, Elisabetta Romano, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Herculano Aníbal Alves, Sabrina Di Bartolomeo e Pietro Labriola, por meio de videoconferência, conforme faculdade prevista no parágrafo 2º do Artigo 25, do Estatuto Social da Companhia.

MESA: Sr. Nicandro Durante – Presidente; e Sr. Jaques Horn – Secretário.

ORDEM DO DIA: **(1)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário; **(2)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos; **(3)** Apresentação sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); **(4)** Tomar conhecimento sobre o Informe de Governança Corporativa da Companhia; **(5)** Apresentação sobre ESG (Environment, Social Responsibility and Governance); **(6)** Deliberar sobre a proposta de alteração dos limites de alçada da Companhia; **(7)** Tomar conhecimento sobre o andamento das tratativas relacionadas à aquisição dos ativos do negócio de serviços móveis do Grupo Oi; e **(8)** Apresentação sobre Business Continuity.

DELIBERAÇÕES: Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma:

(1) Tomaram conhecimento das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), na reunião realizada no dia 9 de setembro de 2020, conforme relatado pelo Sr. Gesner José de Oliveira Filho, Coordenador do CAE.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/182436-1 Data do protocolo: 14/09/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/09/2020 SOB O NÚMERO 00003934188 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 003AE4F21807DEB052207A0B2672C40D4853823E8540817244F06F37C38CAD5B
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

(2) **Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"), na reunião realizada no dia 9 de setembro de 2020, conforme relatado pelo Sr. Herculano Aníbal Alves, Presidente do CCR.

(3) **Tomaram conhecimento** do plano/cronograma do projeto da Companhia sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), contendo as fases e respectivas macro atividades, incluindo os prazos estabelecidos para execução de cada uma das etapas indicadas, em razão da previsão de início de vigência da LGPD.

(4) **Tomaram conhecimento** sobre a evolução e atual posição da Companhia com relação ao Informe de Governança Corporativa, introduzido pela ICVM nº 586, e com arquivamento previsto ainda este mês.

(5) **Tomaram conhecimento** das iniciativas da Companhia visando à adoção das melhores práticas de ESG - *Environmental, Social Responsibility and Governance*.

(6) Com base na opinião favorável do CCR, em reunião realizada em 9 de setembro de 2020, e em conformidade com o disposto no parágrafo único do Artigo 22, do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Conselheiros **aprovaram** os novos limites de autoridade dos Diretores Estatutários e dos procuradores, da seguinte forma: **(i)** o **Diretor Presidente** da Companhia terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos que resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, até o valor de até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; **(ii)** o **Diretor Financeiro** terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em relação a atividades da área financeira, incluindo sem limitações, contratos de operações financeiras e de tesouraria, inclusive, contratos de garantia em geral, tomada e concessão de empréstimos, cessão e desconto de títulos, até o valor de até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas, e para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos dos quais

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/182436-1 Data do protocolo: 14/09/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/09/2020 SOB O NÚMERO 00003934188 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 003AE4F21807DEB052207A0B2672C40D4853823E8540817244F06F37C38CAD5B
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, dentro de sua área de atuação, até o valor de até R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; e (iii) os demais Diretores Estatutários da Companhia: **Diretor de Relações com Investidores**, ***Business Support Officer***; ***Regulatory and Institutional Affairs Officer***; **Diretor Jurídico,** ***Chief Technology Information Officer*** e ***Chief Revenue Officer***, terão plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos que resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, dentro de suas respectivas áreas de atuação, até o valor de até R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas. Os limites de autoridade ora aprovados estão subordinados aos limites financeiros previstos pelo Estatuto Social da Companhia, e deverão ser observados única e exclusivamente para a implementação de operação e/ou para a celebração de negócio jurídico que resulte na assunção de obrigações e/ou na renúncia de direitos pela Companhia. Neste sentido, tais limites de autoridade não serão aplicados nas seguintes situações, dentre outras: **(i)** na celebração de contratos de venda de bens e serviços que representem ingresso de receita; **(ii)** na prática de atos de simples rotinas administrativas perante pessoas jurídicas de direito público interno, empresas públicas ou sociedades empresariais que compõem a administração indireta, e outras da mesma natureza; e **(iii)** na execução de atos da rotina operacional financeira da Companhia, tais como, a autorização e/ou a realização de pagamentos de tributos ou quaisquer obrigações, transferências de recursos entre contas de mesma titularidade, aplicações e resgates de recursos financeiros da Companhia, abertura ou encerramento de contas correntes, e solicitação e cancelamento de acesso a quaisquer sistemas disponibilizados por instituições financeiras em geral. Por fim, todos os Diretores Estatutários poderão praticar quaisquer atos e assinar todo e qualquer documento, em nome da Companhia, que tenham sido previamente aprovados pelos órgãos societários competentes, independentemente dos limites de autoridade aqui estabelecidos.

Adicionalmente, os Senhores Conselheiros estabeleceram que, para fins de determinação do órgão competente para aprovação das contratações com partes relacionadas, os valores dos respectivos contratos deverão ser considerados isoladamente, não havendo somatório desses valores.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/182436-1 Data do protocolo: 14/09/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/09/2020 SOB O NÚMERO 00003934188 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 003AE4F21807DEB052207A0B2672C40D4853823E8540817244F06F37C38CAD5B
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

(7) Em continuidade às discussões e análises ocorridas na reunião deste Conselho em 10 de março de 2020, e às deliberações registradas nas reuniões de 17 de julho de 2020 e 27 de julho de 2020, os Senhores Conselheiros **tomaram conhecimento** da proposta apresentada em conjunto com Telefônica Brasil S.A. ("Vivo") e Claro S.A. ("Claro"), todas conjuntamente denominadas "Ofertantes", em 7 de setembro de 2020, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado na mesma data, em substituição à oferta vinculante revisada apresentada pelas Ofertantes ao Grupo Oi em 27 de julho de 2020 ("Oferta Revisada").

(8) Os Senhores Conselheiros **tomaram conhecimento** das últimas medidas de prevenção adotadas pela administração da Companhia para o retorno dos colaboradores aos escritórios, ficando registrada a recomendação de monitoramento contínuo, e reporte a este Conselho sempre que necessário.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes.

Certifico que a presente ata é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro (RJ), 10 de setembro de 2020.

JAQUES HORN
Secretário da Mesa

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/182436-1 Data do protocolo: 14/09/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/09/2020 SOB O NÚMERO 00003934188 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 003AE4F21807DEB052207A0B2672C40D4853823E8540817244F06F37C38CAD5B
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: E159459F90FD426286250592F6C5D013
Assunto: DocuSign: TSA CDA 10.09.2020 - Certidão da Ata
Origem do Envelope:
Qtde Págs Documento: 4
Qtde Págs Certificado: 1
Assinatura guiada: Ativado
Selo com ID do Envelope: Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 1
Rubrica: 3

Status: Concluído

Remetente do envelope:
Renato Correia Barros
Av. João de Cabral de Mello Neto, 850
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 22775-055
rbarros@timbrasil.com.br
Endereço IP: 189.40.220.44

Rastreamento de registros

Status: Original
11/09/2020 19:33:30

Portador: Renato Correia Barros
rbarros@timbrasil.com.br

Local: DocuSign

Eventos de Signatários	Assinatura	Data/Hora
Jaques Horn jhorn@timbrasil.com.br Chief Legal Officer Tim S.A. Nível de Segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: DS Electronic **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não disponível através do DocuSign	DocuSigned by: Jaques Horn 8427573569D24F6... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 179.218.253.24	Enviado: 11/09/2020 19:36:25 Visualizado: 12/09/2020 14:35:18 Assinado: 12/09/2020 14:35:29

Eventos de Signatários Presenciais	Assinatura	Data/Hora

Eventos de Editores	Status	Data/Hora

Eventos de Agentes	Status	Data/Hora

Eventos de Destinatários Intermediários	Status	Data/Hora

Eventos de entrega certificados	Status	Data/Hora

Eventos de cópia	Status	Data/Hora

Eventos com testemunhas	Assinatura	Data/Hora

Eventos do tabelião	Assinatura	Data/Hora

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	11/09/2020 19:36:25
Entrega certificada	Segurança verificada	12/09/2020 14:35:18
Assinatura concluída	Segurança verificada	12/09/2020 14:35:29
Concluído	Segurança verificada	12/09/2020 14:35:29

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/182436-1 Data do protocolo: 14/09/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/09/2020 SOB O NÚMERO 00003934188 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 003AE4F21807DEB052207A0B2672C40D4853823E8540817244F06F37C38CAD5B
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TIM S.A., NIRE 33.3.0032463-1, PROTOCOLO 00-2020/182436-1, ARQUIVADO EM 15/09/2020, SOB O NÚMERO (S) 00003934188, FOI ASSINADO DIGITALMENTE COM CERTIFICADO A3 PADRÃO ICP-BRASIL POR:

CPF/CNPJ	Nome

15 de setembro de 2020.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/182436-1 Data do protocolo: 14/09/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/09/2020 SOB O NÚMERO 00003934188 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 003AE4F21807DEB052207A0B2672C40D4853823E8540817244F06F37C38CAD5B
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2020/187504-7

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00003938044 - 22/09/2020

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s):

Hash: 2429C5E8-042B-460E-A72B-323780EB6257

Orgão	Calculado	Pago
Junta	176,00	176,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

TIM S.A.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

201

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
252	1	Arquivamento de Publicações de Atos de Sociedade / Atos Societários
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ROBERTO FRANCISCO DA SILVA , RODRIGO OTÁVIO CARVALHO MOREIRA E SÉRGIO CARLOS RAMALHO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00003939250	02.421.421/0001-11	Avenida Joao Cabral De Mello Neto 0850	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 24/09/2020 e arquivado em 24/09/2020

Nº de Páginas: 5

Capa Nº Páginas: 1/1

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2020/187504-7 18/09/2020 12:39:40

JUCERJA

Último arquivamento:

00003934188 - 15/09/2020

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 103484898

Hash: 2429C5E8-042B-460E-A72B-323780EB6257

Orgão	Calculado	Pago
Junta	176,00	176,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
201

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
252	1	Arquivamento de Publicações de Atos de Sociedade / Atos Societários
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	RODRIGO BATISTA SANTOS
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	1132513350
E-mail:	rodrigo.santos@gasparino.adv.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	18/09/2020
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

18/09/2020

Data

00-2020/187504-7

YGEIA SAÚDE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 17.705.331/0001-20

Balanço patrimonial em 31 de dezembro em milhares de reais

	2019	2018
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.060	1.156
Dividendos a receber	3.898	2.147
Impostos a contribuições a recuperar	32	30
	4.990	3.333
Não circulante		
Partes relacionadas	–	–
Investimentos	96.737	93.142
	96.737	93.142
Total do ativo	101.527	96.480
Passivo	2019	2018
Circulante		
Outras contas a pagar	–	–
Imposto de renda e contribuição social	4	4
Dividendos a Pagar	1.715	1.393
Total do passivo	1.397	1.397
Patrimônio líquido		
Capital social	71.631	71.631
Ajuste de avaliação patrimonial	8.675	14.474
Reserva de lucros	19.505	8.978
Total do patrimônio líquido	99.811	95.083
Total do passivo e patrimônio líquido	101.527	96.480

Demonstração do resultado em 31 de dezembro em milhares de reais

	2019	2018
Despesas operacionais		
Administrativas e gerais	(1.901)	(2.323)
	(1.901)	(2.323)
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos	(1.901)	(2.323)
Receitas financeiras	63	58
Despesas financeiras	(2)	(69)
Resultado financeiro	61	(11)
Participação nos resultados da empresa investida por equivalência patrimonial	14.851	9.681
Resultado antes dos impostos	13.011	7.347
Imposto de renda e contribuição social correntes	(15)	(14)
Lucro líquido do exercício	12.996	7.333

Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro em milhares de reais

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	12.996	7.333
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	12.996	7.333

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro em milhares de reais

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.011	7.347
Ajustes de:		
Resultado de equivalência patrimonial	(14.851)	(9.681)
Perda em coligada	–	665
Amortização do ágio	1.758	1.498
	(82)	(172)
Variações no capital circulante:		
Outras contas a pagar	–	(2)
Partes relacionadas	–	82
Caixa aplicado nas operações	(82)	(92)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15)	(11)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(97)	(103)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento de dividendos	2.147	–
Venda de participação em investidas	–	30.243
Redução de Capital	–	(29.258)
Pagamento de dividendos	(2.146)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	1	985
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(96)	882
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.156	274
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.060	1.156

Demonstração das mutações no patrimônio líquido em milhares de reais

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros – Reserva legal	Reservas de lucros – Lucros a deliberar	Lucros acumulados	Total
Em 1 de janeiro de 2018	100.889	14.474	466	2.572	–	118.401
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	7.333	7.333
Destinação do lucro líquido do exercício						
Reserva legal	–	–	366	–	(366)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(1.393)	(1.393)
Lucros a deliberar	–	–	–	5.574	(5.574)	–
Efeito da redução de capital	(29.258)	–	–	–	–	(29.258)
Em 31 de dezembro de 2018	71.631	14.474	832	8.146	–	95.083
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	12.996	12.996
Destinação do lucro líquido do exercício	–	(5.799)	–	–	–	(5.799)
Efeito reflexo de perdas em ações em tesourarias na investida						
Reserva legal	–	–	650	–	(650)	–
Dividendos mínimos a distribuir	–	–	–	–	(2.469)	(2.469)
Lucros a deliberar	–	–	–	9.877	(9.877)	–
Em 31 de dezembro de 2019	71.631	8.675	1.482	18.023	–	99.811

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019: A Ygeia Saúde Participações S.A (a "Companhia"), anteriormente denominada Opus Saúde Participações S.A., é uma sociedade anônima, constituída em 3 de março de 2013. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Visconde de Piraja, 351, sala 1401-duplex (Parte), Ipanema, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto participar do capital e dos resultados, seja na condição de acionista, sócia, quotista ou titular de debêntures, de sociedades nacionais que destinem seu objeto social ao desenvolvimento de atividades profissionais, científicas e/ou técnicas das áreas de saúde e segmentos correlatos, incluindo, mas não se limitando a, hospitais, casas de saúde, farmacêuticas, laboratórios, bem como toda e qualquer sociedade fabricante e/ou prestadora de serviços relacionados à saúde e/ou atividades correlatas. Para acesso às Notas Explicativas em sua integralidade, favor solicitar na sede da empresa.

Diretoria
Carlos Eduardo Reis da Matta - Bernardo Werther de Araujo
Contador
Raimundo Gomes Viana - CRC-RJ 073244/O-7

Id: 2270726

Gypsolite do Brasil S.A. Indústria e Comércio de Gesso

CNPJ/MF nº 33.965.146/0001-20

Demonstrações Financeiras *(Em milhares de reais)*

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e contratuais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas de Notas Explicativas, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Permanecemos à disposição de V.Sas., na sede social, para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2019 — **A Diretoria**

Balanço Patrimonial

	2019	2018
Ativo/Circulante	**9.891,40**	**414.581,18**
Banco	(423,40)	(733,62)
Títulos a Receber	–	400.000,00
Outros Créditos	(5.000,00)	–
Impostos a Recuperar	15.314,80	15.314,80
Não Circulante	**6.933.493,05**	**6.996.312,39**
Outros Créditos	231.522,31	231.522,31
Coligadas	4.671.960,08	4.334.809,42
Investimentos	2.029.980,66	2.029.980,66
Imobilizado	–	–
Ativo Total	**6.943.384,45**	**7.010.893,57**

Balanço Patrimonial

	2019	2018
Passivo/Circulante	**1.527.638,17**	**1.576.000,33**
Títulos a Pagar	136.558,78	136.558,78
Salários a Pagar	144.746,26	144.746,26
Obrigações Trabalhistas	85.811,18	134.173,34
Impostos a Recolher	1.160.521,95	1.160.521,95
Patrimônio Líquido	**5.415.746,28**	**5.434.893,24**
Capital Social	1.070.000,00	1.070.000,00
Reserva Legal	22.583,56	22.583,56
Resultado Acumulado	4.323.162,72	4.342.309,68
Passivo Total	**6.943.384,45**	**7.010.893,57**

Demonstração de Resultado

	2019	2018
Resultado Operacional	(971,61)	(134.737,64)
Resultado Financeiro	(18.175,35)	(2.726,84)
Resultado não Operacional	–	–
Resultado Operacional	**(19.146,96)**	**(137.464,68)**
Resul. Ant. IRPJ e CSLL	–	–
Provisão p/CSLL	–	–
Provisão p/IRPJ	–	–
Resultado Líquido	**(19.146,96)**	**(137.464,68)**
Resultado por Ações	(0,02)	(0,17)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Histórico	Capital Social	Reserva Legal	Resultado Acumulado	Saldos Finais
Saldo em 31.12.2018	1.070.000,00	22.583,56	4.342.309,68	5.434.893,24
Resultado do Exercício	–	–	(19.146,96)	(19.146,96)
Saldo em 31.12.2019	**1.070.000,00**	**22.583,56**	**4.323.162,72**	**5.415.746,28**
Resultado Acum. por Ações	5,40			

Notas Explicativas

1 - Práticas Contábeis: As demonstrações, elaboradas conforme a Lei 6.404/76 e princípios contábeis geralmente aceitos, adota o regime de competência. Os valores realizáveis e exigíveis, com prazo de vencimento superiores a um ano, estão registrados no Não Circulante. Os estoques estão registrados pelo custo médio e o imobilizado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada linearmente, pela aplicação das taxas legais vigentes. **2 - Capital:** O capital social integralizado é representado por R$ 1.070.000,00 (Um Milhão e Setenta Mil Reais) representado por 800.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Diretoria
Eneida Melo Cruz - Diretora Presidente
Eunice Melo Cruz - Diretora Administrativa
Gláucia Garcia Medeiros - Contadora - CRC-1SP258136/O-7
Jacqueline de Cassia Fernandes - Contadora - CRC-1SP265016/O-9

Id: 2270600

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2020. DATA, HORA E LOCAL: 10 de setembro de 2020, às 10h00, por meio de videoconferência. **PRESENÇA**: Reuniu-se o Conselho de Administração da TIM S.A. ("Companhia") na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Nicandro Durante, Agostino Nuzzolo, Carlo Filangieri, Carlo Nardello, Elisabetta Romano, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Herculano Aníbal Alves, Sabrina Di Bartolomeo e Pietro Labriola, por meio de videoconferência, conforme faculdade prevista no parágrafo 2º do Artigo 25, do Estatuto Social da Companhia. **MESA**: Sr. Nicandro Durante - Presidente; e Sr. Jaques Horn - Secretário. **ORDEM DO DIA**: **(1)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário; **(2)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos; **(3)** Apresentação sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); **(4)** Tomar conhecimento sobre o Informe de Governança Corporativa da Companhia; **(5)** Apresentação sobre ESG (Environment, Social Responsibility and Governance); **(6)** Deliberar sobre a proposta de alteração dos limites de alçada da Companhia; **(7)** Tomar conhecimento sobre o andamento das tratativas relacionadas à aquisição dos ativos do negócio de serviços móveis do Grupo Oi; e **(8)** Apresentação sobre Business Continuity. **DELIBERAÇÕES**: Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: **(1)** **Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), na reunião realizada no dia 9 de setembro de 2020, conforme relatado pelo Sr. Gesner José de Oliveira Filho, Coordenador do CAE. **(2)** **Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"), na reunião realizada no dia 9 de setembro de 2020, conforme relatado pelo Sr. Herculano Aníbal Alves, Presidente do CCR. **(3)** **Tomaram conhecimento** do plano/cronograma do projeto da Companhia sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), contendo as fases e respectivas macro atividades, incluindo os prazos estabelecidos para execução de cada uma das etapas indicadas, em razão da previsão de início de vigência da LGPD. **(4)** **Tomaram conhecimento** sobre a evolução e atual posição da Companhia com relação ao Informe de Governança Corporativa, introduzido pela ICVM nº 586, e com aprimoramento previsto ainda este mês. **(5)** **Tomaram conhecimento** das iniciativas da Companhia visando à adoção das melhores práticas de ESG - *Environmental, Social Responsibility and Governance*. **(6)** Com base na opinião favorável do CCR, em reunião realizada em 9 de setembro de 2020, e em conformidade com o disposto no parágrafo único do Artigo 22, do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Conselheiros **aprovaram** os novos limites de autoridade dos Diretores Estatutários e dos procuradores, da seguinte forma: **(i)** o **Diretor Presidente** da Companhia terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos que resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, até o valor de até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; **(ii)** o **Diretor Financeiro** terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em relação a atividades da área financeira, incluindo sem limitações, contratos de operações financeiras e de tesouraria, inclusive, contratos de garantia em geral, tomada e concessão de empréstimos, cessão e desconto de títulos, até o valor de até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas, e para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos dos quais resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, dentro de sua área de atuação, até o valor de até R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; e (iii) os demais Diretores Estatutários da Companhia: **Diretor de Relações com Investidores**, ***Business Support Officer***; ***Regulatory and Institutional Affairs Officer***; **Diretor Jurídico**, ***Chief Technology Information Officer*** e ***Chief Revenue Officer***, terão plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos que resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, dentro de suas respectivas áreas de atuação, até o valor de até R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas. Os limites de autoridade ora aprovados estão subordinados aos limites financeiros previstos pelo Estatuto So-

NOVA Imprensa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Francisco Luiz do Lago Viégas
Diretor Presidente

Alexandre Augusto Gonçalves
Diretor Administrativo

Tarimar Gomes Cunha
Diretor Financeiro

Homero de Araujo Torres
Diretor Industrial

DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS: As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof's ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio ou Niterói.
PARTE I - PODER EXECUTIVO : Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à ***Assessoria para Preparo e Publicações dos Atos Oficiais*** - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901 Tels.: (0xx21) 2334-3242 e 2334-3244.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL - RJ: Atendimento das 09:00 às 17:00 horas

RIO - Rua São José, 35, sl. 222/24 Edifício Garagem Menezes Cortes Tels.: (0xx21) 2332-6548, 2332-6550 e Fax: 2332-6549

NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 360, 1º piso, loja 132, Shopping Bay Market - Centro, Niterói/RJ. Tels.: (0xx21) 2719-2689, 2719-2693 e 2719-2705

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO: cm/col _____ **R$ 132,00**
cm/col para Municipalidades _____ **R$ 92,40**

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS: Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL _____ **R$ 284,00**
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS _____ **R$ 199,00** (*)
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal) _____ **R$ 199,00** (*)
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal) _____ **R$ 199,00** (*)

(*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI.
OBS.: As assinaturas com desconto somente serão concedidas para o funcionalismo público (Federal, Estadual, Municipal), mediante a apresentação do último contracheque.

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de pessoas autorizadas para vender assinaturas. Cópias de exemplares atrasados poderão ser adquiridas à rua Professor Heitor Carrilho nº 81, Centro - Niterói, RJ.

ATENÇÃO: É vedada a devolução de valores pelas assinaturas do D.O.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO • Rua Professor Heitor Carrilho nº 81, Centro - Niterói, RJ.. CEP 24.030-230. Tel.: (0xx21) 2717-4141 - PABX - Fax (0xx21) 2717-4348

www.ioerj.com.br

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 9h às 18h

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/187504-7 Data do protocolo: 18/09/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 24/09/2020 SOB O NÚMERO 00003939250 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: D7A333AC73114B42EEB7D4212ED805E79A8717D29C08B5B2F958678D3AC2F848
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

cial da Companhia, e deverão ser observados única e exclusivamente para a implementação de operação e/ou para a celebração de negócio jurídico que resulte na assunção de obrigações e/ou na renúncia de direitos pela Companhia. Neste sentido, tais limites de autoridade não serão aplicados nas seguintes situações, dentre outras: **(i)** na celebração de contratos de venda de bens e serviços que representem ingresso de receita; **(ii)** na prática de atos de simples rotinas administrativas perante pessoas jurídicas de direito público interno, empresas públicas ou sociedades empresariais que compõem a administração indireta, e outras da mesma natureza; **e (iii)** na execução de atos da rotina operacional financeira da Companhia, tais como, a autorização e/ou a realização de pagamentos de tributos ou quaisquer obrigações, transferências de recursos entre contas de mesma titularidade, aplicações e resgates de recursos financeiros da Companhia, abertura ou encerramento de contas correntes, e solicitação e cancelamento de acesso a quaisquer sistemas disponibilizados por instituições financeiras em geral. Por fim, todos os Diretores Estatutários poderão praticar quaisquer atos e assinar todo e qualquer documento, em nome da Companhia, que tenham sido previamente aprovados pelos órgãos societários competentes, independentemente dos limites de autoridade aqui estabelecidos. Adicionalmente, os Senhores Conselheiros estabeleceram que, para fins de determinação do órgão competente para aprovação das contratações com partes relacionadas, os valores dos respectivos contratos deverão ser considerados isoladamente, não havendo somatório desses valores. **(7)** Em continuidade às discussões e análises ocorridas na reunião deste Conselho em 10 de março de 2020, e às deliberações registradas nas reuniões de 17 de julho de 2020 e 27 de julho de 2020, os Senhores Conselheiros **tomaram conhecimento** da proposta apresentada em conjunto com Telefônica Brasil S.A. ("Vivo") e Claro S.A. ("Claro"), todas conjuntamente denominadas "Ofertantes", em 7 de setembro de 2020, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado na mesma data, em substituição à oferta vinculante revisada apresentada pelas Ofertantes ao Grupo Oi em 27 de julho de 2020 ("Oferta Revisada"). **(8)** Os Senhores Conselheiros **tomaram conhecimento** das últimas medidas de prevenção adotadas pela administração da Companhia para o retorno dos colaboradores aos escritórios, ficando registrada a recomendação de monitoramento contínuo, e reporte a este Conselho sempre que necessário. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes. Certifico que a presente ata é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 10 de setembro de 2020. JAQUES HORN - Secretário da Mesa. Jucerja nº 3934188, em 15/09/2020. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

Id: 2270586

LUANDA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 09.282.145/0001-05 - NIRE 33.3.0029262-4
Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 06 de Julho de 2020. 1- Data, Hora e Local: Em 06 de julho de 2020, às 9:00 horas, na sede social da Luanda Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Dias Ferreira, nº 190, sala 301 (parte), Leblon, CEP: 22.431-050. **2- Publicações e Presenças:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações ("LSA"). O relatório da administração e as demonstrações financeiras e contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 foram publicados nos dias 23, 24 e 25 de maio de 2020 no jornal Diário Comercial, página 13, e no dia 25 de maio de 2020 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, páginas 9 e 10. **3- Mesa**: Presidente: Filipe Araújo Leite de Vasconcelos; e Secretária: Ingrid Gross Pizzo. **4- Ordem do Dia**: (1) Examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras e contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (2) Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício de 2018; (3) Examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras e contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (4) Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício de 2019; e (5) Alterar os periódicos nos quais a Companhia realiza as publicações de seus atos. **5- Deliberações**: Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações, com o voto favorável de todos os acionistas presentes: **(1)** Após examinados e discutidos os documentos pertinentes, aprovar, sem emendas, ressalvas ou restrições, o relatório da administração e as demonstrações financeiras e contábeis referentes ao exercício de 2018. **(2)** Considerando o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor total de R$19.198.267,23 (dezenove milhões, cento e noventa e oito mil, duzentos e sessenta e sete reais e vinte e três centavos) aprovar: (i) a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício à constituição de reserva legal, no valor de R$959.913,36 (novecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e treze reais e trinta e seis centavos), nos termos do disposto no artigo 193 da LSA; (ii) a distribuição, até o dia 31 de dezembro de 2020, de R$4.559.588,47 (quinhentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos) aos acionistas, na proporção da respectiva participação societária, a título de dividendo mínimo obrigatório, nos termos do artigo 15, alínea "b" do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a destinação de R$13.678.765,40 (treze milhões, seiscentos e setenta e oito mil, setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos) para a reserva de retenção de lucros. **(3)** Após examinados e discutidos os documentos pertinentes, aprovar, sem emendas, ressalvas ou restrições, o relatório da administração e as demonstrações financeiras e contábeis referentes ao exercício de 2019. **(4)** Considerando o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor total de R$25.492.160,17 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, cento e sessenta reais e dezessete centavos) aprovar: (i) a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício à constituição de reserva legal, no valor de R$1.274.608,01 (um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oito reais e um centavo), nos termos do disposto no artigo 193 da LSA; (ii) a distribuição, até o dia 31 de dezembro de 2020, de R$6.054.388,04 (seis milhões, cinquenta e quatro mil, trezentos e oitenta e oito reais e quatro centavos) aos acionistas, na proporção da respectiva participação societária, a título de dividendo mínimo obrigatório, nos termos do artigo 15, alínea "b" do Estatuto Social da Companhia.; e (iii) a destinação de R$18.163.164,12 (dezoito milhões, cento e sessenta e três mil, cento e sessenta e quatro reais e doze centavos) para a reserva de retenção de lucros. **(5)** Aprovar a distribuição, até o dia 31 de dezembro de 2020, de R$35.688.023,49 (trinta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, vinte três reais e quarenta e nove centavos) aos acionistas, na proporção da respectiva participação societária, provenientes da reserva de retenção de lucros com data base em 31 de dezembro de 2019. **(6)** Aprovar a alteração das publicações dos atos da Companhia para o Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e o Diário Comercial do Estado do Rio de Janeiro. **6- Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, e que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no Artigo 130 da Lei das S.A., a qual foi lida, achada conforme e assinada. Mesa: Filipe Araújo Leite de Vasconcelos - Presidente; Ingrid Gross Pizzo - Secretária. Acionistas: GGP BRAZIL I LLC e GGP VENTURES BRAZIL HOLDINGS LLC. *Certifica-se que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio, de Registro de Atas das Assembleias Gerais de* ***Luanda Empreendimentos e Participações S.A.*** Rio de Janeiro, 06 de julho de 2020. Ingrid Gross Pizzo - **Secretária. Jucerja nº 3923516 em 26/08/2020.**

Id: 2270697

PEX S.A.
CNPJ/MF: 16.687.498/0001-42 - NIRE: 33.3.0030396-1
Companhia Fechada
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 27 de Julho de 2020. 1. Data, hora e local: No dia 27 de julho de 2020, às 15 horas, na sede social da PEX S.A. ("PEX" ou "Companhia"), Rua Monteiro da Luz, s/n, parte, Água Santa, Cidade e Estado do Rio de Janeiro CEP 20745-150. **2. Convocação**: Dispensada a publicação do anúncio de convocação, nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da acionista da Companhia representando a totalidade do capital social. **3. Presença**: Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme registros lavrados no Livro de Presença de Acionistas assinado e arquivado na sede da Companhia. **4. Mesa**: Presidente: Abel Alves Rochinha; e Secretária: Daniela Derzi Barretto. **5. Ordem do Dia:** Tomar conhecimento sobre: (i) Recebimento da Renúncia do Diretor da Companhia. **6. Deliberações**: Foi aprovada pela acionista a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, na forma do art. 130 da Lei nº 6.404/76. Examinadas as matérias constantes da ordem do dia foram tratados os seguintes assuntos: **6.1 Recebimento da Renúncia do Diretor da Companhia:** A acionista recebe o termo de renúncia do Sr. Eduardo Marques de Almeida Dantas ao cargo de Diretor, sem designação específica, da PEX com data do dia 24 de julho de 2020. A acionista destacou seu agradecimento pelo empenho, dedicação e contribuição prestada no desempenho de suas funções para o desenvolvimento dos negócios da Companhia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi encerrada, da qual lavrou-se a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Abel Alves Rochinha- Presidente e Daniela Derzi Barretto - Secretária. Única Acionista: Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 27 de julho de 2020. Mesa: Daniela Derzi Barretto - Secretária. Jucerja nº 3906229 em 31/07/2020.

Id: 2270616

Guanabara Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda

CNPJ/MF Nº 03.123.001/0001-11

Balanço Patrimonial (Em Milhares de Reais)	31/12/19	31/12/18
Ativo	**311.702**	**272.478**
Ativo circulante	**52.158**	**67.973**
Caixa e equivalentes de caixa	42.245	26.151
Contas a receber	2.012	4.927
Juros sobre capital próprio a receber	399	194
Impostos a recuperar	100	83
Imóveis a comercializar	-	36.564
Adiantamentos	7.402	54
Ativo não circulante	**259.544**	**204.505**
Realizável a Longo Prazo	**95**	**25.861**
Depósitos judiciais	95	24.161
Partes relacionadas	-	1.700
Investimentos em coligadas	95.235	101.146
Propriedades para Investimento	57.954	76.381
Imobilizado	106.260	204
Intangível	-	913
Passivo e Patrimônio Líquido	**311.702**	**272.478**
Passivo circulante	**47.210**	**10.043**
Contas a pagar	12.150	5.100
Partes relacionadas	30.000	-
Impostos e Encargos sociais a recolher	2.205	2.477
Férias a pagar	2.058	1.577
Adiantamento de clientes	797	889
Passivo não circulante	**80.619**	**43.444**
Contas a pagar	1.800	-
Partes relacionadas	76.467	42.731
Outras obrigações	352	713
Total dos passivos	**127.829**	**53.487**
Patrimônio Líquido	**183.873**	**218.991**
Capital social	16.424	12.594
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.988	18.516
Reserva de capital	-	350
Reserva de lucros	158.461	187.531

Demonstração do Resultado	31/12/19	31/12/18
Receitas de locação e vendas de imóveis	**28.592**	**26.686**
Impostos incidentes	(1.057)	(1.049)
Receitas líquidas	**27.535**	**25.637**
(Despesas) Receitas Operacionais	**(23.668)**	**(4.526)**
Administrativas e operacionais	(25.442)	(25.872)
Resultado equivalência patrimonial	1.823	21.264
Perda de capital - imobilizado	(49)	(12)
Lucro antes do resultado financeiro	**3.867**	**21.017**
Resultado financeiro	**1.637**	**4.562**
Receitas financeiras	2.048	4.615
Despesas financeiras	(411)	(53)
Lucro antes dos impostos	**5.504**	**25.579**
Imposto de renda	(2.639)	(3.216)
Contribuição social	(960)	(1.189)
Lucro líquido do exercício	**1.905**	**21.194**
Lucro líquido por cotas	**0,12**	**1,68**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de Capital	Adiantamento Aumento Capital	Reserva Lucros	Total
Saldo em 30/12/17	**12.594**	**350**	**39.681**	**200.417**	**253.042**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	21.195	21.195
Devolução Recursos	-	-	(21.165)	-	(21.165)
Destinações:					
Distribuição de Lucros	-	-	-	(34.081)	(34.081)
Saldos em 31/12/18	**12.594**	**350**	**18.516**	**187.531**	**218.991**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.905	1.905
Reversão reserva	-	(350)	-	350	-
Destinações:					
Distribuição de Lucros	-	-	-	(31.325)	(31.325)
Devolução Recursos	-	-	(9.528)	-	(9.528)
Aumento de capital	3.830	-	-	-	3.830
Saldo em 31/12/19	**16.424**	**-**	**8.988**	**158.461**	**183.873**

Demonstração dos Fluxos de Caixa	31/12/19	31/12/18
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.905	21.194
Depreciação	52	64
Resultado de equivalência patrimonial	1.823	(21.264)
Lucro ajustado	**3.780**	**(6)**
Redução (Aumento) nos Ativos Operacionais	**57.675**	**43.648**
(Aumento) Redução Clientes	2.915	624
(Aumento) JSCP a receber	(205)	-
(Aumento) Redução Imoveis a comercializar	36.564	61.347
(Aumento) Redução em partes relacionadas	1.700	3.187
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	(17)	262
(Aumento) Redução em adiantamentos	(7.348)	17
(Aumento) Redução em depósitos judiciais	24.066	(21.789)
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais	**74.342**	**30.850**
Aumento (Redução) contas a pagar	8.850	4.222
Aumento (Redução) impostos e contribuições a recolher	(272)	726
Aumento (Redução) férias a pagar	481	26
Aumento (Redução) adiantamento de clientes	(92)	(799)
Aumento (Redução) partes relacionadas	65.736	27.381
Aumento (Redução) outros passivos	(361)	(706)
Caixa gerado nas Atividades Operacionais	**135.797**	**74.492**
Atividades de Investimento	**(62.680)**	**(33.947)**
(Adição) Baixa investimentos coligadas	(7.003)	(2.878)
(Adição) Baixa propriedade de investimento e imobilizado	(67.681)	(44.202)
(Adição) Baixa FAC	-	4.280
(Adição) Baixa intagível	913	(563)
Dividendos recebidos	11.091	9.416
Atividades de Financiamento	**(37.623)**	**(55.244)**
Dividendos pagos	(31.325)	(34.081)
Devolução AFAC	(9.528)	(21.163)
Aumento de capital	3.830	-
Aumento (Redução) caixa e equivalentes de caixa	**16.094**	**(14.699)**
Caixa e equivalentes no início do exercício	26.151	40.850
Caixa e equivalentes ao final do exercício	42.245	26.151
Aumento (Redução)	**16.094**	**(14.699)**

NOTAS EXPLICATIVAS: 1. Contexto Operacional: A Cia é uma sociedade constituída por cotas com responsabilidades, por meio de contrato social registrado na Jucerja, atos principais formalizados: (i) atos constitutivos; (ii) formas e normas de operação; (iii) constituição do capital social e representatividade de cotas em relação ao capital social. Objetivos e atividades afins: a) Locação de imóveis próprios; b) Incorporação de empreendimentos imobiliários residenciais e comerciais, edificações e condomínios, liberação de recursos para a aplicar na elaboração de projeto, execução de obras, marketing e vendas; c) Gerenciamento de obras, atividades diretivas, gestão e execução; d) Participação em empresas coligadas, sociedades de participação. 2. Apresentação Das Demonstrações Contábeis: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com Normas Brasileiras de Contabilidade e aleção dos pronunciamentos e orientações técnicas emitas pelo CPC, quando aplicáveis. Essas demonstrações são apresentadas em comparabilidade com o exercício anterior, em moeda corrente e milhares de reais. As políticas contábeis adotadas pela Companhia são adequadas às empresas de grande porte, de capital fechado, aqueles com ativo total superior a R$240 milhões ou receita bruta superior a R$300 milhões. 3. Resumo Das Principais Práticas Contábeis, e Apuração do resultado: As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência do exercício Mensalmente, essas receitas e despesas são confrontadas para apuração do resultado. b. Reconhecimento de receitas: As receitas de alugueis resultantes de locações das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo de locação. As receitas (juros e atualização monetária), geradas pelos ativos financeiros, são reconhecidas proporcionalmente ao tempo decorrido com base no rendimento efetivo do ativo. c. Caixa e equivalentes de caixa: Neste grupo de contas incluem o numerário caixa, saldos positivos em conta bancária, as aplicações financeiras imediata, de baixo risco financeiro considerando mínimas mudança de valor de mercado. As aplicações financeiras são classificadas na categoria "avaliadas ao valor justo por meio do resultado. d. Contas a receber: São apresentados ao valor presente e de realização. Esta conta é constituída pelos créditos a receber, aluguéis a receber, cujos valores foram constados como receitas, mediante vigência de contratos. Nesse grupo também estão registrados os juros sobre capital próprio a receber e de outros créditos a receber. e. Estoques - imóveis a comercializar: Nesta conta estão registradas as unidades imobiliárias e terrenos destinados à venda. Inicialmente são contabilizadas pelo custo histórico. Os valores são revisos periodicamente, no sentido de manter o valor contábil menor ou igual ao valor de realização. Em 2019 essas unidades imobiliárias foram transferidas para o grupo de propriedades para investimento e / ou imobilizado, conforme sua utilização. f. Impostos e contribuições a recuperar: Nesta conta estão registrados os valores a recuperar de IR retido na fonte de aplicações financeiras, o IOF, e imposto de renda na fonte retidos de juros sobre capital. g. Propriedades para investimentos: Nesta conta estão registrados as imóveis que não estão sendo utilizados (vagos), que não estavam sendo preparados para uso ou venda e que estejam sendo mantidos para valorização. h. Imobilizado - Imóveis: Nesta conta estão registrados os imóveis mantidos para uso em atividade da empresa, para fornecimento de serviços de aluguel a terceiros (móveis alugados) ou para fins administrativos. i. Contas a pagar: Neste grupo estão registrados os eventos de aquisição com vencimento até o final do exercício seguinte, os valores de maior relevância estão relacionados às aquisições de imóveis. j. Encargos sociais a recolher: Neste grupo estão registrados os encargos trabalhistas e sociais a pagar, FGTS, PIS/INSS e COFINS. l. Impostos a recolher: Neste grupo estão registrados o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro, o imposto de renda na fonte sobre folha de pagamento e os retido para pagamento nos meses subsequentes. m. Adiantamento de clientes: Recursos recebidos por conta de receitas antecipadas ao aguardo da competência para o faturamento. n. Provisão para Férias: Fração de férias aquisitivas acrescidas de encargos trabalhistas e assistenciais de 1/3 no aguardo período adequado para efetivação do pagamento e gozo. o. Partes relacionadas: Recursos provenientes de mútuos conforme instrumentos particulares celebrados entre as partes. p. Adiantamento para Aumento de Capital: Recursos com o propósito de aumentar o capital social, sem formalização da obrigatoriedade de devolução, numa eventual mudança de propósito, outros fins serão definidos para o recurso. q. Reserva de Lucros - Retenção: Retenções de lucros não distribuídos, com pretensões de investir em participações e / ou empreendimento. Rosane Ferreira Barata - Diretora - CPF 629.075.907-82.

Nilo Marreiles de Souza Araújo
Contador Responsável CPF-317.171.367-53 CRC-RJ 044.127-O-4

Relatório dos Auditores Independentes: Aos Administradores e Sócios da Guanabara Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. RJ. **1. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Guanabara Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Sociedade) que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guanabara Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda., em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2. Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 4 adiante. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião. **3. Responsabilidades da Administração e da Governança:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desse base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança são aqueles com responsabilidade pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações contábeis. **4. Responsabilidades do Auditor:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso: a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados as circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; d. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 20/04/2020. Fernando Motta & Associados - Auditores Independentes CRCMG - F - 757 - RJ. Luiz Alberto Rodrigues Mourão Contador CRC-RJ - 46.114-O

Id: 2270750

GAYLUSSAC EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA.
CNPJ/ME nº 07.528.125/0001-38 - NIRE 33.2.0755195-0
Extrato da 22ª Alteração do Contrato Social
Pelo presente instrumento particular: Cognita Brasil Participações Ltda., com sede em São Paulo/SP, CNPJ/ME nº 16.707.495/0001-23, JUCESP NIRE 35.226.840.122; e Cognita UK Brasil Holdings Limited, com sede no Reino Unido, CNPJ/ME nº 16.634.849/0001-57, ambas representadas por Luiza Cristina Rangel Pinto Sassi, únicas sócias resolvem alterar o Contrato Social da Sociedade: **1.** Consignam que, em razão da quitação dos valores devidos no âmbito do Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia de Quotas e Ações sob Condições Suspensivas assinado em 1.12.2014, entre a (i) Cognita Brasil Locadora de Imóveis 2 Ltda. e Cognita Brasil Escolas Participações 2 Ltda. (sociedade extinta em razão de sua incorporação pela Sociedade), ambas na qualidade de Alienantes Garantidoras; (ii) Itaú Unibanco S.A. e HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo (sucedido por Banco Bradesco S.A.), ambos na qualidade de Credores; e (ii) GRS2 Empreendimentos Imobiliários Ltda., na quali-

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/187504-7 Data do protocolo: 18/09/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 24/09/2020 SOB O NÚMERO 00003939250 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: D7A333AC73114B42EEB7D4212ED805E79A8717D29C08B5B2F958678D3AC2F848
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Combustíveis Distribuidora aposta em corte de custos e infraestrutura para lidar com entrada de novos agentes

Ipiranga se prepara para competição

André Ramalho e Gabriela Ruddy
Do Rio

A Ipiranga, braço de distribuição do Grupo Ultra, vê pela frente um aumento da competição no mercado brasileiro nos próximos anos, à medida em que a quebra do monopólio da Petrobras no refino atraia novos agentes para o setor de combustíveis. O presidente da companhia, Marcelo Araújo, conta que tem feito o seu "dever de casa", na busca por cortes de custos para tornar a empresa mais eficiente. Ao mesmo tempo, espera ampliar investimentos em infraestrutura logística de forma "bastante significativa" para se posicionar num setor em transformação.

Em entrevista exclusiva ao **Valor**, o executivo afirma que o momento de mudanças definirá que empresas serão as líderes de mercado daqui a dez anos. A Ipiranga promete reforçar os investimentos em infraestrutura — que tem respondido por entre 20% e 25% de seu orçamento. "A distribuição é, essencialmente, um negócio de logística. A infraestrutura é o que faz o negócio competitivo", disse.

A Ipiranga não detalha os investimentos futuros. O plano de 2020 previa aportes de R$ 837 milhões, em todas as suas áreas de negócios da distribuidora, mas o Ultra fez em abril um corte geral de 30% no orçamento do grupo. A empresa esclareceu, porém, que os projetos prioritários de infraestrutura foram mantidos.

Araújo conta que a expectativa para 2021 é dobrar o orçamento da área, em relação a 2020. Parte das expectativas da ampliação reflete os compromissos assumidos nos leilões de terminais portuários dos últimos anos. O ritmo das obras previstas para 2020 foi afetado pela pandemia de covid-19.

DIVULGAÇÃO

Presidente da Ipiranga, Marcelo Araújo diz que ampliará investimentos em infraestrutura de "forma significativa"

A empresa mira investimentos não só em novos terminais, mas também em ferrovias e dutos. Para Araújo, a medida em que o mercado se consolide, a tendência é que os grandes projetos de infraestrutura ocorram por meio de parcerias, a exemplo do modelo da Logum Logística — empresa formada pela Petrobras, Raízen, Copersucar e Uniduto e que opera uma malha de etanoldutos em São Paulo.

"O Brasil, agora, vai começar a ficar mais parecido com os mercados desenvolvidos, onde as distribuidoras investem na sua própria logística. Esse é um dos benefícios desse desmonte do monopólio do refino, porque as refinarias, distribuidoras e os produtores de biocombustíveis também vão começar a se associar para fazer investimentos", disse o comandante da Ipiranga, dona de uma rede de 7,1 mil postos e cerca de 70 bases.

Araújo diz que o interesse de investidores em grandes projetos, como dutos e ferrovias, porém, passa pela necessidade de melhorias no ambiente de negócios, sobretudo no modelo tributário, para inibir o problema recorrente no setor de sonegação fiscal.

"Enquanto o modelo tributário brasileiro não avançar, fica muito restrito [o interesse]", comentou Araújo, que defende a simplificação da tributação a partir da cobrança monofásica no produtor de combustíveis. Ele é a favor também de um mercado de biocombustíveis com "menos amarras" e defende o fim dos leilões de biodiesel e barreiras à importação de etanol, por exemplo.

Araújo tem pela frente a missão de recolocar a Ipiranga na rota histórica de crescimento. A empresa é o principal ativo do Grupo Ultra, responsável por 84% da receita líquida do grupo — que em 2019 foi de R$ 89,3 bilhões. Nos últimos anos, a distribuidora viu as margens se achatarem. Dos patamares acima de R$ 130 o metro cúbico (m3), a margem Ebitda da companhia recuou para R$ 87 em 2018. O resultado melhorou ligeiramente, para R$ 95/m3, no ano passado, mas a crise da covid-19 interrompeu a trajetória e a margem despencou para R$ 39/m3 no segundo trimestre de 2020. Com resultados abaixo do esperado pelo mercado, a companhia entrou na lupa dos analistas e investidores.

Nesse contexto, a empresa aposta em um programa de redução de despesas, iniciado em 2018 e que deve se estender até 2022. A iniciativa já cortou R$ 200 milhões anuais de custos recorrentes da companhia. "Isso vai nos deixar mais competitivos para que possamos fazer frente a essa competição maior, com as distribuidoras regionais se fortalecendo".

Araújo acredita também que a abertura do mercado de refino pode trazer melhores condições comerciais para a empresa. Hoje, a Petrobras, enquanto agente dominante, trata todas as distribuidoras de forma igualitária na hora de assinar seus contratos. Segundo ele, empresas como a Ipiranga — segunda maior distribuidora do país em volume de vendas — terão condições de assumir compromissos de longo prazo e, assim, obter melhores condições contratuais.

"Estamos falando de pequenos descontos que num volume muito grande fazem bastante diferença. Certamente as grandes empresas preparadas para assumirem compromissos de longo prazo e que tiverem infraestrutura poderão se beneficiar", comentou.

Sobre o interesse nas refinarias à venda pela Petrobras, Araújo disse que "este é um assunto para o Grupo Ultra", controlador da empresa. "Somos uma distribuidora, vamos continuar a negociar com todos os refinadores", respondeu.

Araújo acredita que a abertura do refino levará também a uma consolidação do setor de distribuição. A expectativa é que haja fusões e aquisições entre pequenos distribuidores interessados em ganhar escala para negociar com os novos refinadores.

Segundo ele, contudo, a Ipiranga não deve ser um grande ator nas futuras aquisições e fusões. "Nas regiões onde já somos mais concentrados vamos ter dificuldade de balizar esse crescimento inorgânico, por questões concorrenciais", disse Araújo.

Em 2017, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) barrou a compra, pela Ipiranga, da Alesat — que acabou vendida para a suíça Glencore.

A entrada de novos players no setor, a partir de 2018, registrou a compra de 30% da TT Work, dona da Petronac, pela chinesa CNPC, e da rede Zema, de Minas Gerais, pela francesa Total. "Minha vida vai ficar muito mais complicada, mas isso é bom, inclusive para a Ipiranga, que vai ter á de ser cada vez mais eficiente", afirmou Araújo.

O executivo traçou também as suas perspectivas de retomada das vendas. O consumo de combustíveis do ciclo otto — veículos leves que rodam a gasolina e/ou etanol — só deve retornar aos níveis pré-pandemia em meados de 2021. "Houve um período inicial com queda de 50% a 60% de demanda, mas hoje estamos cerca de 8% abaixo do período pré-covid e acreditamos que no quarto trimestre estaremos em torno de 5%", afirmou.

No caso do diesel, porém, desde junho a demanda já dá sinais de recuperação, devido, principalmente, à agroindústria. "Para nós, o diesel teve uma curva [de retomada] em V", comenta.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 61.695.227/0001-93 - NIRE 35.300.050.274

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de abril de 2020

1. Data, Hora e Local: 13 de abril de 2020, às 9h, na sede da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira, Britaldo Pedrosa Soares, Guilherme Gomes Lencastre, Marcia Sandra Roque Vieira Silva, Mario Fernando de Melo Santos, Nicola Cotugno e Regina Lucia Strepeckes. **3. Mesa:** Sr. Mario Fernando de Melo Santos, na qualidade de Presidente; e Sra. Maria Eduarda Fischer Alcure, na qualidade de Secretária. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração. **5. Deliberações:** Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração, após a discussão e análise das informações pertinentes, deliberaram por unanimidade de votos: 5.1 Aprovar, por unanimidade de votos, as eleições dos Srs. (a) **Mario Fernando de Melo Santos**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade nº 406975, expedido pela SSP/PE, inscrito no CPF/ME sob o nº 000.541.194-72, com endereço profissional na Praça Leoni Ramos, nº 01, 7º andar, bloco 02, São Domingos, Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, CEP 24210-205, como **Presidente do Conselho de Administração**; e (b) **Britaldo Pedrosa Soares**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 228.266, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 360.634.796-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Borges de Medeiros, nº 2513, apartamento nº 501, Bairro Lagoa, CEP 22470-002, como **Vice-Presidente do Conselho de Administração.** 5.2. Consignar os agradecimentos aos membros que deixaram o Conselho de Administração, em razão do término de seus mandatos, e desejar-lhes aos novos membros do conselho. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. **Assinaturas: Mesa:** Mario Fernando de Melo Santos – Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure – Secretária. **Conselheiros de Administração:** Mario Fernando de Melo Santos, Britaldo Pedrosa Soares, Nicola Cotugno, Guilherme Gomes Lencastre, Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira, Marcia Sandra Roque Vieira Silva e Regina Lucia Strepeckes. Afestamos que a presente é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. Barueri, 13 de abril de 2020. Mario Fernando de Melo Santos - Presidente, Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **JUCESP** nº 362.598/20-4 em 10/09/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

COMUNICADO AOS CLIENTES

A TIM leva a sério a privacidade de seus clientes e toma todas as medidas necessárias para garantir uma proteção adequada a seus dados pessoais. A transparência sobre o uso de dados pessoais é fundamental para nós.

A LGPD (como é chamada a nova Lei Geral de Proteção de Dados) trouxe uma série de regras e de obrigações que precisam ser atendidas por todos que coletam e usam dados pessoais. A TIM, antecipando-se às novas obrigações introduzidas pela lei, criou sua **Central de Privacidade**. Por meio da Central de Privacidade, nossos clientes podem consultar informações sobre como seus dados pessoais são tratados e protegidos, quais são as finalidades de uso de seus dados, em que situações seus dados podem ser compartilhados com terceiros, quais são seus direitos sobre seus dados pessoais e como esses direitos podem ser exercidos.

Para cumprir a lei, dar mais transparência e controle a nossos clientes sobre o uso de seus dados, a TIM atualizou uma série de documentos, como nossa Política de Privacidade e nossa Política de Cookies. Esclarecemos também que os contratos direcionados a nossos clientes estão passando por mudanças e estarão disponíveis em breve.

Se você desejar ter mais informações, fazer comentários ou qualquer solicitação relacionada à proteção de dados, fique à vontade para entrar em contato conosco por meio de nossa Central de Privacidade. Estamos prontos para atender todos vocês.

17 de setembro de 2020

TIM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DA REGIÃO DO DISTRITO FEDERAL LTDA – COOPA/DF.

O Presidente da Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal LTDA – COOPA/DF, CGC nº 00.518.969/0001-59, NIRE nº 5340000057/5, situada à BR 251, Km 07, PAD-DF, Paranoá-DF, CEP 70275-970, na forma do Estatuto Social e por deliberação do Conselho de Administração na REUNIÃO ORDINÁRIA do dia 29 de agosto de 2020, convoca os senhores ASSOCIADOS, em nº de 168 (cento e sessenta e oito) nesta data, e em dia com suas obrigações ESTATUTÁRIAS, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada dia 28 de setembro de 2020, nas dependências do Parque Agrobrasília da COOPA/DF, sito no Módulo 14, Área "A" do PAD/DF, Rodovia BR 251, Km 06, Paranoá/DF, em primeira convocação às 7h (sete horas), estando presentes 2/3 (dois terços) dos associados, em segunda convocação às 8h (oito horas), estando presentes a metade e mais um dos associados, e em terceira e última convocação às 9h (nove horas), estando presentes no mínimo 10 (dez) dos associados para deliberarem sobre o seguinte:

ORDEM DO DIA:
1- Apreciação e verificação do Balancete da Movimentação Financeira do 1º semestre de 2020;
2- Alteração das atividades Econômicas (Principal e Secundária) da filial situada no estado de Goiás, CNPJ 00.518.969/0006-63, e NIRE 52.900.98384-4;
3- Quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no Art. 29 do Estatuto Social.

Brasília-DF, 15 de setembro de 2020.

José Guilherme Brenner
Presidente

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP
DEPARTAMENTO DE LOGISTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - DECON

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 771/2020 SRP
PROTOCOLO Nº 16.773.843-5
OBJETO: Registro de Preços, por um período de 12 meses, para futura e eventual aquisição de MATERIAIS HOSPITALARES PARA UNIDADES DE TRATAMENTO INTENSIVO-UTI
INTERESSADO: SESA/COMP
AUTORIZADO Exmo. Sr. Marcel Henrique Micheletto - Secretário da Administração e da Previdência, em 04 de setembro de 2020.
ABERTURA: 03 de outubro de 2020 às 09:00hrs.
LOCAL da DISPUTA e EDITAL: www.licitacoes-e.com.br
Informações Complementares: www.compraspar ana.pr.gov.br

Com o VALOR DIGITAL você aproveita as últimas notícias sobre economia e negócios onde e quando quiser.
ACESSE: VALOR.COM.BR

Valor

Assine: assinevalor.com.br
ou ligue: 0800 7018888

Valor

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: 10 de setembro de 2020, às 10h00, por meio de videoconferência. **PRESENÇA:** Reuniu-se o Conselho de Administração da TIM S.A. ("Companhia") na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Nicandro Durante, Agostino Nuzzolo, Carlo Filangieri, Carlo Nardello, Elisabetta Romano, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Herculano Aníbal Alves, Sabrina Di Bartolomeo e Pietro Labriola, por meio de videoconferência, conforme facultade prevista no parágrafo 2º do Artigo 25, do Estatuto Social da Companhia. **MESA:** Sr. Nicandro Durante – Presidente; e Sr. Jaques Horn – Secretário. **ORDEM DO DIA**: **(1)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário; **(2)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos; **(3)** Apresentação sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); **(4)** Tomar conhecimento sobre o Informe de Governança Corporativa da Companhia; **(5)** Apresentação sobre ESG (Environment, Social Responsibility and Governance); **(6)** Deliberar sobre a proposta de alteração dos limites de alçada da Companhia; **(7)** Tomar conhecimento sobre o andamento das tratativas relacionadas à aquisição dos ativos do negócio de serviços móveis do Grupo Oi; e **(8)** Apresentação sobre Business Continuity. **DELIBERAÇÕES**: Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: **(1) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), na reunião realizada no dia 9 de setembro de 2020, conforme relatado pelo Sr. Gesner José de Oliveira Filho, Coordenador do CAE. **(2) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"), na reunião realizada no dia 9 de setembro de 2020, conforme relatado pelo Sr. Herculano Aníbal Alves, Presidente do CCR. **(3) Tomaram conhecimento** do plano/cronograma do projeto da Companhia sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), contendo as fases e respectivas macro atividades, incluindo os prazos estabelecidos para execução de cada uma das etapas indicadas, em razão da previsão de início de vigência da LGPD. **(4) Tomaram conhecimento** sobre a evolução e atual posição da Companhia com relação ao Informe de Governança Corporativa, introduzido pela ICVM nº 586, e com arquivamento previsto ainda este mês. **(5) Tomaram conhecimento** das iniciativas da Companhia visando à adoção das melhores práticas de ESG - *Environmental, Social Responsibility and Governance*. **(6)** Com base na opinião favorável do CCR, em reunião realizada em 9 de setembro de 2020, e em conformidade com o disposto no parágrafo único do Artigo 22, do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Conselheiros **aprovaram** os novos limites de autoridade dos Diretores Estatutários e dos procuradores, da seguinte forma: **(i)** o **Diretor Presidente** da Companhia terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos que resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, dentro de suas respectivas áreas de atuação, até o valor de até R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas. Os limites de autoridade ora aprovados estão subordinados aos limites financeiros previstos pelo Estatuto Social da Companhia, e deverão ser observados única e exclusivamente para a implementação de operação e/ou para a celebração de negócio jurídico que resulte na assunção de obrigações e/ou na renúncia de direitos pela Companhia. Neste sentido, tais limites de autoridade não serão aplicados nas seguintes situações, dentre outras: **(i)** na celebração de contratos de venda de bens e/ou serviços que representem ingresso de receita; **(ii)** na prática de atos de simples rotinas administrativas perante pessoas jurídicas de direito público interno, empresas públicas ou sociedades empresariais que componham a administração indireta, e outras da mesma natureza; e **(iii)** na execução de atos da rotina operacional financeira da Companhia, tais como, a autorização e/ou a realização de pagamentos de tributos ou quaisquer obrigações, transferências de recursos entre contas de mesma titularidade, aplicações e resgates de recursos financeiros da Companhia, abertura ou encerramento de contas correntes, e solicitação e cancelamento de acesso a quaisquer sistemas disponibilizados por instituições financeiras em geral. Por fim, todos os Diretores Estatutários poderão praticar quaisquer atos e assinar todo e qualquer documento, em nome da Companhia, que tenham sido previamente aprovados pelos órgãos societários competentes, independentemente dos limites de autoridade aqui estabelecidos. Adicionalmente, os Senhores Conselheiros estabeleceram que, para fins de determinação do órgão competente para aprovação das contratações com partes relacionadas, os valores dos respectivos contratos deverão ser considerados isoladamente, não havendo somatório desses valores. **(7)** Em continuidade às discussões e análises ocorridas na reunião deste Conselho em 10 de março de 2020, e as deliberações registradas nas reuniões de 17 de julho de 2020 e 27 de julho de 2020, os Senhores Conselheiros **tomaram conhecimento** da proposta apresentada em conjunto com Telefônica Brasil S.A. ("Vivo") e Claro S.A. ("Claro"), todas conjuntamente denominadas "Ofertantes", em 7 de setembro de 2020, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado na mesma data, em substituição à oferta vinculante revisada apresentada pelas Ofertantes ao Grupo Oi em 27 de julho de 2020 ("Oferta Revisada"). **(8)** Os Senhores Conselheiros **tomaram conhecimento** das últimas medidas de prevenção adotadas pela administração da Companhia para o retorno dos colaboradores aos escritórios, tendo registrada a recomendação de monitoramento contínuo, e reporte a este Conselho sempre que necessário. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes. Certifico que a presente ata é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 10 de setembro de 2020. JAQUES HORN - Secretário da Mesa. Jucerja nº 3934188, em 15/09/2020. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/187504-7 Data do protocolo: 18/09/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 24/09/2020 SOB O NÚMERO 00003939250 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: D7A333AC73114B42EEB7D4212ED805E79A8717D29C08B5B2F958678D3AC2F848
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TIM S.A., NIRE 33.3.0032463-1, PROTOCOLO 00-2020/187504-7, ARQUIVADO EM 24/09/2020, SOB O NÚMERO (S) 00003939250, FOI ASSINADO DIGITALMENTE COM CERTIFICADO A3 PADRÃO ICP-BRASIL POR:

CPF/CNPJ	Nome

24 de setembro de 2020.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2020/187504-7 Data do protocolo: 18/09/2020
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 24/09/2020 SOB O NÚMERO 00003939250 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: D7A333AC73114B42EEB7D4212ED805E79A8717D29C08B5B2F958678D3AC2F848
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/122247-0

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00004056787 - 28/04/2021

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s):

Hash: 471DEB8D-22AB-4A47-B954-E553B8D2F575

Orgão	Calculado	Pago
Junta	610,00	610,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

TIM S.A.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

017

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ANTÔNIO MELKI JUNIOR, SÉRGIO GARCIA DOS SANTOS E VITOR HUGO FEITOSA GONÇALVES SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00004065378	02.421.421/0001-11	Avenida Joao Cabral De Mello Neto 00850	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 11/05/2021 e arquivado em 12/05/2021

Nº de Páginas: 13

Capa Nº Páginas: 1/1

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/122247-0 Data do protocolo: 10/05/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/05/2021 SOB O NÚMERO 00004065378 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C6932C570FEF736C82608818810A19C86E38C967A94B2EC024775D30EBE7A043
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/122247-0 10/05/2021 12:35:47

JUCERJA

Último arquivamento:
00004056787 - 28/04/2021

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 103685843

Hash: 471DEB8D-22AB-4A47-B954-E553B8D2F575

Orgão	Calculado	Pago
Junta	610,00	610,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
017

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	FLAVIO SANTOS ALCANTARA
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	11981856749
E-mail:	alcantarafs@hotmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	10/05/2021
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro
Local

10/05/2021
Data

00-2021/122247-0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/122247-0 Data do protocolo: 10/05/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/05/2021 SOB O NÚMERO 00004065378 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C6932C570FEF736C82608818810A19C86E38C967A94B2EC024775D30EBE7A043
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

DocuSign Envelope ID: 8D78A682-2729-41F3-9B28-A195EC69DDDE

TIM S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME 02.421.421/0001-11

NIRE 333.0032463-1

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: 5 de maio de 2021, às 12h00, por meio de videoconferência.

PRESENÇA: Reuniu-se o Conselho de Administração da TIM S.A. ("Companhia") na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Nicandro Durante, Agostino Nuzzolo, Carlo Nardello, Elisabetta Paola Romano, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Herculano Aníbal Alves, Michele Valensise, Pietro Labriola e Sabrina Di Bartolomeo, por videoconferência, conforme faculdade prevista no parágrafo 2º do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia.

MESA: Sr. Nicandro Durante - Presidente; e Sr. Jaques Horn – Secretário.

ORDEM DO DIA: **(1)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Remuneração; **(2)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de *Environmental, Social & Governance*; **(3)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário; **(4)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos; **(5)** Tomar conhecimento sobre o Relatório Financeiro Trimestral ("ITRs") da Companhia relativo ao 1º trimestre de 2021, encerrado em 31 de março de 2021; **(6)** Deliberar sobre a proposta de elaboração da Política Tributária da Companhia; **(7)** Deliberar sobre Projetos Estratégicos da Companhia; **(8)** Deliberar sobre a proposta de Plano de Recompra de Ações; **(9)** Deliberar sobre a proposta de revisão dos critérios de distribuição da remuneração global anual dos administradores (rateio); **(10)** Deliberar sobre a proposta do Programa de *Management by Objectives* ("MBO") da Companhia para o exercício de 2021; **(11)** Deliberar sobre a proposta para as outorgas 2021 do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia ("Plano"); **(12)** Tomar conhecimento dos resultados apurados no âmbito do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia ("Plano") para o 3º ano da outorga de 2018 e 1º ano da outorga de 2020 e deliberar sobre a proposta de apuração e forma de pagamento; **(13)** Deliberar sobre alteração na estrutura organizacional e eleger o *Human Resources & Organization Officer* da Companhia; e **(14)** Deliberar sobre a celebração de contrato para fornecimento de serviços entre a Companhia e a Telecom Italia Sparkle Brasil Telecomunicações Ltda.

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/122247-0 Data do protocolo: 10/05/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/05/2021 SOB O NÚMERO 00004065378 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C6932C570FEF736C82608818810A19C86E38C967A94B2EC024775D30EBE7A043
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

DocuSign Envelope ID: 8D78A682-2729-41F3-9B28-A195EC69DDDE

DELIBERAÇÕES: Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma:

(1) Tomaram conhecimento das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Remuneração ("CR"), nas reuniões realizadas nos dias 31 de março e 4 de maio de 2021, conforme relatado pelo Sr. Nicandro Durante, Presidente do CR.

(2) Tomaram conhecimento das atividades desenvolvidas pelo Comitê de *Environmental, Social & Governance* ("CESG"), nas reuniões realizadas nos dias 31 de março e 4 de maio de 2021, conforme relatado pelo Sr. Nicandro Durante, Presidente do CESG, com especial destaque para a apresentação do Relatório ESG da Companhia.

(3) Tomaram conhecimento das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), nas reuniões realizadas nos dias 31 de março, 27 de abril, 4 e 5 de maio de 2021, conforme relatado pelo Sr. Gesner José de Oliveira Filho, Coordenador do CAE.

(4) Tomaram conhecimento das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"), nas reuniões realizadas nos dias 31 de março e 4 de maio de 2021, conforme relatado pelo Sr. Herculano Aníbal Alves, Presidente do CCR.

(5) Tomaram conhecimento do Relatório Financeiro Trimestral ("ITRs") da Companhia, relativo ao 1º trimestre de 2021, encerrado em 31 de março de 2021, conforme as informações fornecidas pela administração da Companhia e pelos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"). O referido relatório foi objeto de revisão limitada pelos auditores independentes.

(6) Aprovaram a Política Tributária da Companhia, conforme proposta apresentada e com base na recomendação favorável do CCR, registrada na reunião realizada em 4 de maio de 2021.

(7) Em conclusão ao processo de negociação comunicado ao mercado através dos Fatos Relevantes publicados em 10 de dezembro de 2020 e em 4 de março de 2021, o Sr. Adrian Calaza, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia, apresentou os termos e condições finais da proposta efetuada pela IHS Fiber Brasil – Cessão de Infraestruturas Ltda. ("Proponente") para a aquisição de participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. ("FiberCo"), empresa

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/122247-0 Data do protocolo: 10/05/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/05/2021 SOB O NÚMERO 00004065378 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C6932C570FEF736C82608818810A19C86E38C967A94B2EC024775D30EBE7A043
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente
Pag. 04/13

DocuSign Envelope ID: 8D78A682-2729-41F3-9B28-A195EC69DDDE

constituída pela Companhia para segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura. Neste sentido, em cumprimento ao Artigo 22, inciso vii, do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Conselheiros **aprovaram** a alienação de participação correspondente a 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da FiberCo de titularidade da Companhia, que permanecerá com a participação remanescente de 49% (quarenta e nove por cento) do capital social da FiberCo. A relação entre a Companhia e a IHS será regulada por acordo de acionistas.

A operação ora aprovada está sujeita à satisfação de certas condições precedentes, incluindo, dentre outras, a contribuição de ativos pela Companhia, a transferência de empregados, conforme descrito no material de apoio, e a obtenção de autorizações das autoridades competentes, como a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

Para fins do cumprimento da presente deliberação, os Senhores Conselheiros **autorizaram** os Diretores da Companhia a implementar todas as medidas necessárias para a conclusão desta operação, incluindo sem limitações, promover o aumento de capital da FiberCo através do aporte de ativos, bem como celebrar termos, acordos, contratos, documentos e tudo o mais que se fizer necessário, nos termos e condições do material de apoio que fica arquivado na sede da Companhia. Neste sentido, os Diretores e/ou procuradores da Companhia ficam autorizados a firmar todos e quaisquer documentos que se fizerem necessários e a praticar todos os atos legalmente exigidos para a celebração dos acordos referidos no material de apoio, incluindo, se necessário for, a solicitação e a obtenção das aprovações prévias necessárias dos órgãos reguladores competentes.

(8) Os membros do Conselho **tomaram conhecimento** dos resultados do último Programa de Recompra de Ações, aprovado em reunião do Conselho de Administração da sociedade incorporada pela Companhia, TIM Participações S.A., realizada em 29 de julho de 2020 ("Programa 4") e **aprovaram** o seu encerramento, bem como a abertura de um novo Programa de Recompra de Ações ("Programa 5"), nos termos do Artigo 22, v, do Estatuto Social da Companhia e do Artigo 5º da Instrução CVM nº 567, com as seguintes condições:

(8.1) Objetivo: apoiar a remuneração baseada em ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo – LTI (*Long Term Incentive Plan*) ou para eventual cancelamento, sem redução do capital social.

(8.2) Quantidade de ações que poderão ser adquiridas: poderão ser adquiridas até 2.890.417 (dois milhões, oitocentas e noventa mil, quatrocentas e dezessete) ações ordinárias da Companhia ("Ações"), sem redução do capital social, que correspondem a 0,09% (zero vírgula zero nove por cento) do total de ações ordinárias da Companhia ou 0,27% (zero vírgula vinte e sete por cento) do total de

DS

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/122247-0 Data do protocolo: 10/05/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/05/2021 SOB O NÚMERO 00004065378 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C6932C570FEF736C82608818810A19C86E38C967A94B2EC024775D30EBE7A043
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente
Pag. 05/13

DocuSign Envelope ID: 8D78A682-2729-41F3-9B28-A195EC69DDDE

ações em circulação. A Diretoria poderá decidir o melhor momento, dentro do prazo do Programa, para realizar as aquisições das Ações, podendo realizar uma ou diversas aquisições.

(8.3) O Programa terá início a partir da data da deliberação do Conselho de Administração, permanecendo em vigor até 5 de novembro de 2022, sendo as aquisições realizadas na Bolsa de Valores (B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão), a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares aplicáveis.

(8.4) Instituição financeira intermediária: GENIAL INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (ex-Brasil Plural CCTVM S/A), estabelecida na Rua Surubim, 373, 1º andar; São Paulo/SP, CEP 04571-050 e BTG PACTUAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., estabelecida na Praia de Botafogo, 501 – Botafogo; Rio de Janeiro/RJ, CEP 22250-911.

(8.5) Recursos que serão utilizados: serão utilizados os recursos dos saldos das reservas de capital e de lucros, que totalizam R$6.856.779.468,36 (seis bilhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e setenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e oito Reais e trinta e seis centavos), conforme as Demonstrações Financeiras Intermediárias com data base em 31 de março de 2021, excetuando-se as reservas referidas no art. 7º, § 1º, da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015 ("ICVM 567").

(8.6) Nos termos do art. 5º da ICVM 567, os membros do Conselho de Administração da Companhia forneceram as informações contidas no **Anexo I** da presente ata e autorizaram os Diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários à total efetivação da operação.

(9) **Aprovaram** a proposta dos critérios para a distribuição/rateio da remuneração global anual dos administradores, aprovada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada no dia 30 de março de 2021, conforme material apresentado, com efetividade a partir do dia 1º de maio de 2021.

(10) **Aprovaram** a proposta do Programa de MBO da Companhia para o exercício de 2021, parte integrante do Programa de Participação nos Resultados (PPR), apresentada pela Sra. Maria Antonietta Russo, Diretora da área de *Human Resources & Organization* da Companhia, tendo por base a avaliação favorável do CR, em reunião realizada em 4 de maio de 2021.

(11) **Aprovaram** as outorgas de 2021 do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, apresentada pela Sra. Maria Antonietta Russo, Diretora da área de *Human Resources & Organization* da Companhia, com base na opinião favorável do CR, registrada na reunião realizada em 4 de maio de 2021.

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/122247-0 Data do protocolo: 10/05/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/05/2021 SOB O NÚMERO 00004065378 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C6932C570FEF736C82608818810A19C86E38C967A94B2EC024775D30EBE7A043
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente
Pag. 06/13

DocuSign Envelope ID: 8D78A682-2729-41F3-9B28-A195EC69DDDE

(12) No âmbito do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia ("Plano"), aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2018, os Senhores Conselheiros **tomaram conhecimento** dos resultados apurados para o 3º período de *vesting* da outorga de 2018 e para o 1º período de *vesting* da outorga de 2020, com os quais concordaram, e **aprovaram** a proposta com a forma de pagamento da seguinte maneira: a) transferência da totalidade dos valores devidos em ações, incluindo os dividendos, conforme previsto no Plano, assim como a transferência do valor equivalente em dinheiro em caso de beneficiários inativos (pro rata) ou transferidos para outra sociedade do mesmo conglomerado do grupo; b) para transferência das ações, utilização daquelas mantidas em tesouraria, conforme previsto no Plano e nos termos do Programa de Recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada nesta data; e c) utilização do Preço Médio da Ação, ponderada pelo volume financeiro realizado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão considerando o mês de março de 2021, cujo período é o mesmo utilizado na medição do desempenho das ações da Companhia na apuração do KPI Externo, para efeitos de conversão dos valores devidos de dividendos em ações adicionais. A Diretoria da Companhia fica autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ora aprovadas.

(13.1) **Aprovaram**, com base no Artigo 22, inciso xxi do Estatuto Social da Companhia, a criação do cargo de *Human Resources & Organization Officer*. Em razão disso, a nova Diretoria da Companhia abrangerá os seguintes cargos: Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores, *Business Support Officer*, *Regulatory and Institutional Affairs Officer*, Diretor Jurídico, *Chief Technology Information Officer, Chief Revenue Officer* e *Human Resources & Organization Officer*.

(13.2) Na sequência, os Senhores Conselheiros **elegeram**, para ocupar o cargo de *Human Resources & Organization Officer*, a Sra. Maria Antonietta Russo, italiana, casada, bacharel em psicologia, portadora do passaporte nº YA6240605, inscrita no RNM sob o nº V411242M, expedido pela CGPI/DIREX/PF-RJ em 11/01/2020, inscrita no CPF/ME sob o nº 059.696.447-14, domiciliada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 - Torre Sul, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, cuja posse e exercício do cargo ficam condicionados ao deferimento, pela Coordenação Geral de Imigração Laboral, de autorização de residência para exercício de cargo com poderes de gestão, nos termos da legislação em vigor, ocasião em que lhe será outorgada todos os poderes necessários. Uma vez concedido o referido visto, a Sra. Maria Antonietta Russo apresentará o termo de posse e demais documentos, devidamente assinados, dentro do prazo legal. A Diretora ora eleita permanecerá no cargo até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a se realizar no ano de 2022.

DS

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/122247-0 Data do protocolo: 10/05/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/05/2021 SOB O NÚMERO 00004065378 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C6932C570FEF736C82608818810A19C86E38C967A94B2EC024775D30EBE7A043
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente
Pag. 07/13

DocuSign Envelope ID: 8D78A682-2729-41F3-9B28-A195EC69DDDE

(13.3) Consequentemente, a Diretoria da Companhia passa, doravante, a ser composta pelos Diretores identificados a seguir: **(i) Pietro Labriola**, Diretor Presidente; **(ii) Adrian Calaza**, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores; **(iii) Bruno Mutzenbecher Gentil**, *Business Support Officer*; **(iv) Mario Girasole**, *Regulatory and Institutional Affairs Officer*; **(v) Jaques Horn**, Diretor Jurídico; **(vi) Leonardo de Carvalho Capdeville**, *Chief Technology Information Officer*; **(vii) Alberto Mario Griselli**, *Chief Revenue Officer*; e **(viii) Maria Antonietta Russo**, *Human Resources & Organization Officer*. Os membros da Diretoria terão mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a se realizar no ano de 2022.

(13.4) Nesta oportunidade, os Senhores Conselheiros ratificaram os limites de autoridade dos Diretores da Companhia, da seguinte forma: **(i)** o **Diretor Presidente** da Companhia terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos que resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, até o valor de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; **(ii)** o **Diretor Financeiro** terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em relação a atividades da área financeira, incluindo sem limitações, contratos de operações financeiras e de tesouraria, inclusive, contratos de garantia em geral, tomada e concessão de empréstimos, cessão e desconto de títulos, até o valor de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas, e para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos dos quais resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, dentro de sua área de atuação, até o valor de R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; e **(iii)** os demais Diretores Estatutários da Companhia: **Diretor de Relações com Investidores**; ***Business Support Officer***; ***Regulatory and Institutional Affairs Officer***; **Diretor Jurídico**; ***Chief Technology Information Officer***; ***Chief Revenue Officer***; e ***Human Resources & Organization Officer***, terão plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos que resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, dentro de suas respectivas áreas de atuação, até o valor de R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas. Os limites de autoridade ora aprovados estão subordinados aos limites financeiros previstos pelo Estatuto Social da Companhia, e deverão ser observados única e exclusivamente para a

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/122247-0 Data do protocolo: 10/05/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/05/2021 SOB O NÚMERO 00004065378 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C6932C570FEF736C82608818810A19C86E38C967A94B2EC024775D30EBE7A043
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

Pag. 08/13

DocuSign Envelope ID: 8D78A682-2729-41F3-9B28-A195EC69DDDE

implementação de operação e/ou para a celebração de negócio jurídico que resulte na assunção de obrigações e/ou na renúncia de direitos pela Companhia. Neste sentido, tais limites de autoridade não serão aplicados nas seguintes situações, dentre outras: **(i)** na celebração de contratos de venda de bens e serviços que representem ingresso de receita; **(ii)** na prática de atos de simples rotinas administrativas perante pessoas jurídicas de direito público interno, empresas públicas ou sociedades empresariais que compõem a administração indireta, e outras da mesma natureza; e **(iii)** na execução de atos da rotina operacional financeira da Companhia, tais como, a autorização e/ou a realização de pagamentos de tributos ou quaisquer obrigações, transferências de recursos entre contas de mesma titularidade, aplicações e resgates de recursos financeiros da Companhia, abertura ou encerramento de contas correntes, e solicitação e cancelamento de acesso a quaisquer sistemas disponibilizados por instituições financeiras em geral. Por fim, todos os Diretores Estatutários poderão praticar quaisquer atos e assinar todo e qualquer documento, em nome da Companhia, que tenham sido previamente aprovados pelos órgãos societários competentes, independentemente dos limites de autoridade aqui estabelecidos.

(14) **Aprovaram** os termos e condições para contratação de fornecimento de serviços entre a Companhia e a Telecom Italia Sparkle Brasil Telecomunicações Ltda., com base na opinião favorável do CAE, em reunião realizada em 4 de maio de 2020.

Registra-se que a conselheira Elisabetta Paolo Romano solicitou a sua abstenção em relação a este item da Ordem do Dia, em razão de sua relação com a parte contratada.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes.

Certifico que a presente ata é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro (RJ), 5 de maio de 2021.

DocuSigned by:
Jaques Horn
8427573569D24F6...

JAQUES HORN
Secretário da Mesa

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/122247-0 Data do protocolo: 10/05/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/05/2021 SOB O NÚMERO 00004065378 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C6932C570FEF736C82608818810A19C86E38C967A94B2EC024775D30EBE7A043
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente
Pag. 09/13

DocuSign Envelope ID: 8D78A682-2729-41F3-9B28-A195EC69DDDE

ANEXO I

ANEXO 30-XXXVI DA INSTRUÇÃO CVM 480

1. Justificar pormenorizadamente o objetivo e os efeitos econômicos esperados da operação:

O Programa de Recompra de Ações tem por objetivo apoiar a remuneração baseada em ações do Plano de Incentivos de Longo Prazo – LTI (*Long Term Incentive Plan*) ou para eventual cancelamento, sem redução do capital social.

2. Informar as quantidades de ações (i) em circulação e (ii) já mantidas em tesouraria:

Atualmente, há 808.341.354 (oitocentos e oito milhões, trezentos e quarenta e uma mil, trezentos e cinquenta e quatro) ações ordinárias em circulação (*free float*) e 214.920 (duzentos e quatorze mil, novecentas e vinte) ações mantidas em tesouraria.

3. Informar a quantidade de ações que poderão ser adquiridas ou alienadas:

Poderão ser adquiridas até 2.890.417 (dois milhões, oitocentas e noventa mil, quatrocentas e dezessete) ações ordinárias da Companhia ("Ações"), sem redução do capital social, que correspondem a 0,09% (zero vírgula zero nove por cento) do total de ações ordinárias da Companhia ou 0,27% (zero vírgula vinte e sete por cento) do total de ações em circulação. A Diretoria poderá decidir o melhor momento, dentro do prazo do Programa, para realizar as aquisições das Ações, podendo realizar uma ou diversas aquisições.

4. Descrever as principais características dos instrumentos derivativos que a companhia vier a utilizar, se houver:

Não aplicável.

5. Descrever, se houver, eventuais acordos ou orientações de voto existentes entre a companhia e a contraparte das operações:

Não aplicável.

6. Na hipótese de operações cursadas fora de mercados organizados de valores mobiliários, informar: a. o preço máximo (mínimo) pelo qual as ações serão adquiridas (alienadas); e b. se for o caso, as razões que justificam a realização da operação a preços mais de 10% (dez por cento) superiores, no caso de aquisição, ou mais de 10% (dez por cento)

DS

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/122247-0 Data do protocolo: 10/05/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/05/2021 SOB O NÚMERO 00004065378 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C6932C570FEF736C82608818810A19C86E38C967A94B2EC024775D30EBE7A043
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

DocuSign Envelope ID: 8D78A682-2729-41F3-9B28-A195EC69DDDE

inferiores, no caso de alienação, à média da cotação, ponderada pelo volume, nos 10 (dez) pregões anteriores:

Não aplicável.

7. Informar, se houver, os impactos que a negociação terá sobre a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da sociedade:

Não aplicável.

8. Identificar as contrapartes, se conhecidas, e, em se tratando de parte relacionada à companhia, tal como definida pelas regras contábeis que tratam desse assunto, fornecer, ainda, as informações exigidas pelo art. 8º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009:

Não aplicável.

9. Indicar a destinação dos recursos auferidos, se for o caso:

Caso ocorra a alienação das ações adquiridas no contexto do programa, a destinação dos recursos será decidida oportunamente, quando haverá comunicação adequada ao mercado.

10. Indicar o prazo máximo para a liquidação das operações autorizadas:

Início a partir da data da deliberação do Conselho de Administração, permanecendo em vigor até 5 de novembro de 2022, sendo as aquisições realizadas na Bolsa de Valores (B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão), a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares aplicáveis.

11. Identificar instituições que atuarão como intermediárias, se houver:

GENIAL INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (*ex*-Brasil Plural CCTVM S/A), estabelecida na Rua Surubim, 373, 1º andar; São Paulo/SP, CEP 04571-050 e BTG PACTUAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., estabelecida na Rua Praia de Botafogo, 501 – Botafogo; Rio de Janeiro/RJ, CEP 22250-911.

12. Especificar os recursos disponíveis a serem utilizados, na forma do art. 7º, § 1º, da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015:

DS

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/122247-0 Data do protocolo: 10/05/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/05/2021 SOB O NÚMERO 00004065378 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C6932C570FEF736C82608818810A19C86E38C967A94B2EC024775D30EBE7A043
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

DocuSign Envelope ID: 8D78A682-2729-41F3-9B28-A195EC69DDDE

Serão utilizados os recursos dos saldos das reservas de capital e de lucros, que totalizam R$6.856.779.468,36 (seis bilhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e setenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos), conforme as Demonstrações Financeiras Intermediárias com data base 31 de março de 2021, excetuando-se as reservas referidas no artigo 7º, § 1º, da Instrução CVM nº 567.

13. Especificar as razões pelas quais os membros do Conselho de Administração se sentem confortáveis de que a recompra de ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos:

Tendo em vista que a recompra visa a atender ao Plano, limitando-se à aquisição de até 2.890.417 (dois milhões, oitocentas e noventa mil, quatrocentas e dezessete) ações que, com a cotação do dia 04 de maio de 2021, correspondem ao valor de R$ 35.002.949,87 (trinta e cinco milhões, dois mil, novecentos e quarenta e nove reais e oitenta e sete centavos), os membros do Conselho de Administração da Companhia entendem que o Programa de Recompra de Ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos, uma vez que, conforme as Demonstrações Financeiras Intermediárias com data base 31 de março de 2021, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia é de R$2.716.539.014,69 (dois bilhões, setecentos e dezesseis milhões, quinhentos e trinta e nove mil, quatorze reais e sessenta e nove centavos).

DS

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/122247-0 Data do protocolo: 10/05/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/05/2021 SOB O NÚMERO 00004065378 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C6932C570FEF736C82608818810A19C86E38C967A94B2EC024775D30EBE7A043
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TIM S.A., NIRE 33.3.0032463-1, PROTOCOLO 00-2021/122247-0, ARQUIVADO EM 12/05/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004065378, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
316.163.018-13	FLAVIO DOS SANTOS DE ALCANTARA

12 de maio de 2021.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/122247-0 Data do protocolo: 10/05/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/05/2021 SOB O NÚMERO 00004065378 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: C6932C570FEF736C82608818810A19C86E38C967A94B2EC024775D30EBE7A043
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

Pag. 13/13

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/133089-2

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00004065378 - 12/05/2021

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s):

Hash: 29D7DF01-D257-4AE0-940C-99F9DDF3C0F1

Orgão	Calculado	Pago
Junta	176,00	176,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

TIM S.A.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

201

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
252	1	Arquivamento de Publicações de Atos de Sociedade / Atos Societários
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR JOSÉ ROBERTO BORGES, NATAN SCHIPER E SAMIR FERREIRA BARBOSA NEHME SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00004072167	02.421.421/0001-11	Avenida Joao Cabral De Mello Neto 00850	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 22/05/2021 e arquivado em 23/05/2021

Nº de Páginas: 6

Capa Nº Páginas: 1/1

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/133089-2 Data do protocolo: 20/05/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/05/2021 SOB O NÚMERO 00004072167 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 49EAD783559E64AD33B0233D8C02B086779EBA618A13D1C92473DB31D6FB9956
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/133089-2 20/05/2021 10:20:45

JUCERJA

Último arquivamento:

00004065378 - 12/05/2021

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 103697264

Hash: 29D7DF01-D257-4AE0-940C-99F9DDF3C0F1

Orgão	Calculado	Pago
Junta	176,00	176,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
201

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
252	1	Arquivamento de Publicações de Atos de Sociedade / Atos Societários
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	UEDA LUIZA DE MATOS
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	11975907768
E-mail:	ueda.matos@aaconsulting.com.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	20/05/2021
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

20/05/2021

Data

00-2021/133089-2

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/133089-2 Data do protocolo: 20/05/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/05/2021 SOB O NÚMERO 00004072167 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 49EAD783559E64AD33B0233D8C02B086779EBA618A13D1C92473DB31D6FB9956
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

e Parecer dos Auditores Independentes publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no dia 18 de março de 2021 às fls. 25 a 36 e no jornal O Fluminense no dia 18 de março de 2021, às fls. 04 a 10, nos termos do art. 133 da Lei 6.404/76. **4. Presenças:** Acionista representando mais de 2/3 do capital social com direito a voto, conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas. Presentes também o Diretor-Presidente da Companhia, o Sr. Artur Manuel Tavares Resende; e o Sr. Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo, contador, inscrito no CRC: RJ-092563/O-1, representante da KPMG Auditores Independentes, auditor independente da Companhia, em atenção ao §1º do artigo 134 da Lei 6.404/76. **5. Mesa:** Presidente - Guilherme Gomes Lencastre, Secretária - Maria Eduarda Fischer Alcure. **6. Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: I.** Aprovação das contas dos Administradores; exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2020, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes; **II.** Proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2020 e distribuição de dividendos; **III.** Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia; **IV.** Eleição, pelo acionista controlador, de membro(s) do Conselho de Administração da Companhia. **V.** Eleição/alteração, pelo acionista controlador, da suplência de membros do Conselho de Administração da Companhia. **VI.** Instalação do Conselho Fiscal com a respectiva eleição dos membros para o exercício de 2021 e fixação de sua remuneração, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76. **Em Assembleia Geral Extraordinária: I.** Alteração dos artigos 10, 14, 17 e 18 e exclusão do artigo 22 do Estatuto Social da Companhia. **7. Deliberações Tomadas pelo Acionista Presente: Em Assembleia Geral Ordinária:** Após análise e discussão dos temas constantes da ordem do dia e respectivos documentos colocados à disposição do acionista, foi deliberado e aprovado o seguinte: 7.1. Quanto ao item (i) da Ordem do Dia, foram aprovados, pelo acionista presente, tendo sido computados 166.191.392 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, o Relatório da Administração da Companhia e as Demonstrações Financeiras do Exercício Social encerrado em 31/12/2020, acompanhado do respectivo Parecer dos Auditores Independentes. 7.2. Quanto ao item (ii) da Ordem do Dia, foi aprovada, pelo acionista presente, tendo sido computados 166.191.392 votos a favor, nenhum voto contra e nenhuma abstenção, a proposta da administração da Companhia quanto à destinação do lucro líquido da seguinte forma: do lucro líquido do exercício de 2020, no montante total de R$48.923.613,26 (quarenta e oito milhões, novecentos e vinte e três mil, seiscentos e treze reais e vinte e seis centavos), ao qual, (i) foi acrescido o montante de R$216.577,53 (duzentos e dezesseis mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta e três centavos), referente à reversão de dividendos prescritos e (ii) subtraído o valor de R$2.446.180,66 (dois milhões e quatrocentos e quarenta e seis mil cento e oitenta reais e sessenta e seis centavos) destinado à recomposição da Reserva Legal da Companhia, perfazendo, ao fim, o valor líquido passível de distribuição de R$46.694.010,13 (quarenta e seis milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, dez reais e treze centavos).. Nesse sentido, foi proposto o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$11.673.502,53 (onze milhões, seiscentos e setenta e três mil, quinhentos e dois reais e cinquenta e três centavos). Do saldo de R$35.020.507,60 (trinta e cinco milhões, vinte mil quinhentos e sete reais e sessenta centavos), remanescente após o pagamento de dividendos, será deduzido o valor de R$107.921.180,40 (cento e sete milhões, novecentos e vinte e um mil, cento e oitenta reais e quarenta centavos), correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (perda atuarial), cuja diferença negativa, no valor de R$72.900.672,80 (setenta e dois milhões, novecentos mil, seiscentos e setenta e dois reais e oitenta centavos), será absorvida pelo saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro, que passará do valor atual de R$1.002.891.692,73 (um bilhão, dois milhões, oitocentos e noventa e um mil, seiscentos e noventa e dois reais e setenta e três centavos) para o valor de R$929.991.019,93 (novecentos e vinte e nove milhões, novecentos e noventa e um mil, dezenove reais e noventa e três centavos) após a absorção. 7.2.1. Os dividendos ora aprovados terão o seu pagamento efetuado até 31.12.2021, em uma ou várias parcelas, sem a incidência de qualquer atualização monetária, conforme disponibilidade de caixa, aos acionistas titulares de ações da Companhia no final do dia 20 de abril de 2021, observada a seguinte distribuição: **Natureza:** Dividendos; **Ações Ordinárias:** R$ 0,07005461 por ação.As ações serão negociadas ex dividendos a partir de 21 de abril de 2021. 7.3. Quanto ao item (iii) da Ordem do Dia, foi aprovada, pelo acionista presente, tendo sido computados 166.191.392 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a remuneração global anual da Administração da Companhia, até a próxima Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2022, no montante máximo de R$ 15.130.206,74 (quinze milhões, cento e trinta mil, duzentos e seis reais e setenta e quatro centavos). 7.3.1. Considerando o montante da remuneração global anual da Administração da Companhia ora aprovado, o acionista presente, aprovou, tendo sido computados 166.191.392 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, o valor máximo de R$ 147.780,00 (cento e quarenta e sete mil, setecentos e oitenta reais) a ser distribuído aos membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo que cada membro remunerado receberá a título de remuneração a quantia mensal de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) e, ainda, que o saldo restante, de R$ 14.982.426,74 (catorze milhões, novecentos e oitenta e dois reais, quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos) corresponderá à remuneração máxima dos membros da Diretoria, entre rendimentos fixos e variáveis. 7.4. Quanto ao item (iv) da Ordem do Dia, foi aprovada, pelo acionista presente, tendo sido computados 166.191.392 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a eleição do Sr. **GINO CELENTANO**, italiano, divorciado, engenheiro, portador do passaporte italiano nº YB0553419, com endereço profissional na Praça Leoni Ramos, nº 01, 5º andar, bloco 1, São Domingos, Niterói - RJ, CEP: 24.210-205, para o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração. Nesse sentido, a composição do Conselho de Administração passa a ser a seguinte: **Membros Titulares - Cargos:** Guilherme Gomes Lencastre - Presidente do Conselho de Administração; Mario Fernando de Melo Santos - Vice-Presidente do Conselho de Administração; Anna Paula Hiotte Pacheco - Membro efetivo; Gino Celentano - Membro efetivo; Márcia Sandra Roque Vieira Silva - Membro efetivo; Nicola Cotugno - Membro efetivo;. Otacilio de Souza Junior - Membro efetivo. 7.4.1. Foi informado pelo acionista controlador que o conselheiro ora eleito, possui as qualificações necessárias e cumpre os requisitos legais para a eleição. 7.4.2. O conselheiro ora eleito terá o mandato coincidente com os demais membros do Conselho de Administração, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária de 2022 e será investido no cargo mediante assinatura de (i) declaração de que possui qualificações necessárias e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 147 e parágrafos da Lei das S.A., para o exercício do cargo, e de que não possui qualquer impedimento legal que obste sua eleição, nos termos da Instrução CVM nº 367/2002; e (ii) de termo de posse, lavrado no livro de atas do Conselho de Administração. 7.5. Quanto ao item (v) da Ordem do Dia, foi aprovada, pelo acionista presente, tendo sido computados 166.191.392 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a eleição ou alteração, conforme o caso, da suplência de membros do Conselho de Administração da Companhia, da seguinte forma: (i) eleição da Sra. **ANA CLÁUDIA GONÇALVES REBELLO**, brasileira, divorciada, advogada, portadora do documento de identidade nº 82.366, expedido pela OAB/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 011.914.537-58, com domicílio profissional na Praça Leoni Ramos, nº 1, bloco 1, 7º andar, São Domingos, Niterói - RJ, CEP: 24.210-205, ao cargo de Membro Suplente do Sr. Gino Celentano; (ii) eleição da Sra. **JANAINA SAVINO VILELLA CARRO**, brasileira, casada, jornalista, portadora do documento de identidade nº 11.433.600-1, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 088.290.577-54, com endereço profissional na Praça Leoni Ramos, nº. 01, 2º andar, bloco 2, São Domingos, Niterói - RJ, CEP: 24.210-205, ao cargo de Membro Suplente da Sra. Anna Paula Hiotte Pacheco, em substituição à Sra. Cristine de Magalhães Marcondes; (iii) o Sr. **ALAIN ROSOLINO**, italiano, casado, economista, portador do RNM nº V8353060, inscrito no CPF/MF sob o nº 065.642.077-43, com endereço profissional na Praça Leoni Ramos, nº 1, bloco 1, 5º andar, São Domingos, Niterói, RJ, CEP: 24210-205, passará a ser Membro Suplente do Sr. Guilherme Gomes Lencastre; (iv) a Sra. **MARCIA MASSOTTI DE CARVALHO**, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora do documento de identidade nº 10.432.558-4, expedido pelo DIC/RJ, com domicílio profissional na Praça Leoni Ramos, nº 01, 2º andar, bloco 1, São Domingos, Niterói - RJ, CEP: 24.210-205, passará a ser Membro Suplente do Sr. Mario Fernando de Melo Santos; e (v) consigna a vacância do cargo de Membro Suplente do Sr. Otacílio de Souza Junior, em razão do falecimento do Sr. Luiz Carlos Franco Campos. Nesse sentido, a composição da suplência do Conselho de Administração passa a ser a seguinte: **Membros Suplentes - Cargos:** Alain Rosolino - Membro suplente de Guilherme Gomes Lencastre; Márcia Massotti de Carvalho - Membro suplente de Mario Fernando de Melo Santos; Janaína Savino Vilella Carro - Membro suplente de Anna Paula Hiotte Pacheco; Ana Claudia Gonçalves Rebello - Membro suplente de Gino Celentano; Michelle Rodrigues Nogueira - Membro suplente de Márcia Sandra Roque Vieira Silva; José Nunes de Almeida Neto - Membro suplente de Nicola Cotugno; *Vago* - Membro suplente de Otacílio de Souza Junior.7.5.1. Foi informado, pelo acionista controlador, que os conselheiros suplentes ora eleitos, possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos legais para a eleição. 7.5.2. Os conselheiros suplentes ora eleitos terão os mandato coincidentes com os demais membros do Conselho de Administração, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária de 2022. 7.6. Quanto ao item (vi) da Ordem do Dia, não houve solicitação de instalação do conselho fiscal. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 7.7. Quanto ao item (i) da Ordem do Dia, foi aprovada, pelo acionista presente, tendo sido computados 166.191.392 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, (a) a exclusão do cargo de Diretor de Planejamento e Engenharia, com consequente alteração do *caput* do artigo 10, exclusão do inciso III do artigo 10, exclusão do inciso III do artigo 18 e renumeração dos demais incisos dos artigos 10 e 18 do Estatuto Social da Companhia; (b) a alteração da denominação do cargo de Diretor de Recursos Humanos e Organização para Diretor de Pessoas e Organização, com a consequente modificação do inciso VII do artigo 10 e inciso VII do artigo 18, do Estatuto Social da Companhia; e (c) a alteração das atribuições e responsabilidades do Diretor de Operações de Infraestruturas e Redes, com a consequente modificação do artigo 18, II do Estatuto Social da Companhia. 7.7.1. Em decorrência da deliberação acima, os artigos 10 e 18 do Estatuto Social da Companhia, passarão a ter a seguinte nova redação: ***"Art. 10.*** *A AMPLA será administrada por um Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, com as atribuições previstas na lei, sem prejuízo daquelas estabelecidas neste Estatuto, e por uma Diretoria composta por até 11 (onze) Diretores, sendo eles: I. o Diretor Presidente; II. o Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes; III. o Diretor de Mercado; IV. o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; V. o Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle; VI. o Diretor de Pessoas e Organização; VII. o Diretor de Relações Institucionais; VIII. o Diretor de Comunicação; IX. o Diretor de Regulação; X. o Diretor Jurídico; XI. o Diretor de Compras, e* ***Parágrafo 1º.*** *Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.* ***Parágrafo 2º.*** *Os administradores da Companhia deverão aderir às Políticas de Divulgação de Ato e Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia mediante assinatura do(s) respectivo(s) termo(s)."* ***"Art. 18.*** *Além de outras funções que lhe forem determinadas pelo Conselho de Administração, os Diretores terão as seguintes atribuições e responsabilidades: (I) Diretor-Presidente: responsável pela gestão e fiscalização das atividades da Companhia e de sua Diretoria, em todas as áreas; (II) Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes: responsável por assegurar o desenvolvimento, a operação e a manutenção das redes de distribuição, garantindo a segurança das pessoas que a operam, tornando a distribuição mais confiável e competitiva, a partir do atendimento de todas as demandas internas e externas, tais como: reduzir as perdas comerciais, executar obras de manutenção e expansão, incrementar a tecnologia e automação na distribuição de energia, realizar o atendimento às necessidades dos clientes e garantir as certificações necessárias ao negócio, aprimorando a qualidade e eficiência dos processos a partir da adoção das diretrizes organizacionais, políticas e procedimentos; (III) Diretor de Mercado: responsável por todos os canais de relacionamento com o cliente e o controle do seguimento dos grandes consumidores, definindo e realizando a estratégia comercial e de marketing e a comunicação comercial para cada segmento de clientes; realizar operações comerciais como faturamento, cobrança e gestão de crédito, gerenciando os processos de atendimento e serviço ao cliente; (IV) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: responsável pelo planejamento financeiro e pelas atividades de financiamento, tesouraria, risco financeiro e operações financeiras estruturadas; operações bancárias, linhas de crédito (garantias); celebração e gestão de contratos e obrigações financeiras, gestão de seguros; gestão das relações com instituições financeiras e com credores, investidores, acionistas, analistas de mercado, agências de classificação de riscos, órgãos de regulação e controle e demais instituições relacionadas às atividades envolvendo mercados financeiros e de capitais; (V) o Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle: responsável pelas atividades administrativas e de contabilidade, elaborar as demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas aplicáveis; além de monitorar e apoiar os órgãos de controle interno em suas atividades e fazer a interface com o auditor externo; responsável pelo planejamento estratégico, execução e controle da gestão da Companhia, incluindo formulação, controle e acompanhamento do orçamento e dos indicadores de lucro líquido, dívida líquida, balanço e fluxo de caixa da Companhia; responsável pela coordenação dos assuntos de natureza tributária e fiscal da Companhia e gestão do cumprimento das respectivas obrigações de tal natureza, bem como pela gestão das relações com autoridades fiscais; (VI) o Diretor de Pessoas e Organização: responsável pelos assuntos afetos à área de recursos humanos, como definição de políticas salariais; desenvolvimento de competências profissionais; organização e relações sindicais, representando a Companhia perante órgãos e outras entidades do trabalho e da previdência social, além de atividades relacionadas com os fundos de pensão do Brasil e outros benefícios relevantes; (VII) o Diretor de Relações Institucionais: responsável pelas atividades de relacionamento institucional da Companhia com órgãos e entidades governamentais, da administração direta ou indireta, e com instituições de classe, bem como pela implementação de ações para preservar a imagem institucional da Companhia; (VIII) o Diretor de Comunicação: responsável pelo desenvolvimento da estratégia de marca da Companhia no País, coordenando a execução de eventos, promoções, patrocínios, campanhas de publicidade comercial e institucional e outras iniciativas de comunicação externa; e pela promoção das relações com a mídia nacional e emissão de comunicados de imprensa, além de desenvolver e coordenar projetos de comunicação interna e nas mídias sociais; (IX) o Diretor de Regulação: responsável pela definição e promoção dos interesses da Companhia em relação a assuntos e questões regulatórias do setor elétrico e de defesa da concorrência; representação junto aos agentes reguladores e demais órgãos do setor elétrico e da defesa da concorrência; (X) o Diretor Jurídico: responsável pela coordenação, execução e controle dos assuntos afetos à área jurídica, inclusive a defesa da Companhia em todas as esferas judiciais e/ou administrativas, exceto no que se refere a assuntos de natureza tributária e fiscal; (XI) o Diretor de Compras: responsável pela gestão e qualificação de fornecedores, compras de materiais, equipamentos e bens em geral e contratações de serviços em geral."* 7.8. No que tange ao item (i) da Ordem do Dia, foi aprovada, também, pelo acionista presente, tendo sido computados 166.191.392 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a alteração da forma de nomeação do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, delegando a escolha ao próprio Conselho de Administração, com a (a) alteração do caput do artigo 12; (b) inclusão de um novo parágrafo ao artigo 12; e (c) consequente renumeração dos demais parágrafos do referido artigo. 7.8.1. Em virtude da deliberação, acima, o artigo 12 do Estatuto Social da companhia terá a seguinte nova redação: ***"Art. 12.*** *O Conselho de Administração será constituído de até 07 (sete) membros e até igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 03 (três) anos, admitida a reeleição.* ***Parágrafo 1º.*** *O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-presidente, escolhidos pelo Conselho de Administração dentre os conselheiros, na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a respectiva eleição.* ***Parágrafo 2º.*** *Os empregados e aposentados da AMPLA e os empregados e aposentados da BRASILETROS, individualmente ou através de sociedade de participação, condomínio ou clube de investidores, terão direito de eleger, no seu conjunto, um membro do Conselho de Administração.* ***Parágrafo 3º.*** *No caso de simples ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, o seu substituto será o Vice-Presidente do Conselho ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho ou, não havendo tal indicação, por escolha da maioria dos demais membros do Conselho.* ***Parágrafo 4º.*** *Em caso de eleição de qualquer membro do Conselho de Administração durante o curso do mandato dos demais conselheiros, seu mandato será reduzido de forma a coincidir com o término dos demais."* 7.9. Ademais, com relação ao item (i) da Ordem do Dia, foi aprovada, pelo acionista presente, tendo sido computados 166.191.392 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a alteração da competência do Conselho de Administração, de modo a deixar mais clara a regra de contratação de operações financeiras e bancárias ou relativas ao mercado de valores mobiliários, emissão de Notas Promissórias Comerciais e debêntures e de outros instrumentos de crédito e títulos e valores mobiliários, bem como a contratação de garantias, com a consequente (a) modificação do inciso VIII; (b) inclusão do inciso IX; e (c) exclusão do antigo inciso XIX, no parágrafo primeiro do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia. 7.9.1. Em razão da deliberação acima, o parágrafo primeiro do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, passa a vigorar com seguinte redação: ***"Parágrafo 1º.*** *No exercício de suas atribuições cabe também ao Conselho de Administração deliberar sobre o seguinte, sem prejuízo de outras competências que lhe são atribuídas por lei e por este Estatuto:* ***I.*** *eleição e destituição dos Diretores e fixação de suas atribuições, observado o disposto neste Estatuto;* ***II.*** *convocação da Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou no caso do art. 132 da Lei nº 6.404/76;* ***III.*** *escolha e destituição dos auditores independentes;* ***IV.*** *aprovação do orçamento anual e suas alterações;* ***V.*** *proposta de alteração do Estatuto Social, a ser submetida à Assembleia Geral;* ***VI.*** *celebração de acordos estratégicos, especialmente no campo da inovação e novas tecnologias;* ***VII.*** *contratos de venda de energia de valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional a 50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros);* ***VIII.*** *contração de operações financeiras e bancárias ou relativas ao mercado de valores mobiliários, a emissão, para colocação privada ou por meio de oferta pública de distribuição de Notas Promissórias Comerciais ("Commercial Papers") e de quaisquer outros instrumentos de crédito e títulos e valores mobiliários de captação pública ou privada de recursos, de uso comum no mercado nacional ou internacional, inclusive suas renovações, renegociações e pré-pagamentos, bem como a contratação de garantias de valores superiores ao equivalente em moeda corrente nacional a 50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros);* ***IX.*** *deliberar sobre a emissão, para colocação privada ou por meio de oferta pública de distribuição de debêntures, conversíveis ou não em ações, de bônus de subscrição, e de outros títulos ou valores mobiliários;* ***X.*** *a realização de investimentos não previstos no orçamento anual, de valores superiores ao equivalente em moeda corrente nacional a 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de euros) e investimentos de caráter estratégico não previstos no orçamento anual, qualquer que seja seu valor;* ***XI.*** *compra de materiais, equipamentos e bens em geral e contratações de serviços em geral, de valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional a 12.000.000,00 (doze milhões de euros);* ***XII.*** *contratação de investimentos imobiliários e serviços de manutenção em instalações imobiliárias da Companhia e de segurança patrimonial, de valores superiores ao equivalente em moeda corrente nacional a 12.000.000,00 (doze milhões de euros);* ***XIII.*** *patrocínios em geral, de valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional a 1.000.000,00 (um milhão de euros);* ***XIV.*** *contratação de consultorias de qualquer natureza, de valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional a 1.000.000,00 (um milhão de euros);* ***XV.*** *contratação de publicidade e marketing de qualquer natureza, de valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional a 1.000.000,00 (um milhão de euros);* ***XVI.*** *doações de qualquer natureza, de valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional a 1.000.000,00 (um milhão de euros);* ***XVII.*** *celebração de transações judiciais e extrajudiciais que impliquem desembolsos de valores superiores ao equivalente em moeda corrente nacional a 1.000.000,00 (um milhão de euros), e de atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia, de valores superiores ao equivalente em moeda corrente nacional a 1.000.000,00 (um milhão de euros);* ***XVIII.*** *quaisquer propostas, protocolos, justificativas e documentos similares a serem submetidos à Assembleia Geral, envolvendo operações de transformação, dissolução, fusão, cisão ou incorporação da Companhia ou em que a mesma seja parte;* ***XIX.*** *aquisição; alienação ou oneração de bens a serem ou já registrados no ativo permanente, cujo valor exceda a 5 (cinco por cento) do valor total do ativo permanente no último Balanço publicado".* 7.9. Ainda no que diz respeito ao item (i) da Ordem do Dia, foi aprovada, pelo acionista presente, tendo sido computados 166.191.392 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a alteração da competência da Diretoria para, entre outros, incluir a emissão de notas promissórias e debêntures em valor inferior ao equivalente em moeda corrente nacional a 50 MEUR, com a consequente modificação do caput do artigo 17, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: *"**Art. 17.** À Diretoria Executiva caberá assegurar o funcionamento regular da AMPLA, com poderes para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, doar, onerar e alienar bens sociais, inclusive os integrantes do ativo permanente, deliberar sobre a emissão, para colocação privada ou por meio de oferta pública de distribuição de Notas Promissórias Comerciais ("Commercial Papers") sempre observadas as disposições e os limites aqui previstos e os atos de competência exclusiva do Conselho de Administração previstos em lei e no artigo 14 deste Estatuto Social."* 7.10. No mais, quanto ao item (i) da Ordem do Dia, considerando as alterações das disposições sobre emissão de debêntures deliberadas acima, foi aprovada, pelo acionista presente, tendo sido computados 166.191.392 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a exclusão do artigo 22 e renumeração dos demais artigos do Estatuto Social da Companhia, nos termos da tabela abaixo: **Numeração Atual - Numeração Nova:** 23 - 22; 24 - 23; 25 - 24; 26 - 25; 27 - 26; 28 - 27; 29 - 28; 30 - 29; 31 - 30; 32 - 31. **8. Informações:** 8.1. Foi informado que as publicações ordenadas pela lei continuarão a ocorrer, no mínimo, nos jornais: O Fluminense e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. **9. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pelo Acionista presente Enel Brasil S.A., pelo Presidente da Assembleia e pela Secretária. *Confere com a original lavrada em livro próprio.* Niterói, 20 de abril de 2021. Guilherme Gomes Lencastre - Presidente, Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. Jucerja em 10/05/2021 sob o nº 00004063589. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

Id: 2316584

TIM S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2021. DATA, HORA E LOCAL: 5 de maio de 2021, às 12h00, por meio de videoconferência. **PRESENÇA:** Reuniu-se o Conselho de Administração da TIM S.A. ("Companhia") na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Nicandro Durante, Agostino Nuzzolo, Carlo Nardello, Elisabetta Paola Romano, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Herculano Aníbal Alves, Michele Valensise, Pietro Labriola e Sabrina Di Bartolomeo, por videoconferência, conforme faculdade prevista no parágrafo 2º do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia. **MESA**: Sr. Nican-

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/133089-2 Data do protocolo: 20/05/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/05/2021 SOB O NÚMERO 00004072167 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 49EAD783559E64AD33B0233D8C02B086779EBA618A13D1C92473DB31D6FB9956
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

dro Durante - Presidente; e Sr. Jaques Horn - Secretário. **ORDEM DO DIA**: **(1)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Remuneração; **(2)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de *Environmental, Social & Governance*; **(3)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário; **(4)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos; **(5)** Tomar conhecimento sobre o Relatório Financeiro Trimestral ("ITRs") da Companhia relativo ao 1º trimestre de 2021, encerrado em 31 de março de 2021; **(6)** Deliberar sobre a proposta de elaboração da Política Tributária da Companhia; **(7)** Deliberar sobre Projetos Estratégicos da Companhia; **(8)** Deliberar sobre a proposta de Plano de Recompra de Ações; **(9)** Deliberar sobre a proposta de revisão dos critérios de distribuição da remuneração global anual dos administradores (rateio); **(10)** Deliberar sobre a proposta do Programa de *Management by Objectives* ("MBO") da Companhia para o exercício de 2021; **(11)** Deliberar sobre a proposta para as outorgas 2021 do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia ("Plano"); **(12)** Tomar conhecimento dos resultados apurados no âmbito do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia ("Plano") para o 3º ano da outorga de 2018 e 1º ano da outorga de 2020 e deliberar sobre a proposta de apuração e forma de pagamento; **(13)** Deliberar sobre alteração na estrutura organizacional e eleger o *Human Resources & Organization Officer* da Companhia; e **(14)** Deliberar sobre a celebração de contrato para fornecimento de serviços entre a Companhia e a Telecom Italia Sparkle Brasil Telecomunicações Ltda. **DELIBERAÇÕES**: Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: **(1)** **Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Remuneração ("CR"), nas reuniões realizadas nos dias 31 de março e 4 de maio de 2021, conforme relatado pelo Sr. Nicandro Durante, Presidente do CR. **(2)** **Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de *Environmental, Social & Governance* ("CESG"), nas reuniões realizadas nos dias 31 de março e 4 de maio de 2021, conforme relatado pelo Sr. Nicandro Durante, Presidente do CESG, com especial destaque para a apresentação do Relatório ESG da Companhia. **(3)** **Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), nas reuniões realizadas nos dias 31 de março, 27 de abril, 4 e 5 de maio de 2021, conforme relatado pelo Sr. Gesner José de Oliveira Filho, Coordenador do CAE. **(4)** **Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"), nas reuniões realizadas nos dias 31 de março e 4 de maio de 2021, conforme relatado pelo Sr. Herculano Aníbal Alves, Presidente do CCR. **(5)** **Tomaram conhecimento** do Relatório Financeiro Trimestral ("ITRs") da Companhia, relativo ao 1º trimestre de 2021, encerrado em 31 de março de 2021, conforme as informações fornecidas pela administração da Companhia e pelos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"). O referido relatório foi objeto de revisão limitada pelos auditores independentes. **(6)** **Aprovaram** a Política Tributária da Companhia, conforme proposta apresentada e com base na recomendação favorável do CCR, registrada na reunião realizada em 4 de maio de 2021. **(7)** Em conclusão ao processo de negociação comunicado ao mercado através dos Fatos Relevantes publicados em 10 de dezembro de 2020 e em 4 de março de 2021, o Sr. Adrian Calaza, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia, apresentou os termos e condições finais da proposta efetuada pela IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. ("Proponente") para a aquisição de participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. ("FiberCo"), empresa constituída pela Companhia para segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura. Neste sentido, em cumprimento ao Artigo 22, inciso vii, do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Conselheiros **aprovaram** a alienação de participação correspondente a 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da FiberCo de titularidade da Companhia, que permanecerá com a participação remanescente de 49% (quarenta e nove por cento) do capital social da FiberCo. A relação entre a Companhia e a IHS será regulada por acordo de acionistas. A operação ora aprovada está sujeita à satisfação de certas condições precedentes, incluindo, dentre outras, a contribuição de ativos pela Companhia, a transferência de empregados, conforme descrito no material de apoio, e a obtenção de autorizações das autoridades competentes, como a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Para fins do cumprimento da presente deliberação, os Senhores Conselheiros **autorizaram** os Diretores da Companhia a implementar todas as medidas necessárias para a conclusão desta operação, incluindo sem limitações, promover o aumento de capital da FiberCo através do aporte de ativos, bem como celebrar termos, acordos, contratos, documentos e tudo o mais que se fizer necessário, nos termos e condições do material de apoio que fica arquivado na sede da Companhia. Neste sentido, os Diretores e/ou procuradores da Companhia ficam autorizados a firmar todos e quaisquer documentos que se fizerem necessários e a praticar todos os atos legalmente exigidos para a celebração dos acordos referidos no material de apoio, incluindo, se necessário for, a solicitação e a obtenção das aprovações prévias necessárias dos órgãos reguladores competentes. **(8)** Os membros do Conselho **tomaram conhecimento** dos resultados do último Programa de Recompra de Ações, aprovado em reunião do Conselho de Administração da sociedade incorporada pela Companhia, TIM Participações S.A., realizada em 29 de julho de 2020 ("Programa 4") e **aprovaram** o seu encerramento, bem como a abertura de um novo Programa de Recompra de Ações ("Programa 5"), nos termos do Artigo 22, v, do Estatuto Social da Companhia e do Artigo 5º da Instrução CVM nº 567, com as seguintes condições: **(8.1)** Objetivo: apoiar a remuneração baseada em ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo - LTI (*Long Term Incentive Plan*) ou para eventual cancelamento, sem redução do capital social. **(8.2)** Quantidade de ações que poderão ser adquiridas: poderão ser adquiridas até 2.890.417 (dois milhões, oitocentas e noventa mil, quatrocentas e dezessete) ações ordinárias da Companhia ("Ações"), sem redução do capital social, que correspondem a 0,09% (zero vírgula zero nove por cento) do total de ações ordinárias da Companhia ou 0,27% (zero vírgula vinte e sete por cento) do total de ações em circulação. A Diretoria poderá decidir o melhor momento, dentro do prazo do Programa, para realizar as aquisições das Ações, podendo realizar uma ou diversas aquisições. **(8.3)** O Programa terá início a partir da data da deliberação do Conselho de Administração, permanecendo em vigor até 5 de novembro de 2022, sendo as aquisições realizadas na Bolsa de Valores (B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão), a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares aplicáveis. **(8.4)** Instituição financeira intermediária: GENIAL INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (ex-Brasil Plural CCTVM S/A), estabelecida na Rua Surubim, 373, 1º andar; São Paulo/SP, CEP 04571-050 e BTG PACTUAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., estabelecida na Praia de Botafogo, 501 - Botafogo; Rio de Janeiro/RJ, CEP 22250-911. **(8.5)** Recursos que serão utilizados: serão utilizados os recursos dos saldos das reservas de capital e de lucros, que totalizam R$6.856.779.468,36 (seis bilhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e setenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e oito Reais e trinta e seis centavos), conforme as Demonstrações Financeiras Intermediárias com data base em 31 de março de 2021, excetuando-se as reservas referidas no art. 7º, § 1º, da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015 ("ICVM 567"). **(8.6)** Nos termos do art. 5º da ICVM 567, os membros do Conselho de Administração da Companhia forneceram as informações contidas no **Anexo I** da presente ata e autorizaram os Diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários à total efetivação da operação. **(9)** **Aprovaram** a proposta dos critérios para a distribuição/rateio da remuneração global anual dos administradores, aprovada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada no dia 30 de março de 2021, conforme material apresentado, com efetividade a partir do dia 1º de maio de 2021. **(10)** **Aprovaram** a proposta do Programa de MBO da Companhia para o exercício de 2021, parte integrante do Programa de Participação nos Resultados (PPR), apresentada pela Sra. Maria Antonietta Russo, Diretora da área de *Human Resources & Organization* da Companhia, tendo por base a avaliação favorável do CR, em reunião realizada em 4 de maio de 2021. **(11)** **Aprovaram** as outorgas de 2021 do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, apresentada pela Sra. Maria Antonietta Russo, Diretora da área de *Human Resources & Organization* da Companhia, com base na opinião favorável do CR, registrada na reunião realizada em 4 de maio de 2021. **(12)** No âmbito do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia ("Plano"), aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2018, os Senhores Conselheiros **tomaram conhecimento** dos resultados apurados para o 3º período de *vesting* da outorga de 2018 e para o 1º período de *vesting* da outorga de 2020, com os quais concordaram, e **aprovaram** a proposta com a forma de pagamento da seguinte maneira: a) transferência da totalidade dos valores devidos em ações, incluindo os dividendos, conforme previsto no Plano, assim como a transferência do valor equivalente em dinheiro em caso de beneficiários inativos (pro rata) ou transferidos para outra sociedade do mesmo conglomerado do grupo; b) para transferência das ações, utilização daquelas mantidas em tesouraria, conforme previsto no Plano e nos termos do Programa de Recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada nesta data; e c) utilização do Preço Médio da Ação, ponderada pelo volume financeiro realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão considerando o mês de março de 2021, cujo período é o mesmo utilizado na medição do desempenho das ações da Companhia na apuração do KPI Externo, para efeitos de conversão dos valores devidos de dividendos em ações adicionais. A Diretoria da Companhia fica autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ora aprovadas. **(13.1)** **Aprovaram**, com base no Artigo 22, inciso xxi do Estatuto Social da Companhia, a criação do cargo de *Human Resources & Organization Officer*. Em razão disso, a nova Diretoria da Companhia abrangerá os seguintes cargos: Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores, *Business Support Officer*, *Regulatory and Institutional Affairs Officer*, Diretor Jurídico, *Chief Technology Information Officer, Chief Revenue Officer* e *Human Resources & Organization Officer.* **(13.2)** Na sequência, os Senhores Conselheiros **elegeram**, para ocupar o cargo de *Human Resources & Organization Officer*, a Sra. Maria Antonietta Russo, italiana, casada, bacharel em psicologia, portadora do passaporte nº YA6240605, inscrita no RNM sob o nº V411242M, expedido pela CGPI/DIREX/PF-RJ em 11/01/2020, inscrita no CPF/ME sob o nº 059.696.447-14, domiciliada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 - Torre Sul, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, cuja posse e exercício do cargo ficam condicionados ao deferimento, pela Coordenação Geral de Imigração Laboral, de autorização de residência para exercício de cargo com poderes de gestão, nos termos da legislação em vigor, ocasião em que lhe será outorgada todos os poderes necessários. Uma vez concedido o referido visto, a Sra. Maria Antonietta Russo apresentará o termo de posse e demais documentos, devidamente assinados, dentro do prazo legal. A Diretora ora eleita permanecerá no cargo até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a se realizar no ano de 2022. **(13.3)** Consequentemente, a Diretoria da Companhia passa, doravante, a ser composta pelos Diretores identificados a seguir: **(i) Pietro Labriola**, Diretor Presidente; **(ii) Adrian Calaza**, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores; **(iii) Bruno Mutzenbecher Gentil**, *Business Support Officer*; **(iv) Mario Girasole**, *Regulatory and Institutional Affairs Officer*; **(v) Jaques Horn**, Diretor Jurídico; **(vi) Leonardo de Carvalho Capdeville**, *Chief Technology Information Officer*; **(vii) Alberto Mario Griselli**, *Chief Revenue Officer*; e **(viii) Maria Antonietta Russo**, *Human Resources & Organization Officer.* Os membros da Diretoria terão mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a se realizar no ano de 2022. **(13.4)** Nesta oportunidade, os Senhores Conselheiros ratificaram os limites de autoridade dos Diretores da Companhia, da seguinte forma: **(i)** o **Diretor Presidente** da Companhia terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos que resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, até o valor de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; **(ii)** o **Diretor Financeiro** terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em relação a atividades da área financeira, incluindo sem limitações, contratos de operações financeiras e de tesouraria, inclusive, contratos de garantia em geral, tomada e concessão de empréstimos, cessão e desconto de títulos, até o valor de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas, e para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos dos quais resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, dentro de sua área de atuação, até o valor de R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; e **(iii)** os demais Diretores Estatutários da Companhia: **Diretor de Relações com Investidores**; ***Business Support Officer***; ***Regulatory and Institutional Affairs Officer***; **Diretor Jurídico**; ***Chief Technology Information Officer; Chief Revenue Officer;*** e ***Human Resources & Organization Officer***, terão plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos que resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, dentro de suas respectivas áreas de atuação, até o valor de R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas. Os limites de autoridade ora aprovados estão subordinados aos limites financeiros previstos pelo Estatuto Social da Companhia, e deverão ser observados única e exclusivamente para a implementação de operação e/ou para a celebração de negócio jurídico que resulte na assunção de obrigações e/ou na renúncia de direitos pela Companhia. Neste sentido, tais limites de autoridade não serão aplicados nas seguintes situações, dentre outras: **(i)** na celebração de contratos de venda de bens e serviços que representem ingresso de receita; **(ii)** na prática de atos de simples rotinas administrativas perante pessoas jurídicas de direito público interno, empresas públicas ou sociedades empresariais que compõem a administração indireta, e outras da mesma natureza; e **(iii)** na execução de atos da rotina operacional financeira da Companhia, tais como, a autorização e/ou a realização de pagamentos de tributos ou quaisquer obrigações, transferências de recursos entre contas de mesma titularidade, aplicações e resgates de recursos financeiros da Companhia, abertura ou encerramento de contas correntes, e solicitação e cancelamento de acesso a quaisquer sistemas disponibilizados por instituições financeiras em geral. Por fim, todos os Diretores Estatutários poderão praticar quaisquer atos e assinar todo e qualquer documento, em nome da Companhia, que tenham sido previamente aprovados pelos órgãos societários competentes, independentemente dos limites de autoridade aqui estabelecidos. **(14)** **Aprovaram** os termos e condições para contratação de fornecimento de serviços entre a Companhia e a Telecom Italia Sparkle Brasil Telecomunicações Ltda., com base na opinião favorável do CAE, em reunião realizada em 4 de maio de 2020. Registra-se que a conselheira Elisabetta Paolo Romano solicitou a sua abstenção em relação a este item da Ordem do Dia, em razão de sua relação com a parte contratada. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes. Certifico que a presente ata é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 5 de maio de 2021. JAQUES HORN - Secretário da Mesa.

ANEXO I. ANEXO 30-XXXVI DA INSTRUÇÃO CVM 480. 1. Justificar pormenorizadamente o objetivo e os efeitos econômicos esperados da operação: O Programa de Recompra de Ações tem por objetivo apoiar a remuneração baseada em ações do Plano de Incentivos de Longo Prazo - LTI (*Long Term Incentive Plan*) ou para eventual cancelamento, sem redução do capital social. 2. Informar as quantidades de ações (i) em circulação e (ii) já mantidas em tesouraria: Atualmente, há 808.341.354 (oitocentos e oito milhões, trezentos e quarenta e uma mil, trezentos e cinquenta e quatro) ações ordinárias em circulação (*free float*) e 214.920 (duzentos e quatorze mil, novecentas e vinte) ações mantidas em tesouraria. 3. Informar a quantidade de ações que poderão ser adquiridas ou alienadas: Poderão ser adquiridas até 2.890.417 (dois milhões, oitocentas e noventa mil, quatrocentas e dezessete) ações ordinárias da Companhia ("Ações"), sem redução do capital social, que correspondem a 0,09% (zero vírgula zero nove por cento) do total de ações ordinárias da Companhia ou 0,27% (zero vírgula vinte e sete por cento) do total de ações em circulação. A Diretoria poderá decidir o melhor momento, dentro do prazo do Programa, para realizar as aquisições das Ações, podendo realizar uma ou diversas aquisições. 4. Descrever as principais características dos instrumentos derivativos que a companhia vier a utilizar, se houver: Não aplicável. 5. Descrever, se houver, eventuais acordos ou orientações de voto existentes entre a companhia e a contraparte das operações: Não aplicável. 6. Na hipótese de operações cursadas fora de mercados organizados de valores mobiliários, informar: a. o preço máximo (mínimo) pelo qual as ações serão adquiridas (alienadas); e b. se for o caso, as razões que justificam a realização da operação a preços mais de 10% (dez por cento) superiores, no caso de aquisição, ou mais de 10% (dez por cento) inferiores, no caso de alienação, à média da cotação, ponderada pelo volume, nos 10 (dez) pregões anteriores: Não aplicável. 7. Informar, se houver, os impactos que a negociação terá sobre a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da sociedade: Não aplicável. 8. Identificar as contrapartes, se conhecidas, e, em se tratando de parte relacionada à companhia, tal como definida pelas regras contábeis que tratam desse assunto, fornecer, ainda, as informações exigidas pelo art. 8º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009: Não aplicável. 9. Indicar a destinação dos recursos auferidos, se for o caso: Caso ocorra a alienação das ações adquiridas no contexto do programa, a destinação dos recursos será decidida oportunamente, quando haverá comunicação adequada ao mercado. 10. Indicar o prazo máximo para a liquidação das operações autorizadas: Início a partir da data da deliberação do Conselho de Administração, permanecendo em vigor até 5 de novembro de 2022, sendo as aquisições realizadas na Bolsa de Valores (B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão), a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares aplicáveis. 11. Identificar instituições que atuarão como intermediárias, se houver: GENIAL INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (*ex*-Brasil Plural CCTVM S/A), estabelecida na Rua Surubim, 373, 1º andar; São Paulo/SP, CEP 04571-050 e BTG PACTUAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., estabelecida na Rua Praia de Botafogo, 501 - Botafogo; Rio de Janeiro/RJ, CEP 22250-911. 12. Especificar os recursos disponíveis a serem utilizados, na forma do art. 7º, § 1º, da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015: Serão utilizados os recursos dos saldos das reservas de capital e de lucros, que totalizam R$6.856.779.468,36 (seis bilhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e setenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos), conforme as Demonstrações Financeiras Intermediárias com data base 31 de março de 2021, excetuando-se as reservas referidas no artigo 7º, § 1º, da Instrução CVM nº 567. 13. Especificar as razões pelas quais os membros do Conselho de Administração se sentem confortáveis de que a recompra de ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos: Tendo em vista que a recompra visa a atender ao Plano, limitando-se à aquisição de até 2.890.417 (dois milhões, oitocentas e noventa mil, quatrocentas e dezessete) ações que, com a cotação do dia 04 de maio de 2021, correspondem ao valor de R$ 35.002.949,87 (trinta e cinco milhões, dois mil, novecentos e quarenta e nove reais e oitenta e sete centavos), os membros do Conselho de Administração da Companhia entendem que o Programa de Recompra de Ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos, uma vez que, conforme as Demonstrações Financeiras Intermediárias com data base 31 de março de 2021, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia é de R$2.716.539.014,69 (dois bilhões, setecentos e dezesseis milhões, quinhentos e trinta e nove mil, quatorze reais e sessenta e nove centavos). Jucerja nº 4065378, em 12/05/2021. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral

Id: 2316573

CAFÉ FAVORITO S/A

CNPJ 32.493.603/0001-69 - NIRE 33.3.0016150-3

Ata da AGO realizada em 30/04/2021. Data, Hora e local: Aos 30/04/2021 às 14h na sede da empresa, na Rod. Lucio Meira, 355, KM 13, Bairro São Luiz, Volta Redonda/RJ - CEP: 27.286-740. **Presença:** Totalidade do Capital Social (acionistas). **Convocação:** Por avisos pessoais, jornal MM 26 a 30/03/2021. DORJ 26, 29 e 30/03/2021. **Publicação:** Demonstrações financeiras e Relatório da administração em jornal MM 23/04/2021 e DORJ em 23/04/2021. Mesa Diretora: Presidente: Andréia Guedes de Oliveira. Secretário: David de Paula Vieira. Ordem do Dia: a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2020; b) Deliberar sobre destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2020 e dividendos; c) Fixar remuneração dos administradores; d) Outros assuntos pertinentes a AGO. I - Deliberação na AGO: Aprovam os acionistas por unanimidade: a) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; b) Destinação do resultado do exercício proposto pela Diretoria da seguinte forma: 1 - Lucro/Dividendos na importância de: **R$3.500.000,00**, assim compreendido: **- R$1.500.000,00**, referente a saldo de lucros remanescentes de períodos anteriores colocados a disposição. **- R$2.000.000,00**, referente ao lucro do exercício. c) Fixar em **R$35.000,00** mensais de honorários para cada membro da diretoria a partir de **01/05/2021**. Diretoria Executiva: Mandato de 01/05/2019 à 30/04/2022, os efetivos membros da diretoria: **Presidente: Andréia Guedes de Oliveira,** brasileira, divorciada, empresária, natural de Volta Redonda/RJ, CI nº **074108804 IPF/RJ**, CPF nº **121.879.908-00**, residente e domiciliada nesta cidade de Volta Redonda/RJ, na Rua Vinte e Seis, 643, Tangerial - Vila Santa Cecília, CEP: 27.262-500; **Vice-Presidente: Vera Lúcia Guedes de Oliveira,** brasileira, viúva, empresária, natural de Volta Redonda/RJ, CI nº **7.305.413 IPF/RJ**, CPF nº **035.862.327-80**, residente e domiciliada nesta cidade de Volta Redonda/RJ, na Rua Senador Pinheiro Machado nº 80, apt. 604, Bairro Jardim Amália; d) Outros assuntos pertinentes a AGO: Nada mais havendo a tratar foi a sessão suspensa pelo tempo necessário a lavratura desta ata que após lida e aprovada foi assinada por todos os presentes da AGO. Volta Redonda, 30/04/2021. Andréia Guedes de Oliveira - Presidente. David de Paula Vieira - Secretário. **Jucerja - Arquivamento em 11/05/2021, sob o nº 4064623**.

Id: 2316651

SENDAS S.A.

CNPJ Nº 31.911.548/0001-17 / NIRE Nº 33300132643

Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27/04/2021. I. Data, Hora e Local. Realizada em 27/04/2021, às 10h00, em sua sede social na Rua Maria Soares Sendas, 111, Loja 525, Centro, São João de Meriti - RJ. **II- Mesa Diretora:** Presidente - Sr. Manoel Antônio Sendas Filho; Secretária - Srª. Rejane Espósito. **III- Presentes à Assembleia:** Acionistas detentores de mais de 90% do Capital Social, conforme se verifica no livro de presença de acionistas, mais o Diretor da Companhia Sr. Nildo Pires Alves. **IV- Convocação:** Anúncios publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e Jornal Monitor Mercantil nos dias 13, 14 e 15/04/2021. **V- Objetivo da Reunião:** Examinar e deliberar sobre as seguintes matérias: A) Relatórios

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/133089-2 Data do protocolo: 20/05/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/05/2021 SOB O NÚMERO 00004072167 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 49EAD783559E64AD33B0233D8C02B086779EBA618A13D1C92473DB31D6FB9956
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

Varejo CEO observa aumento de vendas anabolizados no mercado, na esteira da segunda onda da pandemia

É hora de separar 'o joio do trigo', diz Magalu

Adriana Mattos
De São Paulo

Numa mensagem de duas páginas em seu balanço trimestral, intitulada "O joio e o trigo", o comando do Magazine Luiza diz que é tempo de separar negócios que crescem fazendo "trocas insustentáveis" daqueles com resultados consistentes porque são efetivamente multicanais. Em entrevista ao **Valor** ontem, seu CEO, Frederico Trajano disse que a segunda onda da pandemia acirrou a concorrência e quando esta não é lastreada em algo sustentável, há crescimentos "anabolizados".

"Neste ano há uma maior agressividade do que no passado o que vai exigir das empresas buscar maior eficiência, e um equilíbrio entre crescimento, rentabilidade e caixa. Você vai ver empresa querendo mostrar receita, mas a custo de 'cash burn' [queima de caixa]. Tem operação crescendo de forma anabolizada, com prejuízo e queimando caixa", diz.

"O segundo, terceiro e quarto trimestres foram vendas de Copa do Mundo, é razoável pensar numa desaceleração. Se olhar só o curto prazo vai ser difícil continuar crescendo três dígitos. Mas se você quer manter essas taxas em cima de uma base alta vai ter que aumentar gasto em marketing, reduzir preço ou melhorar o nível de serviço. Nós vamos fazer um pouco desses três", disse.

Segundo ele, a diferença será determinada pelas operações com canais integrados. "Todo mundo fala que é multicanal, e está correndo atrás disso. Mas quem é mesmo multicanal hoje? Basta olhar os números. Nós crescemos 4% em loja no primeiro trimestre mesmo com 60% [dos pontos] fechados em março e 40% em abril. Este abril foi pior que o do ano passado, quando só 8% das lojas estavam sem funcionar. Outros perderam venda em loja. Isso acontece porque somos multicanal", disse.

"No trimestre, as lojas fechadas estavam vendendo 70% de uma loja aberta por causa da venda do digital, com o vendedor fazendo isso de casa", disse. "Se no trimestre a venda da loja cai e o digital cresce, é so transferência de um ao outro [...]. Temos que aprender a separar o que é um sinal do que é ruído. O que é barulho do que é estrutural", disse, ao comentar a cautela dos analistas nas projeções de resultados das cadeias pelo risco concorrencial. Até ontem, B2W, Via e Mercado Livre haviam divulgado seus números.

O Magazine Luiza apurou alta de 3,7% nas vendas da operação física no primeiro trimestre, e expansão de 114,4% no on-line (em cima de uma alta de 73% em 2020). Na soma total, digital e lojas avançaram 62,8%, para R$ 12,5 bilhões.

O lucro líquido cresceu oito vezes, para R$ 258 milhões, favorecido pelo ganho operacional — a receita líquida avançou em ritmo mais que o dobro das despesas. Ao se considerar o lucro descontando efeitos não recorrentes, o prejuízo de R$ 8 milhões vira lucro de R$ 81,5 milhões. O grupo ressalva que a geração de caixa foi influenciada pela sazonalidade e pelo fechamento de pontos. Mas diz que nos últimos 12 meses, o fluxo de caixa soma R$ 2,7 bilhões.

Houve melhora na margem ebitda (lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação), de 6,4% para 8,4% mas a margem bruta caiu (27,1% para 25,1%), pressionada pela menor rentabilidade do canal digital. Apesar da alta na venda total, as vendas em lojas com mais de um ano caíram 0,5%, afetadas pelo fechamento do comércio devido à pandemia.

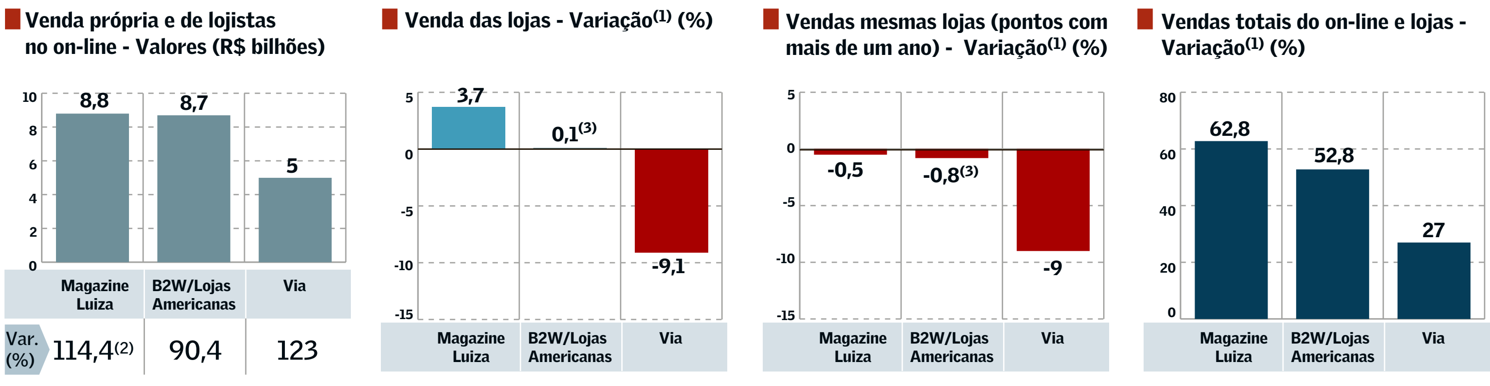
A entrega de pedidos no prazo de até um dia passou de 5% do total há um ano para 51%. O número de centrais e hubs logísticos cresceu de 26 para 103. Em abril, 40% de todos os pedidos do marketplace (shopping virtual) passaram pelo sistema de entrega próprio da empresa. O volume de itens à venda on-line passou de 15 milhões para 30 milhões.

No primeiro trimestre, o segmento de alimentos, desenhado para aumentar o fluxo de clientes, representou 40% de todos os itens vendidos.

Em abril foi lançado o cartão Magalu para o público que compra no canal digital — foram 100 mil cartões emitidos em três semanas. O grupo tem 5,5 milhões de cartões tradicionais emitidos.

Força digital

Números de Magazine Luiza, B2W/Lojas Americanas e Via no 1º trimestre



Fontes: Empresas. (1) Sobre o primeiro trimestre de 2020. (2) Ao se considerar também as vendas on-line feitas pelo vendedor da loja, a taxa vai a 134%. (3) Dados da Lojas Americanas, braço físico do Universo Americanas

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: 5 de maio de 2021, às 12h00, por meio de videoconferência. **PRESENÇA:** Reuniu-se o Conselho de Administração da TIM S.A. ("Companhia") na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Nicandro Durante, Agostino Nuzzolo, Carlo Nardello, Elisabetta Paola Romano, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Herculano Aníbal Alves, Michele Valensise, Pietro Labriola e Sabrina Di Bartolomeo, por videoconferência, conforme faculdade prevista no parágrafo 2º do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia. **MESA**: Sr. Nicandro Durante - Presidente; e Sr. Jaques Horn – Secretário. **ORDEM DO DIA**: **(1)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Remuneração; **(2)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de *Environmental, Social & Governance*; **(3)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário; **(4)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos; **(5)** Tomar conhecimento sobre o Relatório Financeiro Trimestral ("ITRs") da Companhia relativo ao 1º trimestre de 2021, encerrado em 31 de março de 2021; **(6)** Deliberar sobre a proposta de elaboração da Política Tributária da Companhia; **(7)** Deliberar sobre Projetos Estratégicos da Companhia; **(8)** Deliberar sobre a proposta de Plano de Recompra de Ações; **(9)** Deliberar sobre a proposta de revisão dos critérios de distribuição da remuneração global anual dos administradores (rateio); **(10)** Deliberar sobre a proposta do Programa de *Management by Objectives* ("MBO") da Companhia para o exercício de 2021; **(11)** Deliberar sobre a proposta para as outorgas 2021 do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia ("Plano"); **(12)** Tomar conhecimento dos resultados apurados no âmbito do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia ("Plano") para o 3º ano da outorga de 2018 e 1º ano da outorga de 2020 e deliberar sobre a proposta de apuração e forma de pagamento; **(13)** Deliberar sobre alteração na estrutura organizacional e eleger o *Human Resources & Organization Officer* da Companhia; e **(14)** Deliberar sobre a celebração de contrato para fornecimento de serviços entre a Companhia e a Telecom Italia Sparkle Brasil Telecomunicações Ltda. **DELIBERAÇÕES**: Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: **(1)** **Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Remuneração ("CR"), nas reuniões realizadas nos dias 31 de março e 4 de maio de 2021, conforme relatado pelo Sr. Nicandro Durante, Presidente do CR. **(2)** **Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de *Environmental, Social & Governance* ("CESG"), nas reuniões realizadas nos dias 31 de março e 4 de maio de 2021, conforme relatado pelo Sr. Nicandro Durante, Presidente do CESG, com especial destaque para a apresentação do Relatório ESG da Companhia. **(3)** **Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), nas reuniões realizadas nos dias 31 de março, 27 de abril, 4 e 5 de maio de 2021, conforme relatado pelo Sr. Gesner José de Oliveira Filho, Coordenador do CAE. **(4)** **Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"), nas reuniões realizadas nos dias 31 de março e 4 de maio de 2021, conforme relatado pelo Sr. Herculano Aníbal Alves, Presidente do CCR. **(5)** **Tomaram conhecimento** do Relatório Financeiro Trimestral ("ITRs") da Companhia, relativo ao 1º trimestre de 2021, encerrado em 31 de março de 2021, conforme as informações fornecidas pela administração da Companhia e pelos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"). O referido relatório foi objeto de revisão limitada pelos auditores independentes. **(6)** **Aprovaram** a Política Tributária da Companhia, conforme proposta apresentada e com base na recomendação favorável do CCR, registrada na reunião realizada em 4 de maio de 2021. **(7)** Em conclusão ao processo de negociação comunicado ao mercado através dos Fatos Relevantes publicados em 10 de dezembro de 2020 e em 4 de março de 2021, o Sr. Adrian Calaza, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia, apresentou os termos e condições finais da proposta efetuada pela IHS Fiber Brasil – Cessão de Infraestruturas Ltda. ("Proponente") para a aquisição de participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. ("FiberCo"), empresa constituída pela Companhia para segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura. Neste sentido, em cumprimento ao Artigo 22, inciso vii, do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Conselheiros **aprovaram** a alienação de participação correspondente a 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da FiberCo de titularidade da Companhia, que permanecerá com a participação remanescente de 49% (quarenta e nove por cento) do capital social da FiberCo. A relação entre a Companhia e a IHS será regulada por acordo de acionistas. A operação ora aprovada está sujeita à satisfação de certas condições precedentes, incluindo, dentre outras, a contribuição de ativos pela Companhia, a transferência de empregados, conforme descrito no material de apoio, e a obtenção de autorizações das autoridades competentes, como a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Para fins do cumprimento da presente deliberação, os Senhores Conselheiros **autorizaram** os Diretores da Companhia a implementar todas as medidas necessárias para a conclusão desta operação, incluindo sem limitações, promover o aumento de capital da FiberCo através do aporte de ativos, bem como celebrar termos, acordos, contratos, documentos e tudo o mais que se fizer necessário, nos termos e condições do material de apoio que fica arquivado na sede da Companhia. Neste sentido, os Diretores e/ou procuradores da Companhia ficam autorizados a firmar todos e quaisquer documentos que se fizerem necessários e a praticar todos os atos legalmente exigidos para a celebração dos acordos referidos no material de apoio, incluindo, se necessário for, a solicitação e a obtenção das aprovações prévias necessárias dos órgãos reguladores competentes. **(8)** Os membros do Conselho **tomaram conhecimento** dos resultados do último Programa de Recompra de Ações, aprovado em reunião do Conselho de Administração da sociedade incorporada pela Companhia, TIM Participações S.A., realizada em 29 de julho de 2020 ("Programa 4") e **aprovaram** o seu encerramento, bem como a abertura de um novo Programa de Recompra de Ações ("Programa 5"), nos termos do Artigo 22, v, do Estatuto Social da Companhia e do Artigo 5º da Instrução CVM nº 567, com as seguintes condições: **(8.1)** Objetivo: apoiar a remuneração baseada em ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo – LTI (*Long Term Incentive Plan*) ou para eventual cancelamento, sem redução do capital social. **(8.2)** Quantidade de ações que poderão ser adquiridas: poderão ser adquiridas até 2.890.417 (dois milhões, oitocentas e noventa mil, quatrocentas e dezessete) ações ordinárias da Companhia ("Ações"), sem redução do capital social, que correspondem a 0,09% (zero vírgula zero nove por cento) do total de ações ordinárias da Companhia ou 0,27% (zero vírgula vinte e sete por cento) do total de ações em circulação. A Diretoria poderá decidir o melhor momento, dentro do prazo do Programa, para realizar as aquisições das Ações, podendo realizar uma ou diversas aquisições. **(8.3)** O Programa terá início a partir da data da deliberação do Conselho de Administração, permanecendo em vigor até 5 de novembro de 2022, sendo as aquisições realizadas na Bolsa de Valores (B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão), a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares aplicáveis. **(8.4)** Instituição financeira intermediária: GENIAL INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (ex-Brasil Plural CCTVM S/A), estabelecida na Rua Surubim, 373, 1º andar; São Paulo/SP, CEP 04571-050 e BTG PACTUAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., estabelecida na Praia de Botafogo, 501 – Botafogo; Rio de Janeiro/RJ, CEP 22250-911. **(8.5)** Recursos que serão utilizados: serão utilizados os recursos dos saldos das reservas de capital e de lucros, que totalizam R$6.856.779.468,36 (seis bilhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e setenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e oito Reais e trinta e seis centavos), conforme as Demonstrações Financeiras Intermediárias com data base em 31 de março de 2021, excetuando-se as reservas referidas no art. 7º, § 1º, da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015 ("ICVM 567"). **(8.6)** Nos termos do art. 5º da ICVM 567, os membros do Conselho de Administração da Companhia forneceram as informações contidas no **Anexo I** da presente ata e autorizaram os Diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários à total efetivação da operação. **(9)** **Aprovaram** a proposta dos critérios para a distribuição/rateio da remuneração global anual dos administradores, aprovada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada no dia 30 de março de 2021, conforme material apresentado, com efetividade a partir do dia 1º de maio de 2021. **(10)** **Aprovaram** a proposta do Programa de MBO da Companhia para o exercício de 2021, parte integrante do Programa de Participação nos Resultados (PPR), apresentada pela Sra. Maria Antonietta Russo, Diretora da área de *Human Resources & Organization* da Companhia, tendo por base a avaliação favorável do CR, em reunião realizada em 4 de maio de 2021. **(11)** **Aprovaram** as outorgas de 2021 do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, apresentada pela Sra. Maria Antonietta Russo, Diretora da área de *Human Resources & Organization* da Companhia, com base na opinião favorável do CR, registrada na reunião realizada em 4 de maio de 2021. **(12)** No âmbito do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia ("Plano"), aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2018, os Senhores Conselheiros **tomaram conhecimento** dos resultados apurados para o 3º período de *vesting* da outorga de 2018 e para o 1º período de *vesting* da outorga de 2020, com os quais concordaram, e **aprovaram** a proposta com a forma de pagamento da seguinte maneira: a) transferência da totalidade dos valores devidos em ações, incluindo os dividendos, conforme previsto no Plano, assim como a transferência do valor equivalente em dinheiro em caso de beneficiários inativos (pro rata) ou transferidos para outra sociedade do mesmo conglomerado do grupo; b) para transferência das ações, utilização daquelas mantidas em tesouraria, conforme previsto no Plano e nos termos do Programa de Recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada nesta data; e c) utilização do Preço Médio da Ação, ponderada pelo volume financeiro realizado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão considerando o mês de março de 2021, cujo período é o mesmo utilizado na medição do desempenho das ações da Companhia na apuração do KPI Externo, para efeitos de conversão dos valores devidos de dividendos em ações adicionais. A Diretoria da Companhia fica autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ora aprovadas. **(13.1)** **Aprovaram**, com base no Artigo 22, inciso xxi do Estatuto Social da Companhia, a criação do cargo de *Human Resources & Organization Officer*. Em razão disso, a nova Diretoria da Companhia abrangerá os seguintes cargos: Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores, *Business Support Officer, Regulatory and Institutional Affairs Officer*, Diretor Jurídico, *Chief Technology Information Officer, Chief Revenue Officer* e *Human Resources & Organization Officer.* **(13.2)** Na sequência, os Senhores Conselheiros **elegeram**, para ocupar o cargo de *Human Resources & Organization Officer*, a Sra. Maria Antonietta Russo, italiana, casada, bacharel em psicologia, portadora do passaporte nº YA6240605, inscrita no RNM sob o nº V411242M, expedido pela CGPI/DIREX/PF-RJ em 11/01/2020, inscrita no CPF/ME sob o nº 059.696.447-14, domiciliada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 - Torre Sul, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, cuja posse e exercício do cargo ficam condicionados ao deferimento, pela Coordenação Geral de Imigração Laboral, de autorização de residência para exercício de cargo com poderes de gestão, nos termos da legislação em vigor, ocasião em que lhe será outorgada todos os poderes necessários. Uma vez concedido o referido visto, a Sra. Maria Antonietta Russo apresentará o termo de posse e demais documentos, devidamente assinados, dentro do prazo legal. A Diretora ora eleita permanecerá no cargo até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a se realizar no ano de 2022. **(13.3)** Consequentemente, a Diretoria da Companhia passa, doravante, a ser composta pelos Diretores identificados a seguir: **(i) Pietro Labriola**, Diretor Presidente; **(ii) Adrian Calaza**, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores; **(iii) Bruno Mutzenbecher Gentil**, *Business Support Officer*; **(iv) Mario Girasole**, *Regulatory and Institutional Affairs Officer*; **(v) Jaques Horn**, Diretor Jurídico; **(vi) Leonardo de Carvalho Capdeville**, *Chief Technology Information Officer*; **(vii) Alberto Mario Griselli**, *Chief Revenue Officer*; e **(viii) Maria Antonietta Russo**, *Human Resources & Organization Officer.* Os membros da Diretoria terão mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a se realizar no ano de 2022. **(13.4)** Nesta oportunidade, os Senhores Conselheiros ratificaram os limites de autoridade dos Diretores da Companhia, da seguinte forma: **(i)** o **Diretor Presidente** da Companhia terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos que resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, até o valor de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; **(ii)** o **Diretor Financeiro** terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em relação a atividades da área financeira, incluindo sem limitações, contratos de operações financeiras e de tesouraria, inclusive, contratos de garantia em geral, tomada e concessão de empréstimos, cessão e desconto de títulos, até o valor de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas, e para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos dos quais resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, dentro de sua área de atuação, até o valor de R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; e **(iii)** os demais Diretores Estatutários da Companhia: **Diretor de Relações com Investidores**; ***Business Support Officer***; ***Regulatory and Institutional Affairs Officer***; **Diretor Jurídico**; ***Chief Technology Information Officer; Chief Revenue Officer;*** e ***Human Resources & Organization Officer***, terão plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos que resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, dentro de suas respectivas áreas de atuação, até o valor de R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas. Os limites de autoridade ora aprovados estão subordinados aos limites financeiros previstos pelo Estatuto Social da Companhia, e deverão ser observados única e exclusivamente para a implementação de operação e/ou para a celebração de negócio jurídico que resulte na assunção de obrigações e/ou na renúncia de direitos pela Companhia. Neste sentido, tais limites de autoridade não serão aplicados nas seguintes situações, dentre outras: **(i)** na celebração de contratos de venda de bens e serviços que representem ingresso de receita; **(ii)** na prática de atos de simples rotinas administrativas perante pessoas jurídicas de direito público interno, empresas públicas ou sociedades empresariais que compõem a administração indireta, e outras da mesma natureza; e **(iii)** na execução de atos da rotina operacional financeira da Companhia, tais como, a autorização e/ou a realização de pagamentos de tributos ou quaisquer obrigações, transferências de recursos entre contas de mesma titularidade, aplicações e resgates de recursos financeiros da Companhia, abertura ou encerramento de contas correntes, e solicitação e cancelamento de acesso a quaisquer sistemas disponibilizados por instituições financeiras em geral. Por fim, todos os Diretores Estatutários poderão praticar quaisquer atos e assinar todo e qualquer documento, em nome da Companhia, que tenham sido previamente aprovados pelos órgãos societários competentes, independentemente dos limites de autoridade aqui estabelecidos. **(14)** **Aprovaram** os termos e condições para contratação de fornecimento de serviços entre a Companhia e a Telecom Italia Sparkle Brasil Telecomunicações Ltda., com base na opinião favorável do CAE, em reunião realizada em 4 de maio de 2020. Registra-se que a conselheira Elisabetta Paolo Romano solicitou a sua abstenção em relação a este item da Ordem do Dia, em razão de sua relação com a parte contratada. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes. Certifico que a presente ata é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 5 de maio de 2021. JAQUES HORN - Secretário da Mesa.

ANEXO I
ANEXO 30-XXXVI DA INSTRUÇÃO CVM 480

1. Justificar pormenorizadamente o objetivo e os efeitos econômicos esperados da operação: O Programa de Recompra de Ações tem por objetivo apoiar a remuneração baseada em ações do Plano de Incentivos de Longo Prazo – LTI (*Long Term Incentive Plan*) ou para eventual cancelamento, sem redução do capital social. 2. Informar as quantidades de ações (i) em circulação e (ii) já mantidas em tesouraria: Atualmente, há 808.341.354 (oitocentos e oito milhões, trezentos e quarenta e uma mil, trezentos e cinquenta e quatro) ações ordinárias em circulação (*free float*) e 214.920 (duzentos e quatorze mil, novecentas e vinte) ações mantidas em tesouraria. 3. Informar a quantidade de ações que poderão ser adquiridas ou alienadas: Poderão ser adquiridas até 2.890.417 (dois milhões, oitocentas e noventa mil, quatrocentas e dezessete) ações ordinárias da Companhia ("Ações"), sem redução do capital social, que correspondem a 0,09% (zero vírgula zero nove por cento) do total de ações ordinárias da Companhia ou 0,27% (zero vírgula vinte e sete por cento) do total de ações em circulação. A Diretoria poderá decidir o melhor momento, dentro do prazo do Programa, para realizar as aquisições das Ações, podendo realizar uma ou diversas aquisições. 4. Descrever as principais características dos instrumentos derivativos que a companhia vier a utilizar, se houver: Não aplicável. 5. Descrever, se houver, eventuais acordos ou orientações de voto existentes entre a companhia e a contraparte das operações: Não aplicável. 6. Na hipótese de operações cursadas fora de mercados organizados de valores mobiliários, informar: a. o preço máximo (mínimo) pelo qual as ações serão adquiridas (alienadas); e b. se for o caso, as razões que justificam a realização da operação a preços mais de 10% (dez por cento) superiores, no caso de aquisição, ou mais de 10% (dez por cento) inferiores, no caso de alienação, à média da cotação, ponderada pelo volume, nos 10 (dez) pregões anteriores: Não aplicável. 7. Informar, se houver, os impactos que a negociação terá sobre a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da sociedade: Não aplicável. 8. Identificar as contrapartes, se conhecidas, e, em se tratando de parte relacionada à companhia, tal como definida pelas regras contábeis que tratam desse assunto, fornecer, ainda, as informações exigidas pelo art. 8º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009: Não aplicável. 9. Indicar a destinação dos recursos auferidos, se for o caso: Caso ocorra a alienação das ações adquiridas no contexto do programa, a destinação dos recursos será decidida oportunamente, quando haverá comunicação adequada ao mercado. 10. Indicar o prazo máximo para a liquidação das operações autorizadas: Início a partir da data da deliberação do Conselho de Administração, permanecendo em vigor até 5 de novembro de 2022, sendo as aquisições realizadas na Bolsa de Valores (B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão), a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares aplicáveis. 11. Identificar instituições que atuarão como intermediárias, se houver: GENIAL INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (*ex*-Brasil Plural CCTVM S/A), estabelecida na Rua Surubim, 373, 1º andar; São Paulo/SP, CEP 04571-050 e BTG PACTUAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., estabelecida na Rua Praia de Botafogo, 501 – Botafogo; Rio de Janeiro/RJ, CEP 22250-911. 12. Especificar os recursos disponíveis a serem utilizados, na forma do art. 7º, § 1º, da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015: Serão utilizados os recursos dos saldos das reservas de capital e de lucros, que totalizam R$6.856.779.468,36 (seis bilhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e setenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos), conforme as Demonstrações Financeiras Intermediárias com data base 31 de março de 2021, excetuando-se as reservas referidas no artigo 7º, § 1º, da Instrução CVM nº 567. 13. Especificar as razões pelas quais os membros do Conselho de Administração se sentem confortáveis de que a recompra de ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos: Tendo em vista que a recompra visa a atender ao Plano, limitando-se à aquisição de até 2.890.417 (dois milhões, oitocentas e noventa mil, quatrocentas e dezessete) ações que, com a cotação do dia 04 de maio de 2021, correspondem ao valor de R$ 35.002.949,87 (trinta e cinco milhões, dois mil, novecentos e quarenta e nove reais e oitenta e sete centavos), os membros do Conselho de Administração da Companhia entendem que o Programa de Recompra de Ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos, uma vez que, conforme as Demonstrações Financeiras Intermediárias com data base 31 de março de 2021, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia é de R$2.716.539.014,69 (dois bilhões, setecentos e dezesseis milhões, quinhentos e trinta e nove mil, quatorze reais e sessenta e nove centavos). Jucerja nº 4065378, em 12/05/2021. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral

Oi prevê cortar custos em R$ 1 bi

Telecomunicações

Juliana Schincariol
Do Rio

A Oi sentiu os impactos da segunda onda de covid-19 no primeiro trimestre de 2021, principalmente em comparação ao mesmo período do ano passado, quando a pandemia ainda estava no início. Ainda assim, reduziu o prejuízo entre janeiro e março em mais de 40% na comparação anual. Para o ano como um todo, estima uma redução de custos de R$ 1 bilhão e vê um fluxo de caixa positivo a partir de 2023.

A empresa de telecomunicações teve prejuízo de R$ 3,5 bilhões nos três primeiros meses do ano, queda de 44,2% sobre o resultado negativo de R$ 6,28 bilhões um ano antes. Já a receita líquida subiu 6,2% na mesma base de comparação, a R$ 4,45 bilhões. O Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) caiu 25,7%, a R$ 1,53 bilhão.

Segundo a Oi, as medidas de restrição de atividades em função da piora do cenário da covid tiveram impacto nas operações do período, interrompendo a sequência dos últimos dois trimestres em que a companhia apresentou crescimento de receita. Esse recuo foi observado de maneira mais expressiva no segmento de "business to business" (B2B), pelo impacto das restrições sobre a economia e as empresas. Já a área residencial ficou em linha, na comparação anual e trimestral.

Segundo o presidente da companhia, Rodrigo Abreu, os resultados de fibra ótica foram "excelentes", com forte expansão e entrada no mercado de São Paulo, onde as vendas começaram em abril. O objetivo da Oi é conectar 5,2 milhões de casas com fibra. Atualmente, são quase 3 milhões. Até o fim de 2021, o objetivo é atingir entre 3,5 milhões e 4 milhões de residências.

Quanto ao processo de recuperação judicial da Oi, Abreu disse que todos os processos de fusões e aquisições (M&A, em inglês) estão progredindo dentro do esperado. "Vamos transformar a empresa para uma nova estrutura no ano que vem", disse. A operadora busca uma redução de custos adicional anualizada de R$ 1 bilhão até o fim de 2021. Além disso, Abreu espera que a empresa tenha um fluxo de caixa positivo a partir de 2023.

Entre janeiro e março, os custos e despesas operacionais consolidados de rotina da Oi, incluindo as operações internacionais, totalizaram R$ 3,314 bilhões, aumento de 3,1% na comparação anual, e em linha com o trimestre anterior.

Liderança Digital

LEO PINHEIRO/VALOR

Para Jeane Tsutsui, que assumiu a presidência do Grupo Fleury no início de abril, mas já tem 20 anos de casa, a tecnologia não só ampliou o papel da empresa como aproximou pacientes na pandemia. "No primeiro trimestre realizamos 300 mil teleconsultas, sendo 40% em territórios onde o grupo não está presente fisicamente", diz a executiva em entrevista ao programa Liderança Digital, que vai ao ar hoje às 8h, no site do Valor. Um dos veículos da aproximação com pacientes na pandemia foi o Saúde iD, plataforma digital de serviços de saúde que recebeu um investimento de R$ 50 milhões do grupo em 2020 e que lançou assinaturas para pessoas físicas. "Cada vez mais a gente precisa pensar em como aumenta o acesso á saúde no país."

FERTILIZANTES HERINGER

FERTILIZANTES HERINGER S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88 - NIRE 32.3.0002794-6 - Companhia Aberta de Capital Autorizado
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2021

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 26 do mês de março de 2021, às 10:00 horas, no escritório administrativo da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia"), localizado na Cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, na Avenida Irene Karcher, nº 620, Bairro Betel, CEP 13148-906. **2. Convocação e Presença**: Convocados os membros do Conselho de Administração, nos termos previstos pelo caput do artigo 14º do Estatuto Social da Companhia, mediante notificação escrita com aviso de recebimento e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. Em razão da pandemia do coronavírus e conforme permitido pelo artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, a reunião foi realizada por videoconferência. Presentes os membros do Conselho de Administração Dalton Carlos Heringer, Victor Paulo Silva Miranda, Silvio Claudio Peixoto de Camargo, Dalton Dias Heringer e Roberto Rodrigues, tendo todos os conselheiros participado através de videoconferência, conforme facultado pelo artigo 17 do Estatuto Social da Companhia. Presente também por videoconferência o Presidente do Conselho Fiscal da Companhia, Alfredo Gonçalves Martins. **3. Mesa**: A Reunião foi presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, Dalton Carlos Heringer, e secretariada por Nayara Canesqui. **4. Ordem do Dia**: (i) Analisar e aprovar os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) aprovar a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020; e (iii) aprovar plano de reabertura das unidades de Rosário do Catete/SE e Rio Verde/GO. **5. Deliberações**: Após discussões acerca dos assuntos em pauta e análise de todos os documentos aplicáveis, os Conselheiros decidiram o quanto segue. **5.1.** Por unanimidade de votos, os conselheiros aprovaram, após exame e discussão, sem quaisquer ressalvas, recomendando sua aprovação pela assembleia geral de acionistas, os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. **5.2.** Por unanimidade de votos, os conselheiros aprovaram a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. **5.3.** Por unanimidade de votos, os conselheiros aprovaram o plano de reabertura das unidades de Rosário do Catete/SE e Rio Verde/GO. **6. Encerramento**: Inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual lavrou-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. Paulínia/SP, 26 de março de 2021. Dalton Carlos Heringer – Presidente da Mesa; Nayara Canesqui – Secretária. Conselheiros Presentes: Dalton Dias Heringer, Dalton Carlos Heringer, Victor Paulo Silva Miranda, Roberto Rodrigues e Silvio Claudio Peixoto de Camargo. Confere com a original lavrada em livro próprio. Dalton Carlos Heringer - **Presidente da Mesa;** Nayara Canesqui - **Secretária da Mesa.** JUCEES protocolo nº 2100267567 em 15/04/2021.

Curta

Ânima lucra

A Ânima Holding registrou lucro líquido de R$ 52 milhões no primeiro trimestre de 2021 revertendo prejuízo de R$ 18,8 milhões no mesmo período de 2020. De acordo com a Anima, o lucro foi impulsionado pelas menores despesas com depreciação e novas aquisições. A receita líquida avançou 22,7% no comparativo trimestral, para R$ 416 milhões.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/133089-2 Data do protocolo: 20/05/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/05/2021 SOB O NÚMERO 00004072167 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 49EAD783559E64AD33B0233D8C02B086779EBA618A13D1C92473DB31D6FB9956
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TIM S.A., NIRE 33.3.0032463-1, PROTOCOLO 00-2021/133089-2, ARQUIVADO EM 23/05/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004072167, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
450.844.968-99	UEDA LUIZA DE MATOS

23 de maio de 2021.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/133089-2 Data do protocolo: 20/05/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/05/2021 SOB O NÚMERO 00004072167 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 49EAD783559E64AD33B0233D8C02B086779EBA618A13D1C92473DB31D6FB9956
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/164147-2

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00004088365 - 21/06/2021

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s):

Hash: C3DCC05E-3157-4E40-914A-216928C6D6AD

Orgão	Calculado	Pago
Junta	176,00	176,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

TIM S.A.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

310

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
999	1	Outros Documentos de Interesse da Empresa / Empresário / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR JOSÉ ROBERTO BORGES, NATAN SCHIPER E SAMIR FERREIRA BARBOSA NEHME SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00004091327	02.421.421/0001-11	Avenida Joao Cabral De Mello Neto 00850	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 23/06/2021 e arquivado em 24/06/2021

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL

Nº de Páginas: 4

Capa Nº Páginas: 1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/164147-2 Data do protocolo: 22/06/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 24/06/2021 SOB O NÚMERO 00004091327 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: D8CEDE40B8771E6F4D016E65084C5252580BE42201A624C9B58990DC981CFBC9
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/164147-2 22/06/2021 08:15:57

JUCERJA

Último arquivamento:
00004088365 - 21/06/2021

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 103728017

Hash: C3DCC05E-3157-4E40-914A-216928C6D6AD

Orgão	Calculado	Pago
Junta	176,00	176,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
310

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
999	1	Outros Documentos de Interesse da Empresa / Empresário / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	FLAVIO SANTOS ALCANTARA
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	11981856749
E-mail:	alcantarafs@hotmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	22/06/2021
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro
Local

22/06/2021
Data

00-2021/164147-2

DocuSign Envelope ID: E8C68BC3-14C6-4831-911C-351223727CD5

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **MARIA ANTONIETTA RUSSO**, italiana, casada, bacharel em psicologia, portadora da carteira de RNM nº V411242M, expedida pela CGPI/DIREX/PF-RJ em 11/01/2020, inscrita no CPF/ME sob o nº 059.696.447-14, domiciliada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 – Torre Sul, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, venho, por meio deste, tomar posse como ***Human Resources & Organization Officer*** da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada no dia 05 de maio de 2021, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedida por lei especial ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenada à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Blc. 01, Salas 501 a 1208, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-057.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2021.

DocuSigned by:
1860A297A267443...

MARIA ANTONIETTA RUSSO

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/164147-2 Data do protocolo: 22/06/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 24/06/2021 SOB O NÚMERO 00004091327 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: D8CEDE40B8771E6F4D016E65084C5252580BE42201A624C9B58990DC981CFBC9
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TIM S.A., NIRE 33.3.0032463-1, PROTOCOLO 00-2021/164147-2, ARQUIVADO EM 24/06/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004091327, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
316.163.018-13	FLAVIO DOS SANTOS DE ALCANTARA

24 de junho de 2021.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/164147-2 Data do protocolo: 22/06/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 24/06/2021 SOB O NÚMERO 00004091327 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: D8CEDE40B8771E6F4D016E65084C5252580BE42201A624C9B58990DC981CFBC9
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/958511-3

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00004458329 - 20/09/2021

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s):

Hash: C16DEDEA-BA12-43FD-9D8D-73822594C85E

Orgão	Calculado	Pago
Junta	610,00	610,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

TIM S.A.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

017

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ANTÔNIO MELKI JUNIOR, SÉRGIO GARCIA DOS SANTOS E VITOR HUGO FEITOSA GONÇALVES SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00004458421	02.421.421/0001-11	Avenida Joao Cabral De Mello Neto 00850	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 20/09/2021 e arquivado em 20/09/2021

Nº de Páginas: 7

Capa Nº Páginas: 1/1

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/958511-3 Data do protocolo: 13/09/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 20/09/2021 SOB O NÚMERO 00004458421 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: CD135939803DC88730890EC99ACCD7952474149193446CCB0B95F88F0534B79C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/958511-3 13/09/2021 09:10:08

JUCERJA

Último arquivamento:

00004455516 - 16/09/2021

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 103806855

Hash: C16DEDEA-BA12-43FD-9D8D-73822594C85E

Orgão	Calculado	Pago
Junta	610,00	610,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
017

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	UEDA LUIZA DE MATOS
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	11975907768
E-mail:	ueda.matos@aaconsulting.com.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	13/09/2021
Data da 1ª entrada:	13/09/2021

Rio de Janeiro

Local

13/09/2021

Data

Últimos Retornos

16/09/2021
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx

00-2021/958511-3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/958511-3 Data do protocolo: 13/09/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 20/09/2021 SOB O NÚMERO 00004458421 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: CD135939803DC88730890EC99ACCD7952474149193446CCB0B95F88F0534B79C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

DocuSign Envelope ID: 2EA20ECC-3C01-4333-9842-EDE2F5276ABD

TIM S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME 02.421.421/0001-11

NIRE 333.0032463-1

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: 31 de agosto de 2021, às 08h00, por meio de videoconferência.

PRESENÇA: Reuniu-se o Conselho de Administração da TIM S.A. ("Companhia") na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Nicandro Durante, Carlo Nardello, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Herculano Aníbal Alves, Pietro Labriola e Sabrina Di Bartolomeo, por videoconferência, conforme faculdade prevista no parágrafo 2º do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia. Ausência justificada dos Srs. Agostino Nuzzolo e Michele Valensise e da Sra. Elisabetta Paola Romano.

MESA: Sr. Nicandro Durante - Presidente; e Sr. Jaques Horn – Secretário.

ORDEM DO DIA: Eleger o Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

DELIBERAÇÕES: Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre a matéria constante da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma:

Os Senhores Conselheiros **elegeram**, para ocupar os cargos de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia, a partir de 1º de setembro de 2021, a Sra. **Camille Loyo Faria**, brasileira, casada, engenheira química, portadora do documento de identidade nº 08.046.038-9, expedido pelo DETRAN/RJ em 22/08/2013, inscrita no CPF/ME sob o nº 016.748.137-16, domiciliada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 - Torre Sul, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, cujo termo de posse, demais declarações e documentos foram apresentados. A Diretora ora eleita permanecerá nos cargos até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a se realizar no ano de 2022.

DS

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/958511-3 Data do protocolo: 13/09/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 20/09/2021 SOB O NÚMERO 00004458421 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: CD135939803DC88730890EC99ACCD7952474149193446CCB0B95F88F0534B79C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

DocuSign Envelope ID: 2EA20ECC-3C01-4333-9842-EDE2F5276ABD

Consequentemente, a Diretoria da Companhia passa, doravante, a ser composta pelos Diretores identificados a seguir: **(i) Pietro Labriola**, Diretor Presidente; **(ii) Camille Loyo Faria**, Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores; **(iii) Bruno Mutzenbecher Gentil**, *Business Support Officer*; **(iv) Mario Girasole**, *Regulatory and Institutional Affairs Officer*; **(v) Jaques Horn**, Diretor Jurídico; **(vi) Leonardo de Carvalho Capdeville**, *Chief Technology Information Officer*; **(vii) Alberto Mario Griselli**, *Chief Revenue Officer*; e **(viii) Maria Antonietta Russo**, *Human Resources & Organization Officer.* Os membros da Diretoria terão mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a se realizar no ano de 2022.

Nesta oportunidade, os Senhores Conselheiros ratificaram os limites de autoridade dos Diretores da Companhia, da seguinte forma: **(i)** o **Diretor Presidente** da Companhia terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos que resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, até o valor de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; **(ii)** o **Diretor Financeiro** terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em relação a atividades da área financeira, incluindo sem limitações, contratos de operações financeiras e de tesouraria, inclusive, contratos de garantia em geral, tomada e concessão de empréstimos, cessão e desconto de títulos, até o valor de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas, e para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos dos quais resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, dentro de sua área de atuação, até o valor de R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; e **(iii)** os demais Diretores Estatutários da Companhia: **Diretor de Relações com Investidores**; ***Business Support Officer***; ***Regulatory and Institutional Affairs Officer***; **Diretor Jurídico**; ***Chief Technology Information Officer; Chief Revenue Officer;*** e ***Human Resources & Organization Officer***, terão plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos que resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, dentro de suas respectivas áreas de atuação, até o valor de R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas. Os limites de autoridade ora aprovados estão subordinados aos limites financeiros previstos pelo Estatuto Social da Companhia, e deverão ser observados única e exclusivamente para a implementação de operação e/ou para a

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/958511-3 Data do protocolo: 13/09/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 20/09/2021 SOB O NÚMERO 00004458421 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: CD135939803DC88730890EC99ACCD7952474149193446CCB0B95F88F0534B79C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente
Pag. 4/7

DocuSign Envelope ID: 2EA20ECC-3C01-4333-9842-EDE2F5276ABD

celebração de negócio jurídico que resulte na assunção de obrigações e/ou na renúncia de direitos pela Companhia. Neste sentido, tais limites de autoridade não serão aplicados nas seguintes situações, dentre outras: **(i)** na celebração de contratos de venda de bens e serviços que representem ingresso de receita; **(ii)** na prática de atos de simples rotinas administrativas perante pessoas jurídicas de direito público interno, empresas públicas ou sociedades empresariais que compõem a administração indireta, e outras da mesma natureza; e **(iii)** na execução de atos da rotina operacional financeira da Companhia, tais como, a autorização e/ou a realização de pagamentos de tributos ou quaisquer obrigações, transferências de recursos entre contas de mesma titularidade, aplicações e resgates de recursos financeiros da Companhia, abertura ou encerramento de contas correntes, e solicitação e cancelamento de acesso a quaisquer sistemas disponibilizados por instituições financeiras em geral. Por fim, todos os Diretores Estatutários poderão praticar quaisquer atos e assinar todo e qualquer documento, em nome da Companhia, que tenham sido previamente aprovados pelos órgãos societários competentes, independentemente dos limites de autoridade aqui estabelecidos.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes.

Certifico que a presente ata é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro (RJ), 31 de agosto de 2021.

DocuSigned by:
Jaques Horn
8427573569D24F6...

JAQUES HORN
Secretário da Mesa

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/958511-3 Data do protocolo: 13/09/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 20/09/2021 SOB O NÚMERO 00004458421 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: CD135939803DC88730890EC99ACCD7952474149193446CCB0B95F88F0534B79C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente
Pag. 5/7

DocuSign Envelope ID: 5937EE07-312D-4791-862F-929049BDC102

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **CAMILLE LOYO FARIA**, brasileira, casada, engenheira química, portadora do documento de identidade nº 08.046.038-9, expedido pelo DETRAN/RJ em 22/08/2013, inscrita no CPF/ME sob o nº 016.748.137-16, domiciliada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 - Torre Sul, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, venho, por meio deste, tomar posse como Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores da TIM S.A. ("Companhia"), conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada no dia 31 de agosto de 2021, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedida por lei especial ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenada à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Blc. 01, Salas 501 a 1208, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-057.

Rio de Janeiro, 1º de setembro de 2021.

DocuSigned by:
21E6132ECE45460...

CAMILLE LOYO FARIA

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/958511-3 Data do protocolo: 13/09/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 20/09/2021 SOB O NÚMERO 00004458421 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: CD135939803DC88730890EC99ACCD7952474149193446CCB0B95F88F0534B79C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TIM S.A., NIRE 33.3.0032463-1, PROTOCOLO 00-2021/958511-3, ARQUIVADO EM 20/09/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004458421, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
450.844.968-99	UEDA LUIZA DE MATOS

20 de setembro de 2021.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/958511-3 Data do protocolo: 13/09/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 20/09/2021 SOB O NÚMERO 00004458421 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: CD135939803DC88730890EC99ACCD7952474149193446CCB0B95F88F0534B79C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/323338-0

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00004529007 - 05/10/2021

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s):

Hash: A741A5A0-23FA-42E9-8541-7A2268E795AF

Orgão	Calculado	Pago
Junta	176,00	176,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

TIM S.A.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

201

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
252	1	Arquivamento de Publicações de Atos de Sociedade / Atos Societários
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR APARECIDA MARIA PEREIRA DA SILVA LOPES, CLAUDIO DA CUNHA VALLE E KELEN CRISTINA NUNES DE ONOFRE SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00004540066	02.421.421/0001-11	Avenida Joao Cabral De Mello Neto 00850	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 08/10/2021 e arquivado em 13/10/2021

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

Nº de Páginas: 6

Capa Nº Páginas: 1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/323338-0 Data do protocolo: 01/10/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/10/2021 SOB O NÚMERO 00004540066 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 29DC8B2D5DE5EF428EE371587AD4D73E925A2C457FFA8C86B27993243752D4C7
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/323338-0 01/10/2021 13:10:31

JUCERJA

Último arquivamento:

00004458440 - 20/09/2021

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 103829036

Hash: A741A5A0-23FA-42E9-8541-7A2268E795AF

Orgão	Calculado	Pago
Junta	176,00	176,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
201

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
252	1	Arquivamento de Publicações de Atos de Sociedade / Atos Societários
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	RODRIGO BATISTA SANTOS
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	11987004910
E-mail:	rodrigo.santos@marchiori.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	01/10/2021
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

01/10/2021

Data

00-2021/323338-0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/323338-0 Data do protocolo: 01/10/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/10/2021 SOB O NÚMERO 00004540066 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 29DC8B2D5DE5EF428EE371587AD4D73E925A2C457FFA8C86B27993243752D4C7
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 476, 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 476**" e "**Oferta Restrita**", respectivamente), e demais normas aplicáveis, no montante total de R$ 265.000.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões de reais) na data de emissão das Debêntures a ser indicada na Escritura de Emissão ("**Data de Emissão**"), e com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), bem como a fixação dos termos e condições da Emissão e da Oferta Restrita; (iii) caso aprovada a Emissão e a Oferta Restrita, a celebração do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Oceânica Engenharia e Consultoria S.A.*" ("**Escritura de Emissão**"); e (iv) caso aprovada a Emissão e a Oferta Restrita, a autorização à Diretoria da Companhia para, diretamente ou por meio de procuradores, adotar todas e quaisquer medidas e praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas nesta Assembleia, podendo negociar e celebrar todos os atos e documentos aplicáveis no âmbito da Emissão e da Oferta Restrita, inclusive, (i) a contratação da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário da Emissão ("**Agente Fiduciário**"); (ii) a outorga em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**"), da Cessão Fiduciária, conforme abaixo definido; (iii) celebração do "*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças*" ("**Contrato de Cessão Fiduciária**") entre a Companhia e o Agente Fiduciário; (iv) a celebração do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da Primeira Emissão da Oceânica Engenharia e Consultoria S.A.*" ("**Contrato de Distribuição**"), entre a Companhia, a Calnav Locações de Embarcações Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 1111, Barra da Tijuca, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-039, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 32.137.365/0001-59 ("**Fiadora**") e as instituições financeiras contratadas integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("**Coordenadores**"); (v) a celebração dos instrumentos necessários para a contratação da (a) Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, CEP 04.344-902, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 60.701.190/0001-04, para atuar como banco liquidante no âmbito da Emissão e da Oferta Restrita; e (b) Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.500, 3º andar (parte), CEP 04.538-132, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 61.194.353/0001-64, para atuar como escriturador no âmbito da Emissão e da Oferta Restrita (o(s) "**Contrato(s) de Prestação de Serviços**"); e (vi) a outorga pela Companhia da procuração no âmbito da Cessão Fiduciária, conforme abaixo definido ("**Procuração**"), em conformidade com os artigos 684 e 685 da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("**Código Civil**"), a qual será irrevogável e irretratável, com prazo de validade equivalente à vigência dos referidos contratos, independente do disposto no Artigo 23, Parágrafo Único do Estatuto Social da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES**: Instalada a Assembleia Geral Extraordinária, foram tomadas as seguintes deliberações, por seus acionistas, por unanimidade e sem quaisquer reservas ou ressalvas: **5.1.** Autorizar a lavratura da presente ata em forma sumária, bem como sua publicação nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **5.2.** Aprovar a realização da Emissão e da Oferta Restrita, nos termos da Instrução CVM 476 e do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, e a celebração da Escritura de Emissão pela Companhia, tendo a Emissão as seguintes características e condições: (a) Número da Emissão: a Emissão constitui a 1ª emissão de debêntures da Companhia; (b) Série: a Emissão será realizada em série única; (c) Valor Total da Emissão: o montante total da Emissão será de R$ 265.000.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão ("**Valor Total da Emissão**"); (d) Destinação dos Recursos: os recursos captados pela Companhia por meio da Emissão serão utilizados integralmente para: (a) alongamento do perfil do passivo da Companhia através da quitação, em até 3 (três) Dias Úteis contados da Data da Primeira Integralização, da totalidade das dívidas indicadas na tabela constante do Anexo I da Escritura de Emissão ("**Dívidas Atuais**"); e, o saldo remanescente, (b) despesas operacionais e investimentos referentes a novos contratos celebrados pela Emissora; (e) Colocação e Procedimento de Distribuição: as Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação ao montante total de R$265.000.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões de reais), a ser prestada pelos Coordenadores, sendo a instituição financeira intermediária líder denominada "**Coordenador Líder**", de forma individual e não solidária, nos termos do Contrato de Distribuição; (f) Garantia Real: em garantia ao pontual e integral adimplemento das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido) relativas às Debêntures, será constituída, nos termos da Escritura de Emissão e disposições legais aplicáveis, cessão fiduciária da: (i) totalidade dos direitos creditórios da Companhia oriundos de determinados contratos celebrados com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sociedade de economia mista, com sede na Avenida República do Chile nº 65, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 33.000.167/0001-01 ("**Petrobras**"), conforme listados e especificados no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aditado de tempos em tempos ("**Direitos Creditórios**" e "**Contratos Cedidos**", respectivamente), sendo que a cessão fiduciária com relação a tais Contratos Cedidos tem sua eficácia sujeita a determinadas Condições Suspensivas (conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária), e (ii) totalidade dos (a) direitos creditórios de titularidade da Companhia correspondentes aos recursos depositados e que vierem a ser depositados em conta vinculada, na qual transitará o fluxo dos recebíveis dos referidos Contratos Cedidos ("**Conta Vinculada**"), independentemente de onde se encontrem, inclusive em trânsito ou em processo de compensação bancária, de acordo com os termos e condições a serem previstos no Contrato de Cessão Fiduciária; (b) direitos presentes e futuros sobre a Conta Vinculada; e (c) direitos creditórios decorrentes dos Investimentos Permitidos (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária) realizados com os recursos retidos na Conta Vinculada, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos à Companhia, conforme aplicável, ainda que em trânsito ou em processo de compensação bancária, até a liquidação integral do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, devido nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, conforme abaixo definidos, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais e extrajudiciais comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas na constituição, formalização e/ou execução das garantias previstas na Escritura de Emissão ("**Obrigações Garantidas**" e "**Cessão Fiduciária**", respectivamente); (g) Garantia Fidejussória: A Fiadora, ou seus sucessores a qualquer título, prestará fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("**Garantia Fidejussória**"), nos termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, obrigando-se de forma solidária com a Companhia, como principal pagadora para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas nos termos da Escritura de Emissão; (h) Conversibilidade: as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; (i) Espécie: as Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional; (j) Tipo e Forma: as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela instituição financeira contratada para prestação de serviços de escrituração das Debêntures ("**Escriturador**") e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme abaixo definido, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures; (k) Prazo e Data de Vencimento: as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão ("**Data de Vencimento**"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e as hipóteses de resgate antecipado decorrente de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo) ou Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo); (l) Valor Nominal Unitário: o valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**"); (m) Quantidade de Debêntures: serão emitidas 265.000 (duzentas e sessenta e cinco mil) Debêntures; (n) Preço e Forma de subscrição e integralização: as Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição pelo seu Valor Nominal Unitário na data da primeira subscrição e integralização das Debêntures ("**Data do Início de Rentabilidade**" ou "**Data da Primeira Integralização**"). Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data de Início da Rentabilidade, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo) correspondente, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização; (o) Atualização Monetária das Debêntures: As Debêntures não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente; (p) Remuneração: observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.b3.com.br) ("**Taxa DI**"), acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 3,90% (três inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Remuneração**"). A Remuneração deverá ser calculada conforme fórmula a ser estabelecida na Escritura de Emissão; (q) Pagamento da Remuneração: o pagamento da Remuneração será realizado mensalmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 30 (trinta) dias após a Data de Emissão, e os demais pagamentos devidos sempre no mesmo dia de cada mês, até a Data de Vencimento, conforme cronograma disposto na Escritura de Emissão, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e as hipóteses de resgate antecipado decorrente do Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo) ou Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo); (r) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário: o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, em parcelas iguais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, devidas sempre no mesmo dia de cada mês, sendo que a primeira parcela será devida em 12 (doze) meses após a Data de Emissão (inclusive), e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, conforme datas e percentuais dispostos na Escritura de Emissão; (s) Local de pagamento e Imunidade Tributária: os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; (t) Prorrogação dos Prazos: considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Para fins da Emissão, entende-se por "**Dia(s) Útil(eis)**": (a) como todos os dias, exceto sábado, domingo ou feriado declarado nacional, com relação a qualquer obrigação pecuniária, inclusive para fins de cálculo; e (b) como qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nas Cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente, com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão; (u) Encargos Moratórios: sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a (independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial): (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago, além das despesas comprovadamente incorridas para cobrança ("**Encargos Moratórios**"); (v) Resgate Antecipado Facultativo Total: a Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, observadas as condições e os prazos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("**Resgate Antecipado Facultativo Total**"), com seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido: (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde (i.a) a Data de Início da Rentabilidade ou (i.b) da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do efetivo pagamento e (ii) de prêmio *flat* de resgate equivalente aos valores apresentados na Escritura de Emissão, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, devidamente acrescidos da Remuneração e quaisquer outros valores devidos em decorrência da Escritura. Não será permitido o Resgate Antecipado Facultativo parcial das Debêntures; (w) Amortização Extraordinária Facultativa: não será admitida a realização de amortização extraordinária facultativa das Debêntures; (x) Aquisição Facultativa: a Companhia poderá, a qualquer tempo, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor, adquirir as Debêntures, conforme o caso, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao seu respectivo Valor Nominal Unitário ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras estabelecidas na Instrução da CVM nº 620, de 17 de março de 2020, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia, nos termos desse item, poderão, a critério da Companhia: (i) ser canceladas; (ii) permanecer na tesouraria da Companhia; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures ("**Aquisição Facultativa**"); (y) Oferta de Resgate Antecipado: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada igualdade de condições para todos os Debenturistas para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão. As Debêntures objeto de oferta de resgate antecipado serão automaticamente canceladas pela Companhia, sendo vedada sua manutenção em tesouraria ("**Oferta de Resgate Antecipado**"). Não será permitida Oferta de Resgate Antecipado parcial das Debêntures; (z) Vencimento Antecipado: observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, na ocorrência de determinados eventos ali previstos, as Debêntures estarão sujeitas ao vencimento antecipado automático, bem como ao vencimento antecipado não automático mediante deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme o caso, de forma que o Agente Fiduciário deverá exigir o pagamento, pela Companhia e ou pela Fiadora, do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis,* desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios e das despesas devidas em decorrência da Escritura de Emissão, nos termos e prazos previstos na Escritura de Emissão; (aa) Depósito para Distribuição e Negociação: as Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("**MDA**"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("**B3**"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da B3; (b) negociação, observado o disposto na Escritura de Emissão, no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("**CETIP21**"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da B3; e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e (bb) Demais Características: as demais características das Debêntures serão especificadas na Escritura de Emissão. **5.3.** Os membros da Diretoria da Companhia foram autorizados a, diretamente ou por meio de procuradores, adotar todas e quaisquer medidas e praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima aprovadas perante órgãos públicos e terceiros em geral, assinar contratos, declarações, procurações e demais documentos da Oferta Restrita incluindo, mas não se limitando à Escritura de Emissão, ao Contrato de Cessão Fiduciária, ao Contrato de Distribuição, ao(s) Contrato(s) de Prestação de Serviços e à Procuração, incluindo eventuais aditamentos a tais instrumentos, bem como tiveram todos os atos praticados até o momento, no âmbito da Emissão, ratificados. **6. ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Presidente - Alfredo José Califfa; Secretário - Hugo Cezar Rocha de Freitas; Acionistas - Alfredo José Califfa e Calimóveis Administração de Imóveis EIRELI neste ato representada na forma de seu estatuto social. **Confere com a original, lavrada em livro próprio.** Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2021. Mesa: Alfredo José Califfa - Presidente da Mesa; Hugo Cezar Rocha de Freitas - Secretário da Mesa. Acionistas: Alfredo José Califfa; Calimóveis Administração de Imóveis EIRELI - Por: Alfredo José Califfa. **Jucerja nº 4475214 em 23/09/2021.**

Id: 2342756

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2021. DATA, HORA E LOCAL: 31 de agosto de 2021, às 08h00, por meio de videoconferência. **PRESENÇA:** Reuniu-se o Conselho de Administração da TIM S.A. ("Compa-

DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO

Imprensa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cristina Batista
Diretora-Presidente

Alexandre Augusto Gonçalves
Diretor Administrativo

Rodrigo de Mesquita Caldas
Diretor Financeiro

Jefferson Woldaynsky
Diretor Industrial

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS:
As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof´s ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio e Niteroi.

PARTE I - PODER EXECUTIVO:
Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Preparo e Publicações dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras,
Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901
Tels.: (0xx21) 2334-3242 e 2334-3244

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL

RIO - Rua São José, 35, sl. 222/24 - Centro - Rio de Janeiro
Edifício Garagem Menezes Cortes.
Email.: agerio@ioerj.rj.gov.br

NITERÓI - Rua Professor Heitor Carrilho, nº 81 - Centro - Niterói/RJ.
Tel.: 2717-6696
Atendimento das 09:00 às 16:00 horas

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO:

cm/col _____ **R$ 132,00**

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS: Deverão ser dirigidas, por escrito, à Diretora-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 24 de Setembro de 2021 às 02:49:21 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/323338-0 Data do protocolo: 01/10/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/10/2021 SOB O NÚMERO 00004540066 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 29DC8B2D5DE5EF428EE371587AD4D73E925A2C457FFA8C86B27993243752D4C7
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

nhia") na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Nicandro Durante, Carlo Nardello, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Herculano Aníbal Alves, Pietro Labriola e Sabrina Di Bartolomeo, por videoconferência, conforme faculdade prevista no parágrafo 2º do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia. Ausência justificada dos Srs. Agostino Nuzzolo e Michele Valensise e da Sra. Elisabetta Paola Romano. **MESA**: Sr. Nicandro Durante - Presidente; e Sr. Jaques Horn - Secretário. **ORDEM DO DIA**: Eleger o Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre a matéria constante da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: Os Senhores Conselheiros **elegeram**, para ocupar os cargos de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia, a partir de 1º de setembro de 2021, a Sra. **Camille Loyo Faria**, brasileira, casada, engenheira química, portadora do documento de identidade nº 08.046.038-9, expedido pelo DETRAN/RJ em 22/08/2013, inscrita no CPF/ME sob o nº 016.748.137-16, domiciliada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 - Torre Sul, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, cujo termo de posse, demais declarações e documentos foram apresentados. A Diretora ora eleita permanecerá nos cargos até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a se realizar no ano de 2022. Consequentemente, a Diretoria da Companhia passa, doravante, a ser composta pelos Diretores identificados a seguir: **(i) Pietro Labriola**, Diretor Presidente; **(ii) Camille Loyo Faria**, Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores; **(iii) Bruno Mutzenbecher Gentil**, *Business Support Officer*; **(iv) Mario Girasole**, *Regulatory and Institutional Affairs Officer*; **(v) Jaques Horn**, Diretor Jurídico; **(vi) Leonardo de Carvalho Capdeville**, *Chief Technology Information Officer*; **(vii) Alberto Mario Griselli**, *Chief Revenue Officer*; e **(viii) Maria Antonietta Russo**, *Human Resources & Organization Officer.* Os membros da Diretoria terão mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a se realizar no ano de 2022. Nesta oportunidade, os Senhores Conselheiros ratificaram os limites de autoridade dos Diretores da Companhia, da seguinte forma: **(i)** o **Diretor Presidente** da Companhia terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos que resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, até o valor de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; **(ii)** o **Diretor Financeiro** da Companhia terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em relação a atividades da área financeira, incluindo sem limitações, contratos de operações financeiras e de tesouraria, inclusive, contratos de garantia em geral, tomada e concessão de empréstimos, cessão e desconto de títulos, até o valor de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas, e para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos dos quais resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, dentro de sua área de atuação, até o valor de R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; e **(iii)** os demais Diretores Estatutários da Companhia: **Diretor de Relações com Investidores**; ***Business Support Officer***; ***Regulatory and Institutional Affairs Officer***; **Diretor Jurídico**; ***Chief Technology Information Officer; Chief Revenue Officer;*** e ***Human Resources & Organization Officer***, terão plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos que resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, dentro de suas respectivas áreas de atuação, até o valor de R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas. Os limites de autoridade ora aprovados estão subordinados aos limites financeiros previstos pelo Estatuto Social da Companhia, e deverão ser observados única e exclusivamente para a implementação de operação e/ou para a celebração de negócio jurídico que resulte na assunção de obrigações e/ou na renúncia de direitos pela Companhia. Neste sentido, tais limites de autoridade não serão aplicados nas seguintes situações, dentre outras: **(i)** na celebração de contratos de venda de bens e serviços que representem ingresso de receita; **(ii)** na prática de atos de simples rotinas administrativas perante pessoas jurídicas de direito público interno, empresas públicas ou sociedades empresariais que compõem a administração indireta, e outras da mesma natureza; e **(iii)** na execução de atos da rotina operacional financeira da Companhia, tais como, a autorização e/ou a realização de pagamentos de tributos ou quaisquer obrigações, transferências de recursos entre contas de mesma titularidade, aplicações e resgates de recursos financeiros da Companhia, abertura ou encerramento de contas correntes, e solicitação e cancelamento de acesso a quaisquer sistemas disponibilizados por instituições financeiras em geral. Por fim, todos os Diretores Estatutários poderão praticar quaisquer atos e assinar todo e qualquer documento, em nome da Companhia, que tenham sido previamente aprovados pelos órgãos societários competentes, independentemente dos limites de autoridade aqui estabelecidos. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes. Certifico que a presente ata é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 31 de agosto de 2021. JAQUES HORN - Secretário da Mesa. Jucerja nº 4458421, em 20/09/2021. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

Id: 2342568

Companhia Aberta
CNPJ nº 33.102.476/0001-92 - NIRE 33.3.0010861-1

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021. 1. Local Hora e Data: Realizada na sede da empresa na Av. Afrânio de Melo Franco 290, sala 101-parte, Rio de Janeiro - RJ, às 15 horas do dia 15 de setembro de 2021. **2. Convocação e Presença:** Presentes os diretores Sergio Alberto Monteiro de Carvalho, Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho, Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães e Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello, representando a totalidade dos membros em exercício. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Sergio Alberto Monteiro de Carvalho e secretariados pela Sra. Fernanda Martins Celestino. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, na forma do Artigo 26, Parágrafo Único, do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Após exame e discussão da matéria, os membros presentes da Diretoria, conforme previsto no Artigo 26, Parágrafo Único, do Estatuto Social da Companhia, *"ad referendum"* da Assembleia Geral, deliberaram o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante total de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), à razão de R$ 0,571371620 por ação, com retenção do imposto de renda na fonte, na forma da legislação vigente, exceto para acionistas que já sejam comprovadamente isentos ou imunes, e o pagamento de dividendos no montante total de R$ 43.000.000,00 (quarenta e três milhões de reais), à razão de R$ 3,509854242 por ação, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 20 de setembro de 2021, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. As ações negociadas a partir de 21 de setembro de 2021 na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão serão considerados *"ex-direito"* aos juros sobre o capital próprio e aos dividendos. O pagamento será realizado a partir de 01 de outubro de 2021, observados os procedimentos do Aviso de Acionistas a ser oportunamente divulgado na imprensa. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os diretores presentes. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2021. Sergio Alberto Monteiro de Carvalho - Presidente. Fernanda Martins Celestino - Secretária. Arquivado na JUCERJA em 21/09/2021 sob o nº 00004462950.

Id: 2342604

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas

BANCO MODAL S.A.
CNPJ/ME nº 30.723.886/0001-62 - NIRE 333.0000581-1
Companhia Aberta de Capital Autorizado

AVISO AOS ACIONISTAS - DECLARAÇÃO E PAGAMENTO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO. Comunicamos aos Senhores Acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração do **Banco Modal S.A.** ("Companhia"), em reunião realizada nesta data, aprovou a proposta da administração, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022, de distribuição e pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, com base no lucro apurado no período, no montante total bruto de R$ 15.999.605,29 (quinze milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e cinco reais e vinte e nove centavos), equivalentes a R$ 0,023184 por ação ordinária e preferencial (R$ 0,069552 por Unit), que após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), na forma da legislação em vigor, importam o montante líquido de R$ 13.599.664,50 (treze milhões, quinhentos e noventa e nove mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos), equivalentes a R$ 0,019706 por ação ordinária e preferencial (R$ 0,059119 por Unit), com exceção dos acionistas imunes e/ou isentos. O valor dos Juros sobre o Capital Próprio por ação poderá sofrer pequena variação em decorrência do programa de recompra e a consequente alteração do número de ações em circulação. Nesse caso, a Companhia fará um novo Aviso aos Acionistas informando o valor final por ação. Farão jus aos Juros sobre o Capital Próprio, ora aprovados, os acionistas constantes da base acionária da Companhia em 27 de setembro de 2021 (inclusive). Dessa forma, a partir de 28 de setembro de 2021 (inclusive), as ações da Companhia serão negociadas "Ex-Juros Sobre Capital Próprio". Os Juros sobre o Capital Próprio aprovados serão pagos a partir do dia 07 de outubro de 2021, e imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2021
Bruno José Albuquerque de Castro
Diretor de Relações com Investidores

Id: 2342615

DE MILLUS S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ: 33.115.817/0001-64 - NIRE 33.3-0013236-8

Aviso aos Acionistas. Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, à Av. Lobo Júnior, 1.672 - Penha, nesta cidade, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2021. A Diretoria.

Id: 2342378

DM LINGERIE S.A.
CNPJ: 32.291.486/0001-50 - NIRE 33.3-0002596-1

Aviso aos Acionistas. Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, à Av. Lobo Júnior, 1.672 - parte - Penha, nesta cidade, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2021. Diretoria.

Id: 2342390

MARPAR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 73.813.016/0001-97 - NIRE 33.3-0015882-1

Aviso aos Acionistas. Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, à Av. Lobo Júnior, 1.672 - parte - Penha, nesta cidade, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2021. A Diretoria.

Id: 2342384

LITELA PARTICIPAÇÕES S.A. - EM LIQUIDAÇÃO - CIA ABERTA.
CNPJ 05.495.546/0001-84 - NIRE: 33300271406

Assembleia Geral Extraordinária. Edital de Convocação. Ficam convocados os senhores acionistas da Litela Participações S.A. - Em Liquidação a participar da AGE a ser realizada em 14/10/2021, às 10h, de forma exclusivamente virtual via plataforma *Teams*, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - APROVAÇÃO DA 4ª PARTILHA ANTECIPADA DE ATIVO, NOS TERMOS DO ART. 215, §1º DA LEI Nº 6.404/76. Permanecem à disposição dos acionistas, na sede da Litela, na sua página na internet (http://www.litelabrasil.com) e nas páginas da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. (www.b3.com.br) toda documentação pertinente às matérias a serem deliberadas na AGE. RJ,23/09/2021. **Arthur Prado Silva. Presidente do Conselho de Adm.**

Id: 2342245

CASA DE SAÚDE NOSSA SENHORA AUXILIADORA S/A
CNPJ 30.063.564/0001-34

Convocação. Assembleia Geral Extraordinária. Os Senhores Acionistas da Casa de Saúde Nossa Senhora Auxiliadora S/A são convidados a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 06 de outubro de 2021, às 18h30min, na Sede da Casa de Saúde Nossa Senhora Auxiliadora, situada na Rua Vereador Duque Estrada, 157, Santa Rosa, Niterói, para deliberar sobre minuta de Acordo de Acionistas. Todos os documentos pertinentes a esta Assembleia se encontram à disposição dos acionistas na sede da companhia. Niterói, 20 de setembro de 2021. Marcos de Souza Paiva - Diretor Presidente.

Id: 2342052

RIO BONITO SERVIÇOS DE APOIO RODOVIÁRIO LTDA.
CNPJ/ME nº 03.702.054/0001-97

Edital de Convocação - Reunião de Sócios. TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjuntos 142/143, Vila Olímpia, São Paulo, SP - CEP 04.551-000, At.: Sr. Marcos Paulo Fernandes Pereira (marcos.pereira@triunfo.com). **Construcap - CCPS Engenharia e Comércio S.A.**, Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8.501, 32º andar, Pinheiros, São Paulo, SP - CEP 05.425-070, At.: Sra. Carolina Ferraz da Fonseca (cffonseca@construcap.com.br). Ref.: Convocação de Reunião de Sócios. Prezados Senhores, Nos termos do Contrato Social da **Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda**., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/ME nº 03.702.054/0001-97, com sede na Rua Almirante Greenfall, nº 405, bloco vermelho, 2º andar, CEP 25.085-135, cidade de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro ("Sociedade"), ficam os sócios da Sociedade ora convocados para se reunirem por teleconferência, no dia 07 de outubro de 2021, às 15:00 horas, sendo considerada realizada na sede social da Companhia, para efeitos da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14/04/2020 ("IN-DREI 79"), para deliberação da seguinte Ordem do Dia: **a)** Eleição de membro da Diretoria Executiva a ser indicado pela sócia Construcap - CCPS Engenharia e Comércio S.A. para ocupar o cargo de Diretor de Engenharia e Operações da Sociedade, nos termos do item 3.E.2 do Acordo de Quotistas; **b)** Eleição de membro da Diretoria Executiva a ser indicado pela sócia TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Sociedade, nos termos do item 3.B.1. do Acordo de Quotistas; e **c)** Eleição de membro da Diretoria Executiva (Sem Designação Específica), conforme indicação do nome deliberado e aprovado em Reunião Prévia de sócios, para ocupar o cargo de Diretor da Sociedade. Nos termos da IN-DREI 79, a participação e a votação na referida reunião de sócios serão realizadas mediante atuação remota, via sistema eletrônico, sendo que cada sócio receberá por e-mail as instruções e orientações específicas para sua participação e conexão no sistema. Informações adicionais e dúvidas poderão ser obtidas junto à Sociedade no mesmo e-mail da convocação. Duque de Caxias, 23 de setembro de 2021. Atenciosamente, **Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.** p. ***Homero Lobo Vasconcellos*** - *Diretor Presidente.*

(23, 24 e 27/09/2021)

Id: 2342460

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAERJ
CNPJ 29.521.473/0001-16
DECLARAÇÃO - ATESTADO DIGITAL DE NÃO SIMILARIDADE

De acordo com o disposto no Decreto nº 45.237 de 29/04/2015, que altera o artigo 3º da Lei nº 6.979/2015, de 31/03/2015, **DECLARO** os atestados de não similaridade emitidos abaixo:

CÓDIGO AUTENTICIDADE	CNPJ REQUERENTE	NCM
14.269/2021-RJ	10.277.146/0001-32	3926.90.90
14.270/2021-RJ	11.387.944/0001-80	3206.11.10
14.271/2021-RJ	11.208.328/0001-14	3215.19.00
14.272/2021-RJ	11.208.328/0001-14	3215.11.00
14.273/2021-RJ	11.208.328/0001-14	3215.11.00
14.274/2021-RJ	11.208.328/0001-14	3215.19.00
14.275/2021-RJ	07.487.711/0004-24	9028.20.10
14.276/2021-RJ	07.487.711/0004-24	8424.20.00
14.277/2021-RJ	11.358.358/0001-07	8439.30.90
14.278/2021-RJ	04.535.453/0003-35	2712.90.00
14.279/2021-RJ	04.535.453/0003-35	2712.20.00
14.288/2021-RJ	07.046.827/0001-85	3902.30.00
14.289/2021-RJ	07.046.827/0001-85	3901.40.00

Rio de Janeiro, RJ, 24 de setembro de 2021
MARIO SCANGARELLI - Diretor Executivo CAERJ

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAERJ
CNPJ 29.521.473/0001-16
DECLARAÇÃO - LAUDO TÉCNICO DIGITAL DE MERCADORIA

De acordo com o disposto no Decreto nº 46.213 de 09/01/2018, que altera o artigo 6º do Decreto nº 42.649/2010 de 05/10/2010, DECLARAMOS que a CAERJ emitiu os laudos técnicos listados abaixo, a favor do importador **MILÊNIO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRESENTES LTDA.**, inscrito no **CNPJ nº 13.616.567/0002-10**, estão enquadrados como produtos **eletrônicos**:

CÓDIGO AUTENTICIDADE	CNPJ REQUERENTE	NCM
14.241/2021-RJ	13.616.567/0002-10	8536.90.40
14.242/2021-RJ	13.616.567/0002-10	8471.90.19
14.244/2021-RJ	13.616.567/0002-10	8529.10.19
14.245/2021-RJ	13.616.567/0002-10	8504.40.10
14.246/2021-RJ	13.616.567/0002-10	8516.79.90
14.247/2021-RJ	13.616.567/0002-10	8544.42.00
14.248/2021-RJ	13.616.567/0002-10	8515.11.00
14.249/2021-RJ	13.616.567/0002-10	8423.10.00

A seguir, laudo enquadrado como produto de **informática**:

CÓDIGO AUTENTICIDADE	CNPJ REQUERENTE	NCM
14.243/2021-RJ	13.616.567/0002-10	8517.62.54

Rio de Janeiro, RJ, 24 de setembro de 2021
Prof. JOSÉ PAULO BRAFMAN, Msc. - Engenheiro Eletrônico
Chefe do DEL/ESCOLA POLITÉCNICA/UFRJ
MARIO SCANGARELLI - Diretor Executivo CAERJ

Id: 2342731

APOLO HIGIENE E BELEZA ADMINISTRAÇÃO
E PARTICIPACÕES S.A.
CNPJ 15.826.055/0001-22 - NIRE 33.300.303.367

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - Ficam convocados os Senhores acionistas da **APOLO HIGIENE E BELEZA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPACÕES SA**, ("Companhia") para se reunirem no dia 04 de outubro de 2021, às 10:00 horas, na Av. Almirante Barroso, 91 - Sala 1008, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, a fim de deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: (i) dar continuidade à Assembleia Geral Ordinária iniciada e suspensa em 03/08/2021; (ii) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iii) deliberar sobre a destinação do resultado do referido exercício; e (iv) deliberar sobre a composição e remuneração da administração da Companhia. Informações Gerais: Poderão tomar parte na Assembleia Geral as pessoas que comprovarem a sua condição de acionistas, mediante prova de titularidade das ações. Os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia a que se refere este Edital deverão ser depositados na sede da Companhia, no endereço acima indicado, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da referida Assembleia Geral. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2021. **PEDRO LANNA RIBEIRO -** DIRETOR.

Id: 2342249

abrasca companhia associada — MONTEIRO ARANHA S.A. — UMA EMPRESA COM AÇÕES EM PODER DO PÚBLICO ACÃO

Companhia Aberta
CNPJ nº 33.102.476/0001-92
NIRE 33.3.0010861-1 | Código CVM n.º 00889-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2021. A Administração da MONTEIRO ARANHA S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Afrânio de Melo Franco, n.º 290, sala 101-A, parte, Leblon, CEP 22.430-060, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 333.0010861-1, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.102.476/0001-92 e registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A", sob o código nº 00889-3 ("Companhia"), vem, nos termos do art. 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral extraordinária ("Assembleia"), a se realizar em 15 de outubro de 2021, às 09:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) redução do capital social da Companhia, no montante de R$ 100.000.000 (cem milhões de reais), sem o cancelamento de ações, com a restituição de valor aos acionistas, na proporção de sua participação no capital social, no montante de R$ 8,162451726 por ação da Companhia, mediante, a critério do acionista: (a) a transferência e entrega de ações ordinárias e ações preferenciais de emissão de Klabin S.A. atualmente de titularidade da

Imprensa Oficial — GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO — documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 24 de Setembro de 2021 às 02:49:24 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/323338-0 Data do protocolo: 01/10/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/10/2021 SOB O NÚMERO 00004540066 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 29DC8B2D5DE5EF428EE371587AD4D73E925A2C457FFA8C86B27993243752D4C7
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

Imóveis Projeto será construído na Cidade Center Norte, em SP, a partir de 2022; WTorre será parceira

Baumgart lança bairro planejado, com arena e hospital

Adriana Mattos
De São Paulo

Após anos de estudos, o grupo Baumgart deve, finalmente, avançar num audacioso projeto imobiliário na zona norte de São Paulo, na tentativa de transformar uma gigantesca área ociosa, que forma a "Cidade Center Norte", num bairro planejado.

O plano da família, dona da Vedacit e uma das mais tradicionais do setor de shoppings, deveria ter saído do papel no ano passado, mas a pandemia obrigou o grupo a repensar o projeto, que surge dentro do conceito de áreas mais abertas e integradas. A WTorre é parceira em parte do investimento, antecipado nesta semana pelas empresas ao **Valor**.

Atualmente são cerca de 600 mil metros quadrados de área — equivalente a 70 campos de futebol — mas apenas um terço disso é utilizado pelos Expo Center, shoppings Center Norte e Lar Center, e pelo Novotel Center Norte.

Serão construídos prédios comerciais e residenciais, arena para shows e jogos, lojas, restaurantes e hospital. Paralelo a isso, o grupo também irá ampliar em cerca de 10% a área do Shopping Center Norte — a última ampliação ocorreu em 1999 — e expandirá o Expo Center em até 30%.

Na primeira fase, estão previstos R$ 1,2 bilhão para o centro de entretenimento (inclui a arena), a expansão do shopping e do centro de exposição e a etapa inicial do desenvolvimento imobiliário. Esse ciclo começa em 2022 — e parte dele avança na metade do ano.

Pelas projeções, serão entre 10 e 15 anos para a construção de todas as etapas do plano. "Temos um espaço desocupado e de alto valor, algo que é uma raridade em São Paulo. A ideia é ter os edifícios no entorno de toda a área integrados aos espaços de serviços e entretenimento, e com praças e áreas verdes espalhadas", diz Flavio Fernandes, diretor-presidente da Cidade Center Norte. O metro quadrado na região está entre R$ 7 mil e R$ 9 mil.

Foram feitas pesquisas com consumidores da região após a pandemia, para definir eventuais ajustes no projeto

Para o Luiz Alberto Marinho, sócio-diretor da consultoria Gouvêa Malls, o grupo acabou adotando uma postura mais conversadora nos últimos anos, basicamente com investimentos em reformas e modernização. E tanto em shoppings, quanto na área de exposições, a concorrência em São Paulo cresceu na última década, diz ele. "Os Baumgart têm uma joia nas mãos, mas a estrutura atual ainda está distante de ser uma 'cidade' como eles a chamam. Hoje ali há um deserto, sem muita sinergia entre as operações. Quem vai ao Expo Center às vezes nem se lembra que existe o Center Norte".

Pelo projeto, numa área de acesso mais direto ao Expor Center, deve ficar o centro de entretenimento, além de um polo de saúde e educação, que pode reunir pelo menos uma universidade, e uma área para consultórios e um hospital — este em negociação mais avançada. A empresa não informa o nome do parceiro. No caso da arena, a construção começa em meados do ano que vem, junto com a WTorre Entretenimento.

Segundo Claudio Macedo, CEO da WTorre Entretenimento, a arena terá capacidade para até 18 mil pessoas no formato para eventos esportivos e até 25 mil em shows. "O centro deve funcionar como uma espécie de 'âncora', com alguns restaurantes e lojas em seu entorno, com apelo mais voltado para a compra pela experiência do cliente", diz Macedo. Segundo Fernandes, foi preciso refazer as pesquisas com consumidores da região após a pandemia, para definir eventuais ajustes no projeto.

"No segundo relatório, apareceu ainda mais forte a questão do lazer e do acesso à areas mais abertas". Para evitar a canibalização com lojas do Center Norte, e por questões de contrato, os pontos na região do centro de entretenimento não devem ser das mesmas redes dos shoppings do grupo.

O comando diz que ainda há estudo para determinar exatamente a área ocupada de cada projeto no bairro planejado, mas há aspectos já definidos. "O Expo Center e a arena podem ser mais próximos e ter atividades relacionadas, para que isso gere tráfego e integração maior, como ocorre em outras arenas pelo mundo", afirma Fernandes, há cerca de cinco meses no comando da empresa. O pavilhão do Expo Center tem cerca de 76 mil metros quadrados de área bruta locável e pode chegar a até 100 mil com a expansão prevista.

Apesar do cenário de maior instabilidade política, e recuperação gradual do consumo, Fernandes entende que os sinais de retomada são animadores, o que ajuda na decisão de investimento. Dados da Abrasce mostram vendas em shoppings, em setembro, 14% abaixo do ano de 2019. "Há demanda reprimida grande e quem ocupar mercado vai sair na frente. Os shoppings bons, bem localizados, voltaram aos níveis mais normais."

Ele afirma que o Expo Center Norte está com a agenda quase totalmente ocupada, com exceção de duas datas, para o ano de 2022. "Normalmente, em anos anteriores, no mês de setembro já temos a agenda ocupada, e isso se repetiu neste ano também", diz.

Segundo informações no mercado, a contratação, em abril, de Fernandes pela família foi já pensando em avançar com esse projeto. "Os donos fizeram mudanças recentes na diretoria, para tentar implementar um modelo de gestão mais ágil. Já é algo que vem desde a profissionalização do grupo, em 2017", diz uma fonte. Os Baumgart estão em sua terceira geração à frente da empresa.

O grupo evita estimar a soma total a ser investida no bairro planejado, porque estão em negociação novos acordos com parceiros em futuras etapas. Para bancar o custo, num ambiente de maior incerteza e de oscilações nos preços de insumos no setor, o executivo diz que a empresa tem "geração de caixa sólido" e registra baixa alavancagem.

Questionado sobre o efeito da pandemia no caixa e no endividamento, ele nega impacto negativo. "Temos alternativas de financiamento. Mas o negócio é alto gerador de caixa". O grupo não publica balanço. Segundo relatório publicado pelo Center Norte S.A. Construção, Empreendimentos, Administração e Participação, que reúne, por exemplo, o braço de execução de obras, foram R$ 48,5 milhões em lucro líquido em 2020, ano da crise sanitária, queda de 59% sobre 2019, e patrimônio líquido de R$ 552 milhões.

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Fernandes, da Cidade Center Norte: "Temos um espaço desocupado e de alto valor, algo que é uma raridade em São Paulo"

EDP Transmissão MA II S.A.

("Companhia")
CNPJ/MF nº 27.821.764/0001-02 - NIRE nº 35300574761
Extrato da Ata da Reunião de Diretoria

Data: 16.04.2021. **Hora:** 16h30. **Local:** Todos por meio de vídeo conferência em razão da Pandemia COVID-19. **Presentes:** Srs. Luiz Otavio Assis Henriques - Diretor Presidente, Sra. Stella Maris Moreira Fuão - Diretora Administrativa e Financeira, e Sr. Marco Tulio Albuquerque de Aguiar - Diretor Técnico. **Mesa:** Sr. Luiz Otavio Assis Henriques - Presidente e Sonia Aparecida Santos Tolava - Secretária. **Deliberações:** Dentre outros assuntos de interesses sociais, os membros da Diretoria, deliberaram o quanto segue: **Baixa de CNPJ Filial do escritório de Chapadinha e de São Paulo -** Aprovaram, por unanimidade, a baixa junto aos Órgãos Governamentais, conforme proposta apresentada e arquivada na sede da Companhia: i. CNPJ da filial 27.821.764/0004-47, NIRE 21900311000, que está registrado para o escritório de Chapadinha na Rua Georgiano Cunha Machado, 1002 - Bairro da Corrente - Chapadinha/MA - CEP 65.500-000. ii. CNPJ da filial 27.821.764/0002-85, NIRE 35905367081, que está registrado no endereço do SKY Corporate na Rua Gomes de Carvalho, 1996 - 9º andar - Sala 9 - Bairro Vila Olímpia - São Paulo/SP - CEP 04.547-006. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foi encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, em forma de sumário. **Presidente da Mesa:** Sr. Luiz Otavio Assis Henriques. **Secretária da Mesa:** Sra. Sonia Aparecida Santos Tolava. **Diretores:** Sr. Luiz Otavio Assis Henriques, Marco Tulio Albuquerque de Aguiar e Sra. Stella Maris Moreira Fuão. Declaro que a presente é cópia fiel extraída do original. Sonia Aparecida Santos Tolava - Secretária da Mesa. JUCESP nº 453.590/21-4 em 21/09/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará — GOVERNO DO PARÁ — www.pa.gov.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/SESPA

A Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, designada pela Portaria nº 239, de 19/08/2021, publicada no D.O.E. nº 34.679, de 24/08/2021, NOTIFICA a empresa D-HOSP – Distribuidora Hospitalar Importação e Exportação Ltda., CNPJ nº 08.076.127/0008-72, quanto a aplicação das penalidades de multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor das Notas de Empenho com base no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, e com referência ao subitem 8.2.2 – C do Termo de Referência, Suspensão temporária para participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, com fundamento no art. 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, e com base ao subitem 8.6.1 do Termo de Referência e consequente registro no SICAF, em virtude do não cumprimento quanto à obrigação de fornecimento do medicamento - PANCREALIPASE 25.000 UI, licitado por meio do PE/SRP nº 070/SESPA/2016 - ARP nº 131/2016 e posteriormente empenhado através das notas de empenho nº 2017NE07543 e nº 2017NE07529, segundo o relatório final da Comissão Permanente de Processo Administrativo de Inexecução Contratual, homologado pelo Secretário de Estado de Saúde Pública e disposto nos autos do Processo Administrativo nº 2017/350290. Observado o direito constitucional ao contraditório e a ampla defesa, insculpidos no art. 5.º, Inciso LV da CF/88 e o art. 105, inciso I, alínea "f" da Lei Federal nº 8.666/93, da decisão caberá recurso administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contando-se o prazo legal a partir da data desta publicação.

Belém, 22 de Setembro de 2021.
CAMILLA MOURA ULIANA
PRESIDENTE DA CPL/SESPA

Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará — GOVERNO DO PARÁ — www.pa.gov.br

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 084/SESPA/2021.

A Secretaria de Estado de Saúde Pública, através de seu Pregoeiro, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", conforme abaixo:
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais Permanentes e Equipamentos, para atendimento das necessidades da Coordenação Estadual de Saúde Bucal/SESPA, de acordo com as especificações e quantidades constantes nos Anexos.
DATA DA ABERTURA: 06/10/2021.
HORÁRIO: 09h:00min. (Horário de Brasília).
LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br
UASG: 925856. **Dotação Orçamentária:** 8874 **Elemento de Despesa:** 449052
Fonte de Recurso: 0103 / 0149 / 0349 / 0101 / 0301
ENTREGA DO EDITAL: Os interessados poderão retirar o edital nos sítios: www.comprasnet.gov.br ou www.compraspara.pa.gov.br.
OBSERVAÇÃO: Dúvidas poderão ser dirimidas diretamente com o pregoeiro responsável, através do e-mail cpl@sespa.pa.gov.br.

Belém (PA), 22 de setembro 2021.
CARLOS AUGUSTO CAMPOS FERREIRA
PREGOEIRO/CPL/SESPA

Guararapes | RCHLO RIACHUELO | Midway

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 08.402.943/0001-52 - NIRE 24.300.000.731
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2021.

Data, Hora e Local: Aos 02 (dois) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às 10h00min, na filial da Guararapes Confecções S/A ("Companhia"), por videoconferência, conforme autorizado pelo Artigo 6º, parágrafo 3º do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia. **Convocação e Presenças:** Reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia, conduzidos os seus trabalhos pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, Sr. Élvio Gurgel Rocha que convidou a conselheira Lisiane Gurgel Rocha para servir de secretária da mesa da presente reunião, tendo sido dispensada qualquer convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho. **Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e sem ressalvas, deliberaram: (i) Aprovar os seguintes documentos: (a) Política Ambiental; (b) Política de Diversidade e Inclusão; (c) Política de Investimentos Sociais; (d) Política de Sustentabilidade; e (e) Política do Voluntariado Corporativo, que, devidamente rubricados pela mesa, encontram-se arquivados na sede da Companhia e cujas cópias serão disponibilizadas nos websites da Companhia (www.riachuelo.com.br/ri), e, quando aplicável, da CVM (www.cvm.gov.br); e (ii) Autorizar a Diretoria da Companhia a adotar as providências e praticar todos os atos necessários à divulgação e à aplicação dos documentos ora aprovados. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, na forma sumária, que, lida e achada conforme, foi por todos os membros do Conselho de Administração presentes assinada. aa) Flavio Gurgel Rocha, Élvio Gurgel Rocha, Lisiane Gurgel Rocha, Maria Aparecida Fonseca e Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente. A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo, 02 de setembro de 2021. **Mesa: Élvio Gurgel Rocha -** Presidente; **Lisiane Gurgel Rocha -** Secretária. **JUCERN:** certifico o registro em 21/09/2021 sob o nº 20210695064 e Protocolo: 210695064 de 21/09/2021. Denys de Miranda Barreto - Secretário Geral.

Guararapes | RCHLO RIACHUELO | Midway

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A.

CNPJ nº 08.402.943/0001-52 - NIRE 24.300.000.731
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2021

Data, Hora e Local: Aos trinta (30) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às 10h00min, na filial da Guararapes Confecções S/A ("Companhia"), por videoconferência, conforme autorizado pelo Artigo 6º, parágrafo 3º do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia. **Convocação e Presenças**: Reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia, conduzidos os seus trabalhos pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, Sr. Élvio Gurgel Rocha que convidou a conselheira Lisiane Gurgel Rocha para servir de secretária da mesa da presente reunião, tendo sido dispensada qualquer convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho. **Ordem do Dia**: Abrindo a reunião, o presidente declarou que ela se realizava para deliberar sobre a alienação dos seguintes imóveis: **(i)** um terreno, situado no Sítio Boatan, distrito de Antônio Bezerra, bairro Olavo Oliveira, constituído pelo lote 31, da quadra 56, município de Fortaleza, Estado do Ceará, terreno este caracterizado na matrícula 16.031, 3° Ofício de Registro de Imóveis de Fortaleza, Estado do Ceará; e **(ii)** um terreno, situado no Sítio Boatan, distrito de Antônio Bezerra, bairro Olavo Oliveira, constituído por parte do lote 33 e pelos lotes 34 e 35, da quadra 56, município de Fortaleza, Estado do Ceará, terreno este caracterizado na matrícula 12.148, 3° Ofício de Registro de Imóveis de Fortaleza, Estado do Ceará ("**Imóveis**"). **Deliberações**: Após análise do item constante da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e sem ressalvas, deliberaram por aprovar a alienação dos Imóveis. Os Diretores da Companhia, ou procuradores devidamente constituídos, terão amplos poderes para tomar todas as providências necessárias, negociar forma de pagamento, garantias contratuais, enfim, praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários para efetivar a alienação dos Imóveis. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, na forma sumária, que, lida e achada conforme, foi por todos os membros do Conselho de Administração presentes assinada. aa) Flavio Gurgel Rocha, Elvio Gurgel Rocha, Lisiane Gurgel Rocha, Maria Aparecida Fonseca e Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente. A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de agosto de 2021. **Mesa: Élvio Gurgel Rocha -** Presidente; **Lisiane Gurgel Rocha -** Secretária. **JUCERN:** certifico o registro em 21/09/2021 sob o nº 20210694998 e Protocolo: 210694998 de 21/09/2021. Denys de Miranda Barreto - Secretário Geral.

Guararapes | RCHLO RIACHUELO | Midway

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 08.402.943/0001-52 - NIRE 24.300.000.731
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2021.

Data, Hora e Local: Aos 17 (dezessete) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às 10h00min, na filial da Guararapes Confecções S/A ("Companhia"), por videoconferência, conforme autorizado pelo Artigo 6º, parágrafo 3º do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia. **Convocação e Presenças:** Reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia, conduzidos os seus trabalhos pelo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Flávio Gurgel Rocha, que convidou o conselheiro Élvio Gurgel Rocha para servir de secretário da mesa da presente reunião, tendo sido dispensada qualquer convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho. **Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e sem ressalvas, em preparação à migração da Companhia para o segmento de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), deliberaram: (i) Aprovar a revisão (a) do Código de Ética e Conduta; (b) da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante; (c) da Política de Gerenciamento de Riscos; (d) da Política de Indicação de Administradores; (e) da Política de Negociação de Valores Mobiliários; (f) da Política de Remuneração da Administração; (g) da Política de Transações com Partes Relacionadas; (h) do Regimento Interno do Conselho de Administração; (i) do Regimento Interno da Diretoria Estatutária; e (j) do Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, que, devidamente rubricados pela mesa, encontram-se arquivados na sede da Companhia e cujas cópias serão disponibilizadas nos websites da Companhia (www.riachuelo.com.br/ri) e da CVM (www.cvm.gov.br); (ii) Aprovar a minuta do Estatuto Social contemplando os ajustes necessários para a adaptação ao Regulamento do Novo Mercado, a ser oportunamente submetida à aprovação pela Assembleia Geral da Companhia; e (iii) Autorizar a Diretoria da Companhia a apresentar o pedido de migração para o Novo Mercado à B3, bem como a adotar as providências e praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, na forma sumária, que, lida e achada conforme, foi por todos os membros do Conselho de Administração presentes assinada. São Paulo, 17 de agosto de 2021. **Mesa: Flávio Gurgel Rocha -** Presidente; **Élvio Gurgel Rocha -** Secretário. **Conselheiros presentes: Flávio Gurgel Rocha; Élvio Gurgel Rocha; Lisiane Gurgel Rocha; Maria Aparecida Fonseca; Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente. JUCERN:** certifico o registro em 21/09/2021 sob o nº 20210694955 e Protocolo: 210694955 de 21/09/2021. Denys de Miranda Barreto - Secretário Geral.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.397.080/0001-96 - NIRE Nº 33.3.0029224-1
COMPANHIA ABERTA - REG. CVM Nº 01936-4
EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A., REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2021

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de 2021, às 15:00 horas, na sede da Companhia localizada na Praia do Flamengo, 78, 4º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, reuniu-se o Conselho de Administração da Itapebi Geração de Energia S.A.. **PRESENÇA:** Presentes os membros do conselho de administração abaixo assinados. **MESA:** Trabalhos presididos por José Paulo Werberich e secretariados por Mariane Carvalho Medeiros. **ORDEM DO DIA: Itens deliberativos: 1)** Renúncia e Eleição do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. **DELIBERAÇÕES:** Dando-se início aos trabalhos, sendo abordado o item **(1) da Ordem do Dia**, os senhores Conselheiros foram informados da conclusão do processo de seleção do novo executivo e receberam a renúncia do Sr. **Marcelo José Cavalcanti Lopes**, datada de 31/08/2021, como interino no cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, ao passo que agradecem o tempo que esteve à frente da Diretoria. Foi indicado o Sr. **Renato de Almeida Rocha**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 540.657-9, expedida pelo MMA, inscrito no CPF/MF sob o nº 088.419.287-35, com endereço comercial na Praia do Flamengo, 78 - 10º andar, Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**, complementando o mandato em curso, até 02/05/2022. O Diretor ora eleito declara, para todos os fins e efeitos do artigo 147 da Lei 6.404/1976, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam do exercício do cargo e será investido no cargo mediante assinatura do respectivo termo de posse. A Diretoria da Companhia fica, portanto, composta na forma abaixo:

Composição da Diretoria	
Marcelo José C. Lopes	Diretor Presidente
Renato de Almeida	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Rodolfo Fernandes da Rocha	Diretor de Planejamento e Controle
Fabiano da Rosa Carvalho	Diretor de Regulação

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, da qual lavrou-se o presente extrato da ata, a ser assinada pelos Conselheiros de Administração, Srs. José Paulo Werberich, Eduardo Capelastegui Saiz, Leonardo Pimenta Gadelha e eu Mariane Carvalho Medeiros, que nesta oportunidade secretariei os trabalhos, a redigi e a encerro com a minha assinatura. Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2021. Confere com o original lavrado em livro competente. Mariane Carvalho Medeiros - **Conselheira e Secretária**. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: Itapebi Geração de Energia S.A.. Certifico o arquivamento em 20/09/2021 sob o nº 00004458047. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

TIM S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: 31 de agosto de 2021, às 08h00, por meio de videoconferência. **PRESENÇA:** Reuniu-se o Conselho de Administração da TIM S.A. ("Companhia") na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Nicandro Durante, Carlo Nardello, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Herculano Aníbal Alves, Pietro Labriola e Sabrina Di Bartolomeo, por videoconferência, conforme faculdade prevista no parágrafo 2º do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia. Ausência justificada dos Srs. Agostino Nuzzolo e Michele Valensise e da Sra. Elisabetta Paola Romano. **MESA**: Sr. Nicandro Durante - Presidente; e Sr. Jaques Horn – Secretário. **ORDEM DO DIA**: Eleger o Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre a matéria constante da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: Os Senhores Conselheiros **elegeram**, para ocupar os cargos de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia, a partir de 1º de setembro de 2021, a Sra. **Camille Loyo Faria**, brasileira, casada, engenheira química, portadora do documento de identidade nº 08.046.038-9, expedido pelo DETRAN/RJ em 22/08/2013, inscrita no CPF/ME sob o nº 016.748.137-16, domiciliada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 - Torre Sul, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, cujo termo de posse, demais declarações e documentos foram apresentados. A Diretora ora eleita permanecerá nos cargos até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a se realizar no ano de 2022. Consequentemente, a Diretoria da Companhia passa, doravante, a ser composta pelos Diretores identificados a seguir: **(i) Pietro Labriola**, Diretor Presidente; **(ii) Camille Loyo Faria**, Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores; **(iii) Bruno Mutzenbecher Gentil**, *Business Support Officer*; **(iv) Mario Girasole**, *Regulatory and Institutional Affairs Officer*; **(v) Jaques Horn**, Diretor Jurídico; **(vi) Leonardo de Carvalho Capdeville**, *Chief Technology Information Officer*; **(vii) Alberto Mario Griselli**, *Chief Revenue Officer*; e **(viii) Maria Antonietta Russo**, *Human Resources & Organization Officer.* Os membros da Diretoria terão mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a se realizar no ano de 2022. Nesta oportunidade, os Senhores Conselheiros ratificaram os limites de autoridade dos Diretores da Companhia, da seguinte forma: **(i)** o **Diretor Presidente** da Companhia terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos que resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, até o valor de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; **(ii)** o **Diretor Financeiro** terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em relação a atividades da área financeira, incluindo sem limitações, contratos de operações financeiras e de tesouraria, inclusive, contratos de garantia em geral, tomada e concessão de empréstimos, cessão e desconto de títulos, até o valor de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas, e para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos dos quais resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, dentro de sua área de atuação, até o valor de R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; e **(iii)** os demais Diretores Estatutários da Companhia: **Diretor de Relações com Investidores**; ***Business Support Officer***; ***Regulatory and Institutional Affairs Officer***; **Diretor Jurídico**; ***Chief Technology Information Officer***; ***Chief Revenue Officer***; e ***Human Resources & Organization Officer***, terão plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos que resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, dentro de suas respectivas áreas de atuação, até o valor de R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas. Os limites de autoridade ora aprovados estão subordinados aos limites financeiros previstos pelo Estatuto Social da Companhia, e deverão ser observados única e exclusivamente para a implementação de operação e/ou para a celebração de negócio jurídico que resulte na assunção de obrigações e/ou na renúncia de direitos pela Companhia. Neste sentido, tais limites de autoridade não serão aplicados nas seguintes situações, dentre outras: **(i)** na celebração de contratos de venda de bens e serviços que representem ingresso de receita; **(ii)** na prática de atos de simples rotinas administrativas perante pessoas jurídicas de direito público interno, empresas públicas ou sociedades empresariais que compõem a administração indireta, e outras da mesma natureza; **e (iii)** na execução de atos da rotina operacional financeira da Companhia, tais como, a autorização e/ou a realização de pagamentos de tributos ou quaisquer obrigações, transferências de recursos entre contas de mesma titularidade, aplicações e resgates de recursos financeiros da Companhia, abertura ou encerramento de contas correntes, e solicitação e cancelamento de acesso a quaisquer sistemas disponibilizados por instituições financeiras em geral. Por fim, todos os Diretores Estatutários poderão praticar quaisquer atos e assinar todo e qualquer documento, em nome da Companhia, que tenham sido previamente aprovados pelos órgãos societários competentes, independentemente dos limites de autoridade aqui estabelecidos. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes. Certifico que a presente ata é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 31 de agosto de 2021. JAQUES HORN - Secretário da Mesa. Jucerja nº 4458421, em 20/09/2021. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/323338-0 Data do protocolo: 01/10/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/10/2021 SOB O NÚMERO 00004540066 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 29DC8B2D5DE5EF428EE371587AD4D73E925A2C457FFA8C86B27993243752D4C7
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TIM S.A., NIRE 33.3.0032463-1, PROTOCOLO 00-2021/323338-0, ARQUIVADO EM 13/10/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004540066, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
311.513.508-42	RODRIGO BATISTA SANTOS

13 de outubro de 2021.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/323338-0 Data do protocolo: 01/10/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/10/2021 SOB O NÚMERO 00004540066 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 29DC8B2D5DE5EF428EE371587AD4D73E925A2C457FFA8C86B27993243752D4C7
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro

LIVRO 4637

FOLHAS 007/010

ATO Nº 002

TRASLADO

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ TIM S.A., NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este Público Instrumento de Procuração virem que no ano de dois mil e vinte e dois (2022), aos vinte e sete (27) dias do mês de Janeiro (01), nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Comarca da Capital, República Federativa do Brasil, na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 - Torre Sul, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, **aonde em diligência a chamado vim**, e perante mim, **LAVINIA SIQUEIROS SOARES LE COCQ D' OLIVEIRA**, **Substituta do Tabelião**, lotada no Cartório do Quarto Ofício de Notas na Av. das Américas, 16.401, loja D, Recreio dos Bandeirantes/RJ, compareceu como **OUTORGANTE: TIM S.A.**, com sede na Avenida João Cabral de Mello Neto, 850, Bloco 01, Salas 501 a 1208, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob nº 02.421.421/0001-11, neste ato devidamente representada por seu *Chief Revenue Officer*, o Sr. **ALBERTO MARIO GRISELLI**, italiano, casado, bacharel em engenharia, portador da carteira de RNE n° V354056-O, expedido pela CGPI/DIREX/PF em 31/01/2021, inscrito no CPF/ME sob o n° 058.431.817-07; por seu *Business Support Officer*, o Sr. **BRUNO MUTZENBECHER GENTIL**, brasileiro, casado, bacharel em administração de empresas, portador do documento de identidade n° 07.212.618-8, expedido pelo IFP/RJ em 10/09/1998, inscrito no CPF/ME sob o nº 001.330.367-82; e por seu Diretor Jurídico, o Sr. **JAQUES HORN**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 70.654, expedido pela OAB/RJ em 08/05/2009, inscrito no CPF/ME sob o nº 846.062.237-15, todos com o endereço eletrônico corporateaffairs@timbrasil.com.br, e domiciliados na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 - Torre Sul, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro. Então pela Outorgante, foi me dito,

AAA 022579852

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro
AAA 022579853

através de seu(s) representante(s), que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como seus bastantes procuradores: **ANDRE BRANDOLISE FORESTO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade n° 20.839.689-5, expedido pelo SSP/SP em 10/05/2011, inscrito no CPF/ME sob o n° 216.944.728-84; **BERNARD HESKIA ZEITUNE**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade n° 020206306 -1, expedido pelo DIC/RJ em 14/03/2000, inscrito no CPF sob o nº 101.984.957-65; **JULIO CEZAR MOURA DE SOUZA**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade n° 08658882-9, expedido pelo IFP/RJ em 12/02/1999 e inscrito no CPF sob o nº 024.242.427-98; **JULIANO DA SILVA PRADO**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade n° 606190608-4, expedido pelo SSP/RS em 12/01/2006 e inscrito no CPF sob o nº 937.927.000-34; **PAULO HUMBERTO CERCHI GOUVEA**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade n° 01771070370, expedido pelo Detran/PR em 23/02/2016 e inscrito no CPF sob o nº 517.471.626-04; **SANDRO PEREIRA CORTEZ**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade n° 10820219-3, expedido pelo SSP/RJ em 19/09/2002 e inscrito no CPF sob o nº 072.361.057-67; **UMBERTO NAPOLITANO**, italiano, casado, bacharel em direito, portador do documento de identidade n° V287108-5 RNE, expedido pelo DPF/DF em 19/11/2015 e inscrito no CPF sob o nº 719.778.641-04 todos com endereço eletrônico *corporateaffairs@timbrasil.com.br* e domiciliados na na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 - Torre Sul, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro.; aos quais confere poderes para, isoladamente ou em conjunto com um diretor estatutário ou com outro procurador com iguais poderes, representar a OUTORGANTE, bem como todas as suas filiais, no âmbito de procedimentos licitatórios e/ou registros cadastrais promovidos por órgãos da Administração Pública das esferas Federal, Estadual, Municipal e/ou do Distrito Federal, em quaisquer modalidades previstas em lei, as quais incluem a concorrência, tomada de preços, carta-convite, concurso, leilão e ainda pregão (licitações), como parte interessada, nos termos de avisos, editais ou outras formas de comunicação emitidas pelas respectivas comissões, pregoeiro e equipe de apoio de licitações, perante terceiros, pessoas

4º OFÍCIO DE NOTAS
COMARCA DA CAPITAL
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

físicas, e/ou jurídicas de direito público ou privado, perante quaisquer órgãos e autarquias, empresas públicas e privadas, fundações e sociedades de economia mista, repartições, comissões de licitação, autoridades fiscais ou quaisquer autoridades competentes, podendo: (a) assinar propostas técnicas e comerciais, declarações, requerer e assinar todo e qualquer documento relacionado às licitações, formular ofertas e lances de preços, transigir, acordar, impugnar, recorrer, desistir, inclusive recursos; (b) obter todas as informações, dados ou elementos que venham a ser fornecidos ou colocados à disposição pelas autoridades responsáveis pelas licitações, bem como examiná-los, revisá-los e copiá-los, desde que assim permitidos; (c) preparar, assinar e fornecer declarações, demonstrações ou outro instrumento qualquer assim exigido pelos editais de licitação, cartas-convite ou registros cadastrais; e (d) celebrar e assinar acordos e contratos em geral, memorandos e protocolos de entendimentos , convênios e parcerias, aditivos, termos, adesões, compromissos, protocolos e credenciamentos, relacionados exclusivamente à venda de serviços vinculados à licitação, distratos, denúncias, rescisões, notificações e contra-notificações relacionadas a quaisquer contratos e documentos vinculantes. Podendo, enfim, praticar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, não sendo permitido o substabelecimento. Os OUTORGADOS poderão praticar todos os demais atos necessários ao bom cumprimento deste mandato, devendo observar, fiel e rigorosamente, as competências fixadas no Estatuto Social; o Código de Ética e de Conduta; a Política Anticorrupção da OUTORGANTE, e a legislação relacionada, notadamente a Lei nº 12.846/2013, bem como os preceitos gerais de probidade e legalidade no seu exercício. **O presente mandato será válido até 10 de janeiro de 2023, podendo ser revogado a qualquer momento pela OUTORGANTE. (Procuração esta feita conforme minuta apresentada. A Outorgante deixa de apresentar a filiação dos OUTORGADOS por desconhecer tais informações)**. Dispensada a presença de testemunhas conforme Artigo 391 da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Certifico que pelo presente ato são devidas custas no valor de R$303,99 (acrescidas de R$12,84 pelo Arquivamento, R$29,76 pela Guia de Comunicação do Distribuidor, RGI, DOI, JUCERJA e CENSEC, tabela 07 no valor de

AAA 022579854

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

R$91,17 (tabela 07, conforme Tabela 07 da Portaria 02/2001) mais os 20% devidos ao FETJ no valor de R$99,71, consoante Lei n.º 3.217/99, R$24,92 pela Lei nº4664/05 , artigo 4º, inc. III (5%- FUNDPERJ), R$24,92 da Lei Complementar nº 111/06 (5%- FUNPERJ), R$19,94 da lei 6281, artigo 1º(4% FUNARPENRJ), R$9,11 do art. 112 §2º da Constituição Estadual/RJ (PMCMV), R$39,60 pela distribuição por nome e R$49,26 a que se acrescem, pelo item 13 da Tabela XXII, antiga Tabela VII . **Totalizando o total de R$726,44. (TSA025/22)**Que ficam arquivadas cópias dos documentos de identificação da Outorgante.-

Eu, ______, **LAVINIA SIQUEIROS SOARES LE COCQ D´OLIVEIRA**, Substituta do Tabelião, lavrei, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas. (assinado) **OUTORGANTE / TIM S.A. (repres) ALBERTO MARIO GRISELLI /OUTORGANTE / TIM S.A. (repres) BRUNO MUTZENBECHER GENTIL/OUTORGANTE / TIM S.A. (repres) JAQUES HORN. "TRASLADADA HOJE"**-.

EM TESTº ______ DA VERDADE

-SUBSTITUTA DO TABELIÃO-

4º OFÍCIO DE NOTAS - HAMILTON LIMA BARROS - TABELIÃO - Av. das Américas, 16.401 Loja D - Recreio - Tel: 3434-9400 - Rio de Janeiro - RJ - COMARCA DA CAPITAL

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EEAW28778-PJX
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

AAA 022579855

RIO DE JANEIRO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro

LIVRO 4637

FOLHAS 002/006

ATO Nº 001

TRASLADO

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ TIM S.A., NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este Público Instrumento de Procuração virem que no ano de dois mil e vinte e dois (2022), aos vinte e sete (27) dias do mês de Janeiro (01), nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Comarca da Capital, República Federativa do Brasil, na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 - Torre Sul, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, **aonde em diligência a chamado vim**, e perante mim, **LAVINIA SIQUEIROS SOARES LE COCQ D' OLIVEIRA, Substituta do Tabelião**, lotada no Cartório do Quarto Ofício de Notas na Av. das Américas, 16.401, loja D, Recreio dos Bandeirantes/RJ, compareceu como **OUTORGANTE: TIM S.A.**, com sede na Avenida João Cabral de Mello Neto, 850, Bloco 01, Salas 501 a 1208, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob nº 02.421.421/0001-11, neste ato devidamente representada por seu *Chief Revenue Officer*, o Sr. **ALBERTO MARIO GRISELLI**, italiano, casado, bacharel em engenharia, portador da carteira de RNE n° V354056-O, expedido pela CGPI/DIREX/PF em 31/01/2021, inscrito no CPF/ME sob o n° 058.431.817-07; por seu *Business Support Officer*, o Sr. **BRUNO MUTZENBECHER GENTIL**, brasileiro, casado, bacharel em administração de empresas, portador do documento de identidade n° 07.212.618-8, expedido pelo IFP/RJ em 10/09/1998, inscrito no CPF/ME sob o nº 001.330.367-82; e por seu Diretor Jurídico, o Sr. **JAQUES HORN**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 70.654, expedido pela OAB/RJ em 08/05/2009, inscrito no CPF/ME sob o nº 846.062.237-15, todos com o endereço eletrônico corporateaffairs@timbrasil.com.br, e domiciliados na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 - Torre Sul, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro. Então pela Outorgante, foi me dito,

AAA 022582846

através de seu(s) representante(s), que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como seus bastantes procuradores: **ANA CLÁUDIA MACHADO PÓVOAS**, brasileira, divorciada, técnica em recursos humanos, portadora do documento de identidade nº 085035368, expedido pelo DETRAN/RJ em 30/10/2013, inscrita no CPF/ME sob o nº 018.595.267-48; **ANDRÉ BRANDOLISE FORESTO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 20.839.689-5, expedido pela SSP/SP em 10/05/2011, inscrito no CPF/ME sob o nº 216.944.728-84; **ANDRÉ RENATO DE ALMEIDA MENEZES**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 07333436-9, expedido pelo DETRAN/RJ em 27/07/2012, inscrito no CPF/ME sob o nº 002.317.417-07; **BARCELOS CAVALCANTE**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade nº 1074974, expedido pela SDS/PE em 25/09/2010, inscrito no CPF/ME sob o nº 147.437.954-00; **BERNARD HESKIA ZEITUNE**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade nº 020206306-1, expedido pela DIC/RJ em 14/03/2000, inscrito no CPF/ME sob o nº 101.984.957-65; **DIOGO MAGNAVITA ADAIME**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 29.262.447-5, expedido pela SSP/SP em 09/12/2009, inscrito no CPF/ME sob o nº 255.934.038-05; **EDEN JORGE DE ANDRADE**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade nº 8.826.203, expedido pela SSP/MG em 31/07/1997, inscrito no CPF/ME sob o nº 566.423.936-00; **GASPAR GUERREIRO TAVARES**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador do documento de identidade nº 04.147.381-0, expedido pelo DETRAN/RJ em 12/05/2005, inscrito no CPF/ME sob o nº 672.315.357-04; **GLAYSON FRANCY ADRIANO ARAÚJO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 07821874-80, expedido pela SSP/BA em 24/09/1993, inscrito no CPF/ME sob o nº 022.263.957-17; **GLAUCO VIEIRA BERTINO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 4831291, expedido pela SSP/PE em 30/12/1997, inscrito no CPF/ME sob o nº 032.034.274-35; **JONICE ARAUJO CARREIRO**, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora do documento de identidade nº 1.893.682, expedido pela SSP/DF em 02/10/2013, inscrita no CPF/ME sob o nº 490.854.681-91; **JULIANO PEREIRA DOS**

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro
AAA 022582847

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RIO DE JANEIRO
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro

SANTOS, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade n° 5959743-4, expedido pela SESP/PR em 31/07/1995, inscrito no CPF/ME sob o n° 027.011.029-10; **JULIO CEZAR MOURA DE SOUZA**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade n° 08658882-9, expedido pelo IFP/RJ em 12/02/1999, inscrito no CPF/ME sob o n° 024.242.427-98; **KÁTIA VIRGINIA COELHO GUIMARÃES**, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora do documento de identidade n° 665.274, expedido pela SSP/DF em 10/08/1996, inscrita no CPF/ME sob o n° 267.333.901-91; **MARCONDES DOMINGOS PEREIRA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade n° M4113543, expedido pela PC/MG em 17/09/2004, inscrito no CPF/ME sob o n° 552.655.886-04; **NELSON BRAVIN FERREIRA JUNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade n° 05312044-0, expedido pelo IFP/RJ em 08/07/1991, inscrito no CPF/ME sob o n° 966.146.177-53; **PEDRO PAULO POLLY DE FREITAS**, brasileiro, casado, tecnólogo, portador do documento de identidade n° 08788994-5, expedido pelo DETRAN/RJ em 19/01/2016, inscrito no CPF/ME sob o n° 015.676.737-67; **RENAN RAMOS BAZILIO**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador do documento de identidade n° 21174452-9, expedido pelo DETRAN/RJ em 08/03/2005, inscrito no CPF/ME sob o n° 122.876.707-69; **SABRINA DE AGUIAR AMARAL**, brasileira, casada, advogada, portadora do documento de identidade n° 11485895-4, expedido pelo IFP/RJ em 03/04/1995, inscrita no CPF/ME sob o n° 087.831.097-57; **SANDRO PEREIRA CORTEZ**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade n° 10820219-3, expedido pela SSP/RJ em 19/09/2002, inscrito no CPF/ME sob o n° 072.361.057-67; **TATIANA FERREIRA GUILHON**, brasileira, casada, advogada, portadora do documento de identidade n° 116612425, expedido pelo DETRAN/RJ em 09/02/2002, inscrita no CPF/ME sob o n° 104.776.457-12; e **UMBERTO NAPOLITANO**, italiano, casado, bacharel em direito, portador da carteira de RNE n° V287108-5, expedido pela DPF/DF em 19/11/2015, inscrito no CPF/ME sob o n° 719.778.641-04, todos com o endereço eletrônico corporateaffairs@timbrasil.com.br, e domiciliados na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Blc 01, Salas 501 a 1208, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS

AAA 022582848

Janeiro, CEP 22775-057..; aos quais confere poderes para, isoladamente ou em conjunto com um diretor estatutário ou com outro procurador com iguais poderes, representar a **OUTORGANTE**, bem como todas as suas filiais, no âmbito de procedimentos licitatórios e/ou registros cadastrais promovidos por órgãos da Administração Pública das esferas Federal, Estadual, Municipal e/ou do Distrito Federal, em quaisquer modalidades previstas em lei, as quais incluem a concorrência, tomada de preços, carta-convite, concurso, leilão e ainda pregão (¿licitações¿), como parte interessada, nos termos de avisos, editais ou outras formas de comunicação emitidas pelas respectivas comissões, pregoeiro e equipe de apoio de licitações, perante terceiros, pessoas físicas, e/ou jurídicas de direito público ou privado, perante quaisquer órgãos e autarquias, empresas públicas e privadas, fundações e sociedades de economia mista, repartições, comissões de licitação, autoridades fiscais ou quaisquer autoridades competentes, podendo: **(a)** assinar propostas técnicas e comerciais, declarações, requerer e assinar todo e qualquer documento relacionado às licitações, formular ofertas e lances de preços, transigir, acordar, impugnar, recorrer, desistir, inclusive recursos; **(b)** obter todas as informações, dados ou elementos que venham a ser fornecidos ou colocados à disposição pelas autoridades responsáveis pelas licitações, bem como examiná-los, revisá-los e copiá-los, desde que assim permitidos; e **(c)** preparar, assinar e fornecer declarações, demonstrações ou outro instrumento qualquer assim exigido pelos editais de licitação, cartas-convite ou registros cadastrais. Podendo, enfim, praticar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, não sendo permitido o substabelecimento. Os **OUTORGADOS** deverão observar, fiel e rigorosamente, as competências fixadas no Estatuto Social; o Código de Ética e de Conduta; a Política Anticorrupção da **OUTORGANTE**, e a legislação relacionada, notadamente a Lei nº 12.846/2013, bem como os preceitos gerais de probidade e legalidade no seu exercício.. **O presente mandato será válido até 10 de janeiro de 2023, podendo ser revogado a qualquer momento pela OUTORGANTE. (Procuração esta feita conforme minuta apresentada. A Outorgante deixa de apresentar a filiação dos OUTORGADOS por desconhecer tais informações)**. Dispensada a presença de testemunhas conforme Artigo 391 da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RIO DE JANEIRO
Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro
AAA 022582849

de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Certifico que pelo presente ato são devidas custas no valor de R$303,99 (acrescidas de R$12,84 pelo Arquivamento, R$29,76 pela Guia de Comunicação do Distribuidor, RGI, DOI, JUCERJA e CENSEC, tabela 07 no valor de R$91,17 (tabela 07, conforme Tabela 07 da Portaria 02/2001) mais os 20% devidos ao FETJ no valor de R$99,71, consoante Lei n.º 3.217/99, R$24,92 pela Lei nº4664/05 , artigo 4º, inc. III (5%- FUNDPERJ), R$24,92 da Lei Complementar nº 111/06 (5%- FUNPERJ), R$19,94 da lei 6281, artigo 1º(4% FUNARPENRJ), R$9,11 do art. 112 §2º da Constituição Estadual/RJ (PMCMV), R$39,60 pela distribuição por nome e R$75,05 a que se acrescem, pelo item 13 da Tabela XXII, antiga Tabela VII . **Totalizando o total de R$752,23. (TSA026/22)**Que ficam arquivadas cópias dos documentos de identificação da Outorgante.-.

Eu, , **LAVINIA SIQUEIROS SOARES LE COCQ D´OLIVEIRA**, Substituta do Tabelião, lavrei, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas. (assinado) **OUTORGANTE / TIM S.A. (repres) ALBERTO MARIO GRISELLI /OUTORGANTE / TIM S.A. (repres) BRUNO MUTZENBECHER GENTIL/OUTORGANTE / TIM S.A. (repres) JAQUES HORN. "TRASLADADA HOJE"**-.

EM TESTº DA VERDADE
-SUBSTITUTA DO TABELIÃO-

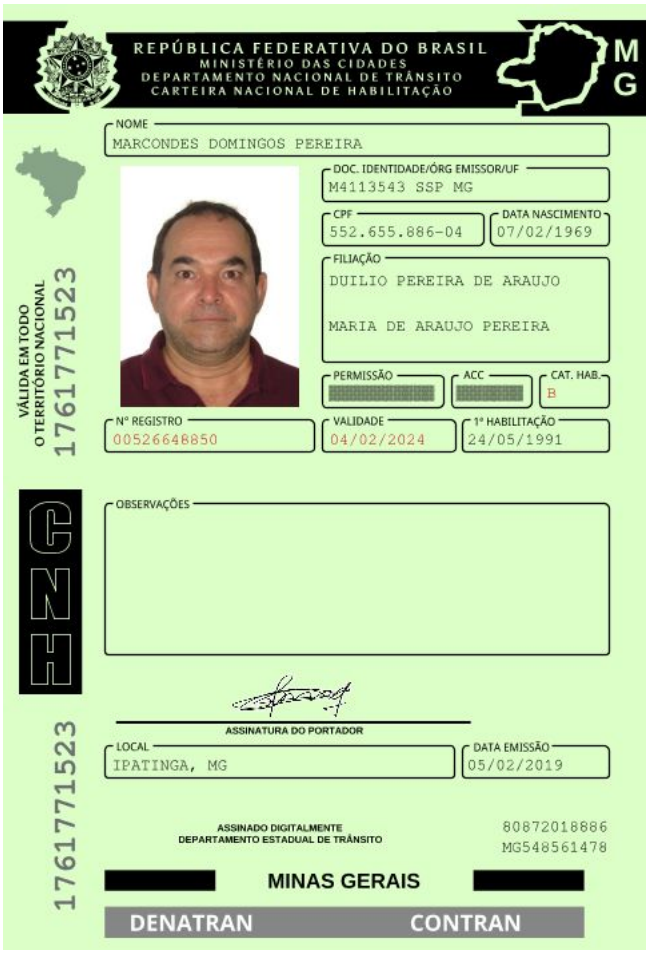
4º OFÍCIO DE NOTAS
COMARCA DA CAPITAL

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EEAW28779-PCK
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

AAA 022582850

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



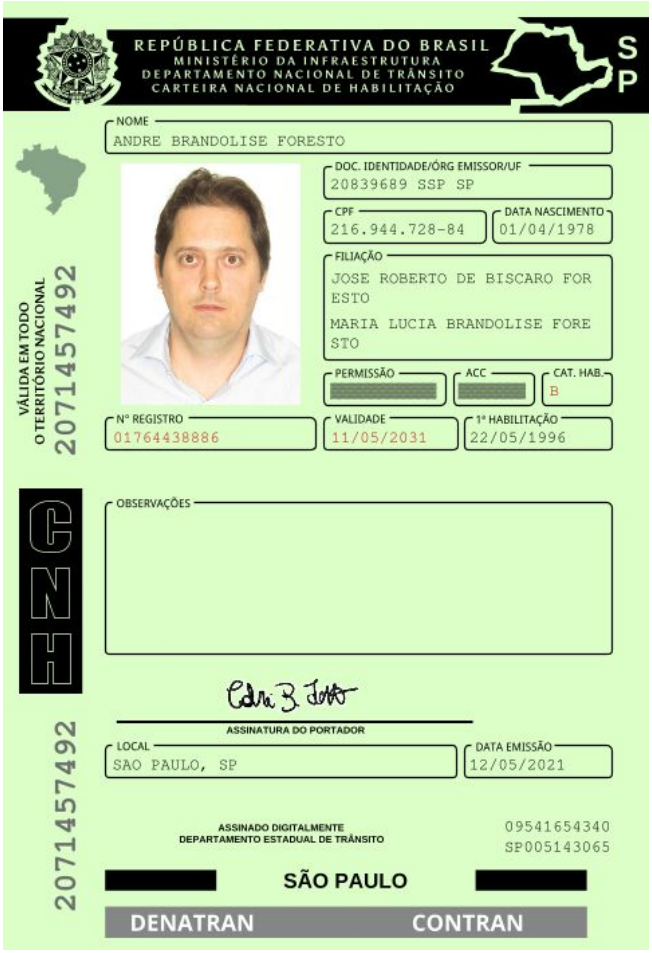
QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço: < http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >.

SERPRO / DENATRAN

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/050509-5

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00004026058 - 04/03/2021

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s):

Hash: E680AC30-2BEE-444C-8EA0-4AD33B88F37B

Orgão	Calculado	Pago
Junta	610,00	610,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

TIM S.A.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

002

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ANTÔNIO MELKI JUNIOR, SÉRGIO GARCIA DOS SANTOS E VITOR HUGO FEITOSA GONÇALVES SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00004026101	02.421.421/0001-11	Avenida Joao Cabral De Mello Neto 00850	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 04/03/2021 e arquivado em 04/03/2021

Nº de Páginas: 6

Capa Nº Páginas: 1/1

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/050509-5 Data do protocolo: 01/03/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 04/03/2021 SOB O NÚMERO 00004026101 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 79A777A9B177BB6DB28DD9A71F5D8D463DDA426768C127ED646D755467AD459C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

0 0 - 2 0 2 1 / 0 5 0 5 0 9 - 5

01/03/2021 09:05:20

JUCERJA

Último arquivamento:

00003989187 - 22/12/2020

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 103623253

Hash: E680AC30-2BEE-444C-8EA0-4AD33B88F37B

Orgão	Calculado	Pago
Junta	610,00	610,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	ADRIAN CALAZA
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	1143491700
E-mail:	LAMAYA@TIMBRASIL.COM.BR
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	01/03/2021
Data da 1ª entrada:	01/03/2021

Rio de Janeiro

Local

01/03/2021

Data

Últimos Retornos

02/03/2021
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx

00-2021/050509-5

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/050509-5 Data do protocolo: 01/03/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 04/03/2021 SOB O NÚMERO 00004026101 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 79A777A9B177BB6DB28DD9A71F5D8D463DDA426768C127ED646D755467AD459C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

DocuSign Envelope ID: B753CB21-468F-41E1-B243-11A470AC9080

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: 18 de fevereiro de 2021, às 16h00. Devido à importância e à urgência do assunto constante da Ordem do Dia, a reunião foi realizada de forma virtual, conforme faculdade prevista no Artigo 30 do Estatuto Social da TIM S.A. ("Companhia").

PRESENÇA: Participaram da reunião os Srs. Pietro Labriola, Adrian Calaza, Alberto Mario Griselli, Bruno Mutzenbecher Gentil, Leonardo de Carvalho Capdeville, Mario Girasole e Jaques Horn, para tratar da Ordem do Dia abaixo indicada.

MESA: Presidente – Sr. Pietro Labriola; Secretário – Sr. Jaques Horn.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a alteração do endereço da sede da Companhia localizada no Estado do Rio de Janeiro.

DELIBERAÇÕES: Após análise e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, bem como do material relacionado, que fica arquivado na sede da Companhia, os Srs. Diretores registraram suas deliberações da seguinte forma:

Aprovaram a alteração do endereço da sede inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.421.421/0001-11 e NIRE nº 333.0032463-1, localizada na Avenida João Cabral de Mello Neto, 00850, BLC 001, SAL 1212, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-057, para Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Blc 01, Salas 501 a 1208, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-057.

Fica autorizada a prática dos atos que se fizerem necessários para efetivar e formalizar as deliberações acima mencionadas, inclusive perante os órgãos públicos competentes.

DS

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/050509-5 Data do protocolo: 01/03/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 04/03/2021 SOB O NÚMERO 00004026101 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 79A777A9B177BB6DB28DD9A71F5D8D463DDA426768C127ED646D755467AD459C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

DocuSign Envelope ID: B753CB21-468F-41E1-B243-11A470AC9080

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Diretores participantes.

Certifico que a presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro (RJ), 18 de fevereiro de 2021.

DocuSigned by:
Jaques Horn
8427573569D24F6...

JAQUES HORN
Diretor Jurídico e Secretário da Mesa

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/050509-5 Data do protocolo: 01/03/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 04/03/2021 SOB O NÚMERO 00004026101 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 79A777A9B177BB6DB28DD9A71F5D8D463DDA426768C127ED646D755467AD459C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 4/6

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**

PROTOCOLO REDESIM
RJP2100044441

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
TIM S A	**02.421.421/0001-11**

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

211 Alteracao de endereco dentro do mesmo municipio

Número de Controle: RJ58049054 - 02421421000111

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME	CPF
ADRIAN CALAZA	**059.618.647-90**

LOCAL	DATA
	24/02/2021

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 02.421.421/0001-11

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/050509-5 Data do protocolo: 01/03/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 04/03/2021 SOB O NÚMERO 00004026101 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 79A777A9B177BB6DB28DD9A71F5D8D463DDA426768C127ED646D755467AD459C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA

Pag. 5/6

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TIM S.A., NIRE 33.3.0032463-1, PROTOCOLO 00-2021/050509-5, ARQUIVADO EM 04/03/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004026101, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
059.618.647-90	ADRIAN CALAZA

04 de março de 2021.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/050509-5 Data do protocolo: 01/03/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 04/03/2021 SOB O NÚMERO 00004026101 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 79A777A9B177BB6DB28DD9A71F5D8D463DDA426768C127ED646D755467AD459C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/059041-6

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00004029256 - 10/03/2021

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s):

Hash: AEC6D73F-5115-4112-88F2-FC701E443312

Orgão	Calculado	Pago
Junta	176,00	176,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

TIM S.A.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

201

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
252	1	Arquivamento de Publicações de Atos de Sociedade / Atos Societários
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR JOSÉ ROBERTO BORGES, NATAN SCHIPER E SAMIR FERREIRA BARBOSA NEHME SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00004029431	02.421.421/0001-11	Avenida Joao Cabral De Mello Neto 850	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 10/03/2021 e arquivado em 11/03/2021

Nº de Páginas: 4

Capa Nº Páginas: 1/1

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/059041-6 Data do protocolo: 09/03/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 11/03/2021 SOB O NÚMERO 00004029431 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 94016F2575A578815D87956DC29016361C4CB46307D45A72EDA5AD515B9E195E
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/059041-6 09/03/2021 10:02:05

JUCERJA

Último arquivamento:
00004027808 - 08/03/2021

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 103632530

Hash: AEC6D73F-5115-4112-88F2-FC701E443312

Orgão	Calculado	Pago
Junta	176,00	176,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
201

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
252	1	Arquivamento de Publicações de Atos de Sociedade / Atos Societários
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	ADRIAN CALAZA
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	1143491700
E-mail:	LAMAYA@TIMBRASIL.COM.BR
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	09/03/2021
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

09/03/2021

Data

00-2021/059041-6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/059041-6 Data do protocolo: 09/03/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 11/03/2021 SOB O NÚMERO 00004029431 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 94016F2575A578815D87956DC29016361C4CB46307D45A72EDA5AD515B9E195E
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

da Brasil Telecom Comunicação Multimídia S.A." ("Escritura"), a ser celebrado entre, de um lado, a BTCM, e, do outro lado, a Lublin Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e a Jupiter Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, com a interveniência e anuência da Companhia, da sua controladora Oi e de sua controlada Oi Móvel, cuja minuta foi previamente disponibilizada à Acionista. Com relação ao **item (2)** da Ordem do Dia, e em observância do disposto no artigo 12, item "XXXIX", do Estatuto Social da Companhia, a Acionista aprovou a renúncia, pela Companhia, ao direito de preferência com relação à subscrição das Debêntures, nos termos do artigo 171, §3º, da Lei das S.A. Por fim, com relação ao **item (3)** da Ordem do Dia, a Acionista autorizou a administração da Companhia a praticar todos os atos e a firmar todos os documentos necessários à implementação e formalização das deliberações ora tomadas. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada e, após lida e achada conforme, foi assinada pela Acionista, a qual autorizou sua publicação sem as respectivas assinaturas, na forma do art. 130, § 2º, da Lei das S.A. Assinaturas: Mesa: Como Presidente, Rodrigo Modesto de Abreu e, como Secretária, Daniella Geszikter Ventura. Acionista: Oi S.A. - Em Recuperação Judicial, representada por seus Diretores, Rodrigo Modesto de Abreu e Camille Loyo Faria. A presente certidão é cópia fiel da ata original, lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2021. **Daniella Geszikter Ventura** - Secretária. **Jucerja nº 4018977 em 22/02/21.**

Id: 2301673

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2021. DATA, HORA E LOCAL: 18 de fevereiro de 2021, às 16h00. Devido à importância e à urgência do assunto constante da Ordem do Dia, a reunião foi realizada de forma virtual, conforme faculdade prevista no Artigo 30 do Estatuto Social da TIM S.A. ("Companhia"). **PRESENÇA:** Participaram da reunião os Srs. Pietro Labriola, Adrian Calaza, Alberto Mario Griselli, Bruno Mutzenbecher Gentil, Leonardo de Carvalho Capdeville, Mario Girasole e Jaques Horn, para tratar da Ordem do Dia abaixo indicada. **MESA:** Presidente - Sr. Pietro Labriola; Secretário - Sr. Jaques Horn. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a alteração do endereço da sede da Companhia localizada no Estado do Rio de Janeiro. **DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, bem como do material relacionado, que fica arquivado na sede da Companhia, os Srs. Diretores registraram suas deliberações da seguinte forma: **Aprovaram** a alteração do endereço da sede inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.421.421/0001-11 e NIRE nº 333.0032463-1, localizada na Avenida João Cabral de Mello Neto, 00850, BLC 001, SAL 1212, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-057, para Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Blc 01, Salas 501 a 1208, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-057. Fica autorizada a prática dos atos que se fizerem necessários para efetivar e formalizar as deliberações acima mencionadas, inclusive perante os órgãos públicos competentes. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Diretores participantes. Certifico que a presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 18 de fevereiro de 2021. **JAQUES HORN - Diretor Jurídico e Secretário da Mesa.** Jucerja nº 4026101, em 04/03/2021. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral

Id: 2301631

ATLAS DE IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.
CNPJ: 29.310.554/0001-77 - NIRE: 33.2.0033657-3
Extrato da Ata de Reunião de Sócios em 13.07.2020

Data, Hora, Local: 13.07.2020, às 10h, na sede, Rua Luis Silva, nº 236, Nova Iguaçu/RJ. **Mesa:** Presidente: Rodrigo de Matos Alves, Secretário: João Gabriel Gomes de Matos. **Presença:** Totalidade do capital social. **Deliberações Aprovadas:** (i) a redução do capital social, que atualmente é de R$ 2.000.000,00, dividido em 2.000.000 de quotas, com valor de R$ 1,00, para R$ 1.910.000,00, dividido em 1.910.000 quotas, com valor de R$ 1,00, em razão da constatação de que este é excessivo em relação ao objeto social. (ii) A redução de capital será formalizada pelo cancelamento de 90.000 quotas, no valor de R$ 1,00, cada da seguinte forma: **(a) 47.844** quotas, no total de R$ 47.844,00, detidas pela Sócia **JGN Participações Ltda**., serão canceladas, fazendo jus a sócia à restituição do valor efetivamente integralizado; **(b) 14.850** quotas, com total de R$ 14.850,00, detidas pela Sócia **RMA Participações Ltda,** serão canceladas, fazendo jus a sócia à restituição do valor efetivamente integralizado; **(c) 13.653** quotas, com total de R$ 13.653,00, detidas pela Sócia **MFM Participações Ltda,** serão canceladas fazendo jus a sócia à restituição do valor efetivamente integralizado; **(d) 13.653** quotas, com total de R$ 13.653,00, detidas pela Sócia **MGSM Participações Ltda,** serão canceladas fazendo jus a sócia à restituição do valor efetivamente integralizado. (iii) a restituição acima descrita no item "a" será paga parcialmente com o imóvel matriculado sob o nº 23.381, no 1º Cartório de Registro Civil e Imóveis de Nova Iguaçu/RJ, sito em Nova Iguaçu/RJ, Rua Mucuripe, nº 252, lojas nº 222, 226, 230, 232 e 238 e Rua Triunfo apartamentos nº 201 e 202, sendo que o saldo remanescente será pago em moeda corrente nacional, bem como as demais restituições serão pagas em moeda corrente nacional. (iv) a elaboração da alteração do Contrato Social, especificamente na Cláusula 5ª do Contrato Social, para reflexo do valor do capital social reduzido, após o transcurso do prazo legal de 90 dias, nos termos do § 1º do artigo 1.084 do Código Civil, bem como autorizam os administradores a adotar todas as medidas necessárias a consecução das deliberações ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais. Nova Iguaçu, 13.07.2020. Sócios: **JGN Participações Ltda.** - por seu administrador João Gabriel Gomes de Matos, **RMA Participações Ltda.** - por seu administrador Rodrigo de Matos Alves, **MFM Participações Ltda.** - por sua administradora Maria Fernanda de Matos, **MGSM Participações Ltda.** - por sua administradora Maria da Graça Serra de Matos

Id: 2301596

PATRYS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ/MF n.º 09.349.908/0001-80 - NIRE 332.1066142-6

PATRYS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. com sede na Av. das Américas, 4.200, bloco 5, Sala 501, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, CEP: 22640-102, RJ, inscrita no CNPJ/MF n.º 09.349.908/0001-80, com contrato devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) sob NIRE 332.1066142-6 ("Sociedade"), vem através da presente publicação retificar o item (a) da Cláusula 1.2 da 30ª TRIGÉSIMA ALTERAÇÃO DA SOCIEDADE, para fazer constar o texto correto, visto que no texto publicado anteriormente constou, equivocadamente ¨DULCE PUGLIESE DE GODOY BUENO¨, onde deveria constar ZANDA S.à.r.l¨. Sendo assim, a Cláusula correta tem a seguinte redação: **I. DA REDUÇÃO DE CAPITAL DA SOCIEDADE. 1.1.** Considerando que os sócios quotistas verificaram que o capital social é desproporcional para as atividades atualmente exercidas pela Sociedade, resolvem, de comum acordo, reduzir o capital social no valor do montante ainda não integralizado, que é de R$51.538.000,00 (cinquenta e um milhões, quinhentos e trinta e oito mil reais), nos termos em que facultam os arts. 1082, II c/c 1084, ambos do Código Civil vigente, passando o capital social da Sociedade de R$327.937.346,00 (trezentos e vinte e sete milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e quarenta e seis reais) para o valor de R$276.399.346,00 (duzentos e setenta e seis milhões, trezentos e noventa e nove mil, trezentos e quarenta e seis reais). **1.2.** Em função da redução acima mencionada, foi aprovado o cancelamento de 51.538.000 (cinquenta e um milhões, quinhentas e trinta e oito mil) quotas representativas do capital social da Sociedade, a ser suportado pelos sócios quotistas, conforme segue: (a) cancelamento de 25.253.620 (vinte e cinco milhões, duzentas e cinquenta e três mil, seiscentas e vinte) quotas de titularidade da sócia **ZANDA S.à.r.l**, qualificada acima; (b) cancelamento de 13.142.190 (treze milhões, cento e quarenta e duas mil e cento e noventa) quotas de titularidade da sócia **HIGHLANDS S.à.r.l.,** qualificada acima; e (c) cancelamento de 13.142.190 (treze milhões, cento e quarenta e duas mil e cento e noventa) quotas de titularidade do sócio **PEDRO DE GODOY BUENO**, qualificado acima.

Id: 2301635

LIBRA TERMINAL SANTOS S.A.
CNPJ/ME Nº 02.373.383/0001-79 NIRE 35.300.367.898

Ata da Assembleia Geral Extraordinária. 1. Data, Hora e Local: Em 18/12/20, às 12h00, na sede na Rua Professor José Olivar, nº 154, Estuário, Santos/SP. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação prévia, de acordo com o art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S/A"), em razão da presença dos Acionistas representando a totalidade do capital social da Cia. **3. Mesa:** Presidente: Cláudio Bayard Caetano Ramos; Secretário: Ronaldo Borges. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Os Acionistas, sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram, por unanimidade de votos, o quanto segue: 4.1. Aprovar a alteração do endereço da sede e foro da Cia, atualmente localizado na Rua Professor José Olivar, nº 154, Estuário, Santos/SP, CEP 11020-450, para Av. Rio Branco, nº 4, 7º andar, salas 704 a 706, Centro, RJ/RJ, CEP 20090-903, com a consequente alteração do Art. 2º do Estatuto Social da Cia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Art. 2º - A Cia tem sede e foro na Cidade e Estado do RJ, na Av. Rio Branco, nº 4, 7º andar, salas 704 a 706, Centro, CEP 20090-903, podendo, por deliberação da Diretoria, instalar ou extinguir filiais, escritórios, agências, representações ou outras dependências em quaisquer localidades do território nacional ou do exterior."* 4.2. Tendo em vista a deliberação acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Cia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I desta Ata. **5. Encerramento e Lavratura da Ata**: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou, de forma sumária, como faculta o §1º, do art. 130, da Lei das S/A, a presente ata. **6. Assinaturas**: Presidente da Mesa: Cláudio Bayard Caetano Ramos. Secretário da Mesa: Ronaldo Borges. Acionistas Presentes: Libra Terminais e Logística S.A. - Em Recuperação Judicial, neste ato representada por seus Diretores, Srs. Cláudio Bayard Caetano Ramos e Ronaldo Borges, e Libra Holding Ltda. - Em Recuperação Judicial, neste ato representada por seus Diretores, Srs. Cláudio Bayard Caetano Ramos e Ronaldo Borges. Confere com original, lavrado em livro próprio. Santos, 18/12/20. Ronaldo Borges - Secretário. **Jucesp nº 27.031/21-4 em 14/01/2021 e Jucerja nº 33300336788 em 08/02/2021.**

Id: 2301591

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MF/CNPJ 42.411.249/0001-30
JUCERJA/NIRE 33 3 00082824
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAODINÁRIA DA EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMOP, REALIZADA NA SEDE DA EMPRESA, AOS CINCO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E UM, ÀS DEZ HORAS.

I - DATA, HORA E LOCAL: Aos cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um, às dez horas, na Sede da Empresa, situada no Campo de São Cristóvão n° 138, 4° Andar, Sala 401 (Gabinete) - São Cristóvão, CEP 20921-904; **II - MESA DOS TRABALHOS: PRESIDENTE:** LUCIANA DA COSTA MARTINS DE ALMEIDA, Advogada inscrita na OAB/RJ sob o nº 142.763, Assessora lotada na Assessoria de Controle Acionário, vinculada à Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado da Casa Civil - SECC, ID Funcional 4322811-9; **SECRETÁRIA:** HELENA DE SOUZA ALVES, Assessora Chefe da ASJUR/EMOP, ID Funcional ID Funcional 5108501-1; **III - QUORUM DE INSTALAÇÃO:** Presente o acionista detentor da totalidade do Capital Social, representado por LUCIANA DA COSTA MARTINS DE ALMEIDA, Advogada inscrita na OAB/RJ sob o nº 142.763, Assessora lotada na Assessoria de Controle Acionário, vinculada à Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado da Casa Civil - SECC, ID Funcional 4322811-9, credenciada através do Ofício GG N° 47, de três de Janeiro de dois mil e vinte e um; **IV - CONVOCAÇÃO:** realizada nos termos do § 4°, do art. 124, da Lei n° 6.404/76, § 4° do art. 25, do Decreto Estadual n° 46.188/2017; art. 11, § 1°, art. 13, V e VI e art. 35, VII, do Estatuto Social; e Capítulo III, Seção I, itens II e IV, do Regimento Interno; **V - ORDEM DO DIA: 1)** Eleição de membros do Conselho de Administração: **1.1. Sr. AGNALDO BALON**, brasileiro, solteiro, advogado, Subsecretário de Estado da Subsecretaria Geral, da Secretaria de Estado da Casa CIVIL - SECC, indicado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, conforme previsto no art. 27, III, do Estatuto Social, em decorrência de atual vacância, a contar desta data e término em trinta de abril de dois mil e vinte e dois, com fundamento no art. 27, do Estatuto Social (processo SEI 170002/001535/2020); **1.2. Sra. JEANINE DOMENECH DE VASCONCELLOS**, brasileira, advogada, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento - SEPLAG, em substituição e complementação de mandato de BRUNO SCHETTINI GONÇALVES, ID Funcional nº 5098009-2, a contar desta data e término em trinta de abril de dois mil e vinte e dois (processo SEI 120001/016122/2020); resguardada a prerrogativa do art. 25, § 4°, parte final, do Decreto Estadual n° 46.188, de 6 de dezembro de 2017 c/c o art. 13, V, do Estatuto Social, para todos os membros; **2)** Pela eleição dos seguintes membros para o Conselho Fiscal, para mandato a contar desta data e término em trinta de abril de dois mil e vinte e dois, nos termos do art. 53, do Estatuto Social: **2.1 MEMBRO TITULAR: Sr. ROBSON LUIS BARBOSA**, brasileiro, solteiro, economista, Assistente (processo SEI 170002/000994/2020); **e SUPLENTE**: **Sra. NATHALIA COUTO CHAVES LOPES DA CUNHA**, brasileira, economista, Coordenadora de Macroárea de Qualidade de Vida, residente e domiciliada nesta Cidade, na Rua Pinheiro Machado s/n, Laranjeiras, CEP 22231-901, ambos indicados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento - SEPLAG (processo SEI 170002/000994/2020); **2.2. MEMBRO TITULAR: DIANA CABRAL SIQUEIRA**, brasileira, solteira, economista, Superintendente da Superintendência de Controle e Acompanhamento da Dívida Pública Estadual, indicada pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ (processo SEI 040083/000458/2020); resguardada a prerrogativa do art. 25, § 4°, parte final, do Decreto Estadual n° 46.188, de 6 de dezembro de 2017 c/c o art. 13, VI, do Estatuto Social, para todos os membros; **VI - DELIBERAÇÕES: 1)** Pela eleição dos seguintes membros para comporem o Conselho de Administração: **1.1. Sr. AGNALDO BALON**, brasileiro, solteiro, advogado, Subsecretário de Estado da Subsecretaria Geral, da Secretaria de Estado da Casa CIVIL - SECC, portador da CI n° 25.661.455-6 SSP/SP, CPF n° 130.129.188-92, ID Funcional 5087021-1, residente e domiciliado nesta Cidade, na Rua Pinheiro Machado s/n, Laranjeiras, CEP 22231-901, indicado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, conforme previsto no art. 27, III, do Estatuto Social, em decorrência de atual vacância, com mandato a contar desta data e término em trinta de abril de dois mil e vinte e dois, com fundamento no art. 27, do Estatuto Social (processo SEI 170002/001535/2020); **e 1.2. Sra. JEANINE DOMENECH DE VASCONCELLOS**, brasileira, advogada, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento - SEPLAG, portadora da CI n° 095851861 IFP/RJ, CPF n° 091.352.68787, residente e domiciliada nesta Cidade, na Rua Pinheiro Machado s/n, Laranjeiras, CEP 22231-901, em substituição e complementação de mandato de BRUNO SCHETTINI GONÇALVES, com mandato a contar desta data e término em trinta de abril de dois mil e vinte e dois (processo SEI 120001/016122/2020); resguardada a prerrogativa art. 25, § 4°, parte final, do Decreto Estadual n° 46.188, de 6 de dezembro de 2017 c/c o art. 13, V, do Estatuto Social, para todos os membro; **2)** Pela eleição dos seguintes membros para o Conselho Fiscal, para mandato a contar desta data e término em trinta de abril de dois mil e vinte e dois, nos termos do art. 53, do Estatuto Social: **2.1. MEMBRO TITULAR: Sr. ROBSON LUIS BARBOSA**, brasileiro, solteiro, economista, Assistente, portador da CI n° 08.066.698-5 IDF/RJ, CPF n° 010.927.927-16, ID Funcional 5000372-0, residente e domiciliado nesta Cidade, na Rua Pinheiro Machado s/n, Laranjeiras, CEP 22231-901 (processo SEI 170002/000994/2020); **e SUPLENTE**: **Sra. NATHALIA COUTO CHAVES LOPES DA CUNHA**, brasileira, economista, Coordenadora de Macroárea de Qualidade de Vida, portadora da CI n° 11.605.644-1 DETRAN/RJ, CPF n° 051.412.997-24, ID Funcional 5015044-8, residente e domiciliada nesta Cidade, na Rua Pinheiro Machado s/n, Laranjeiras, CEP 22231-901, ambos indicados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento - SEPLAG (processo SEI 170002/000994/2020), ambos mandatos a contar desta data e término em trinta de abril de dois mil e vinte e dois; **2.2. MEMBRO TITULAR: DIANA CABRAL SIQUEIRA**, brasileira, solteira, economista, Superintendente da Superintendência de Controle e Acompanhamento da Dívida Pública Estadual, portadora da CI n° 10.805.111-1 DETRAN/RJ, CPF n° 090.060.257-04, ID Funcional 5006934-9, residente e domiciliada nesta Cidade, na Avenida Presidente Vargas n° 670 - Centro, CEP 20071-001, indicada pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ, em substituição e complementação de mandato de DAVID LOPES DE SOUZA, ID Funcional 1931457-4, com mandato a contar desta data e término em trinta de abril de dois mil e vinte e dois (processo SEI 040083/000458/2020), resguardada a prerrogativa do art. 25, § 4°, parte final, do Decreto Estadual n° 46.188, de 6 de dezembro de 2017 c/c o art. 13, VI, do Estatuto Social, para todos os membros; **VII - ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA**: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos e mandou lavrar a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada por mim, que lavrei a presente Ata e pelos demais presentes. A presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro de Atas das Assembleias Gerais nº 01.

LUCIANA DA COSTA MARTINS DE ALMEIDA
Presidente e Representante do Estado do Rio de Janeiro

HELENA DE SOUZA ALVES
Secretária

Id: 2297103

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas

SOCIEDADE DE EMPREGADOS DA IPIRANGA
CNPJ: 33.758.632/0001/78
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do Estatuto vigente ficam convocados os Associados da Sociedade de Empregados da Ipiranga para participarem da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada em sua Sede Social à Rua Francisco Eugênio, 329, parte-térreo, São Cristovão, Rio de Janeiro/RJ às 13:00 horas do dia 19 de março de 2021, em primeira convocação e às 13:30 horas em segunda e última convocação. A referida Assembléia será instaurada para tratar da seguinte pauta: 1) Prestação de contas do exercício findo em 31/12/2019 2) Eleição de novo Presidente para o biênio 2020/2022 3) Eleição de membros da Diretoria para o biênio 2020/2022 4) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o biênio 2020/2022.

Flávio de Souza Andreatta
Presidente

Id: 2301313

UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
DO RIO DE JANEIRO LTDA
CNPJ 42.163.881/0001-01
COMUNICADO

"Faz saber a todos os que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento, que a Unimed-Rio, nos termos do art. 34 da IN nº 001/2017, intima o cooperado Flavio Malcher Martins de Oliveira, para apresentar defesa prévia no PAD 007/2020, pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar desta publicação, sob pena de revelia e confissão".

Id: 2301633

ELETROD ENGENHARIA EIRELI
CNPJ 30.820.802/0001-09
LAUDO

Conforme decreto nº42.649 de 05/10/2010 publicado no D.O do Estado do RJ, apresento laudo técnico para as mercadorias a seguir: NCM 8517.62.49Sistema de Roteador Juniper PTX10002-60C com 60 portas, 4 entradas AC 1600W, 4 cabos de energia, 3 bandejas de ventilação - Item: PTX10002-60C - Número de série: EL967 e ET791; NCM 8517.62.59Transceiver (Transceptor) QSFP28 100GBASE-CWDM4.
Asreferidas mercadorias importadas pela Ilummina Comércio de Materiais Elétricos Eireli, CNPJ 13.648.260/0001.10, enquadram-se no referido decreto oficial como produtos de informática. Declaro estarcienteesujeitoàLeifederal8.137de 27/12/90.

Leandro Delphim
Engenheiro Eletricista
CREA: 2006109270
CPF:03381232703

Id: 2301213

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ Nº 10.338.320/0001-00 - NIRE Nº 33 3 0028827-9
COMPANHIA ABERTA - RG. CVM 02217-9
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 07 DE ABRIL DE 2021

Ficam convocados os senhores acionistas ("Acionistas") da **Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), sob a forma **exclusivamente digital**, nos termos da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada pela Instrução CVM nº 622/20 ("ICVM 481"), no dia **07 de abril de 2021, às 10:00 horas**, por meio da plataforma digital Webex ("Plataforma Digital"), a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020 acompanhadas do parecer dos auditores independentes; 2. Proposta para destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2020 e a distribuição de dividendos; 3. Fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2021. **Informações Gerais:** 1. Os Acionistas poderão participar da Assembleia (i) votando a distância nas matérias objeto da ordem do dia, por meio do envio do boletim de voto a distância ("BVD"); e (ii) via Plataforma Digital, pessoalmente ou, se for o caso, por seus representantes legais ou procuradores, caso em que poderão (a) participar da Assembleia, tendo ou não enviado o BVD, ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio do BVD para aquele

Imprensa Oficial · Governo do Estado Rio de Janeiro · documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sábado, 06 de Março de 2021 às 00:19:07 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/059041-6 Data do protocolo: 09/03/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 11/03/2021 SOB O NÚMERO 00004029431 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 94016F2575A578815D87956DC29016361C4CB46307D45A72EDA5AD515B9E195E
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.
JUCERJA

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TIM S.A., NIRE 33.3.0032463-1, PROTOCOLO 00-2021/059041-6, ARQUIVADO EM 11/03/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004029431, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
316.163.018-13	FLAVIO DOS SANTOS DE ALCANTARA

11 de março de 2021.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/059041-6 Data do protocolo: 09/03/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 11/03/2021 SOB O NÚMERO 00004029431 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 94016F2575A578815D87956DC29016361C4CB46307D45A72EDA5AD515B9E195E
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/096405-7

JUCERJA

Último arquivamento:
00004048496 - 14/04/2021

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s):

Hash: 6979697C-FF68-497C-8404-F8036E7D37DA

Orgão	Calculado	Pago
Junta	610,00	610,00
DNRC	0,00	0,00

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Nome

TIM S.A.

Código Ato | Eventos

008

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
999	1	Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR JOSÉ ROBERTO BORGES, NATAN SCHIPER E SAMIR FERREIRA BARBOSA NEHME SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Município	Estado
00004050990	02.421.421/0001-11	Avenida Joao Cabral De Mello Neto 00850	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xx

Deferido em 17/04/2021 e arquivado em 19/04/2021

Nº de Páginas | Capa Nº Páginas

80 | 1/1

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/096405-7 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 00004050990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349D5E38D3A7FC41F28ECDCFCDB7D7D5C8581D93A3C41F0548BFABF8
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/096405-7 13/04/2021 19:08:01

JUCERJA

Último arquivamento:
00004048496 - 14/04/2021

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 103662941

Hash: 6979697C-FF68-497C-8404-FB036E7D37DA

Orgão	Calculado	Pago
Junta	610,00	610,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
008

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
999	1	Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	FLAVIO SANTOS ALCANTARA
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	11981856749
E-mail:	alcantarafs@hotmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	13/04/2021
Data da 1ª entrada:	13/04/2021

Rio de Janeiro
Local

13/04/2021
Data

Últimos Retornos

15/04/2021
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx

00-2021/096405-7

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/096405-7 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 00004050990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349D5E38D3A72C41F28ECDCFCDB7D7D5C8581D93A3C431F0548BFA8F8
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela digital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME 02.421.421/0001-11

NIRE 333.0032463-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: 30 de março de 2021, às 14h30, na TIM S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, Térreo - Auditório, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

PRESENÇA: Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social votante, incluindo detentores de *American Depositary Receipts*, conforme se verifica **(1)** pelas assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas; e **(2)** pelos boletins de voto a distância válidos recebidos nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Participam também da assembleia, presencialmente ou por meio de videoconferência, os Srs. Pietro Labriola, Diretor Presidente; Adrian Calaza, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores; Bruno Mutzenbecher Gentil, *Business Support Officer*; Mario Girasole, *Regulatory and Institutional Affairs Officer*; a Sra. Maria Antonietta Russo, Diretora de *Human Resources & Organization*; os Srs. Nicandro Durante, Presidente do Conselho de Administração e do Comitê de Remuneração; Jaques Horn, Diretor Jurídico; Walmir Urbano Kesseli, Presidente do Conselho Fiscal; Gesner José de Oliveira Filho, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário; e Herculano Aníbal Alves, membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Controle e Riscos. Registra-se, ainda, a participação na assembleia, por meio de videoconferência: do Sr. Fernando de Magalhães, representante dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"); e do Sr. André Alves, representante da Advisia Consultoria de Gestão Empresarial Ltda, para prestar esclarecimentos sobre questões que possam ser suscitadas pelos acionistas.

MESA: Presidente – Sr. Robson Goulart Barreto; Secretário – Sr. Jaques Horn.

Classificado como Pública

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349DD59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1DC8581C0DA3C431F094BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 03/80

PUBLICAÇÕES E CONVOCAÇÃO: **(1)** O relatório da administração, as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e o relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram publicados no dia 25 de fevereiro de 2021, nas páginas 56 a 69 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nas páginas B47 a B55 do Valor Econômico; e **(2)** O Edital de Convocação foi publicado nos dias 26 de fevereiro, 1 e 2 de março de 2021, nas páginas 105, 4 e 31 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, respectivamente, e nos dias 26 de fevereiro, 1 e 2 de março de 2021, nas páginas A11, B9 e B11 do Valor Econômico, respectivamente.

Em Assembleia Geral Ordinária: **(1)** Deliberar sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; **(2)** Deliberar sobre a proposta da administração de destinação do resultado do exercício de 2020 e de distribuição de dividendos da Companhia; **(3)** Deliberar sobre a composição do Conselho de Administração da Companhia; **(4)** Deliberar sobre o enquadramento dos candidatos aos cargos de membros independentes do Conselho de Administração de acordo com os critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil Bolsa, Balcão ("Regulamento Novo Mercado"); **(5)** Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; **(6)** Deliberar sobre a composição do Conselho Fiscal da Companhia; **(7)** Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e **(8)** Deliberar sobre a proposta de remuneração da administração, dos membros dos Comitês e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, para o exercício de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária: **(1)** Deliberar sobre a proposta de prorrogação do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement*), mediante a celebração do seu 14º aditivo, entre a Telecom Italia S.p.A., de um lado, e a Companhia, de outro lado; **(2)** Deliberar sobre a proposta do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia; e **(3)** Deliberar sobre a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia.

DELIBERAÇÕES: Inicialmente, foi feita a leitura do mapa consolidado de votação dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, o qual foi distribuído aos presentes e ficou também à disposição para consulta, consoante o Parágrafo 4º do Art. 21-W da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009. O Presidente da Mesa em seguida propôs: **(1)** a dispensa da leitura dos demais documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Ordinária e

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1D1C8581C9DA3C431F094BEFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 04/80

Extraordinária, nos termos do Art. 134 da Lei nº 6.404/76, uma vez que o seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas; **(2)** a lavratura da ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do Art. 130, Parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76, respectivamente; **(3)** que as declarações de voto, abstenções, protestos e dissidências, porventura apresentadas, fossem recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa, ficando arquivadas na sede da Companhia, nos termos do Art. 130, Parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76; e **(4)** que a ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária fosse lavrada em instrumento único, nos termos do Art. 131, Parágrafo Único, da Lei nº 6.404/76. Sem qualquer oposição, os acionistas presentes concordaram com as propostas de encaminhamento do Presidente. Em seguida, após a análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram por:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(1) Aprovar, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, que foram devidamente auditadas pelos auditores independentes da Companhia, EY, e acompanhadas de seu respectivo relatório, bem como do parecer do Conselho Fiscal e do relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia.

(2) Aprovar, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a proposta da administração de destinação do resultado do exercício de 2020, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, a qual contempla que o lucro líquido do exercício de 2020, no montante de **R$1.843.689.908,96 (um bilhão, oitocentos e quarenta e três milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, novecentos e oito Reais e noventa e seis centavos),** seja destinado da seguinte forma:

(2.1) Para a Reserva de Lucro, será destinada a importância de **R$169.539.485,52 (cento e sessenta e nove milhões, quinhentos e trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco Reais e cinquenta e dois centavos),** referente ao valor de benefício fiscal de redução de imposto de renda incorrido pela Companhia no exercício de 2020;

(2.2) Para a constituição da Reserva Legal, em conformidade com o Art. 193 da Lei nº 6.404/76, será destinada a importância de **R$83.707.521,17 (oitenta e três milhões, setecentos e sete mil,**

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 00004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1D1C8581C0DA3C431F094BBFAB7B
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 05/80

quinhentos e vinte e um Reais e dezessete centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício de 2020;

(2.3) Como juros sobre capital próprio (bruto), o montante de **R$1.083.000.000,00 (um bilhão e oitenta e três milhões Reais)**, cujos pagamentos foram aprovados ao longo do exercício de 2020 e pago nas datas de 10 de novembro de 2020 e 22 de janeiro de 2021, sendo que: **(i)** o valor de **R$397.610.725,57 (trezentos e noventa e sete milhões, seiscentos e dez mil, setecentos e vinte e cinco Reais e cinquenta e sete centavos)** é imputado ao dividendo mínimo obrigatório; e **(ii)** o valor remanescente de **R$685.389.274,43 (seiscentos e oitenta e cinco milhões, trezentos e oitenta e nove mil, duzentos e setenta e quatro Reais e quarenta e três centavos)**, que foi distribuído a título de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia; e

(2.4) Para a Reserva Estatuária para Expansão, nos termos do Estatuto Social, será destinado o saldo remanescente do lucro líquido no montante de **R$507.442.902,27 (quinhentos e sete milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, novecentos e dois Reais e vinte e sete centavos)**.

(3) Aprovar, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a composição do Conselho de Administração da Companhia com 10 (dez) membros efetivos.

(4) Aprovar, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, o enquadramento como membro independente do Conselho de Administração, para fins do disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3"), dos seguintes candidatos apresentados pela administração da Companhia: **(i) Gesner José de Oliveira Filho; (ii) Herculano Aníbal Alves; (iii) Nicandro Durante; e (iv) Flavia Maria Bittencourt.**

Fica consignado que, na forma do Art. 17, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia, na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 25 de fevereiro de 2021, analisou os requisitos arrolados no Art. 16, Parágrafos 1º e 2º, do Regulamento do Novo Mercado, bem como a declaração de independência apresentada por cada candidato, conforme destacado na proposta da administração apresentada para esta Assembleia, tendo manifestado o

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349D259BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1D1C8581C9DA3C431F094BEFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 06/80

entendimento de que os referidos candidatos a conselheiros qualificados como independentes atendem aos critérios de independência previstos nos referidos dispositivos.

(5) O Presidente informou aos presentes que nenhum acionista solicitou a adoção do sistema de voto múltiplo. Em seguida, indagou aos acionistas minoritários presentes sobre seu interesse em requerer votação em separado de membro do Conselho de Administração de que trata o artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76 e, diante da resposta negativa dos acionistas presentes, foi colocada em votação a chapa de candidatos composta por 10 (dez) membros efetivos, conforme proposta da TIM Brasil Serviços e Participações S.A., tendo sido aprovada por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo. Assim, para compor o Conselho de Administração, foram eleitos:

(i) **Agostino Nuzzolo**, italiano, casado, bacharel em Ciências Econômicas e Segurança Financeira, Economia e Direito, portador do passaporte italiano nº YA3957635, válido até 4 de outubro de 2022, domiciliado em Corso d'Italia 41, 00198, Cidade de Roma, Itália;

(ii) **Carlo Nardello**, italiano, casado, bacharel em Economia, portador do passaporte italiano nº YB2353402, válido até 3 de janeiro de 2028, domiciliado em Corso d'Italia 41, 00198, Cidade de Roma, Itália;

(iii) **Elisabetta Paola Romano**, italiana, casada, bacharel em Ciência da Computação, portadora do passaporte italiano nº YA5549980, válido até 16 de setembro de 2024, domiciliada em Corso d'Italia 41, 00198, Cidade de Roma, Itália;

(iv) **Flavia Maria Bittencourt,** brasileira, casada, bacharel em engenharia química, portadora da CNH nº 04595103683, expedida pelo DETRAN/RJ em 28 de março de 2018, inscrita no CPF/ME sob o nº 011.971.887-11, domiciliada na Rua Marechal Deodoro, nº 1401, casa 10, Santo Amaro, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04738-001;

(v) **Gesner José de Oliveira Filho**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 6.968.227, expedido pela SSP/SP em 14 de julho de 1986, inscrito no CPF/ME sob o nº 013.784.028-47, domiciliado na Rua Tucumã, nº 621, Apto 121, Jardim Europa, na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil, CEP 01455-010;

Classificado como Pública

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349D259BC3A7FC41F28FCBCFCB7D1D1C8581C9DA3C431F094BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 07/80

(vi) **Herculano Anibal Alves**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 5.306.068, expedido pela SSP/SP em 6 de maio de 1981, inscrito no CPF/ME sob o nº 463.463.178-49, domiciliado na Rua Traipu, nº 214, Apto 122, Bairro Perdizes, Cidade e Estado de São Paulo, Brasil, CEP 01235-000;

(vii) **Michele Valensise**, italiano, casado, bacharel em Direito, portador do passaporte italiano nº DA0023813, válido até 10 de janeiro de 2027, domiciliado em Corso d'Italia 41, 00198, Cidade de Roma, Itália;

(viii) **Nicandro Durante**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 3.414.387, expedido pela SSP/SC em 31 de julho de 1992, inscrito no CPF/ME sob o nº 807.277.948-68, domiciliado na Rua Almirante Guilhem, nº 85, Apto 701, Leblon, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil, CEP 22440-000;

(ix) **Pietro Labriola**, italiano, casado, bacharel em Administração de Empresas, portador do documento de identidade RNM nº G188964-B, expedido pela CGPI/DIREX/PF em 3 de dezembro de 2019, inscrito no CPF/ME sob o nº 074.053.501-35, domiciliado na Rua Prudente de Morais, nº 1375, Cob. 1405, Ipanema, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; e

(x) **Sabrina Di Bartolomeo,** italiana, casada, bacharel em economia, portadora do passaporte italiano nº YB0556281, válido até 9 de janeiro de 2027, domiciliada em Corso d'Italia 41, 00198, Cidade de Roma, Itália.

A acionista TIM Brasil Serviços e Participações S.A. declarou que obteve dos Conselheiros ora eleitos a confirmação de que possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 367 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. **Os Conselheiros acima referidos terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023** e serão investidos nos cargos mediante o cumprimento das condições aplicáveis e assinatura dos respectivos termos de posse e demais documentos pertinentes, na forma e/ou no prazo estabelecido na Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 367, no Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Classificada como Pública

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD8707D3C8581C9DA3C431F094BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 08/80

(6) **Aprovar,** por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a composição do Conselho Fiscal da Companhia com 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes.

(7) O Presidente indagou aos acionistas minoritários presentes sobre seu interesse em requerer votação em separado de membro do Conselho Fiscal, nos termos do Art. 161, Parágrafo 4º, alínea 'a', da Lei nº 6.404/76, e, diante da resposta negativa dos acionistas presentes, foi colocada em votação a chapa de candidatos composta por 3 (três) membros titulares, e respectivos suplentes, conforme proposta da acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A., tendo sido aprovada, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo; assim, para compor o Conselho Fiscal, foram eleitos:

(i) como **membro efetivo,** o Sr. **Walmir Kesseli**, brasileiro, casado, bacharel em economia, portador do documento de identidade nº 1.440.573-9, expedido pela SSP-PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 357.679.019-53, domiciliado na Rua Emílio Cornelsen, nº 344, Apto 602, Ahú, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, tendo como **suplente** o Sr. **Heinz Egon Lowen**, brasileiro, casado, bacharel em contabilidade, portador do documento de identidade nº 691.784-4, expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 017.339.239-34, domiciliado na Rua Baruch Spinoza, nº 274, na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná;

(ii) como **membro efetivo,** o Sr. **Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro**, brasileiro, casado, bacharel em economia e contabilidade, inscrito no Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro sob o nº 8025, inscrito no CPF/ME sob o nº 272.271.707-72, domiciliado na Rua Professor Paula Buarque, nº 1.053, Parque São Vicente, Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, tendo como **suplente** a Sra. **Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães**, brasileira, casada, bacharel em engenharia, portadora do documento de identidade nº 7101355, expedido pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 050.287.838-02, domiciliada na Rua Comandante Julio de Moura, n° 439, Cobertura, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro; e

(iii) como **membro efetivo,** o Sr. **Josino de Almeida Fonseca**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do documento de identidade nº 5.492.136-3, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1DC8581C9DA3C431F094BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 09/80

o nº 005.832.607-30, domiciliado na Rua Barão de Capanema, nº 98, apto 72, Cerqueira Cesar, CEP 01411-010, Cidade e Estado de São Paulo, Brasil, tendo como suplente o Sr. **João Verner Juenemann**, brasileiro, casado, contador e administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 3.010.401.283, expedido pela SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 000.952.490-87, domiciliado na Rua Passo da Pátria, nº 624, Bairro Bela Vista, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A acionista TIM Brasil Serviços e Participações S.A. declarou que obteve a confirmação de que os candidatos que indicou para o Conselho Fiscal, ora eleitos, possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho Fiscal.

Fica consignado que todos os Conselheiros ora eleitos terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2022. Os Conselheiros serão investidos nos cargos mediante cumprimento das condições aplicáveis e assinatura dos respectivos termos de posse e demais documentos pertinentes, na forma e/ou no prazo estabelecido na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado da B3.

(8) Aprovar, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a proposta de remuneração dos administradores referente ao exercício de 2021, nos seguintes termos:

(i) Remuneração do Conselho de Administração: remuneração global anual no montante de **R$4.860.000,00 (quatro milhões, oitocentos e sessenta mil Reais)**, a ser atribuída aos conselheiros individualmente em conformidade com os critérios que vierem a ser deliberados pelo Conselho de Administração. Sobre a remuneração global anual incidirá encargos decorrentes de contribuições para seguridade social (INSS) no valor de **R$972.000,00 (novecentos e setenta e dois mil Reais)**;

(ii) Remuneração dos Comitês: remuneração global anual no montante de **R$3.024.000,00 (três milhões e vinte e quatro mil Reais)**, a ser atribuída aos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, em conformidade com os critérios que vierem a ser deliberados pelo Conselho de Administração. Sobre a remuneração global anual incidirá encargos decorrentes de contribuições para seguridade social (INSS) no valor de **R$504.800,00 (seiscentos e quatro mil e oitocentos Reais)**;

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1D1C8581C9DA3C431F094BEFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 10/80

(iii) Remuneração do Conselho Fiscal: remuneração global anual no montante de **R$616.000,00 (seiscentos e dezesseis mil Reais)**. Sobre a remuneração global anual incidirá encargos decorrentes de contribuições para seguridade social (INSS) no valor de **R$123.200,00 (cento e vinte três mil e duzentos Reais)**; e

(iv) Remuneração da Diretoria: remuneração global anual no montante de **R$43.635.000,00 (quarenta e três milhões, seiscentos e trinta e cinco mil Reais)**, além da incidência de encargos decorrentes de contribuições para seguridade social (INSS) no valor de **R$6.493.000,00 (seis milhões, quatrocentos e noventa e três mil Reais)**, sendo que, desse total, o valor a ser pago se divide em: 27% (vinte e sete por cento) correspondente à remuneração fixa anual, 32% (trinta e dois por cento) corresponde à remuneração variável, 28% (vinte e oito por cento) correspondente à remuneração baseada em ações e 13% (treze por cento) correspondente às contribuições para seguridade social (INSS).

Em Assembleia Geral Extraordinária:

(1) Aprovar, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, ficando expressamente consignada a abstenção de voto pela acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A., a prorrogação por um período de 12 (doze) meses do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement*) ("Contrato") entre a Telecom Italia S.p.A., de um lado, e a Companhia, de outro lado, até 30 de abril de 2022, com valor em Reais equivalente a até **€8.087.607,00 (oito milhões, oitenta e sete mil, seiscentos e sete Euros)**, nos termos da proposta apreciada pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração em suas respectivas reuniões realizadas nos dias 9 de fevereiro de 2021 e 25 de fevereiro de 2021, tudo conforme documentação disponibilizada previamente nos sites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários e da *Securities and Exchange Commission* sobre o histórico do Contrato, ficando a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários para a celebração da prorrogação do Contrato.

(2) Aprovar, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, nos termos da proposta apreciada pelo Comitê de

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349DD59BC3A7FC41F28FCBCFCD8701D1C8581C0DA3C431F094BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 11/80

Remuneração e pelo Conselho de Administração, nas reuniões realizadas no dia 25 de fevereiro de 2021 e descrita no item 14 da Proposta da Administração.

(3) Aprovar, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a proposta da administração de alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhada no item 16 da Proposta da Administração, que tem por objetivo excluir integralmente o atual Art. 57, em razão da concessão do registro da Companhia no segmento do Novo Mercado da B3, e ajustar o valor do capital social e número de ações de emissão da Companhia, de modo a refletir a variação no número de ações resultante da consumação do processo de incorporação da TIM Participações S.A. pela Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de setembro de 2020, ajuste este a ser indicado no Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, cuja redação passa a vigorar conforme a seguir:

"ARTIGO 5º - O capital social, subscrito e integralizado, é de R$13.477.890.507,55 (treze bilhões, quatrocentos e setenta e sete milhões, oitocentos e noventa mil, quinhentos e sete reais e cinquenta e cinco centavos), dividido em 2.420.804.398 (duas bilhões, quatrocentas e vinte milhões, oitocentas e quatro mil, trezentas e noventa e oito) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal."

Consequentemente, o Estatuto Social da Companhia passará a vigorar nos termos e na forma da versão consolidada constante do **Anexo I** da presente ata.

ESCLARECIMENTOS: A Mesa recebeu e registrou os votos e as abstenções manifestados pelos acionistas presentes nesta Assembleia, já devidamente computados nas deliberações acima, conforme mapa consolidado de votação em anexo. Finalmente, fica registrado que a Companhia adotou os cuidados e protocolos recomendados pela Organização Mundial de Saúde em relação à prevenção da Covid-19 para a realização desta Assembleia.

MAPA DE VOTAÇÃO: Em atendimento ao Art. 30, Parágrafo 4º, da Instrução CVM nº 480, o mapa consolidado de votação em anexo, que é parte integrante desta ata, indica as aprovações, rejeições e abstenções sobre os itens da Ordem do Dia, bem como os respectivos percentuais.

Classificada como Pública

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1D1C8581C9DA3C431F094BEFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 12/80

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, sendo em seguida assinada pelo Presidente, pelo Secretário da Mesa e pelos demais acionistas que se dispuseram a fazê-lo.

Certifico que a presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro (RJ), 30 de março de 2021.

JAQUES HORN
Secretário da Mesa

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349DD59BC3A7FC41F28FCBCFCD870ID1C8581C0DA3C431F094BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 13/80

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS LISTED NM — TIMB LISTED NYSE — ISE B3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2020

Perfil da Companhia

1. Mensagem da Administração

Eficiência e Geração de Caixa

2. Panorama Econômico e Industrial

3. Serviços TIM

3.1. Negócios

3.2. Estratégia

4. Recursos Humanos

4.1. Pessoas

4.2. Desenvolvimento e Treinamento

4.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 24 de Fevereiro de 2021 às 23:45:51 -0300.
A assinatura não possui validade quando impresso.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM · TIMB LISTED NYSE · ISE B3

4.1.1. Opções de Ações Ciclo 2011-2013

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2011 - 2013	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0
1ª Concessão	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0
2ª Concessão	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0
3ª Concessão	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0

4.1.2. Opções de Ações Ciclo 2014-2016

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2014 - 2016	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
1ª Concessão	[illegible]	[illegible]	[illegible]	0
2ª Concessão	[illegible]	[illegible]	[illegible]	21.771
3ª Concessão	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

4.1.3. Ações Ciclo 2018-2020

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Expiradas	Ações Não Transferidas
Plano 2018 - 2020	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
1ª Concessão	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2ª Concessão	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
3ª Concessão	[illegible]	0	0	[illegible]

5. Rede

[illegible]

5.1. Cobertura Nacional

[illegible]

DESCRIÇÃO	2020	2019	% A/A
Cidades 4G	[illegible]	[illegible]	[illegible]
das quais 700 MHz habilitadas	[illegible]	[illegible]	[illegible]
das quais VoLTE habilitadas	[illegible]	[illegible]	[illegible]
População Urbana Coberta (4G)	[illegible]	[illegible]	[illegible]
das quais 700 MHz habilitadas	[illegible]	[illegible]	[illegible]
das quais VoLTE habilitadas	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Cidades 3G	[illegible]	[illegible]	[illegible]
População Urbana Coberta (3G)	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

Média de Espectro Ponderada por População					
700 MHz	850 MHz	900 MHz	1.800 MHz	2.100 MHz	2.600 MHz
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

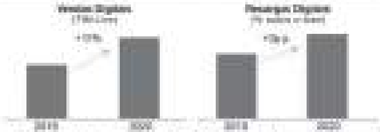
5.2. Qualidade e Experiência do Usuário

[illegible]

Vendas Digitais (Pré-pago Puro) · Vendas Digitais (Controle)

[illegible]

Vendas Digitais (TIM Live) · Recargas Digitais



[illegible]

MEU TIM · Atendimento Humano

[illegible]

Faturamento (# de faturas entregues) · # Pagamento (# de pessoas com pagamentos digitais)

[illegible]

6. Desempenho Operacional

6.1. Panorama do Mercado Brasileiro

[illegible]

Adições Líquidas do Mercado · Adições Líquidas Pós-pago · Adições Líquidas Pré-pago

Fonte: Anatel

6.2. Desempenho da TIM

[illegible]

6.3. Segmento Fixo

[illegible]

7. Desempenho Financeiro

[illegible]

7.1. Receita Operacional

DESCRIÇÃO	2020	2019	% A/A
R$ milhões			
Receita Líquida	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Receita de Serviços	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Serviço Móvel	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Gerada pelo Cliente	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Interconexão	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outras Receitas	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Serviço Fixo	[illegible]	[illegible]	[illegible]
dos quais: TIM Live	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Receita de Produtos	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

7.2. Custos e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2020	2019	% A/A
R$ milhões			
Custos Reportados de Operação	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Custos Normalizados* de Operação	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Pessoal	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Comercialização	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Rede e Interconexão	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Gerais e Administrativas	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Provisão para Devedores Duvidosos	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Outras receitas (despesas) operacionais	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Custos Normalizados* de Operação Ex-CMV	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

7.3. Do EBITDA ao Lucro Líquido

DESCRIÇÃO	2020	2019	% A/A
R$ milhões			
EBITDA Normalizado*	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Margem EBITDA Normalizada*	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Depreciação & Amortização	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Depreciação	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Amortização	[illegible]	[illegible]	[illegible]
EBIT Normalizado*	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Margem EBIT Normalizada*	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Resultado Financeiro Líquido Normalizado*	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Despesas Financeiras	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Receitas Financeiras	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Variações cambiais, líquidas	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Lucro antes dos impostos Normalizado*	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Lucro Líquido Normalizado*	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Total de Itens Normalizados	[illegible]	[illegible]	[illegible]
EBITDA Reportado	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Margem EBITDA Reportada	[illegible]	[illegible]	[illegible]
EBIT	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Margem EBIT	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Resultado Financeiro Líquido	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Lucro antes dos impostos	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Imposto de renda e cont. social	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Lucro Líquido	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

Imprensa Oficial · Governo do Estado Rio de Janeiro · documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 24 de Fevereiro de 2021 às 23:40:04 -0300.
A assinatura não possui validade quando impresso.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
[illegible]
Pág. 15/81

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

EBITDA

O EBITDA Normalizado totalizou R$6,4 milhões nos 4Tº20, um crescimento de 3,3% A/A. As principais alavancas que contribuíram para esta performance foram: (a) a retomada do crescimento da Receita de Serviço Móvel após o período mais crítico da pandemia; (b) a manutenção de custos crescendo da Receita de Serviços Fixos, refletindo a expansão da TIM Live; (c) aproximadamente R$ 40 milhões adicionais em custos de curto/médio prazo e (iv) forte redução dos custos variáveis em função da menor atividade comercial impactada pelas restrições impostas pela pandemia a partir das últimas semanas de março e que perdurou-se durante todo mais intenso ao longo do trimestre seguinte).

A Margem EBITDA Normalizada encerrou 2020 em 48,5%, 1,9 p.p. se ambientou na comparação A/A, interrompendo a trajetória de crescimento dos últimos 7 anos.

Depreciação e Amortização (D&A) (-R$)

D&A apresentou crescimento de 7,5% A/A em 2020, explicado principalmente pelo aumento na Depreciação de Equipamentos de Transmissão (4G) e dos Direitos de Uso, referentes a uma maior base de ativos locados para prestadoras provedoras de contratos de leasing. **O D&A Normalizado** caiu **4,7% A/A no ano**, enquanto o montante D&A normalizado 4Tº20 subiu em 16,0% , expandindo 0,7 p.p. contra 2019.

Resultado Financeiro Líquido

Em 2020, o Resultado Financeiro foi negativo em R$927 milhões, abaixo dos -R$1.096 milhões do 2019, em função de uma maior receita de atualização monetária sobre os créditos de PIS e COFINS (em função do maior saldo de créditos ao longo de 2020 versus 2019), um maior volume de PIS e COFINS sobre distribuição de juros sobre Capital Próprio (em decorrência do incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.) e um menor resultado das perdas com instrumentos e outras despesas, com capitalização de memória resultado com juros sobre aplicações financeiras. Ao efetuar esta linhas apresentaram valores reflexões sob uma comparação A/A em causa de uma Selic mais baixa. Além disso, houve uma maior receita financeira, decorrente da contabilização com avaliação a mercado do fluxo de subvenção que até então vinha permanecia apresentando a 4,4% no capital social de Banco 0,8.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social Normalizado foi negativo em R$108 milhões em 2020 comparado com R$ 17 milhões positivos em 2019. **No acumulado do ano, a alíquota efetiva ajustada registrou o valor de -6,2%.**

Lucro Líquido

O Lucro Líquido Normalizado pelos efeitos descritos anteriormente totalizou R$1,8 bilhões, em queda de 1,4% a/a, arrastando o ano por impactos semestrais (-R$ 1bi de PIS/ 77 composto com R$0,6bi no ano anterior).

O Lucro Líquido Reportado totalizou R$1,8 bilhões, uma queda de 2,3% a/a ante (-R$ 0,9B/ 76 versus R$1,1B em 2019). Este queda é explicada pelos efeitos tributários mencionados em 2019 e mencionados acima não recorrentes, conforme comentado anteriormente.

Fluxo de Caixa, Dívida e CAPEX

DESCRIÇÃO	2020	2019	% A/A
Atividades			
EBITDA Normalizado	6.372	6.114	2,2%
Capex	(3.395)	(3.853)	-11%
EBITDA - Capex	**4.485**	**4.261**	**5,2%**
Capital de Giro	1166	(2.001)	n.a.
Itens operacionais não recorrentes	(1.0)	(1.5)	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional	**3.610**	**2.260**	**-60,1%**

NOTA: Fluxo de Caixa Operacional conforme descrito no item acima do Capex (-R$3,9 milhões no 4Tº20, -R$3,1 milhões em 2019) -R$1,4bi emitidos no 4Tº19 e -R$1,5milhões no 3Tº19.

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL) foi positivo em R$3,6B milhões, uma crescimento de R$1,3Bi milhões comparado a 2019. Este resultado reflete também o pagamento uma Dedução do Capital de Giro positivo em R$ 166 milhões em 2020, como mostra acima. Ano 561 milhões em 2019), majoritariamente pelo efeito líquido de PIS e COFINS mencionados no 2º 10 e no 3Tº19. Desconsiderando estes efeitos não caixa, a Variação do Capital de Giro teve no 2020 gerado R$1,1bi, utilizado a valor do fluxo no ano 2019.

É válido ressaltar que, no 1T20, houve a participação de seis pagamentos (cerca de R$740 milhões) – que posteriormente teve no mês de março – associados à 3ª operação no FIDC e o pagamento parcial das licenças, cerca de R$ 600 milhões, ainda mais as Condenações (2Tº20 especialmente negativo neste a Variação do Capital de Giro no Fluxo de Caixa Operacional, também no Fluxo de Caixa Livre (FCOL) que se impactaram em cada trimestre com pagamento.

Portanto, as principais razões para esse maior para o melhora da variação de Capital de Giro (desconsiderando os efeitos não-caixa descritos aos cálculos de PIS e COFINS) são associados à dedução de (i) bolsa), além da não pagamento de 4ª série (TIM), um valor também parcela menor negativo de pagamento de 3ª série e Receitas em função de uma melhoria significativa no ciclo de arrecadação ao longo de 2020, além de menores desembolsos com provisões operacionais.

CAPEX

Em 2020, os investimentos somaram em 1,2% A/A, totalizando R$3,881 milhões e continuam em sendo destinados à infraestrutura (92%), principalmente o projetos de 5, tecnologia 4G através do TIMBrasil, além de manutenção e expansão da FTTH (que também apresentaram em cada trimestre).

Juros e Caixa

A Dívida Bruta de 4T20 ficou em R$16,0T milhões, um crescimento de R$546 milhões A/A. O saldo atual inclui (i) o reconhecimento de leasing no valor total de R$8,017 milhões e relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e contratos de arrendamento com prazos superiores a 12 meses, conforme estabelecido pelo IFRS 16), (ii) dívida bancária no montante de R$2,3bi milhões e (iii) a emissão de debentures no mercado de R$3,0bi milhões (incluindo a oferta pública).

Ao fim de dezembro, o montante de financamentos (pré-hedge) totalizou R$2,081 milhões, sendo compostos por bancários com bancos privados (mercado) e o saldo remete principais portadas pelo Investe total. **O custo médio da dívida encerrou no (swap-to) de 3,7% a.a. em 2020**, uma redução quando comparado ao custo de 6,9% a.a. em 2019.

Dívidas: a Companhia finalizou a redução do 1º trimestre a redução de R$1.000 milhões para reforço de liquidez em uma posição conservador, mantendo um colchão de R$ 10B milhões (incluindo o caixa) na economia. Desde março, R$3,4 milhões foram captados junto ao The Bank of Nova Scotia no mesmo mês. Ao longo de 2T20 a TIM avalia as melhores condições para aplicação do saldo remanescente, contratado, em Libor, R$626 milhões junto ao BNP Paribas. Em julho, a TIM também amortizou integralmente as Debentures (~1.000 milhões) originalmente vincendas no ano de 2021.

Movimentos na Dívida

Ao final do ano, os passivos de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R$4,4Bi milhões, mantendo crescimento de R$1.150 milhões A/A.

O resultado de financeiro realizou foi de 2,8% a.a., em 2020, apresentando uma queda frente aos 3,9% a.a. do 4Tº19, acompanhando a redução observada da Selic Refinanciamento (CDI) e Dívida Líquida totalizou R$5,911 milhões, versus os R$1.361 milhões comparado ao mesmo período do ano anterior, quando a dívida líquida ficou em R$6.572 milhões. Este quadro de resultado pode ser melhor visto no volume de Caixa e Aplicações Financeiras em comparação com a elevação do saldo de dívida e leasings no período. A dívida líquida excluindo os efeitos dos arrendamentos financeiros (Dívida Líquida ex. leasing) R$2.707 milhões, ou seja, "nova liquidez" com uma melhora de R$1.828 milhões versus o ano passado.

A relação Dívida Líquida/EBITDA ficou em 0,47x em 2020. Desconsiderando os efeitos tratamentos, a relação dívida Líquida/EBITDA ex-IFRS 16 ficou em 0,05x ante 0,65x em 2019, uma redução extraordinária de -0,71x de 2019.

A Environmental, Social & Governance

ESG: Compromisso da TIM com uma transformação positiva para todos os stakeholders

A TIM é pioneira nos temas ESG (Environmental, Social & Governance) no setor de Telecomunicações no Brasil. Há mais anos a TIM faz parte de Carteira do Índice de Sustentabilidade do B3 (ISE-B3), sendo a empresa de setor que há mais tempo está listada no índice. Desde 2011, a TIM voluntariamente faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança corporativa da Bolsa de Valores Brasileira, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nominada em carteira do Pró-Gênero da Comissão de Valor (CVM).

Como signatária do Pacto Global da ONU desde 2008 e integrante do 3º de Diretor, nomeado ao Pacto Global desde 2015, a TIM monitora progressos conectados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reconhece as diretrizes principais de nature, e mesmo segura, ao acessar a informação e liberdade de expressão como essenciais e inegociáveis.

A TIM lançando do Carbon Disclosure Project ("CDP") - maior base de dados do mundo sobre Temas de Efeito Estufa desenvolvido da Mudanças Climáticas - desde 2014, e registra suas emissões no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol.

Há 11 anos a TIM publica para seus stakeholders o Relatório de Sustentabilidade com os principais temas de forma financeira e não financeiros, de acordo com a metodologia Standards, da Global Reporting Initiative ("GRI"). O Relatório é assegurado de uma por terceira parte independente.

Nomes: Políticas de Responsabilidade Social, Direitos Humanos, Diversidade, Meio Ambiente, Gestão da Mudança do Clima, Gestão de Riscos Corporativos, relacionados, Relacionamento com Fornecedores, Segurança e Saúde do Trabalho, entre outros, estão publicamente disponíveis para a toda a comunidade de nossos stakeholders.

Por sua estável atuação em ESG, a TIM obteve bons e ratings, nacionais e internacionais, como Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-B3), Índice de Carbono Efficiente (ICO2-B3), Índice Brasil 100 (IBrX100), Índice 200 Brasil de Resiliência Climática (ICPR-B3), FTSE4Good Emerging Market, FTSE4GOOD Latin America, IMEI Emerging Markets 2020 Leaders, entre outros, além de ser certificada pela norma ISO 14001 desde 2015.

Temas Materiais

Devido à pandemia do Covid-19, a TIM realizou um novo processo de consulta a stakeholders, com o objetivo de revisar sua materialidade, uma vez que estava muito por especialistas.

Após novas entrevistas e estudos, quatro novos materiais foram complementados a um novo setor surgiu: "Promoção da Diversidade e Igualdade de Oportunidades" (também pode classificado como gênero e raça).

Foco de Ambições em ESG

Pelo o Grupo TIM, a contribuição dos negócios está cada vez mais relacionada a uma gestão responsável de aspectos que vão além dos financeiros e que também gera um valor positivo e duradouro para a sociedade. Por isso, em setembro o uma nova o TIG foco, ao longo de 2020, a TIM passou a contemplar estes aspectos em sua estratégia de longo prazo no Plano Estratégico 2020-2022.

As ambições estão conectadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, e a matriz de materialidade da Companhia.

Os resultados do Plano de ESG serão divulgados em breve.

Energia

A Gestão de Energia é um tema material para a TIM e atua de uma variável relativa. Em 2020, a TIM apresentou 80% de seus meios energéticos oriundos de fontes renováveis. Até 2021, a expectativa é chegar a 90%, de acordo, tecnicamente, como a ação de 100% de energia de fontes renováveis. Mais de 700 de possuir de fonte ou acredita e de Energia Portal e já foram beneficiadas pelo projeto de eficiência e energia de instituições, sendo, inclusive, contratados internacionalmente (Pereira Barreto/SP – 892,2013).

Ao longo de 2020, os projetos de Gestão de TIM foram adaptados para que pudessem seguir acontecendo, apesar do cenário desafiador da pandemia. Em 2020/19 A, Ao Bureau Instituto Tim (IBNT, certificado de educação em prol de comprometidos Desenvolvimento Sustentável pelo Instituto TIM que oferecem serviço e apoio financeiro para estudantes universitários que queiram ser estudam por meio Faculdade de Comércio (FCC) em programas de nível tecnológico. Em nov 8º edição, o IBNT, com apoio fundamental de novo critério de avaliação, a contribuição do projeto para os desafios de Brasil em uma necessidade para pandemia da COVID-19. Outras diferenças foram as transformações dos ambientes, processos em encontros remotos e um novo calendário, com as devidas devidas (realizadas de agosto até maio de 2021, quando acontecerá a Feira de Inovadores – data que marcou/celebra o início de Ciclos 2021 de programas. Desde de sua criação, em 2012, cerca de 180 projetos de mais de 470 universitários foram apoiados pelo IBNT e 150 startups foram criadas, segundo dados. Inclusive, mesmo em um ano repleto de incertezas, como o Mundo, muitos participantes de primeira edição de programa, que teve em 2020, 91% de seus capital social foram comerciais pela IBNT, muitos classificaram fabricantes de equipamentos elétricos.

A inovação também tem sido uma área que temos em abordar de temática TIM. Por isso, decidimos com o Gustavo Silo - programa desenvolvedor científico e pioneiro em Inteligência Artificial e Finanças – não só representou investimento para a Criação Especial Internacional 2050 com apoio da NASA. A iniciativa contou o Brasil com o primeiro polo (sob da Unidade do Rio) e participou do "Student Opportunity Experience Program. O experimento simulou a de edição enfrentado da Humanidade fatos por astronautas, como o objetivo de descobrir se uma pessoa estudantes inscritos podiam consumir aspectos do produto ou espaço acomodação. O projeto foi enviado a Estação Espacial em dezembro e o custo da Agência.

A Gestão de Pessoas da TIM – projeto de Unidade de Inovação, Dados e Atuais com o seu definitivos por meio de modelo – teremos ao longo de 2020 com a Unidade Virtual, batizada de "Balena no seu Casa". A Unidade possibilitou o contratação de pessoas com o uso de videoaulas e vídeos semanalmente. Para inscrição e divulgação das atividades do ano e também com a participação de familiares, amigos e alunos, convidam de apoio de vulnerabilidade social – os integrantes e a equipe técnica recebendo dicas de alimento.

Neste fez, projeto de cunho gratuito como o único TIM, teleco e mercado de 120 mil inscritos na plataforma e registros somados de 280% no número de acessos no primeiro quadrimestre de 2020, na comparação com o mesmo período de 2019. A plataforma gestão e com validadade ocupam de conteúdos primários por especialistas e alunos na Unidade e pandemia. O TIM Tec também possui, a fazer para os cidadãos aprendizado. Ferreira, com mulheres com diversas organizações de Juventude com para diversos cursos online gratuitos.

Para mais informações sobre ESG, acesse o Relatório de Sustentabilidade ou Demonstrações Financeiras e site de investidores, de acordo com a metodologia Standards, da Global Reporting Initiative ("GRI"). O Relatório é assegurado de uma por terceira parte independente.

Nomes: Políticas de Responsabilidade Social, Direitos Humanos, Diversidade, Meio Ambiente, Gestão da Mudança do Clima, Gestão de Riscos Corporativos, relacionados, Relacionamento com Fornecedores, Segurança e Saúde do Trabalho, entre outros, estão publicamente disponíveis para a toda a comunidade de nossos stakeholders.

Por sua estável atuação em ESG, a TIM obteve bons e ratings, nacionais e internacionais, como Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-B3), Índice de Carbono Efficiente (ICO2-B3), Índice Brasil 100 (IBrX100), Índice 200 Brasil de Resiliência Climática (ICPR-B3), FTSE4Good Emerging Market, FTSE4GOOD Latin America, IMEI Emerging Markets 2020 Leaders, entre outros, além de ser certificada pela norma ISO 14001 desde 2015.

Temas Materiais

Devido à pandemia do Covid-19, a TIM realizou um novo processo de consulta a stakeholders, com o objetivo de revisar sua materialidade, uma vez que estava muito por especialistas.

Após novas entrevistas e estudos, quatro novos materiais foram complementados a um novo setor surgiu: "Promoção da Diversidade e Igualdade de Oportunidades" (também pode classificado como gênero e raça).

Foco de Ambições em ESG

Pelo o Grupo TIM, a contribuição dos negócios está cada vez mais relacionada a uma gestão responsável de aspectos que vão além dos financeiros e que também gera um valor positivo e duradouro para a sociedade. Por isso, em setembro o uma nova o TIG foco, ao longo de 2020, a TIM passou a contemplar estes aspectos em sua estratégia de longo prazo no Plano Estratégico 2020-2022.

As ambições estão conectadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, e a matriz de materialidade da Companhia.

Os resultados do Plano de ESG serão divulgados em breve.

Energia

A Gestão de Energia é um tema material para a TIM e atua de uma variável relativa. Em 2020, a TIM apresentou 80% de seus meios energéticos oriundos de fontes renováveis. Até 2021, a expectativa é chegar a 90%, de acordo, tecnicamente, como a ação de 100% de energia de fontes renováveis. Mais de 700 de possuir de fonte ou acredita e de Energia Portal e já foram beneficiadas pelo projeto de eficiência e energia de instituições, sendo, inclusive, contratados internacionalmente (Pereira Barreto/SP – 892,2013).

Ao longo de 2020, os projetos de Gestão de TIM foram adaptados para que pudessem seguir acontecendo, apesar do cenário desafiador da pandemia. Em 2020/19 A, Ao Bureau Instituto Tim (IBNT, certificado de educação em prol de comprometidos Desenvolvimento Sustentável pelo Instituto TIM que oferecem serviço e apoio financeiro para estudantes universitários que queiram ser estudam por meio Faculdade de Comércio (FCC) em programas de nível tecnológico. Em nov 8º edição, o IBNT, com apoio fundamental de novo critério de avaliação, a contribuição do projeto para os desafios de Brasil em uma necessidade para pandemia da COVID-19. Outras diferenças foram as transformações dos ambientes, processos em encontros remotos e um novo calendário, com as devidas devidas (realizadas de agosto até maio de 2021, quando acontecerá a Feira de Inovadores – data que marcou/celebra o início de Ciclos 2021 de programas. Desde de sua criação, em 2012, cerca de 180 projetos de mais de 470 universitários foram apoiados pelo IBNT e 150 startups foram criadas, segundo dados. Inclusive, mesmo em um ano repleto de incertezas, como o Mundo, muitos participantes de primeira edição de programa, que teve em 2020, 91% de seus capital social foram comerciais pela IBNT, muitos classificaram fabricantes de equipamentos elétricos.

A inovação também tem sido uma área que temos em abordar de temática TIM. Por isso, decidimos com o Gustavo Silo - programa desenvolvedor científico e pioneiro em Inteligência Artificial e Finanças – não só representou investimento para a Criação Especial Internacional 2050 com apoio da NASA. A iniciativa contou o Brasil com o primeiro polo (sob da Unidade do Rio) e participou do "Student Opportunity Experience Program. O experimento simulou a de edição enfrentado da Humanidade fatos por astronautas, como o objetivo de descobrir se uma pessoa estudantes inscritos podiam consumir aspectos do produto ou espaço acomodação. O projeto foi enviado a Estação Espacial em dezembro e o custo da Agência.

A Gestão de Pessoas da TIM – projeto de Unidade de Inovação, Dados e Atuais com o seu definitivos por meio de modelo – teremos ao longo de 2020 com a Unidade Virtual, batizada de "Balena no seu Casa". A Unidade possibilitou o contratação de pessoas com o uso de videoaulas e vídeos semanalmente. Para inscrição e divulgação das atividades do ano e também com a participação de familiares, amigos e alunos, convidam de apoio de vulnerabilidade social – os integrantes e a equipe técnica recebendo dicas de alimento.

Neste fez, projeto de cunho gratuito como o único TIM, teleco e mercado de 120 mil inscritos na plataforma e registros somados de 280% no número de acessos no primeiro quadrimestre de 2020, na comparação com o mesmo período de 2019. A plataforma gestão e com validadade ocupam de conteúdos primários por especialistas e alunos na Unidade e pandemia. O TIM Tec também possui, a fazer para os cidadãos aprendizado. Ferreira, com mulheres com diversas organizações de Juventude com para diversos cursos online gratuitos.

Investimento Social Privado

As iniciativas de investimento social incluem ações, projetos do Instituto TIM e patrocínios. Em 2020 Saúde, investidos cerca de R$12 milhões em recursos sociais (valores financeiros ou não-financeiros).

Investimento Social Privado 2020 (R$ MM)

Doações	**263**
Projetos do Instituto TIM	**4.173**
Doação	2.980
Subsidiárias	-
Incentivo	800
Incluído	230
Outros	463
Incentivos ou Comunidade	**5.898**
Patrocínio esportivo	-
Patrocínio cultural	5.898
Outros	-
Total	12.498

* Investimento Privado exclui incluído ou incentivado (valor consolidado, valor categorizado e reportado somente exclusivamente 90% do investimento em incentivos ou Comunidade).

Para mais informações sobre ESG, acesse o Relatório ou Sustentabilidade da TIM, que traz os principais resultados financeiros, sociais e ambientais, além de temas importantes para a empresa e para a governança da sustentabilidade da Companhia, assim como nossos compromissos com o desenvolvimento sustentável.

A Governança Corporativa

9.1. Única Companhia de Telecom no Novo Mercado

Em 10 de agosto de 2011 a TIM passou ao "Novo Mercado", segmento que concentra as empresas comprometidas com as melhores práticas de governança corporativa.

A migração para o Novo Mercado resultou em benefícios para todos os acionistas. As regras exigidas, derivadas as melhores práticas de governança corporativa do reconhecimento Valadas Limites e Europa, proporcionam uma maior liquidez e valorização das ações ordinárias, um exemplo disso ainda que, também internacional, além de promover o fortalecimento do relação institucional e a ampliação da confiança na Companhia.

Adicionalmente, a TIM se tornou um seleto grupo de companhias que compõem as carteiras do Índice de Governança Corporativa (IGC), do Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG) e do B3 e também do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), comprovando que empresas que se comprometem e e gerenciar os riscos derivados de desempenhos econômicos, ambientais e sociais.

9.2. Governança Corporativa na TIM

A TIM Participações é uma sociedade com ações do capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva e supervisionada por um Conselho Fiscal e por um Comitê de Auditoria Estatutário.

Os diversos e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, do Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário estão determinados na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento do Listagem do Novo Mercado, no Regimento Interno do Conselho de Administração, no Regimento Interno do Conselho Fiscal e no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário.

Na remuneração de membros obtém a responsabilidade para consolidada um que atuam; a Comissão de Remuneração e Administração Geral, por sua vez, estes pela legislação e pelas diretrizes baseados em três principais fundamentais: transparência, formalidade e aceitação.

Na remuneração dos seus negócios executivos, além de ativos e fundamental, pelo fato de a Companhia buscar, ao agir com responsabilidade nos negócios, (i) promover a lealdade aos acionistas e (ii) crescimento de cumprimento/valor, no mercado. Os valores se baseiam em três princípios fundamentais: transparência, formalidade e aceitação.

Na remuneração dos seus negócios executivos, além de ativos e fundamental, pelo fato de a Companhia buscar, ao agir com responsabilidade nos negócios, (i) promover a lealdade aos acionistas e (ii) crescimento de cumprimento/valor, no mercado. Os valores se baseiam em três princípios fundamentais: transparência, formalidade e aceitação.

Na remuneração dos membros obtém a responsabilidade para consolidada um que atuam; a Comissão de Remuneração e Administração Geral, por sua vez, estes pela legislação e pelas diretrizes baseados em três principais fundamentais: transparência, formalidade e aceitação.

9.3. Política de Divulgação

A TIM Participações aderiu em 2002 uma Política de Divulgação/Negociação e Divulgação de Governança Corporativa da NYSE, e que a administração da Companhia adota mantendo constante do tomou de adesão. Como parte dessa política, estão destacados: código de conduta (ver negócio) por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas; além de terem sido impostas restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos.

A Política de Divulgação da Companhia prevê a utilização da Ferramenta Agência Eleitoral, que pode ser acessado pelo link: http://ri.tim.com.br/ptb/default.asp?idioma=ptb&conta=28&tipo=61000, ou ainda, pelo link disponível no site de Relações com Investidores da Companhia.

9.4. Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CDA) é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Em 31 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração era formado por 10 (dez) membros, sendo 4 (quatro) deles independentes. Em 2020, o CDA se reuniu 16 (dezesseis) vezes ou para o ano inteiro.

Como parte das boas práticas para Governança Corporativa, os administradores são eleitos individualmente e permanecem no cargo até a data da Assembleia de Acionistas, seguinte na qual ela Companhia.

O Conselho se reúne ordinariamente ou menos uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, mediante convocação feita por seu Presidente, ou, ou por quaisquer dois membros, ou, ainda, pelo Diretor Presidente ou Comitê. O Presidente do Conselho pode convocar participantes das reuniões dos órgãos auxiliares, gestores dos negócios da Companhia, outros executivos da Companhia, assim como pessoas convidadas com opiniões ou relacionadas às matérias a serem deliberadas. Os conselheiros participam das reuniões do Conselho não possuem direito de voto.

O Conselho de Administração tem 4 (quatro) comitês de assessoramento, todos diretamente vinculados ao CDA: o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) (exercido o Exercício Social de Conselheiros), o Comitê de Remuneração, o Comitê de Controle e Riscos e o Comitê de Sustentabilidade. Sociais e Governança, possuindo regras participação de um ou mais membros nos Comitês, sem duplicidade.

9.5. Diretoria Estatutária

A Diretoria Estatutária (Diretoria) é órgão de representação e administração executiva da Companhia, sendo composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 12 (doze) membros, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de dois anos, admitida a reeleição. Adicionalmente, possuem um membro para cada cargo de Diretor, Jurídico, de Relações com Investidores, de Controle, de Auditoria Interna e de Relações Institucionais. Em 31 de dezembro de 2020, a Diretoria da Companhia era composta por 7 (sete) membros. Em 2020, a Diretoria se reuniu 46 (quarenta e seis) vezes na execução de suas funções.

9.6. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal (CF) é o órgão de fiscalização dos atos da administração dos Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, todos profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantenham qualquer vínculo com a Companhia, salvo com um respectivo assistente, promotores e não eleitos pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2020, o Conselho Fiscal da Companhia era composto por 3 (três) membros. Em 2020, o CF se reuniu 14 (quatorze) vezes no exercício de suas funções.

9.7. Comitê de Auditoria Estatutário (CAE)

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao conselho da Administração, composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos independentes. Atualmente o CAE é composto por 3 (três) membros.

O CAE tem por objetivo supervisionar, opinar e aconselhar dos relatórios financeiros, a atuação e as demonstrações legais, auditores e estruturas, a adequação, a eficácia e a efetividade da gestão de riscos e os atividades dos auditores, bem inferior quatro independentes, bem como supervisionar e avaliar a existência de conflitos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, do mesmo modo, e o cumprimento e os outros mandatos estabelecidos, colegiados, auditores e conflito comum ou controvérsias desde ofertas, ou que de outro tema ou condições partes materiais para a Companhia, de outro lado. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenhou a função de Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, em conformidade com o disposto na Sarbanes-Oxley Act, foi aprovado pela Securities and Exchange Commission – SEC. Em 2020, o CAE se reuniu 23 (vinte) vezes no exercício de suas funções.

Conversamos um CAE analisa as suas Demonstrações Financeiras, acompanhando os trabalhos dos auditor Independentes e do Diretoria Inicial da Administração, realizou as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2020"). Considerando as informações prestadas pela Diretoria Estatutária da Companhia e pelos auditores externos da Ernst & Young Auditores Independentes S/S. ("EY"), bem como a proposta de destinação de resultado do exercício de 2020, o CAE auditou com bases informações e documentos, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras da Companhia e suas controladas. Por isso esta, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas pelo Conselho de Administração da Companhia, para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

9.8. Comitê de Controle e Riscos

O Comitê de Controle e Riscos (CCR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos independentes. Atualmente o CCR é composto por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) deles independentes. Ao longo de 2020, o CCR se reuniu 9 (nove) vezes no exercício de suas funções.

9.9. Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração (CR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia e eleitos pelo mesmo, dentre outros, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de propostas de níveis de remuneração global apresentada pela Assembleia Geral, e a critério de recomendação dos Diretoria Estatutária e dos seus executivos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, o CR era composto por 3 (três) membros, sendo, 1 (um) deles independente. Ao longo de 2020, o CR se reuniu 6 (seis) vezes no exercício de suas funções.

9.10. Comitê de Sustentabilidade, Social & Governança

O Comitê de Sustentabilidade, Social & Governança (CSSG) criado em 18 de dezembro de 2020, é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, a pessoa, atividades de assessorar o CDA no desenvolvimento e implementação da estratégia e dos programas de Sustentabilidade, Social e Governança, incluindo, dentre outras atividades, a recomendação das diretrizes e da estratégia da Companhia aplicáveis à gestão de questões ambientais, sociais e de governança. Em 31 de dezembro de 2020, o CSSG era composto por 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) deles independentes.

Imprensa Oficial | Governo do Estado Rio de Janeiro | documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 24 de Fevereiro de 2021 às 23:48:07 -0300.

A assinatura não possui validade quando impressa.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 33.3.0030407-7 Protocolo: 21-021/2948497-7 Data do protocolo: 12/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/04/2021 SOB O NÚMERO 00000000000 e demais constantes do termo de autenticação.
AUTENTICAÇÃO: AC3D0A3492E1DBC3E7FCE1C0E5D1F5E4B8B0E7C
Para validar o documento acesse o site http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela/autenticidade, informe o nº de protocolo.

Selo Digital de Autenticidade
Reg. 16/01

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM — TIMB LISTED NYSE — ISE B3

9.11. Estrutura Acionária

[illegible]

9.12. Política de Dividendos

[illegible]

9.13. Eventos de Destaque e Subsequentes

Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio

[illegible]

Resultado do leilão de ativos móveis da Oi

[illegible]

- TIM poderá diluir-se ao exercício de bônus de subscrição ao Banco C6

[illegible]

- Aprovação de constituição de sociedade para prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial

[illegible]

- TIM e FCA lançam parceria inédita para carros conectados

[illegible]

- Celebração de TAC com a ANATEL

[illegible]

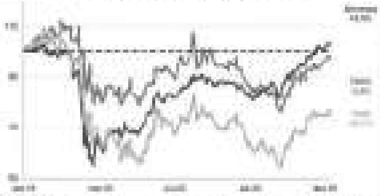
- 10. Auditoria Independente - IN CVM nº 381

[illegible]

- 11. Mercado de Capitais

[illegible]

Performance das Ações da TIM S.A.



Fonte: Bloomberg

[illegible]

- Considerações Finais

[illegible]

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais)

[illegible]

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO (Em milhares de reais)

[illegible]

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 24 de Fevereiro de 2021 às 23:48:01 -0300.
A assinatura não possui validade quando impressa.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
[illegible]
Pág. 27/81

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

	Notas	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Receita líquida	27	17.367.812	17.317.784	17.367.812
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	(7.356.613)	(7.420.721)	(7.356.613)
Lucro bruto		10.011.199	9.897.063	10.011.199
Receitas (Despesas) operacionais:				
Comercializações	28	(4.443.527)	(4.566.096)	(4.443.527)
Gerais e administrativas	28	(1.958.267)	(1.958.184)	(1.958.267)
Outras receitas (despesas), líquidas	29	(208.999)	1.222.699	(208.999)
		(6.476.293)	(5.709.581)	(6.476.293)
Lucro operacional		3.514.917	4.098.789	3.514.917
Receitas (despesas) financeiras:				
Receitas financeiras	30	442.397	1.427.558	442.397
Despesas financeiras	30	(1.222.150)	(1.218.650)	(1.222.761)
Variações cambiais, líquidas	30	(8.324)	(362)	(8.763)
		(887.077)	140.896	(887.427)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.627.840	4.171.723	2.627.490
Imposto de renda e contribuição social	33	(743.950)	(971.587)	(742.950)
Lucro líquido do exercício		1.883.890	3.200.136	1.884.540
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R$ por ação)				
Lucro básico por ação	34	0,98	2,39	0,98
Lucro diluído por ação	34	0,98	2,39	0,98

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	1.883.890	3.200.136	1.884.540
Outros componentes de resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para a resultado:			
Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego	(1.962)	(2.002)	(1.962)
Tributos diferidos	311	680	311
Total de resultado abrangente do exercício	1.882.839	3.198.814	1.883.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1 Estrutura societária

A TIM S.A. ("TIM", "Companhia" ou "Empresa") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia e detém 66,46% do capital social da TIM em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, a TIM S.A. era controlada integralmente pela TIM Participações S.A., (a qual detinha 66,56% do capital social total combinado da TIM Brasil), que posteriormente, em 31 de agosto de 2020, foi incorporada pela sua subsidiária.

A Companhia atua nos Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todas as estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&FBovespa), adicionalmente, a TIM S.A. possui recibos de American depositary shares (American Depositary Receipts –ADRs) nível I, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) - EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Securities and Exchange Commission ("SEC"). Visando atender as boas práticas de mercado, a Companhia adota voluntariamente a divulgação consolidada de suas informações financeiras nos dois mercados, conforme descrito acima.

Em dezembro de 2020, o conselho de administração da TIM aprovou a proposta para adoção voluntária e dos princípios de vinculação dos resultados, ajustado pelos itens não recorrentes no fim de dezembro de 2020, a ordem aplicável aos executivos, como preparação para futura remuneração de ativos e plantação de serviços de infraestrutura de fibra ótica dada a cisão total da TIM S.A. denominada Fiberco S/A – para ser listada em bolsa.

Reorganização Societária

Em 29 de julho de 2020 o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a submissão à Assembleia Geral Extraordinária de propostas de incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

A Assembleia Geral extraordinária foi realizada em 31 de agosto de 2020, e aprovada por maioria dos votos, a incorporação da TIM Participações pela TIM S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre as administradoras das companhias em 19 de julho de 2020.

Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de agosto de 2020 mediante acervo líquido contábil da acionista TIM Participações, no montante de R$ 60.301.321.

Conforme previsto no Protocolo de Incorporação, as vantagens do benefício da TIM Participações antes cisão do resultado (IT) de março de 2020 e até as acionistas de incorporação (31 de agosto de 2020), foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da incorporada. Como resultado da incorporação, todos os ativos e passivos da TIM Participações foram transferidos para a TIM S.A., que é sucessora em todos os seus bens, direitos e obrigações, e todo consumo e para sucessora para os direitos. Todas as ações da TIM Participações atualmente em circulação foram canceladas sem nenhuma contraprestação aos acionistas da TIM Participações. Após a incorporação, a TIM S.A. passou a ser uma companhia aberta na categoria emissora de Nível 2 perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e passou a ser negociada sob os códigos TIMS3 na B3 e TIMB na NYSE.

Como resultado desta operação, não houve qualquer impacto para os acionistas minoritários não controladores.

Após a incorporação, a TIM S.A. passou a ser uma companhia aberta na categoria emissora de Nível 2 perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e passou a ser negociada sob os códigos TIMS3 na B3 e TIMB na NYSE.

Para fins de apresentação do saldo comparativo, as informações patrimoniais e financeiras da TIM S.A. permanecem inalteradas atendendo a consulta de entendimento legal para a apresentação das demonstrações individuais e consolidadas.

Abaixo consta o balanço de abertura (BOA) para ser incluído a seguir:

	Notas	R$ 000/20		Notas	R$ 000/20
Ativo			**Passivo**		
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.556	Impostos, taxas e contribuições a recolher	21 e 22	868
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	8 e 9	28.018	Outros passivos		2.706
Outros ativos		138	Total do passivo circulante		3.574
Total do ativo circulante		50.649			
			Não circulante		
			Provisão para processos judiciais e administrativos	23	(6.846)
Não circulante					
Depósitos judiciais	10	10.346	Outros passivos		28.752
Outros ativos		1.294	Total do passivo não circulante		36.902
			Patrimônio Líquido		
Ágio (1)		359.751	Capital social	25	1.710
Total do ativo não circulante		361.391	Reservas	25	362.824
			Total do patrimônio líquido		365.643
Total do ativo		412.091	**Total do passivo e do patrimônio líquido**		412.091

(1) O Ágio reconhecido possui o seguinte comissão:

Ágio remanescente futuro (nota 15)	387.671
Mais valia de processo adquirido (vida processos judiciais) em contemplação de negócios (vida 39)	(28.146)
Impacto do renda diferido sobre mais valia	10.226
	359.751

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão de acordo com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 01 - Entidades de Incorporação de Empreendimentos Imobiliários, do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, no preparação das suas demonstrações financeiras. Dentre outras as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, a correspondem as utilizadas pela administração e sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e vêm sendo aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Um montante são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos, os quais são classificados como não circulantes independentemente da sua natureza.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, estas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R$), que também é a moeda funcional da Companhia.

Transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de fechamento da data de balanço informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais realizados e esses itens são registrados no demonstração do resultado.

c. Informações por segmento

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócios dos quais pode obter receitas e incorrer em despesas. Todos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a atividade do segmento, é requerido basicamente informações financeiras individuais do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica do desempenhamento, é a Comissão Executiva, que juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pelas tomadas das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é investir na otimização dos resultados, sendo que a parte dos investimentos direcionados aos fatos 1 acima se destinam à expansão dos serviços oferecidos particularmente na TIM S.A. Apesar do nível atingido alcançado, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégia específicas voltadas apenas para o varejo de serviços. Todas as decisões mencionadas pressupõem-se em alegria, financeiro, compras, investimento e aplicação de recursos são direcionadas em base consolidadas. O objetivo é sempre maximizar resultado consolidado através pela exploração das sinergias da SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos através do poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo cessa de ter controle.

É adotado o método de consolidação de compra (purchase accounting) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapasse o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração de resultado, como mencionado acima procedeu-se a uma revisão dos controles e saldos eliminados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, as receitas e as perdas não realizadas nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis da controlada foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela TIM Participações S.A. Juntas base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma encontrada empresas do Grupo.

Os saldos consolidados comparativos para 2019 não foram apresentados, uma vez que a subsidiária Fiber foi incorporada apenas em dezembro de 2020. Não existindo assim saldos consolidados em dezembro de 2019.

e. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de fevereiro de 2021.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB) estão em vigor para exercícios findos em 31 de dezembro de 2020:

- **Alterações ao CPC 15 (R1) e Definição de negócios**

As alterações ao CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input e entidade de insumos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saídas de receitas. Além disso, esclarecem que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs e entidades de insumos e processos necessários para criar outputs - saídas de receitas. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso o Grupo ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Impresso Oficial | Governo do Estado Rio de Janeiro | documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 24 de Fevereiro de 2021 às 23:48:08 -0300.

À assinatura não possui validade quando impressa.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 33.3.0032420-7 Protocolo: 00-2021/296889-7 Data do protocolo: 12/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/04/2021 SOB O NÚMERO 00030493980 e demais constantes do termo de autenticação.
AUTENTICAÇÃO: A0300A3492120C1B7C4220120197E3E1C0E8A2019119 M0000470
Para validar o documento acesse o site http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela/autenticidade, informe o nº de protocolo.

Reg.: 19/03

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da Contribuição social		2.627.840	4.714.723	2.627.840
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização		3.527.012	4.126.561	3.527.012
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		(98.080)	32.410	(98.080)
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		2.862	226	2.862
Provisão para processos administrativos e judiciais	23	554.164	449.858	554.164
Atualização monetária sobre depósitos e processos administrativos/judiciais		131.253	149.631	131.253
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		188.157	(1.662.427)	188.157
Juros sobre arrendamento mercantil passivo	31	616.591	621.463	616.591
Juros sobre arrendamento mercantil ativo	30	(19.898)	(5.422)	(19.898)
Perdas por créditos de liquidação esperada	28	553.611	548.254	553.611
Ajustes a valor presente de ajustes	30	2.362	202.698	2.362
		9.939.716	11.665.521	9.932.716
Variação (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes		(286.687)	(1.525.731)	(286.687)
Impostos a compensar/pagar a recuperar		1.280.940	(1.815.671)	1.280.940
Estoques		(43.225)	(30.274)	(43.225)
Despesas antecipadas		20.939	50.839	20.939
Depósitos judiciais		(84.824)	(92.698)	(84.824)
Outros ativos		(111.083)	2.380	(111.083)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Obrigações trabalhistas		93.857	0.160	93.857
Fornecedores		(919.650)	(990.388)	(919.650)
Impostos, taxas e contribuições		(328.674)	66.781	(328.674)
Subvenções a pagar		(16.471)	(166.144)	(16.471)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	24	(413.030)	(645.021)	(413.030)
Receitas diferidas		(57.186)	(204.355)	(57.186)
Outros passivos		(142.685)	(147.597)	(142.685)
Caixa gerado nas operações		**9.743.648**	**7.384.800**	**9.743.648**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(806.076)	(1.251.504)	(806.076)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**8.937.571**	**7.233.170**	**8.873.571**
Atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários		(1.424.685)	130.202	(1.429.896)
Caixa proveniente da incorporação da TIM Participações		21.956	-	21.956
Integralização de Capital FiberCo (nota 1)		-	-	1
Adições ao imobilizado e intangível		(3.681.585)	(3.883.486)	(3.681.585)
Recebimento de alienações		4.019	2.100	4.019
Caixa líquido aplicado nas gerado pelas atividades de investimento		**(5.261.196)**	**(3.751.183)**	**(5.285.505)**
Atividades de financiamento				
Novos empréstimos		1.000.000	1.000.000	1.000.000
Amortizações de empréstimos		(1.999.422)	(741.667)	(1.999.422)
Juros pagos – Empréstimos		(73.943)	(96.949)	(73.943)
Pagamentos de arrendamento		(827.801)	(800.821)	(827.801)
Juros pagos – Arrendamento mercantil		(784.911)	(765.081)	(784.911)
Instrumentos financeiros derivativos		(134.365)	22.791	(134.365)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(1.153.054)	(831.540)	(1.153.054)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(3.969.276)**	**(3.213.940)**	**(3.969.276)**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		**311.346**	**1.268.048**	**311.346**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.264.253	3.975.305	5.264.253
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**5.575.599**	**5.243.353**	**5.575.599**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Receitas			
Receita operacional bruta	23.340.111	23.134.824	23.340.111
Outras receitas	-	1.745.604	-
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(852.611)	(548.261)	(852.611)
Descontos concedidos, cancelados e outros	(2.547.720)	(2.609.859)	(2.547.720)
	21.249.377	21.800.883	21.249.377
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(2.941.933)	(2.975.461)	(2.941.933)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.812.973)	(3.294.813)	(2.969.473)
	(5.754.906)	(6.270.274)	(5.911.406)
Retenções			
Depreciação e amortização	(3.527.012)	(5.126.561)	(3.527.012)
Valor adicionado líquido produzido	13.131.859	12.504.751	13.131.959
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	756.406	1.313.807	756.406
	756.406	1.313.807	756.406
Valor adicionado total a distribuir	13.821.373	13.890.224	13.821.373
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	802.768	971.231	802.768
Benefícios	165.124	177.164	165.124
FGTS	60.722	56.164	60.722
Outros	34.408	126.473	32.858
	962.021	1.052.032	962.021
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	1.665.213	2.048.660	1.666.333
Estaduais	3.791.360	3.607.106	3.791.360
Municipais	114.300	111.866	114.300
	5.571.060	5.767.866	5.571.960
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros	1.604.505	1.328.673	1.661.595
Aluguéis	810.175	788.775	810.175
	2.414.710	2.094.848	2.414.770
Outros			
Arrendamento social	4.829	4.207	4.829
	4.829	4.207	4.829
Remuneração de Capitais Próprios			
Dividendos e JCP	1.560.000	1.183.000	1.083.000
Lucros retidos	760.800	2.017.700	760.800
	1.883.890	3.200.136	1.884.540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

• Alterações no CPC 38, CPC 48 (IFRS 9) e CPC 40 (Reforma da Taxa de Juros de Referência)

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 forneceram exceções específicas e testes de relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma gerar incerteza sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, uma vez que a mesma não possui relações de hedge de taxa de juros.

• Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) e CPC 47 (Redução de Aluguel)

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar de modo razoável decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam com base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre a entidade específica que reporta". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude da informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma interpretação incorreta material também ocorre se uma entidade esconder que informação de maneira descrita acima nomeadas pelos usuários primários. Essas alterações não trouxe impacto para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

• Revisão ao CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciamento revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e/ou consolidadas da Companhia.

• Alterações ao CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 concedidos aos Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações previam concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação de contrato de arrendamento, se as distintas características mencionadas como consequência direta da pandemia (covid-19).

Contrato é especificado no texto, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação de contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer alteração no pagamento de arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionado à Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a alteração aplicando o CPC 06 (R2) se a alteração não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

• CPC 11 – Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não traduzida pelo CPC no Brasil) mas que será substituída como CPC 50 – Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, o IFRS 17 (CPC 50) substituirá o IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (vida ou não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como determinados garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas isenções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e mais consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, que em sua maioria baseiam-se em políticas contábeis locais anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguros, combinando todos os aspectos contábeis relevantes. Core da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).

• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. Em 17 de julho de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 17 que adiam a data de vigência inicial da IFRS 17 (incluindo as alterações de escopo limitado) para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023 e também modificam determinados requisitos. O objetivo é facilitar as empresas explicarem o desempenho financeiro. As alterações também: estendem a isenção temporária para que as seguradoras apliquem a IFRS 9 e a IAS 39 até 2023; estendem a opção de overlay para evitar a volatilidade temporária antes da IFRS 9 ser aplicada; e adiam a data de vencimento do período de reapresentação para 2023.

Essas normas ainda não se aplicam à Companhia.

• Alterações ao AG1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, constante do CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

• O que significa um direito de postergar a liquidação;

• Que o direito de postergar deve existir no final do período;

• Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;

• Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si mesmo um instrumento de capital próprio também for um passivo não deverá ser classificado. Os termos de um passivo não afetam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão no seu passivo atual e se as cláusulas de empréstimo existentes precisarão ser renegociadas.

Impactos da COVID-19

Em dezembro de 2019, um surto de uma doença contagiosa, Corona vírus 2019 (COVID-19), começou na China continental e, desde o início de 2020, o vírus se espalhou pela Europa, Estados Unidos e outras partes, incluindo o Brasil sendo declarada pandemia pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020.

O surto do COVID-19 se desenvolve rapidamente em 2020 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram a atividade econômica, que por sua vez tiveram algumas interrupções nas operações operacionais e nas fluxos de caixa da Companhia assim o exercício encerrado em data anterior ao fiscal a partir de março de 2020.

Ainda assim, a até o momento da emissão destas demonstrações financeiras a pandemia e as medidas de contenção relacionadas, relacionadas a eventos ou condições que possam impor mudanças significativas sobre a capacidade da entidade de continuar como uma empresa em andamento. No ano de 2020, no entanto, a Companhia apresentou uma interrupção nas atividades sendo parte de um segmento extremamente rigoroso neste período de crise, assim não para a população, gerando a redução de ações. Assim, a Companhia, não houve redução ou saída total de alguns ativos durante esse período de cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia não é afetando basicamente a venda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa de valores de caixa.

A Companhia está cumprindo os protocolos de saúde e segurança estabelecidos pelas autoridades e agências, está monitorando a evolução de situação e avaliando de perto o impacto do COVID-19 em seus negócios.

Enquanto que a pandemia do COVID-19 e seu potencial impacto na atividade econômica em geral e nos negócios da Companhia, incluindo, sem limitação, receitas, custos de serviços mais caros, por exemplo, comércio, as até tenar o cancelamentos de planos ou aumento da inadimplência, incapacidade podem levar a interrupções nos nossos canais logística, na produção ou entrega de nossos fornecedores ou em nossa capacidade de entregar nossos produtos (como novos dispositivos ou carriers SIM) ou de atender nossa rede em tempo hábil, tendo tal um efeito adverso relevante em nossos negócios resultados das operações.

Em 2020 e até o momento, não tivemos nenhum impacto material em nossas operações. Nos meses de junho de 2020 e agosto/setembro, um aumento com impacto positivo sobre nossas vendas de aparelhos e os impactos em nossos negócios no nossos meios financeiros em função da pandemia não foi de significativo, ao entanto, ainda estamos constantemente avaliando os impactos gerenciamento e desempenho financeiros e econômicos que uma doença relacionada (incluindo nas condições econômicas nos gerais e globais, podendo custear os negócios da Companhia.

• 3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são constantemente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica de Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes serão em sua quase totalidade os mesmos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão comentadas a seguir:

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para dispor do ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

O valor recuperável de unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso.

Eventuais alterações da reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida no momento representação das demonstrações financeiras ou mudanças nos futuros significativos que possa melhorar o valor do ativo ou da unidade geradora de caixa objeto de teste não incluídos para fins de teste de impairment.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feito esta avaliação não se aplicam reconhecimento com reconhecimento futuro registrados para Companhia (vide item 16) e ativos tangíveis.

(b) Imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados de acordo com a interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo requer muitas vezes estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível para ser utilizado.

A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro obtido, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (vide 16).

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são avaliados pela Administração juntamente com os seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia constituiu em base provisão fiscal e cível/trabalhista (vide Nota 20), julgada de probabilidade de perda provável, sua estimativa envolve julgamento da Administração e dos assessores jurídicos.

Outras avaliações envolvem julgamento da administração (24).

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados de acordo de técnicas de avaliação que consistem em dados observáveis ou dentro de dados observáveis no mercado (nota 27).

(e) Receitas de vendas não faturadas – "unbilled revenues"

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês ainda existem receitas de assinantes para Companhia inacabados ainda não faturados a seus clientes. Estas receitas são faturadas não elegíveis com base em estimativas, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde o último dia de faturamento, entre outros (nota 27).

(f) Ativo de contrato / recebível

Ao contrair uma nova quantidade significativa de contratos com altos de orientar tanto no processo de contratação, quanto ou com avaliação de novos custos conforme IFRS 15 / CPC 06 (R2).

- Abonamentos mensais, em 2019 (2018), dependendo da opção de plano selecionado pelo cliente, a Companhia oferece aos seus clientes um subsídio no preço do aparelho e/ou no preço de serviço, ou ambos, ao longo do contrato. O estimativa do prazo de atendimento, considerando período não cancelável no período de contrato por opções de renovação de prazo do contrato, quando a execução depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo, ou utilização de determinados benefícios concedidos com cliente de taxas de desconto.

A incorporação nas receitas de determinar proporcionais o custo de juros implícito no arrendamento e, portanto, considera o valor justo de custo de mercado entre as partes que julgam ao caso específico, por graça semelhante a um ganho ou as melhores, ao nos custos relacionados para obter o aparelho com valor similar ao valor de venda do seu ser ambiente econômico vendas. Dessa forma, esse avaliação considerando os consideramos também não considerar o valor justo dos juros implícitos por opções de redenção de preço do contrato. A Companhia avalia a taxa incremental usando dados observáveis como ponto de partida (ou de mercado) quando disponíveis e considerando certas estimativas específicas que são específicas da Companhia (como o custo da dívida).

• 4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, exceto a rubrica de Qualificados junto.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado	
	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
Caixa e bancos	150.048	101.861	150.870	102.000
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:				
CDB/Compromissadas	1.975.200	2.152.161	3.015.251	2.252.261
	1.975.200	2.254.022	3.015.251	2.354.261

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos considerados emitidos por bancos e destinados ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o curso como prazo, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o gerenciamento de compromissos de curto prazo pela Companhia.

As aplicações estão sendo mensuradas pelo valor justo através do resultado.

• 5. Títulos e Valores mobiliários

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes das controladas e consolidados:

	12/2020	12/2019
FUNCINE (1)	7.101	7.041
Fundo Soberano (2)	8.238	7.324
FIC (3)		
Títulos Públicos (3)	1.345.196	967.962
CDB (4)	(7.127)	1.363
Debêntures (5)	362.500	158.199
Outros (6)	309.591	102.988
	2.017.499	940.161
Parcela circulante	(2.015.134)	(933.120)
Parcela não circulante	7.101	7.041

(1) A partir de dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A aplicação entrada até 2020 é negativa em 0,34% (0,35% em 31 de dezembro de 2019). A posição em 31 de dezembro de 2020 de R$7.101 (R$7.063 milhões em 2019).

(2) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2020 é de 81,71% (97,50% em 31 de dezembro de 2019) do variação do Certificado em Depósito Interbancário – CDI.

(3) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC's abertos (Fundo de Investimento de em Cotas), FIC's estruturados compromissos em suas carteiras por títulos públicos federais de primeira linha. A remuneração média em 2020 foi de 81,71% (97,50% em 31 de dezembro de 2019) do variação do Certificado em Depósito Interbancário – CDI. Títulos públicos são: títulos financeiros de renda fixa emitida pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(4) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de resgate pelo de título por parte do próprio banco com taxas predeterminadas.

(5) A Letra Financeira (LF's) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com o compromisso de resgate pelo valor nominal de longo prazo.

(6) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cessão de CVARD (descrito).

• 6. Contas a receber de clientes

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes das controladas e consolidados:

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem ao custos à receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, os quais se estão reconhecidos e de venda de aparelhos acessórios. As contas a receber são reconhecidas pelos valores nominais na data da emissão. Os valores de contas a receber incluem também valores não faturados e ainda não vencidos, calculados pro rata dia entre a data do último faturamento e a data do encerramento do período.

A provisão para perdas de créditos esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil de vencimento de assinantes, dados das contas vencidas, conjuntura econômica, nível de inadimplência em cada caso e pois curva de antecipação, em montante considerado suficiente, ou ajustes a fim de refletir informações atuais e projeções sobre futuros eventos macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

Os valores contábeis das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Adequadas considerando no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo a de 0,20% (0,21%, em 2019).

	12/2020	12/2019
Contas a receber de clientes	5.381.040	5.286.916
Contas a receber (nota)	3.911.000	3.861.091
Serviços faturados	2.028.430	2.079.889
Serviços faturados (unbilled)	917.699	858.418
Uso de rede	885.089	468.186
Venda de mercadorias	362.940	403.671
Ajuste a valor presente (nota 23)	14.044	13.140
(Outras contas a receber	7.666	1.431
Perdas com crédito de liquidação esperada	(621.200)	(716.977)
Parcela circulante	(3.951.909)	(3.775.939)
Parcela não circulante	29.940	109.976

A movimentação via provisão para perda por crédito de liquidação esperada contabilizadas como perda realizada do ano, foi como segue:

	12/2020	12/2019
Saldo inicial	(716.977)	(580.303)
Constituição de provisão	(667.917)	(708.891)
Baixas de provisão	625.693	484.146
Saldo final	(621.200)	(716.977)

Avaliado descontos e valores apresentados como segue:

	12/2020	12/2019
Total	3.831.927	4.060.997
A vencer	2.782.450	3.003.764
Vencidos até 30 dias	249.551	328.457
Vencidos até 60 dias	84.238	148.242
Vencidos até 90 dias	71.839	148.802
Vencidos a mais de 90 dias	641.849	841.830

• 7 Estoques

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

Compras dos aparelhos ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o valor de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	12/2020	12/2019
Total Estoques	599.650	593.450
Aparelhos	450.114	414.586
Aparelhos retornos a estoque	108.381	146.291
Acessórios e cartões pré-pagos	56.058	61.436
TIM chips	14.458	7.136
Perdas para ajuste ao valor de realização	(19.461)	(11.911)

• 8 Impostos, taxas e contribuições a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados:

	12/2020	12/2019
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.426.051	1.540.620
ICMS	1.198.018	1.201.550
Outros	62.761	82.125
Parcela circulante	(1.074.016)	(1.081.084)
Parcela não circulante	352.796	459.536

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

a) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado (basicamente relacionados à prestação de serviços de telecomunicações (vide/ou concessão em 48 meses);

d) que valores do ICMS mencionados são o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, chips, tablets e acessórios comercializados pela TIM.

• 9 Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados:

	12/2020	12/2019
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	2.696.431	2.714.613
Imposto de renda e contribuição social (1)	381.981	439.440
PIS / COFINS (2)	1.253.949	1.244.940
Outros	61.180	30.233
Parcela circulante	(1.421.132)	(1.366.809)
Parcela não circulante	1.275.299	1.347.804

(1) Os valores do imposto de renda e contribuição social estão apresentados de maneira consolidada com:

Os antecipações realizadas ao longo do período cuja utilização dar-se-á ou encontra-se em andamento perante a autoridade fiscal competente, ou ainda cuja recuperação se dará quando ocorrer do encerramento da operação social ou seus exercícios, cuja ação prazo estimado para utilização é superior a 12 meses.

(2) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, basicamente, aos créditos acumulados de incidentes gerados na Companhia da TIM Celular S.A. (incorporada pela Companhia em abril de 2020) e da TIM S.A. Bem como da própria TIM S.A., com objeto de reduzir o seu valor a pagar de PIS e COFINS. A TIM S.A. possui as atividades de telecomunicações e de locação de infraestrutura de rede, e a TIM Celular S.A. a venda de aparelhos celulares e acessórios. Ambas as companhias são sujeitas ao regime não cumulativo de PIS/COFINS, exceto as receitas de prestação de serviços de telecomunicações, que são sujeitas ao regime cumulativo de PIS/COFINS. Em 2019, a Companhia protocolou pedido de habilitação de créditos de PIS/COFINS, referentes a períodos anteriores à sua incorporação pela TIM S.A., junto à Receita Federal do Brasil ("RFB"). Em 2020, a Companhia protocolou pedidos de ressarcimento e compensação de créditos de PIS/COFINS, referentes a períodos anteriores à sua incorporação pela TIM S.A., junto à RFB. Em 2020, a Companhia protocolou pedidos de ressarcimento e compensação de créditos de PIS/COFINS, referentes a períodos anteriores à sua incorporação pela TIM S.A., junto à RFB.

Em janeiro de 2020, a Companhia ajuizou ação ordinária contra a União Federal, tendo por objeto a declaração de inexistência de relação jurídica que a obrigue a incluir o ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, bem como a condenação da União à restituição dos valores indevidamente recolhidos a título de PIS e COFINS nos últimos cinco anos, acrescidos de juros e correção monetária. Em 31 de dezembro de 2020, o montante total dos valores envolvidos na ação é de R$ 1.155 milhões, incluindo principal e juros. Em 2020, a Companhia reconheceu um ganho de R$ 1.155 milhões, registrado em outras receitas operacionais líquidas, referente ao montante total dos valores envolvidos na ação. Em 31 de dezembro de 2020, o montante total dos valores envolvidos na ação é de R$ 1.155 milhões, incluindo principal e juros. Em 31 de dezembro de 2020, o montante total dos valores envolvidos na ação é de R$ 1.155 milhões, incluindo principal e juros.

• 10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre o lucro para fiscais futuros e taxas negativas de contribuição social acumuladas e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre os bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando as alíquotas do imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de impostos ou na legislação fiscal podem alterar os valores (ou) saldos de impostos diferidos, caso ativos correspondentes.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente até o limite de histórico de lucratividade seja ocorrido as projeções privadas de parceiros para os exercícios seguintes. A administração pela Conselho Fiscal e Conselho de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da administração, incluindo a que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os valores de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados em valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensar nos quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Nestas forma, valores diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2020 o 31 de dezembro de 2019, as principais variações foram de 25% que ocorreu devido ao reflexo líquido da tributação sobre o lucro real e da base negativa de contribuição social sobre os lucros, bem como também pelo efeito fiscal e de base negativa de contribuição social sobre os ajustes de preços de transferência apurados em competências até o final de 2018 (MP 885/19 convertida na Lei 13.971/19), cuja opção para aplicação antecipada ocorreu em 2019 e não em 2020, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilizados são registrados são os seguintes:

	12/2020	12/2019
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	479.126	830.719
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	(83.546)	(84.407)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	(204.488)	(277.831)
Ajuste a valor presente – Anexo IX)	5.340	7.162
Ativos e Passivos de Arrendamento	29.971	27.434
Provisão para participação dos empregados	(9.017)	(3.533)
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	(28.246)	(3.811)
Ágio amortizado – TIM Fiber	(375.784)	(370.486)
Instrumentos financeiros derivativos (2)	(754.716)	(13.119)
Juros capitalizados (3)	(262.659)	(281.750)
Ganho contábil – TIM S.A.	(53.782)	(67.746)
Acréscimo ICMS na Base de Cálculo do PIS e COFINS (3)	–	(1.521.855)
IFRS 16	303.433	309.274
Depreciação acelerada (3)	(286.864)	
Outros	20.582	20.853
	(930.046)	(1.790.425)
Impostos de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, ainda não reconhecidos	500.446	(19.220)
Parcela (ativo) ativo diferido	500.446	
Parcela (passivo) passivo diferido		(19.220)

Imprensa Oficial | Governo do Estado do Rio de Janeiro | documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 24 de Fevereiro de 2021 às 23:48:07 -0300.

A assinatura não possui validade quando impressa.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 33.3.0030420-7 Protocolo: 21-021/2948497-7 Data do protocolo: 12/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/04/2021 SOB O NÚMERO 00000000000 e demais constantes do termo de autenticação.
AUTENTICAÇÃO: A0300A2402120C1B7FCE2C0F7E3C5F7C1E1E1D1F1B1B1E7C7D
Para validar o documento acesse o site http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela/autenticidade, informe o nº de protocolo.

Reg.: 19/01

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

(1) Representado principalmente pela base Fiscal, referente ao exercício de 2020, cujo o PIDO do seu pagamento foi postergado, com base na Medida Provisória nº 983, de 15 de abril de 2020.

(2) Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade, assim denominada no Jornalismo, que exclui do cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. Em junho de 2019, em virtude do seu julgamento pelo Judiciário, os valores foram registrados, vide nota 9. Para fins da tributação de IRPJ e CSLL, a administração do Companhia reportará tais valores em períodos legais anteriores, entendeu-se por obter-se até o momento da efetiva disponibilidade financeira do crédito. Desse forma, foi constituído passivo fiscal diferido referente ao montante integral, no valor de R$1.038,7 milhões. Em agosto de 2020, em virtude da convertibilidade monetária, o valor foi integralmente realizado a partir da redução do IRPJ e da CSLL, referente ao exercício findo em dezembro de 2019, com o objetivo de compensar tal valor no âmbito de cálculo destes tributos e crédito decorrente do processo de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

(3) A partir do 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. efetuou das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela do excedente da depreciação de bens adquiridos/registrados de ativos não-faturado, em razão de uso utilização contemplados em leis bonus de incentivo/setor, que poderão ser baixa parcial fiscal/ou, conforme previsto na Lei nº 12.973/2014, incluída adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Porfavor queenfocar gerou um passivo diferido de R$290,5 milhões até 31 de dezembro de 2020 e foi aplicado assim de 1 de janeiro de 2019.

(4) Em 2020, foram constituídos R$53 milhões de passivo fiscal diferido sobre o ganho decorrente da mensuração a mercado de opção de subscrição de ações detidas a participação Banco CB (nota 32).

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram preparadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis na encerramento do exercício de 2020.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos seus créditos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças temporárias
2021	617.089	169.497
2022	984.158	143.581
2023	73.592	77.111
2024 em diante		4.867.732
Total	**1.674.839**	**5.257.921**

A Companhia com base em histórico de rentabilidade e tendo elaborado seus projeções de resultados tributáveis futuras, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia utiliza o crédito do saldo de base negativa de contribuição social acumulada de R$525.360 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R$68.588 em 31 de dezembro de 2019, inclusive impactos de Nextel).

11. Empresas controladas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados:

	31/12/20	31/12/19
	Consolidado	**Consolidado**
Ativo não circulante	18.208	72.182
Caixa e equivalentes para atenção de compromissos de arrendamento (1)	131.114	148.063
Outros	78.673	71.922
Passivo circulante	(109.796)	(171.178)
Passivo não circulante	(19.000)	(39.629)

(1) Este saldo substancialmente representa/ativo, para custos de compromissos determinados com arrendamento de unidade gerada a caminhos para atenção de compromissos de arrendamento, ao amparo da IFRS 16/CPC 06 (R2) e, de igual valor, obrigações de mesmo valor contabilizado sob o grupo de contratos de locação/arrendamento, conforme nota 16 e 21 anos.

12. Depósitos judiciais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes, individuais e consolidados:

Sua segregação por classificação e natureza contábil é a seguinte, conforme a composição registrada:

	31/12/20	31/12/19
	Consolidado	**Consolidado**
Cível	149.388	227.891
Tributário	151.670	201.282
Trabalhista	111	111
Partes Cíveis (1)	148.172	182.835

(1) Referem-se a depósitos judiciais atualizados nos contas/contratos e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a certos processos, que, quais estão tal a discussão nos seus valores, periodicamente e quando aplicável, com o seu(s) advogado(s) patrocinador(es) e quando obtem-se(m) a(s) sua(s) possibilidade(s) perda(s) provável(is) e/ou remota(s) nos termos/critérios determinados pelas diretrizes contábeis específicas e normas de mercados judiciais.

Cível

Tratam-se de ações depositadas em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo atualmente discutidos/em pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com valores elevados, em razão de classe e valor frente ao(s) ANATEL, cuja destinação se deve notadas contenção de incerteza, inclusive o entendimento da necessidade do depósito. Neste caso, o valor depositado atualizado em juízo em discussão é de R$70.060 e R$60.328 em 31 de dezembro de 2019).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias à execução ajuizada e decorrem com interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos seus cerne, a mérito ou valores) cíveis/ou. O montante está diretamente entre diversos processos trabalhistas movidos empregados propriamente ou terceiros prestadores de serviços.

A redução se deve substancialmente pelo encerramento de diversos processos judiciais com provisões entre depósitos judiciais com levantamento.

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais, relativos a matérias tributárias, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

(a) Aproveitamento do crédito na aquisição de energia elétrica destinada à comercialização, notadamente produtos não comercializados, matéria com teses positiva no judiciário. O valor depositado dos depósitos referentes a esta discussão é de R$34.344 (R$31.326 em 31 de dezembro de 2019);

(b) Incidência de CFEM sobre aquisições de concessão de exploração em capital próprio da Companhia, tendo em vista o direito de não recolhimento da contribuição supramencionada. Existe tese sobre a tempo (incluindo de titularidade de certas concessões exploradoras incorporação). O valor depositado dos depósitos referentes a esta discussão é de R$70.060 (R$1.534) em 31 de dezembro de 2019);

(c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) por autoridades municipais nas localidades diversas. O valor depositado dos depósitos referentes a esta discussão é de R$18.861 (R$16.955 em 31 de dezembro de 2019);

(d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) para suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de dispensa da Certidão Negativa de Débitos. O valor depositado dos depósitos referentes a esta discussão é de R$11.377 (R$11.173 em 31 de dezembro de 2019);

(e) Incidência de ISS sobre serviços de manutenção e de locação, supostas falta de recolhimento, bem como o direito de tomar o benefício de natureza de ISS (Estado Rodo Brasil, ao ISS próprio, de ISS) e sobre tais valores serviços de CD-ROMs) de licenciamento de software (blackberry). Ganho ao direito do aproveitamento do benefício de alíquota preferencial e busca pelo atendimento das multas cumulativamente ao valor de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a esta discussão é de Zn/R$1.863 (R$7.876 em 31 de dezembro de 2019);

(f) Serviços auxiliares prestados no contexto de Portal ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação de valores cobrados a título de locação, cessão, utilização, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros). O valor atualizado dos depósitos referentes a esta discussão é de R$2.320 (R$3.497 em 31 de dezembro de 2019);

(g) Exigência pela ANATEL do Fraqs Fistel e Fiscalização e Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado da discussão referentes a esta discussão é de R$3.314 (R$3.471 em 31 de dezembro de 2019);

(h) Depósito realizado pela TIM S.A. - Incorporadora/cisão e negociação de cobrança de FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pedido pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, devendo de incidir em sua base de cálculo as receitas decorrentes a título de interconexão e TED (Transmissão Industrial de Longa Distância), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das referidas aplicadas por força de não cobrança a partir de 1/2000 da Anatel). O valor atualizado dos depósitos referentes a esta discussão é de R$50 (R$ 49 em 31 de dezembro de 2019);

(i) ICMS – Diversos: Depósitos realizados em diversos processos que discutem concessão de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços mistos e não tributados, CIAP e Convênio 69. O valor atualizado dos depósitos referentes a esta discussão é de R$ de 581 (R$7.980 em 31 de dezembro de 2019);

(j) DSLL – Diferenças referentes a casos de Jornal de Brasil que foram discutidos o tratamento, assim como diferença referente a compensação IRC Negativo Principal Fiscal e contábil. O valor atualizado dos depósitos referentes a esta discussão é de R$9.709.

13. Investimentos

A participação societária em controladas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

(i) O Conselho de Administração da TIM aprovou diversos atos societários relativos à descontinuidade das atividades operacionais da Intelig, através da cisão parcial de seu patrimônio para a TIM S.A., a incorporação de ações da Intelig pela TIM S.A. e a subsequente incorporação da Intelig pela TIM S.A., com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

(ii) Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui apenas a participação no Banco CB (nota 32).

Movimentação do investimento

	Saldo em dez/19	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em dez/20
Total de Custo do Imobilizado Bruto	53.904.170	3.087.207	(2.95.736)	-	57.045.741
Equipamentos de comutação / transmissão	22.617.000	18.464	(174.249)	1.222.220	23.675.045
Cabos de fibra óptica	414.664	-	-	64.011	478.100
Aparelhos em comodato	2.889.868	832	(7.135)	798.980	3.842.336
Infraestrutura	9.999.847	60.234	(6.285)	169.954	9.436.033
Bens de informática	1.727.250	1	(9.389)	50.135	1.772.186
Bens de uso geral	898.609	1	(1.249)	44.350	992.289
Direito de uso em arrendamentos (1)	6.953.119	1.498.939	(110.089)	-	8.987.969
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.965.013	1.134.096	(139)	(1.880.965)	512.005
Total Depreciação Acumulada	(25.740.587)	(1.767.473)	981.736	-	(26.525.445)
Equipamentos de comutação / transmissão	(16.880.213)	(1.508.480)	985.147	-	(18.100.526)
Cabos de fibra óptica	(410.547)	(19.546)	-	-	(430.093)
Aparelhos em comodato	(2.296.963)	(143.539)	1.960	-	(2.398.371)
Infraestrutura	(3.850.032)	(432.946)	7.328	-	(4.275.650)
Bens de informática	(1.502.309)	(52.589)	9.389	-	(1.617.977)
Bens de uso geral	(890.568)	(46.493)	1.139	-	(931.903)
Direito de uso em arrendamentos	(890.1.946)	(1.130.240)	-	-	(2.042.200)
Total Imobilizado líquido	(7.612.134)	(918.520)	(197.080)	-	(8.100.636)
Equipamentos de comutação / transmissão	6.436.809	(1.508.016)	(6.063)	1.222.220	7.145.190
Cabos de fibra óptica	403.022	(72.046)	-	64.011	395.487
Aparelhos em comodato	270.132	(142.707)	(5.135)	798.980	345.170
Infraestrutura	2.003.014	(942.216)	(920)	220.089	2.317.770
Bens de informática	168.882	(52.588)	(0)	50.135	152.434
Bens de uso geral	308.667	(46.493)	(109)	44.350	346.396
Direito de uso em arrendamentos	5.062.272	(747.297)	(110.089)	-	6.203.539
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.965.013	1.134.096	(139)	(1.880.965)	512.005

(1) O valor da R$8.015.000 é representado por remensuração de contratos e entre alterações de vigência e exercício de aluguéis e também revisão de estimativa em relação a contratos de longo prazo celebrados.

	Saldo em dez/19	Adoção do IFRS 16 (CPC 06/R2)	Adições	Baixas	Transferências	Outras movimentações (*)	Saldo em dez/20
Total de Custo do Imobilizado Bruto	31.656.474	5.248.519	4.443.186	(1.042.364)	-	(438.715)	41.516.751
Equipamentos de comutação / transmissão	20.870.884	-	17.983	(125.768)	2.101.806	-	22.917.961
Cabos de fibra óptica	189.675	-	-	-	61.414	-	251.089
Aparelhos em comodato	2.310.840	-	318	(82.780)	181.725	-	2.410.103
Infraestrutura	8.135.513	-	-	(16.586)	244.648	(111.518)	8.036.057
Bens de informática	1.111.205	-	-	(2.384)	21.251	-	1.131.071
Bens de uso geral	736.838	-	-	(803)	83.389	-	819.424
Direito de uso em arrendamentos	4.302	5.239.119	1.773.186	-	-	(34.986)	6.983.619
Terrenos	40.794	-	-	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.256.084	-	1.345.213	(703)	(2.756.471)	-	1.844.123
Total Depreciação Acumulada	(23.638.402)	-	(3.240.737)	983.860	-	-	(25.895.280)
Equipamentos de comutação / transmissão	(16.047.728)	-	(1.977.468)	920.866	-	-	(19.398.210)
Cabos de fibra óptica	(340.532)	-	(65.085)	-	-	-	(410.587)
Aparelhos em comodato	(2.130.226)	-	(131.442)	82.780	-	-	(2.208.903)
Infraestrutura	(3.157.889)	-	(448.126)	4.736	-	-	(3.601.279)
Bens de informática	(1.031.197)	-	(62.948)	2.384	-	-	(1.091.759)
Bens de uso geral	(666.064)	-	(54.667)	802	-	-	(699.849)
Direito de uso em arrendamentos	-	-	(500.961)	-	-	-	(500.961)
Total Imobilizado líquido	(1.981.928)	5.239.119	1.202.448	(59.503)	-	(438.715)	(4.378.529)
Equipamentos de comutação / transmissão	4.823.156	-	(1.959.485)	(4.902)	2.101.806	-	4.519.575
Cabos de fibra óptica	419.643	-	(65.085)	-	61.414	-	415.972
Aparelhos em comodato	180.614	-	(131.124)	(703)	181.725	-	230.512
Infraestrutura	2.977.624	-	(448.126)	(11.850)	244.648	(111.518)	2.650.978
Bens de informática	197.218	-	(62.948)	-	21.251	-	155.522
Bens de uso geral	270.488	-	(55.470)	(1)	83.389	-	298.647
Direito de uso em arrendamentos	-	5.239.119	832.186	-	-	(34.986)	5.960.272
Terrenos	40.794	-	-	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.256.084	-	1.345.213	(703)	(2.756.471)	-	1.844.123

Os saldos em arrendamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de referência sobre áreas tangíveis no período de sua construção e instalação de equipamentos para sua operação em funcionamento em operação, que em certas circunstâncias devem ser.

Os direitos de uso com arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de áreas identificáveis, enquadrados na nova regra da IFRS 16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se à arrendamentos de infraestrutura de rede, passivos, imóveis, terrenos (lajes) e fibra, conforme abaixo:

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Veículos	Lojas & Quiosques e outros	Terrenos (lajes)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.172.140	6.488	979.411	1.538.813	594.757	6.291.610
Adições no exercício	452.777	4.928	142.119	227.899	951.762	1.849.535
Remensurações	(190.967)	(7.425)	(104.725)	(68.330)	(6.406)	(415.853)
Depreciação	(819.098)	(3.988)	(186.668)	(297.3004)	(347.185)	(1.702.242)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.615.852	-	830.203	1.302.809	1.446.038	6.220.939
Vida útil - %	12,41	36,00	32,66	9,87	20,69	

(*) Taxas de depreciação

	Taxa anual (*)
Equipamentos de comutação/transmissão	9 a 14,29
Cabos de fibra óptica	4 a 10
Aparelhos em comodato	16,25 a 33
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2020, em conformidade com o ICC 38 / CPC 27, aprovado pela Deliberação da CDM, a Companhia realizou avaliações nos itens até aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não existem mesmas ou alguma significativas na alteração nas circunstâncias em que as estimativas se baseavam de forma a justificar mudanças quanto até utilizada atualmente.

15. Intangível

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados:

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para impairment, quando aplicável, se aplicável e sofrido. O custo compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e os softwares em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de cabos submarinos e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos correlatos e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas são revistas anualmente e ajustadas se necessário.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica) utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é o ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão gerar benefícios econômicos futuros para a entidade e que este ativo possam ser mensurados com confiança. Demais dessa maneira, encargos financeiros de capitalização de encargos para aquisição excluídos (IC) e limitados à frequência da taxa de 700 (IPCA) ampamentos) aplicável (10% ao ano) e ativo imobilizado em operação pela Administração e a partir desta data, encerra-se a capitalização (aquisição) e/ou encargos sobre estoques, custos com provisões acompanhados sobre esta data amortizada.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não apresenta indicadores de impairment em seus ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida.

Os valores mais expressivos para expressões do AMP e citados no uso de contratos/aquisições, assim como estimativa, após a nota de cada demonstrativo como segue:

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em dez/19	Saldo Transferência Incorporação	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/20
Total Custo do Intangível Bruto	20.857.758	267.311	1.215.808	(845)	-	21.444.032
Direito de uso de software	15.394.982	-	-	(839)	834.012	16.111.515
Autorizações	5.811.794	-	32.108	(6)	67.381	5.911.246
Ágio	1.108.640	267.311	-	-	-	1.827.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Arrendada	168.327	-	8.838	-	-	177.866
Outros ativos	327.360	-	-	-	2.249	329.609
Ativos intangíveis em desenvolvimento	206.276	-	1.172.862	-	(1.023.691)	360.576
Total Amortização Acumulada	(10.351.515)	-	(1.650.511)	874	-	(12.410.574)
Direito de uso de software	(13.502.386)	-	(1.286.288)	839	-	(15.278.497)
Autorizações	(3.978.413)	-	(637.608)	-	-	(4.616.021)
Direito de uso de infraestrutura - LT Arrendada	(59.204)	-	(7.752)	-	-	(67.280)
Outros ativos	(238.430)	-	(28.830)	-	-	(194.260)
Total Intangível Líquido	(9.493.758)	267.311	(434.703)	(29)	-	(9.661.179)
Direito de uso de software (a)	3.897.230	-	(1.286.288)	39	834.012	3.738.208
Autorizações (b)	4.510.381	-	(605.500)	(6)	67.381	4.111.907
Ágio (c)	1.108.640	267.311	-	-	-	1.827.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Arrendada (e)	168.327	-	777	-	-	169.860
Outros ativos	160.111	-	(28.830)	-	2.249	115.530
Ativos intangíveis em desenvolvimento	206.276	-	1.172.862	-	(1.023.691)	360.576

Imprensa Oficial | Governo do Estado Rio de Janeiro | documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 24 de Fevereiro de 2021 às 23:48:10 -0300.

A assinatura não possui validade quando impressa.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 33300260671 Protocolo: 20-2021/2968697-7 Data de protocolo: 12/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/04/2021 SOB O NÚMERO 00-0 e demais constantes do termo de autenticação.
AUTENTICAÇÃO: 4C3DAA3402E2BC1E7CE2C2DF5EC5E1D2E2D2195 PEREIRA
Para validar o documento acesse o site http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela/autenticidade, informe o nº de protocolo.

Reg. 23/01

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 24 de Fevereiro de 2021 às 23:46:13 -0300.
A assinatura não possui validade quando impresso.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

► 20. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes reconhecidos e considerados.

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

As mensurações iniciais são registradas pelo seu valor justo e pelos custos de transação iniciais, são mensuradas pelo método do custo amortizado e, posteriormente, ajustadas pelo efeito da taxa efetiva de juros pró-rata reconhecidas no resultado, no título de despesas financeiras.

Custo (a) (b)	Moeda	Encargos	Vencimento	2020	2019
BNDES (1)	UMBNDES	TJLP a 5,5% + 2,50% a.a	Jul/33	-	380.008
BNDES (1)	UMUSS	SELIC + 2,50% a.a.	Jul/33	-	334.661
BNDES (FSE) (1)	R$	3,50% a.a.	Jan/21	-	18.071
KfW 7 Finvest (2)	USD	Libor (3M) - 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/28	344.155	390.257
Debêntures (3)	R$	104,1% CDI	Jul/25	-	1.020.668
Caixa Capital (2)	USD	2,50% a.a.	Dez/30	-	40.356
BAML (2)	EUR	0,375% a.a.	Ago/21	370.644	-
Scotia (2)	USD	1,75% a.a.	Ago/21	1.036.761	-
BNP Paribas (2)	USD	2,022% a.a.	Jan/22	388.363	-
Total	-	-	-	1.549.743	3.084.088
Circulante	-	-	-	1.105.263	1.184.180
Não circulante	-	-	-	444.480	1.899.908

Garantias:

(1) Determinados ativos da Companhia.

(2) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que exigem o cumprimento de determinados índices financeiros e determinadas condições, nos períodos abaixo. Em fevereiro de 2021 a Companhia realizou o pré-pagamento total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES, portanto ainda existem contratos em vigor com certas obrigações acessórias, mas não financeiras, que estão sendo cumpridas pela Companhia.

Notas explicativas: (a) Taxas financeiras ajustadas; (b) Dívida líquida total sobre EBITDA e (c) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. A Companhia vem cumprindo todos os índices financeiros estabelecidos.

Em março de 2019, a Companhia obteve uma nova linha de crédito no valor de R$1.500 milhões junto ao BNDES para investimentos em bens mobilizáveis (Capex) do triênio 2017-2019, com prazo de utilização até março de 2022, e parte, até março de 2018, com a contratação do Finame. Sendo, a Companhia substituta e subsidiária "B" deste contrato equivalente a R$990 milhões. Esta nova linha de crédito no valor de R$990 milhões junto ao Finame, somente foi obtido BNDES objetivou a melhores dos condições de um dos subcréditos, de igual valor, contratado junto ao BNDES em março de 2018, ainda em vigência de prazo curto junto. Cruzeiro desta linha total IPCA mais juros de até 2,50% ao ano e sua fiança foi liberada, mantendo-se as mesmas demais obrigações de desembolsos.

Em janeiro de 2020, foi contratada entre a Banco do Nordeste do Brasil S.A. como credor e a TIM S.A., como emissora, uma nova linha no crédito no valor principal de R$150 milhões, garantidos por fiança e recebíveis. O saldo tem um prazo total de 6 anos, sendo 4 de carência e 2 de amortização, para subsidiar o prazo de capex de empresa para os próximos 3 anos (2020-2022) se elgibi fiscalizar. A uma de 2 vezes e dividida em duas parcelas sendo: i) R$525 milhões a IPCA + 1,44% a.a. ou IPCA +1,22% considerando 15% de bônus de conformidade; e ii) R$427 milhões a IPCA + 1,76% ao ano IPCA + 11,48% (remanescente) 15% de bônus de conformidade. Desembolsos em parcelas anuais de junho 2021 a 2023.

Em julho de 2020, a Companhia realizou as vencimento de debêntures emitidas em janeiro de 2015, no montante de R$1.015 milhões.

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponíveis:

Tipo	Data da Moeda	Data da Vencimento	Valor Principal	Saldo utilizado em 31 de dezembro de 2020	Saldo utilizado em 31 de dezembro de 2019
BNDES (1)	TJLP	Mar/15	Mar/22	1.000.000	1.000.000
BNDES (1)	TJLP	Mar/19	Mar/22	29.000	29.000
FINAME (a)	IPCA	Mar/19	Mar/22	300.000	300.000
BNB (a)	IPCA	Jan/20	Jan/23	752.419	752.419
Total R$				2.081.419	2.081.419
Total US$				1.549.743	1.549.743

Objetivo:

(i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 exclusivo investido no financiamento/aquisição de equipamentos nacionais.

(ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade.

(iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, assemblagem e montagem nos custos componentes de fabricação nacional.

(iv) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco do Nordeste do Brasil (b).

Como resultado do aditivo assinado em junho de 2020 ao contrato com a Banco Citibank, em fevereiro de 2020 a Companhia pagou o valor anual de R$500 milhões, com custo de 100% do CDI e prazo de 1 ano, que ora totalizam o saldo durante o período de vida global para o contrato.

Em março de 2020, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo em moeda estrangeira junto ao banco BNP Paribas no valor de R$429 milhões com custo não 150% do CDI e prazo de 1,5 ano. A emissão de notas referente este empréstimo contou empréstimo 20(f). A operação teve como objetivo fortalecer o caixa durante o período da crise gerada pela pandemia.

A Companhia possui operações de swap, com o objetivo de proteger os riscos na desvalorização do real em relação ao dólar americano e com as suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a "contabilidade de hedge" (vide nota 37).

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020 vencerão em longo prazo, tendo em vista o seguinte escalonamento:

2022	333.091
2023	66.504
2024	33.288
2025	11.594
	444.480

O valor nominal dos empréstimos é atualizado com seu respectivo cronograma de pagamento:

	Valor nominal
2021	1.650.000
2022	400.000
2023	66.504
2024	33.288
2025	11.594
	2.161.386

Valor justo dos empréstimos

No triênio, não há um montante consolidado de dívidas de longo prazo com as características similares, ou mesmo prazos, obtidos junto a Caixa e ao KFW Finvest, que possa ser considerado o agência financeira de fomento Finvest, acesso ao financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um curto de atividade e fornecidos mediante contratos entre o comprador e determinados fornecedores. Para fins de análise de valor justo, consideramos as características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual ao registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia, Bank of America e BNP Paribas, considera-se o valor justo destas empréstimos o valor presente no qual deveria ser contratado em prazo para proteger o principal mais os encargos nas taxas de mercado vigente. O valor justo das operações em 31 de dezembro são, respectivamente, R$1.036.973, R$388.311 e R$429.000.

► 21. Impostos, taxas e contribuições diferidos e parcelados

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes reconhecidos e considerados.

	12/2020	12/2019
Impostos, taxas e contribuições diferidos e retuidos	830.500	886.014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	359.808	377.138
Impostos e Taxas ANATEL (1)	309.067	237.009
Imposto sobre Serviço - ISS	46.662	41.748
Outros	4.213	5.519
Parcela circulante	(83.779)	(82.078)
Parcela não circulante	746	2.987

(1) A taxa Fistel, referente ao exercício de 2020, teve o início do seu pagamento postergado, com base na Medida Provisória 957, de 15 de abril de 2020, DU 31 de dezembro de 2020, a teve não foi paga tempestivamente pela Telcel, Tribunal Regional da 1ª Região.

► 22. Impostos, taxas e contribuições de ejes a recolher

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes reconhecidos e considerados.

Os encargos de impostos de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas façam pagamentos trimestrais ou mensais de imposto de renda e contribuição social. Desde 2018 a Companhia optou por efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.

Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	12/2020	12/2019
Imposto de renda e contribuição social	126.141	403.106
PIS - COFINS	134.383	164.014
Outros (*)	41.241	37.188
Parcela circulante	(298.240)	(370.308)
Parcela não circulante	3.525	234.000

(1) A composição deste montante refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e julho de 2009 para parcelamento dos débitos em dívida da Receita Federal (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, com vencimento final previsto para 31 de janeiro de 2033.

► 23. Receitas diferidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes reconhecidos e considerados.

Receitas diferidas	12/2020	12/2019
	1.261.934	1.139.113
Serviços a prestar (pós-pago) (1)	148.967	186.113
Subscritores Serviços/Ativação (2)	29.733	40.598
Doação de sede (3)	-	2.113
Receitas financeiras	(1.161)	(1.681)
Receitas diferidas sobre venda de torres (4)	758.821	843.017
Passivo contratual (5)	7.836	13.262
Parcela circulante	(294.436)	(331.908)
Parcela não circulante	708.444	821.192

(1) Refere-se ao escopo de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes mensais aos serviços prestados por pagamentos antecipados ao resultado acontecerá mensalmente de acordo com o uso pelos clientes.

(2) Refere-se ao diferimento das taxas cobradas referentes à ativação de linha no momento da ativação (Programa de Habilitação de Investimento – PAEIRE/PIE). O momento das subscrições consolidadas, pelo MAEIRE até 31 de dezembro de 2020 é de R$33 milhões e o montante em diferido em 31 de dezembro de 2020 é de R$24,732 (R$42.159 em 31 de dezembro de 2019). Este montante será apropriado proporcionalmente ao prazo de vida do cliente que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas) líquidas" (vide 29).

(3) Refere-se, principalmente, a doação de imóveis para a sede da Companhia localizada no Rio de Janeiro.

(4) Contratos com clientes. O saldo de saldo e passivos contratuais é como segue:

	12/2020	12/2019
Contas a receber (vide nota 8) e outros de clientes	2.310.764	3.412.084
Ativo contratual (vide 8)	14.834	15.291
Passivo contratual	(7.836)	(13.262)

Os contratos com clientes foram gerados no decurso dos negócios, em datas específicas mensais, onde o desconto pode ser no vencimento ou no serviço prestado. Não existem outros contratos significativos, de acordo com a oferta dos serviços.

Abaixo as principais variações no período:

	Ativo contratual	Passivo contratual
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(8.129)	
Adições	(349)	
Baixas	15.131	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.098	

Os saldos de ativos e passivos contratuais são provisão de realização conforme tabela abaixo:

Ativo passivo contratual	2021	2022
	8.911	(1.813)

A Companhia enviou em julgado 121 da IFRS 15 / CPC 47, não será apresentado os efeitos das informações sobre contratos de clientes em virtude de descontinuidade e tarifa.

► 24. Provisão para processos judiciais e administrativos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes reconhecidos e considerados.

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos, não esferas cível, trabalhista e tributária, que surgem no curso normal de suas atividades.

A provisão é constituída com base em opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A avaliação engloba: (i) os montantes envolvidos; (ii) os casos semelhantes julgados pelos tribunais e a nossa consultoria jurídica; (iii) as chances de perda e (iv) a existência de depósitos judiciais.

Apresentamos os processos judiciais e administrativos considerados, avaliados, pela consultoria jurídica como:

Processos para processos judiciais e administrativos	12/2020	12/2019
Cível (a)	596.647	562.520
Trabalhistas (b)	248.619	205.084
Tributária (c)	213.026	205.224
Previdenciária (d)	396.338	354.553
Regulatória (e)	28.201	32.042

As variações no período para processos judiciais e administrativos encontram-se na seguinte a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2020
Cível (a)	562.520	122.836	(227.734)	(420.834)	596.647
Trabalhistas (b)	205.084	4.591	(29.414)	(240.870)	70.391.248.619
Tributária (c)	205.224	15.601	(13.646)	(139.886)	34.361.213.026
Previdenciária (d)	354.553	15.868	18.887	(5.782)	27.754.396.338
Regulatória (e)	32.042	918	(5.136)	(714)	(30) 28.201

	Saldo em 31/12/2018	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2019
Cível (a)	544.506	490.886	(490.886)	136.884	562.520
Trabalhistas (b)	190.877	97.863	(105.818)	22.162	205.084
Tributária (c)	180.731	39.219	(232.013)	(21.004)	205.224
Previdenciária (d)	331.357	80	(291)	23.407	354.553
Regulatória (e)	32.042				32.042

A Companhia vem sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos fiscais, cíveis, trabalhistas, previdenciários, fornecedores, consumidores e regulatórios de todas os consumidores e órgãos fiscalizadores, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal das suas negócios das atividades. A seguir estão sumariadas os principais processos:

a. Processos cíveis

a.1. Ações relativas aos consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a indenizações diversas movidas por consumidores nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R$139.229 (R$130.280 em 31 de dezembro de 2019) referem-se principalmente por valores cobrados indevidos, pelo cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negociação indevidas.

a.2. Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações que se referem a indenizações diversas movidas por consumidores nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R$139.229 (R$130.280 em 31 de dezembro de 2019) referem-se principalmente por valores cobrados indevidos, pelo cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negociação indevidas.

a.3. Ações Coletivas

A TIM é ré em ações propostas por ou em nome de consumidores em que são pleiteados danos morais, valores com fundamentos em supostos reajustes/planos contratuais no valores envolvidos equivalem a R$19.630 (R$13.613 em 31 de dezembro de 2019).

a.4. Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas perante mais diversos supostos diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outros se discute: (i) reconhecimento de contratos de cessão, (ii) a ações de indenização sob ações indenizatórias, (iv) supostos descumprimento de contrato e, (v) ações de cobranças. Os valores envolvidos equivalem a R$20.082 (R$27.000 em 31 de dezembro de 2019).

a.5. Acionamentos e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes de danos que discutem supostos reconhecidos e financiamento, dentre os quais (Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Funcionamento) especialmente. Os valores envolvidos equivalem a R$810 (R$940 em 31 de dezembro de 2019).

a.6. Anatel

A Companhia é parte em ações ajuizadas pela Anatel (1), em que os valores de (i) dentre eles: (a) a cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS (acima/cessão); (b) cobrança incidente pro rata sobre os números de portes adquiridos no valor para uso das Terceiros; do 9º e (c) suposto descumprimento de metas de qualidade de serviço. Os valores envolvidos equivalem a R$1.364 (R$1.342 em 31 de dezembro de 2019).

b. Processos trabalhistas

A Mesa não é ré em nenhum processo trabalhista com risco considerável.

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por empregados, em relação a questões como: diferenças salariais, equiparações, pagamento de remuneração variável, adicionais, horas in itinere, entre outras, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas dos prestadores pelos empresas prestadoras de serviços contratados.

Do total de 1.973 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2020 (2.384 em 31 de dezembro de 2019) movidas contra a Companhia, a maioria delas diz respeito aos envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de pedidos pequena. O principal remanescente destas ações totaliza R$213 (R$ atualizado monetariamente (R$305 em 31 de dezembro de 2019).

c. Processos previdenciários

	12/2020	12/2019
Tributos Federais	333.085	302.450
Tributos Estaduais	162.706	83.787
Tributos Municipais	4.433	5.540
	500.224	391.777

O saldo da provisão registrada está constituído em face de consumo, ações ajuizadas sobre valores, incluindo ações avaliadas pelos Tribunais estabelecidos pelo governo federal para tributos em geral, passado atrelados a variação da taxa SELIC.

Tributos diferidos

A provisão está substancialmente de composta pelos seguintes processos:

(i) A provisão para a TIM S.A. suporta crescente e cinco processos, relativos a questionamentos em grandes e substanciais sobre variações em 0,65%, CFRP, CSLL, IRRF, demandas específicas de multa ou pagamento do IOF/Ltda obrigações acessórias. Dentre total, destacam-se os valores decorrentes nas principais autuações que tramitam e tiveram como objeto a glosa de saldo negativo a CFRP supostamente indedutível entre operações consideradas de compra e venda de moeda estrangeira e a taxa de flutuabilidade de certa determinada da movimentação econômica, cujos valores envolvidos equivalem a R$8.350 (R$8.040 em 31 de dezembro de 2019), assim como o valor lançado a multa e juros sobre a remuneração do FGTS de abril de 2009, assim não será acompanhado o benefício de terceiros expurgo inflacionário que teve fundamento e atualizado e de R$18.371 (R$18.084 em 31 de dezembro de 2019).

(ii) A principal questão jurídica envolvida para uns processos que visa a cobrança via carta indevida da possibilidade sobre a alíquota de 15% a que, supostamente, deveriam ser aos subsidiárias na pagamento indevidamente a título de pensão jurídicos a título de remuneração aos dirigentes durante o período de vigência da Lei nº 9.249/95, cujos valores envolvidos e atualizado é de R$30.984 (R$27.977 em 31 de dezembro de 2019).

(iii) Em junho de 2020, a empresa obteve provisão com processos de compensação federal, encerrando-se uma discussão relevante em 2020, para a qual a suportava.

Cumpre não se mantinha indício o julgamento pode constar realizado. O valor provisionado e atualizado para dezembro de 2020 é de R$8.315 (sem provisionamento em dezembro de 2019).

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente de composta pelos seguintes processos:

A provisão para a TIM S.A. suporta valores e cinco processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nos autuações que questionam a ausência de débitos de ICMS, assim como o suposto documental para a compensação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados atualizados equivalem a R$38.497 (R$29.429 em 31 de dezembro de 2019), (ii) os valores questionados no âmbito da ação com a cobrança de serviços de telecomunicações, cujo atualizados, equivalem a R$ 126.688,00 em 31 de dezembro de 2019), bem como (iii) cobranças em razão de supostas diferenças entre os créditos corretos e os custos de mercadorias, em processo interno de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R$ 61.751 (R$15.466 em 31 de dezembro de 2019), (iv) lançamento de crédito sobre os de MEGA de aparelhos celulares, cujos valores provisionados atualizados a R$38.497 (R$29.429 em 31 de dezembro de 2019), (v) valores questionados em razão de uma indenização ressarcimento a título de ICMS-ST, cujos valores atualizados equivalem a R$8.787 (R$8.044 em 31 de dezembro de 2019) e (vi) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a crédito ICMS-ST, cujos valores atualizados equivalem a R$14.913 (sem correspondente em 31 de dezembro de 2019).

Tributos Municipais

Trabalhamos em os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento de ISS-fonte de serviços de terceiros que os cinco empregados, bem como a recolhimento de ISS pagos correspondente a serviços prestados em os Selling.

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certas obrigações de qualidade; (ii) inadimplemento de outras compromissos firmados por termos de Autorização e, (iii) não atendimento a requerimentos da SMP e do STFC, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2020, os valor indicado relativo aos Procedimentos para Acesso de Descumprimento de Obrigações ("PADO"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável e de R$20.201 (R$32.263 em 31 de dezembro de 2019).

e. Processos cíveis e administrativos cuja partes são avaliadas como possível

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo risco de perda classificada por seus consultores jurídicos como possível, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativos constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nos demonstrativos financeiros, conforme valores, praticamente, a seguir:

	12/2020	12/2019
	16.147.561	15.377.511
Cível (a.1)	1.437.000	1.005.000
Trabalhista e previdenciário (a.2)	543.971	588.096
Tributária (a.3)	13.586.383	13.784.922
Regulatória (a.4)	119.916	508.151

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e incontroláveis pela administração não são divulgados pelas suas valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

a.1. Cível

	12/2020	12/2019
Ações movidas por consumidores (a.1.1)	229.942	374.660
ANATEL (a.1.2)	223.588	209.036
Órgãos de Defesa do Consumidor (a.1.3)	453.378	32.841
Inconclusões contratuais (a.1.4)	710.029	199.230
Dano ambiental e infraestrutura (a.1.5)	152.167	126.331
Outros (a.1.6)	168.924	181.640
	1.937.028	1.005.500

a.1.1. Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por supostos roubo/furto indevidos, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negociação indevidas.

a.1.2. ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discutem: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas do serviço de valor adicionado, VAS (interconexão); (ii) cobrança incidente pro rata aplicada à proporcional pelos assinantes e os não pessoais das frequências de 45 e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade de serviço.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 24 de Fevereiro de 2021 às 20:46:16 -0300.

A assinatura não possui validade quando impressa.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 33.3.0032420-7, Protocolo: 20-2021/2968697-7 Data do protocolo: 12/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/04/2021 SOB O NÚMERO 20218076980 e demais constantes do termo de autenticação.
AUTENTICAÇÃO: AC3DAA3492E1DBC1B7FCE2C5D5E4A1D5A4B8E67C
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela/autenticidade, informe o nº de protocolo.

Reg. 22/03

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

e) 3. Órgãos de Defesa de Consumidor:
A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, questionando as cobranças consideradas, em tese, indevidas. (i) suposta falha na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações brasileiras; (iv) direito de cobrança e suspensão cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - SVA; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas cobranças indevidas; e (vii) cobrança de dados.

e) 4. Ex-Funcionários contenciosos:
A TIM é interveniente ou parte em diversos processos cíveis e trabalhistas movidos por ex-funcionários, diretores, colaboradores e prestadores de serviços, pleiteando diversas verbas.

e) 5. Socioambiental e Fundiário:
A Companhia é parte em diferentes ações judiciais e administrativas que discutem questões envolvendo a (1) licenciamento ambiental; (ii) compensação florestal; (iii) Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV); (iv) remoção de árvores; (v) instalação de estações rádio base de Telecom; (vi) ausência de contrato de locação de terreno para instalação de sites; (vii) Desapropriação de terrenos; e (viii) ocupação de sites. (ix) questões envolvendo a emissão de ruído.

e) 6. Direito:
A TIM é ré em outras ações de objetos relativamente não consideráveis, propostas perante diversos tribunais, questões discutidas: (i) questões ambientais; (ii) questões cíveis; (iii) ações de cobrança; (iv) interferência de contratos de locação; (v) ações de indenização geral; (vi) ações indenizatórias; (vii) supostos descumprimento de contrato; e (viii) ações de cobrança.

e) 7. Trabalhistas e Previdenciário:
e) 7.1. Previdenciário:
A TIM S.A recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente a supostas irregularidades no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor provisório de R$ 467 milhões (R$22,56* em 31 de dezembro de 20 *b). Ainda, recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, sob suposto não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas indevidas e título de abono indenizatório, gratificação relacionada, hora extra e incidente sobre os valor pagos em relação R$22.250 atualizado R$ 26.397 atualizado em 31 de dezembro de 2019).

e) 7.2. Trabalhistas:
e) 7.2.1 Indenizações trabalhistas em 31 de dezembro de 2020 (i) R$ em 31 de dezembro de 20 *b movidas contra a Companhia em que a possibilidade perda para avaliada pelos assistidos e empregados e empregados de prestadora de serviços no montante de R$317,97 atualizado) R$368,04 2 em 31 de dezembro de 2019).
Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e ex-empresas terceiras.

e) 8. Tributários:

	12/2020	12/2019
	30 Dez 20	31 Dez 19
Tributos Federais (v. 2.1)	4.295.212	4.201.304
Tributos Estaduais (v. 2.2)	8.382.062	8.250.865
Tributos Municipais (v. 2.3)	741.915	701.152
FUST, FUNTTEL e CIDE (v. 2.4)	2.014.876	2.981.867

Os valores apresentados estão corrigidos, na forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido corresponde a R$ 11.416.065 (R$11.416.065 em 31 de dezembro de 2019).

e) 8. Tributos Federais:
O valor total acusado contra o Grupo TIM relacionado a tributos federais é de R$4.295.212, em 31 de dezembro de 2020 (R$ 201.304 em 31 de dezembro de 2019). Dentre estão destacam-se as seguintes discussões:

a. Alocação de parcela incentivada de aposentadoria de cônjuge de militar e seu pensão vitalícia, arbitragem do lucro pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização do ágio, exclusão de incentivo de cultura, receitas referentes a glosas de compensações e deduções sujeitas por autoridade, alocação supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização demonstrativo na Secretaria da Receita Federal (RFB), a falta de lançamento da IRPJ e CSLL decorrente do ágio gerado e R$ 2.719.818 (R$2.619.756 em 31 de dezembro de 2019);

b. Metodologia de compensação de prejuízo fiscais e base negativa. O valor envolvido é de R$ 910 (R$ 832 em 31 de dezembro de 2019);

c. Cobrança da TFRJ sobre as instalações técnicas no município das operações de roaming consideradas pela suposta de cobrança. O valor envolvido é de R$67.310 (R$66.194 em 31 de dezembro de 2019);

d. Cobrança da ANEF sobre suspensão do pagamento no exterior, inclusive quanto retenção à fonte no momento de remessa e pagamento a beneficiário não identificado, bem como sobre a cobrança da CIDE sobre pagamento de royalties por remessas para o exterior, não sendo considerada a Lei de Informática. O valor envolvido é de R$209.998 (R$208.833em 31 de dezembro de 2019);

e. Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente de não homologação compensações (parcial ou compensações) tributárias para Companhia (para nome do Grupo Intelig) e Holding Active (aplicação Bem Financeiro e valor negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R$1.560.894 (R$427.203 em 31 de dezembro de 2019);

e) 8.2. Tributos Estaduais:
O valor total acusado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 782.062 (R$ 244.469 em 31 de dezembro de 2019), dentre valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Não inclusão na base de cálculo do ICMS de despesas com descontos concedidos a clientes, além de multa pela suposta descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação de registro 60 de arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R$1.109.714 (R$1.053.411 em 31 de dezembro de 2019);

b. Utilização do benefício fiscal (Programa de Promoção de Desenvolvimento Estadual) para fabricação e Exportação do Distrito Federal - PROEXPI, concedido pelo próprio pelo tributante, sendo declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente do compra interestadual de mercadorias comercializadas para fazer consertos e Futuro da origem. O valor envolvido é de R$400.008 (R$667.637 em 31 de dezembro de 2019). A cerração se deve ao êxito parcial no montante de 258 entidades.

c. Exigência de estorno e creditamento indevidos e aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R$838.110 (R$731.864 em 31 de dezembro de 2019). A cerração se deve ao êxito parcial no montante de 67 entidades.

d. Lançamento de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como o identificação e substituição documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas de investimento em créditos, juntamente como a declaração de Outras receitas (crédito especial), bem como estornos relacionados com apropriação de substituição tributária operações isentas e não tributadas. Em 31 de dezembro de 2020, o montante envolvido é de R$2.026.801 (R$2.004.473 em 31 de dezembro de 2019);

e. Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica consumida empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R$134.484 (R$121.007 em 31 de dezembro de 2019);

f. Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamentos específicos do muito pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R$666.970 (R$168.694 em 31 de dezembro de 2019). A cerração se deve ao recolhimento de dois novos casos em São Paulo no montante de R$266 milhões (+R$140 milhões).

g. Suposto fato do recolhimento do ICMS decorrente da glosa de débitos extemporâneos de compra para pago, crédito indevido de ZFMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de inconstitucionalidade do Serviços de Valor Agregado (SVA) e da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R$311.391 (R$194.955 em 31 de dezembro de 2019);

h. Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R$1.97.921 (R$180.620 em 31 de dezembro de 20 *b. Ainda, recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, sob suposto não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas indevidas e título de abono indenizatório, gratificação relacionada, hora extra e incidente sobre os valor pagos em relação R$22.250 atualizado R$ 26.397 atualizado em 31 de dezembro de 20 *b).

e) 8.3. Tributos Municipais:
O valor total acusado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais em decorrência de mero acessório é de R$ 59.615 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 59.132 em 31 de dezembro de 2019). Dentre valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Cobrança de ISS, bem como de multa punitiva pela ausência do respectivo recolhimento, sob alegação de que as Companhia. O valor envolvido é de R$ 19.123 (R$ 197.972 em 31 de dezembro de 2019);

b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R$ 581.616 (R$ 503.894 em 31 de dezembro de 2019);

c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de Contribuinte diversas. O valor envolvido é de R$ 128.158 (R$ 118.933 em 31 de dezembro de 2019);

e) 8.4. FUST e FUNTTEL:
O valor total acusado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL (uma interpretação de mero acessório de R$ 214.676 (R$ 214.367 em 31 de dezembro de 2019). A principal discussão envolve a cobrança de tal tributação ao FUST e ao FUNTTEL, ifundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações e pela EA da Anatel/MINISTÉRIO da Comunicação, sendo certo que estas contribuições, ao seu ver, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão autorizadas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, sujeito da alíquota de 1% nº 9.998/2000.

e) 9. Regulatórias:
A Anatel, fornecem processos administrativos contra a Companhia para: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) descumprimento de outras obrigações do Termos de Autorização e (iii) não atendimento a regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.
Em 31 de dezembro de 2020, o valor relevado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, totalizava o montante de R$ 1.109.714 (R$1.053.411 em 31 de dezembro de 2019). A variação do ano corresponde à atualização dos PADOs e também de Termo de Ajustamento de Conduta "TAC" em negociação com a ANATEL, tendo sido concedido longos prazos aos antigos administradores.
Em 23 de agosto de 2019, a Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) da TIM, que visa tentar resolver os passivos do STFC de 2018 com o regulador. O acordo abrange um valor de referência de aproximadamente R$627 milhões. O principal motivo e ter assumido pela TIM perante ações na medida para os planos de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de resultados associados a aprimoramentos no processo de atendimento das reclações, um eficiente no tempos de resposta), avaliação dos novos índices de atendimento, redução das metas de reclamação, expansão de usuários e reforço de sites de banda larga e de acesso. Além disso, compromisso e compromissos adicional de levar banda larga móvel para mais de 900 mil habitantes de 4G, e 598 municípios com menos de 30 mil habitantes através de um sinal 3G. Além disso, a TIM se comprometeu a investir R$ 3,4 milhões de reais. A vida útil destes ativos será implementada em três anos - sendo cada de 80% nos primeiros dois anos – entrando gradativo pela Companhia e tendo de concluir totalmente com as metas estabelecidas.
Em 18 de junho de 2020 o Conselho da Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e o seu assinatura no termo ocorreu em 23 de junho. O acordo abrange as ações (em valores) em valor de aproximadamente R$600 milhões, atualizado, que estão relacionadas à prestação de compromissos estabelecidos em outras de conformidade via qualidade e investimento do cliente bem como o compromisso de infraestrutura em mais de 2.000 localidades.
As obrigações de prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências atuais das de SMP, a TIM S.A. somente demonstra do Grupo consolidado sobre o investimento de um plano de serviço compromissos no âmbito de cada autorização No ano vencido (2019 a 4.868 ERBs passou ter a cobertura de celular de alta tecnologia as sendas cidades com o compromisso, e a partir de 4.013, as sendas estão com banda larga de 4G (4G Network). No entender da Companhia, o acordo de Lote vocalizará este vetor de não ser expressamente previsto nos Termos de Autorizações originais, pelo que as obrigações vocalizadas aos discutidas na esfera administrativa e nos policiais

25. Patrimônio líquido

Os valores em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes constituídos e consolidados.

a. Capital social
O capital social é integralizado pelos cotas efetivamente capital quotistas acionistas foi este dos Quotistas detentor atividade acompanhamento de cotistas da capitalização.
O capital social autorizado e integralizado em 31 de dezembro de 2020, está representado por 2.420.804.396 ações ordinárias e 2.280.760.688 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2019).
A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.668.000.000 ações ordinárias.
Em 2 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o pagamento de dividendo de 42.208.789.606 ações ordinárias e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do Art. 12 da Lei nº 9.494/10, sem modificação do capital social, mas com reconhecimento de 400 ações para formar 1 ação ordinária, passou do o capital social - e sem representado por 420.967.998 ações ordinárias e sem valor nominal. preservando todos os direitos e obrigações das referidas ações anteriores. O pagamento proposto aos acionistas em frações de ações. A incorporação, sem efeito e em conformidade com as ações de emissão da Companhia, ou ainda a ser feita diretamente na TIM Participações.
Após a incorporação, mencionada na nota 1, e certificada a condição suspensiva, os acionistas da TIM Participações passaram a ter direito de receber um terço das TIM S.A para cada 1 ação ordinária de emissão da TIM Participações de sua titularidade, o que resultando a incorporação do número de ações de emissão da TIM Participações em circulação (ações ordinárias) de 1.420.441.317.6 ações ordinárias para 1.901.9. ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.
Em 31 de agosto de 2020, foi aprovado em assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$7.7 de dentro na emissão, o que gerando a ser representado por R$13.471.844.
Em 28 de setembro de 2020, em reunião do Conselho de administração, os acionistas da Companhia aprovaram conhecimento dos programas relacionados às compras de ações de emissão da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração da TIM Participações (ou, posteriormente pela TIM S.A.), em período compreendido em 25 de julho de 2021, no montante de 457.101 ações ordinárias.

b. Reservas de capital

	12/2020	12/2019
	31 Dez 20	31 Dez 19
Reserva especial de ágio	353.094	-
Opções de compra de ações	43.476	19.164

c.1. Reserva especial de ágio
Reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação de ações Holding Active (controlada TIM Participações S.A. (nota 1).

c.2. Opções de compra de ações
Os planos regulados nestas notas explicativas representam os programas da Companhia com opções em compra de ações, acionistas aos empregados (nota 26).

c. Reservas de lucros

c. 1. Reserva legal
Sobre o lucro líquido do exercício foi destinado 5% para a constituição da reserva legal, até que o montante igualar a 20% do capital social, excluindo a parte do lucro líquido destinada à reserva para incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada as reservas de capital, exceder 30% do capital social.
Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

Stevens Programas Opções de Ações (Stock Options)

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Canceladas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2014-2015 – 2ª Outorga	3.502.308	nov/20	R$6,16	419.340	-	(124.377)	-	-	306.963
Plano 2014-2015 – 3ª Outorga	3.355.228	out/21	R$6,46	130.849	-	(111.071)	-	-	21.771
Plano 2014-2015 – 1ª Outorga	1.987.898	set/20	R$13,40	573.280	-	(60.936)	(200.016)	-	312.328
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	3.472.411	jul/18	R$6,13	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	3.561.752	set/18	R$6,86	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.533.056	ago/17	R$6,64	-	-	-	-	-	-
Total	17.102.884			933.474	-	(296.042)	(200.016)	-	316.834
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R$6,12						

Stevens Programas de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Canceladas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2014-2015 – 2ª Outorga	3.502.308	nov/20	R$6,16	419.340	-	(124.377)	-	-	306.963
Plano 2014-2015 – 3ª Outorga	3.355.228	out/21	R$6,46	130.849	-	(111.071)	-	-	21.771
Plano 2014-2015 – 1ª Outorga	1.987.898	set/20	R$13,40	573.280	-	(60.936)	(200.016)	-	312.328
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	3.472.411	jul/18	R$6,13	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	3.561.752	set/18	R$6,86	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.533.056	ago/17	R$6,64	-	-	-	-	-	-
Total	17.102.884			933.474	-	(296.042)	(200.016)	-	316.834
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R$6,12						

Identificação Outorga	Ações outorgadas	Saldo no início do exercício	Outorgadas durante o exercício	Preço Outorga	Transferidas durante o exercício	Volume Vested	Variação Performance	Adicional Dividendos	Volume Vested	Pagas em Dinheiro Variação Performance	Adicional Dividendos	Canceladas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2018-2020 – 2ª Outorga	799.934	463.03	14-08	-	199.934	-	-	-	-	-	-	-	799.934
Plano 2018-2020 – 2ª Outorga	830.663	jul/22	11.28	407.244	-	(209.399)	(83.672)	(19.536)	-	-	-	-	597.007
Plano 2018-2020 – 1ª Outorga	849.942	dez-21	14-en	969.840	-	(29.161)	76	(4.646) (2.515)	-	(5)	(164)	-	784.849
Total	2.570.948			- 1.182.308	799.934 (292.339)		(83.992)	(21.197) (2.515)		(5)	(164)	-	- 1.379.791
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			13,18										

Os dados significativos incluídos e incluídos para as Outorgas atingidas são estes Dado:

Data de outorga	Preço Base – média ponderada de ações no período de vigência da Outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R$6,64	51,73% a.a	-	6 anos	11,54% a.a
Outorga 2012	R$6,86	50,46% a.a	-	6 anos	9,97% a.a
Outorga 2013	R$6,13	65,83% a.a	-	6 anos	13,96% a.a
Outorga 2014	R$13,42	44,97% a.a	-	6 anos	10,60% a.a
Outorga 2015	R$6,45	33,26% a.a	-	6 anos	16,10% a.a
Outorga 2016	R$6,16	36,76% a.a	-	6 anos	11,75% a.a

Nota: Os dados significativos são considerados as para Outorgas atingidas são estes Dado:

e) 2. Reserva estatutária para expansão
A formação dessa reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.
O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que tão poderá ultrapassar 80% do capital social, atingindo este limite, cabendo à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

e) 3. Reserva de incentivo fiscal
A Companhia usufrui de benefícios fiscais que permitem restrições na distribuição que poderão ser retidas. Segundo a legislação tributária brasileira, os benefícios fiscais, ao ser de ampliado que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções de alíquotas tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal de passivo jurídico. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social. Em 31 de dezembro de 2020, o valor acumulado era beneficiário, contudo para Companhia equivale a R$1.701.580 (R$1.012.016 em 31 de dezembro de 2019).
O referido benefício fiscal, concessão obtida pela empresa por intermédio do Ato Declaratório Presidencial (ADP) vinculante sobre a lucro da exploração apurado nos unidades incentivadas. A Companhia usa na área da bacia Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM) sendo os lucros de incentivo fiscal concedidos por estado de fiscalização, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

f. Dividendos
Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.
Segundo este critério estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório o percentual de seis (6) anos findos em 31 de dezembro, dentro que haja valores disponíveis para a distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.
Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não tributados ou proposta a ser a ser submetida em favor dos compartes.
Em 31 de dezembro, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	1.843.090	1.880.182
	1.843.090	1.880.182
(-) reserva legal não constituída	(158.240)	(94.141)
(-) Constituição de reserva legal	(92.767)	(141.363)
Lucro líquido ajustado	1.592.083	1.644.678
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	397.971	670.670
Composição dos dividendos a pagar e JCP:		
Ações ordinárias	1.083.080	1.161.080
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.083.080	1.161.080
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(154.890)	(171.963)
Total de dividendos e JCP líquidos	928.190	1.000.163

Os pros sobre capital próprio pagos aos a pagar são remuneratórios em contrapartida de despesas financeiras e, de que, para fins de apresentação nas demonstrações financeiras são reclassificados e divulgados como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio remunerativos e líquidos dos correspondentes em contrapartida de receitas financeiras impactando o resultado do exercício patrimonial. Para fins de apresentação, os impostos incorporados são eliminados na decisão de 2020, o montante total de juros sobre o capital próprio apresentou foi de R$1.083.000 e o líquido foi de R$1.153.000 (sendo R$928 milhões referentes aos exercícios de 2019 e R$296 milhões referentes aos exercícios de 2018). O valor foi pago em 31 de dezembro de 2020, e o valor líquido foi pago em 1º de julho de 2020.
O saldo em 31 de dezembro de 2020, a título de "dividendos a pagar" inclui os juros sobre capital próprio e dividendos pelos valores não reclamados pelos detentores de mais de três anos, de R$1.000, além de valor pode não ter sido ainda pago aos acionistas, cujos direitos foram calculados em 2020 no montante de R$400.960 milhões.
Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os acionistas e juros sobre o capital próprio pertencem a não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, após terminados as assembleias quando houver na decisão de sua pagamento, serão revertidos em favor da Companhia, sendo registrados em outras receitas operacionais.
Para determinação do montante dividendos mínimos obrigatórios aos seus acionistas, a Companhia ajusta o lucro líquido do exercício. Abaixo, os cálculos:

26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Os custos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes constituídos e consolidados.

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016 e Plano 2018-2020
Em 3 de agosto de 2011, 11 de abril de 2014 e 19 de abril de 2018, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A., Sociedade pela TIM S.A em 31 de agosto de 2020, os planos de incentivo de longo prazo "Plano 2011–2013", "Plano 2014-2016" e "Plano 2018-2020" (esses planos, conjuntamente, o "Plano") para administradores e determinados empregados (exceto membros do Conselho Fiscal) da Companhia.
Os planos estão baseados na outorga de ações preferenciais de emissão da Companhia (ações), sujeitos o Plano 2018-2020 prevê a outorga de ações (performance shares) e a (restricted shares).
O exercício das opções do Plano 2011-2013 estava condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, ensejando o cancelamento das opções do Plano 2014-2016 o pagamento de metas pela plena aceleração como de aquisição das ações. O Preço de Exercício calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em proporção à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.
Já o Plano 2018-2020 prevê a concessão aos participantes de ações da emissão da Companhia, sendo automaticamente ou participante no Companhia ou mesmo parte (pagamento do montante especificado). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, com base nos critérios previstos em cada Outorga.
O prazo de vigência dos opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e o TIM S.A. (decisão tenham obrigatoriamente o não for exercidas de cumprir a regulatório ao vencimento deste. Para o Plano 2018-2020 o prazo de vigência é de 3 anos, parcelados em 3 anos executados a cada cerimônia. Por sua vez, o Plano 2018-2020 além de conceder a transferência de Ações, proporcionam a possibilidade de haver o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.
O valor mínimo de exercício foi calculado considerando o fair value das opções e valor das ações e o mais recente nas resultados ao longo de períodos anteriores (valores).

Stevens Programas Opções de Ações (Stock Options)

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Canceladas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2014-2015 – 2ª Outorga	3.502.308	nov/20	R$6,16	419.340	-	(124.377)	-	-	306.963
Plano 2014-2015 – 3ª Outorga	3.355.228	out/21	R$6,46	130.849	-	(111.071)	-	-	21.771
Plano 2014-2015 – 1ª Outorga	1.987.898	set/20	R$13,40	573.280	-	(60.936)	(200.016)	-	312.328
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	3.472.411	jul/18	R$6,13	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	3.561.752	set/18	R$6,86	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.533.056	ago/17	R$6,64	-	-	-	-	-	-
Total	17.102.884			933.474	-	(296.042)	(200.016)	-	316.834
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R$6,12						

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.ioerj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 24 de Fevereiro de 2021 às 23:46:19 -0300.

A assinatura não possui validade quando impresso.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 33300274011 Protocolo: 00-2021/296889-7 Data do protocolo: 12/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/04/2021 SOB O NÚMERO 00330049340 e demais constantes do termo de autenticação.
AUTENTICAÇÃO: AC3D9A3492E0CB03B7FCE2C0F5EC6D3D5191FB4B8E67E
Para validar o documento acesse o site http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela/autenticidade, informe o nº de protocolo.

Reg. 23/81

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Diferença base duração do caixa (Average for calculation) entre as duas médias ponderadas de prazo dos ativos da TIM Participações, considerando-se os seguintes ex-ante:

- **Série 2011-2015 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, no período dos 30 dias anteriores à data de 23/07/2011 (data em que o conselho de administração da TIM Participações aprovou o benefício);
- **Série 2011-2015 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, no período de 01/07/2012 a 31/08/2012;
- **Série 2011-2015 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, no período dos 30 dias anteriores à data de 23/07/2013;
- **Série 2014-2018 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, nos 30 dias anteriores (data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações, 23 de setembro de 2014);
- **Série 2014-2018 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, nos 30 dias anteriores à data de 23/09/2015;
- **Série 2014-2018 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, nos 30 dias anteriores (data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações, 23 de setembro de 2015);
- **Série 2016-2020 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, no período de 01 de março de 2016 a 31 de março de 2016;
- **Série 2016-2020 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, no período de 01 de junho de 2016 a 30 de junho de 2016;
- **Série 2019-2023 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, no período de 01 de março de 2020 a 31 de março de 2020.

A Companhia reconhece o impacto de revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração de resultados, caso contemplados os parâmetros citados acima. Em 31 de dezembro de 2021, as despesas previstas nos referidos planos de benefícios de longo prazo somam o montante R$8.668 (R$2.608 em 31 de dezembro de 2019).

27. Receita operacional líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam as receitas de individuais e consolidadas.

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços adicionais de voz, SMSs, dados, receitas de utilização periódicas destes serviços, encargos de roaming e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua fruição, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando a prestação de serviço ocorrer ou estiver concluída de forma satisfatória.

As receitas são reconhecidas, naturalmente, através do faturamento, o que ocorre à medida que entra o ciclo de faturamento e o final do mês, possibilitando identificarmos, processarmos e reconhecermos as vendas em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativas, que levam em consideração dados históricos consistentes, durante os dias transcorridos desde a última data de faturamento.

As receitas de tráfego de interconexão e roaming são registradas com base na fruição dos serviços pelos assinantes de outras redes e com as operadoras de telecomunicações nacionais e internacionais com quem são operacionalizadas.

Os valores faturados pelos fabricantes e revendedores de aparelhos celulares e acessórios, vendidos aos canais de distribuição próprios da Companhia, são reconhecidos como receita líquida apropriada ao resultado quando efetivada a utilização dos serviços pelos clientes.

A receita de receitas de serviços inclui também as receitas originadas por contratos de parceria financeira e operacional celebrados em conjunto com bancos e/ou de receitas incentivadas até 31 de dezembro de 2029 pelos clientes TIM que possuem vinculação ao nosso parceiro financeiro (3) que foi de aproximadamente R$ 53 milhões (nota 02).

Receitas de vendas de produtos

As receitas com venda de produtos (telefones, set-top-boxes, cabos e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais e consolidados ao momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém o poder sobre o produto vendido.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos como descrito em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que podem ter um elemento no aplicação de pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou a existência de duas obrigações de desempenho:

(i) venda de equipamento; e

(ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Receita líquida, a Companhia passou a reconhecer os créditos quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ou transferem a bem ou o serviço prometido ao cliente, sendo o valor considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desses bens.

Determinação e alocação do preço na transação e obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações existe venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com o IFRS 15 / CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda individuais.

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato considerados de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (contra-se dentro do valor). (1) a diferença no resultado com reversa período que o contrato associado a estimativa. (2) mesma forma, comissões pelo cumprimento de contrato, também são diferidas ao método em questão ao longo do período.

	12/2020	12/2019
Receita Operacional Líquida	(17.267.811)	(17.737.704)
Receita operacional bruta	(19.936.107)	(19.792.275)
Receita de serviços	(12.676.103)	(13.629.343)
Receita de serviços – Móvel	(9.602.595)	(10.549.055)
Receita de serviços – Fixo	(1.707.298)	(1.673.211)
Venda de mercadorias	(1.366.210)	(1.302.456)
Receitas de vendas in site	(7.259.994)	(6.162.932)
Impostos incidentes	(2.668.302)	(2.054.929)
Descontos concedidos	(2.591.692)	(2.043.675)
Devoluções e Outros	(76.610)	(11.254)

28. Custos e despesas operacionais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam as movimentações individuais e consolidadas:

	12/2020				12/2019			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(1.196.824)	(812.331)	(313.406)	(2.322.561)	(1.211.000)	(829.000)	(311.000)	(2.351.000)
Serviços de terceiros	(4.867.836)	(1.733.814)	(532.044)	(7.133.694)	(5.063.000)	(1.931.000)	(558.000)	(7.552.000)
Interconexão e meios de conexão	(1.437.855)	(1)		(1.437.856)	(1.478.000)			(1.478.000)
Depreciação e amortização	(3.068.394)	(347.998)	(715.252)	(4.321.031)	(3.102.000)	(356.000)	(736.000)	(4.194.000)
Impostos, taxas e contribuições	(28.670)	(764.154)	(24.634)	(817.458)	(30.000)	(417.000)	(18.000)	(465.000)
Aquisições recorrentes	(174.810)	(167.599)	(15.764)	(358.173)	(183.000)	(127.000)	(15.000)	(325.000)
Custo das mercadorias vendidas	(738.000)			(738.000)	(1.000.000)			(1.000.000)
Publicidade e propaganda			(217.184)	(217.184)		(355.000)		(355.000)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa (nota 6)			(322.611)	(322.611)			(349.000)	(349.000)
Outros	(7.552)	(29.703)	(59.888)	(97.143)	(22.000)	(42.000)	(21.000)	(85.000)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão pública ou privados de forma obrigatória, contratual ou exercício estatuto e empregado integral a custos de funcionários, as Companhia. Tais planos não criam nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Os funcionários doados de fazer parte do quadro de empregados da Companhia ou gestão necessário para tal e existe de serviços das contribuições totais pelos patrocinadores. As salários dos quais o funcionário, são bem estes direito e qual podem ocorrer de cálculo das contribuições. Além de, a Companhia também oferece planos vacinas operacionais por diversos diversos valores/empresas como abai.

29. Outras receitas (despesas), líquidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam as receitas e despesas individuais e consolidadas:

	12/2020	12/2019
Receitas		
Receita de subvenção, líquida	(1.447)	(1.072)
Multas sobre serviços de telecomunicações	(2.486)	(2.486)
Receita na alienação de ativos	1.375	2.214
Cessões de PIS/COFINS (i)	-	1.240.000
Outras receitas	80.236	82.607
	131.548	1.321.942
Despesas		
FUST/FUNTTEL (ii)	(135.978)	(131.955)
Impostos, taxas e contribuições	(10.316)	(4.631)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(282.439)	(418.461)
Despesa na alienação de ativos	(13.536)	(1.830)
Outras despesas	(32.821)	(62.542)
	(482.684)	(629.252)
Outras receitas (despesas), líquidas	(350.886)	1.321.690

(i) A variação refere-se à atualização dos créditos (vide item 'a' do processo judicial com decisão definitiva favorável encerrado a favor da Companhia em 1ª Instância Superior, em 2019), que discute a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS. O montante do PIS/ COFINS foi registrado na rubrica de outras receitas (despesas) e deferido de 2019 (vide b).

(ii) Representa os gastos incorridos com as contribuições sobre as chamadas receitas de telecomunicações devidas (Fistel, Condecine, Fust e Funtel).

30. Receitas Financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam as receitas individuais e consolidadas:

	12/2020	12/2019
Receitas financeiras	372.187	1.427.500
Juros sobre aplicações financeiras	51.070	96.104
Juros de clientes	34.699	31.332
Juros swap	32.568	16.936
Juros sobre leasing	19.004	22.209
Atualização monetária (i)	110.376	1.202.772
Outras receitas (ii)	116.158	
Outras receitas	8.312	4.906

(i) Em 2019, saldo de valores de R$1.039 milhões de atualização de créditos oriundos de processo judicial sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (vide item 'a').

(ii) Ganho de barganha a mercado dividido de valores) no ganho de R$155mn referente ao resgate de ações de direito ou companhia foi obtida através de parceria operacional investida no exercício de 2020. Adicionalmente, entre o custo a valor de mercado (exceção de subscrição de ações referentes a parceria do Banco CE, e valor foi calculado com base em informações disponíveis de determinação mediante fluxo de caixa descontado, e utilizado no mercado. As obrigações desde instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas na nota 31.

31. Despesas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam as receitas individuais e consolidadas:

	12/2020	12/2019
Despesas financeiras	(1.315.378)	(1.230.000)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(74.892)	(110.736)
Juros sobre impostos e taxas	(83.131)	(35.345)
Juros swap	(40.870)	(30.004)
Juros sobre leasing	(786.353)	(821.858)
Atualização monetária (i)	(155.835)	(134.836)
Descontos concedidos	(31.722)	(36.047)
Outras despesas	(142.594)	(59.977)

(i) Parte substancial relacionada a atualização monetária sobre provisões judiciais (R$137.379 em 2020 – vide 29).

A norma de receitas de serviços inclui também as receitas originadas por contratos de parceria financeira e operacional celebrados em conjunto com bancos e/ou de receitas incentivadas até 31 de dezembro de 2029 pelos clientes TIM que possuem vinculação ao nosso parceiro financeiro (3) que foi de aproximadamente R$ 53 milhões (nota 02).

Receitas de vendas de produtos

As receitas com venda de produtos (telefones, set-top-boxes, cabos e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais e consolidados ao momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém o poder sobre o produto vendido.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos como descrito em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que podem ter um elemento no aplicação de pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou a existência de duas obrigações de desempenho:

(i) venda de equipamento; e

(ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Receita líquida, a Companhia passou a reconhecer os créditos quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ou transferem a bem ou o serviço prometido ao cliente, sendo o valor considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desses bens.

Determinação e alocação do preço na transação e obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações existe venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com o IFRS 15 / CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda individuais.

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato considerados de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (contra-se dentro do valor). (1) a diferença no resultado com reversa período que o contrato associado a estimativa. (2) mesma forma, comissões pelo cumprimento de contrato, também são diferidas ao método em questão ao longo do período.

	12/2020	12/2019
Receita Operacional Líquida	(17.267.811)	(17.737.704)
Receita operacional bruta	(19.936.107)	(19.792.275)
Receita de serviços	(12.676.103)	(13.629.343)
Receita de serviços – Móvel	(9.602.595)	(10.549.055)
Receita de serviços – Fixo	(1.707.298)	(1.673.211)
Venda de mercadorias	(1.366.210)	(1.302.456)
Receitas de vendas in site	(7.259.994)	(6.162.932)
Impostos incidentes	(2.668.302)	(2.054.929)
Descontos concedidos	(2.591.692)	(2.043.675)
Devoluções e Outros	(76.610)	(11.254)

28. Custos e despesas operacionais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam as movimentações individuais e consolidadas:

	12/2020				12/2019			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(1.196.824)	(812.331)	(313.406)	(2.322.561)	(1.211.000)	(829.000)	(311.000)	(2.351.000)
Serviços de terceiros	(4.867.836)	(1.733.814)	(532.044)	(7.133.694)	(5.063.000)	(1.931.000)	(558.000)	(7.552.000)
Interconexão e meios de conexão	(1.437.855)	(1)		(1.437.856)	(1.478.000)			(1.478.000)
Depreciação e amortização	(3.068.394)	(347.998)	(715.252)	(4.321.031)	(3.102.000)	(356.000)	(736.000)	(4.194.000)
Impostos, taxas e contribuições	(28.670)	(764.154)	(24.634)	(817.458)	(30.000)	(417.000)	(18.000)	(465.000)
Aquisições recorrentes	(174.810)	(167.599)	(15.764)	(358.173)	(183.000)	(127.000)	(15.000)	(325.000)
Custo das mercadorias vendidas	(738.000)			(738.000)	(1.000.000)			(1.000.000)
Publicidade e propaganda			(217.184)	(217.184)		(355.000)		(355.000)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa (nota 6)			(322.611)	(322.611)			(349.000)	(349.000)
Outros	(7.552)	(29.703)	(59.888)	(97.143)	(22.000)	(42.000)	(21.000)	(85.000)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão pública ou privados de forma obrigatória, contratual ou exercício estatuto e empregado integral a custos de funcionários, as Companhia. Tais planos não criam nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Os funcionários doados de fazer parte do quadro de empregados da Companhia ou gestão necessário para tal e existe de serviços das contribuições totais pelos patrocinadores. As salários dos quais o funcionário, são bem estes direito e qual podem ocorrer de cálculo das contribuições. Além de, a Companhia também oferece planos vacinas operacionais por diversos diversos valores/empresas como abai.

29. Outras receitas (despesas), líquidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam as receitas e despesas individuais e consolidadas:

	12/2020	12/2019
Receitas		
Receita de subvenção, líquida	(1.447)	(1.072)
Multas sobre serviços de telecomunicações	(2.486)	(2.486)
Receita na alienação de ativos	1.375	2.214
Cessões de PIS/COFINS (i)	-	1.240.000
Outras receitas	80.236	82.607
	131.548	1.321.942
Despesas		
FUST/FUNTTEL (ii)	(135.978)	(131.955)
Impostos, taxas e contribuições	(10.316)	(4.631)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(282.439)	(418.461)
Despesa na alienação de ativos	(13.536)	(1.830)
Outras despesas	(32.821)	(62.542)
	(482.684)	(629.252)
Outras receitas (despesas), líquidas	(350.886)	1.321.690

(i) A variação refere-se à atualização dos créditos (vide item 'a' do processo judicial com decisão definitiva favorável encerrado a favor da Companhia em 1ª Instância Superior, em 2019), que discute a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS. O montante do PIS/ COFINS foi registrado na rubrica de outras receitas (despesas) e deferido de 2019 (vide b).

(ii) Representa os gastos incorridos com as contribuições sobre as chamadas receitas de telecomunicações devidas (Fistel, Condecine, Fust e Funtel).

30. Receitas Financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam as receitas individuais e consolidadas:

	12/2020	12/2019
Receitas financeiras	372.187	1.427.500
Juros sobre aplicações financeiras	51.070	96.104
Juros de clientes	34.699	31.332
Juros swap	32.568	16.936
Juros sobre leasing	19.004	22.209
Atualização monetária (i)	110.376	1.202.772
Outras receitas (ii)	116.158	
Outras receitas	8.312	4.906

(i) Em 2019, saldo de valores de R$1.039 milhões de atualização de créditos oriundos de processo judicial sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (vide item 'a').

(ii) Ganho de barganha a mercado dividido de valores) no ganho de R$155mn referente ao resgate de ações de direito ou companhia foi obtida através de parceria operacional investida no exercício de 2020. Adicionalmente, entre o custo a valor de mercado (exceção de subscrição de ações referentes a parceria do Banco CE, e valor foi calculado com base em informações disponíveis de determinação mediante fluxo de caixa descontado, e utilizado no mercado. As obrigações desde instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas na nota 31.

31. Despesas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam as receitas individuais e consolidadas:

	12/2020	12/2019
Despesas financeiras	(1.315.378)	(1.230.000)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(74.892)	(110.736)
Juros sobre impostos e taxas	(83.131)	(35.345)
Juros swap	(40.870)	(30.004)
Juros sobre leasing	(786.353)	(821.858)
Atualização monetária (i)	(155.835)	(134.836)
Descontos concedidos	(31.722)	(36.047)
Outras despesas	(142.594)	(59.977)

(i) Parte substancial relacionada a atualização monetária sobre provisões judiciais (R$137.379 em 2020 – vide 29).

(iv) Diluído:

O lucro diluído por ação é calculado ajustando o quoto de quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	12/2020	12/2019
Lucro atribuível aos acionistas da controlada	1.843.690	2.805.362
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	(1.836.060)	41.066.756
Lucro diluído por ação (expresso em R$)	0,06	0,09

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 281 milhares de ações relacionadas com as outorgas do Plano 2011-2015 e do Plano 2014-2018, conforme mencionado acima 28.

Em 2020, não existiram ações potenciais diluidoras na participação dos anos anteriores. Desde assim, o cálculo do lucro diluído por ação em igual ao lucro básico por ação.

32. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam as movimentações individuais e consolidadas.

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia são os seguintes:

	Ativo	
	12/2020	12/2019
TIM Participações (ii)	-	11.814
Telecom Italia Sparkle (1)	1.682	1.868
TI Gamma (1)	1.915	2.557
TIM Brasil (ii)	6.129	4.989
Outros	1.064	1.929
Total	10.790	23.157
	Passivo	
	12/2020	12/2019
TIM Participações (ii)	-	(32.813)
Telecom Italia S.p.A. (2)	75.317	(69.807)
Telecom Italia Sparkle (1)	10.639	8.871
TI Gamma (1)	3.643	3.731
TIM Brasil (ii)	8.184	4.818
Grupo Vivendi (ii)	1.150	1.164
Grupo Hanas (1)	34.069	31.249
Outros	2.797	2.467
Total	251.899	343.668
	Receita	
	12/2020	12/2019
Telecom Italia S.p.A. (2)	1.191	772
Telecom Italia Sparkle (1)	3.764	8.371
TI Gamma (1)	4.500	3.242
Total	9.455	8.386
	Custo/Despesa	
	12/2020	12/2019
Telecom Italia S.p.A. (2)	110.401	90.168
Telecom Italia Sparkle (1)	17.981	24.814
TI Gamma (1)	19.191	19.198
Grupo Vivendi (ii)	1.307	1.388
Grupo Hanas (1)	257.661	264.318
Outros	22.886	19.713
Total	393.111	421.319

(1) Os valores referem-se a roaming, serviços de voz internacionais, VAS, venda de mídia e voz internacional wholesale.

(2) Os valores referem-se a roaming internacional, assistência técnica e serviços de voz internacionais – IRU.

No dia 17 de maio de 2013, a TIM Participações incorporou a parte TIM S.A e a Companhia firmaram contrato de licenciamento de uso de marca mediante concedendo licenciante a TIM Participações o direito de utilização da marca. TIM investirá ao pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da companhia.

O investimento e alocação temporariamente.

(3) Os valores referem-se a despesas de aluguel de sites, aluguel de RLS, aluguel de meios (cabo submarino) e serviços de manutenção – IRU.

Na ata 17 de maio de 2013, a TIM Participações incorporou a parte TIM S.A e a Companhia firmaram contrato de licenciamento de uso de marca mediante concedendo licenciante a TIM Participações o direito de utilização da marca. TIM investirá ao pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da companhia.

O investimento e alocação temporariamente.

(4) Os valores referem-se a participação de empresas para patrocínio de museu específico, esportes/eventos culturais, saúde e meio ambiente. Contrato mencionado na nota 1.c) TIM Participações foi incorporada pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020.

Para maiores informações sobre operações com partes relacionadas, vide nota 32 da TIM S.A. em 31 de agosto de 2020.

(i) Refere-se aos saldos de bancos, os resultados, líquidos de serviços de publicidade, dos quais, R$180.117 (R$170.956 em 31 de dezembro de 2019), estão relacionados a operações em moeda.

(ii) Pertencem ao segundo período todas em moeda de outras naturezas. Conforme mencionado na nota 1.c) a TIM Participações foi incorporada pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020.

A Companhia possui ações de investimento assim que contemplados imóveis, projeto determinados pela diretoria TIM e participantes. Em 31 de dezembro de 2020 o Conselho emitiu R$4.529 (R$4.207 em 31 de dezembro de 2019) com mesmos padrões em benefícios acima.

Os valores nas contas patrimoniais estão registrados nos grupos contas e incluem os direitos, despesas antecipadas, fornecedores e outras obrigações contábeis.

33. Remuneração da Administração

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam as movimentações individuais e consolidadas.

O pessoal chave da Administração inclui diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal chave da Administração pelo período dos seus serviços está apresentado a seguir:

	12/2020	12/2019
Benefícios de curto prazo	23.645	18.178
Outros benefícios de longo prazo (1)	4.044	840
Remuneração baseada em ações	6.341	3.919
	34.030	22.937

(1) a variação decorre principalmente pela quantidade de colaboradores elegíveis.

34. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam as movimentações individuais e consolidadas.

Os riscos operacionais, financeiros regulatórios ou contábeis associados ao negócio e às atividades que são passivos financeiros remunerados ou valor justo por meio de resultado. Avaliação de valor justo passivos são mensurados pelo seu valor justo. Quando a variação monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando ocorridas, na linha de receitas e despesas financeiras.

Instrumentos: os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo.

A Companhia não aplica a "hedge accounting".

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, com fins especulativos, apenas com o objetivo de reduzir nossa exposição à variação cambial e ao gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de swap e opções.

Os instrumentos financeiros da companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia comprar e vincular determinados fluxos de recebimento, relacionados a clientes ao mercado, ou ser dívida com empréstimos e financiamentos obtidos, ter contrato e no desgaste financeiro ao fornecimento ou consumo de custo em contratos comerciais que possuem algumas de variação cambial. Para que exercícios de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza, sempre que julgar necessário, operações financeiras com o objetivo de evitar os impactos em decorrência da flutuação das taxas de câmbio e seu efeito financeiro e mantendo constante com cláusulas de operações contratuais outros objetivos de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos, para reduzir os riscos de exposição cambial em um mesmo vencimento.

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação do dólar americano encontram-se desprotegidos (protegidos), tanto em seu valor quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

Além dos riscos mencionados acima, não existem outros riscos e passivos financeiros de montantes significativos que estejam relacionados a moedas estrangeiras.

(ii) Risco de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos atribuíveis pela Companhia indexados à TJLP, IPCA etc. TJLP, quando esses riscos não compensados substancialmente pelas taxas referenciais de Certificados de Depósito Interbancários (CDI), tal risco de exposição de 2020, a Companhia não possuía nenhuma operação de swap atrelada à TJLP, IPCA ou etc. TJLP.
- A possibilidade de ser incorrendo despesas financeiras maiores em decorrência de maiores taxas de juros em financiamentos ou empréstimos a serem contratados no futuro. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui contratos de swap atrelados a taxas do Libor flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), a que remuneram substancialmente esses riscos.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito é proveniente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como exposições de crédito de clientes, incluindo contas a receber pendentes e transações comprometidas.

Para mitigar o risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, derivativos e depósitos em bancos e instituições financeiras, a Companhia segue a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. Esta política foi desenvolvida para assegurar que os investimentos sejam realizados de acordo com os objetivos de preservação de capital e liquidez, sendo que a exposição a qualquer instituição financeira seja limitada a um valor máximo determinado.

Para mitigar o risco de crédito de contas a receber, a Companhia realiza uma análise de crédito de seus clientes antes de oferecer seus produtos e serviços. Além disso, a Companhia monitora os saldos a receber de forma contínua, a fim de reduzir a exposição a perdas com créditos de liquidação duvidosa.

(iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros à medida que eles vencem. A abordagem da Companhia para gerenciar a liquidez é assegurar, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para honrar seus passivos quando vencerem, sob condições normais e estressadas, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou com risco de comprometer a reputação da Companhia.

Em geral, a Companhia gera caixa suficiente de suas operações para honrar suas obrigações financeiras e investir em ativos não financeiros. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tinha um capital circulante líquido negativo de R$ 10.790 milhões (R$ 23.157 milhões em 31 de dezembro de 2019). Esse capital circulante líquido negativo é principalmente devido à natureza de nossos negócios, que nos permite operar com capital circulante líquido negativo. Além disso, a Companhia tem acesso a linhas de crédito rotativo não utilizadas e outras fontes de financiamento, incluindo financiamento de fornecedores, que acreditamos serem suficientes para atender nossas necessidades de capital de giro.

(v) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado, como taxas de câmbio e taxas de juros, afetem os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros detidos. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos dentro de parâmetros aceitáveis, enquanto otimiza o retorno.

(vi) Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao gerenciar seu capital são salvaguardar a capacidade de continuar como uma empresa em funcionamento, de modo que possa continuar a fornecer retornos para os acionistas e benefícios para outras partes interessadas e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo de capital.

Em linha com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice é calculado dividindo a dívida líquida pelo total do capital. A dívida líquida é calculada como empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos circulantes e não circulantes, conforme demonstrado no balanço patrimonial) menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O total do capital é calculado como patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, mais a dívida líquida.

	12/2020	12/2019
Lucro atribuível aos acionistas da controlada	1.843.690	2.805.362
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	(1.836.060)	41.066.756
Lucro básico por ação (expresso em R$)	0,06	0,09

35. Eventos subsequentes

Em 2020, não existiram ações potenciais diluidoras na participação dos anos anteriores. Desde assim, o cálculo do lucro diluído por ação em igual ao lucro básico por ação.

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação do dólar americano encontram-se desprotegidos (protegidos), tanto em seu valor quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

Além dos riscos mencionados acima, não existem outros riscos e passivos financeiros de montantes significativos que estejam relacionados a moedas estrangeiras.

(ii) Risco de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos atribuíveis pela Companhia indexados à TJLP, IPCA etc. TJLP, quando esses riscos não compensados substancialmente pelas taxas referenciais de Certificados de Depósito Interbancários (CDI), tal risco de exposição de 2020, a Companhia não possuía nenhuma operação de swap atrelada à TJLP, IPCA ou etc. TJLP.
- A possibilidade de ser incorrendo despesas financeiras maiores em decorrência de maiores taxas de juros em financiamentos ou empréstimos a serem contratados no futuro. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui contratos de swap atrelados a taxas do Libor flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), a que remuneram substancialmente esses riscos.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 24 de Fevereiro de 2021 às 23:48:33 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 33300242671 Protocolo: 00-2021/298489-7 Data do protocolo: 12/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/04/2021 SOB O NÚMERO 00330049340 e demais constantes do termo de autenticação.
AUTENTICAÇÃO: A0300A3492120B2387F3FCE81E2D2E0E3B7F7DC
Para validar o documento acesse o site http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela/autenticidade, informe o nº de protocolo.

Reg. 24/81

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

(a) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco de crédito inerente à prestação de serviços é gerenciado através de políticas de crédito, monitoramento dos saldos a receber e ações de cobrança. Para reconhecimento dessa perda, a Companhia realiza provisão levando em consideração o histórico de perdas efetivas, a expectativa de perda de acordo com a inadimplência projetada e a análise individual de grandes devedores. Para mais informações, vide Nota 7.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa para as obrigações assumidas. A Companhia estabelece as características de suas instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a criar ativos líquidos.

- O gerenciamento de liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente pela a gerência que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de investimentos e pagamento de empréstimos e financiamentos.

- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração acredita, ainda que em casos específicos (i) exista a política de pagamentos de dividendos e venda nossos ativos, caso, ao vender ativos para suprimento a liquidez.

Visando diminuir qualquer risco de liquidez durante a pandemia, a Companhia optou por reforçar o seu caixa em R$1.000.000, através da captação de novos empréstimos com a Tre Bank e Nova Scotia e o BNP Paribas. Com isso, no valor de R$774.000, foi demonstrado em abril e, a segunda, no montante de R$226.000, foi disponibilizado no mês de junho de 2020.

(c) Risco de crédito financeiro

A gerência de Risco da valora é realizada e apoiada pelo departamento de Finanças e Tesouraria da Companhia. Este departamento mensalmente revisitou com as **diretrizes de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para** atender às excedentes aposentadorias. Essa atividade leva em consideração os prazos de vencimento, financiamento de dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Também mensalmente a gerência de Gerenciamento compara os fluxos de caixa realizados com os fluxos de caixa projetados para cada data futura de prazo divulgada por faixas de vencimento. Os valores a serem fornecidos em um momento específico, em caso em relação a esses dispositivos e metodologias de elevação ou prazo.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

31 de dezembro de 2020

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	6.139.616	2.870.461	9.010.077
Instrumentos financeiros derivativos	-	240.660	240.660
Outros investimentos	-	181.420	181.420
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.180.661	-	3.180.661
Títulos e valores mobiliários	-	2.977.466	2.977.466
Caixa e equivalentes de caixa	2.979.955	-	2.979.955
Arrendamento Mercantil - Ativo	152.196	-	152.196
Depósitos judiciais	784.723	-	784.723
Outros valores a compensar	43.906	-	43.906

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	14.281.272	30.166	14.407.941
Empréstimos e Financiamentos	2.548.055	-	2.548.055
Instrumentos financeiros derivativos	-	30.166	30.166
Fornecedores e outras obrigações, exceto obrigações legais	8.144.749	-	8.144.749
Arrendamento Mercantil Leasing	1.378.835	-	1.378.835
Dividendos a PCP a pagar	109.574	-	109.574

31 de dezembro de 2019

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	5.573.470	1.737.611	7.311.081
Instrumentos financeiros derivativos	-	31.011	31.011
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.299.319	-	3.299.319
Títulos e valores mobiliários	-	606.320	606.320
Caixa e equivalentes de caixa	2.284.949	-	2.284.949
Arrendamento Mercantil - Leasing	154.379	-	154.379
Depósitos judiciais	818.000	-	818.000
Outros valores a compensar	33.990	-	33.990

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	14.242.109	6.660	14.248.769
Empréstimos e Financiamentos	2.208.780	-	2.208.780
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.660	6.660
Fornecedores e outras obrigações, exceto obrigações legais	9.918.049	-	9.918.049
Arrendamento Mercantil Leasing	1.184.970	-	1.184.970
Dividendos a pagar	387.560	-	387.560

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. O reconhecimento são: instrumento, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações de valor justo são contabilizadas no resultado do exercício no qual as receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de risco financeiro adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotadas mecanismos de proteção contra os riscos financeiros decorrentes do contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de eliminar total a exposição de flutuações desfavoráveis nas taxas cambiais. A contratação de instrumentos financeiros derivativos com o a exposição ao câmbio deve ocorrer em valor equivalente à variação de dívida que for objeto a se relacionar. O risco de cobertura e em consideração que a ser efetivas exposições cambiais e de 100% de risco, tanto em prazo quanto em valor.

Em 31 de dezembro de 2020 não havia exposição líquida de emissões e operações referentes as operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Os critérios de seleção das instituições financeiras detalhados a contratantes que levam em consideração o rating disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e nível de concentração de operações e serviços.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia e registradas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão assim alocadas no quadro a seguir:

Instrumentos financeiros consolidados (exceto ativos pelo valor justo)

	2020		
	Nível 1	Nível 2	Total
Total do ativo	2.827.469	240.660	3.068.129
Ativos financeiros ao valor justo	2.827.469	240.660	3.068.129
Instrumentos financeiros derivativos	-	240.660	240.660
Outros derivativos	-	181.420	181.420
Títulos e valores mobiliários	2.827.469	-	2.827.469
Total do passivo	-	30.166	30.166
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	30.166	30.166
Instrumentos derivativos de hedge	-	30.166	30.166

	31/12/19		
	Nível 1	Nível 2	Total
Total do ativo	606.320	46.517	652.837
Ativos financeiros ao valor justo	606.320	46.517	652.837
Instrumentos financeiros derivativos	-	46.517	46.517
Títulos e valores mobiliários	606.320	-	606.320
Total do passivo	-	6.660	6.660
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	6.660	6.660
Instrumentos derivativos de hedge	-	6.660	6.660

(1) Os derivativos

Moeda	Tipo de SWAP	Contraparte Banco	SWAP	Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)	% Cobertura	Taxas Médias SWAP Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR 6 M	XPVI Pinnacle	JP Morgan e Bank of America	851.231	851.231	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,08% do CDI
EUR	PRE 6,38	Bank of America	Bank of America	570.879	570.879	100%	0,33% a.a.	108,08% do CDI
USD	PRE 5,30	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	1.031.326	1.031.326	100%	1,72% a.a.	130,03% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	359.725	359.725	100%	3,32% a.a.	115% do CDI

(1) Em determinados contratos de swap, prevê-se o custo da exposição de cerca (15%), sujeito ao compromisso mensal em 20%.

31 de dezembro de 2019

Moeda	Tipo de SWAP	Contraparte Banco	SWAP	Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)	% Cobertura	Taxas Médias SWAP Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR 6 M	XPVI Pinnacle	JP Morgan / HSBA	332.217	332.217	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,08% do CDI
USD	PRE 6,38	CSCO	Santander e JP Morgan	40.388	40.388	100%	2,68% a.a.	85,08% do CDI

Em junho de 2019, a Companhia realizou uma operação estruturada de apostas no montante nocional de USD 15 milhões. A operação consiste na compra de opções de venda de ações emitidas pelo total de suas controladas diretas ao preço de R$1,39/ON e R$6,00/UNIT. A operação é constituída de 7 opções no montante de USD 2,14 milhões cada, com vencimento em um período de 6 meses. Na data de vencimento foram exercidas cinco opções, resultando em R$ 37 milhões e terminadas no vencimento.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito de variação de taxa Libor 3M Anexo

Para fins de identificação de possíveis distorções perdidas nas operações com instrumentos financeiros derivativos, considerando: vencimento, Agência, com análise de sensibilidade foi elaborada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano/EUROS, Euro (EUR) e Libor, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e mesmo impactos na vida e nos resultados obtidos.

Novas premissas observam, basicamente o efeito individual da variação do CDI, de 0,02, do EUR e de Libor utilizamos nas demandas conforme cotação para taxas nesses, sendo utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário Sensibilidade ao CDI

Descrição	12/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em USD e EUR	2.357.461	2.357.461	2.287.461	2.287.461
(BNP Pinnacle, Scotia, BofA e BNP)	-	-	-	-
A) Variação Acumulada Dívida	-	-	-	-
Valor justo da ponta ativa do swap (+)	2.357.461	2.357.461	2.287.461	2.287.461
Valor justo da ponta passiva do swap (-)	2.062.574	2.062.574	2.049.909	2.037.686
Resultado swap	294.887	294.887	217.308	229.775
B) a Variação Acumulada Swap	-	-	12.633	24.888
C) Resultado final (B-A)	-	-	12.633	24.888

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços cotados de mercado. Os ativos mantidos pela Companhia são instrumentos financeiros derivativos com base em preços de mercado. Esses instrumentos são incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 2 correspondem principalmente de investimentos pós-fixados em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como Títulos para Negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso de dados relevantes publicados mercado sobre esses instrumentos contam o menos possível nos estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem precisos para mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se um ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados acessíveis para mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para calcular os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretores para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado com valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento cotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, podem ser usadas em determinação taxa de juros de títulos e contratos com a mesma de cotações das ofertas, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxo de caixa futuro (projeção taxa e câmbio) utilizando as condições contratuais e exposição justo fluxo a valor presente por meio de desconto pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, em caso em relação a esses dispositivos e metodologias de elevação ou prazo.

Mensurados ao custo amortizado

	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	14.281.272	30.166	14.407.941
Empréstimos e Financiamentos	2.548.055	-	2.548.055
Instrumentos financeiros derivativos	-	30.166	30.166
Fornecedores e outras obrigações, exceto obrigações legais	8.144.749	-	8.144.749
Arrendamento Mercantil Leasing	1.378.835	-	1.378.835
Dividendos a PCP a pagar	109.574	-	109.574

31 de dezembro de 2019

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	5.573.470	1.737.611	7.311.081
Instrumentos financeiros derivativos	-	31.011	31.011
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.299.319	-	3.299.319
Títulos e valores mobiliários	-	606.320	606.320
Caixa e equivalentes de caixa	2.284.949	-	2.284.949
Arrendamento Mercantil - Leasing	154.379	-	154.379
Depósitos judiciais	818.000	-	818.000
Outros valores a compensar	33.990	-	33.990

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	14.242.109	6.660	14.248.769
Empréstimos e Financiamentos	2.208.780	-	2.208.780
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.660	6.660
Fornecedores e outras obrigações, exceto obrigações legais	9.918.049	-	9.918.049
Arrendamento Mercantil Leasing	1.184.970	-	1.184.970
Dividendos a pagar	387.560	-	387.560

Mensurados ao custo amortizado

	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	14.281.272	30.166	14.407.941
Empréstimos e Financiamentos	2.548.055	-	2.548.055
Instrumentos financeiros derivativos	-	30.166	30.166
Fornecedores e outras obrigações, exceto obrigações legais	8.144.749	-	8.144.749
Arrendamento Mercantil Leasing	1.378.835	-	1.378.835
Dividendos a PCP a pagar	109.574	-	109.574

31 de dezembro de 2019

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	5.573.470	1.737.611	7.311.081
Instrumentos financeiros derivativos	-	31.011	31.011
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.299.319	-	3.299.319
Títulos e valores mobiliários	-	606.320	606.320
Caixa e equivalentes de caixa	2.284.949	-	2.284.949
Arrendamento Mercantil - Leasing	154.379	-	154.379
Depósitos judiciais	818.000	-	818.000
Outros valores a compensar	33.990	-	33.990

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	14.242.109	6.660	14.248.769
Empréstimos e Financiamentos	2.208.780	-	2.208.780
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.660	6.660
Fornecedores e outras obrigações, exceto obrigações legais	9.918.049	-	9.918.049
Arrendamento Mercantil Leasing	1.184.970	-	1.184.970
Dividendos a pagar	387.560	-	387.560

Cenário Sensibilidade ao EUR

Descrição	12/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em USD e EUR (BFW Pinnacle, Scotia, BofA e BNP)	2.357.461	2.357.461	2.349.840	2.652.418
A) a Variação Acumulada Dívida	-	-	142.479	294.958
Valor justo da ponta ativa do swap (+)	2.357.461	2.357.461	2.589.940	2.652.418
Valor justo da ponta passiva do swap (-)	2.062.574	2.062.574	2.062.574	2.062.574
Resultado swap	294.887	294.887	527.366	589.844
B) a Variação Acumulada Swap	-	-	140.479	294.958
C) Resultado final (B-A)	-	-	-	-

Cenário Sensibilidade a Libor

Descrição	12/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em USD e EUR (BFW Pinnacle, Scotia, BofA e BNP)	2.357.461	2.357.461	2.357.461	1.999.991
A) a Variação Acumulada Dívida	-	-	999	1.730
Valor da ponta ativa do swap (+)	2.357.461	2.357.461	2.358.539	2.358.991
Valor justo da ponta passiva do swap (-)	2.062.574	2.062.574	2.062.574	2.062.574
Resultado swap	294.887	294.887	295.965	296.417
B) a Variação Acumulada Swap	-	-	999	1.730
C) Resultado final (B-A)	-	-	-	-

Variável de risco

	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	1,90%	1,90%	1,90%
USD	5,1967	5,1967	5,1967
EUR	6,3778	6,3778	6,3778
Libor	0,2968%	0,3968%	0,3968%

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos passivos de proteção com risco respectivos riscos financeiros, as variações dos cenários são acompanhadas, de modo a mensurar os impactos, nesse ativo, que compensam reflexos na dívida. Para esse operação, a Companhia divulga o valor justo do objeto cotado e de instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a criar um valor a exposição líquida em comparação em cada um dos três cenários mencionados.

Salientamos o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, não existem margens para especulações sobre os mesmos. Ressaltamos a um momento incerto, mas consequentemente parcelas de valor da dívida financeira contratada, original ou em novos contratos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2020 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas macroeconômicas de cotações mercado (a taxa de mercado) e a variação do dólar americano (dólar/real) nos cenários de base. As projeções foram analisadas no cenário provável e nos cenários de deterioração de 25% e 50% nas variáveis de risco consideradas, o que aprimorado exposição somente de variações em taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos e passivos

	2020
Resultado líquido em operações de Derivativos	200.898
Resultado de operações com outros derivativos	155.168

Gestão do capital

Os objetivos da Companhia determinar nos quais são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios aos outros partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pretende poder a rever o pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir as dívidas financeiras.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 podem ser assim sumarizados:

	2020	2019
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 20 e 21)	3.978.105	3.394.560
(-) Caixa e equivalentes Mercado	(2.979.955)	(2.284.949)
Arrendamentos Mercantil - Ativo (Nota 18)	(152.196)	(154.379)
Ativos Caixa e equivalentes no caixa (Nota 4)	(2.979.955)	(2.284.949)
FIC (Nota 5)	(2.827.469)	(642.342)
Dívida Líquida	3.840.516	3.865.114
Outros derivativos (nota 31)	(181.420)	-
Dívida Líquida - ajustada	3.659.096	3.865.114
(-) EBITDA (Lucro antes do resultado financeiro, Impostos, Depreciação e Amortização)	4.760.004	4.738.144
Ativos de Arrendamento financeiro - Adquisitivos	0,77	0,82
(1) Reconciliação do Lucro Líquido do exercício		
Lucro Líquido do exercício ajustado	1.503.699	3.889.194
Depreciações e amortizações	3.107.272	4.128.987
Resultado Financeiro Líquido	(427.277)	(187.965)
Imposto de renda e contribuição social	(423.690)	(1.191.072)
LUCRO (EBITDA) (1)	4.760.004	4.738.144

(1) Lucro líquido antes juros, impostos, depreciação e amortização.

EBITDA (Earnings before interest, tax, depreciation and amortization) é do lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização.

Reconciliação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento mercantil	Instrumentos financeiros derivativos (nos ativos) passivos
31 de dezembro de 2018	2.833.598	1.756.815	837.180
Ingressos	1.806.000	1.806.915	(181.420)
Remensuração	-	(853.899)	-
Encargos financeiros	46.000	700.000	13.000
Variações cambiais incluídas	360.810	-	(369.210)
Pagamentos	(1.671.860)	(1.702.260)	30.000
31 de dezembro de 2019	2.340.000	2.519.000	(460.000)

Acompanhe as escolhas aplica a pronunciamento IFRS 16/ CPC 06(R2) – Arrendamento Mercantil, de forma retrospectiva com o efeito da aplicação em 01 de janeiro de 2019, portanto, os procedimentos que foram classificados anteriormente como arrendamento financeiro, utilizando o CPC 06 (IAS 17), o valor contábil de ativo de direito de uso e os passivos de arrendamento na data da aplicação foram de mesma, representando o valor contábil do ativo de direito de uso e os passivos de arrendamento, utilizando esta mesma premissa, mantido a partir da data da aplicação inicial. Portanto, os procedimentos anteriormente adotados à luz do IAS 7 / CPC 06, foram reconhecidos em 31 de dezembro de 2019, exceto pelo valor dos contratos anteriormente mencionados pelo CPC 06 (IAS 17) / CPC 06.

• 30. Planos de pensões outros benefícios pós-emprego

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados:

	12/2020	12/2019
PAMEC-apólice de ativos e Plano assistir	7.948	5.762
PAMEC-APÓLICE DE ATIVOS E PLANO ASSISTIR		

A Companhia oferece aos seus funcionários ativos e aposentados benefícios pós-emprego, um plano de assistência médica administrado pela Fundação Sistel de Seguridade Social e o CAIXA Fundo Misto (CNPJ 00.436.923/0001-90) e um plano de assistência odontológica administrado pela Fundação Sistel de Seguridade Social e o CAIXA Fundo Misto (CNPJ 00.436.923/0001-90), ambos disponíveis para os empregados ativos, aposentados e seus dependentes legais. Os referidos planos de pensão, bem como os planos médicos, estão descontinuados, explicados abaixo:

PBS Assistencial (PBS-A Tele Ceará Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefício de CD/CTL, a qual tem características de benefício definido e visto as empregados ativos que fazem parte dos planos patrocinadores pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS.

PBS (PBS Tele Ceará Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano destinado para empregados inativos, sendo um plano de benefício multi-patrocinado administrado pelo CAIXA FUNDO MULTIPATROCINADO.

Conselho de Administração: constituído de administradores do pagamento de aposentadorias e pensionistas, com os aposentados descontribuições do Conselho de administração do CAIXA Fundo MULTIPATROCINADO.

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica ao complementado, para os aposentados dos administradores do Conselho.

AES Telecom: Planos de plano de previdência complementar e pensão, administrado pela Fundação CESP, que compete a Companhia, tendo em vista a aquisição da Companhia Telecomunicações Luiz (AES Atimus), ocorrida pela TIM Fiber (P. LTDA., possui empregados vinculados à TIM Celular que foi incorporada pela Companhia.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 24 de Fevereiro de 2021 às 23:48:25 -0300.

A assinatura não possui validade quando impressa.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 33300260671 Protocolo: 00-2021/296859-7 Data do protocolo: 12/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/04/2021 SOB O NÚMERO 00330490340 e demais constantes do termo de autenticação.
AUTENTICAÇÃO: A0300A34021280187FCE1C0F7E5CE4F7E1E1E5F5E4B8E67E
Para validar o documento acesse o site http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela/autenticidade, informe o nº de protocolo.

Reg. 25/01

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Plano Médico Fiber: [illegible]

[illegible]

Seguros

[illegible]

Informações suplementares ao fluxo de caixa

[illegible]

Transações relevantes

[illegible]

Eventos subsequentes

[illegible]

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[illegible]

DIRETORIA

[illegible]

CONTADORA RESPONSÁVEL

[illegible]

CONSELHO FISCAL

[illegible]

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

[illegible]

PARECER DO CONSELHO FISCAL

[illegible]

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Sobre o Comitê

[illegible]

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM em 2020

[illegible]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
[illegible]
Pág. 26/81

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Em relação aos controles internos, temos objeto de acompanhamento a recomendações pela CAE os seguintes principais temas: (i) consolidação do processo de conferência integrada quanto à sua eficiência e efetividade e mecanismo de melhoria; (ii) análise do processo de mapeamento de riscos de negócios com foco interno – ICFs (pontos de controle) e seus reflexos no processo de gestão de riscos corporativos da Companhia para cumprimento integrado das regras da SOx e reestruturação do mesmo dos ciclos de remediação relativos às deficiências apontadas pela auditoria independente em relação ao processo de Certificação SOx na Companhia.

O CAE considera que as condições básicas são implementadas em consistência com o volume, complexidade e características das operações e, dentre das características pelos Diretores Executivos, pela Auditoria Interna e pelos auditores independentes, e verificou não existir qualquer fato relevante ou de natureza grave que pudesse indicar um efeito o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

O CAE também revisou os principais processos de risco da Companhia, avaliando a sua qualidade e o cumprimento de seu plano anual, priorizando as ações demandadas e/ou apontadas pelas auditorias. Como resultado desse exercício com os times internos da Companhia, o CAE teve a oportunidade de observar os Conselho de Administração suas ações demandadas e/ou apontadas, bem como de observar o permeio suas implementações, e avaliação das recomendações do melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com a diretoria de negócios e de suporte. Com essas informações em mãos e, ainda, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e complexidade de suas negócios, bem como seu sistema contábil e gerencial e eficientes das suas operações, das relatórios que geram os relatórios financeiros, ainda, esta de acordo com as normas internas e externas que em suas transações. O CAE tem acompanhado a importância de melhoria contínua no sistema de controles internos, e, acompanhou o aperfeiçoamento no indicadores desenvolvidos pelo time de Compliance da Companhia, que visam, dentre outros, melhorar o entendimento sobre a implementação no Companhia das exigências mais críticas para os Gerir de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"); (ii) Compliance de Processos Comerciais e gerais da Companhia; frente a corrupção, garantindo a aderência a leis, normas, políticas e regulamentos internos e externos. No âmbito do Programa de Integridade & Antiocorrupção da Companhia, o CAE também acompanhou o processo visando a obtenção da Certificação ISO 37001.

(i) Temas vushe mente das principais diferenças propostas ao balanço apresentam as mudanças trazidas nas novas normas, harmonizar os principais aspectos das normas contábil e econômico, com destaque para as novos o desafios da companhia about aqui preparo impactar a Companhia. Para tanto, são contempladas na principais mudanças efetivas que as adotam uma avaliação dos riscos do seu negócio e da Companhia no tocante ao seu impacto que o mercado e/ou nas relações econômicas e quantitativas e qualitativas.

(ii) No desempenho de suas atividades, o CAE acompanhou regularmente questões relacionadas a: (a) Satisfação do consumidor e qualidade dos serviços e no atendimento; (b) Rollout e inovação aplicativos produtos e serviços; (c) Transparência e privacidade de contas aos assinantes; (e) Obra nas negócios, incorporação digital; (vi) Dialogos e comunicação com públicos de relacionamento; (vii) Gestão de produtos e atendimento; (viii) Investimento em infraestrutura; e (ix) Desenvolvimento de novas tecnologias.

(iii) No decorrer de 2020, o CAE analisou relatórios do Enterprise Risk Management ("ERM") da Companhia com foco no monitoramento de riscos identificados por revisão e atualização dos riscos declarados pela Companhia, gestão dos riscos financeiros, gestão de riscos de TI/TVM. Este tema foi tratado em 4 (quatro) reuniões durante o ano de 2020. A atividade de gestão de riscos da Companhia conta com a análise pelo CAE com base no exame realizado pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"), órgão de apoio de governança vinculados ao Conselho de Administração conforme definido pela Estatuto Social da Companhia.

(i) Dentre as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, o Comitê examinou, avaliou e opinou, previamente, sobre: (i) (depois) contratos ou operações itinerais sobre a Companhia ou de um lado, acordos relacionados, de outro lado. Todas as contratações seguiram rigorosamente os procedimentos de gerenciar os necessários para atender todos os normas da Companhia informas da Companhia, quanto a negociamentação do CVM e da SEC, as informações relevantes sobre as contratações estão devidamente divulgadas no Formulário de Referência da Companhia.

(ii) No âmbito de suas atribuições, o CAE analisou, em 8 (oito) reuniões durante o ano de 2020, os relatórios e demonstrações rendidos pelo Canal de Denúncias da Companhia e as respectivas ações de melhoria propostas. Do exercício, que são divididos por assuntos dentro enumerados na nota da Companhia.

(i) Além das 20 (vinte e uma) deliberações, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE para operam de 4 (quatro) reuniões privadas, de 1 (uma) para cada, com os Auditores Independentes, e com a área de Auditoria Interna da Companhia, sem a presença de administradores ou de outras gestores da organização, para avaliação de pontos em comparados sua natureza de qualquer independência, de qualquer tipo de ingerência da administração e do abertura ou limitação ao exercício de suas plenas atribuições que pudessem ser auditores no desenvolvimento dos trabalhos das respectivas auditorias.

3. Assuntos Discutidos com os Auditores Independentes considerados a fonte da apresentação do Relatório do Auditor (NBC TA 701)

Conforme determinações sobre normas de auditoria (NBC TA 260), que dispõem sobre a comunicação com os responsáveis pela governança da Companhia, o auditor deve comunicar, dentre outros, o quanto segue: (i) suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis; (ii) visão geral do seu Plano de Auditoria para a elaboração; (iii) as principais questões significativas de auditoria; e (iv) outros assuntos relevantes.

4. Outras Atividades

4.1. Revisão do Formulário 20-F e do Formulário de Referência

Com relação aos trabalhos de revisão do Formulário 20-F (SEC) e do Formulário de Referência (CVM), os membros do CAE se reuniram com os trabalhos, no total, 3 (três) vezes antes de aprovação nesse e junho de 2020, com ajustamento da Companhia.

4.2. Avaliação das práticas sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas

Os membros do CAE se reuniram com executivos da Companhia com avaliar a adesão da Companhia e determinadas práticas de governança previstas no Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, em atendimento à Instrução Normativa CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que altera o anteriormente disciplinava a Instrução Normativa CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

4.3. Aprovação do CAE

Os membros do CAE submeteram-se a questionário de autoavaliação de desempenho de suas atividades, conforme as melhores práticas de governança existentes no mercado nacional e internacional. Com base nas respostas apresentadas, os membros do CAE propuseram aprimorar e tornar mais eficientes as atividades desenvolvidas durante o ano de 2020, observando um processo de evolução constante e permanente.

4.4. Avaliação dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna

Os membros do CAE procederam à avaliação da qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna da Companhia, por meio de questionário de avaliação preenchido especialmente pelo CAE.

5. Conclusões e recomendações

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, bem como as notas explicativas da período dos auditores independentes e da Auditoria Interna da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2020").

Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela EY, e o processo de elaboração do resultado do exercício de 2020, o CAE concluiu que essas informações e documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeira da Companhia.

Por essas razões, recomendaram, por unanimidade, a aprovação das demonstrações acima mencionadas pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 24 de fevereiro de 2021.

LEBNER JOSE DE OLIVEIRA PINTO – Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

HERCULANO ANIBAL ALVES – Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

FLAVIA MARIA BITENCOURT – Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pietro Labriola (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (Business Support Officer), **Mario Girasole** (Regulatory and Institutional Affairs Officer), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (Chief Technology Information Officer), **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), **Alberto Maria Griselli** (Chief Revenue Officer), no exercício de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, para fins do inciso V do artigo 27 do Anexo I da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao ano findo encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro de 2021.

PIETRO LABRIOLA – Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA – Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE – Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE – Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL – Business Support Officer

ALBERTO MARIA GRISELLI – Chief Revenue Officer

JAQUES HORN – Diretor Jurídico

DECLARAÇÕES DOS DIRETORES

Pietro Labriola (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (Business Support Officer), **Mario Girasole** (Regulatory and Institutional Affairs Officer), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (Chief Technology Information Officer), **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), **Alberto Maria Griselli** (Chief Revenue Officer), no exercício de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, para fins do inciso V do artigo 27 do Anexo I da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao ano findo encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro de 2021.

PIETRO LABRIOLA – Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA – Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE – Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE – Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL – Business Support Officer

ALBERTO MARIA GRISELLI – Chief Revenue Officer

JAQUES HORN – Diretor Jurídico

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **TIM S.A.** (Rio de Janeiro – RJ)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TIM S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixas individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossas auditorias foram conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, de acordo com essas normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com as principais normas estabelecidas pelo Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a execução de procedimentos elaborados para responder à nossa avaliação dos riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo os assuntos tratados para fins de assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para contingências tributárias

A Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, no montante de R$ 7.000 milhões, para os quais, com base em opinião e seus consultores jurídicos, foi constituída provisão para contingências no montante de R$389 milhões no balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2020, enquanto R$16.598 milhões foram divulgados pela Companhia como perdas possíveis, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 24.

A determinação do valor a ser provisionado ou divulgado depende de julgamentos críticos da Administração, a partir da análise dos processos e de suas respectivas fases processuais, da avaliação dos fundamentos jurídicos dos assuntos e da probabilidade de perda em consonância com a política contábil da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda nos processos tributários é complexa, atualmente subjetiva e baseada em interpretações de legislação tributária e decisões judiciais, pois no incerteza significativa nas estimativas relacionadas ao resultado das diversas jurisdições e à evolução da jurisprudência e a opinião dos autoridades fiscais.

Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, qualquer mudança nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer efeitos relevantes às demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho efetivo e dos controles-chave que os Companhia para identificação e avaliação das contingências tributárias, incluindo o processo da Companhia na determinação das probabilidades de perda das contingências tributárias e sobre a informação produzida pelos sistemas de tecnologia que apoia este processo; (b) para teste da avaliação da Companhia sobre o progresso de partes dos processos tributários, envolvemos nossos especialistas em assuntos tributários para auditar esta avaliação, dos progressos realizados por advogados externos para as contingências tributárias mais significativas da Companhia, através e analisamos opinião legal por e sobre os conselhos jurídicos internos e externos, assistimos reuniões e efetuamos representações por parte da administração da Companhia com relação à evolução dos principais processos tributários e à avaliação da probabilidade de perda das divulgações existentes para Companhia na nota explicativa nº 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas; e

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e a divulgação das contingências tributárias, que estão consistentes com as avaliações da administração, consideramos que as premissas e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrangem o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho executado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando normalmente, apresentando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista senão a de assim proceder.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará uma distorção relevante, quando existente. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em respostas a esses riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam colocar em dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório para as respectivas divulgações feitas em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou, caso essas divulgações sejam inadequadas, modificar nossa opinião. Nossas conclusões são baseadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos relevantes, incluindo os relacionados à independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que possam afetar comprovadamente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenham vedado divulgação pública de relacionado, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentre em uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para a interesse público.

Rio de Janeiro (RJ), 24 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. – CRC 2SP015199/O-6
Fernando Alvaro R. Magalhães
Contador – CRC 1SP131480/O-0

id: 3250099

Imprensa Oficial | Governo do Estado do Rio de Janeiro | documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quarta-feira, 24 de Fevereiro de 2021 às 23:48:58 -0300.

A assinatura não possui validade quando impresso.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 33300260471 Protocolo: 21-021/2021-1 Data do protocolo: 12/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/04/2021 SOB O NÚMERO 00004994 e demais constantes do termo de autenticação.
AUTENTICAÇÃO: A0000A1021CBC1A7FCE2009D7DFCE8E1E2091DF4B8B67C
Para validar o documento acesse o site http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela/autenticidade, informe o nº de protocolo.

Rag. 27/01

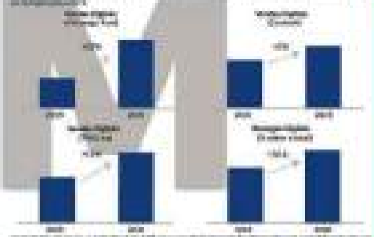
TIM

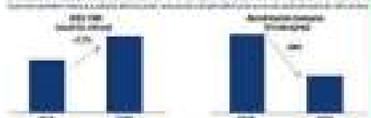
TIM S.A.

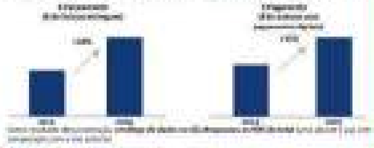
CNPJ nº 02.421.421/0001-11

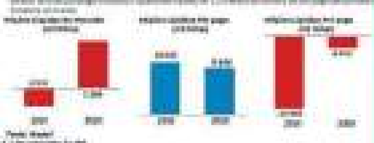
TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2020









TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

www.tim.com.br

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 33.3.0029417-8 Protocolo: 00-2021-054870-1 Data de protocolo: 24/02/2021
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 11/03/2021 SOB O NÚMERO 11/03/21 E DEMAIS CONSTANTES DO TERMO DE AUTENTICAÇÃO.
Assinatura Digital: 00-2021-054870-1:00-2021-054870-1:pbkdf2_sha256$260000$...
Para verificar a autenticidade acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/autenticidade com a chave: 00-2021-054870-1

JUCERJA
Reg. 23783

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo básico e diluído por ação do capital)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

www.tim.com.br

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
JUCERJA
Reg. 31/93

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Pág. 21/99

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM

TIMB LISTED NYSE

ISE B3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 33.3.0029417-8 Protocolo: 00-2021/354870-1 Data de protocolo: 24/02/2021
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 25/02/2021 SOB O NÚMERO 00220255981 E DEMAIS CONSTANTES DO TERMO DE AUTENTICAÇÃO.
Autenticação: 3C1D6A4E1E5D5D6F5F5E5E1E5E5E5E5E5E5E5E5E5E5E5E5E5E5E5E5E5E5E5E
Para verificar a autenticidade acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/autenticidade com a chave acima e o nº de protocolo.

JUCERJA
Seq.: 21761

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 33.3.0029641-4 Protocolo: 00-2025/354870-1 Data do protocolo: 24/04/2025
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 11/04/2025 SOB O NÚMERO 00000000000 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 0C3D4E5F6A7B8C9D0E1F2A3B4C5D6E7F8A9B0C1D2E3F4A5B6C7D8E9F0A1B2C3D
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/autenticidade, informe o nº de protocolo

JUCERJA
Pág. 24/83

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

CONSELHO FISCAL

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

CONTADORA RESPONSÁVEL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

TIM

TIM S.A.
CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

www.tim.com.br

11,1 MILHÕES DE EMPRESÁRIOS, DIRETORES OU C-LEVELS CONECTADOS COM A SUA EMPRESA

Reforce sua transparência e credibilidade divulgando as demonstrações financeiras do ano nos veículos mais confiáveis e de maior cobertura no segmento econômico.

Valor + O GLOBO + Valor RI

MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA!

ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333
www.valor.com.br/valor-ri

TIM S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 02.421.421/0001-11

NIRE 333.0032463-1

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO

ARTIGO 1º - A TIM S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima, de capital aberto, que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

ARTIGO 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade e Estado do Rio de Janeiro. A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, estabelecer ou alterar o endereço da sede, bem como abrir, transferir ou encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.

ARTIGO 3º - A Companhia tem por objeto:

I. Implantar, expandir, operar e prestar qualquer modalidade de serviços de comunicações eletrônicas e respectivos conteúdos, na forma da legislação aplicável;

II. Construir, gerenciar, implantar, executar, operar, prestar serviços de manutenção, ou comercializar infraestrutura para uso próprio e/ou de terceiros;

III. Comercializar bens e/ou mercadorias, prestar serviços, desenvolver atividades e praticar quaisquer atos e/ou negócios jurídicos relacionados, direta ou indiretamente, ou que sejam complementares, associados ou vinculados aos serviços e às atividades previstas no âmbito do objeto social da Sociedade; e

IV. Participar do capital de outras sociedades empresárias ou não-empresárias.

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 60004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349D259BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1DC6581C9DA3C431F094BBFAB79
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela-digital, informe o nº de protocolo.
Pag. 37/80

Parágrafo Único - Sem prejuízo do desenvolvimento de novos serviços ou atividades, a Companhia poderá, dentre outras atividades:

i. Comercializar, alugar, dar em comodato, prestar serviços de instalação e/ou de manutenção para os bens e/ou mercadorias necessários ou úteis à prestação dos serviços compreendidos em seu objeto social, tais como, aparelhos telefônicos, eletrônicos, computadores e afins tecnológicos, seus acessórios e peças de reposição;

ii. Promover e realizar a importação e a exportação de bens e serviços necessários ou úteis à execução de atividades compreendidas no seu objeto;

iii. Prestar serviços administrativos, de consultoria, de assessoria, e de planejamento;

iv. Prestar serviços e/ou desenvolver atividades relacionados à internet das coisas, inteligência artificial e congêneres;

v. Prestar serviços nas áreas de tecnologia da informação e de internet, tais como, os serviços de licenciamento ou cessão do direito de uso de programas de computação, os serviços de suporte técnico em informática, incluindo a instalação, a configuração, o desenvolvimento e a manutenção de programas, de sistemas de computação e de bancos de dados, e os serviços de processamento de dados;

vi. Prestar serviços de segurança da informação, de monitoramento e de georreferenciamento;

vii. Prestar serviços de comercialização e de suporte a campanhas de marketing e de publicidade próprias ou de terceiros, incluindo, as atividades de elaboração e de envio de ofertas, materiais de propaganda e de publicidade a clientes, através de qualquer meio físico ou virtual;

viii. Prestar serviços de representação mercantil e de representação de seguros;

ix. Prestar serviços para instituições financeiras, incluindo de correspondente bancário, conforme legislação, incluindo, mas não limitado a: (i) recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança mantidas pela instituição contratante; (ii) recepção e encaminhamento de propostas de operações de crédito e de arrendamento mercantil concedidas pela instituição contratante, bem como outros serviços prestados para o

Classificada como Pública

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 00004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA3490D59BC3A7FC41F28FCBCFCD8707D3C8581C9DA3C431F094BBFAB7B
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 38/80

acompanhamento da operação; e (iii) recepção e encaminhamento de propostas de fornecimento de cartões de crédito de responsabilidade da instituição contratante;

x. Comprar, vender, ou disponibilizar, através de qualquer meio de comunicação eletrônica, bens e mercadorias digitais, tais como, livros eletrônicos, audiolivros, jornais, periódicos e congêneres;

xi. Realizar atividades de cobrança e de gestão de informações cadastrais; e

xii. Exercer outras atividades afins ou correlatas às descritas nos itens anteriores.

ARTIGO 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL

ARTIGO 5º - O capital social, subscrito e integralizado, é de R$13.477.890.507,55 (treze bilhões, quatrocentos e setenta e sete milhões, oitocentos e noventa mil, quinhentos e sete reais e cinquenta e cinco centavos), dividido em 2.420.804.398 (duas bilhões, quatrocentas e vinte milhões, oitocentas e quatro mil, trezentas e noventa e oito) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

ARTIGO 6º - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

ARTIGO 7º - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 (quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias.

Parágrafo 1º - Dentro do limite do capital autorizado de que trata o caput deste Artigo 7º, a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores, empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral.

Parágrafo 2º – Dentro do limite do capital autorizado de que trata o caput deste Artigo 7º, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações.

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032483-1 Protocolo: 00-2021/086405-1 Data do protocolo: 13/04/2021
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2021 SOB O NÚMERO 00004030990 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: AC3B9AA349DD59BC3A7FC41F28FCBCFCD87D1DC8581C0DA3C431F094BBFAB7B
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA
Pag. 39/80

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2022/021874-9

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00004679127 - 03/01/2022

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s):

Hash: 82DC389F-88EA-4AAC-834A-48F8BBBE9490

Orgão	Calculado	Pago
Junta	194,00	194,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

TIM S.A.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

201

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
252	1	Arquivamento de Publicações de Atos de Sociedade / Atos Societários
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR APARECIDA MARIA PEREIRA DA SILVA LOPES, BERNARDO FEIJÓ SAMPAIO BERWANGER E CLAUDIO DA CUNHA VALLE SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00004705183	02.421.421/0001-11	Avenida Joao Cabral De Mello Neto 00850	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 10/01/2022 e arquivado em 10/01/2022

Nº de Páginas: 5

Capa Nº Páginas: 1/1

Jorge Paulo Magdaleno Filho
SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/021874-9 Data do protocolo: 07/01/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/01/2022 SOB O NÚMERO 00004705183 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 1D6D9A0B00B2E52CF186719E5319311940C6DFC81C15AFD0B4BE8564C94EDF51
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2022/021874-9 07/01/2022 21:19:59

JUCERJA

Último arquivamento:

00004679127 - 03/01/2022

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 103921625

Hash: 82DC389F-88EA-4AAC-834A-48F8BBBE9490

Orgão	Calculado	Pago
Junta	194,00	194,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
201

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
252	1	Arquivamento de Publicações de Atos de Sociedade / Atos Societários
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	RODRIGO BATISTA SANTOS
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	11987004910
E-mail:	rodrigo.santos@marchiori.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	07/01/2022
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

07/01/2022

Data

00-2022/021874-9

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/021874-9 Data do protocolo: 07/01/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/01/2022 SOB O NÚMERO 00004705183 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 1D6D9A0B00B2E52CF186719E5319311940C6DFC81C15AFD0B4BE8564C94EDF51
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

ESTA PARTE É EDITADA ELETRONICAMENTE DESDE 23 DE JANEIRO DE 2006

DIÁRIO OFICIAL

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PARTE V
PUBLICAÇOES A PEDIDO

ANO XLVIII - Nº 004
QUINTA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 2022

www.ioerj.com.br

ATAS, CERTIDÕES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações
Associações, Sociedades e Firmas ... ...

Avisos, Editais e Termos
Associações, Sociedades e Firmas 2
Condomínios 3
Leilões Extrajudiciais 3

Associações, Sociedades e Firmas

REPSOL SINOPEC BRASIL S.A.
CNPJ nº 02.270.689/0001-08 - NIRE nº 3330016653-0

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 29/12/21: Data, Local e Horário: Ao 29/12/21, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Praia de Botafogo, n° 300, salas 501 e 701, Botafogo, no RJ/RJ, Brasil. Mesa: Sr. Mariano Carlos Ferrari - Presidente e Sra. Carolina Assano Massocato Escobar - Secretária. Presença: Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Ordem do Dia: Deliberar sobre a submissão à aprovação da Assembleia Geral de proposta realizada pela Diretoria para pagamento de juros sobre o capital próprio. Deliberações: Considerando a recomendação da Diretoria, os membros do Conselho de Administração aprovaram por unanimidade dos votos e sem ressalvas, submeter à aprovação da Assembleia Geral a proposta para pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R$ 35.000.000,00, a ser registrado nas demonstrações financeiras da Companhia em dezembro de 2021 e a ser pago em ou antes de 31/01/22. Encerramento: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Assinaturas: Sr. Mariano Carlos Ferrari - Presidente e Carolina Assano Massocato Escobar - Secretária. Manuel Tomás Garcia Blanco, Zhao Quanmin, José Carlos de Vicente Bravo, Lu Mingguo, Miguel Ernesto Klingenberg Calvo, Liu Wenfeng, José Ángel Murillas Angoiti, Hou Jianguo, David de Cáceres Nuñez e Mariano Carlos Ferrari. Certifico e atesto que a deliberação acima foi extraída da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. RJ, 29/12/21. Carolina Assano Massocato Escobar - Secretária. Jucerja nº 4679258 em 03/01/2022.

Id: 2365937

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ nº 06.057.223/0001-71 - NIRE 33.3.002.7290-9

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 17 de Dezembro de 2021 de Retificação e Ratificação da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 26 de Novembro de 2021. 1. Data, Hora e Local: Em 17 de dezembro de 2021, às 13h30 (treze horas e trinta minutos), na sede social da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia"), na Avenida Ayrton Senna, nº 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **2. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Jean Charles Henri Naouri; Secretária: Aline Pacheco Pelucio. **3. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber, Srs. Jean-Charles Henri Naouri, Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira, Josseline Marie-José Bernadette de Clausade, David Julien Emeric Lubek, Philippe Alarcon, Christophe José Hidalgo, Luiz Nelson Guedes de Carvalho, José Flávio Ferreira Ramos e Geraldo Luciano Mattos Júnior. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Composta a mesa, o Sr. Presidente declarou instalada a Reunião do Conselho de Administração da Companhia ("RCA"), passando a ler os itens da ordem do dia a serem objeto de deliberação na presente RCA: **(i)** a retificação do item 5, (i), (n) das disposições contidas na Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de novembro de 2021, que deliberou sobre a 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia ("RCA de Aprovação", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente); e **(ii)** a ratificação das demais disposições constantes da RCA de Aprovação; e **(iii)** a autorização à Diretoria e demais representantes legais da Companhia para que pratiquem todos os atos e adotem todas as medidas necessárias à formalização das alterações ora deliberadas. **5. Deliberações:** 5.1. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Sr. Presidente submeteu à apreciação os assuntos da ordem do dia. Após os esclarecimentos prestados acerca da necessidade de rerratificação, foi deliberado, por unanimidade: (i) aprovar a retificação da disposição do item 5, (i), (n), das deliberações da RCA de Aprovação, os quais passam a viger com a seguinte nova redação: **"5, (i), (n) Atualização Monetária e Remuneração:** o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, não será objeto de atualização monetária. A partir da Data da Primeira Subscrição e Integralização (conforme definido abaixo), as Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (https://www.b3.com.br), acrescida exponencialmente de spread de 1,7500% (um inteiro, sete mil e quinhentos décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme abaixo definido) de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão ("Remuneração");" (ii) aprovar a ratificação das demais disposições constantes da RCA de Aprovação que não foram expressamente alteradas na presente; e (iii) aprovar a autorização para a prática pela Diretoria da Companhia de todo e qualquer ato necessário à formalização das alterações ora deliberadas. **6. Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **Presidente:** Sr. Jean Charles Henri Naouri; **Secretária:** Sra. Aline Pacheco Pelucio. Membros presentes do Conselho de Administração: Srs. Jean-Charles Henri Naouri, Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira, Josseline Marie-José Bernadette de Clausade, David Julien Emeric Lubek, Philippe Alarcon, Christophe José Hidalgo, Luiz Nelson Guedes de Carvalho, José Flávio Ferreira Ramos e Geraldo Luciano Mattos Júnior. Certifico, para os devidos fins, que o presente documento é um extrato da ata lavrada em livro próprio, nos termos do parágrafo 3º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. São Paulo, 17 de dezembro de 2021. **Aline Pacheco Pelucio -** Secretária. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro -** Empresa: SENDAS DISTRIBUIDORA S.A. - NIRE: 333.0027290-9. Protocolo: 00-2021/605503-2 de 20/12/2021 - Certifico o Arquivamento em 21/12/2021 sob o Número 00004672272. Bernardo Feijó Sampaio Berwanger - Secretário Geral.

Id: 2365955

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2021. DATA, HORA E LOCAL: 15 de dezembro de 2021, às 10h00, por meio de videoconferência. **PRESENÇA:** Reuniu-se o Conselho de Administração da TIM S.A. ("Companhia") na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Nicandro Durante, Elisabetta Paola Romano, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Herculano Aníbal Alves, Michele Valensise, Pietro Labriola e Sabrina Di Bartolomeo, por videoconferência, conforme faculdade prevista no parágrafo 2º do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia. Registra-se a ausência justificada do Sr. Michele Valensise durante as discussões do item (5) da Ordem do Dia, e do Sr. Agostino Nuzzolo. **MESA**: Sr. Nicandro Durante - Presidente; e Sr. Jaques Horn - Secretário. **ORDEM DO DIA**: **(1)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário; **(2)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos; **(3)** Tomar conhecimento sobre o Plano Industrial e deliberar sobre o orçamento da Companhia para o ano de 2022; **(4)** Deliberar sobre a proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio ("JSCP") da Companhia; **(5)** Tomar conhecimento sobre o processo de cumprimento das obrigações no âmbito do segmento especial de governança corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"); **(6)** Deliberar sobre Projetos Estratégicos da Companhia; **(7)** Eleger os Diretores Estatutários da Companhia; **(8)** Deliberar sobre o Orçamento do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia para o ano de 2022; e **(9)** Deliberar sobre o Plano de Trabalho do Conselho de Administração da Companhia para o ano de 2022. **DELIBERAÇÕES**: Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: Inicialmente, registra-se que o Sr. Carlo Nardello apresentou sua carta de renúncia, com eficácia imediata, em relação às posições ocupadas como membro deste Conselho e como membro do Comitê de Remuneração ("CR") e do Comitê de Environmental, Social & Governance ("CESG") da Companhia. Fica consignado que os membros do Conselho de Administração agradeceram ao Sr. Carlo Nardello por seu comprometimento e dedicação no desempenho de suas funções ao longo do seu mandato. Em razão da renúncia apresentada pelo Sr. Carlo Nardello, os Srs. Conselheiros **deliberaram**, por unanimidade, nomear o Sr. Claudio Giovanni Ezio Ongaro, italiano, casado, bacharel em engenharia eletrônica, portador do passaporte italiano nº YA4595942, válido até 16 de julho de 2023, domiciliado em Corso d'Italia 41, 00198, cidade de Roma, Itália, como membro deste Conselho de Administração, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, conforme o disposto no Artigo 150 da Lei nº 6.404/1976 e do Artigo 20, parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia. O termo de posse, demais declarações e documentos foram apresentados nos termos da legislação aplicável. Assim, o Conselho de Administração da Companhia passa a ter a seguinte composição: Srs. Nicandro Durante, Agostino Nuzzolo, Claudio Giovanni Ezio Ongaro, Elisabetta Paola Romano, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Herculano Aníbal Alves, Michele Valensise, Pietro Labriola e Sabrina Di Bartolomeo, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023. Os Conselheiros elegeram, ainda, o Sr. Claudio Giovanni Ezio Ongaro para o cargo de membro do CR, que passa a ter a seguinte composição: Srs. Nicandro Durante, Claudio Giovanni Ezio Ongaro e Michele Valensise. Os Conselheiros elegeram, também, o Sr. Claudio Giovanni Ezio Ongaro para o cargo de membro do CESG, que passa a ter a seguinte composição: Srs. Nicandro Durante, Claudio Giovanni Ezio Ongaro, Gesner José de Oliveira Filho, Pietro Labriola e Sabrina Di Bartolomeo. Por fim, fica registrada a renúncia do Conselheiro ora eleito, Sr. Claudio Giovanni Ezio Ongaro, à remuneração a que faria jus em razão das posições assumidas nesta oportunidade. **(1) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), nas reuniões realizadas nos dias 14 e 15 de dezembro de 2021, conforme relatado pelo Sr. Gesner José de Oliveira Filho, Coordenador do CAE. **(2) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"), na reunião realizada no dia 14 de dezembro de 2021, conforme relatado pelo Sr. Herculano Aníbal Alves, Presidente do CCR. **(3)** O Sr. Pietro Labriola, Diretor Presidente da Companhia, e a Sra. Camille Faria, Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores da Companhia, apresentaram as premissas gerais do Plano Industrial da Companhia para os anos de 2022-2024. Após a apresentação, os senhores Conselheiros **tomaram conhecimento** e **aprovaram** as diretrizes orçamentárias da Companhia, a serem utilizadas para o ano de 2022. **(4) Aprovaram** com fundamento no Artigo 46, §3º do Estatuto Social da Companhia, e no parecer favorável do Conselho Fiscal, a distribuição de lucros no valor de R$560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais) a título de Juros sobre Capital Próprio ("JSCP"), à razão do valor bruto de R$0,231366129 (zero vírgula, dois, três, um, três, seis, seis, um, dois, nove reais) por ação. O pagamento ocorrerá até o dia 25 de janeiro de 2022, sem a aplicação de qualquer índice de atualização monetária, considerando-se a data de 20 de dezembro de 2021 como data de corte para fins de identificação dos acionistas com direito a receber tais valores. Desta forma, as ações adquiridas após esta data serão negociadas *ex-direito* de distribuição de JSCP. Serão retidos 15% (quinze por cento) de Imposto de Renda na Fonte, por ocasião do crédito de JSCP, exceto para os acionistas que tiverem tributação diferenciada ou que estejam dispensados da referida tributação. **(5)** Os Senhores Conselheiros **tomaram conhecimento** sobre o processo de cumprimento, pela Companhia, das obrigações exigidas no âmbito do segmento do Novo Mercado da B3, cuja data limite está prevista para a Assembleia Geral que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2021, a ser realizada em 2022, ficando registrado que os pontos pendentes neste aspecto, quais sejam, o processo de avaliação do Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento e Diretoria Estatutária, além das Políticas de Remuneração e Indicação de membros dos órgãos da administração da Companhia, serão submetidos para aprovação nesta data, conforme indicado abaixo: **(5.1) Aprovaram** a Política de Remuneração da Companhia, cujo conteúdo se demonstrou aderente aos aspectos exigidos pelo Novo Mercado da B3, conforme proposta apresentada. **(5.2) Aprovaram** a Política de Indicação de membros dos órgãos da administração da Companhia, cujo conteúdo se demonstrou aderente aos aspectos exigidos pelo Novo Mercado da B3, conforme proposta apresentada. **(5.3) Aprovaram** a adoção do processo de avaliação do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, assim como da Diretoria Estatutária, cujo conteúdo se demonstrou aderente aos aspectos exigidos pelo Novo Mercado da B3, conforme proposta apresentada. **(6)** Os Senhores Conselheiros **tomaram conhecimento** dos estudos realizados e da negociação em curso envolvendo projeto estratégico da Companhia, relacionado ao desenvolvimento de plataformas para a oferta a seus clientes de serviços de saúde. Os Conselheiros **autorizaram** a administração da Companhia a aprofundar os estudos internos, contratar consultores externos e praticar todos os atos preliminares e necessários para verificar a viabilidade da iniciativa e as efetivas condições para sua implementação. Concluídos tais estudos, o projeto será oportunamente submetido para deliberação deste Conselho. **(7)** Os Senhores Conselheiros **elegeram**, nos termos do Art. 22, inciso XXI do Estatuto Social, a Diretoria da Companhia composta por 8 (oito) membros identificados a seguir: **(i)** Diretor Presidente, o Sr. **Pietro Labriola**, italiano, casado, bacharel em administração de empresas, portador do documento de identidade RNM n° G188964B, expedido pela CGPI/DIREX/PF em 02/08/2021, inscrito no CPF/ME sob o nº 074.053.501-35, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(ii)** Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores, a Sra. **Camille Loyo Faria**, brasileira, casada, engenheira química, portadora do documento de identidade nº 08.046.038-9, expedido pelo DETRAN/RJ em 22/08/2013, inscrita no CPF/ME sob o nº 016.748.137-16, domiciliada na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(iii)** *Business Support Officer*, o Sr. **Bruno Mutzenbecher Gentil**, brasileiro, casado, bacharel em administração de empresas, portador do documento de identidade nº 07.212.618-8, expedido pelo IFP/RJ em 10/09/1998, inscrito no CPF/ME sob o nº 001.330.367-82, domiciliado na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 - Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(iv)** *Regulatory and Institutional Affairs Officer*, o Sr. **Mario Girasole**, brasileiro naturalizado, divorciado, bacharel em ciências econômicas, portador do documento de identidade nº 32.859.384-3, expedido pelo DETRAN/RJ em 20/12/2016, inscrito no CPF/ME sob o nº 059.292.237-50, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(v)** Diretor Jurídico, o Sr. **Jaques Horn**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 70.654, expedido pela OAB/RJ em 08 de maio de 2009, inscrito no CPF/ME sob o nº 846.062.237-15, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(vi)** *Chief Technology Information Officer*, o Sr. **Leonardo de Carvalho Capdeville**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 83.403-6, expedido pela SSP/ES em 27/08/1986, inscrito no CPF/ME sob o nº 015.358.317-74, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(vii)** *Chief Revenue Officer*, o Sr. **Alberto Mario Griselli**, italiano, casado, bacharel em engenharia, portador do documento de identidade RNM n° V354056-O, emitido pela CGPI/DIREX/PF em 31/01/2021, inscrito no CPF/ME sob o n° 058.431.817-07, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; e **(viii)** *Human Resources & Organization Officer*, a Sra. **Maria Antonietta Russo**, italiana, casada, bacharel em psicologia, portadora do documento de identidade RNM nº V411242M, expedido pela CGPI/DIREX/PF-RJ em 19/06/2021, inscrita no CPF/ME sob o nº 059.696.447-14, domiciliada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro. Os membros da Diretoria eleitos terão mandato de 2 (dois) anos, sendo prorrogado até a posse de seus sucessores eleitos, se necessário, e mantidos os limites de autoridade dos Diretores da Companhia em vigor. Os Diretores eleitos declararam, sob as penas da lei, que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer atividade mercantil, nos termos do Artigo 147 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e informaram, ainda, que irão apresentar os termos de posse, a declaração exigida pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 367/2002, os termos previstos nos Artigos 18 e 19 do Estatuto Social e demais documentos, devidamente assinados, dentro do prazo legal. Adicionalmente, registra-se que o Sr. Pietro Labriola se absteve de votar em relação a este item da Ordem do Dia, em razão de sua posição como membro deste Conselho. **(8)** Nos termos da Instrução CVM nº 509/2011 e do Regimento Interno do CAE, **aprovaram** a dotação orçamentária do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia para o ano de 2022, destinada exclusivamente para a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes. **(9) Aprovaram** o Plano de Trabalho do Conselho de Administração da Companhia para o ano de 2022. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes. Certifico que a presente ata é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 15 de dezembro de 2021. JAQUES HORN - Secretário da Mesa. Jucerja nº 4679127, em 03/01/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

Id: 2366027

ESSOR SEGUROS S.A.
C.N.P.J./M.F. nº.: 14.525.684/0001-50 N.I.R.E.: 33.3.0030308-1

ATA DA AGE EM 10/09/2021. (Rerratificação da Ata De Assembleia Geral Extraordinária de 31/05/2021). **DATA, HORA E LOCAL:** Em 10 /09/ 2021, às 11:00h, por meio de videoconferência. **CONVOCAÇÃO**

Imprensa Oficial · GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO · documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quinta-feira, 06 de Janeiro de 2022 às 02:38:27 -0200.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/021874-9 Data do protocolo: 07/01/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/01/2022 SOB O NÚMERO 00004705183 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 1D6D9A0B00B2E52CF186719E5319311940C6DFC81C15AFD0B4BE8564C94EDF51
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

Agronegócios

Estratégia Empresa contrata consultoria e investe em estrutura para reforçar aposta em produção de tilápia

BTJ define plano para avançar em pescados

José Florentino
De São Paulo

A BTJ Aqua, do segmento de pescados, contratou a Galunion Consultoria para desenvolver um plano de negócios e investiu R$ 4,9 milhões para avançar no mercado de tilápia. Esses movimentos fazem parte do projeto de expansão da empresa, que pretende manter o ritmo de crescimento de 2021 — a companhia estima ter fechado o ano com faturamento de R$ 77 milhões, montante 47% superior ao de 2020.

Com um frigorífico no interior de São Paulo, a companhia produz 10 mil toneladas do peixe por ano. Mais da metade é comercializada in natura, mas a ideia, agora, é agregar valor e vender filés para o segmento de food service. Com o aporte em estrutura, a capacidade produtiva da empresa vai crescer 30%, para 13 mil toneladas ao ano.

A decisão de apostar na tilápia, diz a empresa, ocorreu porque o peixe é versátil e não precisa ficar restrito a nichos. De acordo com Renato Lutti, diretor associado da Galunion, a cadeia produtiva da espécie é mais organizada e está em crescente verticalização, a exemplo do que ocorreu com a avicultura e a suinocultura no passado. Assim, restaurantes e outros estabelecimentos que precisam se abastecer regularmente tendem a demandar mais esse peixe. "É um produto que tem disponibilidade praticamente o ano todo", diz o consultor.

Porém, avançar no food service requer adequações. Enquanto o peixe chega à gôndola em vários tamanhos, precificado com base no peso, os restaurantes precisam de cortes mais parecidos. "Não dá para servir um filé muito pequeno em um prato e um grande em outro", explica Lutti. Por isso, o diretor do braço frigorífico da companhia, a BTJ Food's, Felipe Franco, afirma que o objetivo é produzir filés com variações de peso e tamanho menores.

Franco sabe que o preço da tilápia, que hoje está mais próximo do valor da carne bovina do que das proteínas suína e de frango, ainda é proibitivo para boa parte da população. Ele acredita que isso deve melhorar à medida que a cadeia aumentar seus índices de produtividade e reduzir custos de produção. Renato Lutti, por sua vez, reconhece que é preciso paciência, já que desenvolver seleção genética e manejo alimentar em animais que vivem embaixo d'água é mais difícil do que frangos e suínos, que podem ser acompanhados individualmente.

DIVULGAÇÃO

Felipe Franco, da BTJ: projeto de expansão da empresa inclui adequações para chegar também ao mercado externo

Em seu plano de expansão, a empresa quer ajudar a popularizar a proteína — e ganhar mercado nesse processo. A partir de testes e degustações em que avaliou textura, sabor, coloração e outros parâmetros que influenciam no consumo, a Galunion sugeriu à BTJ Aqua a implantação de um sistema de congelamento usado em cozinhas industriais.

A estrutura da planta frigorífica também passou por ampliação e adequação para se enquadrar nos requisitos do Sistema de Inspeção Federal (SIF). A ideia é abrir novos mercados em breve. A prioridade são os países elencados pela Associação Brasileira da Piscicultura (PeixeBR) e pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil): Estados Unidos, Canadá, México, Emirados Árabes e Israel. A empresa acredita que pode conquistar habilitações nesses países em 2023.

valor.com.br

Cooperativas

Lucro da americana CHS dispara

A CHS, maior cooperativa de agronegócios dos Estados Unidos, registrou lucro líquido de US$ 452 milhões no primeiro trimestre do ano fiscal de 2022, encerrado no dia 30 de novembro. O resultado, recorde, foi mais de seis vezes maior do que o ganho obtido no mesmo período do exercício anterior.

valor.com.br/agro

Embarque de soja foi recorde no país

Aumento de 5,3% em 2021

As exportações brasileiras de soja cresceram 5,3% em 2021 e alcançaram o recorde de 86,6 milhões de toneladas, segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec).

valor.com.br/agro

Políticas

Venda de milho em balcão sancionada

O presidente Jair Bolsonaro sancionou, com vetos, a lei que cria o Programa de Venda de Milho em Balcão, mecanismo criado para garantir a oferta do cereal a pequenos criadores de animais. Com a lei, a Conab poderá comprar até 200 mil toneladas de milho em condições de mercado para o programa.

valor.com.br/agro

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

350 LOTES - LEILÃO DE VEÍCULOS - DIA: 07/01/2022 - 10h00 - 6ª FEIRA — **PRESENCIAL e ONLINE**

Visitação: verificar informações no site.
Central de Informações: 11 - 3117.1000 | www.freitasleiloeiro.com.br

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

CHASSIS: 9BFZB55P1H8604728 - 9BWDB45U4LT081012 - 93YRBB007LJ184137 - 9BFZB55H1D8800039 - 93YHSR2LAEJ956686 - 9BFZH55L0J8499567 - LVVDB12B3CD047378 - 3D4PG6FD7AT256022 - 93XFRH77WDCC74670 - KMHDC51EBBU275295 - 93YRBB002LJ289233 - 9BHBG41CAGP549171 - 9BWMF07X0AP002655 - 9BWAG4123GT519145 - 9BD17164G75002085 - 3G1J85CDXDS599490 - 9BD17164LA5436749 - KMHTC61CBDU056930 - KMHJM81BAAU193129 - 9BD195102D0362323 - 9BGRP48F0CG105852 - 9BGTW75W06C102542 - 9BD19515ZG0747784 - 8AD2MKFWXCG022329 - 9BD372171E4050836 - 9BWAA05U29P040300REM - 93YLSR7AHAJ377139 - 3N1AB61D88L651185 - 9BM9584618B605254 - 9BFZH55L3J8090110 - 1A8FYB8B66T268832 - 8AGSA19906R135154 - LS4BDB3D5CF600314 - WF0FXXTBFBTS10670 - 9BD17140222110550 - 935SUN6AYBB552277 - 9BGKL69U0KG217607 - 9BWAA05W39T089160 - 8A1CB8B058L014532 - 95VD45H5EFM000825 - 9BD135019D2218672 - 9BWKA05Z684155725 - 9BD281B41MYV38992 - 9BGSU19F0CB194699 - 9BGRP48F0DG158843 - 8AP19627NH4188673 - 9BFZH54L2L8437429 - 9BD1105BDE1566165 - 9BGXM75N0AC150985 - 9BFZH55J2F8158242 - 93YBSR86HEJ750238 - 9BRB29BT8G2104127 - 9BFZF55PXE8076414 - 9BWAA05WXDP110913 - 9BD19716TG3311039 - 9BWAA05W5DP036364 - LSYHDAAB3BK147160 - 3FAHP08Z07R110094 - 93YHSR6P5DJ483757 - 8BCLDRFJVCG505509 - 9BGRZ08906G113424 - 9362MKFWXDB027558 - 93YJA00253J434725 - 9BWDC05X12T184483 - 8AD2MKFWXCG010921 - KMHFC41DBBA525307 - 9BGJB69X0CB256778 - 9BM979277EB962384 - 9BM979277EB962424 - 9BM688277BB788987 - 9BGAJ48W08B301736 - 9BD17164G85027714 - 94DBCAN17LB204147 - 93Y4SRD64EJ279796 - 935SDN6AWCB542829 - 9BFZF55A198430127 - 9BD17202833040937 - 9BGKL48U0JB192292 - 935CHRFN27B532134 - 9C6KG0650E0011103 - 9BGPB68M0DB302397 - 9BFZD55P5EB659966 - 93HGM2640BZ209325 - 9BWAB09N5BP012819 - 9BGTR48J0BB283272 - 93HGD38807Z107798 - 9BD171222F7515747 - 9BGRG08F0CG348636 - 8A1CB8V05BL564193 - 9CDVP55BALM100245 - 9C2JC7000MR008969 - 9C2KF3400KR102093 - 9C2KC2500MR052055 - 9C2KF2210HR101399 - 9BGTW75J0CC156943 - 3GNCJ8CZ7KL318813 - 3GNALHEVXAS582138 - 8AJDA3CD3L1810802 - 9BD119409E1121181 - 9BFBDZGDA2B785523 - 93Y5SRD47JJ875334 - 9BR72ZEC488704561 - 9BD11930591060354 - 94DFCUK13FB502508 - 9BR53ZEC268615625 - JMYMYV67W5JA00161 - 9BD197134F3203459 - 9BWAA05WX9P032463 - 935SLYFYYDB548985 - 9BGKS48U0JG130482 - 9362MKFWXBB011723 - 9BGJB75Z0EB221611 - 9BG148MK0MC408519 - 93XHNK740CCB78224 - 9BHBH41DAEP246231 - 9BD195162D0352674 - 9BD13561392106223 - 9BFZD55J5FB769008 - 9BR53ZEC258578973 - 93Y4SRD64EJ826987 - 9BHCP51AALP073475 - 95PJN81BPDB039579 - 93XFRH77WCCB63591 - 9BRB29BT5L2257235 - 9C6SG5910M0010885 - 9BD17309TA4282922 - 93HGM2620DZ126824 - 8AJBA3CD7G1568304 - 9C2PC4910FR001374 - KNAFU411AB5873699 - 8AJFY22G8E8014082 - 9BGKT48V0KG464326 - 9BFZK53A2AB165949 - 93HGD18608Z104356 - 9BHBG51CAEP128262 - 9362CKFW97B008628 - 9BGRY48907G171978 - VF1JM2NBA8D161516 - 93HGK5830JZ127326 - 9BG148FK0HC450341 - 9BWCA05Y43T127786 - 9362AN6A38B047518 - 9BGSA19909B214853 - 9BFZD55J8GB502527 - KMHDC51EAAU242444 - 9BGRM69X0BG214462 - 9BWCA05WX8P125703 - 9BD17140A85051523 - 9BD15844A96251714 - 9C6RN3570M0000810 - 9C2KD0540ER054384 - 9C2KC1670CR544899 - 94DFCAP15LB215623 - 93HGM6670FZ107909 - 93HFA66808Z242871 - 95PJN81BPDB039684 - 3C3BFFCR1CT139747 - KMHJN81DP8U907629 - 93HES16905Z107314 - 9BD17106G75012308 - 9BGXH68808C149119 - 9BGSU19F0CC103599 - 9BD17164G85112827 - 93Y4SRD64FJ544367 - KMHSH81DP7U220528 - 93HGM2520AZ121340 - 94DFCUK13HB108087 - 94DTBAL10DJ390433 - 9362NN6AXBB005318 - 9362PKFWXAB023276 - 9BGRZ08908G174583 - JMYXTGF7WJZA00658 - 93YADC1L6DJ308417 - JTHKD5BHXH2297452 - WB1045004DZX49187 - 93XSNCY4AHCG05224 - 3N1BB7AD9FY209946 - KMHJU81BBCU351791 - KNAJT814BC7382032 - 9BGKS48B0FG229882 - 3VWLN6160CM043739 - KMHDC51EBBU293221 - 9BFZF54P1C8243614 - 935SLYFYYEB505312 - 93HGD38807Z105265 - 9BWAB05Z5D4048166 - 93YBSR7UHBJ522425 - 935SDN6AYCB520941 - 93YKM263HCJ848803 - 9BGRY48906G170473 - 8BCLDRFJWAG520910 - 9BD17164LC5772831 - 9BGSN19109B237024 - LJ12FKR16C4270289 - 93YBSR0RH9J088738 - 9BFZF26P368482369 - 8AE5CN6A99G527125 - 9C2KC2210NR028441 - 9C2KC1670BR641769 - 99KTCJ7ZJKM101538 - 9BFBSZGDA4B508677 - WVWHE6AU3EW423135 - 93XHNK740CCB82931 - 9BFZH54J0JB065889 - 9BGKT48V0JG260129 - 95PJN81EPGB094065 - 9BWAB45U2HP081769 - 93HGE6850AZ104461 - 9BHBG51CAHP727102 - 93HGM2620AZ116146 - 9BWAL45Z0F4071958 - 9BGKR48B0DG157741 - 9BRK19BT3G2059665 - 93HFA66308Z266373 - KNAJT814BC7397566 - 9BR53ZEC148511014 - 93HFA66407Z211952 - 3N1CN7AD7CL852770 - 9BWAA05Z094050658 - 9BD27804C62480765 - 93YBSR7GH9J248070 - 9BD27801A62477954 - 9BFZK03A79B070172 - 935FCKFVYBB582053 - 9BGRX48907G141496 - 935FLN6A88B525822 - 9BWAA05Z094005493 - 9C6KG0460B0026239 - 95PJV81DBMB068227REM - 9BGEX76H0MB100734 - 9BGJE6920HB130912REM - 96PLECC16BFS00057 - 9BD22315592014100 - 9362MKFWXDB019167 - 9BFZF55P0C8335117 - 9BFZF54P5D8446863 - 9BWAB09N3BP021308 - 8AD4D5GVUJG001878 - 93YLSR2VH9J147117 - 9BRK29BT5K0179954 - 8AFVZZFHCFJ293974 - 9BHBG51CAJP856742 - 8AP17164LC3032098 - 93HFB2530EZ102467 - 8AFSZZFFCFJ304985 - 9BGKS69V0JG298212 - 9BFZH55S5L8384070.

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

DATA, HORA E LOCAL: 15 de dezembro de 2021, às 10h00, por meio de videoconferência. **PRESENÇA:** Reuniu-se o Conselho de Administração da TIM S.A. ("Companhia") na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Nicandro Durante, Elisabetta Paola Romano, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Herculano Aníbal Alves, Michele Valensise, Pietro Labriola e Sabrina Di Bartolomeo, por videoconferência, conforme faculdade prevista no parágrafo 2º do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia. Registra-se a ausência justificada do Sr. Michele Valensise durante as discussões do item (5) da Ordem do Dia, e do Sr. Agostino Nuzzolo. **MESA**: Sr. Nicandro Durante - Presidente; e Sr. Jaques Horn – Secretário. **ORDEM DO DIA**: **(1)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário; **(2)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos; **(3)** Tomar conhecimento sobre o Plano Industrial e deliberar sobre o orçamento da Companhia para o ano de 2022; **(4)** Deliberar sobre a proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio ("JSCP") da Companhia; **(5)** Tomar conhecimento sobre o processo de cumprimento das obrigações no âmbito do segmento especial de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"); **(6)** Deliberar sobre Projetos Estratégicos da Companhia; **(7)** Eleger os Diretores Estatutários da Companhia; **(8)** Deliberar sobre o Orçamento do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia para o ano de 2022; e **(9)** Deliberar sobre o Plano de Trabalho do Conselho de Administração da Companhia para o ano de 2022. **DELIBERAÇÕES**: Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: Inicialmente, registra-se que o Sr. Carlo Nardello apresentou sua carta de renúncia, com eficácia imediata, em relação às posições ocupadas como membro deste Conselho e como membro do Comitê de Remuneração ("CR") e do Comitê de Environmental, Social & Governance ("CESG") da Companhia. Fica consignado que os membros do Conselho de Administração agradeceram ao Sr. Carlo Nardello por seu comprometimento e dedicação no desempenho de suas funções ao longo do seu mandato. Em razão da renúncia apresentada pelo Sr. Carlo Nardello, os Srs. Conselheiros **deliberaram**, por unanimidade, nomear o Sr. Claudio Giovanni Ezio Ongaro, italiano, casado, bacharel em engenharia eletrônica, portador do passaporte italiano nº YA4595942, válido até 16 de julho de 2023, domiciliado em Corso d'Italia 41, 00198, cidade de Roma, Itália, como membro deste Conselho de Administração, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, conforme o disposto no Artigo 150 da Lei nº 6.404/1976 e do Artigo 20, parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia. O termo de posse, demais declarações e documentos foram apresentados nos termos da legislação aplicável. Assim, o Conselho de Administração da Companhia passa a ter a seguinte composição: Srs. Nicandro Durante, Agostino Nuzzolo, Claudio Giovanni Ezio Ongaro, Elisabetta Paola Romano, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Herculano Aníbal Alves, Michele Valensise, Pietro Labriola e Sabrina Di Bartolomeo, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023. Os Conselheiros elegeram, ainda, o Sr. Claudio Giovanni Ezio Ongaro para o cargo de membro do CR, que passa a ter a seguinte composição: Srs. Nicandro Durante, Claudio Giovanni Ezio Ongaro e Michele Valensise. Os Conselheiros elegeram, também, o Sr. Claudio Giovanni Ezio Ongaro para o cargo de membro do CESG, que passa a ter a seguinte composição: Srs. Nicandro Durante, Claudio Giovanni Ezio Ongaro, Gesner José de Oliveira Filho, Pietro Labriola e Sabrina Di Bartolomeo. Por fim, fica registrada a renúncia do Conselheiro ora eleito, Sr. Claudio Giovanni Ezio Ongaro, à remuneração a que faria jus em razão das posições assumidas nesta oportunidade. **(1) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), nas reuniões realizadas nos dias 14 e 15 de dezembro de 2021, conforme relatado pelo Sr. Gesner José de Oliveira Filho, Coordenador do CAE. **(2) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"), na reunião realizada no dia 14 de dezembro de 2021, conforme relatado pelo Sr. Herculano Aníbal Alves, Presidente do CCR. **(3)** O Sr. Pietro Labriola, Diretor Presidente da Companhia, e a Sra. Camille Faria, Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores da Companhia, apresentaram as premissas gerais do Plano Industrial da Companhia para os anos de 2022-2024. Após a apresentação, os senhores Conselheiros **tomaram conhecimento** e **aprovaram** as diretrizes orçamentárias da Companhia, a serem utilizadas para o ano de 2022. **(4) Aprovaram** com fundamento no Artigo 46, §3º do Estatuto Social da Companhia, e no parecer favorável do Conselho Fiscal, a distribuição de lucros no valor de R$560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais) a título de Juros sobre Capital Próprio ("JSCP"), à razão do valor bruto de R$0,231366129 (zero vírgula, dois, três, um, três, seis, seis, um, dois, nove reais) por ação. O pagamento ocorrerá até o dia 25 de janeiro de 2022, sem a aplicação de qualquer índice de atualização monetária, considerando-se a data de 20 de dezembro de 2021 como data de corte para fins de identificação dos acionistas com direito a receber tais valores. Desta forma, as ações adquiridas após esta data serão negociadas *ex-direito* de distribuição de JSCP. Serão retidos 15% (quinze por cento) de Imposto de Renda na Fonte, por ocasião do crédito de JSCP, exceto para os acionistas que tiverem tributação diferenciada ou que estejam dispensados da referida tributação. **(5)** Os Senhores Conselheiros **tomaram conhecimento** sobre o processo de cumprimento, pela Companhia, das obrigações exigidas no âmbito do segmento do Novo Mercado da B3, cuja data limite está prevista para a Assembleia Geral que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2021, a ser realizada em 2022, ficando registrado que os pontos pendentes neste aspecto, quais sejam, o processo de avaliação do Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento e Diretoria Estatutária, além das Políticas de Remuneração e Indicação de membros dos órgãos da administração da Companhia, serão submetidos para aprovação nesta data, conforme indicado abaixo: **(5.1) Aprovaram** a Política de Remuneração da Companhia, cujo conteúdo se demonstrou aderente aos aspectos exigidos pelo Novo Mercado da B3, conforme proposta apresentada. **(5.2) Aprovaram** a Política de Indicação de membros dos órgãos da administração da Companhia, cujo conteúdo se demonstrou aderente aos aspectos exigidos pelo Novo Mercado da B3, conforme proposta apresentada. **(5.3) Aprovaram** a adoção do processo de avaliação do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, assim como da Diretoria Estatutária, cujo conteúdo se demonstrou aderente aos aspectos exigidos pelo Novo Mercado da B3, conforme proposta apresentada. **(6)** Os Senhores Conselheiros **tomaram conhecimento** dos estudos realizados e da negociação em curso envolvendo projeto estratégico da Companhia, relacionado ao desenvolvimento de plataformas para a oferta a seus clientes de serviços de saúde. Os Conselheiros **autorizaram** a administração da Companhia a aprofundar os estudos internos, contratar consultores externos e praticar todos os atos preliminares e necessários para verificar a viabilidade da iniciativa e as efetivas condições para sua implementação. Concluídos tais estudos, o projeto será oportunamente submetido para deliberação deste Conselho. **(7)** Os Senhores Conselheiros **elegeram**, nos termos do Art. 22, inciso XXI do Estatuto Social, a Diretoria da Companhia composta por 8 (oito) membros identificados a seguir: **(i)** Diretor Presidente, o Sr. **Pietro Labriola**, italiano, casado, bacharel em administração de empresas, portador do documento de identidade RNM n° G188964B, expedido pela CGPI/DIREX/PF em 02/08/2021, inscrito no CPF/ME sob o nº 074.053.501-35, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(ii)** Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores, a Sra. **Camille Loyo Faria**, brasileira, casada, engenheira química, portadora do documento de identidade nº 08.046.038-9, expedido pelo DETRAN/RJ em 22/08/2013, inscrita no CPF/ME sob o nº 016.748.137-16, domiciliada na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(iii)** *Business Support Officer*, o Sr. **Bruno Mutzenbecher Gentil**, brasileiro, casado, bacharel em administração de empresas, portador do documento de identidade nº 07.212.618-8, expedido pelo IFP/RJ em 10/09/1998, inscrito no CPF/ME sob o nº 001.330.367-82, domiciliado na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850 - Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(iv)** *Regulatory and Institutional Affairs Officer*, o Sr. **Mario Girasole**, brasileiro naturalizado, divorciado, bacharel em ciências econômicas, portador do documento de identidade nº 32.859.384-3, expedido pelo DETRAN/RJ em 20/12/2016, inscrito no CPF/ME sob o nº 059.292.237-50, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(v)** Diretor Jurídico, o Sr. **Jaques Horn**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 70.654, expedido pela OAB/RJ em 08 de maio de 2009, inscrito no CPF/ME sob o nº 846.062.237-15, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(vi)** *Chief Technology Information Officer*, o Sr. **Leonardo de Carvalho Capdeville**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do documento de identidade nº 83.403-6, expedido pela SSP/ES em 27/08/1986, inscrito no CPF/ME sob o nº 015.358.317-74, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; **(vii)** *Chief Revenue Officer*, o Sr. **Alberto Mario Griselli**, italiano, casado, bacharel em engenharia, portador do documento de identidade RNM n° V354056-O, emitido pela CGPI/DIREX/PF em 31/01/2021, inscrito no CPF/ME sob o n° 058.431.817-07, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro; e **(viii)** *Human Resources & Organization Officer*, a Sra. **Maria Antonietta Russo**, italiana, casada, bacharel em psicologia, portadora do documento de identidade RNM nº V411242M, expedido pela CGPI/DIREX/PF-RJ em 19/06/2021, inscrita no CPF/ME sob o nº 059.696.447-14, domiciliada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro. Os membros da Diretoria eleitos terão mandato de 2 (dois) anos, sendo prorrogado até a posse de seus sucessores eleitos, se necessário, e mantidos os limites de autoridade dos Diretores da Companhia em vigor. Os Diretores eleitos declararam, sob as penas da lei, que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer atividade mercantil, nos termos do Artigo 147 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e informaram, ainda, que irão apresentar os termos de posse, a declaração exigida pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 367/2002, os termos previstos nos Artigos 18 e 19 do Estatuto Social e demais documentos, devidamente assinados, dentro do prazo legal. Adicionalmente, registra-se que o Sr. Pietro Labriola se absteve de votar em relação a este item da Ordem do Dia, em razão de sua posição como membro deste Conselho. **(8)** Nos termos da Instrução CVM nº 509/2011 e do Regimento Interno do CAE, **aprovaram** a dotação orçamentária do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia para o ano de 2022, destinada exclusivamente para a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes. **(9) Aprovaram** o Plano de Trabalho do Conselho de Administração da Companhia para o ano de 2022. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes. Certifico que a presente ata é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 15 de dezembro de 2021. JAQUES HORN - Secretário da Mesa. Jucerja nº 4679127, em 03/01/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

General Shopping & Outlets do Brasil S.A.

Companhia Aberta – CNPJ nº 08.764.621/0001-53 – NIRE 35.300.340.833

FATO RELEVANTE

A **General Shopping e Outlets do Brasil S.A.**, companhia aberta com sede na Avenida Angélica, nº 2.466, 24º andar, conjunto 241, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 08.764.621/0001-53 ("Companhia"), vem, em cumprimento às determinações da Instrução CVM nº 358/02, comunicar aos seus acionistas e ao mercado em geral que a sua subsidiária integral General Shopping Finance Limited ("GS Finance") iniciou oferta de aquisição de até US$ 40,0 milhões (conforme possa ser alterado pela GS Finance, a seu exclusivo critério, "Valor Máximo de Aceitação") referente aos bônus de dívida perpétuos (*10.00% Perpetual Notes*) emitidos pela GS Finance ("Bonds Perpétuos" e "Oferta de Recompra"). O Valor Máximo de Aceitação, conforme utilizado nos documentos da Oferta de Recompra, representa o valor total disponível para a Oferta de Recompra, incluindo o pagamento da *Early Tender Payment*, e não reflete o valor total do saldo em aberto dos Bonds Perpétuos que podem ser adquiridos no âmbito da Oferta de Recompra. A Oferta de Recompra está sendo realizada de acordo com os termos e condições previstos no memorando de oferta de recompra (*offer to purchase statement*), o qual contém uma descrição mais abrangente da Oferta de Recompra. A obrigação por parte da GS Finance em adquirir os Bonds Perpétuos está sujeita a determinadas condições, os quais poderão ser renunciados pela GS Finance, a seu exclusivo critério, conforme descrito dos documentos da Oferta de Recompra. Este comunicado não é uma oferta para adquirir os Bonds Perpétuos, tampouco uma solicitação para compra dos Bonds Perpétuos. A Oferta de Recompra está sendo realizada exclusivamente para investidores no mercado estrangeiro. Todas as demais informações sobre as operações mencionadas nesse Fato Relevante serão oportunamente comunicadas ao mercado nos termos da legislação aplicável.

São Paulo, 04 de janeiro de 2022.

Marcio Snioka
Diretor de Relações com Investidores

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 284/2021 - Oferta de Compra nº 090102000012021OC00334,** referente ao processo nº **SES-PRC-2021/31112**, **objetivando a CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E GARANTIA DE RADIODIAGNÓSTICO,** a ser realizado por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo", cuja abertura está marcada para o dia **19/01/2022 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir do dia **07/01/2022**, o site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site www.e-negociospublicos.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZIÂNIA

A Prefeitura do Município de Luiziânia - SP, comunica aos interessados a realização de **TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2022 - PROCESSO Nº. 002/2022 – EDITAL Nº 002/2022** - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA YPÊ. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO (menor preço global). ENCERRAMENTO: 21/01/2022 às 10:00 horas. Abertura dos envelopes: 21/01/2022 às 10:35 horas. O Edital completo no site da Prefeitura e demais informações no Setor de Compras e Licitações, de segunda à sexta-feira das 08:00 horas às 11:00 horas e das l3:00 horas às 16:00 horas. Luiziânia - SP, 05 de janeiro de 2022 – Rogélio Cervigne Barreto - Prefeito Municipal.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/021874-9 Data do protocolo: 07/01/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/01/2022 SOB O NÚMERO 00004705183 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 1D6D9A0B00B2E52CF186719E5319311940C6DFC81C15AFD0B4BE8564C94EDF51
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TIM S.A., NIRE 33.3.0032463-1, PROTOCOLO 00-2022/021874-9, ARQUIVADO EM 10/01/2022, SOB O NÚMERO (S) 00004705183, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
311.513.508-42	RODRIGO BATISTA SANTOS

10 de janeiro de 2022.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/021874-9 Data do protocolo: 07/01/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/01/2022 SOB O NÚMERO 00004705183 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 1D6D9A0B00B2E52CF186719E5319311940C6DFC81C15AFD0B4BE8564C94EDF51
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2022/126369-1

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00004745970 - 28/01/2022

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s):

Hash: 06F50842-4A0A-452F-8267-04D4EE540C28

Orgão	Calculado	Pago
Junta	676,00	676,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

TIM S.A.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

002

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ROBERTO FRANCISCO DA SILVA , RODRIGO OTÁVIO CARVALHO MOREIRA E SÉRGIO CARLOS RAMALHO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00004754997	02.421.421/0001-11	Avenida Joao Cabral De Mello Neto 00850	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 03/02/2022 e arquivado em 03/02/2022

Jorge Paulo Magdaleno Filho
SECRETÁRIO GERAL

Nº de Páginas: 10

Capa Nº Páginas: 1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/126369-1 Data do protocolo: 01/02/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/02/2022 SOB O NÚMERO 00004754997 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FE168589281B72AD90AD255E52C22CA69308703C49B00712D2B7BD4B178E0E59
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2022/126369-1 01/02/2022 17:18:29

JUCERJA

Último arquivamento:

00004745970 - 28/01/2022

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 103941323

Hash: 06F50842-4A0A-452F-8267-04D4EE540C28

Orgão	Calculado	Pago
Junta	676,00	676,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
002	021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
	xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	RODRIGO BATISTA SANTOS
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	11987004910
E-mail:	rodrigo.santos@marchiori.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	01/02/2022
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

01/02/2022

Data

00-2022/126369-1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/126369-1 Data do protocolo: 01/02/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/02/2022 SOB O NÚMERO 00004754997 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FE168589281B72AD90AD255E52C22CA69308703C49B00712D2B7BD4B178E0E59
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

DocuSign Envelope ID: C1E5960D-5855-474E-9F6D-9ACDC14DB7D3

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 31 DE JANEIRO DE 2022

DATA, HORA E LOCAL: 31 de janeiro de 2022, às 12h30, por meio de videoconferência.

PRESENÇA: Reuniu-se o Conselho de Administração da TIM S.A. ("Companhia") na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Nicandro Durante, Agostino Nuzzolo, Claudio Giovanni Ezio Ongaro, Elisabetta Paola Romano, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Herculano Aníbal Alves, Michele Valensise, Pietro Labriola e Sabrina Di Bartolomeo, por videoconferência, conforme faculdade prevista no parágrafo 2º do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia.

MESA: Sr. Nicandro Durante - Presidente; e Sr. Jaques Horn – Secretário.

ORDEM DO DIA: **(1)** Deliberar sobre alteração na estrutura organizacional da Companhia; **(2)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Remuneração; e **(3)** Deliberar sobre o tratamento a ser dado, no âmbito dos Planos de Incentivo de Curto e de Longo Prazo da Companhia ("Planos"), no caso de desligamento de executivo em razão de sua transferência para outra sociedade do grupo.

DELIBERAÇÕES: Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma:

(1.1) Inicialmente, registra-se que o Sr. **Pietro Labriola** apresentou, na presente data e com eficácia a partir de 1º de fevereiro de 2022, sua carta de renúncia em relação às posições por ele ocupadas na Companhia, a saber: membro deste Conselho, membro do Comitê de *Environmental, Social & Governance* ("CESG") e Diretor Presidente da Companhia. Os membros do Conselho de Administração agradeceram ao Sr. **Pietro Labriola** por seu

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/126369-1 Data do protocolo: 01/02/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/02/2022 SOB O NÚMERO 00004754997 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FE168589281B72AD90AD255E52C22CA69308703C49B00712D2B7BD4B178E0E59
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

DocuSign Envelope ID: C1E5960D-5855-474E-9F6D-9ACDC14DB7D3

comprometimento e dedicação no desempenho de suas funções ao longo de seus mandatos, parabenizando-o pelo excepcional resultado obtido durante sua trajetória na Companhia e desejando-lhe sucesso em seus novos desafios e funções no grupo Telecom Itália.

(1.2) Em razão da renúncia apresentada pelo Sr. **Pietro Labriola**, os Srs. Conselheiros **deliberaram**, por unanimidade, nomear o Sr. **Alberto Mario Griselli**, italiano, casado, bacharel em engenharia, portador do documento de identidade RNM n° V354056-O, emitido pela CGPI/DIREX/PF em 31/01/2021, inscrito no CPF/ME sob o n° 058.431.817-07, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como membro deste Conselho de Administração, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, conforme o disposto no Artigo 150 da Lei nº 6.404/1976 e do Artigo 20, parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia. O termo de posse, demais declarações e documentos serão apresentados nos termos da legislação aplicável.

Em decorrência, o Conselho de Administração da Companhia passa a ter a seguinte composição: Srs. **Nicandro Durante**, **Agostino Nuzzolo, Alberto Mario Griselli**, **Claudio Giovanni Ezio Ongaro**, **Elisabetta Paola Romano**, **Flavia Maria Bittencourt**, **Gesner José de Oliveira Filho**, **Herculano Aníbal Alves**, **Michele Valensise** e **Sabrina Di Bartolomeo**, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023.

Adicionalmente, os Conselheiros **elegeram** o Sr. **Alberto Mario Griselli** para o cargo de membro do CESG, que passa a ter a seguinte composição: Srs. **Nicandro Durante**, **Alberto Mario Griselli**, **Claudio Giovanni Ezio Ongaro**, **Gesner José de Oliveira Filho** e **Sabrina Di Bartolomeo**.

Fica registrada a renúncia do Conselheiro e membro do CESG ora eleito, Sr. **Alberto Mario Griselli**, à remuneração a que faria jus em razão das posições ora assumidas nesta oportunidade.

(1.3) Face às renúncias apresentadas pelo Sr. Pietro Labriola e a consequente vacância do cargo de Diretor Presidente da Companhia, os Srs. Conselheiros **elegeram** para ocupar este cargo, a partir de 1º de fevereiro de 2022, o Sr. **Alberto Mario Griselli**, italiano, casado, bacharel em engenharia, portador do documento de identidade RNM n° V354056-O, emitido pela CGPI/DIREX/PF em 31/01/2021, inscrito no CPF/ME sob o n° 058.431.817-07, domiciliado

DS

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/126369-1 Data do protocolo: 01/02/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/02/2022 SOB O NÚMERO 00004754997 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FE168589281B72AD90AD255E52C22CA69308703C49B00712D2B7BD4B178E0E59
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

DocuSign Envelope ID: C1E5960D-5855-474E-9F6D-9ACDC14DB7D3

na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. O Sr. **Alberto Mario Griselli** exercerá a função de Diretor Presidente de forma cumulativa à sua posição de *Chief Revenue Officer*.

(1.4) Consequentemente, a Diretoria da Companhia passa, a partir de 1º de fevereiro de 2022, a ser composta pelos Diretores identificados a seguir: (i) **Alberto Mario Griselli**, Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*; (ii) **Camille Loyo Faria**, Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores; (iii) **Bruno Mutzenbecher Gentil**, *Business Support Officer*; (iv) **Mario Girasole**, *Regulatory and Institutional Affairs Officer*; (v) **Jaques Horn**, Diretor Jurídico; (vi) **Leonardo de Carvalho Capdeville**, *Chief Technology Information Officer*; e (vii) **Maria Antonietta Russo**, *Human Resources & Organization Officer*. Os membros da Diretoria possuem mandato de 2 (dois) anos, sendo prorrogado até a posse de seus sucessores eleitos, se necessário. O Diretor Presidente ora eleito declara, sob as penas da lei, que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividade mercantil, nos termos do Artigo 147 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e informa, ainda, que apresentará o termo de posse, a declaração exigida pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 367/2002, os termos previstos nos Artigos 18 e 19 do Estatuto Social e demais documentos, devidamente assinados, dentro do prazo legal.

(1.5) Nesta oportunidade, os Senhores Conselheiros **ratificaram** os limites de autoridade dos Diretores da Companhia, da seguinte forma: **(i)** o **Diretor Presidente** da Companhia terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos que resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, até o valor de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; **(ii)** o **Diretor Financeiro** terá plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em relação a atividades da área financeira, incluindo sem limitações, contratos de operações financeiras e de tesouraria, inclusive, contratos de garantia em geral, tomada e concessão de empréstimos, cessão e desconto de títulos, até o valor de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas, e para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos dos quais resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, dentro de sua área de atuação, até o valor de R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas; e **(iii)** os demais Diretores Estatutários da Companhia: **Diretor de Relações com**

DS

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/126369-1 Data do protocolo: 01/02/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/02/2022 SOB O NÚMERO 00004754997 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FE168589281B72AD90AD255E52C22CA69308703C49B00712D2B7BD4B178E0E59
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente
Pag. 05/10

DocuSign Envelope ID: C1E5960D-5855-474E-9F6D-9ACDC14DB7D3

Investidores; ***Business Support Officer***; ***Regulatory and Institutional Affairs Officer***; **Diretor Jurídico**; ***Chief Technology Information Officer; Chief Revenue Officer;*** e ***Human Resources & Organization Officer***, terão plenos poderes para, agindo isoladamente, praticar, firmar e representar a Companhia em todo e qualquer ato e/ou negócio jurídico, ou perante qualquer autoridade pública, incluindo sem limitações, quaisquer contratos que resultem na aquisição de bens ou serviços, na alienação, doação, cessão ou oneração de ativos, na renúncia de direitos, e na prática de atos de liberalidade, dentro de suas respectivas áreas de atuação, até o valor de R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais) por operação ou série de operações relacionadas. Os limites de autoridade ora aprovados estão subordinados aos limites financeiros previstos pelo Estatuto Social da Companhia, e deverão ser observados única e exclusivamente para a implementação de operação e/ou para a celebração de negócio jurídico que resulte na assunção de obrigações e/ou na renúncia de direitos pela Companhia. Neste sentido, tais limites de autoridade não serão aplicados nas seguintes situações, dentre outras: **(i)** na celebração de contratos de venda de bens e serviços que representem ingresso de receita; **(ii)** na prática de atos de simples rotinas administrativas perante pessoas jurídicas de direito público interno, empresas públicas ou sociedades empresariais que compõem a administração indireta, e outras da mesma natureza; e **(iii)** na execução de atos da rotina operacional financeira da Companhia, tais como, a autorização e/ou a realização de pagamentos de tributos ou quaisquer obrigações, transferências de recursos entre contas de mesma titularidade, aplicações e resgates de recursos financeiros da Companhia, abertura ou encerramento de contas correntes, e solicitação e cancelamento de acesso a quaisquer sistemas disponibilizados por instituições financeiras em geral. Por fim, todos os Diretores Estatutários poderão praticar quaisquer atos e assinar todo e qualquer documento, em nome da Companhia, que tenham sido previamente aprovados pelos órgãos societários competentes, independentemente dos limites de autoridade aqui estabelecidos.

(2) **Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Remuneração ("CR"), na reunião realizada no dia 31 de janeiro de 2022, conforme relatado pelo Sr. Nicandro Durante, Presidente do CR.

(3) **Aprovaram** o tratamento a ser dispensado ao caso de desligamento de executivo em razão de sua transferência para outra sociedade do grupo, conforme material apresentado pela Sra. Maria Antonietta Russo, *Human Resources & Organization Officer* da Companhia, arquivado na sede da Companhia, e com base na opinião favorável do CR, registrada na reunião realizada em 31 de janeiro de 2022.

DS

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/126369-1 Data do protocolo: 01/02/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/02/2022 SOB O NÚMERO 00004754997 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FE168589281B72AD90AD255E52C22CA69308703C49B00712D2B7BD4B178E0E59
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

Pag. 06/10

DocuSign Envelope ID: C1E5960D-5855-474E-9F6D-9ACDC14DB7D3

Registra-se que o Sr. Pietro Labriola se absteve de votar em relação a este item da Ordem do Dia.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes.

Certifico que a presente ata é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro (RJ), 31 de janeiro de 2022.

DocuSigned by:
Jaques Horn
8427573569D24F6...

JAQUES HORN
Secretário da Mesa

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/126369-1 Data do protocolo: 01/02/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/02/2022 SOB O NÚMERO 00004754997 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FE168589281B72AD90AD255E52C22CA69308703C49B00712D2B7BD4B178E0E59
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

Pag. 07/10

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: C1E5960D5855474E9F6D9ACDC14DB7D3
Assunto: DocuSign: TSA CDA 31.01.22_Certidão.docx
Envelope fonte:
Documentar páginas: 5
Certificar páginas: 1
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 1
Rubrica: 4

Status: Concluído

Remetente do envelope:
André De Magalhães Gemino
Av. João de Cabral de Mello Neto, 850
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 22775-055
agemino@timbrasil.com.br
Endereço IP: 163.116.224.117

Rastreamento de registros

Status: Original
01/02/2022 11:01:44

Portador: André De Magalhães Gemino
agemino@timbrasil.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Jaques Horn jhorn@timbrasil.com.br Chief Legal Officer Tim S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Jaques Horn 84275735D8D24F6... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 163.116.224.119	Enviado: 01/02/2022 11:04:17 Visualizado: 01/02/2022 11:05:40 Assinado: 01/02/2022 11:06:21

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não disponível através da DocuSign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	01/02/2022 11:04:17
Entrega certificada	Segurança verificada	01/02/2022 11:05:40
Assinatura concluída	Segurança verificada	01/02/2022 11:06:21
Concluído	Segurança verificada	01/02/2022 11:06:21

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/126369-1 Data do protocolo: 01/02/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/02/2022 SOB O NÚMERO 00004754997 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FE168589281B72AD90AD255E52C22CA69308703C49B00712D2B7BD4B178E0E59
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **ALBERTO MARIO GRISELLI**, italiano, casado, bacharel em engenharia, portador do documento de identidade RNM n° V354056-O, emitido pela CGPI/DIREX/PF em 31/01/2021, inscrito no CPF/ME sob o n° 058.431.817-07, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, venho, por meio deste, tomar posse como membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da TIM S.A. ("Companhia"), conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada no dia 31 de janeiro de 2022, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;
v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e
vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Blc. 01, Salas 501 a 1208, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-057.

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/126369-1 Data do protocolo: 01/02/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/02/2022 SOB O NÚMERO 00004754997 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FE168589281B72AD90AD255E52C22CA69308703C49B00712D2B7BD4B178E0E59
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TIM S.A., NIRE 33.3.0032463-1, PROTOCOLO 00-2022/126369-1, ARQUIVADO EM 03/02/2022, SOB O NÚMERO (S) 00004754997, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
311.513.508-42	RODRIGO BATISTA SANTOS

03 de fevereiro de 2022.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/126369-1 Data do protocolo: 01/02/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/02/2022 SOB O NÚMERO 00004754997 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FE168589281B72AD90AD255E52C22CA69308703C49B00712D2B7BD4B178E0E59
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: TIM S/A

Período da Escrituração: 01/12/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 02.421.421/0001-11

Número de Ordem do Livro: 374

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 41.654.417.042,67	R$ 49.819.186.044,29
CIRCULANTE		R$ 10.433.768.142,28	R$ 15.398.047.261,72
DISPONIBILIDADES		R$ 2.575.290.229,23	R$ 5.228.614.910,74
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R$ 2.070.437.707,14	R$ 4.568.020.106,98
CONTAS A RECEBER		R$ 3.074.047.337,23	R$ 3.066.905.678,21
ESTOQUES		R$ 246.602.290,78	R$ 202.552.629,34
IMPOSTOS INDIRETOS		R$ 374.014.635,38	R$ 354.619.967,97
IMPOSTOS DIRETOS		R$ 1.421.111.679,46	R$ 1.311.905.910,12
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 149.796.460,85	R$ 275.147.921,16
OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS		R$ 262.665.881,76	R$ 134.291.738,67
LEASING		R$ 5.356.655,45	R$ 30.076.136,24
OUTROS DIREITOS A RECEBER		R$ 254.445.265,00	R$ 225.912.262,29
NÃO CIRCULANTE		R$ 31.220.648.900,39	R$ 34.421.138.782,57
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R$ 4.092.874.882,45	R$ 3.925.956.444,26
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R$ 7.060.786,09	R$ 11.508.118,14
CONTAS A RECEBER		R$ 106.613.863,53	R$ 186.301.254,75
IMPOSTOS INDIRETOS A RECUPERAR		R$ 856.785.587,77	R$ 905.312.200,88
IMPOSTOS DIRETOS A RECUPERAR		R$ 1.827.773.689,69	R$ 1.267.342.373,81
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 73.597.684,10	R$ 83.138.832,99
OUTROS DIREITOS A RECEBER		R$ 30.023.986,65	R$ 18.908.536,27
DEPÓSITOS JUDICIAIS		R$ 794.755.135,42	R$ 718.773.397,48
DERIVATIVOS		R$ 239.423.218,43	R$ 521.626.759,69
LEASING		R$ 156.840.930,77	R$ 213.044.970,25
PERMANENTE		R$ 27.127.774.017,94	R$ 30.495.182.338,31
INVESTIMENTO		R$ 1.000,00	R$ 1.601.702.934,75
IMOBILIZADO		R$ 18.100.697.919,71	R$ 18.308.400.107,04
INTANGÍVEL		R$ 9.027.075.098,23	R$ 10.585.079.296,52
(-) DIFERIDO		R$ (0,00)	R$ (0,00)
PASSIVO		R$ 41.654.417.042,67	R$ 49.819.186.044,29
CIRCULANTE		R$ 8.301.955.835,02	R$ 10.611.481.233,66
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ 1.689.385.170,63	R$ 538.449.728,42
OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS		R$ 7.273.337,81	R$ 194.837.305,76

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C7.0D.A7.B7.F0.86.C0.EF.14.9B.A0.F1.6B.D7.A8.20.F0.29.9F.5F-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: TIM S/A

Período da Escrituração: 01/12/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 02.421.421/0001-11

Número de Ordem do Livro: 374

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
LEASING		R$ 1.054.708.606,36	R$ 1.269.877.931,42
FORNECEDORES		R$ 3.128.732.103,03	R$ 3.267.403.605,56
PESSOAL		R$ 272.634.533,79	R$ 303.238.516,64
IMPOSTOS INDIRETOS A RECOLHER		R$ 935.778.382,52	R$ 1.418.681.787,02
IMPOSTOS DIRETOS A RECOLHER		R$ 296.298.618,16	R$ 245.113.170,22
DIVIDENDOS E JSCP		R$ 538.576.016,74	R$ 533.579.652,53
CONCESSÕES		R$ 102.507.288,11	R$ 2.630.168.600,42
RECEITAS DIFERIDAS		R$ 266.435.650,78	R$ 197.179.369,86
OUTROS CONTAS A PAGAR		R$ 9.626.127,09	R$ 12.951.565,81
NÃO CIRCULANTE		R$ 10.169.716.291,91	R$ 14.100.598.593,68
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ 655.647.159,16	R$ 3.307.015.188,58
LEASING		R$ 7.324.126.037,98	R$ 7.793.661.492,95
OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS		R$ 28.893.298,66	R$ 13.950.000,00
CONCESSÕES		R$ 232.939.671,39	R$ 1.250.918.222,66
IMPOSTOS DIRETOS A RECOLHER		R$ 212.443.945,98	R$ 13.226.632,09
IMPOSTOS INDIRETOS A RECOLHER		R$ 3.101.639,22	R$ 3.273.141,05
COMPLEMENTO DE APOSENTADORIA		R$ 7.346.000,00	R$ 6.492.000,00
PROVISÃO PARA CONTIGÊNCIAS		R$ 886.947.461,97	R$ 960.881.301,27
RECEITAS DIFERIDAS		R$ 755.488.006,94	R$ 689.160.954,17
OUTROS CONTAS A PAGAR		R$ 62.783.070,61	R$ 62.019.660,91
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 23.182.744.915,74	R$ 25.107.106.216,95
CAPITAL		R$ 13.477.890.507,55	R$ 13.477.890.507,55
RESERVA DE CAPITAL		R$ 424.138.637,07	R$ 401.805.819,08
RESERVA DE LUCRO		R$ 9.285.552.281,47	R$ 11.232.266.609,66
(-) AÇÕES EM TESOURARIA		R$ (4.836.510,35)	R$ (4.856.719,34)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Entidade: TIM S/A

Período da Escrituração: 01/12/2021 a 31/12/2021 CNP 02.421.421/0001-11 Número de Ordem do Livro: 374

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido				Total (R$)
	CAPITAL (R$)	RESERVA DE CAPITAL (R$)	RESERVA DE LUCRO (R$)	AÇÕES EM TESOURARIA (R$)	
Saldo Inicial em 01.01.2021	13.477.890.507,55	424.138.637,07	9.267.497.606,88	(-)4.836.510,35	23.164.690.241,15
Plano de Incentivo a Longo Prazo		4.623.231,95			4.623.231,95
Impacto Incorporação de sociedade do Grupo TIM 2020		(-)26.956.049,94	26.956.049,94		0,00
Reserva Legal			139.021.668,85		139.021.668,85
Constituição de reserva de benefício fiscal			176.740.615,94		176.740.615,94
Constituição de reserva para expansão			1.593.911.708,19		1.593.911.708,19
Dividendos não reclamados			9.520.645,27		9.520.645,27
Ajustes de avaliação patrimonial			563.640,00		563.640,00
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações				(-)20.208,99	(-)20.208,99
Saldo Final em 31.12.2021	13.477.890.507,55	401.805.819,08	11.214.211.935,07	(-)4.856.719,34	25.089.051.542,36
Notas					

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: TIM S/A

Período da Escrituração: 01/12/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 02.421.421/0001-11

Número de Ordem do Livro: 374

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO		R$ 1.843.689.908,96	R$ 2.957.173.992,98
TOTAL RECEITA DE SERVIÇOS E PRODUTOS LÍQUIDA		R$ 17.267.811.624,29	R$ 18.058.026.763,69
(-) CUSTOS DAS OPERAÇÕES		R$ (7.996.614.942,02)	R$ (8.443.023.427,25)
(-) RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		R$ (6.456.279.584,22)	R$ (5.858.972.353,56)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) LIQUIDAS		R$ (356.985.178,76)	R$ 497.772.485,26
(-) COMERCIALIZAÇÃO		R$ (4.443.027.493,89)	R$ (4.621.788.076,82)
(-) GERAIS E ADMINISTRATIVAS		R$ (1.656.266.911,57)	R$ (1.723.384.279,46)
(-) EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		R$ 0,00	R$ (11.572.482,54)
(-) RECEITA (DESPESAS) FINANCEIRAS		R$ (807.276.308,18)	R$ (652.806.157,95)
RECEITAS FINANCEIRAS		R$ 432.286.692,32	R$ 1.091.747.781,58
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ (1.232.780.730,32)	R$ (1.745.213.004,82)
VARIAÇÃO CAMBIAL		R$ (6.782.270,18)	R$ 659.065,29
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R$ (163.950.880,91)	R$ (146.050.831,95)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C7.0D.A7.B7.F0.86.C0.EF.14.9B.A0.F1.6B.D7.A8.20.F0.29.9F.5F-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 9.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
33300324631	02.421.421/0001-11	

NOME EMPRESARIAL
TIM S/A

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/01/2021 a 31/01/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	363

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
D6.48.63.16.87.E2.F7.74.41.E1.FD.33.FA.83.9A.53.9D.53.BD.A3

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Procurador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Sim
Contador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

D6.48.63.16.87.E2.F7.74.41.E1.FD.33.FA.83.9A.53.9D.53.BD.A3-7

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 28/02/2022 às 14:52:00

5D.43.08.41.9C.74.25.89
53.B9.7F.99.9D.9E.74.C2

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 9.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
33300324631	02.421.421/0001-11	

NOME EMPRESARIAL
TIM S/A

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/02/2021 a 28/02/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	364

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
21.51.27.ED.D9.0C.BD.1A.C0.8B.19.72.AD.27.57.5A.B3.4F.F0.1E

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Procurador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Sim
Contador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

21.51.27.ED.D9.0C.BD.1A.C0.8B.19.72.
AD.27.57.5A.B3.4F.F0.1E-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 28/02/2022 às 15:02:29

12.71.F1.B4.A9.09.EA.AC
CB.2C.AB.49.D2.7E.48.80

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 9.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
33300324631	02.421.421/0001-11	

NOME EMPRESARIAL
TIM S/A

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/03/2021 a 31/03/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	365

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
E5.1F.52.0F.F6.48.EE.C1.63.95.20.29.52.5D.1D.7D.8E.51.A7.1A

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Procurador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Sim
Contador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

E5.1F.52.0F.F6.48.EE.C1.63.95.20.29.5
2.5D.1D.7D.8E.51.A7.1A-9

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 28/02/2022 às 15:13:33

79.30.E0.B9.8E.50.FB.BC
EE.E5.02.61.8C.7A.56.B2

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 9.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
33300324631	02.421.421/0001-11	

NOME EMPRESARIAL
TIM S/A

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/04/2021 a 30/04/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	366

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
9B.6D.FC.DC.60.9A.C0.1E.16.2C.6B.D8.26.3C.CE.C7.30.75.F0.70

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Procurador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Sim
Contador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

9B.6D.FC.DC.60.9A.C0.1E.16.2C.6B.D
8.26.3C.CE.C7.30.75.F0.70-4

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 28/02/2022 às 15:23:48

23.22.DB.10.5B.A7.D4.C1
3F.E8.72.BD.25.19.1E.16

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 9.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
33300324631	02.421.421/0001-11	

NOME EMPRESARIAL
TIM S/A

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/05/2021 a 31/05/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	367

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
A7.B7.63.D2.F6.50.C5.E9.32.71.A0.DF.DA.AB.D8.F0.3A.5B.9A.7D

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Procurador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Sim
Contador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

A7.B7.63.D2.F6.50.C5.E9.32.71.A0.DF.
DA.AB.D8.F0.3A.5B.9A.7D-9

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 28/02/2022 às 15:32:47

1C.E9.7D.5D.7B.7A.0C.80
F1.EA.7A.EF.65.3C.A3.48

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 9.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
33300324631	02.421.421/0001-11	

NOME EMPRESARIAL
TIM S/A

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/06/2021 a 30/06/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	368

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
2B.19.65.69.EA.C7.7D.F8.9A.94.83.DB.8B.61.49.30.3C.EE.F1.B5

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Procurador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Sim
Contador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

2B.19.65.69.EA.C7.7D.F8.9A.94.83.DB.
8B.61.49.30.3C.EE.F1.B5-8

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 28/02/2022 às 15:42:09

1B.0A.09.7B.FD.F8.BF.6C
BA.CF.15.15.25.8C.4C.4A

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 9.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
33300324631	02.421.421/0001-11	

NOME EMPRESARIAL
TIM S/A

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/07/2021 a 31/07/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	369

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
A1.B4.6D.99.2E.81.A7.09.A7.5E.F7.78.D0.1C.9E.AA.44.40.36.F5

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Procurador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Sim
Contador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

A1.B4.6D.99.2E.81.A7.09.A7.5E.F7.78.
D0.1C.9E.AA.44.40.36.F5-7

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 28/02/2022 às 15:51:33

88.7A.88.20.A7.9A.60.0D
25.12.F3.B6.30.D9.7B.54

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 9.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
33300324631	02.421.421/0001-11	

NOME EMPRESARIAL
TIM S/A

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/08/2021 a 31/08/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	370

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
16.13.88.25.D1.7D.0E.25.14.7D.82.47.79.C7.96.21.96.B5.B9.E7

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Procurador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Sim
Contador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

16.13.88.25.D1.7D.0E.25.14.7D.82.47.7
9.C7.96.21.96.B5.B9.E7-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 28/02/2022 às 16:00:54

05.C5.B3.42.7C.E1.7F.FE
4A.B4.32.9C.20.F4.FB.DA

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 9.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
33300324631	02.421.421/0001-11	

NOME EMPRESARIAL
TIM S/A

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/09/2021 a 30/09/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	371

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
B2.E3.F4.37.97.34.25.BF.6E.8E.22.5C.7C.CB.23.F3.38.1F.88.2E

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Procurador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Sim
Contador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

B2.E3.F4.37.97.34.25.BF.6E.8E.22.5C.
7C.CB.23.F3.38.1F.88.2E-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 28/02/2022 às 16:10:14

5D.93.66.17.E0.40.03.44
77.E5.82.F8.6D.A5.42.87

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 9.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
33300324631	02.421.421/0001-11	

NOME EMPRESARIAL
TIM S/A

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/10/2021 a 31/10/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	372

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
4D.17.02.CC.72.7A.9C.50.74.2F.A8.A9.E7.7A.5A.F7.8C.0D.BB.79

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Procurador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Sim
Contador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

4D.17.02.CC.72.7A.9C.50.74.2F.A8.A9.
E7.7A.5A.F7.8C.0D.BB.79-3

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 25/03/2022 às 09:52:09

75.89.D8.33.BF.17.46.3C
53.BB.BA.B1.29.86.B7.15

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 9.0.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
33300324631	02.421.421/0001-11	

NOME EMPRESARIAL
TIM S/A

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/11/2021 a 30/11/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	373

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
C9.E4.48.6D.84.CF.1D.45.F0.1D.A4.57.AA.C9.E4.C0.7A.D8.39.8C

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Procurador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Sim
Contador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	140060032042386888 4	14/04/2020 a 14/04/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

C9.E4.48.6D.84.CF.1D.45.F0.1D.A4.57.
AA.C9.E4.C0.7A.D8.39.8C-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 25/03/2022 às 10:01:37

86.5C.3E.22.F3.91.8D.0E
AE.C3.22.EA.57.EB.6F.C2

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 9.0.1

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
33300324631	02.421.421/0001-11	

NOME EMPRESARIAL
TIM S/A

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/12/2021 a 31/12/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	374

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
C7.0D.A7.B7.F0.86.C0.EF.14.9B.A0.F1.6B.D7.A8.20.F0.29.9F.5F

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Procurador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	221125682625860255 4	28/04/2022 a 27/04/2025	Sim
Contador	80690211791	MANOELA DE PAIVA SUASSUNA:80690211791	221125682625860255 4	28/04/2022 a 27/04/2025	Não

NÚMERO DO RECIBO:

C7.0D.A7.B7.F0.86.C0.EF.14.9B.A0.F1.
6B.D7.A8.20.F0.29.9F.5F-4

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 28/04/2022 às 16:50:48

C9.D9.F2.AA.90.1B.89.75
2C.C2.78.7C.97.F8.CE.7D

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: TIM S/A

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/01/2021 CNPJ: 02.421.421/0001-11

Número de Ordem do Livro: 363

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TIM S/A
NIRE	33300324631
CNPJ	02.421.421/0001-11
Número de Ordem	363
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	Rio de Janeiro
Data do arquivamento dos atos constitutivos	06/09/2017
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	16781968

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TIM S/A
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	363
Quantidade total de linhas do arquivo digital	16781968
Data de inicio	01/01/2021
Data de término	31/01/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número D6.48.63.16.87.E2.F7.74.41.E1.FD.33.FA.83.9A.53.9D.53.BD.A3-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: TIM S/A

Período da Escrituração: 01/02/2021 a 28/02/2021 CNPJ: 02.421.421/0001-11

Número de Ordem do Livro: 364

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TIM S/A
NIRE	33300324631
CNPJ	02.421.421/0001-11
Número de Ordem	364
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	Rio de Janeiro
Data do arquivamento dos atos constitutivos	06/09/2017
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	18900793

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TIM S/A
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	364
Quantidade total de linhas do arquivo digital	18900793
Data de inicio	01/02/2021
Data de término	28/02/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 21.51.27.ED.D9.0C.BD.1A.C0.8B.19.72.AD.27.57.5A.B3.4F.F0.1E-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: TIM S/A

Período da Escrituração: 01/03/2021 a 31/03/2021 CNPJ: 02.421.421/0001-11

Número de Ordem do Livro: 365

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TIM S/A
NIRE	33300324631
CNPJ	02.421.421/0001-11
Número de Ordem	365
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	Rio de Janeiro
Data do arquivamento dos atos constitutivos	06/09/2017
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	17918357

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TIM S/A
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	365
Quantidade total de linhas do arquivo digital	17918357
Data de inicio	01/03/2021
Data de término	31/03/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E5.1F.52.0F.F6.48.EE.C1.63.95.20.29.52.5D.1D.7D.8E.51.A7.1A-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: TIM S/A

Período da Escrituração: 01/04/2021 a 30/04/2021 CNPJ: 02.421.421/0001-11

Número de Ordem do Livro: 366

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TIM S/A
NIRE	33300324631
CNPJ	02.421.421/0001-11
Número de Ordem	366
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	Rio de Janeiro
Data do arquivamento dos atos constitutivos	06/09/2017
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	14874955

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TIM S/A
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	366
Quantidade total de linhas do arquivo digital	14874955
Data de inicio	01/04/2021
Data de término	30/04/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 9B.6D.FC.DC.60.9A.C0.1E.16.2C.6B.D8.26.3C.CE.C7.30.75.F0.70-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: TIM S/A

Período da Escrituração: 01/05/2021 a 31/05/2021 CNPJ: 02.421.421/0001-11

Número de Ordem do Livro: 367

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TIM S/A
NIRE	33300324631
CNPJ	02.421.421/0001-11
Número de Ordem	367
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	Rio de Janeiro
Data do arquivamento dos atos constitutivos	06/09/2017
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	15634066

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TIM S/A
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	367
Quantidade total de linhas do arquivo digital	15634066
Data de inicio	01/05/2021
Data de término	31/05/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número A7.B7.63.D2.F6.50.C5.E9.32.71.A0.DF.DA.AB.D8.F0.3A.5B.9A.7D-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: TIM S/A

Período da Escrituração: 01/06/2021 a 30/06/2021 CNPJ: 02.421.421/0001-11

Número de Ordem do Livro: 368

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TIM S/A
NIRE	33300324631
CNPJ	02.421.421/0001-11
Número de Ordem	368
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	Rio de Janeiro
Data do arquivamento dos atos constitutivos	06/09/2017
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	15102146

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TIM S/A
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	368
Quantidade total de linhas do arquivo digital	15102146
Data de inicio	01/06/2021
Data de término	30/06/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 2B.19.65.69.EA.C7.7D.F8.9A.94.83.DB.8B.61.49.30.3C.EE.F1.B5-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: TIM S/A

Período da Escrituração: 01/07/2021 a 31/07/2021 CNPJ: 02.421.421/0001-11

Número de Ordem do Livro: 369

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TIM S/A
NIRE	33300324631
CNPJ	02.421.421/0001-11
Número de Ordem	369
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	Rio de Janeiro
Data do arquivamento dos atos constitutivos	06/09/2017
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	15347473

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TIM S/A
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	369
Quantidade total de linhas do arquivo digital	15347473
Data de inicio	01/07/2021
Data de término	31/07/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número A1.B4.6D.99.2E.81.A7.09.A7.5E.F7.78.D0.1C.9E.AA.44.40.36.F5-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: TIM S/A

Período da Escrituração: 01/08/2021 a 31/08/2021 CNPJ: 02.421.421/0001-11

Número de Ordem do Livro: 370

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TIM S/A
NIRE	33300324631
CNPJ	02.421.421/0001-11
Número de Ordem	370
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	Rio de Janeiro
Data do arquivamento dos atos constitutivos	06/09/2017
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	15552943

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TIM S/A
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	370
Quantidade total de linhas do arquivo digital	15552943
Data de inicio	01/08/2021
Data de término	31/08/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 16.13.88.25.D1.7D.0E.25.14.7D.82.47.79.C7.96.21.96.B5.B9.E7-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: TIM S/A

Período da Escrituração: 01/09/2021 a 30/09/2021 CNPJ: 02.421.421/0001-11

Número de Ordem do Livro: 371

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TIM S/A
NIRE	33300324631
CNPJ	02.421.421/0001-11
Número de Ordem	371
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	Rio de Janeiro
Data do arquivamento dos atos constitutivos	06/09/2017
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	15291506

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TIM S/A
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	371
Quantidade total de linhas do arquivo digital	15291506
Data de inicio	01/09/2021
Data de término	30/09/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número B2.E3.F4.37.97.34.25.BF.6E.8E.22.5C.7C.CB.23.F3.38.1F.88.2E-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: TIM S/A

Período da Escrituração: 01/10/2021 a 31/10/2021 CNPJ: 02.421.421/0001-11

Número de Ordem do Livro: 372

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TIM S/A
NIRE	33300324631
CNPJ	02.421.421/0001-11
Número de Ordem	372
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	Rio de Janeiro
Data do arquivamento dos atos constitutivos	06/09/2017
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	15645897

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TIM S/A
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	372
Quantidade total de linhas do arquivo digital	15645897
Data de inicio	01/10/2021
Data de término	31/10/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 4D.17.02.CC.72.7A.9C.50.74.2F.A8.A9.E7.7A.5A.F7.8C.0D.BB.79-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: TIM S/A

Período da Escrituração: 01/11/2021 a 30/11/2021 CNPJ: 02.421.421/0001-11

Número de Ordem do Livro: 373

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TIM S/A
NIRE	33300324631
CNPJ	02.421.421/0001-11
Número de Ordem	373
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	Rio de Janeiro
Data do arquivamento dos atos constitutivos	06/09/2017
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	19272790

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TIM S/A
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	373
Quantidade total de linhas do arquivo digital	19272790
Data de inicio	01/11/2021
Data de término	30/11/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C9.E4.48.6D.84.CF.1D.45.F0.1D.A4.57.AA.C9.E4.C0.7A.D8.39.8C-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: TIM S/A

Período da Escrituração: 01/12/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 02.421.421/0001-11

Número de Ordem do Livro: 374

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TIM S/A
NIRE	33300324631
CNPJ	02.421.421/0001-11
Número de Ordem	374
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	Rio de Janeiro
Data do arquivamento dos atos constitutivos	06/09/2017
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	17599158

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TIM S/A
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	374
Quantidade total de linhas do arquivo digital	17599158
Data de inicio	01/12/2021
Data de término	31/12/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C7.0D.A7.B7.F0.86.C0.EF.14.9B.A0.F1.6B.D7.A8.20.F0.29.9F.5F-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2022/287346-9

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00004818589 - 24/03/2022

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s):

Hash: 01F3119F-311C-4123-A31F-01A6F10D9EE5

Orgão	Calculado	Pago
Junta	676,00	676,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

TIM S.A.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

008

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
999	1	Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR APARECIDA MARIA PEREIRA DA SILVA LOPES, CLAUDIO DA CUNHA VALLE E LINCOLN NUNES MURCIA SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00004837150	02.421.421/0001-11	Avenida Joao Cabral De Mello Neto 0850	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 06/04/2022 e arquivado em 06/04/2022

Nº de Páginas: 56

Capa Nº Páginas: 1/1

Jorge Paulo Magdaleno Filho
SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2022/287346-9 05/04/2022 14:55:25

JUCERJA

Último arquivamento:

00004818589 - 24/03/2022

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 104011532

Hash: 01F3119F-311C-4123-A31F-01A6F10D9EE5

Orgão	Calculado	Pago
Junta	676,00	676,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
008

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
999	1	Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	RODRIGO BATISTA SANTOS
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	11987004910
E-mail:	rodrigo.santos@marchiori.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	05/04/2022
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

05/04/2022

Data

00-2022/287346-9

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME 02.421.421/0001-11

NIRE 333.0032463-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2022

DATA, HORA E LOCAL: 29 de março de 2022, às 14h30, na TIM S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, Térreo - Auditório, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

PRESENÇA: Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social votante, incluindo detentores de *American Depositary Receipts*, conforme se verifica **(1)** pelas assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas; e **(2)** pelos boletins de voto a distância válidos recebidos nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Participam também da assembleia, presencialmente ou por meio de videoconferência, os Srs. Alberto Mario Griselli, Diretor Presidente; Camille Loyo Faria, Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores; Bruno Mutzenbecher Gentil, *Business Support Officer*; Mario Girasole, *Regulatory and Institutional Affairs Officer*; a Sra. Maria Antonietta Russo, *Human Resources & Organization Officer*; os Srs. Nicandro Durante, Presidente do Conselho de Administração, do Comitê de Remuneração e do Comitê de *Environmental, Social & Governance*; Jaques Horn, Diretor Jurídico; Walmir Urbano Kesseli, Presidente do Conselho Fiscal; Gesner José de Oliveira Filho, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário; e Herculano Aníbal Alves, membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Controle e Riscos. Registra-se, ainda, a participação na assembleia, por meio de videoconferência: do Sr. Fernando de Magalhães, representante dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"); e do Sr. André Alves, representante da Advisia Consultoria de Gestão Empresarial Ltda, para prestar esclarecimentos sobre questões que possam ser suscitadas pelos acionistas.

MESA: Presidente – Sr. Robson Goulart Barreto; Secretário – Sr. Jaques Horn.

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

PUBLICAÇÕES E CONVOCAÇÃO: (1) O relatório da administração, as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e o relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram publicados no dia 25 de fevereiro de 2022, nas páginas 3 a 18 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nas páginas 1 a 10 do Valor Econômico; e **(2)** O Edital de Convocação foi publicado nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2022, e dia 2 de março de 2022, nas páginas 3, 18/19 e 3 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, respectivamente, e nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2022, e dia 2 de março de 2022, nas páginas C11, C6 e B7 do Valor Econômico, respectivamente.

Em Assembleia Geral Ordinária: **(1)** Deliberar sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(2)** Deliberar sobre a proposta da administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia; **(3)** Ratificar as nomeações dos membros do Conselho de Administração da Companhia, previamente ocorridas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 15 de dezembro de 2021 e 31 de janeiro de 2022; **(4)** Deliberar sobre a composição do Conselho Fiscal da Companhia; **(5)** Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e **(6)** Deliberar sobre a proposta de remuneração da administração, dos membros dos Comitês e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, para o exercício de 2022.

Em Assembleia Geral Extraordinária: **(1)** Deliberar sobre a proposta de prorrogação do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement*), mediante a celebração do seu 15º aditivo, entre a Telecom Italia S.p.A., de um lado, e a Companhia, de outro lado.

DELIBERAÇÕES: Inicialmente, foi feita a leitura do mapa consolidado de votação dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, o qual foi distribuído aos presentes e ficou também à disposição para consulta, consoante o Parágrafo 4º do Art. 21-W da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009. O Presidente da Mesa em seguida propôs: **(1)** a dispensa da leitura dos demais documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos do Art. 134 da Lei nº 6.404/76, uma vez que o seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas; **(2)** a lavratura da ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do Art. 130, Parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76, respectivamente; **(3)** que as declarações de voto, abstenções, protestos e dissidências, porventura

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

apresentadas, fossem recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa, ficando arquivadas na sede da Companhia, nos termos do Art. 130, Parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76; e **(4)** que a ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária fosse lavrada em instrumento único, nos termos do Art. 131, Parágrafo Único, da Lei nº 6.404/76. Sem qualquer oposição, os acionistas presentes concordaram com as propostas de encaminhamento do Presidente. Em seguida, após a análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram por:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(1) Aprovar, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, que foram devidamente auditadas pelos auditores independentes da Companhia, EY, e acompanhadas de seu respectivo relatório, bem como do parecer do Conselho Fiscal e do relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia.

(2) Aprovar, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a proposta da administração de destinação do resultado do exercício de 2021, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, a qual contempla que o lucro líquido do exercício de 2021, no montante de **R$2.957.173.992,98 (dois bilhões, novecentos e cinquenta e sete milhões, cento e setenta e três mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e oito centavos)**, seja destinado da seguinte forma:

(2.1) Para a Reserva de Lucro, será destinada a importância de **R$176.740.615,94 (cento e setenta e seis milhões, setecentos e quarenta mil, seiscentos e quinze reais e noventa e quatro centavos)**, referente ao valor de benefício fiscal de redução de imposto de renda incorrido pela Companhia no exercício de 2021;

(2.2) Para a constituição da Reserva Legal, em conformidade com o Art. 193 da Lei nº 6.404/76, será destinada a importância de **R$139.021.668,85 (cento e trinta e nove milhões, vinte e um mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos)**, equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício de 2021;

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

(2.3) Como juros sobre capital próprio (bruto), o montante de **R$1.047.500.000,00 (um bilhão, quarenta e sete milhões e quinhentos mil reais)**, cujos pagamentos foram aprovados ao longo do exercício de 2021 e pago nas datas de 20 de julho de 2021, 27 de outubro 2021 e 25 de janeiro de 2022, sendo que: **(i)** o valor de **R$660.352.927,05 (seiscentos e sessenta milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, novecentos e vinte e sete reais e cinco centavos)** é imputado ao dividendo mínimo obrigatório; e **(ii)** o valor remanescente de **R$387.147.072,95 (trezentos e oitenta e sete milhões, cento e quarenta e sete mil, setenta e dois reais e noventa e cinco centavos)** foi distribuído a título de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia; e

(2.4) Para a Reserva Estatuária para Expansão, nos termos do Estatuto Social, será destinado o saldo remanescente do lucro líquido no montante de **R$1.593.911.708,19 (um bilhão, quinhentos e noventa e três milhões, novecentos e onze mil, setecentos e oito reais e dezenove centavos)**.

(3) Foi colocada em votação a ratificação das nomeações dos membros do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 15 de dezembro de 2021 e 31 de janeiro de 2022, nos termos do Art. 150 da Lei nº 6.404/76 e do Art. 20, Parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia, tendo sido **aprovada** por maioria dos votos proferidos, conforme indicado no mapa consolidado de votação em anexo, a ratificação da eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração:

(i) Claudio Giovanni Ezio Ongaro, italiano, casado, bacharel em engenharia eletrônica, portador do passaporte italiano nº YA4595942, válido até 16 de julho de 2023, domiciliado em Corso d'Italia 41, 00198, cidade de Roma, Itália; e

(ii) Alberto Mario Griselli, italiano, casado, bacharel em engenharia, portador do documento de identidade RNM n° V354056-O, emitido pela CGPI/DIREX/PF em 31/01/2021, inscrito no CPF/ME sob o n° 058.431.817-07, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

A acionista TIM Brasil Serviços e Participações S.A. declarou que obteve dos Conselheiros, cujas eleições são agora ratificadas, a confirmação de que possuem as qualificações necessárias e cumprem

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente
Pag. 06/56

os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 367 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. **Os Conselheiros acima referidos terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023** e serão investidos nos cargos mediante o cumprimento das condições aplicáveis e assinatura dos respectivos termos de posse e demais documentos pertinentes, na forma e/ou no prazo estabelecido na Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 367, no Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado da B3.

(4) **Aprovar,** por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a composição do Conselho Fiscal da Companhia com 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes.

(5) O Presidente indagou aos acionistas minoritários presentes sobre seu interesse em requerer votação em separado de membro do Conselho Fiscal, nos termos do Art. 161, Parágrafo 4º, alínea 'a', da Lei nº 6.404/76, tendo a acionista DOCAS INVESTIMENTOS LTDA. apresentado a indicação do Sr. **Elias de Matos Brito**, como membro efetivo, e do Sr. **Anderson dos Santos Amorim**, como suplente; e a acionista CLUBE DE INVESTIMENTO HILL apresentado a indicação do Sr. **Rafael de Souza Morsch**, como membro efetivo e do Sr. **Tiago Paz Munhoz**, como suplente; a matéria foi colocada em votação em separado, sem a participação da acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A.; como resultado, **foram eleitos, por maioria dos votos proferidos pelos acionistas minoritários** que se manifestaram sobre esta deliberação, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, com votos a favor da acionista DOCAS INVESTIMENTOS LTDA., o Sr. **Elias de Matos Brito**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 074.806-03, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 816.669.777-72, domiciliado na Rua Uruguaiana, nº 39, 18º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como **membro efetivo**; e o Sr. **Anderson dos Santos Amorim**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 105.561/O-0, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 029.215.847-51, domiciliado na Rua Uruguaiana, nº 39, 18º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como **suplente**.

A acionista DOCAS INVESTIMENTOS LTDA. declarou que obteve a confirmação de que os candidatos que indicou para o Conselho Fiscal, ora eleitos, possuem as qualificações necessárias e cumprem os

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente
Pag. 07/56

requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho Fiscal.

Em seguida, foi colocada em votação a chapa de candidatos composta por 2 (dois) membros efetivos, e respectivos suplentes, conforme proposta da acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A., tendo sido **aprovada**, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo; assim, para compor o Conselho Fiscal, foram eleitos:

(i) como **membro efetivo,** o Sr. **Walmir Kesseli**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 1.440.573-9, expedido pela SSP-PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 357.679.019-53, domiciliado na Rua Emílio Cornelsen, nº 344, Apto 602, Ahú, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, tendo como **suplente** o Sr. **Heinz Egon Lowen**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 691.784-4, expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 017.339.239-34, domiciliado na Rua Baruch Spinoza, nº 274, na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná; e

(ii) como **membro efetivo,** a Sra. **Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães**, brasileira, casada, arquiteta, portadora do documento de identidade nº 7101355, expedido pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 050.287.838-02, domiciliada na Rua Comandante Julio de Moura, n° 439, Cobertura, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, tendo como **suplente** o Sr. **Josino de Almeida Fonseca**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do documento de identidade nº 5.492.136-3, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.832.607-30, domiciliado na Rua Barão de Capanema, nº 98, apto 72, Cerquera Cesar, Cidade e Estado de São Paulo.

A acionista TIM Brasil Serviços e Participações S.A. declarou que obteve a confirmação de que os candidatos que indicou para o Conselho Fiscal, ora eleitos, possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho Fiscal.

Fica consignado que todos os Conselheiros Fiscais ora eleitos terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023. Os Conselheiros Fiscais serão investidos nos cargos

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

mediante cumprimento das condições aplicáveis e assinatura dos respectivos termos de posse e demais documentos pertinentes, na forma e/ou no prazo estabelecido na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado da B3.

(6) Aprovar, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a proposta de remuneração dos administradores referente ao exercício de 2022, nos seguintes termos:

(i) Remuneração do Conselho de Administração: remuneração global anual no montante de **R$4.860.000,00 (quatro milhões, oitocentos e sessenta mil reais)** a ser atribuída aos conselheiros individualmente em conformidade com os critérios que vierem a ser deliberados pelo Conselho de Administração;

(ii) Remuneração dos Comitês: remuneração global anual no montante de **R$3.024.000,00 (três milhões e vinte e quatro mil reais)** a ser atribuída aos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, em conformidade com os critérios que vierem a ser deliberados pelo Conselho de Administração;

(iii) Remuneração do Conselho Fiscal: remuneração global anual no montante de **R$616.000,00 (seiscentos e dezesseis mil reais)**; e

(iv) Remuneração da Diretoria: remuneração global anual no montante de **R$77.596.000,00 (setenta e sete milhões, quinhentos e noventa e seis mil reais)** sendo que, desse total, o valor a ser pago se divide em: **22% (vinte e dois por cento)** correspondente à remuneração fixa anual e **78% (setenta e oito por cento)** correspondente à remuneração variável.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

(1) Aprovar, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, ficando expressamente consignada a abstenção de voto pela acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A., a prorrogação por um período de 12 (doze) meses do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement*) ("Contrato") entre a Telecom Italia S.p.A., de um lado,

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente
Pag. 09/56

e a Companhia, de outro lado, até 30 de abril de 2023, com valor em reais equivalente a até **€7.904.727,00 (sete milhões, novecentos e quatro mil, setecentos e vinte e sete Euros)**, nos termos da proposta apreciada pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração em suas respectivas reuniões realizadas nos dias 22 de fevereiro de 2022 e 23 de fevereiro de 2022, tudo conforme documentação disponibilizada previamente nos sites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários e da *Securities and Exchange Commission* sobre o histórico do Contrato, ficando a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários para a celebração da prorrogação do Contrato.

ESCLARECIMENTOS: A Mesa recebeu e registrou os votos e as abstenções manifestados pelos acionistas presentes nesta Assembleia, já devidamente computados nas deliberações acima, conforme mapa consolidado de votação em anexo.

MAPA DE VOTAÇÃO: Em atendimento ao Art. 30, Parágrafo 4º, da Instrução CVM n° 480, o mapa consolidado de votação em anexo, que é parte integrante desta ata, indica as aprovações, rejeições e abstenções sobre os itens da Ordem do Dia, bem como os respectivos percentuais.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, sendo em seguida assinada pelo Presidente, pelo Secretário da Mesa e pelos demais acionistas que se dispuseram a fazê-lo.

Certifico que a presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro (RJ), 29 de março de 2022.

JAQUES HORN
Secretário da Mesa

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente
Pag. 10/56

Mapa Sintético Consolidado

	Quantidade de Ações / Percentual de Participantes		
Assembleia Geral Ordinária	**Aprovar (SIM)**	**Rejeitar (Não)**	**Abster-se**
Ordem 1 - Demonstração Financeira 2021	1.998.064.522 97,11%	1.126.320 0,05%	58.339.768 2,84%
Ordem 2 - Destinação do Resultado 2021	2.054.120.085 99,83%	3.216.990 0,16%	193.535 0,01%
Ordem 3 -Ratificar as nomeações dos Srs. Claudio Giovanni Ezio Ongaro e Alberto Mario Griselli	2.029.586.065 98,64%	24.342.881 1,18%	3.601.664 0,18%
Ordem 4 - Deliberar sobre a composição do Conselho Fiscal da Companhia	2.056.702.640 99,86%	725.330 0,04%	102.640 0,00%
Ordem 5 - Indicação de todos os nomes que compõem a chapa - Chapa Única[1]	2.054.243.898 99,84%	2.741.262 0,13%	545.450 0,03%
Ordem 6 - Caso candidatos deixem de integrá-la, os votos continuam sendo conferidos à chapa escolhida?	1.663.473.540 80,85%	392.897.695 19,10%	1.159.375 0,06%
Ordem 7 - Deseja solicitar a eleição em separado de membro do Conselho de Fiscal?[2]	34.177.652 9,85%	37.203.482 10,72%	275.573.485 79,43%
Ordem 7A - Indicação do acionista minoritário Clube de Investimento Hill	200.000 100,00%	0 0,00%	0 0,00%
Ordem 7B - Indicação do acionista minoritário Docas Investimento Ltda.	19.276.091 100,00%	0 0,00%	0 0,00%
Ordem 8 - Remuneração 2022	1.799.616.760 87,46%	256.114.253 12,45%	1.799.597 0,09%
Assembleia Geral Extraordinária	**Aprovar (SIM)**	**Rejeitar (Não)**	**Abster-se**
Ordem 1 - Contrato CSA	427.688.740 20,77%	170.280 0,01%	1.631.566.782 79,22%

[1] Item desconsiderado em função da indicação de candidatos por acionistas minoritários presentes na reunião, para eleição em separado.

[2] Apenas dois acionistas minoritários, que compareceram presencialmente, apresentaram candidatos, conforme votos manifestados no Item 7A e 7B. Os demais acionistas não apresentaram candidatos.

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2021

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Prezados acionistas,

A administração da TIM S.A. ("TIM S.A.", "Companhia" ou "TIM") apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2021, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e com o Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2021.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*), conforme definidas pela IASB.

As informações operacionais e financeiras de 2021, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

Perfil da Companhia

A TIM S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e ADRs (*American Depositary Receipts*) listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE). Em 2021, a TIM confirmou a sua manutenção, pelo décimo quarto ano consecutivo, no seleto grupo de companhias que integram o portfólio ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3), reforçando o seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Além disso, a TIM é listada desde 2011 no Novo Mercado, segmento reconhecido pelo mais alto nível de governança corporativa da B3 e a partir de 2021 passou a fazer parte dos índices S&P-B3 Brasil ESG, Refinitiv Diversity & Inclusion e Bloomberg Gender Equality.

A TIM S.A. é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária do grupo Telecom Italia.

A TIM opera nos mercados de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, em todo território brasileiro, e no mercado de ultra banda larga abrangendo alguns estados do país.

1. Mensagem da Administração

O ano de 2021 ainda foi fortemente impactado pela pandemia de COVID-19, que impôs grandes desafios à sociedade, com impactos para a saúde pública e econômicos. Em meio ao aumento da vacinação, surgimento de novas variantes do vírus, escalada da inflação e aumento dos juros, a TIM se mostrou resiliente para entregar resultados sólidos ao final de 2021, cumprindo com todas as metas estabelecidas junto a seus acionistas e ao mercado financeiro em geral.

Evolução da Pandemia e a Dinâmica Macroeconômica

Ao longo do primeiro semestre, a economia brasileira vinha registrando recuperação a despeito da oscilação das condições sanitárias, e a consequente adoção de novas medidas restritivas entre março e abril. O impacto dessas restrições sobre a atividade econômica em geral e sobre a atividade da TIM se deu em magnitude significativamente menor do que em períodos similares em 2020. No segundo semestre, a vacinação da população se acelerou, mas a recuperação econômica continuou a se dar de forma heterogênea entre os diferentes setores. A aceleração da inflação com posterior início do ciclo de aperto monetário limitaram a melhora de dinamismo da economia. Para nós, esta situação se materializou principalmente no segmento de telefonia móvel pré-pago como consequência de uma disponibilidade de renda das famílias ainda bastante pressionada seja pela inflação, pelo endividamento e por um mercado de trabalho ainda vacilante.

M&A e 5G: Transformações Setoriais e para TIM

Em 2021, grandes transformações setoriais tomaram forma e começaram a se materializar. De um lado, a transação de compra dos ativos móveis da Oi Móvel S.A. passou a ser analisada pelos órgãos reguladores setorial (Anatel) e de concorrência (CADE) que mesmo sem apresentar uma resposta definitiva dentro do ano indicavam uma definição logo no início de 2022. De outro lado, houve uma proliferação de iniciativas no setor de telecomunicações para explorar as oportunidades do serviço de ultra banda-larga, seja através de IPOs de pequenos provedores, seja através da criação de veículos neutros de infraestrutura de fibra ótica. Neste último caso, optamos por fechar um acordo com a IHS Brasil para a venda de 51% de um veículo de fibra recém criado com intuito de acelerar o desenvolvimento de sua cobertura dos serviços de FTTH (*Fiber-To-The-Home*).

No segundo semestre do ano, ocorreu o leilão de frequências que previa a venda de lotes de espectro destinados às tecnologias 4G e 5G. Participamos de forma muito bem sucedida, adquirindo um conjunto de faixas de frequências que ajudarão na composição do nosso portfólio de espectro e evolução dos serviços com a implantação das novas redes 5G e reforço de capacidade na rede 4G.

Resiliência em Face das Adversidades e Foco na Execução da Estratégia

O primeiro semestre foi marcado por uma recuperação mais pujante, mas conseguimos a despeito dos desafios do segundo semestre, manter um bom nível de crescimento anual de receita de serviços (+6% no 1S e +4% no 2S) para fechar o ano com crescimento positivo de 5% versus 2020. Esse desempenho representa uma robusta recuperação se comparamos com a performance de 2020, onde o crescimento da receita de serviços foi de apenas 0,4% A/A. Nossa capacidade de encontrar soluções em meio as adversidades e o foco na execução da nossa estratégia foram fundamentais para essa evolução no desempenho.

Entre as iniciativas implementadas em 2021 que suportaram essa performance, destacam-se; (i) a contínua evolução da abordagem de volume para valor, com contínuo crescimento de ARPU, redução do *churn* e recuperação da adição de clientes; (ii) o resgate do tema Música como parte dos nossos lançamentos de oferta e de um novo posicionamento de marca; (iii) a sólida execução na nossa operação de banda larga; (iv) o contínuo avanço da nossa infraestrutura de rede e TI; (v) a busca incessante por eficiência de custos e investimentos; e (vi) a contínua evolução da estratégia de Plataforma de Clientes materializada por mais uma parceria fechada no segmento de educação a distância com a plataforma Ampli.

Os impactos positivos dessas iniciativas ficaram evidentes nos resultados das diferentes linhas de negócio:

- Do ponto de vista dos Serviços Móveis, a receita manteve uma boa dinâmica e terminou o ano com crescimento próximo a 5% contra o ano de 2020. Essa performance foi puxada pelo segmento Pós-Pago que cresceu mais de 5% A/A, enquanto o Pré-Pago caiu próximo a 2%.
- A banda larga residencial manteve um forte crescimento de aproximadamente 15% comparado a 2020.
- Nossas receitas com a Plataforma de Clientes somaram cerca de R$ 120 milhões, multiplicando por 8 o número de 2020 e com grandes contribuições da parceria com o Banco C6 e das iniciativas de Publicidade Móvel.

Uma Infraestrutura Robusta para Suportar uma Melhor Experiencia para o Cliente

O desenvolvimento da nossa infraestrutura é pilar fundamental da estratégia de melhoria da experiência dos clientes. Desta maneira, em 2021, demos ênfase em continuar evoluindo na qualidade dos nossos serviços através do fortalecimento da nossa rede e dos nossos sistemas.

Por mais um ano, a TIM assegurou a liderança em 4G, tendo a maior e melhor cobertura nesta tecnologia. Fechamos 2021 com mais de 4700 mil cidades e nos aproximamos cada vez mais da meta de cobrir todos os municípios do país até 2023. Nossa rede móvel foi atestada mais uma vez como líder em disponibilidade 4G e melhor experiência de vídeo e vídeo-chamada pela OpenSignal. A cobertura de 4.5G superou 1700 cidades e lançamos a tecnologia 5G DSS e fizemos pilotos com o 5G *standalone*.

Na rede fixa, superamos a marca de 112 mil quilômetros de fibra ótica em *backbone* e *backhaul*, o que nos possibilitou conectar mais 1200 cidades com fibra ótica, expandimos também nossa cobertura do serviço de banda larga residencial da TIM Live, chegando a 4,2 milhões de domicílios em FTTH e 6,7 milhões de domicílios totais. Na frente de TI, avançamos no projeto Journey to Cloud para migrar todo o nosso *datacenter* para nuvem, fechamos o ano com 44% de migração. Este projeto, e outros com foco em digitalização tem impacto tanto nos custos da Companhia quanto na satisfação dos clientes.

Eficiência e Geração de Caixa

Nossa cultura voltada para eficiência tem sido uma marca registrada da TIM na última década. Portanto em 2021, não foi diferente, apesar das pressões inflacionárias e da crise energética, conseguimos compensar uma boa parte desses efeitos com iniciativas voltadas a transformação digital e a cortes de custos mais tradicionais. O controle da inadimplência também contribuiu para o crescimento dos gastos ficar abaixo dos 5% e menos da metade da inflação oficial (IPCA: 10,06%).

A sólida performance nas frentes operacional e financeira produziu, mais uma vez, o maior EBITDA da história da TIM, atingindo mais de R$ 8,7 bilhões, com uma margem de 48,4% no ano e, também, um excelente nível de fluxo de caixa operacional em mais de R$ 6 bilhões. Com isso, fechamos o ano com sólida posição financeira e prontos para cumprir com as obrigações de desembolso extras que teremos em 2022 – aquisição de ativos da Oi Móvel e das licenças de frequência. Nosso caixa ficou próximo a R$ 9,8 bilhões com um endividamento líquido de R$ 3,7 bilhões (incluindo o impacto relacionado as licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R$ 843 milhões) e ainda assim, a Companhia manteve a alavancagem em patamar saudável. Esse cenário nos deu conforto de manter a distribuição aos acionistas no patamar de R$ 1 bilhão através do instrumento de JSCP.

Conclusão e Perspectivas

A capacidade de agir rapidamente e de maneira assertiva, aproveitando oportunidades do mercado e mantendo o foco na execução da estratégia foram as marcas de 2021. Essa combinação tornou possível a entrega de todas as metas definidas para o ano, mesmo em um cenário de alta incerteza.

A expectativa para o ano de 2022 é de aceleração no processo de transformação da TIM e do setor com a aprovação da transação com a Oi Móvel, o início da implementação do 5G "de verdade" e a mudança de paradigma da banda-larga fixa para redes neutras. Esperamos, ainda, capitalizar mais as iniciativas nas frentes de transformação digital e de novos negócios, criando grandes oportunidades para TIM de eficiência e crescimento.

2. Panorama Econômico e Industrial

2.1. Ambiente Macroeconômico

Apesar das expectativas positivas para o ano, 2021 foi, ainda, significativamente impactado pela pandemia do Coronavírus – COVID 19, que trouxe, além de um imensurável ônus humano, um expressivo ônus para atividade econômica do Brasil e do mundo.

Após o início da vacinação em massa no mundo ainda no final de 2020 e com o avanço da vacinação no Brasil durante todo o ano de 2021, combinado com a consequente diminuição das restrições de mobilidade e uma expressiva redução na taxa de desemprego (11,6% em novembro de 2021), ocorreu um reaquecimento da atividade econômica do país. Isso fez com que as projeções de alta do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para o período, atingissem o patamar de 4,50%, segundo o último relatório FOCUS[1] do ano, em comparação a uma previsão de crescimento de 3,41%, no primeiro relatório FOCUS[2] de 2021.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2021 em 10,06%[3], maior inflação anual acumulada desde 2015. O IPCA registrado foi significativamente superior ao centro da meta, que era de 3,75% para o ano. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo grupo Transportes, que na cesta dos itens avaliados apresentou a maior variação e fechou o ano com aumento de 21,03% e o maior impacto no acumulado do ano. Além dos Transportes, se destacaram os itens Habitação e Alimentação e Bebidas. De maneira macro, a economia ainda sofre com a obstrução das cadeias de abastecimento no Brasil e no mundo, como consequência das medidas de combate ao COVID-19, causando ainda um forte choque na oferta de bens e serviços e, consequentemente, pressionando a inflação do mundo para cima.

Na frente cambial, o dólar americano apresentou forte valorização em relação ao Real em 2021, fechando o ano cotado em R$ 5,57[4], uma alta de 7,4%, depois de ter atingido R$ 5,79[5], em março deste ano, tendo apresentado forte oscilação ao longo do ano, diante de um cenário de elevação do risco fiscal decorrente do agudo aumento dos gastos públicos decorrentes da pandemia, a paralisação das reformas fiscal e administrativa, contribuíram para uma forte oscilação cambial ao longo do ano. A balança comercial fechou o ano com um superávit de US$ 61 bilhões[6]. O valor representa um crescimento de 21,1% em relação ao ano de 2020 e superou o recorde de US$ 56 bilhões de 2017. O saldo positivo é resultado de US$ 280,4 bilhões em exportações e US$ 219,4 bilhões em importações. A exportação em 2021 cresceu 34% na comparação com 2020, enquanto a importação cresceu 38,2%. Quanto ao cenário internacional, também verificamos uma forte aceleração na vacinação contra a COVID-19 em grande parte do mundo, o que acarretou, igualmente, na diminuição das restrições de mobilidade e reunião de pessoas e, consequentemente, na retomada parcial da atividade econômica. Nos EUA e países desenvolvidos, o ano trouxe a inflação como novidade nos relatórios econômicos, o que não acontecia há décadas. Especialmente nos EUA, o índice de preços ao consumidor atingiu 7% em 2021, a maior alta em desde 1982. O PIB dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avançou 0,9% no 3º trimestre de 2021 em comparação com o trimestre anterior e retomou nível pré-pandemia. Devido a aceleração da retomada da atividade econômica, o FMI reviu sua projeção de crescimento da economia mundial em 2021 para 5,9%[7].

2.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional".

O setor sempre foi impactado por uma acirrada competição no mercado brasileiro, verificada pela presença de ofertas mais agressivas sob o ponto de vista do conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral, o que, de certa forma, limita a capacidade da Companhia de repassar aumentos de custos ou de propor a adesão a ofertas de maior valor, levando todo o setor de telecomunicações à uma certa degradação.

Por outro lado, o ambiente altamente competitivo pode ter sido, em última análise, um dos gatilhos para a consolidação do mercado móvel, que se vislumbra terminar 2022, com a concretização da venda da Oi Móvel, e consequente divisão dos ativos para os players remanescentes do setor.

Ao longo do ano de 2021, o setor continuou a sofrer os impactos oriundos da profunda crise causada pela epidemia COVID-19, e de todas as restrições destinadas a retardar sua propagação. Todavia, o setor manteve a tendência de crescimento no consumo de dados, exigindo das operadoras a capacidade de adaptação de suas redes, enfrentando o desafio de entregar uma infraestrutura cada vez mais robusta, em ambiente de maior racionalidade nos investimentos, como projetos como a densificação de sites, o *refarming* de frequência e a agregação de portadoras em duas ou três frequências. Além disso, a TIM segue avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede. Essa evolução da rede da Companhia permite a ampliação significativa do tráfego na rede 4G, que propicia aos seus clientes melhor experiência de uso, tanto em termos de performance, com maior velocidade de *download* e *upload* e menor latência, como em cobertura *indoor* e maior penetração.

Essa demanda por evolução tecnológica e investimentos no setor tende a ser mantida, isso pode ser verificado, especialmente, considerando o leilão do 5G, que foi realizado no último trimestre do ano de 2021, e instituiu uma serie de obrigações relacionadas à autorização do direito de utilização das frequências, o que, certamente, obrigará setor a passar por um novo ciclo de investimentos. A implantação dessa nova tecnologia vai trazer avanços muito expressivos, possibilitando a geração de novos modelos de negócio, incentivando uma sociedade cada vez mais conectada, além de abrir caminho para a implementação de avanços em pesquisa e desenvolvimento.

Por fim, 2021 mostrou-se um ano no qual a demanda por Banda Larga Fixa se consolidou. Durante o ano, *players* menores lançaram suas Ofertas Públicas Iniciais ("IPOs") e fortaleceram suas posições financeiras para continuar crescendo. A Banda Larga Fixa é uma grande oportunidade no país por ainda ter baixa penetração fora dos grandes centros, mas, por outro lado, pode ser muito influenciada pela separação de empresas provedoras de serviços e *players* de infraestrutura, visto que as empresas prestadoras de serviços podem alugar infraestrutura das empresas especializadas buscando uma aceleração de crescimento.

3. Serviços TIM

3.1. Negócios

A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de atender novos padrões de consumo ao mercado. A abordagem proativa permite à Companhia estar em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios nas telecomunicações. A mudança no perfil de uso dos clientes e o surgimento de novas tecnologias fomentam uma ruptura na indústria de telecomunicações, baseada no consumo de dados, conteúdos e serviços digitais.

O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, TIM Live, e o serviço de banda larga fixa através da rede móvel, utilizando a tecnologia WTTx e 5G DDS, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT.

Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões.

Demonstrando esse diferencial, em 2021, a TIM iniciou a primeira parceria entre uma empresa de telecomunicações e uma empresa de educação. Foram lançadas ofertas exclusivas para os clientes que se matriculassem nos cursos oferecidos na plataforma e os clientes TIM passaram a receber descontos em cursos selecionados. Por sua vez, as ofertas lançadas em parceria com o C6 Bank continuam a agregar um diferencial ao portfólio, ao somar mais conveniência e adicionar novas experiências às ofertas dos planos Controle e Pós puro. Continuamos oferecendo aos clientes do plano TIM Black Família um *marketplace* para serviços de OTT, uma maior flexibilidade na escolha do conteúdo de entretenimento incluído no plano e o atendimento diferenciado do TIM Concierge. A inovação em ofertas e a consistência na operação têm garantido o diferencial do portfólio e uma maior qualidade na aquisição de novo clientes.

3.2. Estratégia

A estratégia adotada pela TIM para 2021 foi baseada em cinco frentes indicadas abaixo, cada uma das quais focada nas principais partes interessadas da Empresa (clientes, colaboradores e acionistas) e, juntas, visam redesenhar a experiência do cliente e fazer da TIM a melhor escolha por valor no mercado, apoiada por sua posição como líder na ultra banda larga móvel e sua variedade de ofertas inovadoras:

- *Mover de volume para valor*: Melhorar e acelerar a transição de volume para valor, para sustentar o crescimento do negócio móvel, com foco na experiência do cliente;
- *Melhorar a infraestrutura*: Preencher o atual gap de infraestrutura com M&A, também promovendo o crescimento inorgânico e capturando potenciais sinergias;
- *Monetizar além do core*: Expandir novos fluxos de receita a partir de modelos de negócios alternativos, como serviços financeiros móveis, Educação, Saúde e publicidade digital móvel, visando a monetização da nossa base de clientes e alavancando a plataforma de base de clientes através de ecossistemas e parcerias;
- *Aprimorar tecnologia e operações*: Implementar projetos transformacionais em infraestrutura (ex., 5G, ORAN, M-MIMO, *cloudification*) e abordar desafios estruturais e preparar nossa tecnologia e nossas operações para desenvolvimentos futuros; e
- *Explorar oportunidades de banda larga fixa*: Capturar oportunidades de crescimento do mercado de ultra banda larga com novos modelos financeiros e de negócio.

Todos os cinco pilares estratégicos mencionados acima estão diretamente relacionados ao nosso compromisso com a experiência do usuário, que é um dos nossos três pilares de fundação da marca TIM (incluindo também a inovação e a qualidade), além de estarem voltados para o fortalecimento do nosso core e na construção do futuro da companhia.

Ao longo do ano de 2021, para implementação dos pilares estratégicos mencionados acima, a TIM direcionou esforços por meio de dois habilitadores transformacionais: (i) Impulsionar **eficiências disruptivas** por meio da digitalização, automatização e novos modelos operacionais, alavancando habilidades e o aprimoramento de capacidades; e (ii) Fortalecer e consolidar a **proposta de ESG** fazendo uma transformação positiva

Este é o principal objetivo da estrutura proposta, na qual o cliente é o centro de tomada de decisão.

4. Recursos Humanos

A Diretoria de Recursos Humanos está estruturada com o propósito de assegurar as melhores práticas relativas à gestão de pessoas para suportar o processo de evolução da Companhia, alinhadas com as transformações tecnológicas e desafios de negócio, que incluem o compromisso com a sustentabilidade e a valorização da diversidade e inclusão.

Contar com um time engajado é fundamental para superar desafios e conquistar melhores resultados. Na TIM, a relação de transparência e respeito com todos os níveis fortalece o orgulho de pertencer e a clareza sobre nosso direcionamento. Esses fatores são diferenciais no desenvolvimento da nossa marca empregadora.

Em 2021, tivemos uma adesão de (97%) na Pesquisa de Clima e Engajamento, confirmando a consistência desse processo como um dos mais importantes para se ouvir as pessoas e dar oportunidade de contribuir para a evolução da nossa empresa.

O resultado da Pesquisa de Clima e Engajamento de 2021 foi 83%(-1pp/2020), colocando a TIM 10p.p. acima do Mercado de Telecom Global da Mercer, consultoria parceira responsável pela metodologia e aplicação da pesquisa.

Os principais destaques ficam para a consistência no programa de aculturamento em Diversidade & Inclusão (mantida em 95%), o aumento na atuação da liderança no desenvolvimento dos times, através de feedback (84% | +3pp), tolerância ao erro (85% | +2pp), coerência na avaliação de desempenho (83% | +3pp) e prática do reconhecimento financeiro e não financeiro (71% | +2pp), em coerência com a revisão das competências e do Performance.

Em 2022, será necessário maior foco em ações estruturadas de bem-estar-estar e evoluir em agilidade e prontidão para mudanças, a fim de manter o posicionamento de cuidado com as pessoas e melhoria nos processos para a inovação.

A cultura de integridade e carreiras atrativas também se destacam entre os fatores mais reconhecidos pelo nosso time, refletindo o alto engajamento e o sucesso de ações como o TIM Talks Experience 2021 e campanhas de Diversidade e Inclusão, direcionadas aos cinco pilares trabalhados na empresa: gênero, raça, pessoas com deficiência, pessoas LGBTI+ e gerações.

4.1. Pessoas

A TIM encerrou o ano de 2021 com 9.337 funcionários em todo Brasil. Esses colaboradores, com suas histórias e conhecimento, representam o capital intelectual da Companhia e atuam como motores para o desenvolvimento do negócio.

Aproximadamente 70,4% dos colaboradores possuem ensino superior completo ou frequentam a universidade e 9,9% possuem pós-graduação. Os números e resultados mostram que a TIM possui um quadro diversificado e altamente qualificado de colaboradores para atender os desafios da Companhia. A força de trabalho é complementada por 216 estagiários e 128 jovens aprendizes.

4.2. Desenvolvimento e Treinamento

Os colaboradores da TIM têm acesso a uma oferta de treinamento e desenvolvimento bem estruturada para evoluir dentro da companhia e construir uma carreira de sucesso. A TIM investiu mais de R$ 10 milhões em treinamento e desenvolvimento dos seus colaboradores em 2021.

Para orientar as carreiras dos seus colaboradores, a TIM identifica e monitora o desempenho individual para guiar as atividades com mais assertividade. A Companhia avalia a dedicação e o desempenho diferenciado dos seus profissionais por meio de diferentes ferramentas de gestão de performance, e encoraja e proporciona oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem.

Aqui na TIM, ao longo do ano de 2021, em continuidade ao plano iniciado em 2020, tivemos como foco apoiar a evolução e a transformação da empresa rumo ao modelo de digital TELCO, com foco específico no desenvolvimento das *new capabilities*, necessárias para alcançar os objetivos do plano estratégico e industrial da companhia.

Ao longo de 2021, a TIM implementou diversos programas e iniciativas para gerenciar e suportar o desenvolvimento das pessoas nas competências necessárias para alcançar as estratégias do negócio:

- **Novo Processo de Gestão de Desempenho**: A TIM completou seu ciclo de gestão de desempenho 2020/21, envolvendo mais de 7.700 colaboradores com algumas novidades importantes como a inclusão de novos públicos (equipe de Vendas e Atendimento, Estagiários), com uma abordagem profundamente customizada. O foco da avaliação está relacionado ao modelo de competência, bem com a capacidade em fazer acontecer. A implementação de uma nova plataforma de Gestão de Desempenho, customizada para proporcionar a melhor experiência digital aos colaboradores, também foi uma novidade.
- **Soluções Digitais de Desenvolvimento da Liderança:** Durante este ano, a TIM lançou duas soluções inovadoras para desenvolver nossos líderes: o Programa E-Coaching e o Mentoring Executivo, mais de 350 líderes experimentaram uma solução digital de desenvolvimento, customizada para suas próprias necessidades.
- **Gestão de Sucessões**: A continuidade do mapeamento de sucessão foi realizada este ano para garantir a aceleração do desenvolvimento e a prontidão para cargos mais críticos da alta administração e posição de executivos.
- **Mentoria interempresarial para mulheres:** em julho de 2021, a TIM, juntamente com um número crescente de grandes empresas, criou uma iniciativa para acelerar o desenvolvimento de carreira das mulheres. A iniciativa está inserida no Projeto "Mulheres Positivas", que tem o escopo mais amplo de viabilizar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho brasileiro. Em 2021, foram desenvolvidas 2 ondas de mentoria, envolvendo 149 mulheres.

Os principais programas e iniciativas de treinamento estão listados abaixo:

- **Principais questões institucionais e de compliance**: todos os colaboradores participam de cursos sobre as principais questões institucionais e de compliance, como ética, direitos humanos, políticas de sustentabilidade e meio ambiente, saúde e segurança, segurança da informação e anticorrupção, alinhadas às diretrizes do Grupo e às leis internacionais e nacionais.
- ***Digital Learning Roadmap***: a nova plataforma de formação online "Talent Hub Aprendizagem" inclui roteiros individuais e coletivos para a aprendizagem digital. O roteiro centra-se em questões estratégicas como mentalidade digital, novas capacidades, inovação, responsabilidade, experiência do cliente, execução, networking colaborativo, gestão da mudança.
- ***TIM Talks***: Programa anual de Treinamento, Desenvolvimento e Comunicação da TIM Brasil. Assim como em 2020, o evento contou com a participação do público interno e externo. O TIM Talks começou em novembro com um evento de Abertura, e se estendeu até o final de dezembro por meio de um programa de workshops focado em questões estratégicas do setor como 5G, Cloud, IA, Privacidade e etc. O workshop contou com a participação de representantes do mercado, do mundo acadêmico e de instituições em geral, e pela primeira vez também envolveu convidados internacionais.
- **Plano de Apoio no contexto da Pandemia de COVID 19**: Ao longo dos anos de 2020 e 2021, em função da pandemia do novo coronavírus, a TIM realizou ações de treinamento voltados à temas de saúde e segurança diversos, como saúde mental, autocuidado, ergonomia, bem-estar em suas mais variadas dimensões (Ex: nutrição, exercícios físicos, etc) incluindo aulas online (ex: meditação), prevenção ao COVID-19 e também disponibilizamos os conteúdos de integração em formato digital. Além disso, transformamos 100% das nossas ações de treinamento para a metodologia à distância, sendo que a própria SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho) também passou a ser online, integrada à Jornada de Saúde e Bem Estar e com alguns eventos abertos à sociedade.
- ***Onboarding***: Levando em consideração os processos de transformação digital que a TIM iniciou há alguns anos, um novo programa *Onboarding* 100% digital foi projetado para engajar e preparar os novos funcionários para o dia a dia.
- **Jornadas Verticais:** A TIM Brasil criou jornadas de aprendizagem personalizadas para as diversas áreas, com base nas diferentes necessidades relacionadas ao escopo de atividades.
- ***Journey to Cloud* e *Agile Journey*:** Alinhada ao seu plano de transformação digital e inovação, a TIM implementou um plano estruturado de *upskilling* para todos os profissionais envolvidos na migração da infraestrutura em um ambiente *multi-cloud* e para os usuários dos novos dados e tecnologias de análise. Desde 2020, mais de 500 pessoas estiveram envolvidas no programa.

Em 2021 foi implementado um programa de formação *Agile Journey*, com o objetivo de disseminar a cultura, bem como os métodos e as ferramentas das Metodologias Ágeis. A Jornada passou a envolver as equipes que atuam nos processos de criação de serviços, a fim de trazer ganhos incrementais para o negócio, reduzir riscos e realizar melhorias contínuas. Mais de 170 funcionários já iniciaram a jornada.

- **Iniciativas para a força de vendas (Programa *Evolution* Consumidor e Corporativo)**: jornada de aprendizagem para as lojas TIM e Força de Vendas, pensado de forma inovadora, baseado no princípio de gameficação, que se traduziu em maior envolvimento, novos conhecimentos com uma "pegada" diferente, e maior valor para a empresa. Uma experiência única, personalizada e humanizada. O modelo de treinamento virtual foi mantido e aprimorado em 2021.

Por acreditar que a diversidade e a inclusão são essenciais para a valorização e engajamento das pessoas, e desempenham um papel fundamental no processo de inovação, reforçamos nosso posicionamento e compromisso com o tema através da construção de políticas, programas e iniciativas de diversidade e inclusão, alinhadas à estratégia do negócio, cultura organizacional e valorização da contribuição de cada colaborador(a) na TIM.

Em 2021 o Programa de Diversidade e Inclusão seguiu em continuidade com o calendário anual de ações, baseado no calendário da ONU e demais datas reconhecidas nacionalmente; acompanhamento estratégico do tema pelo comitê de diversidade e inclusão, formado pela alta liderança; e atuação dos grupos de afinidade, formados por colaboradores de todos os níveis, áreas e regiões, que atuaram conjuntamente no desenho e implementação de ações inclusivas para os pilares de gênero, pessoas LGBTI+, raça, gerações e pessoas com deficiência.

Dentre as iniciativas lançadas temos o Programa de Estágio Inclusivo que flexibilizou perfil e pré-requisitos do processo seletivo para ampliar o acesso de grupos sociais minorizados, além de não haver restrições para idade, cursos e instituição de ensino o programa reservou 50% das vagas para pessoas negras. No pilar de gênero lançamos o Projeto Mulheres Positivas, voltado para ampliar a participação das mulheres no mercado de trabalho. O projeto conta com o aplicativo Mulheres Positivas como plataforma digital para apoiar o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres, o movimento liderado pela TIM começou em julho com 10 empresas e finalizou 2021 com 47 empresas parceiras que juntas oferecem acesso gratuito a vagas e cursos de capacitação, além de mentoria intercompany para mulheres.

Reforçando o compromisso e atuação concreta com foco no pilar Social do Plano ESG, a TIM estabeleceu a meta de ter até 2023 35% das posições de liderança ocupada por mulheres e 40% do quadro de colaboradores composto por pessoas negras. Também nos tornamos signatária dos principais ecossistemas de pactos e associações. Entre março e dezembro assinamos os Princípios de Empoderamento das Mulheres, da ONU Mulheres; Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero; Rede Empresarial de Inclusão Social; Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, Fórum de Gerações e Futuro do Trabalho e Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas.

Como parte do compromisso de promover um ambiente cada vez mais inclusivo, seguro e livre de discriminação, a TIM lançou em novembro o Programa Respeito Gera Respeito, com novas diretrizes e política para prevenção, coibição e gerenciamento às práticas de assédio, além de ações educativas e iniciativas internas e externas para promover ambientes e relações livres de discriminação e violência.

Mantivemos no programa o plano integrado de comunicação e treinamento, com total de mais de 40 ações e mais de 3.900 colaboradores treinados. O TIM Convida, evento 100% digital e aberto à sociedade para gerar diálogo e reflexão sobre diversidade e inclusão, apresentou 7 edições ao longo do ano totalizando mais de 386 mil visualizações Youtube.

Com a consistência do Programa de Diversidade e Inclusão, a TIM vem se tornando uma das líderes na promoção da diversidade e inclusão. Em 2021 fomos a primeira telco a nível global a receber o prêmio *GSMA's Diversity in Tech*, que reconhece empresas que promovem a igualdade e a diversidade no setor de tecnologia, e a única empresa brasileira a integrar e liderar o *Refinitiv Diversity & Inclusion Index*, que mede a nível global o desempenho das empresas nas iniciativas de diversidade e inclusão.

4.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo visa conceder ações ou opções de compra de ações da TIM S.A. a colaboradores da Companhia e suas subsidiárias, buscando desse modo promover a expansão, conquista e sucesso dos objetivos corporativos e garantindo o alinhamento de interesses dos acionistas e da administração da TIM.

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016", "Plano 2018-2020" e "Plano 2021-2023", respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares* e / ou *restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder ações aos participantes de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga. De maneira geral, os objetivos de desempenho são vinculados a indicadores econômico / financeiros, métricas de desempenho acionário (exemplo: Total Shareholder Return) e indicadores ESG (Enviromental, Social & Governance), sempre em linha com os objetivos apresentados aos acionistas para o Plano Trienal.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (Vesting). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

Conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a gestão dos Planos fica a cargo do Conselho de Administração, sujeito ao Estatuto Social da Companhia.

Especificamente para o ano de 2017, em função da Companhia ter iniciado o processo de reestruturação do seu plano de incentivo de longo prazo, em caráter excepcional e devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, o plano de incentivo de longo prazo ocorreu em forma de bônus, com o pagamento condicionado ao atingimento de determinados indicadores financeiros da TIM e dividido em três parcelas anuais.

4.3.1. Opção de Ações Ciclo 2011-2013

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	OpçõesNão Exercidas
Plano 2011 - 2013	**8.567.765**	**-3.399.832**	**-5.167.933**	**0**
1ª Concessão	*2.833.595*	*-1.532.132*	*-1.301.463*	*0*
2ª Concessão	*2.661.752*	*-896.479*	*-1.765.273*	*0*
3ª Concessão	*3.072.418*	*-971.221*	*-2.101.197*	*0*

4.3.2. Opção de Ações Ciclo 2014-2016

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2014 - 2016	**8.965.119**	**-3.921.020**	**-4.931.547**	**112.552**
1ª Concessão	*1.687.686*	*-129.643*	*-1.558.043*	*0*
2ª Concessão	*3.355.229*	*-1.709.149*	*-1.646.080*	*0*
3ª Concessão	*3.922.204*	*-2.082.228*	*-1.727.424*	*112.552*

4.3.3. Ações Ciclo 2018-2020

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Não Transferidas
Plano 2018 - 2020	**2.576.648**	**-1.000.645**	**-629.875**	**946.128**
1ª Concessão	*849.932*	*-376.859*	*-473.073*	*0*
2ª Concessão	*930.662*	*-417.208*	*-86.424*	*427.030*
3ª Concessão	*796.054*	*-206.578*	*-70.378*	*519.098*

4.3.4. Ações Ciclo 2021-2023

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Não Transferidas
Plano 2021 - 2023	**3.431.610**	**0**	**-311.876**	**3.119.734**
1ª Concessão	*3.431.610*	*0*	*-311.876*	*3.119.734*
2ª Concessão	*0*	*0*	*0*	*0*
3ª Concessão	*0*	*0*	*0*	*0*

5. Rede

Infraestrutura é um dos pilares estratégicos da Companhia e a TIM reafirma o seu compromisso de investimento em 2021, buscando oferecer mais e melhores serviços. As recentes mudanças no padrão de consumo bem como a crescente expectativa dos usuários quanto à qualidade dos serviços prestados, exigem um plano estruturado de expansão da rede, respaldado por análises técnicas mais robustas quanto ao padrão de consumo e necessidades de seus clientes, além de uma grande transformação cultural.

No âmbito da utilização do espectro, a TIM continua seu bem-sucedido projeto de *refarming* expandindo para a frequência 2,1 GHz, visando mais eficiência e melhor performance. Com relação à fibra, a Companhia segue com o projeto de expansão de rede, de forma a suportar a rede convergente de ultra banda larga, aumentando a disponibilidade do FTTH e o FTTS.

A TIM possuía ao final de 2021, 1.766 *Biosites* e projeta ampliar a sua utilização. Os *Biosites* são estruturas sustentáveis de menor custo, mais fáceis de instalar e que não causam impacto visual nas cidades, para aumentar a densidade de sites. No contexto de *big data*, a Companhia segue numa constante evolução de suas ferramentas de análise a partir de bases mais completas e abordagem proativa, visando um direcionamento mais eficiente dos investimentos.

No que tange à cultura corporativa, as novas tecnologias e as expectativas dos clientes provocam uma ruptura no modelo tradicional das operadoras de telecomunicações. Nesse cenário, a TIM visa desenvolver, motivar e engajar seus colaboradores com vistas a atuarem em um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, a partir de um modelo operacional ágil e flexível.

5.1. Cobertura Nacional

A infraestrutura da TIM tem um alcance nacional, cobrindo aproximadamente 98% da população urbana brasileira, com presença em aproximadamente 4.715 cidades. A Companhia também possui uma ampla cobertura de dados, mantendo a sua posição de liderança em cobertura 4G no país.

Em 2021, a TIM continuou concentrando a maior parte de seus investimentos em rede e tecnologia de informação, em linha com o praticado nos anos anteriores e com o objetivo de atender à crescente evolução do consumo de dados. A melhoria e o crescimento da infraestrutura estão apoiados em diferentes projetos, dentre eles se destacam a expansão da rede de fibra ótica (*backbone*, *backhaul* e FTTH), densificação de *sites*, *refarming* de frequência e agregação de portadoras em duas ou três frequências (conforme localidade). Além disso, a TIM vem avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede.

Em relação aos principais projetos em andamento focados na modernização e melhoria contínua de nossa infraestrutura, destacamos:

- Compromisso de expandir a cobertura 4G para todos os municípios do Brasil até 2023;
- Expansão da cobertura 4.5G para 1.712 cidades em 2021;
- Expansão do uso do 4G na frequência de 700MHz, presente em 3.975 municípios ao final do ano;
- Expansão do VoLTE, disponibilizado para 4700 cidades;
- Ampliação do *refarming* da frequência de 2,1 GHz no 4G, atingindo 354 cidades;
- Projeto de virtualização de infraestrutura;
- Acordo de compartilhamento de infraestrutura de rede móvel com a Vivo, visando a eficiência na alocação de Capex e Opex;
- Expansão da capacidade de rede através da solução Massive MIMO;
- Consolidação da rede NB-IoT, presente em mais de 4.018 municípios ao final de 2021, possibilitando a criação de soluções IoT não apenas nas grandes cidades, mas também nos municípios mais afastados das capitais.

Adicionalmente, o uso da frequência de 700MHz no desenvolvimento da rede LTE continua a evoluir, proporcionando uma significativa melhora na experiência de uso dos clientes tanto em termos de performance, com maior velocidade de download e upload e menor latência, como em cobertura indoor, maior penetração.

DESCRIÇÃO	2021	2020	%A/A
Cidades 4G	**4,715**	**3.877**	**21.6%**
das quais 700 Mhz habilitadas	3,975	3.294	20.7%
das quais VoLTE habilitadas	4,700	3.860	21.8%
População Urbana Coberta (4G)	**98%**	**95%**	**3.0p.p.**
das quais 700 Mhz habilitadas	94%	92%	2.0p.p.
das quais VoLTE habilitadas	97%	94%	3.0p.p.
Cidades 3G	4,022	3.506	14.7%
População Urbana Coberta (3G)	94%	93%	1,0p.p.
Biosites	**1,766**	**1,679**	**5.2%**
Sky Coverage (nº sites)	**924**	**-**	**n.a.**
Massive MIMO (nº sites)	**2,306**	**753**	**206.2%**
Homes passed	**6,683**	**6,366**	**5.0%**
FTTH	4,185	3,244	29.0%
FTTC	3,412	3,693	-7.6%
Cidades Cobertas com Fibra*	**37**	**35**	**5.7%**
FTTH	35	33	6.1%
FTTC	5	5	0.0%
FTTCity (nº cidades)	**1,231**	**1,001**	**23.0%**

Ao final do ano, a TIM possuía um total de 23.206 sites com maior porcentagem conectados através de *backhaul* de alta capacidade.

Em relação a infraestrutura de transporte, **a Companhia alcançou 112 mil km de fibra ótica para *backbone* e *backhaul*,** um avanço de 3,8% A/A.

A cobertura na banda larga fixa também seguiu em constante expansão ao longo de 2021, superando ao final do ano 4.2 milhões de *homes passed* em FTTH, enquanto o FTTC alcançou 3,4 milhões. Isso representa um total de 6,7 milhões de *homes passed* em 28 cidades e 7 regiões administrativas do DF (FTTH + FTTC)[8].

Por fim, com um **alcance de 1.766 Biosites ativos ao final de 2021**, o desenvolvimento dos projetos de instalação de *Biosites* também está alinhado aos valores de responsabilidade social corporativa da companhia. Essas estruturas trazem uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico. Além disso, contribuem para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – tendo multifuncionalidade capaz de agregar a transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança –, além de serem de menor custo e de rápida instalação.

Atualmente, a Companhia detém autorização de uso de mais aproximadamente 120 MHz em espectro[9], distribuídos da seguinte forma:

Média de Espectro Ponderada por População						
450 MHz	700 MHz	850 MHz	900 MHz	1.800 MHz	2.100 MHz	2.500 MHz
3	20	11	5	35	22	22

5.2. Resultado do leilão de frequências ("Leilão 5G")

Nos dias 4 e 5 de novembro de 2021 foi realizado o leilão de frequências para 4G e 5G pela Anatel. A TIM arrematou um total de 11 lotes nas frequências de 3,5GHz, 2,3GHz e 26GHz, com valor total ofertado de R$ 1,05 bilhão, que depois foi ajustado segundo as regras da Anatel para R$ 884,5 milhões.

As faixas adquiridas possuem um conjunto de obrigações que deverão ser atendidas com contribuições financeiras ou com construção de infraestrutura de rede móvel e fixa. Para maiores detalhes sobre as obrigações envolvendo cada faixa, consultar o Comunicado ao Mercado divulgado pela TIM em 5 de novembro de 2021.

5.3. Qualidade

Por mais um ano, a TIM reforça seu compromisso com a evolução de seus serviços e melhoria contínua da qualidade para garantir uma melhor experiência de uso aos seus clientes. O foco na expansão e melhoria da infraestrutura de rede segue sendo fator fundamental do nosso plano de negócios.

No final de 2021, a **TIM obteve a melhor pontuação no quesito "experiência em vídeo e vídeo-chamada" em relatório emitido pela OpenSignal[10], em parceria com a Anatel**. A **Companhia somou 66 pontos em experiência de vídeo e vídeo-chamada (classificada com a métrica de "muito bom")**, em pontuação de 0 a 100, acima das demais grandes operadoras do setor. Segundo o informe, o cálculo de experiência de vídeo mede diretamente *streaming* de vídeo em terminais de usuário, utilizando uma abordagem baseada na UIT que leva em conta critérios como a qualidade da imagem, tempo de carregamento e taxa de travamento, em redes 3G e 4G. Além disso, no relatório, a TIM confirmou mais uma vez a qualidade superior de sua rede, destacando-se novamente como **líder em disponibilidade 4G**. Isso significa que os **clientes da TIM navegaram através do 4G com maior frequência – 90% do seu tempo conectado**.

Os demais destaques de Rede e Qualidade desse trimestre e no ano foram:

(i) A manutenção do ritmo de crescimento e liderança da cobertura de 4G, que é objetivo estratégico da companhia, fazendo parte tanto de seus compromissos do TAC com a Anatel quanto da debenture ESG emitida no 2° trimestre do ano;

(ii) Participação no leilão de frequências para 4G e 5G, arrematando as principais faixas de espectro: aquisição de lotes das frequências 3.5GHz, 2.3GHz e 26GHz;

(iii) Evolução da nossa plataforma de TI com 44% de todo o *workload* já migrado em 9 meses de projeto: migração de mais de 3.500 servidores para a *cloud* no ano, incluindo todo nosso CRM, estrutura de *big data* e plataforma de *billing*, preparando o ambiente para o recebimento dos ativos móveis da Oi;

(iv) Constante qualificação de nossos canais de atendimento e relacionamento com clientes:

1. No comparativo anual de 2021, a Companhia registrou: (a) 30% de redução do tempo de atendimento nos canais assistidos (CRC e Vendas); (b) 15% de aumento do atendimento automático via URA cognitiva; (c) Meu TIM como o aplicativo de atendimento mais bem avaliado do Brasil entre as operadoras (nota 4.4 na Play Store);
2. A TIM também ficou em **primeiro lugar no Ranking de Satisfação da Anatel 2021** que analisa o atendimento das empresas aos clientes na recepção e solução de demandas, reforçando a estratégia da companhia na melhoria da experiência do cliente. Além disso, a TIM foi a operadora com maior redução A/A no índice de reclamações da Anatel no 4T21 – atingindo 45% de redução no período frente ao 4T20, com destaque para o pré-pago que diminuiu em 55% – e no resultado de 2021 – registrando 32% de redução no volume de reclamações vs. 2020;
3. Da mesma forma que o tem anterior, o Grupo TIM foi classificado como o menos reclamado nos entrantes dos PROCONs integrados ao sindec em 2021, registrando -28% frente a 2020;
4. Adicionalmente, a TIM foi a primeira operadora a adotar a modalidade de pagamentos via PIX, registrando em 2021 mais de 11,5 milhões de faturas quitadas em 12 meses desde sua implementação. Atualmente, cerca de 80% da base da Companhia realiza pagamentos através dos canais digitais, sendo 13% via PIX.

[1] Estimado pelo relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) de 31 de dezembro de 2021.
[2] Estimado pelo relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) de 08 de janeiro de 2021.
[3] Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
[4] Fonte: Banco Central.
[5] Fonte: Banco Central.
[6] Fonte: Ministério da Economia.
[7] Fonte: Fundo Monetário Internacional.

[8] (+) Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Nilópolis (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João do Meriti (RJ), Duque de Caxias (RJ), São Paulo (SP), Mauá (SP), Poá (SP), Suzano (SP), Francisco Morato (SP), Franco da Rocha (SP), Diadema (SP), Salvador (BA), Lauro de Freitas (BA), Camaçari (BA), Feira de Santana (BA), Recife (PE), Olinda (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Paulista (PE), Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Anápolis (GO), Manaus (AM), Belo Horizonte (MG), Betim (MG), Contagem (MG), Brasília (DF), Taguatinga (DF), Samambaia (DF) e Ceilândia (DF).
[9] Excluídos os espectros relacionados ao 5G.
[10] Matéria vinculada ao Telesíntese (15/12/2021).

www.tim.com.br

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

6. Desempenho Operacional

6.1. Panorama do Mercado Brasileiro

O mercado móvel registrou um crescimento de 1,2% A/A no final de 2021 reforçando o movimento de evolução positiva da base no último trimestre. Nos últimos 12 meses, o pós-pago registrou adições líquidas de 16,7 milhões de acessos, sendo 58% deste volume linhas humanas. O pré-pago apresentou 4,1 milhões de novos acessos.

6.2. Desempenho da TIM

O segmento pós-pago encerrou o ano de 2021 com 22,9 milhões de acessos (+4,7% A/A). O *mix* do segmento na base total foi de 44%, +1,5 p.p. A/A. As adições líquidas dos últimos 12 meses acumularam um saldo positivo de mais de 1,0 milhão de novos acessos. A taxa de desconexão mensal no pós-pago mantém nos patamares mais baixos (2,7% no 4T21), como registrado nos últimos trimestres.

Ao final do trimestre, **o Pós-pago Humano registrava uma base de 18,9 milhões acessos** (+4,7% A/A), com adições líquidas de 847 mil acessos nos últimos 12 meses.

O segmento pré-pago finalizou o ano de 2021 com 29,2 milhões de acessos, uma queda de 1,4% A/A. A base acumulou 403 mil desconexões nos últimos 12 meses. O segmento é o mais impactado pela deterioração da economia, principalmente nos últimos 2 anos.

Detalhamento da base de clientes por tecnologia:

- **A base 4G finalizou o período com 46,3 milhões de acessos,** acelerando novamente o ritmo e mantendo o patamar de dois dígitos de crescimento (+10,2% A/A);
- **A base de M2M fechou o ano com 4 milhões de linhas**, um aumento de 5,0% comparado ao mesmo período do ano passado.

6.3. Segmento Fixo

A base TIM Live encerrou o ano de 2021 com 685 mil conexões, mantendo o ritmo de crescimento (+6,1% A/A). Nos últimos 12 meses, as adições líquidas do serviço atingiram aproximadamente 40 mil acessos, sendo a base FTTH o principal motor. Os planos de maior valor, com velocidades acima de 100 Mbps, seguem ganhando cada vez mais relevância, atingindo 62% de participação na base total no trimestre.

Mesmo limitando a entrada em novos mercados, a cobertura da rede FTTH continuou crescendo, priorizando a consolidação dos clusters já ativos. Dessa forma, o total de *homes passed* em fibra cresceu 29,0% A/A, com presença em 28 cidades e 7 regiões administrativas do DF.

7. Desempenho Financeiro

Para representar melhor o desempenho financeiro e tendências comerciais, a TIM normaliza algumas linhas da sua Demonstração de Resultados, eliminando o impacto de elementos não-recorrentes. Estes movimentos são apontados quando requeridos.

7.1. Receita Operacional

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Receita Líquida	**18.058**	**17.268**	**4,6%**
Receita de Serviços	**17.497**	**16.665**	**5,0%**
Serviço Móvel	**16.349**	**15.610**	**4,7%**
Gerada pelo Cliente	14.843	14.351	3,4%
Interconexão	533	528	0,9%
Plataforma de Clientes*	119	15	714,3%
Outras Receitas	853	717	19,1%
Serviço Fixo	**1.147**	**1.054**	**8,8%**
dos quais TIM Live	720	628	14,7%
Receita de Produtos	**561**	**603**	**-6,9%**

*A Plataforma de Clientes inclui receitas de novas iniciativas, como Serviços Financeiros e Educacionais, e Publicidade Móvel. Realocação de impostos entre as linhas de Receita Gerada pelo Cliente e Plataforma de Clientes, impactando estas aberturas desde o início de 2021.

No acumulado de 2021, a **Receita Líquida Total atingiu R$ 18.058, ante R$ 17.268 em 2020, uma evolução de 4,6% A/A**, impulsionada pela performance consistente da Receita de Serviços. Esse crescimento, também, foi impactado por uma base comparativa menor, uma vez que os principais impactos da pandemia de COVID-19 ocorreram no 2T20. A despeito do contexto macroeconômico desafiador imposto pela pandemia, a **Receita líquida de Serviços fechou o ano com um crescimento de 5,0%**, esse desempenho teve como principais alavancas: (i) a performance do pós-pago móvel; e (ii) a receita de Plataforma de Clientes.

Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Móvel (RSM) apresentou um crescimento de 4,7%, A/A atingindo R$ 16.349 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. No acumulado do ano mantém evolução consistente, refletindo a estratégia da companhia de monetizar suas bases de clientes através de dois pilares: (i) diferenciação de oferta e (ii) migração da sua base de clientes para planos de mais alto valor. **No ano, o ARPU de 2021 expandiu 5,9% para atingir R$ 26,4.**

Detalhando o desempenho de cada segmento móvel no quarto trimestre:

(i) No Pré-pago, observamos uma desaceleração durante o segundo semestre, refletindo a piora nos indicadores macroeconômicos e o encerramento do auxílio emergencial do governo no mês de outubro, que pressionou mais o segmento, revertendo a retomada da trajetória de crescimento observada no primeiro semestre. Entretanto, a Companhia segue com foco na diferenciação de ofertas e em uma gestão da base mais eficiente, o que contribuiu para o **crescimento do ARPU de Pré-pago[11] no ano de 2021 – alta de 2,5% vs. 2020**;

(ii) **A Receita com Clientes Pós-Pagos teve uma alta de 5,4% A/A vs. 2020. O ARPU de Pós-Pago Humano[12] (ex-M2M) em 2021 teve alta de 1,7% contra 2020.** Esse desempenho tem como motor o foco da Companhia na abordagem de valor, com ênfase na gestão eficiente da base de clientes, redução das desconexões e na evolução do portfólio de ofertas, com benefícios específicos para cada segmento. Adicionalmente, cabe destacar que, durante esse trimestre, tivemos aumento das vendas nos planos Controle e Pós-puro, impulsionados pelas campanhas de final do ano, Black Friday e Natal, apesar dos desafios impostos pela atividade comercial menos intensa no país.

A Receita de Interconexão (ITX) ficou praticamente estável em A/A, atingindo R$ 135 milhões no 4T21. A incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços atingiu 2,3% no trimestre. No ano, essa linha apresentou aumento de 0,9% A/A, em virtude, principalmente, do impacto do aumento da tarifa VU-M (Tarifa de Terminação Móvel) no início do ano.

A Receita de Plataforma de Clientes, no acumulado do ano, somou R$ 119 milhões, com R$ 83 milhões vindos de Serviços Financeiros, R$ 36 milhões de Publicidade Móvel e R$ 342 mil de Serviços Educacionais.

A linha de Outras Receitas registrou no ano um crescimento de 19,1% A/A, explicado majoritariamente pelo crescimento na receita gerada por contratos de compartilhamento e swap de rede. Cabe ressaltar que o compartilhamento e a troca de capacidade são elementos importantes da estratégia da Companhia de ampliação da infraestrutura de transporte em fibra (*backbone* e *backhaul*) com maior eficiência na alocação de recursos (Capex e Opex).

Detalhamento do Segmento Fixo (líquidos de impostos e deduções):

Em 2021, a Receita do Serviço Fixo totalizou R$ 1.147 milhões, alta de 8,8% A/A, com **as receitas vindas da TIM Live sendo o grande motor dessa performance e registrando um crescimento de 14,7% A/A.**

A **TIM Live** continua sendo o principal elemento para essa performance, que **avançou 9,8% A/A no 4T20**, representando mais de 63% da receita de serviço fixo. Os demais serviços do segmento fixo apresentaram recuperação e cresceram 2,8% A/A.

A desaceleração da performance da TIM Live no segundo semestre é explicada por uma combinação de: (i) maior foco na preparação da criação da I-Systems (antiga FiberCo), e consequente separação dos ativos, o que provocou uma desaceleração na entrada em novos mercados; (ii) um aumento localizado de competição em algumas áreas de atuação; e (iii) uma queda da performance nas áreas onde a TIM ainda atua com FTTC. A expectativa é que em 2022, a TIM Live volte a ingressar em novas localidades com FTTH, de forma a aumentar ainda mais a participação dessa tecnologia no resultado da Receita do Serviço Fixo.

7.2. Custos e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Custos Reportados da Operação	**(8.599)**	**(8.926)**	**-3,7%**
Custos Normalizados* da Operação	**(9.320)**	**(8.896)**	**-4,8%**
Pessoal	(1.126)	(1.004)	12,2%
Comercialização	(3.135)	(3.010)	4,1%
Rede e Interconexão	(2.797)	(2.613)	7,0%
Gerais e Administrativos	(701)	(605)	15,8%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(731)	(756)	-3,3%
Provisão para Devedores Duvidosos	(545)	(553)	-1,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(284)	(354)	-19,7%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	**(8.589)**	**(8.140)**	**5,5%**

*Custos da Operação normalizados por: venda de controle sobre o investimento na companhia I-Systems (-R$ 782,2 milhões no 4T21), serviços jurídicos e administrativos especializados (+R$ 34,8 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21 e +R$ 13,7 milhões no 2T21), gastos para o projeto de aquisição dos ativos móveis da Oi (+R$ 4,3 milhões no 4T21) e por ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres (+R$ 2,6 milhões no 1T20).

Os Custos e Despesas Operacionais Reportados no ano de 2021 totalizaram R$ 8.599 milhões, uma melhora de 3,7% em relação aos custos reportados em 2020. A performance reflete a eficiência na execução do controle de custos, a despeito de um cenário de alta nos índices de inflação no país e em meio a um processo adotado pela Companhia de aprimoramento de sua infraestrutura interna. **Os Custos e Despesas Operacionais Normalizados subiram, porém de forma limitada (+4,8% A/A), perante a inflação registrada no país ao final do ano (IPCA 2021: 10,06%).** Além disso, o comparativo anual é afetado pela retomada dos custos variáveis e fixos que registraram queda nos meses de reduzida atividade econômica no país, principalmente no 2T20, devido a pandemia.

Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas Normalizados:

Pessoal alcançou R$ 1.126 milhões em 2021, apresentando uma alta de 12,2% em relação a 2020. Tal performance foi influenciada por: (i) reajustes sobre salários, bonificações e incentivos no patamar entre um dígito médio e alto; (ii) maior nível de provisão relativo a participação nos resultados dos colaboradores; e (iii) base comparativa desfavorável devido a recuperação de encargos em processos de natureza previdenciária no 4T20 e, em parte, por um comparativo anual atípico no 2T20, em decorrência de menores despesas com pessoal comercial devido ao fechamento dos canais físicos de venda durante a pandemia.

A linha de Comercialização e Publicidade apresentou aumento de 4,1% A/A, atingindo R$ 3.135 milhões, impactada, principalmente, pelo retorno das campanhas publicitárias com mais frequência e maior despesa com comissões de vendas.

Rede e Interconexão, esta linha apresentou alta de 7,0% A/A, quando comparada com 2020. Este resultado foi influenciado pelo aumento da tarifa de terminação móvel (VU-M) e pelos maiores custos de Rede, em decorrência da elevação das despesas com aluguel, compartilhamento e manutenção de infraestrutura.

Despesas Gerais e Administrativas normalizadas (G&A) encerraram o ano de 2021 com um crescimento de 15,8% em relação a 2020. Esta alta é explicada, principalmente, por: (i) maiores despesas com serviços de manutenção, em decorrência da migração da infraestrutura de TI para a *Cloud*; e (ii) por contratação de serviços especializados junto a consultorias para projetos recorrentes.

O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) foi de R$ 731 milhões, queda de 3,3% quando comparado a 2020, acompanhando a queda da Receita de Produtos, ocasionada pelo menor volume de aparelhos vendidos, apesar do aumento no *mix* de produtos de maior valor.

As Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) atingiram R$ 545 milhões, uma queda de 1,5% frente ao resultado de 2020, parcialmente afetada pelo reconhecimento de PDD com um cliente de *wholesale*, **atingindo 2,1% sobre a Receita Bruta (vs. 2,3% em 2020).** O resultado vem refletindo os esforços contínuos na melhoria da aquisição de clientes, através de modelos e políticas de crédito mais robustos, além de maior eficiência na cobrança e recuperação.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais[13] Normalizadas totalizaram R$ 284 milhões, uma queda de 19,7% A/A no acumulado do ano, explicada principalmente por menores despesas relacionadas a perdas em processos judiciais cíveis. A participação desta linha sobre os Custos e Despesas totais normalizados ficou em 2,7%.

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) atingiram R$ 58,9 por adição bruta em 2021, um crescimento de 28,9% A/A, devido a maiores despesas com comissões geradas por: (i) adição líquida positiva no segmento Pós-pago; (ii) pela migração dos clientes para segmentos de maior valor; e (iii) maiores gastos com publicidade no 1S21.

A relação SAC/ARPU, que indica o *payback* por cliente, atingiu 2,3 meses em 2021, frente a 1,7 meses no 4T21.

7.3. Do EBITDA ao Lucro Líquido

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
EBITDA Normalizado*	**8.738**	**8.372**	**4,4%**
Margem EBITDA Normalizada*	48,4%	48,5%	-0,1p.p.
Depreciação & Amortização	**(5.692)**	**(5.527)**	**3,0%**
Depreciação	(3.952)	(3.689)	7,1%
Amortização	(1.740)	(1.838)	-5,3%
Equivalência Patrimonial	**(12)**	**-**	**n.a.**
EBIT Normalizado*	**3.034**	**2.845**	**6,7%**
Margem EBIT Normalizada*	16,8%	16,5%	0,3p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado*	**(653)**	**(807)**	**-19,1%**
Despesas financeiras	(1.745)	(1.233)	41,6%
Receitas financeiras	1.092	432	152,6%
Variações cambiais, líquidas	1	(7)	n.a.
Lucro antes dos impostos Normalizado*	**2.381**	**2.037**	**16,9%**
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	(182)	(166)	9,1%
Lucro Líquido Normalizado*	**2.200**	**1.871**	**17,6%**
Total de Itens Normalizados	757	(27)	n.a.
EBITDA Reportado	**9.459**	**8.342**	**13,4%**
Margem EBITDA Reportada	52,4%	48,3%	4,1p.p.
EBIT	**3.756**	**2.815**	**33,4%**
Margem EBIT	20,8%	16,3%	4,5p.p.
Resultado Financeiro Líquido	**(653)**	**(807)**	**-19,1%**
Lucro antes dos impostos	**3.103**	**2.008**	**54,6%**
Imposto de renda e cont. social	(146)	(164)	-10,9%
Lucro Líquido	**2.957**	**1.844**	**60,4%**

[11] O ARPU de Pré-Pago exclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.
[12] O ARPU de Pós-Pago Humano exclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.
[13] A linha de Outras Despesas (Receitas) operacionais registrou um impacto não-recorrente negativo de R$ 782,2 milhões no 4T21, referente a venda de controle sobre o investimento na companhia I-Systems, e impacto não-recorrente positivo de R$ 2,6 milhões no 1T20, por a ajustes ao contrato de sale-leaseback de torres.

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R$ 743,1 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21, +R$ 13,7 milhões no 2T21 e +R$ 2,6 milhões no 1T20). Lucro Líquido normalizado por: impacto dos impostos diferidos e correntes sobre a receita gerada pela transação da I-Systems (+R$ 509,2 milhões no 4T21), crédito fiscal e outros efeitos (-R$ 13,3 milhões no 4T21, -R$ 526,8 milhões no 3T21 e -R$ 4,6 milhões no 2T21).

EBITDA Normalizado (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

O EBITDA Normalizado totalizou R$ 8,738 milhões em 2021, um crescimento de 4,4% A/A. A principal alavanca para este crescimento foi a performance da Receita de Serviços Móveis, com destaque para o bom desempenho do segmento Pós-pago e da geração de receitas oriundas das parcerias classificadas na linha de Plataforma de Clientes.

A Margem EBITDA Normalizada encerrou 2021 em 48,4%. Excluindo-se os efeitos relativos à operação da I-Systems, completada em novembro de 2021, a Margem EBITDA seria de 48,5%.

Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT

A linha de D&A apresentou incremento de 3,0% A/A em 2021, totalizando R$ 5.692 milhões explicado, principalmente, pelo aumento da Depreciação de Equipamentos de Transmissão 4G e aumento da Depreciação de infraestrutura de torres e dos direitos de uso, em função de uma maior base de contratos de leasing, parcialmente compensada por um menor montante de Amortização de softwares.

No ano, o EBIT Normalizado totalizou R$ 3.034 milhões, o que representa um crescimento de 6,7% A/A.

Resultado Financeiro Líquido

No ano, o Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R$ 653 milhões, comparado a -R$ 807 milhões em 2020, em decorrência de:

(i) maior receita financeira advinda de: (1) aumento da receita com juros sobre aplicações financeiras, refletindo uma taxa básica de juros elevada e maior geração caixa (Selic encerrou o ano a 9,25%); e (2) de uma soma de bônus que dão direito à participação no capital social do Banco C6 superior a 2020 (4,08% em 2021 vs. 1,4% em 2020).

(ii) Maior despesa financeira devido à: (1) maior volume de juros e custos atrelados aos novos empréstimos e financiamentos adquiridos – em razão da adição de novas dívidas durante o ano, visando o financiamento das obrigações futuras com a aquisição dos ativos móveis da Oi e as obrigações com o leilão de frequências; e (2) maior volume de juros sobre leasings, em meio à um aumento nos índices de inflação.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social Normalizado foi negativo em R$ 182 milhões em 2021, comparado com -R$ 166 milhões em 2020. **Em 2021, a alíquota efetiva na visão normalizada foi de -7,6% vs. -8,2% em 2020,** explicado, principalmente, pela maior utilização de benefícios fiscais em 2021.

Lucro Líquido

No ano, o Lucro Líquido Normalizado totalizou R$ 2.200 milhões, uma expansão de 17,6% comparado a 2020, com LPA de R$ 0,32.

7.4. Fluxo de Caixa, Dívida e CAPEX

DESCRIÇÃO	2021	Ajustes de Normalização	2021	2020	% A/A
	Reportado		Normalizado*		
R$ milhões					
EBITDA	9.459	(722)	8.378	8.372	4,4%
Capex	(7.966)	3.585	(4.382)	(3.891)	12,6%
EBITDA - Capex	**1.493**	**2.863**	**4.356**	**4.480**	**-2,8%**
Capex Não-Caixa**	2.682	(2.682)	-	-	n.a.
Δ Capital de Giro	**1.007**	**-**	**1.007**	**159**	**533,3%**
Itens operacionais não recorrentes	-	722	722	(30)	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional	**5.182**	**902**	**6.084**	**4.610**	**32,0%**

* EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R$ 743,1 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21, +R$ 13,7 milhões no 2T21 e +R$ 2,6 milhões no 1T20). Capex normalizado exclui os impactos relacionados a aquisição de licenças no leilão de frequências (R$ 3.585 milhões no 4T21).
** Efeitos da aquisição 5G sem impacto no caixa (Nota 40 da DFP).

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL) Normalizado[10], foi positivo em R$ 6.084 milhões, um crescimento de 32,0% A/A, enquanto o FCOL Reportado totalizou R$ 5.182 milhões.

No acumulado do ano o EBITDA-Capex Normalizado somou R$ 4.356 milhões.

Em 2021 o EBITDA-AL-Capex Normalizado totalizou o montante de R$ 2.385 milhões, uma queda de 13,8% comparado ao 2020.

A variação de R$ 902 milhões entre a visualização do FCOL Normalizado para o FCOL Reportado deve-se, principalmente, pelo montante atrelado à licença adquirida no último leilão (R$ 843 milhões) possuir característica de dívida financeira, já que sofre incidência da Selic, sendo considerado no fluxo de financiamento. Já em relação as obrigações relativas a EAF e EACE (R$ 2.682 milhões), sofrem correção monetária definida no edital do leilão pelo índice inflacionário IGP-DI. Logo, estas obrigações possuem característica de compromisso comercial e impactam o fluxo operacional.

CAPEX

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Rede	3.052	2.740	11,4%
TI & Outros	1.329	1.152	15,4%
Capex Normalizado*	**4.382**	**3.891**	**12,6%**
Leilão 4G e 5G	3.585	-	n.a.
Capex Normalizado*	**7.966**	**3.891**	**104,7%**
Capex Normalizado*/ Receita Líquida	**24,3%**	**22,5%**	**1,7p.p.**

* Capex normalizado exclui os impactos relacionados a aquisição de licenças no leilão de frequências (R$ 3.585 milhões no 4T21).

No resultado do ano, **o Capex Normalizado, que exclui os impactos do leilão, totalizou R$ 4.382 milhões, representando uma alta de 12,6% A/A,** explicado pelos projetos referentes a preparação da infraestrutura para integração com ativos da móveis da Oi. **Em 2021, o Capex Total, incluindo os impactos do leilão, foi de R$ 7.966 milhões.**

DÍVIDA E CAIXA

Perfil da Dívida

EMISSÕES	MOEDA	TAXA DE JUROS	VENCIMENTO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
R$ milhões						
KFW Finnvera	USD	Libor+0,75%	01/24 a 12/25	93	186	278
Scotia	USD	1,4748% a.a.	04/24	2	558	560
BNP Paribas	USD	2,8220% a.a. a 7,0907% a.a.	01/22 a 01/24	444	500	944
Debêntures	BRL	IPCA + 4,1782% a.a.	06/28	(1)	1.669	1.667
BNDES	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	2	395	396
Dívida Financeira Total				**538**	**3.307**	**3.845**
Licença (4G e 5G)	BRL	Selic	12/40	47	796	843
Dívida Total Antes do Lease				**585**	**4.104**	**4.688**
Lease Total	BRL	IPCA/IGP-M	01/29	1.240	7.581	8.820
Dívida Total				**1.825**	**11.684**	**13.509**

Dívida Líquida

DESCRIÇÃO	4T21	3T21	2T21	4T20
R$ milhões				
Dívida de Curto Prazo	538	534	1.446	2.261
Dívida de Longo Prazo	3.307	2.881	2.780	284
Dívida Financeira Total	**3.845**	**3.415**	**4.226**	**2.545**
Caixa e Equivalentes de Caixa	(9.797)	(7.372)	(7.125)	(4.319)
Derivativos Líquidos-ex C6	11	24	(104)	(490)
Dívida Financeira Líquida	**(5.940)**	**(3.933)**	**(3.003)**	**(2.263)**
Licença (4G e 5G)	843	-	-	-
Dívida Financeira Líquida AL	**(5.097)**	**(3.933)**	**(3.003)**	**(2.263)**
Lease Total	8.820	8.271	8.186	8.180
Dívida Líquida Total	**3.723**	**4.338**	**5.183**	**5.917**
Dívida Líquida AL/EBITDA AL*	**-0,8x**	**-0,6x**	**-0,4x**	**-0,3x**
Dívida Líquida Total/EBITDA	**0,4x**	**0,5x**	**0,6x**	**0,7x**

*EBITDA 12M "após o pagamento de *leases*", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a *leasings* financeiros.

Dívida Por Vencimento

ANO	PRO-FORMA	INCLUINDO IFRS 9, 15 & 16
R$ milhões		
2023	135	1.370
2024	1.172	2.276
2025	127	967
2026	662	1.294
Após 2026	2.007	5.777
Dívida Total	**4.104**	**11.684**

A Dívida Normalizada (pós-*hedge*) do 4T21 ficou em R$ 13.520 milhões, representando um crescimento de R$ 2.419 milhões A/A. O total inclui: (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R$ 8.820 milhões (relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e contratos de arrendamento com prazos superiores a 12 meses, conforme estabelecido pelo IFRS 16); (ii) dívida bancária no montante de R$ 3.845 milhões; (iii) a posição de derivativos[14] de *hedge* no valor de R$ 11 milhões (excluindo os efeitos do Banco C6); e (iv) impacto relacionado as licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R$ 843 milhões.

Ao fim de dezembro, o montante de financiamentos (pós-hedge) totalizou R$ 3.845 milhões. **O custo médio da dívida excluindo os *leasings* e licenças foi de 9,5% a.a. no trimestre,** uma elevação quando comparado ao custo de 2,5% a.a. do 4T20, impactado pelo aumento do CDI no período.

Seguindo o programa de financiamento da companhia, aprovado pelo conselho de administração da TIM em março de 2021, para aquisição dos ativos móveis da Oi, ao longo de 2021 a companhia captou R$ 3,0 bilhões em novas dívidas:

(i) Em abril de 2021, foram celebrados dois contratos totalizando o montante de R$ 1.072 milhões, ambos realizados com bancos estrangeiros;

(ii) Em junho, a Companhia concluiu a liquidação da 2ª emissão de debêntures, no montante total de R$ 1,6 bilhão, com vencimento em junho de 2028. Tendo sido esta a primeira oferta de debentures da história da Companhia a considerar aspectos ESG em sua emissão, gerando benefícios para sociedade e para o meio ambiente, além de corroborar para atingimento dos objetivos do Plano Estratégico da Companhia;

(iii) Em novembro de 2021, foi celebrado um contrato com o BNDES, no valor total de R$ 390 milhões.

No final do trimestre, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R$ 9.797 milhões, registrando crescimento de R$ 5.151 milhões A/A.

O rendimento financeiro médio foi de 8,8% a.a. no 4T21, aumento de 6,4 p.p. em relação ao 4T20, em função dos últimos aumentos observados da taxa Selic e de uma melhor alocação dos recursos.

8. Environmental, Social & Governance

Jornada ESG

A TIM é pioneira nos temas ESG (Environmental, Social & Governance) no setor de Telecomunicações no Brasil. Há 14 anos a Companhia faz parte da Carteira do Índice de Sustentabilidade da B3 (ISE-B3), sendo a empresa do setor que há mais tempo configura no Índice. Em fevereiro de 2022, a TIM foi reconhecida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo pela S&P Global ESG, organização responsável pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI). A companhia foi incluída no **Sustainability Yearbook 2022** pela evolução da sua performance no processo de submissão ao DJSI, com um crescimento de 24%.

Desde 2011, a TIM voluntariamente faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança corporativa da Bolsa de Valores Brasileira, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU).

Como signatária do Pacto Global da ONU desde 2008 e da ONU Mulheres desde 2021, a TIM desenvolve projetos conectados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reconhece os direitos à privacidade de dados, à internet segura, ao acesso à informação e à liberdade de expressão como essenciais e inegociáveis.

A TIM vem se tornando uma das líderes na promoção da diversidade e inclusão, com metas, compromissos e adesões a diversas iniciativas relacionadas aos temas gênero, raça, LGBTI+, idade, entre outros. A Companhia se tornou, em 2021, a primeira operadora brasileira a integrar o Refinitiv Diversity & Inclusion Index, se tornando o benchmark brasileiro e de telecom worldwide. Também passou a fazer parte, em 2022, do Índice de Igualdade de Gênero da Bloomberg, que reúne 418 empresas de 45 países, sendo 13 do Brasil.

Reconhecida com o selo Top Employers, a TIM também se consolida como uma das empresas com melhores práticas de RH. A certificação é resultado da auditoria independente da Top Employer Institute, um instituto internacional com 30 anos de atuação em 120 países.

A TIM responde ao Carbon Disclosure Project (CDP) – maior base de dados do mundo sobre Gases de Efeito Estufa relacionada às Mudanças Climáticas – desde 2010, e registra suas emissões no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol.

Desde 2004, a TIM apresenta seu desempenho em sustentabilidade e há 13 anos publica relatórios conforme as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). A partir de 2021, a Companhia passou a chamar esta publicação de Relatório ESG e segue com o seu compromisso de transparência e prestação de contas a seus stakeholders, organizando o relato nos três pilares: Ambiental, Social e Governança. O Relatório é assegurado ainda por terceira parte independente.

Nossas Políticas de Responsabilidade Social, Direitos Humanos, Diversidade, Meio Ambiente, Gestão da Mudança do Clima, Gestão de Riscos Corporativos, Anticorrupção, Relacionamento com Fornecedores, Segurança e Saúde do Trabalho, Privacidade, entre outras, estão publicamente disponíveis para a livre consulta de nossos *stakeholders*.

Em cumprimento a Lei Geral de Proteção de Dados, vigente no Brasil desde 2020, a TIM atua para garantir a privacidade dos clientes, proteger seus dados pessoais e manter uma relação cada vez mais transparente. Mais informações na Central de Privacidade no site da TIM.

Em 2013 a TIM fundou o Instituto TIM com a missão de democratizar o acesso à ciência, tecnologia e inovação para promover o desenvolvimento humano no Brasil. Mais de 700 mil pessoas de todos os estados e do Distrito Federal já foram beneficiadas pelos projetos de educação e inclusão do Instituto, sendo, inclusive, premiados internacionalmente (Prêmio Governarte – BID 2015).

Por sua sólida atuação em ESG, a TIM integra índices e ratings nacionais e internacionais, como Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-B3), Índice de Carbono Eficiente (ICO2-B3), Índice Brasil ESG (S&P/B3), Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR-70), Refinitiv Diversity & Inclusion, Gender Equality Index (GEI) da Bloomberg, *FTSE4GOOD Emerging Markets*, *FTSE4GOOD Latin America*, *MSCI ACWI ESG Leaders*, *MSCI Emerging Markets ESG Leaders*, Teva Indices ESG Mulheres no Conselho, selo Women on Board, entre outros, além de ser certificada pelas normas ISO 9001 (desde 2000), ISO 14001 (desde 2010) e ISO 37001 (desde 2021).

Temas Materiais

Devido à pandemia de Covid-19, a TIM conduziu um novo processo de consulta a stakeholders, com o objetivo de revisar sua materialidade, uma boa prática incentivada por especialistas.

Após novas entrevistas e estudos, quatro temas materiais foram complementados e um novo tema surgiu, "Promoção da Diversidade e Igualdade de Oportunidades", conforme quadro atualizado (negrito) a seguir:

Ao longo de 2021, a TIM prosseguiu com foco no cumprimento das metas do Plano ESG, conforme os destaques do 4T21 a seguir.

ENVIRONMENTAL

- Ao final de 2021, o projeto de Geração Distribuída totalizou 46 usinas ativas, o que juntamente com a compra de energia no Mercado Livre viabilizou alcançar 83% de energia renovável do consumo total (79% na média anual). Com a aquisição de certificados de energia renovável para o consumo no Sistema Interligado Nacional, a TIM atingiu a marca de 100% de energia renovável;
- Obteve +96% de ecoeficiência em tráfego de dados (acompanhado acompanhada em bit/Joule);
- Reduziu em 153% as emissões indiretas (escopo 2) e em 94% as emissões de escopo 1 e escopo 2;
- Em dezembro de 2021, totalizou 1.766 *biosites* instalados. Além de serem uma solução para reduzir o número de antenas e torres, diminuindo o impacto visual e urbanístico, essas estruturas podem agregar outras funções, como iluminação pública e câmeras de segurança;
- Comprometida com a meta de ser uma empresa carbono neutro até 2030, a TIM melhorou sua performance no CDP, passando seu *score* de B- (2020) para B (2021);
- É integrante do Índice Carbono Eficiente da B3, carteira composta por empresas que apresentam inventários de emissões de gases de efeito estufa e demonstram compromisso com relação às mudanças climáticas, e também do ICDPR-70, Índice CDP Brasil de Resiliência Climática;
- Aderiu, enquanto Grupo TIM, à iniciativa *Science Based Target* (SBTi) na busca pelas melhores práticas de redução e neutralização das emissões de GEE;
- É certificada nas normas ISO 9001, desde 2000 e ISO 14001, desde 2010.

[14] A posição de derivativos é composta, ainda, pelo bônus de subscrição no capital do Banco C6, conforme Nota Explicativa 37 na DFP da TIM S.A.

SOCIAL

- A TIM aumentou em 36% o número de pessoas negras em seu quadro de colaboradores e em 34% o percentual de mulheres em cargos de liderança;
- A meta de levar a conectividade do 4G a todos os municípios do Brasil até 2023 chegou, em dezembro de 2021, a 85% de cobertura. Na região Nordeste, os estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte encerraram o ano com 100% de cobertura;
- No mês da Consciência Negra, a TIM ratificou sua participação na Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero. A operadora tem o compromisso de ter, no mínimo, 40% de pessoas negras em seu quadro profissional até 2023;
- A TIM aderiu, em outubro, ao Fórum Gerações e Futuro do Trabalho, iniciativa que reúne empresas comprometidas com a inclusão de profissionais de diferentes idades no mercado;
- Como parte do seu compromisso de promover um ambiente cada vez mais inclusivo, seguro e livre de discriminação, a TIM publicou em novembro a Política de prevenção, coibição e gerenciamento às práticas de assédio moral, sexual e *bullying*;
- O Instituto TIM e a TIM se uniram à ONG *One By One* por mais mobilidade e oportunidades para crianças e jovens com deficiência e promoveram em dezembro uma ação de voluntariado com os colaboradores para acabar com a fila por cadeiras de roda da entidade. A Companhia se comprometeu a multiplicar o valor doado pelos funcionários para conseguir alcançar a meta;
- A quarta edição do TIM *Talks Experience* abordou temas como 5G, *cloud*, inteligência artificial, ESG e privacidade de dados. Como nos anos anteriores, o evento foi aberto à sociedade, com transmissão pelo site e YouTube da TIM;
- A TIM é signatária dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEP, em inglês) da ONU e faz parte da Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero.

GOVERNANCE

- Em cumprimento a meta de reduzir pela metade o número de reclamações dos clientes na Anatel, em comparação a 2019, a TIM alcançou em dezembro de 2021 uma redução de 44%;
- Pelo 14º ano, a TIM é listada na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3/Bovespa, mantendo sua posição de empresa de telecomunicações por mais anos consecutivos no ISE. Nesse ciclo, o ISE realizou diversas mudanças na metodologia, como a inclusão do risco reputacional e a nota do Carbon Disclosure Project (CDP) como critérios classificatórios. Além disso, passou a adotar questionários setorizados e a apresentar notas gerais e por setor, para aumentar ainda mais a transparência das empresas que estão mais avançadas na agenda ESG;
- A TIM ficou em sétimo lugar no *ranking* de sustentabilidade da consultoria Resultante ESG, escritório especializado em ESG, pesquisas e educação para planejamento e análise de riscos;
- Na 18º edição do prêmio As Melhores da Dinheiro, da revista IstoÉ Dinheiro, a TIM foi escolhida a melhor operadora;
- A TIM conquistou 5 ouros no Prêmio ABT 2021 por suas ações de relacionamento com o cliente;
- A TIM foi a operadora com maior índice de satisfação entre os consumidores, segundo o *ranking* da Anatel;
- No Leilão 5G, promovido pela Anatel, a TIM adquiriu 11 lotes, no valor R$ 1,05 bilhão, conseguindo obter as frequências em todas as faixas que planejava;
- Desde 2011 faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança das empresas litadas na B3;
- Foi primeira e até o momento única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União;
- Primeira operadora a conseguir a certificação ISO 37001, que atesta a segurança e eficácia do sistema de gestão antissuborno.

Para acessar o informe trimestral de ESG, favor acessar: Informe Trimestral ESG

9. Governança Corporativa

9.1. Companhia listada no Novo Mercado há mais de 10 anos

Em 03 de agosto de 2011 a TIM aderiu ao "Novo Mercado", segmento que concentra as empresas comprometidas com as melhores práticas de governança corporativa.

A migração para o Novo Mercado resultou em benefícios para todos os acionistas. As regras exigidas, alinhadas às melhores práticas de governança corporativa de mercados como Estados Unidos e Europa, potencializam uma maior liquidez e valorização das ações, permitindo um acesso mais amplo aos mercados internacionais, além de promover o fortalecimento da imagem institucional e o aumento da confiança na Companhia.

Adicionalmente, a TIM pertence ao seleto grupo de empresas que compõem as carteiras do Índice de Governança Corporativa (IGC), do Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) da B3 e, há 14 anos, também, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composto por empresas que se comprometeram a gerenciar os riscos derivados de desenvolvimentos econômicos, ambientais e sociais, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU).

9.2. Governança Corporativa na TIM

A TIM é uma sociedade por ações de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária e supervisionada por um Conselho Fiscal. O Conselho de Administração, por sua vez, é auxiliado por comitês de assessoramento, quais sejam, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Controle e Riscos, o Comitê de Remuneração e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*.

Os deveres e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração estão determinados na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regimento Interno do Conselho de Administração, no Regimento Interno da Diretoria Estatutária, no Regimento Interno do Conselho Fiscal e nos Regimentos Internos dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Na condição de membros ativos e responsáveis pela comunidade em que atuam, a Companhia e seus administradores devem pautar suas ações pela legalidade e pela ética, baseado em três princípios fundamentais: transparência, honestidade e lealdade.

Na condução dos seus negócios pautados, além da ética e da lealdade, pela boa-fé, a Companhia busca: (i) agir com transparência nos negócios, (ii) promover a lealdade na concorrência; (iii) excelência de competitividade no mercado; (iv) atender ao bem-estar e ao crescimento da comunidade em que opera; (v) aprimorar os seus recursos humanos; e (vi) promover o desenvolvimento sustentável.

9.3. Política de Divulgação

A TIM adotou em 2002 uma Política de Divulgação/Negociação e Diferenças de Governança Corporativa da NYSE, à qual a administração da Companhia aderiu mediante assinatura do termo de adesão. Como parte dessa política, estabeleceu-se um código de conduta a ser seguido por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas, além de terem sido impostas restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos.

A Política de Divulgação da Companhia prevê a utilização do Portal da Agência Estado, que pode ser acessado pelo link: http://economia.estadao.com.br/fatos-relevantes/, na forma da Instrução CVM nº 547/2014, que permitiu a divulgação de fatos relevantes em portais de notícias de acesso gratuito.

9.4. Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CDA) é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 19 (dezenove) membros, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração era formado por 10 (dez) membros, sendo 4 (quatro) deles independentes. Em 2021, o CDA se reuniu 15 (quinze) vezes no exercício de suas funções.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas, publicadas e consignadas no livro de atas do Conselho de Administração, arquivado na sede na Companhia.

O Conselho se reúne ordinariamente no mínimo seis vezes ao ano e no máximo doze vezes, e, também, extraordinariamente, mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer dois Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria Estatutária, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas. Os convidados a participar das reuniões do Conselho não possuem direito de voto.

O Conselho de Administração tem 4 (quatro) comitês de assessoramento, todos diretamente vinculados a ele: o Comitê de Auditoria Estatutário, com regras previstas no Estatuto Social da Companhia, o Comitê de Remuneração, o Comitê de Controle e Riscos e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*, podendo haver participação de um ou mais membros nos Comitês, simultaneamente.

9.5. Diretoria Estatutária

A Diretoria Estatutária (Diretoria) é o órgão de representação e de administração executiva da Companhia, sendo composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 12 (doze) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de dois anos, admitida a reeleição, podendo ser destituídos pelo mesmo órgão a qualquer tempo. Em 31 de dezembro de 2021, a Diretoria da Companhia era composta por 8 (oito) membros. Em 2021, a Diretoria se reuniu 43 (quarenta e três) vezes no exercício de suas funções.

9.6. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal (CF) é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, todos profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantenham qualquer outro vínculo com a Companhia, cada com um respectivo suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho Fiscal da Companhia era composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes. Em 2021, o CF se reuniu 8 (oito) vezes no exercício de suas funções.

9.7. Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos independentes. Atualmente o CAE é composto por 3 (três) membros.

O CAE tem por objetivo supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores, tanto internos quanto independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, do outro lado. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de Audit *Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act*, ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na US *Securities and Exchange Commission* – SEC. Em 2021, o CAE se reuniu 20 (vinte) vezes no exercício de suas funções.

Os membros do CAE analisaram as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021"). Considerando as informações prestadas pela Diretoria Estatutária da Companhia e pela auditoria externa da Ernst & Young Auditores Independentes S/S. ("EY"), bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, o CAE avaliou que essas informações e documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia, para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

www.tim.com.br

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

9.8. Comitê de Controle e Riscos

O Comitê de Controle e Riscos (CCR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de medidas de controle interno e de gestão de riscos, e o cumprimento de regras de governança. Em 31 de dezembro de 2021, o CCR era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2021, o CCR se reuniu 10 (dez) vezes no exercício de suas funções.

9.9. Comitê de Remuneração

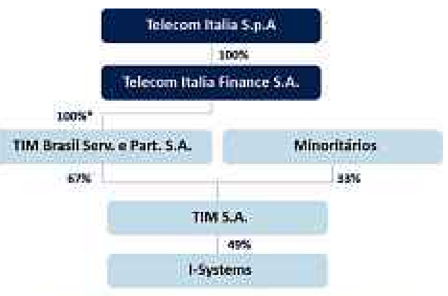
O Comitê de Remuneração (CR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de propostas de rateio da remuneração global aprovada pela Assembleia Geral, e o critério de remuneração dos Diretores Estatutários e dos altos executivos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o CR era composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) desses independente. Ao longo de 2021, o CR se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

9.10. Comitê de Environmental, Social & Governance

O Comitê de *Environmental, Social & Governance* (CESG), , é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui a finalidade de assessorar o CDA no desenvolvimento e implementação da estratégia e dos princípios de *Environmental, Social & Governance*, incluindo, dentre outras atividades, a recomendação das diretrizes e da estratégia da Companhia aplicáveis à gestão de questões ambientais, sociais e de governança. Em 31 de dezembro de 2021, o CESG era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2021, o CESG se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

9.11. Estrutura Acionária

A Companhia encerrou 2021 com capital social no montante de R$ 13.477.890.507,55, representado por 2.420.804.398 ações ordinárias. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. detêm o controle acionário da TIM com aproximadamente 67% das ações.



* Telecom Italia S.p.A. detém uma ação da TIM Brasil Serv. e Part. S.A.

9.12. Política de Dividendos

Conforme Estatuto Social e a Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2021, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, a quantia equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

É obrigatória a manutenção de uma reserva legal, à qual a Companhia deve alocar 5% dos lucros líquidos de cada exercício fiscal, até que o valor dessa reserva seja equivalente a 20% do capital.

A distribuição de dividendos anuais é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária.

Nos dias 6 de junho, 24 de setembro e 15 de dezembro de 2021, a TIM S.A. divulgou que seu Conselho de Administração aprovou a distribuição de R$ 350 milhões, R$ 137,5 milhões e R$ 560 milhões, respectivamente, a título de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP"). Os pagamentos ocorreram nos dias 20 de julho de 2021, 27 de outubro de 2021 e 25 de janeiro de 2022, sendo as datas de 21 de junho, 29 de setembro e 20 de dezembro de 2021 aquelas que serviram para identificar os acionistas com direito a receber tais valores. Desta forma, as ações adquiridas após as referidas datas estavam ex-direito de distribuição de JSCP. Desse modo, a TIM declarou um montante total de R$ 1.047,5 milhões de JCP em 2021.

9.13. Eventos do Exercício e Subsequentes

Contingência Tributária

Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM sobre o tema, ainda pender julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 547 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

Parceria entre TIM e Cogna

No dia 7 de julho de 2021, a Companhia informou aos seus acionistas, ao mercado em geral e a outras partes interessadas que, juntamente com a Anhanguera Educacional Participações S.A. ("AESAPAR"), uma subsidiária da Cogna Educação S.A ("Cogna"), em conjunto denominadas "Parceiras", concluíram as negociações referentes a uma parceria estratégica ("Parceria") com o objetivo de desenvolver ofertas combinadas com benefícios especiais visando o acesso à educação a distância através da plataforma Ampli.

As Parceiras destacaram o caráter inovador do acordo que celebraram, ao juntar uma plataforma digital de ensino desenvolvida em conceito *mobile-first*, com a maior infraestrutura 4G do Brasil. Esta é uma poderosa combinação que vai ampliar e incentivar o acesso a cursos universitários e livres a todos os clientes da TIM. Essa abordagem oferece grande potencial de geração de valor para ambas as empresas por meio do crescimento da base de clientes e aumento de receitas.

A Parceria se encaixa na estratégia de Plataforma de Clientes que vem sendo trabalhada pela Companhia desde 2020. Esta estratégia busca a monetização dos ativos que a TIM detém como operadora de telefonia móvel através de parcerias estratégicas que criem valor para nossos clientes e para a própria empresa.

Este acordo não cria uma *joint venture* e, portanto, a TIM mantém a independência de suas operações. Por meio de um mecanismo de remuneração baseado em objetivos e a depender da evolução dos resultados da parceria, a TIM se tornará sócia minoritária da AESAPAR em uma nova empresa a ser criada como consequência da separação de ativos da plataforma Ampli ("Ampli Co"). A constituição e operação da Ampli Co será submetida pela AESAPAR às autoridades competentes, em especial ao Ministério da Educação (MEC).

A participação da TIM na Ampli Co pode atingir até 30% do seu capital e a subscrição das ações deverá ser previamente aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. No plano definido, há a expectativa de a Ampli Co buscar no futuro um IPO (*Initial Public Offering*).

TIM obtém direito ao exercício da 3ª e 4ª tranches de bônus de subscrição no Banco C6

Em julho de 2021, no âmbito da parceria estratégica ("Parceria") firmada com o Banco C6 S.A. ("C6" ou "Banco"), a TIM obteve o direito ao exercício da 3ª tranche do bônus de subscrição do capital social do C6, em decorrência do atingimento do 3º nível das metas acordadas, desta forma foram registrados no balanço da Companhia bônus equivalentes a aproximadamente 0,7% do capital do banco, totalizando de 3,6%.

Em outubro de 2021, a TIM obteve o direito ao *vesting* da 4ª tranche do bônus de Subscrição de participação indireta no capital social do C6, em decorrência do atingimento do 4º nível das metas acordadas no âmbito da parceria, o que significa o atingimento equivalente à participação indireta acumulada de aproximadamente 4,08% no capital social do C6.

TIM elege nova CFO/ DRI

Em agosto de 2021, a TIM anunciou a Sra. Camille Loyo Faria para às posições de Diretora Financeira (CFO) e de Diretora de Relações com Investidores (DRI). Camille chega à TIM com uma larga experiência em funções executivas no setor de telecomunicações e infraestrutura, com passagens por companhias da indústria. Em sua carreira ela acumula ainda atuações importantes na área de *Investment Banking* e no setor de energia.

Fechamento da transação entre a IHS e a I-Systems

No dia 16 de novembro de 2021, a TIM S.A. ("TIM") e a IHS Fiber Brasil ("IHS", após as autorizações regulatórias da ANATEL e do CADE, foi consumado o fechamento da transação com vistas à aquisição, pela IHS, de participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. ("FiberCo"), empresa constituída pela TIM para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura.

Como resultado do fechamento da Transação, a IHS Brasil passou a deter 51% do capital social da FiberCo, permanecendo os restantes 49% sob o controle da TIM.

A FiberCo começa sua operação com aproximadamente 15.000 km de fibra em rede secundária, cobrindo, aproximadamente, 6,4milhões de domicílios (*homes passed*), sendo 3,5 milhões em FTTH e 3,4 milhões em FTTC, que constituem a base inicial de ativos transferidos pela TIM. Os domicílios conectados (*homes connected*) são aproximadamente 700 mil sobre os quais a FiberCo fornecerá serviços de operação e manutenção a TIM. Além disso, foram transferidos a FiberCo cerca de 140 funcionários, e outros ativos e contratos, todos exclusivamente relacionados com o perímetro das suas atividades.

Com a conclusão da aquisição, a FiberCo passou a se chamar I-Systems, e inicia sua trajetória como um veículo de infraestrutura tendo como missão implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado, tendo a TIM como cliente âncora.

ANATEL concede anuência prévia para transferência de controle das atividades de telefonia móvel da Oi

Em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL– Agência Nacional de Telecomunicações, por unanimidade, concedeu anuência prévia à implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[15], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Transação").

A anuência prévia prevê determinados condicionantes em linha com uma transação dessa natureza, os quais visam principalmente garantir o acesso de prestadoras de pequeno porte às redes de abrangência nacional, manter compromissos vinculados às radiofrequências transferidas, estabelecer os parâmetros mínimos do plano de comunicação ligado à Transação e assegurar aos usuários certos direitos nas etapas de migração.

TIM elege novo Diretor Presidente (CEO)

Em 31 de janeiro de 2022, a o Conselho de administração da Companhia anunciou o Sr. Alberto Mario Griselli para substituir o Sr. Pietro Labriola nos cargos de CEO e membro do Conselho. O Sr. Griselli, que desde julho de 2019 ocupava o cargo de *Chief Revenue Officer* (CRO) da Companhia, é formado em Engenharia Eletrônica pela La Sapienza University em Roma e FMBA pela Columbia University. Com mais de 20 anos de experiência no setor de telecomunicações, ocupou cargos relevantes como vice-presidente para América Latina da TIMwe, fornecedora global de soluções de engajamento móvel para operadoras de telecomunicações, e *Managing Director* para América Latina da Value Partners, empresa de consultoria de gestão.

[15] Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).

CADE aprova a aquisição pela TIM da maior parte dos ativos da operação de telefonia móvel da Oi

Em 09 de fevereiro de 2022, o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, no âmbito do Ato de Concentração n° 08700.000726/2021-08, aprovou a implementação da operação societária referente à transferência integral do controle ("Transação") das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE") , que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel", "Vendedora"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Compradoras").

A aprovação prevê um conjunto de condicionantes, em sua maioria comportamentais, e que compunham uma proposta de Acordo em Controle de Concentração ("ACC") feita pelas Compradoras ao CADE. Esses condicionantes tem um caráter modular e podem ser utilizados por novos entrantes e operadoras de menor porte para reduzir barreiras de entrada e alavancar a exploração de diferentes modelos de negócios, sem afetar o objetivo primário da TIM de fortalecer sua infraestrutura, fechando a disparidade de capacidade espectral em relação a seus principais concorrentes. Desta maneira, a Companhia entende que foi atingido um equilíbrio entre criação de valor e mitigação das preocupações concorrenciais para o setor que o ACC endereça.

A efetiva conclusão da Transação, que definirá um equilíbrio de infraestrutura entre os três principais concorrentes do setor, ainda depende do cumprimento de determinadas etapas previstas no Contrato de Compra e Venda. Entretanto, uma vez ocorrida trará benefícios amplos, mantendo alto grau de rivalidade setorial e garantindo os investimentos necessários para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e o avanço digital do país.

10. Auditoria Independente – IN CVM nº 381

Em 2021, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou serviços de auditoria de nossas demonstrações financeiras e outros serviços não relacionados à auditoria, que estão relacionados à revisão do Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

Tais serviços não superaram o patamar de 5% do total dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. No entendimento dos auditores externos a prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados. Os auditores possuem processos internos para garantir que estes outros serviços sejam avaliados internamente, bem como pré-aprovados antes da apresentação de qualquer proposta à TIM.

A Companhia destaca ainda que está sujeita à uma política, aprovada pelo Conselho de Administração em 24/09/2021, que disciplina o processo de contratação dos auditores externos bem como de eventuais serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Controladora. Tal documento define ainda, um rol exemplificativo de serviços não relacionados à auditoria cuja contratação é vedada.

11. Mercado de Capitais

As ações ordinárias da TIM S.A. são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) sob o código TIMS3 e as ADRs, *American Depositary Receipts*, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, *New York Stock Exchange* (NYSE), sob o código TIMB.

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou 2021 em 104.822 pontos, acumulando uma queda de 11,92% quando comparado ao ano anterior, e valor de mercado de R$ 3,7 trilhões.

A Companhia encerrou 2021 com suas ações ordinárias cotadas a R$ 13,15 na B3, uma queda de 7,1% A/A, enquanto as ADRs, na NYSE, fecharam ao preço de U$ 11,64, redução de 13,5% A/A. Em valor de mercado, a TIM fechou o ano valorada em R$ 31,8 bilhões ou US$ 5,6 bilhões.

Considerações Finais

A TIM S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos seus clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incansavelmente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado. Os agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teriam sido atingidos os objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na gestão do negócio.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Ativo		49.819.186	41.654.417	41.654.417
Circulante		15.398.048	10.411.555	10.411.556
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.228.615	2.575.290	2.575.291
Títulos e valores mobiliários	5	4.568.020	2.070.438	2.070.438
Contas a receber de clientes	6	3.066.906	3.051.834	3.051.834
Estoques	7	202.553	246.602	246.602
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	354.620	374.015	374.015
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	1.311.906	1.421.112	1.421.112
Despesas antecipadas	11	275.148	149.796	149.796
Instrumentos financeiros derivativos	37	134.292	262.666	262.666
Arrendamentos	16	30.076	5.357	5.357
Outros valores a compensar	17	28.661	43.906	43.906
Outros ativos		197.251	210.539	210.539
Não Circulante		34.421.138	31.242.862	31.242.861
Realizável a longo prazo		3.925.956	4.115.088	4.115.088
Títulos e valores mobiliários	5	11.508	7.061	7.061
Contas a receber de clientes	6	186.301	128.827	128.827
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	905.312	856.786	856.786
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	730.455	1.277.127	1.277.127
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	536.888	550.646	550.646
Depósitos judiciais	12	718.773	794.755	794.755
Despesas antecipadas	11	83.139	73.598	73.598
Instrumentos financeiros derivativos	37	521.627	239.423	239.423
Arrendamentos	16	213.045	156.841	156.841
Outros ativos		18.908	30.024	30.024
Investimento	13	1.601.703	1	-
Imobilizado	14	18.308.400	18.100.698	18.100.698
Intangível	15	10.585.079	9.027.075	9.027.075

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		49.819.186	41.654.417	41.654.417
Total do Passivo		24.712.080	18.471.672	18.471.672
Circulante		10.611.482	8.301.956	8.301.956
Fornecedores	18	3.267.404	3.128.732	3.128.732
Empréstimos e financiamentos	20	538.450	1.689.385	1.689.385
Passivo de arrendamento	16	1.269.878	1.054.709	1.054.709
Instrumentos financeiros derivativos	37	194.837	7.273	7.273
Obrigações trabalhistas		303.239	272.635	272.635
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	1.418.682	935.778	935.778
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	245.113	296.299	296.299
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	533.580	538.576	538.576
Autorizações a pagar	19	2.630.169	102.507	102.507
Receitas diferidas	23	197.179	266.436	266.436
Outros passivos		12.951	9.626	9.626
Não Circulante		14.100.598	10.169.716	10.169.716
Empréstimos e financiamentos	20	3.307.015	655.647	655.647
Instrumentos financeiros derivativos	37	13.950	28.893	28.893
Passivo de arrendamento	16	7.793.661	7.324.126	7.324.126
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	3.273	3.102	3.102
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	13.227	212.444	212.444
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	960.881	886.947	886.947
Planos de pensão e outros benefícios pós emprego	38	6.492	7.346	7.346
Autorizações a pagar	19	1.250.918	232.940	232.940
Receitas diferidas	23	689.161	755.488	755.488
Outros passivos		62.020	62.783	62.783
Patrimônio Líquido	25	25.107.106	23.182.745	23.182.745
Capital social		13.477.891	13.477.891	13.477.891
Reservas de capital		401.806	397.183	397.183
Reservas de lucros		11.236.551	9.317.356	9.317.356
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.285)	(4.848)	(4.848)
Ações em tesouraria		(4.857)	(4.837)	(4.837)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos 01 de janeiro de 2021	13.477.891	397.183	1.036.194	6.499.602	1.781.560	(4.837)	(4.848)	-	23.182.745
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.957.174	2.957.174
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	563	-	563
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	563	2.957.174	2.957.737
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Plano de incentivo a longo prazo	-	4.623	-	-	-	-	-	-	4.623
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	(20)	-	-	(20)
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	-	-	139.021	-	-	-	-	(139.021)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(1.047.500)	(1.047.500)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	176.741	-	-	(176.741)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	1.593.912	-	-	-	(1.593.912)	-
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	9.521	-	-	-	-	9.521
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	4.623	139.021	1.603.433	176.741	(20)	-	(2.957.174)	(1.033.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.477.891	401.806	1.175.215	8.103.035	1.958.301	(4.857)	(4.285)	-	25.107.106

			Reservas de lucros						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	13.476.172	36.154	952.486	5.985.793	1.612.019	-	(3.817)	-	22.058.807
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.843.690	1.843.690
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido (nota 13)	-	-	-	-	-	-	(1.031)	-	(1.031)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.031)	1.843.690	1.842.659
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Incorporação de sociedade do Grupo TIM (Nota 1)	1.719	353.604		-	-	-	-	-	355.323
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	7.425	-	-	-	-	-	-	7.425
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	(4.837)	-	-	(4.837)
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal (nota 25)	-	-	83.708	-	-	-	-	(83.708)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-		(1.083.000)	(1.083.000)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	169.541	-	-	(169.541)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	507.441	-	-	-	(507.441)	-
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	6.368	-	-	-	-	6.368
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	1.719	361.029	83.708	513.809	169.541	(4.837)	-	(1.843.690)	(718.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.477.891	397.183	1.036.194	6.499.602	1.781.560	(4.837)	(4.848)	-	23.182.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Receitas			
Receita operacional bruta (nota 27)	25.357.429	24.346.101	24.346.101
Outras receitas (nota 29)	2.709.251	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	(544.642)	(552.817)	(552.817)
Descontos concedidos, devoluções e outros	(2.619.680)	(2.543.707)	(2.543.707)
	24.902.358	21.249.577	21.249.577
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(2.676.158)	(2.641.923)	(2.641.923)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.026.187)	(2.949.673)	(2.949.673)
	(7.702.345)	(5.591.596)	(5.591.596)
Retenções			
Depreciação e amortização	(5.691.696)	(5.527.012)	(5.527.012)
Valor adicionado líquido produzido	11.508.317	10.130.969	10.130.969
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	(11.572)	-	-
Receitas financeiras	1.612.676	796.406	796.406
	1.601.104	796.406	796.406
Valor adicionado total a distribuir	13.109.421	10.927.375	10.927.375
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	621.702	552.749	552.749
Benefícios	191.346	196.124	196.124
F.G.T.S	63.689	60.722	60.722
Outros	46.649	42.498	42.498
	923.386	852.093	852.093
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	2.113.953	1.906.223	1.906.223
Estaduais	3.773.000	3.791.380	3.791.380
Municipais	127.934	114.390	114.390
	6.014.887	5.811.993	5.811.993
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros	2.263.324	1.601.595	1.601.595
Aluguéis	941.503	813.175	813.175
	3.204.827	2.414.770	2.414.770
Outros			
Investimento social	9.147	4.829	4.829
	9.147	4.829	4.829
Remuneração de Capital Próprio			
Dividendos e JCP	1.047.500	1.083.000	1.083.000
Lucros retidos	1.909.674	760.690	760.690
	2.957.174	1.843.690	1.843.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Receita líquida	27	18.058.027	17.267.812	17.267.812
Custos de serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	(8.443.023)	(7.996.615)	(7.996.615)
Lucro bruto		9.615.004	9.271.197	9.271.197
Receitas (despesas) operacionais:				
Comercialização	28	(4.621.788)	(4.443.027)	(4.443.027)
Gerais e administrativas	28	(1.723.384)	(1.656.267)	(1.656.267)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(11.572)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	29	497.771	(356.986)	(356.986)
		(5.858.973)	(6.456.280)	(6.456.280)
Lucro antes de receitas e despesas financeiras		3.756.031	2.814.917	2.814.917
Receitas (despesas) financeiras:				
Receitas financeiras	30	1.091.748	432.287	432.287
Despesas financeiras	31	(1.745.213)	(1.232.781)	(1.232.781)
Variações cambiais, líquidas	32	659	(6.783)	(6.783)
		(652.806)	(807.277)	(807.277)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.103.225	2.007.640	2.007.640
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	33	(146.051)	(163.950)	(163.950)
Lucro líquido do exercício		2.957.174	1.843.690	1.843.690
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia				
(expresso em R$ por ação)				
Lucro básico por ação	34	1,22	0,76	0,76
Lucro diluído por ação	34	1,22	0,76	0,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	2.957.174	1.843.690	1.843.690
Outros componentes do resultado abrangente			
Item que não será reclassificado para o resultado:			
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	853	(1.562)	(1.562)
Tributos diferidos	(290)	531	531
Total do resultado abrangente do exercício	2.957.737	1.842.659	1.842.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.103.225	2.007.640	2.007.640
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	28	5.691.696	5.527.012	5.527.012
Resultado de equivalência patrimonial	13	11.572	-	-
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		51.913	(88.085)	(88.085)
Ganho na transação de venda 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)		(782.237)	-	-
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		1.486	(284)	(284)
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	278.789	333.724	333.724
Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos		(27.768)	131.253	131.253
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		119.864	166.057	166.057
Juros sobre passivo de arrendamento		858.259	910.691	910.691
Juros sobre arrendamentos		56	(10.698)	(10.698)
Provisão para perdas de crédito esperadas	28	544.642	552.817	552.817
Planos de incentivo a longo prazo	26	15.672	2.588	2.588
		9.867.169	9.532.715	9.532.715
Redução (aumento) dos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes		(583.346)	(390.087)	(390.087)
Impostos, taxas e contribuições a recuperar		664.397	1.260.949	1.260.949
Estoques		44.050	(43.325)	(43.325)
Despesas antecipadas		(134.893)	20.928	20.928
Depósitos judiciais		215.698	203.567	203.567
Outros ativos		41.610	(111.003)	(111.003)
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Obrigações trabalhistas		35.506	53.667	53.667
Fornecedores		153.357	(818.989)	(818.989)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		366.605	(320.674)	(320.674)
Autorizações a pagar		(8.604)	(10.871)	(10.871)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	24	(316.804)	(413.634)	(413.634)
Receitas diferidas		(135.583)	(87.188)	(87.188)
Outros passivos		(116.981)	(132.606)	(132.606)
Caixa gerado pelas operações		**10.092.181**	**8.743.449**	**8.743.449**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.094)	(69.578)	(69.578)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**10.078.087**	**8.673.871**	**8.673.871**
Atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários		(2.502.030)	(1.428.888)	(1.428.888)
Caixa proveniente da venda de 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)		1.096.294	-	-
Caixa proveniente da incorporação da TIM Participações		-	21.959	21.959
Integralização de Capital FiberCo (nota 1)		-	-	1
Adições ao imobilizado e intangível (i)		(5.283.707)	(3.891.306)	(3.891.306)
Recebimento de arrendamentos		47	4.879	4.879
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(6.689.396)**	**(5.293.356)**	**(5.293.355)**
Atividades de financiamentos				
Novos empréstimos		3.062.000	1.800.000	1.800.000
Amortização de empréstimos		(1.710.935)	(1.806.922)	(1.806.922)
Juros pagos – Empréstimos		(78.952)	(72.643)	(72.643)
Pagamento de passivo de arrendamento		(1.179.723)	(927.903)	(927.903)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento		(832.928)	(794.391)	(794.391)
Novos financiamentos licença 5G		843.020	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		216.197	(134.360)	(134.360)
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações		(11.069)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(1.042.976)	(1.153.054)	(1.153.054)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(735.366)**	**(3.089.273)**	**(3.089.273)**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		**2.653.325**	**291.242**	**291.243**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**2.575.290**	**2.284.048**	**2.284.048**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**5.228.615**	**2.575.290**	**2.575.291**

(i) Efeitos da aquisição 5G sem impacto no caixa, vide nota 40.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente
Pag. 14/56

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

Estrutura societária

A TIM S.A. ("TIM", "Companhia" e/ou "Empresa") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detinha 66,59% do capital social da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2021 (66,58% em 31 de dezembro de 2020).
A Companhia presta Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.
As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&F/Bovespa). Adicionalmente, a TIM S.A possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.
Em dezembro de 2020, o Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada no dia 10 de dezembro de 2020, a constituição de uma sociedade denominada FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda, como preparação para futura segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial.
No dia 5 de maio de 2021, a TIM S.A. informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no mesmo dia, foi aprovado um acordo entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. ("IHS"), com vistas a aquisição, pela IHS, da participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. ("FiberCo").
O processo de aquisição de participação societária da FiberCo, posteriormente denominada I–Systems, pela IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems.
O detalhamento da venda da participação societária da FiberCo, está descrito abaixo.

Reorganização Societária

Venda de 51% da I-Systems (antiga FiberCo) para IHS

Em 5 de maio de 2021, a Companhia publicou a decisão de seu Conselho de Administração sobre a alienação por parte da TIM de 51% do capital social da FiberCo em favor da IHS, permanecendo os restantes 49% sob o controle da Companhia quando do fechamento da operação (*closing*).
A FiberCo foi constituída pela Companhia para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura. A FiberCo nasce com a missão de implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado. Não obstante, os termos do acordo definem a TIM como principal cliente neste momento, tendo a prerrogativa de 6 meses de exclusividade após a entrada em novas áreas.
Em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A. registrou investimento em coligada no valor de R$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49%.
Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477.
De acordo com laudo de avaliação do acervo líquido formado pelos ativos e passivos o valor apurado de R$1.211.789 foi integralizado como capital social da I-Systems em 1º de novembro de 2021.
O processo de venda do percentual de 51% de participação societária da nova companhia, I-Systems, para IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Para a conclusão da venda, a IHS realizou uma integralização de capital R$582.498 (primária) na nova companhia (I-Systems) e o pagamento de R$1.096.294 (secundária) diretamente a TIM S.A., totalizando, desta forma R$1.678.792 pela aquisição de 51% de participação societária. O valor justo apurado por 100% da nova companhia foi de R$3.291.794.
No momento do *closing* a participação na investida foi registrada pelo valor justo conforme previsto pelo IFRS 10 (CPC36), sendo, posteriormente, conforme definido na norma IAS 28 (CPC18), avaliada pelo método da equivalência patrimonial.
Conforme previsto no IAS 28 (CPC18), a venda de investimento com perda de controle deve ser reconhecida pela baixa total de investimento e reconhecimento de parte do investimento da coligada pelo valor justo.
Os efeitos da transação estão detalhados abaixo:

Descrição	31/12/2021
Preço da transação	1.096.294
Registro investimento a *fair value*	1.612.957
Custo dos ativos	
Baixa do investimento	(1.211.472)
Baixa do ágio na aquisição Fiber RJ/Fiber SP	(1.051.477)
Baixa do imposto diferido sobre ágio amortizado fiscalmente	335.935
Ganho na transação	782.237
Imposto de renda e contribuição social	(509.245)
Ganho líquido na transação	272.992
Ganho antes de IR e CS na remensuração do investimento a valor justo	668.720
Ganho antes de IR e CS na alienação do ativo	113.517

Incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

Em 29 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a submissão à Assembleia Geral Extraordinária da proposta de incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.
A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada em 31 de agosto de 2020, e aprovou, por maioria dos votos, a incorporação da TIM Participações pela TIM S.A, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre as administrações das companhias em 29 de julho de 2020.
Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de agosto de 2020 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Participações, no montante de R$355.323.
Conforme previsto no Protocolo de Incorporação, as variações do patrimônio da TIM Participações entre a data do laudo (31 de março de 2020) e do ato societário de incorporação (31 de agosto de 2020), foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da incorporada. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Participações foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito. Esta transação não teve impacto econômico ou tributário e o ágio incorporado não será utilizado para fins de quaisquer compensações fiscais.
Esta reorganização societária, teve como objetivo proporcionar maior eficiência e simplificação da estrutura organizacional do Grupo TIM, tornando a estrutura de controles internos mais eficientes. Além disso, a reorganização societária proporciona uma otimização de carga tributária nas futuras distribuições de juros sobre capital próprio, e também, a integração de unidades administrativas e financeiras, permitindo, a concentração e redução dos custos operacionais e outras despesas administrativas com serviços profissionais. Como resultado desta operação, não houve qualquer impacto para os acionistas controladores e não controladores.
Após a Incorporação, a TIM S.A., passou a ser a ser negociada com os códigos TIMS3 na B3 e TIMB na NYSE.
Para fins de apresentação do saldo comparativo, as informações patrimoniais e financeiras da TIM S.A. permanecem inalteradas atendendo o conceito de entidade legal para a apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
O acervo líquido contábil na data de incorporação, em 01 de setembro de 2020, está sumariado a seguir:

	01/09/20		01/09/20
Ativo		**Passivo**	
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	21.959	Impostos, taxas e contribuições a recolher	368
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	28.515	Outros passivos	10.708
Outros ativos	166	Total do passivo circulante	11.076
Total do ativo circulante	50.640	**Não circulante**	
Não circulante		Provisão para processos judiciais e administrativos	36.850
Depósitos judiciais	72.346	Outros passivos	29.752
Outros ativos	1.254	Total do passivo não circulante	66.602
		Patrimônio Líquido	
Ágio[(1)]	308.761	Capital social	1.719
Total do ativo não circulante	382.361	Reservas	353.604
		Total do patrimônio líquido	355.323
Total do ativo	433.001	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	433.001

[(1)] O Ágio incorporado possui a seguinte composição:

Ágio rentabilidade futura	367.571
Mais valia de passivos (provisão para processos judiciais) em combinação de negócios	(89.106)
Imposto de renda diferido sobre mais valia	30.296
	308.761

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.
a. Critérios gerais de elaboração e divulgação
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.
Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no longo prazo.
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.
b. Moeda funcional e moeda de apresentação
A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R$), que também é a moeda funcional da Companhia.
Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.
c. Informações por segmentos
Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.
O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.
A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que a partir da reorganização societária mencionada na Nota 1, todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas exclusivamente na TIM S.A. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.
d. Procedimentos de consolidação
Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.
É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.
As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.
Os saldos consolidados comparativos para dezembro de 2021 não foram apresentados, uma vez que a subsidiária I-Systems (antiga Fiber Co) foi constituída em dezembro de 2020 e conforme descrito na nota 1, teve 51% de participação acionária alienada à IHS, quanto a TIM S.A. passou a deter participação minoritária não controladora de 49%. Nesse momento a TIM S.A. passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.
e. Aprovação das demonstrações financeiras
As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2022.
f. Novas normas, alterações e interpretações de normas
As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB*), estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

• **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.**
As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:
• Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado;
• Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado;
• Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.
Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.
O grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.
• **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.**
As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.
A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.
As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB*), mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
• **CPC 11 - Contratos de seguro**
Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:
• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.
Essa norma não se aplica a Companhia.
• **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante**
Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:
• O que significa um direito de postergar a liquidação;
• Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
• Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
• Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.
Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.
• **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis**
Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.
As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.
Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros do Grupo.
• **Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2: Divulgação de políticas contábeis**
Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.
As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.
O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Impactos COVID - 19

Desde março de 2020 foi decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde devido ao surto do Coronavirus 2019 (COVID-19), os principais impactos e primeiros casos foram contabilizados no Brasil e no mundo também do primeiro trimestre de 2020.
O surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e se prolonga até 2021 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram muito a atividade econômica, incluindo alguns impactos nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa das Companhias no Brasil. Ao longo de 2020, foi decretado o l*ockdown* em vários estados do Brasil que durou de março a junho de 2020.
No ano de 2020, a Companhia apresentou uma infraestrutura robusta sendo parte de um segmento extremamente importante neste período de crise, essencial para a população, governo e sistema de saúde. Após análise interna, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia não é altamente alavancada e ainda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa do volume de caixa.
Em 2021, houve o agravamento da crise com aumento do número de casos, consequentemente, a necessidade de novas medidas de restrição, dentre elas o fechamento do comercio impactando o funcionamento das lojas novamente, mas as restrições tiveram uma duração menor comparada a 2020, reduzindo o impacto do fechamento das lojas. Essas restrições foram implementadas principalmente no mês de março em diferentes cidades do Brasil.
Em setembro de 2021, o país apresentou uma evolução significativa nos níveis de vacinação, com redução da taxa de transmissão e número de casos, com isso houve uma leve melhora nas atividades econômicas. Até o momento, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações.
Estamos no 2º ano de pandemia e sem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das demonstrações financeiras.
Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.
(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros e investimentos em coligadas
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.
Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.
Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15) e seus ativos tangíveis e intangíveis.
Os investimentos líquidos em coligadas são avaliados após a aplicação do método de equivalência patrimonial para determinar se há qualquer evidencia objetiva de não recuperabilidade. O valor recuperável de um investimento em coligada deve ser determinado para cada investimento, a menos que a coligada não gere entradas de caixa de forma contínua que sejam em grande parte independentes daquelas geradas por outros ativos da entidade. O investimento em coligada foi avaliado conforme descrito na nota 13.
(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)
O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).
(c) Provisão para processos judiciais e administrativos
Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).
(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).
(e) Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenues"
Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).
(f) Arrendamentos
A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 16), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 01/01/2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.
A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.
A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Caixa e bancos	99.821	100.008	100.009
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:			
CDB/Compromissadas	5.128.794	2.475.282	2.475.282
	5.228.615	2.575.290	2.575.291

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.
A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB's e Operações Compromissadas é de 101,57% (101,24% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.
Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
FUNCINE [(i)]	11.508	7.061
Fundo Soberano [(ii)]	9.624	5.220
FIC: [(iii)]		
Títulos Públicos [(iv)]	2.975.613	1.345.797
CDB [(v)]	40.496	17.370
Letra Financeira [(vi)]	703.118	292.500
Outros [(vii)]	839.169	409.551
	4.579.528	2.077.499
Parcela circulante	(4.568.020)	(2.070.438)
Parcela não circulante	11.508	7.061

(i) A partir de dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média em 2021 é negativa em 0,06% a.a. (negativa em 3,34% a.a. em 31 de dezembro de 2020).
(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2021 é de 95,13% (87,71% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
(iii) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2021 dos FIC's foi de 122,76% (112,72% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
(iv) Títulos públicos são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.
(v) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco e com taxas predeterminadas.
(vi) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo.
(vii) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

6. Contas a receber de clientes

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços *("unbilled")*. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada ("*impairment*").
A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.
O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.
A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,19% (0,22% em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Contas a receber de clientes	3.253.207	3.180.661
Contas a receber bruta	4.000.026	3.831.921
Serviços faturados	2.107.682	2.039.403
Serviços a faturar *("unbilled")*	849.762	817.669
Uso de rede	504.333	399.083
Venda de mercadorias	521.362	552.962
Ativo contratual (nota 23)	15.340	14.914
Outras contas a receber	1.547	7.890
Perdas por crédito de liquidação esperada	(746.819)	(651.260)
Parcela circulante	(3.066.906)	(3.051.834)
Parcela não circulante	186.301	128.827

A movimentação da provisão para perda por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	651.260	774.077
Constituição de provisão	544.642	552.817
Baixas de Provisão	(449.083)	(675.634)
Saldo Final	746.819	651.260

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	2021	2020
Total	4.000.026	3.831.921
A vencer	2.895.999	2.785.469
Vencidos até 30 dias	246.195	248.955
Vencidos até 60 dias	100.027	84.218
Vencidos até 90 dias	77.280	71.635
Vencidos a mais de 90 dias	680.525	641.644

7. Estoques

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	2021	2020
Estoques	202.553	246.602
Estoques	214.605	257.477
Aparelhos celulares e tablets	140.934	186.961
Acessórios e cartões pré-pagos	53.791	55.558
TIM chips	19.880	14.958
Perdas para ajuste ao valor de realização	(12.052)	(10.875)

8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	1.259.932	1.230.801
ICMS	1.216.912	1.188.018
Outros	43.020	42.783
Parcela circulante	(354.620)	(374.015)
Parcela não circulante	905.312	856.786

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:
(i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).
(ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips, tablets e modems* comercializados pela TIM.
(iii) por créditos de ICMS decorrentes do trânsito em julgado favorável, em maio de 2021, em uma ação de repetição de indébito referente a serviços de telefonia pré-paga em Santa Catarina, no montante de R$ 52 milhões.

9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	2.042.361	2.698.239
Imposto de renda e contribuição social (i)	807.096	381.905
PIS / COFINS (ii)	1.164.772	2.253.545
Outros	70.493	62.789
Parcela circulante	(1.311.906)	(1.421.112)
Parcela não circulante	730.455	1.277.127

(i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados a outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.
Em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pender de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 547 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.
(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporadas em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. De acordo com a avaliação interna da Companhia, esperamos utilizar tais créditos até o 2º trimestre do ano de 2022.
Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda.), na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza, discute este tema judicialmente desde 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação. O valor total registrado em 2019 referente a esses créditos foi de R$3.023 milhões, sendo R$1.795 milhões de principal e R$1.228 milhões de atualizações monetária.
Os valores contabilizados são atualizados mensalmente pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), disponibilizada no site da Receita Federal do Brasil.
Em 2020, a TIM efetuou declarações de compensação com créditos oriundos do processo de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, para pagamentos de tributos federais, no valor total de R$ 1.516 milhões. Já no ano de 2021, foram efetuadas compensações no total de R$ 957 milhões com os referidos créditos de PIS e COFINS.
Em maio de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou a discussão quanto ao direito creditório das empresas, definindo em sede de julgamento de Embargos de Declaração, que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral (Tema 69), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 574706.
Considerando que os ministros ratificaram que o ICMS que não se inclui na base de cálculo do PIS/COFINS é o destacado na nota fiscal, confirmamos que os procedimentos adotados pela TIM S.A., quando da habilitação dos créditos de PIS/COFINS, estão adequados.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.
Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.
Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.
Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	219.876	475.128
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	330.627	303.948
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	257.529	224.459
Ajuste a valor presente – licença 3G	3.298	5.240
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	32.377	29.971
Provisão para participação nos lucros dos empregados	40.177	36.915
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	437.950	258.246
Ágio amortizado – TIM Fiber (ii)	(34.560)	(370.494)
Instrumentos financeiros derivativos	(143.948)	(154.718)
Juros capitalizados 4G	(233.433)	(262.608)
Custo atribuído – TIM S.A.	(42.617)	(53.792)
Ajustes sobre contratos de *leasing*	369.521	303.833
Depreciação acelerada (iii)	(466.863)	(266.464)
Ajuste ao valor justo I–Systems (antiga FiberCo) (iv)	(249.477)	-
Outros	16.431	20.982
	536.888	550.646
Parcela imposto ativo diferido	536.888	550.646

(i) Representada principalmente pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020 e 2021. O TFF relativo aos exercícios de 2020 e 2021 tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 21.
(ii) Representado pelo ágio na combinação de negócios das empresas TIM Fiber RJ e SP adquiridas pela TIM em 2012, realizado parcialmente em novembro de 2021 após a conclusão dessa transação.
(iii) A partir do 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R$ 467 milhões até 31 de dezembro de 2021 (R$ 266,5 milhões até 31 de dezembro de 2020) e foi aplicado a partir de 1 de janeiro de 2020.
(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda descrita na nota 1 ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2021.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente
Pag. 15/56

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Prejuízos Fiscais e Base Negativa
2022	103.847
2023	79.581
2024	36.448
2025 em diante	-
Total	219.876

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.
A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R$255.252 ao longo deste ano até 31 de dezembro de 2021 (R$325.583 em 31 de dezembro de 2020, incluindo prejuízos fiscais).

► 11. Despesas antecipadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
	358.287	223.394
Propagandas não veiculadas (i)	86.154	1.679
Aluguéis e seguros	67.034	69.208
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (ii)	153.988	125.114
Serviços de TI (iii)	28.626	10.535
Outros	22.485	16.858
Parcela circulante	(275.148)	(149.796)
Parcela não circulante	83.139	73.598

(i) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.
(ii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/ CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.
(iii) Representam os pagamentos antecipados de despesas de serviços de TI para rede migração das informações para nuvem *"cloud"*.

► 12. Depósitos judiciais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	2021	2020
	718.773	794.755
Cível	285.583	315.312
Trabalhista	128.607	149.390
Tributário	178.914	181.670
Regulatório	111	111
Penhora Online (i)	125.558	148.272

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.
Cível
Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.
Existem alguns processos com matérias diferenciadas, como por exemplo caso em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em Juízo em discussão é de R$72.533 (R$ 70.560 em 31 de dezembro de 2020).
Trabalhista
Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.
Tributário
A Companhia possui depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:
(a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 34.289 (R$ 34.544 em 31 de dezembro de 2020).
(b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.073 (R$ 8.862 em 31 de dezembro de 2020).
(c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$20.022 (R$ 18.883 em 31 de dezembro de 2020).
(d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$11.254 (R$ 11.317 em 31 de dezembro de 2020).
(e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$8.048 (R$ 7.843 em 31 de dezembro de 2020).
(f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$3.478 (R$ 3.329 em 31 de dezembro de 2020).
(g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$3.582 (R$ 3.514 em 31 de dezembro de 2020).
(h) Depósito realizado pela TIM S.A – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 61.752 (R$ 58.664 em 31 de dezembro de 2020).
(i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.960 (R$ 14.505 em 31 de dezembro de 2020).
(j) CSLL – Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa, assim como cobrança referente a compensação BC Negativa / Prejuízo Fiscal sucedida. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.730 (R$ 9.739 em 31 de dezembro de 2020).

► 13. Investimento

A participação societária em coligada ou controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
O Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada em 10 de dezembro de 2020, a constituição da FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. ("FiberCo"), uma sociedade limitada, como preparação para uma possível (ou eventual) segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial. A empresa foi constituída em 16 de dezembro de 2020 e transformada em S.A. em maio de 2021.
Tal processo foi uma das etapas intermediárias da transformação da TIM na prestação dos serviços de banda larga, e objetivava a criação de um veículo aberto de infraestrutura de fibra ótica ("FiberCo") com a captação de um parceiro estratégico que se tornará sócio da FiberCo. A FiberCo atua no mercado de atacado podendo prover serviços de conectividade em fibra, de última milha e de transporte, para as operadoras do mercado, contando com a TIM como cliente (vide nota 1).
Conforme mencionado na nota 1, em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e criação da I-Systems (antes denominada FiberCo) com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A., avaliou a transação como perda de controle e parou de consolidar, registrando o investimento em coligada no valor de R$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49% (R$ 1.601.703 em 31 de dezembro de 2021).
A TIM S.A. tem 49% (100% em 31 de dezembro de 2020) de participação no capital social da I-Systems (antiga FiberCo).
Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* no investimento líquido registrado.
a) Participação em empresa controlada
Em 31 de dezembro de 2020, a TIM S.A. detinha 100% de controle sobre a Fiber Co (atual I-Systems).

	2021 Fiber Co (atual I-Systems)	2020 Fiber Co (atual I-Systems)
Quantidade de quotas/ações detidas	1.000	1.000
Participação no capital total	100%	100%
Patrimônio líquido em 31/10/2021	(318)	1
Prejuízo líquido de janeiro a outubro/21	(318)	-
Resultado de equivalência patrimonial até 31 de outubro de 2021	(318)	-
Valor do investimento em 31 de dezembro	-	1

Mutação do investimento em empresas controladas:

	FiberCo (atual I-Systems) (controlada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	1
Resultado de equivalência patrimonial até out/21	(318)
Aumento de capital	1.211.789
Baixa do investimento	(1.211.472)
Saldo do investimento em 16 novembro 2021	-

b) Participação em empresa coligada
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tem em sua estrutura societária empresas controladas. Em novembro de 2021, a TIM S.A. passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

	2021 I-Systems
Quantidade de ações detidas	1.794.287.995
Participação no capital total	49%
Patrimônio líquido	1.794.288
Prejuízo líquido do exercício	(22.968)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.254)
Valor do investimento	1.601.703

Mutação do investimento em empresas coligadas:

	I-Systems (coligada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	-
Reavaliação da participação minoritária a valor justo	1.612.957
Resultado de equivalência patrimonial nov/21 e dez/21	(11.254)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2021	1.601.703

► 14. Imobilizado

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.
Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.
Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.
• Movimentação do imobilizado

	Saldo em dez/20	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em dez/21
Total do Custo do Imobilizado Bruto	47.429.167	5.572.362	(3.841.851)	-	49.159.678
Equipamentos de comutação / transmissão	25.875.916	26.905	(2.920.511)	2.872.144	25.854.454
Cabos de fibra ótica	878.100	-	(125.366)	25.778	778.512
Aparelhos em comodato	2.643.336	805	(13.495)	175.808	2.806.454
Infraestrutura	6.436.572	-	(511.635)	518.348	6.443.285
Bens de informática	1.770.386	-	(46.584)	32.538	1.756.340
Bens de uso geral	902.287	-	(43.401)	57.959	916.845
Direito de uso em arrendamentos	8.367.895	1.591.307	(179.875)	-	9.779.327
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(984)	(3.682.575)	783.667
Total Depreciação Acumulada	(29.328.469)	(3.951.760)	2.428.951	-	(30.851.278)
Equipamentos de comutação / transmissão	(18.130.526)	(1.983.589)	1.926.121	-	(18.187.994)
Cabos de fibra ótica	(482.613)	(65.669)	26.077	-	(522.205)
Aparelhos em comodato	(2.398.217)	(145.661)	9.187	-	(2.534.691)
Infraestrutura	(4.018.854)	(408.540)	384.239	-	(4.043.155)
Bens de informática	(1.617.970)	(58.209)	46.449	-	(1.629.730)
Bens de uso geral	(637.903)	(48.204)	36.878	-	(649.229)
Direito de uso em arrendamentos	(2.042.386)	(1.241.888)	-	-	(3.284.274)
Total Imobilizado líquido	18.100.698	1.620.602	(1.412.900)	-	18.308.400
Equipamentos de comutação / transmissão	7.745.390	(1.956.684)	(994.390)	2.872.144	7.666.460
Cabos de fibra ótica	395.487	(65.669)	(99.289)	25.778	256.307
Aparelhos em comodato	245.119	(144.856)	(4.308)	175.808	271.763
Infraestrutura	2.417.718	(408.540)	(127.396)	518.348	2.400.130
Bens de informática	152.416	(58.209)	(135)	32.538	126.610
Bens de uso geral	264.384	(48.204)	(6.523)	57.959	267.616
Direito de uso em arrendamentos	6.325.509	349.419	(179.875)	-	6.495.053
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(984)	(3.682.575)	783.667

(i) As baixas líquidas são representadas principalmente por:
. R$1.218.340 de baixa de ativo imobilizado, o qual compõe parte do saldo de R$1.211.789 de ativos líquidos que foi integralizado como capital social da I-Systems (antiga FiberCo) em 01 de novembro de 2021, conforme descrito na nota 1.
. R$179.875 em direitos de uso em arrendamentos em função de remensuração de contratos, incluindo alterações de vigência e escopo de aluguéis.

	Saldo em dez/19	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em dez/20
Total do Custo do Imobilizado Bruto	43.358.751	4.687.207	(616.791)	-	47.429.167
Equipamentos de comutação / transmissão	22.817.681	10.464	(174.249)	3.222.020	25.875.916
Cabos de fibra ótica	813.589	-	-	64.511	878.100
Aparelhos em comodato	2.489.995	912	(7.140)	159.569	2.643.336
Infraestrutura	6.096.847	92.234	(8.063)	255.554	6.436.572
Bens de informática	1.721.251	1	(9.996)	59.130	1.770.386
Bens de uso geral	859.505	1	(1.544)	44.325	902.287
Direito de uso em arrendamentos	6.933.416	1.849.539	(415.060)	-	8.367.895
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.056	(739)	(3.805.109)	513.881
Total Depreciação Acumulada	(25.746.587)	(3.767.678)	185.796	-	(29.328.469)
Equipamentos de comutação / transmissão	(16.389.213)	(1.906.480)	165.167	-	(18.130.526)
Cabos de fibra ótica	(410.567)	(72.046)	-	-	(482.613)
Aparelhos em comodato	(2.256.863)	(143.309)	1.955	-	(2.398.217)
Infraestrutura	(3.593.833)	(432.549)	7.528	-	(4.018.854)
Bens de informática	(1.565.309)	(62.649)	9.988	-	(1.617.970)
Bens de uso geral	(590.658)	(48.403)	1.158	-	(637.903)
Direito de uso em arrendamentos	(940.144)	(1.102.242)	-	-	(2.042.386)
Total Imobilizado líquido	17.612.164	919.529	(430.995)	-	18.100.698
Equipamentos de comutação / transmissão	6.428.468	(1.896.016)	(9.082)	3.222.020	7.745.390
Cabos de fibra ótica	403.022	(72.046)	-	64.511	395.487
Aparelhos em comodato	233.132	(142.397)	(5.185)	159.569	245.119
Infraestrutura	2.503.014	(340.315)	(535)	255.554	2.417.718
Bens de informática	155.942	(62.648)	(8)	59.130	152.416
Bens de uso geral	268.847	(48.402)	(386)	44.325	264.384
Direito de uso em arrendamentos	5.993.272	747.297	(415.060)	-	6.325.509
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.056	(739)	(3.805.109)	513.881

(i) O valor de R$415.060 é representado por remensuração de contratos e inclui alterações de vigência e escopo de aluguéis e também revisão de estimativa em relação a contratos de baixo valor veículos.
As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.
Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.019.900	400.262	1.500.909	1.404.438	6.325.509
Adições	630.805	295.874	237.150	427.478	1.591.307
Remensuração	(83.606)	(45.312)	(23.772)	(27.185)	(179.875)
Depreciação	(518.590)	(109.512)	(210.054)	(403.732)	(1.241.888)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.048.509	541.312	1.504.233	1.400.999	6.495.053
Vida útil - %	7,86%	9,70%	9,47%	3,24%	

• Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2021, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

► 15. Intangível

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.
Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.
Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, tivemos a capitalização de encargos da licença 4G de 700MHz entre 2014 e 2019 e atualmente temos a capitalização de encargos na aquisição da licença 5G para radiofrequência não prontamente disponível e outras obrigações relacionadas a tal radiofrequência. Essa capitalização ocorre até que o ativo seja considerado disponível para uso pela Administração, e a partir desta data, encerra-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.
Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue.

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em dez/20	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/21
Total Custo do Intangível Bruto	31.444.050	4.352.331	(1.165.840)	-	34.630.541
Direito de uso de softwares	19.117.515	-	(112.626)	906.115	19.911.004
Autorizações	9.931.248	50.408	(1.737)	1.171.578	11.151.497
Ágio (i)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	177.866	-	-	8.355	186.221
Outros ativos	329.626	-	-	3.490	333.116
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.572.960
Total Amortização Acumulada	(22.416.975)	(1.739.937)	111.450	-	(24.045.462)
Direito de uso de softwares	(16.378.487)	(1.164.210)	110.679	-	(17.432.018)
Autorizações	(5.816.241)	(542.196)	771	-	(6.357.666)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(67.966)	(8.731)	-	-	(76.697)
Outros ativos	(154.281)	(24.800)	-		(179.081)
Total Intangível Líquido	9.027.075	2.612.394	(1.054.390)	-	10.585.079
Direito de uso de softwares (c)	2.739.028	(1.164.210)	(1.947)	906.115	2.478.986
Autorizações (f)	4.115.007	(491.788)	(966)	1.171.578	4.793.831
Ágio (d)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.900	(8.731)	-	8.355	109.524
Outros ativos	175.345	(24.800)	-	3.490	154.035
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.572.960

(i) Inclui a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477.

	Saldo em dez/19	Saldo Companhia incorporada	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/20
Total Custo do Intangível Bruto	29.861.788	367.571	1.215.636	(945)	-	31.444.050
Direito de uso de softwares	18.184.382	-	-	(939)	934.072	19.117.515
Autorizações	9.811.794	-	32.105	(6)	87.355	9.931.248
Ágio	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	169.327	-	8.539	-	-	177.866
Outros ativos	327.360	-	-	-	2.266	329.626
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.276	-	1.174.992	-	(1.023.693)	360.575
Total Amortização Acumulada	(20.561.032)	-	(1.856.917)	974	-	(22.416.975)
Direito de uso de softwares	(15.093.166)	-	(1.286.295)	974	-	(16.378.487)
Autorizações	(5.278.413)	-	(537.828)	-	-	(5.816.241)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(60.204)	-	(7.762)	-	-	(67.966)
Outros ativos	(129.249)	-	(25.032)	-		(154.281)
Total Intangível Líquido	9.300.756	367.571	(641.281)	29	-	9.027.075
Direito de uso de softwares (c)	3.091.216	-	(1.286.295)	35	934.072	2.739.028
Autorizações (f)	4.533.381	-	(505.723)	(6)	87.355	4.115.007
Ágio (d)	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.123	-	777	-	-	109.900
Outros ativos	198.111	-	(25.032)	-	2.266	175.345
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.276	-	1.174.992	-	(1.023.693)	360.575

Os ativos intangíveis em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Inclui os valores de aquisição da Licença 5G, conforme nota 15.f.
(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de *softwares*	20
Autorizações	5 a 50
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software
Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.
Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.
(d) Ágios registrados em anos anteriores
A Companhia possui o seguinte ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:
Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – "TIM Fiber SP") e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – "TIM Fiber RJ"). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente. TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R$ 1.159.649.
Em novembro de 2021, a Companhia concluiu o *drop-down* de ativos líquidos relacionados ao negócio de banda larga residencial relativos à infraestrutura de rede secundária para a controlada integral FiberCo e realizou a alienação de 51% de participação societária da FiberCo, atualmente denominada I-Systems, em favor da IHS. Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems. Consequentemente, com o fechamento deste negócio em novembro de 2021, o ágio inicialmente registrado na aquisição das empresas Fiber RJ e Fiber SP foi reduzido para R$108.171. Este é o saldo registrado em 31 de dezembro de 2021.
Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A, a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:
Ágio aquisição da "Intelig" pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente "Intelig") em dezembro de 2009 no montante de R$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.
Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R$157.556.
Teste de *impairment*
Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM.
A metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* acima mencionados está sumarizada a seguir:
A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, portanto abrange o grupo consolidado. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia. Importante ressaltar que os resultados do grupo são representados essencialmente pela TIM S.A. Deste modo, os resultados da TIM S.A. são o principal gerador de caixa do Grupo TIM, visto que a única empresa operacional atuante no Brasil é a TIM S.A, e por essa razão a Companhia representa uma única unidade geradora de caixa para fins de teste de *impairment* de ativos de vida útil indefinida de acordo com IAS 36 / CPC01.
Em 31 de dezembro de 2021 o teste de *impairment* foi realizado comparando o *carrying amount* com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01.
Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.
O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
Seus títulos são negociados na BOVESPA com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.
A mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso. Os efeitos da TIM Participações holding (incorporada pela TIM S.A) sobre o valor de *carrying amount* em 2021 eram irrelevantes e também seus efeitos sobre o resultado do Grupo Consolidado. Portanto, os cálculos realizados a nível consolidado contemplam essencialmente os resultados e saldos contábeis da TIM S.A., assim a Administração da Companhia conclui que a utilização da metodologia do valor justo menos custos de vendas é adequada para conclusão da não existência de constituir provisão para *impairment* uma vez que o valor justo menos o custo de venda é superior que o total *carrying amount* da unidade geradora de caixa.
(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas
A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 como arrendamentos mercantis financeiros.
Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).
(f) Autorizações
Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHZ adquirida, que totalizaram R$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R$ 1.199 milhões foi reduzido em R$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 a 2019.
Em 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências da telefonia móvel de 5ª Geração ("5G"). Em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R$2.680 milhões.
Para o cumprimento das obrigações adicionais, é previsto, conforme edital, que haja a constituição de entidades administradoras, as quais são destinadas somente a cumprir com os compromissos previstos no Leilão. As empresas vencedoras do Leilão têm a obrigação de desembolsar somente os valores previstos em edital para que tais entidades cumpram com as obrigações definidas. Há obrigações adicionais previstas relacionadas a radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa ("EAF"), e relacionadas a radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE").
As radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontram-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro em "Autorizações" dos valores relativos às licenças (R$614 milhões) e as obrigações relacionadas a licença 26GHz, que serão cumpridas por meio da EACE (R$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R$633 milhões), previstos no Edital, ocorrerão em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tem correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente ("AVP") no reconhecimento inicial (R$83 milhões).
Já a radiofrequência 3,5GHz não está prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, encontra-se registrado em bens em andamento (R$270 milhões). Desta forma, as obrigações relacionadas a esta atividade, a serem realizadas pela EAF (R$2.104 milhões) também estão registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, previstos no Edital, ocorrerão em 2 parcelas ao longo do ano de 2022, e têm correção monetária pelo IGP-DI.
Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadra-se a radiofrequência de 3,5GHz. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou em ativo intangível 1 milhão de juros Selic incorridos sobre a radiofrequência 3,5GHz e 19 milhões referente a correção monetária dos valores devidos à EAF. Estes saldos estão registrados em bens em andamento.
Desta forma o efeito total no ativo intangível da Companhia em 2021 referente às radiofrequências 5G e obrigações relacionadas foi de R$3.584 milhões, sendo R$2.394 em bens em andamento e R$1.190 milhões em Autorizações.

► 16. Arrendamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.
Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.
Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.
Ativo

	2021	2020
LT Amazonas	166.944	162.198
Subleasing lojas – IFRS16	76.177	-
	243.121	162.198
Parcela circulante	(30.076)	(5.357)
Parcela não circulante	213.045	156.841

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
	55.939	167.320	176.895	400.154	243.121
LT Amazonas (i)	26.124	106.491	176.895	309.510	166.944
Subleasing lojas – IFRS16 (ii)	29.815	60.829	-	90.644	76.177

(i) LT Amazonas
Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.
(ii) *Subleasing* Lojas - IFRS16
A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de "lojas revenda". O impacto no leasing passivo está refletido no grupo "Arrendamentos - Lojas & Quiosques".
Passivo

	2021	2020
LT Amazonas (i)	302.091	290.385
Venda de Torres (*leaseback*) (ii)	1.507.629	1.256.410
Outros (iv)	142.458	115.027
Sub-total	1.952.178	1.661.822
Outros arrendamentos (iii):		
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede	3.345.930	3.252.463
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	653.422	434.990
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	1.657.345	1.606.567
Arrendamentos – Fibra	1.454.664	1.422.993
Sub-total *leasing* IFRS16 / CPC 06 (R2)	7.111.361	6.717.013
Total	9.063.539	8.378.835
Parcela circulante	(1.269.878)	(1.054.709)
Parcela não circulante	7.793.661	7.324.126

O montante de juros pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) é de R$ 599.296 (R$ 567.261 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).
A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 37.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total - Passivo de arrendamento	2.139.718	6.431.022	5.898.599	14.469.339	9.063.539
LT Amazonas (i)	57.349	202.271	336.138	595.758	302.091
Venda e *leaseback* das Torres (ii)	245.800	992.299	2.135.989	3.374.088	1.507.629
Outros (iv)	28.348	112.493	142.458	283.299	142.458
Total Outros arrendamentos (iii)	1.808.221	5.123.959	3.284.014	10.216.194	7.111.361
Arrendamentos – Infraestrutura de rede	752.818	2.450.689	1.735.619	4.939.126	3.345.930
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	183.468	440.996	356.198	980.662	653.422
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	340.099	1.135.266	1.192.197	2.667.562	1.657.345
Arrendamentos – Fibra	531.836	1.097.008	-	1.628.844	1.454.664

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente
Pag. 16/56

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

i) LT Amazonas
A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.
A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.
ii) Venda e *leaseback* das Torres
A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.
No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R$ 2.651.247, sendo o montante de R$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 23).
As taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo.
(iii) Outros arrendamentos:
Além dos contratos de arrendamentos citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).
O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2021 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 8,94% (9,06% em 2020).
(iv) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão.
Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 36.310 (R$ 28.523 em 31 de dezembro de 2020).

17. Outros valores a compensar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel.
Em 31 de dezembro de 2021, esse crédito é de R$28.661 (R$43.906 em 31 de dezembro de 2020).

18. Fornecedores

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	2021	2020
	3.267.404	3.128.732
Moeda nacional	3.063.458	2.932.486
Fornecedores de materiais e serviços (i)	2.966.897	2.839.547
Interconexão (ii)	65.464	64.066
Roaming (iii)	212	212
Co-billing (iv)	30.885	28.661
Moeda estrangeira	203.946	196.246
Fornecedores de materiais e serviços (i)	153.082	148.888
Roaming (iii)	50.864	47.358
Parcela Circulante	3.267.404	3.128.732

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.
(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
(vi) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

19. Autorizações a pagar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Renovação de autorizações (i)	191.329	188.498
Dívida ANATEL atualizada (ii)	164.269	146.949
Autorizações a pagar (iii)	3.525.489	-
	3.881.087	335.447
Parcela circulante	(2.630.169)	(102.507)
Parcela não circulante	1.250.918	232.940

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações no montante de R$ 191.329 (R$ 188.498 em 31 de dezembro de 2020).
(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.
Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R$ 61 milhões (R$ 164 milhões em 31 de dezembro de 2021) o qual ainda está pendente de julgamento.
(iii) Conforme descrito na nota 15.f, em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização, o que caracteriza a efetiva aquisição do direito sobre os lotes destas radiofrequências.
Para os valores relativos às radiofrequências (R$884 milhões no registro inicial), há incidência de juros Selic, e a Companhia realizará pagamentos anuais pelo período de 20 anos. Já para os valores relacionados as obrigações de desembolsos com as entidades EAF e EACE (R$2.737 milhões no registro inicial, sendo R$2.654 milhões líquidos de AVP) há correção monetária por IGP-DI, e os desembolsos ocorrerão entre 2022 e 2024. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto é de 3.525 milhões.
As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2023	406.371
2024	141.151
2025	46.535
2026	46.535
2027	46.535
2028	46.535
2029	46.535
2030	46.535
2031	46.535
	1.250.918

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de dezembro de 2021, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Data de Expiração									
Termos de Autorização	450 MHz	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz (Banda P** (4G)	700 MHz (4G)	2,3GHz (5G)	3,5GHz (5G)	26GHz (5G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Sul – Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

* Termos já renovados por 15 anos.
** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

20. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.
No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	dez/21	dez/20
KFW Finnvera (ii)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	278.176	344.125
BAML (ii)	EUR	0,2790% a.a.	Ago/21	-	570.844
Scotia[1] (ii)	USD	1,2410% a 1,7340% a.a.	Abr/24	559.650	1.030.761
BNP Paribas (ii)	USD	2,8220% a.a.	Jan/22	428.793	399.302
BNP Paribas (ii)	BRL	7,0907% a.a.	Jan/24	515.166	-
Debêntures[2] (ii)	BRL	IPCA + 4,1682% a.a. (i)	Jun/28	1.667.399	-
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	396.281	-
Total				3.845.465	2.345.032
Circulante				(538.450)	(1.689.385)
Não circulante				3.307.015	655.647

1 A taxa da dívida ativa em 31/12/21 com o banco Scotia é de 1,4748% a.a.
2 É prevista uma redução automática de até 0,25bps em juros remuneratórios observará o cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

Garantias
(i) Determinados recebíveis da TIM S.A.;
(ii) Não possuem garantia.
Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados semestralmente. Em fevereiro de 2020 a Companhia realizou o pré-pagamento total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES ativos àquela época, contudo ainda existem contratos em vigor com o banco regulando as linhas de crédito disponíveis para saque que estão demonstradas no quadro abaixo. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. A Companhia vem cumprindo todos os índices estabelecidos.
Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao The Bank of Nova Scotia, no valor de R$ 572 milhões, custo de CDI + 1,05% a.a. e prazo de 3 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.
Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao banco BNP Paribas, no valor de R$ 500 milhões, custo de CDI + 1,07% a.a. e prazo de 2,9 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.
Em junho de 2021, a Companhia, realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor de R$1.600 milhão. As debêntures contam com uma componente sustentável que permite sua qualificação como *sustainability-linked* e, em caso de cumprimento das metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão, os juros remuneratórios de IPCA + 4,1682% a.a. poderão ser reduzidos automaticamente em até 0,25bps. As debêntures terão juros semestrais e as amortizações acontecerão, respectivamente, no 5º, 6° e 7° ano. A emissão objetivou o financiamento de projetos de implantação, ampliação e modernização de redes fixa e móvel em diferentes tecnologias, incluindo 5G, e se enquadra no disposto da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011. No âmbito desta operação, a Companhia optou por celebrar um contrato de *swap* de taxas de juros com objetivo de hedge, ao custo de para CDI + 0,95% ao ano. Durante o prazo de vigência da operação, também deverá ser observado o cumprimento do índice financeiro Dívida líquida sobre EBITDA, indicador este cumprido até a presente data.
Em novembro de 2021, a Companhia captou junto ao BNDES a linha de crédito FINAME, no valor total disponível de R$ 390 milhões, ao custo de IPCA + 4,2283% a.a. e prazo total de 10 anos com carência de 3 anos para início da amortização. A Companhia optou por celebrar um contrato de *swap* de taxas de juros com o objetivo de *hedge*, ao custo final de 96,95% do CDI.
Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponíveis:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 31 de dezembro 2021
BNDES (i)	TJLP	Mai/18	Mar/22	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (ii)	TJLP	Mai/18	Mar/22	20.000	20.000	-
FINAME (iii)	IPCA	Mar/19	Mar/22	390.000	-	390.000
BNB (iv)	IPCA	Jan/20	Jun/23	752.479	752.479	-
Total R$:				2.252.479	1.862.479	390.000

Objetivo:
(i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais
(ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade
(iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional
(iv) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco do Nordeste do Brasil
Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2023	88.818
2024	1.125.526
2025	80.712
2026	615.727
2027	615.727
2028	618.006
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	3.307.015

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valor nominal
2022	538.450
2023	88.818
2024	1.125.526
2025	80.712
2026	615.727
2027	615.727
2028	618.006
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	3.845.465

Valor justo dos empréstimos
No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Ambos são financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um cunho de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores. Para fins de análise de valor justo, considerando as características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.
Com relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia, BNP Paribas, Debêntures e BNDES considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 31 de dezembro de 2021 é, respectivamente, R$ 563.259, R$ 524.422, R$ 1.635.203 e R$ 384.073.

21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	1.421.955	938.880
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	303.721	359.498
Impostos e Taxas ANATEL (i)	1.042.933	509.087
Imposto sobre Serviço - ISS	66.075	66.082
Outros	9.226	4.213
Parcela circulante	(1.418.682)	(935.778)
Parcela não circulante	3.273	3.102

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP no valor de R$ 790 milhões. No terceiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou o pagamento parcial no montante de R$300 milhões referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de realização do pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.
Em 2021, novamente houve o pagamento parcial das taxas de cerca de R$300 milhões referentes às CFRP e Condecine e o valor remanescente de R$480 milhões relativo ao Fistel (TFF) de 2021 segue suspenso, sem data definida para pagamento com base em liminar também proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.
Durante o exercício de 2021, houve o reconhecimento de R$51,2 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fistel (TFF) relativos ao exercício de 2020 e 2021 com pagamento suspenso por decisão liminar.

22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.
A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2021, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	258.340	508.743
Imposto de renda e contribuição social (i)	186.294	313.145
PIS / COFINS	41.916	154.353
Outros (ii)	30.130	41.245
Parcela circulante	(245.113)	(296.299)
Parcela não circulante	13.227	212.444

(i) A variação está relacionada à alteração da apuração do Lucro Real Anual pelo Lucro Real Trimestral. Nesse sentido, o valor apresentado em dezembro de 2020 compreendia o IRPJ e a CSLL devidos entre janeiro e dezembro daquele ano, enquanto em 2021 o passivo apresentado representa apenas o montante devido no 4º Trimestre.
(ii) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

23. Receitas diferidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas diferidas	886.340	1.021.924
Serviços a prestar pré-pago (i)	118.795	189.482
Subvenções governamentais (ii)	11.184	24.732
Receitas antecipadas	8.522	11.163
Receitas diferidas sobre venda de torres (iii)	734.826	788.921
Passivo contratual (iv)	13.013	7.626
Parcela circulante	(197.179)	(266.436)
Parcela não circulante	689.161	755.488

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.
(ii) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 é de R$ 203 milhões e o montante em aberto em 31 de dezembro de 2021 é de R$11.184 (R$24.732 em 31 de dezembro de 2020). Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas), líquidas" (nota 29).
(iii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 16).
(iv) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

	2021
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.051.120
Ativo contratual	15.340
Passivo contratual	(13.013)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.
Resumo das principais variações no exercício.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.288
Adições	8.800
Baixas	(13.761)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.327

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2022	2023
Ativo (passivo) contratual	3.685	(1.358)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.
A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.
A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2021	2020
Provisão para processos judiciais e administrativos	960.881	886.947
Cível (a)	309.019	245.432
Trabalhistas (b)	192.132	213.026
Tributária (c)	429.951	399.288
Regulatória (d)	29.779	29.201

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-20	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-21
	886.947	278.789	(316.804)	111.949	960.881
Cível (a)	245.432	175.715	(194.501)	82.373	309.019
Trabalhistas (b)	213.026	71.961	(98.730)	5.875	192.132
Tributária (c)	399.288	31.078	(23.539)	23.124	429.951
Regulatória (d)	29.201	35	(34)	577	29.779

	dez-19	Saldo Companhia incorporada	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-20
	703.522	125.956	333.724	(413.634)	137.379	886.947
Cível (a)	208.202	4.501	224.416	(266.872)	75.185	245.432
Trabalhistas (b)	208.224	45.691	63.649	(138.899)	34.361	213.026
Tributária (c)	254.833	75.646	48.897	(7.792)	27.704	399.288
Regulatória (d)	32.263	118	(3.238)	(71)	129	29.201

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:
a. Processos cíveis
a.1 Ações movidas por consumidores
A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R$150.881 (R$ 139.429 em 31 de dezembro de 2020) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, alteração unilateral de contratos e negativação indevida.
a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor
A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R$116.985 (R$51.713 em 31 de dezembro 2020).
a.3 Ex- parceiros comerciais
A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R$20.708 (R$ 18.634 em 31 de dezembro de 2020).
a.4 Outros
A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato e; (iv). Os valores envolvidos equivalem a R$20.089 (R$33.682 em 31 de dezembro de 2020).
a.5 Socioambiental e infraestrutura
A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R$356 (R$610 em 31 de dezembro de 2020).
a.6 ANATEL
A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Não existe valor correspondente em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.364 em 31 de dezembro de 2020).
b. Processos trabalhistas
São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável, adicionais legais e horas extras, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.
Do total de 1.314 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 (1.873 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R$ 192.132 atualizado monetariamente (R$ 213.026 em 31 de dezembro de 2020).
c. Processos tributários

	2021	2020
Tributos Federais	202.743	182.146
Tributos Estaduais	145.436	135.891
Tributos Municipais	7.626	5.633
Processos TIM S.A (*Purchase price allocation*)	74.146	75.618
	429.951	399.288

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.
Tributos federais
A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:
(i) A provisão para a TIM S.A. suporta sessenta e quatro processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 8.510 (R$ 8.355 em 31 de dezembro de 2020), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R$ 15.149 (R$ 14.771 em 31 de dezembro de 2020).
(ii) A Companhia constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R$ 39.554 (R$ 38.584 em 31 de dezembro de 2020).
(iii) Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para o processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R$ 60.382 (R$ 58.988 em 31 de dezembro de 2020).
(iv) A empresa constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R$ 18.579 (R$ 5.313 em 31 de dezembro de 2020).
Tributos Estaduais
A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:
A provisão para a TIM S.A. suporta noventa e um processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 41.352 (R$ 36.491 em 31 de dezembro de 2020), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R$ 5.291 (R$ 5.135 em 31 de dezembro de 2020), bem como (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R$ 16.216 (R$ 15.751 em 31 de dezembro de 2020), ((iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R$ 16.374 (R$ 14.912 em 31 de dezembro de 2020) e (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R$ 22.183 (sem equivalência em 31 de dezembro de 2020).(vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R$ 13.963 (sem equivalência em 31 de dezembro de 2020).
Tributos Municipais
Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.
PPA TIM S.A
Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R$74.146 (R$75.618 em 31 de dezembro de 2020).
d. Processos regulatórios
A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.
Em 31 de dezembro de 2021, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R$ 29.779 (R$ 29.201 em 31 de dezembro de 2020).
e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis
A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	2021	2020
	18.140.556	18.147.562
Cível (e.1)	1.292.202	1.101.332
Trabalhista e previdenciária (e.2)	392.035	340.801
Tributária (e.3)	16.309.439	16.586.353
Regulatória (e.4)	146.880	119.076

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.
As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:
e.1. Cíveis

	2021	2020
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	160.696	220.347
ANATEL (e.1.2)	258.683	223.066
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	493.806	160.279
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	216.054	193.529
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	99.743	154.187
Outros (e.1.6)	63.220	149.924
	1.292.202	1.101.332

e.1.1 Ações movidas por consumidores
Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.
e.1.2 ANATEL
A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.
e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor
A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS ; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.
e.1.4 Ex-Parceiros comerciais
A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.
e.1.5 Socioambiental e infraestrutura
A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.
e.1.6 Outros
A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: ; (ii) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (iii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iv) suposto descumprimento de contrato.
e.2. Trabalhista e Previdenciária
e.2.1. Previdenciária
A TIM S.A recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor provável de R$ 23.786 atualizado (R$ 10.467 em 31 de dezembro de 2020). Ainda, recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, sob suposto não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas recebidas a título de abono indenizatório, gratificação não-ajustada, hiring bônus e incentive, no valor possível total de R$ 85.720 atualizado (R$ 22.829 atualizado em 31 de dezembro de 2020).

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS — B3 LISTED NM | TIMB — LISTED NYSE | ISE B3

e.2.2. Trabalhistas

Há 3.067 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 (3.038 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R$ 306.315 atualizado (R$317.971 em 31 de dezembro de 2020).

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

e.3. Tributárias

	2021	2020
	16.309.439	16.586.353
Tributos Federais (e.3.1)	3.026.326	4.268.212
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.782.114	8.562.352
Tributos Municipais (e.3.3)	1.234.618	740.813
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	3.266.381	3.014.976

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R$ 12.133.168 (R$ 11.976.959 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.1.Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R$ 3.026.326 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 4.268.212 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R$ 1.467.409 (R$ 2.715.670 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R$1,4 bilhão.

b. Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R$ 231.810 (R$ 193.181 em 31 de dezembro de 2020).

c. Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R$ 69.124 (R$ 67.572 em 31 de dezembro de 2020).

d. Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R$ 268.170 (R$ 259.088 em 31 de dezembro de 2020).

e. Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R$ 410.662 (R$ 399.691 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 8.782.114 (R$ 8.562.352 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R$ 1.140.553 (R$ 1.128.741 em 31 de dezembro de 2020).

b. Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R$ 356.251 (R$ 492.935 em 31 de dezembro de 2020).

c. Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R$ 654.011 (R$ 608.316 em 31 de dezembro de 2020).

d. Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de dezembro de 2021, o montante envolvido é de R$ 3.449.439 (R$ 3.356.501 em 31 de dezembro de 2020).

e. Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de 138.242 (R$ 136.286 em 31 de dezembro de 2020).

f. Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R$727.057 (R$ 698.673 em 31 de dezembro de 2020).

g. Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R$547.575 (R$ 249.271 em 31 de dezembro de 2020).

h. Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R$ 116.700 (R$ 197.521 em 31 de dezembro de 2020).

i. Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R$ 286.519 (R$ 260.447 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R$ 1.234.618 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 740.813 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R$ 618.343 (R$ 150.023 em 31 de dezembro de 2020).

b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R$ 399.141 (R$ 385.536 em 31 de dezembro de 2020).

c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R$ 137.944 (R$ 126.159 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL com classificação de risco possível é de R$3.266.381 (R$ 3.014.976 em 31 de dezembro de 2020). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R$ 120.218 (R$ 119.076 em 31 de dezembro de 2020). A variação decorreu principalmente de atualização monetária no exercício.

Em 22 de agosto de 2019, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde junho de 2018 com o regulador. O acordo abrange um valor de referência das sanções de R$ 627 milhões. O compromisso prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos índices de reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 366 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura será implementada em três anos - sendo mais de 80% nos primeiros dois anos – estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais prestadoras.

Em 19 de junho de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do termo ocorreu em 25 de junho. O acordo abrange sanções que totalizam um valor de aproximadamente R$ 639 milhões, atualizados, que serão arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhoria de qualidade e experiência do cliente bem como incremento de infraestrutura de rede em mais de 2.000 localidades.

Ao longo do quarto trimestre de 2021, a Companhia executou todas as atividades planejadas para o estrito cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) celebrado junto à Anatel, visando o atingimento das metas associadas ao 2° ano TAC. Com o fechamento do 1° Ano TAC, as atividades de fiscalização por parte da Agência estão ocorrendo em relação aos compromissos vencidos, já havendo sido reconhecidos como cumpridos por parte da Anatel: Compromissos Adicionais; Controles Internos; Índice de Reclamações; índice Geral de Qualidade; Numeração; Interconexão e; Óbice. A Companhia seguirá na plena implementação dos mecanismos de acompanhamento interno por meio do reporte trimestral da evolução dos cronogramas pelo Escritório de Governança em Reunião de Diretoria e Conselho de Administração. A Companhia vem cumprindo, até o momento, o cronograma de implementação do TAC sem necessidade de nenhuma obrigação adicional.

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

25. Patrimônio líquido

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

Em 2 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o grupamento da totalidade das 42.296.789.606 ações ordinárias e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do Art. 12 da Lei nº 6.404/76, sem modificação do capital social, na proporção de 100 ações para formar 1 ação ordinária, passando o capital social , a ser representado por 422.967.896 ações ordinárias e sem valor nominal, preservando todos os direitos e vantagens das referidas ações ordinárias. O grupamento proposto não resultou em frações de ações. A incorporação resultou no cancelamento de todas as ações de emissão da Companhia, as quais eram de titularidade da TIM Participações.

Após a incorporação, mencionada na nota 1, e verificada a condição suspensiva, os acionistas da TIM Participações receberam 1 ação ordinária de emissão da TIM S.A para cada 1 ação ordinária de emissão da TIM Participações de sua titularidade, o que, assumindo a manutenção do número de ações de emissão da TIM Participações ex-tesouraria, resultou na emissão de 2.420.447.019 ações ordinárias pela TIM S.A., todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 1.719 definido no protocolo de incorporação, o qual passou a ser representado por R$13.477.891.

Em 28 de setembro de 2020, em reunião do Conselho de administração, os conselheiros da Companhia tomaram conhecimento dos pagamentos relacionados às outorgas de 2018 e 2019, realizados por meio da transferência das ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, conforme previsto nos Planos e nos termos do Programa de Recompra aprovado pelo Conselho de Administração da TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A), em reunião realizada em 29 de julho de 2020, no montante de 357.379 ações (nota 1).

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	2021	2020
	401.806	397.183
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	48.202	43.579

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 1).

b.2 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 26).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

c.3 Reserva de benefício fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros da mesma. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R$ 1.958.301 (R$1.781.560 em 31 de dezembro de 2020).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.957.174	1.843.690
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(176.741)	(169.541)
(-) Constituição da reserva legal	(139.021)	(83.708)
Lucro líquido ajustado	2.641.412	1.590.441
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	660.353	397.611
Composição dos dividendos a pagar e JCP:		
Juros sobre capital próprio	1.047.500	1.083.000
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.047.500	1.083.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(142.977)	(162.450)
Total de dividendos e JCP líquidos	904.523	920.550

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

Durante o ano de 2021, foi distribuído o montante de R$1.047.500, conforme apresentado abaixo:

Provento JSCP	Aprovação	Pagamento
R$ 350.000	09/06/2021	20/07/2021
R$ 137.500	24/09/2021	27/10/2021
R$ 560.000	15/12/2021	25/01/2022

O saldo em 31 de dezembro de 2021 da rubrica de "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar", totalizando R$ 533.580 é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R$49.955 (R$43.026 em 31 de dezembro 2020) além do valor liquidado em 25 de janeiro de 2022, no montante de R$ 483.625 líquidos

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016, Plano 2018-2020 e Plano 2021-2023

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016", "Plano 2018-2020" e "Plano 2021-2023" respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o fair *value* das opções e o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período *vesting* (carência).

Tabela Programa Opções de Ações (*Stock Options*)

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	nov/22	R$ 8,10	295.063	-	(182.511)	-	-	112.552
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out/21	R$ 8,45	21.771	-	(21.771)	-	-	-
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	R$ 13,42	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul/19	R$ 8,13	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set/18	R$ 8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago/17	R$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	**17.532.884**	-	-	**316.834**	-	**(204.282)**	-	-	**112.552**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas				**R$ 8,10**	-	-	-	-	-

Tabela Programa de Ações (Performance *Shares e Restricted Shares*)

Identificação Outorga	Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo no início do exercício	Outorgadas durante o exercício	Transferidas durante o exercício* – Volume Vested	Transferidas – Variação Performance	Transferidas – Adicional Dividendos	Pagas em Dinheiro* – Volume Vested	Pagas em Dinheiro – Variação Performance	Pagas em Dinheiro – Adicional Dividendos	Canceladas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R$ 12,95	-	3.431.610	-	-	-	-	-	-	(311.876)	3.119.734
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2020	796.054	abr/23	R$ 14,40	796.054	-	(206.578)	(51.634)	(8.933)	-	-	-	(70.378)	519.098
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2019	930.662	jul/22	R$ 11,28	687.895	-	(207.859)	(78.111)	(23.252)	-	-	-	(53.006)	427.030
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2018*	849.932	abr/21	R$ 14,41	199.594	-	(187.039)	(42.854)	(22.250)	(9.101)	(2.305)	(1.094)	(3.454)	-
Total	**6.008.258**			**1.683.543**	**3.431.610**	**(601.476)**	**(172.599)**	**(54.435)**	**(9.101)**	**(2.305)**	**(1.094)**	**(438.714)**	**4.065.862**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			**R$ 12,96**										

Os dados significativos incluídos no modelo, para as Outorgas de opções de ações foram:

Data de outorga	Preço Base – média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94% a.a
Outorga 2012	R$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89% a.a
Outorga 2013	R$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2014	R$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2015	R$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10% a.a
Outorga 2016	R$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a

Nota: Os dados significativos são característicos de plano baseado em opções, considerando utilização do valor justo (*fair value*) como o método adequado para calcular as despesas com a remuneração por opções.

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.
- **Plano 2018-2020 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de junho de 2019 à 30 de junho de 2019.
- **Plano 2018-2020 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2020 à 31 de março de 2020.

(j) **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 01 de março de 2021 à 31 de março de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R$22.212 (R$ 9.999 em 31 de dezembro de 2020).

27. Receita líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 119.457.

Em relação a parceria financeira, foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC" e "Procedimento Arbitral", respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, "Requeridos"), por meio do qual discutir-se-á a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, liquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

(i) venda de equipamentos; e

(ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 /CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 11) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	2021	2020
Receita líquida	18.058.027	17.267.812
Receita bruta	25.357.429	24.346.101
Receita de serviços	24.264.246	23.279.423
Receita de serviços - Móvel	22.433.225	21.522.135
Receita de serviços – Fixa	1.831.021	1.757.288
Venda de mercadorias	1.093.183	1.066.678
Deduções da receita bruta	(7.299.402)	(7.078.289)
Impostos incidentes	(4.679.722)	(4.534.582)
Descontos concedidos	(2.610.388)	(2.531.920)
Devoluções e outros	(9.292)	(11.787)

28. Custos e despesas operacionais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021 – Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	2021 – Despesas com comercialização	2021 – Despesas gerais e administrativas	2021 – Total	2020 – Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	2020 – Despesas com comercialização	2020 – Despesas gerais e administrativas	2020 – Total
	(8.443.023)	(4.621.788)	(1.723.384)	(14.788.195)	(7.996.615)	(4.443.027)	(1.656.267)	(14.095.909)
Pessoal	(62.214)	(676.479)	(387.735)	(1.126.428)	(58.024)	(632.231)	(313.400)	(1.003.655)
Serviços de terceiros	(560.039)	(1.763.360)	(668.641)	(2.992.040)	(587.835)	(1.743.644)	(532.044)	(2.863.523)
Interconexão e meios de conexão	(1.840.139)	-	-	(1.840.139)	(1.672.655)	-	-	(1.672.655)
Depreciação e amortização	(4.847.995)	(265.565)	(578.136)	(5.691.696)	(4.569.064)	(247.666)	(710.282)	(5.527.012)
Impostos, taxas e contribuições	(34.732)	(777.819)	(29.388)	(841.939)	(28.675)	(761.152)	(23.809)	(813.636)
Aluguéis e seguros	(362.171)	(109.781)	(20.082)	(492.034)	(316.650)	(107.550)	(15.743)	(439.943)
Custo das mercadorias vendidas	(731.007)	-	-	(731.007)	(756.060)	-	-	(756.060)
Publicidade e propaganda	-	(459.811)	-	(459.811)	-	(377.184)	-	(377.184)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(544.642)	-	(544.642)	-	(552.817)	-	(552.817)
Outros	(4.726)	(24.331)	(39.402)	(68.459)	(7.652)	(20.783)	(60.989)	(89.424)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

29. Outras receitas (despesas), líquidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas		
Receita de subvenção, líquida	13.548	17.427
Multas s/ serviços de telecomunicações	58.793	37.490
Receita na alienação de ativos (i)	2.711.535	5.375
Outras receitas	65.482	65.216
	2.849.358	125.508
Despesas		
FUST/FUNTTEL (ii)	(134.962)	(133.378)
Impostos, taxas e contribuições	(2.274)	(10.316)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(248.987)	(292.439)
Despesa na alienação de ativos (i)	(1.942.791)	(13.538)
Outras despesas	(22.573)	(32.823)
	(2.351.587)	(482.494)
Outras receitas (despesas), líquidas	497.771	(356.986)

(i) Representa a receita na alienação de 51% de participação acionária da I-Systems (antiga FiberCo) vendida à IHS no montante de R$ 2.709.251, que é composto pelo caixa (secundária) pago à TIM S.A. e o valor justo da participação minoritária de 49% que se manteve com a TIM S.A.

Nas despesas, o montante de 1.927.014 é representado pela baixa do acervo líquido baixado na TIM S.A. e integralizado como capital social na I-Systems, além da baixa do ágio e IR diferido relacionado ao ágio em função da alienação de 51% da I-Systems (antiga FiberCo). O ganho desta transação antes do IR e CS é de R$ 782.237. Vide nota 1.

(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

30. Receitas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas financeiras	1.091.748	432.287
Juros sobre aplicações financeiras	339.681	81.672
Juros de clientes	28.427	28.686
Juros swap	203.852	32.955
Juros sobre arrendamento	24.788	19.924
Atualização monetária (i)	208.029	110.970
Outros derivativos (ii)	285.009	155.165
Outras receitas	1.962	2.915

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais e administrativos e depósitos judiciais.

(ii) Trata-se da diferença entre o custo e o valor de mercado da opção de subscrição de ações referente a parceria do Banco C6, portanto o valor de marcação a mercado destes derivativos inclui ganho de R$285 milhões referente a opção de ações de direito da companhia obtida em função de atingimento de meta contratual definida em parceria operacional iniciada em 2020. O valor de mercado foi calculado com base em informações disponíveis na última transação de investimento realizada pelo parceiro e divulgado no mercado. As divulgações deste instrumento financeiro derivativo estão detalhadas na nota 37, o qual foi mensurado pelo valor justo, e será mensurado subsequentemente no resultado da Companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 27.

31. Despesas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Despesas financeiras	(1.745.213)	(1.232.781)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(99.183)	(70.392)
Juros sobre impostos e taxas	(61.745)	(43.311)
Juros swap	(352.029)	(45.970)
Juros sobre leasing	(845.033)	(766.263)
Atualização monetária (i)	(247.200)	(155.036)
Descontos concedidos	(52.509)	(33.725)
Outras despesas	(87.514)	(118.084)

(i) Parte substancial relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais, no montante de R$ 111.949, vide nota 24 (R$ 137.379 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

32. Variação cambial, líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas		
Empréstimos e financiamentos (ii)	215.262	-
Fornecedores	13.190	15.952
Swap (i)	275.836	305.012
Outros	16.640	43.155
	520.928	364.119
Despesas		
Empréstimos e financiamentos (ii)	(275.724)	(305.010)
Fornecedores	(20.061)	(45.901)
Swap (i)	(215.262)	-
Outros	(9.222)	(19.991)
	(520.269)	(370.902)
Variações cambiais, líquidas	659	(6.783)

(i) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 37).

(ii) Refere-se principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

33. Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	9.697	(684.099)
Contribuição social do exercício	26.538	(232.671)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	167.118	164.442
	203.353	(752.328)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	(255.972)	453.274
Contribuição social diferida	(93.432)	144.775
	(349.404)	598.049
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	-	(9.671)
	(349.404)	588.378
	(146.051)	(163.950)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.103.225	2.007.640
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(1.055.097)	(682.598)
(Adições) / exclusões:		
Adições, exclusões permanentes:		
Receitas não tributáveis	135.465	11.370
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(53.505)	(42.329)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	167.118	164.442
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	356.150	368.220
Venda I – Systems (antiga FiberCo) (ii)	(335.935)	-
Crédito de IR/CS sobre Selic de Indébito Tributário (iii)	534.804	-
Reversão Provisão de IR/CS TIM Nordeste (iv)	87.565	-
Outros valores	17.384	16.945
	909.046	518.648
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	(146.051)	(163.950)
Alíquota efetiva	4,71%	8,17%

(i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A TIM S.A possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

(ii) Referem-se aos impostos diferidos sobre o ágio baixado, conforme transação de venda descrita na nota 1, ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS. Vide nota 15.d.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente
Pag. 18/56

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS – B3 LISTED NM | TIMB – LISTED NYSE | ISE B3

(iii) Conforme mencionado na nota 9, em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pender de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 534 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.
(iv) No 2º trimestre de 2021, houve impacto positivo de R$ 87 milhões decorrente da baixa de ativo e reversão de provisão de IR/CSLL, constituída em 2009, em virtude de êxito parcial em processo administrativo relacionado à incorporação da empresa TIM Nordeste pela TIM Celular.

34. Lucro por ação

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. O número de ações da TIM.S.A. antes da reorganização societária era 2.420.447.019, um número equivalente ao número de ações ordinárias da TIM Participações na data de incorporação. Consequentemente o lucro por ação básico e diluído foram calculados considerando o impacto retrospectivo da alteração na quantidade de ações conforme IAS 33/CPC 41.

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.957.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.314	2.420.804
Lucro básico por ação (expresso em R$)	1,22	0,76

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluitivas.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.957.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.638	2.421.065
Lucro diluído por ação (expresso em R$)	1,22	0,76

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 324 milhares (261 milhares em 31 de dezembro de 2020) de ações relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 26.

35. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia são os seguintes:

	Ativo	
	2021	2020
Telecom Italia Sparkle (i)	1.414	1.630
Gruppo Havas (vi)	83.613	-
TI Sparkle (iii)	5.084	1.915
TIM Brasil (vii)	23.069	6.129
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.502	370
I Systems (ix)	5.879	-
Outros	674	674
Total	121.235	10.718

	Passivo	
	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	71.288	75.317
Telecom Italia Sparkle (i)	3.689	10.576
TI Sparkle (iii)	10.205	7.333
TIM Brasil (iv)	6.558	6.145
Grupo Vivendi (v)	1.238	1.150
Gruppo Havas (vi)	19.794	24.068
I Systems (viii)	31.596	-
Outros	4.585	2.797
Total	148.953	127.386

	Receita	
	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.112	1.197
Telecom Italia Sparkle (i)	353	2.994
TI Sparkle (iii)	3.347	4.059
I Systems (ix)	5.881	-
Total	10.693	8.250

	Custo/Despesa	
	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	105.137	110.407
Telecom Italia Sparkle (i)	19.219	27.485
TI Sparkle (iii)	20.533	19.923
Grupo Vivendi (v)	1.271	1.207
Gruppo Havas (vi)	206.349	207.682
I Systems (viii)	31.596	-
Outros	22.597	22.308
Total	406.702	389.012

(i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*-wholesale*.
(ii) Os valores referem-se a roaming internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM.S.A o direito de utilização da marca "TIM" mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita liquida da companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.
(iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.
(iv) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.
(v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.
(vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R$143.439 (R$ 195.117 em 31 de dezembro de 2020), estão relacionados aos repasses de mídia.
(vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.
(viii) Os valores referem-se a serviços de infraestrutura de fibra.
(ix) Os valores referem-se a serviços prestados pela TIM S.A., principalmente relativos à operação e manutenção de rede, no escopo do Contrato de Serviços de Transição, firmado no momento do *closing* da transação.
A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia investiu R$ 9.147 (R$ 4.829 em 31 de dezembro de 2020)
Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

36. Remuneração da Administração

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo	31.494	23.949
Outros benefícios de longo prazo	1.052	4.544
Remuneração baseada em ações	15.176	6.343
	47.722	34.836

37. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.
Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a *"hedge accounting"*.
A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap.*
Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.
Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:
(i)Riscos de variações cambiais
Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescente de exposição cambial em contratos comerciais.
Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.
Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.
(ii) Riscos de taxa de juros
Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:
A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamento junto ao BNDES, e a exposição a taxa pré atrelada a dívida com o BNP Paribas, todos até o vencimento.
A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.
(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços
O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 ou receitas de serviços prestados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos
A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.
(v) Risco de Liquidez
- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.
- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.
- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez.
(vi) Risco de crédito financeiro
A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.
O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	198.027	208.787	340.660	36.166
Outros derivativos (i)	457.892	-	161.429	-
	655.919	208.787	502.089	36.166
Parcela circulante	(134.292)	(194.837)	(262.666)	(7.273)
Parcela não circulante	521.627	13.950	239.423	28.893

(i) Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representam a opção da Companhia de subscrever 4,08% das ações do capital do C6, onde o Grupo/Companhia pagou um prêmio de subscrição de ações no valor de R$17,7 milhões. Conforme requerimentos do IFRS9, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, corresponde a R$458 milhões e R$ 161 milhões, respectivamente. O impacto da marcação a mercado da opção de conversão de ações calculado de R$440,3 milhões representa a diferença do valor justo da opção menos o montante pago pelo prêmio de subscrição de ações. Esse instrumento financeiro foi mensurado ao valor justo e será verificado subsequentemente no resultado do exercício da companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 27.
Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo
2023	39.335
2024	16.843
2025 em diante	465.449
	521.627

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 20 e 16.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	2021		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	4.579.528	655.919	5.235.447
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.579.528	655.919	5.235.447
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027	198.027
Outros derivativos	-	457.892	457.892
Títulos e valores mobiliários	4.579.528	-	4.579.528
Total do passivo	-	208.787	208.787
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	208.787	208.787
Instrumentos financeiros derivativos	-	208.787	208.787

	2020		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.077.499	502.089	2.579.588
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.077.499	502.089	2.579.588
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos	-	161.429	161.429
Títulos e valores mobiliários	2.077.499	-	2.077.499
Total do passivo	-	36.166	36.166
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	36.166	36.166
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166	36.166

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.
O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.
Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.
Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:
• Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
• O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
• Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de cias similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.
Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

31 de dezembro de 2021

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	9.472.377	5.235.447	14.707.824
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027	198.027
Outros derivativos	-	457.892	457.892
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.253.207	-	3.253.207
Títulos e valores mobiliários	-	4.579.528	4.579.528
Caixa e equivalentes de caixa	5.228.615	-	5.228.615
Arrendamentos	243.121	-	243.121
Depósitos judiciais	718.773	-	718.773
Outros valores a compensar	28.661	-	28.661

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	16.095.801	208.787	16.304.588
Empréstimos e Financiamentos	3.845.465	-	3.845.465
Instrumentos financeiros derivativos	-	208.787	208.787
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.653.218	-	2.653.218
Passivo de arrendamento	9.063.539	-	9.063.539
Dividendos e JSCP a pagar	533.580	-	533.580

31 de dezembro de 2020

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	6.756.810	2.579.588	9.336.398
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos		161.429	161.429
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.180.661	-	3.180.661
Títulos e valores mobiliários	-	2.077.499	2.077.499
Caixa e equivalentes de caixa	2.575.290	-	2.575.290
Arrendamentos	162.198	-	162.198
Depósitos judiciais	794.755	-	794.755
Outros valores a compensar	43.906	-	43.906

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	14.391.175	36.166	14.427.341
Empréstimos e Financiamentos	2.345.032	-	2.345.032
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166	36.166
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.128.732	-	3.128.732
Arrendamentos	8.378.835	-	8.378.835
Dividendos e JSCP a pagar	538.576	-	538.576

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados à taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.
A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.
Em 31 de dezembro de 2021, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.
Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.
As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro a seguir:

31 de dezembro de 2021

Moeda	Tipo de *SWAP*	CONTRAPARTE Dívida	CONTRAPARTE SWAP	Total Dívida	Total *Swap* (Ponta Ativa)[1]	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP Ponta Ativa	TAXAS MÉDIAS SWAP Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	282.474	282.474	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% a 92,59% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	428.793	429.247	100%	3,32% a.a.	155% do CDI
USD	PRE x DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	559.650	559.933	100%	1,73% a.a.	CDI + 1,05%
BRL	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	515.166	517.843	100%	8,34% a.a.	CDI + 1,07%
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.696.999	1.696.999	100%	IPCA + 4,17% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	396.281	396.281	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

[1] Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2020

Moeda	Tipo de *SWAP*	CONTRAPARTE Dívida	CONTRAPARTE SWAP	Total Dívida	Total *Swap* (Ponta Ativa)[1]	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP Ponta Ativa	TAXAS MÉDIAS SWAP Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	351.233	351.233	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,25% do CDI
EUR	PRE X DI	Bank of America	Bank of America	570.878	570.878	100%	0,33% a.a.	108,05% do CDI
USD	PRE X DI	The Bank of Nova Scotia.	Scotiabank	1.031.526	1.031.526	100%	1,72% a.a.	134,43% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	399.725	399.725	100%	3,32% a.a.	155% do CDI

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos *swaps*

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), Libor e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.
Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, da Libor e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário sensibilidade		Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (1)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulado Swap	C) Resultado final (B-A)
	Dez./21	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
CDI	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
	possível	3.388.105	(2.301)	3.388.105	(3.428.742)	(40.637)	(29.671)	(27.370)
	remoto	3.385.955	(4.451)	3.385.955	(3.455.013)	(69.058)	(58.093)	(53.641)
USD	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
	possível	3.709.499	319.094	3.709.499	(3.401.372)	308.127	319.094	-
	remoto	4.028.593	638.187	4.028.593	(3.401.372)	627.221	638.187	-
Libor	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
	possível	3.391.542	1.136	3.391.542	(3.401.372)	(9.830)	1.136	-
	remoto	3.392.677	2.271	3.392.677	(3.401.372)	(8.695)	2.271	-
IPCA	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
	possível	3.277.656	(112.750)	3.277.656	(3.401.372)	(123.716)	(112.750)	-
	remoto	3.173.004	(217.402)	3.173.004	(3.401.372)	(228.368)	(217.402)	-

(1) (KFW Finnvera, Scotia, BofA, BNP, Debenture e BNDES)

Variável de risco	Cenário sensibilidade	CDI	USD	Libor	IPCA
CDI	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
	possível	11,44%	5,5805	0,3433%	10,06%
	remoto	13,73%	5,5805	0,3433%	10,06%
USD	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
	possível	9,15%	6,3210	0,3433%	10,06%
	remoto	9,15%	8,3708	0,3433%	10,06%
Libor	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
	possível	9,15%	5,5805	0,4291%	10,06%
	remoto	9,15%	5,5805	0,5149%	10,06%
IPCA	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
	possível	9,15%	5,5805	0,3433%	12,58%
	remoto	9,15%	5,5805	0,3433%	15,09%

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.
Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.
As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2021 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício

	2021	2020
Resultado líquido em operações de Derivativos	(87.603)	290.856
Resultado de operações com outros derivativos	285.009	155.165

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumariados:

	2021	2020
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 20 e 37)	3.398.333	1.879.109
Arrendamentos - Passivo (Nota 16)	9.063.539	8.378.835
Arrendamentos - Ativo (Nota 16)	(243.121)	(162.198)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(5.228.615)	(2.575.290)
FIC (Nota 5)	(4.568.020)	(2.070.438)
Dívida Líquida	2.422.116	5.450.018
Outros derivativos (nota 37)	457.892	161.429
Financiamento Licença 5G	843.020	-
Dívida Líquida - ajustada	3.723.028	5.611.447
LAJIDA (EBITDA) (1) (últimos 12 meses) – Ajustado	9.459.299	8.341.929
Índice de alavancagem financeira	0,39	0,67
Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:		
Lucro Líquido do exercício	2.957.174	1.843.690
Depreciações e amortizações	5.691.696	5.527.012
Resultado Financeiro Líquido	652.806	807.277
Imposto de renda e contribuição social	146.051	163.950
Equivalência patrimonial	11.572	-
LAJIDA (EBITDA) – Ajustado (i)	9.459.299	8.341.929

(i) Lajida ajustado: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização e equivalência patrimonial.
EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil)

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(465.922)
Ingressos	3.062.000	2.041.474	(296.464)
Cancelamentos	-	(202.379)	-
Encargos financeiros	167.857	858.260	148.177
Variações cambiais, líquidas	60.463	-	(60.574)
Pagamentos	(1.789.887)	(2.012.651)	227.651
	-	-	-
31 de dezembro de 2021	3.845.465	9.063.539	(447.132)

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2019	2.029.088	7.780.870	(42.106)
Ingressos	1.800.000	1.966.355	(161.429)
Remensuração	-	(443.666)	-
Encargos financeiros	90.500	797.569	13.016
Variações cambiais, líquidas	305.010	-	(305.012)
Pagamentos	(1.879.566)	(1.722.293)	29.610
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(465.922)

38. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	6.492	7.346

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia vem patrocinando planos de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social e do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus.
Os referidos planos de pensão, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:
PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;
PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;
Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;
Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;
PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;
AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo.
Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.
Demonstramos a seguir a posição atuarial dos passivos e ativos relacionados aos planos de aposentadoria e assistência médica, em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33/IAS 19.

a) Efeitos na data base de 31 de dezembro:

	Planos PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	Totais 2021	Totais 2020
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/21	(*)		(*)					
Valor presente das obrigações atuariais	38.869	9.176	119	672	14.100	3.231	66.167	69.362
Valor justo dos ativos do plano	(56.478)	(14.739)	(405)	-	(11.511)	-	(83.133)	(80.856)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.609)	(5.563)	(286)	672	2.589	3.231	(16.966)	(11.494)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	-	2.327	168	-	-	-	2.495	2.023
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.609)	(3.236)	(118)	672	2.589	3.231	(14.471)	(9.471)

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Passivo (ativo) atuarial em 31/12/20	(15.731)	(1.360)	(287)	858	2.145	4.343
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(1.063)	(90)	(20)	57	160	535
Contribuições da patrocinadora	-	-	-	(45)	-	(8)
(Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidas	(815)	(1.786)	189	(198)	284	(1.639)
Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/21	(17.609)	(3.236)	(118)	672	2.589	3.231

c) Reconciliação do valor presente das obrigações

	Planos PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor das obrigações em 31/12/20	41.852	10.072	147	858	12.090	4.343
Custo do serviço corrente	17	-	-	-	-	213
Juros sobre obrigação atuarial	2.743	640	10	57	868	322
Benefícios pagos no ano	(2.898)	(768)	(9)	(45)	(605)	(8)
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações	(2.845)	(768)	(29)	(198)	1.747	(1.639)
Valor das obrigações em 31/12/21	38.869	9.176	119	672	14.100	3.231

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

d) Reconciliação do valor justo dos ativos

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor justo dos ativos em 31/12/20	57.479	12.998	434	-	9.945	-
Benefícios pagos no ano	(2.898)	(768)	(9)	-	(605)	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	3.799	834	29	-	708	-
Ganho (perda) atuariais com ativos do plano	(1.902)	1.675	(49)	-	1.463	-
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no plano	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos em 31/12/21	56.478	14.739	405	-	11.511	-

e) Despesas previstas para 2022

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Custo do serviço corrente (com juros)	4	-	-	-	-	121
Juros sobre as obrigações atuariais	3.289	769	10	57	1.242	290
Rendimento esperado dos ativos	(4.841)	(1.257)	(35)	-	(1.008)	-
Juros sobre o efeito do limite do (ativo)/passivo	1.552	284	10	-	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	4	(204)	(15)	57	234	411

Premissas atuariais adotadas nos cálculos

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial:	PBS Sul: 8,81% / 5,13%; PBS Nordeste: 8,84% / 5,16%; CA: 8,81% / 5,13%; PBS-A: 8,78% / 5,10%; AES: 9,02% / 5,33%; PAMEC: 8,81% / 5,13%; FIBER: 9,02% / 5,33%
Taxa de crescimento salarial nominal:	PBS: 3,50%/ 0,00% CA, PBS-A, AES, PAMEC e FIBER: Não Aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral:	PBS, CA, PAMEC e FIBER: AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%;
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	PBS e Fiber: Álvaro Vindas; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa de rotatividade esperada:	PBS: Nula; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável; FIBER: 0,15/ (tempo de serviço + 1), sendo nula a partir dos 50 anos
Probabilidade de ingresso em aposentadoria:	PBS e FIBER: 100% na 1ª elegibilidade; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa estimada de inflação no longo prazo	PAMEC e FIBER: 6,60% / 3,00%
Método de apuração	Método do Crédito Unitário Projetado

► 39. Seguros

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R$550.000
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R$ 30.001
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R$100 para Danos Morais.

► 40. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Transações que não envolvem caixa			
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(1.929.392)	(1.315.151)	(1.315.151)
Adições ao intangível - aquisição de licenças	2.682.469	-	-

A TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, o Capex registrado referente às licenças e as obrigações relacionadas é de R$ 3.584 milhões. Sendo o valor de R$ 2.682 milhões em contra partida de autorizações a pagar e o R$ 902 milhões com impacto no caixa.

► 41. Eventos subsequentes

Sr. Alberto Mario Griselli nomeado como CEO da TIM S.A.

A TIM S.A, em continuidade com o Fato Relevante publicado em 21 de janeiro de 2022, comunicou que em 31 de janeiro de 2022, seu Conselho de Administração aceitou a renúncia do Sr. Pietro Labriola aos cargos de Diretor Presidente ("CEO") e Conselheiro de Administração da Companhia.

O Conselho da Companhia posteriormente nomeou o Sr. Alberto Mario Griselli para substituir o Sr. Labriola nos cargos de CEO e membro do Conselho de forma efetiva e imediata. A eleição do Sr. Griselli para o Conselho da Companhia precisa ser confirmada pela próxima Assembleia Geral Ordinária da TIM.

O cargo de *Chief Revenue* Officer ("CRO") anteriormente ocupado pelo Sr. Griselli ficará temporariamente vago, e o CEO acumulará suas responsabilidades.

O Sr. Griselli é formado em Engenharia Eletrônica pela *La Sapienza University* em Roma e FMBA pela Columbia University. Com mais de 20 anos de experiência no setor de telecomunicações, ocupou cargos relevantes como vice-presidente para América Latina da TIMwe, fornecedora global de soluções de engajamento móvel para operadoras de telecomunicações, e *Managing Director* para América Latina da *Value Partners*, empresa de consultoria de gestão. O Sr. Griselli ocupava o cargo de CRO na TIM desde 30 de julho de 2019.

Anatel concede anuência prévia para transferência de controle das atividades de telefonia móvel da Oi

A TIM S.A. tomou conhecimento que em sessão pública extraordinária de seu Conselho Diretor ocorrida em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL– Agência Nacional de Telecomunicações, por unanimidade, concedeu anuência prévia à implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[1], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Transação").

A anuência prévia prevê determinados condicionantes em linha com uma transação dessa natureza, os quais visam principalmente garantir o acesso de prestadoras de pequeno porte às redes de abrangência nacional, manter compromissos vinculados às radiofrequências transferidas, estabelecer os parâmetros mínimos do plano de comunicação ligado à Transação e assegurar aos usuários certos direitos nas etapas de migração.

A conclusão da Transação ainda depende do cumprimento de outras condições precedentes, incluindo a aprovação do Ato de Concentração n° 08700.000726/2021-08 pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados do andamento das aprovações, nos termos da Resolução CVM nº 44/21 e da legislação aplicável.

[1] Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).

CADE aprova a aquisição pela TIM da maior parte dos ativos da operação de telefonia móvel da Oi

Em 9 de fevereiro de 2022, o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, aprovou a implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[1], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel", "Vendedora"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.

A aprovação prevê um conjunto de condicionantes, em sua maioria comportamentais, e que compunham uma proposta de Acordo em Controle de Concentração ("ACC") feita pelas Compradoras ao CADE. Esses condicionantes tem um caráter modular e podem ser utilizados por novos entrantes e operadoras de menor porte para reduzir barreiras de entrada e alavancar a exploração de diferentes modelos de negócios, sem afetar o objetivo primário da TIM de fortalecer sua infraestrutura, fechando a disparidade de capacidade espectral em relação a seus principais concorrentes. Desta maneira, a Companhia entende que foi atingido um equilíbrio entre criação de valor e mitigação das preocupações concorrenciais para o setor que o ACC endereça.

A efetiva conclusão da transação, que definirá um equilíbrio de infraestrutura entre os três principais concorrentes do setor, ainda depende do cumprimento de determinadas etapas previstas no Contrato de Compra e Venda[2]. Entretanto, uma vez ocorrida trará benefícios amplos, mantendo alto grau de rivalidade setorial e garantindo os investimentos necessários para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e o avanço digital do país.

Para TIM e seus acionistas, os benefícios se materializarão por meio de geração de receitas incrementais e eficiências em virtude de sinergias operacionais. Para nossos clientes atuais e aqueles da Oi Móvel que passaremos a servir, haverá uma significativa melhoria na experiência de uso e qualidade do serviço prestado a partir de uma infraestrutura mais robusta. Este será um marco na trajetória da TIM na transformação da empresa na operadora preferida dos consumidores no Brasil.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados sobre fatos relevantes relacionados a esta Transação, nos termos da Resolução CVM nº 44 e da legislação aplicável.

1. Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).
2. Contrato de Compra e Venda de ações e outras avenças para UPI Ativos Móveis assinado em 28 de janeiro de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nicandro Durante**
Presidente
Alberto Mario Griselli
Membro
Agostino Nuzzolo
Membro
Claudio Giovani Ezio Ongaro
Membro
Elisabetta Paola Romano
Membro
Flavia Maria Bittencourt**
Membro
Gesner José de Oliveira Filho**
Membro
Herculano Aníbal Alves**
Membro
Michele Valensise
Membro
Sabrina Di Bartolomeo
Membro

***Membros independentes*

DIRETORIA

Alberto Mario Griselli
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*
Camille Loyo Faria
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores
Bruno Mutzenbecher Gentil
Business Support Officer
Jaques Horn
Diretor Jurídico
Leonardo de Carvalho Capdeville
Chief Technology Information Officer
Maria Antonietta Russo
Human Resources & Organization Officer
Mario Girasole
Regulatory and Institutional Affairs Officer

CONTADORA RESPONSÁVEL

Manoela de Paiva Suassuna
CRC RJ - 102467/O-5
CPF 806.902.117-91

CONSELHO FISCAL

Membro Efetivo
Walmir Kesseli
Presidente
Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro
Josino de Almeida Fonseca

Membro Suplente
Heinz Egon Lowen
Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães
João Verner Juenemann

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Gesner José de Oliveira Filho**
Coordenador
Flavia Maria Bittencourt**
Membro
Herculano Aníbal Alves**
Membro

***Membros independentes*

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), sem ressalvas, emitido no dia 23 de fevereiro de 2022, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia estão todas em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 23 de fevereiro de 2022.

WALMIR KESSELI
Presidente do Conselho Fiscal
JARBAS T. BARSANTI RIBEIRO
Membro do Conselho Fiscal
JOSINO DE ALMEIDA FONSECA
Membro do Conselho Fiscal

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") foi criado pela Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações S.A. ("TPART"), em 12 dezembro de 2013. Em 31 de agosto de 2020, com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo no País, a TPART foi incorporada por sua subsidiária integral, TIM S.A. ("Companhia" ou "TIM"), que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, mantendo a mesma estrutura de governança corporativa, de controles internos, de sistemas, e o mesmo arcabouço jurídico. Como consequência deste movimento de reorganização societária, o CAE da TIM manteve a mesma estrutura do CAE da TPART, e deu continuidade às atividades, aos planos de trabalho e às análises que vinham sendo conduzidas por este último.

O CAE da TIM é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, que busca as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado, e regido pela Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução Normativa CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, e demais regulações aplicáveis.

O CAE é formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, para o mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos.

Cumpre esclarecer que a função de membro do CAE é indelegável, devendo ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos.

A eleição dos novos conselheiros de administração ocorreu na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de março de 2021. Para o mandato 2021/2023, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE: Srs. Gesner José de Oliveira Filho (Coordenador), Flavia Maria Bittencourt e Herculano Aníbal Alves (especialista em contabilidade societária), todos caracterizados como independentes segundo o critério definido pelo regulamento do Novo Mercado da B3.

O CAE tem como atribuições ordinárias supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou sua controlada, de um lado, e, de outro lado, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.

Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act* ("SOx"), ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US* Se*curities and Exchange Commission* ("SEC"), por possuir *American Depositary Receipts (ADRs)* na *The New York Stock Exchange* ("NYSE") desde 16 de novembro de 1998.

O CAE possui dotação orçamentária anual, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

O presente Relatório é emitido em observância ao previsto pelo inciso IX, do Artigo 14, do Regimento Interno do CAE, e conforme regra estabelecida pela CVM.

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM em 2021

O CAE reunir-se-á sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, 20 (vinte) reuniões do CAE que contemplaram 107 (cento e sete) itens de Ordem do Dia (sessões). As reuniões tiveram duração média de 1 (uma) hora e 52 (cinquenta e dois) minutos cada e, durante as discussões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidores, além dos demais membros da Diretoria Executiva, os Diretores das áreas de Auditoria Interna e de *Compliance*, e os Auditores Independentes. A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes:

I. Analisou o plano anual de trabalho dos auditores independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas por estes em 12 (doze) sessões durante o ano de 2021. A Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2021, e pelo planejamento e execução das auditorias referentes às informações trimestrais ("ITRs"), conforme as normas reconhecidas, bem como pela revisão especial das ITRs, enviadas à CVM. Seu parecer assegura que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). A EY foi, ainda, responsável pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia.

II. Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 10 (dez) sessões durante o ano de 2021, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas, e avaliou, mediante a aplicação de questionário de avaliação previamente aprovado pelo CAE, o desempenho da Auditoria Interna da Companhia.

III. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, em 8 (oito) sessões durante o ano de 2021, a fim de, entre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, sobretudo em relação aos controles internos que sustentam a certificação *Sarbanes-Oxley* ("SOx").

Em relação aos controles internos, foram objeto de acompanhamento e recomendações pelo CAE os seguintes principais temas: (i) monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhorias; (ii) análise do processo de certificação dos controles internos – SOx junto aos administradores e aos Auditores Independentes; (iii) procedimentos da Companhia para cumprimento integral dos requisitos da SOx e monitoramento intensivo dos planos de remediação relativos às deficiências apontadas pela auditoria independente em relação ao processo de Certificação SOx na Companhia.

O CAE constatou que os controles internos são implementados em consonância com a natureza, complexidade e necessidade das operações e, diante das informações prestadas pela Diretoria Executiva, pela Auditoria Interna e pelos auditores independentes, verificou não existir qualquer fato relevante ou de natureza grave que possa colocar em risco o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

IV. O CAE informou-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o CAE teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar suas implementações, e a execução das recomendações de melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles. Com base nas informações às quais teve acesso, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se sujeitam as transações. O CAE tem assinalado a importância de melhoria contínua no sistema de controles internos.

V. Acompanhou e supervisionou os trabalhos desenvolvidos pela área de *Compliance* da Companhia, em 9 (nove) sessões, com destaque aos assuntos relacionados à: (i) SOx *Compliance*, por meio de monitoramento de deficiências apontadas pelo Auditor Independente e pela administração da Companhia; (ii) *Compliance* de Tecnologia da Informação e Segurança Corporativa, ressaltando os riscos de *Cyber Security* e debatendo sobre a implementação na Companhia das adaptações requeridas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"); (iii) *Compliance* de Processos Comerciais e gerais da Companhia; fraude e corrupção, garantindo a aderência às leis, normas, padrões e regulamentos internos e externos. No âmbito do Programa de Integridade e Anticorrupção da Companhia, o CAE também acompanhou o processo visando a manutenção da Certificação ISO 37001 concedida em 2020.

VI. Tomou conhecimento das principais alterações propostas no âmbito regulatório e as mudanças institucionais previstas, bem como os principais aspectos dos cenários político e econômico, com destaque para os riscos e desafios da conjuntura atual que possam impactar a Companhia. Para tanto, tem acompanhado os principais macroindicadores que auxiliam uma avaliação de riscos do ambiente externo para a Companhia no limite daquilo que é previsível pelas melhores técnicas quantitativas e qualitativas.

VII. No desempenho de suas atividades, o CAE acompanhou regularmente questões relacionadas à: (i) Satisfação do consumidor e qualidade dos serviços e do atendimento; (ii) Estímulo à inovação aplicada a produtos e serviços; (iii) Transparência e prestação de contas aos stakeholders; (iv) Ética nos negócios; (v) Inclusão digital; (vi) Diálogos e comunicação com públicos de relacionamento; (vii) Gestão de produtos eletrônicos; (viii) Investimento em infraestrutura; e (ix) Desenvolvimento de novas tecnologias.

VIII. No decorrer de 2021, o CAE analisou relatórios de *Enterprise Risk Management* ("ERM") da Companhia com foco no monitoramento do plano de trabalho para revisão e atualização dos fatores de risco publicados pela Companhia, gestão dos riscos financeiros, apetite de risco da Companhia e adequação dos fatores de riscos constantes no Formulário de Referência da Companhia, no inventário dos riscos SOx/CVM. Este tema foi trazido em 6 (seis) sessões durante o ano de 2021. A estrutura de gestão de riscos da Companhia prevê a análise pelo CAE com base no exame realizado pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"). Ambos são órgãos de governança vinculados ao Conselho de Administração conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia.

IX. Dentre as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, o Comitê examinou, avaliou e opinou, previamente, sobre 11 (onze) contratos de naturezas diversas entre a Companhia, de um lado, e partes relacionadas, de outro lado. Todas as contratações seguiram estritamente o processo de governança necessário para atender tanto às normas de *Compliance* internas da Companhia, quanto à regulamentação da CVM e da SEC. As informações relevantes sobre as contratações estão devidamente divulgadas no Formulário de Referência da Companhia.

X. No âmbito de suas atribuições, o CAE analisou, em 9 (nove) sessões durante o ano de 2021, os relatórios referentes às denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias da Companhia e as respectivas ações de melhoria previstas. Os relatórios, que são divididos por tipologia, ficam arquivados na sede da Companhia.

XI. Além das 20 (vinte) reuniões informadas, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE participaram de 2 (duas) reuniões privadas, de 1 (uma) hora cada, com a área de Auditoria Interna da Companhia, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para avaliação de possíveis cerceamentos ou risco de quebra de independência, de qualquer tipo de ingerência da administração, dando abertura ao Comitê para externar eventuais preocupações que precisem ser avaliadas no desenvolvimento dos trabalhos da auditoria.

3. Assuntos Discutidos com os Auditores Independentes considerando a forma de apresentação do Relatório de Auditoria (NBC TA 701)

Conforme determinado pelas normas de auditoria (NBC TA 260), que dispõem sobre a comunicação com os responsáveis pela governança da Companhia, o auditor deve comunicar, dentre outros, o quanto segue: (i) suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis; (ii) visão geral do seu Plano de Auditoria para o exercício; (iii) sua visão sobre os aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da Companhia, incluindo políticas e estimativas contábeis, e divulgações nas demonstrações contábeis; (iv) dificuldades significativas encontradas durante a auditoria, se houver; (v) aspectos de independência, incluindo confirmação formal sobre sua independência em relação à Companhia; (vi) comunicação, por escrito, aos responsáveis pela governança, das constatações significativas decorrentes da auditoria; e (vii) conforme determinado pela NBC TA 701, comunicar quais os Principais Assuntos de Auditoria ("PAAs") a serem considerados no Relatório do Auditor Independente.

Diante do exposto acima, visando cumprir com o protocolo e/ou requerimento de comunicação entre os auditores e os responsáveis pela governança da Companhia, o CAE manteve reuniões periódicas com os Auditores Independentes da Companhia, com objetivo de acompanhar o andamento dos trabalhos dos auditores em relação às demonstrações financeiras da Companhia e sobre os controles internos de relatórios financeiros (SOx), de forma que todos os assuntos acima, entre outros, foram formalmente avaliados pelo CAE junto aos Auditores Independentes.

Especificamente em relação aos PAAs, o CAE interagiu com os Auditores Independentes com o objetivo de entender o julgamento dos Auditores para determinação desses assuntos como PAAs, bem como o entendimento da abordagem de auditoria definida pelos Auditores Independentes como resposta de auditoria a esses PAAs.

Por fim, além de toda a interação com os Auditores Independentes, o CAE realizou as seguintes atividades ao longo do ano para avaliação das áreas consideradas como PAAs pelos Auditores Independentes:

3.1. Provisão para contingências tributárias (nota explicativa 24 - "Provisão para processos judiciais e administrativos")

O CAE revisou trimestralmente a evolução das contingências tributárias e acompanhou os prognósticos fornecidos pelos responsáveis pelas áreas Tributária, Cível, Trabalhista e Regulatória da Companhia.

3.2. Impacto na venda de participação da Companhia na I-System (anteriormente denominada FiberCo)

O CAE manteve diversas interações com a administração da Companhia para avaliação e acompanhamento dos impactos contábeis ocasionados pelo fechamento da transação.

4. Outras Atividades

4.1. Revisão do Formulário 20-F e do Formulário de Referência

Com relação aos trabalhos de revisão do Formulário 20-F (SEC) e do Formulário de Referência (CVM), os membros do CAE se reuniram formalmente, no total, 2 (duas) vezes entre os meses de março e junho de 2021, com executivos da Companhia.

4.2. Avaliação do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas

Os membros do CAE se reuniram com executivos da Companhia para avaliar a adesão da Companhia a determinadas práticas de governança previstas no Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas, em atendimento à Instrução Normativa CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que alterou e acrescentou dispositivos à Instrução Normativa CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

4.3. Autoavaliação do CAE

Os membros do CAE submeteram-se a questionário de autoavaliação de desempenho de suas atividades, conforme as melhores práticas de governança existentes no mercado nacional e estrangeiro. Com base nas respostas apresentadas, os membros do CAE procuraram aprimorar e tornar mais eficientes as atividades desenvolvidas durante o ano de 2021, objetivando um processo de evolução constante e permanente.

4.4. Avaliação dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna

Os membros do CAE procederam à avaliação da qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna da Companhia, por meio de questionários de avaliação previamente aprovados pelo CAE.

5. Conclusões e recomendações

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021").

Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela EY, e a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, o CAE concluiu que essas informações e documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia.

Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), de 23 de fevereiro de 2022.

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

HERCULANO ANÍBAL ALVES
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

FLAVIA MARIA BITENCOURT
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*), **Camille Loyo Faria** (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo** (*Human Resources & Organization Officer)*, **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*
MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer
BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

CAMILLE LOYO FARIA
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores
LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer
MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer

JAQUES HORN
Diretor Jurídico

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*), **Camille Loyo Faria** (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo (***Human Resources & Organization Officer***), Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*
MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer
BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

CAMILLE LOYO FARIA
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores
LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer
MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer

JAQUES HORN
Diretor Jurídico

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM

TIMB LISTED NYSE

ISE B3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **TIM S/A** Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tim S/A ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para contingências tributárias

Conforme divulgado na nota explicativa 24 das demonstrações financeiras, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, no montante de R$16.739 milhões, em 31 de dezembro de 2021, para os quais foi constituída provisão no montante de R$430 milhões. Enquanto o valor de R$16.309 milhões foi divulgado pela Companhia como perdas possíveis de ocorrer, em linha com os requerimentos do "CPC 25 (IAS37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgados depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais.

Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer impactos relevantes às demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e eficácia dos controles internos da Companhia para identificação e avaliação das contingências tributárias, incluindo o processo da Companhia na determinação dos prognósticos de perda das contingências tributárias e sobre a informação produzida pelo sistema de tecnologia que apoia este processo; (b) para teste da avaliação da Companhia sobre o prognóstico de perdas dos processos tributários, envolvemos nossos especialistas em assuntos tributários para auxiliar-nos na avaliação dos prognósticos realizados por advogados externos para as contingências tributárias mais significativas da Companhia, obtivemos e analisamos opiniões legais junto a todos os consultores jurídicos internos e externos, realizamos reuniões e obtivemos representações por parte da diretoria da Companhia com relação à avaliação dos principais processos tributários; e (c) revisão da adequação das divulgações incluídas pela Companhia na nota explicativa nº 24 às demonstrações.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e a divulgação das contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Alienação de 51% mantido na investida I-System (anteriormente conhecida como FiberCo Soluções Infraestrutura S/A)

Conforme descrito na nota explicativa 1 das demonstrações financeiras, em 16 de novembro de 2021, a Companhia vendeu 51% da participação que mantinha na I-System. A venda gerou um ganho de R$782 milhões, que foi mensurado pela diferença entre o valor justo da consideração recebida e o valor contábil dos ativos e passivos líquidos da I-System. A determinação do valor contábil dos ativos e passivos líquidos da I-System envolveram identificação e mensuração dos ativos, passivos e ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocados a I-System na data da venda.

Auditar a contabilização da Companhia relativa à venda de 51% do investimento mantido na I-System foi complexo devido o julgamento significativo aplicado pela diretoria para determinação do montante do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocado a I-System, a natureza da transação e significativo julgamento exercido pela diretoria na avaliação dos impactos contábeis relativos a perda de controle e do contrato de prestação de serviço entre as partes.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e testamos a eficácia dos controles internos mantidos pela Companhia para avaliar a transação de venda de 51% de participação na I-System. Por exemplo, testamos controles de revisão da diretoria sobre a contabilização dos efeitos da venda e cálculo do ganho líquido de impostos e controles da diretoria sobre a revisão de assuntos chave, dados e premissas utilizadas pela diretoria na determinação da alocação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura à I-System.

Para testar a avaliação efetuada pela diretoria sobre a venda, nossos procedimentos incluíram, entre outros: inspeção dos contratos relacionados a transação, avaliação da razoabilidade dos julgamentos aplicados pela diretoria e teste da acuracidade matemática sobre o cálculo do ganho na venda (líquido de impostos), avaliamos os assuntos chave e dados utilizados pela diretoria na determinação da alocação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocado à I-System através de inspeção documental e avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia; avaliamos o julgamento da diretoria sobre os critérios para contabilização dos impactos relativos à perda de controle através da avaliação de possíveis evidências contrárias nos documentos atrelados a transação bem como a avaliação da diretoria sobre o contrato de prestação de serviço à luz do CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamentos; nós também envolvemos profissionais de impostos para avaliar os impactos fiscais associados a venda e também avaliamos a adequacidade das divulgações efetuadas pela Companhia relativas a venda de 51% do investimento mantido na I-System.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os impactos contábeis relacionados a alienação de 51% de participação societária na FiberCo, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração dos impactos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

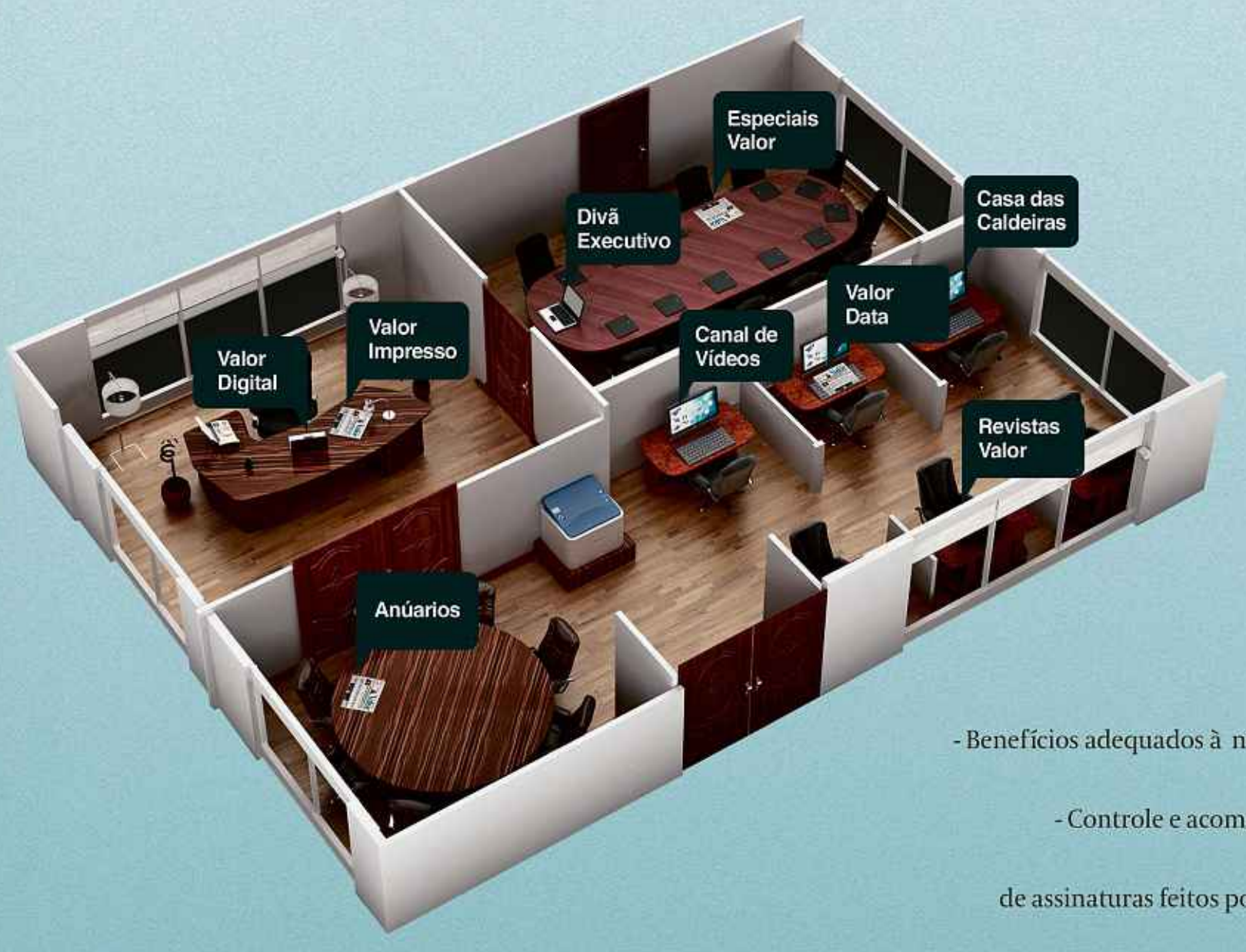
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0

www.tim.com.br

Vantagens de ser um
Assinante Corporativo

Sua empresa pode manter a equipe preparada para tomar as melhores decisões e alavancar negócios.
Diariamente, o Valor Econômico traz notícias de bastidores, conteúdo relevante e análises
produzidas pela melhor equipe de jornalistas e colunistas do Brasil.



- Benefícios adequados à necessidade da empresa;
- Controle e acompanhamento do pacote de assinaturas feitos por equipe especializada;
- Pagamento por meio de fatura única ou cartão corporativo;
- Descontos progressivos.

Pacotes de assinaturas para Empresas.

11 3767-7059
de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h
corporate@valor.com.br
assinaturas.valor.com.br/assinatura-corporativa

ECONÔMICO Valor
Notícias que geram negócios

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2021

► COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Prezados acionistas,

A administração da TIM S.A. ("TIM S.A.", "Companhia" ou "TIM") apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2021, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e com o Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2021.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*), conforme definidas pela IASB.

As informações operacionais e financeiras de 2021, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

► Perfil da Companhia

A TIM S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e ADRs (*American Depositary Receipts*) listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE). Em 2021, a TIM confirmou a sua manutenção, pelo décimo quarto ano consecutivo, no seleto grupo de companhias que integram o portfólio ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3), reforçando o seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Além disso, a TIM é listada desde 2011 no Novo Mercado, segmento reconhecido pelo mais alto nível de governança corporativa da B3 e a partir de 2021 passou a fazer parte dos índices S&P-B3 Brasil ESG, Refinitiv Diversity & Inclusion e Bloomberg Gender Equality.

A TIM S.A. é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária do grupo Telecom Italia. A TIM opera nos mercados de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, em todo território brasileiro, e no mercado de ultra banda larga abrangendo alguns estados do país.

► 1. Mensagem da Administração

O ano de 2021 ainda foi fortemente impactado pela pandemia de COVID-19, que impôs grandes desafios à sociedade, com impactos para a saúde pública e econômicos. Em meio ao aumento da vacinação, surgimento de novas variantes do vírus, escalada da inflação e aumento dos juros, a TIM se mostrou resiliente para entregar resultados sólidos ao final de 2021, cumprindo com todas as metas estabelecidas junto a seus acionistas e ao mercado financeiro em geral.

► Evolução da Pandemia e a Dinâmica Macroeconômica

Ao longo do primeiro semestre, a economia brasileira vinha registrando recuperação a despeito da oscilação das condições sanitárias, e a consequente adoção de novas medidas restritivas entre março e abril. O impacto dessas restrições sobre a atividade econômica em geral e sobre a atividade da TIM se deu em magnitude significativamente menor do que em períodos similares em 2020. No segundo semestre, a vacinação da população se acelerou, mas a recuperação econômica continuou a se dar de forma heterogênea entre os diferentes setores. A aceleração da inflação com posterior início do ciclo de aperto monetário limitaram a melhora de dinamismo da economia. Para nós, esta situação se materializou principalmente no segmento de telefonia móvel pré-pago como consequência de uma disponibilidade de renda das famílias ainda bastante pressionada seja pela inflação, pelo endividamento e por um mercado de trabalho ainda vacilante.

► M&A e 5G: Transformações Setoriais e para TIM

Em 2021, grandes transformações setoriais tomaram forma e começaram a se materializar. De um lado, a transação de compra dos ativos móveis da Oi Móvel S.A. passou a ser analisada pelos órgãos reguladores setorial (Anatel) e de concorrência (CADE) que mesmo sem apresentar uma resposta definitiva dentro do ano indicavam uma definição logo no início de 2022. De outro lado, houve uma proliferação de iniciativas no setor de telecomunicações para explorar as oportunidades do serviço de ultra banda-larga, seja através de IPOs de pequenos provedores, seja através da criação de veículos neutros de infraestrutura de fibra ótica. Neste último caso, optamos por fechar um acordo com a IHS Brasil para a venda de 51% de um veículo de fibra recém criado com intuito de acelerar o desenvolvimento de sua cobertura dos serviços de FTTH (*Fiber-To-The-Home*).

No segundo semestre do ano, ocorreu o leilão de frequências que previa a venda de lotes de espectro destinados às tecnologias 4G e 5G. Participamos de forma muito bem sucedida, adquirindo um conjunto de faixas de frequências que ajudarão na composição do nosso portfólio de espectro e evolução dos serviços com a implantação das novas redes 5G e reforço de capacidade na rede 4G.

► Resiliência em Face das Adversidades e Foco na Execução da Estratégia

O primeiro semestre foi marcado por uma recuperação mais pujante, mas conseguimos a despeito dos desafios do segundo semestre, manter um bom nível de crescimento anual de receita de serviços (+6% no 1S e +4% no 2S) para fechar o ano com crescimento positivo de 5% versus 2020. Esse desempenho representa uma robusta recuperação se comparamos com a performance de 2020, onde o crescimento da receita de serviços foi de apenas 0,4% A/A. Nossa capacidade de encontrar soluções em meio as adversidades e o foco na execução da nossa estratégia foram fundamentais para essa evolução no desempenho.

Entre as iniciativas implementadas em 2021 que suportaram essa performance, destacam-se: (i) a contínua evolução da abordagem de volume para valor, com contínuo crescimento de ARPU, redução do *churn* e recuperação da adição de clientes; (ii) o resgate do tema Música como parte dos nossos lançamentos de oferta e de um novo posicionamento de marca; (iii) a sólida execução na nossa operação de banda larga; (iv) o contínuo avanço da nossa infraestrutura de rede e TI; (v) a busca incessante por eficiência de custos e investimentos; e (vi) a continua evolução da estratégia de Plataforma de Clientes materializada por mais uma parceria fechada no segmento de educação a distância com a plataforma Ampli.

Os impactos positivos dessas iniciativas ficaram evidentes nos resultados das diferentes linhas de negócio:

- Do ponto de vista dos Serviços Móveis, a receita manteve uma boa dinâmica e terminou o ano com crescimento próximo a 5% contra o ano de 2020. Essa performance foi puxada pelo segmento Pós-Pago que cresceu mais de 5% A/A, enquanto o Pré-Pago caiu próximo a 2%.
- A banda larga residencial manteve um forte crescimento de aproximadamente 15% comparado a 2020.
- Nossas receitas com a Plataforma de Clientes somaram cerca de R$ 120 milhões, multiplicando por 8 o número de 2020 e com grandes contribuições da parceria com o Banco C6 e das iniciativas de Publicidade Móvel.

► Uma Infraestrutura Robusta para Suportar uma Melhor Experiencia para o Cliente

O desenvolvimento da nossa infraestrutura é pilar fundamental da estratégia de melhoria da experiência dos clientes. Desta maneira, em 2021, demos ênfase em continuar evoluindo na qualidade dos nossos serviços através do fortalecimento da nossa rede e dos nossos sistemas.

Por mais um ano, a TIM assegurou a liderança em 4G, tendo a maior e melhor cobertura nesta tecnologia. Fechamos 2021 com mais de 4700 mil cidades e nos aproximamos cada vez mais da meta de cobrir todos os municípios do país até 2023. Nossa rede móvel foi atestada mais uma vez como líder em disponibilidade 4G e melhor experiência de vídeo e vídeo-chamada pela OpenSignal. A cobertura de 4.5G superou 1700 cidades e lançamos a tecnologia 5G DSS e fizemos pilotos com o 5G *standalone*.

Na rede fixa, superamos a marca de 112 mil quilômetros de fibra ótica em *backbone* e *backhaul*, o que nos possibilitou conectar mais 1200 cidades com fibra ótica, expandimos também nossa cobertura do serviço de banda larga residencial da TIM Live, chegando a 4,2 milhões de domicílios em FTTH e 6,7 milhões de domicílios totais.

Na frente de TI, avançamos no projeto Journey to Cloud para migrar todo o nosso *datacenter* para nuvem, fechamos o ano com 44% de migração. Este projeto, e outros com foco em digitalização tem impacto tanto nos custos da Companhia quanto na satisfação dos clientes.

► Eficiência e Geração de Caixa

Nossa cultura voltada para eficiência tem sido uma marca registrada da TIM na última década. Portanto em 2021, não foi diferente, apesar das pressões inflacionárias e da crise energética, conseguimos compensar uma boa parte desses efeitos com iniciativas voltadas a transformação digital e a cortes de custos mais tradicionais. O controle da inadimplência também contribuiu para o crescimento dos gastos ficar abaixo dos 5% e menos da metade da inflação oficial (IPCA: 10,06%).

A sólida performance nas frentes operacional e financeira produziu, mais uma vez, o maior EBITDA da história da TIM, atingindo mais de R$ 8,7 bilhões, com uma margem de 48,4% no ano e, também, um excelente nível de fluxo de caixa operacional em mais de R$ 6 bilhões. Com isso, fechamos o ano com sólida posição financeira e prontos para cumprir com as obrigações de desembolso extras que teremos em 2022 – aquisição de ativos da Oi Móvel e das licenças de frequência. Nosso caixa ficou próximo a R$ 9,8 bilhões com um endividamento líquido de R$ 3,7 bilhões (incluindo o impacto relacionado as licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R$ 843 milhões) e ainda assim, a Companhia manteve a alavancagem em patamar saudável. Esse cenário nos deu conforto de manter a distribuição aos acionistas no patamar de R$ 1 bilhão através do instrumento de JSCP.

► Conclusão e Perspectivas

A capacidade de agir rapidamente e de maneira assertiva, aproveitando oportunidades do mercado e mantendo o foco na execução da estratégia foram as marcas de 2021. Essa combinação tornou possível a entrega de todas as metas definidas para o ano, mesmo em um cenário de alta incerteza.

A expectativa para o ano de 2022 é de aceleração no processo de transformação da TIM e do setor com a aprovação da transação com a Oi Móvel, o início da implementação do 5G "de verdade" e a mudança de paradigma da banda-larga fixa para redes neutras. Esperamos, ainda, capitalizar mais as iniciativas nas frentes de transformação digital e de novos negócios, criando grandes oportunidades para TIM de eficiência e crescimento.

► 2. Panorama Econômico e Industrial

2.1. Ambiente Macroeconômico

Apesar das expectativas positivas para o ano, 2021 foi, ainda, significativamente impactado pela pandemia do Coronavírus – COVID 19, que trouxe, além de um imensurável ônus humano, um expressivo ônus para atividade econômica do Brasil e do mundo. Após o início da vacinação em massa no mundo ainda no final de 2020 e com o avanço da vacinação no Brasil durante todo o ano de 2021, combinado com a consequente diminuição das restrições de mobilidade e uma expressiva redução na taxa de desemprego (11,6% em novembro de 2021), ocorreu um reaquecimento da atividade econômica do país. Isso fez com que as projeções de alta do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para o período, atingissem o patamar de 4,50%, segundo o último relatório FOCUS[1] do ano, em comparação a uma previsão de crescimento de 3,41%, no primeiro relatório FOCUS[2] de 2021.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2021 em 10,06%[3], maior inflação anual acumulada desde 2015. O IPCA registrado foi significativamente superior ao centro da meta, que era de 3,75% para o ano. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo grupo Transportes, que na cesta dos itens avaliados apresentou a maior variação e fechou o ano com aumento de 21,03% e o maior impacto no acumulado do ano. Além dos Transportes, se destacaram os itens Habitação e Alimentação e Bebidas. De maneira macro, a economia ainda sofre com a obstrução das cadeias de abastecimento no Brasil e no mundo, como consequência das medidas de combate ao COVID-19, causando ainda um forte choque na oferta de bens e serviços e, consequentemente, pressionando a inflação do mundo para cima.

Na frente cambial, o dólar americano apresentou forte valorização em relação ao Real em 2021, fechando o ano cotado em R$ 5,57[4], uma alta de 7,4%, depois de ter atingido R$ 5,79[5], em março deste ano, tendo apresentado forte oscilação ao longo do ano, diante de um cenário de elevação do risco fiscal decorrente do agudo aumento dos gastos públicos decorrentes da pandemia, a paralisação das reformas fiscal e administrativa, contribuíram para uma forte oscilação cambial ao longo do ano. A balança comercial fechou o ano com um superávit de US$ 61 bilhões[6]. O valor representa um crescimento de 21,1% em relação ao ano de 2020 e superou o recorde de US$ 56 bilhões de 2017. O saldo positivo é resultado de US$ 280,4 bilhões em exportações e US$ 219,4 bilhões em importações. A exportação em 2021 cresceu 34% na comparação com 2020, enquanto a importação cresceu 38,2%.

Quanto ao cenário internacional, também verificamos uma forte aceleração na vacinação contra a COVID-19 em grande parte do mundo, o que acarretou, igualmente, na diminuição das restrições de mobilidade e reunião de pessoas e, consequentemente, na retomada parcial da atividade econômica. Nos EUA e países desenvolvidos, o ano trouxe a inflação como novidade nos relatórios econômicos, o que não acontecia há décadas. Especialmente nos EUA, o índice de preços ao consumidor atingiu 7% em 2021, a maior alta em desde 1982. O PIB dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avançou 0,9% no 3º trimestre de 2021 em comparação com o trimestre anterior e retomou nível pré-pandemia. Devido a aceleração da retomada da atividade econômica, o FMI reviu sua projeção de crescimento da economia mundial em 2021 para 5,9%[7].

2.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional".

O setor sempre foi impactado por uma acirrada competição no mercado brasileiro, verificada pela presença de ofertas mais agressivas sob o ponto de vista do conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral, o que, de certa forma, limita a capacidade da Companhia de repassar aumentos de custos ou de propor a adesão a ofertas de maior valor, levando todo o setor de telecomunicações à uma certa degradação.

Por outro lado, o ambiente altamente competitivo pode ter sido, em última análise, um dos gatilhos para a consolidação do mercado móvel, que se vislumbra terminar 2022, com a concretização da venda da Oi Móvel, e consequente divisão dos ativos para os players remanescentes do setor.

Ao longo do ano de 2021, o setor continuou a sofrer os impactos oriundos da profunda crise causada pela epidemia COVID-19, e de todas as restrições destinadas a retardar sua propagação. Todavia, o setor manteve a tendência de crescimento no consumo de dados, exigindo das operadoras a capacidade de adaptação de suas redes, enfrentando o desafio de entregar uma infraestrutura cada vez mais robusta, em ambiente de maior racionalidade nos investimentos, como projetos como a derisificação de sites, o *refarming* de frequência e a agregação de portadoras em duas ou três frequências. Além disso, a TIM segue avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede. Essa evolução da rede da Companhia permite a ampliação significativa do tráfego na rede 4G, que propicia aos seus clientes melhor experiência de uso, tanto em termos de performance, com maior velocidade de *download* e *upload* e menor latência, como em cobertura *indoor* e maior penetração.

Essa demanda por evolução tecnológica e investimentos no setor tende a ser mantida, isso pode ser verificado, especialmente, considerando o leilão do 5G, que foi realizado no último trimestre do ano de 2021, e instituiu uma serie de obrigações relacionadas à autorização do direito de utilização das frequências, o que, certamente, obrigará setor a passar por um novo ciclo de investimentos. A implantação dessa nova tecnologia vai trazer avanços muito expressivos, possibilitando a geração de novos modelos de negócio, incentivando uma sociedade cada vez mais conectada, além de abrir caminho para a implementação de avanços em pesquisa e desenvolvimento.

Por fim, 2021 mostrou-se um ano no qual a demanda por Banda Larga Fixa se consolidou. Durante o ano, *players* menores lançaram suas Ofertas Públicas Iniciais ("IPOs") e fortaleceram suas posições financeiras para continuar crescendo. A Banda Larga Fixa é uma grande oportunidade no país por ainda ter baixa penetração fora dos grandes centros, mas, por outro lado, pode ser muito influenciada pela separação de empresas provedoras de serviços e *players* de infraestrutura, visto que as empresas prestadoras de serviços podem alugar infraestrutura das empresas especializadas buscando uma aceleração de crescimento.

► 3. Serviços TIM

3.1. Negócios

A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de atender novos padrões de consumo ao mercado. A abordagem proativa permite à Companhia estar em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios nas telecomunicações. A mudança no perfil de uso dos clientes e o surgimento de novas tecnologias fomentam uma ruptura na indústria de telecomunicações, baseada no consumo de dados, conteúdos e serviços digitais.

O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, TIM Live, e o serviço de banda larga fixa através da rede móvel, utilizando a tecnologia WTTx e 5G DDS, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT.

Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões.

Demonstrando esse diferencial, em 2021, a TIM iniciou a primeira parceria entre uma empresa de telecomunicações e uma empresa de educação. Foram lançadas ofertas exclusivas para os clientes que se matriculassem nos cursos oferecidos na plataforma e os clientes TIM passaram a receber descontos em cursos selecionados. Por sua vez, as ofertas lançadas em parceria com o C6 Bank continuam a agregar um diferencial ao portfólio, ao somar mais conveniência e adicionar novas experiências às ofertas dos planos Controle e Pós puro. Continuamos oferecendo aos clientes do plano TIM Black Família um *marketplace* para serviços de OTT, uma maior flexibilidade na escolha do conteúdo de entretenimento incluído no plano e o atendimento diferenciado do TIM Concierge. A inovação em ofertas e a consistência na operação têm garantido o diferencial do portfólio e uma maior qualidade na aquisição de novo clientes.

3.2. Estratégia

A estratégia adotada pela TIM para 2021 foi baseada em cinco frentes indicadas abaixo, cada uma das quais focada nas principais partes interessadas da Empresa (clientes, colaboradores e acionistas) e, juntas, visam redesenhar a experiência do cliente e fazer da TIM a melhor escolha por valor no mercado, apoiada por sua posição como líder na ultra banda larga móvel e sua variedade de ofertas inovadoras:

- *Mover de volume para valor*: Melhorar e acelerar a transição de volume para valor, para sustentar o crescimento do negócio móvel, com foco na experiência do cliente;
- *Melhorar a infraestrutura*: Preencher o atual gap de infraestrutura com M&A, também promovendo o crescimento inorgânico e capturando potenciais sinergias;
- *Monetizar além do core*: Expandir novos fluxos de receita a partir de modelos de negócios alternativos, como serviços financeiros móveis, Educação, Saúde e publicidade digital móvel, visando a monetização da nossa base de clientes e alavancando a plataforma de base de clientes através de ecossistemas e parcerias;
- *Aprimorar tecnologia e operações*: Implementar projetos transformacionais em infraestrutura (ex., 5G, ORAN, M-MIMO, *cloudification*) e abordar desafios estruturais e preparar nossa tecnologia e nossas operações para desenvolvimentos futuros; e
- *Explorar oportunidades de banda larga fixa*: Capturar oportunidades de crescimento do mercado de ultra banda larga com novos modelos financeiros e de negócio.

Todos os cinco pilares estratégicos mencionados acima estão diretamente relacionados ao nosso compromisso com a experiência do usuário, que é um dos nossos três pilares de fundação da marca TIM (incluindo também a inovação e a qualidade), além de estarem voltados para o fortalecimento do nosso core e na construção do futuro da companhia.

Ao longo do ano de 2021, para implementação dos pilares estratégicos mencionados acima, a TIM direcionou esforços por meio de dois habilitadores transformacionais: (i) Impulsionar **eficiências disruptivas** por meio da digitalização, automatização e novos modelos operacionais, alavancando habilidades e o aprimoramento de capacidades; e (ii) Fortalecer e consolidar a **proposta de ESG** fazendo uma transformação positiva

Este é o principal objetivo da estrutura proposta, na qual o cliente é o centro de tomada de decisão.

► 4. Recursos Humanos

A Diretoria de Recursos Humanos está estruturada com o propósito de assegurar as melhores práticas relativas à gestão de pessoas para suportar o processo de evolução da Companhia, alinhadas com as transformações tecnológicas e desafios de negócio, que incluem o compromisso com a sustentabilidade e a valorização da diversidade e inclusão.

Contar com um time engajado é fundamental para superar desafios e conquistar melhores resultados. Na TIM, a relação de transparência e respeito com todos os níveis fortalece o orgulho de pertencer e a clareza sobre nosso direcionamento. Esses fatores são diferenciais no desenvolvimento da nossa marca empregadora.

Em 2021, tivemos uma adesão de (97%) na Pesquisa de Clima e Engajamento, confirmando a consistência desse processo como um dos mais importantes para se ouvir as pessoas e dar oportunidade de contribuir para a evolução da nossa empresa.

O resultado da Pesquisa de Clima e Engajamento de 2021 foi 83%(-1pp/2020), colocando a TIM 10p.p. acima do Mercado de Telecom Global da Mercer, consultoria parceira responsável pela metodologia e aplicação da pesquisa.

Os principais destaques ficam para a consistência no programa de aculturamento em Diversidade & Inclusão (mantida em 95%), o aumento na atuação da liderança no desenvolvimento dos times, através de feedback (84% | +3pp), tolerância ao erro (85% | +2pp), coerência na avaliação de desempenho (83% | +3pp) e prática do reconhecimento financeiro e não financeiro (71% | +2pp), em coerência com a revisão das competências e do Performance.

Em 2022, será necessário maior foco em ações estruturadas de bem-estar-estar e evoluir em agilidade e prontidão para mudanças, a fim de manter o posicionamento de cuidado com as pessoas e melhoria nos processos para a inovação.

A cultura de integridade e carreiras atrativas também se destacam entre os fatores mais reconhecidos pelo nosso time, refletindo o alto engajamento e o sucesso de ações como o TIM Talks Experience 2021 e campanhas de Diversidade e Inclusão, direcionadas aos cinco pilares trabalhados na empresa: gênero, raça, pessoas com deficiência, pessoas LGBTI+ e gerações.

4.1. Pessoas

A TIM encerrou o ano de 2021 com 9.337 funcionários em todo Brasil. Esses colaboradores, com suas histórias e conhecimento, representam o capital intelectual da Companhia e atuam como motores para o desenvolvimento do negócio.

Aproximadamente 70,4% dos colaboradores possuem ensino superior completo ou frequentam a universidade e 9,9% possuem pós-graduação. Os números e resultados mostram que a TIM possui um quadro diversificado e altamente qualificado de colaboradores para atender os desafios da Companhia. A força de trabalho é complementada por 216 estagiários e 128 jovens aprendizes.

4.2. Desenvolvimento e Treinamento

Os colaboradores da TIM têm acesso a uma oferta de treinamento e desenvolvimento bem estruturada para evoluir dentro da companhia e construir uma carreira de sucesso. A TIM investiu mais de R$ 10 milhões em treinamento e desenvolvimento dos seus colaboradores em 2021.

Para orientar as carreiras dos seus colaboradores, a TIM identifica e monitora o desempenho individual para guiar as atividades com mais assertividade. A Companhia avalia a dedicação e o desempenho diferenciado dos seus profissionais por meio de diferentes ferramentas de gestão de performance, e encoraja e proporciona oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem.

Aqui na TIM, ao longo do ano de 2021, em continuidade ao plano iniciado em 2020, tivemos como foco apoiar a evolução e a transformação da empresa rumo ao modelo de digital TELCO, com foco específico no desenvolvimento das *new capabilities*, necessárias para alcançar os objetivos do plano estratégico e industrial da companhia.

Ao longo de 2021, a TIM implementou diversos programas e iniciativas para gerenciar e suportar o desenvolvimento das pessoas nas competências necessárias para alcançar as estratégias do negócio:

- **Novo Processo de Gestão de Desempenho**: a TIM completou seu ciclo de gestão de desempenho 2020/21, envolvendo mais de 7.700 colaboradores com algumas novidades importantes como a inclusão de novos públicos (equipe de Vendas e Atendimento, Estagiários), com uma abordagem profundamente customizada. O foco da avaliação está relacionado ao modelo de competência, bem com a capacidade em fazer acontecer. A implementação de uma nova plataforma de Gestão de Desempenho, customizada para proporcionar a melhor experiência digital aos colaboradores, também foi uma novidade.
- **Soluções Digitais de Desenvolvimento da Liderança:** Durante este ano, a TIM lançou duas soluções inovadoras para desenvolver nossos líderes: o Programa E-Coaching e o Mentoring Executivo, mais de 350 líderes experimentaram uma solução digital de desenvolvimento, customizada para suas próprias necessidades.
- **Gestão de Sucessões**: A continuidade do mapeamento de sucessão foi realizada este ano para garantir a aceleração do desenvolvimento e a prontidão para cargos mais críticos da alta administração e posição de executivos.
- **Mentoria interempresarial para mulheres:** em julho de 2021, a TIM, juntamente com um número crescente de grandes empresas, criou uma iniciativa para acelerar o desenvolvimento de carreira das mulheres. A iniciativa está inserida no Projeto "Mulheres Positivas", que tem o escopo mais amplo de viabilizar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho brasileiro. Em 2021, foram desenvolvidas 2 ondas de mentoria, envolvendo 149 mulheres.

Os principais programas e iniciativas de treinamento estão listados abaixo:

- **Principais questões institucionais e de compliance**: todos os colaboradores participam de cursos sobre as principais questões institucionais e de compliance, como ética, direitos humanos, políticas de sustentabilidade e meio ambiente, saúde e segurança, segurança da informação e anticorrupção, alinhadas às diretrizes do Grupo e às leis internacionais e nacionais.
- ***Digital Learning Roadmap***: a nova plataforma de formação online "Talent Hub Aprendizagem" inclui roteiros individuais e coletivos para a aprendizagem digital. O roteiro centra-se em questões estratégicas como mentalidade digital, novas capacidades, inovação, responsabilidade, experiência do cliente, execução, networking colaborativo, gestão da mudança.
- ***TIM Talks***: Programa anual de Treinamento, Desenvolvimento e Comunicação da TIM Brasil. Assim como em 2020, o evento contou com a participação do público interno e externo. O TIM Talks começou em novembro com um evento de Abertura, e se estendeu até o final de dezembro por meio de um programa de workshops focado em questões estratégicas do setor como 5G, Cloud, IA, Privacidade e etc. O workshop contou com a participação de representantes do mercado, do mundo acadêmico e de instituições em geral, e pela primeira vez também envolveu convidados internacionais.
- **Plano de Apoio no contexto da Pandemia de COVID 19**: Ao longo dos anos de 2020 e 2021, em função da pandemia do novo coronavírus, a TIM realizou ações de treinamento voltados à temas de saúde e segurança diversos, como saúde mental, autocuidado, ergonomia, bem-estar em suas mais variadas dimensões (Ex: nutrição, exercícios físicos, etc) incluindo aulas online (ex: meditação), prevenção ao COVID-19 e também disponibilizamos os conteúdos de integração em formato digital. Além disso, transformamos 100% das nossas ações de treinamento para a metodologia à distância, sendo que a própria SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho) também passou a ser online, integrada à Jornada de Saúde e Bem Estar e com alguns eventos abertos à sociedade.
- ***Onboarding***: Levando em consideração os processos de transformação digital que a TIM iniciou há alguns anos, um novo programa *Onboarding* 100% digital foi projetado para engajar e preparar os novos funcionários para o dia a dia.
- **Jornadas Verticais:** A TIM Brasil criou jornadas de aprendizagem personalizadas para as diversas áreas, com base nas diferentes necessidades relacionadas ao escopo de atividades.
- ***Journey to Cloud* e *Agile Journey*:** Alinhada ao seu plano de transformação digital e inovação, a TIM implementou um plano estruturado de *upskilling* para todos os profissionais envolvidos na migração da infraestrutura em um ambiente *multi-cloud* e para os usuários dos novos dados e tecnologias de análise. Desde 2020, mais de 500 pessoas estiveram envolvidas no programa.

Em 2021 foi implementado um programa de formação *Agile Journey*, com o objetivo de disseminar a cultura, bem como os métodos e as ferramentas das Metodologias Ágeis. A Jornada passou a envolver as equipes que atuam nos processos de criação de serviços, a fim de trazer ganhos incrementais para o negócio, reduzir riscos e realizar melhorias contínuas. Mais de 170 funcionários já iniciaram a jornada.

[1] Estimado pelo relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) de 31 de dezembro de 2021.
[2] Estimado pelo relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) de 08 de janeiro de 2021.
[3] Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
[4] Fonte: Banco Central.
[5] Fonte: Banco Central.
[6] Fonte: Ministério da Economia.
[7] Fonte: Fundo Monetário Internacional.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:48 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

- **Iniciativas para a força de vendas (Programa *Evolution* Consumidor e Corporativo)**: jornada de aprendizagem para as lojas TIM e Força de Vendas, pensado de forma inovadora, baseado no princípio de gamificação, que se traduziu em maior envolvimento, novos conhecimentos com uma "pegada" diferente, e maior valor para a empresa. Uma experiência única, personalizada e humanizada. O modelo de treinamento virtual foi mantido e aprimorado em 2021.

Por acreditar que a diversidade e a inclusão são essenciais para a valorização e engajamento das pessoas, e desempenham um papel fundamental no processo de inovação, reforçamos nosso posicionamento e compromisso com o tema através da construção de políticas, programas e iniciativas de diversidade e inclusão, alinhadas à estratégia do negócio, cultura organizacional e valorização da contribuição de cada colaborador(a) na TIM.

Em 2021 o Programa de Diversidade e Inclusão seguiu em continuidade com o calendário anual de ações, baseado no calendário da ONU e demais datas reconhecidas nacionalmente; acompanhamento estratégico do tema pelo comitê de diversidade e inclusão, formado pela alta liderança; e atuação dos grupos de afinidade, formados por colaboradores de todos os níveis, áreas e regiões, que atuaram conjuntamente no desenho e implementação de ações inclusivas para os pilares de gênero, pessoas LGBTI+, raça, gerações e pessoas com deficiência.

Dentre as iniciativas lançadas temos o Programa de Estágio Inclusivo que flexibilizou perfil e pré-requisitos do processo seletivo para ampliar o acesso de grupos sociais minorizados, além de não haver restrições para idade, cursos e instituição de ensino o programa reservou 50% das vagas para pessoas negras. No pilar de gênero lançamos o Projeto Mulheres Positivas, voltado para ampliar a participação das mulheres no mercado de trabalho. O projeto conta com o aplicativo Mulheres Positivas como plataforma digital para apoiar o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres, o movimento liderado pela TIM começou em julho com 10 empresas e finalizou 2021 com 47 empresas parceiras que juntas oferecem acesso gratuito a vagas e cursos de capacitação, além de mentoria intercompany para mulheres.

Reforçando o compromisso e atuação concreta com foco no pilar Social do Plano ESG, a TIM estabeleceu a meta de ter até 2023 35% das posições de liderança ocupada por mulheres e 40% do quadro de colaboradores composto por pessoas negras. Também nos tornamos signatária dos principais ecossistemas de pactos e associações. Entre março e dezembro assinamos os Princípios de Empoderamento das Mulheres, da ONU Mulheres; Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero; Rede Empresarial de Inclusão Social; Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, Fórum de Gerações e Futuro do Trabalho e Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas.

Como parte do compromisso de promover um ambiente cada vez mais inclusivo, seguro e livre de discriminação, a TIM lançou em novembro o Programa Respeito Gera Respeito, com novas diretrizes e política para prevenção, coibição e gerenciamento às práticas de assédio, além de ações educativas e iniciativas internas e externas para promover ambientes e relações livres de discriminação e violência.

Mantivemos no programa o plano integrado de comunicação e treinamento, com total de mais de 40 ações e mais de 3.900 colaboradores treinados. O TIM Convida, evento 100% digital e aberto à sociedade para gerar diálogo e reflexão sobre diversidade e inclusão, apresentou 7 edições ao longo do ano totalizando mais de 386 mil visualizações Youtube.

Com a consistência do Programa de Diversidade e Inclusão, a TIM vem se tornando uma das líderes na promoção da diversidade e inclusão. Em 2021 fomos a primeira telco a nível global a receber o prêmio *GSMA's Diversity in Tech*, que reconhece empresas que promovem a igualdade e a diversidade no setor de tecnologia, e a única empresa brasileira a integrar e liderar o *Refinitiv Diversity & Inclusion Index*, que mede a nível global o desempenho das empresas nas iniciativas de diversidade e inclusão.

4.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo visa conceder ações ou opções de compra de ações da TIM S.A. a colaboradores da Companhia e suas subsidiárias, buscando desse modo promover a expansão, conquista e sucesso dos objetivos corporativos e garantindo o alinhamento de interesses dos acionistas e da administração da TIM.

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016", "Plano 2018-2020" e "Plano 2021-2023", respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares* e / ou *restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder ações aos participantes de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga. De maneira geral, os objetivos de desempenho são vinculados a indicadores econômico / financeiros, métricas de desempenho acionário (exemplo: Total Shareholder Return) e indicadores ESG (Enviromental, Social & Governance), sempre em linha com os objetivos apresentados aos acionistas para o Plano Trienal.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (Vesting). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

Conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a gestão dos Planos fica a cargo do Conselho de Administração, sujeito ao Estatuto Social da Companhia.

Especificamente para o ano de 2017, em função da Companhia ter iniciado o processo de reestruturação do seu plano de incentivo de longo prazo, em caráter excepcional e devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, o plano de incentivo de longo prazo ocorreu em forma de bônus, com o pagamento condicionado ao atingimento de determinados indicadores financeiros da TIM e dividido em três parcelas anuais.

4.3.1. Opção de Ações Ciclo 2011-2013

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	OpçõesNão Exercidas
Plano 2011 - 2013	8.567.765	-3.399.832	-5.167.933	0
1ª Concessão	*2.833.595*	*-1.532.132*	*-1.301.463*	*0*
2ª Concessão	*2.661.752*	*-896.479*	*-1.765.273*	*0*
3ª Concessão	*3.072.418*	*-971.221*	*-2.101.197*	*0*

4.3.2. Opção de Ações Ciclo 2014-2016

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2014 - 2016	8.965.119	-3.921.020	-4.931.547	112.552
1ª Concessão	*1.687.686*	*-129.643*	*-1.558.043*	*0*
2ª Concessão	*3.355.229*	*-1.709.149*	*-1.646.080*	*0*
3ª Concessão	*3.922.204*	*-2.082.228*	*-1.727.424*	*112.552*

4.3.3. Ações Ciclo 2018-2020

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Não Transferidas
Plano 2018 - 2020	2.576.648	-1.000.645	-629.875	946.128
1ª Concessão	*849.932*	*-376.859*	*-473.073*	*0*
2ª Concessão	*930.662*	*-417.208*	*-86.424*	*427.030*
3ª Concessão	*796.054*	*-206.578*	*-70.378*	*519.098*

4.3.4. Ações Ciclo 2021-2023

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Não Transferidas
Plano 2021 - 2023	3.431.610	0	-311.876	3.119.734
1ª Concessão	*3.431.610*	*0*	*-311.876*	*3.119.734*
2ª Concessão	*0*	*0*	*0*	*0*
3ª Concessão	*0*	*0*	*0*	*0*

► 5. Rede

Infraestrutura é um dos pilares estratégicos da Companhia e a TIM reafirma o seu compromisso de investimento em 2021, buscando oferecer mais e melhores serviços. As recentes mudanças no padrão de consumo bem como a crescente expectativa dos usuários quanto à qualidade dos serviços prestados, exigem um plano estruturado de expansão da rede, respaldado por análises técnicas mais robustas quanto ao padrão de consumo e necessidades de seus clientes, além de uma grande transformação cultural.

No âmbito da utilização do espectro, a TIM continua seu bem-sucedido projeto de *refarming* expandindo para a frequência 2,1 GHz, visando mais eficiência e melhor performance. Com relação à fibra, a Companhia segue com o projeto de expansão de rede, de forma a suportar a rede convergente de ultra banda larga, aumentando a disponibilidade do FTTH e o FTTS.

A TIM possuía ao final de 2021, 1.766 *Biosites* e projeta ampliar a sua utilização. Os *Biosites* são estruturas sustentáveis de menor custo, mais fáceis de instalar e que não causam impacto visual nas cidades, para aumentar a densidade de sites. No contexto de *big data*, a Companhia segue numa constante evolução de suas ferramentas de análise a partir de bases mais completas e abordagem proativa, visando um direcionamento mais eficiente dos investimentos.

No que tange à cultura corporativa, as novas tecnologias e as expectativas dos clientes provocam uma ruptura no modelo tradicional das operadoras de telecomunicações. Nesse cenário, a TIM visa desenvolver, motivar e engajar seus colaboradores com vistas a atuarem em um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, a partir de um modelo operacional ágil e flexível.

5.1. Cobertura Nacional

A infraestrutura da TIM tem um alcance nacional, cobrindo aproximadamente 98% da população urbana brasileira, com presença em aproximadamente 4.715 cidades. A Companhia também possui uma ampla cobertura de dados, mantendo a sua posição de liderança em cobertura 4G no país.

Em 2021, a TIM continuou concentrando a maior parte de seus investimentos em rede e tecnologia de informação, em linha com o praticado nos anos anteriores e com o objetivo de atender à crescente evolução do consumo de dados. A melhoria e o crescimento da infraestrutura estão apoiados em diferentes projetos, dentre eles se destacam a expansão da rede de fibra ótica (*backbone*, *backhaul* e FTTH), densificação de *sites*, *refarming* de frequência e agregação de portadoras em duas ou três frequências (conforme localidade). Além disso, a TIM vem avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede.

Em relação aos principais projetos em andamento focados na modernização e melhoria continua de nossa infraestrutura, destacamos:

- Compromisso de expandir a cobertura 4G para todos os municípios do Brasil até 2023;
- Expansão da cobertura 4.5G para 1.712 cidades em 2021;
- Expansão do uso do 4G na frequência de 700MHz, presente em 3.975 municípios ao final do ano;
- Expansão do VoLTE, disponibilizado para 4700 cidades;
- Ampliação do *refarming* da frequência de 2,1 GHz no 4G, atingindo 354 cidades;
- Projeto de virtualização de infraestrutura;
- Acordo de compartilhamento de infraestrutura de rede móvel com a Vivo, visando a eficiência na alocação de Capex e Opex;
- Expansão da capacidade de rede através da solução Massive MIMO;
- Consolidação da rede NB-IoT, presente em mais de 4.018 municípios ao final de 2021, possibilitando a criação de soluções IoT não apenas nas grandes cidades, mas também nos municípios mais afastados das capitais.

Adicionalmente, o uso da frequência de 700MHz no desenvolvimento da rede LTE continua a evoluir, proporcionando uma significativa melhora na experiência de uso dos clientes tanto em termos de performance, com maior velocidade de download e upload e menor latência, como em cobertura indoor, maior penetração.

DESCRIÇÃO	2021	2020	%A/A
Cidades 4G	**4.715**	**3.877**	**21.6%**
das quais 700 Mhz habilitadas	3.975	3.294	20.7%
das quais VoLTE habilitadas	4.700	3.860	21.8%
População Urbana Coberta (4G)	**98%**	**95%**	**3.0p.p.**
das quais 700 Mhz habilitadas	94%	92%	2.0p.p.
das quais VoLTE habilitadas	97%	94%	3.0p.p.
Cidades 3G	4.022	3.506	14.7%
População Urbana Coberta (3G)	94%	93%	1.0p.p.
Biosites	**1.766**	**1.679**	**5.2%**
Sky Coverage (nº sites)	**924**	**-**	**n.a.**
Massive MIMO (nº sites)	**2.306**	**753**	**206.2%**
Homes passed	**6.683**	**6.366**	**5.0%**
FTTH	4.185	3.244	29.0%
FTTC	3.412	3.693	-7.6%
Cidades Cobertas com Fibra*	**37**	**35**	**5.7%**
FTTH	35	33	6.1%
FTTC	5	5	0.0%
FTTCity (nº cidades)	**1.231**	**1.001**	**23.0%**

Ao final do ano, a TIM possuía um total de 23.206 sites com maior porcentagem conectados através de *backhaul* de alta capacidade.

Em relação a infraestrutura de transporte, **a Companhia alcançou 112 mil km de fibra ótica para *backbone* e *backhaul*,** um avanço de 3,8% A/A.

A cobertura na banda larga fixa também seguiu em constante expansão ao longo de 2021, superando ao final do ano 4.2 milhões de *homes passed* em FTTH, enquanto o FTTC alcançou 3,4 milhões. Isso representa um total de 6,7 milhões de *homes passed* em 28 cidades e 7 regiões administrativas do DF (FTTH + FTTC)[8].

Por fim, com um **alcance de 1.766 Biosites ativos ao final de 2021**, o desenvolvimento dos projetos de instalação de *Biosites* também está alinhado aos valores de responsabilidade social corporativa da companhia. Essas estruturas trazem uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico. Além disso, contribuem para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – tendo multifuncionalidade capaz de agregar a transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança –, além de serem de menor custo e de rápida instalação.

Atualmente, a Companhia detém autorização de uso de mais aproximadamente 120 MHz em espectro[9], distribuídos da seguinte forma:

Média de Espectro Ponderada por População						
450 MHz	700 MHz	850 MHz	900 MHz	1.800 MHz	2.100 MHz	2.500 MHz
3	20	11	5	35	22	22

5.2. Resultado do leilão de frequências ("Leilão 5G")

Nos dias 4 e 5 de novembro de 2021 foi realizado o leilão de frequências para 4G e 5G pela Anatel. A TIM arrematou um total de 11 lotes nas frequências de 3,5GHz, 2,3GHz e 26GHz, com valor total ofertado de R$ 1,05 bilhão, que depois foi ajustado segundo as regras da Anatel para R$ 884,5 milhões.

As faixas adquiridas possuem um conjunto de obrigações que deverão ser atendidas com contribuições financeiras ou com construção de infraestrutura de rede móvel e fixa. Para maiores detalhes sobre as obrigações envolvendo cada faixa, consultar o Comunicado ao Mercado divulgado pela TIM em 5 de novembro de 2021.

5.3. Qualidade

Por mais um ano, a TIM reforça seu compromisso com a evolução de seus serviços e melhoria continua da qualidade para garantir uma melhor experiência de uso aos seus clientes. O foco na expansão e melhoria da infraestrutura de rede segue sendo fator fundamental do nosso plano de negócios.

No final de 2021, a **TIM obteve a melhor pontuação no quesito "experiência em vídeo e vídeo-chamada" em relatório emitido pela OpenSignal[10], em parceria com a Anatel**. A **Companhia somou 66 pontos em experiência de vídeo e vídeo-chamada (classificada com a métrica de "muito bom")**, em pontuação de 0 a 100, acima das demais grandes operadoras do setor. Segundo o informe, o cálculo de experiência de vídeo mede diretamente *streaming* de vídeo em terminais de usuário, utilizando uma abordagem baseada na UIT que leva em conta critérios como a qualidade da imagem, tempo de carregamento e taxa de travamento, em redes 3G e 4G.

Além disso, no relatório, a TIM confirmou mais uma vez a qualidade superior de sua rede, destacando-se novamente como **líder em disponibilidade 4G**. Isso significa que os **clientes da TIM navegaram através do 4G com maior frequência – 90% do seu tempo conectado**.

Os demais destaques de Rede e Qualidade desse trimestre e no ano foram:

(i) A manutenção do ritmo de crescimento e liderança da cobertura de 4G, que é objetivo estratégico da companhia, fazendo parte tanto de seus compromissos do TAC com a Anatel quanto da debenture ESG emitida no 2° trimestre do ano;

(ii) Participação no leilão de frequências para 4G e 5G, arrematando as principais faixas de espectro: aquisição de lotes das frequências 3.5GHz, 2.3GHz e 26GHz;

(iii) Evolução da nossa plataforma de TI com 44% de todo o *workload* já migrado em 9 meses de projeto: migração de mais de 3.500 servidores para a *cloud* no ano, incluindo todo nosso CRM, estrutura de *big data* e plataforma de *billing*, preparando o ambiente para o recebimento dos ativos móveis da Oi;

(iv) Constante qualificação de nossos canais de atendimento e relacionamento com clientes:

1. No comparativo anual de 2021, a Companhia registrou: (a) 30% de redução do tempo de atendimento nos canais assistidos (CRC e Vendas); (b) 15% de aumento do atendimento automático via URA cognitiva; (c) Meu TIM como o aplicativo de atendimento mais bem avaliado do Brasil entre as operadoras (nota 4.4 na Play Store);
2. A TIM também ficou em **primeiro lugar no Ranking de Satisfação da Anatel 2021** que analisa o atendimento das empresas aos clientes na recepção e solução de demandas, reforçando a estratégia da companhia na melhoria da experiência do cliente. Além disso, a TIM foi a operadora com maior redução A/A no índice de reclamações da Anatel no 4T21 – atingindo 45% de redução no período frente ao 4T20, com destaque para o pré-pago que diminuiu em 55% – e no resultado de 2021 – registrando 32% de redução no volume de reclamações vs. 2020;
3. Da mesma forma que o tem anterior, o Grupo TIM foi classificado como o menos reclamado nos entrantes dos PROCONs integrados ao sindec em 2021, registrando -28% frente a 2020;
4. Adicionalmente, a TIM foi a primeira operadora a adotar a modalidade de pagamentos via PIX, registrando em 2021 mais de 11,5 milhões de faturas quitadas em 12 meses desde sua implementação. Atualmente, cerca de 80% da base da Companhia realiza pagamentos através dos canais digitais, sendo 13% via PIX.

[8] (+) Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Nilópolis (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João do Meriti (RJ), Duque de Caxias (RJ), São Paulo (SP), Mauá (SP), Poá (SP), Suzano (SP), Francisco Morato (SP), Franco da Rocha (SP), Diadema (SP), Salvador (BA), Lauro de Freitas (BA), Camaçari (BA), Feira de Santana (BA), Recife (PE), Olinda (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Paulista (PE), Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Anápolis (GO), Manaus (AM), Belo Horizonte (MG), Betim (MG), Contagem (MG), Brasília (DF), Taguatinga (DF), Samambaia (DF) e Ceilândia (DF).

[9] Excluídos os espectros relacionados ao 5G.

[10] Matéria vinculada ao Telesintese (15/12/2021).

► 6. Desempenho Operacional

6.1. Panorama do Mercado Brasileiro

O mercado móvel registrou um crescimento de 1,2% A/A no final de 2021 reforçando o movimento de evolução positiva da base no último trimestre. Nos últimos 12 meses, o pós-pago registrou adições líquidas de 16,7 milhões de acessos, sendo 58% deste volume linhas humanas. O pré-pago apresentou 4,1 milhões de novos acessos.

6.2. Desempenho da TIM

O segmento pós-pago encerrou o ano de 2021 com 22,9 milhões de acessos (+4,7% A/A). O *mix* do segmento na base total foi de 44%, +1,5 p.p. A/A. As adições líquidas dos últimos 12 meses acumularam um saldo positivo de mais de 1,0 milhão de novos acessos. A taxa de desconexão mensal no pós-pago mantém nos patamares mais baixos (2,7% no 4T21), como registrado nos últimos trimestres.

Ao final do trimestre, **o Pós-pago Humano registrava uma base de 18,9 milhões acessos** (+4,7% A/A), com adições líquidas de 847 mil acessos nos últimos 12 meses.

O segmento pré-pago finalizou o ano de 2021 com 29,2 milhões de acessos, uma queda de 1,4% A/A. A base acumulou 403 mil desconexões nos últimos 12 meses. O segmento é o mais impactado pela deterioração da economia, principalmente nos últimos 2 anos.

Detalhamento da base de clientes por tecnologia:

- **A base 4G finalizou o período com 46,3 milhões de acessos**, acelerando novamente o ritmo e mantendo o patamar de dois dígitos de crescimento (+10,2% A/A);
- **A base de M2M fechou o ano com 4 milhões de linhas**, um aumento de 5,0% comparado ao mesmo período do ano passado.

6.3. Segmento Fixo

A base TIM Live encerrou o ano de 2021 com 685 mil conexões, mantendo o ritmo de crescimento (+6,1% A/A). Nos últimos 12 meses, as adições líquidas do serviço atingiram aproximadamente 40 mil acessos, sendo a base FTTH o principal motor. Os planos de maior valor, com velocidades acima de 100 Mbps, seguem ganhando cada vez mais relevância, atingindo 62% de participação na base total no trimestre.

Mesmo limitando a entrada em novos mercados, a cobertura da rede FTTH continuou crescendo, priorizando a consolidação dos clusters já ativos. Dessa forma, o total de *homes passed* em fibra cresceu 29,0% A/A, com presença em 28 cidades e 7 regiões administrativas do DF.

► 7. Desempenho Financeiro

Para representar melhor o desempenho financeiro e tendências comerciais, a TIM normaliza algumas linhas da sua Demonstração de Resultados, eliminando o impacto de elementos não-recorrentes. Estes movimentos são apontados quando requeridos.

7.1. Receita Operacional

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Receita Líquida	**18.058**	**17.268**	**4,6%**
Receita de Serviços	**17.497**	**16.665**	**5,0%**
Serviço Móvel	**16.349**	**15.610**	**4,7%**
Gerada pelo Cliente	14.843	14.351	3,4%
Interconexão	533	528	0,9%
Plataforma de Clientes*	119	15	714,3%
Outras Receitas	853	717	19,1%
Serviço Fixo	**1.147**	**1.054**	**8,8%**
dos quais TIM Live	720	628	14,7%
Receita de Produtos	**561**	**603**	**-6,9%**

*A Plataforma de Clientes inclui receitas de novas iniciativas, como Serviços Financeiros e Educacionais, e Publicidade Móvel. Realocação de impostos entre as linhas de Receita Gerada pelo Cliente e Plataforma de Clientes, impactando estas aberturas desde o início de 2021.

No acumulado de 2021, a **Receita Líquida Total atingiu R$ 18.058, ante R$ 17.268 em 2020, uma evolução de 4,6% A/A**, impulsionada pela performance consistente da Receita de Serviços. Esse crescimento, também, foi impactado por uma base comparativa menor, uma vez que os principais impactos da pandemia de COVID-19 ocorreram no 2T20. A despeito do contexto macroeconômico desafiador imposto pela pandemia, a **Receita líquida de Serviços fechou o ano com um crescimento de 5,0%**, esse desempenho teve como principais alavancas: (i) a performance do pós-pago móvel; e (ii) a receita de Plataforma de Clientes.

► Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Móvel (RSM) apresentou um crescimento de 4,7%, A/A atingindo R$ 16.349 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. No acumulado do ano mantém evolução consistente, refletindo a estratégia da companhia de monetizar suas bases de clientes através de dois pilares: (i) diferenciação de oferta e (ii) migração da sua base de clientes para planos de mais alto valor. **No ano, o ARPU de 2021 expandiu 5,9% para atingir R$ 26,4.**

Detalhando o desempenho de cada segmento móvel no quarto trimestre:

(i) No Pré-pago, observamos uma desaceleração durante o segundo semestre, refletindo a piora nos indicadores macroeconômicos e o encerramento do auxílio emergencial do governo no mês de outubro, que pressionou mais o segmento, revertendo a retomada da trajetória de crescimento observada no primeiro semestre. Entretanto, a Companhia segue com foco na diferenciação de ofertas e em uma gestão da base mais eficiente, o que contribuiu para o **crescimento do ARPU de Pré-pago[11] no ano de 2021 – alta de 2,5% vs. 2020**;

(ii) **A Receita com Clientes Pós-Pagos teve uma alta de 5,4% A/A vs. 2020. O ARPU de Pós-Pago Humano[12] (ex-M2M) em 2021 teve alta de 1,7% contra 2020.** Esse desempenho tem como motor o foco da Companhia na abordagem de valor, com ênfase na gestão eficiente da base de clientes, redução das desconexões e na evolução do portfólio de ofertas, com benefícios específicos para cada segmento. Adicionalmente, cabe destacar que, durante esse trimestre, tivemos aumento das vendas nos planos Controle e Pós-puro, impulsionados pelas campanhas de final do ano, Black Friday e Natal, apesar dos desafios impostos pela atividade comercial menos intensa no país.

A Receita de Interconexão (ITX) ficou praticamente estável em A/A, atingindo R$ 135 milhões no 4T21. A incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços atingiu 2,3% no trimestre. No ano, essa linha apresentou aumento de 0,9% A/A, em virtude, principalmente, do impacto do aumento da tarifa VU-M (Tarifa de Terminação Móvel) no início do ano.

A Receita de Plataforma de Clientes, no acumulado do ano, somou R$ 119 milhões, com R$ 83 milhões vindos de Serviços Financeiros, R$ 36 milhões de Publicidade Móvel e R$ 342 mil de Serviços Educacionais.

A linha de Outras Receitas registrou no ano um crescimento de 19,1% A/A, explicado majoritariamente pelo crescimento na receita gerada por contratos de compartilhamento e swap de rede. Cabe ressaltar que o compartilhamento e a troca de capacidade são elementos importantes da estratégia da Companhia de ampliação da infraestrutura de transporte em fibra (*backbone* e *backhaul*) com maior eficiência na alocação de recursos (Capex e Opex).

► Detalhamento do Segmento Fixo (líquidos de impostos e deduções):

Em 2021, a Receita do Serviço Fixo totalizou R$ 1.147 milhões, alta de 8,8% A/A, com **as receitas vindas da TIM Live sendo o grande motor dessa performance e registrando um crescimento de 14,7% A/A.**

A **TIM Live** continua sendo o principal elemento para essa performance, que **avançou 9,8% A/A no 4T20**, representando mais de 63% da receita de serviço fixo. Os demais serviços do segmento fixo apresentaram recuperação e cresceram 2,8% A/A.

A desaceleração da performance da TIM Live no segundo semestre é explicada por uma combinação de: (i) maior foco na preparação da criação da I-Systems (antiga FiberCo), e consequente separação dos ativos, o que provocou uma desaceleração na entrada em novos mercados; (ii) um aumento localizado de competição em algumas

[11] O ARPU de Pré-Pago exclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.

[12] O ARPU de Pós-Pago Humano exclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:50 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

áreas de atuação; e (iii) uma queda da performance nas áreas onde a TIM ainda atua com FTTC. A expectativa é que em 2022, a TIM Live volte a ingressar em novas localidades com FTTH, de forma a aumentar ainda mais a participação dessa tecnologia no resultado da Receita do Serviço Fixo.

7.2. Custos e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Custos Reportados da Operação	**(8.599)**	**(8.926)**	**-3,7%**
Custos Normalizados* da Operação	**(9.320)**	**(8.896)**	**-4,8%**
Pessoal	(1.126)	(1.004)	12,2%
Comercialização	(3.135)	(3.010)	4,1%
Rede e Interconexão	(2.797)	(2.613)	7,0%
Gerais e Administrativos	(701)	(605)	15,8%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(731)	(756)	-3,3%
Provisão para Devedores Duvidosos	(545)	(553)	-1,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(284)	(354)	-19,7%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	**(8.589)**	**(8.140)**	**5,5%**

*Custos da Operação normalizados por: venda de controle sobre o investimento na companhia I-Systems (-R$ 782,2 milhões no 4T21), serviços jurídicos e administrativos especializados (+R$ 34,8 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21 e +R$ 13,7 milhões no 2T21), gastos para o projeto de aquisição dos ativos móveis da Oi (+R$ 4,3 milhões no 4T21) e por ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres (+R$ 2,6 milhões no 1T20).

Os Custos e Despesas Operacionais Reportados no ano de 2021 totalizaram R$ 8.599 milhões, uma melhora de 3,7% em relação aos custos reportados em 2020. A performance reflete a eficiência na execução do controle de custos, a despeito de um cenário de alta nos índices de inflação no país e em meio a um processo adotado pela Companhia de aprimoramento de sua infraestrutura interna. **Os Custos e Despesas Operacionais Normalizados subiram, porém de forma limitada (+4,8% A/A), perante a inflação registrada no país ao final do ano (IPCA 2021: 10,06%).** Além disso, o comparativo anual é afetado pela retomada dos custos variáveis e fixos que registraram queda nos meses de reduzida atividade econômica no país, principalmente no 2T20, devido a pandemia.

► **Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas Normalizados:**

Pessoal alcançou R$ 1.126 milhões em 2021, apresentando uma alta de 12,2% em relação a 2020. Tal performance foi influenciada por: (i) reajustes sobre salários, bonificações e incentivos no patamar entre um dígito médio e alto; (ii) maior nível de provisão relativo a participação nos resultados dos colaboradores; e (iii) base comparativa desfavorável devido a recuperação de encargos em processos de natureza previdenciária no 4T20 e, em parte, por um comparativo anual atípico no 2T20, em decorrência de menores despesas com pessoal comercial devido ao fechamento dos canais físicos de venda durante a pandemia.

A linha de Comercialização e Publicidade apresentou aumento de 4,1% A/A, atingindo R$ 3.135 milhões, impactada, principalmente, pelo retorno das campanhas publicitárias com mais frequência e maior despesa com comissões de vendas.

Rede e Interconexão, esta linha apresentou alta de 7,0% A/A, quando comparada com 2020. Este resultado foi influenciado pelo aumento da tarifa de terminação móvel (VU-M) e pelos maiores custos de Rede, em decorrência da elevação das despesas com aluguel, compartilhamento e manutenção de infraestrutura.

Despesas Gerais e Administrativas normalizadas (G&A) encerraram o ano de 2021 com um crescimento de 15,8% em relação a 2020. Esta alta é explicada, principalmente, por: (i) maiores despesas com serviços de manutenção, em decorrência da migração da infraestrutura de TI para a *Cloud*; e (ii) por contratação de serviços especializados junto a consultorias para projetos recorrentes.

O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) foi de R$ 731 milhões, queda de 3,3% quando comparado a 2020, acompanhando a queda da Receita de Produtos, ocasionada pelo menor volume de aparelhos vendidos, apesar do aumento no *mix* de produtos de maior valor.

As Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) atingiram R$ 545 milhões, uma queda de 1,5% frente ao resultado de 2020, parcialmente afetada pelo reconhecimento de PDD com um cliente de *wholesale*, **atingindo 2,1% sobre a Receita Bruta (vs. 2,3% em 2020).** O resultado vem refletindo os esforços contínuos na melhoria da aquisição de clientes, através de modelos e políticas de crédito mais robustos, além de maior eficiência na cobrança e recuperação.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais[13] Normalizadas totalizaram R$ 284 milhões, uma queda de 19,7% A/A no acumulado do ano, explicada principalmente por menores despesas relacionadas a perdas em processos judiciais cíveis. A participação desta linha sobre os Custos e Despesas totais normalizados ficou em 2,7%.

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) atingiram R$ 58,9 por adição bruta em 2021, um crescimento de 28,9% A/A, devido a maiores despesas com comissões geradas por: (i) adição líquida positiva no segmento Pós-pago; (ii) pela migração dos clientes para segmentos de maior valor; e (iii) maiores gastos com publicidade no 1S21.

A relação SAC/ARPU, que indica o *payback* por cliente, atingiu 2,3 meses em 2021, frente a 1,7 meses no 4T21.

7.3. Do EBITDA ao Lucro Líquido

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
EBITDA Normalizado*	**8.738**	**8.372**	**4,4%**
Margem EBITDA Normalizada*	48,4%	48,5%	-0,1p.p.
Depreciação & Amortização	**(5.692)**	**(5.527)**	**3,0%**
Depreciação	(3.952)	(3.689)	7,1%
Amortização	(1.740)	(1.838)	-5,3%
Equivalência Patrimonial	**(12)**	**-**	**n.a.**
EBIT Normalizado*	**3.034**	**2.845**	**6,7%**
Margem EBIT Normalizada*	16,8%	16,5%	0,3p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado*	**(653)**	**(807)**	**-19,1%**
Despesas financeiras	(1.745)	(1.233)	41,6%
Receitas financeiras	1.092	432	152,6%
Variações cambiais, líquidas	1	(7)	n.a.
Lucro antes dos impostos Normalizado*	**2.381**	**2.037**	**16,9%**
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	(182)	(166)	9,1%
Lucro Líquido Normalizado*	**2.200**	**1.871**	**17,6%**
Total de Itens Normalizados	757	(27)	n.a.
EBITDA Reportado	**9.459**	**8.342**	**13,4%**
Margem EBITDA Reportada	52,4%	48,3%	4,1p.p.
EBIT	**3.756**	**2.815**	**33,4%**
Margem EBIT	20,8%	16,3%	4,5p.p.
Resultado Financeiro Líquido	**(653)**	**(807)**	**-19,1%**
Lucro antes dos impostos	**3.103**	**2.008**	**54,6%**
Imposto de renda e cont. social	(146)	(164)	-10,9%
Lucro Líquido	**2.957**	**1.844**	**60,4%**

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R$ 743,1 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21, +R$ 13,7 milhões no 2T21 e +R$ 2,6 milhões no 1T20). Lucro Líquido normalizado por: impacto dos impostos diferidos e correntes sobre a receita gerada pela transação da I-Systems (+R$ 509,2 milhões no 4T21), crédito fiscal e outros efeitos (-R$ 13,3 milhões no 4T21, -R$ 526,8 milhões no 3T21 e -R$ 4,6 milhões no 2T21).

► **EBITDA Normalizado (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)**

O EBITDA Normalizado totalizou R$ 8,738 milhões em 2021, um crescimento de 4,4% A/A. A principal alavanca para este crescimento foi a performance da Receita de Serviços Móveis, com destaque para o bom desempenho do segmento Pós-pago e da geração de receitas oriundas das parcerias classificadas na linha de Plataforma de Clientes. **A Margem EBITDA Normalizada encerrou 2021 em 48,4%.** Excluindo-se os efeitos relativos à operação da I-Systems, completada em novembro de 2021, a Margem EBITDA seria de 48,5%.

► **Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT**

A linha de D&A apresentou incremento de 3,0% A/A em 2021, totalizando R$ 5.692 milhões explicado, principalmente, pelo aumento da Depreciação de Equipamentos de Transmissão 4G e aumento da Depreciação de infraestrutura de torres e dos direitos de uso, em função de uma maior base de contratos de leasing, parcialmente compensada por um menor montante de Amortização de softwares.

No ano, o EBIT Normalizado totalizou R$ 3.034 milhões, o que representa um crescimento de 6,7% A/A.

► **Resultado Financeiro Líquido**

No ano, o Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R$ 653 milhões, comparado a -R$ 807 milhões em 2020, em decorrência de:

(i) maior receita financeira advinda de: (1) aumento da receita com juros sobre aplicações financeiras, refletindo uma taxa básica de juros elevada e maior geração caixa (Selic encerrou o ano a 9,25%); e (2) de uma soma de bônus que dão direito à participação no capital social do Banco C6 superior a 2020 (4,08% em 2021 vs. 1,4% em 2020).

(ii) Maior despesa financeira devido à: (1) maior volume de juros e custos atrelados aos novos empréstimos e financiamentos adquiridos – em razão da adição de novas dívidas durante o ano, visando o financiamento das obrigações futuras com a aquisição dos ativos móveis da Oi e as obrigações com o leilão de frequências; e (2) maior volume de juros sobre leasings, em meio à um aumento nos índices de inflação.

► **Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Imposto de Renda e Contribuição Social Normalizado foi negativo em R$ 182 milhões em 2021, comparado com -R$ 166 milhões em 2020. **Em 2021, a alíquota efetiva na visão normalizada foi de -7,6% vs. -8,2% em 2020,** explicado, principalmente, pela maior utilização de benefícios fiscais em 2021.

► **Lucro Líquido**

No ano, o Lucro Líquido Normalizado totalizou R$ 2.200 milhões, uma expansão de 17,6% comparado a 2020, com LPA de R$ 0,32.

7.4. Fluxo de Caixa, Dívida e CAPEX

DESCRIÇÃO	2021	Ajustes de Normalização	2021	2020	% A/A
	Reportado		Normalizado*		
R$ milhões					
EBITDA	9.459	(722)	8.378	8.372	4,4%
Capex	(7.966)	3.585	(4.382)	(3.891)	12,6%
EBITDA - Capex	**1.493**	**2.863**	**4.356**	**4.480**	**-2,8%**
Capex Não-Caixa**	2.682	(2.682)	-	-	n.a.
Δ Capital de Giro	**1.007**	**-**	**1.007**	**159**	**533,3%**
Itens operacionais não recorrentes	-	722	722	(30)	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional	**5.182**	**902**	**6.084**	**4.610**	**32,0%**

* EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R$ 743,1 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21, +R$ 13,7 milhões no 2T21 e +R$ 2,6 milhões no 1T20). Capex normalizado exclui os impactos relacionados a aquisição de licenças no leilão de frequências (R$ 3.585 milhões no 4T21).

** Efeitos da aquisição 5G sem impacto no caixa (Nota 40 da DFP).

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL) Normalizado[10], foi positivo em R$ 6.084 milhões, um crescimento de 32,0% A/A, enquanto o FCOL Reportado totalizou R$ 5.182 milhões.

No acumulado do ano o EBITDA-Capex Normalizado somou R$ 4.356 milhões.

Em 2021 o EBITDA-AL-Capex Normalizado totalizou o montante de R$ 2.385 milhões, uma queda de 13,8% comparado ao 2020.

A variação de R$ 902 milhões entre a visualização do FCOL Normalizado para o FCOL Reportado deve-se, principalmente, pelo montante atrelado à licença adquirida no último leilão (R$ 843 milhões) possuir característica de dívida financeira, já que sofre incidência da Selic, sendo considerado no fluxo de financiamento. Já em relação as obrigações relativas a EAF e EACE (R$ 2.682 milhões), sofrem correção monetária definida no edital do leilão pelo índice inflacionário IGP-DI. Logo, estas obrigações possuem característica de compromisso comercial e impactam o fluxo operacional.

► **CAPEX**

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Rede	3.052	2.740	11,4%
TI & Outros	1.329	1.152	15,4%
Capex Normalizado*	**4.382**	**3.891**	**12,6%**
Leilão 4G e 5G	3.585	-	n.a.
Capex Normalizado*	**7.966**	**3.891**	**104,7%**
Capex Normalizado*/ Receita Líquida	**24,3%**	**22,5%**	**1,7p.p.**

* Capex normalizado exclui os impactos relacionados a aquisição de licenças no leilão de frequências (R$ 3.585 milhões no 4T21).

No resultado do ano, **o Capex Normalizado, que exclui os impactos do leilão, totalizou R$ 4.382 milhões, representando uma alta de 12,6% A/A,** explicado pelos projetos referentes a preparação da infraestrutura para integração com ativos da móveis da Oi. **Em 2021, o Capex Total, incluindo os impactos do leilão, foi de R$ 7.966 milhões.**

► **DÍVIDA E CAIXA**

Perfil da Dívida

EMISSÕES	MOEDA	TAXA DE JUROS	VENCIMENTO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
R$ milhões						
KFW Finnvera	USD	Libor+0,75%	01/24 a 12/25	93	186	278
Scotia	USD	1,4748% a.a.	04/24	2	558	560
BNP Paribas	USD	2,8220% a.a. a 7,0907% a.a.	01/22 a 01/24	444	500	944
Debêntures	BRL	IPCA + 4,1782% a.a.	06/28	(1)	1.669	1.667
BNDES	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	2	395	396
Dívida Financeira Total				**538**	**3.307**	**3.845**
Licença (4G e 5G)	BRL	Selic	12/40	47	796	843
Dívida Total Antes do Lease				**585**	**4.104**	**4.688**
Lease Total	BRL	IPCA/IGP-M	01/29	1.240	7.581	8.820
Dívida Total				**1.825**	**11.684**	**13.509**

Dívida Líquida

DESCRIÇÃO	4T21	3T21	2T21	4T20
R$ milhões				
Dívida de Curto Prazo	538	534	1.446	2.261
Dívida de Longo Prazo	3.307	2.881	2.780	284
Dívida Financeira Total	**3.845**	**3.415**	**4.226**	**2.545**
Caixa e Equivalentes de Caixa	(9.797)	(7.372)	(7.125)	(4.319)
Derivativos Líquidos-ex C6	11	24	(104)	(490)
Dívida Financeira Líquida	**(5.940)**	**(3.933)**	**(3.003)**	**(2.263)**
Licença (4G e 5G)	843	-	-	-
Dívida Financeira Líquida AL	**(5.097)**	**(3.933)**	**(3.003)**	**(2.263)**
Lease Total	8.820	8.271	8.186	8.180
Dívida Líquida Total	**3.723**	**4.338**	**5.183**	**5.917**
Dívida Líquida AL/EBITDA AL*	**-0,8x**	**-0,6x**	**-0,4x**	**-0,3x**
Dívida Líquida Total/EBITDA	**0,4x**	**0,5x**	**0,6x**	**0,7x**

*EBITDA 12M "após o pagamento de *leases*", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a *leasings* financeiros.

Dívida Por Vencimento

ANO	PRO-FORMA	INCLUINDO IFRS 9, 15 & 16
R$ milhões		
2023	135	1.370
2024	1.172	2.276
2025	127	967
2026	662	1.294
Após 2026	2.007	5.777
Dívida Total	**4.104**	**11.684**

A Dívida Normalizada (pós-*hedge*) do 4T21 ficou em R$ 13.520 milhões, representando um crescimento de R$ 2.419 milhões A/A. O total inclui: (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R$ 8.820 milhões (relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e contratos de arrendamento com prazos superiores a 12 meses, conforme estabelecido pelo IFRS 16); (ii) dívida bancária no montante de R$ 3.845 milhões; (iii) a posição de derivativos[14] de *hedge* no valor de R$ 11 milhões (excluindo os efeitos do Banco C6); e (iv) impacto relacionado as licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R$ 843 milhões.

Ao fim de dezembro, o montante de financiamentos (pós-hedge) totalizou R$ 3.845 milhões. **O custo médio da dívida excluindo os *leasings* e licenças foi de 9,5% a.a. no trimestre,** uma elevação quando comparado ao custo de 2,5% a.a. do 4T20, impactado pelo aumento do CDI no período.

Seguindo o programa de financiamento da companhia, aprovado pelo conselho de administração da TIM em março de 2021, para aquisição dos ativos móveis da Oi, ao longo de 2021 a companhia captou R$ 3,0 bilhões em novas dívidas:

(i) Em abril de 2021, foram celebrados dois contratos totalizando o montante de R$ 1.072 milhões, ambos realizados com bancos estrangeiros;

(ii) Em junho, a Companhia concluiu a liquidação da 2ª emissão de debêntures, no montante total de R$ 1,6 bilhão, com vencimento em junho de 2028. Tendo sido esta a primeira oferta de debentures da história da Companhia a considerar aspectos ESG em sua emissão, gerando benefícios para sociedade e para o meio ambiente, além de corroborar para atingimento dos objetivos do Plano Estratégico da Companhia;

(iii) Em novembro de 2021, foi celebrado um contrato com o BNDES, no valor total de R$ 390 milhões.

No final do trimestre, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R$ 9.797 milhões, registrando crescimento de R$ 5.151 milhões A/A.

O rendimento financeiro médio foi de 8,8% a.a. no 4T21, aumento de 6,4 p.p. em relação ao 4T20, em função dos últimos aumentos observados da taxa Selic e de uma melhor alocação dos recursos.

► **8. Environmental, Social & Governance**

Jornada ESG

A TIM é pioneira nos temas ESG (Environmental, Social & Governance) no setor de Telecomunicações no Brasil. Há 14 anos a Companhia faz parte da Carteira do Índice de Sustentabilidade da B3 (ISE-B3), sendo a empresa do setor que há mais tempo configura no Índice. Em fevereiro de 2022, a TIM foi reconhecida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo pela S&P Global ESG, organização responsável pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI). A companhia foi incluída no **Sustainability Yearbook 2022** pela evolução da sua performance no processo de submissão ao DJSI, com um crescimento de 24%.

Desde 2011, a TIM voluntariamente faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança corporativa da Bolsa de Valores Brasileira, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU).

Como signatária do Pacto Global da ONU desde 2008 e da ONU Mulheres desde 2021, a TIM desenvolve projetos conectados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reconhece os direitos à privacidade de dados, à internet segura, ao acesso à informação e à liberdade de expressão como essenciais e inegociáveis.

A TIM vem se tornando uma das líderes na promoção da diversidade e inclusão, com metas, compromissos e adesões a diversas iniciativas relacionadas aos temas gênero, raça, LGBTI+, idade, entre outros. A Companhia se tornou, em 2021, a primeira operadora brasileira a integrar o Refinitiv Diversity & Inclusion Index, se tornando o benchmark brasileiro e de telecom worldwide. Também passou a fazer parte, em 2022, do Índice de Igualdade de Gênero da Bloomberg, que reúne 418 empresas de 45 países, sendo 13 do Brasil.

Reconhecida com o selo Top Employers, a TIM também se consolida como uma das empresas com melhores práticas de RH. A certificação é resultado da auditoria independente da Top Employer Institute, um instituto internacional com 30 anos de atuação em 120 países.

A TIM responde ao Carbon Disclosure Project (CDP) – maior base de dados do mundo sobre Gases de Efeito Estufa relacionada às Mudanças Climáticas – desde 2010, e registra suas emissões no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol.

Desde 2004, a TIM apresenta seu desempenho em sustentabilidade e há 13 anos publica relatórios conforme as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). A partir de 2021, a Companhia passou a chamar esta publicação de Relatório ESG e segue com o seu compromisso de transparência e prestação de contas a seus stakeholders, organizando o relato nos três pilares: Ambiental, Social e Governança. O Relatório é assegurado ainda por terceira parte independente.

Nossas Políticas de Responsabilidade Social, Direitos Humanos, Diversidade, Meio Ambiente, Gestão da Mudança do Clima, Gestão de Riscos Corporativos, Anticorrupção, Relacionamento com Fornecedores, Segurança e Saúde do Trabalho, Privacidade, entre outras, estão publicamente disponíveis para a livre consulta de nossos *stakeholders*.

Em cumprimento a Lei Geral de Proteção de Dados, vigente no Brasil desde 2020, a TIM atua para garantir a privacidade dos clientes, proteger seus dados pessoais e manter uma relação cada vez mais transparente. Mais informações na Central de Privacidade no site da TIM.

Em 2013 a TIM fundou o Instituto TIM com a missão de democratizar o acesso à ciência, tecnologia e inovação para promover o desenvolvimento humano no Brasil. Mais de 700 mil pessoas de todos os estados e do Distrito Federal já foram beneficiadas pelos projetos de educação e inclusão do Instituto, sendo, inclusive, premiados internacionalmente (Prêmio Governarte – BID 2015).

Por sua sólida atuação em ESG, a TIM integra índices e ratings nacionais e internacionais, como Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-B3), Índice de Carbono Eficiente (ICO2-B3), Índice Brasil ESG (S&P/B3), Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR-70), Refinitiv Diversity & Inclusion, Gender Equality Index (GEI) da Bloomberg, *FTSE4GOOD Emerging Markets*, *FTSE4GOOD Latin America*, *MSCI ACWI ESG Leaders*, *MSCI Emerging Markets ESG Leaders*, Teva Indices ESG Mulheres no Conselho, selo Women on Board, entre outros, além de ser certificada pelas normas ISO 9001 (desde 2000), ISO 14001 (desde 2010) e ISO 37001 (desde 2021).

Temas Materiais

Devido à pandemia de Covid-19, a TIM conduziu um novo processo de consulta a stakeholders, com o objetivo de revisar sua materialidade, uma boa prática incentivada por especialistas.

Após novas entrevistas e estudos, quatro temas materiais foram complementados e um novo tema surgiu, "Promoção da Diversidade e Igualdade de Oportunidades", conforme quadro atualizado (negrito) a seguir:

Ao longo de 2021, a TIM prosseguiu com foco no cumprimento das metas do Plano ESG, conforme os destaques do 4T21 a seguir.

► **ENVIRONMENTAL**

- Ao final de 2021, o projeto de Geração Distribuída totalizou 46 usinas ativas, o que juntamente com a compra de energia no Mercado Livre viabilizou alcançar 83% de energia renovável do consumo total (79% na média anual). Com a aquisição de certificados de energia renovável para o consumo no Sistema Interligado Nacional, a TIM atingiu a marca de 100% de energia renovável;
- Obteve +96% de ecoeficiência em tráfego de dados (acompanhado acompanhada em bit/Joule);
- Reduziu em 153% as emissões indiretas (escopo 2) e em 94% as emissões de escopo 1 e escopo 2;
- Em dezembro de 2021, totalizou 1.766 *biosites* instalados. Além de serem uma solução para reduzir o número de antenas e torres, diminuindo o impacto visual e urbanístico, essas estruturas podem agregar outras funções, como iluminação pública e câmeras de segurança;
- Comprometida com a meta de ser uma empresa carbono neutro até 2030, a TIM melhorou sua performance no CDP, passando seu *score* de B- (2020) para B (2021);
- É integrante do Índice Carbono Eficiente da B3, carteira composta por empresas que apresentam inventários de emissões de gases de efeito estufa e demonstram compromisso com relação às mudanças climáticas, e também do ICDPR-70, Índice CDP Brasil de Resiliência Climática;
- Aderiu, enquanto Grupo TIM, à iniciativa *Science Based Target* (SBTi) na busca pelas melhores práticas de redução e neutralização das emissões de GEE;
- É certificada nas normas ISO 9001, desde 2000 e ISO 14001, desde 2010.

► **SOCIAL**

- A TIM aumentou em 36% o número de pessoas negras em seu quadro de colaboradores e em 34% o percentual de mulheres em cargos de liderança;
- A meta de levar a conectividade do 4G a todos os municípios do Brasil até 2023 chegou, em dezembro de 2021, a 85% de cobertura. Na região Nordeste, os estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte encerraram o ano com 100% de cobertura;
- No mês da Consciência Negra, a TIM ratificou sua participação na Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero. A operadora tem o compromisso de ter, no mínimo, 40% de pessoas negras em seu quadro profissional até 2023;

[13] A linha de Outras Despesas (Receitas) operacionais registrou um impacto não-recorrente negativo de R$ 782,2 milhões no 4T21, referente a venda de controle sobre o investimento na companhia I-Systems, e impacto não-recorrente positivo de R$ 2,6 milhões no 1T20, por a ajustes ao contrato de sale-leaseback de torres.

[14] A posição de derivativos é composta, ainda, pelo bônus de subscrição no capital do Banco C6, conforme Nota Explicativa 37 na DFP da TIM S.A.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:53 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

- A TIM aderiu, em outubro, ao Fórum Gerações e Futuro do Trabalho, iniciativa que reúne empresas comprometidas com a inclusão de profissionais de diferentes idades no mercado;
- Como parte do seu compromisso de promover um ambiente cada vez mais inclusivo, seguro e livre de discriminação, a TIM publicou em novembro a Política de prevenção, coibição e gerenciamento às práticas de assédio moral, sexual e *bullying*;
- O Instituto TIM e a TIM se uniram à ONG *One By One* por mais mobilidade e oportunidades para crianças e jovens com deficiência e promoveram em dezembro uma ação de voluntariado com os colaboradores para acabar com a fila por cadeiras de roda da entidade. A Companhia se comprometeu a multiplicar o valor doado pelos funcionários para conseguir alcançar a meta;
- A quarta edição do TIM *Talks Experience* abordou temas como 5G, *cloud*, inteligência artificial, ESG e privacidade de dados. Como nos anos anteriores, o evento foi aberto à sociedade, com transmissão pelo site e YouTube da TIM;
- A TIM é signatária dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEP, em inglês) da ONU e faz parte da Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero.

► GOVERNANCE

- Em cumprimento a meta de reduzir pela metade o número de reclamações dos clientes na Anatel, em comparação a 2019, a TIM alcançou em dezembro de 2021 uma redução de 44%;
- Pelo 14º ano, a TIM é listada na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3/Bovespa, mantendo sua posição de empresa de telecomunicações por mais anos consecutivos no ISE. Nesse ciclo, o ISE realizou diversas mudanças na metodologia, como a inclusão do risco reputacional e a nota do Carbon Disclosure Project (CDP) como critérios classificatórios. Além disso, passou a adotar questionários setorizados e a apresentar notas gerais e por setor, para aumentar ainda mais a transparência das empresas que estão mais avançadas na agenda ESG;
- A TIM ficou em sétimo lugar no *ranking* de sustentabilidade da consultoria Resultante ESG, escritório especializado em ESG, pesquisas e educação para planejamento e análise de riscos;
- Na 18ª edição do prêmio As Melhores da Dinheiro, da revista IstoÉ Dinheiro, a TIM foi escolhida a melhor operadora;
- A TIM conquistou 5 ouros no Prêmio ABT 2021 por suas ações de relacionamento com o cliente;
- A TIM foi a operadora com maior índice de satisfação entre os consumidores, segundo o *ranking* da Anatel;
- No Leilão 5G, promovido pela Anatel, a TIM adquiriu 11 lotes, no valor R$ 1,05 bilhão, conseguindo obter as frequências em todas as faixas que planejava;
- Desde 2011 faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança das empresas listadas na B3;
- Foi primeira e até o momento única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União;
- Primeira operadora a conseguir a certificação ISO 37001, que atesta a segurança e eficácia do sistema de gestão antissuborno.

Para acessar o informe trimestral de ESG, favor acessar: Informe Trimestral ESG

► 9. Governança Corporativa

9.1. Companhia listada no Novo Mercado há mais de 10 anos

Em 03 de agosto de 2011 a TIM aderiu ao "Novo Mercado", segmento que concentra as empresas comprometidas com as melhores práticas de governança corporativa.

A migração para o Novo Mercado resultou em benefícios para todos os acionistas. As regras exigidas, alinhadas às melhores práticas de governança corporativa de mercados como Estados Unidos e Europa, potencializam uma maior liquidez e valorização das ações, permitindo um acesso mais amplo aos mercados internacionais, além de promover o fortalecimento da imagem institucional e o aumento da confiança na Companhia.

Adicionalmente, a TIM pertence ao seleto grupo de empresas que compõem as carteiras do Índice de Governança Corporativa (IGC), do Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) da B3 e, há 14 anos, também, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composto por empresas que se comprometeram a gerenciar os riscos derivados de desenvolvimentos econômicos, ambientais e sociais, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU).

9.2. Governança Corporativa na TIM

A TIM é uma sociedade por ações de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária e supervisionada por um Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração, por sua vez, é auxiliado por comitês de assessoramento, quais sejam, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Controle e Riscos, o Comitê de Remuneração e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*.

Os deveres e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração estão determinados na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regimento Interno do Conselho de Administração, no Regimento Interno da Diretoria Estatutária, no Regimento Interno do Conselho Fiscal e nos Regimentos Internos dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Na condição de membros ativos e responsáveis pela comunidade em que atuam, a Companhia e seus administradores devem pautar suas ações pela legalidade e pela ética, baseado em três princípios fundamentais: transparência, honestidade e lealdade.

Na condução dos seus negócios pautados, além da ética e da lealdade, pela boa-fé, a Companhia busca: (i) agir com transparência nos negócios, (ii) promover a lealdade na concorrência; (iii) excelência de competitividade no mercado; (iv) atender ao bem-estar e ao crescimento da comunidade em que opera; (v) aprimorar os seus recursos humanos; e (vi) promover o desenvolvimento sustentável.

9.3. Política de Divulgação

A TIM adotou em 2002 uma Política de Divulgação/Negociação e Diferenças de Governança Corporativa da NYSE, à qual a administração da Companhia aderiu mediante assinatura do termo de adesão. Como parte dessa política, estabeleceu-se um código de conduta a ser seguido por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas, além de terem sido impostas restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos.

A Política de Divulgação da Companhia prevê a utilização do Portal da Agência Estado, que pode ser acessado pelo link: http://economia.estadao.com.br/fatos-relevantes/, na forma da Instrução CVM nº 547/2014, que permitiu a divulgação de fatos relevantes em portais de notícias de acesso gratuito.

9.4. Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CDA) é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 19 (dezenove) membros, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração era formado por 10 (dez) membros, sendo 4 (quatro) deles independentes. Em 2021, o CDA se reuniu 15 (quinze) vezes no exercício de suas funções.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas, publicadas e consignadas no livro de atas do Conselho de Administração, arquivado na sede na Companhia.

O Conselho se reúne ordinariamente no mínimo seis vezes ao ano e no máximo doze vezes, e, também, extraordinariamente, mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer dois Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria Estatutária, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas. Os convidados a participar das reuniões do Conselho não possuem direito de voto.

O Conselho de Administração tem 4 (quatro) comitês de assessoramento, todos diretamente vinculados a ele: o Comitê de Auditoria Estatutário, com regras previstas no Estatuto Social da Companhia, o Comitê de Remuneração, o Comitê de Controle e Riscos e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*, podendo haver participação de um ou mais membros nos Comitês, simultaneamente.

9.5. Diretoria Estatutária

A Diretoria Estatutária (Diretoria) é o órgão de representação e de administração executiva da Companhia, sendo composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 12 (doze) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de dois anos, admitida a reeleição, podendo ser destituídos pelo mesmo órgão a qualquer tempo. Em 31 de dezembro de 2021, a Diretoria da Companhia era composta por 8 (oito) membros. Em 2021, a Diretoria se reuniu 43 (quarenta e três) vezes no exercício de suas funções.

9.6. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal (CF) é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, todos profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantenham qualquer outro vínculo com a Companhia, cada com um respectivo suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho Fiscal da Companhia era composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes. Em 2021, o CF se reuniu 8 (oito) vezes no exercício de suas funções.

9.7. Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos independentes. Atualmente o CAE é composto por 3 (três) membros.

O CAE tem por objetivo supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores, tanto internos quanto independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, do outro lado. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de Audit *Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act*, ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na US *Securities and Exchange Commission* – SEC. Em 2021, o CAE se reuniu 20 (vinte) vezes no exercício de suas funções.

Os membros do CAE analisaram as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021"). Considerando as informações prestadas pela Diretoria Estatutária da Companhia e pela auditoria externa da Ernst & Young Auditores Independentes S/S. ("EY"), bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, o CAE avaliou que essas informações e documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia, para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

9.8. Comitê de Controle e Riscos

O Comitê de Controle e Riscos (CCR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de medidas de controle interno e de gestão de riscos, e o cumprimento de regras de governança. Em 31 de dezembro de 2021, o CCR era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2021, o CCR se reuniu 10 (dez) vezes no exercício de suas funções.

9.9. Comitê de Remuneração

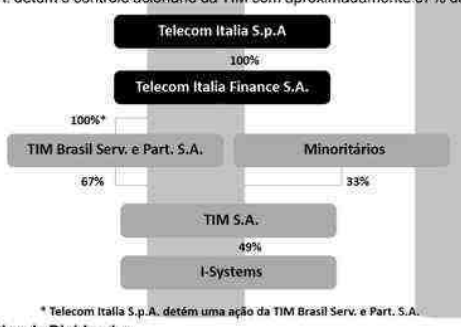
O Comitê de Remuneração (CR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de propostas de rateio da remuneração global aprovada pela Assembleia Geral, e o critério de remuneração dos Diretores Estatutários e dos altos executivos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o CR era composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) desses independente. Ao longo de 2021, o CR se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

9.10. Comitê de Environmental, Social & Governance

O Comitê de *Environmental, Social & Governance* (CESG), , é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui a finalidade de assessorar o CDA no desenvolvimento e implementação da estratégia e dos princípios de *Environmental, Social & Governance*, incluindo, dentre outras atividades, a recomendação das diretrizes e da estratégia da Companhia aplicáveis à gestão de questões ambientais, sociais e de governança. Em 31 de dezembro de 2021, o CESG era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2021, o CESG se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

9.11. Estrutura Acionária

A Companhia encerrou 2021 com capital social no montante de R$ 13.477.890.507,55, representado por 2.420.804.398 ações ordinárias. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. detêm o controle acionário da TIM com aproximadamente 67% das ações.



* Telecom Italia S.p.A. detém uma ação da TIM Brasil Serv. e Part. S.A.

9.12. Política de Dividendos

Conforme Estatuto Social e a Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2021, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, a quantia equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

É obrigatória a manutenção de uma reserva legal, à qual a Companhia deve alocar 5% dos lucros líquidos de cada exercício fiscal, até que o valor dessa reserva seja equivalente a 20% do capital.

A distribuição de dividendos anuais é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária.

Nos dias 6 de junho, 24 de setembro e 15 de dezembro de 2021, a TIM S.A. divulgou que seu Conselho de Administração aprovou a distribuição de R$ 350 milhões, R$ 137,5 milhões e R$ 560 milhões, respectivamente, a título de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP"). Os pagamentos ocorreram nos dias 20 de julho de 2021, 27 de outubro de 2021 e 25 de janeiro de 2022, sendo as datas de 21 de junho, 29 de setembro e 20 de dezembro de 2021 aquelas que serviram para identificar os acionistas com direito a receber tais valores. Desta forma, as ações adquiridas após as referidas datas estavam ex-direito de distribuição de JSCP. Desse modo, a TIM declarou um montante total de R$ 1.047,5 milhões de JCP em 2021.

9.13. Eventos do Exercício e Subsequentes

Contingência Tributária

Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM sobre o tema, ainda pender julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 547 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

Parceria entre TIM e Cogna

No dia 7 de julho de 2021, a Companhia informou aos seus acionistas, ao mercado em geral e a outras partes interessadas que, juntamente com a Anhanguera Educacional Participações S.A. ("AESAPAR"), uma subsidiária da Cogna Educação S.A ("Cogna"), em conjunto denominadas "Parceiras", concluíram as negociações referentes a uma parceria estratégica ("Parceria") com o objetivo de desenvolver ofertas combinadas com benefícios especiais visando o acesso à educação a distância através da plataforma Ampli.

As Parceiras destacaram o caráter inovador do acordo que celebraram, ao juntar uma plataforma digital de ensino desenvolvida em conceito *mobile-first*, com a maior infraestrutura 4G do Brasil. Esta é uma poderosa combinação que vai ampliar e incentivar o acesso a cursos universitários e livres a todos os clientes da TIM. Essa abordagem oferece grande potencial de geração de valor para ambas as empresas por meio do crescimento da base de clientes e aumento de receitas.

A Parceria se encaixa na estratégia de Plataforma de Clientes que vem sendo trabalhada pela Companhia desde 2020. Esta estratégia busca a monetização dos ativos que a TIM detém como operadora de telefonia móvel através de parcerias estratégicas que criem valor para nossos clientes e para a própria empresa.

Este acordo não cria uma *joint venture* e, portanto, a TIM mantém a independência de suas operações. Por meio de um mecanismo de remuneração baseado em objetivos e a depender da evolução dos resultados da parceria, a TIM se tornará sócia minoritária da AESAPAR em uma nova empresa a ser criada como consequência da separação de ativos da plataforma Ampli ("Ampli Co"). A constituição e operação da Ampli Co será submetida pela AESAPAR às autoridades competentes, em especial ao Ministério da Educação (MEC).

A participação da TIM na Ampli Co pode atingir até 30% do seu capital e a subscrição das ações deverá ser previamente aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. No plano definido, há a expectativa de a Ampli Co buscar no futuro um IPO (*Initial Public Offering*).

TIM obtém direito ao exercício da 3ª e 4ª tranches de bônus de subscrição no Banco C6

Em julho de 2021, no âmbito da parceria estratégica ("Parceria") firmada com o Banco C6 S.A. ("C6" ou "Banco"), a TIM obteve o direito ao exercício da 3ª tranche do bônus de subscrição do capital social do C6, em decorrência do atingimento do 3º nível das metas acordadas, desta forma foram registrados no balanço da Companhia bônus equivalentes a aproximadamente 0,7% do capital do banco, totalizando de 3,6%.

Em outubro de 2021, a TIM obteve o direito ao *vesting* da 4ª tranche do bônus de Subscrição de participação indireta no capital social do C6, em decorrência do atingimento do 4º nível das metas acordadas no âmbito da parceria, o que significa o atingimento equivalente à participação indireta acumulada de aproximadamente 4,08% no capital social do C6.

TIM elege nova CFO/ DRI

Em agosto de 2021, a TIM anunciou a Sra. Camille Loyo Faria para às posições de Diretora Financeira (CFO) e de Diretora de Relações com Investidores (DRI). Camille chega à TIM com uma larga experiência em funções executivas no setor de telecomunicações e infraestrutura, com passagens por companhias da indústria. Em sua carreira ela acumula ainda atuações importantes na área de *Investment Banking* e no setor de energia.

Fechamento da transação entre a IHS e a I-Systems

No dia 16 de novembro de 2021, a TIM S.A. ("TIM") e a IHS Fiber Brasil ("IHS", após as autorizações regulatórias da ANATEL e do CADE, foi consumado o fechamento da transação com vistas à aquisição, pela IHS, de participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. ("FiberCo"), empresa constituída pela TIM para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura.

Como resultado do fechamento da Transação, a IHS Brasil passou a deter 51% do capital social da FiberCo, permanecendo os restantes 49% sob o controle da TIM.

A FiberCo começa sua operação com aproximadamente 15.000 km de fibra em rede secundária, cobrindo, aproximadamente, 6,4milhões de domicílios (*homes passed*), sendo 3,5 milhões em FTTH e 3,4 milhões em FTTC, que constituem a base inicial de ativos transferidos pela TIM. Os domicílios conectados (*homes connected*) são aproximadamente 700 mil sobre os quais a FiberCo fornecerá serviços de operação e manutenção a TIM. Além disso, foram transferidos a FiberCo cerca de 140 funcionários, e outros ativos e contratos, todos exclusivamente relacionados com o perímetro das suas atividades.

Com a conclusão da aquisição, a FiberCo passou a se chamar I-Systems, e inicia sua trajetória como um veículo de infraestrutura tendo como missão implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado, tendo a TIM como cliente âncora.

ANATEL concede anuência prévia para transferência de controle das atividades de telefonia móvel da Oi

Em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL-- Agência Nacional de Telecomunicações, por unanimidade, concedeu anuência prévia à implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[1], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Transação").

A anuência prévia prevê determinados condicionantes em linha com uma transação dessa natureza, os quais visam principalmente garantir o acesso de prestadoras de pequeno porte às redes de abrangência nacional, manter compromissos vinculados às radiofrequências transferidas, estabelecer os parâmetros mínimos do plano de comunicação ligado à Transação e assegurar aos usuários certos direitos nas etapas de migração.

TIM elege novo Diretor Presidente (CEO)

Em 31 de janeiro de 2022, a o Conselho de administração da Companhia anunciou o Sr. Alberto Mario Griselli para substituir o Sr. Pietro Labriola nos cargos de CEO e membro do Conselho. O Sr. Griselli, que desde julho de 2019 ocupava o cargo de *Chief Revenue Officer* (CRO) da Companhia, é formado em Engenharia Eletrônica pela La Sapienza University em Roma e FMBA pela Columbia University. Com mais de 20 anos de experiência no setor de telecomunicações, ocupou cargos relevantes como vice-presidente para América Latina da TIMwe, fornecedora global de soluções de engajamento móvel para operadoras de telecomunicações, e *Managing Director* para América Latina da Value Partners, empresa de consultoria de gestão.

CADE aprova a aquisição pela TIM da maior parte dos ativos da operação de telefonia móvel da Oi

Em 09 de fevereiro de 2022, o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, no âmbito do Ato de Concentração nº 08700.000726/2021-08, aprovou a implementação da operação societária referente à transferência integral do controle ("Transação") das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE") , que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel", "Vendedora"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Compradoras").

A aprovação prevê um conjunto de condicionantes, em sua maioria comportamentais, e que compunham uma proposta de Acordo em Controle de Concentração ("ACC") feita pelas Compradoras ao CADE. Esses condicionantes tem um caráter modular e podem ser utilizados por novos entrantes e operadoras de menor porte para reduzir barreiras de entrada e alavancar a exploração de diferentes modelos de negócios, sem afetar o objetivo primário da TIM de fortalecer sua infraestrutura, fechando a disparidade de capacidade espectral em relação a seus principais concorrentes. Desta maneira, a Companhia entende que foi atingido um equilíbrio entre criação de valor e mitigação das preocupações concorrenciais para o setor que o ACC endereça.

A efetiva conclusão da Transação, que definirá um equilíbrio de infraestrutura entre os três principais concorrentes do setor, ainda depende do cumprimento de determinadas etapas previstas no Contrato de Compra e Venda. Entretanto, uma vez ocorrida trará benefícios amplos, mantendo alto grau de rivalidade setorial e garantindo os investimentos necessários para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e o avanço digital do país.

► 10. Auditoria Independente – IN CVM nº 381

Em 2021, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou serviços de auditoria de nossas demonstrações financeiras e outros serviços não relacionados à auditoria, que estão relacionados à revisão do Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

Tais serviços não superaram o patamar de 5% do total dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa.

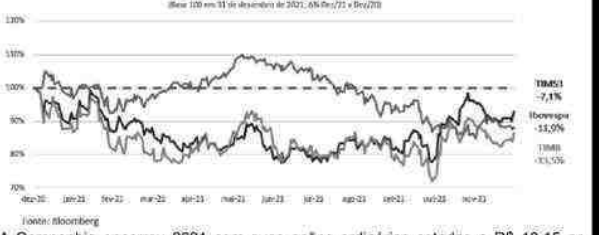
No entendimento dos auditores externos a prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados. Os auditores possuem processos internos para garantir que estes outros serviços sejam avaliados internamente, bem como pré-aprovados antes da apresentação de qualquer proposta à TIM.

A Companhia destaca ainda que está sujeita à uma política, aprovada pelo Conselho de Administração em 24/09/2021, que disciplina o processo de contratação dos auditores externos bem como de eventuais serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Controladora. Tal documento define ainda, um rol exemplificativo de serviços não relacionados à auditoria cuja contratação é vedada.

► 11. Mercado de Capitais

As ações ordinárias da TIM S.A. são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) sob o código TIMS3 e as ADRs, *American Depositary Receipts*, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, *New York Stock Exchange* (NYSE), sob o código TIMB.

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou 2021 em 104.822 pontos, acumulando uma queda de 11,92% quando comparado ao ano anterior, e valor de mercado de R$ 3,7 trilhões.



A Companhia encerrou 2021 com suas ações ordinárias cotadas a R$ 13,15 na B3, uma queda de 7,1% A/A, enquanto as ADRs, na NYSE, fecharam ao preço de U$ 11,64, redução de 13,5% A/A. Em valor de mercado, a TIM fechou o ano valorada em R$ 31,8 bilhões ou US$ 5,6 bilhões.

► Considerações Finais

A TIM S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos seus clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incansavelmente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado. Os agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teriam sido atingidos os objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na gestão do negócio.

A Administração

[1] Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:56 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Ativo		49.819.186	41.654.417	41.654.417
Circulante		15.398.048	10.411.555	10.411.556
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.228.615	2.575.290	2.575.291
Títulos e valores mobiliários	5	4.568.020	2.070.438	2.070.438
Contas a receber de clientes	6	3.066.906	3.051.834	3.051.834
Estoques	7	202.553	246.602	246.602
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	354.620	374.015	374.015
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	1.311.906	1.421.112	1.421.112
Despesas antecipadas	11	275.148	149.796	149.796
Instrumentos financeiros derivativos	37	134.292	262.666	262.666
Arrendamentos	16	30.076	5.357	5.357
Outros valores a compensar	17	28.661	43.906	43.906
Outros ativos		197.251	210.539	210.539
Não Circulante		34.421.138	31.242.862	31.242.861
Realizável a longo prazo		3.925.956	4.115.088	4.115.088
Títulos e valores mobiliários	5	11.508	7.061	7.061
Contas a receber de clientes	6	186.301	128.827	128.827
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	905.312	856.786	856.786
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	730.455	1.277.127	1.277.127
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	536.888	550.646	550.646
Depósitos judiciais	12	718.773	794.755	794.755
Despesas antecipadas	11	83.139	73.598	73.598
Instrumentos financeiros derivativos	37	521.627	239.423	239.423
Arrendamentos	16	213.045	156.841	156.841
Outros ativos		18.908	30.024	30.024
Investimento	13	1.601.703	1	-
Imobilizado	14	18.308.400	18.100.698	18.100.698
Intangível	15	10.585.079	9.027.075	9.027.075

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		49.819.186	41.654.417	41.654.417
Total do Passivo		24.712.080	18.471.672	18.471.672
Circulante		10.611.482	8.301.956	8.301.956
Fornecedores	18	3.267.404	3.128.732	3.128.732
Empréstimos e financiamentos	20	538.450	1.689.385	1.689.385
Passivo de arrendamento	16	1.269.878	1.054.709	1.054.709
Instrumentos financeiros derivativos	37	194.837	7.273	7.273
Obrigações trabalhistas		303.239	272.635	272.635
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	1.418.682	935.778	935.778
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	245.113	296.299	296.299
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	533.580	538.576	538.576
Autorizações a pagar	19	2.630.169	102.507	102.507
Receitas diferidas	23	197.179	266.436	266.436
Outros passivos		12.951	9.626	9.626
Não Circulante		14.100.598	10.169.716	10.169.716
Empréstimos e financiamentos	20	3.307.015	655.647	655.647
Instrumentos financeiros derivativos	37	13.950	28.893	28.893
Passivo de arrendamento	16	7.793.661	7.324.126	7.324.126
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	3.273	3.102	3.102
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	13.227	212.444	212.444
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	960.881	886.947	886.947
Planos de pensão e outros benefícios pós emprego	38	6.492	7.346	7.346
Autorizações a pagar	19	1.250.918	232.940	232.940
Receitas diferidas	23	689.161	755.488	755.488
Outros passivos		62.020	62.783	62.783
Patrimônio Líquido	25	25.107.106	23.182.745	23.182.745
Capital social		13.477.891	13.477.891	13.477.891
Reservas de capital		401.806	397.183	397.183
Reservas de lucros		11.236.551	9.317.356	9.317.356
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.285)	(4.848)	(4.848)
Ações em tesouraria		(4.857)	(4.837)	(4.837)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para expansão	Reservas de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos 01 de janeiro de 2021	13.477.891	397.183	1.036.194	6.499.602	1.781.560	(4.837)	(4.848)	-	23.182.745
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.957.174	2.957.174
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	563	-	563
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	563	2.957.174	2.957.737
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Plano de incentivo a longo prazo	-	4.623	-	-	-	-	-	-	4.623
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	(20)	-	-	(20)
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	-	-	139.021	-	-	-	-	(139.021)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(1.047.500)	(1.047.500)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	176.741	-	-	(176.741)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	1.593.912	-	-	-	(1.593.912)	-
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	9.521	-	-	-	-	9.521
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	4.623	139.021	1.603.433	176.741	(20)	-	(2.957.174)	(1.033.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.477.891	401.806	1.175.215	8.103.035	1.958.301	(4.857)	(4.285)	-	25.107.106

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para expansão	Reservas de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	13.476.172	36.154	952.486	5.985.793	1.612.019	-	(3.817)	-	22.058.807
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.843.690	1.843.690
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido (nota 13)	-	-	-	-	-	-	(1.031)	-	(1.031)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.031)	1.843.690	1.842.659
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Incorporação de sociedade do Grupo TIM (Nota 1)	1.719	353.604		-	-	-	-	-	355.323
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	7.425	-	-	-	-	-	-	7.425
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	(4.837)	-	-	(4.837)
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal (nota 25)	-	-	83.708	-	-	-	-	(83.708)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(1.083.000)	(1.083.000)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	169.541	-	-	(169.541)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	507.441	-	-	-	(507.441)	-
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	6.368	-	-	-	-	6.368
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	1.719	361.029	83.708	513.809	169.541	(4.837)	-	(1.843.690)	(718.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.477.891	397.183	1.036.194	6.499.602	1.781.560	(4.837)	(4.848)	-	23.182.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Receita líquida	27	18.058.027	17.267.812	17.267.812
Custos de serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	(8.443.023)	(7.996.615)	(7.996.615)
Lucro bruto		9.615.004	9.271.197	9.271.197
Receitas (despesas) operacionais:				
Comercialização	28	(4.621.788)	(4.443.027)	(4.443.027)
Gerais e administrativas	28	(1.723.384)	(1.656.267)	(1.656.267)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(11.572)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	29	497.771	(356.986)	(356.986)
		(5.858.973)	(6.456.280)	(6.456.280)
Lucro antes de receitas e despesas financeiras		3.756.031	2.814.917	2.814.917
Receitas (despesas) financeiras:				
Receitas financeiras	30	1.091.748	432.287	432.287
Despesas financeiras	31	(1.745.213)	(1.232.781)	(1.232.781)
Variações cambiais, líquidas	32	659	(6.783)	(6.783)
		(652.806)	(807.277)	(807.277)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.103.225	2.007.640	2.007.640
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	33	(146.051)	(163.950)	(163.950)
Lucro líquido do exercício		2.957.174	1.843.690	1.843.690
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia				
(expresso em R$ por ação)				
Lucro básico por ação	34	1,22	0,76	0,76
Lucro diluído por ação	34	1,22	0,76	0,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	2.957.174	1.843.690	1.843.690
Outros componentes do resultado abrangente			
Item que não será reclassificado para o resultado:			
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	853	(1.562)	(1.562)
Tributos diferidos	(290)	531	531
Total do resultado abrangente do exercício	2.957.737	1.842.659	1.842.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.103.225	2.007.640	2.007.640
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	28	5.691.696	5.527.012	5.527.012
Resultado de equivalência patrimonial	13	11.572	-	-
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		51.913	(88.085)	(88.085)
Ganho na transação de venda 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)		(782.237)	-	-
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		1.486	(284)	(284)
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	278.789	333.724	333.724
Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos		(27.768)	131.253	131.253
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		119.864	166.057	166.057
Juros sobre passivo de arrendamento		858.259	910.691	910.691
Juros sobre arrendamentos		56	(10.698)	(10.698)
Provisão para perdas de crédito esperadas	28	544.642	552.817	552.817
Planos de incentivo a longo prazo	26	15.672	2.588	2.588
		9.867.169	9.532.715	9.532.715
Redução (aumento) dos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes		(583.346)	(390.087)	(390.087)
Impostos, taxas e contribuições a recuperar		664.397	1.260.949	1.260.949
Estoques		44.050	(43.325)	(43.325)
Despesas antecipadas		(134.893)	20.928	20.928
Depósitos judiciais		215.698	203.567	203.567
Outros ativos		41.610	(111.003)	(111.003)
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Obrigações trabalhistas		35.506	53.667	53.667
Fornecedores		153.357	(818.989)	(818.989)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		366.605	(320.674)	(320.674)
Autorizações a pagar		(8.604)	(10.871)	(10.871)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	24	(316.604)	(413.634)	(413.634)
Receitas diferidas		(135.583)	(87.188)	(87.188)
Outros passivos		(116.981)	(132.606)	(132.606)
Caixa gerado pelas operações		10.092.181	8.743.449	8.743.449
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.094)	(69.578)	(69.578)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		10.078.087	8.673.871	8.673.871
Atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários		(2.502.030)	(1.428.888)	(1.428.888)
Caixa proveniente da venda de 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)		1.096.294	-	-
Caixa proveniente da incorporação da TIM Participações		-	21.959	21.959
Integralização de Capital FiberCo (nota 1)		-	-	1
Adições ao imobilizado e intangível (i)		(5.283.707)	(3.891.306)	(3.891.306)
Recebimento de arrendamentos		47	4.879	4.879
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(6.689.396)	(5.293.356)	(5.293.355)
Atividades de financiamentos				
Novos empréstimos		3.062.000	1.800.000	1.800.000
Amortização de empréstimos		(1.710.935)	(1.806.922)	(1.806.922)
Juros pagos – Empréstimos		(78.952)	(72.643)	(72.643)
Pagamento de passivo de arrendamento		(1.179.723)	(927.903)	(927.903)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento		(832.928)	(794.391)	(794.391)
Novos financiamentos licença 5G		843.020	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		216.197	(134.360)	(134.360)
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações		(11.069)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(1.042.976)	(1.153.054)	(1.153.054)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(735.366)	(3.089.273)	(3.089.273)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		2.653.325	291.242	291.243
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.575.290	2.284.048	2.284.048
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5.228.615	2.575.290	2.575.291

(i) Efeitos da aquisição 5G sem impacto no caixa, vide nota 40.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:59 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Receitas			
Receita operacional bruta (nota 27)	25.357.429	24.346.101	24.346.101
Outras receitas (nota 29)	2.709.251	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	(544.642)	(552.817)	(552.817)
Descontos concedidos, devoluções e outros	(2.619.680)	(2.543.707)	(2.543.707)
	24.902.358	21.249.577	21.249.577
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados e mercadonas vendidas	(2.676.158)	(2.641.923)	(2.641.923)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.026.187)	(2.949.673)	(2.949.673)
	(7.702.345)	(5.591.596)	(5.591.596)
Retenções			
Depreciação e amortização	(5.691.696)	(5.527.012)	(5.527.012)
Valor adicionado líquido produzido	11.508.317	10.130.969	10.130.969
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	(11.572)	-	-
Receitas financeiras	1.612.676	796.406	796.406
	1.601.104	796.406	796.406
Valor adicionado total a distribuir	13.109.421	10.927.375	10.927.375
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	621.702	552.749	552.749
Benefícios	191.346	196.124	196.124
F.G.T.S	63.689	60.722	60.722
Outros	46.649	42.498	42.498
	923.386	852.093	852.093
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	2.113.953	1.906.223	1.906.223
Estaduais	3.773.000	3.791.380	3.791.380
Municipais	127.934	114.390	114.390
	6.014.887	5.811.993	5.811.993
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros	2.263.324	1.601.595	1.601.595
Aluguéis	941.503	813.175	813.175
	3.204.827	2.414.770	2.414.770
Outros			
Investimento social	9.147	4.829	4.829
	9.147	4.829	4.829
Remuneração de Capital Próprio			
Dividendos e JCP	1.047.500	1.083.000	1.083.000
Lucros retidos	1.909.674	760.690	760.690
	2.957.174	1.843.690	1.843.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

► 1. Contexto operacional

Estrutura societária

A TIM S.A. ("TIM", "Companhia" e/ou "Empresa") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detinha 66,59% do capital social da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2021 (66,58% em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia presta Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&F/Bovespa). Adicionalmente, a TIM S.A possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Em dezembro de 2020, o Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada no dia 10 de dezembro de 2020, a constituição de uma sociedade denominada FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda, como preparação para futura segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial.

No dia 5 de maio de 2021, a TIM S.A. informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no mesmo dia, foi aprovado um acordo entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. ("IHS"), com vistas a aquisição, pela IHS, da participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. ("FiberCo").

O processo de aquisição de participação societária da FiberCo, posteriormente denominada I–Systems, pela IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems.

O detalhamento da venda da participação societária da FiberCo, está descrito abaixo.

Reorganização Societária

Venda de 51% da I-Systems (antiga FiberCo) para IHS

Em 5 de maio de 2021, a Companhia publicou a decisão de seu Conselho de Administração sobre a alienação por parte da TIM de 51% do capital social da FiberCo em favor da IHS, permanecendo os restantes 49% sob o controle da Companhia quando do fechamento da operação (*closing*).

A FiberCo foi constituída pela Companhia para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura. A FiberCo nasce com a missão de implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado. Não obstante, os termos do acordo definem a TIM como principal cliente neste momento, tendo a prerrogativa de 6 meses de exclusividade após a entrada em novas áreas.

Em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A. registrou investimento em coligada no valor de R$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49%.

Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477.

De acordo com laudo de avaliação do acervo líquido formado pelos ativos e passivos o valor apurado de R$1.211.789 foi integralizado como capital social da I-Systems em 1º de novembro de 2021.

O processo de venda do percentual de 51% de participação societária da nova companhia, I-Systems, para IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Para a conclusão da venda, a IHS realizou uma integralização de capital R$582.498 (primária) na nova companhia (I-Systems) e o pagamento de R$1.096.294 (secundária) diretamente a TIM S.A., totalizando, desta forma R$1.678.792 pela aquisição de 51% de participação societária. O valor justo apurado por 100% da nova companhia foi de R$3.291.794.

No momento do *closing* a participação na investida foi registrada pelo valor justo conforme previsto pelo IFRS 10 (CPC36), sendo, posteriormente, conforme definido na norma IAS 28 (CPC18), avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

Conforme previsto no IAS 28 (CPC18), a venda de investimento com perda de controle deve ser reconhecida pela baixa total de investimento e reconhecimento de parte do investimento da coligada pelo valor justo.

Os efeitos da transação estão detalhados abaixo:

Descrição	31/12/2021
Preço da transação	1.096.294
Registro investimento a *fair value*	1.612.957
Custo dos ativos	
Baixa do investimento	(1.211.472)
Baixa do ágio na aquisição Fiber RJ/Fiber SP	(1.051.477)
Baixa do imposto diferido sobre ágio amortizado fiscalmente	335.935
Ganho na transação	782.237
Imposto de renda e contribuição social	(509.245)
Ganho líquido na transação	272.992
Ganho antes de IR e CS na remensuração do investimento a valor justo	668.720
Ganho antes de IR e CS na alienação do ativo	113.517

Incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

Em 29 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a submissão à Assembleia Geral Extraordinária da proposta de incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada em 31 de agosto de 2020, e aprovou, por maioria dos votos, a incorporação da TIM Participações pela TIM S.A, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre as administrações das companhias em 29 de julho de 2020.

Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de agosto de 2020 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Participações, no montante de R$355.323.

Conforme previsto no Protocolo de Incorporação, as variações do patrimônio da TIM Participações entre a data do laudo (31 de março de 2020) e do ato societário de incorporação (31 de agosto de 2020), foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da incorporada. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Participações foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito. Esta transação não teve impacto econômico ou tributário e o ágio incorporado não será utilizado para fins de quaisquer compensações fiscais.

Esta reorganização societária, teve como objetivo proporcionar maior eficiência e simplificação da estrutura organizacional do Grupo TIM, tornando a estrutura de controles internos mais eficientes. Além disso, a reorganização societária proporciona uma otimização de carga tributária nas futuras distribuições de juros sobre capital próprio, e também, a integração de unidades administrativas e financeiras, permitindo, a concentração e redução dos custos operacionais e outras despesas administrativas com serviços profissionais. Como resultado desta operação, não houve qualquer impacto para os acionistas controladores e não controladores.

Após a Incorporação, a TIM S.A., passou a ser a ser negociada com os códigos TIMS3 na B3 e TIMB na NYSE.

Para fins de apresentação do saldo comparativo, as informações patrimoniais e financeiras da TIM S.A. permanecem inalteradas atendendo o conceito de entidade legal para a apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O acervo líquido contábil na data de incorporação, em 01 de setembro de 2020, está sumariado a seguir:

	01/09/20		01/09/20
Ativo		**Passivo**	
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	21.959	Impostos, taxas e contribuições a recolher	368
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	28.515	Outros passivos	10.708
Outros ativos	166	Total do passivo circulante	11.076
Total do ativo circulante	50.640	**Não circulante**	
Não circulante		Provisão para processos judiciais e administrativos	36.850
Depósitos judiciais	72.346	Outros passivos	29.752
Outros ativos	1.254	Total do passivo não circulante	66.602
		Patrimônio Líquido	
Ágio[1]	308.761	Capital social	1.719
Total do ativo não circulante	382.361	Reservas	353.604
		Total do patrimônio líquido	355.323
		Total do passivo e do	
Total do ativo	433.001	**patrimônio líquido**	433.001

[1] O Ágio incorporado possui a seguinte composição:

Ágio rentabilidade futura	367.571
Mais valia de passivos (provisão para processos judiciais) em combinação de negócios	(89.106)
Imposto de renda diferido sobre mais valia	30.296
	308.761

► 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R$), que também é a moeda funcional da Companhia.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que a partir da reorganização societária mencionada na Nota 1, todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas exclusivamente na TIM S.A. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

Os saldos consolidados comparativos para dezembro de 2021 não foram apresentados, uma vez que a subsidiária I-Systems (antiga Fiber Co) foi constituída em dezembro de 2020 e conforme descrito na nota 1, teve 51% de participação acionária alienada à IHS, quanto a TIM S.A. passou a deter participação minoritária não controladora de 49%. Nesse momento a TIM S.A. passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

e. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2022.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

- **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.**

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado;
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado;
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

O grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

- **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.**

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

- **CPC 11 - Contratos de seguro**

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).

• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.

Essa norma não se aplica a Companhia.

- **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante**

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

• O que significa um direito de postergar a liquidação;

• Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;

• Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação

• Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

- **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros do Grupo.

- **Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2: Divulgação de políticas contábeis**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Impactos COVID - 19

Desde março de 2020 foi decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde devido ao surto do Coronavirus 2019 (COVID-19), os principais impactos e primeiros casos foram contabilizados no Brasil e no mundo também do primeiro trimestre de 2020.

O surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e se prolonga até 2021 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram muito a atividade econômica, incluindo alguns impactos nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa das Companhias no Brasil. Ao longo de 2020, foi decretado o *lockdown* em vários estados do Brasil que durou de março a junho de 2020.

No ano de 2020, a Companhia apresentou uma infraestrutura robusta sendo parte de um segmento extremamente importante neste período de crise, essencial para a população, governo e sistema de saúde. Após análise interna, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia não é altamente alavancada e ainda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa do volume de caixa.

Em 2021, houve o agravamento da crise com aumento do número de casos, consequentemente, a necessidade de novas medidas de restrição, dentre elas o fechamento do comercio impactando o funcionamento das lojas novamente, mas as restrições tiveram uma duração menor comparada a 2020, reduzindo o impacto do fechamento das lojas. Essas restrições foram implementadas principalmente no mês de março em diferentes cidades do Brasil.

Em setembro de 2021, o país apresentou uma evolução significativa nos níveis de vacinação, com redução da taxa de transmissão e número de casos, com isso houve uma leve melhora nas atividades econômicas. Até o momento, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações.

Estamos no 2º ano de pandemia e sem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:01 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

► 3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros e investimentos em coligadas

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15) e seus ativos tangíveis e intangíveis.

Os investimentos líquidos em coligadas são avaliados após a aplicação do método de equivalência patrimonial para determinar se há qualquer evidencia objetiva de não recuperabilidade. O valor recuperável de um investimento em coligada deve ser determinado para cada investimento, a menos que a coligada não gere entradas de caixa de forma contínua que sejam em grande parte independentes daquelas geradas por outros ativos da entidade. O investimento em coligada foi avaliado conforme descrito na nota 13.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

(e) Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenues"

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(f) Arrendamentos

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 16), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 01/01/2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

► 4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Caixa e bancos	99.821	100.008	100.009
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:			
CDB/Compromissadas	5.128.794	2.475.282	2.475.282
	5.228.615	2.575.290	2.575.291

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB's e Operações Compromissadas é de 101,57% (101,24% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

► 5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
FUNCINE (i)	11.508	7.061
Fundo Soberano (ii)	9.624	5.220
FIC: (iii)		
Títulos Públicos (iv)	2.975.613	1.345.797
CDB (v)	40.496	17.370
Letra Financeira (vi)	703.118	292.500
Outros (vii)	839.169	409.551
	4.579.528	2.077.499
Parcela circulante	(4.568.020)	(2.070.438)
Parcela não circulante	11.508	7.061

(i) A partir de dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média em 2021 é negativa em 0,06% a.a. (negativa em 3,34% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2021 é de 95,13% (87,71% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(iii) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2021 dos FIC's foi de 122,76% (112,72% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(iv) Títulos públicos são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(v) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco e com taxas predeterminadas.

(vi) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo.

(vii) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

► 6. Contas a receber de clientes

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços *("unbilled")*. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada (*"impairment"*).

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,19% (0,22% em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Contas a receber de clientes	3.253.207	3.180.661
Contas a receber bruta	4.000.026	3.831.921
Serviços faturados	2.107.682	2.039.403
Serviços a faturar *("unbilled")*	849.762	817.669
Uso de rede	504.333	399.083
Venda de mercadorias	521.362	552.962
Ativo contratual (nota 23)	15.340	14.914
Outras contas a receber	1.547	7.890
Perdas por crédito de liquidação esperada	(746.819)	(651.260)
Parcela circulante	(3.066.906)	(3.051.834)
Parcela não circulante	186.301	128.827

A movimentação da provisão para perda por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	651.260	774.077
Constituição de provisão	544.642	552.817
Baixas de Provisão	(449.083)	(675.634)
Saldo Final	746.819	651.260

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	2021	2020
Total	4.000.026	3.831.921
A vencer	2.895.999	2.785.469
Vencidos até 30 dias	246.195	248.955
Vencidos até 60 dias	100.027	84.218
Vencidos até 90 dias	77.280	71.635
Vencidos a mais de 90 dias	680.525	641.644

► 7. Estoques

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	2021	2020
Estoques	202.553	246.602
Estoques	214.605	257.477
Aparelhos celulares e tablets	140.934	186.961
Acessórios e cartões pré-pagos	53.791	55.558
TIM chips	19.880	14.958
Perdas para ajuste ao valor de realização	(12.052)	(10.875)

► 8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	1.259.932	1.230.801
ICMS	1.216.912	1.188.018
Outros	43.020	42.783
Parcela circulante	(354.620)	(374.015)
Parcela não circulante	905.312	856.786

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips, tablets e modems* comercializados pela TIM.

(iii) por créditos de ICMS decorrentes do trânsito em julgado favorável, em maio de 2021, em uma ação de repetição de indébito referente a serviços de telefonia pré-paga em Santa Catarina, no montante de R$ 52 milhões.

► 9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	2.042.361	2.698.239
Imposto de renda e contribuição social (i)	807.096	381.905
PIS / COFINS (ii)	1.164.772	2.253.545
Outros	70.493	62.789
Parcela circulante	(1.311.906)	(1.421.112)
Parcela não circulante	730.455	1.277.127

(i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados a outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

Em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pender de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 547 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporadas em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. De acordo com a avaliação interna da Companhia, esperamos utilizar tais créditos até o 2º trimestre do ano de 2022.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda.), na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza, discute este tema judicialmente desde 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação. O valor total registrado em 2019 referente a esses créditos foi de R$3.023 milhões, sendo R$1.795 milhões de principal e R$1.228 milhões de atualizações monetária.

Os valores contabilizados são atualizados mensalmente pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), disponibilizada no site da Receita Federal do Brasil.

Em 2020, a TIM efetuou declarações de compensação com créditos oriundos do processo de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, para pagamentos de tributos federais, no valor total de R$ 1.516 milhões. Já no ano de 2021, foram efetuadas compensações no total de R$ 957 milhões com os referidos créditos de PIS e COFINS.

Em maio de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou a discussão quanto ao direito creditório das empresas, definindo em sede de julgamento de Embargos de Declaração, que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral (Tema 69), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 574706.

Considerando que os ministros ratificaram que o ICMS que não se inclui na base de cálculo do PIS/COFINS é o destacado na nota fiscal, confirmamos que os procedimentos adotados pela TIM S.A., quando da habilitação dos créditos de PIS/COFINS, estão adequados.

► 10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	219.876	475.128
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	330.627	303.948
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	257.529	224.459
Ajuste a valor presente – licença 3G	3.298	5.240
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	32.377	29.971
Provisão para participação nos lucros dos empregados	40.177	36.915
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	437.950	258.246
Ágio amortizado – TIM Fiber (ii)	(34.560)	(370.494)
Instrumentos financeiros derivativos	(143.948)	(154.718)
Juros capitalizados 4G	(233.433)	(262.608)
Custo atribuído – TIM S.A.	(42.617)	(53.792)
Ajustes sobre contratos de *leasing*	369.521	303.833
Depreciação acelerada (iii)	(466.863)	(266.464)
Ajuste ao valor justo I–Systems (antiga FiberCo) (iv)	(249.477)	-
Outros	16.431	20.982
	536.888	550.646
Parcela imposto ativo diferido	536.888	550.646

(i) Representada principalmente pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020 e 2021. O TFF relativo aos exercícios de 2020 e 2021 tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 21.

(ii) Representado pelo ágio na combinação de negócios das empresas TIM Fiber RJ e SP adquiridas pela TIM em 2012, realizado parcialmente em novembro de 2021 após a conclusão dessa transação.

(iii) A partir do 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R$ 467 milhões até 31 de dezembro de 2021 (R$ 266,5 milhões até 31 de dezembro de 2020) e foi aplicado a partir de 1 de janeiro de 2020.

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda descrita na nota 1 ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2021.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Prejuízos Fiscais e Base Negativa
2022	103.847
2023	79.581
2024	36.448
2025 em diante	-
Total	219.876

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R$255.252 ao longo deste ano até 31 de dezembro de 2021 (R$325.583 em 31 de dezembro de 2020, incluindo prejuízos fiscais).

► 11. Despesas antecipadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
	358.287	223.394
Propagandas não veiculadas (i)	86.154	1.679
Aluguéis e seguros	67.034	69.208
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (ii)	153.988	125.114
Serviços de TI (iii)	28.626	10.535
Outros	22.485	16.858
Parcela circulante	(275.148)	(149.796)
Parcela não circulante	83.139	73.598

(i) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(ii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/ CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

(iii) Representam os pagamentos antecipados de despesas de serviços de TI para rede migração das informações para nuvem *"cloud"*.

► 12. Depósitos judiciais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	2021	2020
	718.773	794.755
Cível	285.583	315.312
Trabalhista	128.607	149.390
Tributário	178.914	181.670
Regulatório	111	111
Penhora Online (i)	125.558	148.272

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Cível

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, como por exemplo caso em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em Juízo em discussão é de R$72.533 (R$ 70.560 em 31 de dezembro de 2020).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:04 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

(a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 34.289 (R$ 34.544 em 31 de dezembro de 2020).

(b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.073 (R$ 8.862 em 31 de dezembro de 2020).

(c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$20.022 (R$ 18.883 em 31 de dezembro de 2020).

(d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$11.254 (R$ 11.317 em 31 de dezembro de 2020).

(e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$8.048 (R$ 7.843 em 31 de dezembro de 2020).

(f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$3.478 (R$ 3.329 em 31 de dezembro de 2020).

(g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$3.582 (R$ 3.514 em 31 de dezembro de 2020).

(h) Depósito realizado pela TIM S.A – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 61.752 (R$ 58.664 em 31 de dezembro de 2020).

(i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.960 (R$ 14.505 em 31 de dezembro de 2020).

(j) CSLL – Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa, assim como cobrança referente a compensação BC Negativa / Prejuízo Fiscal sucedida. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.730 (R$ 9.739 em 31 de dezembro de 2020).

► 13. Investimento

A participação societária em coligada ou controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

O Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada em 10 de dezembro de 2020, a constituição da FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. ("FiberCo"), uma sociedade limitada, como preparação para uma possível (ou eventual) segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial. A empresa foi constituída em 16 de dezembro de 2020 e transformada em S.A. em maio de 2021.

Tal processo foi uma das etapas intermediárias da transformação da TIM na prestação dos serviços de banda larga, e objetivava a criação de um veículo aberto de infraestrutura de fibra ótica ("FiberCo") com a captação de um parceiro estratégico que se tornará sócio da FiberCo. A FiberCo atua no mercado de atacado podendo prover serviços de conectividade em fibra, de última milha e de transporte, para as operadoras do mercado, contando com a TIM como cliente (vide nota 1).

Conforme mencionado na nota 1, em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e criação da I-Systems (antes denominada FiberCo) com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A., avaliou a transação como perda de controle e parou de consolidar, registrando o investimento em coligada no valor de R$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49% (R$ 1.601.703 em 31 de dezembro de 2021).

A TIM S.A. tem 49% (100% em 31 de dezembro de 2020) de participação no capital social da I-Systems (antiga FiberCo).

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* no investimento líquido registrado.

a) Participação em empresa controlada

Em 31 de dezembro de 2020, a TIM S.A. detinha 100% de controle sobre a Fiber Co (atual I-Systems).

	2021 Fiber Co (atual I-Systems)	2020 Fiber Co (atual I-Systems)
Quantidade de quotas/ações detidas	1.000	1.000
Participação no capital total	100%	100%
Patrimônio líquido em 31/10/2021	(318)	1
Prejuízo líquido de janeiro a outubro/21	(318)	-
Resultado de equivalência patrimonial até 31 de outubro de 2021	(318)	-
Valor do investimento em 31 de dezembro	-	1

Mutação do investimento em empresas controladas:

	FiberCo (atual I-Systems) (controlada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	1
Resultado de equivalência patrimonial até out/21	(318)
Aumento de capital	1.211.789
Baixa do investimento	(1.211.472)
Saldo do investimento em 16 novembro 2021	-

b) Participação em empresa coligada

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tem em sua estrutura societária empresas controladas. Em novembro de 2021, a TIM S.A. passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

	2021 I-Systems
Quantidade de ações detidas	1.794.287.995
Participação no capital total	49%
Patrimônio líquido	1.794.288
Prejuízo líquido do exercício	(22.968)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.254)
Valor do investimento	1.601.703

Mutação do investimento em empresas coligadas:

	I-Systems (coligada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	-
Reavaliação da participação minoritária a valor justo	1.612.957
Resultado de equivalência patrimonial nov/21 e dez/21	(11.254)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2021	1.601.703

► 14. Imobilizado

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

• Movimentação do imobilizado

	Saldo em dez/20	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em dez/21
Total do Custo do Imobilizado Bruto	47.429.167	5.572.362	(3.841.851)	-	49.159.678
Equipamentos de comutação / transmissão	25.875.916	26.905	(2.920.511)	2.872.144	25.854.454
Cabos de fibra ótica	878.100	-	(125.366)	25.778	778.512
Aparelhos em comodato	2.643.336	805	(13.495)	175.808	2.806.454
Infraestrutura	6.436.572	-	(511.635)	518.348	6.443.285
Bens de informática	1.770.386	-	(46.584)	32.538	1.756.340
Bens de uso geral	902.287	-	(43.401)	57.959	916.845
Direito de uso em arrendamentos	8.367.895	1.591.307	(179.875)	-	9.779.327
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(984)	(3.682.575)	783.667
Total Depreciação Acumulada	(29.328.469)	(3.951.760)	2.428.951	-	(30.851.278)
Equipamentos de comutação / transmissão	(18.130.526)	(1.983.589)	1.926.121	-	(18.187.994)
Cabos de fibra ótica	(482.613)	(65.669)	26.077	-	(522.205)
Aparelhos em comodato	(2.398.217)	(145.661)	9.187	-	(2.534.691)
Infraestrutura	(4.018.854)	(408.540)	384.239	-	(4.043.155)
Bens de informática	(1.617.970)	(58.209)	46.449	-	(1.629.730)
Bens de uso geral	(637.903)	(48.204)	36.878	-	(649.229)
Direito de uso em arrendamentos	(2.042.386)	(1.241.888)	-	-	(3.284.274)
Total Imobilizado liquido	18.100.698	1.620.602	(1.412.900)	-	18.308.400
Equipamentos de comutação / transmissão	7.745.390	(1.956.684)	(994.390)	2.872.144	7.666.460
Cabos de fibra ótica	395.487	(65.669)	(99.289)	25.778	256.307
Aparelhos em comodato	245.119	(144.856)	(4.308)	175.808	271.763
Infraestrutura	2.417.718	(408.540)	(127.396)	518.348	2.400.130
Bens de informática	152.416	(58.209)	(135)	32.538	126.610
Bens de uso geral	264.384	(48.204)	(6.523)	57.959	267.616
Direito de uso em arrendamentos	6.325.509	349.419	(179.875)	-	6.495.053
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(984)	(3.682.575)	783.667

(i) As baixas líquidas são representadas principalmente por:
. R$1.218.340 de baixa de ativo imobilizado, o qual compõe parte do saldo de R$1.211.789 de ativos líquidos que foi integralizado como capital social da I-Systems (antiga FiberCo) em 01 de novembro de 2021, conforme descrito na nota 1.
. R$179.875 em direitos de uso em arrendamentos em função de remensuração de contratos, incluindo alterações de vigência e escopo de aluguéis.

	Saldo em dez/19	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em dez/20
Total do Custo do Imobilizado Bruto	43.358.751	4.687.207	(616.791)	-	47.429.167
Equipamentos de comutação / transmissão	22.817.681	10.464	(174.249)	3.222.020	25.875.916
Cabos de fibra ótica	813.589	-	-	64.511	878.100
Aparelhos em comodato	2.489.995	912	(7.140)	159.569	2.643.336
Infraestrutura	6.096.847	92.234	(8.063)	255.554	6.436.572
Bens de informática	1.721.251	1	(9.996)	59.130	1.770.386
Bens de uso geral	859.505	1	(1.544)	44.325	902.287
Direito de uso em arrendamentos	6.933.416	1.849.539	(415.060)	-	8.367.895
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.056	(739)	(3.805.109)	513.881
Total Depreciação Acumulada	(25.746.587)	(3.767.678)	185.796	-	(29.328.469)
Equipamentos de comutação / transmissão	(16.389.213)	(1.906.480)	165.167	-	(18.130.526)
Cabos de fibra ótica	(410.567)	(72.046)	-	-	(482.613)
Aparelhos em comodato	(2.256.863)	(143.309)	1.955	-	(2.398.217)
Infraestrutura	(3.593.833)	(432.549)	7.528	-	(4.018.854)
Bens de informática	(1.565.309)	(62.649)	9.988	-	(1.617.970)
Bens de uso geral	(590.658)	(48.403)	1.158	-	(637.903)
Direito de uso em arrendamentos	(940.144)	(1.102.242)	-	-	(2.042.386)
Total Imobilizado liquido	17.612.164	919.529	(430.995)	-	18.100.698
Equipamentos de comutação / transmissão	6.428.468	(1.896.016)	(9.082)	3.222.020	7.745.390
Cabos de fibra ótica	403.022	(72.046)	-	64.511	395.487
Aparelhos em comodato	233.132	(142.397)	(5.185)	159.569	245.119
Infraestrutura	2.503.014	(340.315)	(535)	255.554	2.417.718
Bens de informática	155.942	(62.648)	(8)	59.130	152.416
Bens de uso geral	268.847	(48.402)	(386)	44.325	264.384
Direito de uso em arrendamentos	5.993.272	747.297	(415.060)	-	6.325.509
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.056	(739)	(3.805.109)	513.881

(i) O valor de R$415.060 é representado por remensuração de contratos e inclui alterações de vigência e escopo de aluguéis e também revisão de estimativa em relação a contratos de baixo valor veículos.

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.019.900	400.262	1.500.909	1.404.438	6.325.509
Adições	630.805	295.874	237.150	427.478	1.591.307
Remensuração	(83.606)	(45.312)	(23.772)	(27.185)	(179.875)
Depreciação	(518.590)	(109.512)	(210.054)	(403.732)	(1.241.888)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.048.509	541.312	1.504.233	1.400.999	6.495.053
Vida útil - %	7,86%	9,70%	9,47%	3,24%	

• Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2021, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

► 15. Intangível

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, tivemos a capitalização de encargos da licença 4G de 700MHz entre 2014 e 2019 e atualmente temos a capitalização de encargos na aquisição da licença 5G para radiofrequência não prontamente disponível e outras obrigações relacionadas a tal radiofrequência. Essa capitalização ocorre até que o ativo seja considerado disponível para uso pela Administração, e a partir desta data, encerra-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue.

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em dez/20	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/21
Total Custo do Intangível Bruto	31.444.050	4.352.331	(1.165.840)	-	34.630.541
Direito de uso de softwares	19.117.515	-	(112.626)	906.115	19.911.004
Autorizações	9.931.248	50.408	(1.737)	1.171.578	11.151.497
Ágio (i)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	177.866	-	-	8.355	186.221
Outros ativos	329.626	-	-	3.490	333.116
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.572.960
Total Amortização Acumulada	(22.416.975)	(1.739.937)	111.450	-	(24.045.462)
Direito de uso de softwares	(16.378.487)	(1.164.210)	110.679	-	(17.432.018)
Autorizações	(5.816.241)	(542.196)	771	-	(6.357.666)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(67.966)	(8.731)	-	-	(76.697)
Outros ativos	(154.281)	(24.800)	-	-	(179.081)
Total Intangível Liquido	9.027.075	2.612.394	(1.054.390)	-	10.585.079
Direito de uso de softwares (c)	2.739.028	(1.164.210)	(1.947)	906.115	2.478.986
Autorizações (f)	4.115.007	(491.788)	(966)	1.171.578	4.793.831
Ágio (d)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.900	(8.731)	-	8.355	109.524
Outros ativos	175.345	(24.800)	-	3.490	154.035
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.572.960

(i) Inclui a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477.

	Saldo em dez/19	Saldo Companhia incorporada	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/20
Total Custo do Intangível Bruto	29.861.788	367.571	1.215.636	(945)	-	31.444.050
Direito de uso de softwares	18.184.382	-	-	(939)	934.072	19.117.515
Autorizações	9.811.794	-	32.105	(6)	87.355	9.931.248
Ágio	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	169.327	-	8.539	-	-	177.866
Outros ativos	327.360	-	-	-	2.266	329.626
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.276	-	1.174.992	-	(1.023.693)	360.575
Total Amortização Acumulada	(20.561.032)	-	(1.856.917)	974	-	(22.416.975)
Direito de uso de softwares	(15.093.166)	-	(1.286.295)	974	-	(16.378.487)
Autorizações	(5.278.413)	-	(537.828)	-	-	(5.816.241)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(60.204)	-	(7.762)	-	-	(67.966)
Outros ativos	(129.249)	-	(25.032)	-	-	(154.281)
Total Intangível Liquido	9.300.756	367.571	(641.281)	29	-	9.027.075
Direito de uso de softwares (c)	3.091.216	-	(1.286.295)	35	934.072	2.739.028
Autorizações (f)	4.533.381	-	(505.723)	(6)	87.355	4.115.007
Ágio (d)	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.123	-	777	-	-	109.900
Outros ativos	198.111	-	(25.032)	-	2.266	175.345
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.276	-	1.174.992	-	(1.023.693)	360.575

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:07 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Os ativos intangíveis em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Inclui os valores de aquisição da Licença 5G, conforme nota 15.f.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de *softwares*	20
Autorizações	5 a 50
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia possui o seguinte ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – "TIM Fiber SP") e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – "TIM Fiber RJ"). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente. TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R$ 1.159.649.

Em novembro de 2021, a Companhia concluiu o *drop-down* de ativos líquidos relacionados ao negócio de banda larga residencial relativos à infraestrutura de rede secundária para a controlada integral FiberCo e realizou a alienação de 51% de participação societária da FiberCo, atualmente denominada I-Systems, em favor da IHS. Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems. Consequentemente, com o fechamento deste negócio em novembro de 2021, o ágio inicialmente registrado na aquisição das empresas Fiber RJ e Fiber SP foi reduzido para R$108.171. Este é o saldo registrado em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A, a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Ágio aquisição da "Intelig" pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente "Intelig") em dezembro de 2009 no montante de R$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R$157.556.

Teste de *impairment*

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM.

A metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* acima mencionados está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, portanto abrange o grupo consolidado. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia. Importante ressaltar que os resultados do grupo são representados essencialmente pela TIM S.A. Deste modo, os resultados da TIM S.A. são o principal gerador de caixa do Grupo TIM, visto que a única empresa operacional atuante no Brasil é a TIM S.A, e por essa razão a Companhia representa uma única unidade geradora de caixa para fins de teste de *impairment* de ativos de vida útil indefinida de acordo com IAS 36 / CPC01.

Em 31 de dezembro de 2021 o teste de *impairment* foi realizado comparando o *carrying amount* com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Seus títulos são negociados na BOVESPA com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

A mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso. Os efeitos da TIM Participações holding (incorporada pela TIM S.A) sobre o valor de *carrying amount* em 2021 eram irrelevantes e também seus efeitos sobre o resultado do Grupo Consolidado. Portanto, os cálculos realizados a nível consolidado contemplam essencialmente os resultados e saldos contábeis da TIM S.A., assim a Administração da Companhia conclui que a utilização da metodologia do valor justo menos custos de vendas é adequada para conclusão da não existência de constituir provisão para *impairment* uma vez que o valor justo menos o custo de venda é superior que o total *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).

(f) Autorizações

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHZ adquirida, que totalizaram R$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R$ 1.199 milhões foi reduzido em R$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 a 2019.

Em 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências da telefonia móvel de 5ª Geração ("5G"). Em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R$2.680 milhões.

Para o cumprimento das obrigações adicionais, é previsto, conforme edital, que haja a constituição de entidades administradoras, as quais são destinadas somente a cumprir com os compromissos previstos no Leilão. As empresas vencedoras do Leilão têm a obrigação de desembolsar somente os valores previstos em edital para que tais entidades cumpram com as obrigações definidas. Há obrigações adicionais previstas relacionadas a radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa ("EAF"), e relacionadas a radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE").

As radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontram-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro em "Autorizações" dos valores relativos às licenças (R$614 milhões) e as obrigações relacionadas a licença 26GHz, que serão cumpridas por meio da EACE (R$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R$633 milhões), previstos no Edital, ocorrerão em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tem correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente ("AVP") no reconhecimento inicial (R$83 milhões).

Já a radiofrequência 3,5GHz não está prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, encontra-se registrado em bens em andamento (R$270 milhões). Desta forma, as obrigações relacionadas a esta atividade, a serem realizadas pela EAF (R$2.104 milhões) também estão registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, previstos no Edital, ocorrerão em 2 parcelas ao longo do ano de 2022, e têm correção monetária pelo IGP-DI.

Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadra-se a radiofrequência de 3,5GHz. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou em ativo intangível 1 milhão de juros Selic incorridos sobre a radiofrequência 3,5GHz e 19 milhões referente a correção monetária dos valores devidos à EAF. Estes saldos estão registrados em bens em andamento.

Desta forma o efeito total no ativo intangível da Companhia em 2021 referente às radiofrequências 5G e obrigações relacionadas foi de R$3.584 milhões, sendo R$2.394 em bens em andamento e R$1.190 milhões em Autorizações.

► 16. Arrendamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total - Passivo de arrendamento	**2.139.718**	**6.431.022**	**5.898.599**	**14.469.339**	**9.063.539**
LT Amazonas (i)	57.349	202.271	336.138	595.758	302.091
Venda e *leaseback* das Torres (ii)	245.800	992.299	2.135.989	3.374.088	1.507.629
Outros (iv)	28.348	112.493	142.458	283.299	142.458
Total Outros arrendamentos (iii)	1.808.221	5.123.959	3.284.014	10.216.194	7.111.361
Arrendamentos – Infraestrutura de rede	752.818	2.450.689	1.735.619	4.939.126	3.345.930
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	183.468	440.996	356.198	980.662	653.422
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	340.099	1.135.266	1.192.197	2.667.562	1.657.345
Arrendamentos – Fibra	531.836	1.097.008	-	1.628.844	1.454.664

i) LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

ii) Venda e *leaseback* das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R$ 2.651.247, sendo o montante de R$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 23).

As taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo.

(iii) Outros arrendamentos:

Além dos contratos de arrendamentos citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2021 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 8,94% (9,06% em 2020).

(iv) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão.

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 36.310 (R$ 28.523 em 31 de dezembro de 2020).

► 17. Outros valores a compensar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel.

Em 31 de dezembro de 2021, esse crédito é de R$28.661 (R$43.906 em 31 de dezembro de 2020).

► 18. Fornecedores

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	2021	2020
	3.267.404	3.128.732
Moeda nacional	3.063.458	2.932.486
Fornecedores de materiais e serviços (i)	2.966.897	2.839.547
Interconexão (ii)	65.464	64.066
Roaming (iii)	212	212
Co-billing (iv)	30.885	28.661

Ativo

	2021	2020
LT Amazonas	166.944	162.198
Subleasing lojas – IFRS16	76.177	-
	243.121	162.198
Parcela circulante	(30.076)	(5.357)
Parcela não circulante	213.045	156.841

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
	55.939	167.320	176.895	400.154	243.121
LT Amazonas (i)	26.124	106.491	176.895	309.510	166.944
Subleasing lojas – IFRS16 (ii)	29.815	60.829	-	90.644	76.177

(i) LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

(ii) *Subleasing* Lojas - IFRS16

A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de "lojas revenda". O impacto no leasing passivo está refletido no grupo "Arrendamentos - Lojas & Quiosques".

Passivo

	2021	2020
LT Amazonas (i)	302.091	290.385
Venda de Torres (*leaseback*) (ii)	1.507.629	1.256.410
Outros (iv)	142.458	115.027
Sub-total	1.952.178	1.661.822
Outros arrendamentos (iii):		
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede	3.345.930	3.252.463
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	653.422	434.990
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	1.657.345	1.606.567
Arrendamentos – Fibra	1.454.664	1.422.993
Sub-total *leasing* IFRS16 / CPC 06 (R2)	7.111.361	6.717.013
Total	9.063.539	8.378.835
Parcela circulante	(1.269.878)	(1.054.709)
Parcela não circulante	7.793.661	7.324.126

O montante de juros pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) é de R$ 599.296 (R$ 567.261 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 37.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	2021	2020
Moeda estrangeira	203.946	196.246
Fornecedores de materiais e serviços (i)	153.082	148.888
Roaming (iii)	50.864	47.358
Parcela Circulante	3.267.404	3.128.732

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(vi) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

► 19. Autorizações a pagar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Renovação de autorizações (i)	191.329	188.498
Dívida ANATEL atualizada (ii)	164.269	146.949
Autorizações a pagar (iii)	3.525.489	-
	3.881.087	335.447
Parcela circulante	(2.630.169)	(102.507)
Parcela não circulante	1.250.918	232.940

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações no montante de R$ 191.329 (R$ 188.498 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R$ 61 milhões (R$ 164 milhões em 31 de dezembro de 2021) o qual ainda está pendente de julgamento.

(iii) Conforme descrito na nota 15.f, em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização, o que caracteriza a efetiva aquisição do direito sobre os lotes destas radiofrequências.

Para os valores relativos às radiofrequências (R$884 milhões no registro inicial), há incidência de juros Selic, e a Companhia realizará pagamentos anuais pelo período de 20 anos. Já para os valores relacionados as obrigações de desembolsos com as entidades EAF e EACE (R$2.737 milhões no registro inicial, sendo R$2.654 milhões líquidos de AVP) há correção monetária por IGP-DI, e os desembolsos ocorrerão entre 2022 e 2024. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto é de 3.525 milhões.

As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2023	406.371
2024	141.151
2025	46.535
2026	46.535
2027	46.535
2028	46.535
2029	46.535
2030	46.535
2031	46.535
	1.250.918

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de dezembro de 2021, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:10 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Termos de Autorização	Data de Expiração 450 MHz	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz (Banda P** (4G)	700 MHz (4G)	2,3GHz (5G)	3,5GHz (5G)	26GHz (5G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Sul – Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

* Termos já renovados por 15 anos.
** Somente áreas complementares nos Estados específicos.
As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Valor nominal
2022	538.450
2023	88.818
2024	1.125.526
2025	80.712
2026	615.727
2027	615.727
2028	618.006
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	3.845.465

► 20. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	dez/21	dez/20
KFW Finnvera (ii)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	278.176	344.125
BAML (ii)	EUR	0,2790% a.a.	Ago/21	-	570.844
Scotia[1] (ii)	USD	1,2410% a 1,7340% a.a.	Abr/24	559.650	1.030.761
BNP Paribas (ii)	USD	2,8220% a.a.	Jan/22	428.793	399.302
BNP Paribas (ii)	BRL	7,0907% a.a.	Jan/24	515.166	-
Debêntures[2] (ii)	BRL	IPCA + 4,1682% a.a. (i)	Jun/28	1.667.399	-
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	396.281	-
Total				3.845.465	2.345.032
Circulante				(538.450)	(1.689.385)
Não circulante				3.307.015	655.647

1 A taxa da dívida ativa em 31/12/21 com o banco Scotia é de 1,4748% a.a.

2 É prevista uma redução automática de até 0,25bps em juros remuneratórios observará o cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

Garantias

(i) Determinados recebíveis da TIM S.A.;

(ii) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados semestralmente. Em fevereiro de 2020 a Companhia realizou o pré-pagamento total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES ativos àquela época, contudo ainda existem contratos em vigor com o banco regulando as linhas de crédito disponíveis para saque que estão demonstradas no quadro abaixo. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. A Companhia vem cumprindo todos os índices estabelecidos.

Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao The Bank of Nova Scotia, no valor de R$ 572 milhões, custo de CDI + 1,05% a.a. e prazo de 3 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.

Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao banco BNP Paribas, no valor de R$ 500 milhões, custo de CDI + 1,07% a.a. e prazo de 2,9 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.

Em junho de 2021, a Companhia, realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor de R$1.600 milhão. As debêntures contam com uma componente sustentável que permite sua qualificação como *sustainability-linked* e, em caso de cumprimento das metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão, os juros remuneratórios de IPCA + 4,1682% a.a. poderão ser reduzidos automaticamente em até 0,25bps. As debêntures terão juros semestrais e as amortizações acontecerão, respectivamente, no 5º, 6º e 7º ano. A emissão objetivou o financiamento de projetos de implantação, ampliação e modernização de redes fixa e móvel em diferentes tecnologias, incluindo 5G, e se enquadra no disposto da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011. No âmbito desta operação, a Companhia optou por celebrar um contrato de *swap* de taxas de juros com objetivo de hedge, ao custo de para CDI + 0,95% ao ano. Durante o prazo de vigência da operação, também deverá ser observado o cumprimento do índice financeiro Dívida líquida sobre EBITDA, indicador este cumprido até a presente data.

Em novembro de 2021, a Companhia captou junto ao BNDES a linha de crédito FINAME, no valor total disponível de R$ 390 milhões, ao custo de IPCA + 4,2283% a.a. e prazo total de 10 anos com carência de 3 anos para início da amortização. A Companhia optou por celebrar um contrato de *swap* de taxas de juros com o objetivo de *hedge*, ao custo final de 96,95% do CDI.

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponíveis:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 31 de dezembro 2021
BNDES (i)	TJLP	Mai/18	Mar/22	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (ii)	TJLP	Mai/18	Mar/22	20.000	20.000	-
FINAME (iii)	IPCA	Mar/19	Mar/22	390.000	-	390.000
BNB (iv)	IPCA	Jan/20	Jun/23	752.479	752.479	-
Total R$:				2.252.479	1.862.479	390.000

Objetivo:

(i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais

(ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade

(iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional

(iv) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco do Nordeste do Brasil

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2023	88.818
2024	1.125.526
2025	80.712
2026	615.727
2027	615.727
2028	618.006
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	3.307.015

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Ambos são financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um cunho de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores. Para fins de análise de valor justo, considerando as características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia, BNP Paribas, Debêntures e BNDES considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 31 de dezembro de 2021 é, respectivamente, R$ 563.259, R$ 524.422, R$ 1.635.203 e R$ 384.073.

► 21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	1.421.955	938.880
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	303.721	359.498
Impostos e Taxas ANATEL (i)	1.042.933	509.087
Imposto sobre Serviço - ISS	66.075	66.082
Outros	9.226	4.213
Parcela circulante	(1.418.682)	(935.778)
Parcela não circulante	3.273	3.102

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP no valor de R$ 790 milhões. No terceiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou o pagamento parcial no montante de R$300 milhões referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de realização do pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.

Em 2021, novamente houve o pagamento parcial das taxas de cerca de R$300 milhões referentes às CFRP e Condecine e o valor remanescente de R$480 milhões relativo ao Fistel (TFF) de 2021 segue suspenso, sem data definida para pagamento com base em liminar também proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Durante o exercício de 2021, houve o reconhecimento de R$51,2 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fistel (TFF) relativos ao exercício de 2020 e 2021 com pagamento suspenso por decisão liminar.

► 22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2021, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	258.340	508.743
Imposto de renda e contribuição social (i)	186.294	313.145
PIS / COFINS	41.916	154.353
Outros (ii)	30.130	41.245
Parcela circulante	(245.113)	(296.299)
Parcela não circulante	13.227	212.444

(i) A variação está relacionada à alteração da apuração do Lucro Real Anual pelo Lucro Real Trimestral. Nesse sentido, o valor apresentado em dezembro de 2020 compreendia o IRPJ e a CSLL devidos entre janeiro e dezembro daquele ano, enquanto em 2021 o passivo apresentado representa apenas o montante devido no 4º Trimestre.

(ii) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

► 23. Receitas diferidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas diferidas	886.340	1.021.924
Serviços a prestar pré-pago (i)	118.795	189.482
Subvenções governamentais (ii)	11.184	24.732
Receitas antecipadas	8.522	11.163
Receitas diferidas sobre venda de torres (iii)	734.826	788.921
Passivo contratual (iv)	13.013	7.626
Parcela circulante	(197.179)	(266.436)
Parcela não circulante	689.161	755.488

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(ii) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 é de R$ 203 milhões e o montante em aberto em 31 de dezembro de 2021 é de R$11.184 (R$24.732 em 31 de dezembro de 2020). Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas), líquidas" (nota 29).

(iii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 16).

(iv) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

	2021
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.051.120
Ativo contratual	15.340
Passivo contratual	(13.013)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no exercício.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.288
Adições	8.800
Baixas	(13.761)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.327

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2022	2023
Ativo (passivo) contratual	3.685	(1.358)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

► 24. Provisão para processos judiciais e administrativos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2021	2020
Provisão para processos judiciais e administrativos	960.881	886.947
Cível (a)	309.019	245.432
Trabalhistas (b)	192.132	213.026
Tributária (c)	429.951	399.288
Regulatória (d)	29.779	29.201

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-20	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-21
	886.947	278.789	(316.804)	111.949	960.881
Cível (a)	245.432	175.715	(194.501)	82.373	309.019
Trabalhistas (b)	213.026	71.961	(98.730)	5.875	192.132
Tributária (c)	399.288	31.078	(23.539)	23.124	429.951
Regulatória (d)	29.201	35	(34)	577	29.779

	dez-19	Saldo Companhia incorporada	Adições, liquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-20
	703.522	125.956	333.724	(413.634)	137.379	886.947
Cível (a)	208.202	4.501	224.416	(266.872)	75.185	245.432
Trabalhistas (b)	208.224	45.691	63.649	(138.899)	34.361	213.026
Tributária (c)	254.833	75.646	48.897	(7.792)	27.704	399.288
Regulatória (d)	32.263	118	(3.238)	(71)	129	29.201

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis

a.1 Ações movidas por consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R$150.881 (R$ 139.429 em 31 de dezembro de 2020) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, alteração unilateral de contratos e negativação indevida.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R$116.985 (R$51.713 em 31 de dezembro 2020).

a.3 Ex- parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R$20.708 (R$ 18.634 em 31 de dezembro de 2020).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato e; (iv). Os valores envolvidos equivalem a R$20.089 (R$33.682 em 31 de dezembro de 2020).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R$356 (R$610 em 31 de dezembro de 2020).

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:13 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Não existe valor correspondente em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.364 em 31 de dezembro de 2020).

b. Processos trabalhistas

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável, adicionais legais e horas extras, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 1.314 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 (1.873 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R$ 192.132 atualizado monetariamente (R$ 213.026 em 31 de dezembro de 2020).

c. Processos tributários

	2021	2020
Tributos Federais	202.743	182.146
Tributos Estaduais	145.436	135.891
Tributos Municipais	7.626	5.633
Processos TIM S.A (*Purchase price allocation*)	74.146	75.618
	429.951	399.288

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.

Tributos federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

(i) A provisão para a TIM S.A. suporta sessenta e quatro processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 8.510 (R$ 8.355 em 31 de dezembro de 2020), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R$ 15.149 (R$ 14.771 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) A Companhia constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R$ 39.554 (R$ 38.584 em 31 de dezembro de 2020).

(iii) Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para o processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R$ 60.382 (R$ 58.988 em 31 de dezembro de 2020).

(iv) A empresa constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R$ 18.579 (R$ 5.313 em 31 de dezembro de 2020).

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

A provisão para a TIM S.A. suporta noventa e um processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 41.352 (R$ 36.491 em 31 de dezembro de 2020), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R$ 5.291 (R$ 5.135 em 31 de dezembro de 2020), bem como (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R$ 16.216 (R$ 15.751 em 31 de dezembro de 2020), ((iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R$ 16.374 (R$ 14.912 em 31 de dezembro de 2020) e (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R$ 22.183 (sem equivalência em 31 de dezembro de 2020).(vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R$ 13.963 (sem equivalência em 31 de dezembro de 2020).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R$74.146 (R$75.618 em 31 de dezembro de 2020).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R$ 29.779 (R$ 29.201 em 31 de dezembro de 2020).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	2021	2020
	18.140.556	18.147.562
Cível (e.1)	1.292.202	1.101.332
Trabalhista e previdenciária (e.2)	392.035	340.801
Tributária (e.3)	16.309.439	16.586.353
Regulatória (e.4)	146.880	119.076

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Civeis

	2021	2020
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	160.696	220.347
ANATEL (e.1.2)	258.683	223.066
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	493.806	160.279
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	216.054	193.529
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	99.743	154.187
Outros (e.1.6)	63.220	149.924
	1.292.202	1.101.332

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS ; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: ; (ii) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (iii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iv) suposto descumprimento de contrato.

e.2. Trabalhista e Previdenciária

e.2.1. Previdenciária

A TIM S.A recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor provável de R$ 23.786 atualizado (R$ 10.467 em 31 de dezembro de 2020). Ainda, recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, sob suposto não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas recebidas a título de abono indenizatório, gratificação não-ajustada, hiring bônus e incentive, no valor possível total de R$ 85.720 atualizado (R$ 22.829 atualizado em 31 de dezembro de 2020).

e.2.2. Trabalhistas

Há 3.067 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 (3.038 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R$ 306.315 atualizado (R$317.971 em 31 de dezembro de 2020).

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

e.3. Tributárias

	2021	2020
	16.309.439	16.586.353
Tributos Federais (e.3.1)	3.026.326	4.268.212
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.782.114	8.562.352
Tributos Municipais (e.3.3)	1.234.618	740.813
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	3.266.381	3.014.976

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R$ 12.133.168 (R$ 11.976.959 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R$ 3.026.326 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 4.268.212 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R$ 1.467.409 (R$ 2.715.670 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R$1,4 bilhão.

b. Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R$ 231.810 (R$ 193.181 em 31 de dezembro de 2020).

c. Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R$ 69.124 (R$ 67.572 em 31 de dezembro de 2020).

d. Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R$ 268.170 (R$ 259.088 em 31 de dezembro de 2020).

e. Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R$ 410.662 (R$ 399.691 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 8.782.114 (R$ 8.562.352 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R$ 1.140.553 (R$ 1.128.741 em 31 de dezembro de 2020).

b. Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R$ 356.251 (R$ 492.935 em 31 de dezembro de 2020).

c. Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R$ 654.011 (R$ 608.316 em 31 de dezembro de 2020).

d. Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de dezembro de 2021, o montante envolvido é de R$ 3.449.439 (R$ 3.356.501 em 31 de dezembro de 2020).

e. Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de 138.242 (R$ 136.286 em 31 de dezembro de 2020).

f. Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R$727.057 (R$ 698.673 em 31 de dezembro de 2020).

g. Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R$547.575 (R$ 249.271 em 31 de dezembro de 2020).

h. Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R$ 116.700 (R$ 197.521 em 31 de dezembro de 2020).

i. Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R$ 286.519 (R$ 260.447 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R$ 1.234.618 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 740.813 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R$ 618.343 (R$ 150.023 em 31 de dezembro de 2020).

b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R$ 399.141 (R$ 385.536 em 31 de dezembro de 2020).

c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R$ 137.944 (R$ 126.159 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL com classificação de risco possível é de R$3.266.381 (R$ 3.014.976 em 31 de dezembro de 2020). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R$ 120.218 (R$ 119.076 em 31 de dezembro de 2020). A variação decorreu principalmente de atualização monetária no exercício.

Em 22 de agosto de 2019, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde junho de 2018 com o regulador. O acordo abrange um valor de referência das sanções de R$ 627 milhões. O compromisso prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos índices de reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 366 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura será implementada em três anos - sendo mais de 80% nos primeiros dois anos – estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais prestadoras.

Em 19 de junho de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do termo ocorreu em 25 de junho. O acordo abrange sanções que totalizam um valor de aproximadamente R$ 639 milhões, atualizados, que serão arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhoria de qualidade e experiência do cliente bem como incremento de infraestrutura de rede em mais de 2.000 localidades.

Ao longo do quarto trimestre de 2021, a Companhia executou todas as atividades planejadas para o estrito cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) celebrado junto à Anatel, visando o atingimento das metas associadas ao 2° ano TAC. Com o fechamento do 1° Ano TAC, as atividades de fiscalização por parte da Agência estão ocorrendo em relação aos compromissos vencidos, já havendo sido reconhecidos como cumpridos por parte da Anatel: Compromissos Adicionais; Controles Internos; Índice de Reclamações; Índice Geral de Qualidade; Numeração; Interconexão e; Óbice. A Companhia seguirá na plena implementação dos mecanismos de acompanhamento interno por meio do reporte trimestral da evolução dos cronogramas pelo Escritório de Governança em Reunião de Diretoria e Conselho de Administração. A Companhia vem cumprindo, até o momento, o cronograma de implementação do TAC sem necessidade de nenhuma obrigação adicional.

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

► 25. Patrimônio líquido

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

Em 2 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o grupamento da totalidade das 42.296.789.606 ações ordinárias e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do Art. 12 da Lei nº 6.404/76, sem modificação do capital social, na proporção de 100 ações para formar 1 ação ordinária, passando o capital social , a ser representado por 422.967.896 ações ordinárias e sem valor nominal, preservando todos os direitos e vantagens das referidas ações ordinárias. O grupamento proposto não resultou em frações de ações. A incorporação resultou no cancelamento de todas as ações de emissão da Companhia, as quais eram de titularidade da TIM Participações.

Após a incorporação, mencionada na nota 1, e verificada a condição suspensiva, os acionistas da TIM Participações receberam 1 ação ordinária de emissão da TIM S.A para cada 1 ação ordinária de emissão da TIM Participações de sua titularidade, o que, assumindo a manutenção do número de ações de emissão da TIM Participações ex-tesouraria, resultou na emissão de 2.420.447.019 ações ordinárias pela TIM S.A., todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 1.719 definido no protocolo de incorporação, o qual passou a ser representado por R$13.477.891.

Em 28 de setembro de 2020, em reunião do Conselho de administração, os conselheiros da Companhia tomaram conhecimento dos pagamentos relacionados às outorgas de 2018 e 2019, realizados por meio da transferência das ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, conforme previsto nos Planos e nos termos do Programa de Recompra aprovado pelo Conselho de Administração da TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A), em reunião realizada em 29 de julho de 2020, no montante de 357.379 ações (nota 1).

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	2021	2020
	401.806	397.183
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	48.202	43.579

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 1).

b.2 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 26).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

c.3 Reserva de benefício fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros da mesma. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R$ 1.958.301 (R$1.781.560 em 31 de dezembro de 2020).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.957.174	1.843.690
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(176.741)	(169.541)
(-) Constituição da reserva legal	(139.021)	(83.708)
Lucro líquido ajustado	2.641.412	1.590.441
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	660.353	397.611
Composição dos dividendos a pagar e JCP:		
Juros sobre capital próprio	1.047.500	1.083.000
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.047.500	1.083.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(142.977)	(162.450)
Total de dividendos e JCP líquidos	904.523	920.550

Impresa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:16 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

Durante o ano de 2021, foi distribuído o montante de R$1.047.500, conforme apresentado abaixo:

Provento JSCP	Aprovação	Pagamento
R$ 350.000	09/06/2021	20/07/2021
R$ 137.500	24/09/2021	27/10/2021
R$ 560.000	15/12/2021	25/01/2022

O saldo em 31 de dezembro de 2021 da rubrica de "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar", totalizando R$ 533.580 é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R$49.955 (R$43.026 em 31 de dezembro 2020) além do valor liquidado em 25 de janeiro de 2022, no montante de R$ 483.625 liquidos

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

► 26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016, Plano 2018-2020 e Plano 2021-2023

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016", "Plano 2018-2020" e "Plano 2021-2023" respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o fair *value* das opções e o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período *vesting* (carência).

Tabela Programa Opções de Ações (*Stock Options*)

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	nov/22	R$ 8,10	295.063	-	(182.511)	-	-	112.552
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out/21	R$ 8,45	21.771	-	(21.771)	-	-	-
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	R$ 13,42	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul/19	R$ 8,13	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set/18	R$ 8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago/17	R$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	**17.532.884**	-	-	**316.834**	-	**(204.282)**	-	-	**112.552**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas				**R$ 8,10**	-	-	-	-	-

Tabela Programa de Ações (Performance *Shares e Restricted Shares*)

						Transferidas durante o exercício*			Pagas em Dinheiro*				
Identificação Outorga	Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo no início do exercício	Outorgadas durante o exercício	Volume Vested	Variação Performance	Adicional Dividendos	Volume Vested	Variação Performance	Adicional Dividendos	Canceladas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2021-2023													
Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R$ 12,95	-	3.431.610	-	-	-	-	-	-	(311.876)	3.119.734
Plano 2018-2020													
Outorga(s) 2020	796.054	abr/23	R$ 14,40	796.054	-	(206.578)	(51.634)	(8.933)	-	-	-	(70.378)	519.098
Plano 2018-2020													
Outorga(s) 2019	930.662	jul/22	R$ 11,28	687.895	-	(207.859)	(78.111)	(23.252)	-	-	-	(53.006)	427.030
Plano 2018-2020													
Outorga(s) 2018*	849.932	abr/21	R$ 14,41	199.594	-	(187.039)	(42.854)	(22.250)	(9.101)	(2.305)	(1.094)	(3.454)	-
Total	**6.008.258**			**1.683.543**	**3.431.610**	**(601.476)**	**(172.599)**	**(54.435)**	**(9.101)**	**(2.305)**	**(1.094)**	**(438.714)**	**4.065.862**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas	**R$ 12,96**												

Os dados significativos incluídos no modelo, para as Outorgas de opções de ações foram:

Data de outorga	Preço Base – média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94% a.a
Outorga 2012	R$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89% a.a
Outorga 2013	R$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2014	R$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2015	R$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10% a.a
Outorga 2016	R$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a

Nota: Os dados significativos são característicos de plano baseado em opções, considerando utilização do valor justo (*fair value*) como o método adequado para calcular as despesas com a remuneração por opções.

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.
- **Plano 2018-2020 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de junho de 2019 à 30 de junho de 2019.
- **Plano 2018-2020 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2020 à 31 de março de 2020.
- (j) **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 01 de março de 2021 à 31 de março de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R$22.212 (R$ 9.999 em 31 de dezembro de 2020).

► 27. Receita líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 119.457.

Em relação a parceria financeira, foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC" e "Procedimento Arbitral", respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, "Requeridos"), por meio do qual discutir-se-á a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

(i) venda de equipamentos; e

(ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 /CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 11) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	2021	2020
Receita líquida	18.058.027	17.267.812
Receita bruta	25.357.429	24.346.101
Receita de serviços	24.264.246	23.279.423
Receita de serviços - Móvel	22.433.225	21.522.135
Receita de serviços – Fixa	1.831.021	1.757.288
Venda de mercadorias	1.093.183	1.066.678
Deduções da receita bruta	(7.299.402)	(7.078.289)
Impostos incidentes	(4.679.722)	(4.534.582)
Descontos concedidos	(2.610.388)	(2.531.920)
Devoluções e outros	(9.292)	(11.787)

► 28. Custos e despesas operacionais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021				2020			
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(8.443.023)	(4.621.788)	(1.723.384)	(14.788.195)	(7.996.615)	(4.443.027)	(1.656.267)	(14.095.909)
Pessoal	(62.214)	(676.479)	(387.735)	(1.126.428)	(58.024)	(632.231)	(313.400)	(1.003.655)
Serviços de terceiros	(560.039)	(1.763.360)	(668.641)	(2.992.040)	(587.835)	(1.743.644)	(532.044)	(2.863.523)
Interconexão e meios de conexão	(1.840.139)	-	-	(1.840.139)	(1.672.655)	-	-	(1.672.655)
Depreciação e amortização	(4.847.995)	(265.565)	(578.136)	(5.691.696)	(4.569.064)	(247.666)	(710.282)	(5.527.012)
Impostos, taxas e contribuições	(34.732)	(777.819)	(29.388)	(841.939)	(28.675)	(761.152)	(23.809)	(813.636)
Aluguéis e seguros	(362.171)	(109.781)	(20.082)	(492.034)	(316.650)	(107.550)	(15.743)	(439.943)
Custo das mercadorias vendidas	(731.007)	-	-	(731.007)	(756.060)	-	-	(756.060)
Publicidade e propaganda	-	(459.811)	-	(459.811)	-	(377.184)	-	(377.184)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(544.642)	-	(544.642)	-	(552.817)	-	(552.817)
Outros	(4.726)	(24.331)	(39.402)	(68.459)	(7.652)	(20.783)	(60.989)	(89.424)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

► 29. Outras receitas (despesas), líquidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas		
Receita de subvenção, líquida	13.548	17.427
Multas s/ serviços de telecomunicações	58.793	37.490
Receita na alienação de ativos (i)	2.711.535	5.375
Outras receitas	65.482	65.216
	2.849.358	125.508
Despesas		
FUST/FUNTTEL (ii)	(134.962)	(133.378)
Impostos, taxas e contribuições	(2.274)	(10.316)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(248.987)	(292.439)
Despesa na alienação de ativos (i)	(1.942.791)	(13.538)
Outras despesas	(22.573)	(32.823)
	(2.351.587)	(482.494)
Outras receitas (despesas), líquidas	497.771	(356.986)

(i) Representa a receita na alienação de 51% de participação acionária da I-Systems (antiga FiberCo) vendida à IHS no montante de R$ 2.709.251, que é composto pelo caixa (secundária) pago à TIM S.A. e o valor justo da participação minoritária de 49% que se manteve com a TIM S.A.

Nas despesas, o montante de 1.927.014 é representado pela baixa do acervo líquido baixado na TIM S.A. e integralizado como capital social na I-Systems, além da baixa do ágio e IR diferido relacionado ao ágio em função da alienação de 51% da I-Systems (antiga FiberCo). O ganho desta transação antes do IR e CS é de R$ 782.237. Vide nota 1.

(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

► 30. Receitas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas financeiras	1.091.748	432.287
Juros sobre aplicações financeiras	339.681	81.672
Juros de clientes	28.427	28.686
Juros swap	203.852	32.955
Juros sobre arrendamento	24.788	19.924
Atualização monetária (i)	208.029	110.970
Outros derivativos (ii)	285.009	155.165
Outras receitas	1.962	2.915

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais e administrativos e depósitos judiciais.

(ii) Trata-se da diferença entre o custo e o valor de mercado da opção de subscrição de ações referente a parceria do Banco C6, portanto o valor de marcação a mercado destes derivativos inclui ganho de R$285 milhões referente a opção de ações de direito da companhia obtida em função de atingimento de meta contratual definida em parceria operacional iniciada em 2020. O valor de mercado foi calculado com base em informações disponíveis na última transação de investimento realizada pelo parceiro e divulgado no mercado. As divulgações deste instrumento financeiro derivativo estão detalhadas na nota 37, o qual foi mensurado pelo valor justo, e será mensurado subsequentemente no resultado da Companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 27.

► 31. Despesas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Despesas financeiras	(1.745.213)	(1.232.781)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(99.183)	(70.392)
Juros sobre impostos e taxas	(61.745)	(43.311)
Juros swap	(352.029)	(45.970)
Juros sobre leasing	(845.033)	(766.263)
Atualização monetária (i)	(247.200)	(155.036)
Descontos concedidos	(52.509)	(33.725)
Outras despesas	(87.514)	(118.084)

(i) Parte substancial relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais, no montante de R$ 111.949, vide nota 24 (R$ 137.379 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

► 32. Variação cambial, líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas		
Empréstimos e financiamentos (ii)	215.262	-
Fornecedores	13.190	15.952
Swap (i)	275.836	305.012
Outros	16.640	43.155
	520.928	364.119
Despesas		
Empréstimos e financiamentos (ii)	(275.724)	(305.010)
Fornecedores	(20.061)	(45.901)
Swap (i)	(215.262)	-
Outros	(9.222)	(19.991)
	(520.269)	(370.902)
Variações cambiais, líquidas	659	(6.783)

(i) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 37).

(ii) Refere-se principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

► 33. Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	9.697	(684.099)
Contribuição social do exercício	26.538	(232.671)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	167.118	164.442
	203.353	(752.328)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	(255.972)	453.274
Contribuição social diferida	(93.432)	144.775
	(349.404)	598.049
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	-	(9.671)
	(349.404)	588.378
	(146.051)	(163.950)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.103.225	2.007.640
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(1.055.097)	(682.598)
(Adições) / exclusões:		
Adições, exclusões permanentes:		
Receitas não tributáveis	135.465	11.370
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(53.505)	(42.329)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	167.118	164.442
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	356.150	368.220
Venda I – Systems (antiga FiberCo) (ii)	(335.935)	-
Crédito de IR/CS sobre Selic de Indébito Tributário (iii)	534.804	-
Reversão Provisão de IR/CS TIM Nordeste (iv)	87.565	-
Outros valores	17.384	16.945
	909.046	518.648
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	(146.051)	(163.950)
Alíquota efetiva	4,71%	8,17%

(i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A TIM S.A possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:18 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

(ii) Referem-se aos impostos diferidos sobre o ágio baixado, conforme transação de venda descrita na nota 1, ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS. Vide nota 15.d.

(iii) Conforme mencionado na nota 9, em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pender de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 534 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

(iv) No 2º trimestre de 2021, houve impacto positivo de R$ 87 milhões decorrente da baixa de ativo e reversão de provisão de IR/CSLL, constituída em 2009, em virtude de êxito parcial em processo administrativo relacionado à incorporação da empresa TIM Nordeste pela TIM Celular.

► 34. Lucro por ação

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O número de ações da TIM S.A. antes da reorganização societária era 2.420.447.019, um número equivalente ao número de ações ordinárias da TIM Participações na data de incorporação. Consequentemente o lucro por ação básico e diluído foram calculados considerando o impacto retrospectivo da alteração na quantidade de ações conforme IAS 33/CPC 41.

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.957.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.314	2.420.804
Lucro básico por ação (expresso em R$)	1,22	0,76

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluitivas.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.957.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.638	2.421.065
Lucro diluído por ação (expresso em R$)	1,22	0,76

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 324 milhares (261 milhares em 31 de dezembro de 2020) de ações relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 26.

► 35. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia são os seguintes:

Ativo	2021	2020
Telecom Italia Sparkle (i)	1.414	1.630
Gruppo Havas (vi)	83.613	-
TI Sparkle (iii)	5.084	1.915
TIM Brasil (vii)	23.069	6.129
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.502	370
I Systems (ix)	5.879	-
Outros	674	674
Total	121.235	10.718

Passivo	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	71.288	75.317
Telecom Italia Sparkle (i)	3.689	10.576
TI Sparkle (iii)	10.205	7.333
TIM Brasil (iv)	6.558	6.145
Grupo Vivendi (v)	1.238	1.150
Gruppo Havas (vi)	19.794	24.068
I Systems (viii)	31.596	-
Outros	4.585	2.797
Total	148.953	127.386

Receita	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.112	1.197
Telecom Italia Sparkle (i)	353	2.994
TI Sparkle (iii)	3.347	4.059
I Systems (ix)	5.881	-
Total	10.693	8.250

Custo/Despesa	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	105.137	110.407
Telecom Italia Sparkle (i)	19.219	27.485
TI Sparkle (iii)	20.533	19.923
Grupo Vivendi (v)	1.271	1.207
Gruppo Havas (vi)	206.349	207.682
I Systems (viii)	31.596	-
Outros	22.597	22.308
Total	406.702	389.012

(i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.

(ii) Os valores referem-se a roaming internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM.S.A o direito de utilização da marca "TIM" mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita liquida da companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.

(iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(iv) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.

(v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

(vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R$143.439 (R$ 195.117 em 31 de dezembro de 2020), estão relacionados aos repasses de mídia.

(vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(viii) Os valores referem-se a serviços de infraestrutura de fibra.

(ix) Os valores referem-se a serviços prestados pela TIM S.A., principalmente relativos à operação e manutenção de rede, no escopo do Contrato de Serviços de Transição, firmado no momento do *closing* da transação.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia investiu R$ 9.147 (R$ 4.829 em 31 de dezembro de 2020)

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

► 36. Remuneração da Administração

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo	31.494	23.949
Outros benefícios de longo prazo	1.052	4.544
Remuneração baseada em ações	15.176	6.343
	47.722	34.836

► 37. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a "*hedge accounting*".

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap*.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i)Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescente de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamento junto ao BNDES, e a exposição a taxa pré atrelada a dívida com o BNP Paribas, todos até o vencimento.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 ou receitas de serviços prestados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(v) Risco de Liquidez

- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.

- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	198.027	208.787	340.660	36.166
Outros derivativos (i)	457.892	-	161.429	-
	655.919	208.787	502.089	36.166
Parcela circulante	(134.292)	(194.837)	(262.666)	(7.273)
Parcela não circulante	521.627	13.950	239.423	28.893

(i) Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representam a opção da Companhia de subscrever 4,08% das ações do capital do C6, onde o Grupo/Companhia pagou um prêmio de subscrição de ações no valor de R$17,7 milhões. Conforme requerimentos do IFRS9, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, corresponde a R$458 milhões e R$ 161 milhões, respectivamente. O impacto da marcação a mercado da opção de conversão de ações calculado de R$440,3 milhões representa a diferença do valor justo da opção menos o montante pago pelo prêmio de subscrição de ações. Esse instrumento financeiro foi mensurado ao valor justo e será verificado subsequentemente no resultado do exercício da companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 27.

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo
2023	39.335
2024	16.843
2025 em diante	465.449
	521.627

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 20 e 16.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	2021		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	4.579.528	655.919	5.235.447
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.579.528	655.919	5.235.447
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027	198.027
Outros derivativos	-	457.892	457.892
Títulos e valores mobiliários	4.579.528	-	4.579.528
Total do passivo	-	208.787	208.787
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	208.787	208.787
Instrumentos financeiros derivativos	-	208.787	208.787

	2020		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.077.499	502.089	2.579.588
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.077.499	502.089	2.579.588
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos	-	161.429	161.429
Títulos e valores mobiliários	2.077.499	-	2.077.499
Total do passivo	-	36.166	36.166
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	36.166	36.166
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166	36.166

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

• Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.

• O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

• Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de cias similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

31 de dezembro de 2021

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	9.472.377	5.235.447	14.707.824
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027	198.027
Outros derivativos	-	457.892	457.892
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.253.207	-	3.253.207
Títulos e valores mobiliários	-	4.579.528	4.579.528
Caixa e equivalentes de caixa	5.228.615	-	5.228.615
Arrendamentos	243.121	-	243.121
Depósitos judiciais	718.773	-	718.773
Outros valores a compensar	28.661	-	28.661

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	16.095.801	208.787	16.304.588
Empréstimos e Financiamentos	3.845.465	-	3.845.465
Instrumentos financeiros derivativos	-	208.787	208.787
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.653.218	-	2.653.218
Passivo de arrendamento	9.063.539	-	9.063.539
Dividendos e JSCP a pagar	533.580	-	533.580

31 de dezembro de 2020

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	6.756.810	2.579.588	9.336.398
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos		161.429	161.429
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.180.661	-	3.180.661
Títulos e valores mobiliários	-	2.077.499	2.077.499
Caixa e equivalentes de caixa	2.575.290	-	2.575.290
Arrendamentos	162.198	-	162.198
Depósitos judiciais	794.755	-	794.755
Outros valores a compensar	43.906	-	43.906

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	14.391.175	36.166	14.427.341
Empréstimos e Financiamentos	2.345.032	-	2.345.032
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166	36.166
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.128.732	-	3.128.732
Arrendamentos	8.378.835	-	8.378.835
Dividendos e JSCP a pagar	538.576	-	538.576

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados à taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

Em 31 de dezembro de 2021, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro a seguir:

31 de dezembro de 2021

	CONTRAPARTE					% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
Moeda	Tipo de *SWAP*	Dívida	SWAP	Total Dívida	Total *Swap* (Ponta Ativa)[1]		Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	282.474	282.474	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% a 92,59% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	428.793	429.247	100%	3,32% a.a.	155% do CDI
USD	PRE x DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	559.650	559.933	100%	1,73% a.a.	CDI + 1,05%
BRL	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	515.166	517.843	100%	8,34% a.a.	CDI + 1,07%
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.696.999	1.696.999	100%	IPCA + 4,17% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	396.281	396.281	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

[1] Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2020

	CONTRAPARTE					% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
Moeda	Tipo de *SWAP*	Dívida	SWAP	Total Dívida	Total *Swap* (Ponta Ativa)[1]		Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	351.233	351.233	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,25% do CDI
EUR	PRE X DI	Bank of America	Bank of America	570.878	570.878	100%	0,33% a.a.	108,05% do CDI
USD	PRE X DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	1.031.526	1.031.526	100%	1,72% a.a.	134,43% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	399.725	399.725	100%	3,32% a.a.	155% do CDI

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:22 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos *swaps*

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), Libor e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, da Libor e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário sensibilidade		Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (1)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulado Swap	C) Resultado final (B-A)
	Dez./21	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
CDI	possível	3.388.105	(2.301)	3.388.105	(3.428.742)	(40.637)	(29.671)	(27.370)
	remoto	3.385.955	(4.451)	3.385.955	(3.455.013)	(69.058)	(58.093)	(53.641)
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
USD	possível	3.709.499	319.094	3.709.499	(3.401.372)	308.127	319.094	-
	remoto	4.028.593	638.187	4.028.593	(3.401.372)	627.221	638.187	-
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
Libor	possível	3.391.542	1.136	3.391.542	(3.401.372)	(9.830)	1.136	-
	remoto	3.392.677	2.271	3.392.677	(3.401.372)	(8.695)	2.271	-
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
IPCA	possível	3.277.656	(112.750)	3.277.656	(3.401.372)	(123.716)	(112.750)	-
	remoto	3.173.004	(217.402)	3.173.004	(3.401.372)	(228.368)	(217.402)	-

(1) (KFW Finnvera, Scotia, BofA, BNP, Debenture e BNDES)

Variável de risco	Cenário sensibilidade	CDI	USD	Libor	IPCA
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
CDI	possível	11,44%	5,5805	0,3433%	10,06%
	remoto	13,73%	5,5805	0,3433%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
USD	possível	9,15%	6,3210	0,3433%	10,06%
	remoto	9,15%	8,3708	0,3433%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
Libor	possível	9,15%	5,5805	0,4291%	10,06%
	remoto	9,15%	5,5805	0,5149%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
IPCA	possível	9,15%	5,5805	0,3433%	12,58%
	remoto	9,15%	5,5805	0,3433%	15,09%

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2021 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício

	2021	2020
Resultado líquido em operações de Derivativos	(87.603)	290.856
Resultado de operações com outros derivativos	285.009	155.165

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumariados:

	2021	2020
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 20 e 37)	3.398.333	1.879.109
Arrendamentos - Passivo (Nota 16)	9.063.539	8.378.835
Arrendamentos - Ativo (Nota 16)	(243.121)	(162.198)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(5.228.615)	(2.575.290)
FIC (Nota 5)	(4.568.020)	(2.070.438)
Dívida Líquida	2.422.116	5.450.018
Outros derivativos (nota 37)	457.892	161.429
Financiamento Licença 5G	843.020	-
Dívida Líquida - ajustada	3.723.028	5.611.447
LAJIDA (EBITDA) (1) (últimos 12 meses) – Ajustado	9.459.299	8.341.929
Índice de alavancagem financeira	0,39	0,67
Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:		
Lucro Líquido do exercício	2.957.174	1.843.690
Depreciações e amortizações	5.691.696	5.527.012
Resultado Financeiro Líquido	652.806	807.277
Imposto de renda e contribuição social	146.051	163.950
Equivalência patrimonial	11.572	-
LAJIDA (EBITDA) – Ajustado (i)	9.459.299	8.341.929

(i) Lajida ajustado: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização e equivalência patrimonial.

EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil)

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(465.922)
Ingressos	3.062.000	2.041.474	(296.464)
Cancelamentos	-	(202.379)	-
Encargos financeiros	167.857	858.260	148.177
Variações cambiais, líquidas	60.463	-	(60.574)
Pagamentos	(1.789.887)	(2.012.651)	227.651
	-	-	-
31 de dezembro de 2021	3.845.465	9.063.539	(447.132)

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2019	2.029.088	7.780.870	(42.106)
Ingressos	1.800.000	1.966.355	(161.429)
Remensuração	-	(443.666)	-
Encargos financeiros	90.500	797.569	13.016
Variações cambiais, líquidas	305.010	-	(305.012)
Pagamentos	(1.879.566)	(1.722.293)	29.610
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(465.922)

► 38. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	6.492	7.346

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia vem patrocinando planos de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social e do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de pensão, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria e aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo.

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.

Demonstramos a seguir a posição atuarial dos passivos e ativos relacionados aos planos de aposentadoria e assistência médica, em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33/IAS 19.

a) Efeitos na data base de 31 de dezembro:

	Planos						Totais	
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	2021	2020
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/21	(*)		(*)					
Valor presente das obrigações atuariais	38.869	9.176	119	672	14.100	3.231	66.167	69.362
Valor justo dos ativos do plano	(56.478)	(14.739)	(405)	-	(11.511)	-	(83.133)	(80.856)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.609)	(5.563)	(286)	672	2.589	3.231	(16.966)	(11.494)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	-	2.327	168	-	-	-	2.495	2.023
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.609)	(3.236)	(118)	672	2.589	3.231	(14.471)	(9.471)

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Passivo (ativo) atuarial em 31/12/20	(15.731)	(1.360)	(287)	858	2.145	4.343
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(1.063)	(90)	(20)	57	160	535
Contribuições da patrocinadora	-	-	-	(45)	-	(8)
(Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidas	(815)	(1.786)	189	(198)	284	(1.639)
Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/21	(17.609)	(3.236)	(118)	672	2.589	3.231

c) Reconciliação do valor presente das obrigações

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor das obrigações em 31/12/20	41.852	10.072	147	858	12.090	4.343
Custo do serviço corrente	17	-	-	-	-	213
Juros sobre obrigação atuarial	2.743	640	10	57	868	322
Benefícios pagos no ano	(2.898)	(768)	(9)	(45)	(605)	(8)
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações	(2.845)	(768)	(29)	(198)	1.747	(1.639)
Valor das obrigações em 31/12/21	38.869	9.176	119	672	14.100	3.231

d) Reconciliação do valor justo dos ativos

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor justo dos ativos em 31/12/20	57.479	12.998	434	-	9.945	-
Benefícios pagos no ano	(2.898)	(768)	(9)	-	(605)	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	3.799	834	29	-	708	-
Ganho (perda) atuariais com ativos do plano	(1.902)	1.675	(49)	-	1.463	-
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no plano	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos em 31/12/21	56.478	14.739	405	-	11.511	-

e) Despesas previstas para 2022

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Custo do serviço corrente (com juros)	4	-	-	-	-	121
Juros sobre as obrigações atuariais	3.289	769	10	57	1.242	290
Rendimento esperado dos ativos	(4.841)	(1.257)	(35)	-	(1.008)	-
Juros sobre o efeito do limite do (ativo)/passivo	1.552	284	10	-	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	4	(204)	(15)	57	234	411

Premissas atuariais adotadas nos cálculos

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial:	PBS Sul: 8,81% / 5,13%; PBS Nordeste: 8,84% / 5,16%; CA: 8,81% / 5,13%; PBS-A: 8,78% / 5,10%; AES: 9,02% / 5,33%; PAMEC: 8,81% / 5,13%; FIBER: 9,02% / 5,33%
Taxa de crescimento salarial nominal:	PBS: 3,50%/ 0,00% CA, PBS-A, AES, PAMEC e FIBER: Não Aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral:	PBS, CA, PAMEC e FIBER: AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%;
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	PBS e Fiber: Álvaro Vindas; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa de rotatividade esperada:	PBS: Nula; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável; FIBER: 0,15/ (tempo de serviço + 1), sendo nula a partir dos 50 anos
Probabilidade de ingresso em aposentadoria:	PBS e FIBER: 100% na 1ª elegibilidade; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa estimada de inflação no longo prazo	PAMEC e FIBER: 6,60% / 3,00%
Método de apuração	Método do Crédito Unitário Projetado

► 39. Seguros

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R$550.000
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R$ 30.001
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R$100 para Danos Morais.

► 40. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Transações que não envolvem caixa			
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(1.929.392)	(1.315.151)	(1.315.151)
Adições ao intangível - aquisição de licenças	2.682.469	-	-

A TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, o Capex registrado referente às licenças e as obrigações relacionadas é de R$ 3.584 milhões. Sendo o valor de R$ 2.682 milhões em contra partida de autorizações a pagar e o R$ 902 milhões com impacto no caixa.

► 41. Eventos subsequentes

Sr. Alberto Mario Griselli nomeado como CEO da TIM S.A.

A TIM S.A, em continuidade com o Fato Relevante publicado em 21 de janeiro de 2022, comunicou que em 31 de janeiro de 2022, seu Conselho de Administração aceitou a renúncia do Sr. Pietro Labriola aos cargos de Diretor Presidente ("CEO") e Conselheiro de Administração da Companhia.

O Conselho da Companhia posteriormente nomeou o Sr. Alberto Mario Griselli para substituir o Sr. Labriola nos cargos de CEO e membro do Conselho de forma efetiva e imediata. A eleição do Sr. Griselli para o Conselho da Companhia precisa ser confirmada pela próxima Assembleia Geral Ordinária da TIM.

O cargo de *Chief Revenue* Officer ("CRO") anteriormente ocupado pelo Sr. Griselli ficará temporariamente vago, e o CEO acumulará suas responsabilidades.

O Sr. Griselli é formado em Engenharia Eletrônica pela *La Sapienza University* em Roma e FMBA pela Columbia University. Com mais de 20 anos de experiência no setor de telecomunicações, ocupou cargos relevantes como vice-presidente para América Latina da TIMwe, fornecedora global de soluções de engajamento móvel para operadoras de telecomunicações, e *Managing Director* para América Latina da *Value Partners*, empresa de consultoria de gestão. O Sr. Griselli ocupava o cargo de CRO na TIM desde 30 de julho de 2019.

Anatel concede anuência prévia para transferência de controle das atividades de telefonia móvel da Oi

A TIM S.A. tomou conhecimento que em sessão pública extraordinária de seu Conselho Diretor ocorrida em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL– Agência Nacional de Telecomunicações, por unanimidade, concedeu anuência prévia à implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[1], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Transação").

A anuência prévia prevê determinados condicionantes em linha com uma transação dessa natureza, os quais visam principalmente garantir o acesso de prestadoras de pequeno porte às redes de abrangência nacional, manter compromissos vinculados às radiofrequências transferidas, estabelecer os parâmetros mínimos do plano de comunicação ligado à Transação e assegurar aos usuários certos direitos nas etapas de migração.

A conclusão da Transação ainda depende do cumprimento de outras condições precedentes, incluindo a aprovação do Ato de Concentração nº 08700.000726/2021-08 pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados do andamento das aprovações, nos termos da Resolução CVM nº 44/21 e da legislação aplicável.

[1] Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).

CADE aprova a aquisição pela TIM da maior parte dos ativos da operação de telefonia móvel da Oi

Em 9 de fevereiro de 2022, o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, aprovou a implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[1], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel", "Vendedora"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.

A aprovação prevê um conjunto de condicionantes, em sua maioria comportamentais, e que compunham uma proposta de Acordo em Controle de Concentração ("ACC") feita pelas Compradoras ao CADE. Esses condicionantes tem um caráter modular e podem ser utilizados por novos entrantes e operadoras de menor porte para reduzir barreiras de entrada e alavancar a exploração de diferentes modelos de negócios, sem afetar o objetivo primário da TIM de fortalecer sua infraestrutura, fechando a disparidade de capacidade espectral em relação a seus principais concorrentes. Desta maneira, a Companhia entende que foi atingido um equilíbrio entre criação de valor e mitigação das preocupações concorrenciais para o setor que o ACC endereça.

A efetiva conclusão da transação, que definirá um equilíbrio de infraestrutura entre os três principais concorrentes do setor, ainda depende do cumprimento de determinadas etapas previstas no Contrato de Compra e Venda[2]. Entretanto, uma vez ocorrida trará benefícios amplos, mantendo alto grau de rivalidade setorial e garantindo os investimentos necessários para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e o avanço digital do país.

Para TIM e seus acionistas, os benefícios se materializarão por meio de geração de receitas incrementais e eficiências em virtude de sinergias operacionais. Para nossos clientes atuais e aqueles da Oi Móvel que passaremos a servir, haverá uma significativa melhoria na experiência de uso e qualidade do serviço prestado a partir de uma infraestrutura mais robusta. Este será um marco na trajetória da TIM na transformação da empresa na operadora preferida dos consumidores no Brasil.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados sobre fatos relevantes relacionados a esta Transação, nos termos da Resolução CVM nº 44 e da legislação aplicável.

1. Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).
2. Contrato de Compra e Venda de ações e outras avenças para UPI Ativos Móveis assinado em 28 de janeiro de 2021.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:25 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nicandro Durante** - Presidente
Alberto Mario Griselli - Membro
Agostino Nuzzolo - Membro
Claudio Giovani Ezio Ongaro - Membro
Elisabetta Paola Romano - Membro
Flavia Maria Bittencourt** - Membro
Gesner José de Oliveira Filho** - Membro
Herculano Anibal Alves** - Membro
Michele Valensise - Membro
Sabrina Di Bartolomeo - Membro

***Membros independentes*

DIRETORIA

Alberto Mario Griselli - Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*
Camille Loyo Faria - Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores
Bruno Mutzenbecher Gentil - *Business Support Officer*
Jaques Horn - Diretor Jurídico
Leonardo de Carvalho Capdeville - *Chief Technology Information Officer*
Maria Antonietta Russo - *Human Resources & Organization Officer*
Mario Girasole - *Regulatory and Institutional Affairs Officer*

CONTADORA RESPONSÁVEL

Manoela de Paiva Suassuna
CRC RJ - 102467/O-5 - CPF 806.902.117-91

CONSELHO FISCAL

Membro Efetivo	Membro Suplente
Walmir Kesseli – Presidente	**Heinz Egon Lowen**
Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro	**Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães**
Josino de Almeida Fonseca	**João Verner Juenemann**

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Gesner José de Oliveira Filho**
Coordenador
Flavia Maria Bittencourt**
Membro
Herculano Anibal Alves**
Membro

***Membros independentes*

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), sem ressalvas, emitido no dia 23 de fevereiro de 2022, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia estão todas em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 23 de fevereiro de 2022.

WALMIR KESSELI - Presidente do Conselho Fiscal
JARBAS T. BARSANTI RIBEIRO - Membro do Conselho Fiscal
JOSINO DE ALMEIDA FONSECA - Membro do Conselho Fiscal

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") foi criado pela Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações S.A. ("TPART"), em 12 dezembro de 2013. Em 31 de agosto de 2020, com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo no País, a TPART foi incorporada por sua subsidiária integral, TIM S.A. ("Companhia" ou "TIM"), que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, mantendo a mesma estrutura de governança corporativa, de controles internos, de sistemas, e o mesmo arcabouço jurídico. Como consequência deste movimento de reorganização societária, o CAE da TIM manteve a mesma estrutura do CAE da TPART, e deu continuidade às atividades, aos planos de trabalho e às análises que vinham sendo conduzidas por este último.

O CAE da TIM é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, que busca as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado, e regido pela Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução Normativa CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, e demais regulações aplicáveis.

O CAE é formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, para o mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos.

Cumpre esclarecer que a função de membro do CAE é indelegável, devendo ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos.

A eleição dos novos conselheiros de administração ocorreu na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de março de 2021. Para o mandato 2021/2023, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE: Srs. Gesner José de Oliveira Filho (Coordenador), Flavia Maria Bittencourt e Herculano Anibal Alves (especialista em contabilidade societária), todos caracterizados como independentes segundo o critério definido pelo regulamento do Novo Mercado da B3.

O CAE tem como atribuições ordinárias supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou sua controlada, de um lado, e, de outro lado, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.

Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act* ("SOx"), ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission* ("SEC"), por possuir *American Depositary Receipts (ADRs)* na *The New York Stock Exchange* ("NYSE") desde 16 de novembro de 1998.

O CAE possui dotação orçamentária anual, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

O presente Relatório é emitido em observância ao previsto pelo inciso IX, do Artigo 14, do Regimento Interno do CAE, e conforme regra estabelecida pela CVM.

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM em 2021

O CAE reunir-se-á sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, 20 (vinte) reuniões do CAE que contemplaram 107 (cento e sete) itens de Ordem do Dia (sessões). As reuniões tiveram duração média de 1 (uma) hora e 52 (cinquenta e dois) minutos cada e, durante as discussões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidores, além dos demais membros da Diretoria Executiva, os Diretores das áreas de Auditoria Interna e de *Compliance*, e os Auditores Independentes. A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes:

I. Analisou o plano anual de trabalho dos auditores independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas por estes em 12 (doze) sessões durante o ano de 2021. A Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2021, e pelo planejamento e execução das auditorias referentes às informações trimestrais ("ITRs"), conforme as normas reconhecidas, bem como pela revisão especial das ITRs, enviadas à CVM. Seu parecer assegura que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). A EY foi, ainda, responsável pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia.

II. Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 10 (dez) sessões durante o ano de 2021, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas, e avaliou, mediante a aplicação de questionário de avaliação previamente aprovado pelo CAE, o desempenho da Auditoria Interna da Companhia.

III. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, em 8 (oito) sessões durante o ano de 2021, a fim de, entre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, sobretudo em relação aos controles internos que sustentam a certificação *Sarbanes-Oxley* ("SOx").

Em relação aos controles internos, foram objeto de acompanhamento e recomendações pelo CAE os seguintes principais temas: (i) monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhorias; (ii) análise do processo de certificação dos controles internos – SOx junto aos administradores e aos Auditores Independentes; (iii) procedimentos da Companhia para cumprimento integral dos requisitos da SOx e monitoramento intensivo dos planos de remediação relativos às deficiências apontadas pela auditoria independente em relação ao processo de Certificação SOx na Companhia.

O CAE constatou que os controles internos são implementados em consonância com a natureza, complexidade e necessidade das operações e, diante das informações prestadas pela Diretoria Executiva, pela Auditoria Interna e pelos auditores independentes, verificou não existir qualquer fato relevante ou de natureza grave que possa colocar em risco o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

IV. O CAE informou-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o CAE teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar suas implementações, e a execução das recomendações de melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles. Com base nas informações às quais teve acesso, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se sujeitam as transações. O CAE tem assinalado a importância de melhoria contínua no sistema de controles internos.

V. Acompanhou e supervisionou os trabalhos desenvolvidos pela área de *Compliance* da Companhia, em 9 (nove) sessões, com destaque aos assuntos relacionados à: (i) SOx *Compliance*, por meio de monitoramento de deficiências apontadas pelo Auditor Independente e pela administração da Companhia; (ii) *Compliance* de Tecnologia da Informação e Segurança Corporativa, ressaltando os riscos de *Cyber Security* e debatendo sobre a implementação na Companhia das adaptações requeridas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"); (iii) *Compliance* de Processos Comerciais e gerais da Companhia; fraude e corrupção, garantindo a aderência às leis, normas, padrões e regulamentos internos e externos. No âmbito do Programa de Integridade e Anticorrupção da Companhia, o CAE também acompanhou o processo visando a manutenção da Certificação ISO 37001 concedida em 2020.

VI. Tomou conhecimento das principais alterações propostas no âmbito regulatório e as mudanças institucionais previstas, bem como os principais aspectos dos cenários político e econômico, com destaque para os riscos e desafios da conjuntura atual que possam impactar a Companhia. Para tanto, tem acompanhado os principais macroindicadores que auxiliam uma avaliação de riscos do ambiente externo para a Companhia no limite daquilo que é previsível pelas melhores técnicas quantitativas e qualitativas.

VII. No desempenho de suas atividades, o CAE acompanhou regularmente questões relacionadas à: (i) Satisfação do consumidor e qualidade dos serviços e do atendimento; (ii) Estímulo à inovação aplicada a produtos e serviços; (iii) Transparência e prestação de contas aos stakeholders; (iv) Ética nos negócios; (v) Inclusão digital; (vi) Diálogos e comunicação com públicos de relacionamento; (vii) Gestão de produtos eletrônicos; (viii) Investimento em infraestrutura; e (ix) Desenvolvimento de novas tecnologias.

VIII. No decorrer de 2021, o CAE analisou relatórios de *Enterprise Risk Management* ("ERM") da Companhia com foco no monitoramento do plano de trabalho para revisão e atualização dos fatores de risco publicados pela Companhia, gestão dos riscos financeiros, apetite de risco da Companhia e adequação dos fatores de riscos constantes no Formulário de Referência da Companhia, no inventário dos riscos SOx/CVM. Este tema foi trazido em 6 (seis) sessões durante o ano de 2021. A estrutura de gestão de riscos da Companhia prevê a análise pelo CAE com base no exame realizado pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"). Ambos são órgãos de governança vinculados ao Conselho de Administração conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia.

IX. Dentre as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, o Comitê examinou, avaliou e opinou, previamente, sobre 11 (onze) contratos de naturezas diversas entre a Companhia, de um lado, e partes relacionadas, de outro lado. Todas as contratações seguiram estritamente o processo de governança necessário para atender tanto às normas de *Compliance* internas da Companhia, quanto à regulamentação da CVM e da SEC. As informações relevantes sobre as contratações estão devidamente divulgadas no Formulário de Referência da Companhia.

X. No âmbito de suas atribuições, o CAE analisou, em 9 (nove) sessões durante o ano de 2021, os relatórios referentes às denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias da Companhia e as respectivas ações de melhoria previstas. Os relatórios, que são divididos por tipologia, ficam arquivados na sede da Companhia.

XI. Além das 20 (vinte) reuniões informadas, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE participaram de 2 (duas) reuniões privadas, de 1 (uma) hora cada, com a área de Auditoria Interna da Companhia, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para avaliação de possíveis cerceamentos ou risco de quebra de independência, de qualquer tipo de ingerência da administração, dando abertura ao Comitê para externar eventuais preocupações que precisem ser avaliadas no desenvolvimento dos trabalhos da auditoria.

3. Assuntos Discutidos com os Auditores Independentes considerando a forma de apresentação do Relatório de Auditoria (NBC TA 701)

Conforme determinado pelas normas de auditoria (NBC TA 260), que dispõem sobre a comunicação com os responsáveis pela governança da Companhia, o auditor deve comunicar, dentre outros, o quanto segue: (i) suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis; (ii) visão geral do seu Plano de Auditoria para o exercício; (iii) sua visão sobre os aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da Companhia, incluindo políticas e estimativas contábeis, e divulgações nas demonstrações contábeis; (iv) dificuldades significativas encontradas durante a auditoria, se houver; (v) aspectos de independência, incluindo confirmação formal sobre sua independência em relação à Companhia; (vi) comunicação, por escrito, aos responsáveis pela governança, das constatações significativas decorrentes da auditoria; e (vii) conforme determinado pela NBC TA 701, comunicar quais os Principais Assuntos de Auditoria ("PAAs") a serem considerados no Relatório do Auditor Independente.

Diante do exposto acima, visando cumprir com o protocolo e/ou requerimento de comunicação entre os auditores e os responsáveis pela governança da Companhia, o CAE manteve reuniões periódicas com os Auditores Independentes da Companhia, com objetivo de acompanhar o andamento dos trabalhos dos auditores em relação às demonstrações financeiras da Companhia e sobre os controles internos de relatórios financeiros (SOx), de forma que todos os assuntos acima, entre outros, foram formalmente avaliados pelo CAE junto aos Auditores Independentes.

Especificamente em relação aos PAAs, o CAE interagiu com os Auditores Independentes com o objetivo de entender o julgamento dos Auditores para determinação desses assuntos como PAAs, bem como o entendimento da abordagem de auditoria definida pelos Auditores Independentes como resposta de auditoria a esses PAAs.

Por fim, além de toda a interação com os Auditores Independentes, o CAE realizou as seguintes atividades ao longo do ano para avaliação das áreas consideradas como PAAs pelos Auditores Independentes:

3.1. Provisão para contingências tributárias (nota explicativa 24 - "Provisão para processos judiciais e administrativos")

O CAE revisou trimestralmente a evolução das contingências tributárias e acompanhou os prognósticos fornecidos pelos responsáveis pelas áreas Tributária, Cível, Trabalhista e Regulatória da Companhia.

3.2. Impacto na venda de participação da Companhia na I-System (anteriormente denominada FiberCo)

O CAE manteve diversas interações com a administração da Companhia para avaliação e acompanhamento dos impactos contábeis ocasionados pelo fechamento da transação.

4. Outras Atividades

4.1. Revisão do Formulário 20-F e do Formulário de Referência

Com relação aos trabalhos de revisão do Formulário 20-F (SEC) e do Formulário de Referência (CVM), os membros do CAE se reuniram formalmente, no total, 2 (duas) vezes entre os meses de março e junho de 2021, com executivos da Companhia.

4.2. Avaliação do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas

Os membros do CAE se reuniram com executivos da Companhia para avaliar a adesão da Companhia a determinadas práticas de governança previstas no Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas, em atendimento à Instrução Normativa CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que alterou e acrescentou dispositivos à Instrução Normativa CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

4.3. Autoavaliação do CAE

Os membros do CAE submeteram-se a questionário de autoavaliação de desempenho de suas atividades, conforme as melhores práticas de governança existentes no mercado nacional e estrangeiro. Com base nas respostas apresentadas, os membros do CAE procuraram aprimorar e tornar mais eficientes as atividades desenvolvidas durante o ano de 2021, objetivando um processo de evolução constante e permanente.

4.4. Avaliação dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna

Os membros do CAE procederam à avaliação da qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna da Companhia, por meio de questionários de avaliação previamente aprovados pelo CAE.

5. Conclusões e recomendações

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021").

Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela EY, e a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, o CAE concluiu que essas informações e documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia.

Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), de 23 de fevereiro de 2022.

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

HERCULANO ANÍBAL ALVES
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

FLAVIA MARIA BITENCOURT
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*), **Camille Loyo Faria** (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo** (*Human Resources & Organization Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*

CAMILLE LOYO FARIA
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer

JAQUES HORN - Diretor Jurídico

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*), **Camille Loyo Faria** (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo** (*Human Resources & Organization Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*

CAMILLE LOYO FARIA
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer

JAQUES HORN - Diretor Jurídico

Impresa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:28 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **TIM S/A** Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tim S/A ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para contingências tributárias

Conforme divulgado na nota explicativa 24 das demonstrações financeiras, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, no montante de R$16.739 milhões, em 31 de dezembro de 2021, para os quais foi constituída provisão no montante de R$430 milhões. Enquanto o valor de R$16.309 milhões foi divulgado pela Companhia como perdas possíveis de ocorrer, em linha com os requerimentos do "CPC 25 (IAS37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgados depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais.

Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer impactos relevantes às demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e eficácia dos controles internos da Companhia para identificação e avaliação das contingências tributárias, incluindo o processo da Companhia na determinação dos prognósticos de perda das contingências tributárias e sobre a informação produzida pelo sistema de tecnologia que apoia este processo; (b) para teste da avaliação da Companhia sobre o prognóstico de perdas dos processos tributários, envolvemos nossos especialistas em assuntos tributários para auxiliar-nos na avaliação dos prognósticos realizados por advogados externos para as contingências tributárias mais significativas da Companhia, obtivemos e analisamos opiniões legais junto a todos os consultores jurídicos internos e externos, realizamos reuniões e obtivemos representações por parte da diretoria da Companhia com relação à avaliação dos principais processos tributários; e (c) revisão da adequação das divulgações incluídas pela Companhia na nota explicativa nº 24 às demonstrações.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e a divulgação das contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Alienação de 51% mantido na investida I-System (anteriormente conhecida como FiberCo Soluções Infraestrutura S/A)

Conforme descrito na nota explicativa 1 das demonstrações financeiras, em 16 de novembro de 2021, a Companhia vendeu 51% da participação que mantinha na I-System. A venda gerou um ganho de R$782 milhões, que foi mensurado pela diferença entre o valor justo da consideração recebida e o valor contábil dos ativos e passivos líquidos da I-System. A determinação do valor contábil dos ativos e passivos líquidos da I-System envolveram identificação e mensuração dos ativos, passivos e ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocados a I-System na data da venda.

Auditar a contabilização da Companhia relativa à venda de 51% do investimento mantido na I-System foi complexo devido o julgamento significativo aplicado pela diretoria para determinação do montante do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocado a I-System, a natureza da transação e significativo julgamento exercido pela diretoria na avaliação dos impactos contábeis relativos a perda de controle e do contrato de prestação de serviço entre as partes.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e testamos a eficácia dos controles internos mantidos pela Companhia para avaliar a transação de venda de 51% de participação na I-System. Por exemplo, testamos controles de revisão da diretoria sobre a contabilização dos efeitos da venda e cálculo do ganho líquido de impostos e controles da diretoria sobre a revisão de assuntos chave, dados e premissas utilizadas pela diretoria na determinação da alocação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura à I-System.

Para testar a avaliação efetuada pela diretoria sobre a venda, nossos procedimentos incluíram, entre outros: inspeção dos contratos relacionados a transação, avaliação da razoabilidade dos julgamentos aplicados pela diretoria e teste da acuracidade matemática sobre o cálculo do ganho na venda (líquido de impostos), avaliamos os assuntos chave e dados utilizados pela diretoria na determinação da alocação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocado à I-System através de inspeção documental e avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia; avaliamos o julgamento da diretoria sobre os critérios para contabilização dos impactos relativos à perda de controle através da avaliação de possíveis evidências contrárias nos documentos atrelados a transação bem como a avaliação da diretoria sobre o contrato de prestação de serviço à luz do CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamentos; nós também envolvemos profissionais de impostos para avaliar os impactos fiscais associados a venda e também avaliamos a adequacidade das divulgações efetuadas pela Companhia relativas a venda de 51% do investimento mantido na I-System.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os impactos contábeis relacionados a alienação de 51% de participação societária na FiberCo, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração dos impactos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0

Id: 2375929

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas

RIOCENTRO S.A. - Centro de Feiras, Exposições e Congressos do Rio de Janeiro

CNPJ nº 42.587.568/0001-09 - NIRE: 33.3.0007331-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Convidamos os Senhores acionistas do RIOCENTRO S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no dia 03/03/2022, às 15hs na Rua Maia de Lacerda, 167 - 4º andar - Estácio, RJ/RJ, com a seguinte pauta: 1) Alteração do Art. 4º do Estatuto Social. Maria Isabel Werneck da Silva - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2375384

UNIMED NOVA IGUAÇU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.

CNPJ: 28.714.533/0001-54

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DIGITAL DE 26/03/2022

Pelo presente Edital, ficam convocados os médicos cooperados da UNIMED Nova Iguaçu Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária - AGO, a se realizar por meio HÍBRIDO, no dia 26 de março de 2022, utilizando-se as plataformas ZOOM e CURIA a partir das 09:30 horas da manhã e apresentação e divulgação da eleição no Centro Social São Vicente (Patronato) - situado à R. Gov. Portela, 382 - Centro, Nova Iguaçu - RJ, 26221-030 às 18:00h. Às 8 horas, em 1ª convocação com a presença de 2/3 cooperados, às 8h30min, em 2º convocação com a presença de metade mais 01 (um) dos cooperados e às 9 horas, em 3º e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) cooperados, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Resultado da eleição dos membros do Conselho Fiscal (efetivos e suplentes), para cumprimento de um mandato, conforme o Estatuto Social em vigor; 2) Prestação de contas do exercício findo em 2021 a partir das 18h, compreendendo o Relatório da Gestão, o Balanço, o Demonstrativo da Conta de Sobras e Perdas e os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal; 3) Destinação das sobras ou rateio das perdas; 4) Fixação do valor dos honorários da Diretoria Executiva e das cédulas de presença por comparecimento às reuniões para os componentes dos Órgãos da Administração; 5) Previsão orçamentária para o exercício social subsequente; 6) Panorama Histórico da Gestão; 7) Instituto Unimed Nova Iguaçu; 8) Informações sobre Recursos Próprios: Unipasa, Hospital Unimed, Laboratório, CAMU e Centro Oncológico; 9) Autorização para Reforma do Estatuto; 10) Assuntos Gerais. **NOTAS:** a) a eleição para os cargos do Conselho Fiscal se dará ao dia **25 de março no período de 08:00 às 17:00h** entre aqueles candidatos que se inscreverem até o dia 10/03/2022 e apresentarem os documentos previstos no art. 82, § 5º, § 6º a), b) e c), do Estatuto Social, bem como serão preservados os já inscritos até o dia 18 de março de 2020, tudo em atendimento ao edital anterior; b) O número de cooperados em condições de votar: 563, sem impedimentos, para efeito de cálculo do *quórum* de instalação; c) a posse ocorrerá no dia da Assembleia Geral Ordinária, conforme art. 86 do Estatuto Social; d) o acesso à assembleia digital, a se realizar por meio das plataformas ZOOM e CURIA se dará mediante disponibilização, em até 2 (dois) dias antes, por *e-mail*, com as orientações devidas de acesso aos *links*, encaminhado a todos os participantes, que no dia e horário designados para realização da assembleia deverão acessá-los; e) os documentos referentes ao primeiro item da Ordem do Dia serão encaminhados previamente por *e-mail*; f) a votação para eleição dos membros do Conselho Fiscal será realizada de 8h às 17h no dia 25 de março por sistema eletrônico utilizando-se a plataforma CURIA, garantido o sigilo ao voto, sendo disponibilizado previamente acesso ao *login* e senha a todos os Representantes-Delegados; g) para participar da Assembleia Geral Ordinária por meio digital, o cooperado deverá realizar seu cadastro através do formulário *online* disponível no *link* https://forms.office.com/r/qXP7ESNbBr, até 15 dias (10/03/2022) antes da AGO, o formulário também pode ser acessado pelo QRCode: h) para fazer perguntas pertinentes a Assembleia Geral Ordinária, o cooperado deverá fazer sua solicitação pelo *chat* e aguardar (ordem de recebimento), e, assim que o presidente autorizar, será liberado o microfone para que o mesmo se pronuncie; i) o registro de presença se dará mediante a utilização da plataforma **CURIA.** Nova Iguaçu, 24 de fevereiro de 2022. **Dr. Joé Gonçalves Sestello** - Diretor-Presidente.

Id: 2375980

INSTITUTO DE UROLOGIA E NEFROLOGIA LTDA

CNPJ 30.119.697/0001-85

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária. Max Velmovitsky, Diretor Presidente do Instituto de Urologia e Nefrologia Ltda., convoca os senhores quotistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na Rua Quinze de Novembro, 106, salas 401 a 403, Centro, Niterói, CEP: 24020-125, com vistas à eleição de Diretor Presidente e de Diretor Tesoureiro, para o período de 12 de março de 2022 a 12 de março de 2024. Em primeira convocação, a assembleia será realizada no dia 03 de março de 2022, às 11:00, e, caso necessário, em segunda convocação, a assembleia será realizada no dia 11 de março de 2022, às 11:00.

Id: 2375674

AREAL BARROSO EIRELI

CNPJ: 36.086.783/0002-04

CONCESSÃO DE LICENÇA

AREAL BARROSO EIRELI torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA AMBIENTAL INTEGRADA LAI nº IN052606, com validade até 13 de janeiro de 2024, que aprova localização e implantação da infraestrutura para futura extração de areia em cava molhada, com emprego direto na construção civil, segundo os processos minerários da ANM n° 890.464/2015, 890.465/2015 e 890.466/2015, na ESTRADA RETA DOS QUATROCENTOS, LOTES 495 E 498 - PIRANEMA, município ITAGUAÍ. **Processo nº E-07/002.1033/2016.**

Id: 2375544

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAERJ

CNPJ 29.521.473/0001-16

DECLARAÇÃO - ATESTADO DIGITAL DE NÃO SIMILARIDADE

De acordo com o disposto no Decreto nº 45.237 de 29/04/2015, que altera o artigo 3º da Lei nº 6.979/2015, de 31/03/2015, **DECLARO** os atestados de não similaridade emitidos abaixo:

CÓDIGO AUTENTICIDADE	CNPJ REQUERENTE	NCM
2.418.25.02/2022-RJ	00.835.301/0006-40	8479.89.99
2.419.25.02/2022-RJ	11.790.941/0001-92	8415.90.90
2.420.25.02/2022-RJ	11.790.941/0001-92	8415.90.90
2.421.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.422.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8413.30.90
2.423.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.424.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.425.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8481.80.99
2.426.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8514.30.90
2.427.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.428.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.429.25.02/2022-RJ	95.422.218/0010-31	9506.99.00

Rio de Janeiro, RJ, 25 de fevereiro de 2022
MARIO SCANGARELLI - Diretor Executivo CAERJ

Id: 2375977

TIM S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS. Ficam convocados os Senhores Acionistas da TIM S.A. ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404/76, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada exclusivamente de forma presencial no dia 29 de março de 2022, às 14h30, na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, Térreo - Auditório, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, a fim de de-

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:31 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

DocuSign Envelope ID: FD213557-873E-41D6-888B-5A782F45CAB5

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **HEINZ EGON LOWEN**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 691.784-4, expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 017.339.239-34, domiciliado na Rua Baruch Spinoza, nº 274, na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, venho, por meio deste, tomar posse como membro suplente do Conselho Fiscal da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 29 de março de 2022, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia, além do Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Blc. 01, Salas 501 a 1208, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-057.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

DocuSigned by:
Heinz Egon Lowen
245076B332D741D...

HEINZ EGON LOWEN

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: FD213557873E41D6888B5A782F45CAB5 Status: Concluído

Assunto: DocuSign: 1.1 - TSA AGOE 29.03.2022 - Termo de Posse e Declaração - CF - Heinz Egon Lowen.doc

Envelope fonte:

Documentar páginas: 1
Certificar páginas: 5
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 1
Rubrica: 0

Remetente do envelope:
André De Magalhães Gemino
Av. João de Cabral de Mello Neto, 850
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 22775-055
agemino@timbrasil.com.br
Endereço IP: 163.116.228.60

Rastreamento de registros

Status: Original
30/03/2022 16:40:21

Portador: André De Magalhães Gemino
agemino@timbrasil.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Heinz Egon Lowen hegon.lowen@gmail.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Heinz Egon Lowen 245076B332D741D... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 200.203.194.173	Enviado: 30/03/2022 16:45:52 Visualizado: 30/03/2022 17:03:58 Assinado: 30/03/2022 17:04:33

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 30/03/2022 17:03:58
ID: 41219ce2-436c-489d-b046-854e8c10277d

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Michele Craveiro Freitas mcfreitas@timbrasil.com.br TIM S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 30/03/2022 16:45:52

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não disponível através da DocuSign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30/03/2022 16:45:52
Entrega certificada	Segurança verificada	30/03/2022 17:03:58
Assinatura concluída	Segurança verificada	30/03/2022 17:04:33
Concluído	Segurança verificada	30/03/2022 17:04:33

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

DocuSign Envelope ID: F9B1D2F4-D2C7-4230-B22A-6A149F90B464

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **ANDERSON DOS SANTOS AMORIM**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 105.561/O-0, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 029.215.847-51, domiciliado na Rua Uruguaiana, nº 39, 18º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, venho, por meio deste, tomar posse como membro suplente do Conselho Fiscal da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 29 de março de 2022, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia, além do Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Blc. 01, Salas 501 a 1208, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-057.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

DocuSigned by:
Anderson dos Santos Amorim
A6ADC9040B6B4A9...

ANDERSON DOS SANTOS AMORIM

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: F9B1D2F4D2C74230B22A6A149F90B464 Status: Concluído

Assunto: DocuSign: 3.1 - TSA AGOE 29.03.2022 - Termo de Posse e Declaração - CF - Anderson dos Santos Am...

Envelope fonte:

Documentar páginas: 1
Certificar páginas: 5
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 1
Rubrica: 0

Remetente do envelope:
André De Magalhães Gemino
Av. João de Cabral de Mello Neto, 850
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 22775-055
agemino@timbrasil.com.br
Endereço IP: 163.116.228.60

Rastreamento de registros

Status: Original
30/03/2022 16:56:02

Portador: André De Magalhães Gemino
agemino@timbrasil.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Anderson dos Santos Amorim anderson@exatocontabilidade.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Anderson dos Santos Amorim A6ADC9040B6B4A9... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 200.152.114.249	Enviado: 30/03/2022 16:57:43 Reenviado: 31/03/2022 19:07:20 Reenviado: 01/04/2022 10:09:08 Visualizado: 04/04/2022 10:28:29 Assinado: 04/04/2022 10:29:17

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 04/04/2022 10:28:29
ID: b5e4ffa1-13ba-44a4-aa0a-43381862216a

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Michele Craveiro Freitas mcfreitas@timbrasil.com.br TIM S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 30/03/2022 16:57:43

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não disponível através da DocuSign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30/03/2022 16:57:43
Entrega certificada	Segurança verificada	04/04/2022 10:28:29
Assinatura concluída	Segurança verificada	04/04/2022 10:29:17
Concluído	Segurança verificada	04/04/2022 10:29:17

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

DocuSign Envelope ID: B9778EE0-B19E-4071-B486-2003A22EF96D

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **ELIAS DE MATOS BRITO**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 074.806-03, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 816.669.777-72, domiciliado na Rua Uruguaiana, nº 39, 18º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, venho, por meio deste, tomar posse como membro efetivo do Conselho Fiscal da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 29 de março de 2022, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia, além do Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Blc. 01, Salas 501 a 1208, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-057.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

DocuSigned by:
Elias de Matos Brito
6594FC3160B84E1...

ELIAS DE MATOS BRITO

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: B9778EE0B19E4071B4862003A22EF96D
Status: Concluído
Assunto: DocuSign: 3 - TSA AGOE 29.03.2022 - Termo de Posse e Declaração - CF - Elias de Matos Brito.doc
Envelope fonte:
Documentar páginas: 1
Certificar páginas: 5
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 1
Rubrica: 0

Remetente do envelope:
André De Magalhães Gemino
Av. João de Cabral de Mello Neto, 850
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 22775-055
agemino@timbrasil.com.br
Endereço IP: 163.116.228.60

Rastreamento de registros

Status: Original
30/03/2022 16:52:09

Portador: André De Magalhães Gemino
agemino@timbrasil.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Elias de Matos Brito eliasbrito@exatocontabilidade.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Elias de Matos Brito 6594FC3160B84E1... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 177.41.35.198	Enviado: 30/03/2022 16:55:52 Reenviado: 31/03/2022 19:07:44 Reenviado: 01/04/2022 10:08:58 Visualizado: 01/04/2022 10:10:44 Assinado: 01/04/2022 10:11:19

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 01/04/2022 10:10:44
ID: d43f667d-fb93-479a-ac95-141eccac429a

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Michele Craveiro Freitas mcfreitas@timbrasil.com.br TIM S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	**Copiado**	Enviado: 30/03/2022 16:55:52

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não disponível através da DocuSign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30/03/2022 16:55:52
Entrega certificada	Segurança verificada	01/04/2022 10:10:44
Assinatura concluída	Segurança verificada	01/04/2022 10:11:19
Concluído	Segurança verificada	01/04/2022 10:11:19

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

DocuSign Envelope ID: DC647151-FC68-4AAD-B4AE-4DE2BF07C4A0

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **ANNA MARIA CERENTINI GOUVÊA GUIMARÃES**, brasileira, casada, arquiteta, portadora do documento de identidade nº 7101355, expedido pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 050.287.838-02, domiciliada na Rua Comandante Julio de Moura, n° 439, Cobertura, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, venho, por meio deste, tomar posse como membro efetivo do Conselho Fiscal da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 29 de março de 2022, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedida por lei especial ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenada à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia, além do Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Blc. 01, Salas 501 a 1208, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-057.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

DocuSigned by:
F81B9C3886EE490...

ANNA MARIA CERENTINI GOUVÊA GUIMARÃES

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

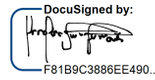
DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: DC647151FC684AADB4AE4DE2BF07C4A0
Status: Concluído
Assunto: DocuSign: 2 - TSA AGOE 29.03.2022 - Termo de Posse e Declaração - CF - Anna Maria Cerentini Gou...
Envelope fonte:
Documentar páginas: 1
Certificar páginas: 5
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília
Assinaturas: 1
Rubrica: 0
Remetente do envelope:
André De Magalhães Gemino
Av. João de Cabral de Mello Neto, 850
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 22775-055
agemino@timbrasil.com.br
Endereço IP: 163.116.228.60

Rastreamento de registros

Status: Original
30/03/2022 16:47:02
Portador: André De Magalhães Gemino
agemino@timbrasil.com.br
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães amcg.guimaraes@gmail.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by:  F81B9C3886EE490... Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 179.246.208.98 Assinado com o uso do celular	Enviado: 30/03/2022 16:49:59 Reenviado: 31/03/2022 08:24:00 Visualizado: 31/03/2022 09:42:44 Assinado: 31/03/2022 09:44:16

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 31/03/2022 09:42:44
ID: 447d62a6-c1d9-4265-bda4-30ef1f35b778

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Michele Craveiro Freitas mcfreitas@timbrasil.com.br TIM S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	**Copiado**	Enviado: 30/03/2022 16:49:59

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não disponível através da DocuSign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30/03/2022 16:49:59
Entrega certificada	Segurança verificada	31/03/2022 09:42:44
Assinatura concluída	Segurança verificada	31/03/2022 09:44:16
Concluído	Segurança verificada	31/03/2022 09:44:16

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

DocuSign Envelope ID: 591B7D74-9E50-4113-875F-029A8B441464

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **JOSINO DE ALMEIDA FONSECA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do documento de identidade nº 5.492.136-3, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.832.607-30, domiciliado na Rua Barão de Capanema, nº 98, apto 72, Cerquera Cesar, Cidade e Estado de São Paulo, venho, por meio deste, tomar posse como membro suplente do Conselho Fiscal da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 29 de março de 2022, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia, além do Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Blc. 01, Salas 501 a 1208, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-057.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

DocuSigned by:
Josino Fonseca
2CC517DADB204C7...

JOSINO DE ALMEIDA FONSECA

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 591B7D749E504113875F029A8B441464 Status: Concluído

Assunto: DocuSign: 2.1 - TSA AGOE 29.03.2022 - Termo de Posse e Declaração - CF - Josino de Almeida Fons...

Envelope fonte:

Documentar páginas: 1
Certificar páginas: 5
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 1
Rubrica: 0

Remetente do envelope:
André De Magalhães Gemino
Av. João de Cabral de Mello Neto, 850
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 22775-055
agemino@timbrasil.com.br
Endereço IP: 163.116.228.60

Rastreamento de registros

Status: Original
30/03/2022 16:50:07

Portador: André De Magalhães Gemino
agemino@timbrasil.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Josino Fonseca josino.fonseca@mac.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Josino Fonseca 2CC517DADB204C7... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 189.120.77.190	Enviado: 30/03/2022 16:52:01 Reenviado: 31/03/2022 19:08:18 Visualizado: 01/04/2022 07:57:53 Assinado: 01/04/2022 07:58:57

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 14/06/2021 18:23:26
ID: 27a7491e-6f21-448b-a4f4-3f1bf472f37a

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Michele Craveiro Freitas mcfreitas@timbrasil.com.br TIM S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 30/03/2022 16:52:01

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não disponível através da DocuSign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30/03/2022 16:52:01
Entrega certificada	Segurança verificada	01/04/2022 07:57:53
Assinatura concluída	Segurança verificada	01/04/2022 07:58:57
Concluído	Segurança verificada	01/04/2022 07:58:57

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

DocuSign Envelope ID: 979755AF-610F-461C-A6D1-C6D6E317A152

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **WALMIR URBANO KESSELI**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 1.440.573-9, expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 357.679.019-53, domiciliado na Rua Emílio Cornelsen, nº 344, Apto 602, Ahú, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, venho, por meio deste, tomar posse como membro efetivo do Conselho Fiscal da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 29 de março de 2022, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia, além do Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Blc. 01, Salas 501 a 1208, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-057.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

DocuSigned by:
F916E118CC2842A...

WARLMIR URBANO KESSELI

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 979755AF610F461CA6D1C6D6E317A152 Status: Concluído

Assunto: DocuSign: 1 - TSA AGOE 29.03.2022 - Termo de Posse e Declaração - CF - Walmir Kesseli.doc

Envelope fonte:

Documentar páginas: 1
Certificar páginas: 5
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 1
Rubrica: 0

Remetente do envelope:
André De Magalhães Gemino
Av. João de Cabral de Mello Neto, 850
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 22775-055
agemino@timbrasil.com.br
Endereço IP: 163.116.228.60

Rastreamento de registros

Status: Original
30/03/2022 16:33:30

Portador: André De Magalhães Gemino
agemino@timbrasil.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Walmir Kesseli wkesseli.consultor@gmail.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by: F916E118CC2842A... Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 47.188.229.85 Assinado com o uso do celular	Enviado: 30/03/2022 16:40:10 Reenviado: 31/03/2022 19:08:27 Reenviado: 01/04/2022 10:08:46 Visualizado: 01/04/2022 10:47:20 Assinado: 01/04/2022 10:47:36

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 01/04/2022 10:47:20
ID: 069726fd-5fcb-4bd1-aa6a-20114504e11c

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Michele Craveiro Freitas mcfreitas@timbrasil.com.br TIM S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 30/03/2022 16:40:10

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não disponível através da DocuSign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30/03/2022 16:40:10
Entrega certificada	Segurança verificada	01/04/2022 10:47:20
Assinatura concluída	Segurança verificada	01/04/2022 10:47:36
Concluído	Segurança verificada	01/04/2022 10:47:36

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TIM S.A., NIRE 33.3.0032463-1, PROTOCOLO 00-2022/287346-9, ARQUIVADO EM 06/04/2022, SOB O NÚMERO (S) 00004837150, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
311.513.508-42	RODRIGO BATISTA SANTOS

06 de abril de 2022.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2022/308601-0

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00004845449 - 12/04/2022

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s):

Hash: 1AD617ED-15A6-473B-A1DB-E88C347D0BDF

Orgão	Calculado	Pago
Junta	194,00	194,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

TIM S.A.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

201

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
252	1	Arquivamento de Publicações de Atos de Sociedade / Atos Societários
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ALBERTO MACHADO SOARES, JORGE HUMBERTO MOREIRA SAMPAIO E PEDRO EUGENIO MOREIRA CONTI SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00004853158	02.421.421/0001-11	Avenida Joao Cabral De Mello Neto 0850	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 19/04/2022 e arquivado em 19/04/2022

Nº de Páginas: 6

Capa Nº Páginas: 1/1

Jorge Paulo Magdaleno Filho

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/308601-0 Data do protocolo: 13/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2022 SOB O NÚMERO 00004853158 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 1080F42D2542A049D35D49A6633C64FDC17C07B5CAE7A019551BBDD582B8E057
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2022/308601-0 13/04/2022 11:48:39

JUCERJA

Último arquivamento:

00004845449 - 12/04/2022

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 104019206

Hash: 1AD617ED-15A6-473B-A1DB-E88C347D0BDF

Orgão	Calculado	Pago
Junta	194,00	194,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
201

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
252	1	Arquivamento de Publicações de Atos de Sociedade / Atos Societários
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	RODRIGO BATISTA SANTOS
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	11987004910
E-mail:	rodrigo.santos@marchiori.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	13/04/2022
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

13/04/2022

Data

00-2022/308601-0

ESTA PARTE É EDITADA ELETRONICAMENTE DESDE 23 DE JANEIRO DE 2006

DIÁRIO OFICIAL

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PARTE V
PUBLICAÇOES A PEDIDO

ANO XLVIII - Nº 067
SEGUNDA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2022

www.ioerj.com.br

ATAS, CERTIDÕES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações
Associações, Sociedades e Firmas 1

Avisos, Editais e Termos
Associações, Sociedades e Firmas 2
Condomínios 3

Associações, Sociedades e Firmas

BDI REALTY EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO 03 LTDA.
CNPJ/ME 23.805.516/0001-09 - NIRE 33.2.1055594-4

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2022. 1. Data, Horário e Local: Realizada em 31 de março de 2022, às 10:00 horas, na sede social da BDI REALTY EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO 03 LTDA. ("**Sociedade**"), localizada na Rua Dias Ferreira, 190, sala 601, CEP 22431-050, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação prévia, em virtude da presença dos sócios representando a totalidade do capital social, conforme se verifica das assinaturas ao final deste ato, conforme autorizado pelo artigo 1.072, §2º, da Lei nº 10.406/2002 ("**Código Civil**"), e pela Cláusula Nona, Parágrafo Quarto, do Contrato Social da Sociedade. **3. Mesa:** Sr. Fabio Paes Bailune, Presidente; e Sr. Victor Luiz Mazutti Levy, Secretário. **Ordem do dia**: deliberar sobre: ***(i)*** a redução do Capital Social mediante o cancelamento de 1.000.000 (um milhão) de quotas representativas do capital social, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do inciso II do Artigo 1.082 do Código Civil; e ***(ii)*** a alteração da Cláusula Quinta do Contrato social da Sociedade e a sua consolidação a ser descrita na respectiva Oitava Alteração de Contrato Social da Sociedade. **4. Deliberações**: Discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições: **(i)** Aprovar a redução do Capital Social da Sociedade, mediante o cancelamento de 1.000.000 (um milhão) de quotas representativas do Capital Social, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, sendo ***(a)*** 900.000 (novecentos mil quotas) do sócio Furious Sea, LLC, e (b) 100.000 (cem mil) quotas do sócio Morro Azul Construções e Comércio Ltda. Desse modo, o Capital Social da Sociedade passará a ser de R$ 18.475.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos e setenta e cinco mil reais) divido em 18.475.000 (dezoito milhões e quatrocentos e setenta e cinco mil) quotas. **(ii)** Aprovar a alteração da Cláusula Quinta do Contrato Social da Sociedade em decorrência da redução de seu Capital Social aprovada, o qual passará a ter a seguinte nova redação na respectiva Oitava Alteração do Contrato Social da Sociedade: ***"Cláusula Quinta****: O capital social subscrito é R$ 18.475.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos e setenta e cinco mil reais) divido em 18.475.000 (dezoito milhões e quatrocentos e setenta e cinco mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada, devidamente integralizada em moeda corrente nacional, assim distribuídas entre os sócios:*

SÓCIOS	*QUOTAS*	*VALOR (R$)*
FURIOUS SEA, LCC	*16.627.500*	*16.627.500*
MORRO AZUL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA	*1.847.500*	*1.847.500,00*
TOTAL	*18.475.000*	*18.475.000,00*

Parágrafo único - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei 10.406/02." Por fim, os sócios consignam que a eficácia da redução de capital ora deliberada ficará sujeita às condições estipuladas no artigo 1.084 da Lei nº 10.406/2002, hipótese em que, não havendo impugnação da deliberação de redução do capital social da Sociedade por parte dos credores da Sociedade, ou, caso eventual oposição de credor seja superada por pagamento ou depósito judicial da quantia reclamada, o sócio celebrará alteração do contrato social da Sociedade para fazer constar a redução do capital social. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual se lavrou esta ata, e achada conforme foi assinada pelos presentes: BDI REALTY EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO 03 LTDA., SABIÁ FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII., FURIOUS SEA, LCC e MORRO AZUL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA. Presidente: Fabio Paes Bailune, Secretário: Victor Luiz Mazutti Levy. Rio de Janeiro, 31 de março de 2022. Mesa: **Fabio Paes Bailune** - Presidente; **Victor Luiz Mazutti Levy** - Secretário; Assinaturas: **BDI REALTY EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO 03 LTDA.; FURIOUS SEA, LCC; MORRO AZUL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.**

Id: 2385547

Geopark Brasil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda.
CNPJ/ME nº 17.572.061/0001-26 / NIRE nº 33.2.0942053-4

Ata da Reunião de Sócios realizada em 07 de Abril de 2022. 1. Data, Hora e Local: Realizada aos dias 07 do mês de Abril de 2022, às 10:00 horas, na sede social da GeoPark Brasil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda. na Praia de Botafogo, nº 228, Sala 1643, Ala A, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro ("Sociedade"). **2. Convocação e Presença**: As formalidades de convocação foram dispensadas nos termos do disposto no artigo 1.072 da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil Brasileiro"), tendo em vista a presença de sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade, a saber: **(1) GEOPARK LATIN AMERICA S.L.,** sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis da Espanha, com sede em calle Prim 19, à direita, 28004, Madri, Espanha, inscrita no CNPJ/ME sob nº 24.557.909/0001-03, neste ato devidamente representada por seu procurador, a Sra. Livia Valverde Almeida Santos Carvalho, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, advogada, portadora da carteira de identidade nº 307660902, expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrita no CPF/ME sob nº 924.136.255-34, domiciliada na Praia de Botafogo nº 228, Sala 1702, Ala A, Botafogo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil, CEP: 22.250-906, conforme procuração arquivada perante a Junta Comercial do estado do Rio de Janeiro sob o nº 00003356189 em 17 de setembro de 2018; e **(2) GEOPARK (UK) LIMITED**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Reino Unido, com sede em 11-12 St. James Square, Suite 1, 3rd floor SW1Y 4LB, Londres, Reino Unido, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 29.289.877/0001-26, neste ato devidamente representada por seu procurador, a Sra. Livia Valverde Almeida Santos Carvalho, acima qualificada, conforme procuração arquivada perante a Junta Comercial do estado do Rio de Janeiro sob o nº 00003883847 em 17 de junho de 2020. **3. Mesa:** Assumiu a Presidência da reunião a Sra. Livia Valverde Almeida Santos Carvalho, que cumulou a função de Secretária. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade no valor de R$ 45.000.000,00 (Quarenta e cinco milhões de reais), nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil Brasileiro. **5. Deliberações:**As sócias, por unanimidade de votos e sem reservas, aprovaramo que segue: **5.1.** A redução do capital social da Sociedade, por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, em conformidade com o artigo 1.082, inciso II do Código Civil Brasileiro, do atual valor de R$ 210.485.944,00 (duzentos e dez e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e quarenta e quatro reais) para R$ 165.485.944,00 (Cento e sessenta e cinco milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e quarenta e quatro reais), com redução, portanto, de R$ 45.000.000,00 (Quarenta e cinco milhões de reais), mediante restituição do valor correspondente às quotas canceladas, de forma desproporcional à sócia **GEOPARK LATIN AMERICA S.L. 5.2.** Fica autorizada a administração da Sociedade a tomar as providências necessárias à efetivação da redução do capital ora aprovada, em especial a alteração do contrato social, tão logo transcorrido o prazo estabelecido no §1º do artigo 1.084 do Código Civil Brasileiro. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. A presente ata será, ainda, publicada na forma do §1º do artigo 1.084 do Código Civil Brasileiro, para que se produza os devidos efeitos legais. Rio de Janeiro, 07 de Abril de 2022. Mesa: Livia Valverde Almeida Santos Carvalho - **Presidente e Secretária.** Sócios Presentes: **GEOPARK LATIN AMERICA S.L. -** Livia Valverde Almeida Santos Carvalho - **Procuradora; GEOPARK (UK) LIMITED -** Livia Valverde Almeida Santos Carvalho - **Procuradora.**

Id: 2385409

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2022. DATA, HORA E LOCAL: 29 de março de 2022, às 14h30, na TIM S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, Térreo - Auditório, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **PRESENÇA:** Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social votante, incluindo detentores de *American Depositary Receipts*, conforme se verifica **(1)** pelas assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas; e **(2)** pelos boletins de voto a distância válidos recebidos nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Participam também da assembleia, presencialmente ou por meio de videoconferência, os Srs. Alberto Mario Griselli, Diretor Presidente; Camille Loyo Faria, Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores; Bruno Mutzenbecher Gentil, *Business Support Officer*; Mario Girasole, *Regulatory and Institutional Affairs Officer*; a Sra. Maria Antonietta Russo, *Human Resources & Organization Officer*; os Srs. Nicandro Durante, Presidente do Conselho de Administração, do Comitê de Remuneração e do Comitê de *Environmental, Social & Governance*; Jaques Horn, Diretor Jurídico; Walmir Urbano Kesseli, Presidente do Conselho Fiscal; Gesner José de Oliveira Filho, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário; e Herculano Aníbal Alves, membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Controle e Riscos. Registra-se, ainda, a participação na assembleia, por meio de videoconferência: do Sr. Fernando de Magalhães, representante dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"); e do Sr. André Alves, representante da Advisia Consultoria de Gestão Empresarial Ltda, para prestar esclarecimentos sobre questões que possam ser suscitadas pelos acionistas. **MESA**: Presidente - Sr. Robson Goulart Barreto; Secretário - Sr. Jaques Horn. **PUBLICAÇÕES E CONVOCAÇÃO: (1)** O relatório da administração, as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e o relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram publicados no dia 25 de fevereiro de 2022, nas páginas 3 a 18 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nas páginas 1 a 10 do Valor Econômico; e **(2)** O Edital de Convocação foi publicado nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2022, e dia 2 de março de 2022, nas páginas 3, 18/19 e 3 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, respectivamente, e nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2022, e dia 2 de março de 2022, nas páginas C11, C6 e B7 do Valor Econômico, respectivamente. **Em Assembleia Geral Ordinária**: **(1)** Deliberar sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(2)** Deliberar sobre a proposta da administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia; **(3)** Ratificar as nomeações dos membros do Conselho de Administração da Companhia, previamente ocorridas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 15 de dezembro de 2021 e 31 de janeiro de 2022; **(4)** Deliberar sobre a composição do Conselho Fiscal da Companhia; **(5)** Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e **(6)** Deliberar sobre a proposta de remuneração da administração, dos membros dos Comitês e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, para o exercício de 2022. **Em Assembleia Geral Extraordinária**: **(1)** Deliberar sobre a proposta de prorrogação do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement*), mediante a celebração do seu 15º aditivo, entre a Telecom Italia S.p.A., de um lado, e a Companhia, de outro lado. **DELIBERAÇÕES**: Inicialmente, foi feita a leitura do mapa consolidado de votação dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, o qual foi distribuído aos presentes e ficou também à disposição para consulta, consoante o Parágrafo 4º do Art. 21-W da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009. O Presidente da Mesa em seguida propôs: **(1)** a dispensa da leitura dos demais documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos do Art. 134 da Lei nº 6.404/76, uma vez que o seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas; **(2)** a lavratura da ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do Art. 130, Parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76, respectivamente; **(3)** que as declarações de voto, abstenções, protestos e dissidências, porventura apresentadas, fossem recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa, ficando arquivadas na sede da Companhia, nos termos do Art. 130, Parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76; e **(4)** que a ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária fosse lavrada em instrumento único, nos termos do Art. 131, Parágrafo Único, da Lei nº 6.404/76. Sem qualquer oposição, os acionistas presentes concordaram com as propostas de encaminhamento do Presidente. Em seguida, após a análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram por: **Em Assembleia Geral Ordinária: (1) Aprovar,** por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, que foram devidamente auditadas pelos auditores independentes da Companhia, EY, e acompanhadas de seu respectivo relatório, bem como do parecer do Conselho Fiscal e do relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia. **(2) Aprovar,** por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a proposta da administração de destinação do resultado do exercício de 2021, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, a qual contempla que o lucro líquido do exercício de 2021, no montante de **R$2.957.173.992,98 (dois bilhões, novecentos e cinquenta e sete milhões, cento e setenta e três mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e oito centavos)**, seja destinado da seguinte forma: **(2.1)** Para a Reserva de Lucro, será destinada a importância de **R$176.740.615,94 (cento e setenta e seis milhões, setecentos e quarenta mil, seiscentos e quinze reais e noventa e quatro centavos)**, referente ao valor de benefício fiscal de redução de imposto de renda incorrido pela Companhia no exercício de 2021; **(2.2)** Para a constituição da Reserva Legal, em conformidade com o Art. 193 da Lei nº 6.404/76, será destinada a importância de **R$139.021.668,85 (cento e trinta e nove milhões, vinte e um mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos)**, equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício de 2021; **(2.3)** Como juros sobre capital próprio (bruto), o montante de **R$1.047.500.000,00 (um bilhão, quarenta e sete milhões e quinhentos mil reais)**, cujos pagamentos foram aprovados ao longo do exercício de 2021 e pago nas datas de 20 de julho de 2021, 27 de outubro 2021 e 25 de janeiro de 2022, sendo que: **(i)** o valor de **R$660.352.927,05 (seiscentos e sessenta milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, novecentos e vinte e sete reais e cinco centavos)** é imputado ao dividendo mínimo obrigatório; e **(ii)** o valor remanescente de **R$387.147.072,95 (trezentos e oitenta e sete milhões, cento e quarenta e sete mil, setenta e dois reais e noventa e cinco centavos)** foi distribuído a título de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia; e **(2.4)** Para a Reserva Estatuária para Expansão, nos termos do Estatuto Social, será destinado o saldo remanescente do lucro líquido no montante de **R$1.593.911.708,19 (um bilhão, quinhentos e noventa e três milhões, novecentos e onze mil, setecentos e oito reais e dezenove centavos)**. **(3)** Foi colocada em votação a ratificação das nomeações dos membros do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 15 de dezembro de 2021 e 31 de janeiro de 2022, nos termos do Art. 150 da Lei nº 6.404/76 e do Art. 20, Parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia, tendo sido **aprovada** por maioria dos votos proferidos, conforme indicado no mapa consolidado de votação em anexo, a ratificação da eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração: **(i) Claudio Giovanni Ezio Ongaro,** italiano, casado, bacharel em engenharia eletrônica, portador do passaporte italiano nº YA4595942, válido até 16 de julho de 2023, domiciliado em Corso d'Italia 41, 00198, cidade de Roma, Itália; e **(ii) Alberto Mario Griselli,** italiano, casado, bacharel em engenharia, portador do documento de identidade RNM n° V354056-O, emitido pela CGPI/DIREX/PF em 31/01/2021, inscrito no CPF/ME sob o n° 058.431.817-07, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. A acionista TIM Brasil Serviços e Participações S.A. declarou que obteve dos Conselheiros, cujas eleições são agora ratificadas, a confirmação de que possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 367 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. **Os Conselheiros acima referidos terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023** e serão investidos nos cargos mediante o cumprimento das condições aplicáveis e assinatura dos respectivos termos de posse e demais documentos pertinentes, na forma e/ou no prazo estabelecido na Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 367, no Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado da B3. **(4) Aprovar,** por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a composição do Conselho Fiscal da Companhia com 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes. **(5)** O Presidente indagou aos acionistas minoritários presentes sobre seu interesse em requerer votação em separado de membro do Conselho Fiscal, nos termos do Art. 161, Parágrafo 4º, alínea 'a', da Lei nº 6.404/76, tendo a acionista DOCAS INVESTIMENTOS LTDA. apresentado a indicação do Sr. **Elias de Matos Brito**, como membro efetivo, e do Sr. **Anderson dos Santos Amorim**, como suplente; e a acionista CLUBE DE INVESTIMENTO HILL apresentado a indicação do Sr. **Rafael de Souza Morsch**, como membro efetivo e do Sr. **Tiago Paz Munhoz**, como suplente; a matéria foi colocada em votação em separado, sem a participação da acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A.; como resultado, **foram eleitos, por maioria dos votos proferidos pelos acionistas minoritários** que se manifestaram sobre esta deliberação, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, com votos a favor da acionista DOCAS INVESTIMENTOS LTDA., o Sr. **Elias de Matos Brito**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 074.806-03, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 816.669.777-72, domiciliado na Rua Uruguaiana, nº 39, 18º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como **membro efetivo**; e o Sr. **Anderson dos Santos Amorim**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 105.561/O-0, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 029.215.847-51, domiciliado na Rua Uruguaiana, nº 39, 18º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como **suplente**. A acionista DOCAS INVESTIMENTOS LTDA. declarou que obteve a confirmação de que os candidatos que indicou para o Conselho Fiscal, ora eleitos, possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho Fiscal. Em seguida, foi colocada em votação a chapa de candidatos composta por 2 (dois) membros efetivos, e respectivos suplentes, con-

Impresa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sábado, 09 de Abril de 2022 às 03:09:52 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/308601-0 Data do protocolo: 13/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2022 SOB O NÚMERO 00004853158 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 1080F42D2542A049D35D49A6633C64FDC17C07B5CAE7A019551BBDD582B8E057
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

forme proposta da acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A., tendo sido **aprovada**, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo; assim, para compor o Conselho Fiscal, foram eleitos: **(i)** como **membro efetivo,** o Sr. **Walmir Kesseli**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 1.440.573-9, expedido pela SSP-PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 357.679.019-53, domiciliado na Rua Emílio Cornelsen, nº 344, Apto 602, Ahú, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, tendo como **suplente** o Sr. **Heinz Egon Lowen**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 691.784-4, expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 017.339.239-34, domiciliado na Rua Baruch Spinoza, nº 274, na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná; e **(ii)** como **membro efetivo,** a Sra. **Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães**, brasileira, casada, arquiteta, portadora do documento de identidade nº 7101355, expedido pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 050.287.838-02, domiciliada na Rua Comandante Julio de Moura, n° 439, Cobertura, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, tendo como **suplente** o Sr. **Josino de Almeida Fonseca**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do documento de identidade nº 5.492.136-3, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.832.607-30, domiciliado na Rua Barão de Capanema, nº 98, apto 72, Cerquera Cesar, Cidade e Estado de São Paulo. A acionista TIM Brasil Serviços e Participações S.A. declarou que obteve a confirmação de que os candidatos que indicou para o Conselho Fiscal, ora eleitos, possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho Fiscal. **Fica consignado que todos os Conselheiros Fiscais ora eleitos terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023**. Os Conselheiros Fiscais serão investidos nos cargos mediante cumprimento das condições aplicáveis e assinatura dos respectivos termos de posse e demais documentos pertinentes, na forma e/ou no prazo estabelecido na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado da B3. **(6) Aprovar,** por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a proposta de remuneração dos administradores referente ao exercício de 2022, nos seguintes termos: **(i)** Remuneração do Conselho de Administração: remuneração global anual no montante de **R$4.860.000,00 (quatro milhões, oitocentos e sessenta mil reais)** a ser atribuída aos conselheiros individualmente em conformidade com os critérios que vierem a ser deliberados pelo Conselho de Administração; **(ii)** Remuneração dos Comitês: remuneração global anual no montante de **R$3.024.000,00 (três milhões e vinte e quatro mil reais)** a ser atribuída aos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, em conformidade com os critérios que vierem a ser deliberados pelo Conselho de Administração; **(iii)** Remuneração do Conselho Fiscal: remuneração global anual no montante de **R$616.000,00 (seiscentos e dezesseis mil reais)**; e **(iv)** Remuneração da Diretoria: remuneração global anual no montante de **R$77.596.000,00 (setenta e sete milhões, quinhentos e noventa e seis mil reais)** sendo que, desse total, o valor a ser pago se divide em: **22% (vinte e dois por cento)** correspondente à remuneração fixa anual e **78% (setenta e oito por cento)** correspondente à remuneração variável. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (1) Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, ficando expressamente consignada a abstenção de voto pela acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A., a prorrogação por um período de 12 (doze) meses do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement*) ("Contrato") entre a Telecom Italia S.p.A., de um lado, e a Companhia, de outro lado, até 30 de abril de 2023, com valor em reais equivalente a até **7.904.727,00 (sete milhões, novecentos e quatro mil, setecentos e vinte e sete Euros)**, nos termos da proposta apreciada pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração em suas respectivas reuniões realizadas nos dias 22 de fevereiro de 2022 e 23 de fevereiro de 2022, tudo conforme documentação disponibilizada previamente nos sites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários e da *Securities and Exchange Commission* sobre o histórico do Contrato, ficando a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários para a celebração da prorrogação do Contrato. **ESCLARECIMENTOS:** A Mesa recebeu e registrou os votos e as abstenções manifestados pelos acionistas presentes nesta Assembleia, já devidamente computados nas deliberações acima, conforme mapa consolidado de votação em anexo. **MAPA DE VOTAÇÃO:** Em atendimento ao Art. 30, Parágrafo 4º, da Instrução CVM n° 480, o mapa consolidado de votação em anexo, que é parte integrante desta ata, indica as aprovações, rejeições e abstenções sobre os itens da Ordem do Dia, bem como os respectivos percentuais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, sendo em seguida assinada pelo Presidente, pelo Secretário da Mesa e pelos demais acionistas que se dispuseram a fazê-lo. Certifico que a presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 29 de março de 2022. **Jaques Horn -** Secretário da Mesa. **Mapa Sintetico Consolidado'**

	Quantidade de Ações / Percentual de Participantes		
Assembleia Geral Ordinária	**Aprovar (SIM)**	**Rejeitar (Nao)**	**Abster-se**
Ordem 1 - Demonstração Financeira 2021	1.998.064.522 97,11%	1.126.320 0,05%	58.339.768 2,84%
Ordem 2 - Destinação do Resultado 2021	2.054.120.085 99,83%	3.216.990 0,16%	193.535 0,01%
Ordem 3 - Ratificar as nomeações dos Srs. Claudio Giovanni Ezio Ongaro e Alberto Mario Griselli	2.029.586.065 98,64%	24.342.881 1,18%	3.601.664 0,18%
Ordem 4 - Deliberar sobre a composição do Conselho Fiscal da Companhia	2.056.702.640 99,86%	725.330 0,04%	102.640 0,00%
Ordem 5 - Indicação de todos os nomes que compoem a chapa - Chapa Única[1]	2.054.243.898 99,84%	2.741.262 0,13%	545.450 0,03%
Ordem 6 - Caso candidatos deixem de integrá-la, os votos continuam sendo conferidos àa chapa escolhida?	1.663.473.540 80,85%	392.897.695 19,10%	1.159.375 0,06%
Ordem 7 - Deseja solicitar a eleição em separado de membro do Conselho de Fiscal?[2]	34.177.652 9,85%	37.203.482 10,72%	275.573.485 79,43%
Ordem 7A - Indicação do acionista minoritário Clube de Investimento Hill	200.000 100,00%	0 0,00%	0 0,00%
Ordem 7B - Indicação do acionista minoritário Docas Investimento Ltda.	19.276.091 100,00%	0 0,00%	0 0,00%
Ordem 8 - Remuneração 2022	1.799.616.760 87,46%	256.114.253 12,45%	1.799.597 0,09%
Assembleia Geral Extraordinária	**Aprovar (SIM)**	**Rejeitar (Nao)**	**Abster-se**
Ordem 1 - Contrato CSA	427.688.740 20,77%	170.280 0,01%	1.631.566.782 79,22%

[1]Item desconsiderado em função da indicação de candidatos por acionistas minoritarios presentes na reunião, para eleição em separado. [2]Apenas dois acionistas minoritários, que compareceram presencialmente, apresentaram candidatos, conforme votos manifestados no Item 7A e 7B. Os demais acionistas não apresentaram candidatos.

Jucerja nº 4837150, em 06/04/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

Id: 2385548

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas

BLUE MACAW CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.
CNPJ 14.426.713/0001-26 - NIRE 3321074712-6
CONVOCAÇÃO PARA A 10ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
DATA, HORA e LOCAL:
18 de abril de 2022, às 15h00, em primeira convocação A SER REALIZADA DE FORMA DIGITAL, na Plataforma Microsoft Teams, por meio do endereço digital a seguir:https://teams.microsoft.com/l/meetupjoin/19%3ameeting_MWJlN2YyMzYtOGM4OC00YmFiLWFjMGItMzdiNWJhZjQyMmQ2%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22d79b57ea-b945-4c3c-8b1b-7923915723dc%22%2c%22Oid%22%3a%2271f58150-d848-4912-9d64-307df5290c76%22%7d. Objetos da Alteração: 1) Alteração de endereço da Sede para Porto Alegre; 2) Acrescentar ao Contrato Social a cláusula de exclusão de sócio por justa causa; 3) Destituição de Administrador e alteração da representação da Sociedade; 4) Alteração do foro da Sociedade. Os sócios poderão ser representados por procurador, devidamente habilitado. Rio de Janeiro, 07 de abril de 2022. Felipe Armando Schneider.

Id: 2384937

TSO SERVIÇOS MEDICOS EIRELI
CNPJ: 18.530.639/0001-44
COMUNICADO
THALIS SANTANA OLIVEIRA, CPF sob o n.º 030.268.445-00, único sócio da empresa TSO SERVIÇOS MEDICOS EIRELI, com sede na Rua 27B, nº 25, Jardim Amália-Volta Redonda (RJ),CEP; 27251-369, inscrita no CNPJ nº 18.530.639/0001-44, registrada RCPJ/VR sob o n.º 7.174, fls.79-80 do livro A-72 em 04/07/2013 e 1ª alteração contratual sob o n.º 9.510, fls. 288-290 do livro A-110 em 01/10/2018, resolve, por não mais interessar a continuidade da empresa, dissolver e extingui-la em 31/03/2022.

Id: 2385535

HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO.
Cia Aberta - CNPJ 30.540.991/0001-66 - NIRE 333.0014610-5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO-AGO: Ficam os Srs. Acionistas convocados a comparecer às 9h00min, do dia 29/04/2022, na Av. Engº Hans Gaiser, 26, Nova Friburgo/RJ, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: I) Examinar, discutir e votar, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021; II) Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado; III) Fixar a remuneração global dos administradores. Em conformidade com o Artigo 124, Parágrafo 6, da Lei 6.404/76, e da Instrução CVM 481/09, encontram-se a disposição dos acionistas para consulta, na sede e no site da Cia, bem como da CVM e da B3 SA, os documentos objetos de deliberações da Assembleia ora Convocada. **Instruções Gerais: a)** Conforme previsto nos Arts. 12° e 13° do Estatuto Social da Cia. somente poderão comparecer a AGO os acionistas em cujos nomes as ações estejam registradas em lista de acionistas expedida pelo Banco Itaú S.A., agente de custódia de Ações da Cia, em até 05 dias antes da data de realização da AGO, observando o Art. 126 da Lei 6.404/76, munidos dos seguintes documentos: (i) se pessoa física: documento de identidade com foto e CPF; (ii) se pessoa jurídica: Estatuto, Contrato Social, ou Alteração do Contrato Social consolidado, comprovadamente atualizados, com respectiva comprovação da representação legal. Em ambos os casos se forem representados por procuração, que observem o disposto no § 1º do art. 126 da Lei 6.404/76, devendo os instrumentos de mandato com especiais poderes para representação na AGO, a que se refere o presente edital, serem depositados na sede da Cia. com firmas do (s) outorgante (s) reconhecida (s) ou por e-mail, em até 05 dias antes da data marcada para sua realização, assinados digitalmente; **b) Boletim de Voto à Distância:** caso o acionista opte por exercer seu direito de voto à distância, nos termos da Instrução CVM 481/09 e alterações, poderá enviar o Boletim de Voto por meio de seu respectivo agente de custódia, ou diretamente à Cia, conforme orientações constantes no boletim de voto a distância, disponível nos sites da Cia "Investidores/Assembleias", da CVM e da B3 SA.Nova Friburgo, 08/04/2022, José Luiz Abicalil - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2385250

TRANSMISSORA RIO-MINAS SPE S.A.
CNPJ: 36.238.971/0001-11
LICENÇA PRÉVIA PARA LINHA DE TRANSMISSÃO
A TRANSMISSORA RIO-MINAS SPE S.A. inscrita sob o CNPJ 36.238.971/0001-11, torna público que requereu ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a Licença de Instalação, para o empreendimento Linha de Transmissão 345 kV Santos Dumont 2 / Leopoldina 2 C1; LT 345 kV Leopoldina 2 / Lagos C1; e SE 345/138 kV Leopoldina 2 que intercepta 13 municípios (Cantagalo/RJ; Cordeiro/RJ; Descoberto/MG; Estrela Dalva/MG; Leopoldina/MG; Macaé/RJ; Macuco/RJ; Piau/MG; Rio das Ostras/RJ; Rio Novo/MG; Santos Dumont/MG; São João Nepomuceno/MG; Trajano de Moraes/RJ).

Id: 2385542

IGUÁ RIO DE JANEIRO S.A.
CNPJ nº 42.353.180/0001-35 - NIRE 33.3.0033871-3
Companhia Aberta
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA IGUÁ RIO DE JANEIRO S.A.
A **IGUÁ RIO DE JANEIRO S.A.** ("Companhia" ou "Emissora"), na qualidade de Emissora da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), vem, através do presente edital de convocação, convocar os titulares das Debêntures em circulação ("Debenturistas"), nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Iguá Rio de Janeiro S.A., celebrado entre a Emissora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, na qualidade de agente fiduciário da Emissão, em 30 de julho de 2021, conforme alterada ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente), para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), a se realizar, em primeira convocação, no próximo dia **26 de abril de 2022, às 11h00min**, de modo exclusivamente digital, através de sistema eletrônico com *link* de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados, sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização da assembleia, de acordo com a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 625, de 14 de maio de 2020 ("Instrução CVM 625"), a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Deliberar sobre pedido de liberação temporária do cumprimento (waiver prévio) de parte das obrigações da Companhia prevista no item 5.1.2 alínea (xxvii) da Escritura de Emissão, somente quanto a contratação de agência de Ratings para obtenção do rating da Emissora; e (ii) Autorizar que o Agente Fiduciário pratique, em conjunto com a Companhia, no que couber, todas as providências necessárias para o cumprimento integral das deliberações tomadas no âmbito da Assembleia Geral de Debenturistas. **Informações Adicionais:** Informações adicionais sobre a Assembleia Geral de Debenturistas e as matérias constantes da Ordem do Dia podem ser obtidas junto à Companhia (por meio de seu canal de relacionamento com investidores riigua@igua.com.br) e/ou ao Agente Fiduciário (por meio do endereço eletrônico corporatetrust@vortx.com.br). A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada através de sistema eletrônico, com *link* de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Debenturistas que enviarem, para o endereço eletrônico riigua@igua.com.br, com cópia para o endereço eletrônico corporatetrust@vortx.com.br, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto na Instrução CVM 625: **(i)** quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do debenturista; **(ii)** quando pessoa jurídica, (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Geral de Debenturistas; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e **(iv)** caso qualquer dos Debenturistas indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da Assembleia Geral de Debenturistas ainda que não realizem o depósito prévio referido acima, bastando a apresentação de tais documentos, por meio dos e-mails informados acima, até o horário de abertura da Assembleia Geral de Debenturistas. A Companhia não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 625, além da participação e do voto a distância durante a Assembleia Geral de Debenturistas por meio do sistema eletrônico indicado pela Companhia, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância., preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assem-

DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO

Imprensa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cristina Batista
Diretora-Presidente

Flávio Cid
Diretor Administrativo

Rodrigo de Mesquita Caldas
Diretor Financeiro

Jefferson Woldaynsky
Diretor Industrial

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS:
As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof´s ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio e Niteroi.

PARTE I - PODER EXECUTIVO:
Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Preparo e Publicações dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras,
Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901
Tels.: (0xx21) 2334-3242 e 2334-3244

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL

RIO - Rua São José, 35, sl. 222/24 - Centro - Rio de Janeiro
Edifício Garagem Menezes Cortes.
Email.: agerio@ioerj.rj.gov.br

NITERÓI - Rua Professor Heitor Carrilho, nº 81 - Centro - Niterói/RJ.
Tel.: 2717-6696
Atendimento das 09:00 às 16:00 horas

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO:
cm/col _____ **R$ 132,00**

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS: Deverão ser dirigidas, por escrito, à Diretora-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675.

Imprensa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sábado, 09 de Abril de 2022 às 03:09:55 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/308601-0 Data do protocolo: 13/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2022 SOB O NÚMERO 00004853158 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 1080F42D2542A049D35D49A6633C64FDC17C07B5CAE7A019551BBDD582B8E057
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

Partidos Legenda passa a ter bancada com maioria de direita radical

Crescimento do PL torna sigla menos pragmática

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Maior vitorioso na janela partidária, ao sair de 43 para 78 deputados em mês, o PL terá dificuldades para dar uma guinada política no próximo ano, caso o presidente Jair Bolsonaro perca a reeleição. É consensual a tese entre os políticos de que o partido de Valdemar Costa Neto não demoraria para embarcar num eventual governo Lula, mas o quadro após o fim da janela partidária, contudo, mostra que esse malabarismo seria muito mais difícil do que imaginado no início e provavelmente provocaria uma guerra interna entre os grupos.

A "janela" é o período de 30 dias, seis meses antes da eleição, em que deputados e vereadores podem trocar de partido para concorrerem sem o risco de perderem o mandato por infidelidade.

A bancada do PL na Câmara não chegou a dobrar, mas hoje os bolsonaristas são maioria. Isso ocorreu porque 13 deputados deixaram a sigla por discordar do apoio a Bolsonaro, como o então secretário-geral do PL, o deputado Cristiano Vale (PA), ou por questões locais, como os ex-líderes da sigla na Câmara Aelton Freitas (MG) e José Rocha (BA).

CRISTIANO MARIZ/OGLOBO — 28/1/2022

Valdemar Costa Neto: ex-deputado comanda sigla há 20 anos e transitou do apoio ao petismo para o bolsonarismo, mas terá dificuldade para nova guinada

O partido em Minas subiu de quatro para sete deputados federais, o que tornou difícil a reeleição de todos. "Para mim ficou impossível", justificou Freitas. Ele e Vale foram para o PP, enquanto Rocha se filiou ao União Brasil. Antes deles, o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (AM), já havia migrado para o PSD por seguidos embates contra Bolsonaro.

Levantamento do **Valor** mostra que apenas 30 dos 78 deputados federais do PL já estavam no partido antes de Bolsonaro entrar em novembro. Parte deles, como o deputado Capitão Augusto (SP), pastor Marco Feliciano (SP) e policial Katia Sastre (SP), já era alinhada as ideias do presidente e fazia oposição ao PT. Mas havia políticos em redutos petistas e outros mais pragmáticos, com histórico de adesão aos projeto de governos anteriores.

As filiações findadas em abril tornaram a bancada majoritariamente bolsonarista e de direita. Dos 78, 48 são novos sendo só quatro egressos de partidos de esquerda, PDT e PSB, o que indica um adesismo ao governo maior na migração. É impossível prever a composição da sigla na próxima legislatura, mas muitos dos que tentarão uma vaga na Câmara são ligados ao presidente, como o ex-secretário nacional de Cultura Mario Frias e o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. A maioria dos deputados estaduais que ingressou também o fez por causa de Bolsonaro.

Vice-presidente do PL, Capitão Augusto viajou pelo país para acompanhar as filiações e disse que havia expectativas de crescimento, mas que o aumento tão expressivo se deveu mesmo ao presidente. Ele, porém, não comenta a possibilidade de adesão a um governo Lula porque diz que é "uma conjuntura fora da realidade". "A gente não cogita o Lula vencer, nem conta com isso aí", afirmou.

Também com a ressalva de que acredita na vitória de Bolsonaro, o deputado Zé Vitor (MG), um dos antigos do PL, avalia que a sigla provavelmente ficaria como independente.

"É impensável e impraticável integrar a base de um eventual governo Lula. Não há ambiente. Historicamente entendo que quase sempre estivemos aliados aos governos, mas é outro momento e quem está no partido hoje tem perfil de centro-direita e de direita", disse.

No antigo PSL, a guerra interna ocorreu por causa do rompimento entre Bolsonaro e o presidente da sigla, o deputado Luciano Bivar (PE), mas os dois grupos ficaram ideologicamente à direita. Nessa janela, dos 53 deputados do PSL, apenas 13 ficaram na sigla (que se fundiu ao DEM e virou União). Um rompimento para aderir ao governo petista, projeta um bolsonarista sob anonimato, levaria a uma crise interna e o controle da bancada pelo grupo de oposição — a "briga de listas" para ver quem tinha mais apoio dividiu o PSL por três anos. Outro deputado, da ala "histórica" do PL, lembra que Valdemar da Costa Neto comanda o partido há mais de 20 anos, mesmo preso no mensalão, e tem habilidade para evitar a tomada da legenda.

Eleições de 2022 e a janela partidária

Andrea Freitas e Vitor Vasquez

Na sexta-feira encerrou-se a janela partidária, prazo de 30 dias, onde os parlamentares podem mudarem de partido sem perder o mandato. As migrações que ocorrem durante esse período nos permitem compreender parte das estratégias mobilizadas na tentativa de vencer as eleições que se avizinham, principalmente observando as movimentações ocorridas na Câmara dos Deputados, dada sua importância tanto nas eleições nacionais quanto em termos de consolidação de apoios estaduais.

Inicialmente cabe destacar que as movimentações partidárias se iniciaram antes mesmo da janela, seja pela incorporação de um partido por outro em função da cláusula de barreira, seja por fusão de dois partidos relevantes como DEM e PSL, atualmente União Brasil, que visava justamente manter a atratividade do partido a parlamentares em razão do gordo fundo eleitoral do novo partido.

Contudo, as alterações não param por aí. É preciso destacar o fim das coligações partidárias, inauguradas nas eleições municipais de 2020, substituídas pela novidade das federações partidárias, alianças de caráter permanente entre legendas — firmadas nas eleições e estendidas aos governos — e de abrangência nacional. Isto mostra como o jogo eleitoral, que já era complexo, tornou-se ainda mais enredado.

Diante este cenário, um partido pode tornar-se mais ou menos atrativo, a depender das características que possui. Nesse sentido, chama atenção o resultado da janela partidária para PL e PT, legendas que, até o momento, possuem os principais competidores para a campanha presidencial: Bolsonaro e Lula, respectivamente.

O PL mais que dobrou no fim da janela, se comparada a sua composição na posse desta legislatura em 2019 (de 33 para 78 parlamentares). A origem das migrações mostra como elas nada tem a ver com a política decida diariamente no Legislativo. A maioria dos que migraram para o PL tem origem no União Brasil, que possuía a base do PSL, partido pelo qual Bolsonaro foi eleito presidente em 2018. O fato do seu destino ser o partido do atual candidato a reeleição mostra que a estratégia do União Brasil falhou em certa medida. O partido que possuía 81 parlamentares na data da fusão, terminou a janela apenas com 49. Isto sugere uma aposta dos deputados de que, ao se vincularem à figura de Bolsonaro, aumentaram suas chances eleitorais (efeito "coattail"). Ao mesmo tempo que demonstra que vários políticos consideraram mais importante a estratégia anterior do que a possibilidade de acesso ao FEFC, uma vez que saíram do partido (União Brasil) que terá a maior fatia deste recurso.

O PT, por sua vez, cresceu 54 para 56 deputados, mantendo a tradição dos partidos de esquerda de não apostarem no jogo das trocas de legenda com a mesma intensidade dos partidos de direita.

O Podemos, ex-partido de Sergio Moro, preocupado em perder muitos dos seus futuros candidatos nas eleições legislativas deste ano, pela falta de recursos para financiar de forma concomitante as eleições legislativas e uma eleição para presidente, abandonou seu candidato a presidente, que por isso mudou para o União Brasil. E perdeu apenas 2 parlamentares.

O PSDB também se manteve relativamente estável (26 parlamentares). Apesar da enorme disputa interna sobre quem será o próximo candidato a Presidente da República. Coroada com a possibilidade da retirada de candidatura de João Doria, e possível perda do governo do Estado de São Paulo em 2022.

As estratégias eleitorais estão a pleno vapor desde de 2021. A eleição não será uma eleição corriqueira, a grande polarização política do país, a enorme instabilidade, e as recentes ameaças ao regime democrático dão peso especial aos movimentos que estão sendo realizados pelos partidos na montagem das chapas federal e estaduais. Mas diferente de 2018, quando o mundo político apostou no PSDB através de uma ampla coligação eleitoral que sustentou a candidatura de Geraldo Alckmin. Em 2022 os políticos individualmente parecem apostar em Bolsonaro.

Andréa Freitas é doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo e professora no Departamento de Ciência Política da Unicamp. Coordena o Núcleo de Instituições Políticas e Eleições do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)

Vitor Vasquez é doutor em ciência política pela Universidade Estadual de Campinas (bolsista Fapesp) e professor substituto no curso de graduação em ciência política da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Este é o primeiro artigo de uma parceria entre o Valor e o Núcleo de Instituições Políticas e Eleições do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2022

DATA, HORA E LOCAL: 29 de março de 2022, às 14h30, na TIM S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, Térreo - Auditório, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **PRESENÇA:** Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social votante, incluindo detentores de *American Depositary Receipts*, conforme se verifica **(1)** pelas assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas; e **(2)** pelos boletins de voto a distância válidos recebidos nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Participam também da assembleia, presencialmente ou por meio de videoconferência, os Srs. Alberto Mario Griselli, Diretor Presidente; Camille Loyo Faria, Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores; Bruno Mutzenbecher Gentil, *Business Support Officer*; Mario Girasole, *Regulatory and Institutional Affairs Officer*; a Sra. Maria Antonietta Russo, *Human Resources & Organization Officer*; os Srs. Nicandro Durante, Presidente do Conselho de Administração, do Comitê de Remuneração e do Comitê de *Environmental, Social & Governance*; Jaques Horn, Diretor Jurídico; Walmir Urbano Kesseli, Presidente do Conselho Fiscal; Gesner José de Oliveira Filho, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário; e Herculano Aníbal Alves, membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Controle e Riscos. Registra-se, ainda, a participação na assembleia, por meio de videoconferência: do Sr. Fernando de Magalhães, representante dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"); e do Sr. André Alves, representante da Advisia Consultoria de Gestão Empresarial Ltda, para prestar esclarecimentos sobre questões que possam ser suscitadas pelos acionistas. **MESA**: Presidente – Sr. Robson Goulart Barreto; Secretário – Sr. Jaques Horn. **PUBLICAÇÕES E CONVOCAÇÃO: (1)** O relatório da administração, as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e o relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram publicados no dia 25 de fevereiro de 2022, nas páginas 3 a 18 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nas páginas 1 a 10 do Valor Econômico; e **(2)** O Edital de Convocação foi publicado nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2022, e dia 2 de março de 2022, nas páginas 3, 18/19 e 3 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, respectivamente, e nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2022, e dia 2 de março de 2022, nas páginas C11, C6 e B7 do Valor Econômico, respectivamente. **Em Assembleia Geral Ordinária**: **(1)** Deliberar sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(2)** Deliberar sobre a proposta da administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia; **(3)** Ratificar as nomeações dos membros do Conselho de Administração da Companhia, previamente ocorridas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 15 de dezembro de 2021 e 31 de janeiro de 2022; **(4)** Deliberar sobre a composição do Conselho Fiscal da Companhia; **(5)** Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e **(6)** Deliberar sobre a proposta de remuneração da administração, dos membros dos Comitês e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, para o exercício de 2022. **Em Assembleia Geral Extraordinária**: **(1)** Deliberar sobre a proposta de prorrogação do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement*), mediante a celebração do seu 15º aditivo, entre a Telecom Italia S.p.A., de um lado, e a Companhia, de outro lado. **DELIBERAÇÕES**: Inicialmente, foi feita a leitura do mapa consolidado de votação dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, o qual foi distribuído aos presentes e ficou também à disposição para consulta, consoante o Parágrafo 4º do Art. 21-W da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009. O Presidente da Mesa em seguida propôs: **(1)** a dispensa da leitura dos demais documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos do Art. 134 da Lei nº 6.404/76, uma vez que o seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas; **(2)** a lavratura da ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do Art. 130, Parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76, respectivamente; **(3)** que as declarações de voto, abstenções, protestos e dissidências, porventura apresentadas, fossem recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa, ficando arquivadas na sede da Companhia, nos termos do Art. 130, Parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76; e **(4)** que a ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária fosse lavrada em instrumento único, nos termos do Art. 131, Parágrafo Único, da Lei nº 6.404/76. Sem qualquer oposição, os acionistas presentes concordaram com as propostas de encaminhamento do Presidente. Em seguida, após a análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram por: **Em Assembleia Geral Ordinária: (1) Aprovar,** por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, que foram devidamente auditadas pelos auditores independentes da Companhia, EY, e acompanhadas de seu respectivo relatório, bem como do parecer do Conselho Fiscal e do relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia. **(2) Aprovar,** por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a proposta da administração de destinação do resultado do exercício de 2021, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, a qual contempla que o lucro líquido do exercício de 2021, no montante de **R$2.957.173.992,98 (dois bilhões, novecentos e cinquenta e sete milhões, cento e setenta e três mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e oito centavos)**, seja destinado da seguinte forma: **(2.1)** Para a Reserva de Lucro, será destinada a importância de **R$176.740.615,94 (cento e setenta e seis milhões, setecentos e quarenta mil, seiscentos e quinze reais e noventa e quatro centavos)**, referente ao valor de benefício fiscal de redução de imposto de renda incorrido pela Companhia no exercício de 2021; **(2.2)** Para a constituição da Reserva Legal, em conformidade com o Art. 193 da Lei nº 6.404/76, será destinada a importância de **R$139.021.668,85 (cento e trinta e nove milhões, vinte e um mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos)**, equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício de 2021; **(2.3)** Como juros sobre capital próprio (bruto), o montante de **R$1.047.500.000,00 (um bilhão, quarenta e sete milhões e quinhentos mil reais)**, cujos pagamentos foram aprovados ao longo do exercício de 2021 e pago nas datas de 20 de julho de 2021, 27 de outubro 2021 e 25 de janeiro de 2022, sendo que: **(i)** o valor de **R$660.352.927,05 (seiscentos e sessenta milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, novecentos e vinte e sete reais e cinco centavos)** é imputado ao dividendo mínimo obrigatório; e **(ii)** o valor remanescente de **R$387.147.072,95 (trezentos e oitenta e sete milhões, cento e quarenta e sete mil, setenta e dois reais e noventa e cinco centavos)** foi distribuído a título de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia; e **(2.4)** Para a Reserva Estatuária para Expansão, nos termos do Estatuto Social, será destinado o saldo remanescente do lucro líquido no montante de **R$1.593.911.708,19 (um bilhão, quinhentos e noventa e três milhões, novecentos e onze mil, setecentos e oito reais e dezenove centavos)**. **(3)** Foi colocada em votação a ratificação das nomeações dos membros do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 15 de dezembro de 2021 e 31 de janeiro de 2022, nos termos do Art. 150 da Lei nº 6.404/76 e do Art. 20, Parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia, tendo sido **aprovada** por maioria dos votos proferidos, conforme indicado no mapa consolidado de votação em anexo, a ratificação da eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração: **(i) Claudio Giovanni Ezio Ongaro,** italiano, casado, bacharel em engenharia eletrônica, portador do passaporte italiano nº YA4595942, válido até 16 de julho de 2023, domiciliado em Corso d'Italia 41, 00198, cidade de Roma, Itália; e **(ii) Alberto Mario Griselli,** italiano, casado, bacharel em engenharia, portador do documento de identidade RNM n° V354056-O, emitido pela CGPI/DIREX/PF em 31/01/2021, inscrito no CPF/ME sob o n° 058.431.817-07, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. A acionista TIM Brasil Serviços e Participações S.A. declarou que obteve dos Conselheiros, cujas eleições são agora ratificadas, a confirmação de que possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 367 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. **Os Conselheiros acima referidos terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023** e serão investidos nos cargos mediante o cumprimento das condições aplicáveis e assinatura dos respectivos termos de posse e demais documentos pertinentes, na forma e/ou no prazo estabelecido na Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 367, no Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado da B3. **(4) Aprovar,** por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a composição do Conselho Fiscal da Companhia com 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes. **(5)** O Presidente indagou aos acionistas minoritários presentes sobre seu interesse em requerer votação em separado de membro do Conselho Fiscal, nos termos do Art. 161, Parágrafo 4º, alínea 'a', da Lei nº 6.404/76, tendo a acionista DOCAS INVESTIMENTOS LTDA. apresentado a indicação do Sr. **Elias de Matos Brito**, como membro efetivo, e do Sr. **Anderson dos Santos Amorim**, como suplente; e a acionista CLUBE DE INVESTIMENTO HILL apresentado a indicação do Sr. **Rafael de Souza Morsch**, como membro efetivo e do Sr. **Tiago Paz Munhoz**, como suplente; a matéria foi colocada em votação em separado, sem a participação da acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A.; como resultado, **foram eleitos, por maioria dos votos proferidos pelos acionistas minoritários** que se manifestaram sobre esta deliberação, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, com votos a favor da acionista DOCAS INVESTIMENTOS LTDA., o Sr. **Elias de Matos Brito**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 074.806-03, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 816.669.777-72, domiciliado na Rua Uruguaiana, nº 39, 18º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como **membro efetivo**; e o Sr. **Anderson dos Santos Amorim**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 105.561/O-0, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 029.215.847-51, domiciliado na Rua Uruguaiana, nº 39, 18º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como **suplente**. A acionista DOCAS INVESTIMENTOS LTDA. declarou que obteve a confirmação de que os candidatos que indicou para o Conselho Fiscal, ora eleitos, possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho Fiscal. Em seguida, foi colocada em votação a chapa de candidatos composta por 2 (dois) membros efetivos, e respectivos suplentes, conforme proposta da acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A., tendo sido **aprovada**, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo; assim, para compor o Conselho Fiscal, foram eleitos: **(i)** como **membro efetivo,** o Sr. **Walmir Kesseli**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 1.440.573-9, expedido pela SSP-PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 357.679.019-53, domiciliado na Rua Emílio Cornelsen, nº 344, Apto 602, Ahú, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, tendo como **suplente** o Sr. **Heinz Egon Lowen**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 691.784-4, expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 017.339.239-34, domiciliado na Rua Baruch Spinoza, nº 274, na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná; e **(ii)** como **membro efetivo,** a Sra. **Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães**, brasileira, casada, arquiteta, portadora do documento de identidade nº 7101355, expedido pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 050.287.838-02, domiciliada na Rua Comandante Julio de Moura, n° 439, Cobertura, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, tendo como **suplente** o Sr. **Josino de Almeida Fonseca**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do documento de identidade nº 5.492.136-3, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.832.607-30, domiciliado na Rua Barão de Capanema, nº 98, apto 72, Cerqueira Cesar, Cidade e Estado de São Paulo. A acionista TIM Brasil Serviços e Participações S.A. declarou que obteve a confirmação de que os candidatos que indicou para o Conselho Fiscal, ora eleitos, possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho Fiscal. **Fica consignado que todos os Conselheiros Fiscais ora eleitos terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023**. Os Conselheiros Fiscais serão investidos nos cargos mediante cumprimento das condições aplicáveis e assinatura dos respectivos termos de posse e demais documentos pertinentes, na forma e/ou no prazo estabelecido na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado da B3. **(6) Aprovar,** por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a proposta de remuneração dos administradores referente ao exercício de 2022, nos seguintes termos: **(i)** Remuneração do Conselho de Administração: remuneração global anual no montante de **R$4.860.000,00 (quatro milhões, oitocentos e sessenta mil reais)** a ser atribuída aos conselheiros individualmente em conformidade com os critérios que vierem a ser deliberados pelo Conselho de Administração; **(ii)** Remuneração dos Comitês: remuneração global anual no montante de **R$3.024.000,00 (três milhões e vinte e quatro mil reais)** a ser atribuída aos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, em conformidade com os critérios que vierem a ser deliberados pelo Conselho de Administração; **(iii)** Remuneração do Conselho Fiscal: remuneração global anual no montante de **R$616.000,00 (seiscentos e dezesseis mil reais)**; e **(iv)** Remuneração da Diretoria: remuneração global anual no montante de **R$77.596.000,00 (setenta e sete milhões, quinhentos e noventa e seis mil reais)** sendo que, desse total, o valor a ser pago se divide em: **22% (vinte e dois por cento)** correspondente à remuneração fixa anual e **78% (setenta e oito por cento)** correspondente à remuneração variável. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (1) Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, ficando expressamente consignada a abstenção de voto pela acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A., a prorrogação por um período de 12 (doze) meses do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement*) ("Contrato") entre a Telecom Italia S.p.A., de um lado, e a Companhia, de outro lado, até 30 de abril de 2023, com valor em reais equivalente a até **€7.904.727,00 (sete milhões, novecentos e quatro mil, setecentos e vinte e sete Euros)**, nos termos da proposta apreciada pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração em suas respectivas reuniões realizadas nos dias 22 de fevereiro de 2022 e 23 de fevereiro de 2022, tudo conforme documentação disponibilizada previamente nos sites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários e da *Securities and Exchange Commission* sobre o histórico do Contrato, ficando a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários para a celebração da prorrogação do Contrato. **ESCLARECIMENTOS:** A Mesa recebeu e registrou os votos e as abstenções manifestados pelos acionistas presentes nesta Assembleia, já devidamente computados nas deliberações acima, conforme mapa consolidado de votação em anexo. **MAPA DE VOTAÇÃO:** Em atendimento ao Art. 30, Parágrafo 4º, da Instrução CVM n° 480, o mapa consolidado de votação em anexo, que é parte integrante desta ata, indica as aprovações, rejeições e abstenções sobre os itens da Ordem do Dia, bem como os respectivos percentuais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, sendo em seguida assinada pelo Presidente, pelo Secretário da Mesa e pelos demais acionistas que se dispuseram a fazê-lo. Certifico que a presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 29 de março de 2022. **Jaques Horn -** Secretário da Mesa. **Mapa Sintetico Consolidado**

	Quantidade de Ações / Percentual de Participantes		
Assembleia Geral Ordinária	**Aprovar (SIM)**	**Rejeitar (Nao)**	**Abster-se**
Ordem 1 - Demonstração Financeira 2021	1.998.064.522 97,11%	1.126.320 0,05%	58.339.768 2,84%
Ordem 2 - Destinação do Resultado 2021	2.054.120.085 99,83%	3.216.990 0,16%	193.535 0,01%
Ordem 3 - Ratificar as nomeações dos Srs. Claudio Giovanni Ezio Ongaro e Alberto Mario Griselli	2.029.586.065 98,64%	24.342.881 1,18%	3.601.664 0,18%
Ordem 4 - Deliberar sobre a composição do Conselho Fiscal da Companhia	2.056.702.640 99,86%	725.330 0,04%	102.640 0,00%
Ordem 5 - Indicação de todos os nomes que compoem a chapa - Chapa Única[1]	2.054.243.898 99,84%	2.741.262 0,13%	545.450 0,03%
Ordem 6 - Caso candidatos deixem de integrá-la os votos continuam sendo conferidos à chapa escolhida?	1.663.473.540 80,85%	392.897.695 19,10%	1.159.375 0,06%
Ordem 7 - Deseja solicitar a eleição em separado de membro do Conselho de Fiscal?[2]	34.177.652 9,85%	37.203.482 10,72%	275.573.485 79,43%
Ordem 7A - Indicação do acionista minoritário Clube de Investimento Hill	200.000 100,00%	0 0,00%	0 0,00%
Ordem 7B - Indicação do acionista minoritario Docas Investimento Ltda.	19.276.091 100,00%	0 0,00%	0 0,00%
Ordem 8 - Remuneração 2022	1.799.616.760 87,46%	256.114.253 12,45%	1.799.597 0,09%
Assembleia Geral Extraordinária	**Aprovar (SIM)**	**Rejeitar (Nao)**	**Abster-se**
Ordem 1 - Contrato CSA	427.688.740 20,77%	170.280 0,01%	1.631.566.782 79,22%

[1]Item desconsiderado em função da indicação de candidatos por acionistas minoritarios presentes na reunião, para eleição em separado. [2]Apenas dois acionistas minoritários, que compareceram presencialmente, apresentaram candidatos, conforme votos manifestados no Item 7A e 7B. Os demais acionistas não apresentaram candidatos.
Jucerja nº 4837150, em 06/04/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/308601-0 Data do protocolo: 13/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2022 SOB O NÚMERO 00004853158 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 1080F42D2542A049D35D49A6633C64FDC17C07B5CAE7A019551BBDD582B8E057
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente
Pag. 5/6

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TIM S.A., NIRE 33.3.0032463-1, PROTOCOLO 00-2022/308601-0, ARQUIVADO EM 19/04/2022, SOB O NÚMERO (S) 00004853158, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
311.513.508-42	RODRIGO BATISTA SANTOS

19 de abril de 2022.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/308601-0 Data do protocolo: 13/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2022 SOB O NÚMERO 00004853158 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 1080F42D2542A049D35D49A6633C64FDC17C07B5CAE7A019551BBDD582B8E057
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2021

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Prezados acionistas,

A administração da TIM S.A. (“TIM S.A.”, “Companhia” ou “TIM”) apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2021, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e com o Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2021.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*), conforme definidas pela IASB.

As informações operacionais e financeiras de 2021, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

Perfil da Companhia

A TIM S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e ADRs (*American Depositary Receipts*) listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE). Em 2021, a TIM confirmou a sua manutenção, pelo décimo quarto ano consecutivo, no seleto grupo de companhias que integram o portfólio ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3), reforçando o seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Além disso, a TIM é listada desde 2011 no Novo Mercado, segmento reconhecido pelo mais alto nível de governança corporativa da B3 e a partir de 2021 passou a fazer parte dos índices S&P-B3 Brasil ESG, Refinitiv Diversity & Inclusion e Bloomberg Gender Equality.

A TIM S.A. é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária do grupo Telecom Italia.

A TIM opera nos mercados de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, em todo território brasileiro, e no mercado de ultra banda larga abrangendo alguns estados do país.

1. Mensagem da Administração

O ano de 2021 ainda foi fortemente impactado pela pandemia de COVID-19, que impôs grandes desafios à sociedade, com impactos para a saúde pública e econômicos. Em meio ao aumento da vacinação, surgimento de novas variantes do vírus, escalada da inflação e aumento dos juros, a TIM se mostrou resiliente para entregar resultados sólidos ao final de 2021, cumprindo com todas as metas estabelecidas junto a seus acionistas e ao mercado financeiro em geral.

Evolução da Pandemia e a Dinâmica Macroeconômica

Ao longo do primeiro semestre, a economia brasileira vinha registrando recuperação a despeito da oscilação das condições sanitárias, e a consequente adoção de novas medidas restritivas entre março e abril. O impacto dessas restrições sobre a atividade econômica em geral e sobre a atividade da TIM se deu em magnitude significativamente menor do que em períodos similares em 2020. No segundo semestre, a vacinação da população se acelerou, mas a recuperação econômica continuou a se dar de forma heterogênea entre os diferentes setores. A aceleração da inflação com posterior início do ciclo de aperto monetário limitaram a melhora de dinamismo da economia. Para nós, esta situação se materializou principalmente no segmento de telefonia móvel pré-pago como consequência de uma disponibilidade de renda das famílias ainda bastante pressionada seja pela inflação, pelo endividamento e por um mercado de trabalho ainda vacilante.

M&A e 5G: Transformações Setoriais e para TIM

Em 2021, grandes transformações setoriais tomaram forma e começaram a se materializar. De um lado, a transação de compra dos ativos móveis da Oi Móvel S.A. passou a ser analisada pelos órgãos reguladores setorial (Anatel) e de concorrência (CADE) que mesmo sem apresentar uma resposta definitiva dentro do ano indicavam uma definição logo no início de 2022. De outro lado, houve uma proliferação de iniciativas no setor de telecomunicações para explorar as oportunidades do serviço de ultra banda-larga, seja através de IPOs de pequenos provedores, seja através da criação de veículos neutros de infraestrutura de fibra ótica. Neste último caso, optamos por fechar um acordo com a IHS Brasil para a venda de 51% de um veículo de fibra recém criado com intuito de acelerar o desenvolvimento de sua cobertura dos serviços de FTTH (*Fiber-To-The-Home*).

No segundo semestre do ano, ocorreu o leilão de frequências que previa a venda de lotes de espectro destinados às tecnologias 4G e 5G. Participamos de forma muito bem sucedida, adquirindo um conjunto de faixas de frequências que ajudarão na composição do nosso portfólio de espectro e evolução dos serviços com a implantação das novas redes 5G e reforço de capacidade na rede 4G.

Resiliência em Face das Adversidades e Foco na Execução da Estratégia

O primeiro semestre foi marcado por uma recuperação mais pujante, mas conseguimos a despeito dos desafios do segundo semestre, manter um bom nível de crescimento anual de receita de serviços (+6% no 1S e +4% no 2S) para fechar o ano com crescimento positivo de 5% versus 2020. Esse desempenho representa uma robusta recuperação se comparamos com a performance de 2020, onde o crescimento da receita de serviços foi de apenas 0,4% A/A. Nossa capacidade de encontrar soluções em meio as adversidades e o foco na execução da nossa estratégia foram fundamentais para essa evolução no desempenho.

Entre as iniciativas implementadas em 2021 que suportaram essa performance, destacam-se; (i) a contínua evolução da abordagem de volume para valor, com contínuo crescimento de ARPU, redução do *churn* e recuperação da adição de clientes; (ii) o resgate do tema Música como parte dos nossos lançamentos de oferta e de um novo posicionamento de marca; (iii) a sólida execução na nossa operação de banda larga; (iv) o contínuo avanço da nossa infraestrutura de rede e TI; (v) a busca incessante por eficiência de custos e investimentos; e (vi) a contínua evolução da estratégia de Plataforma de Clientes materializada por mais uma parceria fechada no segmento de educação a distância com a plataforma Ampli.

Os impactos positivos dessas iniciativas ficaram evidentes nos resultados das diferentes linhas de negócio:

- Do ponto de vista dos Serviços Móveis, a receita manteve uma boa dinâmica e terminou o ano com crescimento próximo a 5% contra o ano de 2020. Essa performance foi puxada pelo segmento Pós-Pago que cresceu mais de 5% A/A, enquanto o Pré-Pago caiu próximo a 2%.
- A banda larga residencial manteve um forte crescimento de aproximadamente 15% comparado a 2020.
- Nossas receitas com a Plataforma de Clientes somaram cerca de R$ 120 milhões, multiplicando por 8 o número de 2020 e com grandes contribuições da parceria com o Banco C6 e das iniciativas de Publicidade Móvel.

Uma Infraestrutura Robusta para Suportar uma Melhor Experiencia para o Cliente

O desenvolvimento da nossa infraestrutura é pilar fundamental da estratégia de melhoria da experiência dos clientes. Desta maneira, em 2021, demos ênfase em continuar evoluindo na qualidade dos nossos serviços através do fortalecimento da nossa rede e dos nossos sistemas.

Por mais um ano, a TIM assegurou a liderança em 4G, tendo a maior e melhor cobertura nesta tecnologia. Fechamos 2021 com mais de 4700 mil cidades e nos aproximamos cada vez mais da meta de cobrir todos os municípios do país até 2023. Nossa rede móvel foi atestada mais uma vez como líder em disponibilidade 4G e melhor experiência de vídeo e vídeo-chamada pela OpenSignal. A cobertura de 4.5G superou 1700 cidades e lançamos a tecnologia 5G DSS e fizemos pilotos com o 5G *standalone*.

Na rede fixa, superamos a marca de 112 mil quilômetros de fibra ótica em *backbone* e *backhaul*, o que nos possibilitou conectar mais 1200 cidades com fibra ótica, expandimos também nossa cobertura do serviço de banda larga residencial da TIM Live, chegando a 4,2 milhões de domicílios em FTTH e 6,7 milhões de domicílios totais.

Na frente de TI, avançamos no projeto Journey to Cloud para migrar todo o nosso *datacenter* para nuvem, fechamos o ano com 44% de migração. Este projeto, e outros com foco em digitalização tem impacto tanto nos custos da Companhia quanto na satisfação dos clientes.

Eficiência e Geração de Caixa

Nossa cultura voltada para eficiência tem sido uma marca registrada da TIM na última década. Portanto em 2021, não foi diferente, apesar das pressões inflacionárias e da crise energética, conseguimos compensar uma boa parte desses efeitos com iniciativas voltadas a transformação digital e a cortes de custos mais tradicionais. O controle da inadimplência também contribuiu para o crescimento dos gastos ficar abaixo dos 5% e menos da metade da inflação oficial (IPCA: 10,06%).

A sólida performance nas frentes operacional e financeira produziu, mais uma vez, o maior EBITDA da história da TIM, atingindo mais de R$ 8,7 bilhões, com uma margem de 48,4% no ano e, também, um excelente nível de fluxo de caixa operacional em mais de R$ 6 bilhões. Com isso, fechamos o ano com sólida posição financeira e prontos para cumprir com as obrigações de desembolso extras que teremos em 2022 – aquisição de ativos da Oi Móvel e das licenças de frequência. Nosso caixa ficou próximo a R$ 9,8 bilhões com um endividamento líquido de R$ 3,7 bilhões (incluindo o impacto relacionado as licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R$ 843 milhões) e ainda assim, a Companhia manteve a alavancagem em patamar saudável. Esse cenário nos deu conforto de manter a distribuição aos acionistas no patamar de R$ 1 bilhão através do instrumento de JSCP.

Conclusão e Perspectivas

A capacidade de agir rapidamente e de maneira assertiva, aproveitando oportunidades do mercado e mantendo o foco na execução da estratégia foram as marcas de 2021. Essa combinação tornou possível a entrega de todas as metas definidas para o ano, mesmo em um cenário de alta incerteza.

A expectativa para o ano de 2022 é de aceleração no processo de transformação da TIM e do setor com a aprovação da transação com a Oi Móvel, o início da implementação do 5G “de verdade” e a mudança de paradigma da banda-larga fixa para redes neutras. Esperamos, ainda, capitalizar mais as iniciativas nas frentes de transformação digital e de novos negócios, criando grandes oportunidades para TIM de eficiência e crescimento.

2. Panorama Econômico e Industrial

2.1. Ambiente Macroeconômico

Apesar das expectativas positivas para o ano, 2021 foi, ainda, significativamente impactado pela pandemia do Coronavírus – COVID 19, que trouxe, além de um imensurável ônus humano, um expressivo ônus para atividade econômica do Brasil e do mundo.

Após o início da vacinação em massa no mundo ainda no final de 2020 e com o avanço da vacinação no Brasil durante todo o ano de 2021, combinado com a consequente diminuição das restrições de mobilidade e uma expressiva redução na taxa de desemprego (11,6% em novembro de 2021), ocorreu um reaquecimento da atividade econômica do país. Isso fez com que as projeções de alta do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para o período, atingissem o patamar de 4,50%, segundo o último relatório FOCUS[1] do ano, em comparação a uma previsão de crescimento de 3,41%, no primeiro relatório FOCUS[2] de 2021.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2021 em 10,06%[3], maior inflação anual acumulada desde 2015. O IPCA registrado foi significativamente superior ao centro da meta, que era de 3,75% para o ano. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo grupo Transportes, que na cesta dos itens avaliados apresentou a maior variação e fechou o ano com aumento de 21,03% e o maior impacto no acumulado do ano. Além dos Transportes, se destacaram os itens Habitação e Alimentação e Bebidas. De maneira macro, a economia ainda sofre com a obstrução das cadeias de abastecimento no Brasil e no mundo, como consequência das medidas de combate ao COVID-19, causando ainda um forte choque na oferta de bens e serviços e, consequentemente, pressionando a inflação do mundo para cima.

Na frente cambial, o dólar americano apresentou forte valorização em relação ao Real em 2021, fechando o ano cotado em R$ 5,57[4], uma alta de 7,4%, depois de ter atingido R$ 5,79[5], em março deste ano, tendo apresentado forte oscilação ao longo do ano, diante de um cenário de elevação do risco fiscal decorrente do agudo aumento dos gastos públicos decorrentes da pandemia, a paralisação das reformas fiscal e administrativa, contribuíram para uma forte oscilação cambial ao longo do ano. A balança comercial fechou o ano com um superávit de US$ 61 bilhões[6]. O valor representa um crescimento de 21,1% em relação ao ano de 2020 e superou o recorde de US$ 56 bilhões de 2017. O saldo positivo é resultado de US$ 280,4 bilhões em exportações e US$ 219,4 bilhões em importações. A exportação em 2021 cresceu 34% na comparação com 2020, enquanto a importação cresceu 38,2%. Quanto ao cenário internacional, também verificamos uma forte aceleração na vacinação contra a COVID-19 em grande parte do mundo, o que acarretou, igualmente, na diminuição das restrições de mobilidade e reunião de pessoas e, consequentemente, na retomada parcial da atividade econômica. Nos EUA e países desenvolvidos, o ano trouxe a inflação como novidade nos relatórios econômicos, o que não acontecia há décadas. Especialmente nos EUA, o índice de preços ao consumidor atingiu 7% em 2021, a maior alta em desde 1982. O PIB dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avançou 0,9% no 3º trimestre de 2021 em comparação com o trimestre anterior e retomou nível pré-pandemia. Devido a aceleração da retomada da atividade econômica, o FMI reviu sua projeção de crescimento da economia mundial em 2021 para 5,9%[7].

2.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de “promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional”.

O setor sempre foi impactado por uma acirrada competição no mercado brasileiro, verificada pela presença de ofertas mais agressivas sob o ponto de vista do conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral, o que, de certa forma, limita a capacidade da Companhia de repassar aumentos de custos ou de propor a adesão a ofertas de maior valor, levando todo o setor de telecomunicações à uma certa degradação.

Por outro lado, o ambiente altamente competitivo pode ter sido, em última análise, um dos gatilhos para a consolidação do mercado móvel, que se vislumbra terminar 2022, com a concretização da venda da Oi Móvel, e consequente divisão dos ativos para os players remanescentes do setor.

Ao longo do ano de 2021, o setor continuou a sofrer os impactos oriundos da profunda crise causada pela epidemia COVID-19, e de todas as restrições destinadas a retardar sua propagação. Todavia, o setor manteve a tendência de crescimento no consumo de dados, exigindo das operadoras a capacidade de adaptação de suas redes, enfrentando o desafio de entregar uma infraestrutura cada vez mais robusta, em ambiente de maior racionalidade nos investimentos, como projetos como a densificação de sites, o *refarming* de frequência e a agregação de portadoras em duas ou três frequências. Além disso, a TIM segue avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede. Essa evolução da rede da Companhia permite a ampliação significativa do tráfego na rede 4G, que propicia aos seus clientes melhor experiência de uso, tanto em termos de performance, com maior velocidade de *download* e *upload* e menor latência, como em cobertura *indoor* e maior penetração.

Essa demanda por evolução tecnológica e investimentos no setor tende a ser mantida, isso pode ser verificado, especialmente, considerando o leilão do 5G, que foi realizado no último trimestre do ano de 2021, e instituiu uma serie de obrigações relacionadas à autorização do direito de utilização das frequências, o que, certamente, obrigará setor a passar por um novo ciclo de investimentos. A implantação dessa nova tecnologia vai trazer avanços muito expressivos, possibilitando a geração de novos modelos de negócio, incentivando uma sociedade cada vez mais conectada, além de abrir caminho para a implementação de avanços em pesquisa e desenvolvimento.

Por fim, 2021 mostrou-se um ano no qual a demanda por Banda Larga Fixa se consolidou. Durante o ano, *players* menores lançaram suas Ofertas Públicas Iniciais (“IPOs”) e fortaleceram suas posições financeiras para continuar crescendo. A Banda Larga Fixa é uma grande oportunidade no país por ainda ter baixa penetração fora dos grandes centros, mas, por outro lado, pode ser muito influenciada pela separação de empresas provedoras de serviços e *players* de infraestrutura, visto que as empresas prestadoras de serviços podem alugar infraestrutura das empresas especializadas buscando uma aceleração de crescimento.

3. Serviços TIM

3.1. Negócios

A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de atender novos padrões de consumo ao mercado. A abordagem proativa permite à Companhia estar em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios nas telecomunicações. A mudança no perfil de uso dos clientes e o surgimento de novas tecnologias fomentam uma ruptura na indústria de telecomunicações, baseada no consumo de dados, conteúdos e serviços digitais.

[1] Estimado pelo relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) de 31 de dezembro de 2021.
[2] Estimado pelo relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) de 08 de janeiro de 2021.
[3] Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
[4] Fonte: Banco Central.
[5] Fonte: Banco Central.
[6] Fonte: Ministério da Economia.
[7] Fonte: Fundo Monetário Internacional.

O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, TIM Live, e o serviço de banda larga fixa através da rede móvel, utilizando a tecnologia WTTx e 5G DDS, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT.

Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões.

Demonstrando esse diferencial, em 2021, a TIM iniciou a primeira parceria entre uma empresa de telecomunicações e uma empresa de educação. Foram lançadas ofertas exclusivas para os clientes que se matriculassem nos cursos oferecidos na plataforma e os clientes TIM passaram a receber descontos em cursos selecionados. Por sua vez, as ofertas lançadas em parceria com o C6 Bank continuam a agregar um diferencial ao portfólio, ao somar mais conveniência e adicionar novas experiências às ofertas dos planos Controle e Pós puro. Continuamos oferecendo aos clientes do plano TIM Black Família um *marketplace* para serviços de OTT, uma maior flexibilidade na escolha do conteúdo de entretenimento incluído no plano e o atendimento diferenciado do TIM Concierge. A inovação em ofertas e a consistência na operação têm garantido o diferencial do portfólio e uma maior qualidade na aquisição de novo clientes.

3.2. Estratégia

A estratégia adotada pela TIM para 2021 foi baseada em cinco frentes indicadas abaixo, cada uma das quais focada nas principais partes interessadas da Empresa (clientes, colaboradores e acionistas) e, juntas, visam redesenhar a experiência do cliente e fazer da TIM a melhor escolha por valor no mercado, apoiada por sua posição como líder na ultra banda larga móvel e sua variedade de ofertas inovadoras:

- *Mover de volume para valor*: Melhorar e acelerar a transição de volume para valor, para sustentar o crescimento do negócio móvel, com foco na experiência do cliente;
- *Melhorar a infraestrutura*: Preencher o atual gap de infraestrutura com M&A, também promovendo o crescimento inorgânico e capturando potenciais sinergias;
- *Monetizar além do core*: Expandir novos fluxos de receita a partir de modelos de negócios alternativos, como serviços financeiros móveis, Educação, Saúde e publicidade digital móvel, visando a monetização da nossa base de clientes e alavancando a plataforma de base de clientes através de ecossistemas e parcerias;
- *Aprimorar tecnologia e operações*: Implementar projetos transformacionais em infraestrutura (ex., 5G, ORAN, M-MIMO, *cloudification*) e abordar desafios estruturais e preparar nossa tecnologia e nossas operações para desenvolvimentos futuros; e
- *Explorar oportunidades de banda larga fixa*: Capturar oportunidades de crescimento do mercado de ultra banda larga com novos modelos financeiros e de negócio.

Todos os cinco pilares estratégicos mencionados acima estão diretamente relacionados ao nosso compromisso com a experiência do usuário, que é um dos nossos três pilares de fundação da marca TIM (incluindo também a inovação e a qualidade), além de estarem voltados para o fortalecimento do nosso core e na construção do futuro da companhia.

Ao longo do ano de 2021, para implementação dos pilares estratégicos mencionados acima, a TIM direcionou esforços por meio de dois habilitadores transformacionais: (i) Impulsionar **eficiências disruptivas** por meio da digitalização, automatização e novos modelos operacionais, alavancando habilidades e o aprimoramento de capacidades; e (ii) Fortalecer e consolidar a **proposta de ESG** fazendo uma transformação positiva

Este é o principal objetivo da estrutura proposta, na qual o cliente é o centro de tomada de decisão.

4. Recursos Humanos

A Diretoria de Recursos Humanos está estruturada com o propósito de assegurar as melhores práticas relativas à gestão de pessoas para suportar o processo de evolução da Companhia, alinhadas com as transformações tecnológicas e desafios de negócio, que incluem o compromisso com a sustentabilidade e a valorização da diversidade e inclusão.

Contar com um time engajado é fundamental para superar desafios e conquistar melhores resultados. Na TIM, a relação de transparência e respeito com todos os níveis fortalece o orgulho de pertencer e a clareza sobre nosso direcionamento. Esses fatores são diferenciais no desenvolvimento da nossa marca empregadora.

Em 2021, tivemos uma adesão de (97%) na Pesquisa de Clima e Engajamento, confirmando a consistência desse processo como um dos mais importantes para se ouvir as pessoas e dar oportunidade de contribuir para a evolução da nossa empresa.

O resultado da Pesquisa de Clima e Engajamento de 2021 foi 83%(-1pp/2020), colocando a TIM 10p.p. acima do Mercado de Telecom Global da Mercer, consultoria parceira responsável pela metodologia e aplicação da pesquisa.

Os principais destaques ficam para a consistência no programa de aculturamento em Diversidade & Inclusão (mantida em 95%), o aumento na atuação da liderança no desenvolvimento dos times, através de feedback (84% | +3pp), tolerância ao erro (85% | +2pp), coerência na avaliação de desempenho (83% | +3pp) e prática do reconhecimento financeiro e não financeiro (71% | +2pp), em coerência com a revisão das competências e do Performance.

Em 2022, será necessário maior foco em ações estruturadas de bem-estar-estar e evoluir em agilidade e prontidão para mudanças, a fim de manter o posicionamento de cuidado com as pessoas e melhoria nos processos para a inovação.

A cultura de integridade e carreiras atrativas também se destacam entre os fatores mais reconhecidos pelo nosso time, refletindo o alto engajamento e o sucesso de ações como o TIM Talks Experience 2021 e campanhas de Diversidade e Inclusão, direcionadas aos cinco pilares trabalhados na empresa: gênero, raça, pessoas com deficiência, pessoas LGBTI+ e gerações.

4.1. Pessoas

A TIM encerrou o ano de 2021 com 9.337 funcionários em todo Brasil. Esses colaboradores, com suas histórias e conhecimento, representam o capital intelectual da Companhia e atuam como motores para o desenvolvimento do negócio.

Aproximadamente 70,4% dos colaboradores possuem ensino superior completo ou frequentam a universidade e 9,9% possuem pós-graduação. Os números e resultados mostram que a TIM possui um quadro diversificado e altamente qualificado de colaboradores para atender os desafios da Companhia. A força de trabalho é complementada por 216 estagiários e 128 jovens aprendizes.

4.2. Desenvolvimento e Treinamento

Os colaboradores da TIM têm acesso a uma oferta de treinamento e desenvolvimento bem estruturada para evoluir dentro da companhia e construir uma carreira de sucesso. A TIM investiu mais de R$ 10 milhões em treinamento e desenvolvimento dos seus colaboradores em 2021.

Para orientar as carreiras dos seus colaboradores, a TIM identifica e monitora o desempenho individual para guiar as atividades com mais assertividade. A Companhia avalia a dedicação e o desempenho diferenciado dos seus profissionais por meio de diferentes ferramentas de gestão de performance, e encoraja e proporciona oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem.

Aqui na TIM, ao longo do ano de 2021, em continuidade ao plano iniciado em 2020, tivemos como foco apoiar a evolução e a transformação da empresa rumo ao modelo de digital TELCO, com foco específico no desenvolvimento das *new capabilities*, necessárias para alcançar os objetivos do plano estratégico e industrial da companhia.

Ao longo de 2021, a TIM implementou diversos programas e iniciativas para gerenciar e suportar o desenvolvimento das pessoas nas competências necessárias para alcançar as estratégias do negócio:

- **Novo Processo de Gestão de Desempenho**: a TIM completou seu ciclo de gestão de desempenho 2020/21, envolvendo mais de 7.700 colaboradores com algumas novidades importantes como a inclusão de novos públicos (equipe de Vendas e Atendimento, Estagiários), com uma abordagem profundamente customizada. O foco da avaliação está relacionado ao modelo de competência, bem com a capacidade em fazer acontecer. A implementação de uma nova plataforma de Gestão de Desempenho, customizada para proporcionar a melhor experiência digital aos colaboradores, também foi uma novidade.
- **Soluções Digitais de Desenvolvimento da Liderança:** Durante este ano, a TIM lançou duas soluções inovadoras para desenvolver nossos líderes: o Programa E-Coaching e o Mentoring Executivo, mais de 350 líderes experimentaram uma solução digital de desenvolvimento, customizada para suas próprias necessidades.
- **Gestão de Sucessões**: A continuidade do mapeamento de sucessão foi realizada este ano para garantir a aceleração do desenvolvimento e a prontidão para cargos mais críticos da alta administração e posição de executivos.
- **Mentoria interempresarial para mulheres:** em julho de 2021, a TIM, juntamente com um número crescente de grandes empresas, criou uma iniciativa para acelerar o desenvolvimento de carreira das mulheres. A iniciativa está inserida no Projeto “Mulheres Positivas”, que tem o escopo mais amplo de viabilizar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho brasileiro. Em 2021, foram desenvolvidas 2 ondas de mentoria, envolvendo 149 mulheres.

Os principais programas e iniciativas de treinamento estão listados abaixo:

- **Principais questões institucionais e de compliance**: todos os colaboradores participam de cursos sobre as principais questões institucionais e de compliance, como ética, direitos humanos, políticas de sustentabilidade e meio ambiente, saúde e segurança, segurança da informação e anticorrupção, alinhadas às diretrizes do Grupo e às leis internacionais e nacionais.
- ***Digital Learning Roadmap***: a nova plataforma de formação online “Talent Hub Aprendizagem” inclui roteiros individuais e coletivos para a aprendizagem digital. O roteiro centra-se em questões estratégicas como mentalidade digital, novas capacidades, inovação, responsabilidade, experiência do cliente, execução, networking colaborativo, gestão da mudança.
- ***TIM Talks***: Programa anual de Treinamento, Desenvolvimento e Comunicação da TIM Brasil. Assim como em 2020, o evento contou com a participação do público interno e externo. O TIM Talks começou em novembro com um evento de Abertura, e se estendeu até o final de dezembro por meio de um programa de workshops focado em questões estratégicas do setor como 5G, Cloud, IA, Privacidade e etc. O workshop contou com a participação de representantes do mercado, do mundo acadêmico e de instituições em geral, e pela primeira vez também envolveu convidados internacionais.
- **Plano de Apoio no contexto da Pandemia de COVID 19**: Ao longo dos anos de 2020 e 2021, em função da pandemia do novo coronavírus, a TIM realizou ações de treinamento voltados à temas de saúde e segurança diversos, como saúde mental, autocuidado, ergonomia, bem-estar em suas mais variadas dimensões (Ex: nutrição, exercícios físicos, etc) incluindo aulas online (ex: meditação), prevenção ao COVID-19 e também disponibilizamos os conteúdos de integração em formato digital. Além disso, transformamos 100% das nossas ações de treinamento para a metodologia à distância, sendo que a própria SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho) também passou a ser online, integrada à Jornada de Saúde e Bem Estar e com alguns eventos abertos à sociedade.
- ***Onboarding***: Levando em consideração os processos de transformação digital que a TIM iniciou há alguns anos, um novo programa *Onboarding* 100% digital foi projetado para engajar e preparar os novos funcionários para o dia a dia.
- **Jornadas Verticais:** A TIM Brasil criou jornadas de aprendizagem personalizadas para as diversas áreas, com base nas diferentes necessidades relacionadas ao escopo de atividades.
- ***Journey to Cloud* e *Agile Journey*:** Alinhada ao seu plano de transformação digital e inovação, a TIM implementou um plano estruturado de *upskilling* para todos os profissionais envolvidos na migração da infraestrutura em um ambiente *multi-cloud* e para os usuários dos novos dados e tecnologias de análise. Desde 2020, mais de 500 pessoas estiveram envolvidas no programa.

Em 2021 foi implementado um programa de formação *Agile Journey*, com o objetivo de disseminar a cultura, bem como os métodos e as ferramentas das Metodologias Ágeis. A Jornada passou a envolver as equipes que atuam nos processos de criação de serviços, a fim de trazer ganhos incrementais para o negócio, reduzir riscos e realizar melhorias contínuas. Mais de 170 funcionários já iniciaram a jornada.

- **Iniciativas para a força de vendas (Programa *Evolution* Consumidor e Corporativo)**: jornada de aprendizagem para as lojas TIM e Força de Vendas, pensado de forma inovadora, baseado no princípio de gameficação, que se traduziu em maior envolvimento, novos conhecimentos com uma “pegada” diferente, e maior valor para a empresa. Uma experiência única, personalizada e humanizada. O modelo de treinamento virtual foi mantido e aprimorado em 2021.

Por acreditar que a diversidade e a inclusão são essenciais para a valorização e engajamento das pessoas, e desempenham um papel fundamental no processo de inovação, reforçamos nosso posicionamento e compromisso com o tema através da construção de políticas, programas e iniciativas de diversidade e inclusão, alinhadas à estratégia do negócio, cultura organizacional e valorização da contribuição de cada colaborador(a) na TIM.

Em 2021 o Programa de Diversidade e Inclusão seguiu em continuidade com o calendário anual de ações, baseado no calendário da ONU e demais datas reconhecidas nacionalmente; acompanhamento estratégico do tema pelo comitê de diversidade e inclusão, formado pela alta liderança; e atuação dos grupos de afinidade, formados por colaboradores de todos os níveis, áreas e regiões, que atuaram conjuntamente no desenho e implementação de ações inclusivas para os pilares de gênero, pessoas LGBTI+, raça, gerações e pessoas com deficiência.

Dentre as iniciativas lançadas temos o Programa de Estágio Inclusivo que flexibilizou perfil e pré-requisitos do processo seletivo para ampliar o acesso de grupos sociais minorizados, além de não haver restrições para idade, cursos e instituição de ensino o programa reservou 50% das vagas para pessoas negras. No pilar de gênero lançamos o Projeto Mulheres Positivas, voltado para ampliar a participação das mulheres no mercado de trabalho. O projeto conta com o aplicativo Mulheres Positivas como plataforma digital para apoiar o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres, o movimento liderado pela TIM começou em julho com 10 empresas e finalizou 2021 com 47 empresas parceiras que juntas oferecem acesso gratuito a vagas e cursos de capacitação, além de mentoria intercompany para mulheres.

Reforçando o compromisso e atuação concreta com foco no pilar Social do Plano ESG, a TIM estabeleceu a meta de ter até 2023 35% das posições de liderança ocupada por mulheres e 40% do quadro de colaboradores composto por pessoas negras. Também nos tornamos signatária dos principais ecossistemas de pactos e associações. Entre março e dezembro assinamos os Princípios de Empoderamento das Mulheres, da ONU Mulheres; Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero; Rede Empresarial de Inclusão Social; Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, Fórum de Gerações e Futuro do Trabalho e Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas.

Como parte do compromisso de promover um ambiente cada vez mais inclusivo, seguro e livre de discriminação, a TIM lançou em novembro o Programa Respeito Gera Respeito, com novas diretrizes e política para prevenção, coibição e gerenciamento às práticas de assédio, além de ações educativas e iniciativas internas e externas para promover ambientes e relações livres de discriminação e violência.

Mantivemos no programa o plano integrado de comunicação e treinamento, com total de mais de 40 ações e mais de 3.900 colaboradores treinados. O TIM Convida, evento 100% digital e aberto à sociedade para gerar diálogo e reflexão sobre diversidade e inclusão, apresentou 7 edições ao longo do ano totalizando mais de 386 mil visualizações Youtube.

Com a consistência do Programa de Diversidade e Inclusão, a TIM vem se tornando uma das líderes na promoção da diversidade e inclusão. Em 2021 fomos a primeira telco a nível global a receber o prêmio *GSMA's Diversity in Tech*, que reconhece empresas que promovem a igualdade e a diversidade no setor de tecnologia, e a única empresa brasileira a integrar e liderar o *Refinitiv Diversity & Inclusion Index*, que mede a nível global o desempenho das empresas nas iniciativas de diversidade e inclusão.

4.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo visa conceder ações ou opções de compra de ações da TIM S.A. a colaboradores da Companhia e suas subsidiárias, buscando desse modo promover a expansão, conquista e sucesso dos objetivos corporativos e garantindo o alinhamento de interesses dos acionistas e da administração da TIM. Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo; “Plano 2011-2013”, “Plano 2014-2016”, “Plano 2018-2020” e “Plano 2021-2023”, respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares* e / ou *restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder ações aos participantes de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga. De maneira geral, os objetivos de desempenho são vinculados a indicadores econômico / financeiros, métricas de desempenho acionário (exemplo: Total Shareholder Return) e indicadores ESG (Enviromental, Social & Governance), sempre em linha com os objetivos apresentados aos acionistas para o Plano Trienal.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (Vesting). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

Conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a gestão dos Planos fica a cargo do Conselho de Administração, sujeito ao Estatuto Social da Companhia.

Especificamente para o ano de 2017, em função da Companhia ter iniciado o processo de reestruturação do seu plano de incentivo de longo prazo, em caráter excepcional e devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, o plano de incentivo de longo prazo ocorreu em forma de bônus, com o pagamento condicionado ao atingimento de determinados indicadores financeiros da TIM e dividido em três parcelas anuais.

4.3.1. Opção de Ações Ciclo 2011-2013

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	OpçõesNão Exercidas
Plano 2011 - 2013	**8.567.765**	**-3.399.832**	**-5.167.933**	**0**
1ª Concessão	2.833.595	-1.532.132	-1.301.463	0
2ª Concessão	2.661.752	-896.479	-1.765.273	0
3ª Concessão	3.072.418	-971.221	-2.101.197	0

4.3.2. Opção de Ações Ciclo 2014-2016

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2014 - 2016	**8.965.119**	**-3.921.020**	**-4.931.547**	**112.552**
1ª Concessão	1.687.686	-129.643	-1.558.043	0
2ª Concessão	3.355.229	-1.709.149	-1.646.080	0
3ª Concessão	3.922.204	-2.082.228	-1.727.424	112.552

4.3.3. Ações Ciclo 2018-2020

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Não Transferidas
Plano 2018 - 2020	**2.576.648**	**-1.000.645**	**-629.875**	**946.128**
1ª Concessão	849.932	-376.859	-473.073	0
2ª Concessão	930.662	-417.208	-86.424	427.030
3ª Concessão	796.054	-206.578	-70.378	519.098

4.3.4. Ações Ciclo 2021-2023

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Não Transferidas
Plano 2021 - 2023	**3.431.610**	**0**	**-311.876**	**3.119.734**
1ª Concessão	3.431.610	0	-311.876	3.119.734
2ª Concessão	0	0	0	0
3ª Concessão	0	0	0	0

5. Rede

Infraestrutura é um dos pilares estratégicos da Companhia e a TIM reafirma o seu compromisso de investimento em 2021, buscando oferecer mais e melhores serviços. As recentes mudanças no padrão de consumo bem como a crescente expectativa dos usuários quanto à qualidade dos serviços prestados, exigem um plano estruturado de expansão da rede, respaldado por análises técnicas mais robustas quanto ao padrão de consumo e necessidades de seus clientes, além de uma grande transformação cultural.

No âmbito da utilização do espectro, a TIM continua seu bem-sucedido projeto de *refarming* expandindo para a frequência 2,1 GHz, visando mais eficiência e melhor performance. Com relação à fibra, a Companhia segue com o projeto de expansão de rede, de forma a suportar a rede convergente de ultra banda larga, aumentando a disponibilidade do FTTH e o FTTS.

A TIM possuía ao final de 2021, 1.766 *Biosites* e projeta ampliar a sua utilização. Os *Biosites* são estruturas sustentáveis de menor custo, mais fáceis de instalar e que não causam impacto visual nas cidades, para aumentar a densidade de sites. No contexto de *big data*, a Companhia segue numa constante evolução de suas ferramentas de análise a partir de bases mais completas e abordagem proativa, visando um direcionamento mais eficiente dos investimentos.

No que tange à cultura corporativa, as novas tecnologias e as expectativas dos clientes provocam uma ruptura no modelo tradicional das operadoras de telecomunicações. Nesse cenário, a TIM visa desenvolver, motivar e engajar seus colaboradores com vistas a atuarem em um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, a partir de um modelo operacional ágil e flexível.

5.1. Cobertura Nacional

A infraestrutura da TIM tem um alcance nacional, cobrindo aproximadamente 98% da população urbana brasileira, com presença em aproximadamente 4.715 cidades. A Companhia também possui uma ampla cobertura de dados, mantendo a sua posição de liderança em cobertura 4G no país.

Em 2021, a TIM continuou concentrando a maior parte de seus investimentos em rede e tecnologia de informação, em linha com o praticado nos anos anteriores e com o objetivo de atender à crescente evolução do consumo de dados. A melhoria e o crescimento da infraestrutura estão apoiados em diferentes projetos, dentre eles se destacam a expansão da rede de fibra ótica (*backbone*, *backhaul* e FTTH), densificação de *sites*, *refarming* de frequência e agregação de portadoras em duas ou três frequências (conforme localidade). Além disso, a TIM vem avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede.

Em relação aos principais projetos em andamento focados na modernização e melhoria contínua de nossa infraestrutura, destacamos:

- Compromisso de expandir a cobertura 4G para todos os municípios do Brasil até 2023;
- Expansão da cobertura 4.5G para 1.712 cidades em 2021;
- Expansão do uso do 4G na frequência de 700MHz, presente em 3.975 municípios ao final do ano;
- Expansão do VoLTE, disponibilizado para 4700 cidades;
- Ampliação do *refarming* da frequência de 2,1 GHz no 4G, atingindo 354 cidades;
- Projeto de virtualização de infraestrutura;
- Acordo de compartilhamento de infraestrutura de rede móvel com a Vivo, visando a eficiência na alocação de Capex e Opex;
- Expansão da capacidade de rede através da solução Massive MIMO;
- Consolidação da rede NB-IoT, presente em mais de 4.018 municípios ao final de 2021, possibilitando a criação de soluções IoT não apenas nas grandes cidades, mas também nos municípios mais afastados das capitais.

Adicionalmente, o uso da frequência de 700MHz no desenvolvimento da rede LTE continua a evoluir, proporcionando uma significativa melhora na experiência de uso dos clientes tanto em termos de performance, com maior velocidade de download e upload e menor latência, como em cobertura indoor, maior penetração.

DESCRIÇÃO	2021	2020	%A/A
Cidades 4G	**4,715**	**3.877**	**21.6%**
das quais 700 Mhz habilitadas	3,975	3.294	20.7%
das quais VoLTE habilitadas	4,700	3.860	21.8%
População Urbana Coberta (4G)	**98%**	**95%**	**3.0p.p.**
das quais 700 Mhz habilitadas	94%	92%	2.0p.p.
das quais VoLTE habilitadas	97%	94%	3.0p.p.
Cidades 3G	4,022	3.506	14.7%
População Urbana Coberta (3G)	94%	93%	1,0p.p.
Biosites	**1,766**	**1,679**	**5.2%**
Sky Coverage (nº sites)	**924**	**-**	**n.a.**
Massive MIMO (nº sites)	**2,306**	**753**	**206.2%**
Homes passed	**6,683**	**6,366**	**5.0%**
FTTH	4,185	3,244	29.0%
FTTC	3,412	3,693	-7.6%
Cidades Cobertas com Fibra*	**37**	**35**	**5.7%**
FTTH	35	33	6.1%
FTTC	5	5	0.0%
FTTCity (nº cidades)	**1,231**	**1,001**	**23.0%**

Ao final do ano, a TIM possuía um total de 23.206 sites com maior porcentagem conectados através de *backhaul* de alta capacidade.

Em relação a infraestrutura de transporte, **a Companhia alcançou 112 mil km de fibra ótica para *backbone* e *backhaul*,** um avanço de 3,8% A/A.

A cobertura na banda larga fixa também seguiu em constante expansão ao longo de 2021, superando ao final do ano 4.2 milhões de *homes passed* em FTTH, enquanto o FTTC alcançou 3,4 milhões. Isso representa um total de 6,7 milhões de *homes passed* em 28 cidades e 7 regiões administrativas do DF (FTTH + FTTC)[8].

Por fim, com um **alcance de 1.766 Biosites ativos ao final de 2021**, o desenvolvimento dos projetos de instalação de *Biosites* também está alinhado aos valores de responsabilidade social corporativa da companhia. Essas estruturas trazem uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico. Além disso, contribuem para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – tendo multifuncionalidade capaz de agregar a transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança –, além de serem de menor custo e de rápida instalação.

Atualmente, a Companhia detém autorização de uso de mais aproximadamente 120 MHz em espectro[9], distribuídos da seguinte forma:

Média de Espectro Ponderada por População						
450 MHz	**700 MHz**	**850 MHz**	**900 MHz**	**1.800 MHz**	**2.100 MHz**	**2.500 MHz**
3	20	11	5	35	22	22

5.2. Resultado do leilão de frequências (“Leilão 5G”)

Nos dias 4 e 5 de novembro de 2021 foi realizado o leilão de frequências para 4G e 5G pela Anatel. A TIM arrematou um total de 11 lotes nas frequências de 3,5GHz, 2,3GHz e 26GHz, com valor total ofertado de R$ 1,05 bilhão, que depois foi ajustado segundo as regras da Anatel para R$ 884,5 milhões.

As faixas adquiridas possuem um conjunto de obrigações que deverão ser atendidas com contribuições financeiras ou com construção de infraestrutura de rede móvel e fixa. Para maiores detalhes sobre as obrigações envolvendo cada faixa, consultar o Comunicado ao Mercado divulgado pela TIM em 5 de novembro de 2021.

5.3. Qualidade

Por mais um ano, a TIM reforça seu compromisso com a evolução de seus serviços e melhoria contínua da qualidade para garantir uma melhor experiência de uso aos seus clientes. O foco na expansão e melhoria da infraestrutura de rede segue sendo fator fundamental do nosso plano de negócios.

No final de 2021, a **TIM obteve a melhor pontuação no quesito “experiência em vídeo e vídeo-chamada” em relatório emitido pela OpenSignal[10], em parceria com a Anatel**. A **Companhia somou 66 pontos em experiência de vídeo e vídeo-chamada (classificada com a métrica de “muito bom”)**, em pontuação de 0 a 100, acima das demais grandes operadoras do setor. Segundo o informe, o cálculo de experiência de vídeo mede diretamente *streaming* de vídeo em terminais de usuário, utilizando uma abordagem baseada na UIT que leva em conta critérios como a qualidade da imagem, tempo de carregamento e taxa de travamento, em redes 3G e 4G. Além disso, no relatório, a TIM confirmou mais uma vez a qualidade superior de sua rede, destacando-se novamente como **líder em disponibilidade 4G**. Isso significa que os **clientes da TIM navegaram através do 4G com maior frequência – 90% do seu tempo conectado**.

Os demais destaques de Rede e Qualidade desse trimestre e no ano foram:

(i) A manutenção do ritmo de crescimento e liderança da cobertura de 4G, que é objetivo estratégico da companhia, fazendo parte tanto de seus compromissos do TAC com a Anatel quanto da debenture ESG emitida no 2° trimestre do ano;

(ii) Participação no leilão de frequências para 4G e 5G, arrematando as principais faixas de espectro: aquisição de lotes das frequências 3.5GHz, 2.3GHz e 26GHz;

(iii) Evolução da nossa plataforma de TI com 44% de todo o *workload* já migrado em 9 meses de projeto: migração de mais de 3.500 servidores para a *cloud* no ano, incluindo todo nosso CRM, estrutura de *big data* e plataforma de *billing*, preparando o ambiente para o recebimento dos ativos móveis da Oi;

(iv) Constante qualificação de nossos canais de atendimento e relacionamento com clientes:

1. No comparativo anual de 2021, a Companhia registrou: (a) 30% de redução do tempo de atendimento nos canais assistidos (CRC e Vendas); (b) 15% de aumento do atendimento automático via URA cognitiva; (c) Meu TIM como o aplicativo de atendimento mais bem avaliado do Brasil entre as operadoras (nota 4.4 na Play Store);
2. A TIM também ficou em **primeiro lugar no Ranking de Satisfação da Anatel 2021** que analisa o atendimento das empresas aos clientes na recepção e solução de demandas, reforçando a estratégia da companhia na melhoria da experiência do cliente. Além disso, a TIM foi a operadora com maior redução A/A no índice de reclamações da Anatel no 4T21 – atingindo 45% de redução no período frente ao 4T20, com destaque para o pré-pago que diminuiu em 55% – e no resultado de 2021 – registrando 32% de redução no volume de reclamações vs. 2020;
3. Da mesma forma que o tem anterior, o Grupo TIM foi classificado como o menos reclamado nos entrantes dos PROCONs integrados ao sindec em 2021, registrando -28% frente a 2020;
4. Adicionalmente, a TIM foi a primeira operadora a adotar a modalidade de pagamentos via PIX, registrando em 2021 mais de 11,5 milhões de faturas quitadas em 12 meses desde sua implementação. Atualmente, cerca de 80% da base da Companhia realiza pagamentos através dos canais digitais, sendo 13% via PIX.

[8] (+) Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Nilópolis (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João do Meriti (RJ), Duque de Caxias (RJ), São Paulo (SP), Mauá (SP), Poá (SP), Suzano (SP), Francisco Morato (SP), Franco da Rocha (SP), Diadema (SP), Salvador (BA), Lauro de Freitas (BA), Camaçari (BA), Feira de Santana (BA), Recife (PE), Olinda (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Paulista (PE), Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Anápolis (GO), Manaus (AM), Belo Horizonte (MG), Betim (MG), Contagem (MG), Brasília (DF), Taguatinga (DF), Samambaia (DF) e Ceilândia (DF).
[9] Excluídos os espectros relacionados ao 5G.
[10] Matéria vinculada ao Telesíntese (15/12/2021).

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | **TIMB** LISTED NYSE | **ISE** B3

6. Desempenho Operacional

6.1. Panorama do Mercado Brasileiro

O mercado móvel registrou um crescimento de 1,2% A/A no final de 2021 reforçando o movimento de evolução positiva da base no último trimestre. Nos últimos 12 meses, o pós-pago registrou adições líquidas de 16,7 milhões de acessos, sendo 58% deste volume linhas humanas. O pré-pago apresentou 4,1 milhões de novos acessos.

6.2. Desempenho da TIM

O segmento pós-pago encerrou o ano de 2021 com 22,9 milhões de acessos (+4,7% A/A). O *mix* do segmento na base total foi de 44%, +1,5 p.p. A/A. As adições líquidas dos últimos 12 meses acumularam um saldo positivo de mais de 1,0 milhão de novos acessos. A taxa de desconexão mensal no pós-pago mantém nos patamares mais baixos (2,7% no 4T21), como registrado nos últimos trimestres.

Ao final do trimestre, **o Pós-pago Humano registrava uma base de 18,9 milhões acessos** (+4,7% A/A), com adições líquidas de 847 mil acessos nos últimos 12 meses.

O segmento pré-pago finalizou o ano de 2021 com 29,2 milhões de acessos, uma queda de 1,4% A/A. A base acumulou 403 mil desconexões nos últimos 12 meses. O segmento é o mais impactado pela deterioração da economia, principalmente nos últimos 2 anos.

Detalhamento da base de clientes por tecnologia:

- **A base 4G finalizou o período com 46,3 milhões de acessos,** acelerando novamente o ritmo e mantendo o patamar de dois dígitos de crescimento (+10,2% A/A);
- **A base de M2M fechou o ano com 4 milhões de linhas**, um aumento de 5,0% comparado ao mesmo período do ano passado.

6.3. Segmento Fixo

A base TIM Live encerrou o ano de 2021 com 685 mil conexões, mantendo o ritmo de crescimento (+6,1% A/A). Nos últimos 12 meses, as adições líquidas do serviço atingiram aproximadamente 40 mil acessos, sendo a base FTTH o principal motor. Os planos de maior valor, com velocidades acima de 100 Mbps, seguem ganhando cada vez mais relevância, atingindo 62% de participação na base total no trimestre.

Mesmo limitando a entrada em novos mercados, a cobertura da rede FTTH continuou crescendo, priorizando a consolidação dos clusters já ativos. Dessa forma, o total de *homes passed* em fibra cresceu 29,0% A/A, com presença em 28 cidades e 7 regiões administrativas do DF.

7. Desempenho Financeiro

Para representar melhor o desempenho financeiro e tendências comerciais, a TIM normaliza algumas linhas da sua Demonstração de Resultados, eliminando o impacto de elementos não-recorrentes. Estes movimentos são apontados quando requeridos.

7.1. Receita Operacional

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Receita Líquida	**18.058**	**17.268**	**4,6%**
Receita de Serviços	**17.497**	**16.665**	**5,0%**
Serviço Móvel	**16.349**	**15.610**	**4,7%**
Gerada pelo Cliente	14.843	14.351	3,4%
Interconexão	533	528	0,9%
Plataforma de Clientes*	119	15	714,3%
Outras Receitas	853	717	19,1%
Serviço Fixo	**1.147**	**1.054**	**8,8%**
dos quais TIM Live	720	628	14,7%
Receita de Produtos	**561**	**603**	**-6,9%**

*A Plataforma de Clientes inclui receitas de novas iniciativas, como Serviços Financeiros e Educacionais, e Publicidade Móvel. Realocação de impostos entre as linhas de Receita Gerada pelo Cliente e Plataforma de Clientes, impactando estas aberturas desde o início de 2021.

No acumulado de 2021, a **Receita Líquida Total atingiu R$ 18.058, ante R$ 17.268 em 2020, uma evolução de 4,6% A/A**, impulsionada pela performance consistente da Receita de Serviços. Esse crescimento, também, foi impactado por uma base comparativa menor, uma vez que os principais impactos da pandemia de COVID-19 ocorreram no 2T20. A despeito do contexto macroeconômico desafiador imposto pela pandemia, a **Receita líquida de Serviços fechou o ano com um crescimento de 5,0%**, esse desempenho teve como principais alavancas: (i) a performance do pós-pago móvel; e (ii) a receita de Plataforma de Clientes.

Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Móvel (RSM) apresentou um crescimento de 4,7%, A/A atingindo R$ 16.349 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. No acumulado do ano mantém evolução consistente, refletindo a estratégia da companhia de monetizar suas bases de clientes através de dois pilares: (i) diferenciação de oferta e (ii) migração da sua base de clientes para planos de mais alto valor. **No ano, o ARPU de 2021 expandiu 5,9% para atingir R$ 26,4.**

Detalhando o desempenho de cada segmento móvel no quarto trimestre:

(i) No Pré-pago, observamos uma desaceleração durante o segundo semestre, refletindo a piora nos indicadores macroeconômicos e o encerramento do auxílio emergencial do governo no mês de outubro, que pressionou mais o segmento, revertendo a retomada da trajetória de crescimento observada no primeiro semestre. Entretanto, a Companhia segue com foco na diferenciação de ofertas e em uma gestão da base mais eficiente, o que contribuiu para o **crescimento do ARPU de Pré-pago[11] no ano de 2021 – alta de 2,5% vs. 2020**;

(ii) **A Receita com Clientes Pós-Pagos teve uma alta de 5,4% A/A vs. 2020. O ARPU de Pós-Pago Humano[12] (ex-M2M) em 2021 teve alta de 1,7% contra 2020.** Esse desempenho tem como motor o foco da Companhia na abordagem de valor, com ênfase na gestão eficiente da base de clientes, redução das desconexões e na evolução do portfólio de ofertas, com benefícios específicos para cada segmento. Adicionalmente, cabe destacar que, durante esse trimestre, tivemos aumento das vendas nos planos Controle e Pós-puro, impulsionados pelas campanhas de final do ano, Black Friday e Natal, apesar dos desafios impostos pela atividade comercial menos intensa no país.

A Receita de Interconexão (ITX) ficou praticamente estável em A/A, atingindo R$ 135 milhões no 4T21. A incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços atingiu 2,3% no trimestre. No ano, essa linha apresentou aumento de 0,9% A/A, em virtude, principalmente, do impacto do aumento da tarifa VU-M (Tarifa de Terminação Móvel) no início do ano.

A Receita de Plataforma de Clientes, no acumulado do ano, somou R$ 119 milhões, com R$ 83 milhões vindos de Serviços Financeiros, R$ 36 milhões de Publicidade Móvel e R$ 342 mil de Serviços Educacionais.

A linha de Outras Receitas registrou no ano um crescimento de 19,1% A/A, explicado majoritariamente pelo crescimento na receita gerada por contratos de compartilhamento e swap de rede. Cabe ressaltar que o compartilhamento e a troca de capacidade são elementos importantes da estratégia da Companhia de ampliação da infraestrutura de transporte em fibra (*backbone* e *backhaul*) com maior eficiência na alocação de recursos (Capex e Opex).

Detalhamento do Segmento Fixo (líquidos de impostos e deduções):

Em 2021, a Receita do Serviço Fixo totalizou R$ 1.147 milhões, alta de 8,8% A/A, com **as receitas vindas da TIM Live sendo o grande motor dessa performance e registrando um crescimento de 14,7% A/A.**

A **TIM Live** continua sendo o principal elemento para essa performance, que **avançou 9,8% A/A no 4T20**, representando mais de 63% da receita de serviço fixo. Os demais serviços do segmento fixo apresentaram recuperação e cresceram 2,8% A/A.

A desaceleração da performance da TIM Live no segundo semestre é explicada por uma combinação de: (i) maior foco na preparação da criação da I-Systems (antiga FiberCo), e consequente separação dos ativos, o que provocou uma desaceleração na entrada em novos mercados; (ii) um aumento localizado de competição em algumas áreas de atuação; e (iii) uma queda da performance nas áreas onde a TIM ainda atua com FTTC. A expectativa é que em 2022, a TIM Live volte a ingressar em novas localidades com FTTH, de forma a aumentar ainda mais a participação dessa tecnologia no resultado da Receita do Serviço Fixo.

7.2. Custos e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Custos Reportados da Operação	**(8.599)**	**(8.926)**	**-3,7%**
Custos Normalizados* da Operação	**(9.320)**	**(8.896)**	**-4,8%**
Pessoal	(1.126)	(1.004)	12,2%
Comercialização	(3.135)	(3.010)	4,1%
Rede e Interconexão	(2.797)	(2.613)	7,0%
Gerais e Administrativos	(701)	(605)	15,8%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(731)	(756)	-3,3%
Provisão para Devedores Duvidosos	(545)	(553)	-1,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(284)	(354)	-19,7%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	**(8.589)**	**(8.140)**	**5,5%**

*Custos da Operação normalizados por: venda de controle sobre o investimento na companhia I-Systems (-R$ 782,2 milhões no 4T21), serviços jurídicos e administrativos especializados (+R$ 34,8 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21 e +R$ 13,7 milhões no 2T21), gastos para o projeto de aquisição dos ativos móveis da Oi (+R$ 4,3 milhões no 4T21) e por ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres (+R$ 2,6 milhões no 1T20).

Os Custos e Despesas Operacionais Reportados no ano de 2021 totalizaram R$ 8.599 milhões, uma melhora de 3,7% em relação aos custos reportados em 2020. A performance reflete a eficiência na execução do controle de custos, a despeito de um cenário de alta nos índices de inflação no país e em meio a um processo adotado pela Companhia de aprimoramento de sua infraestrutura interna. **Os Custos e Despesas Operacionais Normalizados subiram, porém de forma limitada (+4,8% A/A), perante a inflação registrada no país ao final do ano (IPCA 2021: 10,06%).** Além disso, o comparativo anual é afetado pela retomada dos custos variáveis e fixos que registraram queda nos meses de reduzida atividade econômica no país, principalmente no 2T20, devido a pandemia.

Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas Normalizados:

Pessoal alcançou R$ 1.126 milhões em 2021, apresentando uma alta de 12,2% em relação a 2020. Tal performance foi influenciada por: (i) reajustes sobre salários, bonificações e incentivos no patamar entre um dígito médio e alto; (ii) maior nível de provisão relativo a participação nos resultados dos colaboradores; e (iii) base comparativa desfavorável devido a recuperação de encargos em processos de natureza previdenciária no 4T20 e, em parte, por um comparativo anual atípico no 2T20, em decorrência de menores despesas com pessoal comercial devido ao fechamento dos canais físicos de venda durante a pandemia.

A linha de Comercialização e Publicidade apresentou aumento de 4,1% A/A, atingindo R$ 3.135 milhões, impactada, principalmente, pelo retorno das campanhas publicitárias com mais frequência e maior despesa com comissões de vendas.

Rede e Interconexão, esta linha apresentou alta de 7,0% A/A, quando comparada com 2020. Este resultado foi influenciado pelo aumento da tarifa de terminação móvel (VU-M) e pelos maiores custos de Rede, em decorrência da elevação das despesas com aluguel, compartilhamento e manutenção de infraestrutura.

Despesas Gerais e Administrativas normalizadas (G&A) encerraram o ano de 2021 com um crescimento de 15,8% em relação a 2020. Esta alta é explicada, principalmente, por: (i) maiores despesas com serviços de manutenção, em decorrência da migração da infraestrutura de TI para a *Cloud*; e (ii) por contratação de serviços especializados junto a consultorias para projetos recorrentes.

O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) foi de R$ 731 milhões, queda de 3,3% quando comparado a 2020, acompanhando a queda da Receita de Produtos, ocasionada pelo menor volume de aparelhos vendidos, apesar do aumento no *mix* de produtos de maior valor.

As Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) atingiram R$ 545 milhões, uma queda de 1,5% frente ao resultado de 2020, parcialmente afetada pelo reconhecimento de PDD com um cliente de *wholesale*, **atingindo 2,1% sobre a Receita Bruta (vs. 2,3% em 2020).** O resultado vem refletindo os esforços contínuos na melhoria da aquisição de clientes, através de modelos e políticas de crédito mais robustos, além de maior eficiência na cobrança e recuperação.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais[13] Normalizadas totalizaram R$ 284 milhões, uma queda de 19,7% A/A no acumulado do ano, explicada principalmente por menores despesas relacionadas a perdas em processos judiciais cíveis. A participação desta linha sobre os Custos e Despesas totais normalizados ficou em 2,7%.

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) atingiram R$ 58,9 por adição bruta em 2021, um crescimento de 28,9% A/A, devido a maiores despesas com comissões geradas por: (i) adição líquida positiva no segmento Pós-pago; (ii) pela migração dos clientes para segmentos de maior valor; e (iii) maiores gastos com publicidade no 1S21.

A relação SAC/ARPU, que indica o *payback* por cliente, atingiu 2,3 meses em 2021, frente a 1,7 meses no 4T21.

7.3. Do EBITDA ao Lucro Líquido

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
EBITDA Normalizado*	**8.738**	**8.372**	**4,4%**
Margem EBITDA Normalizada*	48,4%	48,5%	-0,1p.p.
Depreciação & Amortização	**(5.692)**	**(5.527)**	**3,0%**
Depreciação	(3.952)	(3.689)	7,1%
Amortização	(1.740)	(1.838)	-5,3%
Equivalência Patrimonial	**(12)**	**-**	**n.a.**
EBIT Normalizado*	**3.034**	**2.845**	**6,7%**
Margem EBIT Normalizada*	16,8%	16,5%	0,3p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado*	**(653)**	**(807)**	**-19,1%**
Despesas financeiras	(1.745)	(1.233)	41,6%
Receitas financeiras	1.092	432	152,6%
Variações cambiais, líquidas	1	(7)	n.a.
Lucro antes dos impostos Normalizado*	**2.381**	**2.037**	**16,9%**
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	(182)	(166)	9,1%
Lucro Líquido Normalizado*	**2.200**	**1.871**	**17,6%**
Total de Itens Normalizados	757	(27)	n.a.
EBITDA Reportado	**9.459**	**8.342**	**13,4%**
Margem EBITDA Reportada	52,4%	48,3%	4,1p.p.
EBIT	**3.756**	**2.815**	**33,4%**
Margem EBIT	20,8%	16,3%	4,5p.p.
Resultado Financeiro Líquido	**(653)**	**(807)**	**-19,1%**
Lucro antes dos impostos	**3.103**	**2.008**	**54,6%**
Imposto de renda e cont. social	(146)	(164)	-10,9%
Lucro Líquido	**2.957**	**1.844**	**60,4%**

[11] O ARPU de Pré-Pago exclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.

[12] O ARPU de Pós-Pago Humano exclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.

[13] A linha de Outras Despesas (Receitas) operacionais registrou um impacto não-recorrente negativo de R$ 782,2 milhões no 4T21, referente a venda de controle sobre o investimento na companhia I-Systems, e impacto não-recorrente positivo de R$ 2,6 milhões no 1T20, por a ajustes ao contrato de sale-leaseback de torres.

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R$ 743,1 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21, +R$ 13,7 milhões no 2T21 e +R$ 2,6 milhões no 1T20). Lucro Líquido normalizado por: impacto dos impostos diferidos e correntes sobre a receita gerada pela transação da I-Systems (+R$ 509,2 milhões no 4T21), crédito fiscal e outros efeitos (-R$ 13,3 milhões no 4T21, -R$ 526,8 milhões no 3T21 e -R$ 4,6 milhões no 2T21).

EBITDA Normalizado (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

O EBITDA Normalizado totalizou R$ 8,738 milhões em 2021, um crescimento de 4,4% A/A. A principal alavanca para este crescimento foi a performance da Receita de Serviços Móveis, com destaque para o bom desempenho do segmento Pós-pago e da geração de receitas oriundas das parcerias classificadas na linha de Plataforma de Clientes.

A Margem EBITDA Normalizada encerrou 2021 em 48,4%. Excluindo-se os efeitos relativos à operação da I-Systems, completada em novembro de 2021, a Margem EBITDA seria de 48,5%.

Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT

A linha de D&A apresentou incremento de 3,0% A/A em 2021, totalizando R$ 5.692 milhões explicado, principalmente, pelo aumento da Depreciação de Equipamentos de Transmissão 4G e aumento da Depreciação de infraestrutura de torres e dos direitos de uso, em função de uma maior base de contratos de leasing, parcialmente compensada por um menor montante de Amortização de softwares.

No ano, o EBIT Normalizado totalizou R$ 3.034 milhões, o que representa um crescimento de 6,7% A/A.

Resultado Financeiro Líquido

No ano, o Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R$ 653 milhões, comparado a -R$ 807 milhões em 2020, em decorrência de:

(i) maior receita financeira advinda de: (1) aumento da receita com juros sobre aplicações financeiras, refletindo uma taxa básica de juros elevada e maior geração caixa (Selic encerrou o ano a 9,25%); e (2) de uma soma de bônus que dão direito à participação no capital social do Banco C6 superior a 2020 (4,08% em 2021 vs. 1,4% em 2020).

(ii) Maior despesa financeira devido à: (1) maior volume de juros e custos atrelados aos novos empréstimos e financiamentos adquiridos – em razão da adição de novas dívidas durante o ano, visando o financiamento das obrigações futuras com a aquisição dos ativos móveis da Oi e as obrigações com o leilão de frequências; e (2) maior volume de juros sobre leasings, em meio à um aumento nos índices de inflação.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social Normalizado foi negativo em R$ 182 milhões em 2021, comparado com -R$ 166 milhões em 2020. **Em 2021, a alíquota efetiva na visão normalizada foi de -7,6% vs. -8,2% em 2020,** explicado, principalmente, pela maior utilização de benefícios fiscais em 2021.

Lucro Líquido

No ano, o Lucro Líquido Normalizado totalizou R$ 2.200 milhões, uma expansão de 17,6% comparado a 2020, com LPA de R$ 0,32.

7.4. Fluxo de Caixa, Dívida e CAPEX

DESCRIÇÃO	2021	Ajustes de Normalização	2021	2020	% A/A
	Reportado		Normalizado*		
R$ milhões					
EBITDA	9.459	(722)	8.378	8.372	4,4%
Capex	(7.966)	3.585	(4.382)	(3.891)	12,6%
EBITDA - Capex	**1.493**	**2.863**	**4.356**	**4.480**	**-2,8%**
Capex Não-Caixa**	2.682	(2.682)	-	-	n.a.
Δ Capital de Giro	**1.007**	**-**	**1.007**	**159**	**533,3%**
Itens operacionais não recorrentes	-	722	722	(30)	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional	**5.182**	**902**	**6.084**	**4.610**	**32,0%**

* EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R$ 743,1 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21, +R$ 13,7 milhões no 2T21 e +R$ 2,6 milhões no 1T20). Capex normalizado exclui os impactos relacionados a aquisição de licenças no leilão de frequências (R$ 3.585 milhões no 4T21).

** Efeitos da aquisição 5G sem impacto no caixa (Nota 40 da DFP).

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL) Normalizado[10], foi positivo em R$ 6.084 milhões, um crescimento de 32,0% A/A, enquanto o FCOL Reportado totalizou R$ 5.182 milhões.

No acumulado do ano o EBITDA-Capex Normalizado somou R$ 4.356 milhões.

Em 2021 o EBITDA-AL-Capex Normalizado totalizou o montante de R$ 2.385 milhões, uma queda de 13,8% comparado ao 2020.

A variação de R$ 902 milhões entre a visualização do FCOL Normalizado para o FCOL Reportado deve-se, principalmente, pelo montante atrelado à licença adquirida no último leilão (R$ 843 milhões) possuir característica de dívida financeira, já que sofre incidência da Selic, sendo considerado no fluxo de financiamento. Já em relação as obrigações relativas a EAF e EACE (R$ 2.682 milhões), sofrem correção monetária definida no edital do leilão pelo índice inflacionário IGP-DI. Logo, estas obrigações possuem característica de compromisso comercial e impactam o fluxo operacional.

CAPEX

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Rede	3.052	2.740	11,4%
TI & Outros	1.329	1.152	15,4%
Capex Normalizado*	**4.382**	**3.891**	**12,6%**
Leilão 4G e 5G	3.585	-	n.a.
Capex Normalizado*	**7.966**	**3.891**	**104,7%**
Capex Normalizado*/ Receita Líquida	**24,3%**	**22,5%**	**1,7p.p.**

* Capex normalizado exclui os impactos relacionados a aquisição de licenças no leilão de frequências (R$ 3.585 milhões no 4T21).

No resultado do ano, **o Capex Normalizado, que exclui os impactos do leilão, totalizou R$ 4.382 milhões, representando uma alta de 12,6% A/A,** explicado pelos projetos referentes a preparação da infraestrutura para integração com ativos da móveis da Oi. **Em 2021, o Capex Total, incluindo os impactos do leilão, foi de R$ 7.966 milhões.**

DÍVIDA E CAIXA

Perfil da Dívida

EMISSÕES	MOEDA	TAXA DE JUROS	VENCIMENTO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
R$ milhões						
KFW Finnvera	USD	Libor+0,75%	01/24 a 12/25	93	186	278
Scotia	USD	1,4748% a.a.	04/24	2	558	560
BNP Paribas	USD	2,8220% a.a. a 7,0907% a.a.	01/22 a 01/24	444	500	944
Debêntures	BRL	IPCA + 4,1782% a.a.	06/28	(1)	1.669	1.667
BNDES	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	2	395	396
Dívida Financeira Total				**538**	**3.307**	**3.845**
Licença (4G e 5G)	BRL	Selic	12/40	47	796	843
Dívida Total Antes do Lease				**585**	**4.104**	**4.688**
Lease Total	BRL	IPCA/IGP-M	01/29	1.240	7.581	8.820
Dívida Total				**1.825**	**11.684**	**13.509**

Dívida Líquida

DESCRIÇÃO	4T21	3T21	2T21	4T20
R$ milhões				
Dívida de Curto Prazo	538	534	1.446	2.261
Dívida de Longo Prazo	3.307	2.881	2.780	284
Dívida Financeira Total	**3.845**	**3.415**	**4.226**	**2.545**
Caixa e Equivalentes de Caixa	(9.797)	(7.372)	(7.125)	(4.319)
Derivativos Líquidos-ex C6	11	24	(104)	(490)
Dívida Financeira Líquida	**(5.940)**	**(3.933)**	**(3.003)**	**(2.263)**
Licença (4G e 5G)	843	-	-	-
Dívida Financeira Líquida AL	**(5.097)**	**(3.933)**	**(3.003)**	**(2.263)**
Lease Total	8.820	8.271	8.186	8.180
Dívida Líquida Total	**3.723**	**4.338**	**5.183**	**5.917**
Dívida Líquida AL/EBITDA AL*	**-0,8x**	**-0,6x**	**-0,4x**	**-0,3x**
Dívida Líquida Total/EBITDA	**0,4x**	**0,5x**	**0,6x**	**0,7x**

*EBITDA 12M "após o pagamento de *leases*", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a *leasings* financeiros.

Dívida Por Vencimento

ANO	PRO-FORMA	INCLUINDO IFRS 9, 15 & 16
R$ milhões		
2023	135	1.370
2024	1.172	2.276
2025	127	967
2026	662	1.294
Após 2026	2.007	5.777
Dívida Total	**4.104**	**11.684**

A Dívida Normalizada (pós-*hedge*) do 4T21 ficou em R$ 13.520 milhões, representando um crescimento de R$ 2.419 milhões A/A. O total inclui: (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R$ 8.820 milhões (relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e contratos de arrendamento com prazos superiores a 12 meses, conforme estabelecido pelo IFRS 16); (ii) dívida bancária no montante de R$ 3.845 milhões; (iii) a posição de derivativos[14] de *hedge* no valor de R$ 11 milhões (excluindo os efeitos do Banco C6); e (iv) impacto relacionado as licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R$ 843 milhões.

Ao fim de dezembro, o montante de financiamentos (pós-hedge) totalizou R$ 3.845 milhões. **O custo médio da dívida excluindo os *leasings* e licenças foi de 9,5% a.a. no trimestre,** uma elevação quando comparado ao custo de 2,5% a.a. do 4T20, impactado pelo aumento do CDI no período.

Seguindo o programa de financiamento da companhia, aprovado pelo conselho de administração da TIM em março de 2021, para aquisição dos ativos móveis da Oi, ao longo de 2021 a companhia captou R$ 3,0 bilhões em novas dívidas:

(i) Em abril de 2021, foram celebrados dois contratos totalizando o montante de R$ 1.072 milhões, ambos realizados com bancos estrangeiros;

(ii) Em junho, a Companhia concluiu a liquidação da 2ª emissão de debêntures, no montante total de R$ 1,6 bilhão, com vencimento em junho de 2028. Tendo sido esta a primeira oferta de debentures da história da Companhia a considerar aspectos ESG em sua emissão, gerando benefícios para sociedade e para o meio ambiente, além de corroborar para atingimento dos objetivos do Plano Estratégico da Companhia;

(iii) Em novembro de 2021, foi celebrado um contrato com o BNDES, no valor total de R$ 390 milhões.

No final do trimestre, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R$ 9.797 milhões, registrando crescimento de R$ 5.151 milhões A/A.

O rendimento financeiro médio foi de 8,8% a.a. no 4T21, aumento de 6,4 p.p. em relação ao 4T20, em função dos últimos aumentos observados da taxa Selic e de uma melhor alocação dos recursos.

8. Environmental, Social & Governance

Jornada ESG

A TIM é pioneira nos temas ESG (Environmental, Social & Governance) no setor de Telecomunicações no Brasil. Há 14 anos a Companhia faz parte da Carteira do Índice de Sustentabilidade da B3 (ISE-B3), sendo a empresa do setor que há mais tempo configura no Índice. Em fevereiro de 2022, a TIM foi reconhecida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo pela S&P Global ESG, organização responsável pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI). A companhia foi incluída no **Sustainability Yearbook 2022** pela evolução da sua performance no processo de submissão ao DJSI, com um crescimento de 24%.

Desde 2011, a TIM voluntariamente faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança corporativa da Bolsa de Valores Brasileira, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU).

Como signatária do Pacto Global da ONU desde 2008 e da ONU Mulheres desde 2021, a TIM desenvolve projetos conectados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reconhece os direitos à privacidade de dados, à internet segura, ao acesso à informação e à liberdade de expressão como essenciais e inegociáveis.

A TIM vem se tornando uma das líderes na promoção da diversidade e inclusão, com metas, compromissos e adesões a diversas iniciativas relacionadas aos temas gênero, raça, LGBTI+, idade, entre outros. A Companhia se tornou, em 2021, a primeira operadora brasileira a integrar o Refinitiv Diversity & Inclusion Index, se tornando o benchmark brasileiro e de telecom worldwide. Também passou a fazer parte, em 2022, do Índice de Igualdade de Gênero da Bloomberg, que reúne 418 empresas de 45 países, sendo 13 do Brasil.

Reconhecida com o selo Top Employers, a TIM também se consolida como uma das empresas com melhores práticas de RH. A certificação é resultado da auditoria independente da Top Employer Institute, um instituto internacional com 30 anos de atuação em 120 países.

A TIM responde ao Carbon Disclosure Project (CDP) – maior base de dados do mundo sobre Gases de Efeito Estufa relacionada às Mudanças Climáticas – desde 2010, e registra suas emissões no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol.

Desde 2004, a TIM apresenta seu desempenho em sustentabilidade e há 13 anos publica relatórios conforme as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). A partir de 2021, a Companhia passou a chamar esta publicação de Relatório ESG e segue com o seu compromisso de transparência e prestação de contas a seus stakeholders, organizando o relato nos três pilares: Ambiental, Social e Governança. O Relatório é assegurado ainda por terceira parte independente.

Nossas Políticas de Responsabilidade Social, Direitos Humanos, Diversidade, Meio Ambiente, Gestão da Mudança do Clima, Gestão de Riscos Corporativos, Anticorrupção, Relacionamento com Fornecedores, Segurança e Saúde do Trabalho, Privacidade, entre outras, estão publicamente disponíveis para a livre consulta de nossos *stakeholders*.

Em cumprimento a Lei Geral de Proteção de Dados, vigente no Brasil desde 2020, a TIM atua para garantir a privacidade dos clientes, proteger seus dados pessoais e manter uma relação cada vez mais transparente. Mais informações na Central de Privacidade no site da TIM.

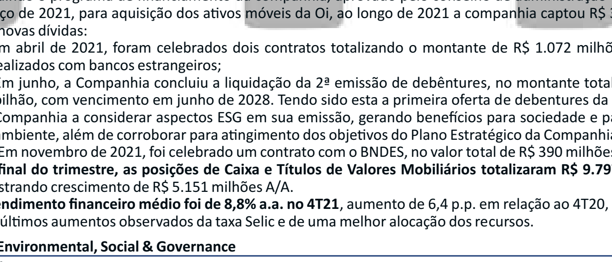
Em 2013 a TIM fundou o Instituto TIM com a missão de democratizar o acesso à ciência, tecnologia e inovação para promover o desenvolvimento humano no Brasil. Mais de 700 mil pessoas de todos os estados e do Distrito Federal já foram beneficiadas pelos projetos de educação e inclusão do Instituto, sendo, inclusive, premiados internacionalmente (Prêmio Governarte – BID 2015).

Por sua sólida atuação em ESG, a TIM integra índices e ratings nacionais e internacionais, como Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-B3), Índice de Carbono Eficiente (ICO2-B3), Índice Brasil ESG (S&P/B3), Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR-70), Refinitiv Diversity & Inclusion, Gender Equality Index (GEI) da Bloomberg, *FTSE4GOOD Emerging Markets*, *FTSE4GOOD Latin America*, *MSCI ACWI ESG Leaders*, *MSCI Emerging Markets ESG Leaders*, Teva Indices ESG Mulheres no Conselho, selo Women on Board, entre outros, além de ser certificada pelas normas ISO 9001 (desde 2000), ISO 14001 (desde 2010) e ISO 37001 (desde 2021).

Temas Materiais

Devido à pandemia de Covid-19, a TIM conduziu um novo processo de consulta a stakeholders, com o objetivo de revisar sua materialidade, uma boa prática incentivada por especialistas.

Após novas entrevistas e estudos, quatro temas materiais foram complementados e um novo tema surgiu, "Promoção da Diversidade e Igualdade de Oportunidades", conforme quadro atualizado (negrito) a seguir:



Ao longo de 2021, a TIM prosseguiu com foco no cumprimento das metas do Plano ESG, conforme os destaques do 4T21 a seguir.

ENVIRONMENTAL

- Ao final de 2021, o projeto de Geração Distribuída totalizou 46 usinas ativas, o que juntamente com a compra de energia no Mercado Livre viabilizou alcançar 83% de energia renovável do consumo total (79% na média anual). Com a aquisição de certificados de energia renovável para o consumo no Sistema Interligado Nacional, a TIM atingiu a marca de 100% de energia renovável;
- Obteve +96% de ecoeficiência em tráfego de dados (acompanhado acompanhada em bit/Joule);
- Reduziu em 153% as emissões indiretas (escopo 2) e em 94% as emissões de escopo 1 e escopo 2;
- Em dezembro de 2021, totalizou 1.766 *biosites* instalados. Além de serem uma solução para reduzir o número de antenas e torres, diminuindo o impacto visual e urbanístico, essas estruturas podem agregar outras funções, como iluminação pública e câmeras de segurança;
- Comprometida com a meta de ser uma empresa carbono neutro até 2030, a TIM melhorou sua performance no CDP, passando seu *score* de B- (2020) para B (2021);
- É integrante do Índice Carbono Eficiente da B3, carteira composta por empresas que apresentam inventários de emissões de gases de efeito estufa e demonstram compromisso com relação às mudanças climáticas, e também do ICDPR-70, Índice CDP Brasil de Resiliência Climática;
- Aderiu, enquanto Grupo TIM, à iniciativa *Science Based Target* (SBTi) na busca pelas melhores práticas de redução e neutralização das emissões de GEE;
- É certificada nas normas ISO 9001, desde 2000 e ISO 14001, desde 2010.

[14] A posição de derivativos é composta, ainda, pelo bônus de subscrição no capital do Banco C6, conforme Nota Explicativa 37 na DFP da TIM S.A.

SOCIAL

- A TIM aumentou em 36% o número de pessoas negras em seu quadro de colaboradores e em 34% o percentual de mulheres em cargos de liderança;
- A meta de levar a conectividade do 4G a todos os municípios do Brasil até 2023 chegou, em dezembro de 2021, a 85% de cobertura. Na região Nordeste, os estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte encerraram o ano com 100% de cobertura;
- No mês da Consciência Negra, a TIM ratificou sua participação na Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero. A operadora tem o compromisso de ter, no mínimo, 40% de pessoas negras em seu quadro profissional até 2023;
- A TIM aderiu, em outubro, ao Fórum Gerações e Futuro do Trabalho, iniciativa que reúne empresas comprometidas com a inclusão de profissionais de diferentes idades no mercado;
- Como parte do seu compromisso de promover um ambiente cada vez mais inclusivo, seguro e livre de discriminação, a TIM publicou em novembro a Política de prevenção, coibição e gerenciamento às práticas de assédio moral, sexual e *bullying*;
- O Instituto TIM e a TIM se uniram à ONG *One By One* por mais mobilidade e oportunidades para crianças e jovens com deficiência e promoveram em dezembro uma ação de voluntariado com os colaboradores para acabar com a fila por cadeiras de roda da entidade. A Companhia se comprometeu a multiplicar o valor doado pelos funcionários para conseguir alcançar a meta;
- A quarta edição do TIM *Talks Experience* abordou temas como 5G, *cloud*, inteligência artificial, ESG e privacidade de dados. Como nos anos anteriores, o evento foi aberto à sociedade, com transmissão pelo site e YouTube da TIM;
- A TIM é signatária dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEP, em inglês) da ONU e faz parte da Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero.

GOVERNANCE

- Em cumprimento a meta de reduzir pela metade o número de reclamações dos clientes na Anatel, em comparação a 2019, a TIM alcançou em dezembro de 2021 uma redução de 44%;
- Pelo 14º ano, a TIM é listada na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3/Bovespa, mantendo sua posição de empresa de telecomunicações por mais anos consecutivos no ISE. Nesse ciclo, o ISE realizou diversas mudanças na metodologia, como a inclusão do risco reputacional e a nota do Carbon Disclosure Project (CDP) como critérios classificatórios. Além disso, passou a adotar questionários setorizados e a apresentar notas gerais e por setor, para aumentar ainda mais a transparência das empresas que estão mais avançadas na agenda ESG;
- A TIM ficou em sétimo lugar no *ranking* de sustentabilidade da consultoria Resultante ESG, escritório especializado em ESG, pesquisas e educação para planejamento e análise de riscos;
- Na 18º edição do prêmio As Melhores da Dinheiro, da revista IstoÉ Dinheiro, a TIM foi escolhida a melhor operadora;
- A TIM conquistou 5 ouros no Prêmio ABT 2021 por suas ações de relacionamento com o cliente;
- A TIM foi a operadora com maior índice de satisfação entre os consumidores, segundo o *ranking* da Anatel;
- No Leilão 5G, promovido pela Anatel, a TIM adquiriu 11 lotes, no valor R$ 1,05 bilhão, conseguindo obter as frequências em todas as faixas que planejava;
- Desde 2011 faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança das empresas litadas na B3;
- Foi primeira e até o momento única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União;
- Primeira operadora a conseguir a certificação ISO 37001, que atesta a segurança e eficácia do sistema de gestão antissuborno.

Para acessar o informe trimestral de ESG, favor acessar: Informe Trimestral ESG

9. Governança Corporativa

9.1. Companhia listada no Novo Mercado há mais de 10 anos

Em 03 de agosto de 2011 a TIM aderiu ao "Novo Mercado", segmento que concentra as empresas comprometidas com as melhores práticas de governança corporativa.

A migração para o Novo Mercado resultou em benefícios para todos os acionistas. As regras exigidas, alinhadas às melhores práticas de governança corporativa de mercados como Estados Unidos e Europa, potencializam uma maior liquidez e valorização das ações, permitindo um acesso mais amplo aos mercados internacionais, além de promover o fortalecimento da imagem institucional e o aumento da confiança na Companhia.

Adicionalmente, a TIM pertence ao seleto grupo de empresas que compõem as carteiras do Índice de Governança Corporativa (IGC), do Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) da B3 e, há 14 anos, também, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composto por empresas que se comprometeram a gerenciar os riscos derivados de desenvolvimentos econômicos, ambientais e sociais, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU).

9.2. Governança Corporativa na TIM

A TIM é uma sociedade por ações de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária e supervisionada por um Conselho Fiscal. O Conselho de Administração, por sua vez, é auxiliado por comitês de assessoramento, quais sejam, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Controle e Riscos, o Comitê de Remuneração e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*.

Os deveres e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração estão determinados na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regimento Interno do Conselho de Administração, no Regimento Interno da Diretoria Estatutária, no Regimento Interno do Conselho Fiscal e nos Regimentos Internos dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Na condição de membros ativos e responsáveis pela comunidade em que atuam, a Companhia e seus administradores devem pautar suas ações pela legalidade e pela ética, baseado em três princípios fundamentais: transparência, honestidade e lealdade.

Na condução dos seus negócios pautados, além da ética e da lealdade, pela boa-fé, a Companhia busca: (i) agir com transparência nos negócios, (ii) promover a lealdade na concorrência; (iii) excelência de competitividade no mercado; (iv) atender ao bem-estar e ao crescimento da comunidade em que opera; (v) aprimorar os seus recursos humanos; e (vi) promover o desenvolvimento sustentável.

9.3. Política de Divulgação

A TIM adotou em 2002 uma Política de Divulgação/Negociação e Diferenças de Governança Corporativa da NYSE, à qual a administração da Companhia aderiu mediante assinatura do termo de adesão. Como parte dessa política, estabeleceu-se um código de conduta a ser seguido por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas, além de terem sido impostas restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos.

A Política de Divulgação da Companhia prevê a utilização do Portal da Agência Estado, que pode ser acessado pelo link: http://economia.estadao.com.br/fatos-relevantes/, na forma da Instrução CVM nº 547/2014, que permitiu a divulgação de fatos relevantes em portais de notícias de acesso gratuito.

9.4. Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CDA) é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 19 (dezenove) membros, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração era formado por 10 (dez) membros, sendo 4 (quatro) deles independentes. Em 2021, o CDA se reuniu 15 (quinze) vezes no exercício de suas funções.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas, publicadas e consignadas no livro de atas do Conselho de Administração, arquivado na sede na Companhia.

O Conselho se reúne ordinariamente no mínimo seis vezes ao ano e no máximo doze vezes, e, também, extraordinariamente, mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer dois Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria Estatutária, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas. Os convidados a participar das reuniões do Conselho não possuem direito de voto.

O Conselho de Administração tem 4 (quatro) comitês de assessoramento, todos diretamente vinculados a ele: o Comitê de Auditoria Estatutário, com regras previstas no Estatuto Social da Companhia, o Comitê de Remuneração, o Comitê de Controle e Riscos e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*, podendo haver participação de um ou mais membros nos Comitês, simultaneamente.

9.5. Diretoria Estatutária

A Diretoria Estatutária (Diretoria) é o órgão de representação e de administração executiva da Companhia, sendo composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 12 (doze) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de dois anos, admitida a reeleição, podendo ser destituídos pelo mesmo órgão a qualquer tempo. Em 31 de dezembro de 2021, a Diretoria da Companhia era composta por 8 (oito) membros. Em 2021, a Diretoria se reuniu 43 (quarenta e três) vezes no exercício de suas funções.

9.6. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal (CF) é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, todos profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantenham qualquer outro vínculo com a Companhia, cada com um respectivo suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho Fiscal da Companhia era composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes. Em 2021, o CF se reuniu 8 (oito) vezes no exercício de suas funções.

9.7. Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos independentes. Atualmente o CAE é composto por 3 (três) membros.

O CAE tem por objetivo supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores, tanto internos quanto independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, do outro lado. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de Audit *Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act*, ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na US *Securities and Exchange Commission* – SEC. Em 2021, o CAE se reuniu 20 (vinte) vezes no exercício de suas funções.

Os membros do CAE analisaram as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021"). Considerando as informações prestadas pela Diretoria Estatutária da Companhia e pela auditoria externa da Ernst & Young Auditores Independentes S/S. ("EY"), bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, o CAE avaliou que essas informações e documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia, para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

9.8. Comitê de Controle e Riscos

O Comitê de Controle e Riscos (CCR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de medidas de controle interno e de gestão de riscos, e o cumprimento de regras de governança. Em 31 de dezembro de 2021, o CCR era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2021, o CCR se reuniu 10 (dez) vezes no exercício de suas funções.

9.9. Comitê de Remuneração

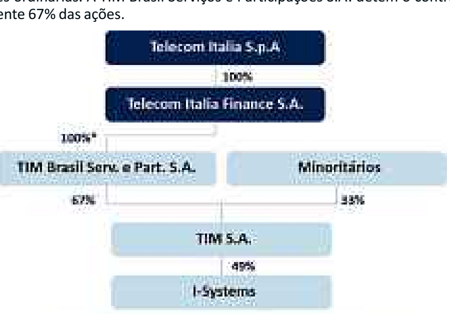
O Comitê de Remuneração (CR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de propostas de rateio da remuneração global aprovada pela Assembleia Geral, e o critério de remuneração dos Diretores Estatutários e dos altos executivos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o CR era composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) desses independente. Ao longo de 2021, o CR se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

9.10. Comitê de Environmental, Social & Governance

O Comitê de *Environmental, Social & Governance* (CESG), , é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui a finalidade de assessorar o CDA no desenvolvimento e implementação da estratégia e dos princípios de *Environmental, Social & Governance*, incluindo, dentre outras atividades, a recomendação das diretrizes e da estratégia da Companhia aplicáveis à gestão de questões ambientais, sociais e de governança. Em 31 de dezembro de 2021, o CESG era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2021, o CESG se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

9.11. Estrutura Acionária

A Companhia encerrou 2021 com capital social no montante de R$ 13.477.890.507,55, representado por 2.420.804.398 ações ordinárias. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. detêm o controle acionário da TIM com aproximadamente 67% das ações.



* Telecom Italia S.p.A. detém uma ação da TIM Brasil Serv. e Part. S.A.

9.12. Política de Dividendos

Conforme Estatuto Social e a Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2021, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, a quantia equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

É obrigatória a manutenção de uma reserva legal, à qual a Companhia deve alocar 5% dos lucros líquidos de cada exercício fiscal, até que o valor dessa reserva seja equivalente a 20% do capital.

A distribuição de dividendos anuais é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária.

Nos dias 6 de junho, 24 de setembro e 15 de dezembro de 2021, a TIM S.A. divulgou que seu Conselho de Administração aprovou a distribuição de R$ 350 milhões, R$ 137,5 milhões e R$ 560 milhões, respectivamente, a título de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP"). Os pagamentos ocorreram nos dias 20 de julho de 2021, 27 de outubro de 2021 e 25 de janeiro de 2022, sendo as datas de 21 de junho, 29 de setembro e 20 de dezembro de 2021 aquelas que serviram para identificar os acionistas com direito a receber tais valores. Desta forma, as ações adquiridas após as referidas datas estavam ex-direito de distribuição de JSCP. Desse modo, a TIM declarou um montante total de R$ 1.047,5 milhões de JCP em 2021.

9.13. Eventos do Exercício e Subsequentes

Contingência Tributária

Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM sobre o tema, ainda pender julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 547 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

Parceria entre TIM e Cogna

No dia 7 de julho de 2021, a Companhia informou aos seus acionistas, ao mercado em geral e a outras partes interessadas que, juntamente com a Anhanguera Educacional Participações S.A. ("AESAPAR"), uma subsidiária da Cogna Educação S.A ("Cogna"), em conjunto denominadas "Parceiras", concluíram as negociações referentes a uma parceria estratégica ("Parceria") com o objetivo de desenvolver ofertas combinadas com benefícios especiais visando o acesso à educação a distância através da plataforma Ampli.

As Parceiras destacaram o caráter inovador do acordo que celebraram, ao juntar uma plataforma digital de ensino desenvolvida em conceito *mobile-first*, com a maior infraestrutura 4G do Brasil. Esta é uma poderosa combinação que vai ampliar e incentivar o acesso a cursos universitários e livres a todos os clientes da TIM. Essa abordagem oferece grande potencial de geração de valor para ambas as empresas por meio do crescimento da base de clientes e aumento de receitas.

A Parceria se encaixa na estratégia de Plataforma de Clientes que vem sendo trabalhada pela Companhia desde 2020. Esta estratégia busca a monetização dos ativos que a TIM detém como operadora de telefonia móvel através de parcerias estratégicas que criem valor para nossos clientes e para a própria empresa.

Este acordo não cria uma *joint venture* e, portanto, a TIM mantém a independência de suas operações. Por meio de um mecanismo de remuneração baseado em objetivos e a depender da evolução dos resultados da parceria, a TIM se tornará sócia minoritária da AESAPAR em uma nova empresa a ser criada como consequência da separação de ativos da plataforma Ampli ("Ampli Co"). A constituição e operação da Ampli Co será submetida pela AESAPAR às autoridades competentes, em especial ao Ministério da Educação (MEC).

A participação da TIM na Ampli Co pode atingir até 30% do seu capital e a subscrição das ações deverá ser previamente aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. No plano definido, há a expectativa de a Ampli Co buscar no futuro um IPO (*Initial Public Offering*).

TIM obtém direito ao exercício da 3ª e 4ª tranches de bônus de subscrição no Banco C6

Em julho de 2021, no âmbito da parceria estratégica ("Parceria") firmada com o Banco C6 S.A. ("C6" ou "Banco"), a TIM obteve o direito ao exercício da 3ª tranche do bônus de subscrição do capital social do C6, em decorrência do atingimento do 3º nível das metas acordadas, desta forma foram registrados no balanço da Companhia bônus equivalentes a aproximadamente 0,7% do capital do banco, totalizando de 3,6%.

Em outubro de 2021, a TIM obteve o direito ao *vesting* da 4ª tranche do bônus de Subscrição de participação indireta no capital social do C6, em decorrência do atingimento do 4º nível das metas acordadas no âmbito da parceria, o que significa o atingimento equivalente à participação indireta acumulada de aproximadamente 4,08% no capital social do C6.

TIM elege nova CFO/ DRI

Em agosto de 2021, a TIM anunciou a Sra. Camille Loyo Faria para às posições de Diretora Financeira (CFO) e de Diretora de Relações com Investidores (DRI). Camille chega à TIM com uma larga experiência em funções executivas no setor de telecomunicações e infraestrutura, com passagens por companhias da indústria. Em sua carreira ela acumula ainda atuações importantes na área de *Investment Banking* e no setor de energia.

Fechamento da transação entre a IHS e a I-Systems

No dia 16 de novembro de 2021, a TIM S.A. ("TIM") e a IHS Fiber Brasil ("IHS", após as autorizações regulatórias da ANATEL e do CADE, foi consumado o fechamento da transação com vistas à aquisição, pela IHS, de participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. ("FiberCo"), empresa constituída pela TIM para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura.

Como resultado do fechamento da Transação, a IHS Brasil passou a deter 51% do capital social da FiberCo, permanecendo os restantes 49% sob o controle da TIM.

A FiberCo começa sua operação com aproximadamente 15.000 km de fibra em rede secundária, cobrindo, aproximadamente, 6,4milhões de domicílios (*homes passed*), sendo 3,5 milhões em FTTH e 3,4 milhões em FTTC, que constituem a base inicial de ativos transferidos pela TIM. Os domicílios conectados (*homes connected*) são aproximadamente 700 mil sobre os quais a FiberCo fornecerá serviços de operação e manutenção a TIM. Além disso, foram transferidos a FiberCo cerca de 140 funcionários, e outros ativos e contratos, todos exclusivamente relacionados com o perímetro das suas atividades.

Com a conclusão da aquisição, a FiberCo passou a se chamar I-Systems, e inicia sua trajetória como um veículo de infraestrutura tendo como missão implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado, tendo a TIM como cliente âncora.

ANATEL concede anuência prévia para transferência de controle das atividades de telefonia móvel da Oi

Em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL– Agência Nacional de Telecomunicações, por unanimidade, concedeu anuência prévia à implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[15], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Transação").

A anuência prévia prevê determinados condicionantes em linha com uma transação dessa natureza, os quais visam principalmente garantir o acesso de prestadoras de pequeno porte às redes de abrangência nacional, manter compromissos vinculados às radiofrequências transferidas, estabelecer os parâmetros mínimos do plano de comunicação ligado à Transação e assegurar aos usuários certos direitos nas etapas de migração.

TIM elege novo Diretor Presidente (CEO)

Em 31 de janeiro de 2022, a o Conselho de administração da Companhia anunciou o Sr. Alberto Mario Griselli para substituir o Sr. Pietro Labriola nos cargos de CEO e membro do Conselho. O Sr. Griselli, que desde julho de 2019 ocupava o cargo de *Chief Revenue Officer* (CRO) da Companhia, é formado em Engenharia Eletrônica pela La Sapienza University em Roma e FMBA pela Columbia University. Com mais de 20 anos de experiência no setor de telecomunicações, ocupou cargos relevantes como vice-presidente para América Latina da TIMwe, fornecedora global de soluções de engajamento móvel para operadoras de telecomunicações, e *Managing Director* para América Latina da Value Partners, empresa de consultoria de gestão.

CADE aprova a aquisição pela TIM da maior parte dos ativos da operação de telefonia móvel da Oi

Em 09 de fevereiro de 2022, o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, no âmbito do Ato de Concentração n° 08700.000726/2021-08, aprovou a implementação da operação societária referente à transferência integral do controle ("Transação") das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE") , que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel", "Vendedora"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Compradoras").

A aprovação prevê um conjunto de condicionantes, em sua maioria comportamentais, e que compunham uma proposta de Acordo em Controle de Concentração ("ACC") feita pelas Compradoras ao CADE. Esses condicionantes tem um caráter modular e podem ser utilizados por novos entrantes e operadoras de menor porte para reduzir barreiras de entrada e alavancar a exploração de diferentes modelos de negócios, sem afetar o objetivo primário da TIM de fortalecer sua infraestrutura, fechando a disparidade de capacidade espectral em relação a seus principais concorrentes. Desta maneira, a Companhia entende que foi atingido um equilíbrio entre criação de valor e mitigação das preocupações concorrenciais para o setor que o ACC endereça.

A efetiva conclusão da Transação, que definirá um equilíbrio de infraestrutura entre os três principais concorrentes do setor, ainda depende do cumprimento de determinadas etapas previstas no Contrato de Compra e Venda. Entretanto, uma vez ocorrida trará benefícios amplos, mantendo alto grau de rivalidade setorial e garantindo os investimentos necessários para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e o avanço digital do país.

10. Auditoria Independente – IN CVM nº 381

Em 2021, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou serviços de auditoria de nossas demonstrações financeiras e outros serviços não relacionados à auditoria, que estão relacionados à revisão do Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

Tais serviços não superaram o patamar de 5% do total dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. No entendimento dos auditores externos a prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados. Os auditores possuem processos internos para garantir que estes outros serviços sejam avaliados internamente, bem como pré-aprovados antes da apresentação de qualquer proposta à TIM.

A Companhia destaca ainda que está sujeita à uma política, aprovada pelo Conselho de Administração em 24/09/2021, que disciplina o processo de contratação dos auditores externos bem como de eventuais serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Controladora. Tal documento define ainda, um rol exemplificativo de serviços não relacionados à auditoria cuja contratação é vedada.

11. Mercado de Capitais

As ações ordinárias da TIM S.A. são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) sob o código TIMS3 e as ADRs, *American Depositary Receipts*, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, *New York Stock Exchange* (NYSE), sob o código TIMB.

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou 2021 em 104.822 pontos, acumulando uma queda de 11,92% quando comparado ao ano anterior, e valor de mercado de R$ 3,7 trilhões.

A Companhia encerrou 2021 com suas ações ordinárias cotadas a R$ 13,15 na B3, uma queda de 7,1% A/A, enquanto as ADRs, na NYSE, fecharam ao preço de U$ 11,64, redução de 13,5% A/A. Em valor de mercado, a TIM fechou o ano valorada em R$ 31,8 bilhões ou US$ 5,6 bilhões.

Considerações Finais

A TIM S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos seus clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incansavelmente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado. Os agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teriam sido atingidos os objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na gestão do negócio.

A Administração

[15] Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Ativo		49.819.186	41.654.417	41.654.417
Circulante		15.398.048	10.411.555	10.411.556
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.228.615	2.575.290	2.575.291
Títulos e valores mobiliários	5	4.568.020	2.070.438	2.070.438
Contas a receber de clientes	6	3.066.906	3.051.834	3.051.834
Estoques	7	202.553	246.602	246.602
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	354.620	374.015	374.015
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	1.311.906	1.421.112	1.421.112
Despesas antecipadas	11	275.148	149.796	149.796
Instrumentos financeiros derivativos	37	134.292	262.666	262.666
Arrendamentos	16	30.076	5.357	5.357
Outros valores a compensar	17	28.661	43.906	43.906
Outros ativos		197.251	210.539	210.539
Não Circulante		34.421.138	31.242.862	31.242.861
Realizável a longo prazo		3.925.956	4.115.088	4.115.088
Títulos e valores mobiliários	5	11.508	7.061	7.061
Contas a receber de clientes	6	186.301	128.827	128.827
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	905.312	856.786	856.786
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	730.455	1.277.127	1.277.127
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	536.888	550.646	550.646
Depósitos judiciais	12	718.773	794.755	794.755
Despesas antecipadas	11	83.139	73.598	73.598
Instrumentos financeiros derivativos	37	521.627	239.423	239.423
Arrendamentos	16	213.045	156.841	156.841
Outros ativos		18.908	30.024	30.024
Investimento	13	1.601.703	1	-
Imobilizado	14	18.308.400	18.100.698	18.100.698
Intangível	15	10.585.079	9.027.075	9.027.075

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		49.819.186	41.654.417	41.654.417
Total do Passivo		24.712.080	18.471.672	18.471.672
Circulante		10.611.482	8.301.956	8.301.956
Fornecedores	18	3.267.404	3.128.732	3.128.732
Empréstimos e financiamentos	20	538.450	1.689.385	1.689.385
Passivo de arrendamento	16	1.269.878	1.054.709	1.054.709
Instrumentos financeiros derivativos	37	194.837	7.273	7.273
Obrigações trabalhistas		303.239	272.635	272.635
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	1.418.682	935.778	935.778
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	245.113	296.299	296.299
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	533.580	538.576	538.576
Autorizações a pagar	19	2.630.169	102.507	102.507
Receitas diferidas	23	197.179	266.436	266.436
Outros passivos		12.951	9.626	9.626
Não Circulante		14.100.598	10.169.716	10.169.716
Empréstimos e financiamentos	20	3.307.015	655.647	655.647
Instrumentos financeiros derivativos	37	13.950	28.893	28.893
Passivo de arrendamento	16	7.793.661	7.324.126	7.324.126
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	3.273	3.102	3.102
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	13.227	212.444	212.444
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	960.881	886.947	886.947
Planos de pensão e outros benefícios pós emprego	38	6.492	7.346	7.346
Autorizações a pagar	19	1.250.918	232.940	232.940
Receitas diferidas	23	689.161	755.488	755.488
Outros passivos		62.020	62.783	62.783
Patrimônio Líquido	25	25.107.106	23.182.745	23.182.745
Capital social		13.477.891	13.477.891	13.477.891
Reservas de capital		401.806	397.183	397.183
Reservas de lucros		11.236.551	9.317.356	9.317.356
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.285)	(4.848)	(4.848)
Ações em tesouraria		(4.857)	(4.837)	(4.837)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para expansão	Reservas de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos 01 de janeiro de 2021	13.477.891	397.183	1.036.194	6.499.602	1.781.560	(4.837)	(4.848)	-	23.182.745
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.957.174	2.957.174
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	563	-	563
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	563	2.957.174	2.957.737
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Plano de incentivo a longo prazo	-	4.623	-	-	-	-	-	-	4.623
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	(20)	-	-	(20)
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	-	-	139.021	-	-	-	-	(139.021)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(1.047.500)	(1.047.500)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	176.741	-	-	(176.741)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	1.593.912	-	-	-	(1.593.912)	-
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	9.521	-	-	-	-	9.521
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	4.623	139.021	1.603.433	176.741	(20)	-	(2.957.174)	(1.033.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.477.891	401.806	1.175.215	8.103.035	1.958.301	(4.857)	(4.285)	-	25.107.106

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para expansão	Reservas de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	13.476.172	36.154	952.486	5.985.793	1.612.019	-	(3.817)	-	22.058.807
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.843.690	1.843.690
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido (nota 13)	-	-	-	-	-	-	(1.031)	-	(1.031)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.031)	1.843.690	1.842.659
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Incorporação de sociedade do Grupo TIM (Nota 1)	1.719	353.604		-	-	-	-	-	355.323
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	7.425	-	-	-	-	-	-	7.425
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	(4.837)	-	-	(4.837)
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal (nota 25)	-	-	83.708	-	-	-	-	(83.708)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(1.083.000)	(1.083.000)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	169.541	-	-	(169.541)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	507.441	-	-	-	(507.441)	-
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	6.368	-	-	-	-	6.368
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	1.719	361.029	83.708	513.809	169.541	(4.837)	-	(1.843.690)	(718.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.477.891	397.183	1.036.194	6.499.602	1.781.560	(4.837)	(4.848)	-	23.182.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Receitas			
Receita operacional bruta (nota 27)	25.357.429	24.346.101	24.346.101
Outras receitas (nota 29)	2.709.251	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	(544.642)	(552.817)	(552.817)
Descontos concedidos, devoluções e outros	(2.619.680)	(2.543.707)	(2.543.707)
	24.902.358	21.249.577	21.249.577
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(2.676.158)	(2.641.923)	(2.641.923)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.026.187)	(2.949.673)	(2.949.673)
	(7.702.345)	(5.591.596)	(5.591.596)
Retenções			
Depreciação e amortização	(5.691.696)	(5.527.012)	(5.527.012)
Valor adicionado líquido produzido	11.508.317	10.130.969	10.130.969
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	(11.572)	-	-
Receitas financeiras	1.612.676	796.406	796.406
	1.601.104	796.406	796.406
Valor adicionado total a distribuir	13.109.421	10.927.375	10.927.375
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	621.702	552.749	552.749
Benefícios	191.346	196.124	196.124
F.G.T.S	63.689	60.722	60.722
Outros	46.649	42.498	42.498
	923.386	852.093	852.093
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	2.113.953	1.906.223	1.906.223
Estaduais	3.773.000	3.791.380	3.791.380
Municipais	127.934	114.390	114.390
	6.014.887	5.811.993	5.811.993
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros	2.263.324	1.601.595	1.601.595
Aluguéis	941.503	813.175	813.175
	3.204.827	2.414.770	2.414.770
Outros			
Investimento social	9.147	4.829	4.829
	9.147	4.829	4.829
Remuneração de Capital Próprio			
Dividendos e JCP	1.047.500	1.083.000	1.083.000
Lucros retidos	1.909.674	760.690	760.690
	2.957.174	1.843.690	1.843.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Receita líquida	27	18.058.027	17.267.812	17.267.812
Custos de serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	(8.443.023)	(7.996.615)	(7.996.615)
Lucro bruto		9.615.004	9.271.197	9.271.197
Receitas (despesas) operacionais:				
Comercialização	28	(4.621.788)	(4.443.027)	(4.443.027)
Gerais e administrativas	28	(1.723.384)	(1.656.267)	(1.656.267)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(11.572)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	29	497.771	(356.986)	(356.986)
		(5.858.973)	(6.456.280)	(6.456.280)
Lucro antes de receitas e despesas financeiras		3.756.031	2.814.917	2.814.917
Receitas (despesas) financeiras:				
Receitas financeiras	30	1.091.748	432.287	432.287
Despesas financeiras	31	(1.745.213)	(1.232.781)	(1.232.781)
Variações cambiais, líquidas	32	659	(6.783)	(6.783)
		(652.806)	(807.277)	(807.277)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.103.225	2.007.640	2.007.640
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	33	(146.051)	(163.950)	(163.950)
Lucro líquido do exercício		2.957.174	1.843.690	1.843.690
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R$ por ação)				
Lucro básico por ação	34	1,22	0,76	0,76
Lucro diluído por ação	34	1,22	0,76	0,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	2.957.174	1.843.690	1.843.690
Outros componentes do resultado abrangente			
Item que não será reclassificado para o resultado:			
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	853	(1.562)	(1.562)
Tributos diferidos	(290)	531	531
Total do resultado abrangente do exercício	2.957.737	1.842.659	1.842.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.103.225	2.007.640	2.007.640
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	28	5.691.696	5.527.012	5.527.012
Resultado de equivalência patrimonial	13	11.572	-	-
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		51.913	(88.085)	(88.085)
Ganho na transação de venda 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)		(782.237)	-	-
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		1.486	(284)	(284)
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	278.789	333.724	333.724
Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos		(27.768)	131.253	131.253
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		119.864	166.057	166.057
Juros sobre passivo de arrendamento		858.259	910.691	910.691
Juros sobre arrendamentos		56	(10.698)	(10.698)
Provisão para perdas de crédito esperadas	28	544.642	552.817	552.817
Planos de incentivo a longo prazo	26	15.672	2.588	2.588
		9.867.169	9.532.715	9.532.715
Redução (aumento) dos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes		(583.346)	(390.087)	(390.087)
Impostos, taxas e contribuições a recuperar		664.397	1.260.949	1.260.949
Estoques		44.050	(43.325)	(43.325)
Despesas antecipadas		(134.893)	20.928	20.928
Depósitos judiciais		215.698	203.567	203.567
Outros ativos		41.610	(111.003)	(111.003)
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Obrigações trabalhistas		35.506	53.667	53.667
Fornecedores		153.357	(818.989)	(818.989)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		366.605	(320.674)	(320.674)
Autorizações a pagar		(8.604)	(10.871)	(10.871)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	24	(316.804)	(413.634)	(413.634)
Receitas diferidas		(135.583)	(87.188)	(87.188)
Outros passivos		(116.981)	(132.606)	(132.606)
Caixa gerado pelas operações		**10.092.181**	**8.743.449**	**8.743.449**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.094)	(69.578)	(69.578)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**10.078.087**	**8.673.871**	**8.673.871**
Atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários		(2.502.030)	(1.428.888)	(1.428.888)
Caixa proveniente da venda de 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)		1.096.294	-	-
Caixa proveniente da incorporação da TIM Participações		-	21.959	21.959
Integralização de Capital FiberCo (nota 1)		-	-	1
Adições ao imobilizado e intangível (i)		(5.283.707)	(3.891.306)	(3.891.306)
Recebimento de arrendamentos		47	4.879	4.879
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(6.689.396)**	**(5.293.356)**	**(5.293.355)**
Atividades de financiamentos				
Novos empréstimos		3.062.000	1.800.000	1.800.000
Amortização de empréstimos		(1.710.935)	(1.806.922)	(1.806.922)
Juros pagos – Empréstimos		(78.952)	(72.643)	(72.643)
Pagamento de passivo de arrendamento		(1.179.723)	(927.903)	(927.903)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento		(832.928)	(794.391)	(794.391)
Novos financiamentos licença 5G		843.020	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		216.197	(134.360)	(134.360)
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações		(11.069)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(1.042.976)	(1.153.054)	(1.153.054)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(735.366)**	**(3.089.273)**	**(3.089.273)**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		**2.653.325**	**291.242**	**291.243**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**2.575.290**	**2.284.048**	**2.284.048**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**5.228.615**	**2.575.290**	**2.575.291**

(i) Efeitos da aquisição 5G sem impacto no caixa, vide nota 40.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

Estrutura societária

A TIM S.A. ("TIM", "Companhia" e/ou "Empresa") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detinha 66,59% do capital social da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2021 (66,58% em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia presta Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&F/Bovespa). Adicionalmente, a TIM S.A possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Em dezembro de 2020, o Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada no dia 10 de dezembro de 2020, a constituição de uma sociedade denominada FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda, como preparação para futura segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial.

No dia 5 de maio de 2021, a TIM S.A. informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no mesmo dia, foi aprovado um acordo entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. ("IHS"), com vistas a aquisição, pela IHS, da participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. ("FiberCo").

O processo de aquisição de participação societária da FiberCo, posteriormente denominada I–Systems, pela IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems.

O detalhamento da venda da participação societária da FiberCo, está descrito abaixo.

Reorganização Societária

Venda de 51% da I-Systems (antiga FiberCo) para IHS

Em 5 de maio de 2021, a Companhia publicou a decisão de seu Conselho de Administração sobre a alienação por parte da TIM de 51% do capital social da FiberCo em favor da IHS, permanecendo os restantes 49% sob o controle da Companhia quando do fechamento da operação (*closing*).

A FiberCo foi constituída pela Companhia para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura. A FiberCo nasce com a missão de implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado. Não obstante, os termos do acordo definem a TIM como principal cliente neste momento, tendo a prerrogativa de 6 meses de exclusividade após a entrada em novas áreas.

Em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A. registrou investimento em coligada no valor de R$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49%.

Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477.

De acordo com laudo de avaliação do acervo líquido formado pelos ativos e passivos o valor apurado de R$1.211.789 foi integralizado como capital social da I-Systems em 1º de novembro de 2021.

O processo de venda do percentual de 51% de participação societária da nova companhia, I-Systems, para IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Para a conclusão da venda, a IHS realizou uma integralização de capital R$582.498 (primária) na nova companhia (I-Systems) e o pagamento de R$1.096.294 (secundária) diretamente a TIM S.A., totalizando, desta forma R$1.678.792 pela aquisição de 51% de participação societária. O valor justo apurado por 100% da nova companhia foi de R$3.291.794.

No momento do *closing* a participação na investida foi registrada pelo valor justo conforme previsto pelo IFRS 10 (CPC36), sendo, posteriormente, conforme definido na norma IAS 28 (CPC18), avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

Conforme previsto no IAS 28 (CPC18), a venda de investimento com perda de controle deve ser reconhecida pela baixa total de investimento e reconhecimento de parte do investimento da coligada pelo valor justo.

Os efeitos da transação estão detalhados abaixo:

Descrição	31/12/2021
Preço da transação	1.096.294
Registro investimento a *fair value*	1.612.957
Custo dos ativos	
Baixa do investimento	(1.211.472)
Baixa do ágio na aquisição Fiber RJ/Fiber SP	(1.051.477)
Baixa do imposto diferido sobre ágio amortizado fiscalmente	335.935
Ganho na transação	782.237
Imposto de renda e contribuição social	(509.245)
Ganho líquido na transação	272.992
Ganho antes de IR e CS na remensuração do investimento a valor justo	668.720
Ganho antes de IR e CS na alienação do ativo	113.517

Incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

Em 29 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a submissão à Assembleia Geral Extraordinária da proposta de incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada em 31 de agosto de 2020, e aprovou, por maioria dos votos, a incorporação da TIM Participações pela TIM S.A, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre as administrações das companhias em 29 de julho de 2020.

Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de agosto de 2020 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Participações, no montante de R$355.323.

Conforme previsto no Protocolo de Incorporação, as variações do patrimônio da TIM Participações entre a data do laudo (31 de março de 2020) e do ato societário de incorporação (31 de agosto de 2020), foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da incorporada. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Participações foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito. Esta transação não teve impacto econômico ou tributário e o ágio incorporado não será utilizado para fins de quaisquer compensações fiscais.

Esta reorganização societária, teve como objetivo proporcionar maior eficiência e simplificação da estrutura organizacional do Grupo TIM, tornando a estrutura de controles internos mais eficientes. Além disso, a reorganização societária proporciona uma otimização de carga tributária nas futuras distribuições de juros sobre capital próprio, e também, a integração de unidades administrativas e financeiras, permitindo, a concentração e redução dos custos operacionais e outras despesas administrativas com serviços profissionais. Como resultado desta operação, não houve qualquer impacto para os acionistas controladores e não controladores.

Após a Incorporação, a TIM S.A., passou a ser a ser negociada com os códigos TIMS3 na B3 e TIMB na NYSE.

Para fins de apresentação do saldo comparativo, as informações patrimoniais e financeiras da TIM S.A. permanecem inalteradas atendendo o conceito de entidade legal para a apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O acervo líquido contábil na data de incorporação, em 01 de setembro de 2020, está sumariado a seguir:

	01/09/20		01/09/20
Ativo		**Passivo**	
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	21.959	Impostos, taxas e contribuições a recolher	368
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	28.515	Outros passivos	10.708
Outros ativos	166	Total do passivo circulante	11.076
Total do ativo circulante	50.640	**Não circulante**	
Não circulante		Provisão para processos judiciais e administrativos	36.850
Depósitos judiciais	72.346	Outros passivos	29.752
Outros ativos	1.254	Total do passivo não circulante	66.602
		Patrimônio Líquido	
Ágio[1]	308.761	Capital social	1.719
Total do ativo não circulante	382.361	Reservas	353.604
		Total do patrimônio líquido	355.323
Total do ativo	433.001	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	433.001

[1] O Ágio incorporado possui a seguinte composição:

Ágio rentabilidade futura	367.571
Mais valia de passivos (provisão para processos judiciais) em combinação de negócios	(89.106)
Imposto de renda diferido sobre mais valia	30.296
	308.761

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R$), que também é a moeda funcional da Companhia.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que a partir da reorganização societária mencionada na Nota 1, todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas exclusivamente na TIM S.A. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

Os saldos consolidados comparativos para dezembro de 2021 não foram apresentados, uma vez que a subsidiária I-Systems (antiga Fiber Co) foi constituída em dezembro de 2020 e conforme descrito na nota 1, teve 51% de participação acionária alienada à IHS, quanto a TIM S.A. passou a deter participação minoritária não controladora de 49%. Nesse momento a TIM S.A. passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

e. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2022.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

• Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado;
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado;
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

O grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

• Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

• CPC 11 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).

• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.

Essa norma não se aplica a Companhia.

• Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

• O que significa um direito de postergar a liquidação;
• Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
• Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
• Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

• Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros do Grupo.

• Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Impactos COVID - 19

Desde março de 2020 foi decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde devido ao surto do Coronavirus 2019 (COVID-19), os principais impactos e primeiros casos foram contabilizados no Brasil e no mundo também do primeiro trimestre de 2020.

O surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e se prolonga até 2021 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram muito a atividade econômica, incluindo alguns impactos nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa das Companhias no Brasil. Ao longo de 2020, foi decretado o l*ockdown* em vários estados do Brasil que durou de março a junho de 2020.

No ano de 2020, a Companhia apresentou uma infraestrutura robusta sendo parte de um segmento extremamente importante neste período de crise, essencial para a população, governo e sistema de saúde. Após análise interna, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia não é altamente alavancada e ainda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa do volume de caixa.

Em 2021, houve o agravamento da crise com aumento do número de casos, consequentemente, a necessidade de novas medidas de restrição, dentre elas o fechamento do comercio impactando o funcionamento das lojas novamente, mas as restrições tiveram uma duração menor comparada a 2020, reduzindo o impacto do fechamento das lojas. Essas restrições foram implementadas principalmente no mês de março em diferentes cidades do Brasil.

Em setembro de 2021, o país apresentou uma evolução significativa nos níveis de vacinação, com redução da taxa de transmissão e número de casos, com isso houve uma leve melhora nas atividades econômicas. Até o momento, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações.

Estamos no 2º ano de pandemia e sem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros e investimentos em coligadas

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15) e seus ativos tangíveis e intangíveis.

Os investimentos líquidos em coligadas são avaliados após a aplicação do método de equivalência patrimonial para determinar se há qualquer evidencia objetiva de não recuperabilidade. O valor recuperável de um investimento em coligada deve ser determinado para cada investimento, a menos que a coligada não gere entradas de caixa de forma contínua que sejam em grande parte independentes daquelas geradas por outros ativos da entidade. O investimento em coligada foi avaliado conforme descrito na nota 13.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

(e) Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenues"

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(f) Arrendamentos

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 16), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 01/01/2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Caixa e bancos	99.821	100.008	100.009
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:			
CDB/Compromissadas	5.128.794	2.475.282	2.475.282
	5.228.615	2.575.290	2.575.291

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB's e Operações Compromissadas é de 101,57% (101,24% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
FUNCINE (i)	11.508	7.061
Fundo Soberano (ii)	9.624	5.220
FIC: (iii)		
Títulos Públicos (iv)	2.975.613	1.345.797
CDB (v)	40.496	17.370
Letra Financeira (vi)	703.118	292.500
Outros (vii)	839.169	409.551
	4.579.528	2.077.499
Parcela circulante	(4.568.020)	(2.070.438)
Parcela não circulante	11.508	7.061

(i) A partir de dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média em 2021 é negativa em 0,06% a.a. (negativa em 3,34% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2021 é de 95,13% (87,71% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(iii) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2021 dos FIC's foi de 122,76% (112,72% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(iv) Títulos públicos são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(v) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco e com taxas predeterminadas.

(vi) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo.

(vii) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

6. Contas a receber de clientes

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços *("unbilled")*. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada ("*impairment*").

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,19% (0,22% em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Contas a receber de clientes	3.253.207	3.180.661
Contas a receber bruta	4.000.026	3.831.921
Serviços faturados	2.107.682	2.039.403
Serviços a faturar *("unbilled")*	849.762	817.669
Uso de rede	504.333	399.083
Venda de mercadorias	521.362	552.962
Ativo contratual (nota 23)	15.340	14.914
Outras contas a receber	1.547	7.890
Perdas por crédito de liquidação esperada	(746.819)	(651.260)
Parcela circulante	(3.066.906)	(3.051.834)
Parcela não circulante	186.301	128.827

A movimentação da provisão para perda por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	651.260	774.077
Constituição de provisão	544.642	552.817
Baixas de Provisão	(449.083)	(675.634)
Saldo Final	746.819	651.260

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	2021	2020
Total	4.000.026	3.831.921
A vencer	2.895.999	2.785.469
Vencidos até 30 dias	246.195	248.955
Vencidos até 60 dias	100.027	84.218
Vencidos até 90 dias	77.280	71.635
Vencidos a mais de 90 dias	680.525	641.644

7. Estoques

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	2021	2020
Estoques	202.553	246.602
Estoques	214.605	257.477
Aparelhos celulares e tablets	140.934	186.961
Acessórios e cartões pré-pagos	53.791	55.558
TIM chips	19.880	14.958
Perdas para ajuste ao valor de realização	(12.052)	(10.875)

8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	1.259.932	1.230.801
ICMS	1.216.912	1.188.018
Outros	43.020	42.783
Parcela circulante	(354.620)	(374.015)
Parcela não circulante	905.312	856.786

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips, tablets e modems* comercializados pela TIM.

(iii) por créditos de ICMS decorrentes do trânsito em julgado favorável, em maio de 2021, em uma ação de repetição de indébito referente a serviços de telefonia pré-paga em Santa Catarina, no montante de R$ 52 milhões.

9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	2.042.361	2.698.239
Imposto de renda e contribuição social (i)	807.096	381.905
PIS / COFINS (ii)	1.164.772	2.253.545
Outros	70.493	62.789
Parcela circulante	(1.311.906)	(1.421.112)
Parcela não circulante	730.455	1.277.127

(i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados a outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

Em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pender de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 547 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporadas em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. De acordo com a avaliação interna da Companhia, esperamos utilizar tais créditos até o 2º trimestre do ano de 2022.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda.), na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza, discute este tema judicialmente desde 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação. O valor total registrado em 2019 referente a esses créditos foi de R$3.023 milhões, sendo R$1.795 milhões de principal e R$1.228 milhões de atualizações monetária.

Os valores contabilizados são atualizados mensalmente pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), disponibilizada no site da Receita Federal do Brasil.

Em 2020, a TIM efetuou declarações de compensação com créditos oriundos do processo de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, para pagamentos de tributos federais, no valor total de R$ 1.516 milhões. Já no ano de 2021, foram efetuadas compensações no total de R$ 957 milhões com os referidos créditos de PIS e COFINS.

Em maio de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou a discussão quanto ao direito creditório das empresas, definindo em sede de julgamento de Embargos de Declaração, que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral (Tema 69), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 574706.

Considerando que os ministros ratificaram que o ICMS que não se inclui na base de cálculo do PIS/COFINS é o destacado na nota fiscal, confirmamos que os procedimentos adotados pela TIM S.A., quando da habilitação dos créditos de PIS/COFINS, estão adequados.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	219.876	475.128
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	330.627	303.948
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	257.529	224.459
Ajuste a valor presente – licença 3G	3.298	5.240
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	32.377	29.971
Provisão para participação nos lucros dos empregados	40.177	36.915
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	437.950	258.246
Ágio amortizado – TIM Fiber (ii)	(34.560)	(370.494)
Instrumentos financeiros derivativos	(143.948)	(154.718)
Juros capitalizados 4G	(233.433)	(262.608)
Custo atribuído – TIM S.A.	(42.617)	(53.792)
Ajustes sobre contratos de *leasing*	369.521	303.833
Depreciação acelerada (iii)	(466.863)	(266.464)
Ajuste ao valor justo I–Systems (antiga FiberCo) (iv)	(249.477)	-
Outros	16.431	20.982
	536.888	550.646
Parcela imposto ativo diferido	536.888	550.646

(i) Representada principalmente pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020 e 2021. O TFF relativo aos exercícios de 2020 e 2021 tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 21.

(ii) Representado pelo ágio na combinação de negócios das empresas TIM Fiber RJ e SP adquiridas pela TIM em 2012, realizado parcialmente em novembro de 2021 após a conclusão dessa transação.

(iii) A partir do 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R$ 467 milhões até 31 de dezembro de 2021 (R$ 266,5 milhões até 31 de dezembro de 2020) e foi aplicado a partir de 1 de janeiro de 2020.

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda descrita na nota 1 ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2021.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Prejuízos Fiscais e Base Negativa
2022	103.847
2023	79.581
2024	36.448
2025 em diante	-
Total	219.876

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R$255.252 ao longo deste ano até 31 de dezembro de 2021 (R$325.583 em 31 de dezembro de 2020, incluindo prejuízos fiscais).

11. Despesas antecipadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
	358.287	223.394
Propagandas não veiculadas (i)	86.154	1.679
Aluguéis e seguros	67.034	69.208
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (ii)	153.988	125.114
Serviços de TI (iii)	28.626	10.535
Outros	22.485	16.858
Parcela circulante	(275.148)	(149.796)
Parcela não circulante	83.139	73.598

(i) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(ii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/ CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

(iii) Representam os pagamentos antecipados de despesas de serviços de TI para rede migração das informações para nuvem *"cloud"*.

12. Depósitos judiciais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	2021	2020
	718.773	794.755
Cível	285.583	315.312
Trabalhista	128.607	149.390
Tributário	178.914	181.670
Regulatório	111	111
Penhora Online (i)	125.558	148.272

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Cível

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, como por exemplo caso em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em Juízo em discussão é de R$72.533 (R$ 70.560 em 31 de dezembro de 2020).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

(a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 34.289 (R$ 34.544 em 31 de dezembro de 2020).

(b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.073 (R$ 8.862 em 31 de dezembro de 2020).

(c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$20.022 (R$ 18.883 em 31 de dezembro de 2020).

(d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$11.254 (R$ 11.317 em 31 de dezembro de 2020).

(e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$8.048 (R$ 7.843 em 31 de dezembro de 2020).

(f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$3.478 (R$ 3.329 em 31 de dezembro de 2020).

(g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$3.582 (R$ 3.514 em 31 de dezembro de 2020).

(h) Depósito realizado pela TIM S.A – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 61.752 (R$ 58.664 em 31 de dezembro de 2020).

(i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.960 (R$ 14.505 em 31 de dezembro de 2020).

(j) CSLL – Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa, assim como cobrança referente a compensação BC Negativa / Prejuízo Fiscal sucedida. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.730 (R$ 9.739 em 31 de dezembro de 2020).

13. Investimento

A participação societária em coligada ou controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

O Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada em 10 de dezembro de 2020, a constituição da FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. ("FiberCo"), uma sociedade limitada, como preparação para uma possível (ou eventual) segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial. A empresa foi constituída em 16 de dezembro de 2020 e transformada em S.A. em maio de 2021.

Tal processo foi uma das etapas intermediárias da transformação da TIM na prestação dos serviços de banda larga, e objetivava a criação de um veículo aberto de infraestrutura de fibra ótica ("FiberCo") com a captação de um parceiro estratégico que se tornará sócio da FiberCo. A FiberCo atua no mercado de atacado podendo prover serviços de conectividade em fibra, de última milha e de transporte, para as operadoras do mercado, contando com a TIM como cliente (vide nota 1).

Conforme mencionado na nota 1, em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e criação da I-Systems (antes denominada FiberCo) com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A., avaliou a transação como perda de controle e parou de consolidar, registrando o investimento em coligada no valor de R$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49% (R$ 1.601.703 em 31 de dezembro de 2021).

A TIM S.A. tem 49% (100% em 31 de dezembro de 2020) de participação no capital social da I-Systems (antiga FiberCo).

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* no investimento líquido registrado.

a) Participação em empresa controlada

Em 31 de dezembro de 2020, a TIM S.A. detinha 100% de controle sobre a Fiber Co (atual I-Systems).

	2021 Fiber Co (atual I-Systems)	2020 Fiber Co (atual I-Systems)
Quantidade de quotas/ações detidas	1.000	1.000
Participação no capital total	100%	100%
Patrimônio líquido em 31/10/2021	(318)	1
Prejuízo líquido de janeiro a outubro/21	(318)	-
Resultado de equivalência patrimonial até 31 de outubro de 2021	(318)	-
Valor do investimento em 31 de dezembro	-	1

Mutação do investimento em empresas controladas:

	FiberCo (atual I-Systems) (controlada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	1
Resultado de equivalência patrimonial até out/21	(318)
Aumento de capital	1.211.789
Baixa do investimento	(1.211.472)
Saldo do investimento em 16 novembro 2021	-

b) Participação em empresa coligada

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tem em sua estrutura societária empresas controladas. Em novembro de 2021, a TIM S.A. passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

	2021 I-Systems
Quantidade de ações detidas	1.794.287.995
Participação no capital total	49%
Patrimônio líquido	1.794.288
Prejuízo líquido do exercício	(22.968)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.254)
Valor do investimento	1.601.703

Mutação do investimento em empresas coligadas:

	I-Systems (coligada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	-
Reavaliação da participação minoritária a valor justo	1.612.957
Resultado de equivalência patrimonial nov/21 e dez/21	(11.254)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2021	1.601.703

14. Imobilizado

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

• Movimentação do imobilizado

	Saldo em dez/20	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em dez/21
Total do Custo do Imobilizado Bruto	47.429.167	5.572.362	(3.841.851)	-	49.159.678
Equipamentos de comutação / transmissão	25.875.916	26.905	(2.920.511)	2.872.144	25.854.454
Cabos de fibra ótica	878.100	-	(125.366)	25.778	778.512
Aparelhos em comodato	2.643.336	805	(13.495)	175.808	2.806.454
Infraestrutura	6.436.572	-	(511.635)	518.348	6.443.285
Bens de informática	1.770.386	-	(46.584)	32.538	1.756.340
Bens de uso geral	902.287	-	(43.401)	57.959	916.845
Direito de uso em arrendamentos	8.367.895	1.591.307	(179.875)	-	9.779.327
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(984)	(3.682.575)	783.667
Total Depreciação Acumulada	(29.328.469)	(3.951.760)	2.428.951	-	(30.851.278)
Equipamentos de comutação / transmissão	(18.130.526)	(1.983.589)	1.926.121	-	(18.187.994)
Cabos de fibra ótica	(482.613)	(65.669)	26.077	-	(522.205)
Aparelhos em comodato	(2.398.217)	(145.661)	9.187	-	(2.534.691)
Infraestrutura	(4.018.854)	(408.540)	384.239	-	(4.043.155)
Bens de informática	(1.617.970)	(58.209)	46.449	-	(1.629.730)
Bens de uso geral	(637.903)	(48.204)	36.878	-	(649.229)
Direito de uso em arrendamentos	(2.042.386)	(1.241.888)	-	-	(3.284.274)
Total Imobilizado líquido	18.100.698	1.620.602	(1.412.900)	-	18.308.400
Equipamentos de comutação / transmissão	7.745.390	(1.956.684)	(994.390)	2.872.144	7.666.460
Cabos de fibra ótica	395.487	(65.669)	(99.289)	25.778	256.307
Aparelhos em comodato	245.119	(144.856)	(4.308)	175.808	271.763
Infraestrutura	2.417.718	(408.540)	(127.396)	518.348	2.400.130
Bens de informática	152.416	(58.209)	(135)	32.538	126.610
Bens de uso geral	264.384	(48.204)	(6.523)	57.959	267.616
Direito de uso em arrendamentos	6.325.509	349.419	(179.875)	-	6.495.053
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(984)	(3.682.575)	783.667

(i) As baixas líquidas são representadas principalmente por:

. R$1.218.340 de baixa de ativo imobilizado, o qual compõe parte do saldo de R$1.211.789 de ativos líquidos que foi integralizado como capital social da I-Systems (antiga FiberCo) em 01 de novembro de 2021, conforme descrito na nota 1.

. R$179.875 em direitos de uso em arrendamentos em função de remensuração de contratos, incluindo alterações de vigência e escopo de aluguéis.

	Saldo em dez/19	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em dez/20
Total do Custo do Imobilizado Bruto	43.358.751	4.687.207	(616.791)	-	47.429.167
Equipamentos de comutação / transmissão	22.817.681	10.464	(174.249)	3.222.020	25.875.916
Cabos de fibra ótica	813.589	-	-	64.511	878.100
Aparelhos em comodato	2.489.995	912	(7.140)	159.569	2.643.336
Infraestrutura	6.096.847	92.234	(8.063)	255.554	6.436.572
Bens de informática	1.721.251	1	(9.996)	59.130	1.770.386
Bens de uso geral	859.505	1	(1.544)	44.325	902.287
Direito de uso em arrendamentos	6.933.416	1.849.539	(415.060)	-	8.367.895
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.056	(739)	(3.805.109)	513.881
Total Depreciação Acumulada	(25.746.587)	(3.767.678)	185.796	-	(29.328.469)
Equipamentos de comutação / transmissão	(16.389.213)	(1.906.480)	165.167	-	(18.130.526)
Cabos de fibra ótica	(410.567)	(72.046)	-	-	(482.613)
Aparelhos em comodato	(2.256.863)	(143.309)	1.955	-	(2.398.217)
Infraestrutura	(3.593.833)	(432.549)	7.528	-	(4.018.854)
Bens de informática	(1.565.309)	(62.649)	9.988	-	(1.617.970)
Bens de uso geral	(590.658)	(48.403)	1.158	-	(637.903)
Direito de uso em arrendamentos	(940.144)	(1.102.242)	-	-	(2.042.386)
Total Imobilizado líquido	17.612.164	919.529	(430.995)	-	18.100.698
Equipamentos de comutação / transmissão	6.428.468	(1.896.016)	(9.082)	3.222.020	7.745.390
Cabos de fibra ótica	403.022	(72.046)	-	64.511	395.487
Aparelhos em comodato	233.132	(142.397)	(5.185)	159.569	245.119
Infraestrutura	2.503.014	(340.315)	(535)	255.554	2.417.718
Bens de informática	155.942	(62.648)	(8)	59.130	152.416
Bens de uso geral	268.847	(48.402)	(386)	44.325	264.384
Direito de uso em arrendamentos	5.993.272	747.297	(415.060)	-	6.325.509
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.056	(739)	(3.805.109)	513.881

(i) O valor de R$415.060 é representado por remensuração de contratos e inclui alterações de vigência e escopo de aluguéis e também revisão de estimativa em relação a contratos de baixo valor veículos.

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.019.900	400.262	1.500.909	1.404.438	6.325.509
Adições	630.805	295.874	237.150	427.478	1.591.307
Remensuração	(83.606)	(45.312)	(23.772)	(27.185)	(179.875)
Depreciação	(518.590)	(109.512)	(210.054)	(403.732)	(1.241.888)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.048.509	541.312	1.504.233	1.400.999	6.495.053
Vida útil - %	7,86%	9,70%	9,47%	3,24%	

• Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2021, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

15. Intangível

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, tivemos a capitalização de encargos da licença 4G de 700MHz entre 2014 e 2019 e atualmente temos a capitalização de encargos na aquisição da licença 5G para radiofrequência não prontamente disponível e outras obrigações relacionadas a tal radiofrequência. Essa capitalização ocorre até que o ativo seja considerado disponível para uso pela Administração, e a partir desta data, encerra-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue.

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em dez/20	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/21
Total Custo do Intangível Bruto	31.444.050	4.352.331	(1.165.840)	-	34.630.541
Direito de uso de softwares	19.117.515	-	(112.626)	906.115	19.911.004
Autorizações	9.931.248	50.408	(1.737)	1.171.578	11.151.497
Ágio (i)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	177.866	-	-	8.355	186.221
Outros ativos	329.626	-	-	3.490	333.116
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.572.960
Total Amortização Acumulada	(22.416.975)	(1.739.937)	111.450	-	(24.045.462)
Direito de uso de softwares	(16.378.487)	(1.164.210)	110.679	-	(17.432.018)
Autorizações	(5.816.241)	(542.196)	771	-	(6.357.666)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(67.966)	(8.731)	-	-	(76.697)
Outros ativos	(154.281)	(24.800)	-		(179.081)
Total Intangível Líquido	9.027.075	2.612.394	(1.054.390)	-	10.585.079
Direito de uso de softwares (c)	2.739.028	(1.164.210)	(1.947)	906.115	2.478.986
Autorizações (f)	4.115.007	(491.788)	(966)	1.171.578	4.793.831
Ágio (d)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.900	(8.731)	-	8.355	109.524
Outros ativos	175.345	(24.800)	-	3.490	154.035
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.572.960

(i) Inclui a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477.

	Saldo em dez/19	Saldo Companhia incorporada	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/20
Total Custo do Intangível Bruto	29.861.788	367.571	1.215.636	(945)	-	31.444.050
Direito de uso de softwares	18.184.382	-	-	(939)	934.072	19.117.515
Autorizações	9.811.794	-	32.105	(6)	87.355	9.931.248
Ágio	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	169.327	-	8.539	-	-	177.866
Outros ativos	327.360	-	-	-	2.266	329.626
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.276	-	1.174.992	-	(1.023.693)	360.575
Total Amortização Acumulada	(20.561.032)	-	(1.856.917)	974	-	(22.416.975)
Direito de uso de softwares	(15.093.166)	-	(1.286.295)	974	-	(16.378.487)
Autorizações	(5.278.413)	-	(537.828)	-	-	(5.816.241)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(60.204)	-	(7.762)	-	-	(67.966)
Outros ativos	(129.249)	-	(25.032)	-		(154.281)
Total Intangível Líquido	9.300.756	367.571	(641.281)	29	-	9.027.075
Direito de uso de softwares (c)	3.091.216	-	(1.286.295)	35	934.072	2.739.028
Autorizações (f)	4.533.381	-	(505.723)	(6)	87.355	4.115.007
Ágio (d)	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.123	-	777	-	-	109.900
Outros ativos	198.111	-	(25.032)	-	2.266	175.345
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.276	-	1.174.992	-	(1.023.693)	360.575

Os ativos intangíveis em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Inclui os valores de aquisição da Licença 5G, conforme nota 15.f.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de *softwares*	20
Autorizações	5 a 50
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia possui o seguinte ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – "TIM Fiber SP") e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – "TIM Fiber RJ"). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente. TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R$ 1.159.649. Em novembro de 2021, a Companhia concluiu o *drop-down* de ativos líquidos relacionados ao negócio de banda larga residencial relativos à infraestrutura de rede secundária para a controlada integral FiberCo e realizou a alienação de 51% de participação societária da FiberCo, atualmente denominada I-Systems, em favor da IHS. Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems. Consequentemente, com o fechamento deste negócio em novembro de 2021, o ágio inicialmente registrado na aquisição das empresas Fiber RJ e Fiber SP foi reduzido para R$108.171. Este é o saldo registrado em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A, a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Ágio aquisição da "Intelig" pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente "Intelig") em dezembro de 2009 no montante de R$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R$157.556.

Teste de *impairment*

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM.

A metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* acima mencionados está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, portanto abrange o grupo consolidado. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia. Importante ressaltar que os resultados do grupo são representados essencialmente pela TIM S.A. Deste modo, os resultados da TIM S.A. são o principal gerador de caixa do Grupo TIM, visto que a única empresa operacional atuante no Brasil é a TIM S.A, e por essa razão a Companhia representa uma única unidade geradora de caixa para fins de teste de *impairment* de ativos de vida útil indefinida de acordo com IAS 36 / CPC01.

Em 31 de dezembro de 2021 o teste de *impairment* foi realizado comparando o *carrying amount* com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Seus títulos são negociados na BOVESPA com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

A mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso. Os efeitos da TIM Participações holding (incorporada pela TIM S.A) sobre o valor de *carrying amount* em 2021 eram irrelevantes e também seus efeitos sobre o resultado do Grupo Consolidado. Portanto, os cálculos realizados a nível consolidado contemplam essencialmente os resultados e saldos contábeis da TIM S.A., assim a Administração da Companhia conclui que a utilização da metodologia do valor justo menos custos de vendas é adequada para conclusão da não existência de constituir provisão para *impairment* uma vez que o valor justo menos o custo de venda é superior que o total *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).

(f) Autorizações

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHZ adquirida, que totalizaram R$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R$ 1.199 milhões foi reduzido em R$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 a 2019.

Em 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências da telefonia móvel de 5ª Geração ("5G"). Em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R$2.680 milhões.

Para o cumprimento das obrigações adicionais, é previsto, conforme edital, que haja a constituição de entidades administradoras, as quais são destinadas somente a cumprir com os compromissos previstos no Leilão. As empresas vencedoras do Leilão têm a obrigação de desembolsar somente os valores previstos em edital para que tais entidades cumpram com as obrigações definidas. Há obrigações adicionais previstas relacionadas a radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa ("EAF"), e relacionadas a radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE").

As radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontram-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro em "Autorizações" dos valores relativos às licenças (R$614 milhões) e as obrigações relacionadas a licença 26GHz, que serão cumpridas por meio da EACE (R$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R$633 milhões), previstos no Edital, ocorrerão em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tem correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente ("AVP") no reconhecimento inicial (R$83 milhões).

Já a radiofrequência 3,5GHz não está prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, encontra-se registrado em bens em andamento (R$270 milhões). Desta forma, as obrigações relacionadas a esta atividade, a serem realizadas pela EAF (R$2.104 milhões) também estão registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, previstos no Edital, ocorrerão em 2 parcelas ao longo do ano de 2022, e têm correção monetária pelo IGP-DI.

Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadra-se a radiofrequência de 3,5GHz. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou em ativo intangível 1 milhão de juros Selic incorridos sobre a radiofrequência 3,5GHz e 19 milhões referente a correção monetária dos valores devidos à EAF. Estes saldos estão registrados em bens em andamento.

Desta forma o efeito total no ativo intangível da Companhia em 2021 referente às radiofrequências 5G e obrigações relacionadas foi de R$3.584 milhões, sendo R$2.394 em bens em andamento e R$1.190 milhões em Autorizações.

16. Arrendamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	2021	2020
LT Amazonas	166.944	162.198
Subleasing lojas – IFRS16	76.177	-
	243.121	162.198
Parcela circulante	(30.076)	(5.357)
Parcela não circulante	213.045	156.841

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
	55.939	167.320	176.895	400.154	243.121
LT Amazonas (i)	26.124	106.491	176.895	309.510	166.944
Subleasing lojas – IFRS16 (ii)	29.815	60.829	-	90.644	76.177

(i) LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

(ii) *Subleasing* Lojas - IFRS16

A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de "lojas revenda". O impacto no leasing passivo está refletido no grupo "Arrendamentos - Lojas & Quiosques".

Passivo

	2021	2020
LT Amazonas (i)	302.091	290.385
Venda de Torres (*leaseback*) (ii)	1.507.629	1.256.410
Outros (iv)	142.458	115.027
Sub-total	1.952.178	1.661.822
Outros arrendamentos (iii):		
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede	3.345.930	3.252.463
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	653.422	434.990
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	1.657.345	1.606.567
Arrendamentos – Fibra	1.454.664	1.422.993
Sub-total *leasing* IFRS16 / CPC 06 (R2)	7.111.361	6.717.013
Total	9.063.539	8.378.835
Parcela circulante	(1.269.878)	(1.054.709)
Parcela não circulante	7.793.661	7.324.126

O montante de juros pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) é de R$ 599.296 (R$ 567.261 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 37.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total - Passivo de arrendamento	2.139.718	6.431.022	5.898.599	14.469.339	9.063.539
LT Amazonas (i)	57.349	202.271	336.138	595.758	302.091
Venda e *leaseback* das Torres (ii)	245.800	992.299	2.135.989	3.374.088	1.507.629
Outros (iv)	28.348	112.493	142.458	283.299	142.458
Total Outros arrendamentos (iii)	1.808.221	5.123.959	3.284.014	10.216.194	7.111.361
Arrendamentos – Infraestrutura de rede	752.818	2.450.689	1.735.619	4.939.126	3.345.930
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	183.468	440.996	356.198	980.662	653.422
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	340.099	1.135.266	1.192.197	2.667.562	1.657.345
Arrendamentos – Fibra	531.836	1.097.008	-	1.628.844	1.454.664

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

i) LT Amazonas
A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.
A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.
ii) Venda e *leaseback* das Torres
A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.
No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R$ 2.651.247, sendo o montante de R$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 23). As taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo.
(iii) Outros arrendamentos:
Além dos contratos de arrendamentos citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).
O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2021 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 8,94% (9,06% em 2020).
(iv) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão.
Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 36.310 (R$ 28.523 em 31 de dezembro de 2020).

17. Outros valores a compensar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel.
Em 31 de dezembro de 2021, esse crédito é de R$28.661 (R$43.906 em 31 de dezembro de 2020).

18. Fornecedores

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	2021	2020
	3.267.404	3.128.732
Moeda nacional	3.063.458	2.932.486
Fornecedores de materiais e serviços (i)	2.966.897	2.839.547
Interconexão (ii)	65.464	64.066
Roaming (iii)	212	212
Co-billing (iv)	30.885	28.661
Moeda estrangeira	203.946	196.246
Fornecedores de materiais e serviços (i)	153.082	148.888
Roaming (iii)	50.864	47.358
Parcela Circulante	3.267.404	3.128.732

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.
(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
(vi) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

19. Autorizações a pagar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Renovação de autorizações (i)	191.329	188.498
Dívida ANATEL atualizada (ii)	164.269	146.949
Autorizações a pagar (iii)	3.525.489	-
	3.881.087	335.447
Parcela circulante	(2.630.169)	(102.507)
Parcela não circulante	1.250.918	232.940

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações no montante de R$ 191.329 (R$ 188.498 em 31 de dezembro de 2020).
(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.
Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R$ 61 milhões (R$ 164 milhões em 31 de dezembro de 2021) o qual ainda está pendente de julgamento.
(iii) Conforme descrito na nota 15.f, em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização, o que caracteriza a efetiva aquisição do direito sobre os lotes destas radiofrequências.
Para os valores relativos às radiofrequências (R$884 milhões no registro inicial), há incidência de juros Selic, e a Companhia realizará pagamentos anuais pelo período de 20 anos. Já para os valores relacionados as obrigações de desembolsos com as entidades EAF e EACE (R$2.737 milhões no registro inicial, sendo R$2.654 milhões líquidos de AVP) há correção monetária por IGP-DI, e os desembolsos ocorrerão entre 2022 e 2024. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto é de 3.525 milhões.
As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2023	406.371
2024	141.151
2025	46.535
2026	46.535
2027	46.535
2028	46.535
2029	46.535
2030	46.535
2031	46.535
	1.250.918

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de dezembro de 2021, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Data de Expiração									
Termos de Autorização	450 MHz	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz (Banda P** (4G)	700 MHz (4G)	2,3GHz (5G)	3,5GHz (5G)	26GHz (5G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Sul – Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

* Termos já renovados por 15 anos.
** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

20. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.
No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	dez/21	dez/20
KFW Finnvera (ii)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	278.176	344.125
BAML (ii)	EUR	0,2790% a.a.	Ago/21	-	570.844
Scotia[1] (ii)	USD	1,2410% a 1,7340% a.a.	Abr/24	559.650	1.030.761
BNP Paribas (ii)	USD	2,8220% a.a.	Jan/22	428.793	399.302
BNP Paribas (ii)	BRL	7,0907% a.a.	Jan/24	515.166	-
Debêntures[2] (ii)	BRL	IPCA + 4,1682% a.a. (i)	Jun/28	1.667.399	-
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	396.281	-
Total				3.845.465	2.345.032
Circulante				(538.450)	(1.689.385)
Não circulante				3.307.015	655.647

1 A taxa da dívida ativa em 31/12/21 com o banco Scotia é de 1,4748% a.a.
2 É prevista uma redução automática de até 0,25bps em juros remuneratórios observará o cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.
Garantias
(i) Determinados recebíveis da TIM S.A.;
(ii) Não possuem garantia.
Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados semestralmente. Em fevereiro de 2020 a Companhia realizou o pré-pagamento total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES ativos àquela época, contudo ainda existem contratos em vigor com o banco regulando as linhas de crédito disponíveis para saque que estão demonstradas no quadro abaixo. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. A Companhia vem cumprindo todos os índices estabelecidos.
Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao The Bank of Nova Scotia, no valor de R$ 572 milhões, custo de CDI + 1,05% a.a. e prazo de 3 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.
Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao banco BNP Paribas, no valor de R$ 500 milhões, custo de CDI + 1,07% a.a. e prazo de 2,9 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.
Em junho de 2021, a Companhia, realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor de R$1.600 milhão. As debêntures contam com uma componente sustentável que permite sua qualificação como *sustainability-linked* e, em caso de cumprimento das metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão, os juros remuneratórios de IPCA + 4,1682% a.a. poderão ser reduzidos automaticamente em até 0,25bps. As debêntures terão juros semestrais e as amortizações aconteceräo, respectivamente, no 5º, 6° e 7° ano. A emissão objetivou o financiamento de projetos de implantação, ampliação e modernização de redes fixa e móvel em diferentes tecnologias, incluindo 5G, e se enquadra no disposto da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011. No âmbito desta operação, a Companhia optou por celebrar um contrato de *swap* de taxas de juros com objetivo de hedge, ao custo de para CDI + 0,95% ao ano. Durante o prazo de vigência da operação, também deverá ser observado o cumprimento do índice financeiro Dívida líquida sobre EBITDA, indicador este cumprido até a presente data.
Em novembro de 2021, a Companhia captou junto ao BNDES a linha de crédito FINAME, no valor total disponível de R$ 390 milhões, ao custo de IPCA + 4,2283% a.a. e prazo total de 10 anos com carência de 3 anos para início da amortização. A Companhia optou por celebrar um contrato de *swap* de taxas de juros com o objetivo de *hedge*, ao custo final de 96,95% do CDI.
Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponíveis:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 31 de dezembro 2021
BNDES (i)	TJLP	Mai/18	Mar/22	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (ii)	TJLP	Mai/18	Mar/22	20.000	20.000	-
FINAME (iii)	IPCA	Mar/19	Mar/22	390.000	-	390.000
BNB (iv)	IPCA	Jan/20	Jun/23	752.479	752.479	-
Total R$:				2.252.479	1.862.479	390.000

Objetivo:
(i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais
(ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade
(iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional
(iv) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco do Nordeste do Brasil
Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2023	88.818
2024	1.125.526
2025	80.712
2026	615.727
2027	615.727
2028	618.006
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	3.307.015

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valor nominal
2022	538.450
2023	88.818
2024	1.125.526
2025	80.712
2026	615.727
2027	615.727
2028	618.006
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	3.845.465

Valor justo dos empréstimos
No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Ambos são financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um cunho de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores. Para fins de análise de valor justo, considerando as características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.
Com relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia, BNP Paribas, Debêntures e BNDES considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 31 de dezembro de 2021 é, respectivamente, R$ 563.259, R$ 524.422, R$ 1.635.203 e R$ 384.073.

21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	1.421.955	938.880
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	303.721	359.498
Impostos e Taxas ANATEL (i)	1.042.933	509.087
Imposto sobre Serviço - ISS	66.075	66.082
Outros	9.226	4.213
Parcela circulante	(1.418.682)	(935.778)
Parcela não circulante	3.273	3.102

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP no valor de R$ 790 milhões. No terceiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou o pagamento parcial no montante de R$300 milhões referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de realização do pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.
Em 2021, novamente houve o pagamento parcial das taxas de cerca de R$300 milhões referentes às CFRP e Condecine e o valor remanescente de R$480 milhões relativo ao Fistel (TFF) de 2021 segue suspenso, sem data definida para pagamento com base em liminar também proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.
Durante o exercício de 2021, houve o reconhecimento de R$51,2 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fistel (TFF) relativos ao exercício de 2020 e 2021 com pagamento suspenso por decisão liminar.

22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.
A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2021, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	258.340	508.743
Imposto de renda e contribuição social (i)	186.294	313.145
PIS / COFINS	41.916	154.353
Outros (ii)	30.130	41.245
Parcela circulante	(245.113)	(296.299)
Parcela não circulante	13.227	212.444

(i) A variação está relacionada à alteração da apuração do Lucro Real Anual pelo Lucro Real Trimestral. Nesse sentido, o valor apresentado em dezembro de 2020 compreendia o IRPJ e a CSLL devidos entre janeiro e dezembro daquele ano, enquanto em 2021 o passivo apresentado representa apenas o montante devido no 4º Trimestre.
(ii) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

23. Receitas diferidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas diferidas	886.340	1.021.924
Serviços a prestar pré-pago (i)	118.795	189.482
Subvenções governamentais (ii)	11.184	24.732
Receitas antecipadas	8.522	11.163
Receitas diferidas sobre venda de torres (iii)	734.826	788.921
Passivo contratual (iv)	13.013	7.626
Parcela circulante	(197.179)	(266.436)
Parcela não circulante	689.161	755.488

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.
(ii) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 é de R$ 203 milhões e o montante em aberto em 31 de dezembro de 2021 é de R$11.184 (R$24.732 em 31 de dezembro de 2020). Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas), líquidas" (nota 29).
(iii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 16).
(iv) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

	2021
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.051.120
Ativo contratual	15.340
Passivo contratual	(13.013)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.
Resumo das principais variações no exercício.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.288
Adições	8.800
Baixas	(13.761)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.327

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2022	2023
Ativo (passivo) contratual	3.685	(1.358)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.
A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.
A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2021	2020
Provisão para processos judiciais e administrativos	960.881	886.947
Cível (a)	309.019	245.432
Trabalhistas (b)	192.132	213.026
Tributária (c)	429.951	399.288
Regulatória (d)	29.779	29.201

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-20	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-21
	886.947	278.789	(316.804)	111.949	960.881
Cível (a)	245.432	175.715	(194.501)	82.373	309.019
Trabalhistas (b)	213.026	71.961	(98.730)	5.875	192.132
Tributária (c)	399.288	31.078	(23.539)	23.124	429.951
Regulatória (d)	29.201	35	(34)	577	29.779

	dez-19	Saldo Companhia incorporada	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-20
	703.522	125.956	333.724	(413.634)	137.379	886.947
Cível (a)	208.202	4.501	224.416	(266.872)	75.185	245.432
Trabalhistas (b)	208.224	45.691	63.649	(138.899)	34.361	213.026
Tributária (c)	254.833	75.646	48.897	(7.792)	27.704	399.288
Regulatória (d)	32.263	118	(3.238)	(71)	129	29.201

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:
a. Processos cíveis
a.1 Ações movidas por consumidores
A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R$150.881 (R$ 139.429 em 31 de dezembro de 2020) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, alteração unilateral de contratos e negativação indevida.
a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor
A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R$116.985 (R$51.713 em 31 de dezembro 2020).
a.3 Ex- parceiros comerciais
A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R$20.708 (R$ 18.634 em 31 de dezembro de 2020).
a.4 Outros
A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato e; (iv). Os valores envolvidos equivalem a R$20.089 (R$33.682 em 31 de dezembro de 2020).
a.5 Socioambiental e infraestrutura
A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R$356 (R$610 em 31 de dezembro de 2020).
a.6 ANATEL
A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Não existe valor correspondente em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.364 em 31 de dezembro de 2020).
b. Processos trabalhistas
São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável, adicionais legais e horas extras, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.
Do total de 1.314 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 (1.873 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R$ 192.132 atualizado monetariamente (R$ 213.026 em 31 de dezembro de 2020).
c. Processos tributários

	2021	2020
Tributos Federais	202.743	182.146
Tributos Estaduais	145.436	135.891
Tributos Municipais	7.626	5.633
Processos TIM S.A (*Purchase price allocation*)	74.146	75.618
	429.951	399.288

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.
Tributos federais
A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:
(i) A provisão para a TIM S.A. suporta sessenta e quatro processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 8.510 (R$ 8.355 em 31 de dezembro de 2020), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R$ 15.149 (R$ 14.771 em 31 de dezembro de 2020).
(ii) A Companhia constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R$ 39.554 (R$ 38.584 em 31 de dezembro de 2020).
(iii) Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para o processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R$ 60.382 (R$ 58.988 em 31 de dezembro de 2020).
(iv) A empresa constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R$ 18.579 (R$ 5.313 em 31 de dezembro de 2020).
Tributos Estaduais
A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:
A provisão para a TIM S.A. suporta noventa e um processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 41.352 (R$ 36.491 em 31 de dezembro de 2020), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R$ 5.291 (R$ 5.135 em 31 de dezembro de 2020), bem como (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R$ 16.216 (R$ 15.751 em 31 de dezembro de 2020), ((iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R$ 16.374 (R$ 14.912 em 31 de dezembro de 2020) e (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R$ 22.183 (sem equivalência em 31 de dezembro de 2020).(vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R$ 13.963 (sem equivalência em 31 de dezembro de 2020).
Tributos Municipais
Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.
PPA TIM S.A
Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R$74.146 (R$75.618 em 31 de dezembro de 2020).
d. Processos regulatórios
A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.
Em 31 de dezembro de 2021, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R$ 29.779 (R$ 29.201 em 31 de dezembro de 2020).
e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis
A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	2021	2020
	18.140.556	18.147.562
Cível (e.1)	1.292.202	1.101.332
Trabalhista e previdenciária (e.2)	392.035	340.801
Tributária (e.3)	16.309.439	16.586.353
Regulatória (e.4)	146.880	119.076

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.
As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:
e.1. Cíveis

	2021	2020
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	160.696	220.347
ANATEL (e.1.2)	258.683	223.066
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	493.806	160.279
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	216.054	193.529
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	99.743	154.187
Outros (e.1.6)	63.220	149.924
	1.292.202	1.101.332

e.1.1 Ações movidas por consumidores
Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.
e.1.2 ANATEL
A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.
e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor
A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS ; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.
e.1.4 Ex-Parceiros comerciais
A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.
e.1.5 Socioambiental e infraestrutura
A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.
e.1.6 Outros
A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: ; (ii) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (iii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iv) suposto descumprimento de contrato.
e.2. Trabalhista e Previdenciária
e.2.1. Previdenciária
A TIM S.A recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor provável de R$ 23.786 atualizado (R$ 10.467 em 31 de dezembro de 2020). Ainda, recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, sob suposto não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas recebidas a título de abono indenizatório, gratificação não-ajustada, hiring bônus e incentive, no valor possível total de R$ 85.720 atualizado (R$ 22.829 atualizado em 31 de dezembro de 2020).

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

e.2.2. Trabalhistas
Há 3.067 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 (3.038 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R$ 306.315 atualizado (R$317.971 em 31 de dezembro de 2020).
Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.
e.3. Tributárias

	2021	2020
	16.309.439	16.586.353
Tributos Federais (e.3.1)	3.026.326	4.268.212
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.782.114	8.562.352
Tributos Municipais (e.3.3)	1.234.618	740.813
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	3.266.381	3.014.976

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R$ 12.133.168 (R$ 11.976.959 em 31 de dezembro de 2020).
e.3.1.Tributos Federais
O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R$ 3.026.326 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 4.268.212 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:
a. Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R$ 1.467.409 (R$ 2.715.670 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R$1,4 bilhão.
b. Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R$ 231.810 (R$ 193.181 em 31 de dezembro de 2020).
c. Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R$ 69.124 (R$ 67.572 em 31 de dezembro de 2020).
d. Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R$ 268.170 (R$ 259.088 em 31 de dezembro de 2020).
e. Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R$ 410.662 (R$ 399.691 em 31 de dezembro de 2020).
e.3.2. Tributos Estaduais
O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 8.782.114 (R$ 8.562.352 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:
a. Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R$ 1.140.553 (R$ 1.128.741 em 31 de dezembro de 2020).
b. Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R$ 356.251 (R$ 492.935 em 31 de dezembro de 2020).
c. Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R$ 654.011 (R$ 608.316 em 31 de dezembro de 2020).
d. Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de dezembro de 2021, o montante envolvido é de R$ 3.449.439 (R$ 3.356.501 em 31 de dezembro de 2020).
e. Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de 138.242 (R$ 136.286 em 31 de dezembro de 2020).
f. Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R$727.057 (R$ 698.673 em 31 de dezembro de 2020).
g. Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R$547.575 (R$ 249.271 em 31 de dezembro de 2020).
h. Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R$ 116.700 (R$ 197.521 em 31 de dezembro de 2020).
i. Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R$ 286.519 (R$ 260.447 em 31 de dezembro de 2020).
e.3.3. Tributos Municipais
O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R$ 1.234.618 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 740.813 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:
a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R$ 618.343 (R$ 150.023 em 31 de dezembro de 2020).
b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R$ 399.141 (R$ 385.536 em 31 de dezembro de 2020).
c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R$ 137.944 (R$ 126.159 em 31 de dezembro de 2020).
e.3.4. FUST e FUNTTEL
O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL com classificação de risco possível é de R$3.266.381 (R$ 3.014.976 em 31 de dezembro de 2020). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.
e.4. Regulatórias
A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.
Em 31 de dezembro de 2021, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R$ 120.218 (R$ 119.076 em 31 de dezembro de 2020). A variação decorreu principalmente de atualização monetária no exercício.
Em 22 de agosto de 2019, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde junho de 2018 com o regulador. O acordo abrange um valor de referência das sanções de R$ 627 milhões. O compromisso prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos índices de reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 366 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura será implementada em três anos - sendo mais de 80% nos primeiros dois anos – estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais prestadoras.
Em 19 de junho de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do termo ocorreu em 25 de junho. O acordo abrange sanções que totalizam um valor de aproximadamente R$ 639 milhões, atualizados, que serão arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhoria de qualidade e experiência do cliente bem como incremento de infraestrutura de rede em mais de 2.000 localidades.
Ao longo do quarto trimestre de 2021, a Companhia executou todas as atividades planejadas para o estrito cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) celebrado junto à Anatel, visando o atingimento das metas associadas ao 2° ano TAC. Com o fechamento do 1° Ano TAC, as atividades de fiscalização por parte da Agência estão ocorrendo em relação aos compromissos vencidos, já havendo sido reconhecidos como cumpridos por parte da Anatel: Compromissos Adicionais; Controles Internos; Índice de Reclamações; índice Geral de Qualidade; Numeração; Interconexão e; Óbice. A Companhia seguirá na plena implementação dos mecanismos de acompanhamento interno por meio do reporte trimestral da evolução dos cronogramas pelo Escritório de Governança em Reunião de Diretoria e Conselho de Administração. A Companhia vem cumprindo, até o momento, o cronograma de implementação do TAC sem necessidade de nenhuma obrigação adicional.
Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

► 25. Patrimônio líquido

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
a. Capital social
O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.
O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020).
A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.
Em 2 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o grupamento da totalidade das 42.296.789.606 ações ordinárias e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do Art. 12 da Lei nº 6.404/76, sem modificação do capital social, na proporção de 100 ações para formar 1 ação ordinária, passando o capital social , a ser representado por 422.967.896 ações ordinárias e sem valor nominal, preservando todos os direitos e vantagens das referidas ações ordinárias. O grupamento proposto não resultou em frações de ações. A incorporação resultou no cancelamento de todas as ações de emissão da Companhia, as quais eram de titularidade da TIM Participações.
Após a incorporação, mencionada na nota 1, e verificada a condição suspensiva, os acionistas da TIM Participações receberam 1 ação ordinária de emissão da TIM S.A para cada 1 ação ordinária de emissão da TIM Participações de sua titularidade, o que, assumindo a manutenção do número de ações de emissão da TIM Participações ex-tesouraria, resultou na emissão de 2.420.447.019 ações ordinárias pela TIM S.A., todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.
Em 31 de agosto de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 1.719 definido no protocolo de incorporação, o qual passou a ser representado por R$13.477.891.
Em 28 de setembro de 2020, em reunião do Conselho de administração, os conselheiros da Companhia tomaram conhecimento dos pagamentos relacionados às outorgas de 2018 e 2019, realizados por meio da transferência das ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, conforme previsto nos Planos e nos termos do Programa de Recompra aprovado pelo Conselho de Administração da TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A), em reunião realizada em 29 de julho de 2020, no montante de 357.379 ações (nota 1).
b. Reservas de capital
A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	2021	2020
	401.806	397.183
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	48.202	43.579

b.1 Reserva especial de ágio
A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 1).
b.2 Plano de incentivo a longo prazo
Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 26).
c. Reservas de lucros
c.1 Reserva legal
Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.
Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.
c.2 Reserva estatutária para expansão
A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.
O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.
c.3 Reserva de benefício fiscal
A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros da mesma. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R$ 1.958.301 (R$1.781.560 em 31 de dezembro de 2020).
O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos
Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.
Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.
Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.957.174	1.843.690
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(176.741)	(169.541)
(-) Constituição da reserva legal	(139.021)	(83.708)
Lucro líquido ajustado	2.641.412	1.590.441
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	660.353	397.611
Composição dos dividendos a pagar e JCP:		
Juros sobre capital próprio	1.047.500	1.083.000
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.047.500	1.083.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(142.977)	(162.450)
Total de dividendos e JCP líquidos	904.523	920.550

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.
Durante o ano de 2021, foi distribuído o montante de R$1.047.500, conforme apresentado abaixo:

Provento JSCP	Aprovação	Pagamento
R$ 350.000	09/06/2021	20/07/2021
R$ 137.500	24/09/2021	27/10/2021
R$ 560.000	15/12/2021	25/01/2022

O saldo em 31 de dezembro de 2021 da rubrica de "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar", totalizando R$ 533.580 é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R$49.955 (R$43.026 em 31 de dezembro 2020) além do valor liquidado em 25 de janeiro de 2022, no montante de R$ 483.625 líquidos

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.
Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

► 26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016, Plano 2018-2020 e Plano 2021-2023
Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016", "Plano 2018-2020" e "Plano 2021-2023" respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.
Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*).
O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.
Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.
O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.
O valor total da despesa foi calculado considerando o fair *value* das opções e o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período *vesting* (carência).

Tabela Programa Opções de Ações (*Stock Options*)

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	nov/22	R$ 8,10	295.063	-	(182.511)	-	-	112.552
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out/21	R$ 8,45	21.771	-	(21.771)	-	-	-
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	R$ 13,42	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul/19	R$ 8,13	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set/18	R$ 8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago/17	R$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	**17.532.884**	**-**	**-**	**316.834**	**-**	**(204.282)**	**-**	**-**	**112.552**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas				**R$ 8,10**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Tabela Programa de Ações (Performance *Shares e Restricted Shares*)

Identificação Outorga	Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo no início do exercício	Outorgadas durante o exercício	Transferidas durante o exercício* Volume Vested	Transferidas durante o exercício* Variação Performance	Transferidas durante o exercício* Adicional Dividendos	Pagas em Dinheiro* Volume Vested	Pagas em Dinheiro* Variação Performance	Pagas em Dinheiro* Adicional Dividendos	Canceladas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R$ 12,95	-	3.431.610	-	-	-	-	-	-	(311.876)	3.119.734
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2020	796.054	abr/23	R$ 14,40	796.054	-	(206.578)	(51.634)	(8.933)	-	-	-	(70.378)	519.098
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2019	930.662	jul/22	R$ 11,28	687.895	-	(207.859)	(78.111)	(23.252)	-	-	-	(53.006)	427.030
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2018*	849.932	abr/21	R$ 14,41	199.594	-	(187.039)	(42.854)	(22.250)	(9.101)	(2.305)	(1.094)	(3.454)	-
Total	**6.008.258**			**1.683.543**	**3.431.610**	**(601.476)**	**(172.599)**	**(54.435)**	**(9.101)**	**(2.305)**	**(1.094)**	**(438.714)**	**4.065.862**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			**R$ 12,96**										

Os dados significativos incluídos no modelo, para as Outorgas de opções de ações foram:

Data de outorga	Preço Base – média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94% a.a
Outorga 2012	R$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89% a.a
Outorga 2013	R$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2014	R$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2015	R$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10% a.a
Outorga 2016	R$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a

Nota: Os dados significativos são característicos de plano baseado em opções, considerando utilização do valor justo (*fair value*) como o método adequado para calcular as despesas com a remuneração por opções.

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:
- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.
- **Plano 2018-2020 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de junho de 2019 à 30 de junho de 2019.
- **Plano 2018-2020 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2020 à 31 de março de 2020.

(j) **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 01 de março de 2021 à 31 de março de 2021.
Em 31 de dezembro de 2021, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R$22.212 (R$ 9.999 em 31 de dezembro de 2020).

► 27. Receita líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
Receitas de serviços prestados
As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.
As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento
As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).
Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.
A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 119.457.

Em relação a parceria financeira, foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC" e "Procedimento Arbitral", respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, "Requeridos"), por meio do qual discutir-se-á a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.
Receitas de vendas de mercadorias
As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, liquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.
Identificação dos contratos
A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.
Identificação da obrigação de desempenho
Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:
(i) venda de equipamentos; e
(ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.
Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.
Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho
A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 /CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.
Custo para obtenção de contrato
Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 11) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	2021	2020
Receita líquida	18.058.027	17.267.812
Receita bruta	25.357.429	24.346.101
Receita de serviços	24.264.246	23.279.423
Receita de serviços - Móvel	22.433.225	21.522.135
Receita de serviços – Fixa	1.831.021	1.757.288
Venda de mercadorias	1.093.183	1.066.678
Deduções da receita bruta	(7.299.402)	(7.078.289)
Impostos incidentes	(4.679.722)	(4.534.582)
Descontos concedidos	(2.610.388)	(2.531.920)
Devoluções e outros	(9.292)	(11.787)

► 28. Custos e despesas operacionais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021 Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	2021 Despesas com comercialização	2021 Despesas gerais e administrativas	2021 Total	2020 Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	2020 Despesas com comercialização	2020 Despesas gerais e administrativas	2020 Total
	(8.443.023)	(4.621.788)	(1.723.384)	(14.788.195)	(7.996.615)	(4.443.027)	(1.656.267)	(14.095.909)
Pessoal	(62.214)	(676.479)	(387.735)	(1.126.428)	(58.024)	(632.231)	(313.400)	(1.003.655)
Serviços de terceiros	(560.039)	(1.763.360)	(668.641)	(2.992.040)	(587.835)	(1.743.644)	(532.044)	(2.863.523)
Interconexão e meios de conexão	(1.840.139)	-	-	(1.840.139)	(1.672.655)	-	-	(1.672.655)
Depreciação e amortização	(4.847.995)	(265.565)	(578.136)	(5.691.696)	(4.569.064)	(247.666)	(710.282)	(5.527.012)
Impostos, taxas e contribuições	(34.732)	(777.819)	(29.388)	(841.939)	(28.675)	(761.152)	(23.809)	(813.636)
Aluguéis e seguros	(362.171)	(109.781)	(20.082)	(492.034)	(316.650)	(107.550)	(15.743)	(439.943)
Custo das mercadorias vendidas	(731.007)	-	-	(731.007)	(756.060)	-	-	(756.060)
Publicidade e propaganda	-	(459.811)	-	(459.811)	-	(377.184)	-	(377.184)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(544.642)	-	(544.642)	-	(552.817)	-	(552.817)
Outros	(4.726)	(24.331)	(39.402)	(68.459)	(7.652)	(20.783)	(60.989)	(89.424)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

► 29. Outras receitas (despesas), líquidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas		
Receita de subvenção, líquida	13.548	17.427
Multas s/ serviços de telecomunicações	58.793	37.490
Receita na alienação de ativos (i)	2.711.535	5.375
Outras receitas	65.482	65.216
	2.849.358	125.508
Despesas		
FUST/FUNTTEL (ii)	(134.962)	(133.378)
Impostos, taxas e contribuições	(2.274)	(10.316)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(248.987)	(292.439)
Despesa na alienação de ativos (i)	(1.942.791)	(13.538)
Outras despesas	(22.573)	(32.823)
	(2.351.587)	(482.494)
Outras receitas (despesas), líquidas	497.771	(356.986)

(i) Representa a receita na alienação de 51% de participação acionária da I-Systems (antiga FiberCo) vendida à IHS no montante de R$ 2.709.251, que é composto pelo caixa (secundária) pago à TIM S.A. e o valor justo da participação minoritária de 49% que se manteve com a TIM S.A.
Nas despesas, o montante de 1.927.014 é representado pela baixa do acervo líquido baixado na TIM S.A. e integralizado como capital social na I-Systems, além da baixa do ágio e IR diferido relacionado ao ágio em função da alienação de 51% da I-Systems (antiga FiberCo). O ganho desta transação antes do IR e CS é de R$ 782.237. Vide nota 1.
(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

► 30. Receitas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas financeiras	1.091.748	432.287
Juros sobre aplicações financeiras	339.681	81.672
Juros de clientes	28.427	28.686
Juros swap	203.852	32.955
Juros sobre arrendamento	24.788	19.924
Atualização monetária (i)	208.029	110.970
Outros derivativos (ii)	285.009	155.165
Outras receitas	1.962	2.915

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais e administrativos e depósitos judiciais.
(ii) Trata-se da diferença entre o custo e o valor de mercado da opção de subscrição de ações referente a parceria do Banco C6, portanto o valor de marcação a mercado destes derivativos inclui ganho de R$285 milhões referente a opção de ações de direito da companhia obtida em função de atingimento de meta contratual definida em parceria operacional iniciada em 2020. O valor de mercado foi calculado com base em informações disponíveis na última transação de investimento realizada pelo parceiro e divulgado no mercado. As divulgações deste instrumento financeiro derivativo estão detalhadas na nota 37, o qual foi mensurado pelo valor justo, e será mensurado subsequentemente no resultado da Companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 27.

► 31. Despesas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Despesas financeiras	(1.745.213)	(1.232.781)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(99.183)	(70.392)
Juros sobre impostos e taxas	(61.745)	(43.311)
Juros swap	(352.029)	(45.970)
Juros sobre leasing	(845.033)	(766.263)
Atualização monetária (i)	(247.200)	(155.036)
Descontos concedidos	(52.509)	(33.725)
Outras despesas	(87.514)	(118.084)

(i) Parte substancial relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais, no montante de R$ 111.949, vide nota 24 (R$ 137.379 em 31 de dezembro de 2020).
Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

► 32. Variação cambial, líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas		
Empréstimos e financiamentos (ii)	215.262	-
Fornecedores	13.190	15.952
Swap (i)	275.836	305.012
Outros	16.640	43.155
	520.928	364.119
Despesas		
Empréstimos e financiamentos (ii)	(275.724)	(305.010)
Fornecedores	(20.061)	(45.901)
Swap (i)	(215.262)	-
Outros	(9.222)	(19.991)
	(520.269)	(370.902)
Variações cambiais, líquidas	659	(6.783)

(i) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 37).
(ii) Refere-se principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

► 33. Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	9.697	(684.099)
Contribuição social do exercício	26.538	(232.671)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	167.118	164.442
	203.353	(752.328)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	(255.972)	453.274
Contribuição social diferida	(93.432)	144.775
	(349.404)	598.049
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	-	(9.671)
	(349.404)	588.378
	(146.051)	(163.950)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.103.225	2.007.640
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(1.055.097)	(682.598)
(Adições) / exclusões:		
Adições, exclusões permanentes:		
Receitas não tributáveis	135.465	11.370
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(53.505)	(42.329)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	167.118	164.442
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	356.150	368.220
Venda I – Systems (antiga FiberCo) (ii)	(335.935)	-
Crédito de IR/CS sobre Selic de Indébito Tributário (iii)	534.804	-
Reversão Provisão de IR/CS TIM Nordeste (iv)	87.565	-
Outros valores	17.384	16.945
	909.046	518.648
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	(146.051)	(163.950)
Alíquota efetiva	4,71%	8,17%

(i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A TIM S.A possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.
(ii) Referem-se aos impostos diferidos sobre o ágio baixado, conforme transação de venda descrita na nota 1, ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS. Vide nota 15.d.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

(iii) Conforme mencionado na nota 9, em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pender de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 534 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.
(iv) No 2º trimestre de 2021, houve impacto positivo de R$ 87 milhões decorrente da baixa de ativo e reversão de provisão de IR/CSLL, constituída em 2009, em virtude de êxito parcial em processo administrativo relacionado à incorporação da empresa TIM Nordeste pela TIM Celular.

► 34. Lucro por ação

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
O número de ações da TIM.S.A. antes da reorganização societária era 2.420.447.019, um número equivalente ao número de ações ordinárias da TIM Participações na data de incorporação. Consequentemente o lucro por ação básico e diluído foram calculados considerando o impacto retrospectivo da alteração na quantidade de ações conforme IAS 33/CPC 41.

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.957.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.314	2.420.804
Lucro básico por ação (expresso em R$)	1,22	0,76

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluitivas.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.957.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.638	2.421.065
Lucro diluído por ação (expresso em R$)	1,22	0,76

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 324 milhares (261 milhares em 31 de dezembro de 2020) de ações relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 26.

► 35. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia são os seguintes:

	Ativo	
	2021	2020
Telecom Italia Sparkle (i)	1.414	1.630
Gruppo Havas (vi)	83.613	-
TI Sparkle (iii)	5.084	1.915
TIM Brasil (vii)	23.069	6.129
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.502	370
I Systems (ix)	5.879	-
Outros	674	674
Total	121.235	10.718

	Passivo	
	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	71.288	75.317
Telecom Italia Sparkle (i)	3.689	10.576
TI Sparkle (iii)	10.205	7.333
TIM Brasil (iv)	6.558	6.145
Grupo Vivendi (v)	1.238	1.150
Gruppo Havas (vi)	19.794	24.068
I Systems (viii)	31.596	-
Outros	4.585	2.797
Total	148.953	127.386

	Receita	
	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.112	1.197
Telecom Italia Sparkle (i)	353	2.994
TI Sparkle (iii)	3.347	4.059
I Systems (ix)	5.881	-
Total	10.693	8.250

	Custo/Despesa	
	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	105.137	110.407
Telecom Italia Sparkle (i)	19.219	27.485
TI Sparkle (iii)	20.533	19.923
Grupo Vivendi (v)	1.271	1.207
Gruppo Havas (vi)	206.349	207.682
I Systems (viii)	31.596	-
Outros	22.597	22.308
Total	406.702	389.012

(i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.
(ii) Os valores referem-se a roaming internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM.S.A o direito de utilização da marca "TIM" mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita liquida da companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.
(iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.
(iv) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.
(v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.
(vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R$143.439 (R$ 195.117 em 31 de dezembro de 2020), estão relacionados aos repasses de mídia.
(vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.
(viii) Os valores referem-se a serviços de infraestrutura de fibra.
(ix) Os valores referem-se a serviços prestados pela TIM S.A., principalmente relativos à operação e manutenção de rede, no escopo do Contrato de Serviços de Transição, firmado no momento do *closing* da transação.
A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia investiu R$ 9.147 (R$ 4.829 em 31 de dezembro de 2020)
Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

► 36. Remuneração da Administração

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo	31.494	23.949
Outros benefícios de longo prazo	1.052	4.544
Remuneração baseada em ações	15.176	6.343
	47.722	34.836

► 37. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.
Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a *"hedge accounting"*.
A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap*.
Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.
Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:
(i)Riscos de variações cambiais
Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescente de exposição cambial em contratos comerciais.
Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.
Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.
(ii) Riscos de taxa de juros
Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:
A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamento junto ao BNDES, e a exposição a taxa pré atrelada a dívida com o BNP Paribas, todos até o vencimento.
A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.
(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços
O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 ou receitas de serviços prestados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos
A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.
(v) Risco de Liquidez
- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.
- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.
- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez.
(vi) Risco de crédito financeiro
A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.
O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes.
A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	198.027	208.787	340.660	36.166
Outros derivativos (i)	457.892	-	161.429	-
	655.919	208.787	502.089	36.166
Parcela circulante	(134.292)	(194.837)	(262.666)	(7.273)
Parcela não circulante	521.627	13.950	239.423	28.893

(i) Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representam a opção da Companhia de subscrever 4,08% das ações do capital do C6, onde o Grupo/Companhia pagou um prêmio de subscrição de ações no valor de R$17,7 milhões. Conforme requerimentos do IFRS9, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, corresponde a R$458 milhões e R$ 161 milhões, respectivamente. O impacto da marcação a mercado da opção de conversão de ações calculado de R$440,3 milhões representa a diferença do valor justo da opção menos o montante pago pelo prêmio de subscrição de ações. Esse instrumento financeiro foi mensurado ao valor justo e será verificado subsequentemente no resultado do exercício da companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 27.
Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo
2023	39.335
2024	16.843
2025 em diante	465.449
	521.627

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 20 e 16.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	2021		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	4.579.528	655.919	5.235.447
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.579.528	655.919	5.235.447
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027	198.027
Outros derivativos	-	457.892	457.892
Títulos e valores mobiliários	4.579.528	-	4.579.528
Total do passivo	-	208.787	208.787
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	208.787	208.787
Instrumentos financeiros derivativos	-	208.787	208.787

	2020		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.077.499	502.089	2.579.588
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.077.499	502.089	2.579.588
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos	-	161.429	161.429
Títulos e valores mobiliários	2.077.499	-	2.077.499
Total do passivo	-	36.166	36.166
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	36.166	36.166
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166	36.166

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.
O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.
Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.
Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:
• Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
• O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
• Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de cias similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.
Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

31 de dezembro de 2021

	CONTRAPARTE					% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
Moeda	Tipo de *SWAP*	Dívida	SWAP	Total Dívida	Total *Swap* (Ponta Ativa)[1]		Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	282.474	282.474	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% a 92,59% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	428.793	429.247	100%	3,32% a.a.	155% do CDI
USD	PRE x DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	559.650	559.933	100%	1,73% a.a.	CDI + 1,05%
BRL	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	515.166	517.843	100%	8,34% a.a.	CDI + 1,07%
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.696.999	1.696.999	100%	IPCA + 4,17% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	396.281	396.281	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

[1] Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2020

	CONTRAPARTE					% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
Moeda	Tipo de *SWAP*	Dívida	SWAP	Total Dívida	Total *Swap* (Ponta Ativa)[1]		Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	351.233	351.233	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,25% do CDI
EUR	PRE X DI	Bank of America	Bank of America	570.878	570.878	100%	0,33% a.a.	108,05% do CDI
USD	PRE X DI	The Bank of Nova Scotia.	Scotiabank	1.031.526	1.031.526	100%	1,72% a.a.	134,43% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	399.725	399.725	100%	3,32% a.a.	155% do CDI

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos *swaps*
Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), Libor e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.
Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, da Libor e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário sensibilidade		Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (1)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulado Swap	C) Resultado final (B-A)
	Dez./21	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
CDI	possível	3.388.105	(2.301)	3.388.105	(3.428.742)	(40.637)	(29.671)	(27.370)
	remoto	3.385.955	(4.451)	3.385.955	(3.455.013)	(69.058)	(58.093)	(53.641)
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
USD	possível	3.709.499	319.094	3.709.499	(3.401.372)	308.127	319.094	-
	remoto	4.028.593	638.187	4.028.593	(3.401.372)	627.221	638.187	-
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
Libor	possível	3.391.542	1.136	3.391.542	(3.401.372)	(9.830)	1.136	-
	remoto	3.392.677	2.271	3.392.677	(3.401.372)	(8.695)	2.271	-
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
IPCA	possível	3.277.656	(112.750)	3.277.656	(3.401.372)	(123.716)	(112.750)	-
	remoto	3.173.004	(217.402)	3.173.004	(3.401.372)	(228.368)	(217.402)	-

(1) (KFW Finnvera, Scotia, BofA, BNP, Debenture e BNDES)

Variável de risco	Cenário sensibilidade	CDI	USD	Libor	IPCA
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
CDI	possível	11,44%	5,5805	0,3433%	10,06%
	remoto	13,73%	5,5805	0,3433%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
USD	possível	9,15%	6,3210	0,3433%	10,06%
	remoto	9,15%	8,3708	0,3433%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
Libor	possível	9,15%	5,5805	0,4291%	10,06%
	remoto	9,15%	5,5805	0,5149%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
IPCA	possível	9,15%	5,5805	0,3433%	12,58%
	remoto	9,15%	5,5805	0,3433%	15,09%

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.
Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.
As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2021 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.
Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício

	2021	2020
Resultado líquido em operações de Derivativos	(87.603)	290.856
Resultado de operações com outros derivativos	285.009	155.165

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumariados:

	2021	2020
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 20 e 37)	3.398.333	1.879.109
Arrendamentos - Passivo (Nota 16)	9.063.539	8.378.835
Arrendamentos - Ativo (Nota 16)	(243.121)	(162.198)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(5.228.615)	(2.575.290)
FIC (Nota 5)	(4.568.020)	(2.070.438)
Dívida Líquida	2.422.116	5.450.018
Outros derivativos (nota 37)	457.892	161.429
Financiamento Licença 5G	843.020	-
Dívida Líquida - ajustada	3.723.028	5.611.447
LAJIDA (EBITDA) (1) (últimos 12 meses) – Ajustado	9.459.299	8.341.929
Índice de alavancagem financeira	0,39	0,67
Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:		
Lucro Líquido do exercício	2.957.174	1.843.690
Depreciações e amortizações	5.691.696	5.527.012
Resultado Financeiro Líquido	652.806	807.277
Imposto de renda e contribuição social	146.051	163.950
Equivalência patrimonial	11.572	-
LAJIDA (EBITDA) – Ajustado (i)	9.459.299	8.341.929

(i) Lajida ajustado: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização e equivalência patrimonial.
EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil)

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(465.922)
Ingressos	3.062.000	2.041.474	(296.464)
Cancelamentos	-	(202.379)	-
Encargos financeiros	167.857	858.260	148.177
Variações cambiais, líquidas	60.463	-	(60.574)
Pagamentos	(1.789.887)	(2.012.651)	227.651
	-	-	-
31 de dezembro de 2021	3.845.465	9.063.539	(447.132)

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2019	2.029.088	7.780.870	(42.106)
Ingressos	1.800.000	1.966.355	(161.429)
Remensuração	-	(443.666)	-
Encargos financeiros	90.500	797.569	13.016
Variações cambiais, líquidas	305.010	-	(305.012)
Pagamentos	(1.879.566)	(1.722.293)	29.610
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(465.922)

► 38. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	6.492	7.346

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia vem patrocinando planos de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social e do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus.
Os referidos planos de pensão, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:
PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;
PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;
Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;
Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;
PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;
AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo.
Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.
Demonstramos a seguir a posição atuarial dos passivos e ativos relacionados aos planos de aposentadoria e assistência médica, em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33/IAS 19.

a) Efeitos na data base de 31 de dezembro:

	Planos						Totais	
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	2021	2020
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/21	(*)		(*)					
Valor presente das obrigações atuariais	38.869	9.176	119	672	14.100	3.231	66.167	69.362
Valor justo dos ativos do plano	(56.478)	(14.739)	(405)	-	(11.511)	-	(83.133)	(80.856)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.609)	(5.563)	(286)	672	2.589	3.231	(16.966)	(11.494)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	-	2.327	168	-	-	-	2.495	2.023
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.609)	(3.236)	(118)	672	2.589	3.231	(14.471)	(9.471)

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Passivo (ativo) atuarial em 31/12/20	(15.731)	(1.360)	(287)	858	2.145	4.343
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(1.063)	(90)	(20)	57	160	535
Contribuições da patrocinadora	-	-	-	(45)	-	(8)
(Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidas	(815)	(1.786)	189	(198)	284	(1.639)
Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/21	(17.609)	(3.236)	(118)	672	2.589	3.231

c) Reconciliação do valor presente das obrigações

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor das obrigações em 31/12/20	41.852	10.072	147	858	12.090	4.343
Custo do serviço corrente	17	-	-	-	-	213
Juros sobre obrigação atuarial	2.743	640	10	57	868	322
Benefícios pagos no ano	(2.898)	(768)	(9)	(45)	(605)	(8)
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações	(2.845)	(768)	(29)	(198)	1.747	(1.639)
Valor das obrigações em 31/12/21	38.869	9.176	119	672	14.100	3.231

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

d) Reconciliação do valor justo dos ativos

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor justo dos ativos em 31/12/20	57.479	12.998	434	-	9.945	-
Benefícios pagos no ano	(2.898)	(768)	(9)	-	(605)	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	3.799	834	29	-	708	-
Ganho (perda) atuariais com ativos do plano	(1.902)	1.675	(49)	-	1.463	-
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no plano	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos em 31/12/21	56.478	14.739	405	-	11.511	-

e) Despesas previstas para 2022

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Custo do serviço corrente (com juros)	4	-	-	-	-	121
Juros sobre as obrigações atuariais	3.289	769	10	57	1.242	290
Rendimento esperado dos ativos	(4.841)	(1.257)	(35)	-	(1.008)	-
Juros sobre o efeito do limite do (ativo)/passivo	1.552	284	10	-	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	4	(204)	(15)	57	234	411

Premissas atuariais adotadas nos cálculos

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial:	PBS Sul: 8,81% / 5,13%; PBS Nordeste: 8,84% / 5,16%; CA: 8,81% / 5,13%; PBS-A: 8,78% / 5,10%; AES: 9,02% / 5,33%; PAMEC: 8,81% / 5,13%; FIBER: 9,02% / 5,33%
Taxa de crescimento salarial nominal:	PBS: 3,50%/ 0,00% CA, PBS-A, AES, PAMEC e FIBER: Não Aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral:	PBS, CA, PAMEC e FIBER: AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%;
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	PBS e Fiber: Álvaro Vindas; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa de rotatividade esperada:	PBS: Nula; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável; FIBER: 0,15/ (tempo de serviço + 1), sendo nula a partir dos 50 anos
Probabilidade de ingresso em aposentadoria:	PBS e FIBER: 100% na 1ª elegibilidade; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa estimada de inflação no longo prazo	PAMEC e FIBER: 6,60% / 3,00%
Método de apuração	Método do Crédito Unitário Projetado

► 39. Seguros

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R$550.000
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R$ 30.001
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R$100 para Danos Morais.

► 40. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Transações que não envolvem caixa			
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(1.929.392)	(1.315.151)	(1.315.151)
Adições ao intangível - aquisição de licenças	2.682.469	-	-

A TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, o Capex registrado referente às licenças e as obrigações relacionadas é de R$ 3.584 milhões. Sendo o valor de R$ 2.682 milhões em contra partida de autorizações a pagar e o R$ 902 milhões com impacto no caixa.

► 41. Eventos subsequentes

Sr. Alberto Mario Griselli nomeado como CEO da TIM S.A.

A TIM S.A, em continuidade com o Fato Relevante publicado em 21 de janeiro de 2022, comunicou que em 31 de janeiro de 2022, seu Conselho de Administração aceitou a renúncia do Sr. Pietro Labriola aos cargos de Diretor Presidente ("CEO") e Conselheiro de Administração da Companhia.

O Conselho da Companhia posteriormente nomeou o Sr. Alberto Mario Griselli para substituir o Sr. Labriola nos cargos de CEO e membro do Conselho de forma efetiva e imediata. A eleição do Sr. Griselli para o Conselho da Companhia precisa ser confirmada pela próxima Assembleia Geral Ordinária da TIM.

O cargo de *Chief Revenue* Officer ("CRO") anteriormente ocupado pelo Sr. Griselli ficará temporariamente vago, e o CEO acumulará suas responsabilidades.

O Sr. Griselli é formado em Engenharia Eletrônica pela *La Sapienza University* em Roma e FMBA pela Columbia University. Com mais de 20 anos de experiência no setor de telecomunicações, ocupou cargos relevantes como vice-presidente para América Latina da TIMwe, fornecedora global de soluções de engajamento móvel para operadoras de telecomunicações, e *Managing Director* para América Latina da *Value Partners*, empresa de consultoria de gestão. O Sr. Griselli ocupava o cargo de CRO na TIM desde 30 de julho de 2019.

Anatel concede anuência prévia para transferência de controle das atividades de telefonia móvel da Oi

A TIM S.A. tomou conhecimento que em sessão pública extraordinária de seu Conselho Diretor ocorrida em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL– Agência Nacional de Telecomunicações, por unanimidade, concedeu anuência prévia à implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[1], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Transação").

A anuência prévia prevê determinados condicionantes em linha com uma transação dessa natureza, os quais visam principalmente garantir o acesso de prestadoras de pequeno porte às redes de abrangência nacional, manter compromissos vinculados às radiofrequências transferidas, estabelecer os parâmetros mínimos do plano de comunicação ligado à Transação e assegurar aos usuários certos direitos nas etapas de migração.

A conclusão da Transação ainda depende do cumprimento de outras condições precedentes, incluindo a aprovação do Ato de Concentração n° 08700.000726/2021-08 pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados do andamento das aprovações, nos termos da Resolução CVM nº 44/21 e da legislação aplicável.

[1] Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).

CADE aprova a aquisição pela TIM da maior parte dos ativos da operação de telefonia móvel da Oi

Em 9 de fevereiro de 2022, o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, aprovou a implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[1], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel", "Vendedora"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.

A aprovação prevê um conjunto de condicionantes, em sua maioria comportamentais, e que compunham uma proposta de Acordo em Controle de Concentração ("ACC") feita pelas Compradoras ao CADE. Esses condicionantes tem um caráter modular e podem ser utilizados por novos entrantes e operadoras de menor porte para reduzir barreiras de entrada e alavancar a exploração de diferentes modelos de negócios, sem afetar o objetivo primário da TIM de fortalecer sua infraestrutura, fechando a disparidade de capacidade espectral em relação a seus principais concorrentes. Desta maneira, a Companhia entende que foi atingido um equilíbrio entre criação de valor e mitigação das preocupações concorrenciais para o setor que o ACC endereça.

A efetiva conclusão da transação, que definirá um equilíbrio de infraestrutura entre os três principais concorrentes do setor, ainda depende do cumprimento de determinadas etapas previstas no Contrato de Compra e Venda[2]. Entretanto, uma vez ocorrida trará benefícios amplos, mantendo alto grau de rivalidade setorial e garantindo os investimentos necessários para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e o avanço digital do país.

Para TIM e seus acionistas, os benefícios se materializarão por meio de geração de receitas incrementais e eficiências em virtude de sinergias operacionais. Para nossos clientes atuais e aqueles da Oi Móvel que passaremos a servir, haverá uma significativa melhoria na experiência de uso e qualidade do serviço prestado a partir de uma infraestrutura mais robusta. Este será um marco na trajetória da TIM na transformação da empresa na operadora preferida dos consumidores no Brasil.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados sobre fatos relevantes relacionados a esta Transação, nos termos da Resolução CVM nº 44 e da legislação aplicável.

1. Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).
2. Contrato de Compra e Venda de ações e outras avenças para UPI Ativos Móveis assinado em 28 de janeiro de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nicandro Durante**
Presidente
Alberto Mario Griselli
Membro
Agostino Nuzzolo
Membro
Claudio Giovani Ezio Ongaro
Membro
Elisabetta Paola Romano
Membro
Flavia Maria Bittencourt**
Membro
Gesner José de Oliveira Filho**
Membro
Herculano Aníbal Alves**
Membro
Michele Valensise
Membro
Sabrina Di Bartolomeo
Membro

***Membros independentes*

DIRETORIA

Alberto Mario Griselli
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*
Camille Loyo Faria
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores
Bruno Mutzenbecher Gentil
Business Support Officer
Jaques Horn
Diretor Jurídico
Leonardo de Carvalho Capdeville
Chief Technology Information Officer
Maria Antonietta Russo
Human Resources & Organization Officer
Mario Girasole
Regulatory and Institutional Affairs Officer

CONTADORA RESPONSÁVEL

Manoela de Paiva Suassuna
CRC RJ - 102467/O-5
CPF 806.902.117-91

CONSELHO FISCAL

Membro Efetivo
Walmir Kesseli
Presidente
Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro
Josino de Almeida Fonseca

Membro Suplente
Heinz Egon Lowen
Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães
João Verner Juenemann

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Gesner José de Oliveira Filho**
Coordenador
Flavia Maria Bittencourt**
Membro
Herculano Aníbal Alves**
Membro

***Membros independentes*

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), sem ressalvas, emitido no dia 23 de fevereiro de 2022, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia estão todas em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 23 de fevereiro de 2022.

WALMIR KESSELI
Presidente do Conselho Fiscal
JARBAS T. BARSANTI RIBEIRO
Membro do Conselho Fiscal
JOSINO DE ALMEIDA FONSECA
Membro do Conselho Fiscal

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") foi criado pela Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações S.A. ("TPART"), em 12 dezembro de 2013. Em 31 de agosto de 2020, com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo no País, a TPART foi incorporada por sua subsidiária integral, TIM S.A. ("Companhia" ou "TIM"), que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, mantendo a mesma estrutura de governança corporativa, de controles internos, de sistemas, e o mesmo arcabouço jurídico. Como consequência deste movimento de reorganização societária, o CAE da TIM manteve a mesma estrutura do CAE da TPART, e deu continuidade às atividades, aos planos de trabalho e às análises que vinham sendo conduzidas por este último.

O CAE da TIM é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, que busca as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado, e regido pela Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução Normativa CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, e demais regulações aplicáveis.

O CAE é formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, para o mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos.

Cumpre esclarecer que a função de membro do CAE é indelegável, devendo ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos.

A eleição dos novos conselheiros de administração ocorreu na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de março de 2021. Para o mandato 2021/2023, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE: Srs. Gesner José de Oliveira Filho (Coordenador), Flavia Maria Bittencourt e Herculano Aníbal Alves (especialista em contabilidade societária), todos caracterizados como independentes segundo o critério definido pelo regulamento do Novo Mercado da B3.

O CAE tem como atribuições ordinárias supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou sua controlada, de um lado, e, de outro lado, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.

Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act* ("SOx"), ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US* Se*curities and Exchange Commission* ("SEC"), por possuir *American Depositary Receipts (ADRs)* na *The New York Stock Exchange* ("NYSE") desde 16 de novembro de 1998.

O CAE possui dotação orçamentária anual, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

O presente Relatório é emitido em observância ao previsto pelo inciso IX, do Artigo 14, do Regimento Interno do CAE, e conforme regra estabelecida pela CVM.

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM em 2021

O CAE reunir-se-á sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, 20 (vinte) reuniões do CAE que contemplaram 107 (cento e sete) itens de Ordem do Dia (sessões). As reuniões tiveram duração média de 1 (uma) hora e 52 (cinquenta e dois) minutos cada e, durante as discussões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidores, além dos demais membros da Diretoria Executiva, os Diretores das áreas de Auditoria Interna e de *Compliance*, e os Auditores Independentes. A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes:

I. Analisou o plano anual de trabalho dos auditores independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas por estes em 12 (doze) sessões durante o ano de 2021. A Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2021, e pelo planejamento e execução das auditorias referentes às informações trimestrais ("ITRs"), conforme as normas reconhecidas, bem como pela revisão especial das ITRs, enviadas à CVM. Seu parecer assegura que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). A EY foi, ainda, responsável pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia.

II. Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 10 (dez) sessões durante o ano de 2021, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas, e avaliou, mediante a aplicação de questionário de avaliação previamente aprovado pelo CAE, o desempenho da Auditoria Interna da Companhia.

III. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, em 8 (oito) sessões durante o ano de 2021, a fim de, entre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, sobretudo em relação aos controles internos que sustentam a certificação *Sarbanes-Oxley* ("SOx").

Em relação aos controles internos, foram objeto de acompanhamento e recomendações pelo CAE os seguintes principais temas: (i) monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhorias; (ii) análise do processo de certificação dos controles internos – SOx junto aos administradores e aos Auditores Independentes; (iii) procedimentos da Companhia para cumprimento integral dos requisitos da SOx e monitoramento intensivo dos planos de remediação relativos às deficiências apontadas pela auditoria independente em relação ao processo de Certificação SOx na Companhia.

O CAE constatou que os controles internos são implementados em consonância com a natureza, complexidade e necessidade das operações e, diante das informações prestadas pela Diretoria Executiva, pela Auditoria Interna e pelos auditores independentes, verificou não existir qualquer fato relevante ou de natureza grave que possa colocar em risco o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

IV. O CAE informou-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o CAE teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar suas implementações, e a execução das recomendações de melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles. Com base nas informações às quais teve acesso, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se sujeitam as transações. O CAE tem assinalado a importância de melhoria contínua no sistema de controles internos.

V. Acompanhou e supervisionou os trabalhos desenvolvidos pela área de *Compliance* da Companhia, em 9 (nove) sessões, com destaque aos assuntos relacionados à: (i) SOx *Compliance*, por meio de monitoramento de deficiências apontadas pelo Auditor Independente e pela administração da Companhia; (ii) *Compliance* de Tecnologia da Informação e Segurança Corporativa, ressaltando os riscos de *Cyber Security* e debatendo sobre a implementação na Companhia das adaptações requeridas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"); (iii) *Compliance* de Processos Comerciais e gerais da Companhia; fraude e corrupção, garantindo a aderência às leis, normas, padrões e regulamentos internos e externos. No âmbito do Programa de Integridade e Anticorrupção da Companhia, o CAE também acompanhou o processo visando a manutenção da Certificação ISO 37001 concedida em 2020.

VI. Tomou conhecimento das principais alterações propostas no âmbito regulatório e as mudanças institucionais previstas, bem como os principais aspectos dos cenários político e econômico, com destaque para os riscos e desafios da conjuntura atual que possam impactar a Companhia. Para tanto, tem acompanhado os principais macroindicadores que auxiliam uma avaliação de riscos do ambiente externo para a Companhia no limite daquilo que é previsível pelas melhores técnicas quantitativas e qualitativas.

VII. No desempenho de suas atividades, o CAE acompanhou regularmente questões relacionadas à: (i) Satisfação do consumidor e qualidade dos serviços e do atendimento; (ii) Estímulo à inovação aplicada a produtos e serviços; (iii) Transparência e prestação de contas aos stakeholders; (iv) Ética nos negócios; (v) Inclusão digital; (vi) Diálogos e comunicação com públicos de relacionamento; (vii) Gestão de produtos eletrônicos; (viii) Investimento em infraestrutura; e (ix) Desenvolvimento de novas tecnologias.

VIII. No decorrer de 2021, o CAE analisou relatórios de *Enterprise Risk Management* ("ERM") da Companhia com foco no monitoramento do plano de trabalho para revisão e atualização dos fatores de risco publicados pela Companhia, gestão dos riscos financeiros, apetite de risco da Companhia e adequação dos fatores de riscos constantes no Formulário de Referência da Companhia, no inventário dos riscos SOx/CVM. Este tema foi trazido em 6 (seis) sessões durante o ano de 2021. A estrutura de gestão de riscos da Companhia prevê a análise pelo CAE com base no exame realizado pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"). Ambos são órgãos de governança vinculados ao Conselho de Administração conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia.

IX. Dentre as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, o Comitê examinou, avaliou e opinou, previamente, sobre 11 (onze) contratos de naturezas diversas entre a Companhia, de um lado, e partes relacionadas, de outro lado. Todas as contratações seguiram estritamente o processo de governança necessário para atender tanto às normas de *Compliance* internas da Companhia, quanto à regulamentação da CVM e da SEC. As informações relevantes sobre as contratações estão devidamente divulgadas no Formulário de Referência da Companhia.

X. No âmbito de suas atribuições, o CAE analisou, em 9 (nove) sessões durante o ano de 2021, os relatórios referentes às denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias da Companhia e as respectivas ações de melhoria previstas. Os relatórios, que são divididos por tipologia, ficam arquivados na sede da Companhia.

XI. Além das 20 (vinte) reuniões informadas, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE participaram de 2 (duas) reuniões privadas, de 1 (uma) hora cada, com a área de Auditoria Interna da Companhia, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para avaliação de possíveis cerceamentos ou risco de quebra de independência, de qualquer tipo de ingerência da administração, dando abertura ao Comitê para externar eventuais preocupações que precisem ser avaliadas no desenvolvimento dos trabalhos da auditoria.

3. Assuntos Discutidos com os Auditores Independentes considerando a forma de apresentação do Relatório de Auditoria (NBC TA 701)

Conforme determinado pelas normas de auditoria (NBC TA 260), que dispõem sobre a comunicação com os responsáveis pela governança da Companhia, o auditor deve comunicar, dentre outros, o quanto segue: (i) suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis; (ii) visão geral do seu Plano de Auditoria para o exercício; (iii) sua visão sobre os aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da Companhia, incluindo políticas e estimativas contábeis, e divulgações nas demonstrações contábeis; (iv) dificuldades significativas encontradas durante a auditoria, se houver; (v) aspectos de independência, incluindo confirmação formal sobre sua independência em relação à Companhia; (vi) comunicação, por escrito, aos responsáveis pela governança, das constatações significativas decorrentes da auditoria; e (vii) conforme determinado pela NBC TA 701, comunicar quais os Principais Assuntos de Auditoria ("PAAs") a serem considerados no Relatório do Auditor Independente.

Diante do exposto acima, visando cumprir com o protocolo e/ou requerimento de comunicação entre os auditores e os responsáveis pela governança da Companhia, o CAE manteve reuniões periódicas com os Auditores Independentes da Companhia, com objetivo de acompanhar o andamento dos trabalhos dos auditores em relação às demonstrações financeiras da Companhia e sobre os controles internos de relatórios financeiros (SOx), de forma que todos os assuntos acima, entre outros, foram formalmente avaliados pelo CAE junto aos Auditores Independentes.

Especificamente em relação aos PAAs, o CAE interagiu com os Auditores Independentes com o objetivo de entender o julgamento dos Auditores para determinação desses assuntos como PAAs, bem como o entendimento da abordagem de auditoria definida pelos Auditores Independentes como resposta de auditoria a esses PAAs.

Por fim, além de toda a interação com os Auditores Independentes, o CAE realizou as seguintes atividades ao longo do ano para avaliação das áreas consideradas como PAAs pelos Auditores Independentes:

3.1. Provisão para contingências tributárias (nota explicativa 24 - "Provisão para processos judiciais e administrativos")

O CAE revisou trimestralmente a evolução das contingências tributárias e acompanhou os prognósticos fornecidos pelos responsáveis pelas áreas Tributária, Cível, Trabalhista e Regulatória da Companhia.

3.2. Impacto na venda de participação da Companhia na I-System (anteriormente denominada FiberCo)

O CAE manteve diversas interações com a administração da Companhia para avaliação e acompanhamento dos impactos contábeis ocasionados pelo fechamento da transação.

4. Outras Atividades

4.1. Revisão do Formulário 20-F e do Formulário de Referência

Com relação aos trabalhos de revisão do Formulário 20-F (SEC) e do Formulário de Referência (CVM), os membros do CAE se reuniram formalmente, no total, 2 (duas) vezes entre os meses de março e junho de 2021, com executivos da Companhia.

4.2. Avaliação do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas

Os membros do CAE se reuniram com executivos da Companhia para avaliar a adesão da Companhia a determinadas práticas de governança previstas no Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas, em atendimento à Instrução Normativa CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que alterou e acrescentou dispositivos à Instrução Normativa CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

4.3. Autoavaliação do CAE

Os membros do CAE submeteram-se a questionário de autoavaliação de desempenho de suas atividades, conforme as melhores práticas de governança existentes no mercado nacional e estrangeiro. Com base nas respostas apresentadas, os membros do CAE procuraram aprimorar e tornar mais eficientes as atividades desenvolvidas durante o ano de 2021, objetivando um processo de evolução constante e permanente.

4.4. Avaliação dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna

Os membros do CAE procederam à avaliação da qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna da Companhia, por meio de questionários de avaliação previamente aprovados pelo CAE.

5. Conclusões e recomendações

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021").

Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela EY, e a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, o CAE concluiu que essas informações e documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia.

Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), de 23 de fevereiro de 2022.

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

HERCULANO ANÍBAL ALVES
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

FLAVIA MARIA BITENCOURT
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*), **Camille Loyo Faria** (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo** (*Human Resources & Organization Officer),* **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*
CAMILLE LOYO FARIA
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores
MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer
LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer
BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer
MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer
JAQUES HORN
Diretor Jurídico

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*), **Camille Loyo Faria** (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo (***Human Resources & Organization Officer***), Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*
CAMILLE LOYO FARIA
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores
MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer
LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer
BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer
MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer
JAQUES HORN
Diretor Jurídico

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **TIM S/A** Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tim S/A ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para contingências tributárias

Conforme divulgado na nota explicativa 24 das demonstrações financeiras, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, no montante de R$16.739 milhões, em 31 de dezembro de 2021, para os quais foi constituída provisão no montante de R$430 milhões. Enquanto o valor de R$16.309 milhões foi divulgado pela Companhia como perdas possíveis de ocorrer, em linha com os requerimentos do "CPC 25 (IAS37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgados depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais.

Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer impactos relevantes às demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e eficácia dos controles internos da Companhia para identificação e avaliação das contingências tributárias, incluindo o processo da Companhia na determinação dos prognósticos de perda das contingências tributárias e sobre a informação produzida pelo sistema de tecnologia que apoia este processo; (b) para teste da avaliação da Companhia sobre o prognóstico de perdas dos processos tributários, envolvemos nossos especialistas em assuntos tributários para auxiliar-nos na avaliação dos prognósticos realizados por advogados externos para as contingências tributárias mais significativas da Companhia, obtivemos e analisamos opiniões legais junto a todos os consultores jurídicos internos e externos, realizamos reuniões e obtivemos representações por parte da diretoria da Companhia com relação à avaliação dos principais processos tributários; e (c) revisão da adequação das divulgações incluídas pela Companhia na nota explicativa nº 24 às demonstrações.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e a divulgação das contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Alienação de 51% mantido na investida I-System (anteriormente conhecida como FiberCo Soluções Infraestrutura S/A)

Conforme descrito na nota explicativa 1 das demonstrações financeiras, em 16 de novembro de 2021, a Companhia vendeu 51% da participação que mantinha na I-System. A venda gerou um ganho de R$782 milhões, que foi mensurado pela diferença entre o valor justo da consideração recebida e o valor contábil dos ativos e passivos líquidos da I-System. A determinação do valor contábil dos ativos e passivos líquidos da I-System envolveram identificação e mensuração dos ativos, passivos e ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocados a I-System na data da venda.

Auditar a contabilização da Companhia relativa à venda de 51% do investimento mantido na I-System foi complexo devido o julgamento significativo aplicado pela diretoria para determinação do montante do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocado a I-System, a natureza da transação e significativo julgamento exercido pela diretoria na avaliação dos impactos contábeis relativos a perda de controle e do contrato de prestação de serviço entre as partes.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e testamos a eficácia dos controles internos mantidos pela Companhia para avaliar a transação de venda de 51% de participação na I-System. Por exemplo, testamos controles de revisão da diretoria sobre a contabilização dos efeitos da venda e cálculo do ganho líquido de impostos e controles da diretoria sobre a revisão de assuntos chave, dados e premissas utilizadas pela diretoria na determinação da alocação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura à I-System.

Para testar a avaliação efetuada pela diretoria sobre a venda, nossos procedimentos incluíram, entre outros: inspeção dos contratos relacionados a transação, avaliação da razoabilidade dos julgamentos aplicados pela diretoria e teste da acuracidade matemática sobre o cálculo do ganho na venda (líquido de impostos), avaliamos os assuntos chave e dados utilizados pela diretoria na determinação da alocação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocado à I-System através de inspeção documental e avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia; avaliamos o julgamento da diretoria sobre os critérios para contabilização dos impactos relativos à perda de controle através da avaliação de possíveis evidências contrárias nos documentos atrelados a transação bem como a avaliação da diretoria sobre o contrato de prestação de serviço à luz do CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamentos; nós também envolvemos profissionais de impostos para avaliar os impactos fiscais associados a venda e também avaliamos a adequacidade das divulgações efetuadas pela Companhia relativas a venda de 51% do investimento mantido na I-System.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os impactos contábeis relacionados a alienação de 51% de participação societária na FiberCo, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração dos impactos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

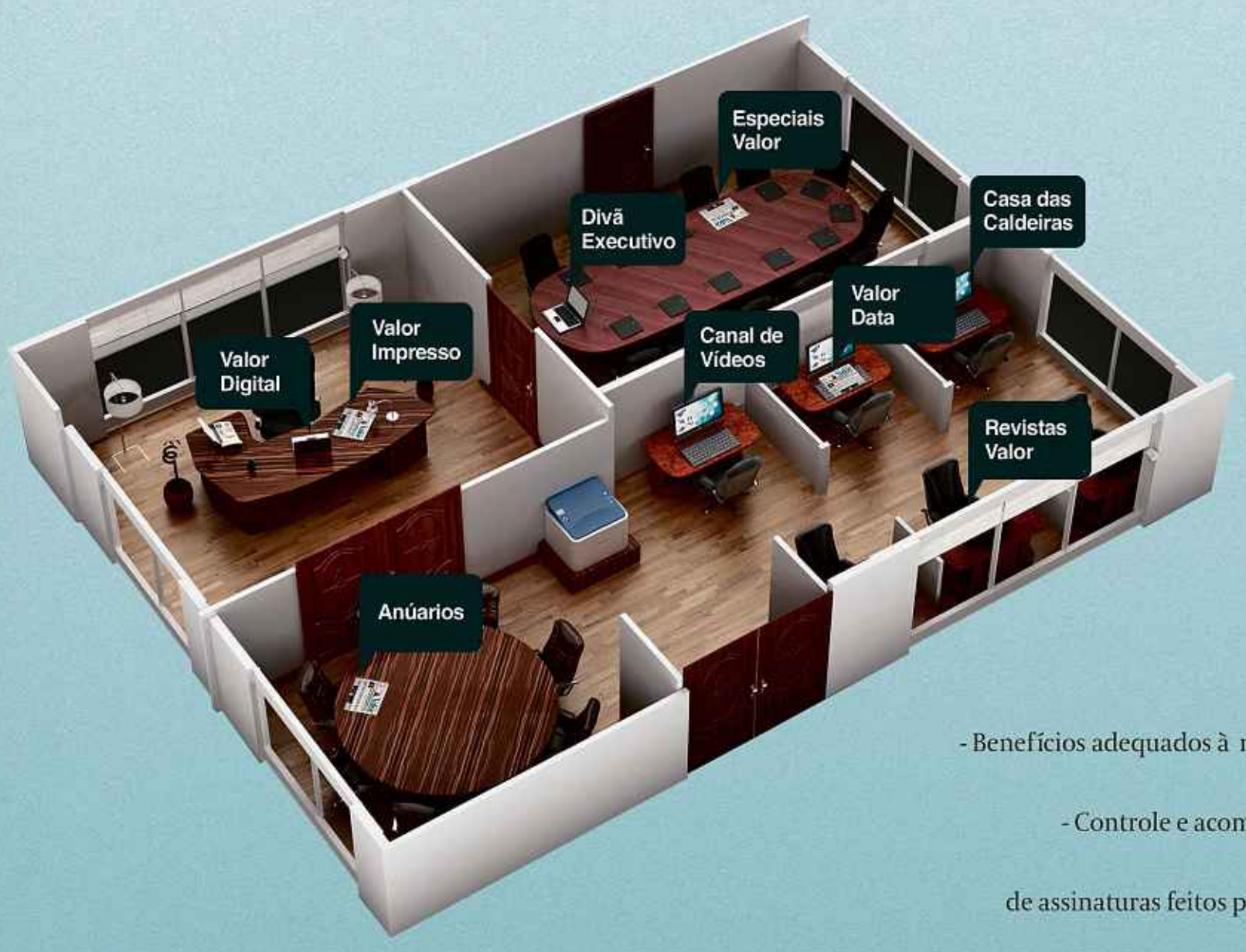
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0

www.tim.com.br

Vantagens de ser um Assinante Corporativo

Sua empresa pode manter a equipe preparada para tomar as melhores decisões e alavancar negócios. Diariamente, o Valor Econômico traz notícias de bastidores, conteúdo relevante e análises produzidas pela melhor equipe de jornalistas e colunistas do Brasil.



- Benefícios adequados à necessidade da empresa;
- Controle e acompanhamento do pacote de assinaturas feitos por equipe especializada;
- Pagamento por meio de fatura única ou cartão corporativo;
- Descontos progressivos.

Pacotes de assinaturas para Empresas.

11 3767-7059
de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h
corporate@valor.com.br
assinaturas.valor.com.br/assinatura-corporativa

Valor Econômico
Notícias que geram negócios

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2021

► COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Prezados acionistas,

A administração da TIM S.A. ("TIM S.A.", "Companhia" ou "TIM") apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2021, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e com o Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2021.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*), conforme definidas pela IASB.

As informações operacionais e financeiras de 2021, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

► Perfil da Companhia

A TIM S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e ADRs (*American Depositary Receipts*) listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE). Em 2021, a TIM confirmou a sua manutenção, pelo décimo quarto ano consecutivo, no seleto grupo de companhias que integram o portfólio ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3), reforçando o seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Além disso, a TIM é listada desde 2011 no Novo Mercado, segmento reconhecido pelo mais alto nível de governança corporativa da B3 e a partir de 2021 passou a fazer parte dos índices S&P-B3 Brasil ESG, Refinitiv Diversity & Inclusion e Bloomberg Gender Equality.

A TIM S.A. é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária do grupo Telecom Italia. A TIM opera nos mercados de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, em todo território brasileiro, e no mercado de ultra banda larga abrangendo alguns estados do país.

► 1. Mensagem da Administração

O ano de 2021 ainda foi fortemente impactado pela pandemia de COVID-19, que impôs grandes desafios à sociedade, com impactos para a saúde pública e econômicos. Em meio ao aumento da vacinação, surgimento de novas variantes do vírus, escalada da inflação e aumento dos juros, a TIM se mostrou resiliente para entregar resultados sólidos ao final de 2021, cumprindo com todas as metas estabelecidas junto a seus acionistas e ao mercado financeiro em geral.

► Evolução da Pandemia e a Dinâmica Macroeconômica

Ao longo do primeiro semestre, a economia brasileira vinha registrando recuperação a despeito da oscilação das condições sanitárias, e a consequente adoção de novas medidas restritivas entre março e abril. O impacto dessas restrições sobre a atividade econômica em geral e sobre a atividade da TIM se deu em magnitude significativamente menor do que em períodos similares em 2020. No segundo semestre, a vacinação da população se acelerou, mas a recuperação econômica continuou a se dar de forma heterogênea entre os diferentes setores. A aceleração da inflação com posterior início do ciclo de aperto monetário limitaram a melhora de dinamismo da economia. Para nós, esta situação se materializou principalmente no segmento de telefonia móvel pré-pago como consequência de uma disponibilidade de renda das famílias ainda bastante pressionada seja pela inflação, pelo endividamento e por um mercado de trabalho ainda vacilante.

► M&A e 5G: Transformações Setoriais e para TIM

Em 2021, grandes transformações setoriais tomaram forma e começaram a se materializar. De um lado, a transação de compra dos ativos móveis da Oi Móvel S.A. passou a ser analisada pelos órgãos reguladores setorial (Anatel) e de concorrência (CADE) que mesmo sem apresentar uma resposta definitiva dentro do ano indicavam uma definição logo no início de 2022. De outro lado, houve uma proliferação de iniciativas no setor de telecomunicações para explorar as oportunidades do serviço de ultra banda-larga, seja através de IPOs de pequenos provedores, seja através da criação de veículos neutros de infraestrutura de fibra ótica. Neste último caso, optamos por fechar um acordo com a IHS Brasil para a venda de 51% de um veículo de fibra recém criado com intuito de acelerar o desenvolvimento de sua cobertura dos serviços de FTTH (*Fiber-To-The-Home*).

No segundo semestre do ano, ocorreu o leilão de frequências que previa a venda de lotes de espectro destinados às tecnologias 4G e 5G. Participamos de forma muito bem sucedida, adquirindo um conjunto de faixas de frequências que ajudarão na composição do nosso portfólio de espectro e evolução dos serviços com a implantação das novas redes 5G e reforço de capacidade na rede 4G.

► Resiliência em Face das Adversidades e Foco na Execução da Estratégia

O primeiro semestre foi marcado por uma recuperação mais pujante, mas conseguimos a despeito dos desafios do segundo semestre, manter um bom nível de crescimento anual de receita de serviços (+6% no 1S e +4% no 2S) para fechar o ano com crescimento positivo de 5% versus 2020. Esse desempenho representa uma robusta recuperação se comparamos com a performance de 2020, onde o crescimento da receita de serviços foi de apenas 0.4% A/A. Nossa capacidade de encontrar soluções em meio as adversidades e o foco na execução da nossa estratégia foram fundamentais para essa evolução no desempenho.

Entre as iniciativas implementadas em 2021 que suportaram essa performance, destacam-se: (i) a continua evolução da abordagem de volume para valor, com continuo crescimento de ARPU, redução do *churn* e recuperação da adição de clientes; (ii) o resgate do tema Música como parte dos nossos lançamentos de oferta e de um novo posicionamento de marca; (iii) a sólida execução na nossa operação de banda larga; (iv) o continuo avanço da nossa infraestrutura de rede e TI; (v) a busca incessante por eficiência de custos e investimentos; e (vi) a continua evolução da estratégia de Plataforma de Clientes materializada por mais uma parceria fechada no segmento de educação a distância com a plataforma Ampli.

Os impactos positivos dessas iniciativas ficaram evidentes nos resultados das diferentes linhas de negócio:

- Do ponto de vista dos Serviços Móveis, a receita manteve uma boa dinâmica e terminou o ano com crescimento próximo a 5% contra o ano de 2020. Essa performance foi puxada pelo segmento Pós-Pago que cresceu mais de 5% A/A, enquanto o Pré-Pago caiu próximo a 2%.
- A banda larga residencial manteve um forte crescimento de aproximadamente 15% comparado a 2020.
- Nossas receitas com a Plataforma de Clientes somaram cerca de R$ 120 milhões, multiplicando por 8 o número de 2020 e com grandes contribuições da parceria com o Banco C6 e das iniciativas de Publicidade Móvel.

► Uma Infraestrutura Robusta para Suportar uma Melhor Experiencia para o Cliente

O desenvolvimento da nossa infraestrutura é pilar fundamental da estratégia de melhoria da experiência dos clientes. Desta maneira, em 2021, demos ênfase em continuar evoluindo na qualidade dos nossos serviços através do fortalecimento da nossa rede e dos nossos sistemas.

Por mais um ano, a TIM assegurou a liderança em 4G, tendo a maior e melhor cobertura nesta tecnologia. Fechamos 2021 com mais de 4700 mil cidades e nos aproximamos cada vez mais da meta de cobrir todos os municípios do país até 2023. Nossa rede móvel foi atestada mais uma vez como líder em disponibilidade 4G e melhor experiência de vídeo e vídeo-chamada pela OpenSignal. A cobertura de 4.5G superou 1700 cidades e lançamos a tecnologia 5G DSS e fizemos pilotos com o 5G *standalone*.

Na rede fixa, superamos a marca de 112 mil quilômetros de fibra ótica em *backbone* e *backhaul*, o que nos possibilitou conectar mais 1200 cidades com fibra ótica, expandimos também nossa cobertura do serviço de banda larga residencial da TIM Live, chegando a 4,2 milhões de domicílios em FTTH e 6,7 milhões de domicílios totais.

Na frente de TI, avançamos no projeto Journey to Cloud para migrar todo o nosso *datacenter* para nuvem, fechamos o ano com 44% de migração. Este projeto, e outros com foco em digitalização tem impacto tanto nos custos da Companhia quanto na satisfação dos clientes.

► Eficiência e Geração de Caixa

Nossa cultura voltada para eficiência tem sido uma marca registrada da TIM na última década. Portanto em 2021, não foi diferente, apesar das pressões inflacionárias e da crise energética, conseguimos compensar uma boa parte desses efeitos com iniciativas voltadas a transformação digital e a cortes de custos mais tradicionais. O controle da inadimplência também contribuiu para o crescimento dos gastos ficar abaixo dos 5% e menos da metade da inflação oficial (IPCA: 10,06%).

A sólida performance nas frentes operacional e financeira produziu, mais uma vez, o maior EBITDA da história da TIM, atingindo mais de R$ 8,7 bilhões, com uma margem de 48,4% no ano e, também, um excelente nível de fluxo de caixa operacional em mais de R$ 6 bilhões. Com isso, fechamos o ano com sólida posição financeira e prontos para cumprir com as obrigações de desembolso extras que teremos em 2022 – aquisição de ativos da Oi Móvel e das licenças de frequência. Nosso caixa ficou próximo a R$ 9,8 bilhões com um endividamento líquido de R$ 3,7 bilhões (incluindo o impacto relacionado as licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R$ 843 milhões) e ainda assim, a Companhia manteve a alavancagem em patamar saudável. Esse cenário nos deu conforto de manter a distribuição aos acionistas no patamar de R$ 1 bilhão através do instrumento de JSCP.

► Conclusão e Perspectivas

A capacidade de agir rapidamente e de maneira assertiva, aproveitando oportunidades do mercado e mantendo o foco na execução da estratégia foram as marcas de 2021. Essa combinação tornou possível a entrega de todas as metas definidas para o ano, mesmo em um cenário de alta incerteza.

A expectativa para o ano de 2022 é de aceleração no processo de transformação da TIM e do setor com a aprovação da transação com a Oi Móvel, o início da implementação do 5G "de verdade" e a mudança de paradigma da banda-larga fixa para redes neutras. Esperamos, ainda, capitalizar mais as iniciativas nas frentes de transformação digital e de novos negócios, criando grandes oportunidades para TIM de eficiência e crescimento.

► 2. Panorama Econômico e Industrial

2.1. Ambiente Macroeconômico

Apesar das expectativas positivas para o ano, 2021 foi, ainda, significativamente impactado pela pandemia do Coronavírus – COVID 19, que trouxe, além de um imensurável ônus humano, um expressivo ônus para atividade econômica do Brasil e do mundo. Após o início da vacinação em massa no mundo ainda no final de 2020 e com o avanço da vacinação no Brasil durante todo o ano de 2021, combinado com a consequente diminuição das restrições de mobilidade e uma expressiva redução na taxa de desemprego (11,6% em novembro de 2021), ocorreu um reaquecimento da atividade econômica do país. Isso fez com que as projeções de alta do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para o período, atingissem o patamar de 4,50%, segundo o último relatório FOCUS[1] do ano, em comparação a uma previsão de crescimento de 3,41%, no primeiro relatório FOCUS[2] de 2021.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2021 em 10,06%[3], maior inflação anual acumulada desde 2015. O IPCA registrado foi significativamente superior ao centro da meta, que era de 3,75% para o ano. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo grupo Transportes, que na cesta dos itens avaliados apresentou a maior variação e fechou o ano com aumento de 21,03% e o maior impacto no acumulado do ano. Além dos Transportes, se destacaram os itens Habitação e Alimentação e Bebidas. De maneira macro, a economia ainda sofre com a obstrução das cadeias de abastecimento no Brasil e no mundo, como consequência das medidas de combate ao COVID-19, causando ainda um forte choque na oferta de bens e serviços e, consequentemente, pressionando a inflação do mundo para cima.

Na frente cambial, o dólar americano apresentou forte valorização em relação ao Real em 2021, fechando o ano cotado em R$ 5,57[4], uma alta de 7,4%, depois de ter atingido R$ 5,79[5], em março deste ano, tendo apresentado forte oscilação ao longo do ano, diante de um cenário de elevação do risco fiscal decorrente do agudo aumento dos gastos públicos decorrentes da pandemia, a paralisação das reformas fiscal e administrativa, contribuíram para uma forte oscilação cambial ao longo do ano. A balança comercial fechou o ano com um superávit de US$ 61 bilhões[6]. O valor representa um crescimento de 21,1% em relação ao ano de 2020 e superou o recorde de US$ 56 bilhões de 2017. O saldo positivo é resultado de US$ 280,4 bilhões em exportações e US$ 219,4 bilhões em importações. A exportação em 2021 cresceu 34% na comparação com 2020, enquanto a importação cresceu 38,2%.

Quanto ao cenário internacional, também verificamos uma forte aceleração na vacinação contra a COVID-19 em grande parte do mundo, o que acarretou, igualmente, na diminuição das restrições de mobilidade e reunião de pessoas e, consequentemente, na retomada parcial da atividade econômica. Nos EUA e países desenvolvidos, o ano trouxe a inflação como novidade nos relatórios econômicos, o que não acontecia há décadas. Especialmente nos EUA, o índice de preços ao consumidor atingiu 7% em 2021, a maior alta em desde 1982. O PIB dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avançou 0,9% no 3º trimestre de 2021 em comparação com o trimestre anterior e retomou nível pré-pandemia. Devido a aceleração da retomada da atividade econômica, o FMI reviu sua projeção de crescimento da economia mundial em 2021 para 5,9%[7].

2.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional".

O setor sempre foi impactado por uma acirrada competição no mercado brasileiro, verificada pela presença de ofertas mais agressivas sob o ponto de vista do conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral, o que, de certa forma, limita a capacidade da Companhia de repassar aumentos de custos ou de propor a adesão a ofertas de maior valor, levando todo o setor de telecomunicações à uma certa degradação.

Por outro lado, o ambiente altamente competitivo pode ter sido, em última análise, um dos gatilhos para a consolidação do mercado móvel, que se vislumbra terminar 2022, com a concretização da venda da Oi Móvel, e consequente divisão dos ativos para os players remanescentes do setor.

Ao longo do ano de 2021, o setor continuou a sofrer os impactos oriundos da profunda crise causada pela epidemia COVID-19, e de todas as restrições destinadas a retardar sua propagação. Todavia, o setor manteve a tendência de crescimento no consumo de dados, exigindo das operadoras a capacidade de adaptação de suas redes, enfrentando o desafio de entregar uma infraestrutura cada vez mais robusta, em ambiente de maior racionalidade nos investimentos, como projetos como a densificação de sites, o *refarming* de frequência e a agregação de portadoras em duas ou três frequências. Além disso, a TIM segue avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede. Essa evolução da rede da Companhia permite a ampliação significativa do tráfego na rede 4G, que propicia aos seus clientes melhor experiência de uso, tanto em termos de performance, com maior velocidade de *download* e *upload* e menor latência, como em cobertura *indoor* e maior penetração.

Essa demanda por evolução tecnológica e investimentos no setor tende a ser mantida, isso pode ser verificado, especialmente, considerando o leilão do 5G, que foi realizado no último trimestre do ano de 2021, e instituiu uma serie de obrigações relacionadas à autorização do direito de utilização das frequências, o que, certamente, obrigará setor a passar por um novo ciclo de investimentos. A implantação dessa nova tecnologia vai trazer avanços muito expressivos, possibilitando a geração de novos modelos de negócio, incentivando uma sociedade cada vez mais conectada, além de abrir caminho para a implementação de avanços em pesquisa e desenvolvimento.

Por fim, 2021 mostrou-se um ano no qual a demanda por Banda Larga Fixa se consolidou. Durante o ano, *players* menores lançaram suas Ofertas Públicas Iniciais ("IPOs") e fortaleceram suas posições financeiras para continuar crescendo. A Banda Larga Fixa é uma grande oportunidade no país por ainda ter baixa penetração fora dos grandes centros, mas, por outro lado, pode ser muito influenciada pela separação de empresas provedoras de serviços e *players* de infraestrutura, visto que as empresas prestadoras de serviços podem alugar infraestrutura das empresas especializadas buscando uma aceleração de crescimento.

► 3. Serviços TIM

3.1. Negócios

A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de atender novos padrões de consumo ao mercado. A abordagem proativa permite à Companhia estar em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios nas telecomunicações. A mudança no perfil de uso dos clientes e o surgimento de novas tecnologias fomentam uma ruptura na indústria de telecomunicações, baseada no consumo de dados, conteúdos e serviços digitais.

O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, TIM Live, e o serviço de banda larga fixa através da rede móvel, utilizando a tecnologia WTTx e 5G DDS, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT.

Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões.

Demonstrando esse diferencial, em 2021, a TIM iniciou a primeira parceria entre uma empresa de telecomunicações e uma empresa de educação. Foram lançadas ofertas exclusivas para os clientes que se matriculassem nos cursos oferecidos na plataforma e os clientes TIM passaram a receber descontos em cursos selecionados. Por sua vez, as ofertas lançadas em parceria com o C6 Bank continuam a agregar um diferencial ao portfólio, ao somar mais conveniência e adicionar novas experiências às ofertas dos planos Controle e Pós puro. Continuamos oferecendo aos clientes do plano TIM Black Família um *marketplace* para serviços de OTT, uma maior flexibilidade na escolha do conteúdo de entretenimento incluído no plano e o atendimento diferenciado do TIM Concierge. A inovação em ofertas e a consistência na operação têm garantido o diferencial do portfólio e uma maior qualidade na aquisição de novo clientes.

3.2. Estratégia

A estratégia adotada pela TIM para 2021 foi baseada em cinco frentes indicadas abaixo, cada uma das quais focada nas principais partes interessadas da Empresa (clientes, colaboradores e acionistas) e, juntas, visam redesenhar a experiência do cliente e fazer da TIM a melhor escolha por valor no mercado, apoiada por sua posição como líder na ultra banda larga móvel e sua variedade de ofertas inovadoras:

- *Mover de volume para valor*: Melhorar e acelerar a transição de volume para valor, para sustentar o crescimento do negócio móvel, com foco na experiência do cliente;
- *Melhorar a infraestrutura*: Preencher o atual gap de infraestrutura com M&A, também promovendo o crescimento inorgânico e capturando potenciais sinergias;
- *Monetizar além do core*: Expandir novos fluxos de receita a partir de modelos de negócios alternativos, como serviços financeiros móveis, Educação, Saúde e publicidade digital móvel, visando a monetização da nossa base de clientes e alavancando a plataforma de base de clientes através de ecossistemas e parcerias;
- *Aprimorar tecnologia e operações*: Implementar projetos transformacionais em infraestrutura (ex., 5G, ORAN, M-MIMO, *cloudification*) e abordar desafios estruturais e preparar nossa tecnologia e nossas operações para desenvolvimentos futuros; e
- *Explorar oportunidades de banda larga fixa*: Capturar oportunidades de crescimento do mercado de ultra banda larga com novos modelos financeiros e de negócio.

Todos os cinco pilares estratégicos mencionados acima estão diretamente relacionados ao nosso compromisso com a experiência do usuário, que é um dos nossos três pilares de fundação da marca TIM (incluindo também a inovação e a qualidade), além de estarem voltados para o fortalecimento do nosso core e na construção do futuro da companhia.

Ao longo do ano de 2021, para implementação dos pilares estratégicos mencionados acima, a TIM direcionou esforços por meio de dois habilitadores transformacionais: (i) Impulsionar **eficiências disruptivas** por meio da digitalização, automatização e novos modelos operacionais, alavancando habilidades e o aprimoramento de capacidades; e (ii) Fortalecer e consolidar a **proposta de ESG** fazendo uma transformação positiva

Este é o principal objetivo da estrutura proposta, na qual o cliente é o centro de tomada de decisão.

► 4. Recursos Humanos

A Diretoria de Recursos Humanos está estruturada com o propósito de assegurar as melhores práticas relativas à gestão de pessoas para suportar o processo de evolução da Companhia, alinhadas com as transformações tecnológicas e desafios de negócio, que incluem o compromisso com a sustentabilidade e a valorização da diversidade e inclusão.

Contar com um time engajado é fundamental para superar desafios e conquistar melhores resultados. Na TIM, a relação de transparência e respeito com todos os níveis fortalece o orgulho de pertencer e a clareza sobre nosso direcionamento. Esses fatores são diferenciais no desenvolvimento da nossa marca empregadora.

Em 2021, tivemos uma adesão de (97%) na Pesquisa de Clima e Engajamento, confirmando a consistência desse processo como um dos mais importantes para se ouvir as pessoas e dar oportunidade de contribuir para a evolução da nossa empresa.

O resultado da Pesquisa de Clima e Engajamento de 2021 foi 83%(-1pp/2020), colocando a TIM 10p.p. acima do Mercado de Telecom Global da Mercer, consultoria parceira responsável pela metodologia e aplicação da pesquisa.

Os principais destaques ficam para a consistência no programa de aculturamento em Diversidade & Inclusão (mantida em 95%), o aumento na atuação da liderança no desenvolvimento dos times, através de feedback (84% | +3pp), tolerância ao erro (85% | +2pp), coerência na avaliação de desempenho (83% | +3pp) e prática do reconhecimento financeiro e não financeiro (71% | +2pp), em coerência com a revisão das competências e do Performance.

Em 2022, será necessário maior foco em ações estruturadas de bem-estar-estar e evoluir em agilidade e prontidão para mudanças, a fim de manter o posicionamento de cuidado com as pessoas e melhoria nos processos para a inovação.

A cultura de integridade e carreiras atrativas também se destacam entre os fatores mais reconhecidos pelo nosso time, refletindo o alto engajamento e o sucesso de ações como o TIM Talks Experience 2021 e campanhas de Diversidade e Inclusão, direcionadas aos cinco pilares trabalhados na empresa: gênero, raça, pessoas com deficiência, pessoas LGBTI+ e gerações.

4.1. Pessoas

A TIM encerrou o ano de 2021 com 9.337 funcionários em todo Brasil. Esses colaboradores, com suas histórias e conhecimento, representam o capital intelectual da Companhia e atuam como motores para o desenvolvimento do negócio.

Aproximadamente 70,4% dos colaboradores possuem ensino superior completo ou frequentam a universidade e 9,9% possuem pós-graduação. Os números e resultados mostram que a TIM possui um quadro diversificado e altamente qualificado de colaboradores para atender os desafios da Companhia. A força de trabalho é complementada por 216 estagiários e 128 jovens aprendizes.

4.2. Desenvolvimento e Treinamento

Os colaboradores da TIM têm acesso a uma oferta de treinamento e desenvolvimento bem estruturada para evoluir dentro da companhia e construir uma carreira de sucesso. A TIM investiu mais de R$ 10 milhões em treinamento e desenvolvimento dos seus colaboradores em 2021.

Para orientar as carreiras dos seus colaboradores, a TIM identifica e monitora o desempenho individual para guiar as atividades com mais assertividade. A Companhia avalia a dedicação e o desempenho diferenciado dos seus profissionais por meio de diferentes ferramentas de gestão de performance, e encoraja e proporciona oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem.

Aqui na TIM, ao longo do ano de 2021, em continuidade ao plano iniciado em 2020, tivemos como foco apoiar a evolução e a transformação da empresa rumo ao modelo de digital TELCO, com foco especifico no desenvolvimento das *new capabilities*, necessárias para alcançar os objetivos do plano estratégico e industrial da companhia.

Ao longo de 2021, a TIM implementou diversos programas e iniciativas para gerenciar e suportar o desenvolvimento das pessoas nas competências necessárias para alcançar as estratégias do negócio:

- **Novo Processo de Gestão de Desempenho**: a TIM completou seu ciclo de gestão de desempenho 2020/21, envolvendo mais de 7.700 colaboradores com algumas novidades importantes como a inclusão de novos públicos (equipe de Vendas e Atendimento, Estagiários), com uma abordagem profundamente customizada. O foco da avaliação está relacionado ao modelo de competência, bem com a capacidade em fazer acontecer. A implementação de uma nova plataforma de Gestão de Desempenho, customizada para proporcionar a melhor experiência digital aos colaboradores, também foi uma novidade.
- **Soluções Digitais de Desenvolvimento da Liderança:** Durante este ano, a TIM lançou duas soluções inovadoras para desenvolver nossos líderes: o Programa E-Coaching e o Mentoring Executivo, mais de 350 líderes experimentaram uma solução digital de desenvolvimento, customizada para suas próprias necessidades.
- **Gestão de Sucessões**: A continuidade do mapeamento de sucessão foi realizada este ano para garantir a aceleração do desenvolvimento e a prontidão para cargos mais críticos da alta administração e posição de executivos.
- **Mentoria interempresarial para mulheres:** em julho de 2021, a TIM, juntamente com um número crescente de grandes empresas, criou uma iniciativa para acelerar o desenvolvimento de carreira das mulheres. A iniciativa está inserida no Projeto "Mulheres Positivas", que tem o escopo mais amplo de viabilizar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho brasileiro. Em 2021, foram desenvolvidas 2 ondas de mentoria, envolvendo 149 mulheres.

Os principais programas e iniciativas de treinamento estão listados abaixo:

- **Principais questões institucionais e de compliance**: todos os colaboradores participam de cursos sobre as principais questões institucionais e de compliance, como ética, direitos humanos, políticas de sustentabilidade e meio ambiente, saúde e segurança, segurança da informação e anticorrupção, alinhadas às diretrizes do Grupo e às leis internacionais e nacionais.
- ***Digital Learning Roadmap***: a nova plataforma de formação online "Talent Hub Aprendizagem" inclui roteiros individuais e coletivos para a aprendizagem digital. O roteiro centra-se em questões estratégicas como mentalidade digital, novas capacidades, inovação, responsabilidade, experiência do cliente, execução, networking colaborativo, gestão da mudança.
- ***TIM Talks***: Programa anual de Treinamento, Desenvolvimento e Comunicação da TIM Brasil. Assim como em 2020, o evento contou com a participação do público interno e externo. O TIM Talks começou em novembro com um evento de Abertura, e se estendeu até o final de dezembro por meio de um programa de workshops focado em questões estratégicas do setor como 5G, Cloud, IA, Privacidade e etc. O workshop contou com a participação de representantes do mercado, do mundo acadêmico e de instituições em geral, e pela primeira vez também envolveu convidados internacionais.
- **Plano de Apoio no contexto da Pandemia de COVID 19**: Ao longo dos anos de 2020 e 2021, em função da pandemia do novo coronavírus, a TIM realizou ações de treinamento voltados à temas de saúde e segurança diversos, como saúde mental, autocuidado, ergonomia, bem-estar em suas mais variadas dimensões (Ex: nutrição, exercícios físicos, etc) incluindo aulas online (ex: meditação), prevenção ao COVID-19 e também disponibilizamos os conteúdos de integração em formato digital. Além disso, transformamos 100% das nossas ações de treinamento para a metodologia à distância, sendo que a própria SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho) também passou a ser online, integrada à Jornada de Saúde e Bem Estar e com alguns eventos abertos à sociedade.
- ***Onboarding***: Levando em consideração os processos de transformação digital que a TIM iniciou há alguns anos, um novo programa *Onboarding* 100% digital foi projetado para engajar e preparar os novos funcionários para o dia a dia.
- **Jornadas Verticais:** A TIM Brasil criou jornadas de aprendizagem personalizadas para as diversas áreas, com base nas diferentes necessidades relacionadas ao escopo de atividades.
- ***Journey to Cloud* e *Agile Journey*:** Alinhada ao seu plano de transformação digital e inovação, a TIM implementou um plano estruturado de *upskilling* para todos os profissionais envolvidos na migração da infraestrutura em um ambiente *multi-cloud* e para os usuários dos novos dados e tecnologias de análise. Desde 2020, mais de 500 pessoas estiveram envolvidas no programa.

Em 2021 foi implementado um programa de formação *Agile Journey*, com o objetivo de disseminar a cultura, bem como os métodos e as ferramentas das Metodologias Ágeis. A Jornada passou a envolver as equipes que atuam nos processos de criação de serviços, a fim de trazer ganhos incrementais para o negócio, reduzir riscos e realizar melhorias contínuas. Mais de 170 funcionários já iniciaram a jornada.

[1] Estimado pelo relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) de 31 de dezembro de 2021.
[2] Estimado pelo relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) de 08 de janeiro de 2021.
[3] Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
[4] Fonte: Banco Central.
[5] Fonte: Banco Central.
[6] Fonte: Ministério da Economia.
[7] Fonte: Fundo Monetário Internacional.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:48 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

- **Iniciativas para a força de vendas (Programa *Evolution* Consumidor e Corporativo)**: jornada de aprendizagem para as lojas TIM e Força de Vendas, pensado de forma inovadora, baseado no princípio de gamificação, que se traduziu em maior envolvimento, novos conhecimentos com uma "pegada" diferente, e maior valor para a empresa. Uma experiência única, personalizada e humanizada. O modelo de treinamento virtual foi mantido e aprimorado em 2021.

Por acreditar que a diversidade e a inclusão são essenciais para a valorização e engajamento das pessoas, e desempenham um papel fundamental no processo de inovação, reforçamos nosso posicionamento e compromisso com o tema através da construção de políticas, programas e iniciativas de diversidade e inclusão, alinhadas à estratégia do negócio, cultura organizacional e valorização da contribuição de cada colaborador(a) na TIM.

Em 2021 o Programa de Diversidade e Inclusão seguiu em continuidade com o calendário anual de ações, baseado no calendário da ONU e demais datas reconhecidas nacionalmente; acompanhamento estratégico do tema pelo comitê de diversidade e inclusão, formado pela alta liderança; e atuação dos grupos de afinidade, formados por colaboradores de todos os níveis, áreas e regiões, que atuaram conjuntamente no desenho e implementação de ações inclusivas para os pilares de gênero, pessoas LGBTI+, raça, gerações e pessoas com deficiência.

Dentre as iniciativas lançadas temos o Programa de Estágio Inclusivo que flexibilizou perfil e pré-requisitos do processo seletivo para ampliar o acesso de grupos sociais minorizados, além de não haver restrições para idade, cursos e instituição de ensino o programa reservou 50% das vagas para pessoas negras. No pilar de gênero lançamos o Projeto Mulheres Positivas, voltado para ampliar a participação das mulheres no mercado de trabalho. O projeto conta com o aplicativo Mulheres Positivas como plataforma digital para apoiar o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres, o movimento liderado pela TIM começou em julho com 10 empresas e finalizou 2021 com 47 empresas parceiras que juntas oferecem acesso gratuito a vagas e cursos de capacitação, além de mentoria intercompany para mulheres.

Reforçando o compromisso e atuação concreta com foco no pilar Social do Plano ESG, a TIM estabeleceu a meta de ter até 2023 35% das posições de liderança ocupada por mulheres e 40% do quadro de colaboradores composto por pessoas negras. Também nos tornamos signatária dos principais ecossistemas de pactos e associações. Entre março e dezembro assinamos os Princípios de Empoderamento das Mulheres, da ONU Mulheres; Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero; Rede Empresarial de Inclusão Social; Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, Fórum de Gerações e Futuro do Trabalho e Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas.

Como parte do compromisso de promover um ambiente cada vez mais inclusivo, seguro e livre de discriminação, a TIM lançou em novembro o Programa Respeito Gera Respeito, com novas diretrizes e política para prevenção, coibição e gerenciamento às práticas de assédio, além de ações educativas e iniciativas internas e externas para promover ambientes e relações livres de discriminação e violência.

Mantivemos no programa o plano integrado de comunicação e treinamento, com total de mais de 40 ações e mais de 3.900 colaboradores treinados. O TIM Convida, evento 100% digital e aberto à sociedade para gerar diálogo e reflexão sobre diversidade e inclusão, apresentou 7 edições ao longo do ano totalizando mais de 386 mil visualizações Youtube.

Com a consistência do Programa de Diversidade e Inclusão, a TIM vem se tornando uma das líderes na promoção da diversidade e inclusão. Em 2021 fomos a primeira telco a nível global a receber o prêmio *GSMA's Diversity in Tech*, que reconhece empresas que promovem a igualdade e a diversidade no setor de tecnologia, e a única empresa brasileira a integrar e liderar o *Refinitiv Diversity & Inclusion Index*, que mede a nível global o desempenho das empresas nas iniciativas de diversidade e inclusão.

4.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo visa conceder ações ou opções de compra de ações da TIM S.A. a colaboradores da Companhia e suas subsidiárias, buscando desse modo promover a expansão, conquista e sucesso dos objetivos corporativos e garantindo o alinhamento de interesses dos acionistas e da administração da TIM.

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016", "Plano 2018-2020" e "Plano 2021-2023", respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares* e / ou *restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder ações aos participantes de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga. De maneira geral, os objetivos de desempenho são vinculados a indicadores econômico / financeiros, métricas de desempenho acionário (exemplo: Total Shareholder Return) e indicadores ESG (Enviromental, Social & Governance), sempre em linha com os objetivos apresentados aos acionistas para o Plano Trienal.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (Vesting). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

Conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a gestão dos Planos fica a cargo do Conselho de Administração, sujeito ao Estatuto Social da Companhia.

Especificamente para o ano de 2017, em função da Companhia ter iniciado o processo de reestruturação do seu plano de incentivo de longo prazo, em caráter excepcional e devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, o plano de incentivo de longo prazo ocorreu em forma de bônus, com o pagamento condicionado ao atingimento de determinados indicadores financeiros da TIM e dividido em três parcelas anuais.

4.3.1. Opção de Ações Ciclo 2011-2013

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	OpçõesNão Exercidas
Plano 2011 - 2013	**8.567.765**	**-3.399.832**	**-5.167.933**	**0**
1ª Concessão	*2.833.595*	*-1.532.132*	*-1.301.463*	*0*
2ª Concessão	*2.661.752*	*-896.479*	*-1.765.273*	*0*
3ª Concessão	*3.072.418*	*-971.221*	*-2.101.197*	*0*

4.3.2. Opção de Ações Ciclo 2014-2016

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2014 - 2016	**8.965.119**	**-3.921.020**	**-4.931.547**	**112.552**
1ª Concessão	*1.687.686*	*-129.643*	*-1.558.043*	*0*
2ª Concessão	*3.355.229*	*-1.709.149*	*-1.646.080*	*0*
3ª Concessão	*3.922.204*	*-2.082.228*	*-1.727.424*	*112.552*

4.3.3. Ações Ciclo 2018-2020

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Não Transferidas
Plano 2018 - 2020	**2.576.648**	**-1.000.645**	**-629.875**	**946.128**
1ª Concessão	*849.932*	*-376.859*	*-473.073*	*0*
2ª Concessão	*930.662*	*-417.208*	*-86.424*	*427.030*
3ª Concessão	*796.054*	*-206.578*	*-70.378*	*519.098*

4.3.4. Ações Ciclo 2021-2023

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Não Transferidas
Plano 2021 - 2023	**3.431.610**	**0**	**-311.876**	**3.119.734**
1ª Concessão	*3.431.610*	*0*	*-311.876*	*3.119.734*
2ª Concessão	*0*	*0*	*0*	*0*
3ª Concessão	*0*	*0*	*0*	*0*

► 5. Rede

Infraestrutura é um dos pilares estratégicos da Companhia e a TIM reafirma o seu compromisso de investimento em 2021, buscando oferecer mais e melhores serviços. As recentes mudanças no padrão de consumo bem como a crescente expectativa dos usuários quanto à qualidade dos serviços prestados, exigem um plano estruturado de expansão da rede, respaldado por análises técnicas mais robustas quanto ao padrão de consumo e necessidades de seus clientes, além de uma grande transformação cultural.

No âmbito da utilização do espectro, a TIM continua seu bem-sucedido projeto de *refarming* expandindo para a frequência 2,1 GHz, visando mais eficiência e melhor performance. Com relação à fibra, a Companhia segue com o projeto de expansão de rede, de forma a suportar a rede convergente de ultra banda larga, aumentando a disponibilidade do FTTH e o FTTS.

A TIM possuía ao final de 2021, 1.766 *Biosites* e projeta ampliar a sua utilização. Os *Biosites* são estruturas sustentáveis de menor custo, mais fáceis de instalar e que não causam impacto visual nas cidades, para aumentar a densidade de sites. No contexto de *big data*, a Companhia segue numa constante evolução de suas ferramentas de análise a partir de bases mais completas e abordagem proativa, visando um direcionamento mais eficiente dos investimentos.

No que tange à cultura corporativa, as novas tecnologias e as expectativas dos clientes provocam uma ruptura no modelo tradicional das operadoras de telecomunicações. Nesse cenário, a TIM visa desenvolver, motivar e engajar seus colaboradores com vistas a atuarem em um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, a partir de um modelo operacional ágil e flexível.

5.1. Cobertura Nacional

A infraestrutura da TIM tem um alcance nacional, cobrindo aproximadamente 98% da população urbana brasileira, com presença em aproximadamente 4.715 cidades. A Companhia também possui uma ampla cobertura de dados, mantendo a sua posição de liderança em cobertura 4G no país.

Em 2021, a TIM continuou concentrando a maior parte de seus investimentos em rede e tecnologia de informação, em linha com o praticado nos anos anteriores e com o objetivo de atender à crescente evolução do consumo de dados. A melhoria e o crescimento da infraestrutura estão apoiados em diferentes projetos, dentre eles se destacam a expansão da rede de fibra ótica (*backbone*, *backhaul* e FTTH), densificação de *sites*, *refarming* de frequência e agregação de portadoras em duas ou três frequências (conforme localidade). Além disso, a TIM vem avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede.

Em relação aos principais projetos em andamento focados na modernização e melhoria continua de nossa infraestrutura, destacamos:

- Compromisso de expandir a cobertura 4G para todos os municípios do Brasil até 2023;
- Expansão da cobertura 4.5G para 1.712 cidades em 2021;
- Expansão do uso do 4G na frequência de 700MHz, presente em 3.975 municípios ao final do ano;
- Expansão do VoLTE, disponibilizado para 4700 cidades;
- Ampliação do *refarming* da frequência de 2,1 GHz no 4G, atingindo 354 cidades;
- Projeto de virtualização de infraestrutura;
- Acordo de compartilhamento de infraestrutura de rede móvel com a Vivo, visando a eficiência na alocação de Capex e Opex;
- Expansão da capacidade de rede através da solução Massive MIMO;
- Consolidação da rede NB-IoT, presente em mais de 4.018 municípios ao final de 2021, possibilitando a criação de soluções IoT não apenas nas grandes cidades, mas também nos municípios mais afastados das capitais.

Adicionalmente, o uso da frequência de 700MHz no desenvolvimento da rede LTE continua a evoluir, proporcionando uma significativa melhora na experiência de uso dos clientes tanto em termos de performance, com maior velocidade de download e upload e menor latência, como em cobertura indoor, maior penetração.

DESCRIÇÃO	2021	2020	%A/A
Cidades 4G	**4.715**	**3.877**	**21.6%**
das quais 700 Mhz habilitadas	3.975	3.294	20.7%
das quais VoLTE habilitadas	4.700	3.860	21.8%
População Urbana Coberta (4G)	**98%**	**95%**	**3.0p.p.**
das quais 700 Mhz habilitadas	94%	92%	2.0p.p.
das quais VoLTE habilitadas	97%	94%	3.0p.p.
Cidades 3G	4.022	3.506	14.7%
População Urbana Coberta (3G)	94%	93%	1.0p.p.
Biosites	**1.766**	**1.679**	**5.2%**
Sky Coverage (nº sites)	**924**	**-**	**n.a.**
Massive MIMO (nº sites)	**2.306**	**753**	**206.2%**
Homes passed	**6.683**	**6.366**	**5.0%**
FTTH	4.185	3.244	29.0%
FTTC	3.412	3.693	-7.6%
Cidades Cobertas com Fibra*	**37**	**35**	**5.7%**
FTTH	35	33	6.1%
FTTC	5	5	0.0%
FTTCity (nº cidades)	**1.231**	**1.001**	**23.0%**

Ao final do ano, a TIM possuía um total de 23.206 sites com maior porcentagem conectados através de *backhaul* de alta capacidade.

Em relação a infraestrutura de transporte, **a Companhia alcançou 112 mil km de fibra ótica para *backbone* e *backhaul,*** um avanço de 3,8% A/A.

A cobertura na banda larga fixa também seguiu em constante expansão ao longo de 2021, superando ao final do ano 4.2 milhões de *homes passed* em FTTH, enquanto o FTTC alcançou 3,4 milhões. Isso representa um total de 6,7 milhões de *homes passed* em 28 cidades e 7 regiões administrativas do DF (FTTH + FTTC)[8].

Por fim, com um **alcance de 1.766 Biosites ativos ao final de 2021**, o desenvolvimento dos projetos de instalação de *Biosites* também está alinhado aos valores de responsabilidade social corporativa da companhia. Essas estruturas trazem uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico. Além disso, contribuem para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – tendo multifuncionalidade capaz de agregar a transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança –, além de serem de menor custo e de rápida instalação.

Atualmente, a Companhia detém autorização de uso de mais aproximadamente 120 MHz em espectro[9], distribuídos da seguinte forma:

Média de Espectro Ponderada por População						
450 MHz	700 MHz	850 MHz	900 MHz	1.800 MHz	2.100 MHz	2.500 MHz
3	20	11	5	35	22	22

5.2. Resultado do leilão de frequências ("Leilão 5G")

Nos dias 4 e 5 de novembro de 2021 foi realizado o leilão de frequências para 4G e 5G pela Anatel. A TIM arrematou um total de 11 lotes nas frequências de 3,5GHz, 2,3GHz e 26GHz, com valor total ofertado de R$ 1,05 bilhão, que depois foi ajustado segundo as regras da Anatel para R$ 884,5 milhões.

As faixas adquiridas possuem um conjunto de obrigações que deverão ser atendidas com contribuições financeiras ou com construção de infraestrutura de rede móvel e fixa. Para maiores detalhes sobre as obrigações envolvendo cada faixa, consultar o Comunicado ao Mercado divulgado pela TIM em 5 de novembro de 2021.

5.3. Qualidade

Por mais um ano, a TIM reforça seu compromisso com a evolução de seus serviços e melhoria contínua da qualidade para garantir uma melhor experiência de uso aos seus clientes. O foco na expansão e melhoria da infraestrutura de rede segue sendo fator fundamental do nosso plano de negócios.

No final de 2021, a **TIM obteve a melhor pontuação no quesito "experiência em vídeo e video-chamada" em relatório emitido pela OpenSignal[10], em parceria com a Anatel**. A **Companhia somou 66 pontos em experiência de vídeo e video-chamada (classificada com a métrica de "muito bom")**, em pontuação de 0 a 100, acima das demais grandes operadoras do setor. Segundo o informe, o cálculo de experiência de vídeo mede diretamente *streaming* de vídeo em terminais de usuário, utilizando uma abordagem baseada na UIT que leva em conta critérios como a qualidade da imagem, tempo de carregamento e taxa de travamento, em redes 3G e 4G.

Além disso, no relatório, a TIM confirmou mais uma vez a qualidade superior de sua rede, destacando-se novamente como **líder em disponibilidade 4G**. Isso significa que os **clientes da TIM navegaram através do 4G com maior frequência – 90% do seu tempo conectado**.

Os demais destaques de Rede e Qualidade desse trimestre e no ano foram:

(i) A manutenção do ritmo de crescimento e liderança da cobertura de 4G, que é objetivo estratégico da companhia, fazendo parte tanto de seus compromissos do TAC com a Anatel quanto da debenture ESG emitida no 2° trimestre do ano;

(ii) Participação no leilão de frequências para 4G e 5G, arrematando as principais faixas de espectro: aquisição de lotes das frequências 3.5GHz, 2.3GHz e 26GHz;

(iii) Evolução da nossa plataforma de TI com 44% de todo o *workload* já migrado em 9 meses de projeto: migração de mais de 3.500 servidores para a *cloud* no ano, incluindo todo nosso CRM, estrutura de *big data* e plataforma de *billing*, preparando o ambiente para o recebimento dos ativos móveis da Oi;

(iv) Constante qualificação de nossos canais de atendimento e relacionamento com clientes:

1. No comparativo anual de 2021, a Companhia registrou: (a) 30% de redução do tempo de atendimento nos canais assistidos (CRC e Vendas); (b) 15% de aumento do atendimento automático via URA cognitiva; (c) Meu TIM como o aplicativo de atendimento mais bem avaliado do Brasil entre as operadoras (nota 4.4 na Play Store);
2. A TIM também ficou em **primeiro lugar no Ranking de Satisfação da Anatel 2021** que analisa o atendimento das empresas aos clientes na recepção e solução de demandas, reforçando a estratégia da companhia na melhoria da experiência do cliente. Além disso, a TIM foi a operadora com maior redução A/A no índice de reclamações da Anatel no 4T21 – atingindo 45% de redução no período frente ao 4T20, com destaque para o pré-pago que diminuiu em 55% – e no resultado de 2021 – registrando 32% de redução no volume de reclamações vs. 2020;
3. Da mesma forma que o tem anterior, o Grupo TIM foi classificado como o menos reclamado nos entrantes dos PROCONs integrados ao sindec em 2021, registrando -28% frente a 2020;
4. Adicionalmente, a TIM foi a primeira operadora a adotar a modalidade de pagamentos via PIX, registrando em 2021 mais de 11,5 milhões de faturas quitadas em 12 meses desde sua implementação. Atualmente, cerca de 80% da base da Companhia realiza pagamentos através dos canais digitais, sendo 13% via PIX.

[8] (+) Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Nilópolis (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João do Meriti (RJ), Duque de Caxias (RJ), São Paulo (SP), Mauá (SP), Poá (SP), Suzano (SP), Francisco Morato (SP), Franco da Rocha (SP), Diadema (SP), Salvador (BA), Lauro de Freitas (BA), Camaçari (BA), Feira de Santana (BA), Recife (PE), Olinda (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Paulista (PE), Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Anápolis (GO), Manaus (AM), Belo Horizonte (MG), Betim (MG), Contagem (MG), Brasília (DF), Taguatinga (DF), Samambaia (DF) e Ceilândia (DF).

[9] Excluídos os espectros relacionados ao 5G.

[10] Matéria vinculada ao TelesIntese (15/12/2021).

► 6. Desempenho Operacional

6.1. Panorama do Mercado Brasileiro

O mercado móvel registrou um crescimento de 1,2% A/A no final de 2021 reforçando o movimento de evolução positiva da base no último trimestre. Nos últimos 12 meses, o pós-pago registrou adições líquidas de 16,7 milhões de acessos, sendo 58% deste volume linhas humanas. O pré-pago apresentou 4,1 milhões de novos acessos.

6.2. Desempenho da TIM

O segmento pós-pago encerrou o ano de 2021 com 22,9 milhões de acessos (+4,7% A/A). O *mix* do segmento na base total foi de 44%, +1,5 p.p. A/A. As adições líquidas dos últimos 12 meses acumularam um saldo positivo de mais de 1,0 milhão de novos acessos. A taxa de desconexão mensal no pós-pago mantém nos patamares mais baixos (2,7% no 4T21), como registrado nos últimos trimestres.

Ao final do trimestre, **o Pós-pago Humano registrava uma base de 18,9 milhões acessos** (+4,7% A/A), com adições líquidas de 847 mil acessos nos últimos 12 meses.

O segmento pré-pago finalizou o ano de 2021 com 29,2 milhões de acessos, uma queda de 1,4% A/A. A base acumulou 403 mil desconexões nos últimos 12 meses. O segmento é o mais impactado pela deterioração da economia, principalmente nos últimos 2 anos.

Detalhamento da base de clientes por tecnologia:

- **A base 4G finalizou o período com 46,3 milhões de acessos,** acelerando novamente o ritmo e mantendo o patamar de dois dígitos de crescimento (+10,2% A/A);
- **A base de M2M fechou o ano com 4 milhões de linhas**, um aumento de 5,0% comparado ao mesmo período do ano passado.

6.3. Segmento Fixo

A base TIM Live encerrou o ano de 2021 com 685 mil conexões, mantendo o ritmo de crescimento (+6,1% A/A). Nos últimos 12 meses, as adições líquidas do serviço atingiram aproximadamente 40 mil acessos, sendo a base FTTH o principal motor. Os planos de maior valor, com velocidades acima de 100 Mbps, seguem ganhando cada vez mais relevância, atingindo 62% de participação na base total no trimestre.

Mesmo limitando a entrada em novos mercados, a cobertura da rede FTTH continuou crescendo, priorizando a consolidação dos clusters já ativos. Dessa forma, o total de *homes passed* em fibra cresceu 29,0% A/A, com presença em 28 cidades e 7 regiões administrativas do DF.

► 7. Desempenho Financeiro

Para representar melhor o desempenho financeiro e tendências comerciais, a TIM normaliza algumas linhas da sua Demonstração de Resultados, eliminando o impacto de elementos não-recorrentes. Estes movimentos são apontados quando requeridos.

7.1. Receita Operacional

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Receita Líquida	**18.058**	**17.268**	**4,6%**
Receita de Serviços	**17.497**	**16.665**	**5,0%**
Serviço Móvel	**16.349**	**15.610**	**4,7%**
Gerada pelo Cliente	14.843	14.351	3,4%
Interconexão	533	528	0,9%
Plataforma de Clientes*	119	15	714,3%
Outras Receitas	853	717	19,1%
Serviço Fixo	**1.147**	**1.054**	**8,8%**
dos quais TIM Live	720	628	14,7%
Receita de Produtos	**561**	**603**	**-6,9%**

*A Plataforma de Clientes inclui receitas de novas iniciativas, como Serviços Financeiros e Educacionais, e Publicidade Móvel. Realocação de impostos entre as linhas de Receita Gerada pelo Cliente e Plataforma de Clientes, impactando estas aberturas desde o início de 2021.

No acumulado de 2021, a **Receita Líquida Total atingiu R$ 18.058, ante R$ 17.268 em 2020, uma evolução de 4,6% A/A**, impulsionada pela performance consistente da Receita de Serviços. Esse crescimento, também, foi impactado por uma base comparativa menor, uma vez que os principais impactos da pandemia de COVID-19 ocorreram no 2T20. A despeito do contexto macroeconômico desafiador imposto pela pandemia, a **Receita líquida de Serviços fechou o ano com um crescimento de 5,0%**, esse desempenho teve como principais alavancas: (i) a performance do pós-pago móvel; e (ii) a receita de Plataforma de Clientes.

► Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Móvel (RSM) apresentou um crescimento de 4,7%, A/A atingindo R$ 16.349 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. No acumulado do ano mantém evolução consistente, refletindo a estratégia da companhia de monetizar suas bases de clientes através de dois pilares: (i) diferenciação de oferta e (ii) migração da sua base de clientes para planos de mais alto valor. **No ano, o ARPU de 2021 expandiu 5,9% para atingir R$ 26,4.**

Detalhando o desempenho de cada segmento móvel no quarto trimestre:

(i) No Pré-pago, observamos uma desaceleração durante o segundo semestre, refletindo a piora nos indicadores macroeconômicos e o encerramento do auxílio emergencial do governo no mês de outubro, que pressionou mais o segmento, revertendo a retomada da trajetória de crescimento observada no primeiro semestre. Entretanto, a Companhia segue com foco na diferenciação de ofertas e em uma gestão da base mais eficiente, o que contribuiu para o **crescimento do ARPU de Pré-pago[11] no ano de 2021 – alta de 2,5% vs. 2020**;

(ii) **A Receita com Clientes Pós-Pagos teve uma alta de 5,4% A/A vs. 2020. O ARPU de Pós-Pago Humano[12] (ex-M2M) em 2021 teve alta de 1,7% contra 2020.** Esse desempenho tem como motor o foco da Companhia na abordagem de valor, com ênfase na gestão eficiente da base de clientes, redução das desconexões e na evolução do portfólio de ofertas, com benefícios específicos para cada segmento. Adicionalmente, cabe destacar que, durante esse trimestre, tivemos aumento das vendas nos planos Controle e Pós-puro, impulsionados pelas campanhas de final do ano, Black Friday e Natal, apesar dos desafios impostos pela atividade comercial menos intensa no país.

A Receita de Interconexão (ITX) ficou praticamente estável em A/A, atingindo R$ 135 milhões no 4T21. A incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços atingiu 2,3% no trimestre. No ano, essa linha apresentou aumento de 0,9% A/A, em virtude, principalmente, do impacto do aumento da tarifa VU-M (Tarifa de Terminação Móvel) no início do ano.

A Receita de Plataforma de Clientes, no acumulado do ano, somou R$ 119 milhões, com R$ 83 milhões vindos de Serviços Financeiros, R$ 36 milhões de Publicidade Móvel e R$ 342 mil de Serviços Educacionais.

A linha de Outras Receitas registrou no ano um crescimento de 19,1% A/A, explicado majoritariamente pelo crescimento na receita gerada por contratos de compartilhamento e swap de rede. Cabe ressaltar que o compartilhamento e a troca de capacidade são elementos importantes da estratégia da Companhia de ampliação da infraestrutura de transporte em fibra (*backbone* e *backhaul*) com maior eficiência na alocação de recursos (Capex e Opex).

► Detalhamento do Segmento Fixo (líquidos de impostos e deduções):

Em 2021, a Receita do Serviço Fixo totalizou R$ 1.147 milhões, alta de 8,8% A/A, com **as receitas vindas da TIM Live sendo o grande motor dessa performance e registrando um crescimento de 14,7% A/A.**

A **TIM Live** continua sendo o principal elemento para essa performance, que **avançou 9,8% A/A no 4T20**, representando mais de 63% da receita de serviço fixo. Os demais serviços do segmento fixo apresentaram recuperação e cresceram 2,8% A/A.

A desaceleração da performance da TIM Live no segundo semestre é explicada por uma combinação de: (i) maior foco na preparação da criação da I-Systems (antiga FiberCo), e consequente separação dos ativos, o que provocou uma desaceleração na entrada em novos mercados; (ii) um aumento localizado de competição em algumas

[11] O ARPU de Pré-Pago exclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.

[12] O ARPU de Pós-Pago Humano exclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:50 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

áreas de atuação; e (iii) uma queda da performance nas áreas onde a TIM ainda atua com FTTC. A expectativa é que em 2022, a TIM Live volte a ingressar em novas localidades com FTTH, de forma a aumentar ainda mais a participação dessa tecnologia no resultado da Receita do Serviço Fixo.

7.2. Custos e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Custos Reportados da Operação	**(8.599)**	**(8.926)**	**-3,7%**
Custos Normalizados* da Operação	**(9.320)**	**(8.896)**	**-4,8%**
Pessoal	(1.126)	(1.004)	12,2%
Comercialização	(3.135)	(3.010)	4,1%
Rede e Interconexão	(2.797)	(2.613)	7,0%
Gerais e Administrativos	(701)	(605)	15,8%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(731)	(756)	-3,3%
Provisão para Devedores Duvidosos	(545)	(553)	-1,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(284)	(354)	-19,7%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	**(8.589)**	**(8.140)**	**5,5%**

*Custos da Operação normalizados por: venda de controle sobre o investimento na companhia I-Systems (-R$ 782,2 milhões no 4T21), serviços jurídicos e administrativos especializados (+R$ 34,8 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21 e +R$ 13,7 milhões no 2T21), gastos para o projeto de aquisição dos ativos móveis da Oi (+R$ 4,3 milhões no 4T21) e por ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres (+R$ 2,6 milhões no 1T20).

Os Custos e Despesas Operacionais Reportados no ano de 2021 totalizaram R$ 8.599 milhões, uma melhora de 3,7% em relação aos custos reportados em 2020. A performance reflete a eficiência na execução do controle de custos, a despeito de um cenário de alta nos índices de inflação no país e em meio a um processo adotado pela Companhia de aprimoramento de sua infraestrutura interna. **Os Custos e Despesas Operacionais Normalizados subiram, porém de forma limitada (+4,8% A/A), perante a inflação registrada no país ao final do ano (IPCA 2021: 10,06%).** Além disso, o comparativo anual é afetado pela retomada dos custos variáveis e fixos que registraram queda nos meses de reduzida atividade econômica no país, principalmente no 2T20, devido a pandemia.

► **Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas Normalizados:**

Pessoal alcançou R$ 1.126 milhões em 2021, apresentando uma alta de 12,2% em relação a 2020. Tal performance foi influenciada por: (i) reajustes sobre salários, bonificações e incentivos no patamar entre um dígito médio e alto; (ii) maior nível de provisão relativo a participação nos resultados dos colaboradores; e (iii) base comparativa desfavorável devido a recuperação de encargos em processos de natureza previdenciária no 4T20 e, em parte, por um comparativo anual atípico no 2T20, em decorrência de menores despesas com pessoal comercial devido ao fechamento dos canais físicos de venda durante a pandemia.

A linha de Comercialização e Publicidade apresentou aumento de 4,1% A/A, atingindo R$ 3.135 milhões, impactada, principalmente, pelo retorno das campanhas publicitárias com mais frequência e maior despesa com comissões de vendas.

Rede e Interconexão, esta linha apresentou alta de 7,0% A/A, quando comparada com 2020. Este resultado foi influenciado pelo aumento da tarifa de terminação móvel (VU-M) e pelos maiores custos de Rede, em decorrência da elevação das despesas com aluguel, compartilhamento e manutenção de infraestrutura.

Despesas Gerais e Administrativas normalizadas (G&A) encerraram o ano de 2021 com um crescimento de 15,8% em relação a 2020. Esta alta é explicada, principalmente, por: (i) maiores despesas com serviços de manutenção, em decorrência da migração da infraestrutura de TI para a *Cloud*; e (ii) por contratação de serviços especializados junto a consultorias para projetos recorrentes.

O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) foi de R$ 731 milhões, queda de 3,3% quando comparado a 2020, acompanhando a queda da Receita de Produtos, ocasionada pelo menor volume de aparelhos vendidos, apesar do aumento no *mix* de produtos de maior valor.

As Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) atingiram R$ 545 milhões, uma queda de 1,5% frente ao resultado de 2020, parcialmente afetada pelo reconhecimento de PDD com um cliente de *wholesale*, **atingindo 2,1% sobre a Receita Bruta (vs. 2,3% em 2020).** O resultado vem refletindo os esforços contínuos na melhoria da aquisição de clientes, através de modelos e políticas de crédito mais robustos, além de maior eficiência na cobrança e recuperação.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais[13] Normalizadas totalizaram R$ 284 milhões, uma queda de 19,7% A/A no acumulado do ano, explicada principalmente por menores despesas relacionadas a perdas em processos judiciais cíveis. A participação desta linha sobre os Custos e Despesas totais normalizados ficou em 2,7%.

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) atingiram R$ 58,9 por adição bruta em 2021, um crescimento de 28,9% A/A, devido a maiores despesas com comissões geradas por: (i) adição líquida positiva no segmento Pós-pago; (ii) pela migração dos clientes para segmentos de maior valor; e (iii) maiores gastos com publicidade no 1S21.

A relação SAC/ARPU, que indica o *payback* por cliente, atingiu 2,3 meses em 2021, frente a 1,7 meses no 4T21.

7.3. Do EBITDA ao Lucro Líquido

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
EBITDA Normalizado*	**8.738**	**8.372**	**4,4%**
Margem EBITDA Normalizada*	48,4%	48,5%	-0,1p.p.
Depreciação & Amortização	**(5.692)**	**(5.527)**	**3,0%**
Depreciação	(3.952)	(3.689)	7,1%
Amortização	(1.740)	(1.838)	-5,3%
Equivalência Patrimonial	**(12)**	**-**	**n.a.**
EBIT Normalizado*	**3.034**	**2.845**	**6,7%**
Margem EBIT Normalizada*	16,8%	16,5%	0,3p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado*	**(653)**	**(807)**	**-19,1%**
Despesas financeiras	(1.745)	(1.233)	41,6%
Receitas financeiras	1.092	432	152,6%
Variações cambiais, líquidas	1	(7)	n.a.
Lucro antes dos impostos Normalizado*	**2.381**	**2.037**	**16,9%**
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	(182)	(166)	9,1%
Lucro Líquido Normalizado*	**2.200**	**1.871**	**17,6%**
Total de Itens Normalizados	757	(27)	n.a.
EBITDA Reportado	**9.459**	**8.342**	**13,4%**
Margem EBITDA Reportada	52,4%	48,3%	4,1p.p.
EBIT	**3.756**	**2.815**	**33,4%**
Margem EBIT	20,8%	16,3%	4,5p.p.
Resultado Financeiro Líquido	**(653)**	**(807)**	**-19,1%**
Lucro antes dos impostos	**3.103**	**2.008**	**54,6%**
Imposto de renda e cont. social	(146)	(164)	-10,9%
Lucro Líquido	**2.957**	**1.844**	**60,4%**

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R$ 743,1 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21, +R$ 13,7 milhões no 2T21 e +R$ 2,6 milhões no 1T20). Lucro Líquido normalizado por: impacto dos impostos diferidos e correntes sobre a receita gerada pela transação da I-Systems (+R$ 509,2 milhões no 4T21), crédito fiscal e outros efeitos (-R$ 13,3 milhões no 4T21, -R$ 526,8 milhões no 3T21 e -R$ 4,6 milhões no 2T21).

► **EBITDA Normalizado (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)**

O EBITDA Normalizado totalizou R$ 8,738 milhões em 2021, um crescimento de 4,4% A/A. A principal alavanca para este crescimento foi a performance da Receita de Serviços Móveis, com destaque para o bom desempenho do segmento Pós-pago e da geração de receitas oriundas das parcerias classificadas na linha de Plataforma de Clientes. **A Margem EBITDA Normalizada encerrou 2021 em 48,4%**. Excluindo-se os efeitos relativos à operação da I-Systems, completada em novembro de 2021, a Margem EBITDA seria de 48,5%.

► **Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT**

A linha de D&A apresentou incremento de 3,0% A/A em 2021, totalizando R$ 5.692 milhões explicado, principalmente, pelo aumento da Depreciação de Equipamentos de Transmissão 4G e aumento da Depreciação de infraestrutura de torres e dos direitos de uso, em função de uma maior base de contratos de leasing, parcialmente compensada por um menor montante de Amortização de softwares.

No ano, o EBIT Normalizado totalizou R$ 3.034 milhões, o que representa um crescimento de 6,7% A/A.

► **Resultado Financeiro Líquido**

No ano, o Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R$ 653 milhões, comparado a -R$ 807 milhões em 2020, em decorrência de:

(i) maior receita financeira advinda de: (1) aumento da receita com juros sobre aplicações financeiras, refletindo uma taxa básica de juros elevada e maior geração caixa (Selic encerrou o ano a 9,25%); e (2) de uma soma de bônus que dão direito à participação no capital social do Banco C6 superior a 2020 (4,08% em 2021 vs. 1,4% em 2020).

(ii) Maior despesa financeira devido à: (1) maior volume de juros e custos atrelados aos novos empréstimos e financiamentos adquiridos – em razão da adição de novas dívidas durante o ano, visando o financiamento das obrigações futuras com a aquisição dos ativos móveis da Oi e as obrigações com o leilão de frequências; e (2) maior volume de juros sobre leasings, em meio à um aumento nos índices de inflação.

► **Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Imposto de Renda e Contribuição Social Normalizado foi negativo em R$ 182 milhões em 2021, comparado com -R$ 166 milhões em 2020. **Em 2021, a alíquota efetiva na visão normalizada foi de -7,6% vs. -8,2% em 2020,** explicado, principalmente, pela maior utilização de benefícios fiscais em 2021.

► **Lucro Líquido**

No ano, o Lucro Líquido Normalizado totalizou R$ 2.200 milhões, uma expansão de 17,6% comparado a 2020, com LPA de R$ 0,32.

7.4. Fluxo de Caixa, Dívida e CAPEX

DESCRIÇÃO	2021	Ajustes de Normalização	2021	2020	% A/A
	Reportado		Normalizado*		
R$ milhões					
EBITDA	9.459	(722)	8.378	8.372	4,4%
Capex	(7.966)	3.585	(4.382)	(3.891)	12,6%
EBITDA - Capex	**1.493**	**2.863**	**4.356**	**4.480**	**-2,8%**
Capex Não-Caixa**	2.682	(2.682)	-	-	n.a.
Δ Capital de Giro	**1.007**	**-**	**1.007**	**159**	**533,3%**
Itens operacionais não recorrentes	-	722	722	(30)	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional	**5.182**	**902**	**6.084**	**4.610**	**32,0%**

* EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R$ 743,1 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21, +R$ 13,7 milhões no 2T21 e +R$ 2,6 milhões no 1T20). Capex normalizado exclui os impactos relacionados a aquisição de licenças no leilão de frequências (R$ 3.585 milhões no 4T21).
** Efeitos da aquisição 5G sem impacto no caixa (Nota 40 da DFP).

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL) Normalizado[10], foi positivo em R$ 6.084 milhões, um crescimento de 32,0% A/A, enquanto o FCOL Reportado totalizou R$ 5.182 milhões.

No acumulado do ano o EBITDA-Capex Normalizado somou R$ 4.356 milhões.

Em 2021 o EBITDA-AL-Capex Normalizado totalizou o montante de R$ 2.385 milhões, uma queda de 13,8% comparado ao 2020.

A variação de R$ 902 milhões entre a visualização do FCOL Normalizado para o FCOL Reportado deve-se, principalmente, pelo montante atrelado à licença adquirida no último leilão (R$ 843 milhões) possuir característica de dívida financeira, já que sofre incidência da Selic, sendo considerado no fluxo de financiamento. Já em relação as obrigações relativas a EAF e EACE (R$ 2.682 milhões), sofrem correção monetária definida no edital do leilão pelo índice inflacionário IGP-DI. Logo, estas obrigações possuem característica de compromisso comercial e impactam o fluxo operacional.

► **CAPEX**

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Rede	3.052	2.740	11,4%
TI & Outros	1.329	1.152	15,4%
Capex Normalizado*	**4.382**	**3.891**	**12,6%**
Leilão 4G e 5G	3.585	-	n.a.
Capex Normalizado*	**7.966**	**3.891**	**104,7%**
Capex Normalizado*/ Receita Liquida	**24,3%**	**22,5%**	**1,7p.p.**

* Capex normalizado exclui os impactos relacionados a aquisição de licenças no leilão de frequências (R$ 3.585 milhões no 4T21).

No resultado do ano, **o Capex Normalizado, que exclui os impactos do leilão, totalizou R$ 4.382 milhões, representando uma alta de 12,6% A/A,** explicado pelos projetos referentes a preparação da infraestrutura para integração com ativos da móveis da Oi. **Em 2021, o Capex Total, incluindo os impactos do leilão, foi de R$ 7.966 milhões.**

► **DÍVIDA E CAIXA**

Perfil da Dívida

EMISSÕES	MOEDA	TAXA DE JUROS	VENCIMENTO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
R$ milhões						
KFW Finnvera	USD	Libor+0,75%	01/24 a 12/25	93	186	278
Scotia	USD	1,4748% a.a.	04/24	2	558	560
BNP Paribas	USD	2,8220% a.a. a 7,0907% a.a.	01/22 a 01/24	444	500	944
Debêntures	BRL	IPCA + 4,1782% a.a.	06/28	(1)	1.669	1.667
BNDES	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	2	395	396
Dívida Financeira Total				**538**	**3.307**	**3.845**
Licença (4G e 5G)	BRL	Selic	12/40	47	796	843
Dívida Total Antes do Lease				**585**	**4.104**	**4.688**
Lease Total	BRL	IPCA/IGP-M	01/29	1.240	7.581	8.820
Dívida Total				**1.825**	**11.684**	**13.509**

Dívida Líquida

DESCRIÇÃO	4T21	3T21	2T21	4T20
R$ milhões				
Dívida de Curto Prazo	538	534	1.446	2.261
Dívida de Longo Prazo	3.307	2.881	2.780	284
Dívida Financeira Total	**3.845**	**3.415**	**4.226**	**2.545**
Caixa e Equivalentes de Caixa	(9.797)	(7.372)	(7.125)	(4.319)
Derivativos Líquidos-ex C6	11	24	(104)	(490)
Dívida Financeira Líquida	**(5.940)**	**(3.933)**	**(3.003)**	**(2.263)**
Licença (4G e 5G)	843	-	-	-
Dívida Financeira Líquida AL	**(5.097)**	**(3.933)**	**(3.003)**	**(2.263)**
Lease Total	8.820	8.271	8.186	8.180
Dívida Líquida Total	**3.723**	**4.338**	**5.183**	**5.917**
Dívida Líquida AL/EBITDA AL*	**-0,8x**	**-0,6x**	**-0,4x**	**-0,3x**
Dívida Líquida Total/EBITDA	**0,4x**	**0,5x**	**0,6x**	**0,7x**

*EBITDA 12M "após o pagamento de *leases*", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a *leasings* financeiros.

Dívida Por Vencimento

ANO	PRO-FORMA	INCLUINDO IFRS 9, 15 & 16
R$ milhões		
2023	135	1.370
2024	1.172	2.276
2025	127	967
2026	662	1.294
Após 2026	2.007	5.777
Dívida Total	**4.104**	**11.684**

A Dívida Normalizada (pós-*hedge*) do 4T21 ficou em R$ 13.520 milhões, representando um crescimento de R$ 2.419 milhões A/A. O total inclui: (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R$ 8.820 milhões (relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e contratos de arrendamento com prazos superiores a 12 meses, conforme estabelecido pelo IFRS 16); (ii) dívida bancária no montante de R$ 3.845 milhões; (iii) a posição de derivativos[14] de *hedge* no valor de R$ 11 milhões (excluindo os efeitos do Banco C6); e (iv) impacto relacionado as licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R$ 843 milhões.

Ao fim de dezembro, o montante de financiamentos (pós-hedge) totalizou R$ 3.845 milhões. **O custo médio da dívida excluindo os *leasings* e licenças foi de 9,5% a.a. no trimestre,** uma elevação quando comparado ao custo de 2,5% a.a. do 4T20, impactado pelo aumento do CDI no período.

Seguindo o programa de financiamento da companhia, aprovado pelo conselho de administração da TIM em março de 2021, para aquisição dos ativos móveis da Oi, ao longo de 2021 a companhia captou R$ 3,0 bilhões em novas dívidas:

(i) Em abril de 2021, foram celebrados dois contratos totalizando o montante de R$ 1.072 milhões, ambos realizados com bancos estrangeiros;

(ii) Em junho, a Companhia concluiu a liquidação da 2ª emissão de debêntures, no montante total de R$ 1,6 bilhão, com vencimento em junho de 2028. Tendo sido esta a primeira oferta de debentures da história da Companhia a considerar aspectos ESG em sua emissão, gerando benefícios para sociedade e para o meio ambiente, além de corroborar para atingimento dos objetivos do Plano Estratégico da Companhia;

(iii) Em novembro de 2021, foi celebrado um contrato com o BNDES, no valor total de R$ 390 milhões.

No final do trimestre, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R$ 9.797 milhões, registrando crescimento de R$ 5.151 milhões A/A.

O rendimento financeiro médio foi de 8,8% a.a. no 4T21, aumento de 6,4 p.p. em relação ao 4T20, em função dos últimos aumentos observados da taxa Selic e de uma melhor alocação dos recursos.

► **8. Environmental, Social & Governance**

Jornada ESG

A TIM é pioneira nos temas ESG (Environmental, Social & Governance) no setor de Telecomunicações no Brasil. Há 14 anos a Companhia faz parte da Carteira do Índice de Sustentabilidade da B3 (ISE-B3), sendo a empresa do setor que há mais tempo configura no Índice. Em fevereiro de 2022, a TIM foi reconhecida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo pela S&P Global ESG, organização responsável pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI). A companhia foi incluída no **Sustainability Yearbook 2022** pela evolução da sua performance no processo de submissão ao DJSI, com um crescimento de 24%.

Desde 2011, a TIM voluntariamente faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança corporativa da Bolsa de Valores Brasileira, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU).

Como signatária do Pacto Global da ONU desde 2008 e da ONU Mulheres desde 2021, a TIM desenvolve projetos conectados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reconhece os direitos à privacidade de dados, à internet segura, ao acesso à informação e à liberdade de expressão como essenciais e inegociáveis.

A TIM vem se tornando uma das líderes na promoção da diversidade e inclusão, com metas, compromissos e adesões a diversas iniciativas relacionadas aos temas gênero, raça, LGBTI+, idade, entre outros. A Companhia se tornou, em 2021, a primeira operadora brasileira a integrar o Refinitiv Diversity & Inclusion Index, se tornando o benchmark brasileiro e de telecom worldwide. Também passou a fazer parte, em 2022, do Índice de Igualdade de Gênero da Bloomberg, que reúne 418 empresas de 45 países, sendo 13 do Brasil.

Reconhecida com o selo Top Employers, a TIM também se consolida como uma das empresas com melhores práticas de RH. A certificação é resultado da auditoria independente da Top Employer Institute, um instituto internacional com 30 anos de atuação em 120 países.

A TIM responde ao Carbon Disclosure Project (CDP) – maior base de dados do mundo sobre Gases de Efeito Estufa relacionada às Mudanças Climáticas – desde 2010, e registra suas emissões no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol.

Desde 2004, a TIM apresenta seu desempenho em sustentabilidade e há 13 anos publica relatórios conforme as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). A partir de 2021, a Companhia passou a chamar esta publicação de Relatório ESG e segue com o seu compromisso de transparência e prestação de contas a seus stakeholders, organizando o relato nos três pilares: Ambiental, Social e Governança. O Relatório é assegurado ainda por terceira parte independente.

Nossas Políticas de Responsabilidade Social, Direitos Humanos, Diversidade, Meio Ambiente, Gestão da Mudança do Clima, Gestão de Riscos Corporativos, Anticorrupção, Relacionamento com Fornecedores, Segurança e Saúde do Trabalho, Privacidade, entre outras, estão publicamente disponíveis para a livre consulta de nossos *stakeholders*.

Em cumprimento a Lei Geral de Proteção de Dados, vigente no Brasil desde 2020, a TIM atua para garantir a privacidade dos clientes, proteger seus dados pessoais e manter uma relação cada vez mais transparente. Mais informações na Central de Privacidade no site da TIM.

Em 2013 a TIM fundou o Instituto TIM com a missão de democratizar o acesso à ciência, tecnologia e inovação para promover o desenvolvimento humano no Brasil. Mais de 700 mil pessoas de todos os estados e do Distrito Federal já foram beneficiadas pelos projetos de educação e inclusão do Instituto, sendo, inclusive, premiados internacionalmente (Prêmio Governarte – BID 2015).

Por sua sólida atuação em ESG, a TIM integra índices e ratings nacionais e internacionais, como Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-B3), Índice de Carbono Eficiente (ICO2-B3), Índice Brasil ESG (S&P/B3), Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR-70), Refinitiv Diversity & Inclusion, Gender Equality Index (GEI) da Bloomberg, *FTSE4GOOD Emerging Markets, FTSE4GOOD Latin America, MSCI ACWI ESG Leaders, MSCI Emerging Markets ESG Leaders*, Teva Indices ESG Mulheres no Conselho, selo Women on Board, entre outros, além de ser certificada pelas normas ISO 9001 (desde 2000), ISO 14001 (desde 2010) e ISO 37001 (desde 2021).

Temas Materiais

Devido à pandemia de Covid-19, a TIM conduziu um novo processo de consulta a stakeholders, com o objetivo de revisar sua materialidade, uma boa prática incentivada por especialistas.

Após novas entrevistas e estudos, quatro temas materiais foram complementados e um novo tema surgiu, "Promoção da Diversidade e Igualdade de Oportunidades", conforme quadro atualizado (negrito) a seguir:

Ao longo de 2021, a TIM prosseguiu com foco no cumprimento das metas do Plano ESG, conforme os destaques do 4T21 a seguir.

► **ENVIRONMENTAL**

- Ao final de 2021, o projeto de Geração Distribuída totalizou 46 usinas ativas, o que juntamente com a compra de energia no Mercado Livre viabilizou alcançar 83% de energia renovável do consumo total (79% na média anual). Com a aquisição de certificados de energia renovável para o consumo no Sistema Interligado Nacional, a TIM atingiu a marca de 100% de energia renovável;
- Obteve +96% de ecoeficiência em tráfego de dados (acompanhado acompanhada em bit/Joule);
- Reduziu em 153% as emissões indiretas (escopo 2) e em 94% as emissões de escopo 1 e escopo 2;
- Em dezembro de 2021, totalizou 1.766 *biosites* instalados. Além de serem uma solução para reduzir o número de antenas e torres, diminuindo o impacto visual e urbanístico, essas estruturas podem agregar outras funções, como iluminação pública e câmeras de segurança;
- Comprometida com a meta de ser uma empresa carbono neutro até 2030, a TIM melhorou sua performance no CDP, passando seu *score* de B- (2020) para B (2021);
- É integrante do Índice Carbono Eficiente da B3, carteira composta por empresas que apresentam inventários de emissões de gases de efeito estufa e demonstram compromisso com relação às mudanças climáticas, e também do ICDPR-70, Índice CDP Brasil de Resiliência Climática;
- Aderiu, enquanto Grupo TIM, à iniciativa *Science Based Target* (SBTi) na busca pelas melhores práticas de redução e neutralização das emissões de GEE;
- É certificada nas normas ISO 9001, desde 2000 e ISO 14001, desde 2010.

► **SOCIAL**

- A TIM aumentou em 36% o número de pessoas negras em seu quadro de colaboradores e em 34% o percentual de mulheres em cargos de liderança;
- A meta de levar a conectividade do 4G a todos os municípios do Brasil até 2023 chegou, em dezembro de 2021, a 85% de cobertura. Na região Nordeste, os estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte encerraram o ano com 100% de cobertura;
- No mês da Consciência Negra, a TIM ratificou sua participação na Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero. A operadora tem o compromisso de ter, no mínimo, 40% de pessoas negras em seu quadro profissional até 2023;

[13] A linha de Outras Despesas (Receitas) operacionais registrou um impacto não-recorrente negativo de R$ 782,2 milhões no 4T21, referente a venda de controle sobre o investimento na companhia I-Systems, e impacto não-recorrente positivo de R$ 2,6 milhões no 1T20, por a ajustes ao contrato de sale-leaseback de torres.

[14] A posição de derivativos é composta, ainda, pelo bônus de subscrição no capital do Banco C6, conforme Nota Explicativa 37 na DFP da TIM S.A.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:53 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

- A TIM aderiu, em outubro, ao Fórum Gerações e Futuro do Trabalho, iniciativa que reúne empresas comprometidas com a inclusão de profissionais de diferentes idades no mercado;
- Como parte do seu compromisso de promover um ambiente cada vez mais inclusivo, seguro e livre de discriminação, a TIM publicou em novembro a Política de prevenção, coibição e gerenciamento às práticas de assédio moral, sexual e *bullying*;
- O Instituto TIM e a TIM se uniram à ONG *One By One* por mais mobilidade e oportunidades para crianças e jovens com deficiência e promoveram em dezembro uma ação de voluntariado com os colaboradores para acabar com a fila por cadeiras de roda da entidade. A Companhia se comprometeu a multiplicar o valor doado pelos funcionários para conseguir alcançar a meta;
- A quarta edição do TIM *Talks Experience* abordou temas como 5G, *cloud*, inteligência artificial, ESG e privacidade de dados. Como nos anos anteriores, o evento foi aberto à sociedade, com transmissão pelo site e YouTube da TIM;
- A TIM é signatária dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEP, em inglês) da ONU e faz parte da Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero.

► GOVERNANCE

- Em cumprimento a meta de reduzir pela metade o número de reclamações dos clientes na Anatel, em comparação a 2019, a TIM alcançou em dezembro de 2021 uma redução de 44%;
- Pelo 14º ano, a TIM é listada na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3/Bovespa, mantendo sua posição de empresa de telecomunicações por mais anos consecutivos no ISE. Nesse ciclo, o ISE realizou diversas mudanças na metodologia, como a inclusão do risco reputacional e a nota do Carbon Disclosure Project (CDP) como critérios classificatórios. Além disso, passou a adotar questionários setorizados e a apresentar notas gerais e por setor, para aumentar ainda mais a transparência das empresas que estão mais avançadas na agenda ESG;
- A TIM ficou em sétimo lugar no *ranking* de sustentabilidade da consultoria Resultante ESG, escritório especializado em ESG, pesquisas e educação para planejamento e análise de riscos;
- Na 18ª edição do prêmio As Melhores da Dinheiro, da revista IstoÉ Dinheiro, a TIM foi escolhida a melhor operadora;
- A TIM conquistou 5 ouros no Prêmio ABT 2021 por suas ações de relacionamento com o cliente;
- A TIM foi a operadora com maior índice de satisfação entre os consumidores, segundo o *ranking* da Anatel;
- No Leilão 5G, promovido pela Anatel, a TIM adquiriu 11 lotes, no valor R$ 1,05 bilhão, conseguindo obter as frequências em todas as faixas que planejava;
- Desde 2011 faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança das empresas listadas na B3;
- Foi primeira e até o momento única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União;
- Primeira operadora a conseguir a certificação ISO 37001, que atesta a segurança e eficácia do sistema de gestão antissuborno.

Para acessar o informe trimestral de ESG, favor acessar: Informe Trimestral ESG

► 9. Governança Corporativa

9.1. Companhia listada no Novo Mercado há mais de 10 anos

Em 03 de agosto de 2011 a TIM aderiu ao "Novo Mercado", segmento que concentra as empresas comprometidas com as melhores práticas de governança corporativa.

A migração para o Novo Mercado resultou em benefícios para todos os acionistas. As regras exigidas, alinhadas às melhores práticas de governança corporativa de mercados como Estados Unidos e Europa, potencializam uma maior liquidez e valorização das ações, permitindo um acesso mais amplo aos mercados internacionais, além de promover o fortalecimento da imagem institucional e o aumento da confiança na Companhia.

Adicionalmente, a TIM pertence ao seleto grupo de empresas que compõem as carteiras do Índice de Governança Corporativa (IGC), do Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) da B3 e, há 14 anos, também, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composto por empresas que se comprometeram a gerenciar os riscos derivados de desenvolvimentos econômicos, ambientais e sociais, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU).

9.2. Governança Corporativa na TIM

A TIM é uma sociedade por ações de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária e supervisionada por um Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração, por sua vez, é auxiliado por comitês de assessoramento, quais sejam, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Controle e Riscos, o Comitê de Remuneração e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*.

Os deveres e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração estão determinados na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regimento Interno do Conselho de Administração, no Regimento Interno da Diretoria Estatutária, no Regimento Interno do Conselho Fiscal e nos Regimentos Internos dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Na condição de membros ativos e responsáveis pela comunidade em que atuam, a Companhia e seus administradores devem pautar suas ações pela legalidade e pela ética, baseado em três princípios fundamentais: transparência, honestidade e lealdade.

Na condução dos seus negócios pautados, além da ética e da lealdade, pela boa-fé, a Companhia busca: (i) agir com transparência nos negócios, (ii) promover a lealdade na concorrência; (iii) excelência de competitividade no mercado; (iv) atender ao bem-estar e ao crescimento da comunidade em que opera; (v) aprimorar os seus recursos humanos; e (vi) promover o desenvolvimento sustentável.

9.3. Política de Divulgação

A TIM adotou em 2002 uma Política de Divulgação/Negociação e Diferenças de Governança Corporativa da NYSE, à qual a administração da Companhia aderiu mediante assinatura do termo de adesão. Como parte dessa política, estabeleceu-se um código de conduta a ser seguido por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas, além de terem sido impostas restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos.

A Política de Divulgação da Companhia prevê a utilização do Portal da Agência Estado, que pode ser acessado pelo link: http://economia.estadao.com.br/fatos-relevantes/, na forma da Instrução CVM nº 547/2014, que permitiu a divulgação de fatos relevantes em portais de notícias de acesso gratuito.

9.4. Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CDA) é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 19 (dezenove) membros, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração era formado por 10 (dez) membros, sendo 4 (quatro) deles independentes. Em 2021, o CDA se reuniu 15 (quinze) vezes no exercício de suas funções.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas, publicadas e consignadas no livro de atas do Conselho de Administração, arquivado na sede na Companhia.

O Conselho se reúne ordinariamente no mínimo seis vezes ao ano e no máximo doze vezes, e, também, extraordinariamente, mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer dois Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria Estatutária, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas. Os convidados a participar das reuniões do Conselho não possuem direito de voto.

O Conselho de Administração tem 4 (quatro) comitês de assessoramento, todos diretamente vinculados a ele: o Comitê de Auditoria Estatutário, com regras previstas no Estatuto Social da Companhia, o Comitê de Remuneração, o Comitê de Controle e Riscos e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*, podendo haver participação de um ou mais membros nos Comitês, simultaneamente.

9.5. Diretoria Estatutária

A Diretoria Estatutária (Diretoria) é o órgão de representação e de administração executiva da Companhia, sendo composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 12 (doze) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de dois anos, admitida a reeleição, podendo ser destituídos pelo mesmo órgão a qualquer tempo. Em 31 de dezembro de 2021, a Diretoria da Companhia era composta por 8 (oito) membros. Em 2021, a Diretoria se reuniu 43 (quarenta e três) vezes no exercício de suas funções.

9.6. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal (CF) é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, todos profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantenham qualquer outro vínculo com a Companhia, cada com um respectivo suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho Fiscal da Companhia era composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes. Em 2021, o CF se reuniu 8 (oito) vezes no exercício de suas funções.

9.7. Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos independentes. Atualmente o CAE é composto por 3 (três) membros.

O CAE tem por objetivo supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores, tanto internos quanto independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, do outro lado. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de Audit *Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act*, ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na US *Securities and Exchange Commission* – SEC. Em 2021, o CAE se reuniu 20 (vinte) vezes no exercício de suas funções.

Os membros do CAE analisaram as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021"). Considerando as informações prestadas pela Diretoria Estatutária da Companhia e pela auditoria externa da Ernst & Young Auditores Independentes S/S. ("EY"), bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, o CAE avaliou que essas informações e documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia, para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

9.8. Comitê de Controle e Riscos

O Comitê de Controle e Riscos (CCR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de medidas de controle interno e de gestão de riscos, e o cumprimento de regras de governança. Em 31 de dezembro de 2021, o CCR era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2021, o CCR se reuniu 10 (dez) vezes no exercício de suas funções.

9.9. Comitê de Remuneração

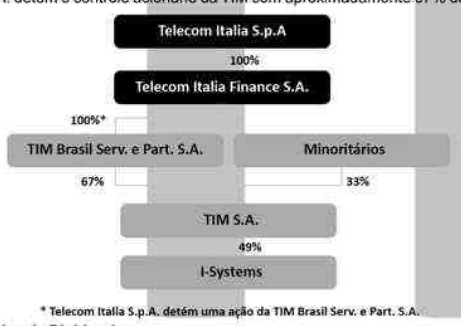
O Comitê de Remuneração (CR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de propostas de rateio da remuneração global aprovada pela Assembleia Geral, e o critério de remuneração dos Diretores Estatutários e dos altos executivos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o CR era composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) desses independente. Ao longo de 2021, o CR se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

9.10. Comitê de Environmental, Social & Governance

O Comitê de *Environmental, Social & Governance* (CESG), , é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui a finalidade de assessorar o CDA no desenvolvimento e implementação da estratégia e dos princípios de *Environmental, Social & Governance*, incluindo, dentre outras atividades, a recomendação das diretrizes e da estratégia da Companhia aplicáveis à gestão de questões ambientais, sociais e de governança. Em 31 de dezembro de 2021, o CESG era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2021, o CESG se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

9.11. Estrutura Acionária

A Companhia encerrou 2021 com capital social no montante de R$ 13.477.890.507,55, representado por 2.420.804.398 ações ordinárias. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. detêm o controle acionário da TIM com aproximadamente 67% das ações.



* Telecom Italia S.p.A. detém uma ação da TIM Brasil Serv. e Part. S.A.

9.12. Política de Dividendos

Conforme Estatuto Social e a Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2021, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, a quantia equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

É obrigatória a manutenção de uma reserva legal, à qual a Companhia deve alocar 5% dos lucros líquidos de cada exercício fiscal, até que o valor dessa reserva seja equivalente a 20% do capital.

A distribuição de dividendos anuais é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária.

Nos dias 6 de junho, 24 de setembro e 15 de dezembro de 2021, a TIM S.A. divulgou que seu Conselho de Administração aprovou a distribuição de R$ 350 milhões, R$ 137,5 milhões e R$ 560 milhões, respectivamente, a título de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP"). Os pagamentos ocorreram nos dias 20 de julho de 2021, 27 de outubro de 2021 e 25 de janeiro de 2022, sendo as datas de 21 de junho, 29 de setembro e 20 de dezembro de 2021 aquelas que serviram para identificar os acionistas com direito a receber tais valores. Desta forma, as ações adquiridas após as referidas datas estavam ex-direito de distribuição de JSCP. Desse modo, a TIM declarou um montante total de R$ 1.047,5 milhões de JCP em 2021.

9.13. Eventos do Exercício e Subsequentes

Contingência Tributária

Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM sobre o tema, ainda pender julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 547 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

Parceria entre TIM e Cogna

No dia 7 de julho de 2021, a Companhia informou aos seus acionistas, ao mercado em geral e a outras partes interessadas que, juntamente com a Anhanguera Educacional Participações S.A. ("AESAPAR"), uma subsidiária da Cogna Educação S.A ("Cogna"), em conjunto denominadas "Parceiras", concluíram as negociações referentes a uma parceria estratégica ("Parceria") com o objetivo de desenvolver ofertas combinadas com benefícios especiais visando o acesso à educação a distância através da plataforma Ampli.

As Parceiras destacaram o caráter inovador do acordo que celebraram, ao juntar uma plataforma digital de ensino desenvolvida em conceito *mobile-first*, com a maior infraestrutura 4G do Brasil. Esta é uma poderosa combinação que vai ampliar e incentivar o acesso a cursos universitários e livres a todos os clientes da TIM. Essa abordagem oferece grande potencial de geração de valor para ambas as empresas por meio do crescimento da base de clientes e aumento de receitas.

A Parceria se encaixa na estratégia de Plataforma de Clientes que vem sendo trabalhada pela Companhia desde 2020. Esta estratégia busca a monetização dos ativos que a TIM detém como operadora de telefonia móvel através de parcerias estratégicas que criem valor para nossos clientes e para a própria empresa.

Este acordo não cria uma *joint venture* e, portanto, a TIM mantém a independência de suas operações. Por meio de um mecanismo de remuneração baseado em objetivos e a depender da evolução dos resultados da parceria, a TIM se tornará sócia minoritária da AESAPAR em uma nova empresa a ser criada como consequência da separação de ativos da plataforma Ampli ("Ampli Co"). A constituição e operação da Ampli Co será submetida pela AESAPAR às autoridades competentes, em especial ao Ministério da Educação (MEC).

A participação da TIM na Ampli Co pode atingir até 30% do seu capital e a subscrição das ações deverá ser previamente aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. No plano definido, há a expectativa de a Ampli Co buscar no futuro um IPO (*Initial Public Offering*).

TIM obtém direito ao exercício da 3ª e 4ª tranches de bônus de subscrição no Banco C6

Em julho de 2021, no âmbito da parceria estratégica ("Parceria") firmada com o Banco C6 S.A. ("C6" ou "Banco"), a TIM obteve o direito ao exercício da 3ª tranche do bônus de subscrição do capital social do C6, em decorrência do atingimento do 3º nível das metas acordadas, desta forma foram registrados no balanço da Companhia bônus equivalentes a aproximadamente 0,7% do capital do banco, totalizando de 3,6%.

Em outubro de 2021, a TIM obteve o direito ao *vesting* da 4ª tranche do bônus de Subscrição de participação indireta no capital social do C6, em decorrência do atingimento do 4º nível das metas acordadas no âmbito da parceria, o que significa o atingimento equivalente à participação indireta acumulada de aproximadamente 4,08% no capital social do C6.

TIM elege nova CFO/ DRI

Em agosto de 2021, a TIM anunciou a Sra. Camille Loyo Faria para às posições de Diretora Financeira (CFO) e de Diretora de Relações com Investidores (DRI). Camille chega à TIM com uma larga experiência em funções executivas no setor de telecomunicações e infraestrutura, com passagens por companhias da indústria. Em sua carreira ela acumula ainda atuações importantes na área de *Investment Banking* e no setor de energia.

Fechamento da transação entre a IHS e a I-Systems

No dia 16 de novembro de 2021, a TIM S.A. ("TIM") e a IHS Fiber Brasil ("IHS", após as autorizações regulatórias da ANATEL e do CADE, foi consumado o fechamento da transação com vistas à aquisição, pela IHS, de participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. ("FiberCo"), empresa constituída pela TIM para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura.

Como resultado do fechamento da Transação, a IHS Brasil passou a deter 51% do capital social da FiberCo, permanecendo os restantes 49% sob o controle da TIM.

A FiberCo começa sua operação com aproximadamente 15.000 km de fibra em rede secundária, cobrindo, aproximadamente, 6,4milhões de domicílios (*homes passed*), sendo 3,5 milhões em FTTH e 3,4 milhões em FTTC, que constituem a base inicial de ativos transferidos pela TIM. Os domicílios conectados (*homes connected*) são aproximadamente 700 mil sobre os quais a FiberCo fornecerá serviços de operação e manutenção a TIM. Além disso, foram transferidos a FiberCo cerca de 140 funcionários, e outros ativos e contratos, todos exclusivamente relacionados com o perímetro das suas atividades.

Com a conclusão da aquisição, a FiberCo passou a se chamar I-Systems, e inicia sua trajetória como um veículo de infraestrutura tendo como missão implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado, tendo a TIM como cliente âncora.

ANATEL concede anuência prévia para transferência de controle das atividades de telefonia móvel da Oi

Em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL-- Agência Nacional de Telecomunicações, por unanimidade, concedeu anuência prévia à implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[1], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Transação").

A anuência prévia prevê determinados condicionantes em linha com uma transação dessa natureza, os quais visam principalmente garantir o acesso de prestadoras de pequeno porte às redes de abrangência nacional, manter compromissos vinculados às radiofrequências transferidas, estabelecer os parâmetros mínimos do plano de comunicação ligado à Transação e assegurar aos usuários certos direitos nas etapas de migração.

TIM elege novo Diretor Presidente (CEO)

Em 31 de janeiro de 2022, a o Conselho de administração da Companhia anunciou o Sr. Alberto Mario Griselli para substituir o Sr. Pietro Labriola nos cargos de CEO e membro do Conselho. O Sr. Griselli, que desde julho de 2019 ocupava o cargo de *Chief Revenue Officer* (CRO) da Companhia, é formado em Engenharia Eletrônica pela La Sapienza University em Roma e FMBA pela Columbia University. Com mais de 20 anos de experiência no setor de telecomunicações, ocupou cargos relevantes como vice-presidente para América Latina da TIMwe, fornecedora global de soluções de engajamento móvel para operadoras de telecomunicações, e *Managing Director* para América Latina da Value Partners, empresa de consultoria de gestão.

CADE aprova a aquisição pela TIM da maior parte dos ativos da operação de telefonia móvel da Oi

Em 09 de fevereiro de 2022, o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, no âmbito do Ato de Concentração nº 08700.000726/2021-08, aprovou a implementação da operação societária referente à transferência integral do controle ("Transação") das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE") , que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel", "Vendedora"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Compradoras").

A aprovação prevê um conjunto de condicionantes, em sua maioria comportamentais, e que compunham uma proposta de Acordo em Controle de Concentração ("ACC") feita pelas Compradoras ao CADE. Esses condicionantes tem um caráter modular e podem ser utilizados por novos entrantes e operadoras de menor porte para reduzir barreiras de entrada e alavancar a exploração de diferentes modelos de negócios, sem afetar o objetivo primário da TIM de fortalecer sua infraestrutura, fechando a disparidade de capacidade espectral em relação a seus principais concorrentes. Desta maneira, a Companhia entende que foi atingido um equilíbrio entre criação de valor e mitigação das preocupações concorrenciais para o setor que o ACC endereça.

A efetiva conclusão da Transação, que definirá um equilíbrio de infraestrutura entre os três principais concorrentes do setor, ainda depende do cumprimento de determinadas etapas previstas no Contrato de Compra e Venda. Entretanto, uma vez ocorrida trará benefícios amplos, mantendo alto grau de rivalidade setorial e garantindo os investimentos necessários para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e o avanço digital do país.

► 10. Auditoria Independente – IN CVM nº 381

Em 2021, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou serviços de auditoria de nossas demonstrações financeiras e outros serviços não relacionados à auditoria, que estão relacionados à revisão do Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

Tais serviços não superaram o patamar de 5% do total dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa.

No entendimento dos auditores externos a prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados. Os auditores possuem processos internos para garantir que estes outros serviços sejam avaliados internamente, bem como pré-aprovados antes da apresentação de qualquer proposta à TIM.

A Companhia destaca ainda que está sujeita à uma política, aprovada pelo Conselho de Administração em 24/09/2021, que disciplina o processo de contratação dos auditores externos bem como de eventuais serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Controladora. Tal documento define ainda, um rol exemplificativo de serviços não relacionados à auditoria cuja contratação é vedada.

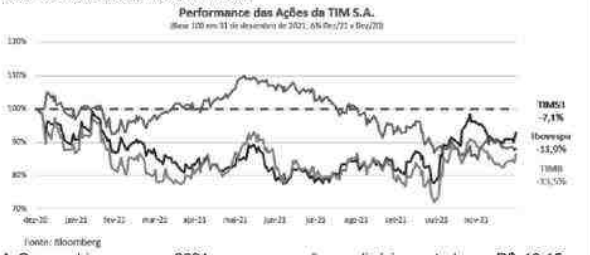
► 11. Mercado de Capitais

As ações ordinárias da TIM S.A. são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) sob o código TIMS3 e as ADRs, *American Depositary Receipts*, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, *New York Stock Exchange* (NYSE), sob o código TIMB.

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou 2021 em 104.822 pontos, acumulando uma queda de 11,92% quando comparado ao ano anterior, e valor de mercado de R$ 3,7 trilhões.

Performance das Ações da TIM S.A.

(Base 100 em 31 de dezembro de 2021, 6% Dez/21 e Dez/20)



Fonte: Bloomberg

A Companhia encerrou 2021 com suas ações ordinárias cotadas a R$ 13,15 na B3, uma queda de 7,1% A/A, enquanto as ADRs, na NYSE, fecharam ao preço de U$ 11,64, redução de 13,5% A/A. Em valor de mercado, a TIM fechou o ano valorada em R$ 31,8 bilhões ou US$ 5,6 bilhões.

► Considerações Finais

A TIM S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos seus clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incansavelmente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado. Os agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teriam sido atingidos os objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na gestão do negócio.

A Administração

[1] Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).

Impresa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:56 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Ativo		49.819.186	41.654.417	41.654.417
Circulante		15.398.048	10.411.555	10.411.556
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.228.615	2.575.290	2.575.291
Títulos e valores mobiliários	5	4.568.020	2.070.438	2.070.438
Contas a receber de clientes	6	3.066.906	3.051.834	3.051.834
Estoques	7	202.553	246.602	246.602
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	354.620	374.015	374.015
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	1.311.906	1.421.112	1.421.112
Despesas antecipadas	11	275.148	149.796	149.796
Instrumentos financeiros derivativos	37	134.292	262.666	262.666
Arrendamentos	16	30.076	5.357	5.357
Outros valores a compensar	17	28.661	43.906	43.906
Outros ativos		197.251	210.539	210.539
Não Circulante		34.421.138	31.242.862	31.242.861
Realizável a longo prazo		3.925.956	4.115.088	4.115.088
Títulos e valores mobiliários	5	11.508	7.061	7.061
Contas a receber de clientes	6	186.301	128.827	128.827
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	905.312	856.786	856.786
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	730.455	1.277.127	1.277.127
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	536.888	550.646	550.646
Depósitos judiciais	12	718.773	794.755	794.755
Despesas antecipadas	11	83.139	73.598	73.598
Instrumentos financeiros derivativos	37	521.627	239.423	239.423
Arrendamentos	16	213.045	156.841	156.841
Outros ativos		18.908	30.024	30.024
Investimento	13	1.601.703	1	-
Imobilizado	14	18.308.400	18.100.698	18.100.698
Intangível	15	10.585.079	9.027.075	9.027.075

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		49.819.186	41.654.417	41.654.417
Total do Passivo		24.712.080	18.471.672	18.471.672
Circulante		10.611.482	8.301.956	8.301.956
Fornecedores	18	3.267.404	3.128.732	3.128.732
Empréstimos e financiamentos	20	538.450	1.689.385	1.689.385
Passivo de arrendamento	16	1.269.878	1.054.709	1.054.709
Instrumentos financeiros derivativos	37	194.837	7.273	7.273
Obrigações trabalhistas		303.239	272.635	272.635
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	1.418.682	935.778	935.778
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	245.113	296.299	296.299
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	533.580	538.576	538.576
Autorizações a pagar	19	2.630.169	102.507	102.507
Receitas diferidas	23	197.179	266.436	266.436
Outros passivos		12.951	9.626	9.626
Não Circulante		14.100.598	10.169.716	10.169.716
Empréstimos e financiamentos	20	3.307.015	655.647	655.647
Instrumentos financeiros derivativos	37	13.950	28.893	28.893
Passivo de arrendamento	16	7.793.661	7.324.126	7.324.126
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	3.273	3.102	3.102
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	13.227	212.444	212.444
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	960.881	886.947	886.947
Planos de pensão e outros benefícios pós emprego	38	6.492	7.346	7.346
Autorizações a pagar	19	1.250.918	232.940	232.940
Receitas diferidas	23	689.161	755.488	755.488
Outros passivos		62.020	62.783	62.783
Patrimônio Líquido	25	25.107.106	23.182.745	23.182.745
Capital social		13.477.891	13.477.891	13.477.891
Reservas de capital		401.806	397.183	397.183
Reservas de lucros		11.236.551	9.317.356	9.317.356
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.285)	(4.848)	(4.848)
Ações em tesouraria		(4.857)	(4.837)	(4.837)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para expansão	Reservas de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos 01 de janeiro de 2021	13.477.891	397.183	1.036.194	6.499.602	1.781.560	(4.837)	(4.848)	-	23.182.745
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.957.174	2.957.174
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	563	-	563
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	563	2.957.174	2.957.737
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Plano de incentivo a longo prazo	-	4.623	-	-	-	-	-	-	4.623
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	(20)	-	-	(20)
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	-	-	139.021	-	-	-	-	(139.021)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(1.047.500)	(1.047.500)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	176.741	-	-	(176.741)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	1.593.912	-	-	-	(1.593.912)	-
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	9.521	-	-	-	-	9.521
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	4.623	139.021	1.603.433	176.741	(20)	-	(2.957.174)	(1.033.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.477.891	401.806	1.175.215	8.103.035	1.958.301	(4.857)	(4.285)	-	25.107.106

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para expansão	Reservas de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	13.476.172	36.154	952.486	5.985.793	1.612.019	-	(3.817)	-	22.058.807
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.843.690	1.843.690
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido (nota 13)	-	-	-	-	-	-	(1.031)	-	(1.031)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.031)	1.843.690	1.842.659
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Incorporação de sociedade do Grupo TIM (Nota 1)	1.719	353.604		-	-	-	-	-	355.323
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	7.425	-	-	-	-	-	-	7.425
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	(4.837)	-	-	(4.837)
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal (nota 25)	-	-	83.708	-	-	-	-	(83.708)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(1.083.000)	(1.083.000)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	169.541	-	-	(169.541)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	507.441	-	-	-	(507.441)	-
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	6.368	-	-	-	-	6.368
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	1.719	361.029	83.708	513.809	169.541	(4.837)	-	(1.843.690)	(718.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.477.891	397.183	1.036.194	6.499.602	1.781.560	(4.837)	(4.848)	-	23.182.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Receita líquida	27	18.058.027	17.267.812	17.267.812
Custos de serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	(8.443.023)	(7.996.615)	(7.996.615)
Lucro bruto		9.615.004	9.271.197	9.271.197
Receitas (despesas) operacionais:				
Comercialização	28	(4.621.788)	(4.443.027)	(4.443.027)
Gerais e administrativas	28	(1.723.384)	(1.656.267)	(1.656.267)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(11.572)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	29	497.771	(356.986)	(356.986)
		(5.858.973)	(6.456.280)	(6.456.280)
Lucro antes de receitas e despesas financeiras		3.756.031	2.814.917	2.814.917
Receitas (despesas) financeiras:				
Receitas financeiras	30	1.091.748	432.287	432.287
Despesas financeiras	31	(1.745.213)	(1.232.781)	(1.232.781)
Variações cambiais, líquidas	32	659	(6.783)	(6.783)
		(652.806)	(807.277)	(807.277)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.103.225	2.007.640	2.007.640
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	33	(146.051)	(163.950)	(163.950)
Lucro líquido do exercício		2.957.174	1.843.690	1.843.690
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia				
(expresso em R$ por ação)				
Lucro básico por ação	34	1,22	0,76	0,76
Lucro diluído por ação	34	1,22	0,76	0,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	2.957.174	1.843.690	1.843.690
Outros componentes do resultado abrangente			
Item que não será reclassificado para o resultado:			
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	853	(1.562)	(1.562)
Tributos diferidos	(290)	531	531
Total do resultado abrangente do exercício	2.957.737	1.842.659	1.842.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.103.225	2.007.640	2.007.640
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	28	5.691.696	5.527.012	5.527.012
Resultado de equivalência patrimonial	13	11.572	-	-
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		51.913	(88.085)	(88.085)
Ganho na transação de venda 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)		(782.237)	-	-
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		1.486	(284)	(284)
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	278.789	333.724	333.724
Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos		(27.768)	131.253	131.253
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		119.864	166.057	166.057
Juros sobre passivo de arrendamento		858.259	910.691	910.691
Juros sobre arrendamentos		56	(10.698)	(10.698)
Provisão para perdas de crédito esperadas	28	544.642	552.817	552.817
Planos de incentivo a longo prazo	26	15.672	2.588	2.588
		9.867.169	9.532.715	9.532.715
Redução (aumento) dos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes		(583.346)	(390.087)	(390.087)
Impostos, taxas e contribuições a recuperar		664.397	1.260.949	1.260.949
Estoques		44.050	(43.325)	(43.325)
Despesas antecipadas		(134.893)	20.928	20.928
Depósitos judiciais		215.698	203.567	203.567
Outros ativos		41.610	(111.003)	(111.003)
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Obrigações trabalhistas		35.506	53.667	53.667
Fornecedores		153.357	(818.989)	(818.989)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		366.605	(320.674)	(320.674)
Autorizações a pagar		(8.604)	(10.871)	(10.871)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	24	(316.804)	(413.634)	(413.634)
Receitas diferidas		(135.583)	(87.188)	(87.188)
Outros passivos		(116.981)	(132.606)	(132.606)
Caixa gerado pelas operações		10.092.181	8.743.449	8.743.449
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.094)	(69.578)	(69.578)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		10.078.087	8.673.871	8.673.871
Atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários		(2.502.030)	(1.428.888)	(1.428.888)
Caixa proveniente da venda de 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)		1.096.294	-	-
Caixa proveniente da incorporação da TIM Participações		-	21.959	21.959
Integralização de Capital FiberCo (nota 1)		-	-	1
Adições ao imobilizado e intangível (i)		(5.283.707)	(3.891.306)	(3.891.306)
Recebimento de arrendamentos		47	4.879	4.879
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(6.689.396)	(5.293.356)	(5.293.355)
Atividades de financiamentos				
Novos empréstimos		3.062.000	1.800.000	1.800.000
Amortização de empréstimos		(1.710.935)	(1.806.922)	(1.806.922)
Juros pagos – Empréstimos		(78.952)	(72.643)	(72.643)
Pagamento de passivo de arrendamento		(1.179.723)	(927.903)	(927.903)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento		(832.928)	(794.391)	(794.391)
Novos financiamentos licença 5G		843.020	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		216.197	(134.360)	(134.360)
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações		(11.069)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(1.042.976)	(1.153.054)	(1.153.054)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(735.366)	(3.089.273)	(3.089.273)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		2.653.325	291.242	291.243
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.575.290	2.284.048	2.284.048
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5.228.615	2.575.290	2.575.291

(i) Efeitos da aquisição 5G sem impacto no caixa, vide nota 40.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:59 -0300.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Receitas			
Receita operacional bruta (nota 27)	25.357.429	24.346.101	24.346.101
Outras receitas (nota 29)	2.709.251	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	(544.642)	(552.817)	(552.817)
Descontos concedidos, devoluções e outros	(2.619.680)	(2.543.707)	(2.543.707)
	24.902.358	21.249.577	21.249.577
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(2.676.158)	(2.641.923)	(2.641.923)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.026.187)	(2.949.673)	(2.949.673)
	(7.702.345)	(5.591.596)	(5.591.596)
Retenções			
Depreciação e amortização	(5.691.696)	(5.527.012)	(5.527.012)
Valor adicionado líquido produzido	11.508.317	10.130.969	10.130.969
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	(11.572)	-	-
Receitas financeiras	1.612.676	796.406	796.406
	1.601.104	796.406	796.406
Valor adicionado total a distribuir	13.109.421	10.927.375	10.927.375
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	621.702	552.749	552.749
Benefícios	191.346	196.124	196.124
F.G.T.S	63.689	60.722	60.722
Outros	46.649	42.498	42.498
	923.386	852.093	852.093
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	2.113.953	1.906.223	1.906.223
Estaduais	3.773.000	3.791.380	3.791.380
Municipais	127.934	114.390	114.390
	6.014.887	5.811.993	5.811.993
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros	2.263.324	1.601.595	1.601.595
Aluguéis	941.503	813.175	813.175
	3.204.827	2.414.770	2.414.770
Outros			
Investimento social	9.147	4.829	4.829
	9.147	4.829	4.829
Remuneração de Capital Próprio			
Dividendos e JCP	1.047.500	1.083.000	1.083.000
Lucros retidos	1.909.674	760.690	760.690
	2.957.174	1.843.690	1.843.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

► 1. Contexto operacional

Estrutura societária

A TIM S.A. ("TIM", "Companhia" e/ou "Empresa") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detinha 66,59% do capital social da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2021 (66,58% em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia presta Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&F/Bovespa). Adicionalmente, a TIM S.A possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Em dezembro de 2020, o Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada no dia 10 de dezembro de 2020, a constituição de uma sociedade denominada FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda, como preparação para futura segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial.

No dia 5 de maio de 2021, a TIM S.A. informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no mesmo dia, foi aprovado um acordo entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. ("IHS"), com vistas a aquisição, pela IHS, da participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. ("FiberCo").

O processo de aquisição de participação societária da FiberCo, posteriormente denominada I–Systems, pela IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems.

O detalhamento da venda da participação societária da FiberCo, está descrito abaixo.

Reorganização Societária

Venda de 51% da I-Systems (antiga FiberCo) para IHS

Em 5 de maio de 2021, a Companhia publicou a decisão de seu Conselho de Administração sobre a alienação por parte da TIM de 51% do capital social da FiberCo em favor da IHS, permanecendo os restantes 49% sob o controle da Companhia quando do fechamento da operação (*closing*).

A FiberCo foi constituída pela Companhia para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura. A FiberCo nasce com a missão de implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado. Não obstante, os termos do acordo definem a TIM como principal cliente neste momento, tendo a prerrogativa de 6 meses de exclusividade após a entrada em novas áreas.

Em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A. registrou investimento em coligada no valor de R$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49%.

Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477.

De acordo com laudo de avaliação do acervo líquido formado pelos ativos e passivos o valor apurado de R$1.211.789 foi integralizado como capital social da I-Systems em 1º de novembro de 2021.

O processo de venda do percentual de 51% de participação societária da nova companhia, I-Systems, para IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Para a conclusão da venda, a IHS realizou uma integralização de capital R$582.498 (primária) na nova companhia (I-Systems) e o pagamento de R$1.096.294 (secundária) diretamente a TIM S.A., totalizando, desta forma R$1.678.792 pela aquisição de 51% de participação societária. O valor justo apurado por 100% da nova companhia foi de R$3.291.794.

No momento do *closing* a participação na investida foi registrada pelo valor justo conforme previsto pelo IFRS 10 (CPC36), sendo, posteriormente, conforme definido na norma IAS 28 (CPC18), avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

Conforme previsto no IAS 28 (CPC18), a venda de investimento com perda de controle deve ser reconhecida pela baixa total de investimento e reconhecimento de parte do investimento da coligada pelo valor justo.

Os efeitos da transação estão detalhados abaixo:

Descrição	31/12/2021
Preço da transação	1.096.294
Registro investimento a *fair value*	1.612.957
Custo dos ativos	
Baixa do investimento	(1.211.472)
Baixa do ágio na aquisição Fiber RJ/Fiber SP	(1.051.477)
Baixa do imposto diferido sobre ágio amortizado fiscalmente	335.935
Ganho na transação	782.237
Imposto de renda e contribuição social	(509.245)
Ganho líquido na transação	272.992
Ganho antes de IR e CS na remensuração do investimento a valor justo	668.720
Ganho antes de IR e CS na alienação do ativo	113.517

Incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

Em 29 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a submissão à Assembleia Geral Extraordinária da proposta de incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada em 31 de agosto de 2020, e aprovou, por maioria dos votos, a incorporação da TIM Participações pela TIM S.A, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre as administrações das companhias em 29 de julho de 2020.

Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de agosto de 2020 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Participações, no montante de R$355.323.

Conforme previsto no Protocolo de Incorporação, as variações do patrimônio da TIM Participações entre a data do laudo (31 de março de 2020) e do ato societário de incorporação (31 de agosto de 2020), foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da incorporada. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Participações foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito. Esta transação não teve impacto econômico ou tributário e o ágio incorporado não será utilizado para fins de quaisquer compensações fiscais.

Esta reorganização societária, teve como objetivo proporcionar maior eficiência e simplificação da estrutura organizacional do Grupo TIM, tornando a estrutura de controles internos mais eficientes. Além disso, a reorganização societária proporciona uma otimização de carga tributária nas futuras distribuições de juros sobre capital próprio, e também, a integração de unidades administrativas e financeiras, permitindo, a concentração e redução dos custos operacionais e outras despesas administrativas com serviços profissionais. Como resultado desta operação, não houve qualquer impacto para os acionistas controladores e não controladores.

Após a Incorporação, a TIM S.A., passou a ser a ser negociada com os códigos TIMS3 na B3 e TIMB na NYSE.

Para fins de apresentação do saldo comparativo, as informações patrimoniais e financeiras da TIM S.A. permanecem inalteradas atendendo o conceito de entidade legal para a apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O acervo líquido contábil na data de incorporação, em 01 de setembro de 2020, está sumariado a seguir:

	01/09/20		01/09/20
Ativo		**Passivo**	
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	21.959	Impostos, taxas e contribuições a recolher	368
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	28.515	Outros passivos	10.708
Outros ativos	166	Total do passivo circulante	11.076
Total do ativo circulante	50.640	**Não circulante**	
Não circulante		Provisão para processos judiciais e administrativos	36.850
Depósitos judiciais	72.346	Outros passivos	29.752
Outros ativos	1.254	Total do passivo não circulante	66.602
		Patrimônio Líquido	
Ágio[1]	308.761	Capital social	1.719
Total do ativo não circulante	382.361	Reservas	353.604
		Total do patrimônio líquido	355.323
		Total do passivo e do	
Total do ativo	433.001	**patrimônio líquido**	433.001

(1) O Ágio incorporado possui a seguinte composição:

Ágio rentabilidade futura	367.571
Mais valia de passivos (provisão para processos judiciais) em combinação de negócios	(89.106)
Imposto de renda diferido sobre mais valia	30.296
	308.761

► 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R$), que também é a moeda funcional da Companhia.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que a partir da reorganização societária mencionada na Nota 1, todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas exclusivamente na TIM S.A. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

Os saldos consolidados comparativos para dezembro de 2021 não foram apresentados, uma vez que a subsidiária I-Systems (antiga Fiber Co) foi constituída em dezembro de 2020 e conforme descrito na nota 1, teve 51% de participação acionária alienada à IHS, quanto a TIM S.A. passou a deter participação minoritária não controladora de 49%. Nesse momento a TIM S.A. passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

e. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2022.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

- **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.**

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado;
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado;
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

O grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

- **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.**

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

- **CPC 11 - Contratos de seguro**

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável),
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.

Essa norma não se aplica a Companhia.

- **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante**

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

- **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros do Grupo.

- **Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2: Divulgação de políticas contábeis**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Impactos COVID - 19

Desde março de 2020 foi decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde devido ao surto do Coronavirus 2019 (COVID-19), os principais impactos e primeiros casos foram contabilizados no Brasil e no mundo também do primeiro trimestre de 2020.

O surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e se prolonga até 2021 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram muito a atividade econômica, incluindo alguns impactos nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa das Companhias no Brasil. Ao longo de 2020, foi decretado o *lockdown* em vários estados do Brasil que durou de março a junho de 2020.

No ano de 2020, a Companhia apresentou uma infraestrutura robusta sendo parte de um segmento extremamente importante neste período de crise, essencial para a população, governo e sistema de saúde. Após análise interna, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia não é altamente alavancada e ainda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa do volume de caixa.

Em 2021, houve o agravamento da crise com aumento do número de casos, consequentemente, a necessidade de novas medidas de restrição, dentre elas o fechamento do comercio impactando o funcionamento das lojas novamente, mas as restrições tiveram uma duração menor comparada a 2020, reduzindo o impacto do fechamento das lojas. Essas restrições foram implementadas principalmente no mês de março em diferentes cidades do Brasil.

Em setembro de 2021, o país apresentou uma evolução significativa nos níveis de vacinação, com redução da taxa de transmissão e número de casos, com isso houve uma leve melhora nas atividades econômicas. Até o momento, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações.

Estamos no 2º ano de pandemia e sem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:01 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

► 3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros e investimentos em coligadas

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15) e seus ativos tangíveis e intangíveis.

Os investimentos líquidos em coligadas são avaliados após a aplicação do método de equivalência patrimonial para determinar se há qualquer evidencia objetiva de não recuperabilidade. O valor recuperável de um investimento em coligada deve ser determinado para cada investimento, a menos que a coligada não gere entradas de caixa de forma contínua que sejam em grande parte independentes daquelas geradas por outros ativos da entidade. O investimento em coligada foi avaliado conforme descrito na nota 13.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

(e) Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenues"

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(f) Arrendamentos

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 16), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 01/01/2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

► 4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Caixa e bancos	99.821	100.008	100.009
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:			
CDB/Compromissadas	5.128.794	2.475.282	2.475.282
	5.228.615	2.575.290	2.575.291

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB's e Operações Compromissadas é de 101,57% (101,24% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

► 5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
FUNCINE (i)	11.508	7.061
Fundo Soberano (ii)	9.624	5.220
FIC: (iii)		
Títulos Públicos (iv)	2.975.613	1.345.797
CDB (v)	40.496	17.370
Letra Financeira (vi)	703.118	292.500
Outros (vii)	839.169	409.551
	4.579.528	2.077.499
Parcela circulante	(4.568.020)	(2.070.438)
Parcela não circulante	11.508	7.061

(i) A partir de dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média em 2021 é negativa em 0,06% a.a. (negativa em 3,34% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2021 é de 95,13% (87,71% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(iii) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2021 dos FIC's foi de 122,76% (112,72% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(iv) Títulos públicos são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(v) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco e com taxas predeterminadas.

(vi) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo.

(vii) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

► 6. Contas a receber de clientes

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços *("unbilled")*. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada ("*impairment*").

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,19% (0,22% em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Contas a receber de clientes	3.253.207	3.180.661
Contas a receber bruta	4.000.026	3.831.921
Serviços faturados	2.107.682	2.039.403
Serviços a faturar *("unbilled")*	849.762	817.669
Uso de rede	504.333	399.083
Venda de mercadorias	521.362	552.962
Ativo contratual (nota 23)	15.340	14.914
Outras contas a receber	1.547	7.890
Perdas por crédito de liquidação esperada	(746.819)	(651.260)
Parcela circulante	(3.066.906)	(3.051.834)
Parcela não circulante	186.301	128.827

A movimentação da provisão para perda por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	651.260	774.077
Constituição de provisão	544.642	552.817
Baixas de Provisão	(449.083)	(675.634)
Saldo Final	746.819	651.260

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	2021	2020
Total	4.000.026	3.831.921
A vencer	2.895.999	2.785.469
Vencidos até 30 dias	246.195	248.955
Vencidos até 60 dias	100.027	84.218
Vencidos até 90 dias	77.280	71.635
Vencidos a mais de 90 dias	680.525	641.644

► 7. Estoques

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	2021	2020
Estoques	202.553	246.602
Estoques	214.605	257.477
Aparelhos celulares e tablets	140.934	186.961
Acessórios e cartões pré-pagos	53.791	55.558
TIM chips	19.880	14.958
Perdas para ajuste ao valor de realização	(12.052)	(10.875)

► 8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	1.259.932	1.230.801
ICMS	1.216.912	1.188.018
Outros	43.020	42.783
Parcela circulante	(354.620)	(374.015)
Parcela não circulante	905.312	856.786

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips, tablets e modems* comercializados pela TIM.

(iii) por créditos de ICMS decorrentes do trânsito em julgado favorável, em maio de 2021, em uma ação de repetição de indébito referente a serviços de telefonia pré-paga em Santa Catarina, no montante de R$ 52 milhões.

► 9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	2.042.361	2.698.239
Imposto de renda e contribuição social (i)	807.096	381.905
PIS / COFINS (ii)	1.164.772	2.253.545
Outros	70.493	62.789
Parcela circulante	(1.311.906)	(1.421.112)
Parcela não circulante	730.455	1.277.127

(i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados a outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

Em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pender de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 547 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporadas em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. De acordo com a avaliação interna da Companhia, esperamos utilizar tais créditos até o 2º trimestre do ano de 2022.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda.), na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza, discute este tema judicialmente desde 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação. O valor total registrado em 2019 referente a esses créditos foi de R$3.023 milhões, sendo R$1.795 milhões de principal e R$1.228 milhões de atualizações monetária.

Os valores contabilizados são atualizados mensalmente pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), disponibilizada no site da Receita Federal do Brasil.

Em 2020, a TIM efetuou declarações de compensação com créditos oriundos do processo de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, para pagamentos de tributos federais, no valor total de R$ 1.516 milhões. Já no ano de 2021, foram efetuadas compensações no total de R$ 957 milhões com os referidos créditos de PIS e COFINS.

Em maio de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou a discussão quanto ao direito creditório das empresas, definindo em sede de julgamento de Embargos de Declaração, que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral (Tema 69), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 574706.

Considerando que os ministros ratificaram que o ICMS que não se inclui na base de cálculo do PIS/COFINS é o destacado na nota fiscal, confirmamos que os procedimentos adotados pela TIM S.A., quando da habilitação dos créditos de PIS/COFINS, estão adequados.

► 10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	219.876	475.128
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	330.627	303.948
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	257.529	224.459
Ajuste a valor presente – licença 3G	3.298	5.240
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	32.377	29.971
Provisão para participação nos lucros dos empregados	40.177	36.915
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	437.950	258.246
Ágio amortizado – TIM Fiber (ii)	(34.560)	(370.494)
Instrumentos financeiros derivativos	(143.948)	(154.718)
Juros capitalizados 4G	(233.433)	(262.608)
Custo atribuído – TIM S.A.	(42.617)	(53.792)
Ajustes sobre contratos de *leasing*	369.521	303.833
Depreciação acelerada (iii)	(466.863)	(266.464)
Ajuste ao valor justo I–Systems (antiga FiberCo) (iv)	(249.477)	-
Outros	16.431	20.982
	536.888	550.646
Parcela imposto ativo diferido	536.888	550.646

(i) Representada principalmente pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020 e 2021. O TFF relativo aos exercícios de 2020 e 2021 tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 21.

(ii) Representado pelo ágio na combinação de negócios das empresas TIM Fiber RJ e SP adquiridas pela TIM em 2012, realizado parcialmente em novembro de 2021 após a conclusão dessa transação.

(iii) A partir do 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R$ 467 milhões até 31 de dezembro de 2021 (R$ 266,5 milhões até 31 de dezembro de 2020) e foi aplicado a partir de 1 de janeiro de 2020.

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda descrita na nota 1 ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2021.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Prejuízos Fiscais e Base Negativa
2022	103.847
2023	79.581
2024	36.448
2025 em diante	-
Total	219.876

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R$255.252 ao longo deste ano até 31 de dezembro de 2021 (R$325.583 em 31 de dezembro de 2020, incluindo prejuízos fiscais).

► 11. Despesas antecipadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
	358.287	223.394
Propagandas não veiculadas (i)	86.154	1.679
Aluguéis e seguros	67.034	69.208
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (ii)	153.988	125.114
Serviços de TI (iii)	28.626	10.535
Outros	22.485	16.858
Parcela circulante	(275.148)	(149.796)
Parcela não circulante	83.139	73.598

(i) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(ii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/ CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

(iii) Representam os pagamentos antecipados de despesas de serviços de TI para rede migração das informações para nuvem *"cloud"*.

► 12. Depósitos judiciais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	2021	2020
	718.773	794.755
Cível	285.583	315.312
Trabalhista	128.607	149.390
Tributário	178.914	181.670
Regulatório	111	111
Penhora Online (i)	125.558	148.272

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Cível

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, como por exemplo caso em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em Juízo em discussão é de R$72.533 (R$ 70.560 em 31 de dezembro de 2020).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Impresa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:04 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

(a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 34.289 (R$ 34.544 em 31 de dezembro de 2020).

(b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.073 (R$ 8.862 em 31 de dezembro de 2020).

(c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$20.022 (R$ 18.883 em 31 de dezembro de 2020).

(d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$11.254 (R$ 11.317 em 31 de dezembro de 2020).

(e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$8.048 (R$ 7.843 em 31 de dezembro de 2020).

(f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$3.478 (R$ 3.329 em 31 de dezembro de 2020).

(g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$3.582 (R$ 3.514 em 31 de dezembro de 2020).

(h) Depósito realizado pela TIM S.A – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 61.752 (R$ 58.664 em 31 de dezembro de 2020).

(i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.960 (R$ 14.505 em 31 de dezembro de 2020).

(j) CSLL – Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa, assim como cobrança referente a compensação BC Negativa / Prejuízo Fiscal sucedida. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.730 (R$ 9.739 em 31 de dezembro de 2020).

► 13. Investimento

A participação societária em coligada ou controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

O Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada em 10 de dezembro de 2020, a constituição da FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. ("FiberCo"), uma sociedade limitada, como preparação para uma possível (ou eventual) segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial. A empresa foi constituída em 16 de dezembro de 2020 e transformada em S.A. em maio de 2021.

Tal processo foi uma das etapas intermediárias da transformação da TIM na prestação dos serviços de banda larga, e objetivava a criação de um veículo aberto de infraestrutura de fibra ótica ("FiberCo") com a captação de um parceiro estratégico que se tornará sócio da FiberCo. A FiberCo atua no mercado de atacado podendo prover serviços de conectividade em fibra, de última milha e de transporte, para as operadoras do mercado, contando com a TIM como cliente (vide nota 1).

Conforme mencionado na nota 1, em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e criação da I-Systems (antes denominada FiberCo) com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A., avaliou a transação como perda de controle e parou de consolidar, registrando o investimento em coligada no valor de R$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49% (R$ 1.601.703 em 31 de dezembro de 2021).

A TIM S.A. tem 49% (100% em 31 de dezembro de 2020) de participação no capital social da I-Systems (antiga FiberCo).

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* no investimento líquido registrado.

a) Participação em empresa controlada

Em 31 de dezembro de 2020, a TIM S.A. detinha 100% de controle sobre a Fiber Co (atual I-Systems).

	2021 Fiber Co (atual I-Systems)	2020 Fiber Co (atual I-Systems)
Quantidade de quotas/ações detidas	1.000	1.000
Participação no capital total	100%	100%
Patrimônio líquido em 31/10/2021	(318)	1
Prejuízo líquido de janeiro a outubro/21	(318)	-
Resultado de equivalência patrimonial até 31 de outubro de 2021	(318)	-
Valor do investimento em 31 de dezembro	-	1

Mutação do investimento em empresas controladas:

	FiberCo (atual I-Systems) (controlada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	1
Resultado de equivalência patrimonial até out/21	(318)
Aumento de capital	1.211.789
Baixa do investimento	(1.211.472)
Saldo do investimento em 16 novembro 2021	-

b) Participação em empresa coligada

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tem em sua estrutura societária empresas controladas. Em novembro de 2021, a TIM S.A. passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

	2021 I-Systems
Quantidade de ações detidas	1.794.287.995
Participação no capital total	49%
Patrimônio líquido	1.794.288
Prejuízo líquido do exercício	(22.968)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.254)
Valor do investimento	1.601.703

Mutação do investimento em empresas coligadas:

	I-Systems (coligada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	-
Reavaliação da participação minoritária a valor justo	1.612.957
Resultado de equivalência patrimonial nov/21 e dez/21	(11.254)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2021	1.601.703

► 14. Imobilizado

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

• Movimentação do imobilizado

	Saldo em dez/20	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em dez/21
Total do Custo do Imobilizado Bruto	47.429.167	5.572.362	(3.841.851)	-	49.159.678
Equipamentos de comutação / transmissão	25.875.916	26.905	(2.920.511)	2.872.144	25.854.454
Cabos de fibra ótica	878.100	-	(125.366)	25.778	778.512
Aparelhos em comodato	2.643.336	805	(13.495)	175.808	2.806.454
Infraestrutura	6.436.572	-	(511.635)	518.348	6.443.285
Bens de informática	1.770.386	-	(46.584)	32.538	1.756.340
Bens de uso geral	902.287	-	(43.401)	57.959	916.845
Direito de uso em arrendamentos	8.367.895	1.591.307	(179.875)	-	9.779.327
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(984)	(3.682.575)	783.667
Total Depreciação Acumulada	(29.328.469)	(3.951.760)	2.428.951	-	(30.851.278)
Equipamentos de comutação / transmissão	(18.130.526)	(1.983.589)	1.926.121	-	(18.187.994)
Cabos de fibra ótica	(482.613)	(65.669)	26.077	-	(522.205)
Aparelhos em comodato	(2.398.217)	(145.661)	9.187	-	(2.534.691)
Infraestrutura	(4.018.854)	(408.540)	384.239	-	(4.043.155)
Bens de informática	(1.617.970)	(58.209)	46.449	-	(1.629.730)
Bens de uso geral	(637.903)	(48.204)	36.878	-	(649.229)
Direito de uso em arrendamentos	(2.042.386)	(1.241.888)	-	-	(3.284.274)
Total Imobilizado liquido	18.100.698	1.620.602	(1.412.900)	-	18.308.400
Equipamentos de comutação / transmissão	7.745.390	(1.956.684)	(994.390)	2.872.144	7.666.460
Cabos de fibra ótica	395.487	(65.669)	(99.289)	25.778	256.307
Aparelhos em comodato	245.119	(144.856)	(4.308)	175.808	271.763
Infraestrutura	2.417.718	(408.540)	(127.396)	518.348	2.400.130
Bens de informática	152.416	(58.209)	(135)	32.538	126.610
Bens de uso geral	264.384	(48.204)	(6.523)	57.959	267.616
Direito de uso em arrendamentos	6.325.509	349.419	(179.875)	-	6.495.053
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(984)	(3.682.575)	783.667

(i) As baixas líquidas são representadas principalmente por:
. R$1.218.340 de baixa de ativo imobilizado, o qual compõe parte do saldo de R$1.211.789 de ativos líquidos que foi integralizado como capital social da I-Systems (antiga FiberCo) em 01 de novembro de 2021, conforme descrito na nota 1.
. R$179.875 em direitos de uso em arrendamentos em função de remensuração de contratos, incluindo alterações de vigência e escopo de aluguéis.

	Saldo em dez/19	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em dez/20
Total do Custo do Imobilizado Bruto	43.358.751	4.687.207	(616.791)	-	47.429.167
Equipamentos de comutação / transmissão	22.817.681	10.464	(174.249)	3.222.020	25.875.916
Cabos de fibra ótica	813.589	-	-	64.511	878.100
Aparelhos em comodato	2.489.995	912	(7.140)	159.569	2.643.336
Infraestrutura	6.096.847	92.234	(8.063)	255.554	6.436.572
Bens de informática	1.721.251	1	(9.996)	59.130	1.770.386
Bens de uso geral	859.505	1	(1.544)	44.325	902.287
Direito de uso em arrendamentos	6.933.416	1.849.539	(415.060)	-	8.367.895
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.056	(739)	(3.805.109)	513.881
Total Depreciação Acumulada	(25.746.587)	(3.767.678)	185.796	-	(29.328.469)
Equipamentos de comutação / transmissão	(16.389.213)	(1.906.480)	165.167	-	(18.130.526)
Cabos de fibra ótica	(410.567)	(72.046)	-	-	(482.613)
Aparelhos em comodato	(2.256.863)	(143.309)	1.955	-	(2.398.217)
Infraestrutura	(3.593.833)	(432.549)	7.528	-	(4.018.854)
Bens de informática	(1.565.309)	(62.649)	9.988	-	(1.617.970)
Bens de uso geral	(590.658)	(48.403)	1.158	-	(637.903)
Direito de uso em arrendamentos	(940.144)	(1.102.242)	-	-	(2.042.386)
Total Imobilizado liquido	17.612.164	919.529	(430.995)	-	18.100.698
Equipamentos de comutação / transmissão	6.428.468	(1.896.016)	(9.082)	3.222.020	7.745.390
Cabos de fibra ótica	403.022	(72.046)	-	64.511	395.487
Aparelhos em comodato	233.132	(142.397)	(5.185)	159.569	245.119
Infraestrutura	2.503.014	(340.315)	(535)	255.554	2.417.718
Bens de informática	155.942	(62.648)	(8)	59.130	152.416
Bens de uso geral	268.847	(48.402)	(386)	44.325	264.384
Direito de uso em arrendamentos	5.993.272	747.297	(415.060)	-	6.325.509
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.056	(739)	(3.805.109)	513.881

(i) O valor de R$415.060 é representado por remensuração de contratos e inclui alterações de vigência e escopo de aluguéis e também revisão de estimativa em relação a contratos de baixo valor veículos.

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.019.900	400.262	1.500.909	1.404.438	6.325.509
Adições	630.805	295.874	237.150	427.478	1.591.307
Remensuração	(83.606)	(45.312)	(23.772)	(27.185)	(179.875)
Depreciação	(518.590)	(109.512)	(210.054)	(403.732)	(1.241.888)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.048.509	541.312	1.504.233	1.400.999	6.495.053
Vida útil - %	7,86%	9,70%	9,47%	3,24%	

• Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2021, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

► 15. Intangível

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, tivemos a capitalização de encargos da licença 4G de 700MHz entre 2014 e 2019 e atualmente temos a capitalização de encargos na aquisição da licença 5G para radiofrequência não prontamente disponível e outras obrigações relacionadas a tal radiofrequência. Essa capitalização ocorre até que o ativo seja considerado disponível para uso pela Administração, e a partir desta data, encerra-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue.

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em dez/20	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/21
Total Custo do Intangível Bruto	31.444.050	4.352.331	(1.165.840)	-	34.630.541
Direito de uso de softwares	19.117.515	-	(112.626)	906.115	19.911.004
Autorizações	9.931.248	50.408	(1.737)	1.171.578	11.151.497
Ágio (i)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	177.866	-	-	8.355	186.221
Outros ativos	329.626	-	-	3.490	333.116
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.572.960
Total Amortização Acumulada	(22.416.975)	(1.739.937)	111.450	-	(24.045.462)
Direito de uso de softwares	(16.378.487)	(1.164.210)	110.679	-	(17.432.018)
Autorizações	(5.816.241)	(542.196)	771	-	(6.357.666)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(67.966)	(8.731)	-	-	(76.697)
Outros ativos	(154.281)	(24.800)	-		(179.081)
Total Intangível Líquido	9.027.075	2.612.394	(1.054.390)	-	10.585.079
Direito de uso de softwares (c)	2.739.028	(1.164.210)	(1.947)	906.115	2.478.986
Autorizações (f)	4.115.007	(491.788)	(966)	1.171.578	4.793.831
Ágio (d)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.900	(8.731)	-	8.355	109.524
Outros ativos	175.345	(24.800)	-	3.490	154.035
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.572.960

(i) Inclui a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477.

	Saldo em dez/19	Saldo Companhia incorporada	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/20
Total Custo do Intangível Bruto	29.861.788	367.571	1.215.636	(945)	-	31.444.050
Direito de uso de softwares	18.184.382	-	-	(939)	934.072	19.117.515
Autorizações	9.811.794	-	32.105	(6)	87.355	9.931.248
Ágio	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	169.327	-	8.539	-	-	177.866
Outros ativos	327.360	-	-	-	2.266	329.626
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.276	-	1.174.992	-	(1.023.693)	360.575
Total Amortização Acumulada	(20.561.032)	-	(1.856.917)	974	-	(22.416.975)
Direito de uso de softwares	(15.093.166)	-	(1.286.295)	974	-	(16.378.487)
Autorizações	(5.278.413)	-	(537.828)	-	-	(5.816.241)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(60.204)	-	(7.762)	-	-	(67.966)
Outros ativos	(129.249)	-	(25.032)	-		(154.281)
Total Intangível Líquido	9.300.756	367.571	(641.281)	29	-	9.027.075
Direito de uso de softwares (c)	3.091.216	-	(1.286.295)	35	934.072	2.739.028
Autorizações (f)	4.533.381	-	(505.723)	(6)	87.355	4.115.007
Ágio (d)	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.123	-	777	-	-	109.900
Outros ativos	198.111	-	(25.032)	-	2.266	175.345
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.276	-	1.174.992	-	(1.023.693)	360.575

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:07 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Os ativos intangíveis em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Inclui os valores de aquisição da Licença 5G, conforme nota 15.f.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de *softwares*	20
Autorizações	5 a 50
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia possui o seguinte ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – "TIM Fiber SP") e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – "TIM Fiber RJ"). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente. TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R$ 1.159.649.

Em novembro de 2021, a Companhia concluiu o *drop-down* de ativos líquidos relacionados ao negócio de banda larga residencial relativos à infraestrutura de rede secundária para a controlada integral FiberCo e realizou a alienação de 51% de participação societária da FiberCo, atualmente denominada I-Systems, em favor da IHS. Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems. Consequentemente, com o fechamento deste negócio em novembro de 2021, o ágio inicialmente registrado na aquisição das empresas Fiber RJ e Fiber SP foi reduzido para R$108.171. Este é o saldo registrado em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A, a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Ágio aquisição da "Intelig" pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente "Intelig") em dezembro de 2009 no montante de R$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R$157.556.

Teste de *impairment*

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM.

A metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* acima mencionados está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, portanto abrange o grupo consolidado. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia. Importante ressaltar que os resultados do grupo são representados essencialmente pela TIM S.A. Deste modo, os resultados da TIM S.A. são o principal gerador de caixa do Grupo TIM, visto que a única empresa operacional atuante no Brasil é a TIM S.A, e por essa razão a Companhia representa uma única unidade geradora de caixa para fins de teste de *impairment* de ativos de vida útil indefinida de acordo com IAS 36 / CPC01.

Em 31 de dezembro de 2021 o teste de *impairment* foi realizado comparando o *carrying amount* com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Seus títulos são negociados na BOVESPA com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

A mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso. Os efeitos da TIM Participações holding (incorporada pela TIM S.A) sobre o valor de *carrying amount* em 2021 eram irrelevantes e também seus efeitos sobre o resultado do Grupo Consolidado. Portanto, os cálculos realizados a nível consolidado contemplam essencialmente os resultados e saldos contábeis da TIM S.A., assim a Administração da Companhia conclui que a utilização da metodologia do valor justo menos custos de vendas é adequada para conclusão da não existência de constituir provisão para *impairment* uma vez que o valor justo menos o custo de venda é superior que o total *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).

(f) Autorizações

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHZ adquirida, que totalizaram R$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R$ 1.199 milhões foi reduzido em R$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 a 2019.

Em 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências da telefonia móvel de 5ª Geração ("5G"). Em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R$2.680 milhões.

Para o cumprimento das obrigações adicionais, é previsto, conforme edital, que haja a constituição de entidades administradoras, as quais são destinadas somente a cumprir com os compromissos previstos no Leilão. As empresas vencedoras do Leilão têm a obrigação de desembolsar somente os valores previstos em edital para que tais entidades cumpram com as obrigações definidas. Há obrigações adicionais previstas relacionadas a radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa ("EAF"), e relacionadas a radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE").

As radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontram-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro em "Autorizações" dos valores relativos às licenças (R$614 milhões) e as obrigações relacionadas a licença 26GHz, que serão cumpridas por meio da EACE (R$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R$633 milhões), previstos no Edital, ocorrerão em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tem correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente ("AVP") no reconhecimento inicial (R$83 milhões).

Já a radiofrequência 3,5GHz não está prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, encontra-se registrado em bens em andamento (R$270 milhões). Desta forma, as obrigações relacionadas a esta atividade, a serem realizadas pela EAF (R$2.104 milhões) também estão registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, previstos no Edital, ocorrerão em 2 parcelas ao longo do ano de 2022, e têm correção monetária pelo IGP-DI.

Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadra-se a radiofrequência de 3,5GHz. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou em ativo intangível 1 milhão de juros Selic incorridos sobre a radiofrequência 3,5GHz e 19 milhões referente a correção monetária dos valores devidos à EAF. Estes saldos estão registrados em bens em andamento.

Desta forma o efeito total no ativo intangível da Companhia em 2021 referente às radiofrequências 5G e obrigações relacionadas foi de R$3.584 milhões, sendo R$2.394 em bens em andamento e R$1.190 milhões em Autorizações.

► 16. Arrendamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total - Passivo de arrendamento	**2.139.718**	**6.431.022**	**5.898.599**	**14.469.339**	**9.063.539**
LT Amazonas (i)	57.349	202.271	336.138	595.758	302.091
Venda e *leaseback* das Torres (ii)	245.800	992.299	2.135.989	3.374.088	1.507.629
Outros (iv)	28.348	112.493	142.458	283.299	142.458
Total Outros arrendamentos (iii)	1.808.221	5.123.959	3.284.014	10.216.194	7.111.361
Arrendamentos – Infraestrutura de rede	752.818	2.450.689	1.735.619	4.939.126	3.345.930
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	183.468	440.996	356.198	980.662	653.422
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	340.099	1.135.266	1.192.197	2.667.562	1.657.345
Arrendamentos – Fibra	531.836	1.097.008	-	1.628.844	1.454.664

i) LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

ii) Venda e *leaseback* das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R$ 2.651.247, sendo o montante de R$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 23).

As taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo.

(iii) Outros arrendamentos:

Além dos contratos de arrendamentos citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2021 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 8,94% (9,06% em 2020).

(iv) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão.

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 36.310 (R$ 28.523 em 31 de dezembro de 2020).

► 17. Outros valores a compensar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel.

Em 31 de dezembro de 2021, esse crédito é de R$28.661 (R$43.906 em 31 de dezembro de 2020).

► 18. Fornecedores

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	2021	2020
	3.267.404	3.128.732
Moeda nacional	3.063.458	2.932.486
Fornecedores de materiais e serviços (i)	2.966.897	2.839.547
Interconexão (ii)	65.464	64.066
Roaming (iii)	212	212
Co-billing (iv)	30.885	28.661

Ativo

	2021	2020
LT Amazonas	166.944	162.198
Subleasing lojas – IFRS16	76.177	-
	243.121	162.198
Parcela circulante	(30.076)	(5.357)
Parcela não circulante	213.045	156.841

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
	55.939	167.320	176.895	400.154	243.121
LT Amazonas (i)	26.124	106.491	176.895	309.510	166.944
Subleasing lojas – IFRS16 (ii)	29.815	60.829	-	90.644	76.177

(i) LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefónica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefónica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

(ii) *Subleasing* Lojas - IFRS16

A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de "lojas revenda". O impacto no leasing passivo está refletido no grupo "Arrendamentos - Lojas & Quiosques".

Passivo

	2021	2020
LT Amazonas (i)	302.091	290.385
Venda de Torres (*leaseback*) (ii)	1.507.629	1.256.410
Outros (iv)	142.458	115.027
Sub-total	1.952.178	1.661.822
Outros arrendamentos (iii):		
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede	3.345.930	3.252.463
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	653.422	434.990
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	1.657.345	1.606.567
Arrendamentos – Fibra	1.454.664	1.422.993
Sub-total *leasing* IFRS16 / CPC 06 (R2)	7.111.361	6.717.013
Total	9.063.539	8.378.835
Parcela circulante	(1.269.878)	(1.054.709)
Parcela não circulante	7.793.661	7.324.126

O montante de juros pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) é de R$ 599.296 (R$ 567.261 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 37.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total - Passivo de arrendamento	**2.139.718**	**6.431.022**	**5.898.599**	**14.469.339**	**9.063.539**
LT Amazonas (i)	57.349	202.271	336.138	595.758	302.091
Venda e *leaseback* das Torres (ii)	245.800	992.299	2.135.989	3.374.088	1.507.629
Outros (iv)	28.348	112.493	142.458	283.299	142.458
Total Outros arrendamentos (iii)	1.808.221	5.123.959	3.284.014	10.216.194	7.111.361
Arrendamentos – Infraestrutura de rede	752.818	2.450.689	1.735.619	4.939.126	3.345.930
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	183.468	440.996	356.198	980.662	653.422
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	340.099	1.135.266	1.192.197	2.667.562	1.657.345
Arrendamentos – Fibra	531.836	1.097.008	-	1.628.844	1.454.664

	2021	2020
Moeda estrangeira	203.946	196.246
Fornecedores de materiais e serviços (i)	153.082	148.888
Roaming (iii)	50.864	47.358
Parcela Circulante	3.267.404	3.128.732

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(vi) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

► 19. Autorizações a pagar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Renovação de autorizações (i)	191.329	188.498
Dívida ANATEL atualizada (ii)	164.269	146.949
Autorizações a pagar (iii)	3.525.489	-
	3.881.087	335.447
Parcela circulante	(2.630.169)	(102.507)
Parcela não circulante	1.250.918	232.940

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuia saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações no montante de R$ 191.329 (R$ 188.498 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R$ 61 milhões (R$ 164 milhões em 31 de dezembro de 2021) o qual ainda está pendente de julgamento.

(iii) Conforme descrito na nota 15.f, em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização, o que caracteriza a efetiva aquisição do direito sobre os lotes destas radiofrequências.

Para os valores relativos às radiofrequências (R$884 milhões no registro inicial), há incidência de juros Selic, e a Companhia realizará pagamentos anuais pelo período de 20 anos. Já para os valores relacionados as obrigações de desembolsos com as entidades EAF e EACE (R$2.737 milhões no registro inicial, sendo R$2.654 milhões líquidos de AVP) há correção monetária por IGP-DI, e os desembolsos ocorrerão entre 2022 e 2024. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto é de 3.525 milhões.

As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2023	406.371
2024	141.151
2025	46.535
2026	46.535
2027	46.535
2028	46.535
2029	46.535
2030	46.535
2031	46.535
	1.250.918

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de dezembro de 2021, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:10 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Termos de Autorização	Data de Expiração: 450 MHz	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz (Banda P** (4G)	700 MHz (4G)	2,3GHz (5G)	3,5GHz (5G)	26GHz (5G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Sul – Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	- AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

* Termos já renovados por 15 anos.
** Somente áreas complementares nos Estados específicos.
As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Valor nominal
2022	538.450
2023	88.818
2024	1.125.526
2025	80.712
2026	615.727
2027	615.727
2028	618.006
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	3.845.465

► 20. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	dez/21	dez/20
			Jan/24 a		
KFW Finnvera (ii)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Dez/25	278.176	344.125
BAML (ii)	EUR	0,2790% a.a. 1,2410% a	Ago/21	-	570.844
Scotia¹ (ii)	USD	1,7340% a.a.	Abr/24	559.650	1.030.761
BNP Paribas (ii)	USD	2,8220% a.a.	Jan/22	428.793	399.302
BNP Paribas (ii)	BRL	7,0907% a.a.	Jan/24	515.166	-
Debêntures² (ii)	BRL	IPCA + 4,1682% a.a. (i)	Jun/28	1.667.399	-
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	396.281	-
Total				3.845.465	2.345.032
Circulante				(538.450)	(1.689.385)
Não circulante				3.307.015	655.647

1 A taxa da dívida ativa em 31/12/21 com o banco Scotia é de 1,4748% a.a.

2 É prevista uma redução automática de até 0,25bps em juros remuneratórios observará o cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

Garantias

(i) Determinados recebíveis da TIM S.A.;

(ii) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados semestralmente. Em fevereiro de 2020 a Companhia realizou o pré-pagamento total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES ativos àquela época, contudo ainda existem contratos em vigor com o banco regulando as linhas de crédito disponíveis para saque que estão demonstradas no quadro abaixo. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. A Companhia vem cumprindo todos os índices estabelecidos.

Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao The Bank of Nova Scotia, no valor de R$ 572 milhões, custo de CDI + 1,05% a.a. e prazo de 3 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.

Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao banco BNP Paribas, no valor de R$ 500 milhões, custo de CDI + 1,07% a.a. e prazo de 2,9 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.

Em junho de 2021, a Companhia, realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor de R$1.600 milhão. As debêntures contam com uma componente sustentável que permite sua qualificação como *sustainability-linked* e, em caso de cumprimento das metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão, os juros remuneratórios de IPCA + 4,1682% a.a. poderão ser reduzidos automaticamente em até 0,25bps. As debêntures terão juros semestrais e as amortizações acontecerão, respectivamente, no 5º, 6° e 7° ano. A emissão objetivou o financiamento de projetos de implantação, ampliação e modernização de redes fixa e móvel em diferentes tecnologias, incluindo 5G, e se enquadra no disposto da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011. No âmbito desta operação, a Companhia optou por celebrar um contrato de *swap* de taxas de juros com objetivo de hedge, ao custo de para CDI + 0,95% ao ano. Durante o prazo de vigência da operação, também deverá ser observado o cumprimento do índice financeiro Dívida líquida sobre EBITDA, indicador este cumprido até a presente data.

Em novembro de 2021, a Companhia captou junto ao BNDES a linha de crédito FINAME, no valor total disponível de R$ 390 milhões, ao custo de IPCA + 4,2283% a.a. e prazo total de 10 anos com carência de 3 anos para início da amortização. A Companhia optou por celebrar um contrato de *swap* de taxas de juros com o objetivo de *hedge*, ao custo final de 96,95% do CDI.

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponíveis:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 31 de dezembro 2021
BNDES (i)	TJLP	Mai/18	Mar/22	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (ii)	TJLP	Mai/18	Mar/22	20.000	20.000	-
FINAME (iii)	IPCA	Mar/19	Mar/22	390.000	-	390.000
BNB (iv)	IPCA	Jan/20	Jun/23	752.479	752.479	-
Total R$:				2.252.479	1.862.479	390.000

Objetivo:

(i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais

(ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade

(iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional

(iv) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco do Nordeste do Brasil

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2023	88.818
2024	1.125.526
2025	80.712
2026	615.727
2027	615.727
2028	618.006
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	3.307.015

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Ambos são financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um cunho de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores. Para fins de análise de valor justo, considerando as características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia, BNP Paribas, Debêntures e BNDES considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 31 de dezembro de 2021 é, respectivamente, R$ 563.259, R$ 524.422, R$ 1.635.203 e R$ 384.073.

► 21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	1.421.955	938.880
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	303.721	359.498
Impostos e Taxas ANATEL (i)	1.042.933	509.087
Imposto sobre Serviço - ISS	66.075	66.082
Outros	9.226	4.213
Parcela circulante	(1.418.682)	(935.778)
Parcela não circulante	3.273	3.102

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP no valor de R$ 790 milhões. No terceiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou o pagamento parcial no montante de R$300 milhões referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de realização do pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.

Em 2021, novamente houve o pagamento parcial das taxas de cerca de R$300 milhões referentes às CFRP e Condecine e o valor remanescente de R$480 milhões relativo ao Fistel (TFF) de 2021 segue suspenso, sem data definida para pagamento com base em liminar também proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Durante o exercício de 2021, houve o reconhecimento de R$51,2 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fistel (TFF) relativos ao exercício de 2020 e 2021 com pagamento suspenso por decisão liminar.

► 22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2021, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	258.340	508.743
Imposto de renda e contribuição social (i)	186.294	313.145
PIS / COFINS	41.916	154.353
Outros (ii)	30.130	41.245
Parcela circulante	(245.113)	(296.299)
Parcela não circulante	13.227	212.444

(i) A variação está relacionada à alteração da apuração do Lucro Real Anual pelo Lucro Real Trimestral. Nesse sentido, o valor apresentado em dezembro de 2020 compreendia o IRPJ e a CSLL devidos entre janeiro e dezembro daquele ano, enquanto em 2021 o passivo apresentado representa apenas o montante devido no 4º Trimestre.

(ii) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

► 23. Receitas diferidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas diferidas	886.340	1.021.924
Serviços a prestar pré-pago (i)	118.795	189.482
Subvenções governamentais (ii)	11.184	24.732
Receitas antecipadas	8.522	11.163
Receitas diferidas sobre venda de torres (iii)	734.826	788.921
Passivo contratual (iv)	13.013	7.626
Parcela circulante	(197.179)	(266.436)
Parcela não circulante	689.161	755.488

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(ii) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 é de R$ 203 milhões e o montante em aberto em 31 de dezembro de 2021 é de R$11.184 (R$24.732 em 31 de dezembro de 2020). Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas), líquidas" (nota 29).

(iii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 16).

(iv) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

	2021
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.051.120
Ativo contratual	15.340
Passivo contratual	(13.013)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no exercício.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.288
Adições	8.800
Baixas	(13.761)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.327

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2022	2023
Ativo (passivo) contratual	3.685	(1.358)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

► 24. Provisão para processos judiciais e administrativos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2021	2020
Provisão para processos judiciais e administrativos	960.881	886.947
Cível (a)	309.019	245.432
Trabalhistas (b)	192.132	213.026
Tributária (c)	429.951	399.288
Regulatória (d)	29.779	29.201

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-20	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-21
	886.947	278.789	(316.604)	111.949	960.881
Cível (a)	245.432	175.715	(194.501)	82.373	309.019
Trabalhistas (b)	213.026	71.961	(98.730)	5.875	192.132
Tributária (c)	399.288	31.078	(23.539)	23.124	429.951
Regulatória (d)	29.201	35	(34)	577	29.779

	dez-19	Saldo Companhia incorporada	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-20
	703.522	125.956	333.724	(413.634)	137.379	886.947
Cível (a)	208.202	4.501	224.416	(266.872)	75.185	245.432
Trabalhistas (b)	208.224	45.691	63.649	(138.899)	34.361	213.026
Tributária (c)	254.833	75.646	48.897	(7.792)	27.704	399.288
Regulatória (d)	32.263	118	(3.238)	(71)	129	29.201

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis

a.1 Ações movidas por consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R$150.881 (R$ 139.429 em 31 de dezembro de 2020) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, alteração unilateral de contratos e negativação indevida.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R$116.985 (R$51.713 em 31 de dezembro 2020).

a.3 Ex- parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R$20.708 (R$ 18.634 em 31 de dezembro de 2020).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato e; (iv). Os valores envolvidos equivalem a R$20.089 (R$33.682 em 31 de dezembro de 2020).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R$356 (R$610 em 31 de dezembro de 2020).

Impresa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:13 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Não existe valor correspondente em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.364 em 31 de dezembro de 2020).

b. Processos trabalhistas

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável, adicionais legais e horas extras, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 1.314 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 (1.873 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R$ 192.132 atualizado monetariamente (R$ 213.026 em 31 de dezembro de 2020).

c. Processos tributários

	2021	2020
Tributos Federais	202.743	182.146
Tributos Estaduais	145.436	135.891
Tributos Municipais	7.626	5.633
Processos TIM S.A (*Purchase price allocation*)	74.146	75.618
	429.951	399.288

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.

Tributos federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

(i) A provisão para a TIM S.A. suporta sessenta e quatro processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 8.510 (R$ 8.355 em 31 de dezembro de 2020), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R$ 15.149 (R$ 14.771 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) A Companhia constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R$ 39.554 (R$ 38.584 em 31 de dezembro de 2020).

(iii) Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para o processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R$ 60.382 (R$ 58.988 em 31 de dezembro de 2020).

(iv) A empresa constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R$ 18.579 (R$ 5.313 em 31 de dezembro de 2020).

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

A provisão para a TIM S.A. suporta noventa e um processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 41.352 (R$ 36.491 em 31 de dezembro de 2020), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R$ 5.291 (R$ 5.135 em 31 de dezembro de 2020), bem como (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R$ 16.216 (R$ 15.751 em 31 de dezembro de 2020), ((iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R$ 16.374 (R$ 14.912 em 31 de dezembro de 2020) e (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R$ 22.183 (sem equivalência em 31 de dezembro de 2020).(vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R$ 13.963 (sem equivalência em 31 de dezembro de 2020).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R$74.146 (R$75.618 em 31 de dezembro de 2020).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R$ 29.779 (R$ 29.201 em 31 de dezembro de 2020).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	2021	2020
	18.140.556	18.147.562
Cível (e.1)	1.292.202	1.101.332
Trabalhista e previdenciária (e.2)	392.035	340.801
Tributária (e.3)	16.309.439	16.586.353
Regulatória (e.4)	146.880	119.076

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Civeis

	2021	2020
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	160.696	220.347
ANATEL (e.1.2)	258.683	223.066
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	493.806	160.279
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	216.054	193.529
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	99.743	154.187
Outros (e.1.6)	63.220	149.924
	1.292.202	1.101.332

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS ; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: ; (ii) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (iii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iv) suposto descumprimento de contrato.

e.2. Trabalhista e Previdenciária

e.2.1. Previdenciária

A TIM S.A recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor provável de R$ 23.786 atualizado (R$ 10.467 em 31 de dezembro de 2020). Ainda, recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, sob suposto não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas recebidas a título de abono indenizatório, gratificação não-ajustada, hiring bônus e incentive, no valor possível total de R$ 85.720 atualizado (R$ 22.829 atualizado em 31 de dezembro de 2020).

e.2.2. Trabalhistas

Há 3.067 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 (3.038 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R$ 306.315 atualizado (R$317.971 em 31 de dezembro de 2020).

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

e.3. Tributárias

	2021	2020
	16.309.439	16.586.353
Tributos Federais (e.3.1)	3.026.326	4.268.212
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.782.114	8.562.352
Tributos Municipais (e.3.3)	1.234.618	740.813
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	3.266.381	3.014.976

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R$ 12.133.168 (R$ 11.976.959 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R$ 3.026.326 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 4.268.212 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R$ 1.467.409 (R$ 2.715.670 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R$1,4 bilhão.

b. Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R$ 231.810 (R$ 193.181 em 31 de dezembro de 2020).

c. Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R$ 69.124 (R$ 67.572 em 31 de dezembro de 2020).

d. Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R$ 268.170 (R$ 259.088 em 31 de dezembro de 2020).

e. Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R$ 410.662 (R$ 399.691 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 8.782.114 (R$ 8.562.352 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R$ 1.140.553 (R$ 1.128.741 em 31 de dezembro de 2020).

b. Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R$ 356.251 (R$ 492.935 em 31 de dezembro de 2020).

c. Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R$ 654.011 (R$ 608.316 em 31 de dezembro de 2020).

d. Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de dezembro de 2021, o montante envolvido é de R$ 3.449.439 (R$ 3.356.501 em 31 de dezembro de 2020).

e. Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de 138.242 (R$ 136.286 em 31 de dezembro de 2020).

f. Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R$727.057 (R$ 698.673 em 31 de dezembro de 2020).

g. Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R$547.575 (R$ 249.271 em 31 de dezembro de 2020).

h. Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R$ 116.700 (R$ 197.521 em 31 de dezembro de 2020).

i. Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R$ 286.519 (R$ 260.447 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R$ 1.234.618 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 740.813 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R$ 618.343 (R$ 150.023 em 31 de dezembro de 2020).

b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R$ 399.141 (R$ 385.536 em 31 de dezembro de 2020).

c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R$ 137.944 (R$ 126.159 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL com classificação de risco possível é de R$3.266.381 (R$ 3.014.976 em 31 de dezembro de 2020). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R$ 120.218 (R$ 119.076 em 31 de dezembro de 2020). A variação decorreu principalmente de atualização monetária no exercício.

Em 22 de agosto de 2019, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde junho de 2018 com o regulador. O acordo abrange um valor de referência das sanções de R$ 627 milhões. O compromisso prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos índices de reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 366 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura será implementada em três anos - sendo mais de 80% nos primeiros dois anos – estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais prestadoras.

Em 19 de junho de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do termo ocorreu em 25 de junho. O acordo abrange sanções que totalizam um valor de aproximadamente R$ 639 milhões, atualizados, que serão arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhoria de qualidade e experiência do cliente bem como incremento de infraestrutura de rede em mais de 2.000 localidades.

Ao longo do quarto trimestre de 2021, a Companhia executou todas as atividades planejadas para o estrito cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) celebrado junto à Anatel, visando o atingimento das metas associadas ao 2° ano TAC. Com o fechamento do 1° Ano TAC, as atividades de fiscalização por parte da Agência estão ocorrendo em relação aos compromissos vencidos, já havendo sido reconhecidos como cumpridos por parte da Anatel: Compromissos Adicionais; Controles Internos; Índice de Reclamações; índice Geral de Qualidade; Numeração; Interconexão e; Óbice. A Companhia seguirá na plena implementação dos mecanismos de acompanhamento interno por meio do reporte trimestral da evolução dos cronogramas pelo Escritório de Governança em Reunião de Diretoria e Conselho de Administração. A Companhia vem cumprindo, até o momento, o cronograma de implementação do TAC sem necessidade de nenhuma obrigação adicional.

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

► 25. Patrimônio líquido

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

Em 2 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o grupamento da totalidade das 42.296.789.606 ações ordinárias e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do Art. 12 da Lei nº 6.404/76, sem modificação do capital social, na proporção de 100 ações para formar 1 ação ordinária, passando o capital social , a ser representado por 422.967.896 ações ordinárias e sem valor nominal, preservando todos os direitos e vantagens das referidas ações ordinárias. O grupamento proposto não resultou em frações de ações. A incorporação resultou no cancelamento de todas as ações de emissão da Companhia, as quais eram de titularidade da TIM Participações.

Após a incorporação, mencionada na nota 1, e verificada a condição suspensiva, os acionistas da TIM Participações receberam 1 ação ordinária de emissão da TIM S.A para cada 1 ação ordinária de emissão da TIM Participações de sua titularidade, o que, assumindo a manutenção do número de ações de emissão da TIM Participações ex-tesouraria, resultou na emissão de 2.420.447.019 ações ordinárias pela TIM S.A., todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 1.719 definido no protocolo de incorporação, o qual passou a ser representado por R$13.477.891.

Em 28 de setembro de 2020, em reunião do Conselho de administração, os conselheiros da Companhia tomaram conhecimento dos pagamentos relacionados às outorgas de 2018 e 2019, realizados por meio da transferência das ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, conforme previsto nos Planos e nos termos do Programa de Recompra aprovado pelo Conselho de Administração da TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A), em reunião realizada em 29 de julho de 2020, no montante de 357.379 ações (nota 1).

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	2021	2020
	401.806	397.183
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	48.202	43.579

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 1).

b.2 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 26).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

c.3 Reserva de benefício fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros da mesma. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R$ 1.958.301 (R$1.781.560 em 31 de dezembro de 2020).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.957.174	1.843.690
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(176.741)	(169.541)
(-) Constituição da reserva legal	(139.021)	(83.708)
Lucro líquido ajustado	2.641.412	1.590.441
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	660.353	397.611
Composição dos dividendos a pagar e JCP:		
Juros sobre capital próprio	1.047.500	1.083.000
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.047.500	1.083.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(142.977)	(162.450)
Total de dividendos e JCP líquidos	904.523	920.550

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:16 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

Durante o ano de 2021, foi distribuído o montante de R$1.047.500, conforme apresentado abaixo:

Provento JSCP	Aprovação	Pagamento
R$ 350.000	09/06/2021	20/07/2021
R$ 137.500	24/09/2021	27/10/2021
R$ 560.000	15/12/2021	25/01/2022

O saldo em 31 de dezembro de 2021 da rubrica de "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar", totalizando R$ 533.580 é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R$49.955 (R$43.026 em 31 de dezembro 2020) além do valor liquidado em 25 de janeiro de 2022, no montante de R$ 483.625 líquidos

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

► 26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016, Plano 2018-2020 e Plano 2021-2023

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016", "Plano 2018-2020" e "Plano 2021-2023" respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o fair *value* das opções e o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período *vesting* (carência).

Tabela Programa Opções de Ações (*Stock Options*)

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	nov/22	R$ 8,10	295.063	-	(182.511)	-	-	112.552
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out/21	R$ 8,45	21.771	-	(21.771)	-	-	-
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	R$ 13,42	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul/19	R$ 8,13	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set/18	R$ 8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago/17	R$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	**17.532.884**	-	-	**316.834**	**-**	**(204.282)**	**-**	**-**	**112.552**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas				**R$ 8,10**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Tabela Programa de Ações (Performance *Shares e Restricted Shares*)

						Transferidas durante o exercício*			Pagas em Dinheiro*				
Identificação Outorga	Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo no início do exercício	Outorgadas durante o exercício	Volume Vested	Variação Performance	Adicional Dividendos	Volume Vested	Variação Performance	Adicional Dividendos	Canceladas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2021-2023													
Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R$ 12,95	-	3.431.610	-	-	-	-	-	-	(311.876)	3.119.734
Plano 2018-2020													
Outorga(s) 2020	796.054	abr/23	R$ 14,40	796.054	-	(206.578)	(51.634)	(8.933)	-	-	-	(70.378)	519.098
Plano 2018-2020													
Outorga(s) 2019	930.662	jul/22	R$ 11,28	687.895	-	(207.859)	(78.111)	(23.252)	-	-	-	(53.006)	427.030
Plano 2018-2020													
Outorga(s) 2018*	849.932	abr/21	R$ 14,41	199.594	-	(187.039)	(42.854)	(22.250)	(9.101)	(2.305)	(1.094)	(3.454)	-
Total	**6.008.258**			**1.683.543**	**3.431.610**	**(601.476)**	**(172.599)**	**(54.435)**	**(9.101)**	**(2.305)**	**(1.094)**	**(438.714)**	**4.065.862**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			**R$ 12,96**										

Os dados significativos incluídos no modelo, para as Outorgas de opções de ações foram:

Data de outorga	Preço Base – média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94% a.a
Outorga 2012	R$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89% a.a
Outorga 2013	R$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2014	R$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2015	R$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10% a.a
Outorga 2016	R$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a

Nota: Os dados significativos são característicos de plano baseado em opções, considerando utilização do valor justo (*fair value*) como o método adequado para calcular as despesas com a remuneração por opções.

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.
- **Plano 2018-2020 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de junho de 2019 à 30 de junho de 2019.
- **Plano 2018-2020 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2020 à 31 de março de 2020.
- (j) **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 01 de março de 2021 à 31 de março de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R$22.212 (R$ 9.999 em 31 de dezembro de 2020).

► 27. Receita líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 119.457.

Em relação a parceria financeira, foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC" e "Procedimento Arbitral", respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, "Requeridos"), por meio do qual discutir-se-á a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

(i) venda de equipamentos; e

(ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 /CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 11) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

Receita líquida	2021	2020
Receita bruta	18.058.027	17.267.812
Receita de serviços	25.357.429	24.346.101
Receita de serviços - Móvel	24.264.246	23.279.423
Receita de serviços – Fixa	22.433.225	21.522.135
Venda de mercadorias	1.831.021	1.757.288
Deduções da receita bruta	1.093.183	1.066.678
Impostos incidentes	(7.299.402)	(7.078.289)
Descontos concedidos	(4.679.722)	(4.534.582)
Devoluções e outros	(2.610.388)	(2.531.920)
	(9.292)	(11.787)

► 28. Custos e despesas operacionais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021				2020			
	Custos de serviços prestados e mercadorias com vendidas	Despesas comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(8.443.023)	(4.621.788)	(1.723.384)	(14.788.195)	(7.996.615)	(4.443.027)	(1.656.267)	(14.095.909)
Pessoal	(62.214)	(676.479)	(387.735)	(1.126.428)	(58.024)	(632.231)	(313.400)	(1.003.655)
Serviços de terceiros	(560.039)	(1.763.360)	(668.641)	(2.992.040)	(587.835)	(1.743.644)	(532.044)	(2.863.523)
Interconexão e meios de conexão	(1.840.139)	-	-	(1.840.139)	(1.672.655)	-	-	(1.672.655)
Depreciação e amortização	(4.847.995)	(265.565)	(578.136)	(5.691.696)	(4.569.064)	(247.666)	(710.282)	(5.527.012)
Impostos, taxas e contribuições	(34.732)	(777.819)	(29.388)	(841.939)	(28.675)	(761.152)	(23.809)	(813.636)
Aluguéis e seguros	(362.171)	(109.781)	(20.082)	(492.034)	(316.650)	(107.550)	(15.743)	(439.943)
Custo das mercadorias vendidas	(731.007)	-	-	(731.007)	(756.060)	-	-	(756.060)
Publicidade e propaganda	-	(459.811)	-	(459.811)	-	(377.184)	-	(377.184)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(544.642)	-	(544.642)	-	(552.817)	-	(552.817)
Outros	(4.726)	(24.331)	(39.402)	(68.459)	(7.652)	(20.783)	(60.989)	(89.424)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

► 29. Outras receitas (despesas), líquidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas		
Receita de subvenção, líquida	13.548	17.427
Multas s/ serviços de telecomunicações	58.793	37.490
Receita na alienação de ativos (i)	2.711.535	5.375
Outras receitas	65.482	65.216
	2.849.358	125.508
Despesas		
FUST/FUNTTEL (ii)	(134.962)	(133.378)
Impostos, taxas e contribuições	(2.274)	(10.316)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(248.987)	(292.439)
Despesa na alienação de ativos (i)	(1.942.791)	(13.538)
Outras despesas	(22.573)	(32.823)
	(2.351.587)	(482.494)
Outras receitas (despesas), líquidas	497.771	(356.986)

(i) Representa a receita na alienação de 51% de participação acionária da I-Systems (antiga FiberCo) vendida à IHS no montante de R$ 2.709.251, que é composto pelo caixa (secundária) pago à TIM S.A. e o valor justo da participação minoritária de 49% que se manteve com a TIM S.A.

Nas despesas, o montante de 1.927.014 é representado pela baixa do acervo líquido baixado na TIM S.A. e integralizado como capital social na I-Systems, além da baixa do ágio e IR diferido relacionado ao ágio em função da alienação de 51% da I-Systems (antiga FiberCo). O ganho desta transação antes do IR e CS é de R$ 782.237. Vide nota 1.

(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

► 30. Receitas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas financeiras	1.091.748	432.287
Juros sobre aplicações financeiras	339.681	81.672
Juros de clientes	28.427	28.686
Juros swap	203.852	32.955
Juros sobre arrendamento	24.788	19.924
Atualização monetária (i)	208.029	110.970
Outros derivativos (ii)	285.009	155.165
Outras receitas	1.962	2.915

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais e administrativos e depósitos judiciais.

(ii) Trata-se da diferença entre o custo e o valor de mercado da opção de subscrição de ações referente a parceria do Banco C6, portanto o valor de marcação a mercado destes derivativos inclui ganho de R$285 milhões referente a opção de ações de direito da companhia obtida em função de atingimento de meta contratual definida em parceria operacional iniciada em 2020. O valor de mercado foi calculado com base em informações disponíveis na última transação de investimento realizada pelo parceiro e divulgado no mercado. As divulgações deste instrumento financeiro derivativo estão detalhadas na nota 37, o qual foi mensurado pelo valor justo, e será mensurado subsequentemente no resultado da Companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 27.

► 31. Despesas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Despesas financeiras	(1.745.213)	(1.232.781)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(99.183)	(70.392)
Juros sobre impostos e taxas	(61.745)	(43.311)
Juros swap	(352.029)	(45.970)
Juros sobre leasing	(845.033)	(766.263)
Atualização monetária (i)	(247.200)	(155.036)
Descontos concedidos	(52.509)	(33.725)
Outras despesas	(87.514)	(118.084)

(i) Parte substancial relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais, no montante de R$ 111.949, vide nota 24 (R$ 137.379 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

► 32. Variação cambial, líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas		
Empréstimos e financiamentos (ii)	215.262	-
Fornecedores	13.190	15.952
Swap (i)	275.836	305.012
Outros	16.640	43.155
	520.928	364.119
Despesas		
Empréstimos e financiamentos (ii)	(275.724)	(305.010)
Fornecedores	(20.061)	(45.901)
Swap (i)	(215.262)	-
Outros	(9.222)	(19.991)
	(520.269)	(370.902)
Variações cambiais, líquidas	659	(6.783)

(i) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 37).

(ii) Refere-se principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

► 33. Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	9.697	(684.099)
Contribuição social do exercício	26.538	(232.671)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	167.118	164.442
	203.353	(752.328)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	(255.972)	453.274
Contribuição social diferida	(93.432)	144.775
	(349.404)	598.049
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	-	(9.671)
	(349.404)	588.378
	(146.051)	(163.950)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.103.225	2.007.640
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(1.055.097)	(682.598)
(Adições) / exclusões:		
Adições, exclusões permanentes:		
Receitas não tributáveis	135.465	11.370
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(53.505)	(42.329)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	167.118	164.442
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	356.150	368.220
Venda I – Systems (antiga FiberCo) (ii)	(335.935)	-
Crédito de IR/CS sobre Selic de Indébito Tributário (iii)	534.804	-
Reversão Provisão de IR/CS TIM Nordeste (iv)	87.565	-
Outros valores	17.384	16.945
	909.046	518.648
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	(146.051)	(163.950)
Alíquota efetiva	4,71%	8,17%

(i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A TIM S.A possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

Impresa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:18 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

(ii) Referem-se aos impostos diferidos sobre o ágio baixado, conforme transação de venda descrita na nota 1, ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS. Vide nota 15.d.

(iii) Conforme mencionado na nota 9, em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pender de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 534 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

(iv) No 2º trimestre de 2021, houve impacto positivo de R$ 87 milhões decorrente da baixa de ativo e reversão de provisão de IR/CSLL, constituída em 2009, em virtude de êxito parcial em processo administrativo relacionado à incorporação da empresa TIM Nordeste pela TIM Celular.

► 34. Lucro por ação

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O número de ações da TIM S.A. antes da reorganização societária era 2.420.447.019, um número equivalente ao número de ações ordinárias da TIM Participações na data de incorporação. Consequentemente o lucro por ação básico e diluído foram calculados considerando o impacto retrospectivo da alteração na quantidade de ações conforme IAS 33/CPC 41.

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.957.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.314	2.420.804
Lucro básico por ação (expresso em R$)	1,22	0,76

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluitivas.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.957.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.638	2.421.065
Lucro diluído por ação (expresso em R$)	1,22	0,76

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 324 milhares (261 milhares em 31 de dezembro de 2020) de ações relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 26.

► 35. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia são os seguintes:

Ativo	2021	2020
Telecom Italia Sparkle (i)	1.414	1.630
Gruppo Havas (vi)	83.613	-
TI Sparkle (iii)	5.084	1.915
TIM Brasil (vii)	23.069	6.129
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.502	370
I Systems (ix)	5.879	-
Outros	674	674
Total	121.235	10.718

Passivo	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	71.288	75.317
Telecom Italia Sparkle (i)	3.689	10.576
TI Sparkle (iii)	10.205	7.333
TIM Brasil (iv)	6.558	6.145
Grupo Vivendi (v)	1.238	1.150
Gruppo Havas (vi)	19.794	24.068
I Systems (viii)	31.596	-
Outros	4.585	2.797
Total	148.953	127.386

Receita	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.112	1.197
Telecom Italia Sparkle (i)	353	2.994
TI Sparkle (iii)	3.347	4.059
I Systems (ix)	5.881	-
Total	10.693	8.250

Custo/Despesa	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	105.137	110.407
Telecom Italia Sparkle (i)	19.219	27.485
TI Sparkle (iii)	20.533	19.923
Grupo Vivendi (v)	1.271	1.207
Gruppo Havas (vi)	206.349	207.682
I Systems (viii)	31.596	-
Outros	22.597	22.308
Total	406.702	389.012

(i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.

(ii) Os valores referem-se a roaming internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM.S.A o direito de utilização da marca "TIM" mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita liquida da companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.

(iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(iv) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.

(v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

(vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R$143.439 (R$ 195.117 em 31 de dezembro de 2020), estão relacionados aos repasses de mídia.

(vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(viii) Os valores referem-se a serviços de infraestrutura de fibra.

(ix) Os valores referem-se a serviços prestados pela TIM S.A., principalmente relativos à operação e manutenção de rede, no escopo do Contrato de Serviços de Transição, firmado no momento do *closing* da transação.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia investiu R$ 9.147 (R$ 4.829 em 31 de dezembro de 2020)

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

► 36. Remuneração da Administração

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo	31.494	23.949
Outros benefícios de longo prazo	1.052	4.544
Remuneração baseada em ações	15.176	6.343
	47.722	34.836

► 37. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a "*hedge accounting*".

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap*.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i)Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescente de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamento junto ao BNDES, e a exposição a taxa pré atrelada a dívida com o BNP Paribas, todos até o vencimento.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 ou receitas de serviços prestados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(v) Risco de Liquidez

- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.

- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	198.027	208.787	340.660	36.166
Outros derivativos (i)	457.892	-	161.429	-
	655.919	208.787	502.089	36.166
Parcela circulante	(134.292)	(194.837)	(262.666)	(7.273)
Parcela não circulante	521.627	13.950	239.423	28.893

(i) Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representam a opção da Companhia de subscrever 4,08% das ações do capital do C6, onde o Grupo/Companhia pagou um prêmio de subscrição de ações no valor de R$17,7 milhões. Conforme requerimentos do IFRS9, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, corresponde a R$458 milhões e R$ 161 milhões, respectivamente. O impacto da marcação a mercado da opção de conversão de ações calculado de R$440,3 milhões representa a diferença do valor justo da opção menos o montante pago pelo prêmio de subscrição de ações. Esse instrumento financeiro foi mensurado ao valor justo e será verificado subsequentemente no resultado do exercício da companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 27.

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo
2023	39.335
2024	16.843
2025 em diante	465.449
	521.627

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 20 e 16.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	2021		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	4.579.528	655.919	5.235.447
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.579.528	655.919	5.235.447
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027	198.027
Outros derivativos	-	457.892	457.892
Títulos e valores mobiliários	4.579.528	-	4.579.528
Total do passivo	-	208.787	208.787
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	208.787	208.787
Instrumentos financeiros derivativos	-	208.787	208.787

	2020		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.077.499	502.089	2.579.588
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.077.499	502.089	2.579.588
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos	-	161.429	161.429
Títulos e valores mobiliários	2.077.499	-	2.077.499
Total do passivo	-	36.166	36.166
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	36.166	36.166
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166	36.166

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

• Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.

• O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

• Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de cias similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

31 de dezembro de 2021

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	9.472.377	5.235.447	14.707.824
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027	198.027
Outros derivativos	-	457.892	457.892
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.253.207	-	3.253.207
Títulos e valores mobiliários	-	4.579.528	4.579.528
Caixa e equivalentes de caixa	5.228.615	-	5.228.615
Arrendamentos	243.121	-	243.121
Depósitos judiciais	718.773	-	718.773
Outros valores a compensar	28.661	-	28.661

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	16.095.801	208.787	16.304.588
Empréstimos e Financiamentos	3.845.465	-	3.845.465
Instrumentos financeiros derivativos	-	208.787	208.787
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.653.218	-	2.653.218
Passivo de arrendamento	9.063.539	-	9.063.539
Dividendos e JSCP a pagar	533.580	-	533.580

31 de dezembro de 2020

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	6.756.810	2.579.588	9.336.398
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos		161.429	161.429
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.180.661	-	3.180.661
Títulos e valores mobiliários	-	2.077.499	2.077.499
Caixa e equivalentes de caixa	2.575.290	-	2.575.290
Arrendamentos	162.198	-	162.198
Depósitos judiciais	794.755	-	794.755
Outros valores a compensar	43.906	-	43.906

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	14.391.175	36.166	14.427.341
Empréstimos e Financiamentos	2.345.032	-	2.345.032
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166	36.166
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.128.732	-	3.128.732
Arrendamentos	8.378.835	-	8.378.835
Dividendos e JSCP a pagar	538.576	-	538.576

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados à taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

Em 31 de dezembro de 2021, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro a seguir:

31 de dezembro de 2021

CONTRAPARTE						% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
Moeda	Tipo de *SWAP*	Dívida	SWAP	Total Dívida	Total *Swap* (Ponta Ativa)[1]		Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	282.474	282.474	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% a 92,59% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	428.793	429.247	100%	3,32% a.a.	155% do CDI
USD	PRE x DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	559.650	559.933	100%	1,73% a.a.	CDI + 1,05%
BRL	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	515.166	517.843	100%	8,34% a.a.	CDI + 1,07%
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.696.999	1.696.999	100%	IPCA + 4,17% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	396.281	396.281	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

[1] Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2020

CONTRAPARTE						% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
Moeda	Tipo de *SWAP*	Dívida	SWAP	Total Dívida	Total *Swap* (Ponta Ativa)[1]		Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	351.233	351.233	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,25% do CDI
EUR	PRE X DI	Bank of America	Bank of America	570.878	570.878	100%	0,33% a.a.	108,05% do CDI
USD	PRE X DI	The Bank of Nova Scotia.	Scotiabank	1.031.526	1.031.526	100%	1,72% a.a.	134,43% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	399.725	399.725	100%	3,32% a.a.	155% do CDI

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:22 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos *swaps*

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), Libor e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, da Libor e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário sensibilidade		Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (1)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulado Swap	C) Resultado final (B-A)
	Dez./21	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
CDI	possível	3.388.105	(2.301)	3.388.105	(3.428.742)	(40.637)	(29.671)	(27.370)
	remoto	3.385.955	(4.451)	3.385.955	(3.455.013)	(69.058)	(58.093)	(53.641)
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
USD	possível	3.709.499	319.094	3.709.499	(3.401.372)	308.127	319.094	-
	remoto	4.028.593	638.187	4.028.593	(3.401.372)	627.221	638.187	-
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
Libor	possível	3.391.542	1.136	3.391.542	(3.401.372)	(9.830)	1.136	-
	remoto	3.392.677	2.271	3.392.677	(3.401.372)	(8.695)	2.271	-
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
IPCA	possível	3.277.656	(112.750)	3.277.656	(3.401.372)	(123.716)	(112.750)	-
	remoto	3.173.004	(217.402)	3.173.004	(3.401.372)	(228.368)	(217.402)	-

(1) (KFW Finnvera, Scotia, BofA, BNP, Debenture e BNDES)

Variável de risco	Cenário sensibilidade	CDI	USD	Libor	IPCA
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
CDI	possível	11,44%	5,5805	0,3433%	10,06%
	remoto	13,73%	5,5805	0,3433%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
USD	possível	9,15%	6,3210	0,3433%	10,06%
	remoto	9,15%	8,3708	0,3433%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
Libor	possível	9,15%	5,5805	0,4291%	10,06%
	remoto	9,15%	5,5805	0,5149%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
IPCA	possível	9,15%	5,5805	0,3433%	12,58%
	remoto	9,15%	5,5805	0,3433%	15,09%

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2021 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício

	2021	2020
Resultado líquido em operações de Derivativos	(87.603)	290.856
Resultado de operações com outros derivativos	285.009	155.165

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumariados:

	2021	2020
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 20 e 37)	3.398.333	1.879.109
Arrendamentos - Passivo (Nota 16)	9.063.539	8.378.835
Arrendamentos - Ativo (Nota 16)	(243.121)	(162.198)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(5.228.615)	(2.575.290)
FIC (Nota 5)	(4.568.020)	(2.070.438)
Dívida Líquida	2.422.116	5.450.018
Outros derivativos (nota 37)	457.892	161.429
Financiamento Licença 5G	843.020	-
Dívida Líquida - ajustada	3.723.028	5.611.447
LAJIDA (EBITDA) (1) (últimos 12 meses) – Ajustado	9.459.299	8.341.929
Índice de alavancagem financeira	0,39	0,67
Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:		
Lucro Líquido do exercício	2.957.174	1.843.690
Depreciações e amortizações	5.691.696	5.527.012
Resultado Financeiro Líquido	652.806	807.277
Imposto de renda e contribuição social	146.051	163.950
Equivalência patrimonial	11.572	-
LAJIDA (EBITDA) – Ajustado (i)	9.459.299	8.341.929

(i) Lajida ajustado: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização e equivalência patrimonial.

EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil)

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(465.922)
Ingressos	3.062.000	2.041.474	(296.464)
Cancelamentos	-	(202.379)	-
Encargos financeiros	167.857	858.260	148.177
Variações cambiais, líquidas	60.463	-	(60.574)
Pagamentos	(1.789.887)	(2.012.651)	227.651
	-	-	-
31 de dezembro de 2021	3.845.465	9.063.539	(447.132)

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2019	2.029.088	7.780.870	(42.106)
Ingressos	1.800.000	1.966.355	(161.429)
Remensuração	-	(443.666)	-
Encargos financeiros	90.500	797.569	13.016
Variações cambiais, líquidas	305.010	-	(305.012)
Pagamentos	(1.879.566)	(1.722.293)	29.610
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(465.922)

► 38. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	6.492	7.346

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia vem patrocinando planos de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social e do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de pensão, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo.

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.

Demonstramos a seguir a posição atuarial dos passivos e ativos relacionados aos planos de aposentadoria e assistência médica, em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33/IAS 19.

a) Efeitos na data base de 31 de dezembro:

	Planos						Totais	
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	2021	2020
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/21	(*)		(*)					
Valor presente das obrigações atuariais	38.869	9.176	119	672	14.100	3.231	66.167	69.362
Valor justo dos ativos do plano	(56.478)	(14.739)	(405)	-	(11.511)	-	(83.133)	(80.856)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.609)	(5.563)	(286)	672	2.589	3.231	(16.966)	(11.494)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	-	2.327	168	-	-	-	2.495	2.023
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.609)	(3.236)	(118)	672	2.589	3.231	(14.471)	(9.471)

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Passivo (ativo) atuarial em 31/12/20	(15.731)	(1.360)	(287)	858	2.145	4.343
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(1.063)	(90)	(20)	57	160	535
Contribuições da patrocinadora	-	-	-	(45)	-	(8)
(Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidas	(815)	(1.786)	189	(198)	284	(1.639)
Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/21	(17.609)	(3.236)	(118)	672	2.589	3.231

c) Reconciliação do valor presente das obrigações

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor das obrigações em 31/12/20	41.852	10.072	147	858	12.090	4.343
Custo do serviço corrente	17	-	-	-	-	213
Juros sobre obrigação atuarial	2.743	640	10	57	868	322
Benefícios pagos no ano	(2.898)	(768)	(9)	(45)	(605)	(8)
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações	(2.845)	(768)	(29)	(198)	1.747	(1.639)
Valor das obrigações em 31/12/21	38.869	9.176	119	672	14.100	3.231

d) Reconciliação do valor justo dos ativos

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor justo dos ativos em 31/12/20	57.479	12.998	434	-	9.945	-
Benefícios pagos no ano	(2.898)	(768)	(9)	-	(605)	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	3.799	834	29	-	708	-
Ganho (perda) atuariais com ativos do plano	(1.902)	1.675	(49)	-	1.463	-
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no plano	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos em 31/12/21	56.478	14.739	405	-	11.511	-

e) Despesas previstas para 2022

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Custo do serviço corrente (com juros)	4	-	-	-	-	121
Juros sobre as obrigações atuariais	3.289	769	10	57	1.242	290
Rendimento esperado dos ativos	(4.841)	(1.257)	(35)	-	(1.008)	-
Juros sobre o efeito do limite do (ativo)/passivo	1.552	284	10	-	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	4	(204)	(15)	57	234	411

Premissas atuariais adotadas nos cálculos

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial:	PBS Sul: 8,81% / 5,13%; PBS Nordeste: 8,84% / 5,16%; CA: 8,81% / 5,13%; PBS-A: 8,78% / 5,10%; AES: 9,02% / 5,33%; PAMEC: 8,81% / 5,13%; FIBER: 9,02% / 5,33%
Taxa de crescimento salarial nominal:	PBS: 3,50%/ 0,00% CA, PBS-A, AES, PAMEC e FIBER: Não Aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral:	PBS, CA, PAMEC e FIBER: AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%;
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	PBS e Fiber: Álvaro Vindas; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa de rotatividade esperada:	PBS: Nula; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável; FIBER: 0,15/ (tempo de serviço + 1), sendo nula a partir dos 50 anos
Probabilidade de ingresso em aposentadoria:	PBS e FIBER: 100% na 1ª elegibilidade; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa estimada de inflação no longo prazo	PAMEC e FIBER: 6,60% / 3,00%
Método de apuração	Método do Crédito Unitário Projetado

► 39. Seguros

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R$550.000
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R$ 30.001
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R$100 para Danos Morais.

► 40. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Transações que não envolvem caixa			
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(1.929.392)	(1.315.151)	(1.315.151)
Adições ao intangível - aquisição de licenças	2.682.469	-	-

A TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, o Capex registrado referente às licenças e as obrigações relacionadas é de R$ 3.584 milhões. Sendo o valor de R$ 2.682 milhões em contra partida de autorizações a pagar e o R$ 902 milhões com impacto no caixa.

► 41. Eventos subsequentes

Sr. Alberto Mario Griselli nomeado como CEO da TIM S.A.

A TIM S.A, em continuidade com o Fato Relevante publicado em 21 de janeiro de 2022, comunicou que em 31 de janeiro de 2022, seu Conselho de Administração aceitou a renúncia do Sr. Pietro Labriola aos cargos de Diretor Presidente ("CEO") e Conselheiro de Administração da Companhia.

O Conselho da Companhia posteriormente nomeou o Sr. Alberto Mario Griselli para substituir o Sr. Labriola nos cargos de CEO e membro do Conselho de forma efetiva e imediata. A eleição do Sr. Griselli para o Conselho da Companhia precisa ser confirmada pela próxima Assembleia Geral Ordinária da TIM.

O cargo de *Chief Revenue* Officer ("CRO") anteriormente ocupado pelo Sr. Griselli ficará temporariamente vago, e o CEO acumulará suas responsabilidades.

O Sr. Griselli é formado em Engenharia Eletrônica pela *La Sapienza University* em Roma e FMBA pela Columbia University. Com mais de 20 anos de experiência no setor de telecomunicações, ocupou cargos relevantes como vice-presidente para América Latina da TIMwe, fornecedora global de soluções de engajamento móvel para operadoras de telecomunicações, e *Managing Director* para América Latina da *Value Partners*, empresa de consultoria de gestão. O Sr. Griselli ocupava o cargo de CRO na TIM desde 30 de julho de 2019.

Anatel concede anuência prévia para transferência de controle das atividades de telefonia móvel da Oi

A TIM S.A. tomou conhecimento que em sessão pública extraordinária de seu Conselho Diretor ocorrida em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL– Agência Nacional de Telecomunicações, por unanimidade, concedeu anuência prévia à implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[1], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Transação").

A anuência prévia prevê determinados condicionantes em linha com uma transação dessa natureza, os quais visam principalmente garantir o acesso de prestadoras de pequeno porte às redes de abrangência nacional, manter compromissos vinculados às radiofrequências transferidas, estabelecer os parâmetros mínimos do plano de comunicação ligado à Transação e assegurar aos usuários certos direitos nas etapas de migração.

A conclusão da Transação ainda depende do cumprimento de outras condições precedentes, incluindo a aprovação do Ato de Concentração nº 08700.000726/2021-08 pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados do andamento das aprovações, nos termos da Resolução CVM nº 44/21 e da legislação aplicável.

[1] Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).

CADE aprova a aquisição pela TIM da maior parte dos ativos da operação de telefonia móvel da Oi

Em 9 de fevereiro de 2022, o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, aprovou a implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[1], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel", "Vendedora"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.

A aprovação prevê um conjunto de condicionantes, em sua maioria comportamentais, e que compunham uma proposta de Acordo em Controle de Concentração ("ACC") feita pelas Compradoras ao CADE. Esses condicionantes tem um caráter modular e podem ser utilizados por novos entrantes e operadoras de menor porte para reduzir barreiras de entrada e alavancar a exploração de diferentes modelos de negócios, sem afetar o objetivo primário da TIM de fortalecer sua infraestrutura, fechando a disparidade de capacidade espectral em relação a seus principais concorrentes. Desta maneira, a Companhia entende que foi atingido um equilíbrio entre criação de valor e mitigação das preocupações concorrenciais para o setor que o ACC endereça.

A efetiva conclusão da transação, que definirá um equilíbrio de infraestrutura entre os três principais concorrentes do setor, ainda depende do cumprimento de determinadas etapas previstas no Contrato de Compra e Venda[2]. Entretanto, uma vez ocorrida trará benefícios amplos, mantendo alto grau de rivalidade setorial e garantindo os investimentos necessários para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e o avanço digital do país.

Para TIM e seus acionistas, os benefícios se materializarão por meio de geração de receitas incrementais e eficiências em virtude de sinergias operacionais. Para nossos clientes atuais e aqueles da Oi Móvel que passaremos a servir, haverá uma significativa melhoria na experiência de uso e qualidade do serviço prestado a partir de uma infraestrutura mais robusta. Este será um marco na trajetória da TIM na transformação da empresa na operadora preferida dos consumidores no Brasil.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados sobre fatos relevantes relacionados a esta Transação, nos termos da Resolução CVM nº 44 e da legislação aplicável.

1. Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).

2. Contrato de Compra e Venda de ações e outras avenças para UPI Ativos Móveis assinado em 28 de janeiro de 2021.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:25 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nicandro Durante** - Presidente
Alberto Mario Griselli - Membro
Agostino Nuzzolo - Membro
Claudio Giovani Ezio Ongaro - Membro
Elisabetta Paola Romano - Membro
Flavia Maria Bittencourt** - Membro
Gesner José de Oliveira Filho** - Membro
Herculano Aníbal Alves** - Membro
Michele Valensise - Membro
Sabrina Di Bartolomeo - Membro

***Membros independentes*

CONSELHO FISCAL

Membro Efetivo	Membro Suplente
Walmir Kesseli – Presidente	**Heinz Egon Lowen**
Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro	**Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães**
Josino de Almeida Fonseca	**João Verner Juenemann**

DIRETORIA

Alberto Mario Griselli - Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*
Camille Loyo Faria - Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores
Bruno Mutzenbecher Gentil - *Business Support Officer*
Jaques Horn - Diretor Jurídico
Leonardo de Carvalho Capdeville - *Chief Technology Information Officer*
Maria Antonietta Russo - *Human Resources & Organization Officer*
Mario Girasole - *Regulatory and Institutional Affairs Officer*

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Gesner José de Oliveira Filho**
Coordenador
Flavia Maria Bittencourt**
Membro
Herculano Aníbal Alves**
Membro

***Membros independentes*

CONTADORA RESPONSÁVEL

Manoela de Paiva Suassuna
CRC RJ - 102467/O-5 - CPF 806.902.117-91

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), sem ressalvas, emitido no dia 23 de fevereiro de 2022, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia estão todas em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 23 de fevereiro de 2022.

WALMIR KESSELI - Presidente do Conselho Fiscal
JARBAS T. BARSANTI RIBEIRO - Membro do Conselho Fiscal
JOSINO DE ALMEIDA FONSECA - Membro do Conselho Fiscal

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") foi criado pela Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações S.A. ("TPART"), em 12 dezembro de 2013. Em 31 de agosto de 2020, com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo no País, a TPART foi incorporada por sua subsidiária integral, TIM S.A. ("Companhia" ou "TIM"), que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, mantendo a mesma estrutura de governança corporativa, de controles internos, de sistemas, e o mesmo arcabouço jurídico. Como consequência deste movimento de reorganização societária, o CAE da TIM manteve a mesma estrutura do CAE da TPART, e deu continuidade às atividades, aos planos de trabalho e às análises que vinham sendo conduzidas por este último.

O CAE da TIM é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, que busca as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado, e regido pela Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução Normativa CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, e demais regulações aplicáveis.

O CAE é formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, para o mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos.

Cumpre esclarecer que a função de membro do CAE é indelegável, devendo ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos.

A eleição dos novos conselheiros de administração ocorreu na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de março de 2021. Para o mandato 2021/2023, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE: Srs. Gesner José de Oliveira Filho (Coordenador), Flavia Maria Bittencourt e Herculano Aníbal Alves (especialista em contabilidade societária), todos caracterizados como independentes segundo o critério definido pelo regulamento do Novo Mercado da B3.

O CAE tem como atribuições ordinárias supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou sua controlada, de um lado, e, de outro lado, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.

Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act* ("SOx"), ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission* ("SEC"), por possuir *American Depositary Receipts (ADRs)* na *The New York Stock Exchange* ("NYSE") desde 16 de novembro de 1998.

O CAE possui dotação orçamentária anual, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

O presente Relatório é emitido em observância ao previsto pelo inciso IX, do Artigo 14, do Regimento Interno do CAE, e conforme regra estabelecida pela CVM.

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM em 2021

O CAE reunir-se-á sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, 20 (vinte) reuniões do CAE que contemplaram 107 (cento e sete) itens de Ordem do Dia (sessões). As reuniões tiveram duração média de 1 (uma) hora e 52 (cinquenta e dois) minutos cada e, durante as discussões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidores, além dos demais membros da Diretoria Executiva, os Diretores das áreas de Auditoria Interna e de *Compliance*, e os Auditores Independentes. A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes:

I. Analisou o plano anual de trabalho dos auditores independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas por estes em 12 (doze) sessões durante o ano de 2021. A Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2021, e pelo planejamento e execução das auditorias referentes às informações trimestrais ("ITRs"), conforme as normas reconhecidas, bem como pela revisão especial das ITRs, enviadas à CVM. Seu parecer assegura que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). A EY foi, ainda, responsável pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia.

II. Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 10 (dez) sessões durante o ano de 2021, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas, e avaliou, mediante a aplicação de questionário de avaliação previamente aprovado pelo CAE, o desempenho da Auditoria Interna da Companhia.

III. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, em 8 (oito) sessões durante o ano de 2021, a fim de, entre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, sobretudo em relação aos controles internos que sustentam a certificação *Sarbanes-Oxley* ("SOx").

Em relação aos controles internos, foram objeto de acompanhamento e recomendações pelo CAE os seguintes principais temas: (i) monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhorias; (ii) análise do processo de certificação dos controles internos – SOx junto aos administradores e aos Auditores Independentes; (iii) procedimentos da Companhia para cumprimento integral dos requisitos da SOx e monitoramento intensivo dos planos de remediação relativos às deficiências apontadas pela auditoria independente em relação ao processo de Certificação SOx na Companhia.

O CAE constatou que os controles internos são implementados em consonância com a natureza, complexidade e necessidade das operações e, diante das informações prestadas pela Diretoria Executiva, pela Auditoria Interna e pelos auditores independentes, verificou não existir qualquer fato relevante ou de natureza grave que possa colocar em risco o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

IV. O CAE informou-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o CAE teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar suas implementações, e a execução das recomendações de melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles. Com base nas informações às quais teve acesso, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se sujeitam as transações. O CAE tem assinalado a importância de melhoria contínua no sistema de controles internos.

V. Acompanhou e supervisionou os trabalhos desenvolvidos pela área de *Compliance* da Companhia, em 9 (nove) sessões, com destaque aos assuntos relacionados à: (i) SOx *Compliance*, por meio de monitoramento de deficiências apontadas pelo Auditor Independente e pela administração da Companhia; (ii) *Compliance* de Tecnologia da Informação e Segurança Corporativa, ressaltando os riscos de *Cyber Security* e debatendo sobre a implementação na Companhia das adaptações requeridas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"); (iii) *Compliance* de Processos Comerciais e gerais da Companhia; fraude e corrupção, garantindo a aderência às leis, normas, padrões e regulamentos internos e externos. No âmbito do Programa de Integridade e Anticorrupção da Companhia, o CAE também acompanhou o processo visando a manutenção da Certificação ISO 37001 concedida em 2020.

VI. Tomou conhecimento das principais alterações propostas no âmbito regulatório e as mudanças institucionais previstas, bem como os principais aspectos dos cenários político e econômico, com destaque para os riscos e desafios da conjuntura atual que possam impactar a Companhia. Para tanto, tem acompanhado os principais macroindicadores que auxiliam uma avaliação de riscos do ambiente externo para a Companhia no limite daquilo que é previsível pelas melhores técnicas quantitativas e qualitativas.

VII. No desempenho de suas atividades, o CAE acompanhou regularmente questões relacionadas à: (i) Satisfação do consumidor e qualidade dos serviços e do atendimento; (ii) Estímulo à inovação aplicada a produtos e serviços; (iii) Transparência e prestação de contas aos stakeholders; (iv) Ética nos negócios; (v) Inclusão digital; (vi) Diálogos e comunicação com públicos de relacionamento; (vii) Gestão de produtos eletrônicos; (viii) Investimento em infraestrutura; e (ix) Desenvolvimento de novas tecnologias.

VIII. No decorrer de 2021, o CAE analisou relatórios de *Enterprise Risk Management* ("ERM") da Companhia com foco no monitoramento do plano de trabalho para revisão e atualização dos fatores de risco publicados pela Companhia, gestão dos riscos financeiros, apetite de risco da Companhia e adequação dos fatores de riscos constantes no Formulário de Referência da Companhia, no inventário dos riscos SOx/CVM. Este tema foi trazido em 6 (seis) sessões durante o ano de 2021. A estrutura de gestão de riscos da Companhia prevê a análise pelo CAE com base no exame realizado pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"). Ambos são órgãos de governança vinculados ao Conselho de Administração conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia.

IX. Dentre as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, o Comitê examinou, avaliou e opinou, previamente, sobre 11 (onze) contratos de naturezas diversas entre a Companhia, de um lado, e partes relacionadas, de outro lado. Todas as contratações seguiram estritamente o processo de governança necessário para atender tanto às normas de *Compliance* internas da Companhia, quanto à regulamentação da CVM e da SEC. As informações relevantes sobre as contratações estão devidamente divulgadas no Formulário de Referência da Companhia.

X. No âmbito de suas atribuições, o CAE analisou, em 9 (nove) sessões durante o ano de 2021, os relatórios referentes às denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias da Companhia e as respectivas ações de melhoria previstas. Os relatórios, que são divididos por tipologia, ficam arquivados na sede da Companhia.

XI. Além das 20 (vinte) reuniões informadas, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE participaram de 2 (duas) reuniões privadas, de 1 (uma) hora cada, com a área de Auditoria Interna da Companhia, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para avaliação de possíveis cerceamentos ou risco de quebra de independência, de qualquer tipo de ingerência da administração, dando abertura ao Comitê para externar eventuais preocupações que precisem ser avaliadas no desenvolvimento dos trabalhos da auditoria.

3. Assuntos Discutidos com os Auditores Independentes considerando a forma de apresentação do Relatório de Auditoria (NBC TA 701)

Conforme determinado pelas normas de auditoria (NBC TA 260), que dispõem sobre a comunicação com os responsáveis pela governança da Companhia, o auditor deve comunicar, dentre outros, o quanto segue: (i) suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis; (ii) visão geral do seu Plano de Auditoria para o exercício; (iii) sua visão sobre os aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da Companhia, incluindo políticas e estimativas contábeis, e divulgações nas demonstrações contábeis; (iv) dificuldades significativas encontradas durante a auditoria, se houver; (v) aspectos de independência, incluindo confirmação formal sobre sua independência em relação à Companhia; (vi) comunicação, por escrito, aos responsáveis pela governança, das constatações significativas decorrentes da auditoria; e (vii) conforme determinado pela NBC TA 701, comunicar quais os Principais Assuntos de Auditoria ("PAAs") a serem considerados no Relatório do Auditor Independente.

Diante do exposto acima, visando cumprir com o protocolo e/ou requerimento de comunicação entre os auditores e os responsáveis pela governança da Companhia, o CAE manteve reuniões periódicas com os Auditores Independentes da Companhia, com objetivo de acompanhar o andamento dos trabalhos dos auditores em relação às demonstrações financeiras da Companhia e sobre os controles internos de relatórios financeiros (SOx), de forma que todos os assuntos acima, entre outros, foram formalmente avaliados pelo CAE junto aos Auditores Independentes.

Especificamente em relação aos PAAs, o CAE interagiu com os Auditores Independentes com o objetivo de entender o julgamento dos Auditores para determinação desses assuntos como PAAs, bem como o entendimento da abordagem de auditoria definida pelos Auditores Independentes como resposta de auditoria a esses PAAs.

Por fim, além de toda a interação com os Auditores Independentes, o CAE realizou as seguintes atividades ao longo do ano para avaliação das áreas consideradas como PAAs pelos Auditores Independentes:

3.1. Provisão para contingências tributárias (nota explicativa 24 - "Provisão para processos judiciais e administrativos")

O CAE revisou trimestralmente a evolução das contingências tributárias e acompanhou os prognósticos fornecidos pelos responsáveis pelas áreas Tributária, Cível, Trabalhista e Regulatória da Companhia.

3.2. Impacto na venda de participação da Companhia na I-System (anteriormente denominada FiberCo)

O CAE manteve diversas interações com a administração da Companhia para avaliação e acompanhamento dos impactos contábeis ocasionados pelo fechamento da transação.

4. Outras Atividades

4.1. Revisão do Formulário 20-F e do Formulário de Referência

Com relação aos trabalhos de revisão do Formulário 20-F (SEC) e do Formulário de Referência (CVM), os membros do CAE se reuniram formalmente, no total, 2 (duas) vezes entre os meses de março e junho de 2021, com executivos da Companhia.

4.2. Avaliação do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas

Os membros do CAE se reuniram com executivos da Companhia para avaliar a adesão da Companhia a determinadas práticas de governança previstas no Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas, em atendimento à Instrução Normativa CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que alterou e acrescentou dispositivos à Instrução Normativa CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

4.3. Autoavaliação do CAE

Os membros do CAE submeteram-se a questionário de autoavaliação de desempenho de suas atividades, conforme as melhores práticas de governança existentes no mercado nacional e estrangeiro. Com base nas respostas apresentadas, os membros do CAE procuraram aprimorar e tornar mais eficientes as atividades desenvolvidas durante o ano de 2021, objetivando um processo de evolução constante e permanente.

4.4. Avaliação dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna

Os membros do CAE procederam à avaliação da qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna da Companhia, por meio de questionários de avaliação previamente aprovados pelo CAE.

5. Conclusões e recomendações

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021").

Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela EY, e a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, o CAE concluiu que essas informações e documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia.

Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), de 23 de fevereiro de 2022.

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

HERCULANO ANÍBAL ALVES
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

FLAVIA MARIA BITENCOURT
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*), **Camille Loyo Faria** (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo** (*Human Resources & Organization Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*

CAMILLE LOYO FARIA
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer

JAQUES HORN - Diretor Jurídico

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*), **Camille Loyo Faria** (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo** (*Human Resources & Organization Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*

CAMILLE LOYO FARIA
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer

JAQUES HORN - Diretor Jurídico

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:28 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **TIM S/A** Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tim S/A ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para contingências tributárias

Conforme divulgado na nota explicativa 24 das demonstrações financeiras, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, no montante de R$16.739 milhões, em 31 de dezembro de 2021, para os quais foi constituída provisão no montante de R$430 milhões. Enquanto o valor de R$16.309 milhões foi divulgado pela Companhia como perdas possíveis de ocorrer, em linha com os requerimentos do "CPC 25 (IAS37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgados depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais.

Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer impactos relevantes às demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e eficácia dos controles internos da Companhia para identificação e avaliação das contingências tributárias, incluindo o processo da Companhia na determinação dos prognósticos de perda das contingências tributárias e sobre a informação produzida pelo sistema de tecnologia que apoia este processo; (b) para teste da avaliação da Companhia sobre o prognóstico de perdas dos processos tributários, envolvemos nossos especialistas em assuntos tributários para auxiliar-nos na avaliação dos prognósticos realizados por advogados externos para as contingências tributárias mais significativas da Companhia, obtivemos e analisamos opiniões legais junto a todos os consultores jurídicos internos e externos, realizamos reuniões e obtivemos representações por parte da diretoria da Companhia com relação à avaliação dos principais processos tributários; e (c) revisão da adequação das divulgações incluídas pela Companhia na nota explicativa nº 24 às demonstrações.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e a divulgação das contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Alienação de 51% mantido na investida I-System (anteriormente conhecida como FiberCo Soluções Infraestrutura S/A)

Conforme descrito na nota explicativa 1 das demonstrações financeiras, em 16 de novembro de 2021, a Companhia vendeu 51% da participação que mantinha na I-System. A venda gerou um ganho de R$782 milhões, que foi mensurado pela diferença entre o valor justo da consideração recebida e o valor contábil dos ativos e passivos líquidos da I-System. A determinação do valor contábil dos ativos e passivos líquidos da I-System envolveram identificação e mensuração dos ativos, passivos e ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocados a I-System na data da venda.

Auditar a contabilização da Companhia relativa à venda de 51% do investimento mantido na I-System foi complexo devido o julgamento significativo aplicado pela diretoria para determinação do montante do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocado a I-System, a natureza da transação e significativo julgamento exercido pela diretoria na avaliação dos impactos contábeis relativos a perda de controle e do contrato de prestação de serviço entre as partes.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e testamos a eficácia dos controles internos mantidos pela Companhia para avaliar a transação de venda de 51% de participação na I-System. Por exemplo, testamos controles de revisão da diretoria sobre a contabilização dos efeitos da venda e cálculo do ganho líquido de impostos e controles da diretoria sobre a revisão de assuntos chave, dados e premissas utilizadas pela diretoria na determinação da alocação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura à I-System.

Para testar a avaliação efetuada pela diretoria sobre a venda, nossos procedimentos incluíram, entre outros: inspeção dos contratos relacionados a transação, avaliação da razoabilidade dos julgamentos aplicados pela diretoria e teste da acuracidade matemática sobre o cálculo do ganho na venda (líquido de impostos), avaliamos os assuntos chave e dados utilizados pela diretoria na determinação da alocação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocado à I-System através de inspeção documental e avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia; avaliamos o julgamento da diretoria sobre os critérios para contabilização dos impactos relativos à perda de controle através da avaliação de possíveis evidências contrárias nos documentos atrelados a transação bem como a avaliação da diretoria sobre o contrato de prestação de serviço à luz do CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamentos; nós também envolvemos profissionais de impostos para avaliar os impactos fiscais associados a venda e também avaliamos a adequacidade das divulgações efetuadas pela Companhia relativas a venda de 51% do investimento mantido na I-System.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os impactos contábeis relacionados a alienação de 51% de participação societária na FiberCo, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração dos impactos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0

Id: 2375929

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas

RIOCENTRO S.A. - Centro de Feiras, Exposições e Congressos do Rio de Janeiro

CNPJ nº 42.587.568/0001-09 - NIRE: 33.3.0007331-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Convidamos os Senhores acionistas do RIOCENTRO S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no dia 03/03/2022, às 15hs na Rua Maia de Lacerda, 167 - 4º andar - Estácio, RJ/RJ, com a seguinte pauta: 1) Alteração do Art. 4º do Estatuto Social. Maria Isabel Werneck da Silva - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2375384

UNIMED NOVA IGUAÇU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.

CNPJ: 28.714.533/0001-54

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DIGITAL DE 26/03/2022

Pelo presente Edital, ficam convocados os médicos cooperados da UNIMED Nova Iguaçu Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária - AGO, a se realizar por meio HÍBRIDO, no dia 26 de março de 2022, utilizando-se as plataformas ZOOM e CURIA a partir das 09:30 horas da manhã e apresentação e divulgação da eleição no Centro Social São Vicente (Patronato) - situado à R. Gov. Portela, 382 - Centro, Nova Iguaçu - RJ, 26221-030 às 18:00h. Às 8 horas, em 1ª convocação com a presença de 2/3 cooperados, às 8h30min, em 2º convocação com a presença de metade mais 01 (um) dos cooperados e às 9 horas, em 3º e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) cooperados, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Resultado da eleição dos membros do Conselho Fiscal (efetivos e suplentes), para cumprimento de um mandato, conforme o Estatuto Social em vigor; 2) Prestação de contas do exercício findo em 2021 a partir das 18h, compreendendo o Relatório da Gestão, o Balanço, o Demonstrativo da Conta de Sobras e Perdas e os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal; 3) Destinação das sobras ou rateio das perdas; 4) Fixação do valor dos honorários da Diretoria Executiva e das cédulas de presença por comparecimento às reuniões para os componentes dos Órgãos da Administração; 5) Previsão orçamentária para o exercício social subsequente; 6) Panorama Histórico da Gestão; 7) Instituto Unimed Nova Iguaçu; 8) Informações sobre Recursos Próprios: Unipasa, Hospital Unimed, Laboratório, CAMU e Centro Oncológico; 9) Autorização para Reforma do Estatuto; 10) Assuntos Gerais. **NOTAS:** a) a eleição para os cargos do Conselho Fiscal se dará ao dia **25 de março no período de 08:00 às 17:00h** entre aqueles candidatos que se inscreverem até o dia 10/03/2022 e apresentarem os documentos previstos no art. 82, § 5º, § 6º a), b) e c), do Estatuto Social, bem como serão preservados os já inscritos até o dia 18 de março de 2020, tudo em atendimento ao edital anterior; b) O número de cooperados em condições de votar: 563, sem impedimentos, para efeito de cálculo do *quórum* de instalação; c) a posse ocorrerá no dia da Assembleia Geral Ordinária, conforme art. 86 do Estatuto Social; d) o acesso à assembleia digital, a se realizar por meio das plataformas ZOOM e CURIA se dará mediante disponibilização, em até 2 (dois) dias antes, por *e-mail*, com as orientações devidas de acesso aos *links*, encaminhado a todos os participantes, que no dia e horário designados para realização da assembleia deverão acessá-los; e) os documentos referentes ao primeiro item da Ordem do Dia serão encaminhados previamente por *e-mail*; f) a votação para eleição dos membros do Conselho Fiscal será realizada de 8h às 17h no dia 25 de março por sistema eletrônico utilizando-se a plataforma CURIA, garantido o sigilo ao voto, sendo disponibilizado previamente acesso ao *login* e senha a todos os Representantes-Delegados; g) para participar da Assembleia Geral Ordinária por meio digital, o cooperado deverá realizar seu cadastro através do formulário *online* disponível no *link* https://forms.office.com/r/qXP7ESNbBr, até 15 dias (10/03/2022) antes da AGO, o formulário também pode ser acessado pelo QRCode: h) para fazer perguntas pertinentes a Assembleia Geral Ordinária, o cooperado deverá fazer sua solicitação pelo *chat* e aguardar (ordem de recebimento), e, assim que o presidente autorizar, será liberado o microfone para que o mesmo se pronuncie; i) o registro de presença se dará mediante a utilização da plataforma **CURIA.** Nova Iguaçu, 24 de fevereiro de 2022. **Dr. Joé Gonçalves Sestello** - Diretor-Presidente.

Id: 2375980

INSTITUTO DE UROLOGIA E NEFROLOGIA LTDA

CNPJ 30.119.697/0001-85

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária. Max Velmovitsky, Diretor Presidente do Instituto de Urologia e Nefrologia Ltda., convoca os senhores quotistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na Rua Quinze de Novembro, 106, salas 401 a 403, Centro, Niterói, CEP: 24020-125, com vistas à eleição de Diretor Presidente e de Diretor Tesoureiro, para o período de 12 de março de 2022 a 12 de março de 2024. Em primeira convocação, a assembleia será realizada no dia 03 de março de 2022, às 11:00, e, caso necessário, em segunda convocação, a assembleia será realizada no dia 11 de março de 2022, às 11:00.

Id: 2375674

AREAL BARROSO EIRELI

CNPJ: 36.086.783/0002-04

CONCESSÃO DE LICENÇA

AREAL BARROSO EIRELI torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA AMBIENTAL INTEGRADA LAI nº IN052606, com validade até 13 de janeiro de 2024, que aprova localização e implantação da infraestrutura para futura extração de areia em cava molhada, com emprego direto na construção civil, segundo os processos minerários da ANM n° 890.464/2015, 890.465/2015 e 890.466/2015, na ESTRADA RETA DOS QUATROCENTOS, LOTES 495 E 498 - PIRANEMA, município ITAGUAÍ. **Processo n° E-07/002.1033/2016.**

Id: 2375544

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAERJ

CNPJ 29.521.473/0001-16

DECLARAÇÃO - ATESTADO DIGITAL DE NÃO SIMILARIDADE

De acordo com o disposto no Decreto nº 45.237 de 29/04/2015, que altera o artigo 3º da Lei nº 6.979/2015, de 31/03/2015, **DECLARO** os atestados de não similaridade emitidos abaixo:

CÓDIGO AUTENTICIDADE	CNPJ REQUERENTE	NCM
2.418.25.02/2022-RJ	00.835.301/0006-40	8479.89.99
2.419.25.02/2022-RJ	11.790.941/0001-92	8415.90.90
2.420.25.02/2022-RJ	11.790.941/0001-92	8415.90.90
2.421.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.422.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8413.30.90
2.423.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.424.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.425.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8481.80.99
2.426.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8514.30.90
2.427.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.428.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.429.25.02/2022-RJ	95.422.218/0010-31	9506.99.00

Rio de Janeiro, RJ, 25 de fevereiro de 2022
MARIO SCANGARELLI - Diretor Executivo CAERJ

Id: 2375977

TIM S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS. Ficam convocados os Senhores Acionistas da TIM S.A. ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404/76, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada exclusivamente de forma presencial no dia 29 de março de 2022, às 14h30, na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, Térreo - Auditório, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, a fim de de-

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:31 -0300.

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2022/287346-9

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00004818589 - 24/03/2022

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s):

Hash: 01F3119F-311C-4123-A31F-01A6F10D9EE5

Orgão	Calculado	Pago
Junta	676,00	676,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

TIM S.A.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

008

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
999	1	Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR APARECIDA MARIA PEREIRA DA SILVA LOPES, CLAUDIO DA CUNHA VALLE E LINCOLN NUNES MURCIA SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00004837150	02.421.421/0001-11	Avenida Joao Cabral De Mello Neto 0850	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 06/04/2022 e arquivado em 06/04/2022

Jorge Paulo Magdaleno Filho
SECRETÁRIO GERAL

Nº de Páginas: 56

Capa Nº Páginas: 1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2022/287346-9 05/04/2022 14:55:25

JUCERJA

Último arquivamento:

00004818589 - 24/03/2022

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 104011532

Hash: 01F3119F-311C-4123-A31F-01A6F10D9EE5

Orgão	Calculado	Pago
Junta	676,00	676,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
008

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
999	1	Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	RODRIGO BATISTA SANTOS
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	11987004910
E-mail:	rodrigo.santos@marchiori.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	05/04/2022
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

05/04/2022

Data

00-2022/287346-9

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME 02.421.421/0001-11

NIRE 333.0032463-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2022

DATA, HORA E LOCAL: 29 de março de 2022, às 14h30, na TIM S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, Térreo - Auditório, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

PRESENÇA: Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social votante, incluindo detentores de *American Depositary Receipts*, conforme se verifica **(1)** pelas assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas; e **(2)** pelos boletins de voto a distância válidos recebidos nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Participam também da assembleia, presencialmente ou por meio de videoconferência, os Srs. Alberto Mario Griselli, Diretor Presidente; Camille Loyo Faria, Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores; Bruno Mutzenbecher Gentil, *Business Support Officer*; Mario Girasole, *Regulatory and Institutional Affairs Officer*; a Sra. Maria Antonietta Russo, *Human Resources & Organization Officer*; os Srs. Nicandro Durante, Presidente do Conselho de Administração, do Comitê de Remuneração e do Comitê de *Environmental, Social & Governance*; Jaques Horn, Diretor Jurídico; Walmir Urbano Kesseli, Presidente do Conselho Fiscal; Gesner José de Oliveira Filho, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário; e Herculano Aníbal Alves, membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Controle e Riscos. Registra-se, ainda, a participação na assembleia, por meio de videoconferência: do Sr. Fernando de Magalhães, representante dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"); e do Sr. André Alves, representante da Advisia Consultoria de Gestão Empresarial Ltda, para prestar esclarecimentos sobre questões que possam ser suscitadas pelos acionistas.

MESA: Presidente – Sr. Robson Goulart Barreto; Secretário – Sr. Jaques Horn.

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

PUBLICAÇÕES E CONVOCAÇÃO: **(1)** O relatório da administração, as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e o relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram publicados no dia 25 de fevereiro de 2022, nas páginas 3 a 18 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nas páginas 1 a 10 do Valor Econômico; e **(2)** O Edital de Convocação foi publicado nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2022, e dia 2 de março de 2022, nas páginas 3, 18/19 e 3 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, respectivamente, e nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2022, e dia 2 de março de 2022, nas páginas C11, C6 e B7 do Valor Econômico, respectivamente.

Em Assembleia Geral Ordinária: **(1)** Deliberar sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(2)** Deliberar sobre a proposta da administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia; **(3)** Ratificar as nomeações dos membros do Conselho de Administração da Companhia, previamente ocorridas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 15 de dezembro de 2021 e 31 de janeiro de 2022; **(4)** Deliberar sobre a composição do Conselho Fiscal da Companhia; **(5)** Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e **(6)** Deliberar sobre a proposta de remuneração da administração, dos membros dos Comitês e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, para o exercício de 2022.

Em Assembleia Geral Extraordinária: **(1)** Deliberar sobre a proposta de prorrogação do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement*), mediante a celebração do seu 15º aditivo, entre a Telecom Italia S.p.A., de um lado, e a Companhia, de outro lado.

DELIBERAÇÕES: Inicialmente, foi feita a leitura do mapa consolidado de votação dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, o qual foi distribuído aos presentes e ficou também à disposição para consulta, consoante o Parágrafo 4º do Art. 21-W da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009. O Presidente da Mesa em seguida propôs: **(1)** a dispensa da leitura dos demais documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos do Art. 134 da Lei nº 6.404/76, uma vez que o seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas; **(2)** a lavratura da ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do Art. 130, Parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76, respectivamente; **(3)** que as declarações de voto, abstenções, protestos e dissidências, porventura

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

apresentadas, fossem recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa, ficando arquivadas na sede da Companhia, nos termos do Art. 130, Parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76; e **(4)** que a ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária fosse lavrada em instrumento único, nos termos do Art. 131, Parágrafo Único, da Lei nº 6.404/76. Sem qualquer oposição, os acionistas presentes concordaram com as propostas de encaminhamento do Presidente. Em seguida, após a análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram por:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(1) Aprovar, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, que foram devidamente auditadas pelos auditores independentes da Companhia, EY, e acompanhadas de seu respectivo relatório, bem como do parecer do Conselho Fiscal e do relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia.

(2) Aprovar, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a proposta da administração de destinação do resultado do exercício de 2021, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, a qual contempla que o lucro líquido do exercício de 2021, no montante de **R$2.957.173.992,98 (dois bilhões, novecentos e cinquenta e sete milhões, cento e setenta e três mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e oito centavos)**, seja destinado da seguinte forma:

(2.1) Para a Reserva de Lucro, será destinada a importância de **R$176.740.615,94 (cento e setenta e seis milhões, setecentos e quarenta mil, seiscentos e quinze reais e noventa e quatro centavos)**, referente ao valor de benefício fiscal de redução de imposto de renda incorrido pela Companhia no exercício de 2021;

(2.2) Para a constituição da Reserva Legal, em conformidade com o Art. 193 da Lei nº 6.404/76, será destinada a importância de **R$139.021.668,85 (cento e trinta e nove milhões, vinte e um mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos)**, equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício de 2021;

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

(2.3) Como juros sobre capital próprio (bruto), o montante de **R$1.047.500.000,00 (um bilhão, quarenta e sete milhões e quinhentos mil reais)**, cujos pagamentos foram aprovados ao longo do exercício de 2021 e pago nas datas de 20 de julho de 2021, 27 de outubro 2021 e 25 de janeiro de 2022, sendo que: **(i)** o valor de **R$660.352.927,05 (seiscentos e sessenta milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, novecentos e vinte e sete reais e cinco centavos)** é imputado ao dividendo mínimo obrigatório; e **(ii)** o valor remanescente de **R$387.147.072,95 (trezentos e oitenta e sete milhões, cento e quarenta e sete mil, setenta e dois reais e noventa e cinco centavos)** foi distribuído a título de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia; e

(2.4) Para a Reserva Estatuária para Expansão, nos termos do Estatuto Social, será destinado o saldo remanescente do lucro líquido no montante de **R$1.593.911.708,19 (um bilhão, quinhentos e noventa e três milhões, novecentos e onze mil, setecentos e oito reais e dezenove centavos)**.

(3) Foi colocada em votação a ratificação das nomeações dos membros do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 15 de dezembro de 2021 e 31 de janeiro de 2022, nos termos do Art. 150 da Lei nº 6.404/76 e do Art. 20, Parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia, tendo sido **aprovada** por maioria dos votos proferidos, conforme indicado no mapa consolidado de votação em anexo, a ratificação da eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração:

(i) Claudio Giovanni Ezio Ongaro, italiano, casado, bacharel em engenharia eletrônica, portador do passaporte italiano nº YA4595942, válido até 16 de julho de 2023, domiciliado em Corso d'Italia 41, 00198, cidade de Roma, Itália; e

(ii) Alberto Mario Griselli, italiano, casado, bacharel em engenharia, portador do documento de identidade RNM n° V354056-O, emitido pela CGPI/DIREX/PF em 31/01/2021, inscrito no CPF/ME sob o n° 058.431.817-07, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

A acionista TIM Brasil Serviços e Participações S.A. declarou que obteve dos Conselheiros, cujas eleições são agora ratificadas, a confirmação de que possuem as qualificações necessárias e cumprem

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.

os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 367 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. **Os Conselheiros acima referidos terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023** e serão investidos nos cargos mediante o cumprimento das condições aplicáveis e assinatura dos respectivos termos de posse e demais documentos pertinentes, na forma e/ou no prazo estabelecido na Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 367, no Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado da B3.

(4) Aprovar, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a composição do Conselho Fiscal da Companhia com 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes.

(5) O Presidente indagou aos acionistas minoritários presentes sobre seu interesse em requerer votação em separado de membro do Conselho Fiscal, nos termos do Art. 161, Parágrafo 4º, alínea 'a', da Lei nº 6.404/76, tendo a acionista DOCAS INVESTIMENTOS LTDA. apresentado a indicação do Sr. **Elias de Matos Brito**, como membro efetivo, e do Sr. **Anderson dos Santos Amorim**, como suplente; e a acionista CLUBE DE INVESTIMENTO HILL apresentado a indicação do Sr. **Rafael de Souza Morsch**, como membro efetivo e do Sr. **Tiago Paz Munhoz**, como suplente; a matéria foi colocada em votação em separado, sem a participação da acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A.; como resultado, **foram eleitos, por maioria dos votos proferidos pelos acionistas minoritários** que se manifestaram sobre esta deliberação, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, com votos a favor da acionista DOCAS INVESTIMENTOS LTDA., o Sr. **Elias de Matos Brito**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 074.806-03, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 816.669.777-72, domiciliado na Rua Uruguaiana, nº 39, 18º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como **membro efetivo**; e o Sr. **Anderson dos Santos Amorim**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 105.561/O-0, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 029.215.847-51, domiciliado na Rua Uruguaiana, nº 39, 18º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como **suplente**.

A acionista DOCAS INVESTIMENTOS LTDA. declarou que obteve a confirmação de que os candidatos que indicou para o Conselho Fiscal, ora eleitos, possuem as qualificações necessárias e cumprem os

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho Fiscal.

Em seguida, foi colocada em votação a chapa de candidatos composta por 2 (dois) membros efetivos, e respectivos suplentes, conforme proposta da acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A., tendo sido **aprovada**, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo; assim, para compor o Conselho Fiscal, foram eleitos:

(i) como **membro efetivo,** o Sr. **Walmir Kesseli**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 1.440.573-9, expedido pela SSP-PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 357.679.019-53, domiciliado na Rua Emílio Cornelsen, nº 344, Apto 602, Ahú, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, tendo como **suplente** o Sr. **Heinz Egon Lowen**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 691.784-4, expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 017.339.239-34, domiciliado na Rua Baruch Spinoza, nº 274, na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná; e

(ii) como **membro efetivo,** a Sra. **Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães**, brasileira, casada, arquiteta, portadora do documento de identidade nº 7101355, expedido pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 050.287.838-02, domiciliada na Rua Comandante Julio de Moura, n° 439, Cobertura, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, tendo como **suplente** o Sr. **Josino de Almeida Fonseca**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do documento de identidade nº 5.492.136-3, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.832.607-30, domiciliado na Rua Barão de Capanema, nº 98, apto 72, Cerquera Cesar, Cidade e Estado de São Paulo.

A acionista TIM Brasil Serviços e Participações S.A. declarou que obteve a confirmação de que os candidatos que indicou para o Conselho Fiscal, ora eleitos, possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho Fiscal.

Fica consignado que todos os Conselheiros Fiscais ora eleitos terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023. Os Conselheiros Fiscais serão investidos nos cargos

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.

mediante cumprimento das condições aplicáveis e assinatura dos respectivos termos de posse e demais documentos pertinentes, na forma e/ou no prazo estabelecido na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado da B3.

(6) Aprovar, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a proposta de remuneração dos administradores referente ao exercício de 2022, nos seguintes termos:

(i) Remuneração do Conselho de Administração: remuneração global anual no montante de **R$4.860.000,00 (quatro milhões, oitocentos e sessenta mil reais)** a ser atribuída aos conselheiros individualmente em conformidade com os critérios que vierem a ser deliberados pelo Conselho de Administração;

(ii) Remuneração dos Comitês: remuneração global anual no montante de **R$3.024.000,00 (três milhões e vinte e quatro mil reais)** a ser atribuída aos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, em conformidade com os critérios que vierem a ser deliberados pelo Conselho de Administração;

(iii) Remuneração do Conselho Fiscal: remuneração global anual no montante de **R$616.000,00 (seiscentos e dezesseis mil reais)**; e

(iv) Remuneração da Diretoria: remuneração global anual no montante de **R$77.596.000,00 (setenta e sete milhões, quinhentos e noventa e seis mil reais)** sendo que, desse total, o valor a ser pago se divide em: **22% (vinte e dois por cento)** correspondente à remuneração fixa anual e **78% (setenta e oito por cento)** correspondente à remuneração variável.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

(1) Aprovar, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, ficando expressamente consignada a abstenção de voto pela acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A., a prorrogação por um período de 12 (doze) meses do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement*) ("Contrato") entre a Telecom Italia S.p.A., de um lado,

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

e a Companhia, de outro lado, até 30 de abril de 2023, com valor em reais equivalente a até **€7.904.727,00 (sete milhões, novecentos e quatro mil, setecentos e vinte e sete Euros)**, nos termos da proposta apreciada pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração em suas respectivas reuniões realizadas nos dias 22 de fevereiro de 2022 e 23 de fevereiro de 2022, tudo conforme documentação disponibilizada previamente nos sites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários e da *Securities and Exchange Commission* sobre o histórico do Contrato, ficando a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários para a celebração da prorrogação do Contrato.

ESCLARECIMENTOS: A Mesa recebeu e registrou os votos e as abstenções manifestados pelos acionistas presentes nesta Assembleia, já devidamente computados nas deliberações acima, conforme mapa consolidado de votação em anexo.

MAPA DE VOTAÇÃO: Em atendimento ao Art. 30, Parágrafo 4º, da Instrução CVM nº 480, o mapa consolidado de votação em anexo, que é parte integrante desta ata, indica as aprovações, rejeições e abstenções sobre os itens da Ordem do Dia, bem como os respectivos percentuais.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, sendo em seguida assinada pelo Presidente, pelo Secretário da Mesa e pelos demais acionistas que se dispuseram a fazê-lo.

Certifico que a presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro (RJ), 29 de março de 2022.

JAQUES HORN
Secretário da Mesa

Classificado como Pública

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Mapa Sintético Consolidado

	Quantidade de Ações / Percentual de Participantes		
Assembleia Geral Ordinária	**Aprovar (SIM)**	**Rejeitar (Não)**	**Abster-se**
Ordem 1 - Demonstração Financeira 2021	1.998.064.522 97,11%	1.126.320 0,05%	58.339.768 2,84%
Ordem 2 - Destinação do Resultado 2021	2.054.120.085 99,83%	3.216.990 0,16%	193.535 0,01%
Ordem 3 -Ratificar as nomeações dos Srs. Claudio Giovanni Ezio Ongaro e Alberto Mario Griselli	2.029.586.065 98,64%	24.342.881 1,18%	3.601.664 0,18%
Ordem 4 - Deliberar sobre a composição do Conselho Fiscal da Companhia	2.056.702.640 99,86%	725.330 0,04%	102.640 0,00%
Ordem 5 - Indicação de todos os nomes que compõem a chapa - Chapa Única[1]	2.054.243.898 99,84%	2.741.262 0,13%	545.450 0,03%
Ordem 6 - Caso candidatos deixem de integrá-la, os votos continuam sendo conferidos à chapa escolhida?	1.663.473.540 80,85%	392.897.695 19,10%	1.159.375 0,06%
Ordem 7 - Deseja solicitar a eleição em separado de membro do Conselho de Fiscal?[2]	34.177.652 9,85%	37.203.482 10,72%	275.573.485 79,43%
Ordem 7A - Indicação do acionista minoritário Clube de Investimento Hill	200.000 100,00%	0 0,00%	0 0,00%
Ordem 7B - Indicação do acionista minoritário Docas Investimento Ltda.	19.276.091 100,00%	0 0,00%	0 0,00%
Ordem 8 - Remuneração 2022	1.799.616.760 87,46%	256.114.253 12,45%	1.799.597 0,09%
Assembleia Geral Extraordinária	**Aprovar (SIM)**	**Rejeitar (Não)**	**Abster-se**
Ordem 1 - Contrato CSA	427.688.740 20,77%	170.280 0,01%	1.631.566.782 79,22%

[1] Item desconsiderado em função da indicação de candidatos por acionistas minoritários presentes na reunião, para eleição em separado.

[2] Apenas dois acionistas minoritários, que compareceram presencialmente, apresentaram candidatos, conforme votos manifestados no Item 7A e 7B. Os demais acionistas não apresentaram candidatos.

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2021

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Prezados acionistas,

A administração da TIM S.A. (“TIM S.A.”, “Companhia” ou “TIM”) apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2021, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e com o Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2021.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*), conforme definidas pela IASB.

As informações operacionais e financeiras de 2021, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

Perfil da Companhia

A TIM S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e ADRs (*American Depositary Receipts*) listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE). Em 2021, a TIM confirmou a sua manutenção, pelo décimo quarto ano consecutivo, no seleto grupo de companhias que integram o portfólio ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3), reforçando o seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Além disso, a TIM é listada desde 2011 no Novo Mercado, segmento reconhecido pelo mais alto nível de governança corporativa da B3 e a partir de 2021 passou a fazer parte dos índices S&P-B3 Brasil ESG, Refinitiv Diversity & Inclusion e Bloomberg Gender Equality.

A TIM S.A. é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária do grupo Telecom Italia.

A TIM opera nos mercados de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, em todo território brasileiro, e no mercado de ultra banda larga abrangendo alguns estados do país.

1. Mensagem da Administração

O ano de 2021 ainda foi fortemente impactado pela pandemia de COVID-19, que impôs grandes desafios à sociedade, com impactos para a saúde pública e econômicos. Em meio ao aumento da vacinação, surgimento de novas variantes do vírus, escalada da inflação e aumento dos juros, a TIM se mostrou resiliente para entregar resultados sólidos ao final de 2021, cumprindo com todas as metas estabelecidas junto a seus acionistas e ao mercado financeiro em geral.

Evolução da Pandemia e a Dinâmica Macroeconômica

Ao longo do primeiro semestre, a economia brasileira vinha registrando recuperação a despeito da oscilação das condições sanitárias, e a consequente adoção de novas medidas restritivas entre março e abril. O impacto dessas restrições sobre a atividade econômica em geral e sobre a atividade da TIM se deu em magnitude significativamente menor do que em períodos similares em 2020. No segundo semestre, a vacinação da população se acelerou, mas a recuperação econômica continuou a se dar de forma heterogênea entre os diferentes setores.

A aceleração da inflação com posterior início do ciclo de aperto monetário limitaram a melhora de dinamismo da economia. Para nós, esta situação se materializou principalmente no segmento de telefonia móvel pré-pago como consequência de uma disponibilidade de renda das famílias ainda bastante pressionada seja pela inflação, pelo endividamento e por um mercado de trabalho ainda vacilante.

M&A e 5G: Transformações Setoriais e para TIM

Em 2021, grandes transformações setoriais tomaram forma e começaram a se materializar. De um lado, a transação de compra dos ativos móveis da Oi Móvel S.A. passou a ser analisada pelos órgãos reguladores setorial (Anatel) e de concorrência (CADE) que mesmo sem apresentar uma resposta definitiva dentro do ano indicavam uma definição logo no início de 2022. De outro lado, houve uma proliferação de iniciativas no setor de telecomunicações para explorar as oportunidades do serviço de ultra banda-larga, seja através de IPOs de pequenos provedores, seja através da criação de veículos neutros de infraestrutura de fibra ótica. Neste último caso, optamos por fechar um acordo com a IHS Brasil para a venda de 51% de um veículo de fibra recém criado com intuito de acelerar o desenvolvimento de sua cobertura dos serviços de FTTH (*Fiber-To-The-Home*).

No segundo semestre do ano, ocorreu o leilão de frequências que previa a venda de lotes de espectro destinados às tecnologias 4G e 5G. Participamos de forma muito bem sucedida, adquirindo um conjunto de faixas de frequências que ajudarão na composição do nosso portfólio de espectro e evolução dos serviços com a implantação das novas redes 5G e reforço de capacidade na rede 4G.

Resiliência em Face das Adversidades e Foco na Execução da Estratégia

O primeiro semestre foi marcado por uma recuperação mais pujante, mas conseguimos a despeito dos desafios do segundo semestre, manter um bom nível de crescimento anual de receita de serviços (+6% no 1S e +4% no 2S) para fechar o ano com crescimento positivo de 5% versus 2020. Esse desempenho representa uma robusta recuperação se comparamos com a performance de 2020, onde o crescimento da receita de serviços foi de apenas 0,4% A/A. Nossa capacidade de encontrar soluções em meio as adversidades e o foco na execução da nossa estratégia foram fundamentais para essa evolução no desempenho.

Entre as iniciativas implementadas em 2021 que suportaram essa performance, destacam-se; (i) a contínua evolução da abordagem de volume para valor, com contínuo crescimento de ARPU, redução do *churn* e recuperação da adição de clientes; (ii) o resgate do tema Música como parte dos nossos lançamentos de oferta e de um novo posicionamento de marca; (iii) a sólida execução na nossa operação de banda larga; (iv) o contínuo avanço da nossa infraestrutura de rede e TI; (v) a busca incessante por eficiência de custos e investimentos; e (vi) a contínua evolução da estratégia de Plataforma de Clientes materializada por mais uma parceria fechada no segmento de educação a distância com a plataforma Ampli.

Os impactos positivos dessas iniciativas ficaram evidentes nos resultados das diferentes linhas de negócio:

- Do ponto de vista dos Serviços Móveis, a receita manteve uma boa dinâmica e terminou o ano com crescimento próximo a 5% contra o ano de 2020. Essa performance foi puxada pelo segmento Pós-Pago que cresceu mais de 5% A/A, enquanto o Pré-Pago caiu próximo a 2%.
- A banda larga residencial manteve um forte crescimento de aproximadamente 15% comparado a 2020.
- Nossas receitas com a Plataforma de Clientes somaram cerca de R$ 120 milhões, multiplicando por 8 o número de 2020 e com grandes contribuições da parceria com o Banco C6 e das iniciativas de Publicidade Móvel.

Uma Infraestrutura Robusta para Suportar uma Melhor Experiencia para o Cliente

O desenvolvimento da nossa infraestrutura é pilar fundamental da estratégia de melhoria da experiência dos clientes. Desta maneira, em 2021, demos ênfase em continuar evoluindo na qualidade dos nossos serviços através do fortalecimento da nossa rede e dos nossos sistemas.

Por mais um ano, a TIM assegurou a liderança em 4G, tendo a maior e melhor cobertura nesta tecnologia. Fechamos 2021 com mais de 4700 mil cidades e nos aproximamos cada vez mais da meta de cobrir todos os municípios do país até 2023. Nossa rede móvel foi atestada mais uma vez como líder em disponibilidade 4G e melhor experiência de vídeo e vídeo-chamada pela OpenSignal. A cobertura de 4.5G superou 1700 cidades e lançamos a tecnologia 5G DSS e fizemos pilotos com o 5G *standalone*.

Na rede fixa, superamos a marca de 112 mil quilômetros de fibra ótica em *backbone* e *backhaul*, o que nos possibilitou conectar mais 1200 cidades com fibra ótica, expandimos também nossa cobertura do serviço de banda larga residencial da TIM Live, chegando a 4,2 milhões de domicílios em FTTH e 6,7 milhões de domicílios totais. Na frente de TI, avançamos no projeto Journey to Cloud para migrar todo o nosso *datacenter* para nuvem, fechamos o ano com 44% de migração. Este projeto, e outros com foco em digitalização tem impacto tanto nos custos da Companhia quanto na satisfação dos clientes.

Eficiência e Geração de Caixa

Nossa cultura voltada para eficiência tem sido uma marca registrada da TIM na última década. Portanto em 2021, não foi diferente, apesar das pressões inflacionárias e da crise energética, conseguimos compensar uma boa parte desses efeitos com iniciativas voltadas a transformação digital e a cortes de custos mais tradicionais. O controle da inadimplência também contribuiu para o crescimento dos gastos ficar abaixo dos 5% e menos da metade da inflação oficial (IPCA: 10,06%).

A sólida performance nas frentes operacional e financeira produziu, mais uma vez, o maior EBITDA da história da TIM, atingindo mais de R$ 8,7 bilhões, com uma margem de 48,4% no ano e, também, um excelente nível de fluxo de caixa operacional em mais de R$ 6 bilhões. Com isso, fechamos o ano com sólida posição financeira e prontos para cumprir com as obrigações de desembolso extras que teremos em 2022 – aquisição de ativos da Oi Móvel e das licenças de frequência. Nosso caixa ficou próximo a R$ 9,8 bilhões com um endividamento líquido de R$ 3,7 bilhões (incluindo o impacto relacionado as licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R$ 843 milhões) e ainda assim, a Companhia manteve a alavancagem em patamar saudável. Esse cenário nos deu conforto de manter a distribuição aos acionistas no patamar de R$ 1 bilhão através do instrumento de JSCP.

Conclusão e Perspectivas

A capacidade de agir rapidamente e de maneira assertiva, aproveitando oportunidades do mercado e mantendo o foco na execução da estratégia foram as marcas de 2021. Essa combinação tornou possível a entrega de todas as metas definidas para o ano, mesmo em um cenário de alta incerteza.

A expectativa para o ano de 2022 é de aceleração no processo de transformação da TIM e do setor com a aprovação da transação com a Oi Móvel, o início da implementação do 5G “de verdade” e a mudança de paradigma da banda-larga fixa para redes neutras. Esperamos, ainda, capitalizar mais as iniciativas nas frentes de transformação digital e de novos negócios, criando grandes oportunidades para TIM de eficiência e crescimento.

2. Panorama Econômico e Industrial

2.1. Ambiente Macroeconômico

Apesar das expectativas positivas para o ano, 2021 foi, ainda, significativamente impactado pela pandemia do Coronavírus – COVID 19, que trouxe, além de um imensurável ônus humano, um expressivo ônus para atividade econômica do Brasil e do mundo.

Após o início da vacinação em massa no mundo ainda no final de 2020 e com o avanço da vacinação no Brasil durante todo o ano de 2021, combinado com a consequente diminuição das restrições de mobilidade e uma expressiva redução na taxa de desemprego (11,6% em novembro de 2021), ocorreu um reaquecimento da atividade econômica do país. Isso fez com que as projeções de alta do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para o período, atingissem o patamar de 4,50%, segundo o último relatório FOCUS[1] do ano, em comparação a uma previsão de crescimento de 3,41%, no primeiro relatório FOCUS[2] de 2021.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2021 em 10,06%[3], maior inflação anual acumulada desde 2015. O IPCA registrado foi significativamente superior ao centro da meta, que era de 3,75% para o ano. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo grupo Transportes, que na cesta dos itens avaliados apresentou a maior variação e fechou o ano com aumento de 21,03% e o maior impacto no acumulado do ano. Além dos Transportes, se destacaram os itens Habitação e Alimentação e Bebidas. De maneira macro, a economia ainda sofre com a obstrução das cadeias de abastecimento no Brasil e no mundo, como consequência das medidas de combate ao COVID-19, causando ainda um forte choque na oferta de bens e serviços e, consequentemente, pressionando a inflação do mundo para cima.

Na frente cambial, o dólar americano apresentou forte valorização em relação ao Real em 2021, fechando o ano cotado em R$ 5,57[4], uma alta de 7,4%, depois de ter atingido R$ 5,79[5], em março deste ano, tendo apresentado forte oscilação ao longo do ano, diante de um cenário de elevação do risco fiscal decorrente do agudo aumento dos gastos públicos decorrentes da pandemia, a paralisação das reformas fiscal e administrativa, contribuíram para uma forte oscilação cambial ao longo do ano. A balança comercial fechou o ano com um superávit de US$ 61 bilhões[6]. O valor representa um crescimento de 21,1% em relação ao ano de 2020 e superou o recorde de US$ 56 bilhões de 2017. O saldo positivo é resultado de US$ 280,4 bilhões em exportações e US$ 219,4 bilhões em importações. A exportação em 2021 cresceu 34% na comparação com 2020, enquanto a importação cresceu 38,2%. Quanto ao cenário internacional, também verificamos uma forte aceleração na vacinação contra a COVID-19 em grande parte do mundo, o que acarretou, igualmente, na diminuição das restrições de mobilidade e reunião de pessoas e, consequentemente, na retomada parcial da atividade econômica. Nos EUA e países desenvolvidos, o ano trouxe a inflação como novidade nos relatórios econômicos, o que não acontecia há décadas. Especialmente nos EUA, o índice de preços ao consumidor atingiu 7% em 2021, a maior alta em desde 1982. O PIB dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avançou 0,9% no 3º trimestre de 2021 em comparação com o trimestre anterior e retomou nível pré-pandemia. Devido a aceleração da retomada da atividade econômica, o FMI reviu sua projeção de crescimento da economia mundial em 2021 para 5,9%[7].

2.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de “promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional”.

O setor sempre foi impactado por uma acirrada competição no mercado brasileiro, verificada pela presença de ofertas mais agressivas sob o ponto de vista do conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral, o que, de certa forma, limita a capacidade da Companhia de repassar aumentos de custos ou de propor a adesão a ofertas de maior valor, levando todo o setor de telecomunicações à uma certa degradação.

Por outro lado, o ambiente altamente competitivo pode ter sido, em última análise, um dos gatilhos para a consolidação do mercado móvel, que se vislumbra terminar 2022, com a concretização da venda da Oi Móvel, e consequente divisão dos ativos para os players remanescentes do setor.

Ao longo do ano de 2021, o setor continuou a sofrer os impactos oriundos da profunda crise causada pela epidemia COVID-19, e de todas as restrições destinadas a retardar sua propagação. Todavia, o setor manteve a tendência de crescimento no consumo de dados, exigindo das operadoras a capacidade de adaptação de suas redes, enfrentando o desafio de entregar uma infraestrutura cada vez mais robusta, em ambiente de maior racionalidade nos investimentos, como projetos como a densificação de sites, o *refarming* de frequência e a agregação de portadoras em duas ou três frequências. Além disso, a TIM segue avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede. Essa evolução da rede da Companhia permite a ampliação significativa do tráfego na rede 4G, que propicia aos seus clientes melhor experiência de uso, tanto em termos de performance, com maior velocidade de *download* e *upload* e menor latência, como em cobertura *indoor* e maior penetração.

Essa demanda por evolução tecnológica e investimentos no setor tende a ser mantida, isso pode ser verificado, especialmente, considerando o leilão do 5G, que foi realizado no último trimestre do ano de 2021, e instituiu uma serie de obrigações relacionadas à autorização do direito de utilização das frequências, o que, certamente, obrigará setor a passar por um novo ciclo de investimentos. A implantação dessa nova tecnologia vai trazer avanços muito expressivos, possibilitando a geração de novos modelos de negócio, incentivando uma sociedade cada vez mais conectada, além de abrir caminho para a implementação de avanços em pesquisa e desenvolvimento.

Por fim, 2021 mostrou-se um ano no qual a demanda por Banda Larga Fixa se consolidou. Durante o ano, *players* menores lançaram suas Ofertas Públicas Iniciais (“IPOs”) e fortaleceram suas posições financeiras para continuar crescendo. A Banda Larga Fixa é uma grande oportunidade no país por ainda ter baixa penetração fora dos grandes centros, mas, por outro lado, pode ser muito influenciada pela separação de empresas provedoras de serviços e *players* de infraestrutura, visto que as empresas prestadoras de serviços podem alugar infraestrutura das empresas especializadas buscando uma aceleração de crescimento.

3. Serviços TIM

3.1. Negócios

A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de atender novos padrões de consumo ao mercado. A abordagem proativa permite à Companhia estar em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios nas telecomunicações. A mudança no perfil de uso dos clientes e o surgimento de novas tecnologias fomentam uma ruptura na indústria de telecomunicações, baseada no consumo de dados, conteúdos e serviços digitais.

O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, TIM Live, e o serviço de banda larga fixa através da rede móvel, utilizando a tecnologia WTTx e 5G DDS, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT.

Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões.

Demonstrando esse diferencial, em 2021, a TIM iniciou a primeira parceria entre uma empresa de telecomunicações e uma empresa de educação. Foram lançadas ofertas exclusivas para os clientes que se matriculassem nos cursos oferecidos na plataforma e os clientes TIM passaram a receber descontos em cursos selecionados.

Por sua vez, as ofertas lançadas em parceria com o C6 Bank continuam a agregar um diferencial ao portfólio, ao somar mais conveniência e adicionar novas experiências às ofertas dos planos Controle e Pós puro. Continuamos oferecendo aos clientes do plano TIM Black Família um *marketplace* para serviços de OTT, uma maior flexibilidade na escolha do conteúdo de entretenimento incluído no plano e o atendimento diferenciado do TIM Concierge. A inovação em ofertas e a consistência na operação têm garantido o diferencial do portfólio e uma maior qualidade na aquisição de novo clientes.

3.2. Estratégia

A estratégia adotada pela TIM para 2021 foi baseada em cinco frentes indicadas abaixo, cada uma das quais focada nas principais partes interessadas da Empresa (clientes, colaboradores e acionistas) e, juntas, visam redesenhar a experiência do cliente e fazer da TIM a melhor escolha por valor no mercado, apoiada por sua posição como líder na ultra banda larga móvel e sua variedade de ofertas inovadoras:

- *Mover de volume para valor*: Melhorar e acelerar a transição de volume para valor, para sustentar o crescimento do negócio móvel, com foco na experiência do cliente;
- *Melhorar a infraestrutura*: Preencher o atual gap de infraestrutura com M&A, também promovendo o crescimento inorgânico e capturando potenciais sinergias;
- *Monetizar além do core*: Expandir novos fluxos de receita a partir de modelos de negócios alternativos, como serviços financeiros móveis, Educação, Saúde e publicidade digital móvel, visando a monetização da nossa base de clientes e alavancando a plataforma de base de clientes através de ecossistemas e parcerias;
- *Aprimorar tecnologia e operações*: Implementar projetos transformacionais em infraestrutura (ex., 5G, ORAN, M-MIMO, *cloudification*) e abordar desafios estruturais e preparar nossa tecnologia e nossas operações para desenvolvimentos futuros; e
- *Explorar oportunidades de banda larga fixa*: Capturar oportunidades de crescimento do mercado de ultra banda larga com novos modelos financeiros e de negócio.

Todos os cinco pilares estratégicos mencionados acima estão diretamente relacionados ao nosso compromisso com a experiência do usuário, que é um dos nossos três pilares de fundação da marca TIM (incluindo também a inovação e a qualidade), além de estarem voltados para o fortalecimento do nosso core e na construção do futuro da companhia.

Ao longo do ano de 2021, para implementação dos pilares estratégicos mencionados acima, a TIM direcionou esforços por meio de dois habilitadores transformacionais: (i) Impulsionar **eficiências disruptivas** por meio da digitalização, automatização e novos modelos operacionais, alavancando habilidades e o aprimoramento de capacidades; e (ii) Fortalecer e consolidar a **proposta de ESG** fazendo uma transformação positiva

Este é o principal objetivo da estrutura proposta, na qual o cliente é o centro de tomada de decisão.

4. Recursos Humanos

A Diretoria de Recursos Humanos está estruturada com o propósito de assegurar as melhores práticas relativas à gestão de pessoas para suportar o processo de evolução da Companhia, alinhadas com as transformações tecnológicas e desafios de negócio, que incluem o compromisso com a sustentabilidade e a valorização da diversidade e inclusão.

Contar com um time engajado é fundamental para superar desafios e conquistar melhores resultados. Na TIM, a relação de transparência e respeito com todos os níveis fortalece o orgulho de pertencer e a clareza sobre nosso direcionamento. Esses fatores são diferenciais no desenvolvimento da nossa marca empregadora.

Em 2021, tivemos uma adesão de (97%) na Pesquisa de Clima e Engajamento, confirmando a consistência desse processo como um dos mais importantes para se ouvir as pessoas e dar oportunidade de contribuir para a evolução da nossa empresa.

O resultado da Pesquisa de Clima e Engajamento de 2021 foi 83%(-1pp/2020), colocando a TIM 10p.p. acima do Mercado de Telecom Global da Mercer, consultoria parceira responsável pela metodologia e aplicação da pesquisa.

Os principais destaques ficam para a consistência no programa de aculturamento em Diversidade & Inclusão (mantida em 95%), o aumento na atuação da liderança no desenvolvimento dos times, através de feedback (84% | +3pp), tolerância ao erro (85% | +2pp), coerência na avaliação de desempenho (83% | +3pp) e prática do reconhecimento financeiro e não financeiro (71% | +2pp), em coerência com a revisão das competências e do Performance.

Em 2022, será necessário maior foco em ações estruturadas de bem-estar-estar e evoluir em agilidade e prontidão para mudanças, a fim de manter o posicionamento de cuidado com as pessoas e melhoria nos processos para a inovação.

A cultura de integridade e carreiras atrativas também se destacam entre os fatores mais reconhecidos pelo nosso time, refletindo o alto engajamento e o sucesso de ações como o TIM Talks Experience 2021 e campanhas de Diversidade e Inclusão, direcionadas aos cinco pilares trabalhados na empresa: gênero, raça, pessoas com deficiência, pessoas LGBTI+ e gerações.

4.1. Pessoas

A TIM encerrou o ano de 2021 com 9.337 funcionários em todo Brasil. Esses colaboradores, com suas histórias e conhecimento, representam o capital intelectual da Companhia e atuam como motores para o desenvolvimento do negócio.

Aproximadamente 70,4% dos colaboradores possuem ensino superior completo ou frequentam a universidade e 9,9% possuem pós-graduação. Os números e resultados mostram que a TIM possui um quadro diversificado e altamente qualificado de colaboradores para atender os desafios da Companhia. A força de trabalho é complementada por 216 estagiários e 128 jovens aprendizes.

4.2. Desenvolvimento e Treinamento

Os colaboradores da TIM têm acesso a uma oferta de treinamento e desenvolvimento bem estruturada para evoluir dentro da companhia e construir uma carreira de sucesso. A TIM investiu mais de R$ 10 milhões em treinamento e desenvolvimento dos seus colaboradores em 2021.

Para orientar as carreiras dos seus colaboradores, a TIM identifica e monitora o desempenho individual para guiar as atividades com mais assertividade. A Companhia avalia a dedicação e o desempenho diferenciado dos seus profissionais por meio de diferentes ferramentas de gestão de performance, e encoraja e proporciona oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem.

Aqui na TIM, ao longo do ano de 2021, em continuidade ao plano iniciado em 2020, tivemos como foco apoiar a evolução e a transformação da empresa rumo ao modelo de digital TELCO, com foco específico no desenvolvimento das *new capabilities*, necessárias para alcançar os objetivos do plano estratégico e industrial da companhia.

Ao longo de 2021, a TIM implementou diversos programas e iniciativas para gerenciar e suportar o desenvolvimento das pessoas nas competências necessárias para alcançar as estratégias do negócio:

- **Novo Processo de Gestão de Desempenho**: a TIM completou seu ciclo de gestão de desempenho 2020/21, envolvendo mais de 7.700 colaboradores com algumas novidades importantes como a inclusão de novos públicos (equipe de Vendas e Atendimento, Estagiários), com uma abordagem profundamente customizada. O foco da avaliação está relacionado ao modelo de competência, bem com a capacidade em fazer acontecer. A implementação de uma nova plataforma de Gestão de Desempenho, customizada para proporcionar a melhor experiência digital aos colaboradores, também foi uma novidade.
- **Soluções Digitais de Desenvolvimento da Liderança:** Durante este ano, a TIM lançou duas soluções inovadoras para desenvolver nossos líderes: o Programa E-Coaching e o Mentoring Executivo, mais de 350 líderes experimentaram uma solução digital de desenvolvimento, customizada para suas próprias necessidades.
- **Gestão de Sucessões**: A continuidade do mapeamento de sucessão foi realizada este ano para garantir a aceleração do desenvolvimento e a prontidão para cargos mais críticos da alta administração e posição de executivos.
- **Mentoria interempresarial para mulheres:** em julho de 2021, a TIM, juntamente com um número crescente de grandes empresas, criou uma iniciativa para acelerar o desenvolvimento de carreira das mulheres. A iniciativa está inserida no Projeto “Mulheres Positivas”, que tem o escopo mais amplo de viabilizar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho brasileiro. Em 2021, foram desenvolvidas 2 ondas de mentoria, envolvendo 149 mulheres.

Os principais programas e iniciativas de treinamento estão listados abaixo:

- **Principais questões institucionais e de compliance**: todos os colaboradores participam de cursos sobre as principais questões institucionais e de compliance, como ética, direitos humanos, políticas de sustentabilidade e meio ambiente, saúde e segurança, segurança da informação e anticorrupção, alinhadas às diretrizes do Grupo e às leis internacionais e nacionais.
- ***Digital Learning Roadmap***: a nova plataforma de formação online “Talent Hub Aprendizagem” inclui roteiros individuais e coletivos para a aprendizagem digital. O roteiro centra-se em questões estratégicas como mentalidade digital, novas capacidades, inovação, responsabilidade, experiência do cliente, execução, networking colaborativo, gestão da mudança.
- ***TIM Talks***: Programa anual de Treinamento, Desenvolvimento e Comunicação da TIM Brasil. Assim como em 2020, o evento contou com a participação do público interno e externo. O TIM Talks começou em novembro com um evento de Abertura, e se estendeu até o final de dezembro por meio de um programa de workshops focado em questões estratégicas do setor como 5G, Cloud, IA, Privacidade e etc. O workshop contou com a participação de representantes do mercado, do mundo acadêmico e de instituições em geral, e pela primeira vez também envolveu convidados internacionais.
- **Plano de Apoio no contexto da Pandemia de COVID 19**: Ao longo dos anos de 2020 e 2021, em função da pandemia do novo coronavírus, a TIM realizou ações de treinamento voltados à temas de saúde e segurança diversos, como saúde mental, autocuidado, ergonomia, bem-estar em suas mais variadas dimensões (Ex: nutrição, exercícios físicos, etc) incluindo aulas online (ex: meditação), prevenção ao COVID-19 e também disponibilizamos os conteúdos de integração em formato digital. Além disso, transformamos 100% das nossas ações de treinamento para a metodologia à distância, sendo que a própria SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho) também passou a ser online, integrada à Jornada de Saúde e Bem Estar e com alguns eventos abertos à sociedade.
- ***Onboarding***: Levando em consideração os processos de transformação digital que a TIM iniciou há alguns anos, um novo programa *Onboarding* 100% digital foi projetado para engajar e preparar os novos funcionários para o dia a dia.
- **Jornadas Verticais:** A TIM Brasil criou jornadas de aprendizagem personalizadas para as diversas áreas, com base nas diferentes necessidades relacionadas ao escopo de atividades.
- ***Journey to Cloud* e *Agile Journey*:** Alinhada ao seu plano de transformação digital e inovação, a TIM implementou um plano estruturado de *upskilling* para todos os profissionais envolvidos na migração da infraestrutura em um ambiente *multi-cloud* e para os usuários dos novos dados e tecnologias de análise. Desde 2020, mais de 500 pessoas estiveram envolvidas no programa.

Em 2021 foi implementado um programa de formação *Agile Journey*, com o objetivo de disseminar a cultura, bem como os métodos e as ferramentas das Metodologias Ágeis. A Jornada passou a envolver as equipes que atuam nos processos de criação de serviços, a fim de trazer ganhos incrementais para o negócio, reduzir riscos e realizar melhorias contínuas. Mais de 170 funcionários já iniciaram a jornada.

- **Iniciativas para a força de vendas (Programa *Evolution* Consumidor e Corporativo)**: jornada de aprendizagem para as lojas TIM e Força de Vendas, pensado de forma inovadora, baseado no princípio de gameficação, que se traduziu em maior envolvimento, novos conhecimentos com uma “pegada” diferente, e maior valor para a empresa. Uma experiência única, personalizada e humanizada. O modelo de treinamento virtual foi mantido e aprimorado em 2021.

Por acreditar que a diversidade e a inclusão são essenciais para a valorização e engajamento das pessoas, e desempenham um papel fundamental no processo de inovação, reforçamos nosso posicionamento e compromisso com o tema através da construção de políticas, programas e iniciativas de diversidade e inclusão, alinhadas à estratégia do negócio, cultura organizacional e valorização da contribuição de cada colaborador(a) na TIM.

Em 2021 o Programa de Diversidade e Inclusão seguiu em continuidade com o calendário anual de ações, baseado no calendário da ONU e demais datas reconhecidas nacionalmente; acompanhamento estratégico do tema pelo comitê de diversidade e inclusão, formado pela alta liderança; e atuação dos grupos de afinidade, formados por colaboradores de todos os níveis, áreas e regiões, que atuaram conjuntamente no desenho e implementação de ações inclusivas para os pilares de gênero, pessoas LGBTI+, raça, gerações e pessoas com deficiência.

Dentre as iniciativas lançadas temos o Programa de Estágio Inclusivo que flexibilizou perfil e pré-requisitos do processo seletivo para ampliar o acesso de grupos sociais minorizados, além de não haver restrições para idade, cursos e instituição de ensino o programa reservou 50% das vagas para pessoas negras. No pilar de gênero lançamos o Projeto Mulheres Positivas, voltado para ampliar a participação das mulheres no mercado de trabalho.

O projeto conta com o aplicativo Mulheres Positivas como plataforma digital para apoiar o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres, o movimento liderado pela TIM começou em julho com 10 empresas e finalizou 2021 com 47 empresas parceiras que juntas oferecem acesso gratuito a vagas e cursos de capacitação, além de mentoria intercompany para mulheres.

Reforçando o compromisso e atuação concreta com foco no pilar Social do Plano ESG, a TIM estabeleceu a meta de ter até 2023 35% das posições de liderança ocupada por mulheres e 40% do quadro de colaboradores composto por pessoas negras. Também nos tornamos signatária dos principais ecossistemas de pactos e associações. Entre março e dezembro assinamos os Princípios de Empoderamento das Mulheres, da ONU Mulheres; Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero; Rede Empresarial de Inclusão Social; Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, Fórum de Gerações e Futuro do Trabalho e Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas.

Como parte do compromisso de promover um ambiente cada vez mais inclusivo, seguro e livre de discriminação, a TIM lançou em novembro o Programa Respeito Gera Respeito, com novas diretrizes e política para prevenção, coibição e gerenciamento às práticas de assédio, além de ações educativas e iniciativas internas e externas para promover ambientes e relações livres de discriminação e violência.

Mantivemos no programa o plano integrado de comunicação e treinamento, com total de mais de 40 ações e mais de 3.900 colaboradores treinados. O TIM Convida, evento 100% digital e aberto à sociedade para gerar diálogo e reflexão sobre diversidade e inclusão, apresentou 7 edições ao longo do ano totalizando mais de 386 mil visualizações Youtube.

Com a consistência do Programa de Diversidade e Inclusão, a TIM vem se tornando uma das líderes na promoção da diversidade e inclusão. Em 2021 fomos a primeira telco a nível global a receber o prêmio *GSMA's Diversity in Tech*, que reconhece empresas que promovem a igualdade e a diversidade no setor de tecnologia, e a única empresa brasileira a integrar e liderar o *Refinitiv Diversity & Inclusion Index*, que mede a nível global o desempenho das empresas nas iniciativas de diversidade e inclusão.

4.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo visa conceder ações ou opções de compra de ações da TIM S.A. a colaboradores da Companhia e suas subsidiárias, buscando desse modo promover a expansão, conquista e sucesso dos objetivos corporativos e garantindo o alinhamento de interesses dos acionistas e da administração da TIM.

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo; “Plano 2011-2013”, “Plano 2014-2016”, “Plano 2018-2020” e “Plano 2021-2023”, respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares* e / ou *restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder ações aos participantes de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga. De maneira geral, os objetivos de desempenho são vinculados a indicadores econômico / financeiros, métricas de desempenho acionário (exemplo: Total Shareholder Return) e indicadores ESG (Enviromental, Social & Governance), sempre em linha com os objetivos apresentados aos acionistas para o Plano Trienal.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (Vesting). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

Conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a gestão dos Planos fica a cargo do Conselho de Administração, sujeito ao Estatuto Social da Companhia.

Especificamente para o ano de 2017, em função da Companhia ter iniciado o processo de reestruturação do seu plano de incentivo de longo prazo, em caráter excepcional e devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, o plano de incentivo de longo prazo ocorreu em forma de bônus, com o pagamento condicionado ao atingimento de determinados indicadores financeiros da TIM e dividido em três parcelas anuais.

4.3.1. Opção de Ações Ciclo 2011-2013

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	OpçõesNão Exercidas
Plano 2011 - 2013	**8.567.765**	**-3.399.832**	**-5.167.933**	**0**
1ª Concessão	*2.833.595*	*-1.532.132*	*-1.301.463*	*0*
2ª Concessão	*2.661.752*	*-896.479*	*-1.765.273*	*0*
3ª Concessão	*3.072.418*	*-971.221*	*-2.101.197*	*0*

4.3.2. Opção de Ações Ciclo 2014-2016

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2014 - 2016	**8.965.119**	**-3.921.020**	**-4.931.547**	**112.552**
1ª Concessão	*1.687.686*	*-129.643*	*-1.558.043*	*0*
2ª Concessão	*3.355.229*	*-1.709.149*	*-1.646.080*	*0*
3ª Concessão	*3.922.204*	*-2.082.228*	*-1.727.424*	*112.552*

4.3.3. Ações Ciclo 2018-2020

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Não Transferidas
Plano 2018 - 2020	**2.576.648**	**-1.000.645**	**-629.875**	**946.128**
1ª Concessão	*849.932*	*-376.859*	*-473.073*	*0*
2ª Concessão	*930.662*	*-417.208*	*-86.424*	*427.030*
3ª Concessão	*796.054*	*-206.578*	*-70.378*	*519.098*

4.3.4. Ações Ciclo 2021-2023

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Não Transferidas
Plano 2021 - 2023	**3.431.610**	**0**	**-311.876**	**3.119.734**
1ª Concessão	*3.431.610*	*0*	*-311.876*	*3.119.734*
2ª Concessão	*0*	*0*	*0*	*0*
3ª Concessão	*0*	*0*	*0*	*0*

5. Rede

Infraestrutura é um dos pilares estratégicos da Companhia e a TIM reafirma o seu compromisso de investimento em 2021, buscando oferecer mais e melhores serviços. As recentes mudanças no padrão de consumo bem como a crescente expectativa dos usuários quanto à qualidade dos serviços prestados, exigem um plano estruturado de expansão da rede, respaldado por análises técnicas mais robustas quanto ao padrão de consumo e necessidades de seus clientes, além de uma grande transformação cultural.

No âmbito da utilização do espectro, a TIM continua seu bem-sucedido projeto de *refarming* expandindo para a frequência 2,1 GHz, visando mais eficiência e melhor performance. Com relação à fibra, a Companhia segue com o projeto de expansão de rede, de forma a suportar a rede convergente de ultra banda larga, aumentando a disponibilidade do FTTH e o FTTS.

A TIM possuía ao final de 2021, 1.766 *Biosites* e projeta ampliar a sua utilização. Os *Biosites* são estruturas sustentáveis de menor custo, mais fáceis de instalar e que não causam impacto visual nas cidades, para aumentar a densidade de sites. No contexto de *big data*, a Companhia segue numa constante evolução de suas ferramentas de análise a partir de bases mais completas e abordagem proativa, visando um direcionamento mais eficiente dos investimentos.

No que tange à cultura corporativa, as novas tecnologias e as expectativas dos clientes provocam uma ruptura no modelo tradicional das operadoras de telecomunicações. Nesse cenário, a TIM visa desenvolver, motivar e engajar seus colaboradores com vistas a atuarem em um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, a partir de um modelo operacional ágil e flexível.

5.1. Cobertura Nacional

A infraestrutura da TIM tem um alcance nacional, cobrindo aproximadamente 98% da população urbana brasileira, com presença em aproximadamente 4.715 cidades. A Companhia também possui uma ampla cobertura de dados, mantendo a sua posição de liderança em cobertura 4G no país.

Em 2021, a TIM continuou concentrando a maior parte de seus investimentos em rede e tecnologia de informação, em linha com o praticado nos anos anteriores e com o objetivo de atender à crescente evolução do consumo de dados. A melhoria e o crescimento da infraestrutura estão apoiados em diferentes projetos, dentre eles se destacam a expansão da rede de fibra ótica (*backbone*, *backhaul* e FTTH), densificação de *sites*, *refarming* de frequência e agregação de portadoras em duas ou três frequências (conforme localidade). Além disso, a TIM vem avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede.

Em relação aos principais projetos em andamento focados na modernização e melhoria contínua de nossa infraestrutura, destacamos:

- Compromisso de expandir a cobertura 4G para todos os municípios do Brasil até 2023;
- Expansão da cobertura 4.5G para 1.712 cidades em 2021;
- Expansão do uso do 4G na frequência de 700MHz, presente em 3.975 municípios ao final do ano;
- Expansão do VoLTE, disponibilizado para 4700 cidades;
- Ampliação do *refarming* da frequência de 2,1 GHz no 4G, atingindo 354 cidades;
- Projeto de virtualização de infraestrutura;
- Acordo de compartilhamento de infraestrutura de rede móvel com a Vivo, visando a eficiência na alocação de Capex e Opex;
- Expansão da capacidade de rede através da solução Massive MIMO;
- Consolidação da rede NB-IoT, presente em mais de 4.018 municípios ao final de 2021, possibilitando a criação de soluções IoT não apenas nas grandes cidades, mas também nos municípios mais afastados das capitais.

Adicionalmente, o uso da frequência de 700MHz no desenvolvimento da rede LTE continua a evoluir, proporcionando uma significativa melhora na experiência de uso dos clientes tanto em termos de performance, com maior velocidade de download e upload e menor latência, como em cobertura indoor, maior penetração.

DESCRIÇÃO	2021	2020	%A/A
Cidades 4G	**4,715**	**3.877**	**21.6%**
das quais 700 Mhz habilitadas	3,975	3.294	20.7%
das quais VoLTE habilitadas	4,700	3.860	21.8%
População Urbana Coberta (4G)	**98%**	**95%**	**3.0p.p.**
das quais 700 Mhz habilitadas	94%	92%	2.0p.p.
das quais VoLTE habilitadas	97%	94%	3.0p.p.
Cidades 3G	4,022	3.506	14.7%
População Urbana Coberta (3G)	94%	93%	1,0p.p.
Biosites	**1,766**	**1,679**	**5.2%**
Sky Coverage (nº sites)	**924**	**-**	**n.a.**
Massive MIMO (nº sites)	**2,306**	**753**	**206.2%**
Homes passed	**6,683**	**6,366**	**5.0%**
FTTH	4,185	3,244	29.0%
FTTC	3,412	3,693	-7.6%
Cidades Cobertas com Fibra*	**37**	**35**	**5.7%**
FTTH	35	33	6.1%
FTTC	5	5	0.0%
FTTCity (nº cidades)	**1,231**	**1,001**	**23.0%**

Ao final do ano, a TIM possuía um total de 23.206 sites com maior porcentagem conectados através de *backhaul* de alta capacidade.

Em relação a infraestrutura de transporte, **a Companhia alcançou 112 mil km de fibra ótica para *backbone* e *backhaul*,** um avanço de 3,8% A/A.

A cobertura na banda larga fixa também seguiu em constante expansão ao longo de 2021, superando ao final do ano 4.2 milhões de *homes passed* em FTTH, enquanto o FTTC alcançou 3,4 milhões. Isso representa um total de 6,7 milhões de *homes passed* em 28 cidades e 7 regiões administrativas do DF (FTTH + FTTC)[8].

Por fim, com um **alcance de 1.766 Biosites ativos ao final de 2021**, o desenvolvimento dos projetos de instalação de *Biosites* também está alinhado aos valores de responsabilidade social corporativa da companhia. Essas estruturas trazem uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico. Além disso, contribuem para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – tendo multifuncionalidade capaz de agregar a transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança –, além de serem de menor custo e de rápida instalação.

Atualmente, a Companhia detém autorização de uso de mais aproximadamente 120 MHz em espectro[9], distribuídos da seguinte forma:

Média de Espectro Ponderada por População						
450 MHz	700 MHz	850 MHz	900 MHz	1.800 MHz	2.100 MHz	2.500 MHz
3	20	11	5	35	22	22

5.2. Resultado do leilão de frequências (“Leilão 5G”)

Nos dias 4 e 5 de novembro de 2021 foi realizado o leilão de frequências para 4G e 5G pela Anatel. A TIM arrematou um total de 11 lotes nas frequências de 3,5GHz, 2,3GHz e 26GHz, com valor total ofertado de R$ 1,05 bilhão, que depois foi ajustado segundo as regras da Anatel para R$ 884,5 milhões.

As faixas adquiridas possuem um conjunto de obrigações que deverão ser atendidas com contribuições financeiras ou com construção de infraestrutura de rede móvel e fixa. Para maiores detalhes sobre as obrigações envolvendo cada faixa, consultar o Comunicado ao Mercado divulgado pela TIM em 5 de novembro de 2021.

5.3. Qualidade

Por mais um ano, a TIM reforça seu compromisso com a evolução de seus serviços e melhoria contínua da qualidade para garantir uma melhor experiência de uso aos seus clientes. O foco na expansão e melhoria da infraestrutura de rede segue sendo fator fundamental do nosso plano de negócios.

No final de 2021, a **TIM obteve a melhor pontuação no quesito “experiência em vídeo e vídeo-chamada” em relatório emitido pela OpenSignal[10], em parceria com a Anatel**. A **Companhia somou 66 pontos em experiência de vídeo e vídeo-chamada (classificada com a métrica de “muito bom”)**, em pontuação de 0 a 100, acima das demais grandes operadoras do setor. Segundo o informe, o cálculo de experiência de vídeo mede diretamente *streaming* de vídeo em terminais de usuário, utilizando uma abordagem baseada na UIT que leva em conta critérios como a qualidade da imagem, tempo de carregamento e taxa de travamento, em redes 3G e 4G. Além disso, no relatório, a TIM confirmou mais uma vez a qualidade superior de sua rede, destacando-se novamente como **líder em disponibilidade 4G**. Isso significa que os **clientes da TIM navegaram através do 4G com maior frequência – 90% do seu tempo conectado**.

Os demais destaques de Rede e Qualidade desse trimestre e no ano foram:

(i) A manutenção do ritmo de crescimento e liderança da cobertura de 4G, que é objetivo estratégico da companhia, fazendo parte tanto de seus compromissos do TAC com a Anatel quanto da debenture ESG emitida no 2° trimestre do ano;

(ii) Participação no leilão de frequências para 4G e 5G, arrematando as principais faixas de espectro: aquisição de lotes das frequências 3.5GHz, 2.3GHz e 26GHz;

(iii) Evolução da nossa plataforma de TI com 44% de todo o *workload* já migrado em 9 meses de projeto: migração de mais de 3.500 servidores para a *cloud* no ano, incluindo todo nosso CRM, estrutura de *big data* e plataforma de *billing*, preparando o ambiente para o recebimento dos ativos móveis da Oi;

(iv) Constante qualificação de nossos canais de atendimento e relacionamento com clientes:

1. No comparativo anual de 2021, a Companhia registrou: (a) 30% de redução do tempo de atendimento nos canais assistidos (CRC e Vendas); (b) 15% de aumento do atendimento automático via URA cognitiva; (c) Meu TIM como o aplicativo de atendimento mais bem avaliado do Brasil entre as operadoras (nota 4.4 na Play Store);
2. A TIM também ficou em **primeiro lugar no Ranking de Satisfação da Anatel 2021** que analisa o atendimento das empresas aos clientes na recepção e solução de demandas, reforçando a estratégia da companhia na melhoria da experiência do cliente. Além disso, a TIM foi a operadora com maior redução A/A no índice de reclamações da Anatel no 4T21 – atingindo 45% de redução no período frente ao 4T20, com destaque para o pré-pago que diminuiu em 55% – e no resultado de 2021 – registrando 32% de redução no volume de reclamações vs. 2020;
3. Da mesma forma que o tem anterior, o Grupo TIM foi classificado como o menos reclamado nos entrantes dos PROCONs integrados ao sindec em 2021, registrando -28% frente a 2020;
4. Adicionalmente, a TIM foi a primeira operadora a adotar a modalidade de pagamentos via PIX, registrando em 2021 mais de 11,5 milhões de faturas quitadas em 12 meses desde sua implementação. Atualmente, cerca de 80% da base da Companhia realiza pagamentos através dos canais digitais, sendo 13% via PIX.

[1] Estimado pelo relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) de 31 de dezembro de 2021.
[2] Estimado pelo relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) de 08 de janeiro de 2021.
[3] Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
[4] Fonte: Banco Central.
[5] Fonte: Banco Central.
[6] Fonte: Ministério da Economia.
[7] Fonte: Fundo Monetário Internacional.

[8] (+) Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Nilópolis (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João do Meriti (RJ), Duque de Caxias (RJ), São Paulo (SP), Mauá (SP), Poá (SP), Suzano (SP), Francisco Morato (SP), Franco da Rocha (SP), Diadema (SP), Salvador (BA), Lauro de Freitas (BA), Camaçari (BA), Feira de Santana (BA), Recife (PE), Olinda (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Paulista (PE), Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Anápolis (GO), Manaus (AM), Belo Horizonte (MG), Betim (MG), Contagem (MG), Brasília (DF), Taguatinga (DF), Samambaia (DF) e Ceilândia (DF).
[9] Excluídos os espectros relacionados ao 5G.
[10] Matéria vinculada ao Telesíntese (15/12/2021).

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

6. Desempenho Operacional

6.1. Panorama do Mercado Brasileiro

O mercado móvel registrou um crescimento de 1,2% A/A no final de 2021 reforçando o movimento de evolução positiva da base no último trimestre. Nos últimos 12 meses, o pós-pago registrou adições líquidas de 16,7 milhões de acessos, sendo 58% deste volume linhas humanas. O pré-pago apresentou 4,1 milhões de novos acessos.

6.2. Desempenho da TIM

O segmento pós-pago encerrou o ano de 2021 com 22,9 milhões de acessos (+4,7% A/A). O *mix* do segmento na base total foi de 44%, +1,5 p.p. A/A. As adições líquidas dos últimos 12 meses acumularam um saldo positivo de mais de 1,0 milhão de novos acessos. A taxa de desconexão mensal no pós-pago mantém nos patamares mais baixos (2,7% no 4T21), como registrado nos últimos trimestres.

Ao final do trimestre, **o Pós-pago Humano registrava uma base de 18,9 milhões acessos** (+4,7% A/A), com adições líquidas de 847 mil acessos nos últimos 12 meses.

O segmento pré-pago finalizou o ano de 2021 com 29,2 milhões de acessos, uma queda de 1,4% A/A. A base acumulou 403 mil desconexões nos últimos 12 meses. O segmento é o mais impactado pela deterioração da economia, principalmente nos últimos 2 anos.

Detalhamento da base de clientes por tecnologia:

- **A base 4G finalizou o período com 46,3 milhões de acessos,** acelerando novamente o ritmo e mantendo o patamar de dois dígitos de crescimento (+10,2% A/A);
- **A base de M2M fechou o ano com 4 milhões de linhas**, um aumento de 5,0% comparado ao mesmo período do ano passado.

6.3. Segmento Fixo

A base TIM Live encerrou o ano de 2021 com 685 mil conexões, mantendo o ritmo de crescimento (+6,1% A/A). Nos últimos 12 meses, as adições líquidas do serviço atingiram aproximadamente 40 mil acessos, sendo a base FTTH o principal motor. Os planos de maior valor, com velocidades acima de 100 Mbps, seguem ganhando cada vez mais relevância, atingindo 62% de participação na base total no trimestre.

Mesmo limitando a entrada em novos mercados, a cobertura da rede FTTH continuou crescendo, priorizando a consolidação dos clusters já ativos. Dessa forma, o total de *homes passed* em fibra cresceu 29,0% A/A, com presença em 28 cidades e 7 regiões administrativas do DF.

7. Desempenho Financeiro

Para representar melhor o desempenho financeiro e tendências comerciais, a TIM normaliza algumas linhas da sua Demonstração de Resultados, eliminando o impacto de elementos não-recorrentes. Estes movimentos são apontados quando requeridos.

7.1. Receita Operacional

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Receita Líquida	**18.058**	**17.268**	**4,6%**
Receita de Serviços	**17.497**	**16.665**	**5,0%**
Serviço Móvel	**16.349**	**15.610**	**4,7%**
Gerada pelo Cliente	14.843	14.351	3,4%
Interconexão	533	528	0,9%
Plataforma de Clientes*	119	15	714,3%
Outras Receitas	853	717	19,1%
Serviço Fixo	**1.147**	**1.054**	**8,8%**
dos quais TIM Live	720	628	14,7%
Receita de Produtos	**561**	**603**	**-6,9%**

*A Plataforma de Clientes inclui receitas de novas iniciativas, como Serviços Financeiros e Educacionais, e Publicidade Móvel. Realocação de impostos entre as linhas de Receita Gerada pelo Cliente e Plataforma de Clientes, impactando estas aberturas desde o início de 2021.

No acumulado de 2021, a **Receita Líquida Total atingiu R$ 18.058, ante R$ 17.268 em 2020, uma evolução de 4,6% A/A**, impulsionada pela performance consistente da Receita de Serviços. Esse crescimento, também, foi impactado por uma base comparativa menor, uma vez que os principais impactos da pandemia de COVID-19 ocorreram no 2T20. A despeito do contexto macroeconômico desafiador imposto pela pandemia, a **Receita líquida de Serviços fechou o ano com um crescimento de 5,0%**, esse desempenho teve como principais alavancas: (i) a performance do pós-pago móvel; e (ii) a receita de Plataforma de Clientes.

Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Móvel (RSM) apresentou um crescimento de 4,7%, A/A atingindo R$ 16.349 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. No acumulado do ano mantém evolução consistente, refletindo a estratégia da companhia de monetizar suas bases de clientes através de dois pilares: (i) diferenciação de oferta e (ii) migração da sua base de clientes para planos de mais alto valor. **No ano, o ARPU de 2021 expandiu 5,9% para atingir R$ 26,4.**

Detalhando o desempenho de cada segmento móvel no quarto trimestre:

(i) No Pré-pago, observamos uma desaceleração durante o segundo semestre, refletindo a piora nos indicadores macroeconômicos e o encerramento do auxílio emergencial do governo no mês de outubro, que pressionou mais o segmento, revertendo a retomada da trajetória de crescimento observada no primeiro semestre. Entretanto, a Companhia segue com foco na diferenciação de ofertas e em uma gestão da base mais eficiente, o que contribuiu para o **crescimento do ARPU de Pré-pago[11] no ano de 2021 – alta de 2,5% vs. 2020**;

(ii) **A Receita com Clientes Pós-Pagos teve uma alta de 5,4% A/A vs. 2020. O ARPU de Pós-Pago Humano[12] (ex-M2M) em 2021 teve alta de 1,7% contra 2020.** Esse desempenho tem como motor o foco da Companhia na abordagem de valor, com ênfase na gestão eficiente da base de clientes, redução das desconexões e na evolução do portfólio de ofertas, com benefícios específicos para cada segmento. Adicionalmente, cabe destacar que, durante esse trimestre, tivemos aumento das vendas nos planos Controle e Pós-puro, impulsionados pelas campanhas de final do ano, Black Friday e Natal, apesar dos desafios impostos pela atividade comercial menos intensa no país.

A Receita de Interconexão (ITX) ficou praticamente estável em A/A, atingindo R$ 135 milhões no 4T21. A incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços atingiu 2,3% no trimestre. No ano, essa linha apresentou aumento de 0,9% A/A, em virtude, principalmente, do impacto do aumento da tarifa VU-M (Tarifa de Terminação Móvel) no início do ano.

A Receita de Plataforma de Clientes, no acumulado do ano, somou R$ 119 milhões, com R$ 83 milhões vindos de Serviços Financeiros, R$ 36 milhões de Publicidade Móvel e R$ 342 mil de Serviços Educacionais.

A linha de Outras Receitas registrou no ano um crescimento de 19,1% A/A, explicado majoritariamente pelo crescimento na receita gerada por contratos de compartilhamento e swap de rede. Cabe ressaltar que o compartilhamento e a troca de capacidade são elementos importantes da estratégia da Companhia de ampliação da infraestrutura de transporte em fibra (*backbone* e *backhaul*) com maior eficiência na alocação de recursos (Capex e Opex).

Detalhamento do Segmento Fixo (líquidos de impostos e deduções):

Em 2021, a Receita do Serviço Fixo totalizou R$ 1.147 milhões, alta de 8,8% A/A, com **as receitas vindas da TIM Live sendo o grande motor dessa performance e registrando um crescimento de 14,7% A/A.**

A **TIM Live** continua sendo o principal elemento para essa performance, que **avançou 9,8% A/A no 4T20**, representando mais de 63% da receita de serviço fixo. Os demais serviços do segmento fixo apresentaram recuperação e cresceram 2,8% A/A.

A desaceleração da performance da TIM Live no segundo semestre é explicada por uma combinação de: (i) maior foco na preparação da criação da I-Systems (antiga FiberCo), e consequente separação dos ativos, o que provocou uma desaceleração na entrada em novos mercados; (ii) um aumento localizado de competição em algumas áreas de atuação; e (iii) uma queda da performance nas áreas onde a TIM ainda atua com FTTC. A expectativa é que em 2022, a TIM Live volte a ingressar em novas localidades com FTTH, de forma a aumentar ainda mais a participação dessa tecnologia no resultado da Receita do Serviço Fixo.

7.2. Custos e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Custos Reportados da Operação	**(8.599)**	**(8.926)**	**-3,7%**
Custos Normalizados* da Operação	**(9.320)**	**(8.896)**	**-4,8%**
Pessoal	(1.126)	(1.004)	12,2%
Comercialização	(3.135)	(3.010)	4,1%
Rede e Interconexão	(2.797)	(2.613)	7,0%
Gerais e Administrativos	(701)	(605)	15,8%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(731)	(756)	-3,3%
Provisão para Devedores Duvidosos	(545)	(553)	-1,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(284)	(354)	-19,7%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	**(8.589)**	**(8.140)**	**5,5%**

*Custos da Operação normalizados por: venda de controle sobre o investimento na companhia I-Systems (-R$ 782,2 milhões no 4T21), serviços jurídicos e administrativos especializados (+R$ 34,8 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21 e +R$ 13,7 milhões no 2T21), gastos para o projeto de aquisição dos ativos móveis da Oi (+R$ 4,3 milhões no 4T21) e por ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres (+R$ 2,6 milhões no 1T20).

Os Custos e Despesas Operacionais Reportados no ano de 2021 totalizaram R$ 8.599 milhões, uma melhora de 3,7% em relação aos custos reportados em 2020. A performance reflete a eficiência na execução do controle de custos, a despeito de um cenário de alta nos índices de inflação no país e em meio a um processo adotado pela Companhia de aprimoramento de sua infraestrutura interna. **Os Custos e Despesas Operacionais Normalizados subiram, porém de forma limitada (+4,8% A/A), perante a inflação registrada no país ao final do ano (IPCA 2021: 10,06%).** Além disso, o comparativo anual é afetado pela retomada dos custos variáveis e fixos que registraram queda nos meses de reduzida atividade econômica no país, principalmente no 2T20, devido a pandemia.

Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas Normalizados:

Pessoal alcançou R$ 1.126 milhões em 2021, apresentando uma alta de 12,2% em relação a 2020. Tal performance foi influenciada por: (i) reajustes sobre salários, bonificações e incentivos no patamar entre um dígito médio e alto; (ii) maior nível de provisão relativo a participação nos resultados dos colaboradores; e (iii) base comparativa desfavorável devido a recuperação de encargos em processos de natureza previdenciária no 4T20 e, em parte, por um comparativo anual atípico no 2T20, em decorrência de menores despesas com pessoal comercial devido ao fechamento dos canais físicos de venda durante a pandemia.

A linha de Comercialização e Publicidade apresentou aumento de 4,1% A/A, atingindo R$ 3.135 milhões, impactada, principalmente, pelo retorno das campanhas publicitárias com mais frequência e maior despesa com comissões de vendas.

Rede e Interconexão, esta linha apresentou alta de 7,0% A/A, quando comparada com 2020. Este resultado foi influenciado pelo aumento da tarifa de terminação móvel (VU-M) e pelos maiores custos de Rede, em decorrência da elevação das despesas com aluguel, compartilhamento e manutenção de infraestrutura.

Despesas Gerais e Administrativas normalizadas (G&A) encerraram o ano de 2021 com um crescimento de 15,8% em relação a 2020. Esta alta é explicada, principalmente, por: (i) maiores despesas com serviços de manutenção, em decorrência da migração da infraestrutura de TI para a *Cloud*; e (ii) por contratação de serviços especializados junto a consultorias para projetos recorrentes.

O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) foi de R$ 731 milhões, queda de 3,3% quando comparado a 2020, acompanhando a queda da Receita de Produtos, ocasionada pelo menor volume de aparelhos vendidos, apesar do aumento no *mix* de produtos de maior valor.

As Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) atingiram R$ 545 milhões, uma queda de 1,5% frente ao resultado de 2020, parcialmente afetada pelo reconhecimento de PDD com um cliente de *wholesale*, **atingindo 2,1% sobre a Receita Bruta (vs. 2,3% em 2020).** O resultado vem refletindo os esforços contínuos na melhoria da aquisição de clientes, através de modelos e políticas de crédito mais robustos, além de maior eficiência na cobrança e recuperação.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais[13] Normalizadas totalizaram R$ 284 milhões, uma queda de 19,7% A/A no acumulado do ano, explicada principalmente por menores despesas relacionadas a perdas em processos judiciais cíveis. A participação desta linha sobre os Custos e Despesas totais normalizados ficou em 2,7%.

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) atingiram R$ 58,9 por adição bruta em 2021, um crescimento de 28,9% A/A, devido a maiores despesas com comissões geradas por: (i) adição líquida positiva no segmento Pós-pago; (ii) pela migração dos clientes para segmentos de maior valor; e (iii) maiores gastos com publicidade no 1S21.

A relação SAC/ARPU, que indica o *payback* por cliente, atingiu 2,3 meses em 2021, frente a 1,7 meses no 4T21.

7.3. Do EBITDA ao Lucro Líquido

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
EBITDA Normalizado*	**8.738**	**8.372**	**4,4%**
Margem EBITDA Normalizada*	48,4%	48,5%	-0,1p.p.
Depreciação & Amortização	**(5.692)**	**(5.527)**	**3,0%**
Depreciação	(3.952)	(3.689)	7,1%
Amortização	(1.740)	(1.838)	-5,3%
Equivalência Patrimonial	**(12)**	**-**	**n.a.**
EBIT Normalizado*	**3.034**	**2.845**	**6,7%**
Margem EBIT Normalizada*	16,8%	16,5%	0,3p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado*	**(653)**	**(807)**	**-19,1%**
Despesas financeiras	(1.745)	(1.233)	41,6%
Receitas financeiras	1.092	432	152,6%
Variações cambiais, líquidas	1	(7)	n.a.
Lucro antes dos impostos Normalizado*	**2.381**	**2.037**	**16,9%**
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	(182)	(166)	9,1%
Lucro Líquido Normalizado*	**2.200**	**1.871**	**17,6%**
Total de Itens Normalizados	757	(27)	n.a.
EBITDA Reportado	**9.459**	**8.342**	**13,4%**
Margem EBITDA Reportada	52,4%	48,3%	4,1p.p.
EBIT	**3.756**	**2.815**	**33,4%**
Margem EBIT	20,8%	16,3%	4,5p.p.
Resultado Financeiro Líquido	**(653)**	**(807)**	**-19,1%**
Lucro antes dos impostos	**3.103**	**2.008**	**54,6%**
Imposto de renda e cont. social	(146)	(164)	-10,9%
Lucro Líquido	**2.957**	**1.844**	**60,4%**

[11] O ARPU de Pré-Pago exclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.
[12] O ARPU de Pós-Pago Humano exclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.
[13] A linha de Outras Despesas (Receitas) operacionais registrou um impacto não-recorrente negativo de R$ 782,2 milhões no 4T21, referente a venda de controle sobre o investimento na companhia I-Systems, e impacto não-recorrente positivo de R$ 2,6 milhões no 1T20, por a ajustes ao contrato de sale-leaseback de torres.

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R$ 743,1 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21, +R$ 13,7 milhões no 2T21 e +R$ 2,6 milhões no 1T20). Lucro Líquido normalizado por: impacto dos impostos diferidos e correntes sobre a receita gerada pela transação da I-Systems (+R$ 509,2 milhões no 4T21), crédito fiscal e outros efeitos (-R$ 13,3 milhões no 4T21, -R$ 526,8 milhões no 3T21 e -R$ 4,6 milhões no 2T21).

EBITDA Normalizado (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

O EBITDA Normalizado totalizou R$ 8,738 milhões em 2021, um crescimento de 4,4% A/A. A principal alavanca para este crescimento foi a performance da Receita de Serviços Móveis, com destaque para o bom desempenho do segmento Pós-pago e da geração de receitas oriundas das parcerias classificadas na linha de Plataforma de Clientes.

A Margem EBITDA Normalizada encerrou 2021 em 48,4%. Excluindo-se os efeitos relativos à operação da I-Systems, completada em novembro de 2021, a Margem EBITDA seria de 48,5%.

Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT

A linha de D&A apresentou incremento de 3,0% A/A em 2021, totalizando R$ 5.692 milhões explicado, principalmente, pelo aumento da Depreciação de Equipamentos de Transmissão 4G e aumento da Depreciação de infraestrutura de torres e dos direitos de uso, em função de uma maior base de contratos de leasing, parcialmente compensada por um menor montante de Amortização de softwares.

No ano, o EBIT Normalizado totalizou R$ 3.034 milhões, o que representa um crescimento de 6,7% A/A.

Resultado Financeiro Líquido

No ano, o Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R$ 653 milhões, comparado a -R$ 807 milhões em 2020, em decorrência de:

(i) maior receita financeira advinda de: (1) aumento da receita com juros sobre aplicações financeiras, refletindo uma taxa básica de juros elevada e maior geração caixa (Selic encerrou o ano a 9,25%); e (2) de uma soma de bônus que dão direito à participação no capital social do Banco C6 superior a 2020 (4,08% em 2021 vs. 1,4% em 2020).

(ii) Maior despesa financeira devido à: (1) maior volume de juros e custos atrelados aos novos empréstimos e financiamentos adquiridos – em razão da adição de novas dívidas durante o ano, visando o financiamento das obrigações futuras com a aquisição dos ativos móveis da Oi e as obrigações com o leilão de frequências; e (2) maior volume de juros sobre leasings, em meio à um aumento nos índices de inflação.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social Normalizado foi negativo em R$ 182 milhões em 2021, comparado com -R$ 166 milhões em 2020. **Em 2021, a alíquota efetiva na visão normalizada foi de -7,6% vs. -8,2% em 2020,** explicado, principalmente, pela maior utilização de benefícios fiscais em 2021.

Lucro Líquido

No ano, o Lucro Líquido Normalizado totalizou R$ 2.200 milhões, uma expansão de 17,6% comparado a 2020, com LPA de R$ 0,32.

7.4. Fluxo de Caixa, Dívida e CAPEX

DESCRIÇÃO	2021	Ajustes de Normalização	2021	2020	% A/A
	Reportado		Normalizado*		
R$ milhões					
EBITDA	9.459	(722)	8.378	8.372	4,4%
Capex	(7.966)	3.585	(4.382)	(3.891)	12,6%
EBITDA - Capex	**1.493**	**2.863**	**4.356**	**4.480**	**-2,8%**
Capex Não-Caixa**	2.682	(2.682)	-	-	n.a.
Δ Capital de Giro	**1.007**	**-**	**1.007**	**159**	**533,3%**
Itens operacionais não recorrentes	-	722	722	(30)	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional	**5.182**	**902**	**6.084**	**4.610**	**32,0%**

* EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R$ 743,1 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21, +R$ 13,7 milhões no 2T21 e +R$ 2,6 milhões no 1T20). Capex normalizado exclui os impactos relacionados a aquisição de licenças no leilão de frequências (R$ 3.585 milhões no 4T21).
** Efeitos da aquisição 5G sem impacto no caixa (Nota 40 da DFP).

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL) Normalizado[10], foi positivo em R$ 6.084 milhões, um crescimento de 32,0% A/A, enquanto o FCOL Reportado totalizou R$ 5.182 milhões.

No acumulado do ano o EBITDA-Capex Normalizado somou R$ 4.356 milhões.

Em 2021 o EBITDA-AL-Capex Normalizado totalizou o montante de R$ 2.385 milhões, uma queda de 13,8% comparado ao 2020.

A variação de R$ 902 milhões entre a visualização do FCOL Normalizado para o FCOL Reportado deve-se, principalmente, pelo montante atrelado à licença adquirida no último leilão (R$ 843 milhões) possuir característica de dívida financeira, já que sofre incidência da Selic, sendo considerado no fluxo de financiamento. Já em relação as obrigações relativas a EAF e EACE (R$ 2.682 milhões), sofrem correção monetária definida no edital do leilão pelo índice inflacionário IGP-DI. Logo, estas obrigações possuem característica de compromisso comercial e impactam o fluxo operacional.

CAPEX

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Rede	3.052	2.740	11,4%
TI & Outros	1.329	1.152	15,4%
Capex Normalizado*	**4.382**	**3.891**	**12,6%**
Leilão 4G e 5G	3.585	-	n.a.
Capex Normalizado*	**7.966**	**3.891**	**104,7%**
Capex Normalizado*/ Receita Líquida	**24,3%**	**22,5%**	**1,7p.p.**

* Capex normalizado exclui os impactos relacionados a aquisição de licenças no leilão de frequências (R$ 3.585 milhões no 4T21).

No resultado do ano, **o Capex Normalizado, que exclui os impactos do leilão, totalizou R$ 4.382 milhões, representando uma alta de 12,6% A/A,** explicado pelos projetos referentes a preparação da infraestrutura para integração com ativos da móveis da Oi. **Em 2021, o Capex Total, incluindo os impactos do leilão, foi de R$ 7.966 milhões.**

DÍVIDA E CAIXA

Perfil da Dívida

EMISSÕES	MOEDA	TAXA DE JUROS	VENCIMENTO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
R$ milhões						
KFW Finnvera	USD	Libor+0,75%	01/24 a 12/25	93	186	278
Scotia	USD	1,4748% a.a.	04/24	2	558	560
BNP Paribas	USD	2,8220% a.a. a 7,0907% a.a.	01/22 a 01/24	444	500	944
Debêntures	BRL	IPCA + 4,1782% a.a.	06/28	(1)	1.669	1.667
BNDES	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	2	395	396
Dívida Financeira Total				**538**	**3.307**	**3.845**
Licença (4G e 5G)	BRL	Selic	12/40	47	796	843
Dívida Total Antes do Lease				**585**	**4.104**	**4.688**
Lease Total	BRL	IPCA/IGP-M	01/29	1.240	7.581	8.820
Dívida Total				**1.825**	**11.684**	**13.509**

Dívida Líquida

DESCRIÇÃO	4T21	3T21	2T21	4T20
R$ milhões				
Dívida de Curto Prazo	538	534	1.446	2.261
Dívida de Longo Prazo	3.307	2.881	2.780	284
Dívida Financeira Total	**3.845**	**3.415**	**4.226**	**2.545**
Caixa e Equivalentes de Caixa	(9.797)	(7.372)	(7.125)	(4.319)
Derivativos Líquidos-ex C6	11	24	(104)	(490)
Dívida Financeira Líquida	**(5.940)**	**(3.933)**	**(3.003)**	**(2.263)**
Licença (4G e 5G)	843	-	-	-
Dívida Financeira Líquida AL	**(5.097)**	**(3.933)**	**(3.003)**	**(2.263)**
Lease Total	8.820	8.271	8.186	8.180
Dívida Líquida Total	**3.723**	**4.338**	**5.183**	**5.917**
Dívida Líquida AL/EBITDA AL*	**-0,8x**	**-0,6x**	**-0,4x**	**-0,3x**
Dívida Líquida Total/EBITDA	**0,4x**	**0,5x**	**0,6x**	**0,7x**

*EBITDA 12M "após o pagamento de *leases*", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a *leasings* financeiros.

Dívida Por Vencimento

ANO	PRO-FORMA	INCLUINDO IFRS 9, 15 & 16
R$ milhões		
2023	135	1.370
2024	1.172	2.276
2025	127	967
2026	662	1.294
Após 2026	2.007	5.777
Dívida Total	**4.104**	**11.684**

A Dívida Normalizada (pós-*hedge*) do 4T21 ficou em R$ 13.520 milhões, representando um crescimento de R$ 2.419 milhões A/A. O total inclui: (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R$ 8.820 milhões (relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e contratos de arrendamento com prazos superiores a 12 meses, conforme estabelecido pelo IFRS 16); (ii) dívida bancária no montante de R$ 3.845 milhões; (iii) a posição de derivativos[14] de *hedge* no valor de R$ 11 milhões (excluindo os efeitos do Banco C6); e (iv) impacto relacionado as licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R$ 843 milhões.

Ao fim de dezembro, o montante de financiamentos (pós-hedge) totalizou R$ 3.845 milhões. **O custo médio da dívida excluindo os *leasings* e licenças foi de 9,5% a.a. no trimestre,** uma elevação quando comparado ao custo de 2,5% a.a. do 4T20, impactado pelo aumento do CDI no período.

Seguindo o programa de financiamento da companhia, aprovado pelo conselho de administração da TIM em março de 2021, para aquisição dos ativos móveis da Oi, ao longo de 2021 a companhia captou R$ 3,0 bilhões em novas dívidas:

(i) Em abril de 2021, foram celebrados dois contratos totalizando o montante de R$ 1.072 milhões, ambos realizados com bancos estrangeiros;

(ii) Em junho, a Companhia concluiu a liquidação da 2ª emissão de debêntures, no montante total de R$ 1,6 bilhão, com vencimento em junho de 2028. Tendo sido esta a primeira oferta de debentures da história da Companhia a considerar aspectos ESG em sua emissão, gerando benefícios para sociedade e para o meio ambiente, além de corroborar para atingimento dos objetivos do Plano Estratégico da Companhia;

(iii) Em novembro de 2021, foi celebrado um contrato com o BNDES, no valor total de R$ 390 milhões.

No final do trimestre, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R$ 9.797 milhões, registrando crescimento de R$ 5.151 milhões A/A.

O rendimento financeiro médio foi de 8,8% a.a. no 4T21, aumento de 6,4 p.p. em relação ao 4T20, em função dos últimos aumentos observados da taxa Selic e de uma melhor alocação dos recursos.

8. Environmental, Social & Governance

Jornada ESG

A TIM é pioneira nos temas ESG (Environmental, Social & Governance) no setor de Telecomunicações no Brasil. Há 14 anos a Companhia faz parte da Carteira do Índice de Sustentabilidade da B3 (ISE-B3), sendo a empresa do setor que há mais tempo configura no Índice. Em fevereiro de 2022, a TIM foi reconhecida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo pela S&P Global ESG, organização responsável pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI). A companhia foi incluída no **Sustainability Yearbook 2022** pela evolução da sua performance no processo de submissão ao DJSI, com um crescimento de 24%.

Desde 2011, a TIM voluntariamente faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança corporativa da Bolsa de Valores Brasileira, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU).

Como signatária do Pacto Global da ONU desde 2008 e da ONU Mulheres desde 2021, a TIM desenvolve projetos conectados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reconhece os direitos à privacidade de dados, à internet segura, ao acesso à informação e à liberdade de expressão como essenciais e inegociáveis.

A TIM vem se tornando uma das líderes na promoção da diversidade e inclusão, com metas, compromissos e adesões a diversas iniciativas relacionadas aos temas gênero, raça, LGBTI+, idade, entre outros. A Companhia se tornou, em 2021, a primeira operadora brasileira a integrar o Refinitiv Diversity & Inclusion Index, se tornando o benchmark brasileiro e de telecom worldwide. Também passou a fazer parte, em 2022, do Índice de Igualdade de Gênero da Bloomberg, que reúne 418 empresas de 45 países, sendo 13 do Brasil.

Reconhecida com o selo Top Employers, a TIM também se consolida como uma das empresas com melhores práticas de RH. A certificação é resultado da auditoria independente da Top Employer Institute, um instituto internacional com 30 anos de atuação em 120 países.

A TIM responde ao Carbon Disclosure Project (CDP) – maior base de dados do mundo sobre Gases de Efeito Estufa relacionada às Mudanças Climáticas – desde 2010, e registra suas emissões no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol.

Desde 2004, a TIM apresenta seu desempenho em sustentabilidade e há 13 anos publica relatórios conforme as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). A partir de 2021, a Companhia passou a chamar esta publicação de Relatório ESG e segue com o seu compromisso de transparência e prestação de contas a seus stakeholders, organizando o relato nos três pilares: Ambiental, Social e Governança. O Relatório é assegurado ainda por terceira parte independente.

Nossas Políticas de Responsabilidade Social, Direitos Humanos, Diversidade, Meio Ambiente, Gestão da Mudança do Clima, Gestão de Riscos Corporativos, Anticorrupção, Relacionamento com Fornecedores, Segurança e Saúde do Trabalho, Privacidade, entre outras, estão publicamente disponíveis para a livre consulta de nossos *stakeholders*.

Em cumprimento a Lei Geral de Proteção de Dados, vigente no Brasil desde 2020, a TIM atua para garantir a privacidade dos clientes, proteger seus dados pessoais e manter uma relação cada vez mais transparente. Mais informações na Central de Privacidade no site da TIM.

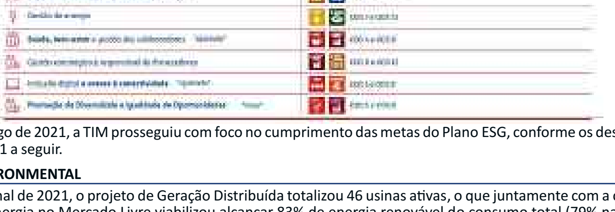
Em 2013 a TIM fundou o Instituto TIM com a missão de democratizar o acesso à ciência, tecnologia e inovação para promover o desenvolvimento humano no Brasil. Mais de 700 mil pessoas de todos os estados e do Distrito Federal já foram beneficiadas pelos projetos de educação e inclusão do Instituto, sendo, inclusive, premiados internacionalmente (Prêmio Governarte – BID 2015).

Por sua sólida atuação em ESG, a TIM integra índices e ratings nacionais e internacionais, como Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-B3), Índice de Carbono Eficiente (ICO2-B3), Índice Brasil ESG (S&P/B3), Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR-70), Refinitiv Diversity & Inclusion, Gender Equality Index (GEI) da Bloomberg, *FTSE4GOOD Emerging Markets*, *FTSE4GOOD Latin America*, *MSCI ACWI ESG Leaders*, *MSCI Emerging Markets ESG Leaders*, Teva Indices ESG Mulheres no Conselho, selo Women on Board, entre outros, além de ser certificada pelas normas ISO 9001 (desde 2000), ISO 14001 (desde 2010) e ISO 37001 (desde 2021).

Temas Materiais

Devido à pandemia de Covid-19, a TIM conduziu um novo processo de consulta a stakeholders, com o objetivo de revisar sua materialidade, uma boa prática incentivada por especialistas.

Após novas entrevistas e estudos, quatro temas materiais foram complementados e um novo tema surgiu, "Promoção da Diversidade e Igualdade de Oportunidades", conforme quadro atualizado (negrito) a seguir:



Ao longo de 2021, a TIM prosseguiu com foco no cumprimento das metas do Plano ESG, conforme os destaques do 4T21 a seguir.

ENVIRONMENTAL

- Ao final de 2021, o projeto de Geração Distribuída totalizou 46 usinas ativas, o que juntamente com a compra de energia no Mercado Livre viabilizou alcançar 83% de energia renovável do consumo total (79% na média anual). Com a aquisição de certificados de energia renovável para o consumo no Sistema Interligado Nacional, a TIM atingiu a marca de 100% de energia renovável;
- Obteve +96% de ecoeficiência em tráfego de dados (acompanhado acompanhada em bit/Joule);
- Reduziu em 153% as emissões indiretas (escopo 2) e em 94% as emissões de escopo 1 e escopo 2;
- Em dezembro de 2021, totalizou 1.766 *biosites* instalados. Além de serem uma solução para reduzir o número de antenas e torres, diminuindo o impacto visual e urbanístico, essas estruturas podem agregar outras funções, como iluminação pública e câmeras de segurança;
- Comprometida com a meta de ser uma empresa carbono neutro até 2030, a TIM melhorou sua performance no CDP, passando seu *score* de B- (2020) para B (2021);
- É integrante do Índice Carbono Eficiente da B3, carteira composta por empresas que apresentam inventários de emissões de gases de efeito estufa e demonstram compromisso com relação às mudanças climáticas, e também do ICDPR-70, Índice CDP Brasil de Resiliência Climática;
- Aderiu, enquanto Grupo TIM, à iniciativa *Science Based Target* (SBTi) na busca pelas melhores práticas de redução e neutralização das emissões de GEE;
- É certificada nas normas ISO 9001, desde 2000 e ISO 14001, desde 2010.

[14] A posição de derivativos é composta, ainda, pelo bônus de subscrição no capital do Banco C6, conforme Nota Explicativa 37 na DFP da TIM S.A.

SOCIAL

- A TIM aumentou em 36% o número de pessoas negras em seu quadro de colaboradores e em 34% o percentual de mulheres em cargos de liderança;
- A meta de levar a conectividade do 4G a todos os municípios do Brasil até 2023 chegou, em dezembro de 2021, a 85% de cobertura. Na região Nordeste, os estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte encerraram o ano com 100% de cobertura;
- No mês da Consciência Negra, a TIM ratificou sua participação na Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero. A operadora tem o compromisso de ter, no mínimo, 40% de pessoas negras em seu quadro profissional até 2023;
- A TIM aderiu, em outubro, ao Fórum Gerações e Futuro do Trabalho, iniciativa que reúne empresas comprometidas com a inclusão de profissionais de diferentes idades no mercado;
- Como parte do seu compromisso de promover um ambiente cada vez mais inclusivo, seguro e livre de discriminação, a TIM publicou em novembro a Política de prevenção, coibição e gerenciamento às práticas de assédio moral, sexual e *bullying*;
- O Instituto TIM e a TIM se uniram à ONG *One By One* por mais mobilidade e oportunidades para crianças e jovens com deficiência e promoveram em dezembro uma ação de voluntariado com os colaboradores para acabar com a fila por cadeiras de roda da entidade. A Companhia se comprometeu a multiplicar o valor doado pelos funcionários para conseguir alcançar a meta;
- A quarta edição do TIM *Talks Experience* abordou temas como 5G, *cloud*, inteligência artificial, ESG e privacidade de dados. Como nos anos anteriores, o evento foi aberto à sociedade, com transmissão pelo site e YouTube da TIM;
- A TIM é signatária dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEP, em inglês) da ONU e faz parte da Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero.

GOVERNANCE

- Em cumprimento a meta de reduzir pela metade o número de reclamações dos clientes na Anatel, em comparação a 2019, a TIM alcançou em dezembro de 2021 uma redução de 44%;
- Pelo 14º ano, a TIM é listada na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3/Bovespa, mantendo sua posição de empresa de telecomunicações por mais anos consecutivos no ISE. Nesse ciclo, o ISE realizou diversas mudanças na metodologia, como a inclusão do risco reputacional e a nota do Carbon Disclosure Project (CDP) como critérios classificatórios. Além disso, passou a adotar questionários setorizados e a apresentar notas gerais e por setor, para aumentar ainda mais a transparência das empresas que estão mais avançadas na agenda ESG;
- A TIM ficou em sétimo lugar no *ranking* de sustentabilidade da consultoria Resultante ESG, escritório especializado em ESG, pesquisas e educação para planejamento e análise de riscos;
- Na 18º edição do prêmio As Melhores da Dinheiro, da revista IstoÉ Dinheiro, a TIM foi escolhida a melhor operadora;
- A TIM conquistou 5 ouros no Prêmio ABT 2021 por suas ações de relacionamento com o cliente;
- A TIM foi a operadora com maior índice de satisfação entre os consumidores, segundo o *ranking* da Anatel;
- No Leilão 5G, promovido pela Anatel, a TIM adquiriu 11 lotes, no valor R$ 1,05 bilhão, conseguindo obter as frequências em todas as faixas que planejava;
- Desde 2011 faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança das empresas litadas na B3;
- Foi primeira e até o momento única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União;
- Primeira operadora a conseguir a certificação ISO 37001, que atesta a segurança e eficácia do sistema de gestão antissuborno.

Para acessar o informe trimestral de ESG, favor acessar: Informe Trimestral ESG

9. Governança Corporativa

9.1. Companhia listada no Novo Mercado há mais de 10 anos

Em 03 de agosto de 2011 a TIM aderiu ao "Novo Mercado", segmento que concentra as empresas comprometidas com as melhores práticas de governança corporativa.

A migração para o Novo Mercado resultou em benefícios para todos os acionistas. As regras exigidas, alinhadas às melhores práticas de governança corporativa de mercados como Estados Unidos e Europa, potencializam uma maior liquidez e valorização das ações, permitindo um acesso mais amplo aos mercados internacionais, além de promover o fortalecimento da imagem institucional e o aumento da confiança na Companhia.

Adicionalmente, a TIM pertence ao seleto grupo de empresas que compõem as carteiras do Índice de Governança Corporativa (IGC), do Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) da B3 e, há 14 anos, também, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composto por empresas que se comprometeram a gerenciar os riscos derivados de desenvolvimentos econômicos, ambientais e sociais, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU).

9.2. Governança Corporativa na TIM

A TIM é uma sociedade por ações de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária e supervisionada por um Conselho Fiscal. O Conselho de Administração, por sua vez, é auxiliado por comitês de assessoramento, quais sejam, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Controle e Riscos, o Comitê de Remuneração e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*.

Os deveres e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração estão determinados na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regimento Interno do Conselho de Administração, no Regimento Interno da Diretoria Estatutária, no Regimento Interno do Conselho Fiscal e nos Regimentos Internos dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Na condição de membros ativos e responsáveis pela comunidade em que atuam, a Companhia e seus administradores devem pautar suas ações pela legalidade e pela ética, baseado em três princípios fundamentais: transparência, honestidade e lealdade.

Na condução dos seus negócios pautados, além da ética e da lealdade, pela boa-fé, a Companhia busca: (i) agir com transparência nos negócios, (ii) promover a lealdade na concorrência; (iii) excelência de competitividade no mercado; (iv) atender ao bem-estar e ao crescimento da comunidade em que opera; (v) aprimorar os seus recursos humanos; e (vi) promover o desenvolvimento sustentável.

9.3. Política de Divulgação

A TIM adotou em 2002 uma Política de Divulgação/Negociação e Diferenças de Governança Corporativa da NYSE, à qual a administração da Companhia aderiu mediante assinatura do termo de adesão. Como parte dessa política, estabeleceu-se um código de conduta a ser seguido por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas, além de terem sido impostas restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos.

A Política de Divulgação da Companhia prevê a utilização do Portal da Agência Estado, que pode ser acessado pelo link: http://economia.estadao.com.br/fatos-relevantes/, na forma da Instrução CVM nº 547/2014, que permitiu a divulgação de fatos relevantes em portais de notícias de acesso gratuito.

9.4. Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CDA) é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 19 (dezenove) membros, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração era formado por 10 (dez) membros, sendo 4 (quatro) deles independentes. Em 2021, o CDA se reuniu 15 (quinze) vezes no exercício de suas funções.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas, publicadas e consignadas no livro de atas do Conselho de Administração, arquivado na sede na Companhia.

O Conselho se reúne ordinariamente no mínimo seis vezes ao ano e no máximo doze vezes, e, também, extraordinariamente, mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer dois Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria Estatutária, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas. Os convidados a participar das reuniões do Conselho não possuem direito de voto.

O Conselho de Administração tem 4 (quatro) comitês de assessoramento, todos diretamente vinculados a ele: o Comitê de Auditoria Estatutário, com regras previstas no Estatuto Social da Companhia, o Comitê de Remuneração, o Comitê de Controle e Riscos e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*, podendo haver participação de um ou mais membros nos Comitês, simultaneamente.

9.5. Diretoria Estatutária

A Diretoria Estatutária (Diretoria) é o órgão de representação e de administração executiva da Companhia, sendo composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 12 (doze) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de dois anos, admitida a reeleição, podendo ser destituídos pelo mesmo órgão a qualquer tempo. Em 31 de dezembro de 2021, a Diretoria da Companhia era composta por 8 (oito) membros. Em 2021, a Diretoria se reuniu 43 (quarenta e três) vezes no exercício de suas funções.

9.6. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal (CF) é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, todos profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantenham qualquer outro vínculo com a Companhia, cada com um respectivo suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho Fiscal da Companhia era composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes. Em 2021, o CF se reuniu 8 (oito) vezes no exercício de suas funções.

9.7. Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos independentes. Atualmente o CAE é composto por 3 (três) membros.

O CAE tem por objetivo supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores, tanto internos quanto independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, do outro lado. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de Audit *Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act*, ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na US *Securities and Exchange Commission* – SEC. Em 2021, o CAE se reuniu 20 (vinte) vezes no exercício de suas funções.

Os membros do CAE analisaram as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021"). Considerando as informações prestadas pela Diretoria Estatutária da Companhia e pela auditoria externa da Ernst & Young Auditores Independentes S/S. ("EY"), bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, o CAE avaliou que essas informações e documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia, para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

www.tim.com.br

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

9.8. Comitê de Controle e Riscos

O Comitê de Controle e Riscos (CCR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de medidas de controle interno e de gestão de riscos, e o cumprimento de regras de governança. Em 31 de dezembro de 2021, o CCR era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2021, o CCR se reuniu 10 (dez) vezes no exercício de suas funções.

9.9. Comitê de Remuneração

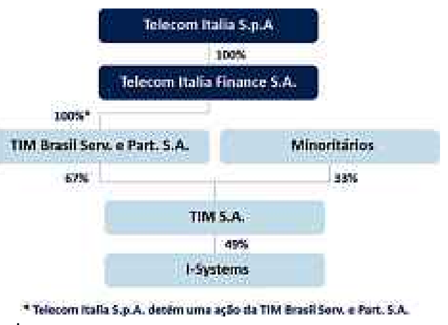
O Comitê de Remuneração (CR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de propostas de rateio da remuneração global aprovada pela Assembleia Geral, e o critério de remuneração dos Diretores Estatutários e dos altos executivos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o CR era composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) desses independente. Ao longo de 2021, o CR se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

9.10. Comitê de Environmental, Social & Governance

O Comitê de *Environmental, Social & Governance* (CESG), , é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui a finalidade de assessorar o CDA no desenvolvimento e implementação da estratégia e dos princípios de *Environmental, Social & Governance*, incluindo, dentre outras atividades, a recomendação das diretrizes e da estratégia da Companhia aplicáveis à gestão de questões ambientais, sociais e de governança. Em 31 de dezembro de 2021, o CESG era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2021, o CESG se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

9.11. Estrutura Acionária

A Companhia encerrou 2021 com capital social no montante de R$ 13.477.890.507,55, representado por 2.420.804.398 ações ordinárias. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. detêm o controle acionário da TIM com aproximadamente 67% das ações.



* Telecom Italia S.p.A. detém uma ação da TIM Brasil Serv. e Part. S.A.

9.12. Política de Dividendos

Conforme Estatuto Social e a Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2021, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, a quantia equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

É obrigatória a manutenção de uma reserva legal, à qual a Companhia deve alocar 5% dos lucros líquidos de cada exercício fiscal, até que o valor dessa reserva seja equivalente a 20% do capital.

A distribuição de dividendos anuais é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária.

Nos dias 6 de junho, 24 de setembro e 15 de dezembro de 2021, a TIM S.A. divulgou que seu Conselho de Administração aprovou a distribuição de R$ 350 milhões, R$ 137,5 milhões e R$ 560 milhões, respectivamente, a título de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP"). Os pagamentos ocorreram nos dias 20 de julho de 2021, 27 de outubro de 2021 e 25 de janeiro de 2022, sendo as datas de 21 de junho, 29 de setembro e 20 de dezembro de 2021 aquelas que serviram para identificar os acionistas com direito a receber tais valores. Desta forma, as ações adquiridas após as referidas datas estavam ex-direito de distribuição de JSCP. Desse modo, a TIM declarou um montante total de R$ 1.047,5 milhões de JCP em 2021.

9.13. Eventos do Exercício e Subsequentes

Contingência Tributária

Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM sobre o tema, ainda pender julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 547 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

Parceria entre TIM e Cogna

No dia 7 de julho de 2021, a Companhia informou aos seus acionistas, ao mercado em geral e a outras partes interessadas que, juntamente com a Anhanguera Educacional Participações S.A. ("AESAPAR"), uma subsidiária da Cogna Educação S.A ("Cogna"), em conjunto denominadas "Parceiras", concluíram as negociações referentes a uma parceria estratégica ("Parceria") com o objetivo de desenvolver ofertas combinadas com benefícios especiais visando o acesso à educação a distância através da plataforma Ampli.

As Parceiras destacaram o caráter inovador do acordo que celebraram, ao juntar uma plataforma digital de ensino desenvolvida em conceito *mobile-first*, com a maior infraestrutura 4G do Brasil. Esta é uma poderosa combinação que vai ampliar e incentivar o acesso a cursos universitários e livres a todos os clientes da TIM. Essa abordagem oferece grande potencial de geração de valor para ambas as empresas por meio do crescimento da base de clientes e aumento de receitas.

A Parceria se encaixa na estratégia de Plataforma de Clientes que vem sendo trabalhada pela Companhia desde 2020. Esta estratégia busca a monetização dos ativos que a TIM detém como operadora de telefonia móvel através de parcerias estratégicas que criem valor para nossos clientes e para a própria empresa.

Este acordo não cria uma *joint venture* e, portanto, a TIM mantém a independência de suas operações. Por meio de um mecanismo de remuneração baseado em objetivos e a depender da evolução dos resultados da parceria, a TIM se tornará sócia minoritária da AESAPAR em uma nova empresa a ser criada como consequência da separação de ativos da plataforma Ampli ("Ampli Co"). A constituição e operação da Ampli Co será submetida pela AESAPAR às autoridades competentes, em especial ao Ministério da Educação (MEC).

A participação da TIM na Ampli Co pode atingir até 30% do seu capital e a subscrição das ações deverá ser previamente aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. No plano definido, há a expectativa de a Ampli Co buscar no futuro um IPO (*Initial Public Offering*).

TIM obtém direito ao exercício da 3ª e 4ª tranches de bônus de subscrição no Banco C6

Em julho de 2021, no âmbito da parceria estratégica ("Parceria") firmada com o Banco C6 S.A. ("C6" ou "Banco"), a TIM obteve o direito ao exercício da 3ª tranche do bônus de subscrição do capital social do C6, em decorrência do atingimento do 3º nível das metas acordadas, desta forma foram registrados no balanço da Companhia bônus equivalentes a aproximadamente 0,7% do capital do banco, totalizando de 3,6%.

Em outubro de 2021, a TIM obteve o direito ao *vesting* da 4ª tranche do bônus de Subscrição de participação indireta no capital social do C6, em decorrência do atingimento do 4º nível das metas acordadas no âmbito da parceria, o que significa o atingimento equivalente à participação indireta acumulada de aproximadamente 4,08% no capital social do C6.

TIM elege nova CFO/ DRI

Em agosto de 2021, a TIM anunciou a Sra. Camille Loyo Faria para às posições de Diretora Financeira (CFO) e de Diretora de Relações com Investidores (DRI). Camille chega à TIM com uma larga experiência em funções executivas no setor de telecomunicações e infraestrutura, com passagens por companhias da indústria. Em sua carreira ela acumula ainda atuações importantes na área de *Investment Banking* e no setor de energia.

Fechamento da transação entre a IHS e a I-Systems

No dia 16 de novembro de 2021, a TIM S.A. ("TIM") e a IHS Fiber Brasil ("IHS", após as autorizações regulatórias da ANATEL e do CADE, foi consumado o fechamento da transação com vistas à aquisição, pela IHS, de participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. ("FiberCo"), empresa constituída pela TIM para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura.

Como resultado do fechamento da Transação, a IHS Brasil passou a deter 51% do capital social da FiberCo, permanecendo os restantes 49% sob o controle da TIM.

A FiberCo começa sua operação com aproximadamente 15.000 km de fibra em rede secundária, cobrindo, aproximadamente, 6,4milhões de domicílios (*homes passed*), sendo 3,5 milhões em FTTH e 3,4 milhões em FTTC, que constituem a base inicial de ativos transferidos pela TIM. Os domicílios conectados (*homes connected*) são aproximadamente 700 mil sobre os quais a FiberCo fornecerá serviços de operação e manutenção a TIM. Além disso, foram transferidos a FiberCo cerca de 140 funcionários, e outros ativos e contratos, todos exclusivamente relacionados com o perímetro das suas atividades.

Com a conclusão da aquisição, a FiberCo passou a se chamar I-Systems, e inicia sua trajetória como um veículo de infraestrutura tendo como missão implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado, tendo a TIM como cliente âncora.

ANATEL concede anuência prévia para transferência de controle das atividades de telefonia móvel da Oi

Em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL– Agência Nacional de Telecomunicações, por unanimidade, concedeu anuência prévia à implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[15], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Transação").

A anuência prévia prevê determinados condicionantes em linha com uma transação dessa natureza, os quais visam principalmente garantir o acesso de prestadoras de pequeno porte às redes de abrangência nacional, manter compromissos vinculados às radiofrequências transferidas, estabelecer os parâmetros mínimos do plano de comunicação ligado à Transação e assegurar aos usuários certos direitos nas etapas de migração.

TIM elege novo Diretor Presidente (CEO)

Em 31 de janeiro de 2022, a o Conselho de administração da Companhia anunciou o Sr. Alberto Mario Griselli para substituir o Sr. Pietro Labriola nos cargos de CEO e membro do Conselho. O Sr. Griselli, que desde julho de 2019 ocupava o cargo de *Chief Revenue Officer* (CRO) da Companhia, é formado em Engenharia Eletrônica pela La Sapienza University em Roma e FMBA pela Columbia University. Com mais de 20 anos de experiência no setor de telecomunicações, ocupou cargos relevantes como vice-presidente para América Latina da TIMwe, fornecedora global de soluções de engajamento móvel para operadoras de telecomunicações, e *Managing Director* para América Latina da Value Partners, empresa de consultoria de gestão.

[15] Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).

CADE aprova a aquisição pela TIM da maior parte dos ativos da operação de telefonia móvel da Oi

Em 09 de fevereiro de 2022, o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, no âmbito do Ato de Concentração n° 08700.000726/2021-08, aprovou a implementação da operação societária referente à transferência integral do controle ("Transação") das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE") , que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel", "Vendedora"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Compradoras").

A aprovação prevê um conjunto de condicionantes, em sua maioria comportamentais, e que compunham uma proposta de Acordo em Controle de Concentração ("ACC") feita pelas Compradoras ao CADE. Esses condicionantes tem um caráter modular e podem ser utilizados por novos entrantes e operadoras de menor porte para reduzir barreiras de entrada e alavancar a exploração de diferentes modelos de negócios, sem afetar o objetivo primário da TIM de fortalecer sua infraestrutura, fechando a disparidade de capacidade espectral em relação a seus principais concorrentes. Desta maneira, a Companhia entende que foi atingido um equilíbrio entre criação de valor e mitigação das preocupações concorrenciais para o setor que o ACC endereça.

A efetiva conclusão da Transação, que definirá um equilíbrio de infraestrutura entre os três principais concorrentes do setor, ainda depende do cumprimento de determinadas etapas previstas no Contrato de Compra e Venda. Entretanto, uma vez ocorrida trará benefícios amplos, mantendo alto grau de rivalidade setorial e garantindo os investimentos necessários para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e o avanço digital do país.

► 10. Auditoria Independente – IN CVM nº 381

Em 2021, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou serviços de auditoria de nossas demonstrações financeiras e outros serviços não relacionados à auditoria, que estão relacionados à revisão do Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

Tais serviços não superaram o patamar de 5% do total dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. No entendimento dos auditores externos a prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados. Os auditores possuem processos internos para garantir que estes outros serviços sejam avaliados internamente, bem como pré-aprovados antes da apresentação de qualquer proposta à TIM.

A Companhia destaca ainda que está sujeita à uma política, aprovada pelo Conselho de Administração em 24/09/2021, que disciplina o processo de contratação dos auditores externos bem como de eventuais serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Controladora. Tal documento define ainda, um rol exemplificativo de serviços não relacionados à auditoria cuja contratação é vedada.

► 11. Mercado de Capitais

As ações ordinárias da TIM S.A. são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) sob o código TIMS3 e as ADRs, *American Depositary Receipts*, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, *New York Stock Exchange* (NYSE), sob o código TIMB.

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou 2021 em 104.822 pontos, acumulando uma queda de 11,92% quando comparado ao ano anterior, e valor de mercado de R$ 3,7 trilhões.

A Companhia encerrou 2021 com suas ações ordinárias cotadas a R$ 13,15 na B3, uma queda de 7,1% A/A, enquanto as ADRs, na NYSE, fecharam ao preço de U$ 11,64, redução de 13,5% A/A. Em valor de mercado, a TIM fechou o ano valorada em R$ 31,8 bilhões ou US$ 5,6 bilhões.

► Considerações Finais

A TIM S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos seus clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incansavelmente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado. Os agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teriam sido atingidos os objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na gestão do negócio.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Ativo		49.819.186	41.654.417	41.654.417
Circulante		15.398.048	10.411.555	10.411.556
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.228.615	2.575.290	2.575.291
Títulos e valores mobiliários	5	4.568.020	2.070.438	2.070.438
Contas a receber de clientes	6	3.066.906	3.051.834	3.051.834
Estoques	7	202.553	246.602	246.602
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	354.620	374.015	374.015
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	1.311.906	1.421.112	1.421.112
Despesas antecipadas	11	275.148	149.796	149.796
Instrumentos financeiros derivativos	37	134.292	262.666	262.666
Arrendamentos	16	30.076	5.357	5.357
Outros valores a compensar	17	28.661	43.906	43.906
Outros ativos		197.251	210.539	210.539
Não Circulante		34.421.138	31.242.862	31.242.861
Realizável a longo prazo		3.925.956	4.115.088	4.115.088
Títulos e valores mobiliários	5	11.508	7.061	7.061
Contas a receber de clientes	6	186.301	128.827	128.827
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	905.312	856.786	856.786
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	730.455	1.277.127	1.277.127
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	536.888	550.646	550.646
Depósitos judiciais	12	718.773	794.755	794.755
Despesas antecipadas	11	83.139	73.598	73.598
Instrumentos financeiros derivativos	37	521.627	239.423	239.423
Arrendamentos	16	213.045	156.841	156.841
Outros ativos		18.908	30.024	30.024
Investimento	13	1.601.703	1	-
Imobilizado	14	18.308.400	18.100.698	18.100.698
Intangível	15	10.585.079	9.027.075	9.027.075

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		49.819.186	41.654.417	41.654.417
Total do Passivo		24.712.080	18.471.672	18.471.672
Circulante		10.611.482	8.301.956	8.301.956
Fornecedores	18	3.267.404	3.128.732	3.128.732
Empréstimos e financiamentos	20	538.450	1.689.385	1.689.385
Passivo de arrendamento	16	1.269.878	1.054.709	1.054.709
Instrumentos financeiros derivativos	37	194.837	7.273	7.273
Obrigações trabalhistas		303.239	272.635	272.635
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	1.418.682	935.778	935.778
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	245.113	296.299	296.299
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	533.580	538.576	538.576
Autorizações a pagar	19	2.630.169	102.507	102.507
Receitas diferidas	23	197.179	266.436	266.436
Outros passivos		12.951	9.626	9.626
Não Circulante		14.100.598	10.169.716	10.169.716
Empréstimos e financiamentos	20	3.307.015	655.647	655.647
Instrumentos financeiros derivativos	37	13.950	28.893	28.893
Passivo de arrendamento	16	7.793.661	7.324.126	7.324.126
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	3.273	3.102	3.102
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	13.227	212.444	212.444
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	960.881	886.947	886.947
Planos de pensão e outros benefícios pós emprego	38	6.492	7.346	7.346
Autorizações a pagar	19	1.250.918	232.940	232.940
Receitas diferidas	23	689.161	755.488	755.488
Outros passivos		62.020	62.783	62.783
Patrimônio Líquido	25	25.107.106	23.182.745	23.182.745
Capital social		13.477.891	13.477.891	13.477.891
Reservas de capital		401.806	397.183	397.183
Reservas de lucros		11.236.551	9.317.356	9.317.356
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.285)	(4.848)	(4.848)
Ações em tesouraria		(4.857)	(4.837)	(4.837)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Receita líquida	27	18.058.027	17.267.812	17.267.812
Custos de serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	(8.443.023)	(7.996.615)	(7.996.615)
Lucro bruto		9.615.004	9.271.197	9.271.197
Receitas (despesas) operacionais:				
Comercialização	28	(4.621.788)	(4.443.027)	(4.443.027)
Gerais e administrativas	28	(1.723.384)	(1.656.267)	(1.656.267)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(11.572)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	29	497.771	(356.986)	(356.986)
		(5.858.973)	(6.456.280)	(6.456.280)
Lucro antes de receitas e despesas financeiras		3.756.031	2.814.917	2.814.917
Receitas (despesas) financeiras:				
Receitas financeiras	30	1.091.748	432.287	432.287
Despesas financeiras	31	(1.745.213)	(1.232.781)	(1.232.781)
Variações cambiais, líquidas	32	659	(6.783)	(6.783)
		(652.806)	(807.277)	(807.277)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.103.225	2.007.640	2.007.640
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	33	(146.051)	(163.950)	(163.950)
Lucro líquido do exercício		2.957.174	1.843.690	1.843.690
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R$ por ação)				
Lucro básico por ação	34	1,22	0,76	0,76
Lucro diluído por ação	34	1,22	0,76	0,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	2.957.174	1.843.690	1.843.690
Outros componentes do resultado abrangente			
Item que não será reclassificado para o resultado:			
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	853	(1.562)	(1.562)
Tributos diferidos	(290)	531	531
Total do resultado abrangente do exercício	2.957.737	1.842.659	1.842.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para expansão	Reservas de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos 01 de janeiro de 2021	13.477.891	397.183	1.036.194	6.499.602	1.781.560	(4.837)	(4.848)	-	23.182.745
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.957.174	2.957.174
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	563	-	563
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	563	2.957.174	2.957.737
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Plano de incentivo a longo prazo	-	4.623	-	-	-	-	-	-	4.623
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	(20)	-	-	(20)
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	-	-	139.021	-	-	-	-	(139.021)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(1.047.500)	(1.047.500)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	176.741	-	-	(176.741)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	1.593.912	-	-	-	(1.593.912)	-
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	9.521	-	-	-	-	9.521
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	4.623	139.021	1.603.433	176.741	(20)	-	(2.957.174)	(1.033.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.477.891	401.806	1.175.215	8.103.035	1.958.301	(4.857)	(4.285)	-	25.107.106

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para expansão	Reservas de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	13.476.172	36.154	952.486	5.985.793	1.612.019	-	(3.817)	-	22.058.807
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.843.690	1.843.690
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido (nota 13)	-	-	-	-	-	-	(1.031)	-	(1.031)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.031)	1.843.690	1.842.659
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Incorporação de sociedade do Grupo TIM (Nota 1)	1.719	353.604		-	-	-	-	-	355.323
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	7.425	-	-	-	-	-	-	7.425
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	(4.837)	-	-	(4.837)
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal (nota 25)	-	-	83.708	-	-	-	-	(83.708)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-		(1.083.000)	(1.083.000)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	169.541	-	-	(169.541)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	507.441	-	-	-	(507.441)	-
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	6.368	-	-	-	-	6.368
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	1.719	361.029	83.708	513.809	169.541	(4.837)	-	(1.843.690)	(718.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.477.891	397.183	1.036.194	6.499.602	1.781.560	(4.837)	(4.848)	-	23.182.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.103.225	2.007.640	2.007.640
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	28	5.691.696	5.527.012	5.527.012
Resultado de equivalência patrimonial	13	11.572	-	-
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		51.913	(88.085)	(88.085)
Ganho na transação de venda 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)		(782.237)	-	-
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		1.486	(284)	(284)
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	278.789	333.724	333.724
Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos		(27.768)	131.253	131.253
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		119.864	166.057	166.057
Juros sobre passivo de arrendamento		858.259	910.691	910.691
Juros sobre arrendamentos		56	(10.698)	(10.698)
Provisão para perdas de crédito esperadas	28	544.642	552.817	552.817
Planos de incentivo a longo prazo	26	15.672	2.588	2.588
		9.867.169	9.532.715	9.532.715
Redução (aumento) dos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes		(583.346)	(390.087)	(390.087)
Impostos, taxas e contribuições a recuperar		664.397	1.260.949	1.260.949
Estoques		44.050	(43.325)	(43.325)
Despesas antecipadas		(134.893)	20.928	20.928
Depósitos judiciais		215.698	203.567	203.567
Outros ativos		41.610	(111.003)	(111.003)
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Obrigações trabalhistas		35.506	53.667	53.667
Fornecedores		153.357	(818.989)	(818.989)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		366.605	(320.674)	(320.674)
Autorizações a pagar		(8.604)	(10.871)	(10.871)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	24	(316.804)	(413.634)	(413.634)
Receitas diferidas		(135.583)	(87.188)	(87.188)
Outros passivos		(116.981)	(132.606)	(132.606)
Caixa gerado pelas operações		**10.092.181**	**8.743.449**	**8.743.449**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.094)	(69.578)	(69.578)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**10.078.087**	**8.673.871**	**8.673.871**
Atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários		(2.502.030)	(1.428.888)	(1.428.888)
Caixa proveniente da venda de 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)		1.096.294	-	-
Caixa proveniente da incorporação da TIM Participações		-	21.959	21.959
Integralização de Capital FiberCo (nota 1)		-	-	1
Adições ao imobilizado e intangível (i)		(5.283.707)	(3.891.306)	(3.891.306)
Recebimento de arrendamentos		47	4.879	4.879
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(6.689.396)**	**(5.293.356)**	**(5.293.355)**
Atividades de financiamentos				
Novos empréstimos		3.062.000	1.800.000	1.800.000
Amortização de empréstimos		(1.710.935)	(1.806.922)	(1.806.922)
Juros pagos – Empréstimos		(78.952)	(72.643)	(72.643)
Pagamento de passivo de arrendamento		(1.179.723)	(927.903)	(927.903)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento		(832.928)	(794.391)	(794.391)
Novos financiamentos licença 5G		843.020	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		216.197	(134.360)	(134.360)
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações		(11.069)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(1.042.976)	(1.153.054)	(1.153.054)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(735.366)**	**(3.089.273)**	**(3.089.273)**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		**2.653.325**	**291.242**	**291.243**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**2.575.290**	**2.284.048**	**2.284.048**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**5.228.615**	**2.575.290**	**2.575.291**

(i) Efeitos da aquisição 5G sem impacto no caixa, vide nota 40.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Receitas			
Receita operacional bruta (nota 27)	25.357.429	24.346.101	24.346.101
Outras receitas (nota 29)	2.709.251	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	(544.642)	(552.817)	(552.817)
Descontos concedidos, devoluções e outros	(2.619.680)	(2.543.707)	(2.543.707)
	24.902.358	21.249.577	21.249.577
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(2.676.158)	(2.641.923)	(2.641.923)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.026.187)	(2.949.673)	(2.949.673)
	(7.702.345)	(5.591.596)	(5.591.596)
Retenções			
Depreciação e amortização	(5.691.696)	(5.527.012)	(5.527.012)
Valor adicionado líquido produzido	11.508.317	10.130.969	10.130.969
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	(11.572)	-	-
Receitas financeiras	1.612.676	796.406	796.406
	1.601.104	796.406	796.406
Valor adicionado total a distribuir	13.109.421	10.927.375	10.927.375
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	621.702	552.749	552.749
Benefícios	191.346	196.124	196.124
F.G.T.S	63.689	60.722	60.722
Outros	46.649	42.498	42.498
	923.386	852.093	852.093
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	2.113.953	1.906.223	1.906.223
Estaduais	3.773.000	3.791.380	3.791.380
Municipais	127.934	114.390	114.390
	6.014.887	5.811.993	5.811.993
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros	2.263.324	1.601.595	1.601.595
Aluguéis	941.503	813.175	813.175
	3.204.827	2.414.770	2.414.770
Outros			
Investimento social	9.147	4.829	4.829
	9.147	4.829	4.829
Remuneração de Capital Próprio			
Dividendos e JCP	1.047.500	1.083.000	1.083.000
Lucros retidos	1.909.674	760.690	760.690
	2.957.174	1.843.690	1.843.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

www.tim.com.br

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

Estrutura societária

A TIM S.A. ("TIM", "Companhia" e/ou "Empresa") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detinha 66,59% do capital social da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2021 (66,58% em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia presta Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&F/Bovespa). Adicionalmente, a TIM S.A possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Em dezembro de 2020, o Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada no dia 10 de dezembro de 2020, a constituição de uma sociedade denominada FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda, como preparação para futura segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial.

No dia 5 de maio de 2021, a TIM S.A. informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no mesmo dia, foi aprovado um acordo entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. ("IHS"), com vistas a aquisição, pela IHS, da participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. ("FiberCo").

O processo de aquisição de participação societária da FiberCo, posteriormente denominada I–Systems, pela IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems.

O detalhamento da venda da participação societária da FiberCo, está descrito abaixo.

Reorganização Societária

Venda de 51% da I-Systems (antiga FiberCo) para IHS

Em 5 de maio de 2021, a Companhia publicou a decisão de seu Conselho de Administração sobre a alienação por parte da TIM de 51% do capital social da FiberCo em favor da IHS, permanecendo os restantes 49% sob o controle da Companhia quando do fechamento da operação (*closing*).

A FiberCo foi constituída pela Companhia para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura. A FiberCo nasce com a missão de implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado. Não obstante, os termos do acordo definem a TIM como principal cliente neste momento, tendo a prerrogativa de 6 meses de exclusividade após a entrada em novas áreas.

Em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A. registrou investimento em coligada no valor de R$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49%.

Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477.

De acordo com laudo de avaliação do acervo líquido formado pelos ativos e passivos o valor apurado de R$1.211.789 foi integralizado como capital social da I-Systems em 1º de novembro de 2021.

O processo de venda do percentual de 51% de participação societária da nova companhia, I-Systems, para IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Para a conclusão da venda, a IHS realizou uma integralização de capital R$582.498 (primária) na nova companhia (I-Systems) e o pagamento de R$1.096.294 (secundária) diretamente a TIM S.A., totalizando, desta forma R$1.678.792 pela aquisição de 51% de participação societária. O valor justo apurado por 100% da nova companhia foi de R$3.291.794.

No momento do *closing* a participação na investida foi registrada pelo valor justo conforme previsto pelo IFRS 10 (CPC36), sendo, posteriormente, conforme definido na norma IAS 28 (CPC18), avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

Conforme previsto no IAS 28 (CPC18), a venda de investimento com perda de controle deve ser reconhecida pela baixa total de investimento e reconhecimento de parte do investimento da coligada pelo valor justo.

Os efeitos da transação estão detalhados abaixo:

Descrição	31/12/2021
Preço da transação	1.096.294
Registro investimento a *fair value*	1.612.957
Custo dos ativos	
Baixa do investimento	(1.211.472)
Baixa do ágio na aquisição Fiber RJ/Fiber SP	(1.051.477)
Baixa do imposto diferido sobre ágio amortizado fiscalmente	335.935
Ganho na transação	782.237
Imposto de renda e contribuição social	(509.245)
Ganho líquido na transação	272.992
Ganho antes de IR e CS na remensuração do investimento a valor justo	668.720
Ganho antes de IR e CS na alienação do ativo	113.517

Incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

Em 29 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a submissão à Assembleia Geral Extraordinária da proposta de incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada em 31 de agosto de 2020, e aprovou, por maioria dos votos, a incorporação da TIM Participações pela TIM S.A, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre as administrações das companhias em 29 de julho de 2020.

Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de agosto de 2020 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Participações, no montante de R$355.323.

Conforme previsto no Protocolo de Incorporação, as variações do patrimônio da TIM Participações entre a data do laudo (31 de março de 2020) e do ato societário de incorporação (31 de agosto de 2020), foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da incorporada. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Participações foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito. Esta transação não teve impacto econômico ou tributário e o ágio incorporado não será utilizado para fins de quaisquer compensações fiscais.

Esta reorganização societária, teve como objetivo proporcionar maior eficiência e simplificação da estrutura organizacional do Grupo TIM, tornando a estrutura de controles internos mais eficientes. Além disso, a reorganização societária proporciona uma otimização de carga tributária nas futuras distribuições de juros sobre capital próprio, e também, a integração de unidades administrativas e financeiras, permitindo, a concentração e redução dos custos operacionais e outras despesas administrativas com serviços profissionais. Como resultado desta operação, não houve qualquer impacto para os acionistas controladores e não controladores.

Após a Incorporação, a TIM S.A., passou a ser a ser negociada com os códigos TIMS3 na B3 e TIMB na NYSE.

Para fins de apresentação do saldo comparativo, as informações patrimoniais e financeiras da TIM S.A. permanecem inalteradas atendendo o conceito de entidade legal para a apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O acervo líquido contábil na data de incorporação, em 01 de setembro de 2020, está sumariado a seguir:

	01/09/20		01/09/20
Ativo		**Passivo**	
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	21.959	Impostos, taxas e contribuições a recolher	368
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	28.515	Outros passivos	10.708
Outros ativos	166	Total do passivo circulante	11.076
Total do ativo circulante	50.640	**Não circulante**	
Não circulante		Provisão para processos judiciais e administrativos	36.850
Depósitos judiciais	72.346	Outros passivos	29.752
Outros ativos	1.254	Total do passivo não circulante	66.602
		Patrimônio Líquido	
Ágio[(1)]	308.761	Capital social	1.719
Total do ativo não circulante	382.361	Reservas	353.604
		Total do patrimônio líquido	355.323
Total do ativo	433.001	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	433.001

[(1)] O Ágio incorporado possui a seguinte composição:

Ágio rentabilidade futura	367.571
Mais valia de passivos (provisão para processos judiciais) em combinação de negócios	(89.106)
Imposto de renda diferido sobre mais valia	30.296
	308.761

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R$), que também é a moeda funcional da Companhia.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que a partir da reorganização societária mencionada na Nota 1, todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas exclusivamente na TIM S.A. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

Os saldos consolidados comparativos para dezembro de 2021 não foram apresentados, uma vez que a subsidiária I-Systems (antiga Fiber Co) foi constituída em dezembro de 2020 e conforme descrito na nota 1, teve 51% de participação acionária alienada à IHS, quanto a TIM S.A. passou a deter participação minoritária não controladora de 49%. Nesse momento a TIM S.A. passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

e. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2022.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB*), estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

• **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.**

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado;
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado;
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

O grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

• **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.**

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB*), mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

• **CPC 11 - Contratos de seguro**

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).

• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.

Essa norma não se aplica a Companhia.

• **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante**

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

• O que significa um direito de postergar a liquidação;

• Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;

• Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação

• Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

• **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros do Grupo.

• **Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2: Divulgação de políticas contábeis**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Impactos COVID - 19

Desde março de 2020 foi decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde devido ao surto do Coronavirus 2019 (COVID-19), os principais impactos e primeiros casos foram contabilizados no Brasil e no mundo também do primeiro trimestre de 2020.

O surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e se prolonga até 2021 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram muito a atividade econômica, incluindo alguns impactos nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa das Companhias no Brasil. Ao longo de 2020, foi decretado o *lockdown* em vários estados do Brasil que durou de março a junho de 2020.

No ano de 2020, a Companhia apresentou uma infraestrutura robusta sendo parte de um segmento extremamente importante neste período de crise, essencial para a população, governo e sistema de saúde. Após análise interna, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia não é altamente alavancada e ainda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa do volume de caixa.

Em 2021, houve o agravamento da crise com aumento do número de casos, consequentemente, a necessidade de novas medidas de restrição, dentre elas o fechamento do comercio impactando o funcionamento das lojas novamente, mas as restrições tiveram uma duração menor comparada a 2020, reduzindo o impacto do fechamento das lojas. Essas restrições foram implementadas principalmente no mês de março em diferentes cidades do Brasil.

Em setembro de 2021, o país apresentou uma evolução significativa nos níveis de vacinação, com redução da taxa de transmissão e número de casos, com isso houve uma leve melhora nas atividades econômicas. Até o momento, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações.

Estamos no 2º ano de pandemia e sem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros e investimentos em coligadas

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15) e seus ativos tangíveis e intangíveis.

Os investimentos líquidos em coligadas são avaliados após a aplicação do método de equivalência patrimonial para determinar se há qualquer evidencia objetiva de não recuperabilidade. O valor recuperável de um investimento em coligada deve ser determinado para cada investimento, a menos que a coligada não gere entradas de caixa de forma contínua que sejam em grande parte independentes daquelas geradas por outros ativos da entidade. O investimento em coligada foi avaliado conforme descrito na nota 13.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

(e) Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenues"

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(f) Arrendamentos

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 16), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 01/01/2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Caixa e bancos	99.821	100.008	100.009
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:			
CDB/Compromissadas	5.128.794	2.475.282	2.475.282
	5.228.615	2.575.290	2.575.291

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB's e Operações Compromissadas é de 101,57% (101,24% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
FUNCINE [(i)]	11.508	7.061
Fundo Soberano [(ii)]	9.624	5.220
FIC: [(iii)]		
Títulos Públicos [(iv)]	2.975.613	1.345.797
CDB [(v)]	40.496	17.370
Letra Financeira [(vi)]	703.118	292.500
Outros [(vii)]	839.169	409.551
	4.579.528	2.077.499
Parcela circulante	(4.568.020)	(2.070.438)
Parcela não circulante	11.508	7.061

(i) A partir de dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média em 2021 é negativa em 0,06% a.a. (negativa em 3,34% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2021 é de 95,13% (87,71% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(iii) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2021 dos FIC's foi de 122,76% (112,72% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(iv) Títulos públicos são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(v) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco e com taxas predeterminadas.

(vi) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo.

(vii) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

6. Contas a receber de clientes

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços *("unbilled")*. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada ("*impairment*").

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis. O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,19% (0,22% em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Contas a receber de clientes	3.253.207	3.180.661
Contas a receber bruta	4.000.026	3.831.921
Serviços faturados	2.107.682	2.039.403
Serviços a faturar *("unbilled")*	849.762	817.669
Uso de rede	504.333	399.083
Venda de mercadorias	521.362	552.962
Ativo contratual (nota 23)	15.340	14.914
Outras contas a receber	1.547	7.890
Perdas por crédito de liquidação esperada	(746.819)	(651.260)
Parcela circulante	(3.066.906)	(3.051.834)
Parcela não circulante	186.301	128.827

A movimentação da provisão para perda por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	651.260	774.077
Constituição de provisão	544.642	552.817
Baixas de Provisão	(449.083)	(675.634)
Saldo Final	746.819	651.260

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	2021	2020
Total	4.000.026	3.831.921
A vencer	2.895.999	2.785.469
Vencidos até 30 dias	246.195	248.955
Vencidos até 60 dias	100.027	84.218
Vencidos até 90 dias	77.280	71.635
Vencidos a mais de 90 dias	680.525	641.644

7. Estoques

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	2021	2020
Estoques	202.553	246.602
Estoques	214.605	257.477
Aparelhos celulares e tablets	140.934	186.961
Acessórios e cartões pré-pagos	53.791	55.558
TIM chips	19.880	14.958
Perdas para ajuste ao valor de realização	(12.052)	(10.875)

8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	1.259.932	1.230.801
ICMS	1.216.912	1.188.018
Outros	43.020	42.783
Parcela circulante	(354.620)	(374.015)
Parcela não circulante	905.312	856.786

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips, tablets e modems* comercializados pela TIM.

(iii) por créditos de ICMS decorrentes do trânsito em julgado favorável, em maio de 2021, em uma ação de repetição de indébito referente a serviços de telefonia pré-paga em Santa Catarina, no montante de R$ 52 milhões.

9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	2.042.361	2.698.239
Imposto de renda e contribuição social (i)	807.096	381.905
PIS / COFINS (ii)	1.164.772	2.253.545
Outros	70.493	62.789
Parcela circulante	(1.311.906)	(1.421.112)
Parcela não circulante	730.455	1.277.127

(i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados a outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

Em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pender de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 547 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporadas em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. De acordo com a avaliação interna da Companhia, esperamos utilizar tais créditos até o 2º trimestre do ano de 2022.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda.), na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza, discute este tema judicialmente desde 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação. O valor total registrado em 2019 referente a esses créditos foi de R$3.023 milhões, sendo R$1.795 milhões de principal e R$1.228 milhões de atualizações monetária.

Os valores contabilizados são atualizados mensalmente pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), disponibilizada no site da Receita Federal do Brasil.

Em 2020, a TIM efetuou declarações de compensação com créditos oriundos do processo de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, para pagamentos de tributos federais, no valor total de R$ 1.516 milhões. Já no ano de 2021, foram efetuadas compensações no total de R$ 957 milhões com os referidos créditos de PIS e COFINS.

Em maio de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou a discussão quanto ao direito creditório das empresas, definindo em sede de julgamento de Embargos de Declaração, que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral (Tema 69), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 574706.

Considerando que os ministros ratificaram que o ICMS que não se inclui na base de cálculo do PIS/COFINS é o destacado na nota fiscal, confirmamos que os procedimentos adotados pela TIM S.A., quando da habilitação dos créditos de PIS/COFINS, estão adequados.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	219.876	475.128
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	330.627	303.948
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	257.529	224.459
Ajuste a valor presente – licença 3G	3.298	5.240
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	32.377	29.971
Provisão para participação nos lucros dos empregados	40.177	36.915
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	437.950	258.246
Ágio amortizado – TIM Fiber (ii)	(34.560)	(370.494)
Instrumentos financeiros derivativos	(143.948)	(154.718)
Juros capitalizados 4G	(233.433)	(262.608)
Custo atribuído – TIM S.A.	(42.617)	(53.792)
Ajustes sobre contratos de *leasing*	369.521	303.833
Depreciação acelerada (iii)	(466.863)	(266.464)
Ajuste ao valor justo I–Systems (antiga FiberCo) (iv)	(249.477)	-
Outros	16.431	20.982
	536.888	550.646
Parcela imposto ativo diferido	536.888	550.646

(i) Representada principalmente pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020 e 2021. O TFF relativo aos exercícios de 2020 e 2021 tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 21.

(ii) Representado pelo ágio na combinação de negócios das empresas TIM Fiber RJ e SP adquiridas pela TIM em 2012, realizado parcialmente em novembro de 2021 após a conclusão dessa transação.

(iii) A partir do 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R$ 467 milhões até 31 de dezembro de 2021 (R$ 266,5 milhões até 31 de dezembro de 2020) e foi aplicado a partir de 1 de janeiro de 2020.

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda descrita na nota 1 ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2021.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 15/56

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Prejuízos Fiscais e Base Negativa
2022	103.847
2023	79.581
2024	36.448
2025 em diante	-
Total	219.876

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.
A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R$255.252 ao longo deste ano até 31 de dezembro de 2021 (R$325.583 em 31 de dezembro de 2020, incluindo prejuízos fiscais).

► 11. Despesas antecipadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
	358.287	223.394
Propagandas não veiculadas (i)	86.154	1.679
Aluguéis e seguros	67.034	69.208
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (ii)	153.988	125.114
Serviços de TI (iii)	28.626	10.535
Outros	22.485	16.858
Parcela circulante	(275.148)	(149.796)
Parcela não circulante	83.139	73.598

(i) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.
(ii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/ CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.
(iii) Representam os pagamentos antecipados de despesas de serviços de TI para rede migração das informações para nuvem *"cloud"*.

► 12. Depósitos judiciais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	2021	2020
	718.773	794.755
Cível	285.583	315.312
Trabalhista	128.607	149.390
Tributário	178.914	181.670
Regulatório	111	111
Penhora Online (i)	125.558	148.272

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.
Cível
Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.
Existem alguns processos com matérias diferenciadas, como por exemplo caso em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em Juízo em discussão é de R$72.533 (R$ 70.560 em 31 de dezembro de 2020).
Trabalhista
Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.
Tributário
A Companhia possui depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:
(a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 34.289 (R$ 34.544 em 31 de dezembro de 2020).
(b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.073 (R$ 8.862 em 31 de dezembro de 2020).
(c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$20.022 (R$ 18.883 em 31 de dezembro de 2020).
(d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$11.254 (R$ 11.317 em 31 de dezembro de 2020).
(e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$8.048 (R$ 7.843 em 31 de dezembro de 2020).
(f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$3.478 (R$ 3.329 em 31 de dezembro de 2020).
(g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$3.582 (R$ 3.514 em 31 de dezembro de 2020).
(h) Depósito realizado pela TIM S.A – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 61.752 (R$ 58.664 em 31 de dezembro de 2020).
(i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.960 (R$ 14.505 em 31 de dezembro de 2020).
(j) CSLL – Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa, assim como cobrança referente a compensação BC Negativa / Prejuízo Fiscal sucedida. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.730 (R$ 9.739 em 31 de dezembro de 2020).

► 13. Investimento

A participação societária em coligada ou controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
O Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada em 10 de dezembro de 2020, a constituição da FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. ("FiberCo"), uma sociedade limitada, como preparação para uma possível (ou eventual) segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial. A empresa foi constituída em 16 de dezembro de 2020 e transformada em S.A. em maio de 2021.
Tal processo foi uma das etapas intermediárias da transformação da TIM na prestação dos serviços de banda larga, e objetivava a criação de um veículo aberto de infraestrutura de fibra ótica ("FiberCo") com a captação de um parceiro estratégico que se tornará sócio da FiberCo. A FiberCo atua no mercado de atacado podendo prover serviços de conectividade em fibra, de última milha e de transporte, para as operadoras do mercado, contando com a TIM como cliente (vide nota 1).
Conforme mencionado na nota 1, em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e criação da I-Systems (antes denominada FiberCo) com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A., avaliou a transação como perda de controle e parou de consolidar, registrando o investimento em coligada no valor de R$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49% (R$ 1.601.703 em 31 de dezembro de 2021).
A TIM S.A. tem 49% (100% em 31 de dezembro de 2020) de participação no capital social da I-Systems (antiga FiberCo).
Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* no investimento líquido registrado.
a) Participação em empresa controlada
Em 31 de dezembro de 2020, a TIM S.A. detinha 100% de controle sobre a Fiber Co (atual I-Systems).

	2021 Fiber Co (atual I-Systems)	2020 Fiber Co (atual I-Systems)
Quantidade de quotas/ações detidas	1.000	1.000
Participação no capital total	100%	100%
Patrimônio líquido em 31/10/2021	(318)	1
Prejuízo líquido de janeiro a outubro/21	(318)	-
Resultado de equivalência patrimonial até 31 de outubro de 2021	(318)	-
Valor do investimento em 31 de dezembro	-	1

Mutação do investimento em empresas controladas:

	FiberCo (atual I-Systems) (controlada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	1
Resultado de equivalência patrimonial até out/21	(318)
Aumento de capital	1.211.789
Baixa do investimento	(1.211.472)
Saldo do investimento em 16 novembro 2021	-

b) Participação em empresa coligada
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tem em sua estrutura societária empresas controladas. Em novembro de 2021, a TIM S.A. passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

	2021 I-Systems
Quantidade de ações detidas	1.794.287.995
Participação no capital total	49%
Patrimônio líquido	1.794.288
Prejuízo líquido do exercício	(22.968)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.254)
Valor do investimento	1.601.703

Mutação do investimento em empresas coligadas:

	I-Systems (coligada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	-
Reavaliação da participação minoritária a valor justo	1.612.957
Resultado de equivalência patrimonial nov/21 e dez/21	(11.254)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2021	1.601.703

► 14. Imobilizado

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.
Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.
Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.
• Movimentação do imobilizado

	Saldo em dez/20	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em dez/21
Total do Custo do Imobilizado Bruto	47.429.167	5.572.362	(3.841.851)	-	49.159.678
Equipamentos de comutação / transmissão	25.875.916	26.905	(2.920.511)	2.872.144	25.854.454
Cabos de fibra ótica	878.100	-	(125.366)	25.778	778.512
Aparelhos em comodato	2.643.336	805	(13.495)	175.808	2.806.454
Infraestrutura	6.436.572	-	(511.635)	518.348	6.443.285
Bens de informática	1.770.386	-	(46.584)	32.538	1.756.340
Bens de uso geral	902.287	-	(43.401)	57.959	916.845
Direito de uso em arrendamentos	8.367.895	1.591.307	(179.875)	-	9.779.327
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(984)	(3.682.575)	783.667
Total Depreciação Acumulada	(29.328.469)	(3.951.760)	2.428.951	-	(30.851.278)
Equipamentos de comutação / transmissão	(18.130.526)	(1.983.589)	1.926.121	-	(18.187.994)
Cabos de fibra ótica	(482.613)	(65.669)	26.077	-	(522.205)
Aparelhos em comodato	(2.398.217)	(145.661)	9.187	-	(2.534.691)
Infraestrutura	(4.018.854)	(408.540)	384.239	-	(4.043.155)
Bens de informática	(1.617.970)	(58.209)	46.449	-	(1.629.730)
Bens de uso geral	(637.903)	(48.204)	36.878	-	(649.229)
Direito de uso em arrendamentos	(2.042.386)	(1.241.888)	-	-	(3.284.274)
Total Imobilizado líquido	18.100.698	1.620.602	(1.412.900)	-	18.308.400
Equipamentos de comutação / transmissão	7.745.390	(1.956.684)	(994.390)	2.872.144	7.666.460
Cabos de fibra ótica	395.487	(65.669)	(99.289)	25.778	256.307
Aparelhos em comodato	245.119	(144.856)	(4.308)	175.808	271.763
Infraestrutura	2.417.718	(408.540)	(127.396)	518.348	2.400.130
Bens de informática	152.416	(58.209)	(135)	32.538	126.610
Bens de uso geral	264.384	(48.204)	(6.523)	57.959	267.616
Direito de uso em arrendamentos	6.325.509	349.419	(179.875)	-	6.495.053
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(984)	(3.682.575)	783.667

(i) As baixas líquidas são representadas principalmente por:
. R$1.218.340 de baixa de ativo imobilizado, o qual compõe parte do saldo de R$1.211.789 de ativos líquidos que foi integralizado como capital social da I-Systems (antiga FiberCo) em 01 de novembro de 2021, conforme descrito na nota 1.
. R$179.875 em direitos de uso em arrendamentos em função de remensuração de contratos, incluindo alterações de vigência e escopo de aluguéis.

	Saldo em dez/19	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em dez/20
Total do Custo do Imobilizado Bruto	43.358.751	4.687.207	(616.791)	-	47.429.167
Equipamentos de comutação / transmissão	22.817.681	10.464	(174.249)	3.222.020	25.875.916
Cabos de fibra ótica	813.589	-	-	64.511	878.100
Aparelhos em comodato	2.489.995	912	(7.140)	159.569	2.643.336
Infraestrutura	6.096.847	92.234	(8.063)	255.554	6.436.572
Bens de informática	1.721.251	1	(9.996)	59.130	1.770.386
Bens de uso geral	859.505	1	(1.544)	44.325	902.287
Direito de uso em arrendamentos	6.933.416	1.849.539	(415.060)	-	8.367.895
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.056	(739)	(3.805.109)	513.881
Total Depreciação Acumulada	(25.746.587)	(3.767.678)	185.796	-	(29.328.469)
Equipamentos de comutação / transmissão	(16.389.213)	(1.906.480)	165.167	-	(18.130.526)
Cabos de fibra ótica	(410.567)	(72.046)	-	-	(482.613)
Aparelhos em comodato	(2.256.863)	(143.309)	1.955	-	(2.398.217)
Infraestrutura	(3.593.833)	(432.549)	7.528	-	(4.018.854)
Bens de informática	(1.565.309)	(62.649)	9.988	-	(1.617.970)
Bens de uso geral	(590.658)	(48.403)	1.158	-	(637.903)
Direito de uso em arrendamentos	(940.144)	(1.102.242)	-	-	(2.042.386)
Total Imobilizado líquido	17.612.164	919.529	(430.995)	-	18.100.698
Equipamentos de comutação / transmissão	6.428.468	(1.896.016)	(9.082)	3.222.020	7.745.390
Cabos de fibra ótica	403.022	(72.046)	-	64.511	395.487
Aparelhos em comodato	233.132	(142.397)	(5.185)	159.569	245.119
Infraestrutura	2.503.014	(340.315)	(535)	255.554	2.417.718
Bens de informática	155.942	(62.648)	(8)	59.130	152.416
Bens de uso geral	268.847	(48.402)	(386)	44.325	264.384
Direito de uso em arrendamentos	5.993.272	747.297	(415.060)	-	6.325.509
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.056	(739)	(3.805.109)	513.881

(i) O valor de R$415.060 é representado por remensuração de contratos e inclui alterações de vigência e escopo de aluguéis e também revisão de estimativa em relação a contratos de baixo valor veículos.
As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.
Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.019.900	400.262	1.500.909	1.404.438	6.325.509
Adições	630.805	295.874	237.150	427.478	1.591.307
Remensuração	(83.606)	(45.312)	(23.772)	(27.185)	(179.875)
Depreciação	(518.590)	(109.512)	(210.054)	(403.732)	(1.241.888)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.048.509	541.312	1.504.233	1.400.999	6.495.053
Vida útil - %	7,86%	9,70%	9,47%	3,24%	

• Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2021, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

► 15. Intangível

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.
Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.
Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, tivemos a capitalização de encargos da licença 4G de 700MHz entre 2014 e 2019 e atualmente temos a capitalização de encargos na aquisição da licença 5G para radiofrequência não prontamente disponível e outras obrigações relacionadas a tal radiofrequência. Essa capitalização ocorre até que o ativo seja considerado disponível para uso pela Administração, e a partir desta data, encerra-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.
Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue.

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em dez/20	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/21
Total Custo do Intangível Bruto	31.444.050	4.352.331	(1.165.840)	-	34.630.541
Direito de uso de softwares	19.117.515	-	(112.626)	906.115	19.911.004
Autorizações	9.931.248	50.408	(1.737)	1.171.578	11.151.497
Ágio (i)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	177.866	-	-	8.355	186.221
Outros ativos	329.626	-	-	3.490	333.116
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.572.960
Total Amortização Acumulada	(22.416.975)	(1.739.937)	111.450	-	(24.045.462)
Direito de uso de softwares	(16.378.487)	(1.164.210)	110.679	-	(17.432.018)
Autorizações	(5.816.241)	(542.196)	771	-	(6.357.666)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(67.966)	(8.731)	-	-	(76.697)
Outros ativos	(154.281)	(24.800)	-		(179.081)
Total Intangível Líquido	9.027.075	2.612.394	(1.054.390)	-	10.585.079
Direito de uso de softwares (c)	2.739.028	(1.164.210)	(1.947)	906.115	2.478.986
Autorizações (f)	4.115.007	(491.788)	(966)	1.171.578	4.793.831
Ágio (d)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.900	(8.731)	-	8.355	109.524
Outros ativos	175.345	(24.800)	-	3.490	154.035
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.572.960

(i) Inclui a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477.

	Saldo em dez/19	Saldo Companhia incorporada	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/20
Total Custo do Intangível Bruto	29.861.788	367.571	1.215.636	(945)	-	31.444.050
Direito de uso de softwares	18.184.382	-	-	(939)	934.072	19.117.515
Autorizações	9.811.794	-	32.105	(6)	87.355	9.931.248
Ágio	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	169.327	-	8.539	-	-	177.866
Outros ativos	327.360	-	-	-	2.266	329.626
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.276	-	1.174.992	-	(1.023.693)	360.575
Total Amortização Acumulada	(20.561.032)	-	(1.856.917)	974	-	(22.416.975)
Direito de uso de softwares	(15.093.166)	-	(1.286.295)	974	-	(16.378.487)
Autorizações	(5.278.413)	-	(537.828)	-	-	(5.816.241)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(60.204)	-	(7.762)	-	-	(67.966)
Outros ativos	(129.249)	-	(25.032)	-		(154.281)
Total Intangível Líquido	9.300.756	367.571	(641.281)	29	-	9.027.075
Direito de uso de softwares (c)	3.091.216	-	(1.286.295)	35	934.072	2.739.028
Autorizações (f)	4.533.381	-	(505.723)	(6)	87.355	4.115.007
Ágio (d)	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.123	-	777	-	-	109.900
Outros ativos	198.111	-	(25.032)	-	2.266	175.345
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.276	-	1.174.992	-	(1.023.693)	360.575

Os ativos intangíveis em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Inclui os valores de aquisição da Licença 5G, conforme nota 15.f.
(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de *softwares*	20
Autorizações	5 a 50
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software
Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.
Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.
(d) Ágios registrados em anos anteriores
A Companhia possui o seguinte ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:
Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – "TIM Fiber SP") e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – "TIM Fiber RJ"). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente. TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R$ 1.159.649.
Em novembro de 2021, a Companhia concluiu o *drop-down* de ativos líquidos relacionados ao negócio de banda larga residencial relativos à infraestrutura de rede secundária para a controlada integral FiberCo e realizou a alienação de 51% de participação societária da FiberCo, atualmente denominada I-Systems, em favor da IHS. Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems. Consequentemente, com o fechamento deste negócio em novembro de 2021, o ágio inicialmente registrado na aquisição das empresas Fiber RJ e Fiber SP foi reduzido para R$108.171. Este é o saldo registrado em 31 de dezembro de 2021.
Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A, a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:
Ágio aquisição da "Intelig" pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente "Intelig") em dezembro de 2009 no montante de R$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.
Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R$157.556.
Teste de *impairment*
Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM.
A metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* acima mencionados está sumarizada a seguir:
A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, portanto abrange o grupo consolidado. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia. Importante ressaltar que os resultados do grupo são representados essencialmente pela TIM S.A. Deste modo, os resultados da TIM S.A. são o principal gerador de caixa do Grupo TIM, visto que a única empresa operacional atuante no Brasil é a TIM S.A, e por essa razão a Companhia representa uma única unidade geradora de caixa para fins de teste de *impairment* de ativos de vida útil indefinida de acordo com IAS 36 / CPC01.
Em 31 de dezembro de 2021 o teste de *impairment* foi realizado comparando o *carrying amount* com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01.
Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.
O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
Seus títulos são negociados na BOVESPA com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.
A mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso. Os efeitos da TIM Participações holding (incorporada pela TIM S.A) sobre o valor de *carrying amount* em 2021 eram irrelevantes e também seus efeitos sobre o resultado do Grupo Consolidado. Portanto, os cálculos realizados a nível consolidado contemplam essencialmente os resultados e saldos contábeis da TIM S.A., assim a Administração da Companhia conclui que a utilização da metodologia do valor justo menos custos de vendas é adequada para conclusão da não existência de constituir provisão para *impairment* uma vez que o valor justo menos o custo de venda é superior que o total *carrying amount* da unidade geradora de caixa.
(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas
A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 como arrendamentos mercantis financeiros.
Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).
(f) Autorizações
Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHZ adquirida, que totalizaram R$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R$ 1.199 milhões foi reduzido em R$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 a 2019.
Em 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências da telefonia móvel de 5ª Geração ("5G"). Em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R$2.680 milhões.
Para o cumprimento das obrigações adicionais, é previsto, conforme edital, que haja a constituição de entidades administradoras, as quais são destinadas somente a cumprir com os compromissos previstos no Leilão. As empresas vencedoras do Leilão têm a obrigação de desembolsar somente os valores previstos em edital para que tais entidades cumpram com as obrigações definidas. Há obrigações adicionais previstas relacionadas a radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa ("EAF"), e relacionadas a radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE").
As radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontram-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro em "Autorizações" dos valores relativos às licenças (R$614 milhões) e as obrigações relacionadas a licença 26GHz, que serão cumpridas por meio da EACE (R$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R$633 milhões), previstos no Edital, ocorrerão em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tem correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente ("AVP") no reconhecimento inicial (R$83 milhões).
Já a radiofrequência 3,5GHz não está prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, encontra-se registrado em bens em andamento (R$270 milhões). Desta forma, as obrigações relacionadas a esta atividade, a serem realizadas pela EAF (R$2.104 milhões) também estão registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, previstos no Edital, ocorrerão em 2 parcelas ao longo do ano de 2022, e têm correção monetária pelo IGP-DI.
Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadra-se a radiofrequência de 3,5GHz. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou em ativo intangível 1 milhão de juros Selic incorridos sobre a radiofrequência 3,5GHz e 19 milhões referente a correção monetária dos valores devidos à EAF. Estes saldos estão registrados em bens em andamento.
Desta forma o efeito total no ativo intangível da Companhia em 2021 referente às radiofrequências 5G e obrigações relacionadas foi de R$3.584 milhões, sendo R$2.394 em bens em andamento e R$1.190 milhões em Autorizações.

► 16. Arrendamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.
Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.
Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.
Ativo

	2021	2020
LT Amazonas	166.944	162.198
Subleasing lojas – IFRS16	76.177	-
	243.121	162.198
Parcela circulante	(30.076)	(5.357)
Parcela não circulante	213.045	156.841

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
	55.939	167.320	176.895	400.154	243.121
LT Amazonas (i)	26.124	106.491	176.895	309.510	166.944
Subleasing lojas – IFRS16 (ii)	29.815	60.829	-	90.644	76.177

(i) LT Amazonas
Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.
(ii) *Subleasing* Lojas - IFRS16
A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de "lojas revenda". O impacto no leasing passivo está refletido no grupo "Arrendamentos - Lojas & Quiosques".
Passivo

	2021	2020
LT Amazonas (i)	302.091	290.385
Venda de Torres (*leaseback*) (ii)	1.507.629	1.256.410
Outros (iv)	142.458	115.027
Sub-total	1.952.178	1.661.822
Outros arrendamentos (iii):		
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede	3.345.930	3.252.463
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	653.422	434.990
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	1.657.345	1.606.567
Arrendamentos – Fibra	1.454.664	1.422.993
Sub-total *leasing* IFRS16 / CPC 06 (R2)	7.111.361	6.717.013
Total	9.063.539	8.378.835
Parcela circulante	(1.269.878)	(1.054.709)
Parcela não circulante	7.793.661	7.324.126

O montante de juros pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) é de R$ 599.296 (R$ 567.261 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).
A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 37.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total - Passivo de arrendamento	2.139.718	6.431.022	5.898.599	14.469.339	9.063.539
LT Amazonas (i)	57.349	202.271	336.138	595.758	302.091
Venda e *leaseback* das Torres (ii)	245.800	992.299	2.135.989	3.374.088	1.507.629
Outros (iv)	28.348	112.493	142.458	283.299	142.458
Total Outros arrendamentos (iii)	1.808.221	5.123.959	3.284.014	10.216.194	7.111.361
Arrendamentos – Infraestrutura de rede	752.818	2.450.689	1.735.619	4.939.126	3.345.930
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	183.468	440.996	356.198	980.662	653.422
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	340.099	1.135.266	1.192.197	2.667.562	1.657.345
Arrendamentos – Fibra	531.836	1.097.008	-	1.628.844	1.454.664

www.tim.com.br

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

i) LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

ii) Venda e *leaseback* das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R$ 2.651.247, sendo o montante de R$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 23).

As taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo.

(iii) Outros arrendamentos:

Além dos contratos de arrendamentos citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2021 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 8,94% (9,06% em 2020).

(iv) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão.

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 36.310 (R$ 28.523 em 31 de dezembro de 2020).

17. Outros valores a compensar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel.

Em 31 de dezembro de 2021, esse crédito é de R$28.661 (R$43.906 em 31 de dezembro de 2020).

18. Fornecedores

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	2021	2020
	3.267.404	3.128.732
Moeda nacional	3.063.458	2.932.486
Fornecedores de materiais e serviços (i)	2.966.897	2.839.547
Interconexão (ii)	65.464	64.066
Roaming (iii)	212	212
Co-billing (iv)	30.885	28.661
Moeda estrangeira	203.946	196.246
Fornecedores de materiais e serviços (i)	153.082	148.888
Roaming (iii)	50.864	47.358
Parcela Circulante	3.267.404	3.128.732

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(vi) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

19. Autorizações a pagar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Renovação de autorizações (i)	191.329	188.498
Dívida ANATEL atualizada (ii)	164.269	146.949
Autorizações a pagar (iii)	3.525.489	-
	3.881.087	335.447
Parcela circulante	(2.630.169)	(102.507)
Parcela não circulante	1.250.918	232.940

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações no montante de R$ 191.329 (R$ 188.498 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R$ 61 milhões (R$ 164 milhões em 31 de dezembro de 2021) o qual ainda está pendente de julgamento.

(iii) Conforme descrito na nota 15.f, em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização, o que caracteriza a efetiva aquisição do direito sobre os lotes destas radiofrequências.

Para os valores relativos às radiofrequências (R$884 milhões no registro inicial), há incidência de juros Selic, e a Companhia realizará pagamentos anuais pelo período de 20 anos. Já para os valores relacionados as obrigações de desembolsos com as entidades EAF e EACE (R$2.737 milhões no registro inicial, sendo R$2.654 milhões líquidos de AVP) há correção monetária por IGP-DI, e os desembolsos ocorrerão entre 2022 e 2024. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto é de 3.525 milhões.

As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2023	406.371
2024	141.151
2025	46.535
2026	46.535
2027	46.535
2028	46.535
2029	46.535
2030	46.535
2031	46.535
	1.250.918

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de dezembro de 2021, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Termos de Autorização	Data de Expiração: 450 MHz	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz (Banda P** (4G)	700 MHz (4G)	2,3GHz (5G)	3,5GHz (5G)	26GHz (5G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Sul – Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

* Termos já renovados por 15 anos.
** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

20. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	dez/21	dez/20
KFW Finnvera (ii)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	278.176	344.125
BAML (ii)	EUR	0,2790% a.a.	Ago/21	-	570.844
Scotia[1] (ii)	USD	1,2410% a 1,7340% a.a.	Abr/24	559.650	1.030.761
BNP Paribas (ii)	USD	2,8220% a.a.	Jan/22	428.793	399.302
BNP Paribas (ii)	BRL	7,0907% a.a.	Jan/24	515.166	-
Debêntures[2] (ii)	BRL	IPCA + 4,1682% a.a. (i)	Jun/28	1.667.399	-
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	396.281	-
Total				3.845.465	2.345.032
Circulante				(538.450)	(1.689.385)
Não circulante				3.307.015	655.647

1 A taxa da dívida ativa em 31/12/21 com o banco Scotia é de 1,4748% a.a.

2 É prevista uma redução automática de até 0,25bps em juros remuneratórios observará o cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

Garantias

(i) Determinados recebíveis da TIM S.A.;

(ii) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados semestralmente. Em fevereiro de 2020 a Companhia realizou o pré-pagamento total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES ativos àquela época, contudo ainda existem contratos em vigor com o banco regulando as linhas de crédito disponíveis para saque que estão demonstradas no quadro abaixo. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. A Companhia vem cumprindo todos os índices estabelecidos.

Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao The Bank of Nova Scotia, no valor de R$ 572 milhões, custo de CDI + 1,05% a.a. e prazo de 3 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.

Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao banco BNP Paribas, no valor de R$ 500 milhões, custo de CDI + 1,07% a.a. e prazo de 2,9 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.

Em junho de 2021, a Companhia, realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor de R$1.600 milhão. As debêntures contam com uma componente sustentável que permite sua qualificação como *sustainability-linked* e, em caso de cumprimento das metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão, os juros remuneratórios de IPCA + 4,1682% a.a. poderão ser reduzidos automaticamente em até 0,25bps. As debêntures terão juros semestrais e as amortizações acontecerão, respectivamente, no 5º, 6° e 7° ano. A emissão objetivou o financiamento de projetos de implantação, ampliação e modernização de redes fixa e móvel em diferentes tecnologias, incluindo 5G, e se enquadra no disposto da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011. No âmbito desta operação, a Companhia optou por celebrar um contrato de *swap* de taxas de juros com objetivo de hedge, ao custo de para CDI + 0,95% ao ano. Durante o prazo de vigência da operação, também deverá ser observado o cumprimento do índice financeiro Dívida líquida sobre EBITDA, indicador este cumprido até a presente data.

Em novembro de 2021, a Companhia captou junto ao BNDES a linha de crédito FINAME, no valor total disponível de R$ 390 milhões, ao custo de IPCA + 4,2283% a.a. e prazo total de 10 anos com carência de 3 anos para início da amortização. A Companhia optou por celebrar um contrato de *swap* de taxas de juros com o objetivo de *hedge*, ao custo final de 96,95% do CDI.

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponíveis:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 31 de dezembro 2021
BNDES (i)	TJLP	Mai/18	Mar/22	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (ii)	TJLP	Mai/18	Mar/22	20.000	20.000	-
FINAME (iii)	IPCA	Mar/19	Mar/22	390.000	-	390.000
BNB (iv)	IPCA	Jan/20	Jun/23	752.479	752.479	-
Total R$:				2.252.479	1.862.479	390.000

Objetivo:

(i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais

(ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade

(iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional

(iv) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco do Nordeste do Brasil

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2023	88.818
2024	1.125.526
2025	80.712
2026	615.727
2027	615.727
2028	618.006
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	3.307.015

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valor nominal
2022	538.450
2023	88.818
2024	1.125.526
2025	80.712
2026	615.727
2027	615.727
2028	618.006
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	3.845.465

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Ambos são financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um cunho de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores. Para fins de análise de valor justo, considerando as características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia, BNP Paribas, Debêntures e BNDES considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 31 de dezembro de 2021 é, respectivamente, R$ 563.259, R$ 524.422, R$ 1.635.203 e R$ 384.073.

21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	1.421.955	938.880
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	303.721	359.498
Impostos e Taxas ANATEL (i)	1.042.933	509.087
Imposto sobre Serviço - ISS	66.075	66.082
Outros	9.226	4.213
Parcela circulante	(1.418.682)	(935.778)
Parcela não circulante	3.273	3.102

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP no valor de R$ 790 milhões. No terceiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou o pagamento parcial no montante de R$300 milhões referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de realização do pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.

Em 2021, novamente houve o pagamento parcial das taxas de cerca de R$300 milhões referentes às CFRP e Condecine e o valor remanescente de R$480 milhões relativo ao Fistel (TFF) de 2021 segue suspenso, sem data definida para pagamento com base em liminar também proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Durante o exercício de 2021, houve o reconhecimento de R$51,2 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fistel (TFF) relativos ao exercício de 2020 e 2021 com pagamento suspenso por decisão liminar.

22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2021, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	258.340	508.743
Imposto de renda e contribuição social (i)	186.294	313.145
PIS / COFINS	41.916	154.353
Outros (ii)	30.130	41.245
Parcela circulante	(245.113)	(296.299)
Parcela não circulante	13.227	212.444

(i) A variação está relacionada à alteração da apuração do Lucro Real Anual pelo Lucro Real Trimestral. Nesse sentido, o valor apresentado em dezembro de 2020 compreendia o IRPJ e a CSLL devidos entre janeiro e dezembro daquele ano, enquanto em 2021 o passivo apresentado representa apenas o montante devido no 4º Trimestre.

(ii) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

23. Receitas diferidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas diferidas	886.340	1.021.924
Serviços a prestar pré-pago (i)	118.795	189.482
Subvenções governamentais (ii)	11.184	24.732
Receitas antecipadas	8.522	11.163
Receitas diferidas sobre venda de torres (iii)	734.826	788.921
Passivo contratual (iv)	13.013	7.626
Parcela circulante	(197.179)	(266.436)
Parcela não circulante	689.161	755.488

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(ii) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 é de R$ 203 milhões e o montante em aberto em 31 de dezembro de 2021 é de R$11.184 (R$24.732 em 31 de dezembro de 2020). Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas), líquidas" (nota 29).

(iii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 16).

(iv) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

	2021
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.051.120
Ativo contratual	15.340
Passivo contratual	(13.013)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no exercício.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.288
Adições	8.800
Baixas	(13.761)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.327

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2022	2023
Ativo (passivo) contratual	3.685	(1.358)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2021	2020
Provisão para processos judiciais e administrativos	960.881	886.947
Cível (a)	309.019	245.432
Trabalhistas (b)	192.132	213.026
Tributária (c)	429.951	399.288
Regulatória (d)	29.779	29.201

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-20	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-21
	886.947	278.789	(316.804)	111.949	960.881
Cível (a)	245.432	175.715	(194.501)	82.373	309.019
Trabalhistas (b)	213.026	71.961	(98.730)	5.875	192.132
Tributária (c)	399.288	31.078	(23.539)	23.124	429.951
Regulatória (d)	29.201	35	(34)	577	29.779

	dez-19	Saldo Companhia incorporada	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-20
	703.522	125.956	333.724	(413.634)	137.379	886.947
Cível (a)	208.202	4.501	224.416	(266.872)	75.185	245.432
Trabalhistas (b)	208.224	45.691	63.649	(138.899)	34.361	213.026
Tributária (c)	254.833	75.646	48.897	(7.792)	27.704	399.288
Regulatória (d)	32.263	118	(3.238)	(71)	129	29.201

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis

a.1 Ações movidas por consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R$150.881 (R$ 139.429 em 31 de dezembro de 2020) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, alteração unilateral de contratos e negativação indevida.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R$116.985 (R$51.713 em 31 de dezembro 2020).

a.3 Ex- parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R$20.708 (R$ 18.634 em 31 de dezembro de 2020).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato e; (iv). Os valores envolvidos equivalem a R$20.089 (R$33.682 em 31 de dezembro de 2020).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R$356 (R$610 em 31 de dezembro de 2020).

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Não existe valor correspondente em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.364 em 31 de dezembro de 2020).

b. Processos trabalhistas

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável, adicionais legais e horas extras, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 1.314 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 (1.873 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R$ 192.132 atualizado monetariamente (R$ 213.026 em 31 de dezembro de 2020).

c. Processos tributários

	2021	2020
Tributos Federais	202.743	182.146
Tributos Estaduais	145.436	135.891
Tributos Municipais	7.626	5.633
Processos TIM S.A (*Purchase price allocation*)	74.146	75.618
	429.951	399.288

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.

Tributos federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

(i) A provisão para a TIM S.A. suporta sessenta e quatro processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 8.510 (R$ 8.355 em 31 de dezembro de 2020), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R$ 15.149 (R$ 14.771 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) A Companhia constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R$ 39.554 (R$ 38.584 em 31 de dezembro de 2020).

(iii) Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para o processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R$ 60.382 (R$ 58.988 em 31 de dezembro de 2020).

(iv) A empresa constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R$ 18.579 (R$ 5.313 em 31 de dezembro de 2020).

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

A provisão para a TIM S.A. suporta noventa e um processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 41.352 (R$ 36.491 em 31 de dezembro de 2020), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R$ 5.291 (R$ 5.135 em 31 de dezembro de 2020), bem como (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R$ 16.216 (R$ 15.751 em 31 de dezembro de 2020), ((iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R$ 16.374 (R$ 14.912 em 31 de dezembro de 2020) e (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R$ 22.183 (sem equivalência em 31 de dezembro de 2020).(vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R$ 13.963 (sem equivalência em 31 de dezembro de 2020).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R$74.146 (R$75.618 em 31 de dezembro de 2020).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R$ 29.779 (R$ 29.201 em 31 de dezembro de 2020).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	2021	2020
	18.140.556	18.147.562
Cível (e.1)	1.292.202	1.101.332
Trabalhista e previdenciária (e.2)	392.035	340.801
Tributária (e.3)	16.309.439	16.586.353
Regulatória (e.4)	146.880	119.076

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	2021	2020
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	160.696	220.347
ANATEL (e.1.2)	258.683	223.066
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	493.806	160.279
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	216.054	193.529
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	99.743	154.187
Outros (e.1.6)	63.220	149.924
	1.292.202	1.101.332

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS ; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: ; (ii) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (iii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iv) suposto descumprimento de contrato.

e.2. Trabalhista e Previdenciária

e.2.1. Previdenciária

A TIM S.A recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor provável de R$ 23.786 atualizado (R$ 10.467 em 31 de dezembro de 2020). Ainda, recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, sob suposto não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas recebidas a título de abono indenizatório, gratificação não-ajustada, hiring bônus e incentive, no valor possível total de R$ 85.720 atualizado (R$ 22.829 atualizado em 31 de dezembro de 2020).

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

e.2.2. Trabalhistas

Há 3.067 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 (3.038 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R$ 306.315 atualizado (R$317.971 em 31 de dezembro de 2020).

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

e.3. Tributárias

	2021	2020
	16.309.439	16.586.353
Tributos Federais (e.3.1)	3.026.326	4.268.212
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.782.114	8.562.352
Tributos Municipais (e.3.3)	1.234.618	740.813
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	3.266.381	3.014.976

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R$ 12.133.168 (R$ 11.976.959 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.1.Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R$ 3.026.326 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 4.268.212 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R$ 1.467.409 (R$ 2.715.670 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R$1,4 bilhão.

b. Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R$ 231.810 (R$ 193.181 em 31 de dezembro de 2020).

c. Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R$ 69.124 (R$ 67.572 em 31 de dezembro de 2020).

d. Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R$ 268.170 (R$ 259.088 em 31 de dezembro de 2020).

e. Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R$ 410.662 (R$ 399.691 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 8.782.114 (R$ 8.562.352 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R$ 1.140.553 (R$ 1.128.741 em 31 de dezembro de 2020).

b. Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R$ 356.251 (R$ 492.935 em 31 de dezembro de 2020).

c. Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R$ 654.011 (R$ 608.316 em 31 de dezembro de 2020).

d. Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de dezembro de 2021, o montante envolvido é de R$ 3.449.439 (R$ 3.356.501 em 31 de dezembro de 2020).

e. Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de 138.242 (R$ 136.286 em 31 de dezembro de 2020).

f. Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R$727.057 (R$ 698.673 em 31 de dezembro de 2020).

g. Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R$547.575 (R$ 249.271 em 31 de dezembro de 2020).

h. Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R$ 116.700 (R$ 197.521 em 31 de dezembro de 2020).

i. Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R$ 286.519 (R$ 260.447 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R$ 1.234.618 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 740.813 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R$ 618.343 (R$ 150.023 em 31 de dezembro de 2020).

b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R$ 399.141 (R$ 385.536 em 31 de dezembro de 2020).

c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R$ 137.944 (R$ 126.159 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL com classificação de risco possível é de R$3.266.381 (R$ 3.014.976 em 31 de dezembro de 2020). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R$ 120.218 (R$ 119.076 em 31 de dezembro de 2020). A variação decorreu principalmente de atualização monetária no exercício.

Em 22 de agosto de 2019, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde junho de 2018 com o regulador. O acordo abrange um valor de referência das sanções de R$ 627 milhões. O compromisso prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos índices de reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 366 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura será implementada em três anos - sendo mais de 80% nos primeiros dois anos – estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais prestadoras.

Em 19 de junho de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do termo ocorreu em 25 de junho. O acordo abrange sanções que totalizam um valor de aproximadamente R$ 639 milhões, atualizados, que serão arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhoria de qualidade e experiência do cliente bem como incremento de infraestrutura de rede em mais de 2.000 localidades.

Ao longo do quarto trimestre de 2021, a Companhia executou todas as atividades planejadas para o estrito cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) celebrado junto à Anatel, visando o atingimento das metas associadas ao 2° ano TAC. Com o fechamento do 1° Ano TAC, as atividades de fiscalização por parte da Agência estão ocorrendo em relação aos compromissos vencidos, já havendo sido reconhecidos como cumpridos por parte da Anatel: Compromissos Adicionais; Controles Internos; Índice de Reclamações; índice Geral de Qualidade; Numeração; Interconexão e; Óbice. A Companhia seguirá na plena implementação dos mecanismos de acompanhamento interno por meio do reporte trimestral da evolução dos cronogramas pelo Escritório de Governança em Reunião de Diretoria e Conselho de Administração. A Companhia vem cumprindo, até o momento, o cronograma de implementação do TAC sem necessidade de nenhuma obrigação adicional.

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

► 25. Patrimônio líquido

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

Em 2 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o grupamento da totalidade das 42.296.789.606 ações ordinárias e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do Art. 12 da Lei nº 6.404/76, sem modificação do capital social, na proporção de 100 ações para formar 1 ação ordinária, passando o capital social , a ser representado por 422.967.896 ações ordinárias e sem valor nominal, preservando todos os direitos e vantagens das referidas ações ordinárias. O grupamento proposto não resultou em frações de ações. A incorporação resultou no cancelamento de todas as ações de emissão da Companhia, as quais eram de titularidade da TIM Participações.

Após a incorporação, mencionada na nota 1, e verificada a condição suspensiva, os acionistas da TIM Participações receberam 1 ação ordinária de emissão da TIM S.A para cada 1 ação ordinária de emissão da TIM Participações de sua titularidade, o que, assumindo a manutenção do número de ações de emissão da TIM Participações ex-tesouraria, resultou na emissão de 2.420.447.019 ações ordinárias pela TIM S.A., todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 1.719 definido no protocolo de incorporação, o qual passou a ser representado por R$13.477.891.

Em 28 de setembro de 2020, em reunião do Conselho de administração, os conselheiros da Companhia tomaram conhecimento dos pagamentos relacionados às outorgas de 2018 e 2019, realizados por meio da transferência das ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, conforme previsto nos Planos e nos termos do Programa de Recompra aprovado pelo Conselho de Administração da TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A), em reunião realizada em 29 de julho de 2020, no montante de 357.379 ações (nota 1).

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	2021	2020
	401.806	397.183
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	48.202	43.579

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 1).

b.2 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 26).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

c.3 Reserva de benefício fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros da mesma. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R$ 1.958.301 (R$1.781.560 em 31 de dezembro de 2020).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.957.174	1.843.690
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(176.741)	(169.541)
(-) Constituição da reserva legal	(139.021)	(83.708)
Lucro líquido ajustado	2.641.412	1.590.441
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	660.353	397.611
Composição dos dividendos a pagar e JCP:		
Juros sobre capital próprio	1.047.500	1.083.000
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.047.500	1.083.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(142.977)	(162.450)
Total de dividendos e JCP líquidos	904.523	920.550

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

Durante o ano de 2021, foi distribuído o montante de R$1.047.500, conforme apresentado abaixo:

Provento JSCP	Aprovação	Pagamento
R$ 350.000	09/06/2021	20/07/2021
R$ 137.500	24/09/2021	27/10/2021
R$ 560.000	15/12/2021	25/01/2022

O saldo em 31 de dezembro de 2021 da rubrica de "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar", totalizando R$ 533.580 é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R$49.955 (R$43.026 em 31 de dezembro 2020) além do valor liquidado em 25 de janeiro de 2022, no montante de R$ 483.625 líquidos

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

► 26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016, Plano 2018-2020 e Plano 2021-2023

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016", "Plano 2018-2020" e "Plano 2021-2023" respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o fair *value* das opções e o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período *vesting* (carência).

Tabela Programa Opções de Ações (*Stock Options*)

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	nov/22	R$ 8,10	295.063	-	(182.511)	-	-	112.552
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out/21	R$ 8,45	21.771	-	(21.771)	-	-	-
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	R$ 13,42	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul/19	R$ 8,13	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set/18	R$ 8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago/17	R$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	**17.532.884**	**-**	**-**	**316.834**	**-**	**(204.282)**	**-**	**-**	**112.552**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas				**R$ 8,10**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Tabela Programa de Ações (Performance *Shares e Restricted Shares*)

Identificação Outorga	Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo no início do exercício	Outorgadas durante o exercício	Transferidas durante o exercício*: Volume Vested	Transferidas durante o exercício*: Variação Performance	Transferidas durante o exercício*: Adicional Dividendos	Pagas em Dinheiro*: Volume Vested	Pagas em Dinheiro*: Variação Performance	Pagas em Dinheiro*: Adicional Dividendos	Canceladas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R$ 12,95	-	3.431.610	-	-	-	-	-	-	(311.876)	3.119.734
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2020	796.054	abr/23	R$ 14,40	796.054	-	(206.578)	(51.634)	(8.933)	-	-	-	(70.378)	519.098
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2019	930.662	jul/22	R$ 11,28	687.895	-	(207.859)	(78.111)	(23.252)	-	-	-	(53.006)	427.030
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2018*	849.932	abr/21	R$ 14,41	199.594	-	(187.039)	(42.854)	(22.250)	(9.101)	(2.305)	(1.094)	(3.454)	-
Total	**6.008.258**			**1.683.543**	**3.431.610**	**(601.476)**	**(172.599)**	**(54.435)**	**(9.101)**	**(2.305)**	**(1.094)**	**(438.714)**	**4.065.862**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			**R$ 12,96**										

Os dados significativos incluídos no modelo, para as Outorgas de opções de ações foram:

Data de outorga	Preço Base – média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94% a.a
Outorga 2012	R$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89% a.a
Outorga 2013	R$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2014	R$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2015	R$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10% a.a
Outorga 2016	R$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a

Nota: Os dados significativos são característicos de plano baseado em opções, considerando utilização do valor justo (*fair value*) como o método adequado para calcular as despesas com a remuneração por opções.

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.
- **Plano 2018-2020 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de junho de 2019 à 30 de junho de 2019.
- **Plano 2018-2020 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2020 à 31 de março de 2020.

(j) **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 01 de março de 2021 à 31 de março de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R$22.212 (R$ 9.999 em 31 de dezembro de 2020).

► 27. Receita líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 119.457.

Em relação a parceria financeira, foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC" e "Procedimento Arbitral", respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, "Requeridos"), por meio do qual discutir-se-á a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, liquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

(i) venda de equipamentos; e

(ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 /CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 11) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	2021	2020
Receita líquida	18.058.027	17.267.812
Receita bruta	25.357.429	24.346.101
Receita de serviços	24.264.246	23.279.423
Receita de serviços - Móvel	22.433.225	21.522.135
Receita de serviços – Fixa	1.831.021	1.757.288
Venda de mercadorias	1.093.183	1.066.678
Deduções da receita bruta	(7.299.402)	(7.078.289)
Impostos incidentes	(4.679.722)	(4.534.582)
Descontos concedidos	(2.610.388)	(2.531.920)
Devoluções e outros	(9.292)	(11.787)

► 28. Custos e despesas operacionais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021: Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	2021: Despesas com comercialização	2021: Despesas gerais e administrativas	2021: Total	2020: Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	2020: Despesas com comercialização	2020: Despesas gerais e administrativas	2020: Total
	(8.443.023)	(4.621.788)	(1.723.384)	(14.788.195)	(7.996.615)	(4.443.027)	(1.656.267)	(14.095.909)
Pessoal	(62.214)	(676.479)	(387.735)	(1.126.428)	(58.024)	(632.231)	(313.400)	(1.003.655)
Serviços de terceiros	(560.039)	(1.763.360)	(668.641)	(2.992.040)	(587.835)	(1.743.644)	(532.044)	(2.863.523)
Interconexão e meios de conexão	(1.840.139)	-	-	(1.840.139)	(1.672.655)	-	-	(1.672.655)
Depreciação e amortização	(4.847.995)	(265.565)	(578.136)	(5.691.696)	(4.569.064)	(247.666)	(710.282)	(5.527.012)
Impostos, taxas e contribuições	(34.732)	(777.819)	(29.388)	(841.939)	(28.675)	(761.152)	(23.809)	(813.636)
Aluguéis e seguros	(362.171)	(109.781)	(20.082)	(492.034)	(316.650)	(107.550)	(15.743)	(439.943)
Custo das mercadorias vendidas	(731.007)	-	-	(731.007)	(756.060)	-	-	(756.060)
Publicidade e propaganda	-	(459.811)	-	(459.811)	-	(377.184)	-	(377.184)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(544.642)	-	(544.642)	-	(552.817)	-	(552.817)
Outros	(4.726)	(24.331)	(39.402)	(68.459)	(7.652)	(20.783)	(60.989)	(89.424)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

► 29. Outras receitas (despesas), líquidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas		
Receita de subvenção, líquida	13.548	17.427
Multas s/ serviços de telecomunicações	58.793	37.490
Receita na alienação de ativos (i)	2.711.535	5.375
Outras receitas	65.482	65.216
	2.849.358	125.508
Despesas		
FUST/FUNTTEL (ii)	(134.962)	(133.378)
Impostos, taxas e contribuições	(2.274)	(10.316)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(248.987)	(292.439)
Despesa na alienação de ativos (i)	(1.942.791)	(13.538)
Outras despesas	(22.573)	(32.823)
	(2.351.587)	(482.494)
Outras receitas (despesas), líquidas	497.771	(356.986)

(i) Representa a receita na alienação de 51% de participação acionária da I-Systems (antiga FiberCo) vendida à IHS no montante de R$ 2.709.251, que é composto pelo caixa (secundária) pago à TIM S.A. e o valor justo da participação minoritária de 49% que se manteve com a TIM S.A.

Nas despesas, o montante de 1.927.014 é representado pela baixa do acervo líquido baixado na TIM S.A. e integralizado como capital social na I-Systems, além da baixa do ágio e IR diferido relacionado ao ágio em função da alienação de 51% da I-Systems (antiga FiberCo). O ganho desta transação antes do IR e CS é de R$ 782.237. Vide nota 1.

(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

► 30. Receitas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas financeiras	1.091.748	432.287
Juros sobre aplicações financeiras	339.681	81.672
Juros de clientes	28.427	28.686
Juros swap	203.852	32.955
Juros sobre arrendamento	24.788	19.924
Atualização monetária (i)	208.029	110.970
Outros derivativos (ii)	285.009	155.165
Outras receitas	1.962	2.915

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais e administrativos e depósitos judiciais.

(ii) Trata-se da diferença entre o custo e o valor de mercado da opção de subscrição de ações referente a parceria do Banco C6, portanto o valor de marcação a mercado destes derivativos inclui ganho de R$285 milhões referente a opção de ações de direito da companhia obtida em função de atingimento de meta contratual definida em parceria operacional iniciada em 2020. O valor de mercado foi calculado com base em informações disponíveis na última transação de investimento realizada pelo parceiro e divulgado no mercado. As divulgações deste instrumento financeiro derivativo estão detalhadas na nota 37, o qual foi mensurado pelo valor justo, e será mensurado subsequentemente no resultado da Companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 27.

► 31. Despesas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Despesas financeiras	(1.745.213)	(1.232.781)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(99.183)	(70.392)
Juros sobre impostos e taxas	(61.745)	(43.311)
Juros swap	(352.029)	(45.970)
Juros sobre leasing	(845.033)	(766.263)
Atualização monetária (i)	(247.200)	(155.036)
Descontos concedidos	(52.509)	(33.725)
Outras despesas	(87.514)	(118.084)

(i) Parte substancial relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais, no montante de R$ 111.949, vide nota 24 (R$ 137.379 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

► 32. Variação cambial, líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas		
Empréstimos e financiamentos (ii)	215.262	-
Fornecedores	13.190	15.952
Swap (i)	275.836	305.012
Outros	16.640	43.155
	520.928	364.119
Despesas		
Empréstimos e financiamentos (ii)	(275.724)	(305.010)
Fornecedores	(20.061)	(45.901)
Swap (i)	(215.262)	-
Outros	(9.222)	(19.991)
	(520.269)	(370.902)
Variações cambiais, líquidas	659	(6.783)

(i) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 37).

(ii) Refere-se principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

► 33. Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	9.697	(684.099)
Contribuição social do exercício	26.538	(232.671)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	167.118	164.442
	203.353	(752.328)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	(255.972)	453.274
Contribuição social diferida	(93.432)	144.775
	(349.404)	598.049
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	-	(9.671)
	(349.404)	588.378
	(146.051)	(163.950)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.103.225	2.007.640
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(1.055.097)	(682.598)
(Adições) / exclusões:		
Adições, exclusões permanentes:		
Receitas não tributáveis	135.465	11.370
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(53.505)	(42.329)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	167.118	164.442
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	356.150	368.220
Venda I – Systems (antiga FiberCo) (ii)	(335.935)	-
Crédito de IR/CS sobre Selic de Indébito Tributário (iii)	534.804	-
Reversão Provisão de IR/CS TIM Nordeste (iv)	87.565	-
Outros valores	17.384	16.945
	909.046	518.648
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	(146.051)	(163.950)
Alíquota efetiva	4,71%	8,17%

(i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A TIM S.A possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

(ii) Referem-se aos impostos diferidos sobre o ágio baixado, conforme transação de venda descrita na nota 1, ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS. Vide nota 15.d.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
Pag. 18/56

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

(iii) Conforme mencionado na nota 9, em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pender de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 534 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

(iv) No 2º trimestre de 2021, houve impacto positivo de R$ 87 milhões decorrente da baixa de ativo e reversão de provisão de IR/CSLL, constituída em 2009, em virtude de êxito parcial em processo administrativo relacionado à incorporação da empresa TIM Nordeste pela TIM Celular.

34. Lucro por ação

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. O número de ações da TIM.S.A. antes da reorganização societária era 2.420.447.019, um número equivalente ao número de ações ordinárias da TIM Participações na data de incorporação. Consequentemente o lucro por ação básico e diluído foram calculados considerando o impacto retrospectivo da alteração na quantidade de ações conforme IAS 33/CPC 41.

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.957.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.314	2.420.804
Lucro básico por ação (expresso em R$)	1,22	0,76

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluitivas.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.957.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.638	2.421.065
Lucro diluído por ação (expresso em R$)	1,22	0,76

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 324 milhares (261 milhares em 31 de dezembro de 2020) de ações relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 26.

35. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia são os seguintes:

	Ativo	
	2021	2020
Telecom Italia Sparkle (i)	1.414	1.630
Gruppo Havas (vi)	83.613	-
TI Sparkle (iii)	5.084	1.915
TIM Brasil (vii)	23.069	6.129
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.502	370
I Systems (ix)	5.879	-
Outros	674	674
Total	121.235	10.718

	Passivo	
	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	71.288	75.317
Telecom Italia Sparkle (i)	3.689	10.576
TI Sparkle (iii)	10.205	7.333
TIM Brasil (iv)	6.558	6.145
Grupo Vivendi (v)	1.238	1.150
Gruppo Havas (vi)	19.794	24.068
I Systems (viii)	31.596	-
Outros	4.585	2.797
Total	148.953	127.386

	Receita	
	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.112	1.197
Telecom Italia Sparkle (i)	353	2.994
TI Sparkle (iii)	3.347	4.059
I Systems (ix)	5.881	-
Total	10.693	8.250

	Custo/Despesa	
	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	105.137	110.407
Telecom Italia Sparkle (i)	19.219	27.485
TI Sparkle (iii)	20.533	19.923
Grupo Vivendi (v)	1.271	1.207
Gruppo Havas (vi)	206.349	207.682
I Systems (viii)	31.596	-
Outros	22.597	22.308
Total	406.702	389.012

(i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.

(ii) Os valores referem-se a roaming internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM.S.A o direito de utilização da marca “TIM” mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita liquida da companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.

(iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(iv) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.

(v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

(vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R$143.439 (R$ 195.117 em 31 de dezembro de 2020), estão relacionados aos repasses de mídia.

(vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(viii) Os valores referem-se a serviços de infraestrutura de fibra.

(ix) Os valores referem-se a serviços prestados pela TIM S.A., principalmente relativos à operação e manutenção de rede, no escopo do Contrato de Serviços de Transição, firmado no momento do *closing* da transação.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia investiu R$ 9.147 (R$ 4.829 em 31 de dezembro de 2020)

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

36. Remuneração da Administração

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo	31.494	23.949
Outros benefícios de longo prazo	1.052	4.544
Remuneração baseada em ações	15.176	6.343
	47.722	34.836

37. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a *“hedge accounting”*.

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap*.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i)Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescente de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamento junto ao BNDES, e a exposição a taxa pré atrelada a dívida com o BNP Paribas, todos até o vencimento.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 ou receitas de serviços prestados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(v) Risco de Liquidez

- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.
- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.
- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	198.027	208.787	340.660	36.166
Outros derivativos (i)	457.892	-	161.429	-
	655.919	208.787	502.089	36.166
Parcela circulante	(134.292)	(194.837)	(262.666)	(7.273)
Parcela não circulante	521.627	13.950	239.423	28.893

(i) Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representam a opção da Companhia de subscrever 4,08% das ações do capital do C6, onde o Grupo/Companhia pagou um prêmio de subscrição de ações no valor de R$17,7 milhões. Conforme requerimentos do IFRS9, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, corresponde a R$458 milhões e R$ 161 milhões, respectivamente. O impacto da marcação a mercado da opção de conversão de ações calculado de R$440,3 milhões representa a diferença do valor justo da opção menos o montante pago pelo prêmio de subscrição de ações. Esse instrumento financeiro foi mensurado ao valor justo e será verificado subsequentemente no resultado do exercício da companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 27.

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo
2023	39.335
2024	16.843
2025 em diante	465.449
	521.627

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 20 e 16.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	2021		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	4.579.528	655.919	5.235.447
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.579.528	655.919	5.235.447
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027	198.027
Outros derivativos	-	457.892	457.892
Títulos e valores mobiliários	4.579.528	-	4.579.528
Total do passivo	-	208.787	208.787
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	208.787	208.787
Instrumentos financeiros derivativos	-	208.787	208.787

	2020		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.077.499	502.089	2.579.588
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.077.499	502.089	2.579.588
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos	-	161.429	161.429
Títulos e valores mobiliários	2.077.499	-	2.077.499
Total do passivo	-	36.166	36.166
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	36.166	36.166
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166	36.166

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de cias similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

31 de dezembro de 2021

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	9.472.377	5.235.447	14.707.824
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027	198.027
Outros derivativos	-	457.892	457.892
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.253.207	-	3.253.207
Títulos e valores mobiliários	-	4.579.528	4.579.528
Caixa e equivalentes de caixa	5.228.615	-	5.228.615
Arrendamentos	243.121	-	243.121
Depósitos judiciais	718.773	-	718.773
Outros valores a compensar	28.661	-	28.661

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	16.095.801	208.787	16.304.588
Empréstimos e Financiamentos	3.845.465	-	3.845.465
Instrumentos financeiros derivativos	-	208.787	208.787
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.653.218	-	2.653.218
Passivo de arrendamento	9.063.539	-	9.063.539
Dividendos e JSCP a pagar	533.580	-	533.580

31 de dezembro de 2020

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	6.756.810	2.579.588	9.336.398
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos		161.429	161.429
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.180.661	-	3.180.661
Títulos e valores mobiliários	-	2.077.499	2.077.499
Caixa e equivalentes de caixa	2.575.290	-	2.575.290
Arrendamentos	162.198	-	162.198
Depósitos judiciais	794.755	-	794.755
Outros valores a compensar	43.906	-	43.906

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	14.391.175	36.166	14.427.341
Empréstimos e Financiamentos	2.345.032	-	2.345.032
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166	36.166
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.128.732	-	3.128.732
Arrendamentos	8.378.835	-	8.378.835
Dividendos e JSCP a pagar	538.576	-	538.576

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados à taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

Em 31 de dezembro de 2021, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro a seguir:

31 de dezembro de 2021

		CONTRAPARTE					TAXAS MÉDIAS SWAP	
Moeda	Tipo de *SWAP*	Dívida	SWAP	Total Dívida	Total *Swap* (Ponta Ativa)[1]	% Cobertura	Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	282.474	282.474	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% a 92,59% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	428.793	429.247	100%	3,32% a.a.	155% do CDI
USD	PRE x DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	559.650	559.933	100%	1,73% a.a.	CDI + 1,05%
BRL	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	515.166	517.843	100%	8,34% a.a.	CDI + 1,07%
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.696.999	1.696.999	100%	IPCA + 4,17% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	396.281	396.281	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

[1] Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2020

		CONTRAPARTE					TAXAS MÉDIAS SWAP	
Moeda	Tipo de *SWAP*	Dívida	SWAP	Total Dívida	Total *Swap* (Ponta Ativa)[1]	% Cobertura	Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	351.233	351.233	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,25% do CDI
EUR	PRE X DI	Bank of America	Bank of America	570.878	570.878	100%	0,33% a.a.	108,05% do CDI
USD	PRE X DI	The Bank of Nova Scotia.	Scotiabank	1.031.526	1.031.526	100%	1,72% a.a.	134,43% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	399.725	399.725	100%	3,32% a.a.	155% do CDI

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos *swaps*

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), Libor e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, da Libor e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário sensibilidade		Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (1)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulado Swap	C) Resultado final (B-A)
	Dez./21	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
CDI	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
	possível	3.388.105	(2.301)	3.388.105	(3.428.742)	(40.637)	(29.671)	(27.370)
	remoto	3.385.955	(4.451)	3.385.955	(3.455.013)	(69.058)	(58.093)	(53.641)
USD	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
	possível	3.709.499	319.094	3.709.499	(3.401.372)	308.127	319.094	-
	remoto	4.028.593	638.187	4.028.593	(3.401.372)	627.221	638.187	-
Libor	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
	possível	3.391.542	1.136	3.391.542	(3.401.372)	(9.830)	1.136	-
	remoto	3.392.677	2.271	3.392.677	(3.401.372)	(8.695)	2.271	-
IPCA	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
	possível	3.277.656	(112.750)	3.277.656	(3.401.372)	(123.716)	(112.750)	-
	remoto	3.173.004	(217.402)	3.173.004	(3.401.372)	(228.368)	(217.402)	-

(1) (KFW Finnvera, Scotia, BofA, BNP, Debenture e BNDES)

Variável de risco	Cenário sensibilidade	CDI	USD	Libor	IPCA
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
CDI	possível	11,44%	5,5805	0,3433%	10,06%
	remoto	13,73%	5,5805	0,3433%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
USD	possível	9,15%	6,3210	0,3433%	10,06%
	remoto	9,15%	8,3708	0,3433%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
Libor	possível	9,15%	5,5805	0,4291%	10,06%
	remoto	9,15%	5,5805	0,5149%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
IPCA	possível	9,15%	5,5805	0,3433%	12,58%
	remoto	9,15%	5,5805	0,3433%	15,09%

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2021 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício

	2021	2020
Resultado líquido em operações de Derivativos	(87.603)	290.856
Resultado de operações com outros derivativos	285.009	155.165

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumariados:

	2021	2020
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 20 e 37)	3.398.333	1.879.109
Arrendamentos - Passivo (Nota 16)	9.063.539	8.378.835
Arrendamentos - Ativo (Nota 16)	(243.121)	(162.198)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(5.228.615)	(2.575.290)
FIC (Nota 5)	(4.568.020)	(2.070.438)
Dívida Líquida	2.422.116	5.450.018
Outros derivativos (nota 37)	457.892	161.429
Financiamento Licença 5G	843.020	-
Dívida Líquida - ajustada	3.723.028	5.611.447
LAJIDA (EBITDA) (1) (últimos 12 meses) – Ajustado	9.459.299	8.341.929
Índice de alavancagem financeira	0,39	0,67
Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:		
Lucro Líquido do exercício	2.957.174	1.843.690
Depreciações e amortizações	5.691.696	5.527.012
Resultado Financeiro Líquido	652.806	807.277
Imposto de renda e contribuição social	146.051	163.950
Equivalência patrimonial	11.572	-
LAJIDA (EBITDA) – Ajustado (i)	9.459.299	8.341.929

(i) Lajida ajustado: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização e equivalência patrimonial.

EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil)

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(465.922)
Ingressos	3.062.000	2.041.474	(296.464)
Cancelamentos	-	(202.379)	-
Encargos financeiros	167.857	858.260	148.177
Variações cambiais, líquidas	60.463	-	(60.574)
Pagamentos	(1.789.887)	(2.012.651)	227.651
	-	-	-
31 de dezembro de 2021	3.845.465	9.063.539	(447.132)

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2019	2.029.088	7.780.870	(42.106)
Ingressos	1.800.000	1.966.355	(161.429)
Remensuração	-	(443.666)	-
Encargos financeiros	90.500	797.569	13.016
Variações cambiais, líquidas	305.010	-	(305.012)
Pagamentos	(1.879.566)	(1.722.293)	29.610
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(465.922)

38. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	6.492	7.346

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia vem patrocinando planos de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social e do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de pensão, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo.

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.

Demonstramos a seguir a posição atuarial dos passivos e ativos relacionados aos planos de aposentadoria e assistência médica, em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33/IAS 19.

a) Efeitos na data base de 31 de dezembro:

	Planos						Totais	
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/21	PBS (*)	PBS Assistidos	Convênio de Administração (*)	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	2021	2020
Valor presente das obrigações atuariais	38.869	9.176	119	672	14.100	3.231	66.167	69.362
Valor justo dos ativos do plano	(56.478)	(14.739)	(405)	-	(11.511)	-	(83.133)	(80.856)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.609)	(5.563)	(286)	672	2.589	3.231	(16.966)	(11.494)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	-	2.327	168	-	-	-	2.495	2.023
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.609)	(3.236)	(118)	672	2.589	3.231	(14.471)	(9.471)

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Passivo (ativo) atuarial em 31/12/20	(15.731)	(1.360)	(287)	858	2.145	4.343
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(1.063)	(90)	(20)	57	160	535
Contribuições da patrocinadora	-	-	-	(45)	-	(8)
(Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidas	(815)	(1.786)	189	(198)	284	(1.639)
Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/21	(17.609)	(3.236)	(118)	672	2.589	3.231

c) Reconciliação do valor presente das obrigações

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor das obrigações em 31/12/20	41.852	10.072	147	858	12.090	4.343
Custo do serviço corrente	17	-	-	-	-	213
Juros sobre obrigação atuarial	2.743	640	10	57	868	322
Benefícios pagos no ano	(2.898)	(768)	(9)	(45)	(605)	(8)
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações	(2.845)	(768)	(29)	(198)	1.747	(1.639)
Valor das obrigações em 31/12/21	38.869	9.176	119	672	14.100	3.231

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

d) Reconciliação do valor justo dos ativos

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor justo dos ativos em 31/12/20	57.479	12.998	434	-	9.945	-
Benefícios pagos no ano	(2.898)	(768)	(9)	-	(605)	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	3.799	834	29	-	708	-
Ganho (perda) atuariais com ativos do plano	(1.902)	1.675	(49)	-	1.463	-
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no plano	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos em 31/12/21	56.478	14.739	405	-	11.511	-

e) Despesas previstas para 2022

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Custo do serviço corrente (com juros)	4	-	-	-	-	121
Juros sobre as obrigações atuariais	3.289	769	10	57	1.242	290
Rendimento esperado dos ativos	(4.841)	(1.257)	(35)	-	(1.008)	-
Juros sobre o efeito do limite do (ativo)/passivo	1.552	284	10	-	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	4	(204)	(15)	57	234	411

Premissas atuariais adotadas nos cálculos

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial:	PBS Sul: 8,81% / 5,13%; PBS Nordeste: 8,84% / 5,16%; CA: 8,81% / 5,13%; PBS-A: 8,78% / 5,10%; AES: 9,02% / 5,33%; PAMEC: 8,81% / 5,13%; FIBER: 9,02% / 5,33%
Taxa de crescimento salarial nominal:	PBS: 3,50%/ 0,00% CA, PBS-A, AES, PAMEC e FIBER: Não Aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral:	PBS, CA, PAMEC e FIBER: AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%;
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	PBS e Fiber: Álvaro Vindas; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa de rotatividade esperada:	PBS: Nula; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável; FIBER: 0,15/ (tempo de serviço + 1), sendo nula a partir dos 50 anos
Probabilidade de ingresso em aposentadoria:	PBS e FIBER: 100% na 1ª elegibilidade; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa estimada de inflação no longo prazo	PAMEC e FIBER: 6,60% / 3,00%
Método de apuração	Método do Crédito Unitário Projetado

39. Seguros

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R$550.000
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R$ 30.001
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R$100 para Danos Morais.

40. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Transações que não envolvem caixa			
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(1.929.392)	(1.315.151)	(1.315.151)
Adições ao intangível - aquisição de licenças	2.682.469	-	-

A TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, o Capex registrado referente às licenças e as obrigações relacionadas é de R$ 3.584 milhões. Sendo o valor de R$ 2.682 milhões em contra partida de autorizações a pagar e o R$ 902 milhões com impacto no caixa.

41. Eventos subsequentes

Sr. Alberto Mario Griselli nomeado como CEO da TIM S.A.

A TIM S.A, em continuidade com o Fato Relevante publicado em 21 de janeiro de 2022, comunicou que em 31 de janeiro de 2022, seu Conselho de Administração aceitou a renúncia do Sr. Pietro Labriola aos cargos de Diretor Presidente ("CEO") e Conselheiro de Administração da Companhia.

O Conselho da Companhia posteriormente nomeou o Sr. Alberto Mario Griselli para substituir o Sr. Labriola nos cargos de CEO e membro do Conselho de forma efetiva e imediata. A eleição do Sr. Griselli para o Conselho da Companhia precisa ser confirmada pela próxima Assembleia Geral Ordinária da TIM.

O cargo de *Chief Revenue* Officer ("CRO") anteriormente ocupado pelo Sr. Griselli ficará temporariamente vago, e o CEO acumulará suas responsabilidades.

O Sr. Griselli é formado em Engenharia Eletrônica pela *La Sapienza University* em Roma e FMBA pela Columbia University. Com mais de 20 anos de experiência no setor de telecomunicações, ocupou cargos relevantes como vice-presidente para América Latina da TIMwe, fornecedora global de soluções de engajamento móvel para operadoras de telecomunicações, e *Managing Director* para América Latina da *Value Partners*, empresa de consultoria de gestão. O Sr. Griselli ocupava o cargo de CRO na TIM desde 30 de julho de 2019.

Anatel concede anuência prévia para transferência de controle das atividades de telefonia móvel da Oi

A TIM S.A. tomou conhecimento que em sessão pública extraordinária de seu Conselho Diretor ocorrida em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL– Agência Nacional de Telecomunicações, por unanimidade, concedeu anuência prévia à implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[1], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Transação").

A anuência prévia prevê determinados condicionantes em linha com uma transação dessa natureza, os quais visam principalmente garantir o acesso de prestadoras de pequeno porte às redes de abrangência nacional, manter compromissos vinculados às radiofrequências transferidas, estabelecer os parâmetros mínimos do plano de comunicação ligado à Transação e assegurar aos usuários certos direitos nas etapas de migração.

A conclusão da Transação ainda depende do cumprimento de outras condições precedentes, incluindo a aprovação do Ato de Concentração n° 08700.000726/2021-08 pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados do andamento das aprovações, nos termos da Resolução CVM nº 44/21 e da legislação aplicável.

[1] Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).

CADE aprova a aquisição pela TIM da maior parte dos ativos da operação de telefonia móvel da Oi

Em 9 de fevereiro de 2022, o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, aprovou a implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[1], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel", "Vendedora"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.

A aprovação prevê um conjunto de condicionantes, em sua maioria comportamentais, e que compunham uma proposta de Acordo em Controle de Concentração ("ACC") feita pelas Compradoras ao CADE. Esses condicionantes tem um caráter modular e podem ser utilizados por novos entrantes e operadoras de menor porte para reduzir barreiras de entrada e alavancar a exploração de diferentes modelos de negócios, sem afetar o objetivo primário da TIM de fortalecer sua infraestrutura, fechando a disparidade de capacidade espectral em relação a seus principais concorrentes. Desta maneira, a Companhia entende que foi atingido um equilíbrio entre criação de valor e mitigação das preocupações concorrenciais para o setor que o ACC endereça.

A efetiva conclusão da transação, que definirá um equilíbrio de infraestrutura entre os três principais concorrentes do setor, ainda depende do cumprimento de determinadas etapas previstas no Contrato de Compra e Venda[2]. Entretanto, uma vez ocorrida trará benefícios amplos, mantendo alto grau de rivalidade setorial e garantindo os investimentos necessários para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e o avanço digital do país.

Para TIM e seus acionistas, os benefícios se materializarão por meio de geração de receitas incrementais e eficiências em virtude de sinergias operacionais. Para nossos clientes atuais e aqueles da Oi Móvel que passaremos a servir, haverá uma significativa melhoria na experiência de uso e qualidade do serviço prestado a partir de uma infraestrutura mais robusta. Este será um marco na trajetória da TIM na transformação da empresa na operadora preferida dos consumidores no Brasil.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados sobre fatos relevantes relacionados a esta Transação, nos termos da Resolução CVM nº 44 e da legislação aplicável.

1. Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).
2. Contrato de Compra e Venda de ações e outras avenças para UPI Ativos Móveis assinado em 28 de janeiro de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nicandro Durante**
Presidente
Alberto Mario Griselli
Membro
Agostino Nuzzolo
Membro
Claudio Giovani Ezio Ongaro
Membro
Elisabetta Paola Romano
Membro
Flavia Maria Bittencourt**
Membro
Gesner José de Oliveira Filho**
Membro
Herculano Aníbal Alves**
Membro
Michele Valensise
Membro
Sabrina Di Bartolomeo
Membro

***Membros independentes*

DIRETORIA

Alberto Mario Griselli
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*
Camille Loyo Faria
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores
Bruno Mutzenbecher Gentil
Business Support Officer
Jaques Horn
Diretor Jurídico
Leonardo de Carvalho Capdeville
Chief Technology Information Officer
Maria Antonietta Russo
Human Resources & Organization Officer
Mario Girasole
Regulatory and Institutional Affairs Officer

CONTADORA RESPONSÁVEL

Manoela de Paiva Suassuna
CRC RJ - 102467/O-5
CPF 806.902.117-91

CONSELHO FISCAL

Membro Efetivo
Walmir Kesseli
Presidente
Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro
Josino de Almeida Fonseca

Membro Suplente
Heinz Egon Lowen
Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães
João Verner Juenemann

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Gesner José de Oliveira Filho**
Coordenador
Flavia Maria Bittencourt**
Membro
Herculano Aníbal Alves**
Membro

***Membros independentes*

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), sem ressalvas, emitido no dia 23 de fevereiro de 2022, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia estão todas em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 23 de fevereiro de 2022.

WALMIR KESSELI
Presidente do Conselho Fiscal
JARBAS T. BARSANTI RIBEIRO
Membro do Conselho Fiscal
JOSINO DE ALMEIDA FONSECA
Membro do Conselho Fiscal

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") foi criado pela Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações S.A. ("TPART"), em 12 dezembro de 2013. Em 31 de agosto de 2020, com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo no País, a TPART foi incorporada por sua subsidiária integral, TIM S.A. ("Companhia" ou "TIM"), que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, mantendo a mesma estrutura de governança corporativa, de controles internos, de sistemas, e o mesmo arcabouço jurídico.

Como consequência deste movimento de reorganização societária, o CAE da TIM manteve a mesma estrutura do CAE da TPART, e deu continuidade às atividades, aos planos de trabalho e às análises que vinham sendo conduzidas por este último.

O CAE da TIM é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, que busca as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado, e regido pela Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução Normativa CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, e demais regulações aplicáveis.

O CAE é formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, para o mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos.

Cumpre esclarecer que a função de membro do CAE é indelegável, devendo ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos.

A eleição dos novos conselheiros de administração ocorreu na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de março de 2021. Para o mandato 2021/2023, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE: Srs. Gesner José de Oliveira Filho (Coordenador), Flavia Maria Bittencourt e Herculano Aníbal Alves (especialista em contabilidade societária), todos caracterizados como independentes segundo o critério definido pelo regulamento do Novo Mercado da B3.

O CAE tem como atribuições ordinárias supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou sua controlada, de um lado, e, de outro lado, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.

Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act* ("SOx"), ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US* Se*curities and Exchange Commission* ("SEC"), por possuir *American Depositary Receipts (ADRs)* na *The New York Stock Exchange* ("NYSE") desde 16 de novembro de 1998.

O CAE possui dotação orçamentária anual, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

O presente Relatório é emitido em observância ao previsto pelo inciso IX, do Artigo 14, do Regimento Interno do CAE, e conforme regra estabelecida pela CVM.

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM em 2021

O CAE reunir-se-á sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, 20 (vinte) reuniões do CAE que contemplaram 107 (cento e sete) itens de Ordem do Dia (sessões). As reuniões tiveram duração média de 1 (uma) hora e 52 (cinquenta e dois) minutos cada e, durante as discussões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidores, além dos demais membros da Diretoria Executiva, os Diretores das áreas de Auditoria Interna e de *Compliance*, e os Auditores Independentes. A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes:

I. Analisou o plano anual de trabalho dos auditores independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas por estes em 12 (doze) sessões durante o ano de 2021. A Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2021, e pelo planejamento e execução das auditorias referentes às informações trimestrais ("ITRs"), conforme as normas reconhecidas, bem como pela revisão especial das ITRs, enviadas à CVM. Seu parecer assegura que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). A EY foi, ainda, responsável pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia.

II. Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 10 (dez) sessões durante o ano de 2021, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas, e avaliou, mediante a aplicação de questionário de avaliação previamente aprovado pelo CAE, o desempenho da Auditoria Interna da Companhia.

III. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, em 8 (oito) sessões durante o ano de 2021, a fim de, entre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, sobretudo em relação aos controles internos que sustentam a certificação *Sarbanes-Oxley* ("SOx").

Em relação aos controles internos, foram objeto de acompanhamento e recomendações pelo CAE os seguintes principais temas: (i) monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhorias; (ii) análise do processo de certificação dos controles internos – SOx junto aos administradores e aos Auditores Independentes; (iii) procedimentos da Companhia para cumprimento integral dos requisitos da SOx e monitoramento intensivo dos planos de remediação relativos às deficiências apontadas pela auditoria independente em relação ao processo de Certificação SOx na Companhia.

O CAE constatou que os controles internos são implementados em consonância com a natureza, complexidade e necessidade das operações e, diante das informações prestadas pela Diretoria Executiva, pela Auditoria Interna e pelos auditores independentes, verificou não existir qualquer fato relevante ou de natureza grave que possa colocar em risco o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

IV. O CAE informou-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o CAE teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar suas implementações, e a execução das recomendações de melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles. Com base nas informações às quais teve acesso, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se sujeitam as transações. O CAE tem assinalado a importância de melhoria contínua no sistema de controles internos.

V. Acompanhou e supervisionou os trabalhos desenvolvidos pela área de *Compliance* da Companhia, em 9 (nove) sessões, com destaque aos assuntos relacionados à: (i) SOx *Compliance*, por meio de monitoramento de deficiências apontadas pelo Auditor Independente e pela administração da Companhia; (ii) *Compliance* de Tecnologia da Informação e Segurança Corporativa, ressaltando os riscos de *Cyber Security* e debatendo sobre a implementação na Companhia das adaptações requeridas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"); (iii) *Compliance* de Processos Comerciais e gerais da Companhia; fraude e corrupção, garantindo a aderência às leis, normas, padrões e regulamentos internos e externos. No âmbito do Programa de Integridade e Anticorrupção da Companhia, o CAE também acompanhou o processo visando a manutenção da Certificação ISO 37001 concedida em 2020.

VI. Tomou conhecimento das principais alterações propostas no âmbito regulatório e as mudanças institucionais previstas, bem como os principais aspectos dos cenários político e econômico, com destaque para os riscos e desafios da conjuntura atual que possam impactar a Companhia. Para tanto, tem acompanhado os principais macroindicadores que auxiliam uma avaliação de riscos do ambiente externo para a Companhia no limite daquilo que é previsível pelas melhores técnicas quantitativas e qualitativas.

VII. No desempenho de suas atividades, o CAE acompanhou regularmente questões relacionadas à: (i) Satisfação do consumidor e qualidade dos serviços e do atendimento; (ii) Estímulo à inovação aplicada a produtos e serviços; (iii) Transparência e prestação de contas aos stakeholders; (iv) Ética nos negócios; (v) Inclusão digital; (vi) Diálogos e comunicação com públicos de relacionamento; (vii) Gestão de produtos eletrônicos; (viii) Investimento em infraestrutura; e (ix) Desenvolvimento de novas tecnologias.

VIII. No decorrer de 2021, o CAE analisou relatórios de *Enterprise Risk Management* ("ERM") da Companhia com foco no monitoramento do plano de trabalho para revisão e atualização dos fatores de risco publicados pela Companhia, gestão dos riscos financeiros, apetite de risco da Companhia e adequação dos fatores de riscos constantes no Formulário de Referência da Companhia, no inventário dos riscos SOx/CVM. Este tema foi trazido em 6 (seis) sessões durante o ano de 2021. A estrutura de gestão de riscos da Companhia prevê a análise pelo CAE com base no exame realizado pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"). Ambos são órgãos de governança vinculados ao Conselho de Administração conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia.

IX. Dentre as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, o Comitê examinou, avaliou e opinou, previamente, sobre 11 (onze) contratos de naturezas diversas entre a Companhia, de um lado, e partes relacionadas, de outro lado. Todas as contratações seguiram estritamente o processo de governança necessário para atender tanto às normas de *Compliance* internas da Companhia, quanto à regulamentação da CVM e da SEC. As informações relevantes sobre as contratações estão devidamente divulgadas no Formulário de Referência da Companhia.

X. No âmbito de suas atribuições, o CAE analisou, em 9 (nove) sessões durante o ano de 2021, os relatórios referentes às denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias da Companhia e as respectivas ações de melhoria previstas. Os relatórios, que são divididos por tipologia, ficam arquivados na sede da Companhia.

XI. Além das 20 (vinte) reuniões informadas, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE participaram de 2 (duas) reuniões privadas, de 1 (uma) hora cada, com a área de Auditoria Interna da Companhia, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para avaliação de possíveis cerceamentos ou risco de quebra de independência, de qualquer tipo de ingerência da administração, dando abertura ao Comitê para externar eventuais preocupações que precisem ser avaliadas no desenvolvimento dos trabalhos da auditoria.

3. Assuntos Discutidos com os Auditores Independentes considerando a forma de apresentação do Relatório de Auditoria (NBC TA 701)

Conforme determinado pelas normas de auditoria (NBC TA 260), que dispõem sobre a comunicação com os responsáveis pela governança da Companhia, o auditor deve comunicar, dentre outros, o quanto segue: (i) suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis; (ii) visão geral do seu Plano de Auditoria para o exercício; (iii) sua visão sobre os aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da Companhia, incluindo políticas e estimativas contábeis, e divulgações nas demonstrações contábeis; (iv) dificuldades significativas encontradas durante a auditoria, se houver; (v) aspectos de independência, incluindo confirmação formal sobre sua independência em relação à Companhia; (vi) comunicação, por escrito, aos responsáveis pela governança, das constatações significativas decorrentes da auditoria; e (vii) conforme determinado pela NBC TA 701, comunicar quais os Principais Assuntos de Auditoria ("PAAs") a serem considerados no Relatório do Auditor Independente.

Diante do exposto acima, visando cumprir com o protocolo e/ou requerimento de comunicação entre os auditores e os responsáveis pela governança da Companhia, o CAE manteve reuniões periódicas com os Auditores Independentes da Companhia, com objetivo de acompanhar o andamento dos trabalhos dos auditores em relação às demonstrações financeiras da Companhia e sobre os controles internos de relatórios financeiros (SOx), de forma que todos os assuntos acima, entre outros, foram formalmente avaliados pelo CAE junto aos Auditores Independentes.

Especificamente em relação aos PAAs, o CAE interagiu com os Auditores Independentes com o objetivo de entender o julgamento dos Auditores para determinação desses assuntos como PAAs, bem como o entendimento da abordagem de auditoria definida pelos Auditores Independentes como resposta de auditoria a esses PAAs.

Por fim, além de toda a interação com os Auditores Independentes, o CAE realizou as seguintes atividades ao longo do ano para avaliação das áreas consideradas como PAAs pelos Auditores Independentes:

3.1. Provisão para contingências tributárias (nota explicativa 24 - "Provisão para processos judiciais e administrativos")

O CAE revisou trimestralmente a evolução das contingências tributárias e acompanhou os prognósticos fornecidos pelos responsáveis pelas áreas Tributária, Cível, Trabalhista e Regulatória da Companhia.

3.2. Impacto na venda de participação da Companhia na I-System (anteriormente denominada FiberCo)

O CAE manteve diversas interações com a administração da Companhia para avaliação e acompanhamento dos impactos contábeis ocasionados pelo fechamento da transação.

4. Outras Atividades

4.1. Revisão do Formulário 20-F e do Formulário de Referência

Com relação aos trabalhos de revisão do Formulário 20-F (SEC) e do Formulário de Referência (CVM), os membros do CAE se reuniram formalmente, no total, 2 (duas) vezes entre os meses de março e junho de 2021, com executivos da Companhia.

4.2. Avaliação do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas

Os membros do CAE se reuniram com executivos da Companhia para avaliar a adesão da Companhia a determinadas práticas de governança previstas no Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas, em atendimento à Instrução Normativa CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que alterou e acrescentou dispositivos à Instrução Normativa CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

4.3. Autoavaliação do CAE

Os membros do CAE submeteram-se a questionário de autoavaliação de desempenho de suas atividades, conforme as melhores práticas de governança existentes no mercado nacional e estrangeiro. Com base nas respostas apresentadas, os membros do CAE procuraram aprimorar e tornar mais eficientes as atividades desenvolvidas durante o ano de 2021, objetivando um processo de evolução constante e permanente.

4.4. Avaliação dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna

Os membros do CAE procederam à avaliação da qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna da Companhia, por meio de questionários de avaliação previamente aprovados pelo CAE.

5. Conclusões e recomendações

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021").

Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela EY, e a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, o CAE concluiu que essas informações e documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia.

Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), de 23 de fevereiro de 2022.

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

HERCULANO ANÍBAL ALVES
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

FLAVIA MARIA BITENCOURT
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*), **Camille Loyo Faria** (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo** (*Human Resources & Organization Officer)*, **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*
CAMILLE LOYO FARIA
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores
MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer
LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer
BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer
MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer
JAQUES HORN
Diretor Jurídico

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*), **Camille Loyo Faria** (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo (***Human Resources & Organization Officer***), Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*
CAMILLE LOYO FARIA
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores
MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer
LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer
BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer
MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer
JAQUES HORN
Diretor Jurídico

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM

TIMB LISTED NYSE

ISE B3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **TIM S/A** Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tim S/A ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para contingências tributárias

Conforme divulgado na nota explicativa 24 das demonstrações financeiras, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, no montante de R$16.739 milhões, em 31 de dezembro de 2021, para os quais foi constituída provisão no montante de R$430 milhões. Enquanto o valor de R$16.309 milhões foi divulgado pela Companhia como perdas possíveis de ocorrer, em linha com os requerimentos do "CPC 25 (IAS37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgados depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais.

Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer impactos relevantes às demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e eficácia dos controles internos da Companhia para identificação e avaliação das contingências tributárias, incluindo o processo da Companhia na determinação dos prognósticos de perda das contingências tributárias e sobre a informação produzida pelo sistema de tecnologia que apoia este processo; (b) para teste da avaliação da Companhia sobre o prognóstico de perdas dos processos tributários, envolvemos nossos especialistas em assuntos tributários para auxiliar-nos na avaliação dos prognósticos realizados por advogados externos para as contingências tributárias mais significativas da Companhia, obtivemos e analisamos opiniões legais junto a todos os consultores jurídicos internos e externos, realizamos reuniões e obtivemos representações por parte da diretoria da Companhia com relação à avaliação dos principais processos tributários; e (c) revisão da adequação das divulgações incluídas pela Companhia na nota explicativa nº 24 às demonstrações.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e a divulgação das contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Alienação de 51% mantido na investida I-System (anteriormente conhecida como FiberCo Soluções Infraestrutura S/A)

Conforme descrito na nota explicativa 1 das demonstrações financeiras, em 16 de novembro de 2021, a Companhia vendeu 51% da participação que mantinha na I-System. A venda gerou um ganho de R$782 milhões, que foi mensurado pela diferença entre o valor justo da consideração recebida e o valor contábil dos ativos e passivos líquidos da I-System. A determinação do valor contábil dos ativos e passivos líquidos da I-System envolveram identificação e mensuração dos ativos, passivos e ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocados a I-System na data da venda.

Auditar a contabilização da Companhia relativa à venda de 51% do investimento mantido na I-System foi complexo devido o julgamento significativo aplicado pela diretoria para determinação do montante do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocado a I-System, a natureza da transação e significativo julgamento exercido pela diretoria na avaliação dos impactos contábeis relativos a perda de controle e do contrato de prestação de serviço entre as partes.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e testamos a eficácia dos controles internos mantidos pela Companhia para avaliar a transação de venda de 51% de participação na I-System. Por exemplo, testamos controles de revisão da diretoria sobre a contabilização dos efeitos da venda e cálculo do ganho líquido de impostos e controles da diretoria sobre a revisão de assuntos chave, dados e premissas utilizadas pela diretoria na determinação da alocação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura à I-System.

Para testar a avaliação efetuada pela diretoria sobre a venda, nossos procedimentos incluíram, entre outros: inspeção dos contratos relacionados a transação, avaliação da razoabilidade dos julgamentos aplicados pela diretoria e teste da acuracidade matemática sobre o cálculo do ganho na venda (líquido de impostos), avaliamos os assuntos chave e dados utilizados pela diretoria na determinação da alocação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocado à I-System através de inspeção documental e avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia; avaliamos o julgamento da diretoria sobre os critérios para contabilização dos impactos relativos à perda de controle através da avaliação de possíveis evidências contrárias nos documentos atrelados a transação bem como a avaliação da diretoria sobre o contrato de prestação de serviço à luz do CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamentos; nós também envolvemos profissionais de impostos para avaliar os impactos fiscais associados a venda e também avaliamos a adequacidade das divulgações efetuadas pela Companhia relativas a venda de 51% do investimento mantido na I-System.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os impactos contábeis relacionados a alienação de 51% de participação societária na FiberCo, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração dos impactos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

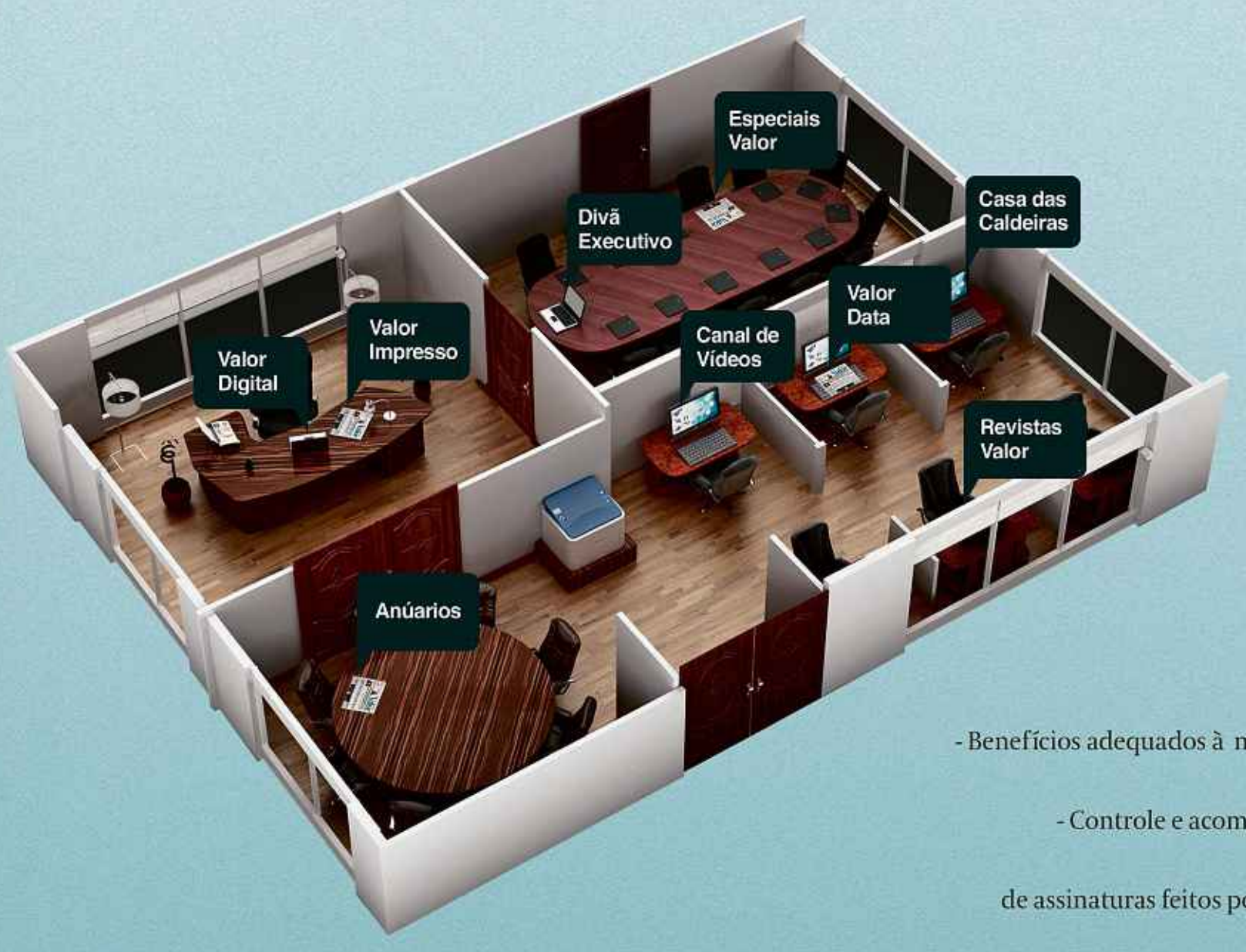
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0

www.tim.com.br

Vantagens de ser um
Assinante Corporativo

Sua empresa pode manter a equipe preparada para tomar as melhores decisões e alavancar negócios.
Diariamente, o Valor Econômico traz notícias de bastidores, conteúdo relevante e análises
produzidas pela melhor equipe de jornalistas e colunistas do Brasil.



- Benefícios adequados à necessidade da empresa;
- Controle e acompanhamento do pacote de assinaturas feitos por equipe especializada;
- Pagamento por meio de fatura única ou cartão corporativo;
- Descontos progressivos.

Pacotes de assinaturas para Empresas.

11 3767-7059
de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h
corporate@valor.com.br
assinaturas.valor.com.br/assinatura-corporativa

Valor Econômico
Notícias que geram negócios

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2021

► COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Prezados acionistas,

A administração da TIM S.A. ("TIM S.A.", "Companhia" ou "TIM") apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2021, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e com o Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2021.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*), conforme definidos pelo IASB.

As informações operacionais e financeiras de 2021, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

► Perfil da Companhia

A TIM S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e ADRs (*American Depositary Receipts*) listados na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE). Em 2021, a TIM confirmou a sua manutenção, pelo décimo quarto ano consecutivo, no seleto grupo de companhias que integram o portfólio ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3), reforçando o seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Além disso, a TIM é listada desde 2011 no Novo Mercado, segmento reconhecido pelo mais alto nível de governança corporativa da B3 e a partir de 2021 passou a fazer parte dos índices S&P-B3 Brasil ESG, Refinitiv Diversity & Inclusion e Bloomberg Gender Equality.

A TIM S.A. é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária do grupo Telecom Italia. A TIM opera nos mercados de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, em todo território brasileiro, e no mercado de ultra banda larga abrangendo alguns estados do país.

► 1. Mensagem da Administração

O ano de 2021 ainda foi fortemente impactado pela pandemia de COVID-19, que impôs grandes desafios à sociedade, com impactos para a saúde pública e econômicos. Em meio ao aumento da vacinação, surgimento de novas variantes do vírus, escalada da inflação e aumento dos juros, a TIM se mostrou resiliente para entregar resultados sólidos: no final de 2021, cumprindo com todas as metas estabelecidas junto a seus acionistas e ao mercado financeiro em geral.

► Evolução da Pandemia e a Dinâmica Macroeconômica

Ao longo do primeiro semestre, a economia brasileira vinha registrando recuperação a despeito da oscilação das condições sanitárias, e a consequente adoção de novas medidas restritivas entre março e abril. O impacto dessas restrições sobre a atividade econômica em geral e sobre a atividade da TIM se deu em magnitude significativamente menor do que em períodos similares em 2020. No segundo semestre, a vacinação da população se acelerou, mas a recuperação econômica continuou a se dar de forma heterogênea entre os diferentes setores. A aceleração da inflação com posterior início do ciclo de aperto monetário limitaram a melhora do dinamismo da economia. Para nós, esta situação se materializou principalmente no segmento de telefonia móvel pré-pago como consequência de uma disponibilidade de renda das famílias ainda bastante pressionada seja pela inflação, pelo endividamento e por um mercado de trabalho ainda vacilante.

► M&A e 5G: Transformações Setoriais e para TIM

Em 2021, grandes transformações setoriais tomaram forma e começaram a se materializar. De um lado, a transação de compra dos ativos móveis da Oi Móvel S.A. passou a ser analisada pelos órgãos reguladores setorial (Anatel) e de concorrência (CADE) que mesmo sem apresentar uma resposta definitiva dentro do ano indicavam uma definição logo no início de 2022. De outro lado, houve uma proliferação de iniciativas no setor de telecomunicações para explorarem oportunidades de serviço de ultra banda-larga, seja através de IPOs de pequenos provedores, seja através da criação de veículos neutros de infraestrutura de fibra ótica. Neste último caso, optamos por fechar um acordo com a IHS Brasil para a venda de 51% de um veículo de fibra recém criado com intuito de acelerar o desenvolvimento da sua cobertura dos serviços de FTTH (*Fiber To The Home*).

No segundo semestre do ano, ocorreu o leilão de frequências que previa a venda de lotes de espectro destinados às tecnologias 4G e 5G. Participamos de forma muito bem sucedida, adquirindo um conjunto de faixas de frequências que ajudarão na composição do nosso portfólio de espectro e evolução dos serviços com a implantação das novas redes 5G e reforço de capacidade na rede 4G.

► Resiliência em Face das Adversidades e Foco na Execução da Estratégia

O primeiro semestre foi marcado por uma recuperação mais pujante, mas conseguimos a despeito dos desafios do segundo semestre, manter um bom nível de crescimento anual de receita de serviços (+6% no 1S e +4% no 2S) para fechar o ano com crescimento positivo de 5% versus 2020. Esse desempenho representa uma robusta recuperação se comparamos com a performance de 2020, onde o crescimento da receita de serviços foi de apenas 0,4% A/A. Nossa capacidade de encontrar soluções em meio as adversidades e o foco na execução da nossa estratégia foram fundamentais para essa evolução no desempenho.

Entre as iniciativas implementadas em 2021 que suportaram essa performance, destacam-se: (i) a contínua evolução da abordagem de volume para valor, com contínuo crescimento de ARPU, redução do churn e recuperação de adição de clientes; (ii) o resgate do tema Música como parte dos nossos lançamentos de oferta e de um novo posicionamento de marca; (iii) a sólida execução na nossa operação de banda larga; (iv) o contínuo avanço da nossa infraestrutura de rede e TI; (v) a busca incessante por eficiência de custos e investimentos; e (vi) a contínua evolução da estratégia de Plataforma de Clientes materializada por mais uma parceria fechada no segmento de educação a distância com a plataforma Ampli.

Os impactos positivos dessas iniciativas ficaram evidentes nos resultados das diferentes linhas de negócio:

- Do ponto de vista dos Serviços Móveis, a receita manteve uma boa dinâmica e terminou o ano com crescimento próximo a 5% contra o ano de 2020. Essa performance foi puxada pelo segmento Pós-Pago que cresceu mais de 5% A/A, enquanto o Pré-Pago caiu próximo a 2%.
- A banda larga residencial manteve um forte crescimento de aproximadamente 15% comparado a 2020.
- Nossas receitas com a Plataforma de Clientes somaram cerca de R$ 120 milhões, multiplicando por 8 o número de 2020 e com grandes contribuições da parceria com o Banco C6 e das iniciativas de Publicidade Móvel.

► Uma Infraestrutura Robusta para Suportar uma Melhor Experiência para o Cliente

O desenvolvimento da nossa infraestrutura é pilar fundamental da estratégia de melhoria da experiência dos clientes. Desta maneira, em 2021, demos ênfase em continuar evoluindo na qualidade dos nossos serviços através do fortalecimento da nossa rede e dos nossos sistemas.

Por mais um ano, a TIM assegurou a liderança em 4G, tendo a maior e melhor cobertura nesta tecnologia. Fechamos 2021 com mais de 4700 mil cidades e nos aproximamos cada vez mais da meta de cobrir todos os municípios do país até 2023. Nossa rede móvel foi atestada mais uma vez como líder em disponibilidade 4G e melhor experiência de vídeo e vídeo-chamada pela OpenSignal. A cobertura de 4.5G superou 1700 cidades e lançamos a tecnologia 5G DSS e fizemos pilotos com o 5G standalone.

Na rede fixa, superamos a marca de 112 mil quilômetros de fibra ótica em backbone e *backhaul*, o que nos possibilitou conectar mais 1200 cidades com fibra ótica, expandimos também nossa cobertura do serviço de banda larga residencial da TIM Live, chegando a 4,2 milhões de domicílios em FTTH e 6,7 milhões de domicílios totais.

Na frente de TI, avançamos no projeto Journey to Cloud para migrar todo o nosso datacenter para nuvem, fechamos o ano com 44% de migração. Este projeto, e outros com foco em digitalização tem impacto tanto nos custos da Companhia quanto na satisfação dos clientes.

► Eficiência e Geração de Caixa

Nossa cultura voltada para eficiência tem sido uma marca registrada da TIM na última década. Portanto em 2021, não foi diferente, apesar das pressões inflacionárias e da crise energética, conseguimos compensar uma boa parte desses efeitos com iniciativas voltadas a transformação digital e o cortes de custos mais tradicionais. O controle da inadimplência também contribuiu para o crescimento dos gastos ficar abaixo dos 5% e menos da metade da inflação oficial (IPCA: 10,06%).

A sólida performance nas frentes operacional e financeira produziu, mais uma vez, o maior EBITDA da história da TIM, atingindo mais de R$ 8,7 bilhões, com uma margem de 46,4% no ano e, também, um excelente nível de fluxo de caixa operacional em mais de R$ 6 bilhões. Com isso, fechamos o ano com sólida posição financeira e prontos para cumprir com as obrigações de desembolso extras que teremos em 2022 – aquisição de ativos da Oi Móvel e das licenças de frequência. Nosso caixa ficou próximo a R$ 9,5 bilhões com um endividamento líquido de R$ 3,1 bilhões (incluindo o impacto relacionado as licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R$ 843 milhões) e ainda assim, a Companhia manteve a alavancagem em patamar saudável. Esse cenário nos deu conforto de manter a distribuição aos acionistas no patamar de R$ 1 bilhão através do instrumento de JSCP.

► Conclusão e Perspectivas

A capacidade de agir rapidamente e de maneira assertiva, aproveitando oportunidades do mercado e mantendo o foco na execução da estratégia foram as marcas de 2021. Essa combinação tornou possível a entrega de todas as metas definidas para o ano, mesmo em um cenário de alta incerteza.

A expectativa para o ano de 2022 é de aceleração no processo de transformação da TIM e do setor com a aprovação da transação com a Oi Móvel, o início da implementação do 5G "de verdade" e a mudança de paradigma da banda-larga fixa para redes neutras. Esperamos, ainda, capitalizar mais as iniciativas nas frentes de transformação digital e de novos negócios, criando grandes oportunidades para TIM de eficiência e crescimento.

► 2. Panorama Econômico e Industrial

2.1. Ambiente Macroeconômico

Apesar das expectativas positivas para o ano, 2021 foi, ainda, significativamente impactado pela pandemia do Coronavírus – COVID 19, que trouxe, além de um imensurável ônus humano, um expressivo ônus para atividade econômica do Brasil e do mundo. Após o início da vacinação em massa no mundo ainda no final de 2020 e com o avanço da vacinação no Brasil durante todo o ano de 2021, combinado com a consequente diminuição das restrições de mobilidade e uma expressiva redução na taxa de desemprego (11,6% em novembro de 2021), ocorreu um reaquecimento da atividade econômica do país. Isso fez com que as projeções de alta do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para o período, atingissem o patamar de 4,50%, segundo o último relatório FOCUS[1] do ano, em comparação a uma previsão de crescimento de 3,41%, no primeiro relatório FOCUS[2] de 2021.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2021 em 10,06%[3], maior inflação anual acumulada desde 2015. O IPCA registrado foi significativamente superior ao centro da meta, que era de 3,75% para o ano. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo grupo Transportes, que na cesta dos itens avaliados apresentou a maior variação e fechou o ano com aumento de 21,03% e o maior impacto no acumulado do ano. Além dos Transportes, se destacaram os itens Habitação e Alimentação e Bebidas. De maneira macro, a economia ainda sofre com a obstrução das cadeias de abastecimento no Brasil e no mundo, como consequência das medidas de controle ao COVID-19, causando ainda um forte choque na oferta de bens e serviços e, consequentemente, pressionando a inflação do mundo para cima.

Na frente cambial, o dólar americano apresentou forte valorização em relação ao Real em 2021, fechando o ano cotado em R$ 5,57[4], uma alta de 7,4%, depois de ter atingido R$ 5,79[5], em março deste ano, tendo apresentado forte oscilação ao longo do ano, diante de um cenário de elevação do risco fiscal decorrente do agudo aumento dos gastos públicos decorrentes da pandemia, a paralisação das reformas fiscal e administrativa, contribuíram para uma forte oscilação cambial ao longo do ano. A balança comercial fechou o ano com um superávit de US$ 61 bilhões[6]. O valor representa um crescimento de 21,1% em relação ao ano de 2020 e superou o recorde de US$ 56 bilhões de 2017. O saldo positivo é resultado de US$ 280,4 bilhões em exportações e US$ 219,4 bilhões em importações. A exportação em 2021 cresceu 34% na comparação com 2020, enquanto a importação cresceu 38,2%.

Quanto ao cenário internacional, também verificamos uma forte aceleração na vacinação contra a COVID-19 em grande parte do mundo, o que acarretou, igualmente, na diminuição das restrições de mobilidade e reunião de pessoas e, consequentemente, na retomada parcial da atividade econômica. Nos EUA e países desenvolvidos, o ano trouxe a inflação como novidade nos relatórios econômicos, o que não acontecia há décadas. Especialmente nos EUA, o índice de preços ao consumidor atingiu 7% em 2021, a maior alta em desde 1982. O PIB dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avançou 0,9% no 3º trimestre de 2021 em comparação com o trimestre anterior e retomou nível pré-pandemia. Devido à desaceleração da retomada da atividade econômica, o FMI reviu sua projeção de crescimento da economia mundial em 2021 para 5,9%[7].

2.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional".

O setor sempre foi impactado por uma acirrada competição no mercado brasileiro, verificada pela presença de ofertas mais agressivas sob o ponto de vista de conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral, o que, de certa forma, limita a capacidade da Companhia de repassar aumentos de custos ou de propor a adesão a ofertas de maior valor, levando todo o setor de telecomunicações a uma certa degradação.

Por outro lado, o ambiente altamente competitivo pode ter sido, em última análise, um dos gatilhos para a consolidação do mercado móvel, que se vislumbra terminar 2022 com a concretização da venda da Oi Móvel, e consequente divisão dos ativos para os players remanescentes do setor.

Ao longo do ano de 2021, o setor continuou a sofrer os impactos oriundos da profunda crise causada pela epidemia COVID-19, e de todas as restrições destinadas a retardar sua propagação. Todavia, o setor manteve a tendência de crescimento no consumo de dados, exigindo das operadoras a capacidade de adaptação de suas redes, enfrentando o desafio de entregar uma infraestrutura cada vez mais robusta, em ambiente de maior racionalidade nos investimentos, como projetos como a densificação de sites, o refarming de frequências e a agregação de portadoras em duas ou três frequências. Além disso, a TIM seguiu avançando nas iniciativas de compartilhamento focado no 4G e no transporte de rede. Essa evolução da rede da Companhia permite a ampliação significativa do tráfego na rede 4G, que propicia aos seus clientes melhor experiência de uso, tanto em termos de performance, com maior velocidade de *download* e *upload* e menor latência, como em cobertura *indoor* e maior penetração.

Essa demanda por evolução tecnológica e investimentos no setor tende a ser mantida, isso pode ser verificado, especialmente, considerando o leilão do 5G, que foi realizado no último trimestre do ano de 2021, e instituiu uma série de obrigações relacionadas à autorização do direito de utilização das frequências, o que, certamente, obrigará setor a passar por um novo ciclo de investimentos. A implantação dessa nova tecnologia vai trazer avanços muito expressivos, possibilitando a geração de novos modelos de negócio, incentivando uma sociedade cada vez mais conectada, além de abrir caminho para a implementação de avanços em pesquisa e desenvolvimento.

Por fim, 2021 mostrou-se um ano no qual a demanda por Banda Larga Fixa se consolidou. Durante o ano, *players* menores lançaram suas Ofertas Públicas Iniciais ("IPOs") e fortaleceram suas posições financeiras para continuar crescendo. A Banda Larga Fixa é uma grande oportunidade no país por ainda ter baixa penetração fora dos grandes centros, mas, por outro lado, pode ser muito influenciada pela separação de empresas provedoras de serviços e *players* de infraestrutura, visto que as empresas prestadoras de serviços podem alugar infraestrutura das empresas especializadas buscando uma aceleração de crescimento.

► 3. Serviços TIM

3.1. Negócios

A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de atender novos padrões de consumo ao mercado. A abordagem proativa permite à Companhia estar em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios nas telecomunicações. A mudança no perfil de uso dos clientes e o surgimento de novas tecnologias fomentam uma ruptura na indústria de telecomunicações, baseada no consumo de dados, conteúdos e serviços digitais.

O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, TIM Live, e o serviço de banda larga fixa através da rede móvel, utilizando a tecnologia WTTx e 5G DDS, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiros e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT.

Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá a TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões.

Demonstrando esse diferencial, em 2021, a TIM iniciou a primeira parceria entre uma empresa de telecomunicações e uma empresa de educação. Foram lançadas ofertas exclusivas para os clientes que se matriculassem nos cursos oferecidos na plataforma e os clientes TIM passaram a receber descontos em cursos selecionados. Por sua vez, as ofertas lançadas em parceria com o C6 Bank continuam a agregar um diferencial ao portfólio, ao somar mais conveniência e adicionar novas experiências às ofertas dos planos Controle e Pós pago. Continuamos oferecendo aos clientes do plano TIM Black Família um marketplace para serviços de OTT, uma maior flexibilidade na escolha do conteúdo de entretenimento incluído no plano e o atendimento diferenciado do TIM Concierge. A inovação em ofertas e a consistência na operação têm garantido o diferencial do portfólio e uma maior qualidade na aquisição de novos clientes.

3.2. Estratégia

A estratégia adotada pela TIM para 2021 foi baseada em cinco frentes indicadas abaixo, cada uma das quais focada nas principais partes interessadas da Empresa (clientes, colaboradores e acionistas) e, juntas, visam redesenhar a experiência do cliente e fazer da TIM a melhor escolha por valor no mercado, apoiada por sua posição como líder na ultra banda larga móvel e sua variedade de ofertas inovadoras:

- *Mover de volume para valor*: Melhorar e acelerar a transição de volume para valor, para sustentar o crescimento do negócio móvel, com foco na experiência do cliente;
- *Melhorar a infraestrutura*: Preencher o atual gap de infraestrutura com M&A, também promovendo o crescimento inorgânico e capturando potenciais sinergias;
- *Monetizar além do core*: Expandir novos fluxos de receita a partir de modelos de negócios alternativos, como serviços financeiros móveis, Educação, Saúde e publicidade digital móvel, visando a monetização da nossa base de clientes e alavancando a plataforma da base de clientes através de ecossistemas e parcerias;
- *Aprimorar tecnologia e operações*: Implementar projetos transformacionais em infraestrutura (ex., 5G, ORAN, M-MIMO, cloudification) e abordar desafios estruturais e preparar nossa tecnologia e nossas operações para desenvolvimentos futuros; e
- *Explorar oportunidades de banda larga fixa*: Capturar oportunidades de crescimento do mercado de ultra banda larga com novos modelos financeiros e de negócio.

Todos os cinco pilares estratégicos mencionados acima estão diretamente relacionados ao nosso compromisso com a experiência do usuário, que é um dos nossos três pilares de fundação da marca TIM (incluindo também a inovação e a qualidade), além de estarem voltados para o fortalecimento do nosso core e na construção do futuro da companhia.

Ao longo do ano de 2021, para implementação dos pilares estratégicos mencionados acima, a TIM direcionou esforços por meio de dois habilitadores transformacionais: (i) Impulsionar **eficiências disruptivas** por meio da digitalização, automatização e novos modelos operacionais, alavancando habilidades e o aprimoramento de capacidades; e (ii) Fortalecer e consolidar a **proposta de ESG** fazendo uma transformação positiva.

Este é o principal objetivo da estrutura proposta, na qual o cliente é o centro de tomada de decisão.

► 4. Recursos Humanos

A Diretoria de Recursos Humanos está estruturada com o propósito de assegurar as melhores práticas relativas à gestão de pessoas para suportar o processo de evolução da Companhia, alinhadas com as transformações tecnológicas e desafios de negócio, que incluem o compromisso com a sustentabilidade e a valorização da diversidade e inclusão.

Contar com um time engajado é fundamental para superar desafios e conquistar melhores resultados. Na TIM, a relação de transparência e respeito com todos os níveis fortalece o orgulho de pertencer e a confiança sobre nosso direcionamento. Esses fatores são diferenciais no desenvolvimento da nossa marca empregadora.

Em 2021, tivemos uma adesão de (87%) na Pesquisa de Clima e Engajamento, confirmando a consistência desse processo como um dos mais importantes para se ouvir as pessoas e dar oportunidade de contribuir para a evolução da nossa empresa.

O resultado da Pesquisa de Clima e Engajamento de 2021 foi 83% (-1pp/2020), colocando a TIM 1p.p. acima do Mercado de Telecom Global da Mercer, consultoria parceira responsável pela metodologia e aplicação da pesquisa.

Os principais destaques foram para a consistência no programa de aculturamento em Diversidade & Inclusão (mantida em 85%), o aumento na atuação da liderança no desenvolvimento dos times, através de feedback (84% | +3pp), tolerância ao erro (85% | +2pp), coerência na avaliação de desempenho (83% | +3pp) e prática do reconhecimento financeiro e não financeiro (71% | +2pp), em coerência com a revisão das competências e do Performance.

Em 2022, será necessário maior foco em ações estruturadas de bem-estar-estar e evoluir em agilidade e prontidão para mudanças, a fim de manter o posicionamento de cuidado com as pessoas e melhoria nos processos para a inovação.

A cultura de integridade e carreiras atrativas também se destacam entre os fatores mais reconhecidos pelo nosso time, refletindo o alto engajamento e o sucesso de ações como o TIM Talks Experience 2021 e campanhas de Diversidade e Inclusão, direcionadas aos cinco pilares trabalhados na empresa: gênero, raça, pessoas com deficiência, pessoas LGBTI+ e gerações.

4.1. Pessoas

A TIM encerrou o ano de 2021 com 9.337 funcionários em todo Brasil. Esses colaboradores, com suas histórias e conhecimento, representam o capital intelectual da Companhia e atuam como motores para o desenvolvimento do negócio.

Aproximadamente 70,4% dos colaboradores possuem ensino superior completo ou frequentam a universidade e 9,8% possuem pós-graduação. Os números e resultados mostram que a TIM possui um quadro diversificado e altamente qualificado de colaboradores para atender os desafios da Companhia. A força do trabalho é complementada por 218 estagiários e 108 jovens aprendizes.

4.2. Desenvolvimento e Treinamento

Os colaboradores da TIM têm acesso a uma oferta de treinamento e desenvolvimento bem estruturada para evoluir dentro da companhia e construir uma carreira de sucesso. A TIM investiu mais de R$ 10 milhões em treinamento e desenvolvimento dos seus colaboradores em 2021.

Para orientar as carreiras dos seus colaboradores, a TIM identifica e monitora o desempenho individual para guiar as atividades com mais assertividade. A Companhia avalia a dedicação e o desempenho diferenciado dos seus profissionais por meio de diferentes ferramentas de gestão de performance, e encoraja e proporciona oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem.

Aqui na TIM, ao longo do ano de 2021, em continuidade ao plano iniciado em 2020, tivemos como foco apoiar a evolução e a transformação da empresa rumo ao modelo de digital TELCO, com foco específico no desenvolvimento das new capabilities, necessárias para alcançar os objetivos do plano estratégico e industrial da companhia.

Ao longo de 2021, a TIM implementou diversos programas e iniciativas para gerenciar e suportar o desenvolvimento das pessoas nas competências necessárias para alcançar as estratégias do negócio:

- **Novo Processo de Gestão de Desempenho**: a TIM completou seu ciclo de gestão de desempenho 2020/21, envolvendo mais de 7.700 colaboradores com algumas novidades importantes como a inclusão de novos públicos (equipe de Vendas e Atendimento, Estagiários), com uma abordagem profundamente customizada. O foco da avaliação está relacionado ao modelo de competência, bem com a capacidade em fazer acontecer. A implementação de uma nova plataforma de Gestão de Desempenho, customizada para proporcionar a melhor experiência digital aos colaboradores, também foi uma novidade.
- **Soluções Digitais de Desenvolvimento da Liderança**: Durante este ano, a TIM lançou duas soluções inovadoras para desenvolver nossos líderes: o Programa E-Coaching e o Mentoring Executivo, mais de 350 líderes experimentaram uma solução digital de desenvolvimento, customizada para suas próprias necessidades.
- **Gestão de Sucessões**: A continuidade do mapeamento de sucessão foi realizada este ano para garantir a aceleração do desenvolvimento e a prontidão para cargos mais críticos da alta administração e posição de executivos.
- **Mentoria intercompanhias para mulheres**: em julho de 2021, a TIM, juntamente com um número crescente de grandes empresas, criou uma iniciativa para acelerar o desenvolvimento de carreira das mulheres. A iniciativa está inserida no Projeto "Mulheres Positivas", que tem o escopo mais amplo de viabilizar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho brasileiro. Em 2021, foram desenvolvidas 2 ondas de mentoria, envolvendo 145 mulheres.

Os principais programas e iniciativas de treinamento estão listados abaixo:

- **Principais questões institucionais e de compliance**: todos os colaboradores participam de cursos sobre as principais questões institucionais e de compliance, como ética, direitos humanos, políticas de sustentabilidade e meio ambiente, saúde e segurança, segurança da informação e anticorrupção, alinhadas às diretrizes do Grupo e às leis internacionais e nacionais.
- ***Digital Learning Roadmap***: a nova plataforma de formação online "Talent Hub Aprendizagem" inclui roteiros individuais e coletivos para a aprendizagem digital. O roteiro centra-se em questões estratégicas como mentalidade digital, novas capacidades, inovação, responsabilidade, experiência do cliente, execução, networking colaborativo, gestão da mudança.
- ***TIM Talks***: Programa anual de Treinamento, Desenvolvimento e Comunicação da TIM Brasil. Assim como em 2020, o evento contou com a participação do público interno e externo. O TIM Talks começou em novembro com um evento de Abertura, e se estendeu até o final de dezembro por meio de um programa de workshops focado em questões estratégicas do setor como 5G, Cloud, IA, Privacidade e etc. O workshop contou com a participação de representantes do mercado, do mundo acadêmico e de instituições em geral, e pela primeira vez também envolveu convidados internacionais.
- **Plano de Apoio no contexto da Pandemia de COVID 19**: Ao longo dos anos de 2020 e 2021, em função da pandemia do novo coronavírus, a TIM realizou ações de treinamento voltados à temas de saúde e segurança diversos, como saúde mental, autocuidado, ergonomia, bem-estar em suas mais variadas dimensões (Ex: nutrição, exercícios físicos, etc) incluindo aulas online (ex: meditação), prevenção ao COVID-19 e também disponibilizamos os conteúdos de integração em formato digital. Além disso, transformamos 100% das nossas ações de treinamento para a metodologia à distância, sendo que a própria SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho) também passou a ser online, integrada à Jornada de Saúde e Bem Estar e com alguns eventos abertos à sociedade.
- ***Onboarding***: Levando em consideração os processos de transformação digital que a TIM iniciou há alguns anos, um novo programa Onboarding 100% digital foi projetado para engajar e preparar os novos funcionários para o dia a dia.
- **Jornadas Verticais**: A TIM Brasil criou jornadas de aprendizagem personalizadas para as diversas áreas, com base nas diferentes necessidades relacionadas ao escopo de atividades.
- ***Journey to Cloud's Agile Journey***: Alinhado ao seu plano de transformação digital e inovação, a TIM implementou um plano estruturado de upskilling para todos os profissionais envolvidos na migração da infraestrutura em um ambiente multi-cloud e para os usuários dos novos dados e tecnologias de análise. Desde 2020, mais de 500 pessoas estiveram envolvidas no programa.

Em 2021 foi implementado um programa de formação Agile Journey, com o objetivo de disseminar a cultura, bem como os métodos e as ferramentas das Metodologias Ágeis. A Jornada passou a envolver as equipes que atuam nos processos de criação de serviços, a fim de trazer ganhos incrementais para o negócio, reduzir riscos e realizar melhorias contínuas. Mais de 170 funcionários já iniciaram a jornada.

---
[1] Estimativa pelo relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) de 31 de dezembro de 2021.
[2] Estimativa pelo relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) de 08 de janeiro de 2021.
[3] Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
[4] Fonte: Banco Central
[5] Fonte: Banco Central
[6] Fonte: Ministério da Economia
[7] Fonte: Fundo Monetário Internacional

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:48 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM · TIMB LISTED NYSE · ISE B3

- **Iniciativas para a força de vendas (Programa *Evolution* Consumidor e Corporativo):** jornada de aprendizagem para as lojas TIM e Força de Vendas, pensado de forma inovadora, baseado no princípio de gameficação, que se traduziu em maior envolvimento, novos conhecimentos com uma "pegada" diferente, e maior valor para a empresa. Uma experiência única, personalizada e humanizada. O modelo de treinamento virtual foi mantido e aprimorado em 2021.

Por acreditar que a diversidade e a inclusão são essenciais para a valorização e engajamento das pessoas, e desempenham um papel fundamental no processo de inovação, reforçamos nosso posicionamento e compromisso com o tema através da construção de políticas, programas e iniciativas de diversidade e inclusão, alinhadas à estratégia do negócio, cultura organizacional e valorização da contribuição de cada colaborador(a) na TIM.

Em 2021 o Programa de Diversidade e Inclusão seguiu em continuidade com o calendário anual de ações, baseado no calendário da ONU e demais datas reconhecidas nacionalmente; acompanhamento estratégico do tema pelo comitê de diversidade e inclusão, formado pela alta liderança; e atuação dos grupos de afinidade, formados por colaboradores de todos os níveis, áreas e regiões, que atuaram conjuntamente no desenho e implementação de ações inclusivas para os pilares de gênero, pessoas LGBTI+, raça, gerações e pessoas com deficiência.

Dentre as iniciativas lançadas temos o Programa de Estágio Inclusivo que flexibilizou perfil e pré-requisitos do processo seletivo para ampliar o acesso de grupos sociais minorizados, além de não haver restrições para idade, cursos e instituição de ensino o programa reservou 50% das vagas para pessoas negras. No pilar de gênero lançamos o Projeto Mulheres Positivas, voltado para ampliar a participação das mulheres no mercado de trabalho. O projeto conta com o aplicativo Mulheres Positivas como plataforma digital para apoiar o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres; o movimento liderado pela TIM começou em julho com 10 empresas e finalizou 2021 com 47 empresas parceiras que juntas ofereceram acesso gratuito a vagas e cursos de capacitação, além de mentoria intercompany para mulheres.

Reforçando o compromisso e atuação concreta com foco no pilar Social do Plano ESG, a TIM estabeleceu a meta de ter até 2023 35% das posições de liderança ocupada por mulheres e 40% do quadro de colaboradores composto por pessoas negras. Também nos tornamos signatária dos principais ecossistemas de pactos e associações. Entre março e dezembro assinamos os Princípios de Empoderamento das Mulheres, da ONU Mulheres; Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero; Rede Empresarial de Inclusão Social; Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, Fórum de Gerações e Futuro do Trabalho e Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas.

Como parte do compromisso de promover um ambiente cada vez mais inclusivo, seguro e livre de discriminação, a TIM lançou em novembro o Programa Respeito Gera Respeito, com novas diretrizes e política para prevenção, coibição e gerenciamento de práticas de assédio, além de ações educativas e iniciativas internas e externas para promover ambientes e relações livres de discriminação e violência.

Mantivemos no programa o plano integrado de comunicação e treinamento, com total de mais de 40 ações e mais de 3.900 colaboradores treinados. O TIM Conecta, evento 100% digital e aberto à sociedade para gerar diálogo e reflexão sobre diversidade e inclusão, apresentou 7 edições ao longo do ano totalizando mais de 386 mil visualizações Youtube.

Com a consistência do Programa de Diversidade e Inclusão, a TIM vem se tornando uma das líderes na promoção da diversidade e inclusão. Em 2021 fomos a primeira telco a nível global a receber o prêmio GSMA's *Diversity in Tech*, que reconhece empresas que promovem a igualdade e a diversidade no setor de tecnologia, e a única empresa brasileira a integrar e liderar o *Refinitiv Diversity & Inclusion Index*, que mede a nível global o desempenho das empresas nas iniciativas de diversidade e inclusão.

4.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo visa conceder ações ou opções de compra de ações da TIM S.A. a colaboradores da Companhia e suas subsidiárias, buscando desse modo promover a expansão, conquista e sucesso dos objetivos corporativos e garantindo o alinhamento de interesses dos acionistas e da administração da TIM.

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo: "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016", "Plano 2018-2020" e "Plano 2021-2023", respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares* e / ou *restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder ações aos participantes de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga. De maneira geral, os objetivos de desempenho são vinculados a indicadores econômico / financeiros, métricas de desempenho acionário (exemplo: Total Shareholder Return) e indicadores ESG (Environmental, Social & Governance), sempre em linha com os objetivos apresentados aos acionistas para o Plano Trienal.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência passou a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

Conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a gestão dos Planos fica a cargo do Conselho de Administração, sujeito ao Estatuto Social da Companhia.

Especificamente para o ano de 2017, em função da Companhia ter iniciado o processo de reestruturação do seu plano de incentivo de longo prazo, em caráter excepcional e devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, o plano de incentivo de longo prazo ocorreu em forma de bônus, com o pagamento condicionado ao atingimento de determinados indicadores financeiros da TIM e dividido em três parcelas anuais.

4.3.1. Opção de Ações Ciclo 2011-2013

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2011 - 2013	**8.567.765**	**-3.399.832**	**-5.167.933**	**0**
1ª Concessão	2.933.585	-1.532.132	-1.301.463	0
2ª Concessão	2.561.752	-896.479	-1.765.273	0
3ª Concessão	3.072.418	-971.221	-2.101.197	0

4.3.2. Opção de Ações Ciclo 2014-2016

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2014 - 2016	**8.965.119**	**-3.921.020**	**-4.931.547**	**112.552**
1ª Concessão	1.687.686	-129.643	-1.558.043	0
2ª Concessão	3.355.229	-1.709.149	-1.646.080	0
3ª Concessão	3.922.204	-2.082.228	-1.727.424	112.552

4.3.3. Ações Ciclo 2018-2020

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Não Transferidas
Plano 2018 - 2020	**2.576.648**	**-1.000.645**	**-629.875**	**946.128**
1ª Concessão	845.932	-378.859	-473.073	0
2ª Concessão	936.662	-417.208	-86.424	427.030
3ª Concessão	794.054	-204.578	-70.378	519.098

4.3.4. Ações Ciclo 2021-2023

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Não Transferidas
Plano 2021 - 2023	**3.431.610**	**0**	**-311.876**	**3.119.734**
1ª Concessão	3.431.610	0	-311.876	3.119.734
2ª Concessão	0	0	0	0
3ª Concessão	0	0	0	0

► 5. Rede

Infraestrutura é um dos pilares estratégicos da Companhia e a TIM reafirma o seu compromisso de investimento em 2021, buscando oferecer mais e melhores serviços. As recentes mudanças no padrão de consumo bem como a crescente expectativa dos usuários quanto à qualidade dos serviços prestados, exigem um plano estruturado de expansão da rede, respaldado por análises técnicas mais robustas quanto ao padrão de consumo e necessidades de seus clientes, além de uma grande transformação cultural.

No âmbito da utilização do espectro, a TIM continua seu bem-sucedido projeto de *refarming* expandindo para a frequência 2,1 GHz, visando mais eficiência e melhor performance. Com relação à fibra, a Companhia segue com o projeto de expansão de rede, de forma a suportar a rede convergente de ultra banda larga, aumentando a disponibilidade do FTTH e o FTTS.

A TIM possuía ao final de 2021, 1.766 *Biosites* e projeta ampliar a sua utilização. Os *Biosites* são estruturas sustentáveis de menor custo, mais fáceis de instalar e que não causam impacto visual nas cidades, para aumentar a densidade de sites. No contexto de *big data*, a Companhia segue numa constante evolução de suas ferramentas de análise a partir de bases mais completas e abordagem proativa, visando um direcionamento mais eficiente dos investimentos.

No que tange à cultura corporativa, as novas tecnologias e as expectativas dos clientes provocam uma ruptura no modelo tradicional das operadoras de telecomunicações. Nesse cenário, a TIM visa desenvolver, motivar e engajar seus colaboradores com vistas a atuarem em um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, a partir de um modelo operacional ágil e flexível.

5.1. Cobertura Nacional

A infraestrutura da TIM tem um alcance nacional, cobrindo aproximadamente 96% da população urbana brasileira, com presença em aproximadamente 4.715 cidades. A Companhia também possui uma ampla cobertura de dados, mantendo a sua posição de liderança em cobertura 4G no país.

Em 2021, a TIM continuou concentrando a maior parte de seus investimentos em rede e tecnologia de informação, em linha com o praticado nos anos anteriores e com o objetivo de atender à crescente evolução do consumo de dados. A melhoria e o crescimento da infraestrutura estão apoiados em diferentes projetos, dentre eles se destacam a expansão da rede de fibra ótica (*backbone*, *backhaul* e FTTH), densificação de sites, *refarming* de frequência e agregação de portadoras em duas ou três frequências (conforme localidade). Além disso, a TIM vem avançando nas iniciativas de compartilhamento focado no 4G e no transporte de rede.

Em relação aos principais projetos em andamento focados na modernização e melhoria contínua da nossa infraestrutura, destacamos:

- Compromisso de expandir a cobertura 4G para todos os municípios do Brasil até 2023;
- Expansão da cobertura 4.5G para 1.712 cidades em 2021;
- Expansão do uso do 4G na frequência de 700MHz, presente em 3.975 municípios ao final do ano;
- Expansão do VoLTE, disponibilizado para 4700 cidades;
- Ampliação do *refarming* da frequência de 2,1 GHz no 4G, atingindo 354 cidades;
- Projeto de virtualização de infraestrutura;
- Acordo de compartilhamento de infraestrutura de rede móvel com a Vivo, visando a eficiência na alocação de Capex e Opex;
- Expansão da capacidade de rede através da solução Massive MIMO;
- Consolidação da rede NB-IoT, presente em mais de 4.015 municípios ao final de 2021, possibilitando a criação de soluções IoT não apenas nas grandes cidades, mas também nos municípios mais afastados das capitais.

Adicionalmente, o uso da frequência de 700MHz no desenvolvimento da rede LTE continua a evoluir, proporcionando uma significativa melhora na experiência de uso dos clientes tanto em termos de performance, com maior velocidade de download e upload e menor latência, como em cobertura indoor, maior penetração.

DESCRIÇÃO	2021	2020	%A/A
Cidades 4G	4.715	3.877	21,6%
das quais 700 MHz habilitadas	3.975	3.294	20,7%
das quais VoLTE habilitadas	4.700	3.860	21,8%
População Urbana Coberta (4G)	98%	95%	3,0p.p.
das quais 700 MHz habilitadas	94%	92%	2,0p.p.
das quais VoLTE habilitadas	97%	94%	3,0p.p.
Cidades 3G	4.022	3.506	14,7%
População Urbana Coberta (3G)	94%	93%	1,0p.p.
Biosites	1.766	1.679	5,2%
Sky Coverage (nº sites)	924	-	n.a.
Massive MIMO (nº sites)	2.308	753	206,2%
Homes passed	6.683	6.366	5,0%
FTTH	4.166	3.244	28,0%
FTTC	3.412	3.682	-7,6%
Cidades Cobertas com Fibra[a]	37	35	5,7%
FTTH	35	33	6,1%
FTTC	5	5	0,0%
FTTCity (nº cidades)	1.235	1.001	23,0%

Ao final do ano, a TIM possuía um total de 23.206 sites com maior porcentagem conectados através de *backhaul* de alta capacidade.

Em relação a infraestrutura de transporte, **a Companhia alcançou 112 mil km de fibra ótica para backbone e backhaul**, um avanço de 3,8% A/A.

A cobertura na banda larga fixa também seguiu em constante expansão ao longo de 2021, superando ao final do ano 4,2 milhões de *homes passed* em FTTH, enquanto o FTTC alcançou 3,4 milhões. Isso representa um total de 6,7 milhões de *homes passed* em 28 cidades e 7 regiões administrativas do DF (FTTH + FTTC)[b].

Por fim, com um **alcance de 1.766 Biosites ativos ao final de 2021**, o desenvolvimento dos projetos de instalação de *Biosites* também está alinhado aos valores de responsabilidade social corporativa da companhia. Essas estruturas trazem uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico. Além disso, contribuem para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – tendo multifuncionalidade capaz de agregar a transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança –, além de serem de menor custo e de rápida instalação.

Atualmente, a Companhia detém autorização de uso de mais aproximadamente 120 MHz em espectro[c], distribuídos da seguinte forma:

Média de Espectro Ponderada por População						
450 MHz	700 MHz	850 MHz	900 MHz	1.800 MHz	2.100 MHz	2.500 MHz
3	20	11	5	35	22	22

5.2. Resultado do leilão de frequências ("Leilão 5G")

Nos dias 4 e 5 de novembro de 2021 foi realizado o leilão de frequências para 4G e 5G pela Anatel. A TIM arrematou um total de 11 lotes nas frequências de 3,5GHz, 2,3GHz e 26GHz, com valor total ofertado de R$ 1,05 bilhão, que depois foi ajustado segundo as regras da Anatel para R$ 994,5 milhões.

As faixas adquiridas possuem um conjunto de obrigações que deverão ser atendidas com contribuições financeiras ou com construção de infraestrutura de rede móvel e fixa. Para maiores detalhes sobre as obrigações envolvendo cada faixa, consultar o Comunicado ao Mercado divulgado pela TIM em 5 de novembro de 2021.

5.3. Qualidade

Por mais um ano, a TIM reforça seu compromisso com a evolução de seus serviços e melhoria contínua da qualidade para garantir uma melhor experiência de uso aos seus clientes. O foco na expansão e melhoria da infraestrutura de rede segue sendo fator fundamental do nosso plano de negócios.

No final de 2021, a **TIM obteve a melhor pontuação no quesito "experiência em vídeo e vídeo-chamada" em relatório emitido pela OpenSignal[d], em parceria com a Anatel. A Companhia somou 66 pontos em experiência de vídeo e vídeo-chamada (classificada com a métrica de "muito bom")**, em pontuação de 0 a 100, acima das demais grandes operadoras do setor. Segundo o informe, o cálculo de experiência de vídeo mede diretamente *streaming* de vídeo em terminais de usuário, utilizando uma abordagem baseada na UIT que leva em conta critérios como a qualidade da imagem, tempo de carregamento a taxa de travamento, em redes 3G e 4G.

Além disso, no relatório, a TIM confirmou mais uma vez a qualidade superior de sua rede, destacando-se novamente como **líder em disponibilidade 4G**. Isso significa que os **clientes da TIM navegaram através do 4G com maior frequência – 99% do seu tempo conectado**.

Os demais destaques de Rede e Qualidade desse trimestre e no ano foram:

(i) A manutenção do ritmo de crescimento e liderança de cobertura do 4G, que é objetivo estratégico da companhia, fazendo parte tanto de seus compromissos do TAC com a Anatel quanto da debênture ESG emitida no 2º trimestre do ano;

(ii) Participação no leilão de frequências para 4G e 5G, arrematando as principais faixas de espectro: aquisição de lotes das frequências 3,5GHz, 2,3GHz e 26GHz;

(iii) Evolução da nossa plataforma de TI com 44% de todo o *workload* já migrado em 9 meses de projeto: migração de mais de 3.500 servidores para a *cloud* no ano, incluindo todo nosso CRM, estrutura de *big data* e plataforma de *billing*, preparando o ambiente para o recebimento dos ativos móveis da Oi;

(iv) Constante qualificação de nossos canais de atendimento e relacionamento com clientes:

1. No comparativo anual de 2021, a Companhia registrou: (a) 30% de redução do tempo de atendimento nos canais assistidos (CRC e Vendas); (b) 15% de aumento do atendimento automático via URA cognitiva; (c) Meu TIM como o aplicativo de atendimento mais bem avaliado do Brasil entre as operadoras (nota 4.4 na Play Store);

2. A TIM também ficou em **primeiro lugar no Ranking de Satisfação da Anatel 2021** que avalia o atendimento das empresas aos clientes na recepção e solução de demandas, reforçando a estratégia da companhia na melhoria da experiência do cliente. Além disso, a TIM foi a operadora com maior redução A/A no índice de reclamações da Anatel no 4T21 – atingindo 45% de redução no período frente ao 4T20, com destaque para o pré-pago que diminuiu em 55% – e no resultado de 2021 – registrando 32% de redução no volume de reclamações vs. 2020.

3. Da mesma forma que o item anterior, o Grupo TIM foi classificado como o menos reclamado nos entrantes dos PROCONs integrados ao sindec em 2021, registrando -28% frente a 2020.

4. Adicionalmente, a TIM foi a primeira operadora a adotar a modalidade de pagamentos via PIX, registrando em 2021 mais de 11,5 milhões de faturas quitadas em 12 meses desde sua implementação. Atualmente, cerca de 60% da base da Companhia realiza pagamentos através dos canais digitais, sendo 13% via PIX.

► 6. Desempenho Operacional

6.1. Panorama do Mercado Brasileiro

O mercado móvel registrou um crescimento de 1,2% A/A no final de 2021 reforçando o movimento de evolução positiva da base no último trimestre. Nos últimos 12 meses, o pós-pago registrou adições líquidas de 16,7 milhões de acessos, sendo 58% deste volume linhas humanas. O pré-pago apresentou 4,1 milhões de novos acessos.

6.2. Desempenho da TIM

O segmento pós-pago encerrou o ano de 2021 com 22,9 milhões de acessos (+4,7% A/A). O mix do segmento na base total foi de 44%, +1,5 p.p. A/A. As adições líquidas dos últimos 12 meses acumularam um saldo positivo de mais de 1,0 milhão de novos acessos. A taxa de desconexão mensal no pós-pago mantém nos patamares mais baixos (2,7% no 4T21), como registrado nos últimos trimestres.

Ao final do trimestre, o **Pós-pago Humano registrava uma base de 18,9 milhões acessos** (+4,7% A/A), com adições líquidas de 847 mil acessos nos últimos 12 meses. **O segmento pré-pago finalizou o ano de 2021 com 29,2 milhões de acessos**, uma queda de 1,4% A/A. A base acumulou 403 mil desconexões nos últimos 12 meses. O segmento é o mais impactado pela deterioração da economia, principalmente nos últimos 2 anos.

Detalhamento da base de clientes por tecnologia:

- **A base 4G finalizou o período com 46,3 milhões de acessos**, acelerando novamente o ritmo e mantendo o patamar de dois dígitos de crescimento (+10,2% A/A);
- **A base de M2M fechou o ano com 4 milhões de linhas**, um aumento de 5,0% comparado ao mesmo período do ano passado.

6.3. Segmento Fixo

A base TIM Live encerrou o ano de 2021 com 685 mil conexões, mantendo o ritmo de crescimento (+6,1% A/A). Nos últimos 12 meses, as adições líquidas do serviço atingiram aproximadamente 40 mil acessos, sendo a base FTTH o principal motor. Os planos de maior valor, com velocidades acima de 100 Mbps, seguem ganhando cada vez mais relevância, atingindo 62% de participação na base total no trimestre. Mesmo limitando a entrada em novos mercados, a cobertura da rede FTTH continuou crescendo, priorizando a consolidação dos clusters já ativos. Dessa forma, o total de *homes passed* em fibra cresceu 28,0% A/A, com presença em 28 cidades e 7 regiões administrativas do DF.

► 7. Desempenho Financeiro

Para representar melhor o desempenho financeiro e tendências comerciais, a TIM normaliza algumas linhas da sua Demonstração de Resultados, eliminando o impacto de elementos não-recorrentes. Estes movimentos são apontados quando requeridos.

7.1. Receita Operacional

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Receita Líquida	18.058	17.268	4,6%
Receita de Serviços	17.497	16.665	5,0%
Serviço Móvel	16.349	15.610	4,7%
Gerada pelo Cliente	14.843	14.351	3,4%
Interconexão	533	526	0,3%
Plataforma de Clientes*	119	15	714,3%
Outras Receitas	853	717	19,1%
Serviço Fixo	1.147	1.054	8,8%
dos quais TIM Live	720	628	14,7%
Receita de Produtos	561	603	-6,9%

*A Plataforma de Clientes inclui receitas de novas iniciativas, como Serviços Financeiros e Educacionais, e Publicidade Móvel. Realocação de impostos entre as linhas de Receita Gerada pelo Cliente e Plataforma de Clientes, impactando estas aberturas desde o início de 2021.

No acumulado de 2021, a **Receita Líquida Total atingiu R$ 18.058, ante R$ 17.268 em 2020, uma evolução de 4,6% A/A**, impulsionada pela performance consistente da Receita de Serviços. Esse crescimento, também, foi impactado por uma base comparativa menor, uma vez que os principais impactos da pandemia de COVID-19 ocorreram no 2T20. A despeito do contexto macroeconômico desafiador imposto pela pandemia, a **Receita líquida de Serviços fechou o ano com um crescimento de 5,0%**, esse desempenho teve como principais alavancas: (i) a performance do pós-pago móvel; e (ii) a receita da Plataforma de Clientes.

► Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Móvel (RSM) apresentou um crescimento de 4,7% A/A atingindo R$ 16.349 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. No acumulado do ano mantém evolução consistente, refletindo a estratégia da companhia de monetizar suas bases de clientes através de dois pilares: (i) diferenciação de oferta e (ii) migração da sua base de clientes para planos de mais alto valor. **No ano, o ARPU de 2021 expandiu 5,9% para atingir R$ 26,4.**

Detalhando o desempenho de cada segmento móvel no quarto trimestre:

(i) No Pré-pago, observamos uma desaceleração durante o segundo semestre, refletindo a piora nos indicadores macroeconômicos e o encerramento do auxílio emergencial do governo no mês de outubro, que pressionou mais o segmento, revertendo a retomada da trajetória de crescimento observada no primeiro semestre. Entretanto, a Companhia segue com foco na diferenciação de ofertas e em uma gestão da base mais eficiente, o que contribuiu para o **crescimento do ARPU de Pré-pago[e] no ano de 2021 – alta de 2,5% vs. 2020.**

(ii) **A Receita com Clientes Pós-Pagos teve uma alta de 5,4% A/A vs. 2020. O ARPU de Pós-Pago Humano[f] (ex-M2M) em 2021 teve alta de 1,7% contra 2020.** Esse desempenho tem como motor o foco da Companhia na abordagem de valor, com ênfase na gestão eficiente da base de clientes, redução das desconexões e na evolução do portfólio de ofertas, com benefícios específicos para cada segmento. Adicionalmente, cabe destacar que, durante esse trimestre, tivemos aumento das vendas nos planos Controle e Pós-puro, impulsionados pelas campanhas de final do ano, Black Friday e Natal, apesar dos desafios impostos pela atividade comercial menos intensa no país.

A Receita de Interconexão (ITX) ficou praticamente estável em A/A, atingindo R$ 135 milhões no 4T21. A incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços atingiu 3,3% no trimestre. No ano, essa linha apresentou aumento de 0,5% A/A, em virtude, principalmente, do impacto do aumento da tarifa VU-M (Tarifa de Terminação Móvel) no início do ano.

A Receita de Plataforma de Clientes, no acumulado do ano, somou R$ 119 milhões, com R$ 83 milhões vindos de Serviços Financeiros, R$ 36 milhões de Publicidade Móvel e R$ 342 mil de Serviços Educacionais.

A linha de Outras Receitas registrou no ano um crescimento de 19,1% A/A, explicado majoritariamente pelo crescimento na receita gerada por contratos de compartilhamento e swap de rede. Cabe ressaltar que o compartilhamento e a troca de capacidade são elementos importantes da estratégia da Companhia de ampliação da infraestrutura de transporte em fibra (*backbone* e *backhaul*) com maior eficiência na alocação de recursos (Capex e Opex).

► Detalhamento do Segmento Fixo (líquidos de impostos e deduções)

Em 2021, a Receita do Serviço Fixo totalizou R$ 1.147 milhões, alta de 8,8% A/A, com **as receitas vindas da TIM Live sendo o grande motor dessa performance e registrando um crescimento de 14,7% A/A.**

A **TIM Live** continua sendo o principal elemento para essa performance, que **avançou 9,8% A/A no 4T20**, representando mais de 63% da receita de serviço fixo. Os demais serviços do segmento fixo apresentaram recuperação e cresceram 2,8% A/A.

A desaceleração da performance da TIM Live no segundo semestre é explicada por uma combinação de: (i) maior foco na preparação da criação da I-Systems (antiga FiberCo), e consequente separação dos ativos, o que provocou uma desaceleração na entrada em novos mercados; (ii) um aumento localizado de competição em algumas

[a] (+) Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Niterói (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João de Meriti (RJ), Duque de Caxias (RJ), São Paulo (SP), Mauá (SP), Poá (SP), Suzano (SP), Francisco Morato (SP), Franco da Rocha (SP), Diadema (SP), Salvador (BA), Lauro de Freitas (BA), Camaçari (BA), Feira de Santana (BA), Recife (PE), Olinda (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Paulista (PE), Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Anápolis (GO), Manaus (AM), Belo Horizonte (MG), Betim (MG), Contagem (MG), Brasília (DF), Taguatinga (DF), Samambaia (DF) e Ceilândia (DF).
[b] Excluídos os espectros relacionados ao 5G.
[c] Material divulgado no Teletime (13/10/2021).

[e] O ARPU do Pré-Pago exclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.
[f] O ARPU do Pós-Pago Humano exclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.

Imprensa Oficial · GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO · documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:50 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Áreas de atuação; e (iii) uma queda do performance nas áreas onde a TIM ainda atua com FTTC. A expectativa é que em 2022, a TIM Live volte a ingressar em novas localidades com FTTH, de forma a aumentar ainda mais a participação dessa tecnologia no resultado da Receita do Serviço Fixo.

7.2. Custos e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Custos Reportados da Operação	(8.599)	(8.926)	-3,7%
Custos Normalizados* da Operação	(9.320)	(8.806)	4,8%
Pessoal	(1.126)	(1.004)	12,2%
Comercialização	(3.135)	(3.010)	4,1%
Rede e Interconexão	(2.797)	(2.613)	7,0%
Serviços e Administrativos	(701)	(605)	15,8%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(731)	(756)	-3,3%
Provisão para Devedores Duvidosos	(545)	(563)	-1,6%
Outras receitas (despesas) operacionais	(284)	(354)	-19,7%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	(8.589)	(8.140)	5,5%

*Custos da Operação normalizados por: venda de controle sobre o investimento na companhia I-Systems (-R$ 782,2 milhões no 4T21), serviços jurídicos e administrativos especializados (+R$ 34,6 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21 e +R$ 13,7 milhões no 2T21), gastos para o projeto de aquisição dos ativos móveis da Oi (+R$ 4,3 milhões no 4T21) e por ajustes ao contrato de sale-leaseback de torres (+R$ 2,6 milhões no 1T20).

Os Custos e Despesas Operacionais Reportados no ano de 2021 totalizaram R$ 8.599 milhões, uma melhora de 3,7% em relação aos custos reportados em 2020. A performance reflete a eficiência na execução do controle de custos, a despeito de um cenário de alta nos índices de inflação no país e em meio a um processo adotado pela Companhia de aprimoramento de sua infraestrutura interna. **Os Custos e Despesas Operacionais Normalizados subiram, porém de forma limitada (+4,8% A/A), perante a inflação registrada no país ao final do ano (IPCA 2021: 10,06%).** Além disso, o comparativo anual é afetado pelo reconhecimento dos custos variáveis e fixos que registraram queda nos meses de redução da atividade econômica no país, principalmente no 2T20, devido a pandemia.

► **Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas Normalizados:**

Pessoal alcançou R$ 1.126 milhões em 2021, apresentando uma alta de 12,2% em relação a 2020. Tal performance foi influenciada por: (i) reajustes sobre salários, bonificações e incentivos no patamar entre um dígito médio e alto; (ii) maior nível de provisão relativo a participação nos resultados dos colaboradores; e (iii) base comparativa desfavorável devido a recuperação de encargos em processos de natureza previdenciária no 4T20 e, em parte, por um comparativo anual atípico no 2T20, em decorrência de menores despesas com pessoal comercial devido ao fechamento das canais físicos de venda durante a pandemia.

A linha de Comercialização e Publicidade apresentou aumento de 4,1% A/A, atingindo R$ 3.135 milhões, impactada, principalmente, pelo retorno das campanhas publicitárias com mais frequência e maior despesa com comissões de vendas.

Rede e Interconexão, esta linha apresentou alta de 7,0% A/A, quando comparada com 2020. Este resultado foi influenciado pelo aumento da tarifa de terminação móvel (VU-M) e pelos maiores custos de Rede, em decorrência da elevação das despesas com aluguel, compartilhamento e manutenção de infraestrutura.

Despesas Gerais e Administrativas normalizados (G&A) encerraram o ano de 2021 com um crescimento de 15,8% em relação a 2020. Esta alta é explicada, principalmente, por: (i) maiores despesas com serviços de manutenção, em decorrência da migração da infraestrutura de TI para a Cloud; e (ii) por contratação de serviços especializados junto a consultorias para projetos recorrentes.

O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) foi de R$ 731 milhões, queda de 3,3% quando comparado a 2020, acompanhando a queda da Receita de Produtos, ocasionada pelo menor volume de aparelhos vendidos, apesar do aumento no mix de produtos de maior valor.

As Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) atingiram R$ 545 milhões, uma queda de 1,5% frente ao resultado de 2020, principalmente afetado pelo reconhecimento de PDD com um cliente de wholesale, **atingindo 2,1% sobre a Receita Bruta (vs. 2,3% em 2020).** O resultado vem refletindo os esforços contínuos na melhoria da aquisição de clientes, através de modelos e políticas de crédito mais robustos, além de maior eficiência na cobrança e recuperação.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais[1] Normalizadas totalizaram R$ 284 milhões, uma queda de 19,7% A/A no acumulado do ano, explicado principalmente por menores despesas relacionadas a perdas em processos judiciais cíveis. A participação desta linha sobre os Custos e Despesas totais normalizados ficou em 2,7%.

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) atingiram R$ 58,9 por adição bruta em 2021, um crescimento de 28,9% A/A, devido a maiores despesas com comissões geradas por: (i) adição líquida positiva no segmento Pós-pago; (ii) pela migração dos clientes para segmentos de maior valor; e (iii) maiores gastos com publicidade no 1S21.

A relação SAC/ARPU, que indica o payback por cliente, atingiu 2,3 meses em 2021, frente a 1,7 meses no 4T21.

7.3. Do EBITDA ao Lucro Líquido

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
EBITDA Normalizado*	8.738	8.372	4,4%
Margem EBITDA Normalizada*	46,4%	46,5%	-0,1p.p.
Depreciação & Amortização	(5.693)	(5.527)	3,0%
Depreciação	(3.952)	(3.689)	7,1%
Amortização	(1.740)	(1.838)	-5,3%
Equivalência Patrimonial	(12)	-	n.a.
EBIT Normalizado*	3.034	2.845	6,7%
Margem EBIT Normalizada*	16,9%	16,5%	0,3p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado*	(653)	(887)	-19,1%
Despesas financeiras	(1.745)	(1.233)	41,6%
Receitas financeiras	1.092	432	152,6%
Variações cambiais, líquidas	1	(7)	n.a.
Lucro antes dos Impostos Normalizado*	2.381	2.017	18,9%
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	(182)	(166)	9,1%
Lucro Líquido Normalizado*	2.200	1.871	17,6%
Total de Itens Normalizados	757	(27)	n.a.
EBITDA Reportado	9.458	8.342	13,4%
Margem EBITDA Reportado	52,4%	46,3%	6,1p.p.
EBIT	3.756	2.816	33,4%
Margem EBIT	20,9%	16,3%	4,5p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(653)	(887)	-19,1%
Lucro antes dos Impostos	3.103	2.006	54,6%
Imposto de renda e cont. social	(146)	(154)	-10,9%
Lucro Líquido	2.957	1.844	60,4%

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R$ 743,1 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21, +R$ 13,7 milhões no 2T21 e +R$ 2,6 milhões no 1T20). Lucro Líquido normalizado por: impacto dos impostos diferidos e correntes sobre a receita gerada pela transação da I-Systems (+R$ 509,2 milhões no 4T21), crédito fiscal e outros efeitos (-R$ 13,3 milhões no 4T21, -R$ 526,6 milhões no 3T21 e -R$ 4,6 milhões no 2T21).

► **EBITDA Normalizado (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)**

O EBITDA Normalizado totalizou R$ 8,738 milhões em 2021, um crescimento de 4,4% A/A. A principal alavanca para este crescimento foi a performance da Receita de Serviços Móveis, com destaque para o bom desempenho do segmento Pós-pago e da geração de receitas oriundas das parcerias classificadas na linha de Plataforma de Clientes. **A Margem EBITDA Normalizada encerrou 2021 em 46,4%.** Excluindo-se os efeitos relativos à operação da I-Systems, completada em novembro de 2021, a Margem EBITDA seria de 48,5%.

► **Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT**

A linha de D&A apresentou incremento de 3,0% A/A em 2021, totalizando R$ 5.693 milhões explicado, principalmente, pelo aumento da Depreciação de Equipamentos de Transmissão 4G e aumento da Depreciação de infraestrutura de torres e dos direitos de uso, em função de uma maior base de contratos de leasing, parcialmente compensada por um menor montante de Amortização de softwares.

No ano, o EBIT Normalizado totalizou R$ 3.034 milhões, o que representa um crescimento de 6,7% A/A.

► **Resultado Financeiro Líquido**

No ano, o Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R$ 653 milhões, comparado a -R$ 887 milhões em 2020, em decorrência de:

(i) maior receita financeira advinda de: (1) aumento da receita com juros sobre aplicações financeiras, refletindo uma taxa básica de juros elevada e maior geração caixa (Selic encerrou o ano a 9,25%); e (2) de uma soma de bônus que dão direito à participação no capital social do Banco CB superior a 2020 (4,06% em 2021 vs. 1,4% em 2020).

(ii) Maior despesa financeira devido à: (1) maior volume de juros e custos atrelados aos novos empréstimos e financiamentos adquiridos – em razão de adição de novas dívidas durante o ano, visando o financiamento das obrigações futuras com a aquisição dos ativos móveis da Oi e as obrigações com o leilão de frequências; e (2) maior volume de juros sobre leasings, em meio à um aumento nos índices de inflação.

► **Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Imposto de Renda e Contribuição Social Normalizado foi negativo em R$ 182 milhões em 2021, comparado com -R$ 166 milhões em 2020. **Em 2021, a alíquota efetiva na visão normalizada foi de -7,6% vs. -8,2% em 2020**, explicado, principalmente, pela maior utilização de benefícios fiscais em 2021.

► **Lucro Líquido**

No ano, o Lucro Líquido Normalizado totalizou R$ 2.200 milhões, uma expansão de 17,6% comparado a 2020, com LPA de R$ 0,32.

7.4. Fluxo de Caixa, Dívida e CAPEX

DESCRIÇÃO	2021	Ajustes de Normalização	2021	2020	%A/A
R$ milhões	Reportado		Normalizado*		
EBITDA	9.459	(722)	8.378	8.372	4,4%
Capex	(7.966)	3.585	(4.382)	(3.691)	12,6%
EBITDA - Capex	1.493	2.863	4.356	4.681	-2,6%
Capex Não-Caixa**	2.862	(2.862)	-	-	n.a.
Δ Capital de Giro	1.097	-	1.097	159	583,3%
Itens operacionais não recorrentes		722	722	(36)	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional	5.183	903	6.044	4.619	33,0%

► **DÍVIDA E CAIXA**

Perfil da Dívida

EMISSÕES	MOEDA	TAXA DE JUROS	VENCIMENTO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
R$ milhões						
KFW Ferrovia	USD	Libor+0,75%	01/24 a 12/25	93	398	275
Scotia	USD	1,4748% a.a.	04/24	2	358	360
BNP Paribas	USD	2,8220% a.a. a 7,0802% a.a.	01/22 a 01/24	444	500	944
Debêntures	BRL	IPCA + 4,1783% a.a.	06/28	(1)	1.669	1.667
BNDES	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	2	395	396
Dívida Financeira Total				**538**	**3.307**	**3.845**
Licença (4G e 5G)	BRL	Selic	12/40	47	796	843
Dívida Total Antes do Lease				**585**	**4.104**	**4.688**
Lease Total	BRL	IPCA/IGP-M	01/29	1.340	7.581	8.920
Dívida Total				**1.925**	**11.684**	**13.608**

Dívida Líquida

DESCRIÇÃO	4T21	3T21	2T21	4T20
R$ milhões				
Dívida de Curto Prazo	538	534	1.448	2.261
Dívida de Longo Prazo	3.307	2.881	2.780	264
Dívida Financeira Total	**3.845**	**3.415**	**4.228**	**2.525**
Caixa e Equivalentes de Caixa	(8.797)	(7.372)	(7.125)	(4.811)
Derivativos Líquidos ex CS	11	24	(104)	(490)
Dívida Financeira Líquida	**(5.940)**	**(3.933)**	**(3.003)**	**(2.285)**
Licença (4G e 5G)	843	-	-	-
Dívida Financeira Líquida AL	**(5.097)**	**(3.933)**	**(3.003)**	**(2.285)**
Lease Total	8.920	8.271	8.186	8.180
Dívida Líquida Total	**3.723**	**4.338**	**5.183**	**5.917**
Dívida Líquida AL/EBITDA AL*	**-0,5x**	**-0,6x**	**-0,4x**	**-0,3x**
Dívida Líquida Total/EBITDA	**0,4x**	**0,5x**	**0,6x**	**0,7x**

*EBITDA 12M "após o pagamento de leases", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a leasings financeiros.

Dívida Por Vencimento

ANO	PRO-FORMA	INCLUINDO IFRS 9, 15 & 16
R$ milhões		
2022	739	1.370
2024	1.172	2.276
2025	127	967
2026	662	1.294
Após 2026	2.007	5.777
Dívida Total	**4.104**	**11.684**

A Dívida Normalizada (pós-hedge) do 4T21 ficou em R$ 13.520 milhões, representando um crescimento de R$ 2.419 milhões A/A. Cabe destacar: (i) o reconhecimento de leasing no valor total de R$ 8.820 milhões (relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e contratos de arrendamento com prazos superiores a 12 meses, conforme estabelecido pelo IFRS 16); (ii) dívida bancária no montante de R$ 3.845 milhões; (iii) a posição de derivativos[1] de hedge no valor de R$ 11 milhões (excluindo os efeitos do Banco CB); e (iv) impacto relacionado as licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R$ 843 milhões.

Ao fim de dezembro, o montante de financiamentos (pós-hedge) totalizou R$ 3.845 milhões. **O custo médio da dívida excluindo os leasings e licenças foi de 3,5% a.a. no trimestre**, uma elevação quando comparado ao custo de 2,5% a.a. do 4T20, impactado pelo aumento do CDI no período.

Seguindo o programa de financiamento da companhia, aprovado pelo conselho de administração da TIM em março de 2021, para aquisição dos ativos móveis da Oi, ao longo de 2021 a companhia captou R$ 3,0 bilhões em novas dívidas:

(i) Em abril de 2021, foram celebrados dois contratos totalizando o montante de R$ 1.072 milhões, ambos realizados com bancos estrangeiros;

(ii) Em junho, a Companhia concluiu a liquidação da 2ª emissão de debêntures, no montante total de R$ 1,6 bilhão, com vencimento em junho de 2026. Tendo sido esta a primeira oferta de debêntures da história da Companhia a considerar aspectos ESG em sua emissão, gerando benefícios para sociedade e para o meio ambiente, além de corroborar para alinhamento dos objetivos do Plano Estratégico da Companhia;

(iii) Em novembro de 2021, foi celebrado um contrato com o BNDES, no valor total de R$ 390 milhões.

No final do trimestre, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R$ 9.797 milhões, registrando crescimento de R$ 5.151 milhões A/A.

O rendimento financeiro médio foi de 9,6% a.a. no 4T21, aumento de 6,4 p.p. em relação ao 4T20, em função dos últimos aumentos observados da taxa Selic e de uma melhor alocação dos recursos.

► **8. Environmental, Social & Governance**

Jornada ESG

A TIM é pioneira nos temas ESG (Environmental, Social & Governance) no setor de Telecomunicações no Brasil. Há 14 anos a Companhia faz parte da Carteira do Índice de Sustentabilidade da B3 (ISE-B3), sendo a empresa do setor que há mais tempo configura no Índice. Em fevereiro de 2022, a TIM foi reconhecida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo pela S&P Global ESG, organização responsável pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI). A companhia foi incluída no **Sustainability Yearbook 2022** pela evolução da sua performance no processo de submissão ao DJSI, com um crescimento de 24%.

Desde 2011, a TIM voluntariamente faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança corporativa da Bolsa de Valores Brasileira, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU).

Como signatária do Pacto Global da ONU desde 2006 e da ONU Mulheres desde 2021, a TIM desenvolve projetos conectados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reconhece os direitos à privacidade de dados, à internet segura, ao acesso à informação e à liberdade de expressão como essenciais e inegociáveis.

A TIM vem se tornando uma das líderes na promoção da diversidade e inclusão, com metas, compromissos e adesões a diversas iniciativas relacionadas aos temas gênero, raça, LGBTI+, idade, entre outros. A Companhia se tornou, em 2021, a primeira operadora brasileira a integrar o Refinitiv Diversity & Inclusion Index, se tornando o benchmark brasileiro e de telecom worldwide. Também passou a fazer parte, em 2022, do Índice de Igualdade de Gênero da Bloomberg, que reúne 418 empresas de 45 países, sendo 13 do Brasil.

Reconhecida com o selo Top Employers, a TIM também se consolida como uma das empresas com melhores práticas de RH. A certificação é resultado da auditoria independente da Top Employer Institute, um instituto internacional com 30 anos de atuação em 120 países.

[1] A posição de derivativos é composta, ainda, pelos ativos de subscrição ao capital do Banco Oi, conforme Nota Explicativa 31 do DFP da TIM S.A.

* EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R$ 743,1 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21, +R$ 13,7 milhões no 2T21 e +R$ 2,6 milhões no 1T20). Capex normalizado exclui os impactos relacionados a aquisição de licenças no leilão de frequências (R$ 3.585 milhões no 4T21).

** Efeitos da aquisição 5G sem impacto no caixa (Nota 40 da DFP).

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL) Normalizado*, foi positivo em R$ 6.084 milhões, um crescimento de 32,0% A/A, enquanto o FCOL Reportado totalizou R$ 5.182 milhões.

No acumulado do ano o EBITDA-Capex Normalizado somou R$ 4.356 milhões.

Em 2021 o EBITDA-AL-Capex Normalizado totalizou o montante de R$ 2.385 milhões, uma queda de 13,9% comparado ao 2020.

A variação de R$ 902 milhões entre a visualização do FCOL Normalizado para o FCOL Reportado deve-se, principalmente, pelo montante atrelado à licença adquirida no último leilão (R$ 843 milhões) possuir características de dívida financeira, já que sofre incidência da Selic, sendo considerado no fluxo de financiamento. Já em relação as obrigações relativas a EAF e EACE (R$ 2.862 milhões), sofrem correção monetária definida no edital do leilão pelo índice inflacionário IGP-DI. Logo, estas obrigações possuem característica de compromisso comercial e impactam o fluxo operacional.

► **CAPEX**

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Rede	3.052	2.740	11,4%
TI & Outros	1.329	1.152	15,4%
Capex Normalizado*	**4.382**	**3.891**	**12,6%**
Leilão 4G e 5G	3.585	-	n.a.
Capex Normalizado*	**7.966**	**3.891**	**104,7%**
Capex Normalizado*/ Receita Líquida	**24,3%**	**22,5%**	**1,7p.p.**

* Capex normalizado exclui os impactos relacionados a aquisição de licenças no leilão de frequências (R$ 3.585 milhões no 4T21).

No resultado do ano, **o Capex Normalizado, que exclui os impactos do leilão, totalizou R$ 4.382 milhões, representando uma alta de 12,6% A/A**, explicado pelos projetos referentes a preparação da infraestrutura para integração com ativos de móveis da Oi. **Em 2021, o Capex Total, incluindo os impactos do leilão, foi de R$ 7.966 milhões.**

A TIM responde ao Carbon Disclosure Project (CDP) – maior base de dados do mundo sobre Gases de Efeito Estufa relacionada às Mudanças Climáticas – desde 2010, e registra suas emissões no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol.

Desde 2004, a TIM apresenta seu desempenho em sustentabilidade e há 13 anos publica relatórios conforme as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). A partir de 2021, a Companhia passou a chamar esta publicação de Relatório ESG e segue com o seu compromisso de transparência e prestação de contas a seus stakeholders, organizando o relato nos três pilares: Ambiental, Social e Governança. O Relatório é assegurado ainda por terceira parte independente.

Nossas Políticas de Responsabilidade Social, Direitos Humanos, Diversidade, Meio Ambiente, Gestão da Mudança do Clima, Gestão de Riscos Corporativos, Anticorrupção, Relacionamento com Fornecedores, Segurança e Saúde do Trabalho, Privacidade, entre outras, estão publicamente disponíveis para a livre consulta de nossos stakeholders.

Em cumprimento a Lei Geral de Proteção de Dados, vigente no Brasil desde 2020, a TIM atua para garantir a privacidade dos clientes, proteger seus dados pessoais e manter uma relação cada vez mais transparente. Mais informações na Central de Privacidade no site da TIM.

Em 2013 a TIM fundou o Instituto TIM com a missão de democratizar o acesso à ciência, tecnologia e inovação para promover o desenvolvimento humano no Brasil. Mais de 700 mil pessoas de todos os estados e do Distrito Federal já foram beneficiadas pelos projetos de educação e inclusão do Instituto, sendo, inclusive, premiados internacionalmente (Prêmio Governarte – BID 2015).

Por sua sólida atuação em ESG, a TIM integra índices e rankings nacionais e internacionais, como Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), Índice de Carbono Eficiente (ICO2-B3), Índice Brasil ESG (S&P/B3), Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR-70), Refinitiv Diversity & Inclusion, Gender Equality Index (GEI) da Bloomberg, *FTSE4GOOD Emerging Markets, FTSE4GOOD Latin America, MSCI ACWI ESG Leaders, MSCI Emerging Markets ESG Leaders*, Teva Índices ESG Melhores no Conselho, selo Women on Board, entre outros, além de ser certificada pelas normas ISO 9001 (desde 2000), ISO 14001 (desde 2010) e ISO 37001 (desde 2021).

Temas Materiais

Devido à pandemia da Covid-19, a TIM conduziu um novo processo de consulta a stakeholders, com o objetivo de revisar sua materialidade, uma boa prática internacional validada por especialistas.

Após novas entrevistas e estudos, quatro temas materiais foram complementados e um novo tema surgiu, "Promoção da Diversidade e Igualdade de Oportunidades", conforme quadro atualizado (negrito) a seguir:

Ao longo de 2021, a TIM prosseguiu com foco no cumprimento das metas do Plano ESG, conforme os destaques do 4T21 a seguir:

► **ENVIRONMENTAL**

- Ao final de 2021, o projeto de Geração Distribuída totalizou 46 usinas ativas, o que juntamente com a compra de energia no Mercado Livre viabiliza atingir 83% de energia renovável do consumo total (78% na média anual). Com a aquisição de certificados de energia renovável para o consumo no Sistema Interligado Nacional, a TIM atingiu a marca de 100% de energia renovável;
- Obteve +96% de eficiência em tráfego de dados (acompanhado acompanhado em bit/Joule);
- Reduziu em 103% as emissões indiretas (escopo 2) e em 94% as emissões de escopo 1 e escopo 2;
- Em dezembro de 2021, totalizou 1.766 Estações Instaladas. Além de serem uma solução para reduzir o número de antenas e torres, diminuindo o impacto visual e urbanístico, essas estruturas podem agregar outras funções; como iluminação pública e câmeras de segurança;
- Comprometida com a meta de ser uma empresa carbono neutro até 2030, a TIM melhorou sua performance no CDP, passando seu score de B- (2020) para B (2021);
- É integrante do Índice Carbono Eficiente da B3, carteira composta por empresas que apresentam inventários de emissões de gases de efeito estufa e demonstram compromisso com relação às mudanças climáticas, e também do ICDPR-70, Índice CDP Brasil de Resiliência Climática;
- Ademais, engajante Grupo TIM, à iniciativa *Science Based Target* (SBT) na busca pelas melhores práticas de redução e neutralização das emissões de GEE;
- É certificada nas normas ISO 9001, desde 2000 e ISO 14001, desde 2010.

► **SOCIAL**

- A TIM aumentou em 38% o número de pessoas negras em seu quadro de colaboradores e em 34% o percentual de mulheres em cargos de liderança;
- A meta de levar a conectividade do 4G a todos os municípios do Brasil até 2023 chegou, em dezembro de 2021, a 85% de cobertura. Na região Nordeste, os estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte encerraram o ano com 100% de cobertura;
- No mês da Consciência Negra, a TIM ratificou sua participação na Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero. A operadora tem o compromisso de ter, no mínimo, 40% de pessoas negras em seu quadro profissional até 2023;

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:53 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

- A TIM aderiu, em outubro, ao Fórum Gerações e Futuro do Trabalho, iniciativa que reúne empresas comprometidas com a inclusão de profissionais de diferentes idades no mercado;
- Como parte do seu compromisso de promover um ambiente cada vez mais inclusivo, seguro e livre de discriminação, a TIM publicou em novembro a Política de prevenção, coibição e gerenciamento às práticas de assédio moral, sexual e *bullying*;
- O Instituto TIM e a TIM se uniram à ONG *One By One* por mais mobilidade e oportunidades para crianças e jovens com deficiência e promoveram em dezembro uma ação de voluntariado com os colaboradores para acabar com a fila por cadeiras de rodas da entidade. A Companhia se comprometeu a multiplicar o valor doado pelos funcionários para conseguir alcançar a meta;
- A quarta edição do TIM Talks Experience abordou temas como 5G, cloud, inteligência artificial, ESG e privacidade de dados. Como nas anteriores, o evento foi aberto à sociedade, com transmissão pelo site e YouTube da TIM;
- A TIM é signatária dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEP, em inglês) da ONU e faz parte da Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero.

► GOVERNANCE

- Em cumprimento a meta de reduzir pela metade o número de reclamações dos clientes na Anatel, em comparação a 2019, a TIM alcançou em dezembro de 2021 uma redução de 44%;
- Pelo 14º ano, a TIM é listada na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3/Bovespa, mantendo sua posição de empresa de telecomunicações por mais anos consecutivos no ISE. Nesse ciclo, o ISE realizou diversas mudanças na metodologia, como a inclusão do risco reputacional e a nota do Carbon Disclosure Project (CDP) como critérios classificatórios. Além disso, passou a adotar questionários setorizados e a apresentar notas gerais e por setor, para aumentar ainda mais a transparência das empresas que estão mais avançadas na agenda ESG;
- A TIM ficou em sétimo lugar no ranking de sustentabilidade da consultoria Resultante ESG, escritório especializado em ESG, pesquisas e educação para planejamento e análise de riscos;
- Na 18ª edição do prêmio As Melhores da Dinheiro, da revista IstoÉ Dinheiro, a TIM foi escolhida a melhor operadora;
- A TIM conquistou 5 ouros no Prêmio ABT 2021 por suas ações de relacionamento com o cliente;
- A TIM foi a operadora com maior índice de satisfação entre os consumidores, segundo o *ranking* da Anatel;
- No Leilão 5G, promovido pela Anatel, a TIM adquiriu 11 lotes, no valor R$ 1,05 bilhão, conseguindo obter as frequências em todas as faixas que planejava;
- Desde 2011 faz parte do Novo Mercado, nível de governança das empresas listadas na B3;
- Foi primeira e até o momento única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União;
- Primeira operadora a conseguir a certificação ISO 37001, que atesta a segurança e eficácia do sistema de gestão antissuborno.

Para acessar o informe trimestral de ESG, favor acessar: Informe Trimestral ESG

► 1. Governança Corporativa

9.1. Companhia listada no Novo Mercado há mais de 10 anos

Em 03 de agosto de 2011 a TIM aderiu ao "Novo Mercado", segmento que concentra as empresas comprometidas com as melhores práticas de governança corporativa.

A migração para o Novo Mercado, resultou em benefícios para todos os acionistas. As regras exigidas, alinhadas às melhores práticas de governança corporativa de mercados como Estados Unidos e Europa, potencializam uma maior liquidez e valorização das ações, permitindo um acesso mais amplo aos mercados internacionais, além de promover o fortalecimento da imagem institucional e o aumento da confiança no Companhia.

Adicionalmente, a TIM pertence ao seleto grupo de empresas que compõem as carteiras do Índice de Governança Corporativa (IGC), do Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) da B3 e, há 14 anos, também, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composto por empresas que se comprometeram a gerenciar os riscos derivados de desenvolvimentos econômicos, ambientais e sociais, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU).

9.2. Governança Corporativa na TIM

A TIM é uma sociedade por ações de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária e supervisionada por um Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração, por sua vez, é auxiliado por comitês de assessoramento, quais sejam, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Controle e Riscos, o Comitê de Remuneração e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*.

Os deveres e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração estão determinados na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regimento Interno do Conselho de Administração, no Regimento Interno da Diretoria Estatutária, no Regimento Interno do Conselho Fiscal e nos Regimentos Internos dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Na condição de membros ativos e responsáveis pela comunidade em que atuam, a Companhia e seus administradores devem pautar suas ações pela legalidade e pela ética, baseado em três princípios fundamentais: transparência, honestidade e lealdade.

Na condução dos seus negócios pautados, além da ética e da lealdade, pela boa-fé, a Companhia busca: (i) agir com transparência nos negócios, (ii) promover a lealdade na concorrência; (iii) excelência de competitividade no mercado; (iv) atender ao bem-estar e ao crescimento da comunidade em que opera; (v) aprimorar os seus recursos humanos; e (vi) promover o desenvolvimento sustentável.

9.3. Política de Divulgação

A TIN aderiu em 2002 uma Política de Divulgação/Negociação e Diferenças de Governança Corporativa da NYSE, à qual a administração do Companhia aderiu mediante assinatura do termo de adesão. Como parte dessa política, estabeleceu-se um código de conduta a ser seguido por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas, além de terem sido impostas restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos.

A Política de Divulgação da Companhia prevê a utilização do Portal da Agência Estado, que pode ser acessado pelo link: http://economia.estadao.com.br/fatos-relevantes/, na forma da Instrução CVM nº 547/2014, que permitiu a divulgação de fatos relevantes em portais de notícias de acesso gratuito.

9.4. Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CDA) é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 15 (dezenove) membros, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração era formado por 10 (dez) membros, sendo 4 (quatro) deles independentes. Em 2021, o CDA se reuniu 15 (quinze) vezes no exercício de suas funções.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas, publicadas e consignadas no livro de atas do Conselho de Administração, arquivado na sede na Companhia.

O Conselho se reúne ordinariamente no mínimo seis vezes ao ano e no máximo doze vezes, e, também, extraordinariamente, mediante convocação feita por seu Presidente, ou por qualquer dois Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria Estatutária, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas. Os convidados à participar das reuniões do Conselho não possuem direito de voto.

O Conselho de Administração tem 4 (quatro) comitês de assessoramento, todos diretamente vinculados a ele: o Comitê de Auditoria Estatutário, com regras previstas no Estatuto Social da Companhia, o Comitê de Remuneração, o Comitê de Controle e Riscos e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*, podendo haver participação de um ou mais membros nos Comitês, simultaneamente.

9.5. Diretoria Estatutária

A Diretoria Estatutária (Diretoria) é o órgão de representação e de administração executiva da Companhia, sendo composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 12 (doze) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de dois anos, admitida a reeleição, podendo ser destituídos pelo mesmo órgão a qualquer tempo. Em 31 de dezembro de 2021, a Diretoria da Companhia era composta por 8 (oito) membros. Em 2021, a Diretoria se reuniu 43 (quarenta e três) vezes no exercício de suas funções.

9.6. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal (CF) é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, todos profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantenham qualquer outro vínculo com a Companhia, cada com um respectivo suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho Fiscal da Companhia era composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes. Em 2021, o CF se reuniu 8 (oito) vezes no exercício de suas funções.

9.7. Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos independentes. Atualmente o CAE é composto por 3 (três) membros.

O CAE tem por objetivo supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores, tanto internos quanto independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras desde último, ou qual de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, do outro lado. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act*, ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission* – SEC. Em 2021, o CAE se reuniu 20 (vinte) vezes no exercício de suas funções.

Os membros do CAE avaliaram as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021"). Considerando as informações prestadas pela Diretoria Estatutária da Companhia e pela auditoria externa da Ernst & Young Auditores Independentes S/S. ("EY"), bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, o CAE avaliou que essas informações e documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Por esse motivo, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia, para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

9.8. Comitê de Controle e Riscos

O Comitê de Controle e Riscos (CCR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de medidas de controle interno e de gestão de risco, e o cumprimento de regras de governança. Em 31 de dezembro de 2021, o CCR era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) deles independentes. Ao longo de 2021, o CCR se reuniu 10 (dez) vezes no exercício de suas funções.

9.9. Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração (CR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de propostas de rateio da remuneração global aprovada pela Assembleia Geral, e o critério de remuneração dos Diretores Estatutários e dos altos executivos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o CR era composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) desses independente. Ao longo de 2021, o CR se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

9.10. Comitê de Environmental, Social & Governance

O Comitê de *Environmental, Social & Governance* (CESG), é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui a finalidade de assessorar o CDA no desenvolvimento e implementação da estratégia e dos princípios de *Environmental, Social & Governance*, incluindo, dentre outras atividades, a recomendação dos diretrizes e da estratégia da Companhia aplicáveis à gestão de questões ambientais, sociais e de governança. Em 31 de dezembro de 2021, o CESG era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2021, o CESG se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

9.11. Estrutura Acionária

A Companhia encerrou 2021 com capital social no montante de R$ 13.477.890.507,55, representado por 2.420.864.398 ações ordinárias. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. detém o controle acionário da TIM com aproximadamente 67% das ações.

9.12. Política de Dividendos

Conforme Estatuto Social e a Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2021, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, dentre outros, que haja valores disponíveis para distribuição, a quantia equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

É obrigatória a manutenção de uma reserva legal, à qual a Companhia deve alocar 5% dos lucros líquidos de cada exercício fiscal, até que o valor dessa reserva seja equivalente a 20% do capital.

A distribuição de dividendos anuais é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária.

Nos dias 6 de junho, 24 de setembro e 15 de dezembro de 2021, a TIM S.A. divulgou que seu Conselho de Administração aprovou a distribuição de R$ 350 milhões, R$ 137,5 milhões e R$ 500 milhões, respectivamente, a título de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP"). Os pagamentos ocorreram nos dias 29 de julho de 2021, 27 de outubro de 2021 e 25 de janeiro de 2022, sendo as datas de 21 de junho, 20 de setembro e 20 de dezembro de 2021 aquelas que serviram para identificar os acionistas com direito a receber tais valores. Desta forma, as ações adquiridas após as referidas datas estavam sem direito de distribuição de JSCP. Desse modo, a TIM declarou um montante total de R$ 1.047,5 milhões de JCP em 2021.

9.13. Eventos do Exercício e Subsequentes

Contingência Tributária

Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), em sede de repercussão geral, teve entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM sobre o tema, ainda pender julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 547 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

Parceria entre TIM e Cogna

No dia 7 de julho de 2021, a Companhia informou aos seus acionistas, ao mercado em geral e a outras partes interessadas que, juntamente com a Anhanguera Educacional Participações S.A. ("AESAPAR"), uma subsidiária da Cogna Educação S.A ("Cogna"), em conjunto denominadas "Parceiros", concluíram as negociações referentes a uma parceria estratégica ("Parceria") com o objetivo de desenvolver ofertas combinadas com benefícios especiais visando o acesso à educação a distância através da plataforma Ampli.

As Parceiras destacaram o caráter inovador do acordo que celebraram, ao juntar uma plataforma digital de ensino desenvolvida em conceito mobile-first, com a maior infraestrutura 4G do Brasil. Esta é uma poderosa combinação que vai ampliar e incentivar o acesso a cursos universitários e livres a todos os clientes da TIM. Essa alavancagem oferece grande potencial de geração de valor para ambas as empresas por meio do crescimento da base de clientes e aumento de receitas.

A Parceria se encaixa na estratégia de Plataforma de Clientes que vem sendo trabalhada pela Companhia desde 2020. Esta estratégia busca a monetização dos ativos que a TIM detém como operadora de telefonia móvel através de parcerias estratégicas que criem valor para nossos clientes e para a própria empresa.

Este acordo não cria uma *joint venture* e, portanto, a TIM mantém a independência de suas operações. Por meio de um mecanismo de remuneração baseado em objetivos e a depender da evolução dos resultados da parceria, a TIM se tornará sócia minoritária da AESAPAR em uma nova empresa a ser criada como consequência da separação de ativos da plataforma Ampli ("Ampli Co"). A constituição e operação da Ampli Co será submetida pela AESAPAR às autoridades competentes, em especial ao Ministério da Educação (MEC).

A participação da TIM na Ampli Co pode atingir até 30% do seu capital e a subscrição das ações deverá ser previamente aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. No plano definido, há a expectativa de a Ampli Co buscar no futuro um IPO (*Initial Public Offering*).

TIM obtém direito ao exercício da 3ª e 4ª tranches de bônus de subscrição no Banco C6

Em julho de 2021, no âmbito da parceria estratégica ("Parceria") firmada com o Banco C6 S.A. ("C6" ou "Banco"), a TIM obteve o direito ao exercício da 3ª tranche do bônus de subscrição do capital social do C6, em decorrência do atingimento do 3º nível das metas acordadas, desta forma foram registradas no balanço da Companhia bônus equivalentes a aproximadamente 0,7% do capital do banco, totalizando de 3,6%.

Em outubro de 2021, a TIM obteve o direito ao *vesting* da 4ª tranche do bônus de Subscrição de participação indireta no capital social do C6, em decorrência do atingimento do 4º nível das metas acordadas no âmbito da parceria, o que significa o atingimento equivalente à participação indireta acumulada de aproximadamente 4,08% no capital social do C6.

TIM elege nova CFO/ DRI

Em agosto de 2021, a TIM anunciou a Sra. Camille Loyo Faria para as posições de Diretora Financeira (CFO) e de Diretora de Relações com Investidores (DRI). Camille chega à TIM com uma larga experiência em funções executivas no setor de telecomunicações e infraestrutura, com passagens por companhias da indústria. Em sua carreira ela acumula ainda atuações importantes na área de *Investment Banking* e no setor de energia.

Fechamento da transação entre a IHS e a I-Systems

No dia 16 de novembro de 2021, a TIM S.A. ("TIM") e a IHS Fiber Brasil ("IHS", após as autorizações regulatórias da ANATEL e do CADE, foi consumado o fechamento da transação com vistas à aquisição, pela IHS, de participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. ("FiberCo"), empresa constituída pela TIM para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura.

Como resultado do fechamento da Transação, a IHS Brasil passou a deter 51% do capital social da FiberCo, permanecendo os restantes 49% sob o controle da TIM.

A FiberCo começa sua operação com aproximadamente 15.500 km de fibra em rede secundária, cobrindo, aproximadamente, 6,4milhões de domicílios (*homes passed*), sendo 3,5 milhões em FTTH e 3,4 milhões em FTTC, que constituem a base inicial de ativos transferidos pela TIM. Os domicílios conectados (*homes connected*) são aproximadamente 700 mil sobre os quais a FiberCo fornecerá serviços de operação e manutenção a TIM. Além disso, foram transferidos à FiberCo cerca de 140 funcionários, e outros ativos e contratos, todos exclusivamente relacionados com o perímetro das suas atividades.

Com a conclusão da aquisição, a FiberCo passou a se chamar I-Systems, e inicia sua trajetória como um veículo de infraestrutura tendo como missão implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado, tendo a TIM como cliente âncora.

ANATEL concede anuência prévia para transferência de controle das atividades de telefonia móvel da Oi

Em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, por unanimidade, concedeu anuência prévia à implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE") , que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Transação").

A anuência prévia prevê determinados condicionantes em linha com uma transação dessa natureza, os quais visam principalmente garantir o acesso de prestadoras de pequeno porte às redes de abrangência nacional, manter compromissos vinculados às radiofrequências transferidas, estabelecer os parâmetros mínimos do plano de comunicação ligado à Transação e assegurar aos usuários certo direito nas etapas de migração.

TIM elege novo Diretor Presidente (CEO)

Em 31 de janeiro de 2022, a o Conselho de administração da Companhia anunciou o Sr. Alberto Mario Griselli para substituir o Sr. Pietro Labriola nos cargos de CEO e membro do Conselho. O Sr. Griselli, que desde julho de 2019 ocupava o cargo de *Chief Revenue Officer* (CRO) da Companhia, é formado em Engenharia Elétrônica pela La Sapienza University em Roma e FMBA pela Columbia University. Com mais de 20 anos de experiência no setor de telecomunicações, ocupou cargos relevantes como vice-presidente para América Latina da TIWWI, fornecedora global de soluções de engajamento móvel para operadores de telecomunicações, e Managing Director para América Latina da Value Partners, empresa de consultoria de gestão.

CADE aprova a aquisição pela TIM da maior parte dos ativos da operação de telefonia móvel da Oi

Em 09 de fevereiro de 2022, o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, no âmbito do Ato de Concentração nº 08700.000726/2021-08, aprovou a implementação da operação societária referente à transferência integral do controle ("Transação") das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE"), que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel", "Vendedora"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Compradoras").

A aprovação prevê um conjunto de condicionantes, em sua maioria comportamentais, e que compromete uma proposta de Acordo em Controle de Concentração ("ACC") feita pelas Compradoras ao CADE. Esses condicionantes tem um caráter modular e podem ser utilizadas por novas entrantes e operadoras de menor porte para reduzir barreiras de entrada e alavancar a exploração de diferentes modelos de negócios, sem afetar o objetivo primário da TIM se fortalecer sua infraestrutura, fechando a dependade de capacidade espectral em relação a seus principais concorrentes. Desta maneira, a Companhia entende que foi atingido um equilíbrio entre criação de valor e mitigação das preocupações concorrenciais para o setor que o ACC endereça.

A efetiva conclusão da Transação, que definirá um equilíbrio de infraestrutura entre os três principais concorrentes do setor, ainda depende do cumprimento de determinadas etapas previstas no Contrato de Compra e Venda. Entretanto, uma vez concluída trará benefícios amplos, mantendo alto grau de rivalidade setorial e garantindo os investimentos necessários para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e o avanço digital do país.

► 10. Auditoria Independente – IN CVM nº 381

Em 2021, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou serviços de auditoria de nossas demonstrações financeiras e outros serviços não relacionados à auditoria, que estão relacionados à revisão do Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

Tais serviços não superaram o patamar de 5% do total dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa.

No entendimento dos auditores externos a prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados. Os auditores possuem processos internos para garantir que estes outros serviços sejam avaliados internamente, bem como pré-aprovados antes da apresentação de qualquer proposta à TIM.

A Companhia destaca ainda que está sujeita à uma política, aprovada pelo Conselho de Administração em 24/09/2021, que disciplina o processo de contratação dos auditores externos bem como de eventuais serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Controladora. Tal documento define ainda, um rol exemplificativo de serviços não relacionados à auditoria cuja contratação é vetada.

► 11. Mercado de Capitais

As ações ordinárias da TIM S.A. são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) sob o código TIMS3 e as ADRs, *American Depositary Receipts*, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, *New York Stock Exchange* (NYSE), sob o código TIMB.

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou 2021 em 104.822 pontos, acumulando uma queda de 11,93% quando comparado ao ano anterior, o valor de mercado de R$ 3,7 trilhões.

Performance das Ações da TIM S.A.

A Companhia encerrou 2021 com suas ações ordinárias cotadas a R$ 13,15 na B3, uma queda de 7,1% A/A, enquanto as ADRs, na NYSE, fecharam ao preço de US 11,64, redução de 13,5% A/A. Em valor de mercado, a TIM fechou o ano valorada em R$ 31,8 bilhões ou US$ 5,6 bilhões.

► Considerações Finais

A TIM S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos seus clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incansavelmente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado. Os agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teriam sido atingidos os objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na gestão do negócio.

A Administração

Impresa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:56 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Ativo		49.819.186	41.654.417	41.654.417
Circulante		15.398.048	10.411.555	10.411.556
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.228.815	2.575.290	2.575.291
Títulos e valores mobiliários	5	4.568.020	2.070.438	2.070.438
Contas a receber de clientes	6	3.066.906	3.051.834	3.051.834
Estoques	7	202.593	246.602	246.602
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	354.520	374.015	374.015
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	1.211.906	1.421.112	1.421.112
Despesas antecipadas	11	275.148	149.796	149.796
Instrumentos financeiros derivativos	37	134.262	262.666	262.666
Arrendamentos	16	30.078	5.357	5.357
Outros valores a compensar	17	28.961	43.936	43.936
Outros ativos		197.261	210.539	210.539
Não Circulante		34.421.138	31.242.862	31.242.861
Realizável a longo prazo		3.525.956	4.115.088	4.115.088
Títulos e valores mobiliários	5	11.906	7.061	7.061
Contas a receber de clientes	6	160.301	129.827	129.827
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	9	905.312	856.786	856.786
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	730.455	1.277.127	1.277.127
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	536.888	550.646	550.646
Depósitos judiciais	12	718.773	794.755	794.755
Despesas antecipadas	11	83.139	73.098	73.098
Instrumentos financeiros derivativos	37	521.627	239.423	239.423
Arrendamentos	16	213.045	156.841	156.841
Outros ativos		16.908	30.024	30.024
Investimento	13	1.601.703	1	-
Imobilizado	14	18.308.400	18.100.698	18.100.698
Intangível	15	10.585.079	9.027.075	9.027.075

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		49.819.186	41.654.417	41.654.417
Total do Passivo		24.712.080	18.471.672	18.471.672
Circulante		10.611.852	8.301.956	8.301.956
Fornecedores	18	3.257.404	3.128.732	3.128.732
Empréstimos e financiamentos	20	698.450	1.689.386	1.689.386
Passivo de arrendamento	16	1.299.376	1.054.709	1.054.709
Instrumentos financeiros derivativos	37	194.837	7.273	7.273
Obrigações trabalhistas		303.238	272.635	272.635
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	1.418.682	933.778	933.778
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	345.113	296.299	296.299
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	503.580	538.576	538.576
Autorizações a pagar	19	2.690.169	102.507	102.507
Receitas diferidas	23	197.179	266.436	266.436
Outros passivos		12.951	9.626	9.626
Não Circulante		14.100.596	10.169.716	10.169.716
Empréstimos e financiamentos	20	3.307.015	655.647	655.647
Instrumentos financeiros derivativos	37	13.950	28.883	28.883
Passivo de arrendamento	16	7.793.661	7.324.126	7.324.126
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	3.273	3.102	3.102
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	13.227	212.444	212.444
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	990.851	896.947	896.947
Planos de pensão e outros benefícios pós emprego	38	6.492	7.346	7.346
Autorizações a pagar	19	1.250.918	232.940	232.940
Receitas diferidas	23	699.161	755.488	755.488
Outros passivos		92.020	92.783	92.783
Patrimônio Líquido	26	25.107.106	23.182.745	23.182.745
Capital social		13.477.891	13.477.891	13.477.891
Reservas de capital		401.808	397.183	397.183
Reservas de lucros		11.296.551	9.317.356	9.317.356
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.255)	(4.848)	(4.848)
Ações em tesouraria		(4.857)	(4.837)	(4.837)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para expansão	Reservas de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos 01 de janeiro de 2021	13.477.891	397.183	1.008.194	6.469.602	1.761.960	(4.837)	(4.848)	-	23.182.745
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.967.174	2.967.174
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	593	-	593
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	593	2.967.174	2.967.737
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Plano de incentivo a longo prazo	-	4.623	-	-	-	-	-	-	4.623
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	(20)	-	-	(20)
Destinação do lucro líquido do exercício									
Reserva legal	-	-	139.021	-	-	-	-	(139.021)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(1.047.500)	(1.047.500)
Constituição da reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	176.741	-	-	(176.741)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	1.593.912	-	-	-	(1.593.912)	-
Dividendos não reclamados (nota 26)	-	-	-	9.521	-	-	-	-	9.521
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	4.623	139.021	1.603.433	176.741	(20)	-	(2.957.174)	(1.033.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.477.891	401.806	1.175.215	8.103.035	1.968.301	(4.857)	(4.255)	-	25.107.106

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para expansão	Reservas de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	13.476.172	36.154	962.496	6.585.790	1.612.019	-	(3.817)	-	22.668.807
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.843.690	1.843.690
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido (nota 13)	-	-	-	-	-	-	(1.031)	-	(1.031)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.031)	1.843.690	1.842.659
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Incorporação da sociedade do Grupo TIM (Nota 1)	1.719	353.804	-	-	-	-	-	-	355.523
Opções de compra de ações (nota 25 b)	-	7.425	-	-	-	-	-	-	7.425
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	(4.837)	-	-	(4.837)
Destinação do lucro líquido do exercício									
Reserva legal (nota 25)	-	-	83.708	-	-	-	-	(83.708)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(1.083.000)	(1.083.000)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	169.541	-	-	(169.541)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	507.441	-	-	-	(507.441)	-
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	6.368	-	-	-	-	6.368
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	1.719	361.229	83.708	513.809	169.541	(4.837)	-	(1.843.690)	(718.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.477.891	397.183	1.008.194	6.469.602	1.761.960	(4.837)	(4.848)	-	23.182.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Receita líquida	27	18.058.027	17.267.812	17.267.812
Custos de serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	(8.443.023)	(7.996.615)	(7.996.615)
Lucro bruto		9.615.004	9.271.197	9.271.197
Receitas (despesas) operacionais:				
Comercialização	28	(4.621.788)	(4.443.027)	(4.443.027)
Gerais e administrativas	28	(1.723.384)	(1.656.267)	(1.656.267)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(11.072)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	29	487.771	(396.986)	(396.986)
		(5.868.473)	(6.496.280)	(6.496.280)
Lucro antes de receitas e despesas financeiras		3.756.031	2.814.917	2.814.917
Receitas (despesas) financeiras				
Receitas financeiras	30	1.091.748	432.287	432.287
Despesas financeiras	31	(1.740.213)	(1.232.781)	(1.232.781)
Variações cambiais, líquidas	32	659	(6.783)	(6.783)
		(662.806)	(807.277)	(807.277)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.109.225	2.007.640	2.007.640
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	33	(146.051)	(163.950)	(163.950)
Lucro líquido do exercício		2.967.174	1.843.690	1.843.690
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia				
(expresso em R$ por ação)				
Lucro básico por ação	34	1,22	0,76	0,76
Lucro diluído por ação	34	1,22	0,76	0,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	2.967.174	1.843.690	1.843.690
Outros componentes do resultado abrangente			
Item que não será reclassificado para o resultado:			
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	853	(1.562)	(1.562)
Tributos diferidos	(290)	531	531
Total de resultado abrangente do exercício	2.967.737	1.842.659	1.842.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidada 2020
Atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.109.225	2.007.640	2.007.640
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	28	5.691.696	5.527.012	5.527.012
Resultado de equivalência patrimonial	13	11.072	-	-
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		61.913	(88.066)	(88.066)
Ganho na transação de venda 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)		(782.237)	-	-
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		1.486	(284)	(284)
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	278.799	333.724	333.724
Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos		(27.788)	131.253	131.253
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		193.864	166.057	166.057
Juros sobre passivo de arrendamento		699.299	910.691	910.691
Juros sobre arrendamentos		56	(10.696)	(10.696)
Provisão para perdas de crédito esperadas	26	544.642	552.817	552.817
Planos de incentivo a longo prazo	26	15.672	2.588	2.588
		9.867.199	9.532.715	9.532.715
Redução (aumento) dos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes		(583.346)	(350.087)	(350.087)
Impostos, taxas e contribuições a recuperar		604.337	1.260.949	1.260.949
Estoques		44.050	(43.326)	(43.326)
Despesas antecipadas		(134.893)	20.008	20.008
Depósitos judiciais		215.696	203.567	203.567
Outros ativos		41.610	(111.003)	(111.003)
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Obrigações trabalhistas		35.506	53.687	53.687
Fornecedores		153.357	(818.969)	(818.969)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		388.696	(320.674)	(320.674)
Autorizações a pagar		(8.934)	(10.871)	(10.871)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	24	(316.804)	(413.634)	(413.634)
Receitas diferidas		(135.933)	(67.168)	(67.168)
Outros passivos		(116.981)	(132.606)	(132.606)
Caixa gerado pelas operações		10.092.181	8.743.449	8.743.449
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.084)	(69.578)	(69.578)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		10.079.097	8.673.871	8.673.871
Atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários		(2.502.030)	(1.428.888)	(1.428.888)
Caixa proveniente da venda de 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)		1.096.294	-	-
Caixa proveniente da incorporação da TIM Participações		-	21.959	21.959
Integralização de Capital FiberCo (nota 1)		-	-	1
Adições ao imobilizado e intangível (i)		(5.293.707)	(3.891.306)	(3.891.306)
Recebimento de arrendamentos		47	4.879	4.879
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(6.699.396)	(5.293.356)	(5.293.355)
Atividades de financiamentos				
Novos empréstimos		3.082.000	1.800.000	1.800.000
Amortização de empréstimos		(1.710.935)	(1.806.922)	(1.806.922)
Juros pagos - Empréstimos		(78.932)	(72.643)	(72.643)
Pagamento do passivo de arrendamento		(1.179.723)	(927.903)	(927.903)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento		(832.928)	(794.391)	(794.391)
Novos financiamentos Finep 5G		649.020	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		218.197	(134.380)	(134.380)
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações		(11.099)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(1.042.976)	(1.153.054)	(1.153.054)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(735.396)	(3.089.273)	(3.089.273)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		2.653.325	291.242	291.243
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.575.290	2.284.048	2.284.048
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5.228.615	2.575.290	2.575.291

(i) Efeitos da aquisição 5G sem impacto no caixa, vide nota 40.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:59 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Receitas			
Receita operacional bruta (nota 27)	25.357.429	24.346.101	24.346.101
Outras receitas (nota 28)	2.709.251	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	(544.642)	(552.817)	(552.817)
Descontos concedidos, devoluções e outros	(2.618.680)	(2.543.707)	(2.543.707)
	24.902.358	21.249.577	21.249.577
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(2.576.158)	(2.641.923)	(2.641.923)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.036.187)	(2.949.673)	(2.949.673)
	(7.702.345)	(5.591.596)	(5.591.596)
Retenções			
Depreciação e amortização	(5.681.696)	(5.827.012)	(5.827.012)
Valor adicionado líquido produzido	31.506.317	10.130.969	10.130.969
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	(11.572)	-	-
Receitas financeiras	1.612.676	796.406	796.406
	1.601.104	796.406	796.406
Valor adicionado total a distribuir	13.109.421	10.927.375	10.927.375
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	621.702	552.749	552.749
Benefícios	191.346	196.124	196.124
F.G.T.S	63.669	60.722	60.722
Outros	46.649	42.498	42.498
	923.366	852.093	852.093
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	2.113.953	1.906.225	1.906.225
Estaduais	3.773.000	3.791.380	3.791.380
Municipais	127.634	114.390	114.390
	6.014.587	5.811.993	5.811.993
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros	3.263.324	1.601.595	1.601.595
Aluguéis	941.503	813.175	813.175
	3.204.827	2.414.770	2.414.770
Outros			
Investimento social	9.147	4.829	4.829
	9.147	4.829	4.829
Remuneração de Capitais Próprio			
Dividendos e JCP	1.047.500	1.083.000	1.083.000
Lucros retidos	1.909.674	760.690	760.690
	2.957.174	1.843.690	1.843.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

► 1. Contexto operacional

Estrutura societária

A TIM S.A. ("TIM", "Companhia" ou "Empresa") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detinha 66,59% do capital social da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2021 (66,56% em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia presta Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&FBovespa). Adicionalmente, a TIM S.A possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em inglês, em português e inglês.

Em dezembro de 2020, a Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada no dia 10 de dezembro de 2020, a constituição de uma sociedade denominada FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. com preparação para futura segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial.

No dia 5 de maio de 2021, a TIM S.A. informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no mesmo dia, foi aprovado um acordo entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. ("IHS"), com vistas a aquisição, pela IHS, da participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. ("FiberCo").

O processo de aquisição de participação societária da FiberCo, posteriormente denominada I-Systems, pela IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems.

O detalhamento da venda da participação societária de FiberCo, está descrito abaixo:

Reorganização Societária

Venda de 51% da I-Systems (antiga FiberCo) para IHS

Em 5 de maio de 2021, a Companhia publicou a decisão de seu Conselho de Administração sobre a alienação por parte da TIM de 51% do capital social da FiberCo em favor da IHS, permanecendo os restantes 49% sob o controle da Companhia quando do fechamento da operação (*closing*).

A FiberCo foi constituída pela Companhia para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura. A FiberCo nasce com a missão de instalar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser ofertada no mercado de atacado. Não obstante, os termos do acordo definem a TIM como principal cliente neste momento, tanto a prerrogativa de 5 meses de exclusividade após a entrada em novas áreas.

Em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A. registrou investimento em coligada no valor de R$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49%.

Nesse momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 50% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477.

De acordo com laudo de avaliação do acervo líquido formado pelos ativos e passivos o valor apurado de R$1.211.789 foi integralizado como capital social da I-Systems em 1º de novembro de 2021.

O processo de venda do percentual de 51% de participação societária da nova companhia, I-Systems, para IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Para a conclusão da venda, a IHS realizou uma integralização de capital R$662.498 (primária) na nova companhia (I-Systems) e o pagamento de R$1.096.294 (secundária) diretamente a TIM S.A., totalizando, desta forma R$1.678.792 pela aquisição de 51% de participação societária. O valor justo apurado por 100% da nova companhia foi de R$3.291.796.

No momento do *closing* a participação na investida foi registrada pelo valor justo conforme previsto pelo IFRS 10 (CPC36), sendo, posteriormente, conforme definido na norma IAS 28 (CPC18), avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

Conforme previsto no IAS 28 (CPC18), a venda de investimento com perda de controle deve ser reconhecida pela baixa total do investimento e reconhecimento de parte do investimento da coligada pelo valor justo.

Os efeitos da transação estão detalhados abaixo:

Descrição	31/12/2021
Preço da transação	1.096.294
Registro investimento a fair value	1.612.957
Custo dos ativos	
Baixa do investimento	(1.211.472)
Baixa de ágio na aquisição Fiber RJ/Fiber SP	(1.051.477)
Baixa do imposto diferido sobre ágio amortizado fiscalmente	335.936
Ganho na transação	782.237
Imposto de renda e contribuição social	(309.245)
Ganho líquido na transação	272.992
Ganho antes de IR e CS na remensuração do investimento a valor justo	686.720
Ganho antes de IR e CS na alienação do ativo	113.517

Incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

Em 29 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a submissão à Assembleia Geral Extraordinária da proposta de incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada em 31 de agosto de 2020, e aprovou, por maioria dos votos, a incorporação da TIM Participações pela TIM S.A, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre as administrações das companhias em 29 de julho de 2020.

Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de agosto de 2020 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Participações, no montante de R$365.325.

Conforme previsto no Protocolo de Incorporação, as variações do patrimônio da TIM Participações entre a data do laudo (31 de março de 2020) e do ato societário de incorporação (31 de agosto de 2020), foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da incorporada. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Participações foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito. Esta transação não teve impacto econômico ou tributário e o ágio incorporado não será utilizado para fins de quaisquer compensações fiscais.

Esta reorganização societária, teve como objetivo proporcionar maior eficiência e simplificação da estrutura organizacional do Grupo TIM, tornando a estrutura de controles internos mais eficientes. Além disso, a reorganização societária proporciona uma otimização da carga tributária nas futuras distribuições de juros sobre capital próprio, e também, a integração de unidades administrativas e financeiras, permitindo, a concentração e redução dos custos operacionais e outras despesas administrativas com serviços profissionais. Como resultado desta operação, não houve qualquer impacto para os acionistas controladores e não controladores.

Após a Incorporação, a TIM S.A., passou a ser e ser negociada com os códigos TIMS3 na B3 e TIMB na NYSE.

Para fins de apresentação do saldo comparativo, as informações patrimoniais e financeiras da TIM S.A. permanecem inalteradas atendendo o conceito de entidade legal para a apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O acervo líquido contábil na data de incorporação, em 01 de setembro de 2020, está sumariado a seguir:

	31/08/20		01/09/20
Ativo		**Passivo**	
Circulante		**Circulante**	
		Impostos, taxas e	
Caixa e equivalentes de caixa	21.959	contribuições a recolher	368
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	28.515	Outros passivos	10.708
Outros ativos	169	Total do passivo circulante	11.076
Total do ativo circulante	50.640	**Não circulante**	
		Provisão para processos judiciais e administrativos	36.850
Não circulante			
Depósitos judiciais	72.346	Outros passivos	29.792
Outros ativos	1.254	Total do passivo não circulante	66.642
		Patrimônio Líquido	
Ágio[1]	308.761	Capital social	1.719
Total do ativo não circulante	382.361	Reservas	363.604
		Total do patrimônio líquido	365.323
		Total do passivo e do	
Total do ativo	433.001	**patrimônio líquido**	433.001

[1] O Ágio incorporado possui a seguinte composição:

Ágio rentabilidade futura	387.511
Mais valia de passivos (provisão para processos judiciais) em combinação de negócios	(80.106)
Imposto de renda diferido sobre mais valia	30.256
	308.761

► 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R$), que também é a moeda funcional da Companhia.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a esses itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação períodica do desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que a partir da reorganização societária mencionada na Nota 1, todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas exclusivamente na TIM S.A. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data da aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

Os saldos consolidados comparativos, para dezembro de 2021 não foram apresentados, uma vez que a subsidiária I-Systems (antiga Fiber Co) foi constituída em dezembro de 2020 e conforme descrito na nota 1, teve 51% de participação acionária alienada à IHS, quanto a TIM S.A. passou a deter participação minoritária não controladora de 49%.

Nesse momento a TIM S.A. passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

e. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2022.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

- **Alterações no CPC 08 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.**

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado;
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado;
- Fornece exceção temporária para entidades exibirem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Esses alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

O grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

- **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.**

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionado ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período de aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

As seguintes novas normas foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

- **CPC 11 - Contratos de seguro**

Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.

Essa norma não se aplica a Companhia.

- **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante**

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

- **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), na qual introduz a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

- **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento de materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Impactos COVID - 19

Desde março de 2020 foi decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde devido ao surto do Coronavírus 2019 (COVID-19), os principais impactos e primeiros casos foram contabilizados no Brasil e no mundo também do primeiro trimestre de 2020.

O surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e se prolonga até 2021 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram muito a atividade econômica, incluindo alguns impactos nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa das Companhias no Brasil. Ao longo de 2020, foi decretado o lockdown em vários estados do Brasil que durou de março a junho de 2020.

No ano de 2020, a Companhia apresentou uma infraestrutura robusta sendo parte de um segmento extremamente importante neste período de crise, essencial para a população, governo e sistema de saúde. Após análise interna, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia não é altamente alavancada e ainda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa do volume de caixa.

Em 2021, houve o agravamento da crise com aumento do número de casos, consequentemente, a necessidade de novas medidas de restrição, dentre elas o fechamento do comércio impactando o funcionamento das lojas novamente, mas as restrições tiveram uma duração menor comparada a 2020, reduzindo o impacto do fechamento das lojas. Essas restrições foram implementadas principalmente no mês de março em diferentes cidades do Brasil.

Em setembro de 2021, o país apresentou uma evolução significativa nos níveis de vacinação, com redução da taxa de transmissão e número de casos, com isso houve uma leve melhora nas atividades econômicas. Até o momento, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações.

Estamos no 2º ano de pandemia e sem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:01 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

► 3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir:

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros e investimentos em coligadas

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 16) e seus ativos tangíveis e intangíveis.

Os investimentos líquidos em coligadas são avaliados após a aplicação do método de equivalência patrimonial para determinar se há qualquer evidência objetiva de não recuperabilidade. O valor recuperável de um investimento em coligada deve ser determinado para cada investimento, a menos que a coligada não gere entradas de caixa de forma contínua que sejam em grande parte independentes daquelas geradas por outros ativos da entidade. O investimento em coligada foi avaliado conforme descrito na nota 13.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

(e) Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenue"

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(f) Arrendamentos

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 18), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 01/01/2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

► 4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	99.821	100.006	100.009	100.009
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
CDB/Compromissadas	6.128.794	2.475.292	2.475.292	2.575.231
	6.228.615	2.575.298	2.575.301	2.675.231

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB's e Operações Compromissadas é de 101,57% (101,34% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

► 5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
FUNCINE [i]	11.508	7.051
Fundo Soberano [ii]	9.624	5.220
FIC: [iii]		
Títulos Públicos [iv]	2.976.513	1.345.797
CDB [v]	40.496	17.370
Letra Financeira [vi]	703.118	292.500
Outros [vii]	838.169	409.551
	4.579.528	2.077.499
Parcela circulante	(4.568.020)	(2.070.438)
Parcela não circulante	11.508	7.061

(i) A partir de dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média em 2021 é negativa em 0,06% a.a. (negativa em 3,34% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2021 é de 96,13% (87,71% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(iii) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2021 dos FIC's foi de 122,76% (112,72% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(iv) Títulos públicos são instrumentos financeiros de renda fixa emitido pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(v) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco e com taxas predeterminadas.

(vi) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo.

(vii) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

► 6. Contas a receber de clientes

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Estão ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços ("unbilled"). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada ("impairment").

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente da contas a receber registrado no longo prazo é de 0,19% (0,22% em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Contas a receber de clientes	3.253.207	3.180.681
Contas a receber bruta	4.000.096	3.831.901
Serviços faturados	2.107.662	2.039.403
Serviços a faturar ("unbilled")	849.762	817.669
Uso de rede	504.333	399.083
Venda de mercadorias	621.382	552.962
Ativo contratual (nota 23)	15.340	14.914
Outras contas a receber	1.547	7.890
Perdas por crédito de liquidação esperada	(746.819)	(651.220)
Parcela circulante	(3.066.506)	(3.051.834)
Parcela não circulante	186.501	128.847

A movimentação da provisão para perda por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	651.220	774.077
Constituição da provisão	544.642	552.817
Baixas da Provisão	(449.043)	(675.634)
Saldo Final	746.819	651.260

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	2021	2020
Total	4.000.026	3.831.901
A vencer	2.895.999	2.785.468
Vencidos até 30 dias	246.195	248.965
Vencidos até 60 dias	100.027	84.219
Vencidos até 90 dias	77.280	71.635
Vencidos a mais de 90 dias	680.525	641.614

► 7. Estoques

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	2021	2020
Estoques	202.553	245.602
Estoques	214.605	257.477
Aparelhos celulares e tablets	140.934	186.961
Acessórios e cartões pré-pagos	55.791	55.558
TIM chips	10.880	14.958
Perdas para ajuste ao valor de realização	(12.052)	(10.875)

► 8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	1.259.932	1.230.801
ICMS	1.216.912	1.188.009
Outros	43.020	42.792
Parcela circulante	(354.620)	(374.015)
Parcela não circulante	905.312	856.786

Os valores de ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionados à prestação do serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, chips, tablets e modems comercializados pela TIM.

(iii) por créditos de ICMS decorrentes do trânsito em julgado favorável, em maio de 2021, em uma ação de repetição de indébito referente a serviços de telefonia pré-pago em Santa Catarina, no montante de R$ 52 milhões.

► 9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	2.042.261	2.686.237
Imposto de renda e contribuição social (i)	807.090	351.903
PIS / COFINS (ii)	1.164.772	2.253.545
Outros	70.493	62.789
Parcela circulante	(1.311.906)	(1.421.112)
Parcela não circulante	730.455	1.277.127

(i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados a outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

Em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, teve entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pender de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 547 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporadas em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutem a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. De acordo com a avaliação interna da Companhia, esperamos utilizar tais créditos até o 2º trimestre do ano de 2022.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda.), na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza, discute este tema judicialmente desde 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação. O valor total registrado em 2019 referente a esses créditos foi de R$3.023 milhões, sendo R$1.795 milhões de principal e R$1.228 milhões de atualizações monetária.

Os valores contabilizados são atualizados mensalmente pela taxa de juros equivalente a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), disponibilizada no site da Receita Federal do Brasil.

Em 2021, a TIM efetuou declarações de compensação com créditos oriundos do processo de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, para pagamentos de tributos federais, no valor total de R$ 1.516 milhões. Já no ano de 2021, foram efetuadas compensações no total de R$ 857 milhões com os referidos créditos de PIS e COFINS.

Em maio de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou a discussão quanto ao direito creditório das empresas, definido em sede de julgamento de Embargos de Declaração, que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral (Tema 69), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 574706.

Considerando que os ministros ratificaram que o ICMS que não se inclui na base de cálculo do PIS/COFINS é o destacado na nota fiscal, confirmamos que os procedimentos adotados pela TIM S.A., quando da habilitação dos créditos de PIS/COFINS, estão adequados.

► 10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos de Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	219.876	475.128
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	308.637	303.948
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	257.529	224.456
Ajuste a valor presente – licença 3G	3.266	5.240
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	32.377	29.971
Provisão para participação nos lucros dos empregados	48.177	36.919
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	437.060	258.246
Ágio amortizado – TIM Fiber (ii)	(34.560)	(370.494)
Instrumentos financeiros derivativos	(143.948)	(154.718)
Juros capitalizados 4G	(233.433)	(262.606)
Custo atribuído – TIM S.A.	(42.017)	(53.792)
Ajustes sobre contratos de leasing	369.521	303.833
Depreciação acelerada (iii)	(466.863)	(266.484)
Ajuste ao valor justo I-Systems (antiga FiberCo) (iv)	(249.477)	-
Outros	18.431	20.982
Parcela imposto ativo diferido	538.888	990.646

(i) Representado principalmente pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020 e 2021. O TFF relativo aos exercícios de 2020 e 2021 tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 21.

(ii) Representado pelo ágio na combinação de negócios das empresas TIM Fiber RJ e SP adquiridas pela TIM em 2012, realizado parcialmente em novembro de 2021 após a conclusão dessa transação.

(iii) A partir do 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. excluiu das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R$ 457 milhões até 31 de dezembro de 2021 (R$ 266,5 milhões até 31 de dezembro de 2020) e foi aplicado a partir de 1 de janeiro de 2020.

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda descrita na nota 1 ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a INS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2021.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Prejuízos Fiscais e Base Negativa
2022	103.847
2023	79.581
2024	36.448
2025 em diante	-
Total	219.876

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R$255.252 ao longo deste ano até 31 de dezembro de 2021 (R$325.563 em 31 de dezembro de 2020, incluindo prejuízos fiscais).

► 11. Despesas antecipadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
	356.287	323.384
Propagandas não veiculadas (i)	86.184	1.876
Aluguéis e seguros	67.034	69.208
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (ii)	153.988	125.114
Serviços de TI (iii)	28.626	10.535
Outros	22.495	16.656
Parcela circulante	(206.148)	(149.796)
Parcela não circulante	83.139	73.588

(i) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidos no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(ii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes de adoção do IFRS 15/ CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

(iii) Representam os pagamentos antecipados de despesas de serviços de TI para nuvem migração das informações para nuvem "cloud".

► 12. Depósitos judiciais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	2021	2020
	718.773	194.750
Cível	285.583	315.312
Trabalhista	128.607	149.380
Tributário	178.914	181.670
Regulatório	111	111
Penhora Online (i)	125.558	146.272

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Cível

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, como por exemplo caso em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em Juízo era discussão é de R$72.633 (R$ 70.666 em 31 de dezembro de 2020).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:04 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

(a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 34.289 (R$ 34.544 em 31 de dezembro de 2020).

(b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.073 (R$ 8.862 em 31 de dezembro de 2020).

(c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$20.022 (R$ 18.883 em 31 de dezembro de 2020).

(d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$11.254 (R$ 11.317 em 31 de dezembro de 2020).

(e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de lemes e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de Co-billing e no licenciamento de software (blackberry). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$8.048 (R$ 7.843 em 31 de dezembro de 2020).

(f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$3.476 (R$ 3.329 em 31 de dezembro de 2020).

(g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$3.582 (R$ 3.514 em 31 de dezembro de 2020).

(h) Depósito realizado pela TIM S.A.– Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, devendo de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 61.752 (R$ 58.664 em 31 de dezembro de 2020).

(i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.890 (R$ 14.505 em 31 de dezembro de 2020).

(j) CSLL – Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa, assim como cobrança referente a compensação BC Negativa / Prejuízo Fiscal sucedida. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.730 (R$ 9.739 em 31 de dezembro de 2020).

► 13. Investimento

A participação societária em coligada da controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

O Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada em 10 de dezembro de 2020, a constituição de FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. ("FiberCo"), uma sociedade limitada, como preparação para uma possível (ou eventual) segregação de ativos e prestação de serviços da infraestrutura de fibra ótica residencial. A empresa foi constituída em 10 de dezembro de 2020 e transformada em S.A. em maio de 2021.

Tal processo foi uma das etapas intermediárias da transformação da TIM na prestação dos serviços de banda larga, e objetivava a criação de um veículo aberto de infraestrutura de fibra ótica ("FiberCo") com a captação de um parceiro estratégico que se tornará sócio da FiberCo. A FiberCo atua no mercado de atacado podendo prover serviços de conectividade em fibra, de última milha e de transporte, para as operadoras do mercado, contando com a TIM como cliente (vide nota 1).

Conforme mencionado na nota 1, em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e criação da I-Systems (antes denominada FiberCo) com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A., avaliou a transação como perda de controle e passou de consolidar, registrando o investimento em coligada no valor de R$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49% (R$ 1.601.703 em 31 de dezembro de 2021).

A TIM S.A. tem 49% (100% em 31 de dezembro de 2020) de participação no capital social da I-Systems (antiga FiberCo).

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não apresentou indicativos de *impairment* no investimento líquido registrado.

a) Participação em empresas controlada:

Em 31 de dezembro de 2020, a TIM S.A. detinha 100% de controle sobre a Fiber Co (atual I-Systems).

	2021 Fiber Co (atual I-Systems)	2020 Fiber Co (atual I-Systems)
Quantidade de quotas/ações detidas	1.000	1.000
Participação no capital total	100%	100%
Patrimônio líquido em 31/10/2021	(318)	1
Prejuízo líquido de janeiro a outubro/21	(318)	-
Resultado de equivalência patrimonial até 31 de outubro de 2021	(318)	-
Valor do investimento em 31 de dezembro	-	1

Mutação do investimento em empresas controladas:

	FiberCo (atual I-Systems) (controlada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	1
Resultado de equivalência patrimonial até out/21	(318)
Aumento de capital	1.211.789
Baixa do investimento	(1.211.472)
Saldo do investimento em 18 novembro 2021	-

b) Participação em empresas coligada

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tem em sua estrutura societária empresas controladas. Em novembro de 2021, a TIM S.A. passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

	2021 I-Systems
Quantidade de ações detidas	1.794.287.595
Participação no capital total	49%
Patrimônio líquido	1.794.288
Prejuízo líquido do exercício	(22.953)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.254)
Valor do investimento	1.601.703

Mutação do investimento em empresas coligadas:

	I-Systems (coligada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	-
Reavaliação da participação minoritária a valor justo	1.612.957
Resultado de equivalência patrimonial nov/21 a dez/21	(11.254)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2021	1.601.703

► 14. Imobilizado

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

• Movimentação do imobilizado

	Saldo em dez/20	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em dez/21
Total do Custo do Imobilizado Bruto	47.429.187	5.872.362	(3.841.851)	-	49.159.676
Equipamentos de comutação / transmissão	25.875.916	26.009	(2.920.511)	2.872.144	25.854.454
Cabos de fibra ótica	878.100	-	(125.366)	25.778	778.512
Aparelhos em comodato	2.643.336	805	(13.495)	175.908	2.806.454
Infraestrutura	6.436.572	-	(511.635)	518.348	6.443.285
Bens de informática	1.770.388	-	(48.584)	32.536	1.754.340
Bens de uso geral	902.287	-	(43.401)	57.959	916.845
Direito de uso em arrendamentos	8.367.895	1.591.307	(179.875)	-	9.779.327
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(864)	(3.682.575)	783.987
Total Depreciação Acumulada	(29.328.469)	(3.951.700)	2.428.951	-	(30.851.218)
Equipamentos de comutação / transmissão	(18.130.526)	(1.983.699)	1.926.121	-	(18.187.994)
Cabos de fibra ótica	(492.613)	(65.699)	26.077	-	(532.235)
Aparelhos em comodato	(2.396.217)	(145.661)	6.187	-	(2.535.691)
Infraestrutura	(4.018.554)	(408.540)	384.239	-	(4.043.155)
Bens de informática	(1.617.970)	(58.209)	46.449	-	(1.629.730)
Bens de uso geral	(837.893)	(48.204)	36.878	-	(849.220)
Direito de uso em arrendamentos	(2.042.398)	(1.241.668)	-	-	(3.284.275)
Total Imobilizado líquido	18.100.698	1.920.662	(1.412.900)	-	18.308.458
Equipamentos de comutação / transmissão	7.745.390	(1.956.684)	(994.390)	2.872.144	7.666.460
Cabos de fibra ótica	385.487	(65.699)	(98.289)	25.778	296.277
Aparelhos em comodato	245.119	(144.856)	(4.308)	175.908	271.763
Infraestrutura	2.417.718	(408.540)	(127.396)	518.348	2.400.130
Bens de informática	152.418	(58.209)	(135)	32.536	126.610
Bens de uso geral	264.394	(48.204)	(6.523)	57.959	267.626
Direito de uso em arrendamentos	6.325.509	349.419	(179.875)	-	6.495.053
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(864)	(3.682.575)	783.987

(i) As baixas líquidas são representadas principalmente por:

. R$1.216.340 de baixa de ativo imobilizado, o qual compõe parte do saldo de R$1.211.789 de ativos líquidos que foi integralizado como capital social da I-Systems (antiga FiberCo) em 01 de novembro de 2021, conforme descrito na nota 1

. R$179.875 em direitos de uso em arrendamentos em função de remensuração de contratos, incluindo alterações de vigência e escopo de aluguéis.

	Saldo em dez/19	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em dez/20
Total do Custo do Imobilizado Bruto	43.356.751	4.687.207	(616.791)	-	47.429.167
Equipamentos de comutação / transmissão	22.817.681	10.464	(174.248)	3.222.020	25.875.916
Cabos de fibra ótica	813.589	-	-	64.511	878.100
Aparelhos em comodato	2.489.995	912	(7.140)	159.569	2.643.336
Infraestrutura	6.096.847	92.254	(6.083)	255.554	6.436.572
Bens de informática	1.721.251	1	(9.996)	59.130	1.770.388
Bens de uso geral	859.505	1	(1.544)	44.325	902.287
Direito de uso em arrendamentos	6.933.416	1.849.539	(415.060)	-	8.367.895
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.059	(728)	(3.805.109)	513.881
Total Depreciação Acumulada	(25.746.587)	(3.767.078)	185.796	-	(29.328.469)
Equipamentos de comutação / transmissão	(16.389.213)	(1.906.480)	165.167	-	(18.130.526)
Cabos de fibra ótica	(410.567)	(72.046)	-	-	(482.613)
Aparelhos em comodato	(2.256.883)	(143.309)	1.955	-	(2.396.217)
Infraestrutura	(3.593.533)	(432.849)	7.828	-	(4.018.554)
Bens de informática	(1.585.309)	(62.649)	9.988	-	(1.617.970)
Bens de uso geral	(590.668)	(48.403)	1.168	-	(637.903)
Direito de uso em arrendamentos	(940.144)	(1.102.262)	-	-	(2.042.398)
Total Imobilizado líquido	17.612.164	919.529	(430.995)	-	18.100.698
Equipamentos de comutação / transmissão	6.428.468	(1.895.016)	(9.082)	3.222.020	7.745.390
Cabos de fibra ótica	403.022	(72.046)	-	64.511	395.487
Aparelhos em comodato	233.102	(142.597)	(5.185)	159.569	245.119
Infraestrutura	2.503.014	(340.315)	(535)	255.554	2.417.718
Bens de informática	155.942	(62.648)	(8)	59.130	152.416
Bens de uso geral	268.847	(48.402)	(376)	44.325	264.394
Direito de uso em arrendamentos	5.993.272	747.297	(415.060)	-	6.325.509
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.059	(728)	(3.805.109)	513.881

(i) O valor de R$415.060 é representado por remensuração de contratos e inclui alterações de vigência e escopo de aluguéis e também revisão da estimativa em relação a contratos de baixo valor veículos.

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e Imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.519.903	400.262	1.500.809	1.404.438	6.325.506
Adições	630.805	296.874	237.150	427.478	1.591.307
Remensuração	(63.606)	(45.312)	(23.772)	(27.185)	(179.875)
Depreciação	(516.596)	(109.512)	(210.054)	(403.732)	(1.241.886)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.569.505	541.312	1.504.233	1.400.999	6.495.053
Vida útil - %	7,86%	9,70%	9,47%	3,24%	

• Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2021, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

► 15. Intangível

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) software em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, vemos a capitalização de encargos da licença 4G de 700MHz entre 2014 e 2019 e atualmente temos a capitalização de encargos na aquisição da licença 5G para radiofrequência não prontamente disponível e outras obrigações relacionadas a tal radiofrequência. Essa capitalização ocorre até que o ativo seja considerado disponível para uso pela Administração, e a partir desta data, encerra-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como software, ágio e outros são demonstrados como segue.

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em dez/20	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/21
Total Custo do Intangível Bruto	31.444.060	4.392.291	(1.195.840)	-	34.630.511
Direito de uso de softwares	19.117.515	-	(112.626)	906.115	19.911.004
Autorizações	9.901.248	50.408	(1.737)	1.171.578	11.151.497
Ágio (i)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	177.866	-	-	8.355	186.221
Outros ativos	329.626	-	-	3.490	333.116
Ativos intangíveis em desenvolvimento	390.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.672.960
Total Amortização Acumulada	(22.416.975)	(1.739.937)	111.450	-	(24.045.462)
Direito de uso de softwares	(16.378.487)	(1.164.210)	110.679	-	(17.432.018)
Autorizações	(5.816.241)	(542.186)	771	-	(6.357.656)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(87.866)	(6.731)	-	-	(76.697)
Outros ativos	(154.281)	(24.600)	-	-	(178.881)
Total Intangível Líquido	9.027.075	2.652.354	(1.084.390)	-	10.585.079
Direito de uso de softwares (c)	2.739.028	(1.164.210)	(1.947)	906.115	2.478.986
Autorizações (f)	4.115.007	(491.788)	(966)	1.171.578	4.793.831
Ágio (d)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.800	(6.731)	-	8.355	109.424
Outros ativos	175.345	(24.600)	-	3.490	154.235
Ativos intangíveis em desenvolvimento	390.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.672.960

(i) Inclui a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477.

	Saldo em dez/19	Saldo Companhia incorporada	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/20
Total Custo do Intangível Bruto	29.661.785	367.571	1.215.636	(965)	-	31.444.060
Direito de uso de softwares	18.184.382	-	-	(509)	934.072	19.117.515
Autorizações	9.811.794	-	32.100	(6)	57.355	9.901.248
Ágio	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	169.327	-	8.539	-	-	177.866
Outros ativos	327.360	-	-	-	2.266	329.626
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.276	-	1.174.992	-	(1.023.993)	390.575
Total Amortização Acumulada	(20.561.032)	-	(1.856.917)	974	-	(22.416.975)
Direito de uso de softwares	(15.093.166)	-	(1.286.296)	974	-	(16.378.487)
Autorizações	(5.278.613)	-	(537.628)	-	-	(5.816.241)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(80.204)	-	(7.762)	-	-	(87.966)
Outros ativos	(129.049)	-	(25.232)	-	-	(154.281)
Total Intangível Líquido	9.100.753	367.571	(641.281)	29	-	9.027.075
Direito de uso de softwares (c)	3.091.216	-	(1.286.296)	35	934.072	2.739.028
Autorizações (f)	4.532.941	-	(605.723)	(6)	57.355	4.115.007
Ágio (d)	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.123	-	777	-	-	109.900
Outros ativos	198.111	-	(25.232)	-	2.266	175.345
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.276	-	1.174.992	-	(1.023.993)	390.575

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:07 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Os ativos intangíveis em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidos para as contas correspondentes destes bens. Inclui os valores de aquisição da Licença 5G, conforme nota 15.1.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de softwares	20
Autorizações	5 a 50
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia possui o seguinte ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – "TIM Fiber SP") e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – "TIM Fiber RJ"). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente. TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R$ 1.159.649.

Em novembro de 2021, a Companhia concluiu o drop down de ativos líquidos relacionados ao negócio de banda larga residencial relativos à infraestrutura de rede secundária para a controlada integral FiberCo e realizou a alienação de 51% de participação societária da FiberCo, atualmente denominada I-Systems, em favor da IHS. Neste momento, em função do closing da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems. Consequentemente, com o fechamento deste negócio em novembro de 2021, o ágio inicialmente registrado na aquisição das empresas Fiber RJ e Fiber SP foi reduzido para R$108.171. Este é o saldo registrado em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A, a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Ágio aquisição da "Intelig" pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente "Intelig") em dezembro de 2009 no montante de R$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de impairment.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários de TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R$157.556.

Teste de impairment

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM.

A metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de impairment acima mencionados está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, portanto abrange o grupo consolidado. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia. Importante ressaltar que os resultados do grupo são representados essencialmente pela TIM S.A. Desta modo, os resultados da TIM S.A. são o principal gerador de caixa do Grupo TIM, visto que a única empresa operacional atuante no Brasil é a TIM S.A. e por essa razão a Companhia representa uma única unidade geradora de caixa para fins de teste de impairment de ativos de vida útil indefinida de acordo com IAS 36 / CPC01.

Em 31 de dezembro de 2021 o teste de *impairment* foi realizado comparando o *carrying amount* com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronto e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Seus títulos são negociados na BOVESPA com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

A mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso. Os efeitos da TIM Participações holding (incorporada pela TIM S.A) sobre o valor de *carrying amount* em 2021 eram irrelevantes e também seus efeitos sobre o resultado do Grupo Consolidado. Portanto, os cálculos realizados a nível consolidado contemplam essencialmente os resultados e saldos contábeis da TIM S.A., assim a Administração da Companhia conclui que a utilização da metodologia do valor justo menos custos de vendas é adequada para conclusão da não existência de constituir provisão para *impairment* uma vez que o valor justo menos o custo de venda é superior que o total *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).

(f) Autorizações

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHZ adquirida, que totalizaram R$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R$ 1.199 milhões foi reduzido em R$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 a 2019.

Em 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências da telefonia móvel de 5ª Geração ("5G"). Em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequências 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R$888 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos de edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R$2.690 milhões.

Para o cumprimento das obrigações adicionais, é previsto, conforme edital, que haja a constituição de entidades administradoras, as quais são destinadas somente a cumprir com os compromissos previstos no Leilão. As empresas vencedoras do Leilão têm a obrigação de desembolsar somente os valores previstos em edital para que tais entidades cumpram com as obrigações definidas. Há obrigações adicionais previstas relacionadas à radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa ("EAF"), e relacionadas à radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE").

As radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontram-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro em "Autorizações" dos valores relativos às licenças (R$614 milhões) e as obrigações relacionadas à licença 26GHz, que serão cumpridas por meio da EACE (R$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R$633 milhões), previstos no Edital, ocorrerão em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tem correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente ("AVP") no reconhecimento inicial (R$83 milhões).

Já a radiofrequência 3,5GHz não está prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, encontra-se registrado em bens em andamento (R$270 milhões). Desta forma, as obrigações relacionadas a esta atividade, a serem realizadas pela EAF (R$2.104 milhões) também estão registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, previstos no Edital, ocorrerão em 2 parcelas ao longo do ano de 2022, e têm correção monetária pelo IGP-DI.

Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadra-se a radiofrequência de 3,5GHz. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou em ativo intangível 1 milhão de juros Selic incorridos sobre a radiofrequência 3,5GHz e 19 milhões referente à correção monetária dos valores devidos à EAF. Estes saldos estão registrados em bens em andamento.

Desta forma o efeito total no ativo intangível da Companhia em 2021 referente às radiofrequências 5G e obrigações relacionadas foi de R$3.384 milhões, sendo R$2.394 em bens em andamento e R$1.190 milhões em Autorizações.

► 16. Arrendamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	2021	2020
LT Amazonas	166.944	162.198
Subleasing lojas – IFRS16	76.177	-
	243.121	162.198
Parcela circulante	(30.078)	(5.357)
Parcela não circulante	213.043	156.841

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
	55.939	167.323	176.896	400.154	243.121
LT Amazonas (i)	26.124	106.491	176.896	309.510	166.944
Subleasing lojas – IFRS16 (ii)	29.815	60.829	-	90.644	76.177

(i) LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

(ii) Subleasing Lojas - IFRS16

A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de "lojas ancora". O impacto no leasing passivo está refletido no grupo "Arrendamentos - Lojas & Quiosques".

Passivo

	2021	2020
LT Amazonas (i)	302.091	290.385
Venda de Torres (leaseback) (ii)	1.507.629	1.256.410
Outros (iv)	142.458	115.027
Sub-total	1.952.178	1.661.822
Outros arrendamentos (iii)		
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede	3.345.930	3.252.463
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	653.422	434.998
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	1.657.345	1.606.567
Arrendamentos – Fibra	1.454.664	1.422.995
Sub-total leasing IFRS16 / CPC 06 (R2)	7.111.361	6.717.013
Total	9.063.539	8.378.835
Parcela circulante	(1.269.878)	(1.054.709)
Parcela não circulante	7.793.661	7.324.126

O montante de juros pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) é de R$ 591.266 (R$ 567.261 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 37.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total - Passivo de arrendamento	3.139.716	6.431.002	5.096.599	14.669.339	9.063.539
LT Amazonas (i)	57.548	202.211	136.138	395.798	302.091
Venda e leaseback das Torres (ii)	245.806	992.299	2.135.989	3.374.088	1.507.629
Outros (iv)	28.348	112.493	142.458	283.299	142.458
Total Outros arrendamentos (iii)	1.808.221	5.123.999	3.284.074	10.216.196	7.111.361
Arrendamentos – Infraestrutura de rede	752.818	2.450.689	1.735.819	4.939.129	3.345.930
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	183.468	440.098	356.108	980.682	653.422
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	340.096	1.135.266	1.192.197	2.667.562	1.657.345
Arrendamentos – Fibra	531.836	1.097.008	-	1.628.844	1.454.664

(i) LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

ii) Venda e leaseback das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "sale and leaseback" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R$ 2.651.247, sendo o montante de R$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 23).

As taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo.

(iii) Outros arrendamentos:

Além dos contratos de arrendamentos citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2021 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 8,94% (9,08% em 2020).

(iv) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão.

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 36.310 (R$ 26.623 em 31 de dezembro de 2020).

► 17. Outros valores a compensar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel.

Em 31 de dezembro de 2021, esse crédito é de R$28.881 (R$43.906 em 31 de dezembro de 2020).

► 18. Fornecedores

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	2021	2020
	3.267.404	3.126.732
Moeda nacional	3.063.458	2.932.486
Fornecedores de materiais e serviços (i)	2.966.897	2.838.547
Interconexão (ii)	65.464	64.066
Roaming (iii)	212	212
Co-billing (iv)	30.885	29.661
Moeda estrangeira	203.946	196.246
Fornecedores de materiais e serviços (i)	153.082	148.888
Roaming (iii)	50.864	47.358
Parcela Circulante	3.267.404	3.126.732

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(iv) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

► 19. Autorizações a pagar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Renovação de autorizações (i)	191.329	188.498
Dívida ANATEL atualizada (ii)	164.269	146.949
Autorizações a pagar (iii)	3.525.489	-
	3.881.087	335.447
Parcela circulante	(2.630.169)	(102.507)
Parcela não circulante	1.250.918	232.940

(i) Para prestação do SMP a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações no montante de R$ 191.329 (R$ 188.498 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização de faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R$ 61 milhões (R$ 164 milhões em 31 de dezembro de 2021) o qual ainda está pendente de julgamento.

(iii) Conforme descrito na nota 15.1, em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização, o que caracteriza a efetiva aquisição do direito sobre os lotes destas radiofrequências.

Para os valores relativos às radiofrequências (R$884 milhões no registro inicial), há incidência de juros Selic, e a Companhia realizará pagamentos anuais pelo período de 20 anos. Já para os valores relacionados às obrigações de desembolsos com as entidades EAF e EACE (R$2.737 milhões no registro inicial, sendo R$2.654 milhões líquidos de AVP) há correção monetária por IGP-DI, e os desembolsos ocorrerão entre 2022 e 2024. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto é de 3.525 milhões.

As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2023	408.371
2024	141.151
2025	46.535
2026	46.535
2027	46.535
2028	46.535
2029	46.535
2030	46.535
2031	46.535
	1.250.918

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de dezembro de 2021, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:10 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Termos de Autorização	450 MHz	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz (Banda P** (4G))	700 MHz (4G)	2,3GHz (5G)	3,5GHz (5G)	26GHz (5G)
					Data de Expiração					
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Sul - Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

* Termos já renovados por 15 anos.
** Somente áreas complementares nos Estados específicos.
As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

▶ 20. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	dez/21	dez/20
KFW Finnvera (ii)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	278.176	344.125
BAML (ii)	EUR	0,2760% a.a.	Ago/21	-	370.844
Scotia¹ (ii)	USD	1,2410% a 1,7340% a.a.	Abr/24	559.020	1.030.761
BNP Paribas (ii)	USD	2,4220% a.a.	Jan/22	428.703	399.302
BNP Paribas (ii)	BRL	7,0907% a.a.	Jan/24	515.168	-
Debêntures² (ii)	BRL	IPCA + 4,1682% a.a. (i)	Jun/28	1.667.399	-
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	396.281	-
Total				3.845.505	2.345.032
Circulante				(538.490)	(1.689.385)
Não circulante				3.307.015	655.647

1 A taxa da dívida ativa em 31/12/21 com o banco Scotia é de 1,4798% a.a.

2 É prevista uma redução automática de até 0,25bps em juros remuneratórios observado o cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

Garantias

(i) Determinados recebíveis da TIM S.A.;

(ii) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados semestralmente. Em fevereiro de 2020 a Companhia realizou o pré-pagamento total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES ativos àquela época, contudo ainda existem contratos em vigor com o banco regulando as linhas de crédito disponíveis para saque que estão demonstradas no quadro abaixo. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. A Companhia vem cumprindo todos os índices estabelecidos.

Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao The Bank of Nova Scotia, no valor de R$ 572 milhões, custo de CDI + 1,05% a.a. e prazo de 3 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.

Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao banco BNP Paribas, no valor de R$ 500 milhões, custo de CDI + 1,07% a.a. e prazo de 2,9 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.

Em junho de 2021, a Companhia, realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor de R$1.600 milhão. As debêntures contam com uma componente sustentável que permite sua qualificação como *sustainability-linked* e, em caso de cumprimento das metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão, os juros remuneratórios de IPCA + 4,1682% a.a. poderão ser reduzidos automaticamente em até 0,25bps. As debêntures terão juros semestrais e as amortizações acontecerão, respectivamente, no 5º, 6º e 7º ano. A emissão objetivou o financiamento de projetos de implantação, ampliação e modernização de redes fixa e móvel em diferentes tecnologias, incluindo 5G, e se enquadra no disposto da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011. No âmbito desta operação, a Companhia optou por celebrar um contrato de swap de taxas de juros com objetivo de hedge, ao custo de para CDI + 0,95% ao ano. Durante o prazo de vigência da operação, também deverá ser observado o cumprimento do índice financeiro Dívida líquida sobre EBITDA, indicador este cumprido até a presente data.

Em novembro de 2021, a Companhia captou junto ao BNDES a linha de crédito FINAME, no valor total disponível de R$ 390 milhões, ao custo de IPCA + 4,2283% a.a. e prazo total de 10 anos com carência de 3 anos para início da amortização. A Companhia optou por celebrar um contrato de swap de taxas de juros com o objetivo de hedge, ao custo final de 96,95% do CDI.

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponíveis:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 31 de dezembro 2021
BNDES (i)	TJLP	Mar/18	Mar/22	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (ii)	TJLP	Mar/18	Mar/22	20.000	20.000	-
FINAME (iii)	IPCA	Mar/19	Mar/22	390.000	-	390.000
BNB (iv)	IPCA	Jan/20	Jun/23	752.479	752.479	-
Total R$:				2.252.479	1.862.479	390.000

Objetivo:

(i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais.

(ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade.

(iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional.

(iv) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco do Nordeste do Brasil.

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2023	88.818
2024	1.125.526
2025	80.712
2026	615.727
2027	615.727
2028	618.006
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	3.307.015

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valor nominal
2022	538.490
2023	88.818
2024	1.125.526
2025	80.712
2026	615.727
2027	615.727
2028	618.006
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	3.845.505

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Ambos são financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um cunho de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores. Para fins de análise de valor justo, considerando as características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia, BNP Paribas, Debêntures e BNDES considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 31 de dezembro de 2021 é, respectivamente, R$ 563.259, R$ 524.422, R$ 1.635.203 e R$ 384.073.

▶ 21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	1.421.955	938.880
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	303.721	359.498
Impostos e Taxas ANATEL (i)	1.042.933	509.087
Imposto sobre Serviço - ISS	66.075	66.082
Outros	9.226	4.213
Parcela circulante	(1.418.682)	(935.778)
Parcela não circulante	3.273	3.102

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP no valor de R$ 790 milhões. No terceiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou o pagamento parcial no montante de R$300 milhões referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de realização do pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.

Em 2021, novamente houve o pagamento parcial das taxas de cerca de R$300 milhões referentes às CFRP e Condecine e o valor remanescente de R$480 milhões relativo ao Fistel (TFF) de 2021 segue suspenso, sem data definida para pagamento com base em liminar também proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Durante o exercício de 2021, houve o reconhecimento de R$51,2 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fistel (TFF) relativos ao exercício de 2020 e 2021 com pagamento suspenso por decisão liminar.

▶ 22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2021, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral do imposto de renda e contribuição social.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	253.340	508.743
Imposto de renda e contribuição social (i)	186.294	313.135
PIS / COFINS	41.916	154.363
Outros (ii)	25.130	41.245
Parcela circulante	(245.113)	(296.299)
Parcela não circulante	8.227	212.444

(i) A variação está relacionada à alteração da apuração do Lucro Real Anual pelo Lucro Real Trimestral. Nesse sentido, o valor apresentado em dezembro de 2020 compreendia o IRPJ e a CSLL devidos entre janeiro e dezembro daquele ano, enquanto em 2021 o passivo apresentado representa apenas o montante devido no 4º Trimestre.

(ii) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

▶ 23. Receitas diferidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas diferidas	896.340	1.021.924
Serviços a prestar pré-pago (i)	118.795	169.482
Subvenções governamentais (ii)	11.184	24.732
Receitas antecipadas	8.522	11.183
Receitas diferidas sobre venda de torres (iii)	734.826	788.921
Passivo contratual (iv)	13.013	7.626
Parcela circulante	(197.179)	(266.436)
Parcela não circulante	699.161	755.488

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(ii) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 é de R$ 203 milhões e o montante em aberto em 31 de dezembro de 2021 é de R$11.184 (R$24.732 em 31 de dezembro de 2020). Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas), líquidas" (nota 29).

(iii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 16).

(iv) Contratos com clientes: A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

	2021
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.031.120
Ativo contratual	15.340
Passivo contratual	(13.013)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no exercício.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.288
Adições	8.800
Baixas	(13.761)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.327

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2022	2023
Ativo (passivo) contratual	3.685	(1.358)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

▶ 24. Provisão para processos judiciais e administrativos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2021	2020
Provisão para processos judiciais e administrativos	960.881	886.947
Cível (a)	309.019	245.432
Trabalhistas (b)	192.132	213.026
Tributária (c)	429.951	399.288
Regulatória (d)	29.779	29.201

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-20	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-21
	886.947	278.790	(316.804)	111.949	960.881
Cível (a)	245.432	175.715	(194.501)	82.373	309.019
Trabalhistas (b)	213.026	71.961	(98.730)	5.875	192.132
Tributária (c)	399.288	31.078	(23.539)	23.124	429.951
Regulatória (d)	29.201	35	(34)	577	29.779

	dez-19	Saldo Companhia incorporada	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-20
	703.522	125.956	333.724	(413.634)	137.379	886.947
Cível (a)	208.202	4.501	224.416	(266.872)	75.185	245.432
Trabalhistas (b)	208.224	45.691	63.649	(138.899)	34.361	213.026
Tributária (c)	254.833	75.646	48.897	(7.792)	27.704	399.288
Regulatória (d)	32.263	118	(3.238)	(71)	129	29.201

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis

a.1 Ações movidas por consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R$150.381 (R$ 139.429 em 31 de dezembro de 2020) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, alteração unilateral de contratos e negativação indevida.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R$116.585 (R$51.713 em 31 de dezembro 2020).

a.3 Ex- parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R$20.708 (R$ 18.634 em 31 de dezembro de 2020).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato e; (iv). Os valores envolvidos equivalem a R$20.089 (R$33.952 em 31 de dezembro de 2020).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R$386 (R$610 em 31 de dezembro de 2020).

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:13 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM · TIMB LISTED NYSE · ISE B3

e.4 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Não existe valor correspondente em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.364 em 31 de dezembro de 2020).

b. Processos trabalhistas

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável, adicionais legais e horas extras, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 1.314 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 (1.873 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R$ 182.132 atualizado monetariamente (R$ 213.026 em 31 de dezembro de 2020).

c. Processos tributários

	2021	2020
Tributos Federais	202.743	182.146
Tributos Estaduais	145.436	135.891
Tributos Municipais	7.626	5.633
Processos TIM S.A (*Purchase price allocation*)	74.146	75.618
	430.951	399.288

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC:

Tributos federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

(i) A provisão para a TIM S.A. suporta sessenta e quatro processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações de CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 8.510 (R$ 8.355 em 31 de dezembro de 2020), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R$ 15.149 (R$ 14.771 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) A Companhia constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R$ 39.554 (R$ 38.684 em 31 de dezembro de 2020).

(iii) Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para o processo de FUST, que busca a inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R$ 60.362 (R$ 58.989 em 31 de dezembro de 2020).

(iv) A empresa constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R$ 18.579 (R$ 5.313 em 31 de dezembro de 2020).

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

A provisão para a TIM S.A. suporta noventa e um processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 41.362 (R$ 36.491 em 31 de dezembro de 2020), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R$ 5.291 (R$ 5.135 em 31 de dezembro de 2020), bem como (iii) cobrança em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R$ 16.216 (R$ 15.751 em 31 de dezembro de 2020), ((iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R$ 16.374 (R$ 14.912 em 31 de dezembro de 2020) e (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R$ 22.183 (sem equivalência em 31 de dezembro de 2020) (vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R$ 13.963 (sem equivalência em 31 de dezembro de 2020).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em co-billing.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R$74.146 (R$75.618 em 31 de dezembro de 2020).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R$ 29.779 (R$ 29.201 em 31 de dezembro de 2020).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza civil, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	2021	2020
	18.140.556	18.147.562
Civil (e.1)	1.292.202	1.101.332
Trabalhista e previdenciária (e.2)	392.535	340.801
Tributária (e.3)	16.309.439	16.588.353
Regulatória (e.4)	146.680	119.076

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	2021	2020
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	160.896	220.347
ANATEL (e.1.2)	258.603	223.066
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	493.806	160.279
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	216.054	193.529
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	80.143	154.187
Outros (e.1.6)	83.220	149.924
	1.292.202	1.101.332

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS ; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outros se discute: ; (ii) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (iii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iv) suposto descumprimento de contrato.

e.2. Trabalhista e Previdenciária

e.2.1. *Previdenciária*

A TIM S.A recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor provável de R$ 23.789 atualizado (R$ 10.467 em 31 de dezembro de 2020). Ainda, recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, sob suposto não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas recebidas a título de abono indenizatório, gratificação não-ajustada, hiring bônus e incentive, no valor possível total de R$ 85.720 atualizado (R$ 22.829 atualizado em 31 de dezembro de 2020).

e.2.2. *Trabalhistas*

Há 3.087 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 (3.038 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R$ 306.315 atualizado (R$317.671 em 31 de dezembro de 2020).

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiros.

e.3. Tributárias

	2021	2020
	16.309.439	16.588.353
Tributos Federais (e.3.1)	3.026.326	4.268.212
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.782.114	8.562.352
Tributos Municipais (e.3.3)	1.234.618	740.813
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	3.266.381	3.014.976

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R$ 12.133.166 (R$ 11.370.959 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.1. *Tributos Federais*

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R$ 3.026.326 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 4.268.212 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão de reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R$ 1.467.409 (R$ 2.715.070 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, realizou confirmado o êxito parcial de R$1,4 bilhão.

b. Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R$ 231.810 (R$ 193.181 em 31 de dezembro de 2020).

c. Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R$ 69.124 (R$ 67.572 em 31 de dezembro de 2020).

d. Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R$ 268.170 (R$ 259.668 em 31 de dezembro de 2020).

e. Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R$ 410.922 (R$ 390.691 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.2. *Tributos Estaduais*

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 8.782.114 (R$ 8.562.352 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais ofertados a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60 do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R$ 1.140.853 (R$ 1.126.741 em 31 de dezembro de 2020).

b. Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R$ 356.251 (R$ 402.935 em 31 de dezembro de 2020).

c. Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R$ 664.011 (R$ 608.316 em 31 de dezembro de 2020).

d. Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de dezembro de 2021, o montante envolvido é de R$ 3.449.439 (R$ 3.356.501 em 31 de dezembro de 2020).

e. Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R$ 138.242 (R$ 135.286 em 31 de dezembro de 2020).

f. Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R$727.057 (R$ 698.673 em 31 de dezembro de 2020).

g. Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R$547.575 (R$ 249.271 em 31 de dezembro de 2020).

h. Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R$ 116.700 (R$ 197.521 em 31 de dezembro de 2020).

i. Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R$ 296.519 (R$ 260.667 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.3. *Tributos Municipais*

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R$ 1.234.818 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 740.813 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R$ 618.343 (R$ 150.023 em 31 de dezembro de 2020).

b. Cobrança do ISS sobre importação de serviços os serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R$ 356.141 (R$ 385.536 em 31 de dezembro de 2020).

c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R$ 137.944 (R$ 126.159 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.4. *FUST e FUNTTEL*

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL com classificação de risco possível é de R$3.266.381 (R$ 3.014.976 em 31 de dezembro de 2020). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade, (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R$ 120.218 (R$ 119.076 em 31 de dezembro de 2020). A variação decorreu principalmente de atualização monetária no exercício.

Em 22 de agosto de 2018, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde junho de 2018 com o regulador. O acordo abrange um valor de referência das sanções de R$ 627 milhões. O compromisso prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos índices de reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 366 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura será implementada em três anos - sendo mais de 80% nos primeiros dois anos – estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais prestadoras.

Em 19 de junho de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do termo ocorreu em 25 de junho. O acordo abrange sanções que totalizam um valor de aproximadamente R$ 639 milhões, atualizados, que serão arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhoria de qualidade e experiência do cliente bem como incremento de infraestrutura de rede em mais de 2.000 localidades.

Ao longo do quarto trimestre de 2021, a Companhia executou todas as atividades planejadas para o estrito cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta n.º 031/2020 (TAC) celebrado junto à Anatel, visando o atingimento das metas associadas ao 2º ano TAC. Com o fechamento do 1º Ano TAC, as atividades de fiscalização por parte da Agência estão ocorrendo em relação aos compromissos vencidos, já havendo sido reconhecidos como cumpridos por parte da Anatel: Compromissos Adicionais; Controles Internos; Índice de Reclamações; Índice Geral de Qualidade; Numeração; Interconexão e; Obras. A Companhia seguirá na plena implementação dos mecanismos de acompanhamento interno por meio do reporte trimestral da evolução dos cronogramas pelo Escritório de Governança em Reunião de Diretoria e Conselho de Administração. A Companhia vem cumprindo, até o momento, o cronograma de implementação do TAC sem necessidade de nenhuma obrigação adicional.

Ao obter a prorrogação do prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

25. Patrimônio líquido

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

Em 2 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o grupamento da totalidade das 42.296.789.606 ações ordinárias e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do Art. 12 da Lei nº 6.404/76, sem modificação do capital social, na proporção de 100 ações para formar 1 ação ordinária, passando o capital social , a ser representado por 422.967.896 ações ordinárias e sem valor nominal, preservando todos os direitos e vantagens das referidas ações ordinárias. O grupamento proposto não resultou em frações de ações. A incorporação resultou no cancelamento de todas as ações de emissão da Companhia, as quais eram de titularidade da TIM Participações.

Após a incorporação, mencionada na nota 1, e verificada a condição suspensiva, os acionistas da TIM Participações receberam 1 ação ordinária de emissão da TIM S.A para cada 1 ação ordinária de emissão da TIM Participações de sua titularidade, o que, assumindo a manutenção do número de ações de emissão da TIM Participações em tesouraria, resultou na emissão de 2.420.447.019 ações ordinárias pela TIM S.A., todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 1.719 definido no protocolo de incorporação; o qual passou a ser representado por R$13.477.891.

Em 28 de setembro de 2020, em reunião do Conselho de administração, os conselheiros da Companhia tomaram conhecimento dos pagamentos relacionados às outorgas de 2018 e 2019, realizados por meio da transferência das ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, conforme previsto nos Planos e nos termos do Programa de Recompra aprovado pelo Conselho de Administração da TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A), em reunião realizada em 29 de julho de 2020, no montante de 357.379 ações (nota 1).

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	2021	2020
	401.806	397.183
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	48.202	43.579

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 1).

b.2 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 26).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

c.3 Reserva de benefício fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros da mesma. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R$ 1.938.301 (R$1.781.560 em 31 de dezembro de 2020).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.957.174	1.843.690
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(176.741)	(169.541)
(-) Constituição da reserva legal	(139.021)	(83.708)
Lucro líquido ajustado	2.641.412	1.590.441
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	660.353	397.611
Composição dos dividendos a pagar e JCP:		
Juros sobre capital próprio	1.047.590	1.053.006
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.047.590	1.053.006
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(142.977)	(152.456)
Total de dividendos e JCP líquidos	904.613	900.550

Imprensa Oficial · GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO · documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:16 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

DIÁRIO OFICIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

Durante o ano de 2021, foi distribuído o montante de R$1.047.500, conforme apresentado abaixo:

Provento JSCP	Aprovação	Pagamento
R$ 350.000	09/06/2021	20/07/2021
R$ 137.500	24/09/2021	27/10/2021
R$ 560.000	15/12/2021	25/01/2022

O saldo em 31 de dezembro de 2021 da rubrica de "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar", totalizando R$ 533.580 é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R$49.956 (R$43.026 em 31 de dezembro 2020) além do valor liquidado em 25 de janeiro de 2022, no montante de R$ 483.625 líquidos.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

► 26. Plano de incentivo de Longo Prazo

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016, Plano 2018-2020 e Plano 2021-2023

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo: "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016", "Plano 2018-2020" e "Plano 2021-2023" respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares* e/ou *restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2011-2013 estava condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acordado, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o fair value das opções e o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período vesting (carência).

Tabela Programa Opções de Ações (*Stock Options*)

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	nov/22	R$ 8,10	295.063	-	(182.511)	-	-	112.552
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out/21	R$ 8,45	21.771	-	(21.771)	-	-	-
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	R$ 13,42	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul/19	R$ 8,13	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set/18	R$ 8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago/17	R$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	**17.532.884**	-	-	**316.834**	-	**(204.282)**	-	-	**112.552**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas				**R$ 8,10**	-	-	-	-	-

Tabela Programa de Ações (*Performance Shares* e *Restricted Shares*)

Identificação Outorga	Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo no início do exercício	Outorgadas durante o exercício	Transferidas durante o exercício* – Volume Vested	Transferidas – Variação Performance	Transferidas – Adicional Dividendos	Pagas em Dinheiro* – Volume Vested	Pagas em Dinheiro* – Variação Performance	Pagas em Dinheiro* – Adicional Dividendos	Canceladas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R$ 12,96	-	3.431.610	-	-	-	-	-	-	(311.876)	3.119.734
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2020	796.054	abr/23	R$ 14,40	796.054	-	(206.576)	(51.834)	(8.953)	-	-	-	(70.378)	519.098
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2019	930.662	jul/22	R$ 11,28	687.896	-	(207.858)	(78.111)	(23.252)	-	-	-	(53.006)	427.030
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2018*	849.932	abr/21	R$ 14,41	199.594	-	(167.036)	(42.654)	(22.250)	(9.101)	(2.305)	(1.894)	(3.454)	-
Total	**6.008.258**			**1.683.543**	**3.431.610**	**(581.470)**	**(172.599)**	**(54.435)**	**(9.101)**	**(2.305)**	**(1.894)**	**(438.714)**	**4.065.862**

Preço médio ponderado do saldo de outorgas **R$ 12,96**

Os dados significativos incluídos no modelo, para as Outorgas de opções de ações foram:

Data de outorga	Preço Base – média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94% a.a
Outorga 2012	R$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,69% a.a
Outorga 2013	R$ 8,13	48,46% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2014	R$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2015	R$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10% a.a
Outorga 2016	R$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a

Nota: Os dados significativos são característicos de plano baseado em opções, considerando utilização do valor justo (*fair value*) como o método adequado para calcular as despesas com a remuneração por opções.

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.
- **Plano 2018-2020 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, no período de 01 de junho de 2019 à 30 de junho de 2019.
- **Plano 2018-2020 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, no período de 01 de março de 2020 à 31 de março de 2020.

(i) **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A., no período de 01 de março de 2021 à 31 de março de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R$22.212 (R$ 9.999 em 31 de dezembro de 2020).

► 27. Receita líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de roaming e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (unbilled) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que levam em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento.

As receitas de tráfego de interconexão e roaming são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 110.457.

Em relação à parceria financeira, foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC" e "Procedimento Arbitral", respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, "Requeridos"), por meio do qual discute-se a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, mini-modems, tablets e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos.

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho.

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

(i) venda de equipamentos; e

(ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho.

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 /CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato.

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 11) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	2021	2020
Receita líquida	18.058.027	17.267.812
Receita bruta	25.357.429	24.346.101
Receita de serviços	24.264.246	23.279.423
Receita de serviços – Móvel	22.433.225	21.522.135
Receita de serviços – Fixa	1.831.021	1.757.288
Venda de mercadorias	1.093.183	1.066.678
Deduções da receita bruta	(7.299.402)	(7.078.289)
Impostos incidentes	(4.673.722)	(4.534.582)
Descontos concedidos	(2.616.388)	(2.531.920)
Devoluções e outros	(9.292)	(11.787)

► 28. Custos e despesas operacionais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021 – Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	2021 – Despesas com comercialização	2021 – Despesas gerais e administrativas	2021 – Total	2020 – Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	2020 – Despesas com comercialização	2020 – Despesas gerais e administrativas	2020 – Total
	(8.443.023)	(4.621.798)	(1.723.384)	(14.788.195)	(7.996.615)	(4.443.027)	(1.656.267)	(14.095.909)
Pessoal	(92.214)	(676.479)	(387.736)	(1.120.429)	(98.024)	(632.231)	(313.400)	(1.003.655)
Serviços de terceiros	(550.039)	(1.763.360)	(668.641)	(2.982.040)	(587.835)	(1.743.644)	(532.044)	(2.863.523)
Interconexão e meios de conexão	(1.840.139)	-	-	(1.840.139)	(1.672.655)	-	-	(1.672.655)
Depreciação e amortização	(4.847.985)	(265.565)	(578.136)	(5.691.686)	(4.569.064)	(247.666)	(710.282)	(5.527.012)
Impostos, taxas e contribuições	(34.732)	(777.619)	(29.388)	(841.339)	(28.675)	(761.152)	(23.809)	(813.636)
Aluguéis e seguros	(362.171)	(109.781)	(20.082)	(492.034)	(316.650)	(107.550)	(15.743)	(439.943)
Custo das mercadorias vendidas	(731.007)	-	-	(731.007)	(756.080)	-	-	(756.080)
Publicidade e propaganda	-	(459.811)	-	(459.811)	-	(377.184)	-	(377.184)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(544.642)	-	(544.642)	-	(552.817)	-	(552.817)
Outros	(4.726)	(24.331)	(39.402)	(68.459)	(7.652)	(20.783)	(60.989)	(89.424)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

► 29. Outras receitas (despesas), líquidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas		
Receita de subvenção, líquida	13.546	17.427
Multas s/ serviços de telecomunicações	58.793	37.490
Receita na alienação de ativos (i)	2.711.535	5.375
Outras receitas	66.482	65.216
	2.849.358	125.508
Despesas		
FUST/FUNTTEL (ii)	(134.962)	(133.378)
Impostos, taxas e contribuições	(2.274)	(10.316)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(248.987)	(292.439)
Despesa na alienação de ativos (i)	(1.942.791)	(13.538)
Outras despesas	(22.573)	(32.823)
	(2.351.587)	(482.494)
Outras receitas (despesas), líquidas	497.771	(356.986)

(i) Representa a receita na alienação de 51% de participação acionária da I-Systems (antiga FiberCo) vendida à IHS no montante de R$ 2.709.251, que é composto pelo caixa (secundária) pago à TIM S.A. e o valor justo da participação minoritária de 49% que se mantém com a TIM S.A.

Nas despesas, o montante de 1.927.014 é representado pela baixa do acervo líquido baixado na TIM S.A. e integralizado como capital social na I-Systems, além da baixa do ágio e IR diferido relacionado ao ágio em função da alienação de 51% da I-Systems (antiga FiberCo). O ganho desta transação antes do IR e CS é de R$ 782.237. Vide nota 1.

(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

► 30. Receitas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas financeiras	1.091.749	432.287
Juros sobre aplicações financeiras	338.681	81.672
Juros de clientes	28.427	28.686
Juros swap	303.853	32.955
Juros sobre arrendamento	24.788	19.924
Atualização monetária (i)	208.029	110.970
Outros derivativos (ii)	285.009	155.165
Outras receitas	1.962	2.915

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais e administrativos e depósitos judiciais.

(ii) Trata-se da diferença entre o custo e o valor de mercado da opção de subscrição de ações referente à parceria do Banco C6, portanto o valor de marcação a mercado destes derivativos inclui ganho de R$285 milhões referente a opção de ações de direito da companhia obtida em função do atingimento de meta contratual definida em parceria operacional iniciada em 2020. O valor de mercado foi calculado com base em informações disponíveis na última transação de investimento realizada pelo parceiro e divulgado no mercado. As divulgações deste instrumento financeiro derivativo estão detalhadas na nota 37, o qual foi mensurado pelo valor justo, e será mensurado subsequentemente no resultado da Companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 27.

► 31. Despesas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Despesas financeiras	(1.795.213)	(1.232.781)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(99.183)	(70.392)
Juros sobre impostos e taxas	(61.745)	(43.311)
Juros swap	(352.028)	(45.970)
Juros sobre leasing	(845.033)	(768.263)
Atualização monetária (i)	(247.200)	(155.036)
Descontos concedidos	(52.506)	(33.725)
Outras despesas	(87.514)	(118.084)

(i) Parte substancial relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais, no montante de R$ 111.949, vide nota 24 (R$ 137.379 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

► 32. Variação cambial, líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas		
Empréstimos e financiamentos (ii)	215.262	-
Fornecedores	13.190	15.952
Swap (i)	275.836	305.012
Outros	16.640	43.155
	520.928	364.119
Despesas		
Empréstimos e financiamentos (ii)	(275.724)	(305.010)
Fornecedores	(20.081)	(45.901)
Swap (i)	(215.262)	-
Outros	(9.222)	(19.991)
	(520.289)	(370.902)
Variações cambiais, líquidas	639	(6.783)

(i) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 37).

(ii) Refere-se principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

► 33. Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	9.697	(694.395)
Contribuição social do exercício	26.538	(232.671)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	167.118	164.442
	203.353	(762.326)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	(255.972)	453.274
Contribuição social diferida	(93.432)	144.775
	(349.404)	598.049
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	-	(9.671)
	(349.404)	588.378
	(146.051)	(163.950)

A conciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.103.225	2.007.840
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(1.055.097)	(682.666)
(Adições) / exclusões:		
Adições, exclusões permanentes:		
Receitas não tributáveis	135.468	11.370
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(53.505)	(47.329)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	167.118	164.442
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	356.150	368.220
Venda I – Systems (antiga FiberCo) (ii)	(336.935)	-
Crédito de IR/CS sobre Selic de Indébito Tributário (iii)	534.804	-
Reversão Provisão de IR/CS TIM Nordeste (iv)	87.068	-
Outros valores	17.384	16.945
	909.046	518.648
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	(146.051)	(163.950)
Alíquota efetiva	4,71%	8,17%

(i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A TIM S.A possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:18 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

(ii) Referem-se aos impostos diferidos sobre o ágio baixado, conforme transação de venda descrita na nota 1, ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS. Vide nota 15.d.

(iii) Conforme mencionado na nota 9, em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pender de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 534 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

(v) No 2º trimestre de 2021, houve impacto positivo de R$ 87 milhões decorrente da baixa de ativo e reversão de provisão de IR/CSLL, constituída em 2000, em virtude de êxito parcial em processo administrativo relacionado à incorporação da empresa TIM Nordeste pela TIM Celular.

► 34. Lucro por ação

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O número de ações da TIM S.A. antes da reorganização societária era 2.420.447.019, um número equivalente ao número de ações ordinárias da TIM Participações na data da incorporação. Consequentemente o lucro por ação básico e diluído foram calculados considerando o impacto retrospectivo da alteração na quantidade de ações conforme IAS 33/CPC 41.

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da controlada	2.057.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.314	2.420.804
Lucro básico por ação (expresso em R$)	1,22	0,76

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.057.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.638	2.421.065
Lucro diluído por ação (expresso em R$)	1,22	0,76

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 324 milhares (261 milhares em 31 de dezembro de 2020) de ações relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 26.

► 35. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia são os seguintes:

Ativo	2021	2020
Telecom Italia Sparkle (i)	1.414	1.630
Gruppo Hewas (vi)	63.615	-
TI Sparkle (ii)	5.084	1.915
TIM Brasil (vii)	23.099	5.120
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.002	370
I Systems (ix)	5.879	-
Outros	674	674
Total	121.235	10.718

Passivo	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	71.285	75.317
Telecom Italia Sparkle (i)	3.639	10.578
TI Sparkle (ii)	10.205	7.393
TIM Brasil (iv)	6.558	6.145
Grupo Vivendi (v)	1.238	1.150
Gruppo Hewas (vi)	19.794	24.068
I Systems (viii)	31.896	-
Outros	4.585	2.797
Total	148.953	127.386

Receita	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.112	1.197
Telecom Italia Sparkle (i)	353	2.004
TI Sparkle (ii)	3.347	4.069
I Systems (ix)	5.681	-
Total	10.493	7.270

Custo/Despesa	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	106.137	110.407
Telecom Italia Sparkle (i)	19.219	27.486
TI Sparkle (ii)	20.533	19.923
Grupo Vivendi (v)	1.271	1.207
Gruppo Hewas (vi)	206.349	207.662
I Systems (viii)	31.896	-
Outros	22.697	22.206
Total	408.102	389.012

(i) Os valores referem-se a roaming, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-wholesale.

(ii) Os valores referem-se a roaming internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM S.A o direito de utilização da marca "TIM" mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% de receita líquida da companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.

(iii) Os valores referem-se a aluguel de links, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(iv) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.

(v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

(vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R$143.439 (R$ 195.117 em 31 de dezembro de 2020), estão relacionados aos repasses de mídia.

(vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(viii) Os valores referem-se a serviços de infraestrutura de fibra.

(ix) Os valores referem-se a serviços prestados pela TIM S.A., principalmente relativos à operação e manutenção de rede, no escopo do Contrato de Serviços de Transição, firmado no momento do closing da transação.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia investiu R$ 9.147 (R$ 4.829 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

► 36. Remuneração da Administração

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O pessoal-chave da Administração inclui diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo	31.494	23.949
Outros benefícios de longo prazo	1.052	4.544
Remuneração baseada em ações	15.176	6.343
	47.722	34.836

► 37. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a "hedge accounting".

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de swap.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bancas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescentes da exposição cambial em contratos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco no viés da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referenciais aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamento junto ao BNDES, e a exposição a taxa pré atrelada à dívida com o BNP Paribas, todos até o vencimento.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza previamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 ou receitas de serviços prestados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de crédito aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas da venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(v) Risco de Liquidez

- O risco de liquidez surge à partir da necessidade de caixa para as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.

- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para o garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de swap, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	198.027	208.787	345.660	36.166
Outros derivativos (i)	457.892	-	161.429	-
	655.919	208.787	507.089	36.166
Parcela circulante	(134.292)	(194.837)	(262.666)	(7.273)
Parcela não circulante	521.627	13.950	239.423	28.893

(i) Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representam a opção da Companhia de subscrever 4,08% das ações do capital do GS, onde a Grupo/Companhia pagou um prêmio de subscrição de ações no valor de R$17,7 milhões. Conforme requerimentos do IFRS9, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, corresponde a R$458 milhões e R$ 161 milhões, respectivamente. O impacto da marcação a mercado da opção de conversão de ações calculado de R$440,3 milhões representa a diferença de valor justo da opção menos o montante pago pelo prêmio de subscrição de ações. Esse instrumento financeiro foi mensurado ao valor justo e será verificado subsequentemente no resultado do exercício da companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 27.

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo
2023	39.335
2024	16.843
2025 em diante	465.449
	521.627

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 20 e 16.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	2021		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	4.679.528	655.919	5.335.447
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.679.528	655.919	5.335.447
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027	198.027
Outros derivativos	-	457.892	457.892
Títulos e valores mobiliários	4.679.528	-	4.679.528
Total do passivo	-	208.787	208.787
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	208.787	208.787
Instrumentos financeiros derivativos	-	208.787	208.787

	2020		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.077.499	502.089	2.579.588
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.077.499	502.089	2.579.588
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos	-	161.429	161.429
Títulos e valores mobiliários	2.077.499	-	2.077.499
Total do passivo	-	36.166	36.166
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	36.166	36.166
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166	36.166

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde esta disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

• Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.

• O valor justo de swaps de taxas de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

• Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de ofertas similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

31 de dezembro de 2021

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	9.472.377	5.335.447	14.707.824
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027	198.027
Outros derivativos	-	457.892	457.892
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.253.207	-	3.253.207
Títulos e valores mobiliários	-	4.679.528	4.679.528
Caixa e equivalentes de caixa	5.228.615	-	5.228.615
Arrendamentos	243.121	-	243.121
Depósitos judiciais	718.773	-	718.773
Outros valores a compensar	28.661	-	28.661

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	18.095.901	208.787	18.304.688
Empréstimos e Financiamentos	3.845.465	-	3.845.465
Instrumentos financeiros derivativos	-	208.787	208.787
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.653.218	-	2.653.218
Passivo de arrendamento	9.063.539	-	9.063.539
Dividendos e JSCP a pagar	533.580	-	533.580

31 de dezembro de 2020

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	6.726.810	2.579.588	9.306.398
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos	-	161.429	161.429
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.180.661	-	3.180.661
Títulos e valores mobiliários	-	2.077.499	2.077.499
Caixa e equivalentes de caixa	2.675.200	-	2.675.200
Arrendamentos	162.198	-	162.198
Depósitos judiciais	794.755	-	794.755
Outros valores a compensar	43.996	-	43.996

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	14.391.175	36.166	14.427.341
Empréstimos e Financiamentos	2.345.032	-	2.345.032
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166	36.166
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.128.732	-	3.128.732
Arrendamentos	8.378.635	-	8.378.635
Dividendos e JSCP a pagar	538.576	-	538.576

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados à taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos como a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

Em 31 de dezembro de 2021, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o rating disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro a seguir:

31 de dezembro de 2021

CONTRAPARTE						% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP	Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)*		Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	282.474	282.474	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% a 92,59% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	429.799	429.247	100%	3,32% a.a.	156% do CDI
USD	PRE x DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	559.650	559.933	100%	1,73% a.a.	CDI + 1,06%
BRL	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	515.166	517.843	100%	8,34% a.a.	CDI + 1,07%
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.696.999	1.696.999	100%	IPCA + 4,17% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	396.281	396.281	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

* Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2020

CONTRAPARTE						% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP	Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)*		Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	351.233	351.233	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,26% do CDI
EUR	PRE X DI	Bank of America	Bank of America	570.878	570.878	100%	0,33% a.a.	108,06% do CDI
USD	PRE X DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	1.031.526	1.031.526	100%	1,72% a.a.	134,43% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	399.725	399.725	100%	3,32% a.a.	156% do CDI

Impresa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:22 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), Libor e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, da Libor e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário sensibilidade		Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (1)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulado Swap	C) Resultado final (B-A)
	Dez./21	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
CDI	possível	3.388.105	(2.301)	3.388.105	(3.428.742)	(40.637)	(29.671)	(27.370)
	remoto	3.385.955	(4.451)	3.385.955	(3.455.013)	(69.058)	(58.092)	(53.641)
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
USD	possível	3.709.499	319.094	3.709.499	(3.401.372)	308.127	319.094	-
	remoto	4.028.593	638.187	4.028.593	(3.401.372)	627.221	638.187	-
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
Libor	possível	3.391.542	1.136	3.391.542	(3.401.372)	(9.830)	1.136	-
	remoto	3.392.677	2.271	3.392.677	(3.401.372)	(8.695)	2.271	-
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
IPCA	possível	3.277.656	(112.750)	3.277.656	(3.401.372)	(123.716)	(112.750)	-
	remoto	3.173.004	(217.402)	3.173.004	(3.401.372)	(228.368)	(217.402)	-

(1) (KFW Finnvera, Scotia, BofA, BNP, Debenture e BNDES)

Variável de risco	Cenário sensibilidade	CDI	USD	Libor	IPCA
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
CDI	possível	11,44%	5,5805	0,3433%	10,06%
	remoto	13,73%	5,5805	0,3433%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
USD	possível	9,15%	6,3210	0,3433%	10,06%
	remoto	9,15%	8,3708	0,3433%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
Libor	possível	9,15%	5,5805	0,4291%	10,06%
	remoto	9,15%	5,5805	0,5149%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
IPCA	possível	9,15%	5,5805	0,3433%	12,58%
	remoto	9,15%	5,5805	0,3433%	15,09%

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos swaps terão sua contrapartida refletidas na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2021 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de swap. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício

	2021	2020
Resultado líquido em operações de Derivativos	(87.601)	290.958
Resultado de operações com outros derivativos	285.009	155.165

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumariados:

	2021	2020
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 20 e 37)	3.398.532	1.879.109
Arrendamentos - Passivo (Nota 16)	9.063.539	8.378.835
Arrendamentos - Ativo (Nota 16)	(243.121)	(182.108)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(5.228.615)	(2.575.290)
FIC (Nota 5)	(4.568.020)	(2.070.438)
Dívida Líquida	2.422.116	5.450.018
Outros derivativos (nota 37)	457.882	161.429
Financiamento Licença 5G	843.028	-
Dívida Líquida - ajustada	3.723.026	5.611.447
LAJIDA (EBITDA) (1) (últimos 12 meses) – Ajustado	9.459.298	8.341.929
Índice de alavancagem financeira	0,39	0,67
Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:		
Lucro Líquido do exercício	2.957.174	1.843.690
Depreciações e amortizações	5.891.696	5.527.012
Resultado Financeiro Líquido	452.806	807.277
Imposto de renda e contribuição social	146.051	163.950
Equivalência patrimonial	11.572	-
LAJIDA (EBITDA) – Ajustado (i)	9.459.298	8.341.929

(i) Lajida ajustado: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização e equivalência patrimonial.

EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil)

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(465.922)
Ingressos	3.062.000	2.041.474	(296.464)
Cancelamentos	-	(202.379)	-
Encargos financeiros	167.857	858.260	148.177
Variações cambiais, líquidas	60.463	-	(80.574)
Pagamentos	(1.769.887)	(2.012.651)	227.651
	-	-	-
31 de dezembro de 2021	3.865.465	9.063.539	(447.132)

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2019	2.029.088	7.780.870	(42.106)
Ingressos	1.800.000	1.966.355	(161.429)
Remensuração	-	(443.608)	-
Encargos financeiros	90.500	797.569	13.016
Variações cambiais, líquidas	305.010	-	(305.012)
Pagamentos	(1.879.566)	(1.722.293)	29.610
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(465.922)

► 38. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	6.492	7.346

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia vem patrocinando planos de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social e do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de pensão, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios do SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo.

Plano Medico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.

Demonstramos a seguir a posição atuarial dos passivos e ativos relacionados aos planos de aposentadoria e assistência médica, em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33/IAS 19.

a) Efeitos na data base de 31 de dezembro:

	Planos						Totais	
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	2021	2020
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/21	(*)		(*)					
Valor presente das obrigações atuariais	38.869	9.176	119	672	14.100	3.231	66.167	68.362
Valor justo dos ativos do plano	(56.478)	(14.739)	(405)	-	(11.511)	-	(83.133)	(80.856)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.609)	(5.563)	(286)	672	2.589	3.231	(16.966)	(11.494)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	-	2.327	168	-	-	-	2.495	2.023
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.609)	(3.236)	(118)	672	2.589	3.231	(14.471)	(9.471)

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além do que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Passivo (ativo) atuarial em 31/12/20	(15.731)	(1.360)	(267)	856	2.145	4.343
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(1.063)	(90)	(20)	57	160	535
Contribuições da patrocinadora	-	-	-	(45)	-	(8)
(Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidas	(815)	(1.786)	169	(196)	284	(1.639)
Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/21	(17.609)	(3.236)	(118)	672	2.589	3.231

c) Reconciliação do valor presente das obrigações

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor das obrigações em 31/12/20	41.852	10.072	147	856	12.080	4.343
Custo do serviço corrente	17	-	-	-	-	213
Juros sobre obrigação atuarial	2.743	640	10	57	388	322
Benefícios pagos no ano	(2.898)	(768)	(9)	(45)	(605)	(8)
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações	(2.845)	(768)	(29)	(196)	1.747	(1.639)
Valor das obrigações em 31/12/21	38.869	9.176	119	672	14.100	3.231

d) Reconciliação do valor justo dos ativos

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor justo dos ativos em 31/12/20	57.479	12.998	434	-	9.945	-
Benefícios pagos no ano	(2.898)	(768)	(9)	-	(605)	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	3.799	834	29	-	708	-
Ganho (perda) atuarial com ativos do plano	(1.902)	1.675	(49)	-	1.463	-
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no plano	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos em 31/12/21	56.478	14.739	405	-	11.511	-

e) Despesas previstas para 2022

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Custo do serviço corrente (com juros)	4	-	-	-	-	121
Juros sobre as obrigações atuariais	5.289	769	10	57	1.242	290
Rendimento esperado dos ativos	(4.841)	(1.257)	(35)	-	(1.008)	-
Juros sobre o efeito do limite do (ativo)/passivo	1.552	284	10	-	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	4	(204)	(15)	57	234	411

Premissas atuariais adotadas nos cálculos

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial	PBS Sul: 8,81% / 5,13%; PBS Nordeste: 8,84% / 5,16%; CA: 8,87% / 5,13%; PBS-A: 8,78% / 5,10%; AES: 9,02% / 5,33%; PAMEC: 8,81% / 5,13%; FIBER: 9,02% / 5,33%
Taxa de crescimento salarial nominal	PBS: 3,30% / 0,00% CA, PBS-A, AES, PAMEC e FIBER: Não Aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral:	PBS, CA, PAMEC e FIBER: AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%;
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	PBS e Fiber: Álvaro Vindas; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa de rotatividade esperada:	PBS: Nula; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável; FIBER: 0,15/ (tempo de serviço + 1), sendo nula a partir dos 50 anos
Probabilidade de ingresso em aposentadoria:	PBS e FIBER: 100% na 1ª elegibilidade; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa estimada de inflação no longo prazo	PAMEC e FIBER: 6,60% / 3,00%
Método de apuração	Método do Crédito Unitário Projetado

► 39. Seguros

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R$500.000
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R$ 30.001
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativa (Danos Materiais e Danos Corporais) e R$100 para Danos Morais.

► 40. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Transações que não envolvem caixa			
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(1.920.392)	(1.315.151)	(1.315.151)
Adições ao intangível - aquisição de licenças	2.682.489	-	-

A TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, o Capex registrado referente às licenças e as obrigações relacionadas é de R$ 3.584 milhões. Sendo o valor de R$ 2.682 milhões em contra partida de autorizações a pagar e o R$ 902 milhões com impacto no caixa.

► 41. Eventos subsequentes

Sr. Alberto Mario Griselli nomeado como CEO da TIM S.A.

A TIM S.A, em continuidade com o Fato Relevante publicado em 21 de janeiro de 2022, comunicou que em 31 de janeiro de 2022, seu Conselho de Administração aceitou a renúncia do Sr. Pietro Labriola aos cargos de Diretor Presidente ("CEO") e Conselheiro de Administração da Companhia.

O Conselho da Companhia posteriormente nomeou o Sr. Alberto Mario Griselli para substituir o Sr. Labriola nos cargos de CEO e membro do Conselho de forma efetiva e imediata. A eleição do Sr. Griselli para o Conselho da Companhia precisa ser confirmada pela próxima Assembleia Geral Ordinária da TIM.

O cargo de Chief Revenue Officer ("CRO") anteriormente ocupado pelo Sr. Griselli ficará temporariamente vago, e o CEO acumulará suas responsabilidades.

O Sr. Griselli é formado em Engenharia Eletrônica pela La Sapienza University em Roma e FMBA pela Columbia University. Com mais de 20 anos de experiência no setor de telecomunicações, ocupou cargos relevantes como vice-presidente para América Latina da TIMwe, fornecedora global de soluções de engajamento móvel para operadoras de telecomunicações, e Managing Director para América Latina da Value Partners, empresa de consultoria de gestão. O Sr. Griselli ocupava o cargo de CRO na TIM desde 30 de julho de 2019.

Anatel concede anuência prévia para transferência de controle das atividades de telefonia móvel da Oi

A TIM S.A. tomou conhecimento que em sessão pública extraordinária do seu Conselho Diretor ocorrida em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, por unanimidade, concedeu anuência prévia à implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[1], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Transação").

A anuência prévia prevê determinados condicionantes em linha com uma transação dessa natureza, as quais visam principalmente garantir o acesso de prestadoras de pequeno porte às redes de abrangência nacional, manter compromissos vinculados às radiofrequências transferidas, estabelecer os parâmetros mínimos do plano de comunicação ligado à Transação e assegurar aos usuários certos direitos nas etapas de migração.

A conclusão da Transação ainda depende do cumprimento de outras condições precedentes, incluindo a aprovação do Ato de Concentração nº 08700.000726/2021-08 pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados do andamento das aprovações, nos termos da Resolução CVM nº 44/21 e da legislação aplicável.

[1] Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).

CADE aprova a aquisição pela TIM da maior parte dos ativos da operação de telefonia móvel da Oi

Em 9 de fevereiro de 2022, o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, aprovou a implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[1], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel", "Vendedora"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.

A aprovação prevê um conjunto de condicionantes, em sua maioria comportamentais, e que compunham uma proposta de Acordo em Controle de Concentração ("ACC") feita pelas Compradoras ao CADE. Esses condicionantes tem um caráter modular e podem ser utilizados por novos entrantes e operadoras de menor porte para reduzir barreiras de entrada e alavancar a exploração de diferentes modelos de negócios, sem afetar o objetivo primário da TIM de fortalecer sua infraestrutura, fechando a disparidade de capacidade espectral em relação a seus principais concorrentes. Desta maneira, a Companhia entende que foi atingido um equilíbrio entre criação de valor e mitigação das preocupações concorrenciais para o setor que o ACC endereça.

A efetiva conclusão da transação, que definirá um equilíbrio de infraestrutura entre as três principais concorrentes do setor, ainda depende do cumprimento de determinadas etapas previstas no Contrato de Compra e Venda[2]. Entretanto, uma vez ocorrida trará benefícios amplos, mantendo alto grau de rivalidade setorial e garantindo os investimentos necessários para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e o avanço digital do país.

Para TIM e seus acionistas, os benefícios se materializarão por meio de geração de receitas incrementais e eficiências em virtude de sinergias operacionais. Para nossos clientes atuais e aqueles da Oi Móvel que passaremos a servir, haverá uma significativa melhoria na experiência de uso e qualidade do serviço prestado a partir de uma infraestrutura mais robusta. Este será um marco na trajetória da TIM na transformação da empresa na operadora preferida dos consumidores no Brasil.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados sobre fatos relevantes relacionados a esta Transação, nos termos da Resolução CVM nº 44 e da legislação aplicável.

1. Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).
2. Contrato de Compra e Venda de ações e outras avenças para UPI Ativos Móveis assinado em 28 de janeiro de 2021.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:25 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Durante** - Presidente
Alberto Mario Griselli - Membro
Agostino Nuzzolo - Membro
Claudio Giovanni Ezio Ongaro - Membro
Elisabetta Paola Romano - Membro
Flavia Maria Bittencourt** - Membro
Gesner José de Oliveira Filho** - Membro
Herculano Aníbal Alves** - Membro
Michele Valensise - Membro
Sabrina Di Bartolomeo - Membro

**Membros Independentes

CONSELHO FISCAL

Membro Efetivo	Membro Suplente
Walmir Kesseli – Presidente	**Heinz Egon Lowen**
Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro	**Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães**
Josino de Almeida Fonseca	**João Verner Juenemann**

DIRETORIA

Alberto Mario Griselli - Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*
Camille Loyo Faria - Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores
Leonardo de Carvalho Capdeville - *Chief Technology Information Officer*
Bruno Mutzenbecher Gentil - *Business Support Officer*
Maria Antonietta Russo - *Human Resources & Organization Officer*
Jaques Horn - Diretor Jurídico
Mario Girasole - *Regulatory and Institutional Affairs Officer*

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Gesner José de Oliveira Filho**
Coordenador
Flavia Maria Bittencourt**
Membro
Herculano Aníbal Alves**
Membro

**Membros Independentes

CONTADORA RESPONSÁVEL

Marcela de Paiva Sussuna
CRC RJ - 102467/O-5 - CPF 008.902.117-01

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia Ernst& Young Auditores Independentes S/S ("EY"), sem ressalvas, emitido no dia 23 de fevereiro de 2022, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia estão todas em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 23 de fevereiro de 2022.

WALMIR KESSELI - Presidente do Conselho Fiscal
JARBAS T. BARSANTI RIBEIRO - Membro do Conselho Fiscal
JOSINO DE ALMEIDA FONSECA - Membro do Conselho Fiscal

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") foi criado pela Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações S.A. ("TPART"), em 12 dezembro de 2013. Em 31 de agosto de 2020, com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo no País, a TPART foi incorporada por sua subsidiária integral, TIM S.A. ("Companhia" ou "TIM"), que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, mantendo a mesma estrutura de governança corporativa, de controles internos, de sistemas, e o mesmo arcabouço jurídico. Como consequência desse movimento de reorganização societária, o CAE da TIM manteve a mesma estrutura do CAE da TPART, e dos conteúdos de atividades, aos planos de trabalho e às análises que vinham sendo conduzidas por este último.

O CAE da TIM é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, que busca as melhores práticas da Governança Corporativa, conforme recomendado, e regido pela Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução Normativa CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, e demais regulações aplicáveis.

O CAE é formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, para o mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos.

Cumpre esclarecer que a função de membro do CAE é indelegável, devendo ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos.

A eleição dos novos conselheiros de administração ocorreu na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de março de 2021. Para o mandato 2021/2023, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE: Sra. Gesner José de Oliveira Filho (Coordenador), Flavia Maria Bittencourt e Herculano Aníbal Alves (especialista em contabilidade societária), todos caracterizados como independentes segundo o critério definido pelo regulamento do Novo Mercado da B3.

O CAE tem como atribuições ordinárias supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou sua controlada, de um lado, e, de outro lado, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.

Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act* ("SOx"), ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission* ("SEC"), por possuir *American Depositary Receipts* (ADRs) na *The New York Stock Exchange* ("NYSE") desde 18 de novembro de 1998.

O CAE possui dotação orçamentária anual, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, para custear ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

O presente Relatório é emitido em observância ao previsto pelo inciso IX, do Artigo 14, do Regimento Interno do CAE, e conforme regra estabelecida pela CVM.

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM em 2021

O CAE reuniu-se sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, 20 (vinte) reuniões do CAE que contemplaram 147 (cento e sete) itens de Ordem do Dia (sessões). As reuniões tiveram duração média de 1 (uma) hora e 52 (cinquenta e dois) minutos cada e, durante as discussões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidores, além dos demais membros da Diretoria Executiva, os Diretores das áreas de Auditoria Interna e de Compliance, e os Auditores Independentes. Acerca reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes:

I. Analisou o plano anual de trabalho dos auditores independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas por estes em 12 (doze) sessões durante o ano de 2021. A Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo encerrado em 31 de dezembro de 2021, e pelo planejamento e execução das auditorias referentes às informações trimestrais ("ITRs"), conforme as normas reconhecidas, bem como pela revisão especial das ITRs, enviadas à CVM. Seu parecer assegura que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). A EY foi, ainda, responsável pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia.

II. Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 10 (dez) sessões durante o ano de 2021, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas, e avaliou, mediante a aplicação de questionário de avaliação previamente aprovado pelo CAE, o desempenho da Auditoria Interna da Companhia.

III. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, em 9 (oito) sessões durante o ano de 2021, a fim de, entre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentam elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, sobretudo em relação aos controles internos que sustentam a certificação *Sarbanes-Oxley* ("SOx").

Em relação aos controles internos, foram objeto de acompanhamento e recomendações pelo CAE os seguintes principais temas: (i) monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhorias; (ii) análise do processo de certificação dos controles internos – SOx junto aos administradores e aos Auditores Independentes; (iii) procedimentos da Companhia para cumprimento integral dos requisitos da SOx e monitoramento intensivo dos planos de remediação relativos às deficiências apontadas pela auditoria independente em relação ao processo de Certificação SOx na Companhia.

O CAE constatou que os controles internos são implementados em consonância com a natureza, complexidade e necessidade das operações e, diante das informações prestadas pela Diretoria Executiva, pela Auditoria Interna e pelos auditores independentes, verificou não existir qualquer fato relevante ou de natureza grave que possa colocar em risco o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

IV. O CAE informou-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o CAE teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar suas implementações, e a execução das recomendações de melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles. Com base nas informações às quais teve acesso, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se sujeitam as transações. O CAE tem ciência e a importância da melhoria contínua no sistema de controles internos.

V. Acompanhou e supervisionou os trabalhos desenvolvidos pela área de Compliance da Companhia, em 9 (nove) sessões, com destaque aos assuntos relacionados a: (i) SOx Compliance, por meio de monitoramento de deficiências apontadas pelo Auditor Independente e pela administração da Companhia; (ii) Compliance de Tecnologia da Informação e Segurança Corporativa, ressaltando os riscos de *Cyber Security* e debatendo sobre a implementação na Companhia das adaptações requeridas pela Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"); (iii) Compliance de Processos Comerciais e gerais da Companhia; fraude e corrupção, garantindo a aderência às leis, normas, padrões e regulamentos internos e externos. No âmbito do Programa de Integridade e Anticorrupção da Companhia, o CAE também acompanhou o processo visando a manutenção da Certificação ISO 37001 concedida em 2020.

VI. Tomou conhecimento das principais alterações propostas no âmbito regulatório e as mudanças institucionais previstas, bem como os principais aspectos dos cenários político e econômico, com destaque para os riscos e desafios da conjuntura atual que possam impactar a Companhia. Para tanto, tem acompanhado os principais macroindicadores que auxiliam uma avaliação de riscos do ambiente externo para a Companhia no limite daquilo que é previsível pelas melhores técnicas quantitativas e qualitativas.

VII. No desempenho de suas atividades, o CAE acompanhou regularmente questões relacionadas à: (i) Satisfação do consumidor e qualidade dos serviços e do atendimento; (ii) Estímulo à inovação aplicada a produtos e serviços; (iii) Transparência e prestação de contas aos stakeholders; (iv) Ética nos negócios; (v) Inclusão digital; (vi) Diálogos e comunicação com públicos de relacionamento; (vii) Gestão de produtos eletrônicos; (viii) Investimento em infraestrutura; e (ix) Desenvolvimento de novas tecnologias.

VIII. No decorrer de 2021, o CAE analisou relatórios de *Enterprise Risk Management* ("ERM") da Companhia com foco no monitoramento do plano de trabalho para revisão e atualização dos fatores de risco publicados pela Companhia, gestão dos riscos financeiros, apetite de risco da Companhia e adequação dos fatores de riscos constantes no Formulário de Referência da Companhia, no inventário dos riscos SOx/CVM. Este tema foi tratado em 6 (seis) sessões durante o ano de 2021. A estrutura de gestão de riscos da Companhia prevê a análise pelo CAE com base no exame realizado pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"). Ambos são órgãos de governança vinculados ao Conselho de Administração conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia.

IX. Dentre as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, o Comitê examinou, avaliou e opinou, previamente, sobre 11 (onze) contratos de naturezas diversas entre a Companhia, de um lado, e partes relacionadas, de outro lado. Todas as contratações seguiram estritamente o processo de governança necessário para atender tanto às normas da Companhia internas da Companhia, quanto à regulamentação da CVM e da SEC. As informações relevantes sobre as contratações estão devidamente divulgadas no Formulário de Referência da Companhia.

X. No âmbito de suas atribuições, o CAE analisou, em 9 (nove) sessões durante o ano de 2021, os relatórios referentes às denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias da Companhia e as respectivas ações de melhoria previstas. Os relatórios, que são divididos por tipologia, foram arquivados na sede da Companhia.

XI. Além das 20 (vinte) reuniões informadas, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE participaram de 2 (duas) reuniões privadas, de 1 (uma) hora cada, com a área de Auditoria Interna da Companhia, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para avaliação de possíveis cerceamentos ou risco da quebra de independência, de qualquer tipo de ingerência da administração, dando abertura ao Comitê para externar eventuais preocupações que precisem ser avaliadas no desenvolvimento dos trabalhos da auditoria.

3. Assuntos Discutidos com os Auditores Independentes considerando a forma de apresentação do Relatório da Auditoria (NBC TA 701)

Conforme determinado pelas normas de auditoria (NBC TA 260), que dispõem sobre a comunicação com os responsáveis pela governança da Companhia, o auditor deve comunicar, dentre outros, o quanto segue: (i) suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis; (ii) visão geral do seu Plano de Auditoria para o exercício; (iii) sua visão sobre os aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da Companhia, incluindo políticas e estimativas contábeis, e divulgações nas demonstrações contábeis; (iv) dificuldades significativas encontradas durante a auditoria, se houver; (v) aspectos de independência, incluindo confirmação formal sobre sua independência em relação à Companhia; (vi) comunicação, por escrito, aos responsáveis pela governança, das constatações significativas decorrentes da auditoria; e (vii) conforme determinado pela NBC TA 701, comunicar quais os Principais Assuntos de Auditoria ("PAAs") a serem considerados no Relatório do Auditor Independente.

Diante do exposto acima, visando cumprir com o protocolo e/ou requerimento de comunicação entre os auditores e os responsáveis pela governança da Companhia, o CAE mantem reuniões periódicas com os Auditores Independentes da Companhia, com objetivo de acompanhar o andamento dos trabalhos dos auditores em relação às demonstrações financeiras da Companhia e sobre os controles internos de relatórios financeiros (SOx), de forma que todos os assuntos acima, entre outros, foram formalmente avaliados pelo CAE junto aos Auditores Independentes.

Especificamente em relação aos PAAs, o CAE interagiu com os Auditores Independentes com o objetivo de entender o julgamento dos Auditores para determinação desses assuntos como PAAs, bem como o entendimento da abordagem de auditoria definida pelos Auditores Independentes como resposta de auditoria a esses PAAs.

Por fim, além de toda a interação com os Auditores Independentes, o CAE realizou as seguintes atividades ao longo do ano para avaliação das áreas consideradas como PAAs pelos Auditores Independentes:

3.1. Provisão para contingências tributárias (nota explicativa 24 - "Provisão para processos judiciais e administrativos")

O CAE reviseu trimestralmente a evolução das contingências tributárias e acompanhou as prognósticos fornecidos pelos responsáveis pelas áreas Tributária, Cível, Trabalhista e Regulatória da Companhia.

3.2. Impacto na venda de participação da Companhia na I-System (anteriormente denominada FiberCo)

O CAE manteve diversas interações com a administração da Companhia para avaliação e acompanhamento dos impactos contábeis ocasionados pelo fechamento da transação.

4. Outras Atividades

4.1. Revisão do Formulário 20-F e do Formulário de Referência

Com relação aos trabalhos da revisão do Formulário 20-F (SEC) e do Formulário de Referência (CVM), os membros do CAE se reuniram formalmente, no total, 2 (duas) vezes entre os meses de março e junho de 2021, com executivos da Companhia.

4.2. Avaliação do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas

Os membros do CAE se reuniram com executivos da Companhia para avaliar a adesão da Companhia a determinadas práticas de governança previstas no Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas, em atendimento à Instrução Normativa CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que alterou e acrescentou dispositivos à Instrução Normativa CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

4.3. Autoavaliação do CAE

Os membros do CAE submeteram-se a questionário de autoavaliação de desempenho de suas atividades, conforme as melhores práticas de governança existentes no mercado nacional e estrangeiro. Com base nas respostas apresentadas, os membros do CAE procuraram aprimorar e tornar mais eficientes as atividades desenvolvidas durante o ano de 2021, objetivando um processo de evolução constante e permanente.

4.4. Avaliação dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna

Os membros do CAE procederam à avaliação da qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna da Companhia, por meio de questionários de avaliação previamente aprovados pelo CAE.

5. Conclusões e recomendações

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021").

Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela EY, e a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, o CAE concluiu que essas informações e documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia.

Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), de 23 de fevereiro de 2022.

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

HERCULANO ANÍBAL ALVES
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

FLAVIA MARIA BITENCOURT
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*), **Camille Loyo Faria** (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo** (*Human Resources & Organization Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que revisam, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*

CAMILLE LOYO FARIA
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer

JAQUES HORN - Diretor Jurídico

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*), **Camille Loyo Faria** (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo** (*Human Resources & Organization Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que revisam, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*

CAMILLE LOYO FARIA
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer

JAQUES HORN - Diretor Jurídico

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:28 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **TIM SIA** Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tim S/A ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesse data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras.

Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para contingências tributárias

Conforme divulgado na nota explicativa 24 das demonstrações financeiras, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, no montante de R$16.738 milhões, em 31 de dezembro de 2021, para os quais foi constituída provisão no montante de R$430 milhões. Enquanto o valor de R$16.309 milhões foi divulgado pela Companhia como perdas possíveis de ocorrer, em linha com os requerimentos do "CPC 25 (IAS37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes".

A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgados depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais.

Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, qualquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer impactos relevantes às demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e eficácia dos controles internos da Companhia para identificação e avaliação das contingências tributárias, incluindo o processo da Companhia na determinação dos prognósticos de perda das contingências tributárias e sobre a informação produzida pelo sistema de tecnologia que apoia este processo; (b) para teste da avaliação da Companhia sobre o prognóstico de perdas dos processos tributários, envolvemos nossos especialistas em assuntos tributários para auxiliar-nos na avaliação dos prognósticos realizados por advogados externos para as contingências tributárias mais significativas da Companhia; obtivemos e analisamos opiniões legais junto a todos os consultores jurídicos internos e externos, realizamos reuniões e obtivemos representações por parte da diretoria da Companhia com relação à avaliação dos principais processos tributários; e (c) revisão da adequação das divulgações incluídas pela Companhia na nota explicativa nº 24 às demonstrações.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e a divulgação das contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Alienação de 51% mantido na investida I-System (anteriormente conhecida como FiberCo Soluções Infraestrutura S/A)

Conforme descrito na nota explicativa 1 das demonstrações financeiras, em 16 de novembro de 2021, a Companhia vendeu 51% de participação que mantinha na I-System. A venda gerou um ganho de R$782 milhões, que foi mensurado pela diferença entre o valor justo da consideração recebida e o valor contábil dos ativos e passivos líquidos da I-System. A determinação do valor contábil dos ativos e passivos líquidos da I-System envolveram identificação e mensuração dos ativos, passivos e ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocados à I-System na data da venda.

Auditar a contabilização da Companhia relativa à venda de 51% do investimento mantido na I-System foi complexo devido o julgamento significativo aplicado pela diretoria para determinação do montante do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocado a I-System, a natureza da transação e significativo julgamento exercido pela diretoria na avaliação dos impactos contábeis relativos a perda de controle e do contrato de prestação de serviço entre as partes.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e testamos a eficácia dos controles internos mantidos pela Companhia para avaliar a transação de venda de 51% de participação na I-System. Por exemplo, lemos as atas de reunião da diretoria sobre a contabilização dos efeitos da venda e cálculo do ganho líquido de impostos e controles da diretoria sobre a revisão de assuntos chave, dados e premissas utilizados pela diretoria na determinação da alocação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura à I-System.

Para testar a avaliação efetuada pela diretoria sobre a venda, nossos procedimentos incluíram, entre outros: inspeção dos contratos relacionados a transação; avaliação da razoabilidade dos julgamentos aplicados pela diretoria e teste de acurácia da matemática sobre o cálculo do ganho na venda (líquido de impostos); avaliamos os assuntos chave e dados utilizados pela diretoria na determinação da alocação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocado à I-System através de inspeção documental e avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia; avaliamos o julgamento da diretoria sobre os critérios para contabilização dos impactos relativos à perda de controle através da avaliação de possíveis evidências contrárias nos documentos anexados à transação bem como a avaliação da diretoria sobre o contrato de prestação de serviço à luz do CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamentos. Nós também envolvemos profissionais de impostos para avaliar os impostos federais associados a venda e também avaliamos a adequacidade das divulgações efetuadas pela Companhia relativas a venda de 51% do investimento mantido na I-System.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os impactos contábeis relacionados a alienação de 51% de participação societária na FiberCo, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração dos impactos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo de auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Fernando Alberto S. Nogueiras
Contador CRC-1SP133169/O-0

Id: 2375929

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas

RIOCENTRO S.A. - Centro de Feiras, Exposições e Congressos do Rio de Janeiro

CNPJ nº 42.587.568/0001-09 - NIRE: 33.3.0007331-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Convidamos os Senhores acionistas do RIOCENTRO S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no dia 03/03/2022, às 15hs na Rua Maia de Lacerda, 167 - 4º andar - Estácio, RJ/RJ, com a seguinte pauta: 1) Alteração do Art. 4º do Estatuto Social. Maria Isabel Werneck da Silva - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2375384

UNIMED NOVA IGUAÇU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.

CNPJ: 28.714.533/0001-84

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DIGITAL DE 26/03/2022

Pelo presente Edital, ficam convocados os médicos cooperados da UNIMED Nova Iguaçu Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária - AGO, a se realizar por meio HÍBRIDO, no dia 26 de março de 2022, utilizando-se as plataformas ZOOM e CURIA a partir das 09:30 horas da manhã e apresentação e divulgação da eleição no Centro Social São Vicente (Patronato) - situado à R. Gov. Portela, 382 - Centro, Nova Iguaçu - RJ, 26221-030 às 18:00h. Às 8 horas, em 1ª convocação com a presença de 2/3 cooperados, às 8h30min, em 2º convocação com a presença de metade mais 01 (um) dos cooperados e às 9 horas, em 3º e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) cooperados, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Resultado da eleição dos membros do Conselho Fiscal (efetivos e suplentes), para cumprimento de um mandato, conforme o Estatuto Social em vigor; 2) Prestação de contas do exercício findo em 2021 a partir das 18h, compreendendo o Relatório da Gestão, o Balanço, o Demonstrativo da Conta de Sobras e Perdas e os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal; 3) Destinação das sobras ou rateio das perdas; 4) Fixação do valor dos honorários da Diretoria Executiva e das cédulas de presença por comparecimento às reuniões para os componentes dos Órgãos da Administração; 5) Previsão orçamentária para o exercício social subsequente; 6) Panorama Histórico da Gestão; 7) Instituto Unimed Nova Iguaçu; 8) Informações sobre Recursos Próprios: Unipasa, Hospital Unimed, Laboratório, CAMU e Centro Oncológico; 9) Autorização para Reforma do Estatuto; 10) Assuntos Gerais. **NOTAS:** a) a eleição para os cargos do Conselho Fiscal se dará ao dia **25 de março no período de 08:00 às 17:00h** entre aqueles candidatos que se inscreverem até o dia 10/03/2022 e apresentarem os documentos previstos no art. 82, § 5º, § 6º a), b) e c), do Estatuto Social, bem como serão preservados os já inscritos até o dia 18 de março de 2020, tudo em atendimento ao edital anterior; b) O número de cooperados em condições de votar: 563, sem impedimentos, para efeito de cálculo do *quórum* de instalação; c) a posse ocorrerá no dia da Assembleia Geral Ordinária, conforme art. 86 do Estatuto Social; d) o acesso à assembleia digital, a se realizar por meio das plataformas ZOOM e CURIA se dará mediante disponibilização, em até 2 (dois) dias antes, por *e-mail*, com as orientações devidas de acesso aos *links*, encaminhado a todos os participantes, que no dia e horário designados para realização da assembleia deverão acessá-los; e) os documentos referentes ao primeiro item da Ordem do Dia serão encaminhados previamente por *e-mail*; f) a votação para eleição dos membros do Conselho Fiscal será realizada de 8h às 17h no dia 25 de março por sistema eletrônico utilizando-se a plataforma CURIA, garantido o sigilo ao voto, sendo disponibilizado previamente acesso ao *login* e senha a todos os Representantes-Delegados; g) para participar da Assembleia Geral Ordinária por meio digital, o cooperado deverá realizar seu cadastro através do formulário *online* disponível no *link* https://forms.office.com/r/qXP7FSNbBr, até 15 dias (10/03/2022) antes da AGO, o formulário também pode ser acessado pelo QRCode: h) para fazer perguntas pertinentes a Assembleia Geral Ordinária, o cooperado deverá fazer sua solicitação pelo *chat* e aguardar (ordem de recebimento), e, assim que o presidente autorizar, será liberado o microfone para que o mesmo se pronuncie; i) o registro de presença se dará mediante a utilização da plataforma **CURIA.** Nova Iguaçu, 24 de fevereiro de 2022. **Dr. Joé Gonçalves Sestello** - Diretor-Presidente.

Id: 2375980

INSTITUTO DE UROLOGIA E NEFROLOGIA LTDA
CNPJ 30.119.697/0001-85

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária. Max Velmovitsky, Diretor Presidente do Instituto de Urologia e Nefrologia Ltda., convoca os senhores quotistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na Rua Quinze de Novembro, 106, salas 401 a 403, Centro, Niterói, CEP: 24020-125, com vistas à eleição de Diretor Presidente e de Diretor Tesoureiro, para o período de 12 de março de 2022 a 12 de março de 2024. Em primeira convocação, a assembleia será realizada no dia 03 de março de 2022, às 11:00, e, caso necessário, em segunda convocação, a assembleia será realizada no dia 11 de março de 2022, às 11:00.

Id: 2375674

AREAL BARROSO EIRELI
CNPJ: 36.086.783/0002-04
CONCESSÃO DE LICENÇA

AREAL BARROSO EIRELI torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA AMBIENTAL INTEGRADA LAI nº IN052606, com validade até 13 de janeiro de 2024, que aprova localização e implantação da infraestrutura para futura extração de areia em cava molhada, com emprego direto na construção civil, segundo os processos minerários da ANM n° 890.464/2015, 890.465/2015 e 890.466/2015, na ESTRADA RETA DOS QUATRO-CENTOS, LOTES 495 E 498 - PIRANEMA, município ITAGUAÍ. **Processo n° E-07/002.1033/2016.**

Id: 2375544

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAERJ

CNPJ 29.521.473/0001-16

DECLARAÇÃO - ATESTADO DIGITAL DE NÃO SIMILARIDADE

De acordo com o disposto no Decreto nº 45.237 de 29/04/2015, que altera o artigo 3º da Lei nº 6.979/2015, de 31/03/2015, **DECLARO** os atestados de não similaridade emitidos abaixo:

CÓDIGO AUTENTICIDADE	CNPJ REQUERENTE	NCM
2.418.25.02/2022-RJ	00.835.301/0006-40	8479.89.99
2.419.25.02/2022-RJ	11.790.941/0001-92	8415.90.90
2.420.25.02/2022-RJ	11.790.941/0001-92	8415.90.90
2.421.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.422.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8413.30.90
2.423.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.424.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.425.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8481.80.99
2.426.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8514.30.90
2.427.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.428.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.429.25.02/2022-RJ	95.422.218/0010-31	9506.99.00

Rio de Janeiro, RJ, 25 de fevereiro de 2022
MARIO SCANGARELLI - Diretor Executivo CAERJ

Id: 2375977

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS. Ficam convocados os Senhores Acionistas da TIM S.A. ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404/76, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada exclusivamente de forma presencial no dia 29 de março de 2022, às 14h30, na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, Térreo - Auditório, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, a fim de de-

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:31 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.
JUCERJA

DocuSign Envelope ID: FD213557-873E-41D6-888B-5A782F45CAB5

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **HEINZ EGON LOWEN**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 691.784-4, expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 017.339.239-34, domiciliado na Rua Baruch Spinoza, nº 274, na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, venho, por meio deste, tomar posse como membro suplente do Conselho Fiscal da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 29 de março de 2022, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia, além do Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Blc. 01, Salas 501 a 1208, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-057.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

DocuSigned by:
Heinz Egon Lowen
245076B332D741D...

HEINZ EGON LOWEN

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: FD213557873E41D6888B5A782F45CAB5 Status: Concluído

Assunto: DocuSign: 1.1 - TSA AGOE 29.03.2022 - Termo de Posse e Declaração - CF - Heinz Egon Lowen.doc

Envelope fonte:

Documentar páginas: 1
Certificar páginas: 5
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 1
Rubrica: 0

Remetente do envelope:
André De Magalhães Gemino
Av. João de Cabral de Mello Neto, 850
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 22775-055
agemino@timbrasil.com.br
Endereço IP: 163.116.228.60

Rastreamento de registros

Status: Original
30/03/2022 16:40:21

Portador: André De Magalhães Gemino
agemino@timbrasil.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Heinz Egon Lowen hegon.lowen@gmail.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Heinz Egon Lowen 245076B332D741D... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 200.203.194.173	Enviado: 30/03/2022 16:45:52 Visualizado: 30/03/2022 17:03:58 Assinado: 30/03/2022 17:04:33

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 30/03/2022 17:03:58
ID: 41219ce2-436c-489d-b046-854e8c10277d

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Michele Craveiro Freitas mcfreitas@timbrasil.com.br TIM S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	**Copiado**	Enviado: 30/03/2022 16:45:52

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não disponível através da DocuSign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30/03/2022 16:45:52
Entrega certificada	Segurança verificada	30/03/2022 17:03:58
Assinatura concluída	Segurança verificada	30/03/2022 17:04:33
Concluído	Segurança verificada	30/03/2022 17:04:33

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

DocuSign Envelope ID: F9B1D2F4-D2C7-4230-B22A-6A149F90B464

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **ANDERSON DOS SANTOS AMORIM**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 105.561/O-0, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 029.215.847-51, domiciliado na Rua Uruguaiana, nº 39, 18º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, venho, por meio deste, tomar posse como membro suplente do Conselho Fiscal da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 29 de março de 2022, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia, além do Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Blc. 01, Salas 501 a 1208, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-057.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

DocuSigned by:
Anderson dos Santos Amorim
A6ADC9040B6B4A9...

ANDERSON DOS SANTOS AMORIM

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: F9B1D2F4D2C74230B22A6A149F90B464
Status: Concluído
Assunto: DocuSign: 3.1 - TSA AGOE 29.03.2022 - Termo de Posse e Declaração - CF - Anderson dos Santos Am...
Envelope fonte:
Documentar páginas: 1
Certificar páginas: 5
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 1
Rubrica: 0

Remetente do envelope:
André De Magalhães Gemino
Av. João de Cabral de Mello Neto, 850
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 22775-055
agemino@timbrasil.com.br
Endereço IP: 163.116.228.60

Rastreamento de registros

Status: Original
30/03/2022 16:56:02

Portador: André De Magalhães Gemino
agemino@timbrasil.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Anderson dos Santos Amorim anderson@exatocontabilidade.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Anderson dos Santos Amorim A6ADC9040B6B4A9... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 200.152.114.249	Enviado: 30/03/2022 16:57:43 Reenviado: 31/03/2022 19:07:20 Reenviado: 01/04/2022 10:09:08 Visualizado: 04/04/2022 10:28:29 Assinado: 04/04/2022 10:29:17

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 04/04/2022 10:28:29
ID: b5e4ffa1-13ba-44a4-aa0a-43381862216a

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Michele Craveiro Freitas mcfreitas@timbrasil.com.br TIM S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	**Copiado**	Enviado: 30/03/2022 16:57:43

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não disponível através da DocuSign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30/03/2022 16:57:43
Entrega certificada	Segurança verificada	04/04/2022 10:28:29
Assinatura concluída	Segurança verificada	04/04/2022 10:29:17
Concluído	Segurança verificada	04/04/2022 10:29:17

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

DocuSign Envelope ID: B9778EE0-B19E-4071-B486-2003A22EF96D

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **ELIAS DE MATOS BRITO**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 074.806-03, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 816.669.777-72, domiciliado na Rua Uruguaiana, nº 39, 18º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, venho, por meio deste, tomar posse como membro efetivo do Conselho Fiscal da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 29 de março de 2022, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia, além do Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Blc. 01, Salas 501 a 1208, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-057.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

DocuSigned by:
Elias de Matos Brito
6594FC3160B84E1...

ELIAS DE MATOS BRITO

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: B9778EE0B19E4071B4862003A22EF96D
Status: Concluído
Assunto: DocuSign: 3 - TSA AGOE 29.03.2022 - Termo de Posse e Declaração - CF - Elias de Matos Brito.doc
Envelope fonte:
Documentar páginas: 1
Certificar páginas: 5
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília
Assinaturas: 1
Rubrica: 0
Remetente do envelope:
André De Magalhães Gemino
Av. João de Cabral de Mello Neto, 850
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 22775-055
agemino@timbrasil.com.br
Endereço IP: 163.116.228.60

Rastreamento de registros

Status: Original
30/03/2022 16:52:09
Portador: André De Magalhães Gemino
agemino@timbrasil.com.br
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Elias de Matos Brito eliasbrito@exatocontabilidade.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Elias de Matos Brito 6594FC3160B84E1... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 177.41.35.198	Enviado: 30/03/2022 16:55:52 Reenviado: 31/03/2022 19:07:44 Reenviado: 01/04/2022 10:08:58 Visualizado: 01/04/2022 10:10:44 Assinado: 01/04/2022 10:11:19

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 01/04/2022 10:10:44
ID: d43f667d-fb93-479a-ac95-141eccac429a

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Michele Craveiro Freitas mcfreitas@timbrasil.com.br TIM S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 30/03/2022 16:55:52

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não disponível através da DocuSign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30/03/2022 16:55:52
Entrega certificada	Segurança verificada	01/04/2022 10:10:44
Assinatura concluída	Segurança verificada	01/04/2022 10:11:19
Concluído	Segurança verificada	01/04/2022 10:11:19

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

DocuSign Envelope ID: DC647151-FC68-4AAD-B4AE-4DE2BF07C4A0

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **ANNA MARIA CERENTINI GOUVÊA GUIMARÃES**, brasileira, casada, arquiteta, portadora do documento de identidade nº 7101355, expedido pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 050.287.838-02, domiciliada na Rua Comandante Julio de Moura, n° 439, Cobertura, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, venho, por meio deste, tomar posse como membro efetivo do Conselho Fiscal da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 29 de março de 2022, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedida por lei especial ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenada à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia, além do Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Blc. 01, Salas 501 a 1208, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-057.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

DocuSigned by:
F81B9C3886EE490...

ANNA MARIA CERENTINI GOUVÊA GUIMARÃES

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.

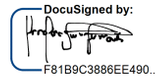
DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: DC647151FC684AADB4AE4DE2BF07C4A0
Status: Concluído
Assunto: DocuSign: 2 - TSA AGOE 29.03.2022 - Termo de Posse e Declaração - CF - Anna Maria Cerentini Gou...
Envelope fonte:
Documentar páginas: 1
Certificar páginas: 5
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília
Assinaturas: 1
Rubrica: 0
Remetente do envelope:
André De Magalhães Gemino
Av. João de Cabral de Mello Neto, 850
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 22775-055
agemino@timbrasil.com.br
Endereço IP: 163.116.228.60

Rastreamento de registros

Status: Original
30/03/2022 16:47:02
Portador: André De Magalhães Gemino
agemino@timbrasil.com.br
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães amcg.guimaraes@gmail.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by:  F81B9C3886EE490... Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 179.246.208.98 Assinado com o uso do celular	Enviado: 30/03/2022 16:49:59 Reenviado: 31/03/2022 08:24:00 Visualizado: 31/03/2022 09:42:44 Assinado: 31/03/2022 09:44:16
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 31/03/2022 09:42:44 ID: 447d62a6-c1d9-4265-bda4-30ef1f35b778		

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Michele Craveiro Freitas mcfreitas@timbrasil.com.br TIM S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	**Copiado**	Enviado: 30/03/2022 16:49:59
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não disponível através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30/03/2022 16:49:59
Entrega certificada	Segurança verificada	31/03/2022 09:42:44
Assinatura concluída	Segurança verificada	31/03/2022 09:44:16
Concluído	Segurança verificada	31/03/2022 09:44:16

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

DocuSign Envelope ID: 591B7D74-9E50-4113-875F-029A8B441464

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **JOSINO DE ALMEIDA FONSECA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do documento de identidade nº 5.492.136-3, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.832.607-30, domiciliado na Rua Barão de Capanema, nº 98, apto 72, Cerquera Cesar, Cidade e Estado de São Paulo, venho, por meio deste, tomar posse como membro suplente do Conselho Fiscal da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 29 de março de 2022, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia, além do Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Blc. 01, Salas 501 a 1208, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-057.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

DocuSigned by:
Josino Fonseca
2CC517DADB204C7...

JOSINO DE ALMEIDA FONSECA

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 591B7D749E504113875F029A8B441464 Status: Concluído

Assunto: DocuSign: 2.1 - TSA AGOE 29.03.2022 - Termo de Posse e Declaração - CF - Josino de Almeida Fons...

Envelope fonte:

Documentar páginas: 1
Certificar páginas: 5
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 1
Rubrica: 0

Remetente do envelope:
André De Magalhães Gemino
Av. João de Cabral de Mello Neto, 850
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 22775-055
agemino@timbrasil.com.br
Endereço IP: 163.116.228.60

Rastreamento de registros

Status: Original
30/03/2022 16:50:07

Portador: André De Magalhães Gemino
agemino@timbrasil.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Josino Fonseca josino.fonseca@mac.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Josino Fonseca 2CC517DADB204C7... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 189.120.77.190	Enviado: 30/03/2022 16:52:01 Reenviado: 31/03/2022 19:08:18 Visualizado: 01/04/2022 07:57:53 Assinado: 01/04/2022 07:58:57

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 14/06/2021 18:23:26
ID: 27a7491e-6f21-448b-a4f4-3f1bf472f37a

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Michele Craveiro Freitas mcfreitas@timbrasil.com.br TIM S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 30/03/2022 16:52:01

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não disponível através da DocuSign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30/03/2022 16:52:01
Entrega certificada	Segurança verificada	01/04/2022 07:57:53
Assinatura concluída	Segurança verificada	01/04/2022 07:58:57
Concluído	Segurança verificada	01/04/2022 07:58:57

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

DocuSign Envelope ID: 979755AF-610F-461C-A6D1-C6D6E317A152

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11
NIRE 333.0032463-1

TERMO DE POSSE

Eu, **WALMIR URBANO KESSELI**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 1.440.573-9, expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 357.679.019-53, domiciliado na Rua Emílio Cornelsen, nº 344, Apto 602, Ahú, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, venho, por meio deste, tomar posse como membro efetivo do Conselho Fiscal da **TIM S.A.** ("Companhia"), conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 29 de março de 2022, e declarar, para os devidos fins, que reúno todos os requisitos previstos em lei para o exercício desta função, em especial:

i. Não estou impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

ii. Não estou condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iii. Atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

iv. Não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não possuo, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76;

v. Nos termos do Art. 49 do Estatuto Social da Companhia, obrigo-me a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral; e

vi. Comprometo-me a aderir e respeitar todos os termos, condições e preceitos, na forma e para os devidos efeitos de direito, do Estatuto Social da Companhia e de sua Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, bem como do Código de Ética e de Conduta, e das Políticas de Anticorrupção, de Conflito de Interesses, e de Contratação com Partes Relacionadas da Companhia, além do Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Declaro, ainda, que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos da minha gestão na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Blc. 01, Salas 501 a 1208, Bairro Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-057.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

DocuSigned by:
F916E118CC2842A...

WARLMIR URBANO KESSELI

Classificado como Público

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

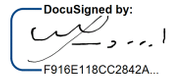
DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 979755AF610F461CA6D1C6D6E317A152
Status: Concluído
Assunto: DocuSign: 1 - TSA AGOE 29.03.2022 - Termo de Posse e Declaração - CF - Walmir Kesseli.doc
Envelope fonte:
Documentar páginas: 1
Certificar páginas: 5
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília
Assinaturas: 1
Rubrica: 0
Remetente do envelope:
André De Magalhães Gemino
Av. João de Cabral de Mello Neto, 850
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 22775-055
agemino@timbrasil.com.br
Endereço IP: 163.116.228.60

Rastreamento de registros

Status: Original
30/03/2022 16:33:30
Portador: André De Magalhães Gemino
agemino@timbrasil.com.br
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Walmir Kesseli wkesseli.consultor@gmail.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by:  F916E118CC2842A... Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 47.188.229.85 Assinado com o uso do celular	Enviado: 30/03/2022 16:40:10 Reenviado: 31/03/2022 19:08:27 Reenviado: 01/04/2022 10:08:46 Visualizado: 01/04/2022 10:47:20 Assinado: 01/04/2022 10:47:36

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 01/04/2022 10:47:20
ID: 069726fd-5fcb-4bd1-aa6a-20114504e11c

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Michele Craveiro Freitas mcfreitas@timbrasil.com.br TIM S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	**Copiado**	Enviado: 30/03/2022 16:40:10

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não disponível através da DocuSign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30/03/2022 16:40:10
Entrega certificada	Segurança verificada	01/04/2022 10:47:20
Assinatura concluída	Segurança verificada	01/04/2022 10:47:36
Concluído	Segurança verificada	01/04/2022 10:47:36

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TIM S.A., NIRE 33.3.0032463-1, PROTOCOLO 00-2022/287346-9, ARQUIVADO EM 06/04/2022, SOB O NÚMERO (S) 00004837150, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
311.513.508-42	RODRIGO BATISTA SANTOS

06 de abril de 2022.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/287346-9 Data do protocolo: 05/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/04/2022 SOB O NÚMERO 00004837150 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 66BE4396FD89215DC5E0902DFE949D8DFDC7F06856C079C957809FC5E233F825
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2022/308601-0

JUCERJA

Útimo arquivamento:
00004845449 - 12/04/2022

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s):

Hash: 1AD617ED-15A6-473B-A1DB-E88C347D0BDF

Orgão	Calculado	Pago
Junta	194,00	194,00
DNRC	0,00	0,00

Nome

TIM S.A.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

201

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
252	1	Arquivamento de Publicações de Atos de Sociedade / Atos Societários
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ALBERTO MACHADO SOARES, JORGE HUMBERTO MOREIRA SAMPAIO E PEDRO EUGENIO MOREIRA CONTI SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00004853158	02.421.421/0001-11	Avenida Joao Cabral De Mello Neto 0850	Barra da Tijuca	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 19/04/2022 e arquivado em 19/04/2022

Jorge Paulo Magdaleno Filho
SECRETÁRIO GERAL

Nº de Páginas: 6

Capa Nº Páginas: 1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/308601-0 Data do protocolo: 13/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2022 SOB O NÚMERO 00004853158 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 1080F42D2542A049D35D49A6633C64FDC17C07B5CAE7A019551BBDD582B8E057
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0032463-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2022/308601-0 13/04/2022 11:48:39

JUCERJA

Último arquivamento:

00004845449 - 12/04/2022

NIRE: 33.3.0032463-1

TIM S.A.

Boleto(s): 104019206

Hash: 1AD617ED-15A6-473B-A1DB-E88C347D0BDF

Orgão	Calculado	Pago
Junta	194,00	194,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TIM S.A.

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
201

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
252	1	Arquivamento de Publicações de Atos de Sociedade / Atos Societários
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	RODRIGO BATISTA SANTOS
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	11987004910
E-mail:	rodrigo.santos@marchiori.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	13/04/2022
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

13/04/2022

Data

00-2022/308601-0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/308601-0 Data do protocolo: 13/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2022 SOB O NÚMERO 00004853158 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 1080F42D2542A049D35D49A6633C64FDC17C07B5CAE7A019551BBDD582B8E057
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

ESTA PARTE É EDITADA ELETRONICAMENTE DESDE 23 DE JANEIRO DE 2006

DIÁRIO OFICIAL

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PARTE V
PUBLICAÇOES A PEDIDO

ANO XLVIII - Nº 067
SEGUNDA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2022

www.ioerj.com.br

ATAS, CERTIDÕES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações
Associações, Sociedades e Firmas 1

Avisos, Editais e Termos
Associações, Sociedades e Firmas 2
Condomínios 3

Associações, Sociedades e Firmas

BDI REALTY EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO 03 LTDA.
CNPJ/ME 23.805.516/0001-09 - NIRE 33.2.1055594-4

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2022. 1. Data, Horário e Local: Realizada em 31 de março de 2022, às 10:00 horas, na sede social da BDI REALTY EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO 03 LTDA. ("**Sociedade**"), localizada na Rua Dias Ferreira, 190, sala 601, CEP 22431-050, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação prévia, em virtude da presença dos sócios representando a totalidade do capital social, conforme se verifica das assinaturas ao final deste ato, conforme autorizado pelo artigo 1.072, §2º, da Lei nº 10.406/2002 ("**Código Civil**"), e pela Cláusula Nona, Parágrafo Quarto, do Contrato Social da Sociedade. **3. Mesa:** Sr. Fabio Paes Bailune, Presidente; e Sr. Victor Luiz Mazutti Levy, Secretário. **Ordem do dia**: deliberar sobre: ***(i)*** a redução do Capital Social mediante o cancelamento de 1.000.000 (um milhão) de quotas representativas do capital social, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do inciso II do Artigo 1.082 do Código Civil; e ***(ii)*** a alteração da Cláusula Quinta do Contrato social da Sociedade e a sua consolidação a ser descrita na respectiva Oitava Alteração de Contrato Social da Sociedade. **4. Deliberações**: Discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições: **(i)** Aprovar a redução do Capital Social da Sociedade, mediante o cancelamento de 1.000.000 (um milhão) de quotas representativas do Capital Social, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, sendo ***(a)*** 900.000 (novecentos mil quotas) do sócio Furious Sea, LLC, e (b) 100.000 (cem mil) quotas do sócio Morro Azul Construções e Comércio Ltda. Desse modo, o Capital Social da Sociedade passará a ser de R$ 18.475.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos e setenta e cinco mil reais) divido em 18.475.000 (dezoito milhões e quatrocentos e setenta e cinco mil) quotas. **(ii)** Aprovar a alteração da Cláusula Quinta do Contrato Social da Sociedade em decorrência da redução de seu Capital Social aprovada, o qual passará a ter a seguinte nova redação na respectiva Oitava Alteração do Contrato Social da Sociedade: ***"Cláusula Quinta**: O capital social subscrito é R$ 18.475.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos e setenta e cinco mil reais) divido em 18.475.000 (dezoito milhões e quatrocentos e setenta e cinco mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada, devidamente integralizada em moeda corrente nacional, assim distribuídas entre os sócios:*

SÓCIOS	*QUOTAS*	*VALOR (R$)*
FURIOUS SEA, LCC	*16.627.500*	*16.627.500*
MORRO AZUL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA	*1.847.500*	*1.847.500,00*
TOTAL	*18.475.000*	*18.475.000,00*

Parágrafo único - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei 10.406/02." Por fim, os sócios consignam que a eficácia da redução de capital ora deliberada ficará sujeita às condições estipuladas no artigo 1.084 da Lei nº 10.406/2002, hipótese em que, não havendo impugnação da deliberação de redução do capital social da Sociedade por parte dos credores da Sociedade, ou, caso eventual oposição de credor seja superada por pagamento ou depósito judicial da quantia reclamada, o sócio celebrará alteração do contrato social da Sociedade para fazer constar a redução do capital social. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual se lavrou esta ata, e achada conforme foi assinada pelos presentes: BDI REALTY EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO 03 LTDA., SABIÁ FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII., FURIOUS SEA, LCC e MORRO AZUL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA. Presidente: Fabio Paes Bailune, Secretário: Victor Luiz Mazutti Levy. Rio de Janeiro, 31 de março de 2022. Mesa: **Fabio Paes Bailune** - Presidente; **Victor Luiz Mazutti Levy** - Secretário; Assinaturas: **BDI REALTY EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO 03 LTDA.; FURIOUS SEA, LCC; MORRO AZUL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.**

Id: 2385547

Geopark Brasil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda.
CNPJ/ME nº 17.572.061/0001-26 / NIRE nº 33.2.0942053-4

Ata da Reunião de Sócios realizada em 07 de Abril de 2022. 1. Data, Hora e Local: Realizada aos dias 07 do mês de Abril de 2022, às 10:00 horas, na sede social da GeoPark Brasil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda. na Praia de Botafogo, nº 228, Sala 1643, Ala A, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro ("Sociedade"). **2. Convocação e Presença**: As formalidades de convocação foram dispensadas nos termos do disposto no artigo 1.072 da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil Brasileiro"), tendo em vista a presença de sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade, a saber: **(1) GEOPARK LATIN AMERICA S.L.,** sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis da Espanha, com sede em calle Prim 19, à direita, 28004, Madri, Espanha, inscrita no CNPJ/ME sob nº 24.557.909/0001-03, neste ato devidamente representada por seu procurador, a Sra. Livia Valverde Almeida Santos Carvalho, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, advogada, portadora da carteira de identidade nº 307660902, expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrita no CPF/ME sob nº 924.136.255-34, domiciliada na Praia de Botafogo nº 228, Sala 1702, Ala A, Botafogo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil, CEP: 22.250-906, conforme procuração arquivada perante a Junta Comercial do estado do Rio de Janeiro sob o nº 00003356189 em 17 de setembro de 2018; e **(2) GEOPARK (UK) LIMITED**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Reino Unido, com sede em 11-12 St. James Square, Suite 1, 3rd floor SW1Y 4LB, Londres, Reino Unido, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 29.289.877/0001-26, neste ato devidamente representada por seu procurador, a Sra. Livia Valverde Almeida Santos Carvalho, acima qualificada, conforme procuração arquivada perante a Junta Comercial do estado do Rio de Janeiro sob o nº 00003883847 em 17 de junho de 2020. **3. Mesa:** Assumiu a Presidência da reunião a Sra. Livia Valverde Almeida Santos Carvalho, que cumulou a função de Secretária. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade no valor de R$ 45.000.000,00 (Quarenta e cinco milhões de reais), nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil Brasileiro. **5. Deliberações:**As sócias, por unanimidade de votos e sem reservas, aprovaramo que segue: **5.1.** A redução do capital social da Sociedade, por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, em conformidade com o artigo 1.082, inciso II do Código Civil Brasileiro, do atual valor de R$ 210.485.944,00 (duzentos e dez e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e quarenta e quatro reais) para R$ 165.485.944,00 (Cento e sessenta e cinco milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e quarenta e quatro reais), com redução, portanto, de R$ 45.000.000,00 (Quarenta e cinco milhões de reais), mediante restituição do valor correspondente às quotas canceladas, de forma desproporcional à sócia **GEOPARK LATIN AMERICA S.L. 5.2.** Fica autorizada a administração da Sociedade a tomar as providências necessárias à efetivação da redução do capital ora aprovada, em especial a alteração do contrato social, tão logo transcorrido o prazo estabelecido no §1º do artigo 1.084 do Código Civil Brasileiro. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. A presente ata será, ainda, publicada na forma do §1º do artigo 1.084 do Código Civil Brasileiro, para que se produza os devidos efeitos legais. Rio de Janeiro, 07 de Abril de 2022. Mesa: Livia Valverde Almeida Santos Carvalho - **Presidente e Secretária.** Sócios Presentes: **GEOPARK LATIN AMERICA S.L. -** Livia Valverde Almeida Santos Carvalho - **Procuradora; GEOPARK (UK) LIMITED -** Livia Valverde Almeida Santos Carvalho - **Procuradora.**

Id: 2385409

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2022. DATA, HORA E LOCAL: 29 de março de 2022, às 14h30, na TIM S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, Térreo - Auditório, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **PRESENÇA:** Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social votante, incluindo detentores de *American Depositary Receipts*, conforme se verifica **(1)** pelas assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas; e **(2)** pelos boletins de voto a distância válidos recebidos nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Participam também da assembleia, presencialmente ou por meio de videoconferência, os Srs. Alberto Mario Griselli, Diretor Presidente; Camille Loyo Faria, Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores; Bruno Mutzenbecher Gentil, *Business Support Officer* ; Mario Girasole, *Regulatory and Institutional Affairs Officer* ; a Sra. Maria Antonietta Russo, *Human Resources & Organization Officer* ; os Srs. Nicandro Durante, Presidente do Conselho de Administração, do Comitê de Remuneração e do Comitê de *Environmental, Social & Governance* ; Jaques Horn, Diretor Jurídico; Walmir Urbano Kesseli, Presidente do Conselho Fiscal; Gesner José de Oliveira Filho, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário; e Herculano Aníbal Alves, membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Controle e Riscos. Registra-se, ainda, a participação na assembleia, por meio de videoconferência: do Sr. Fernando de Magalhães, representante dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"); e do Sr. André Alves, representante da Advisia Consultoria de Gestão Empresarial Ltda, para prestar esclarecimentos sobre questões que possam ser suscitadas pelos acionistas. **MESA**: Presidente - Sr. Robson Goulart Barreto; Secretário - Sr. Jaques Horn. **PUBLICAÇÕES E CONVOCAÇÃO: (1)** O relatório da administração, as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e o relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram publicados no dia 25 de fevereiro de 2022, nas páginas 3 a 18 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nas páginas 1 a 10 do Valor Econômico; e **(2)** O Edital de Convocação foi publicado nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2022, e dia 2 de março de 2022, nas páginas 3, 18/19 e 3 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, respectivamente, e nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2022, e dia 2 de março de 2022, nas páginas C11, C6 e B7 do Valor Econômico, respectivamente. **Em Assembleia Geral Ordinária**: **(1)** Deliberar sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(2)** Deliberar sobre a proposta da administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia; **(3)** Ratificar as nomeações dos membros do Conselho de Administração da Companhia, previamente ocorridas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 15 de dezembro de 2021 e 31 de janeiro de 2022; **(4)** Deliberar sobre a composição do Conselho Fiscal da Companhia; **(5)** Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e **(6)** Deliberar sobre a proposta de remuneração da administração, dos membros dos Comitês e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, para o exercício de 2022. **Em Assembleia Geral Extraordinária**: **(1)** Deliberar sobre a proposta de prorrogação do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement*), mediante a celebração do seu 15º aditivo, entre a Telecom Italia S.p.A., de um lado, e a Companhia, de outro lado. **DELIBERAÇÕES**: Inicialmente, foi feita a leitura do mapa consolidado de votação dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, o qual foi distribuído aos presentes e ficou também à disposição para consulta, consoante o Parágrafo 4º do Art. 21-W da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009. O Presidente da Mesa em seguida propôs: **(1)** a dispensa da leitura dos demais documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos do Art. 134 da Lei nº 6.404/76, uma vez que o seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas; **(2)** a lavratura da ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do Art. 130, Parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76, respectivamente; **(3)** que as declarações de voto, abstenções, protestos e dissidências, porventura apresentadas, fossem recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa, ficando arquivadas na sede da Companhia, nos termos do Art. 130, Parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76; e **(4)** que a ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária fosse lavrada em instrumento único, nos termos do Art. 131, Parágrafo Único, da Lei nº 6.404/76. Sem qualquer oposição, os acionistas presentes concordaram com as propostas de encaminhamento do Presidente. Em seguida, após a análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram por: **Em Assembleia Geral Ordinária: (1) Aprovar,** por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, que foram devidamente auditadas pelos auditores independentes da Companhia, EY, e acompanhadas de seu respectivo relatório, bem como do parecer do Conselho Fiscal e do relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia. **(2) Aprovar,** por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a proposta da administração de destinação do resultado do exercício de 2021, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, a qual contempla que o lucro líquido do exercício de 2021, no montante de **R$2.957.173.992,98 (dois bilhões, novecentos e cinquenta e sete milhões, cento e setenta e três mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e oito centavos)**, seja destinado da seguinte forma: **(2.1)** Para a Reserva de Lucro, será destinada a importância de **R$176.740.615,94 (cento e setenta e seis milhões, setecentos e quarenta mil, seiscentos e quinze reais e noventa e quatro centavos)**, referente ao valor de benefício fiscal de redução de imposto de renda incorrido pela Companhia no exercício de 2021; **(2.2)** Para a constituição da Reserva Legal, em conformidade com o Art. 193 da Lei nº 6.404/76, será destinada a importância de **R$139.021.668,85 (cento e trinta e nove milhões, vinte e um mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos)**, equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício de 2021; **(2.3)** Como juros sobre capital próprio (bruto), o montante de **R$1.047.500.000,00 (um bilhão, quarenta e sete milhões e quinhentos mil reais)**, cujos pagamentos foram aprovados ao longo do exercício de 2021 e pago nas datas de 20 de julho de 2021, 27 de outubro 2021 e 25 de janeiro de 2022, sendo que: **(i)** o valor de **R$660.352.927,05 (seiscentos e sessenta milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, novecentos e vinte e sete reais e cinco centavos)** é imputado ao dividendo mínimo obrigatório; e **(ii)** o valor remanescente de **R$387.147.072,95 (trezentos e oitenta e sete milhões, cento e quarenta e sete mil, setenta e dois reais e noventa e cinco centavos)** foi distribuído a título de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia; e **(2.4)** Para a Reserva Estatuária para Expansão, nos termos do Estatuto Social, será destinado o saldo remanescente do lucro líquido no montante de **R$1.593.911.708,19 (um bilhão, quinhentos e noventa e três milhões, novecentos e onze mil, setecentos e oito reais e dezenove centavos)**. **(3)** Foi colocada em votação a ratificação das nomeações dos membros do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 15 de dezembro de 2021 e 31 de janeiro de 2022, nos termos do Art. 150 da Lei nº 6.404/76 e do Art. 20, Parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia, tendo sido **aprovada** por maioria dos votos proferidos, conforme indicado no mapa consolidado de votação em anexo, a ratificação da eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração: **(i) Claudio Giovanni Ezio Ongaro,** italiano, casado, bacharel em engenharia eletrônica, portador do passaporte italiano nº YA4595942, válido até 16 de julho de 2023, domiciliado em Corso d'Italia 41, 00198, cidade de Roma, Itália; e **(ii) Alberto Mario Griselli,** italiano, casado, bacharel em engenharia, portador do documento de identidade RNM n° V354056-O, emitido pela CGPI/DIREX/PF em 31/01/2021, inscrito no CPF/ME sob o n° 058.431.817-07, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. A acionista TIM Brasil Serviços e Participações S.A. declarou que obteve dos Conselheiros, cujas eleições são agora ratificadas, a confirmação de que possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 367 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. **Os Conselheiros acima referidos terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023** e serão investidos nos cargos mediante o cumprimento das condições aplicáveis e assinatura dos respectivos termos de posse e demais documentos pertinentes, na forma e/ou no prazo estabelecido na Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 367, no Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado da B3. **(4) Aprovar,** por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a composição do Conselho Fiscal da Companhia com 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes. **(5)** O Presidente indagou aos acionistas minoritários presentes sobre seu interesse em requerer votação em separado de membro do Conselho Fiscal, nos termos do Art. 161, Parágrafo 4º, alínea 'a', da Lei nº 6.404/76, tendo a acionista DOCAS INVESTIMENTOS LTDA. apresentado a indicação do Sr. **Elias de Matos Brito**, como membro efetivo, e do Sr. **Anderson dos Santos Amorim**, como suplente; e a acionista CLUBE DE INVESTIMENTO HILL apresentado a indicação do Sr. **Rafael de Souza Morsch**, como membro efetivo e do Sr. **Tiago Paz Munhoz**, como suplente; a matéria foi colocada em votação em separado, sem a participação da acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A.; como resultado, **foram eleitos, por maioria dos votos proferidos pelos acionistas minoritários** que se manifestaram sobre esta deliberação, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, com votos a favor da acionista DOCAS INVESTIMENTOS LTDA., o Sr. **Elias de Matos Brito**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 074.806-03, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 816.669.777-72, domiciliado na Rua Uruguaiana, nº 39, 18º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como **membro efetivo**; e o Sr. **Anderson dos Santos Amorim**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 105.561/O-0, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 029.215.847-51, domiciliado na Rua Uruguaiana, nº 39, 18º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como **suplente**. A acionista DOCAS INVESTIMENTOS LTDA. declarou que obteve a confirmação de que os candidatos que indicou para o Conselho Fiscal, ora eleitos, possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho Fiscal. Em seguida, foi colocada em votação a chapa de candidatos composta por 2 (dois) membros efetivos, e respectivos suplentes, con-

Impresa Oficial — Governo do Estado Rio de Janeiro
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sábado, 09 de Abril de 2022 às 03:09:52 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/308601-0 Data do protocolo: 13/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2022 SOB O NÚMERO 00004853158 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 1080F42D2542A049D35D49A6633C64FDC17C07B5CAE7A019551BBDD582B8E057
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo.
JUCERJA

forme proposta da acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A., tendo sido **aprovada**, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo; assim, para compor o Conselho Fiscal, foram eleitos: **(i)** como **membro efetivo,** o Sr. **Walmir Kesseli**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 1.440.573-9, expedido pela SSP-PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 357.679.019-53, domiciliado na Rua Emílio Cornelsen, nº 344, Apto 602, Ahú, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, tendo como **suplente** o Sr. **Heinz Egon Lowen**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 691.784-4, expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 017.339.239-34, domiciliado na Rua Baruch Spinoza, nº 274, na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná; e **(ii)** como **membro efetivo,** a Sra. **Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães**, brasileira, casada, arquiteta, portadora do documento de identidade nº 7101355, expedido pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 050.287.838-02, domiciliada na Rua Comandante Julio de Moura, n° 439, Cobertura, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, tendo como **suplente** o Sr. **Josino de Almeida Fonseca**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do documento de identidade nº 5.492.136-3, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.832.607-30, domiciliado na Rua Barão de Capanema, nº 98, apto 72, Cerquera Cesar, Cidade e Estado de São Paulo. A acionista TIM Brasil Serviços e Participações S.A. declarou que obteve a confirmação de que os candidatos que indicou para o Conselho Fiscal, ora eleitos, possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho Fiscal. **Fica consignado que todos os Conselheiros Fiscais ora eleitos terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023**. Os Conselheiros Fiscais serão investidos nos cargos mediante cumprimento das condições aplicáveis e assinatura dos respectivos termos de posse e demais documentos pertinentes, na forma e/ou no prazo estabelecido na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado da B3. **(6) Aprovar,** por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a proposta de remuneração dos administradores referente ao exercício de 2022, nos seguintes termos: **(i)** Remuneração do Conselho de Administração: remuneração global anual no montante de **R$4.860.000,00 (quatro milhões, oitocentos e sessenta mil reais)** a ser atribuída aos conselheiros individualmente em conformidade com os critérios que vierem a ser deliberados pelo Conselho de Administração; **(ii)** Remuneração dos Comitês: remuneração global anual no montante de **R$3.024.000,00 (três milhões e vinte e quatro mil reais)** a ser atribuída aos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, em conformidade com os critérios que vierem a ser deliberados pelo Conselho de Administração; **(iii)** Remuneração do Conselho Fiscal: remuneração global anual no montante de **R$616.000,00 (seiscentos e dezesseis mil reais)**; e **(iv)** Remuneração da Diretoria: remuneração global anual no montante de **R$77.596.000,00 (setenta e sete milhões, quinhentos e noventa e seis mil reais)** sendo que, desse total, o valor a ser pago se divide em: **22% (vinte e dois por cento)** correspondente à remuneração fixa anual e **78% (setenta e oito por cento)** correspondente à remuneração variável. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (1) Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, ficando expressamente consignada a abstenção de voto pela acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A., a prorrogação por um período de 12 (doze) meses do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement*) ("Contrato") entre a Telecom Italia S.p.A., de um lado, e a Companhia, de outro lado, até 30 de abril de 2023, com valor em reais equivalente a até **7.904.727,00 (sete milhões, novecentos e quatro mil, setecentos e vinte e sete Euros)**, nos termos da proposta apreciada pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração em suas respectivas reuniões realizadas nos dias 22 de fevereiro de 2022 e 23 de fevereiro de 2022, tudo conforme documentação disponibilizada previamente nos sites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários e da *Securities and Exchange Commission* sobre o histórico do Contrato, ficando a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários para a celebração da prorrogação do Contrato. **ESCLARECIMENTOS:** A Mesa recebeu e registrou os votos e as abstenções manifestados pelos acionistas presentes nesta Assembleia, já devidamente computados nas deliberações acima, conforme mapa consolidado de votação em anexo. **MAPA DE VOTAÇÃO:** Em atendimento ao Art. 30, Parágrafo 4º, da Instrução CVM n° 480, o mapa consolidado de votação em anexo, que é parte integrante desta ata, indica as aprovações, rejeições e abstenções sobre os itens da Ordem do Dia, bem como os respectivos percentuais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, sendo em seguida assinada pelo Presidente, pelo Secretário da Mesa e pelos demais acionistas que se dispuseram a fazê-lo. Certifico que a presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 29 de março de 2022. **Jaques Horn -** Secretário da Mesa. **Mapa Sintetico Consolidado'**

	Quantidade de Ações / Percentual de Participantes		
Assembleia Geral Ordinária	**Aprovar (SIM)**	**Rejeitar (Nao)**	**Abster-se**
Ordem 1 - Demonstração Financeira 2021	1.998.064.522 97,11%	1.126.320 0,05%	58.339.768 2,84%
Ordem 2 - Destinação do Resultado 2021	2.054.120.085 99,83%	3.216.990 0,16%	193.535 0,01%
Ordem 3 - Ratificar as nomeações dos Srs. Claudio Giovanni Ezio Ongaro e Alberto Mario Griselli	2.029.586.065 98,64%	24.342.881 1,18%	3.601.664 0,18%
Ordem 4 - Deliberar sobre a composição do Conselho Fiscal da Companhia	2.056.702.640 99,86%	725.330 0,04%	102.640 0,00%
Ordem 5 - Indicação de todos os nomes que compoem a chapa - Chapa Única[1]	2.054.243.898 99,84%	2.741.262 0,13%	545.450 0,03%
Ordem 6 - Caso candidatos deixem de integrá-la, os votos continuam sendo conferidos àa chapa escolhida?	1.663.473.540 80,85%	392.897.695 19,10%	1.159.375 0,06%
Ordem 7 - Deseja solicitar a eleição em separado de membro do Conselho de Fiscal?[2]	34.177.652 9,85%	37.203.482 10,72%	275.573.485 79,43%
Ordem 7A - Indicação do acionista minoritário Clube de Investimento Hill	200.000 100,00%	0 0,00%	0 0,00%
Ordem 7B - Indicação do acionista minoritário Docas Investimento Ltda.	19.276.091 100,00%	0 0,00%	0 0,00%
Ordem 8 - Remuneração 2022	1.799.616.760 87,46%	256.114.253 12,45%	1.799.597 0,09%
Assembleia Geral Extraordinária	**Aprovar (SIM)**	**Rejeitar (Nao)**	**Abster-se**
Ordem 1 - Contrato CSA	427.688.740 20,77%	170.280 0,01%	1.631.566.782 79,22%

[1]Item desconsiderado em função da indicação de candidatos por acionistas minoritarios presentes na reunião, para eleição em separado. [2]Apenas dois acionistas minoritários, que compareceram presencialmente, apresentaram candidatos, conforme votos manifestados no Item 7A e 7B. Os demais acionistas não apresentaram candidatos.

Jucerja nº 4837150, em 06/04/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

Id: 2385548

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas

BLUE MACAW CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.
CNPJ 14.426.713/0001-26 - NIRE 3321074712-6
CONVOCAÇÃO PARA A 10ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
DATA, HORA e LOCAL:

18 de abril de 2022, às 15h00, em primeira convocação A SER REALIZADA DE FORMA DIGITAL, na Plataforma Microsoft Teams, por meio do endereço digital a seguir:https://teams.microsoft.com/l/meetupjoin/19%3ameeting_MWJlN2YyMzYtOGM4OC00YmFiLWFjMGItMzdiNWJhZjQyMmQ2%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22d79b57ea-b945-4c3c-8b1b-7923915723dc%22%2c%22Oid%22%3a%2271f58150-d848-4912-9d64-307df5290c76%22%7d. Objetos da Alteração: 1) Alteração de endereço da Sede para Porto Alegre; 2) Acrescentar ao Contrato Social a cláusula de exclusão de sócio por justa causa; 3) Destituição de Administrador e alteração da representação da Sociedade; 4) Alteração do foro da Sociedade. Os sócios poderão ser representados por procurador, devidamente habilitado. Rio de Janeiro, 07 de abril de 2022. Felipe Armando Schneider.

Id: 2384937

TSO SERVIÇOS MEDICOS EIRELI
CNPJ: 18.530.639/0001-44
COMUNICADO

THALIS SANTANA OLIVEIRA, CPF sob o n.º 030.268.445-00, único sócio da empresa TSO SERVIÇOS MEDICOS EIRELI, com sede na Rua 27B, nº 25, Jardim Amália-Volta Redonda (RJ),CEP; 27251-369, inscrita no CNPJ nº 18.530.639/0001-44, registrada RCPJ/VR sob o n.º 7.174, fls.79-80 do livro A-72 em 04/07/2013 e 1ª alteração contratual sob o n.º 9.510, fls. 288-290 do livro A-110 em 01/10/2018, resolve, por não mais interessar a continuidade da empresa, dissolver e extingui-la em 31/03/2022.

Id: 2385535

HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO.
Cia Aberta - CNPJ 30.540.991/0001-66 - NIRE 333.0014610-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO-AGO: Ficam os Srs. Acionistas convocados a comparecer às 9h00min, do dia 29/04/2022, na Av. Engº Hans Gaiser, 26, Nova Friburgo/RJ, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: I) Examinar, discutir e votar, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021; II) Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado; III) Fixar a remuneração global dos administradores. Em conformidade com o Artigo 124, Parágrafo 6, da Lei 6.404/76, e da Instrução CVM 481/09, encontram-se a disposição dos acionistas para consulta, na sede e no site da Cia, bem como da CVM e da B3 SA, os documentos objetos de deliberações da Assembleia ora Convocada. **Instruções Gerais: a)** Conforme previsto nos Arts. 12° e 13° do Estatuto Social da Cia. somente poderão comparecer a AGO os acionistas em cujos nomes as ações estejam registradas em lista de acionistas expedida pelo Banco Itaú S.A., agente de custódia de Ações da Cia, em até 05 dias antes da data de realização da AGO, observando o Art. 126 da Lei 6.404/76, munidos dos seguintes documentos: (i) se pessoa física: documento de identidade com foto e CPF; (ii) se pessoa jurídica: Estatuto, Contrato Social, ou Alteração do Contrato Social consolidado, comprovadamente atualizados, com respectiva comprovação da representação legal. Em ambos os casos se forem representados por procuração, que observem o disposto no § 1º do art. 126 da Lei 6.404/76, devendo os instrumentos de mandato com especiais poderes para representação na AGO, a que se refere o presente edital, serem depositados na sede da Cia. com firmas do (s) outorgante (s) reconhecida (s) ou por e-mail, em até 05 dias antes da data marcada para sua realização, assinados digitalmente; **b) Boletim de Voto à Distância:** caso o acionista opte por exercer seu direito de voto à distância, nos termos da Instrução CVM 481/09 e alterações, poderá enviar o Boletim de Voto por meio de seu respectivo agente de custódia, ou diretamente à Cia, conforme orientações constantes no boletim de voto a distância, disponível nos sites da Cia "Investidores/Assembleias", da CVM e da B3 SA.Nova Friburgo, 08/04/2022, José Luiz Abicalil - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2385250

TRANSMISSORA RIO-MINAS SPE S.A.
CNPJ: 36.238.971/0001-11
LICENÇA PRÉVIA PARA LINHA DE TRANSMISSÃO

A TRANSMISSORA RIO-MINAS SPE S.A. inscrita sob o CNPJ 36.238.971/0001-11, torna público que requereu ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a Licença de Instalação, para o empreendimento Linha de Transmissão 345 kV Santos Dumont 2 / Leopoldina 2 C1; LT 345 kV Leopoldina 2 / Lagos C1; e SE 345/138 kV Leopoldina 2 que intercepta 13 municípios (Cantagalo/RJ; Cordeiro/RJ; Descoberto/MG; Estrela Dalva/MG; Leopoldina/MG; Macaé/RJ; Macuco/RJ; Piau/MG; Rio das Ostras/RJ; Rio Novo/MG; Santos Dumont/MG; São João Nepomuceno/MG; Trajano de Moraes/RJ).

Id: 2385542

IGUÁ RIO DE JANEIRO S.A.
CNPJ nº 42.353.180/0001-35 - NIRE 33.3.0033871-3
Companhia Aberta
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA IGUÁ RIO DE JANEIRO S.A.

A **IGUÁ RIO DE JANEIRO S.A.** ("Companhia" ou "Emissora"), na qualidade de Emissora da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), vem, através do presente edital de convocação, convocar os titulares das Debêntures em circulação ("Debenturistas"), nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Iguá Rio de Janeiro S.A., celebrado entre a Emissora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, na qualidade de agente fiduciário da Emissão, em 30 de julho de 2021, conforme alterada ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente), para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), a se realizar, em primeira convocação, no próximo dia **26 de abril de 2022, às 11h00min**, de modo exclusivamente digital, através de sistema eletrônico com *link* de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados, sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização da assembleia, de acordo com a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 625, de 14 de maio de 2020 ("Instrução CVM 625"), a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Deliberar sobre pedido de liberação temporária do cumprimento (waiver prévio) de parte das obrigações da Companhia prevista no item 5.1.2 alínea (xxvii) da Escritura de Emissão, somente quanto a contratação de agência de Ratings para obtenção do rating da Emissora; e (ii) Autorizar que o Agente Fiduciário pratique, em conjunto com a Companhia, no que couber, todas as providências necessárias para o cumprimento integral das deliberações tomadas no âmbito da Assembleia Geral de Debenturistas. **Informações Adicionais:** Informações adicionais sobre a Assembleia Geral de Debenturistas e as matérias constantes da Ordem do Dia podem ser obtidas junto à Companhia (por meio de seu canal de relacionamento com investidores riigua@igua.com.br) e/ou ao Agente Fiduciário (por meio do endereço eletrônico corporatetrust@vortx.com.br). A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada através de sistema eletrônico, com *link* de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Debenturistas que enviarem, para o endereço eletrônico riigua@igua.com.br, com cópia para o endereço eletrônico corporatetrust@vortx.com.br, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto na Instrução CVM 625: **(i)** quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do debenturista; **(ii)** quando pessoa jurídica, (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Geral de Debenturistas; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e **(iv)** caso qualquer dos Debenturistas indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da Assembleia Geral de Debenturistas ainda que não realizem o depósito prévio referido acima, bastando a apresentação de tais documentos, por meio dos e-mails informados acima, até o horário de abertura da Assembleia Geral de Debenturistas. A Companhia não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 625, além da participação e do voto a distância durante a Assembleia Geral de Debenturistas por meio do sistema eletrônico indicado pela Companhia, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância., preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assem-

DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO

Imprensa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cristina Batista
Diretora-Presidente

Flávio Cid
Diretor Administrativo

Rodrigo de Mesquita Caldas
Diretor Financeiro

Jefferson Woldaynsky
Diretor Industrial

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS:
As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof´s ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio e Niteroi.

PARTE I - PODER EXECUTIVO:
Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Preparo e Publicações dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras,
Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901
Tels.: (0xx21) 2334-3242 e 2334-3244

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL

RIO - Rua São José, 35, sl. 222/24 - Centro - Rio de Janeiro
Edifício Garagem Menezes Cortes.
Email.: agerio@ioerj.rj.gov.br

NITERÓI - Rua Professor Heitor Carrilho, nº 81 - Centro - Niterói/RJ.
Tel.: 2717-6696
Atendimento das 09:00 às 16:00 horas

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO:
cm/col _____ **R$ 132,00**

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS: Deverão ser dirigidas, por escrito, à Diretora-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675.

Imprensa Oficial — DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sábado, 09 de Abril de 2022 às 03:09:55 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/308601-0 Data do protocolo: 13/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2022 SOB O NÚMERO 00004853158 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 1080F42D2542A049D35D49A6633C64FDC17C07B5CAE7A019551BBDD582B8E057
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

Partidos Legenda passa a ter bancada com maioria de direita radical

Crescimento do PL torna sigla menos pragmática

CRISTIANO MARIZ/OGLOBO — 28/1/2022

Valdemar Costa Neto: ex-deputado comanda sigla há 20 anos e transitou do apoio ao petismo para o bolsonarismo, mas terá dificuldade para nova guinada

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Maior vitorioso na janela partidária, ao sair de 43 para 78 deputados em mês, o PL terá dificuldades para dar uma guinada política no próximo ano, caso o presidente Jair Bolsonaro perca a reeleição. É consensual a tese entre os políticos de que o partido de Valdemar Costa Neto não demoraria para embarcar num eventual governo Lula, mas o quadro após o fim da janela partidária, contudo, mostra que esse malabarismo seria muito mais difícil do que imaginado no início e provavelmente provocaria uma guerra interna entre os grupos.

A "janela" é o período de 30 dias, seis meses antes da eleição, em que deputados e vereadores podem trocar de partido para concorrerem sem o risco de perderem o mandato por infidelidade.

A bancada do PL na Câmara não chegou a dobrar, mas hoje os bolsonaristas são maioria. Isso ocorreu porque 13 deputados deixaram a sigla por discordar do apoio a Bolsonaro, como o então secretário-geral do PL, o deputado Cristiano Vale (PA), ou por questões locais, como os ex-líderes da sigla na Câmara Aelton Freitas (MG) e José Rocha (BA).

O partido em Minas subiu de quatro para sete deputados federais, o que tornou difícil a reeleição de todos. "Para mim ficou impossível", justificou Freitas. Ele e Vale foram para o PP, enquanto Rocha se filiou ao União Brasil. Antes deles, o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (AM), já havia migrado para o PSD por seguidos embates contra Bolsonaro.

Levantamento do **Valor** mostra que apenas 30 dos 78 deputados federais do PL já estavam no partido antes de Bolsonaro entrar em novembro. Parte deles, como o deputado Capitão Augusto (SP), pastor Marco Feliciano (SP) e policial Katia Sastre (SP), já era alinhada as ideias do presidente e fazia oposição ao PT. Mas havia políticos em redutos petistas e outros mais pragmáticos, com histórico de adesão aos projeto de governos anteriores.

As filiações findadas em abril tornaram a bancada majoritariamente bolsonarista e de direita. Dos 78, 48 são novos sendo só quatro egressos de partidos de esquerda, PDT e PSB, o que indica um adesismo ao governo maior na migração. É impossível prever a composição da sigla na próxima legislatura, mas muitos dos que tentarão uma vaga na Câmara são ligados ao presidente, como o ex-secretário nacional de Cultura Mario Frias e o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. A maioria dos deputados estaduais que ingressou também o fez por causa de Bolsonaro.

Vice-presidente do PL, Capitão Augusto viajou pelo país para acompanhar as filiações e disse que havia expectativas de crescimento, mas que o aumento tão expressivo se deveu mesmo ao presidente. Ele, porém, não comenta a possibilidade de adesão a um governo Lula porque diz que é "uma conjuntura fora da realidade". "A gente não cogita o Lula vencer, nem conta com isso aí", afirmou.

Também com a ressalva de que acredita na vitória de Bolsonaro, o deputado Zé Vitor (MG), um dos antigos do PL, avalia que a sigla provavelmente ficaria como independente.

"É impensável e impraticável integrar a base de um eventual governo Lula. Não há ambiente. Historicamente entendo que quase sempre estivemos aliados aos governos, mas é outro momento e quem está no partido hoje tem perfil de centro-direita e de direita", disse.

No antigo PSL, a guerra interna ocorreu por causa do rompimento entre Bolsonaro e o presidente da sigla, o deputado Luciano Bivar (PE), mas os dois grupos ficaram ideologicamente à direita. Nessa janela, dos 53 deputados do PSL, apenas 13 ficaram na sigla (que se fundiu ao DEM e virou União). Um rompimento para aderir ao governo petista, projeta um bolsonarista sob anonimato, levaria a uma crise interna e o controle da bancada pelo grupo de oposição — a "briga de listas" para ver quem tinha mais apoio dividiu o PSL por três anos. Outro deputado, da ala "histórica" do PL, lembra que Valdemar da Costa Neto comanda o partido há mais de 20 anos, mesmo preso no mensalão, e tem habilidade para evitar a tomada da legenda.

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2022

DATA, HORA E LOCAL: 29 de março de 2022, às 14h30, na TIM S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, Térreo - Auditório, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **PRESENÇA:** Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social votante, incluindo detentores de *American Depositary Receipts*, conforme se verifica **(1)** pelas assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas; e **(2)** pelos boletins de voto a distância válidos recebidos nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Participam também da assembleia, presencialmente ou por meio de videoconferência, os Srs. Alberto Mario Griselli, Diretor Presidente; Camille Loyo Faria, Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores; Bruno Mutzenbecher Gentil, *Business Support Officer*; Mario Girasole, *Regulatory and Institutional Affairs Officer*; a Sra. Maria Antonietta Russo, *Human Resources & Organization Officer*; os Srs. Nicandro Durante, Presidente do Conselho de Administração, do Comitê de Remuneração e do Comitê de *Environmental, Social & Governance*; Jaques Horn, Diretor Jurídico; Walmir Urbano Kesseli, Presidente do Conselho Fiscal; Gesner José de Oliveira Filho, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário; e Herculano Aníbal Alves, membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Controle e Riscos. Registra-se, ainda, a participação na assembleia, por meio de videoconferência: do Sr. Fernando de Magalhães, representante dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"); e do Sr. André Alves, representante da Advisia Consultoria de Gestão Empresarial Ltda, para prestar esclarecimentos sobre questões que possam ser suscitadas pelos acionistas. **MESA**: Presidente – Sr. Robson Goulart Barreto; Secretário – Sr. Jaques Horn. **PUBLICAÇÕES E CONVOCAÇÃO: (1)** O relatório da administração, as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e o relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram publicados no dia 25 de fevereiro de 2022, nas páginas 3 a 18 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nas páginas 1 a 10 do Valor Econômico; e **(2)** O Edital de Convocação foi publicado nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2022, e dia 2 de março de 2022, nas páginas 3, 18/19 e 3 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, respectivamente, e nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2022, e dia 2 de março de 2022, nas páginas C11, C6 e B7 do Valor Econômico, respectivamente. **Em Assembleia Geral Ordinária**: **(1)** Deliberar sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(2)** Deliberar sobre a proposta da administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia; **(3)** Ratificar as nomeações dos membros do Conselho de Administração da Companhia, previamente ocorridas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 15 de dezembro de 2021 e 31 de janeiro de 2022; **(4)** Deliberar sobre a composição do Conselho Fiscal da Companhia; **(5)** Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e **(6)** Deliberar sobre a proposta de remuneração da administração, dos membros dos Comitês e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, para o exercício de 2022. **Em Assembleia Geral Extraordinária**: **(1)** Deliberar sobre a proposta de prorrogação do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement*), mediante a celebração do seu 15º aditivo, entre a Telecom Italia S.p.A., de um lado, e a Companhia, de outro lado. **DELIBERAÇÕES**: Inicialmente, foi feita a leitura do mapa consolidado de votação dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, o qual foi distribuído aos presentes e ficou também à disposição para consulta, consoante o Parágrafo 4º do Art. 21-W da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009. O Presidente da Mesa em seguida propôs: **(1)** a dispensa da leitura dos demais documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos do Art. 134 da Lei nº 6.404/76, uma vez que o seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas; **(2)** a lavratura da ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do Art. 130, Parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76, respectivamente; **(3)** que as declarações de voto, abstenções, protestos e dissidências, porventura apresentadas, fossem recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa, ficando arquivadas na sede da Companhia, nos termos do Art. 130, Parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76; e **(4)** que a ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária fosse lavrada em instrumento único, nos termos do Art. 131, Parágrafo Único, da Lei nº 6.404/76. Sem qualquer oposição, os acionistas presentes concordaram com as propostas de encaminhamento do Presidente. Em seguida, após a análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram por: **Em Assembleia Geral Ordinária: (1) Aprovar,** por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, que foram devidamente auditadas pelos auditores independentes da Companhia, EY, e acompanhadas de seu respectivo relatório, bem como do parecer do Conselho Fiscal e do relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia. **(2) Aprovar,** por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a proposta da administração de destinação do resultado do exercício de 2021, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, a qual contempla que o lucro líquido do exercício de 2021, no montante de **R$2.957.173.992,98 (dois bilhões, novecentos e cinquenta e sete milhões, cento e setenta e três mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e oito centavos)**, seja destinado da seguinte forma: **(2.1)** Para a Reserva de Lucro, será destinada a importância de **R$176.740.615,94 (cento e setenta e seis milhões, setecentos e quarenta mil, seiscentos e quinze reais e noventa e quatro centavos)**, referente ao valor de benefício fiscal de redução de imposto de renda incorrido pela Companhia no exercício de 2021; **(2.2)** Para a constituição da Reserva Legal, em conformidade com o Art. 193 da Lei nº 6.404/76, será destinada a importância de **R$139.021.668,85 (cento e trinta e nove milhões, vinte e um mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos)**, equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia no exercício de 2021; **(2.3)** Como juros sobre capital próprio (bruto), o montante de **R$1.047.500.000,00 (um bilhão, quarenta e sete milhões e quinhentos mil reais)**, cujos pagamentos foram aprovados ao longo do exercício de 2021 e pago nas datas de 20 de julho de 2021, 27 de outubro 2021 e 25 de janeiro de 2022, sendo que: **(i)** o valor de **R$660.352.927,05 (seiscentos e sessenta milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, novecentos e vinte e sete reais e cinco centavos)** é imputado ao dividendo mínimo obrigatório; e **(ii)** o valor remanescente de **R$387.147.072,95 (trezentos e oitenta e sete milhões, cento e quarenta e sete mil, setenta e dois reais e noventa e cinco centavos)** foi distribuído a título de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia; e **(2.4)** Para a Reserva Estatuária para Expansão, nos termos do Estatuto Social, será destinado o saldo remanescente do lucro líquido no montante de **R$1.593.911.708,19 (um bilhão, quinhentos e noventa e três milhões, novecentos e onze mil, setecentos e oito reais e dezenove centavos)**. **(3)** Foi colocada em votação a ratificação das nomeações dos membros do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 15 de dezembro de 2021 e 31 de janeiro de 2022, nos termos do Art. 150 da Lei nº 6.404/76 e do Art. 20, Parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia, tendo sido **aprovada** por maioria dos votos proferidos, conforme indicado no mapa consolidado de votação em anexo, a ratificação da eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração: **(i) Claudio Giovanni Ezio Ongaro,** italiano, casado, bacharel em engenharia eletrônica, portador do passaporte italiano nº YA4595942, válido até 16 de julho de 2023, domiciliado em Corso d'Italia 41, 00198, cidade de Roma, Itália; e **(ii) Alberto Mario Griselli,** italiano, casado, bacharel em engenharia, portador do documento de identidade RNM n° V354056-O, emitido pela CGPI/DIREX/PF em 31/01/2021, inscrito no CPF/ME sob o n° 058.431.817-07, domiciliado na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. A acionista TIM Brasil Serviços e Participações S.A. declarou que obteve dos Conselheiros, cujas eleições são agora ratificadas, a confirmação de que possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 367 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. **Os Conselheiros acima referidos terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023** e serão investidos nos cargos mediante o cumprimento das condições aplicáveis e assinatura dos respectivos termos de posse e demais documentos pertinentes, na forma e/ou no prazo estabelecido na Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 367, no Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado da B3. **(4) Aprovar,** por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a composição do Conselho Fiscal da Companhia com 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes. **(5)** O Presidente indagou aos acionistas minoritários presentes sobre seu interesse em requerer votação em separado de membro do Conselho Fiscal, nos termos do Art. 161, Parágrafo 4º, alínea 'a', da Lei nº 6.404/76, tendo a acionista DOCAS INVESTIMENTOS LTDA. apresentado a indicação do Sr. **Elias de Matos Brito**, como membro efetivo, e do Sr. **Anderson dos Santos Amorim**, como suplente; e a acionista CLUBE DE INVESTIMENTO HILL apresentado a indicação do Sr. **Rafael de Souza Morsch**, como membro efetivo e do Sr. **Tiago Paz Munhoz**, como suplente; a matéria foi colocada em votação em separado, sem a participação da acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A.; como resultado, **foram eleitos, por maioria dos votos proferidos pelos acionistas minoritários** que se manifestaram sobre esta deliberação, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, com votos a favor da acionista DOCAS INVESTIMENTOS LTDA., o Sr. **Elias de Matos Brito**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 074.806-03, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 816.669.777-72, domiciliado na Rua Uruguaiana, nº 39, 18º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como **membro efetivo**; e o Sr. **Anderson dos Santos Amorim**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 105.561/O-0, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 029.215.847-51, domiciliado na Rua Uruguaiana, nº 39, 18º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, como **suplente**. A acionista DOCAS INVESTIMENTOS LTDA. declarou que obteve a confirmação de que os candidatos que indicou para o Conselho Fiscal, ora eleitos, possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho Fiscal. Em seguida, foi colocada em votação a chapa de candidatos composta por 2 (dois) membros efetivos, e respectivos suplentes, conforme proposta da acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A., tendo sido **aprovada**, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo; assim, para compor o Conselho Fiscal, foram eleitos: **(i)** como **membro efetivo,** o Sr. **Walmir Kesseli**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 1.440.573-9, expedido pela SSP-PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 357.679.019-53, domiciliado na Rua Emílio Cornelsen, nº 344, Apto 602, Ahú, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, tendo como **suplente** o Sr. **Heinz Egon Lowen**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 691.784-4, expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 017.339.239-34, domiciliado na Rua Baruch Spinoza, nº 274, na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná; e **(ii)** como **membro efetivo,** a Sra. **Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães**, brasileira, casada, arquiteta, portadora do documento de identidade nº 7101355, expedido pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 050.287.838-02, domiciliada na Rua Comandante Julio de Moura, n° 439, Cobertura, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, tendo como **suplente** o Sr. **Josino de Almeida Fonseca**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do documento de identidade nº 5.492.136-3, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.832.607-30, domiciliado na Rua Barão de Capanema, nº 98, apto 72, Cerquera Cesar, Cidade e Estado de São Paulo. A acionista TIM Brasil Serviços e Participações S.A. declarou que obteve a confirmação de que os candidatos que indicou para o Conselho Fiscal, ora eleitos, possuem as qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social para o exercício do cargo de membro do Conselho Fiscal. **Fica consignado que todos os Conselheiros Fiscais ora eleitos terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023**. Os Conselheiros Fiscais serão investidos nos cargos mediante cumprimento das condições aplicáveis e assinatura dos respectivos termos de posse e demais documentos pertinentes, na forma e/ou no prazo estabelecido na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado da B3. **(6) Aprovar,** por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, a proposta de remuneração dos administradores referente ao exercício de 2022, nos seguintes termos: **(i)** Remuneração do Conselho de Administração: remuneração global anual no montante de **R$4.860.000,00 (quatro milhões, oitocentos e sessenta mil reais)** a ser atribuída aos conselheiros individualmente em conformidade com os critérios que vierem a ser deliberados pelo Conselho de Administração; **(ii)** Remuneração dos Comitês: remuneração global anual no montante de **R$3.024.000,00 (três milhões e vinte e quatro mil reais)** a ser atribuída aos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, em conformidade com os critérios que vierem a ser deliberados pelo Conselho de Administração; **(iii)** Remuneração do Conselho Fiscal: remuneração global anual no montante de **R$616.000,00 (seiscentos e dezesseis mil reais)**; e **(iv)** Remuneração da Diretoria: remuneração global anual no montante de **R$77.596.000,00 (setenta e sete milhões, quinhentos e noventa e seis mil reais)** sendo que, desse total, o valor a ser pago se divide em: **22% (vinte e dois por cento)** correspondente à remuneração fixa anual e **78% (setenta e oito por cento)** correspondente à remuneração variável. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (1) Aprovar**, por maioria dos votos proferidos, na forma do mapa consolidado de votação em anexo, ficando expressamente consignada a abstenção de voto pela acionista controladora TIM Brasil Serviços e Participações S.A., a prorrogação por um período de 12 (doze) meses do Contrato de Cooperação e Suporte (*Cooperation and Support Agreement*) ("Contrato") entre a Telecom Italia S.p.A., de um lado, e a Companhia, de outro lado, até 30 de abril de 2023, com valor em reais equivalente a até **€7.904.727,00 (sete milhões, novecentos e quatro mil, setecentos e vinte e sete Euros)**, nos termos da proposta apreciada pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração em suas respectivas reuniões realizadas nos dias 22 de fevereiro de 2022 e 23 de fevereiro de 2022, tudo conforme documentação disponibilizada previamente nos sites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários e da *Securities and Exchange Commission* sobre o histórico do Contrato, ficando a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários para a celebração da prorrogação do Contrato. **ESCLARECIMENTOS:** A Mesa recebeu e registrou os votos e as abstenções manifestados pelos acionistas presentes nesta Assembleia, já devidamente computados nas deliberações acima, conforme mapa consolidado de votação em anexo. **MAPA DE VOTAÇÃO:** Em atendimento ao Art. 30, Parágrafo 4º, da Instrução CVM n° 480, o mapa consolidado de votação em anexo, que é parte integrante desta ata, indica as aprovações, rejeições e abstenções sobre os itens da Ordem do Dia, bem como os respectivos percentuais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, sendo em seguida assinada pelo Presidente, pelo Secretário da Mesa e pelos demais acionistas que se dispuseram a fazê-lo. Certifico que a presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 29 de março de 2022. **Jaques Horn -** Secretário da Mesa. **Mapa Sintetico Consolidado**

	Quantidade de Ações / Percentual de Participantes		
Assembleia Geral Ordinária	**Aprovar (SIM)**	**Rejeitar (Nao)**	**Abster-se**
Ordem 1 - Demonstração Financeira 2021	1.998.064.522 97,11%	1.126.320 0,05%	58.339.768 2,84%
Ordem 2 - Destinação do Resultado 2021	2.054.120.085 99,83%	3.216.990 0,16%	193.535 0,01%
Ordem 3 - Ratificar as nomeações dos Srs. Claudio Giovanni Ezio Ongaro e Alberto Mario Griselli	2.029.586.065 98,64%	24.342.881 1,18%	3.601.664 0,18%
Ordem 4 - Deliberar sobre a composição do Conselho Fiscal da Companhia	2.056.702.640 99,86%	725.330 0,04%	102.640 0,00%
Ordem 5 - Indicação de todos os nomes que compoem a chapa - Chapa Única[1]	2.054.243.898 99,84%	2.741.262 0,13%	545.450 0,03%
Ordem 6 - Caso candidatos deixem de integrá-la os votos continuam sendo conferidos à chapa escolhida?	1.663.473.540 80,85%	392.897.695 19,10%	1.159.375 0,06%
Ordem 7 - Deseja solicitar a eleição em separado de membro do Conselho de Fiscal?[2]	34.177.652 9,85%	37.203.482 10,72%	275.573.485 79,43%
Ordem 7A - Indicação do acionista minoritário Clube de Investimento Hill	200.000 100,00%	0 0,00%	0 0,00%
Ordem 7B - Indicação do acionista minoritario Docas Investimento Ltda.	19.276.091 100,00%	0 0,00%	0 0,00%
Ordem 8 - Remuneração 2022	1.799.616.760 87,46%	256.114.253 12,45%	1.799.597 0,09%
Assembleia Geral Extraordinária	**Aprovar (SIM)**	**Rejeitar (Nao)**	**Abster-se**
Ordem 1 - Contrato CSA	427.688.740 20,77%	170.280 0,01%	1.631.566.782 79,22%

[1]Item desconsiderado em função da indicação de candidatos por acionistas minoritarios presentes na reunião, para eleição em separado. [2]Apenas dois acionistas minoritários, que compareceram presencialmente, apresentaram candidatos, conforme votos manifestados no Item 7A e 7B. Os demais acionistas não apresentaram candidatos.
Jucerja nº 4837150, em 06/04/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

Eleições de 2022 e a janela partidária

Andrea Freitas e Vitor Vasquez

Na sexta-feira encerrou-se a janela partidária, prazo de 30 dias, onde os parlamentares podem mudarem de partido sem perder o mandato. As migrações que ocorrem durante esse período nos permitem compreender parte das estratégias mobilizadas na tentativa de vencer as eleições que se avizinham, principalmente observando as movimentações ocorridas na Câmara dos Deputados, dada sua importância tanto nas eleições nacionais quanto em termos de consolidação de apoios estaduais.

Inicialmente cabe destacar que as movimentações partidárias se iniciaram antes mesmo da janela, seja pela incorporação de um partido por outro em função da cláusula de barreira, seja por fusão de dois partidos relevantes como DEM e PSL, atualmente União Brasil, que visava justamente manter a atratividade do partido a parlamentares em razão do gordo fundo eleitoral do novo partido.

Contudo, as alterações não param por aí. É preciso destacar o fim das coligações partidárias, inauguradas nas eleições municipais de 2020, substituídas pela novidade das federações partidárias, alianças de caráter permanente entre legendas — firmadas nas eleições e estendidas aos governos — e de abrangência nacional. Isto mostra como o jogo eleitoral, que já era complexo, tornou-se ainda mais enredado.

Diante este cenário, um partido pode tornar-se mais ou menos atrativo, a depender das características que possui. Nesse sentido, chama atenção o resultado da janela partidária para PL e PT, legendas que, até o momento, possuem os principais competidores para a campanha presidencial: Bolsonaro e Lula, respectivamente.

O PL mais que dobrou no fim da janela, se comparada a sua composição na posse desta legislatura em 2019 (de 33 para 78 parlamentares). A origem das migrações mostra como elas nada tem a ver com a política decida diariamente no Legislativo. A maioria dos que migraram para o PL tem origem no União Brasil, que possuía a base do PSL, partido pelo qual Bolsonaro foi eleito presidente em 2018. O fato do seu destino ser o partido do atual candidato a reeleição mostra que a estratégia do União Brasil falhou em certa medida. O partido que possuía 81 parlamentares na data da fusão, terminou a janela apenas com 49. Isto sugere uma aposta dos deputados de que, ao se vincularem à figura de Bolsonaro, aumentaram suas chances eleitorais (efeito "coattail"). Ao mesmo tempo que demonstra que vários políticos consideraram mais importante a estratégia anterior do que a possibilidade de acesso ao FEFC, uma vez que saíram do partido (União Brasil) que terá a maior fatia deste recurso.

O PT, por sua vez, cresceu 54 para 56 deputados, mantendo a tradição dos partidos de esquerda de não apostarem no jogo das trocas de legenda com a mesma intensidade dos partidos de direita.

O Podemos, ex-partido de Sergio Moro, preocupado em perder muitos dos seus futuros candidatos nas eleições legislativas deste ano, pela falta de recursos para financiar de forma concomitante as eleições legislativas e uma eleição para presidente, abandonou seu candidato a presidente, que por isso mudou para o União Brasil. E perdeu apenas 2 parlamentares.

O PSDB também se manteve relativamente estável (26 parlamentares). Apesar da enorme disputa interna sobre quem será o próximo candidato a Presidente da República. Coroada com a possibilidade da retirada de candidatura de João Doria, e possível perda do governo do Estado de São Paulo em 2022.

As estratégias eleitorais estão a pleno vapor desde de 2021. A eleição não será uma eleição corriqueira, a grande polarização política do país, a enorme instabilidade, e as recentes ameaças ao regime democrático dão peso especial aos movimentos que estão sendo realizados pelos partidos na montagem das chapas federal e estaduais. Mas diferente de 2018, quando o mundo político apostou no PSDB através de uma ampla coligação eleitoral que sustentou a candidatura de Geraldo Alckmin. Em 2022 os políticos individualmente parecem apostar em Bolsonaro.

Andréa Freitas é doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo e professora no Departamento de Ciência Política da Unicamp. Coordena o Núcleo de Instituições Políticas e Eleições do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)

Vitor Vasquez é doutor em ciência política pela Universidade Estadual de Campinas (bolsista Fapesp) e professor substituto no curso de graduação em ciência política da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Este é o primeiro artigo de uma parceria entre o Valor e o Núcleo de Instituições Políticas e Eleições do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)

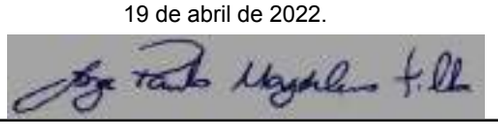
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/308601-0 Data do protocolo: 13/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2022 SOB O NÚMERO 00004853158 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 1080F42D2542A049D35D49A6633C64FDC17C07B5CAE7A019551BBDD582B8E057
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA TIM S.A., NIRE 33.3.0032463-1, PROTOCOLO 00-2022/308601-0, ARQUIVADO EM 19/04/2022, SOB O NÚMERO (S) 00004853158, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
311.513.508-42	RODRIGO BATISTA SANTOS

19 de abril de 2022.



Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TIM S.A.
NIRE: 333.0032463-1 Protocolo: 00-2022/308601-0 Data do protocolo: 13/04/2022
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/04/2022 SOB O NÚMERO 00004853158 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 1080F42D2542A049D35D49A6633C64FDC17C07B5CAE7A019551BBDD582B8E057
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM

TIMB LISTED **NYSE**

ISE B3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2021

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Prezados acionistas,

A administração da TIM S.A. ("TIM S.A.", "Companhia" ou "TIM") apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2021, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e com o Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2021.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*), conforme definidas pela IASB.

As informações operacionais e financeiras de 2021, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

Perfil da Companhia

A TIM S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e ADRs (*American Depositary Receipts*) listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE). Em 2021, a TIM confirmou a sua manutenção, pelo décimo quarto ano consecutivo, no seleto grupo de companhias que integram o portfólio ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3), reforçando o seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Além disso, a TIM é listada desde 2011 no Novo Mercado, segmento reconhecido pelo mais alto nível de governança corporativa da B3 e a partir de 2021 passou a fazer parte dos índices S&P-B3 Brasil ESG, Refinitiv Diversity & Inclusion e Bloomberg Gender Equality.

A TIM S.A. é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária do grupo Telecom Italia.

A TIM opera nos mercados de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, em todo território brasileiro, e no mercado de ultra banda larga abrangendo alguns estados do país.

1. Mensagem da Administração

O ano de 2021 ainda foi fortemente impactado pela pandemia de COVID-19, que impôs grandes desafios à sociedade, com impactos para a saúde pública e econômicos. Em meio ao aumento da vacinação, surgimento de novas variantes do vírus, escalada da inflação e aumento dos juros, a TIM se mostrou resiliente para entregar resultados sólidos ao final de 2021, cumprindo com todas as metas estabelecidas junto a seus acionistas e ao mercado financeiro em geral.

Evolução da Pandemia e a Dinâmica Macroeconômica

Ao longo do primeiro semestre, a economia brasileira vinha registrando recuperação a despeito da oscilação das condições sanitárias, e a consequente adoção de novas medidas restritivas entre março e abril. O impacto dessas restrições sobre a atividade econômica em geral e sobre a atividade da TIM se deu em magnitude significativamente menor do que em períodos similares em 2020. No segundo semestre, a vacinação da população se acelerou, mas a recuperação econômica continuou a se dar de forma heterogênea entre os diferentes setores.

A aceleração da inflação com posterior início do ciclo de aperto monetário limitaram a melhora de dinamismo da economia. Para nós, esta situação se materializou principalmente no segmento de telefonia móvel pré-pago como consequência de uma disponibilidade de renda das famílias ainda bastante pressionada seja pela inflação, pelo endividamento e por um mercado de trabalho ainda vacilante.

M&A e 5G: Transformações Setoriais e para TIM

Em 2021, grandes transformações setoriais tomaram forma e começaram a se materializar. De um lado, a transação de compra dos ativos móveis da Oi Móvel S.A. passou a ser analisada pelos órgãos reguladores setorial (Anatel) e de concorrência (CADE) que mesmo sem apresentar uma resposta definitiva dentro do ano indicavam uma definição logo no início de 2022. De outro lado, houve uma proliferação de iniciativas no setor de telecomunicações para explorar as oportunidades do serviço de ultra banda-larga, seja através de IPOs de pequenos provedores, seja através da criação de veículos neutros de infraestrutura de fibra ótica. Neste último caso, optamos por fechar um acordo com a IHS Brasil para a venda de 51% de um veículo de fibra recém criado com intuito de acelerar o desenvolvimento de sua cobertura dos serviços de FTTH (*Fiber-To-The-Home*).

No segundo semestre do ano, ocorreu o leilão de frequências que previa a venda de lotes de espectro destinados às tecnologias 4G e 5G. Participamos de forma muito bem sucedida, adquirindo um conjunto de faixas de frequências que ajudarão na composição do nosso portfólio de espectro e evolução dos serviços com a implantação das novas redes 5G e reforço de capacidade na rede 4G.

Resiliência em Face das Adversidades e Foco na Execução da Estratégia

O primeiro semestre foi marcado por uma recuperação mais pujante, mas conseguimos a despeito dos desafios do segundo semestre, manter um bom nível de crescimento anual de receita de serviços (+6% no 1S e +4% no 2S) para fechar o ano com crescimento positivo de 5% versus 2020. Esse desempenho representa uma robusta recuperação se comparamos com a performance de 2020, onde o crescimento da receita de serviços foi de apenas 0,4% A/A. Nossa capacidade de encontrar soluções em meio as adversidades e o foco na execução da nossa estratégia foram fundamentais para essa evolução no desempenho.

Entre as iniciativas implementadas em 2021 que suportaram essa performance, destacam-se; (i) a contínua evolução da abordagem de volume para valor, com contínuo crescimento de ARPU, redução do *churn* e recuperação da adição de clientes; (ii) o resgate do tema Música como parte dos nossos lançamentos de oferta e de um novo posicionamento de marca; (iii) a sólida execução na nossa operação de banda larga; (iv) o contínuo avanço da nossa infraestrutura de rede e TI; (v) a busca incessante por eficiência de custos e investimentos; e (vi) a contínua evolução da estratégia de Plataforma de Clientes materializada por mais uma parceria fechada no segmento de educação a distância com a plataforma Ampli.

Os impactos positivos dessas iniciativas ficaram evidentes nos resultados das diferentes linhas de negócio:

- Do ponto de vista dos Serviços Móveis, a receita manteve uma boa dinâmica e terminou o ano com crescimento próximo a 5% contra o ano de 2020. Essa performance foi puxada pelo segmento Pós-Pago que cresceu mais de 5% A/A, enquanto o Pré-Pago caiu próximo a 2%.
- A banda larga residencial manteve um forte crescimento de aproximadamente 15% comparado a 2020.
- Nossas receitas com a Plataforma de Clientes somaram cerca de R$ 120 milhões, multiplicando por 8 o número de 2020 e com grandes contribuições da parceria com o Banco C6 e das iniciativas de Publicidade Móvel.

Uma Infraestrutura Robusta para Suportar uma Melhor Experiencia para o Cliente

O desenvolvimento da nossa infraestrutura é pilar fundamental da estratégia de melhoria da experiência dos clientes. Desta maneira, em 2021, demos ênfase em continuar evoluindo na qualidade dos nossos serviços através do fortalecimento da nossa rede e dos nossos sistemas.

Por mais um ano, a TIM assegurou a liderança em 4G, tendo a maior e melhor cobertura nesta tecnologia. Fechamos 2021 com mais de 4700 mil cidades e nos aproximamos cada vez mais da meta de cobrir todos os municípios do país até 2023. Nossa rede móvel foi atestada mais uma vez como líder em disponibilidade 4G e melhor experiência de vídeo e vídeo-chamada pela OpenSignal. A cobertura de 4.5G superou 1700 cidades e lançamos a tecnologia 5G DSS e fizemos pilotos com o 5G *standalone*.

Na rede fixa, superamos a marca de 112 mil quilômetros de fibra ótica em *backbone* e *backhaul*, o que nos possibilitou conectar mais 1200 cidades com fibra ótica, expandimos também nossa cobertura do serviço de banda larga residencial da TIM Live, chegando a 4,2 milhões de domicílios em FTTH e 6,7 milhões de domicílios totais. Na frente de TI, avançamos no projeto Journey to Cloud para migrar todo o nosso *datacenter* para nuvem, fechamos o ano com 44% de migração. Este projeto, e outros com foco em digitalização tem impacto tanto nos custos da Companhia quanto na satisfação dos clientes.

Eficiência e Geração de Caixa

Nossa cultura voltada para eficiência tem sido uma marca registrada da TIM na última década. Portanto em 2021, não foi diferente, apesar das pressões inflacionárias e da crise energética, conseguimos compensar uma boa parte desses efeitos com iniciativas voltadas a transformação digital e a cortes de custos mais tradicionais. O controle da inadimplência também contribuiu para o crescimento dos gastos ficar abaixo dos 5% e menos da metade da inflação oficial (IPCA: 10,06%).

A sólida performance nas frentes operacional e financeira produziu, mais uma vez, o maior EBITDA da história da TIM, atingindo mais de R$ 8,7 bilhões, com uma margem de 48,4% no ano e, também, um excelente nível de fluxo de caixa operacional em mais de R$ 6 bilhões. Com isso, fechamos o ano com sólida posição financeira e prontos para cumprir com as obrigações de desembolso extras que teremos em 2022 – aquisição de ativos da Oi Móvel e das licenças de frequência. Nosso caixa ficou próximo a R$ 9,8 bilhões com um endividamento líquido de R$ 3,7 bilhões (incluindo o impacto relacionado as licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R$ 843 milhões) e ainda assim, a Companhia manteve a alavancagem em patamar saudável. Esse cenário nos deu conforto de manter a distribuição aos acionistas no patamar de R$ 1 bilhão através do instrumento de JSCP.

Conclusão e Perspectivas

A capacidade de agir rapidamente e de maneira assertiva, aproveitando oportunidades do mercado e mantendo o foco na execução da estratégia foram as marcas de 2021. Essa combinação tornou possível a entrega de todas as metas definidas para o ano, mesmo em um cenário de alta incerteza.

A expectativa para o ano de 2022 é de aceleração no processo de transformação da TIM e do setor com a aprovação da transação com a Oi Móvel, o início da implementação do 5G "de verdade" e a mudança de paradigma da banda-larga fixa para redes neutras. Esperamos, ainda, capitalizar mais as iniciativas nas frentes de transformação digital e de novos negócios, criando grandes oportunidades para TIM de eficiência e crescimento.

2. Panorama Econômico e Industrial

2.1. Ambiente Macroeconômico

Apesar das expectativas positivas para o ano, 2021 foi, ainda, significativamente impactado pela pandemia do Coronavírus – COVID 19, que trouxe, além de um imensurável ônus humano, um expressivo ônus para atividade econômica do Brasil e do mundo.

Após o início da vacinação em massa no mundo ainda no final de 2020 e com o avanço da vacinação no Brasil durante todo o ano de 2021, combinado com a consequente diminuição das restrições de mobilidade e uma expressiva redução na taxa de desemprego (11,6% em novembro de 2021), ocorreu um reaquecimento da atividade econômica do país. Isso fez com que as projeções de alta do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para o período, atingissem o patamar de 4,50%, segundo o último relatório FOCUS[1] do ano, em comparação a uma previsão de crescimento de 3,41%, no primeiro relatório FOCUS[2] de 2021.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2021 em 10,06%[3], maior inflação anual acumulada desde 2015. O IPCA registrado foi significativamente superior ao centro da meta, que era de 3,75% para o ano. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo grupo Transportes, que na cesta dos itens avaliados apresentou a maior variação e fechou o ano com aumento de 21,03% e o maior impacto no acumulado do ano. Além dos Transportes, se destacaram os itens Habitação e Alimentação e Bebidas. De maneira macro, a economia ainda sofre com a obstrução das cadeias de abastecimento no Brasil e no mundo, como consequência das medidas de combate ao COVID-19, causando ainda um forte choque na oferta de bens e serviços e, consequentemente, pressionando a inflação do mundo para cima.

Na frente cambial, o dólar americano apresentou forte valorização em relação ao Real em 2021, fechando o ano cotado em R$ 5,57[4], uma alta de 7,4%, depois de ter atingido R$ 5,79[5], em março deste ano, tendo apresentado forte oscilação ao longo do ano, diante de um cenário de elevação do risco fiscal decorrente do agudo aumento dos gastos públicos decorrentes da pandemia, a paralisação das reformas fiscal e administrativa, contribuíram para uma forte oscilação cambial ao longo do ano. A balança comercial fechou o ano com um superávit de US$ 61 bilhões[6]. O valor representa um crescimento de 21,1% em relação ao ano de 2020 e superou o recorde de US$ 56 bilhões de 2017. O saldo positivo é resultado de US$ 280,4 bilhões em exportações e US$ 219,4 bilhões em importações. A exportação em 2021 cresceu 34% na comparação com 2020, enquanto a importação cresceu 38,2%. Quanto ao cenário internacional, também verificamos uma forte aceleração na vacinação contra a COVID-19 em grande parte do mundo, o que acarretou, igualmente, na diminuição das restrições de mobilidade e reunião de pessoas e, consequentemente, na retomada parcial da atividade econômica. Nos EUA e países desenvolvidos, o ano trouxe a inflação como novidade nos relatórios econômicos, o que não acontecia há décadas. Especialmente nos EUA, o índice de preços ao consumidor atingiu 7% em 2021, a maior alta em desde 1982. O PIB dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avançou 0,9% no 3º trimestre de 2021 em comparação com o trimestre anterior e retomou nível pré-pandemia. Devido a aceleração da retomada da atividade econômica, o FMI reviu sua projeção de crescimento da economia mundial em 2021 para 5,9%[7].

2.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional".

O setor sempre foi impactado por uma acirrada competição no mercado brasileiro, verificada pela presença de ofertas mais agressivas sob o ponto de vista do conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral, o que, de certa forma, limita a capacidade da Companhia de repassar aumentos de custos ou de propor a adesão a ofertas de maior valor, levando todo o setor de telecomunicações à uma certa degradação.

Por outro lado, o ambiente altamente competitivo pode ter sido, em última análise, um dos gatilhos para a consolidação do mercado móvel, que se vislumbra terminar 2022, com a concretização da venda da Oi Móvel, e consequente divisão dos ativos para os players remanescentes do setor.

Ao longo do ano de 2021, o setor continuou a sofrer os impactos oriundos da profunda crise causada pela epidemia COVID-19, e de todas as restrições destinadas a retardar sua propagação. Todavia, o setor manteve a tendência de crescimento no consumo de dados, exigindo das operadoras a capacidade de adaptação de suas redes, enfrentando o desafio de entregar uma infraestrutura cada vez mais robusta, em ambiente de maior racionalidade nos investimentos, como projetos como a densificação de sites, o *refarming* de frequência e a agregação de portadoras em duas ou três frequências. Além disso, a TIM segue avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede. Essa evolução da rede da Companhia permite a ampliação significativa do tráfego na rede 4G, que propicia aos seus clientes melhor experiência de uso, tanto em termos de performance, com maior velocidade de *download* e *upload* e menor latência, como em cobertura *indoor* e maior penetração.

Essa demanda por evolução tecnológica e investimentos no setor tende a ser mantida, isso pode ser verificado, especialmente, considerando o leilão do 5G, que foi realizado no último trimestre do ano de 2021, e instituiu uma serie de obrigações relacionadas à autorização do direito de utilização das frequências, o que, certamente, obrigará setor a passar por um novo ciclo de investimentos. A implantação dessa nova tecnologia vai trazer avanços muito expressivos, possibilitando a geração de novos modelos de negócio, incentivando uma sociedade cada vez mais conectada, além de abrir caminho para a implementação de avanços em pesquisa e desenvolvimento.

Por fim, 2021 mostrou-se um ano no qual a demanda por Banda Larga Fixa se consolidou. Durante o ano, *players* menores lançaram suas Ofertas Públicas Iniciais ("IPOs") e fortaleceram suas posições financeiras para continuar crescendo. A Banda Larga Fixa é uma grande oportunidade no país por ainda ter baixa penetração fora dos grandes centros, mas, por outro lado, pode ser muito influenciada pela separação de empresas provedoras de serviços e *players* de infraestrutura, visto que as empresas prestadoras de serviços podem alugar infraestrutura das empresas especializadas buscando uma aceleração de crescimento.

3. Serviços TIM

3.1. Negócios

A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de atender novos padrões de consumo ao mercado. A abordagem proativa permite à Companhia estar em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios nas telecomunicações. A mudança no perfil de uso dos clientes e o surgimento de novas tecnologias fomentam uma ruptura na indústria de telecomunicações, baseada no consumo de dados, conteúdos e serviços digitais.

[1] Estimado pelo relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) de 31 de dezembro de 2021.
[2] Estimado pelo relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) de 08 de janeiro de 2021.
[3] Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
[4] Fonte: Banco Central.
[5] Fonte: Banco Central.
[6] Fonte: Ministério da Economia.
[7] Fonte: Fundo Monetário Internacional.

O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, TIM Live, e o serviço de banda larga fixa através da rede móvel, utilizando a tecnologia WTTx e 5G DDS, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT.

Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões.

Demonstrando esse diferencial, em 2021, a TIM iniciou a primeira parceria entre uma empresa de telecomunicações e uma empresa de educação. Foram lançadas ofertas exclusivas para os clientes que se matriculassem nos cursos oferecidos na plataforma e os clientes TIM passaram a receber descontos em cursos selecionados. Por sua vez, as ofertas lançadas em parceria com o C6 Bank continuam a agregar um diferencial ao portfólio, ao somar mais conveniência e adicionar novas experiências às ofertas dos planos Controle e Pós puro. Continuamos oferecendo aos clientes do plano TIM Black Família um *marketplace* para serviços de OTT, uma maior flexibilidade na escolha do conteúdo de entretenimento incluído no plano e o atendimento diferenciado do TIM Concierge. A inovação em ofertas e a consistência na operação têm garantido o diferencial do portfólio e uma maior qualidade na aquisição de novo clientes.

3.2. Estratégia

A estratégia adotada pela TIM para 2021 foi baseada em cinco frentes indicadas abaixo, cada uma das quais focada nas principais partes interessadas da Empresa (clientes, colaboradores e acionistas) e, juntas, visam redesenhar a experiência do cliente e fazer da TIM a melhor escolha por valor no mercado, apoiada por sua posição como líder na ultra banda larga móvel e sua variedade de ofertas inovadoras:

- *Mover de volume para valor*: Melhorar e acelerar a transição de volume para valor, para sustentar o crescimento do negócio móvel, com foco na experiência do cliente;
- *Melhorar a infraestrutura*: Preencher o atual gap de infraestrutura com M&A, também promovendo o crescimento inorgânico e capturando potenciais sinergias;
- *Monetizar além do core*: Expandir novos fluxos de receita a partir de modelos de negócios alternativos, como serviços financeiros móveis, Educação, Saúde e publicidade digital móvel, visando a monetização da nossa base de clientes e alavancando a plataforma de base de clientes através de ecossistemas e parcerias;
- *Aprimorar tecnologia e operações*: Implementar projetos transformacionais em infraestrutura (ex., 5G, ORAN, M-MIMO, *cloudification*) e abordar desafios estruturais e preparar nossa tecnologia e nossas operações para desenvolvimentos futuros; e
- *Explorar oportunidades de banda larga fixa*: Capturar oportunidades de crescimento do mercado de ultra banda larga com novos modelos financeiros e de negócio.

Todos os cinco pilares estratégicos mencionados acima estão diretamente relacionados ao nosso compromisso com a experiência do usuário, que é um dos nossos três pilares de fundação da marca TIM (incluindo também a inovação e a qualidade), além de estarem voltados para o fortalecimento do nosso core e na construção do futuro da companhia.

Ao longo do ano de 2021, para implementação dos pilares estratégicos mencionados acima, a TIM direcionou esforços por meio de dois habilitadores transformacionais: (i) Impulsionar **eficiências disruptivas** por meio da digitalização, automatização e novos modelos operacionais, alavancando habilidades e o aprimoramento de capacidades; e (ii) Fortalecer e consolidar a **proposta de ESG** fazendo uma transformação positiva

Este é o principal objetivo da estrutura proposta, na qual o cliente é o centro de tomada de decisão.

4. Recursos Humanos

A Diretoria de Recursos Humanos está estruturada com o propósito de assegurar as melhores práticas relativas à gestão de pessoas para suportar o processo de evolução da Companhia, alinhadas com as transformações tecnológicas e desafios de negócio, que incluem o compromisso com a sustentabilidade e a valorização da diversidade e inclusão.

Contar com um time engajado é fundamental para superar desafios e conquistar melhores resultados. Na TIM, a relação de transparência e respeito com todos os níveis fortalece o orgulho de pertencer e a clareza sobre nosso direcionamento. Esses fatores são diferenciais no desenvolvimento da nossa marca empregadora.

Em 2021, tivemos uma adesão de (97%) na Pesquisa de Clima e Engajamento, confirmando a consistência desse processo como um dos mais importantes para se ouvir as pessoas e dar oportunidade de contribuir para a evolução da nossa empresa.

O resultado da Pesquisa de Clima e Engajamento de 2021 foi 83%(-1pp/2020), colocando a TIM 10p.p. acima do Mercado de Telecom Global da Mercer, consultoria parceira responsável pela metodologia e aplicação da pesquisa.

Os principais destaques ficam para a consistência no programa de aculturamento em Diversidade & Inclusão (mantida em 95%), o aumento na atuação da liderança no desenvolvimento dos times, através de feedback (84% | +3pp), tolerância ao erro (85% | +2pp), coerência na avaliação de desempenho (83% | +3pp) e prática do reconhecimento financeiro e não financeiro (71% | +2pp), em coerência com a revisão das competências e do Performance.

Em 2022, será necessário maior foco em ações estruturadas de bem-estar-estar e evoluir em agilidade e prontidão para mudanças, a fim de manter o posicionamento de cuidado com as pessoas e melhoria nos processos para a inovação.

A cultura de integridade e carreiras atrativas também se destacam entre os fatores mais reconhecidos pelo nosso time, refletindo o alto engajamento e o sucesso de ações como o TIM Talks Experience 2021 e campanhas de Diversidade e Inclusão, direcionadas aos cinco pilares trabalhados na empresa: gênero, raça, pessoas com deficiência, pessoas LGBTI+ e gerações.

4.1. Pessoas

A TIM encerrou o ano de 2021 com 9.337 funcionários em todo Brasil. Esses colaboradores, com suas histórias e conhecimento, representam o capital intelectual da Companhia e atuam como motores para o desenvolvimento do negócio.

Aproximadamente 70,4% dos colaboradores possuem ensino superior completo ou frequentam a universidade e 9,9% possuem pós-graduação. Os números e resultados mostram que a TIM possui um quadro diversificado e altamente qualificado de colaboradores para atender os desafios da Companhia. A força de trabalho é complementada por 216 estagiários e 128 jovens aprendizes.

4.2. Desenvolvimento e Treinamento

Os colaboradores da TIM têm acesso a uma oferta de treinamento e desenvolvimento bem estruturada para evoluir dentro da companhia e construir uma carreira de sucesso. A TIM investiu mais de R$ 10 milhões em treinamento e desenvolvimento dos seus colaboradores em 2021.

Para orientar as carreiras dos seus colaboradores, a TIM identifica e monitora o desempenho individual para guiar as atividades com mais assertividade. A Companhia avalia a dedicação e o desempenho diferenciado dos seus profissionais por meio de diferentes ferramentas de gestão de performance, e encoraja e proporciona oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem.

Aqui na TIM, ao longo do ano de 2021, em continuidade ao plano iniciado em 2020, tivemos como foco apoiar a evolução e a transformação da empresa rumo ao modelo de digital TELCO, com foco específico no desenvolvimento das *new capabilities*, necessárias para alcançar os objetivos do plano estratégico e industrial da companhia.

Ao longo de 2021, a TIM implementou diversos programas e iniciativas para gerenciar e suportar o desenvolvimento das pessoas nas competências necessárias para alcançar as estratégias do negócio:

- **Novo Processo de Gestão de Desempenho**: a TIM completou seu ciclo de gestão de desempenho 2020/21, envolvendo mais de 7.700 colaboradores com algumas novidades importantes como a inclusão de novos públicos (equipe de Vendas e Atendimento, Estagiários), com uma abordagem profundamente customizada. O foco da avaliação está relacionado ao modelo de competência, bem com a capacidade em fazer acontecer. A implementação de uma nova plataforma de Gestão de Desempenho, customizada para proporcionar a melhor experiência digital aos colaboradores, também foi uma novidade.
- **Soluções Digitais de Desenvolvimento da Liderança:** Durante este ano, a TIM lançou duas soluções inovadoras para desenvolver nossos líderes: o Programa E-Coaching e o Mentoring Executivo, mais de 350 líderes experimentaram uma solução digital de desenvolvimento, customizada para suas próprias necessidades.
- **Gestão de Sucessões**: A continuidade do mapeamento de sucessão foi realizada este ano para garantir a aceleração do desenvolvimento e a prontidão para cargos mais críticos da alta administração e posição de executivos.
- **Mentoria interempresarial para mulheres:** em julho de 2021, a TIM, juntamente com um número crescente de grandes empresas, criou uma iniciativa para acelerar o desenvolvimento de carreira das mulheres. A iniciativa está inserida no Projeto "Mulheres Positivas", que tem o escopo mais amplo de viabilizar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho brasileiro. Em 2021, foram desenvolvidas 2 ondas de mentoria, envolvendo 149 mulheres.

Os principais programas e iniciativas de treinamento estão listados abaixo:

- **Principais questões institucionais e de compliance**: todos os colaboradores participam de cursos sobre as principais questões institucionais e de compliance, como ética, direitos humanos, políticas de sustentabilidade e meio ambiente, saúde e segurança, segurança da informação e anticorrupção, alinhadas às diretrizes do Grupo e às leis internacionais e nacionais.
- ***Digital Learning Roadmap***: a nova plataforma de formação online "Talent Hub Aprendizagem" inclui roteiros individuais e coletivos para a aprendizagem digital. O roteiro centra-se em questões estratégicas como mentalidade digital, novas capacidades, inovação, responsabilidade, experiência do cliente, execução, networking colaborativo, gestão da mudança.
- ***TIM Talks***: Programa anual de Treinamento, Desenvolvimento e Comunicação da TIM Brasil. Assim como em 2020, o evento contou com a participação do público interno e externo. O TIM Talks começou em novembro com um evento de Abertura, e se estendeu até o final de dezembro por meio de um programa de workshops focado em questões estratégicas do setor como 5G, Cloud, IA, Privacidade e etc. O workshop contou com a participação de representantes do mercado, do mundo acadêmico e de instituições em geral, e pela primeira vez também envolveu convidados internacionais.
- **Plano de Apoio no contexto da Pandemia de COVID 19**: Ao longo dos anos de 2020 e 2021, em função da pandemia do novo coronavírus, a TIM realizou ações de treinamento voltados à temas de saúde e segurança diversos, como saúde mental, autocuidado, ergonomia, bem-estar em suas mais variadas dimensões (Ex: nutrição, exercícios físicos, etc) incluindo aulas online (ex: meditação), prevenção ao COVID-19 e também disponibilizamos os conteúdos de integração em formato digital. Além disso, transformamos 100% das nossas ações de treinamento para a metodologia à distância, sendo que a própria SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho) também passou a ser online, integrada à Jornada de Saúde e Bem Estar e com alguns eventos abertos à sociedade.
- ***Onboarding***: Levando em consideração os processos de transformação digital que a TIM iniciou há alguns anos, um novo programa *Onboarding* 100% digital foi projetado para engajar e preparar os novos funcionários para o dia a dia.
- **Jornadas Verticais:** A TIM Brasil criou jornadas de aprendizagem personalizadas para as diversas áreas, com base nas diferentes necessidades relacionadas ao escopo de atividades.
- ***Journey to Cloud* e *Agile Journey*:** Alinhada ao seu plano de transformação digital e inovação, a TIM implementou um plano estruturado de *upskilling* para todos os profissionais envolvidos na migração da infraestrutura em um ambiente *multi-cloud* e para os usuários dos novos dados e tecnologias de análise. Desde 2020, mais de 500 pessoas estiveram envolvidas no programa.

Em 2021 foi implementado um programa de formação *Agile Journey*, com o objetivo de disseminar a cultura, bem como os métodos e as ferramentas das Metodologias Ágeis. A Jornada passou a envolver as equipes que atuam nos processos de criação de serviços, a fim de trazer ganhos incrementais para o negócio, reduzir riscos e realizar melhorias contínuas. Mais de 170 funcionários já iniciaram a jornada.

- **Iniciativas para a força de vendas (Programa *Evolution* Consumidor e Corporativo)**: jornada de aprendizagem para as lojas TIM e Força de Vendas, pensado de forma inovadora, baseado no princípio de gameficação, que se traduziu em maior envolvimento, novos conhecimentos com uma "pegada" diferente, e maior valor para a empresa. Uma experiência única, personalizada e humanizada. O modelo de treinamento virtual foi mantido e aprimorado em 2021.

Por acreditar que a diversidade e a inclusão são essenciais para a valorização e engajamento das pessoas, e desempenham um papel fundamental no processo de inovação, reforçamos nosso posicionamento e compromisso com o tema através da construção de políticas, programas e iniciativas de diversidade e inclusão, alinhadas à estratégia do negócio, cultura organizacional e valorização da contribuição de cada colaborador(a) na TIM.

Em 2021 o Programa de Diversidade e Inclusão seguiu em continuidade com o calendário anual de ações, baseado no calendário da ONU e demais datas reconhecidas nacionalmente; acompanhamento estratégico do tema pelo comitê de diversidade e inclusão, formado pela alta liderança; e atuação dos grupos de afinidade, formados por colaboradores de todos os níveis, áreas e regiões, que atuaram conjuntamente no desenho e implementação de ações inclusivas para os pilares de gênero, pessoas LGBTI+, raça, gerações e pessoas com deficiência.

Dentre as iniciativas lançadas temos o Programa de Estágio Inclusivo que flexibilizou perfil e pré-requisitos do processo seletivo para ampliar o acesso de grupos sociais minorizados, além de não haver restrições para idade, cursos e instituição de ensino o programa reservou 50% das vagas para pessoas negras. No pilar de gênero lançamos o Projeto Mulheres Positivas, voltado para ampliar a participação das mulheres no mercado de trabalho. O projeto conta com o aplicativo Mulheres Positivas como plataforma digital para apoiar o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres, o movimento liderado pela TIM começou em julho com 10 empresas e finalizou 2021 com 47 empresas parceiras que juntas oferecem acesso gratuito a vagas e cursos de capacitação, além de mentoria intercompany para mulheres.

Reforçando o compromisso e atuação concreta com foco no pilar Social do Plano ESG, a TIM estabeleceu a meta de ter até 2023 35% das posições de liderança ocupada por mulheres e 40% do quadro de colaboradores composto por pessoas negras. Também nos tornamos signatária dos principais ecossistemas de pactos e associações. Entre março e dezembro assinamos os Princípios de Empoderamento das Mulheres, da ONU Mulheres; Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero; Rede Empresarial de Inclusão Social; Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, Fórum de Gerações e Futuro do Trabalho e Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas.

Como parte do compromisso de promover um ambiente cada vez mais inclusivo, seguro e livre de discriminação, a TIM lançou em novembro o Programa Respeito Gera Respeito, com novas diretrizes e política para prevenção, coibição e gerenciamento às práticas de assédio, além de ações educativas e iniciativas internas e externas para promover ambientes e relações livres de discriminação e violência.

Mantivemos no programa o plano integrado de comunicação e treinamento, com total de mais de 40 ações e mais de 3.900 colaboradores treinados. O TIM Convida, evento 100% digital e aberto à sociedade para gerar diálogo e reflexão sobre diversidade e inclusão, apresentou 7 edições ao longo do ano totalizando mais de 386 mil visualizações Youtube.

Com a consistência do Programa de Diversidade e Inclusão, a TIM vem se tornando uma das líderes na promoção da diversidade e inclusão. Em 2021 fomos a primeira telco a nível global a receber o prêmio *GSMA's Diversity in Tech*, que reconhece empresas que promovem a igualdade e a diversidade no setor de tecnologia, e a única empresa brasileira a integrar e liderar o *Refinitiv Diversity & Inclusion Index*, que mede a nível global o desempenho das empresas nas iniciativas de diversidade e inclusão.

4.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo visa conceder ações ou opções de compra de ações da TIM S.A. a colaboradores da Companhia e suas subsidiárias, buscando desse modo promover a expansão, conquista e sucesso dos objetivos corporativos e garantindo o alinhamento de interesses dos acionistas e da administração da TIM.

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016", "Plano 2018-2020" e "Plano 2021-2023", respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares* e / ou *restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder ações aos participantes de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga. De maneira geral, os objetivos de desempenho são vinculados a indicadores econômico / financeiros, métricas de desempenho acionário (exemplo: Total Shareholder Return) e indicadores ESG (Enviromental, Social & Governance), sempre em linha com os objetivos apresentados aos acionistas para o Plano Trienal.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (Vesting). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

Conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a gestão dos Planos fica a cargo do Conselho de Administração, sujeito ao Estatuto Social da Companhia.

Especificamente para o ano de 2017, em função da Companhia ter iniciado o processo de reestruturação do seu plano de incentivo de longo prazo, em caráter excepcional e devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, o plano de incentivo de longo prazo ocorreu em forma de bônus, com o pagamento condicionado ao atingimento de determinados indicadores financeiros da TIM e dividido em três parcelas anuais.

4.3.1. Opção de Ações Ciclo 2011-2013

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	OpçõesNão Exercidas
Plano 2011 - 2013	**8.567.765**	**-3.399.832**	**-5.167.933**	**0**
1ª Concessão	*2.833.595*	*-1.532.132*	*-1.301.463*	*0*
2ª Concessão	*2.661.752*	*-896.479*	*-1.765.273*	*0*
3ª Concessão	*3.072.418*	*-971.221*	*-2.101.197*	*0*

4.3.2. Opção de Ações Ciclo 2014-2016

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2014 - 2016	**8.965.119**	**-3.921.020**	**-4.931.547**	**112.552**
1ª Concessão	*1.687.686*	*-129.643*	*-1.558.043*	*0*
2ª Concessão	*3.355.229*	*-1.709.149*	*-1.646.080*	*0*
3ª Concessão	*3.922.204*	*-2.082.228*	*-1.727.424*	*112.552*

4.3.3. Ações Ciclo 2018-2020

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Não Transferidas
Plano 2018 - 2020	**2.576.648**	**-1.000.645**	**-629.875**	**946.128**
1ª Concessão	*849.932*	*-376.859*	*-473.073*	*0*
2ª Concessão	*930.662*	*-417.208*	*-86.424*	*427.030*
3ª Concessão	*796.054*	*-206.578*	*-70.378*	*519.098*

4.3.4. Ações Ciclo 2021-2023

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Não Transferidas
Plano 2021 - 2023	**3.431.610**	**0**	**-311.876**	**3.119.734**
1ª Concessão	*3.431.610*	*0*	*-311.876*	*3.119.734*
2ª Concessão	*0*	*0*	*0*	*0*
3ª Concessão	*0*	*0*	*0*	*0*

5. Rede

Infraestrutura é um dos pilares estratégicos da Companhia e a TIM reafirma o seu compromisso de investimento em 2021, buscando oferecer mais e melhores serviços. As recentes mudanças no padrão de consumo bem como a crescente expectativa dos usuários quanto à qualidade dos serviços prestados, exigem um plano estruturado de expansão da rede, respaldado por análises técnicas mais robustas quanto ao padrão de consumo e necessidades de seus clientes, além de uma grande transformação cultural.

No âmbito da utilização do espectro, a TIM continua seu bem-sucedido projeto de *refarming* expandindo para a frequência 2,1 GHz, visando mais eficiência e melhor performance. Com relação à fibra, a Companhia segue com o projeto de expansão de rede, de forma a suportar a rede convergente de ultra banda larga, aumentando a disponibilidade do FTTH e o FTTS.

A TIM possuía ao final de 2021, 1.766 *Biosites* e projeta ampliar a sua utilização. Os *Biosites* são estruturas sustentáveis de menor custo, mais fáceis de instalar e que não causam impacto visual nas cidades, para aumentar a densidade de sites. No contexto de *big data*, a Companhia segue numa constante evolução de suas ferramentas de análise a partir de bases mais completas e abordagem proativa, visando um direcionamento mais eficiente dos investimentos.

No que tange à cultura corporativa, as novas tecnologias e as expectativas dos clientes provocam uma ruptura no modelo tradicional das operadoras de telecomunicações. Nesse cenário, a TIM visa desenvolver, motivar e engajar seus colaboradores com vistas a atuarem em um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, a partir de um modelo operacional ágil e flexível.

5.1. Cobertura Nacional

A infraestrutura da TIM tem um alcance nacional, cobrindo aproximadamente 98% da população urbana brasileira, com presença em aproximadamente 4.715 cidades. A Companhia também possui uma ampla cobertura de dados, mantendo a sua posição de liderança em cobertura 4G no país.

Em 2021, a TIM continuou concentrando a maior parte de seus investimentos em rede e tecnologia de informação, em linha com o praticado nos anos anteriores e com o objetivo de atender à crescente evolução do consumo de dados. A melhoria e o crescimento da infraestrutura estão apoiados em diferentes projetos, dentre eles se destacam a expansão da rede de fibra ótica (*backbone*, *backhaul* e FTTH), densificação de *sites*, *refarming* de frequência e agregação de portadoras em duas ou três frequências (conforme localidade). Além disso, a TIM vem avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede.

Em relação aos principais projetos em andamento focados na modernização e melhoria contínua de nossa infraestrutura, destacamos:

- Compromisso de expandir a cobertura 4G para todos os municípios do Brasil até 2023;
- Expansão da cobertura 4.5G para 1.712 cidades em 2021;
- Expansão do uso do 4G na frequência de 700MHz, presente em 3.975 municípios ao final do ano;
- Expansão do VoLTE, disponibilizado para 4700 cidades;
- Ampliação do *refarming* da frequência de 2,1 GHz no 4G, atingindo 354 cidades;
- Projeto de virtualização de infraestrutura;
- Acordo de compartilhamento de infraestrutura de rede móvel com a Vivo, visando a eficiência na alocação de Capex e Opex;
- Expansão da capacidade de rede através da solução Massive MIMO;
- Consolidação da rede NB-IoT, presente em mais de 4.018 municípios ao final de 2021, possibilitando a criação de soluções IoT não apenas nas grandes cidades, mas também nos municípios mais afastados das capitais.

Adicionalmente, o uso da frequência de 700MHz no desenvolvimento da rede LTE continua a evoluir, proporcionando uma significativa melhora na experiência de uso dos clientes tanto em termos de performance, com maior velocidade de download e upload e menor latência, como em cobertura indoor, maior penetração.

DESCRIÇÃO	2021	2020	%A/A
Cidades 4G	**4,715**	**3.877**	**21.6%**
das quais 700 Mhz habilitadas	3,975	3.294	20.7%
das quais VoLTE habilitadas	4,700	3.860	21.8%
População Urbana Coberta (4G)	**98%**	**95%**	**3.0p.p.**
das quais 700 Mhz habilitadas	94%	92%	2.0p.p.
das quais VoLTE habilitadas	97%	94%	3.0p.p.
Cidades 3G	4,022	3.506	14.7%
População Urbana Coberta (3G)	94%	93%	1,0p.p.
Biosites	**1,766**	**1,679**	**5.2%**
Sky Coverage (nº sites)	**924**	**-**	**n.a.**
Massive MIMO (nº sites)	**2,306**	**753**	**206.2%**
Homes passed	**6,683**	**6,366**	**5.0%**
FTTH	4,185	3,244	29.0%
FTTC	3,412	3,693	-7.6%
Cidades Cobertas com Fibra*	**37**	**35**	**5.7%**
FTTH	35	33	6.1%
FTTC	5	5	0.0%
FTTCity (nº cidades)	**1,231**	**1,001**	**23.0%**

Ao final do ano, a TIM possuía um total de 23.206 sites com maior porcentagem conectados através de *backhaul* de alta capacidade.

Em relação a infraestrutura de transporte, **a Companhia alcançou 112 mil km de fibra ótica para *backbone* e *backhaul*,** um avanço de 3,8% A/A.

A cobertura na banda larga fixa também seguiu em constante expansão ao longo de 2021, superando ao final do ano 4.2 milhões de *homes passed* em FTTH, enquanto o FTTC alcançou 3,4 milhões. Isso representa um total de 6,7 milhões de *homes passed* em 28 cidades e 7 regiões administrativas do DF (FTTH + FTTC)[8].

Por fim, com um **alcance de 1.766 Biosites ativos ao final de 2021**, o desenvolvimento dos projetos de instalação de *Biosites* também está alinhado aos valores de responsabilidade social corporativa da companhia. Essas estruturas trazem uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico. Além disso, contribuem para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – tendo multifuncionalidade capaz de agregar a transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança –, além de serem de menor custo e de rápida instalação.

Atualmente, a Companhia detém autorização de uso de mais aproximadamente 120 MHz em espectro[9], distribuídos da seguinte forma:

Média de Espectro Ponderada por População						
450 MHz	700 MHz	850 MHz	900 MHz	1.800 MHz	2.100 MHz	2.500 MHz
3	20	11	5	35	22	22

5.2. Resultado do leilão de frequências ("Leilão 5G")

Nos dias 4 e 5 de novembro de 2021 foi realizado o leilão de frequências para 4G e 5G pela Anatel. A TIM arrematou um total de 11 lotes nas frequências de 3,5GHz, 2,3GHz e 26GHz, com valor total ofertado de R$ 1,05 bilhão, que depois foi ajustado segundo as regras da Anatel para R$ 884,5 milhões.

As faixas adquiridas possuem um conjunto de obrigações que deverão ser atendidas com contribuições financeiras ou com construção de infraestrutura de rede móvel e fixa. Para maiores detalhes sobre as obrigações envolvendo cada faixa, consultar o Comunicado ao Mercado divulgado pela TIM em 5 de novembro de 2021.

5.3. Qualidade

Por mais um ano, a TIM reforça seu compromisso com a evolução de seus serviços e melhoria contínua da qualidade para garantir uma melhor experiência de uso aos seus clientes. O foco na expansão e melhoria da infraestrutura de rede segue sendo fator fundamental do nosso plano de negócios.

No final de 2021, a **TIM obteve a melhor pontuação no quesito "experiência em vídeo e vídeo-chamada" em relatório emitido pela OpenSignal[10], em parceria com a Anatel**. A **Companhia somou 66 pontos em experiência de vídeo e vídeo-chamada (classificada com a métrica de "muito bom")**, em pontuação de 0 a 100, acima das demais grandes operadoras do setor. Segundo o informe, o cálculo de experiência de vídeo mede diretamente *streaming* de vídeo em terminais de usuário, utilizando uma abordagem baseada na UIT que leva em conta critérios como a qualidade da imagem, tempo de carregamento e taxa de travamento, em redes 3G e 4G. Além disso, no relatório, a TIM confirmou mais uma vez a qualidade superior de sua rede, destacando-se novamente como **líder em disponibilidade 4G**. Isso significa que os **clientes da TIM navegaram através do 4G com maior frequência – 90% do seu tempo conectado**.

Os demais destaques de Rede e Qualidade desse trimestre e no ano foram:

(i) A manutenção do ritmo de crescimento e liderança da cobertura de 4G, que é objetivo estratégico da companhia, fazendo parte tanto de seus compromissos do TAC com a Anatel quanto da debenture ESG emitida no 2° trimestre do ano;

(ii) Participação no leilão de frequências para 4G e 5G, arrematando as principais faixas de espectro: aquisição de lotes das frequências 3.5GHz, 2.3GHz e 26GHz;

(iii) Evolução da nossa plataforma de TI com 44% de todo o *workload* já migrado em 9 meses de projeto: migração de mais de 3.500 servidores para a *cloud* no ano, incluindo todo nosso CRM, estrutura de *big data* e plataforma de *billing*, preparando o ambiente para o recebimento dos ativos móveis da Oi;

(iv) Constante qualificação de nossos canais de atendimento e relacionamento com clientes:

1. No comparativo anual de 2021, a Companhia registrou: (a) 30% de redução do tempo de atendimento nos canais assistidos (CRC e Vendas); (b) 15% de aumento do atendimento automático via URA cognitiva; (c) Meu TIM como o aplicativo de atendimento mais bem avaliado do Brasil entre as operadoras (nota 4.4 na Play Store);
2. A TIM também ficou em **primeiro lugar no Ranking de Satisfação da Anatel 2021** que analisa o atendimento das empresas aos clientes na recepção e solução de demandas, reforçando a estratégia da companhia na melhoria da experiência do cliente. Além disso, a TIM foi a operadora com maior redução A/A no índice de reclamações da Anatel no 4T21 – atingindo 45% de redução no período frente ao 4T20, com destaque para o pré-pago que diminuiu em 55% – e no resultado de 2021 – registrando 32% de redução no volume de reclamações vs. 2020;
3. Da mesma forma que o tem anterior, o Grupo TIM foi classificado como o menos reclamado nos entrantes dos PROCONs integrados ao sindec em 2021, registrando -28% frente a 2020;
4. Adicionalmente, a TIM foi a primeira operadora a adotar a modalidade de pagamentos via PIX, registrando em 2021 mais de 11,5 milhões de faturas quitadas em 12 meses desde sua implementação. Atualmente, cerca de 80% da base da Companhia realiza pagamentos através dos canais digitais, sendo 13% via PIX.

[8] (+) Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Nilópolis (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João do Meriti (RJ), Duque de Caxias (RJ), São Paulo (SP), Mauá (SP), Poá (SP), Suzano (SP), Francisco Morato (SP), Franco da Rocha (SP), Diadema (SP), Salvador (BA), Lauro de Freitas (BA), Camaçari (BA), Feira de Santana (BA), Recife (PE), Olinda (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Paulista (PE), Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Anápolis (GO), Manaus (AM), Belo Horizonte (MG), Betim (MG), Contagem (MG), Brasília (DF), Taguatinga (DF), Samambaia (DF) e Ceilândia (DF).
[9] Excluídos os espectros relacionados ao 5G.
[10] Matéria vinculada ao Telesíntese (15/12/2021).

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

6. Desempenho Operacional

6.1. Panorama do Mercado Brasileiro

O mercado móvel registrou um crescimento de 1,2% A/A no final de 2021 reforçando o movimento de evolução positiva da base no último trimestre. Nos últimos 12 meses, o pós-pago registrou adições líquidas de 16,7 milhões de acessos, sendo 58% deste volume linhas humanas. O pré-pago apresentou 4,1 milhões de novos acessos.

6.2. Desempenho da TIM

O segmento pós-pago encerrou o ano de 2021 com 22,9 milhões de acessos (+4,7% A/A). O *mix* do segmento na base total foi de 44%, +1,5 p.p. A/A. As adições líquidas dos últimos 12 meses acumularam um saldo positivo de mais de 1,0 milhão de novos acessos. A taxa de desconexão mensal no pós-pago mantém nos patamares mais baixos (2,7% no 4T21), como registrado nos últimos trimestres.

Ao final do trimestre, **o Pós-pago Humano registrava uma base de 18,9 milhões acessos** (+4,7% A/A), com adições líquidas de 847 mil acessos nos últimos 12 meses.

O segmento pré-pago finalizou o ano de 2021 com 29,2 milhões de acessos, uma queda de 1,4% A/A. A base acumulou 403 mil desconexões nos últimos 12 meses. O segmento é o mais impactado pela deterioração da economia, principalmente nos últimos 2 anos.

Detalhamento da base de clientes por tecnologia:

- **A base 4G finalizou o período com 46,3 milhões de acessos,** acelerando novamente o ritmo e mantendo o patamar de dois dígitos de crescimento (+10,2% A/A);
- **A base de M2M fechou o ano com 4 milhões de linhas**, um aumento de 5,0% comparado ao mesmo período do ano passado.

6.3. Segmento Fixo

A base TIM Live encerrou o ano de 2021 com 685 mil conexões, mantendo o ritmo de crescimento (+6,1% A/A). Nos últimos 12 meses, as adições líquidas do serviço atingiram aproximadamente 40 mil acessos, sendo a base FTTH o principal motor. Os planos de maior valor, com velocidades acima de 100 Mbps, seguem ganhando cada vez mais relevância, atingindo 62% de participação na base total no trimestre.

Mesmo limitando a entrada em novos mercados, a cobertura da rede FTTH continuou crescendo, priorizando a consolidação dos clusters já ativos. Dessa forma, o total de *homes passed* em fibra cresceu 29,0% A/A, com presença em 28 cidades e 7 regiões administrativas do DF.

7. Desempenho Financeiro

Para representar melhor o desempenho financeiro e tendências comerciais, a TIM normaliza algumas linhas da sua Demonstração de Resultados, eliminando o impacto de elementos não-recorrentes. Estes movimentos são apontados quando requeridos.

7.1. Receita Operacional

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Receita Líquida	**18.058**	**17.268**	**4,6%**
Receita de Serviços	**17.497**	**16.665**	**5,0%**
Serviço Móvel	**16.349**	**15.610**	**4,7%**
Gerada pelo Cliente	14.843	14.351	3,4%
Interconexão	533	528	0,9%
Plataforma de Clientes*	119	15	714,3%
Outras Receitas	853	717	19,1%
Serviço Fixo	**1.147**	**1.054**	**8,8%**
dos quais TIM Live	720	628	14,7%
Receita de Produtos	**561**	**603**	**-6,9%**

*A Plataforma de Clientes inclui receitas de novas iniciativas, como Serviços Financeiros e Educacionais, e Publicidade Móvel. Realocação de impostos entre as linhas de Receita Gerada pelo Cliente e Plataforma de Clientes, impactando estas aberturas desde o início de 2021.

No acumulado de 2021, a **Receita Líquida Total atingiu R$ 18.058, ante R$ 17.268 em 2020, uma evolução de 4,6% A/A**, impulsionada pela performance consistente da Receita de Serviços. Esse crescimento, também, foi impactado por uma base comparativa menor, uma vez que os principais impactos da pandemia de COVID-19 ocorreram no 2T20. A despeito do contexto macroeconômico desafiador imposto pela pandemia, a **Receita líquida de Serviços fechou o ano com um crescimento de 5,0%**, esse desempenho teve como principais alavancas: (i) a performance do pós-pago móvel; e (ii) a receita de Plataforma de Clientes.

Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Móvel (RSM) apresentou um crescimento de 4,7%, A/A atingindo R$ 16.349 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. No acumulado do ano mantém evolução consistente, refletindo a estratégia da companhia de monetizar suas bases de clientes através de dois pilares: (i) diferenciação de oferta e (ii) migração da sua base de clientes para planos de mais alto valor. **No ano, o ARPU de 2021 expandiu 5,9% para atingir R$ 26,4.**

Detalhando o desempenho de cada segmento móvel no quarto trimestre:

(i) No Pré-pago, observamos uma desaceleração durante o segundo semestre, refletindo a piora nos indicadores macroeconômicos e o encerramento do auxílio emergencial do governo no mês de outubro, que pressionou mais o segmento, revertendo a retomada da trajetória de crescimento observada no primeiro semestre. Entretanto, a Companhia segue com foco na diferenciação de ofertas e em uma gestão da base mais eficiente, o que contribuiu para o **crescimento do ARPU de Pré-pago[11] no ano de 2021 – alta de 2,5% vs. 2020**;

(ii) **A Receita com Clientes Pós-Pagos teve uma alta de 5,4% A/A vs. 2020. O ARPU de Pós-Pago Humano[12] (ex-M2M) em 2021 teve alta de 1,7% contra 2020.** Esse desempenho tem como motor o foco da Companhia na abordagem de valor, com ênfase na gestão eficiente da base de clientes, redução das desconexões e na evolução do portfólio de ofertas, com benefícios específicos para cada segmento. Adicionalmente, cabe destacar que, durante esse trimestre, tivemos aumento das vendas nos planos Controle e Pós-puro, impulsionados pelas campanhas de final do ano, Black Friday e Natal, apesar dos desafios impostos pela atividade comercial menos intensa no país.

A Receita de Interconexão (ITX) ficou praticamente estável em A/A, atingindo R$ 135 milhões no 4T21. A incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços atingiu 2,3% no trimestre. No ano, essa linha apresentou aumento de 0,9% A/A, em virtude, principalmente, do impacto do aumento da tarifa VU-M (Tarifa de Terminação Móvel) no início do ano.

A Receita de Plataforma de Clientes, no acumulado do ano, somou R$ 119 milhões, com R$ 83 milhões vindos de Serviços Financeiros, R$ 36 milhões de Publicidade Móvel e R$ 342 mil de Serviços Educacionais.

A linha de Outras Receitas registrou no ano um crescimento de 19,1% A/A, explicado majoritariamente pelo crescimento na receita gerada por contratos de compartilhamento e swap de rede. Cabe ressaltar que o compartilhamento e a troca de capacidade são elementos importantes da estratégia da Companhia de ampliação da infraestrutura de transporte em fibra (*backbone* e *backhaul*) com maior eficiência na alocação de recursos (Capex e Opex).

Detalhamento do Segmento Fixo (líquidos de impostos e deduções):

Em 2021, a Receita do Serviço Fixo totalizou R$ 1.147 milhões, alta de 8,8% A/A, com **as receitas vindas da TIM Live sendo o grande motor dessa performance e registrando um crescimento de 14,7% A/A.**

A **TIM Live** continua sendo o principal elemento para essa performance, que **avançou 9,8% A/A no 4T20**, representando mais de 63% da receita de serviço fixo. Os demais serviços do segmento fixo apresentaram recuperação e cresceram 2,8% A/A.

A desaceleração da performance da TIM Live no segundo semestre é explicada por uma combinação de: (i) maior foco na preparação da criação da I-Systems (antiga FiberCo), e consequente separação dos ativos, o que provocou uma desaceleração na entrada em novos mercados; (ii) um aumento localizado de competição em algumas áreas de atuação; e (iii) uma queda da performance nas áreas onde a TIM ainda atua com FTTC. A expectativa é que em 2022, a TIM Live volte a ingressar em novas localidades com FTTH, de forma a aumentar ainda mais a participação dessa tecnologia no resultado da Receita do Serviço Fixo.

7.2. Custos e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Custos Reportados da Operação	**(8.599)**	**(8.926)**	**-3,7%**
Custos Normalizados* da Operação	**(9.320)**	**(8.896)**	**-4,8%**
Pessoal	(1.126)	(1.004)	12,2%
Comercialização	(3.135)	(3.010)	4,1%
Rede e Interconexão	(2.797)	(2.613)	7,0%
Gerais e Administrativos	(701)	(605)	15,8%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(731)	(756)	-3,3%
Provisão para Devedores Duvidosos	(545)	(553)	-1,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(284)	(354)	-19,7%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	**(8.589)**	**(8.140)**	**5,5%**

*Custos da Operação normalizados por: venda de controle sobre o investimento na companhia I-Systems (-R$ 782,2 milhões no 4T21), serviços jurídicos e administrativos especializados (+R$ 34,8 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21 e +R$ 13,7 milhões no 2T21), gastos para o projeto de aquisição dos ativos móveis da Oi (+R$ 4,3 milhões no 4T21) e por ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres (+R$ 2,6 milhões no 1T20).

Os Custos e Despesas Operacionais Reportados no ano de 2021 totalizaram R$ 8.599 milhões, uma melhora de 3,7% em relação aos custos reportados em 2020. A performance reflete a eficiência na execução do controle de custos, a despeito de um cenário de alta nos índices de inflação no país e em meio a um processo adotado pela Companhia de aprimoramento de sua infraestrutura interna. **Os Custos e Despesas Operacionais Normalizados subiram, porém de forma limitada (+4,8% A/A), perante a inflação registrada no país ao final do ano (IPCA 2021: 10,06%).** Além disso, o comparativo anual é afetado pela retomada dos custos variáveis e fixos que registraram queda nos meses de reduzida atividade econômica no país, principalmente no 2T20, devido a pandemia.

Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas Normalizados:

Pessoal alcançou R$ 1.126 milhões em 2021, apresentando uma alta de 12,2% em relação a 2020. Tal performance foi influenciada por: (i) reajustes sobre salários, bonificações e incentivos no patamar entre um dígito médio e alto; (ii) maior nível de provisão relativo a participação nos resultados dos colaboradores; e (iii) base comparativa desfavorável devido a recuperação de encargos em processos de natureza previdenciária no 4T20 e, em parte, por um comparativo anual atípico no 2T20, em decorrência de menores despesas com pessoal comercial devido ao fechamento dos canais físicos de venda durante a pandemia.

A linha de Comercialização e Publicidade apresentou aumento de 4,1% A/A, atingindo R$ 3.135 milhões, impactada, principalmente, pelo retorno das campanhas publicitárias com mais frequência e maior despesa com comissões de vendas.

Rede e Interconexão, esta linha apresentou alta de 7,0% A/A, quando comparada com 2020. Este resultado foi influenciado pelo aumento da tarifa de terminação móvel (VU-M) e pelos maiores custos de Rede, em decorrência da elevação das despesas com aluguel, compartilhamento e manutenção de infraestrutura.

Despesas Gerais e Administrativas normalizadas (G&A) encerraram o ano de 2021 com um crescimento de 15,8% em relação a 2020. Esta alta é explicada, principalmente, por: (i) maiores despesas com serviços de manutenção, em decorrência da migração da infraestrutura de TI para a *Cloud*; e (ii) por contratação de serviços especializados junto a consultorias para projetos recorrentes.

O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) foi de R$ 731 milhões, queda de 3,3% quando comparado a 2020, acompanhando a queda da Receita de Produtos, ocasionada pelo menor volume de aparelhos vendidos, apesar do aumento no *mix* de produtos de maior valor.

As Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) atingiram R$ 545 milhões, uma queda de 1,5% frente ao resultado de 2020, parcialmente afetada pelo reconhecimento de PDD com um cliente de *wholesale*, **atingindo 2,1% sobre a Receita Bruta (vs. 2,3% em 2020).** O resultado vem refletindo os esforços contínuos na melhoria da aquisição de clientes, através de modelos e políticas de crédito mais robustos, além de maior eficiência na cobrança e recuperação.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais[13] Normalizadas totalizaram R$ 284 milhões, uma queda de 19,7% A/A no acumulado do ano, explicada principalmente por menores despesas relacionadas a perdas em processos judiciais cíveis. A participação desta linha sobre os Custos e Despesas totais normalizados ficou em 2,7%.

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) atingiram R$ 58,9 por adição bruta em 2021, um crescimento de 28,9% A/A, devido a maiores despesas com comissões geradas por: (i) adição líquida positiva no segmento Pós-pago; (ii) pela migração dos clientes para segmentos de maior valor; e (iii) maiores gastos com publicidade no 1S21.

A relação SAC/ARPU, que indica o *payback* por cliente, atingiu 2,3 meses em 2021, frente a 1,7 meses no 4T21.

7.3. Do EBITDA ao Lucro Líquido

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
EBITDA Normalizado*	**8.738**	**8.372**	**4,4%**
Margem EBITDA Normalizada*	48,4%	48,5%	-0,1p.p.
Depreciação & Amortização	**(5.692)**	**(5.527)**	**3,0%**
Depreciação	(3.952)	(3.689)	7,1%
Amortização	(1.740)	(1.838)	-5,3%
Equivalência Patrimonial	**(12)**	**-**	**n.a.**
EBIT Normalizado*	**3.034**	**2.845**	**6,7%**
Margem EBIT Normalizada*	16,8%	16,5%	0,3p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado*	**(653)**	**(807)**	**-19,1%**
Despesas financeiras	(1.745)	(1.233)	41,6%
Receitas financeiras	1.092	432	152,6%
Variações cambiais, líquidas	1	(7)	n.a.
Lucro antes dos impostos Normalizado*	**2.381**	**2.037**	**16,9%**
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	(182)	(166)	9,1%
Lucro Líquido Normalizado*	**2.200**	**1.871**	**17,6%**
Total de Itens Normalizados	757	(27)	n.a.
EBITDA Reportado	**9.459**	**8.342**	**13,4%**
Margem EBITDA Reportada	52,4%	48,3%	4,1p.p.
EBIT	**3.756**	**2.815**	**33,4%**
Margem EBIT	20,8%	16,3%	4,5p.p.
Resultado Financeiro Líquido	**(653)**	**(807)**	**-19,1%**
Lucro antes dos impostos	**3.103**	**2.008**	**54,6%**
Imposto de renda e cont. social	(146)	(164)	-10,9%
Lucro Líquido	**2.957**	**1.844**	**60,4%**

[11] O ARPU de Pré-Pago exclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.

[12] O ARPU de Pós-Pago Humano exclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.

[13] A linha de Outras Despesas (Receitas) operacionais registrou um impacto não-recorrente negativo de R$ 782,2 milhões no 4T21, referente a venda de controle sobre o investimento na companhia I-Systems, e impacto não-recorrente positivo de R$ 2,6 milhões no 1T20, por a ajustes ao contrato de sale-leaseback de torres.

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R$ 743,1 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21, +R$ 13,7 milhões no 2T21 e +R$ 2,6 milhões no 1T20). Lucro Líquido normalizado por: impacto dos impostos diferidos e correntes sobre a receita gerada pela transação da I-Systems (+R$ 509,2 milhões no 4T21), crédito fiscal e outros efeitos (-R$ 13,3 milhões no 4T21, -R$ 526,8 milhões no 3T21 e -R$ 4,6 milhões no 2T21).

EBITDA Normalizado (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

O EBITDA Normalizado totalizou R$ 8,738 milhões em 2021, um crescimento de 4,4% A/A. A principal alavanca para este crescimento foi a performance da Receita de Serviços Móveis, com destaque para o bom desempenho do segmento Pós-pago e da geração de receitas oriundas das parcerias classificadas na linha de Plataforma de Clientes.

A Margem EBITDA Normalizada encerrou 2021 em 48,4%. Excluindo-se os efeitos relativos à operação da I-Systems, completada em novembro de 2021, a Margem EBITDA seria de 48,5%.

Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT

A linha de D&A apresentou incremento de 3,0% A/A em 2021, totalizando R$ 5.692 milhões explicado, principalmente, pelo aumento da Depreciação de Equipamentos de Transmissão 4G e aumento da Depreciação de infraestrutura de torres e dos direitos de uso, em função de uma maior base de contratos de leasing, parcialmente compensada por um menor montante de Amortização de softwares.

No ano, o EBIT Normalizado totalizou R$ 3.034 milhões, o que representa um crescimento de 6,7% A/A.

Resultado Financeiro Líquido

No ano, o Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R$ 653 milhões, comparado a -R$ 807 milhões em 2020, em decorrência de:

(i) maior receita financeira advinda de: (1) aumento da receita com juros sobre aplicações financeiras, refletindo uma taxa básica de juros elevada e maior geração caixa (Selic encerrou o ano a 9,25%); e (2) de uma soma de bônus que dão direito à participação no capital social do Banco C6 superior a 2020 (4,08% em 2021 vs. 1,4% em 2020).

(ii) Maior despesa financeira devido à: (1) maior volume de juros e custos atrelados aos novos empréstimos e financiamentos adquiridos – em razão da adição de novas dívidas durante o ano, visando o financiamento das obrigações futuras com a aquisição dos ativos móveis da Oi e as obrigações com o leilão de frequências; e (2) maior volume de juros sobre leasings, em meio à um aumento nos índices de inflação.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social Normalizado foi negativo em R$ 182 milhões em 2021, comparado com -R$ 166 milhões em 2020. **Em 2021, a alíquota efetiva na visão normalizada foi de -7,6% vs. -8,2% em 2020,** explicado, principalmente, pela maior utilização de benefícios fiscais em 2021.

Lucro Líquido

No ano, o Lucro Líquido Normalizado totalizou R$ 2.200 milhões, uma expansão de 17,6% comparado a 2020, com LPA de R$ 0,32.

7.4. Fluxo de Caixa, Dívida e CAPEX

DESCRIÇÃO	2021	Ajustes de Normalização	2021	2020	% A/A
	Reportado		Normalizado*		
R$ milhões					
EBITDA	9.459	(722)	8.378	8.372	4,4%
Capex	(7.966)	3.585	(4.382)	(3.891)	12,6%
EBITDA - Capex	**1.493**	**2.863**	**4.356**	**4.480**	**-2,8%**
Capex Não-Caixa**	2.682	(2.682)	-	-	n.a.
Δ Capital de Giro	**1.007**	**-**	**1.007**	**159**	**533,3%**
Itens operacionais não recorrentes	-	722	722	(30)	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional	**5.182**	**902**	**6.084**	**4.610**	**32,0%**

* EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R$ 743,1 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21, +R$ 13,7 milhões no 2T21 e +R$ 2,6 milhões no 1T20). Capex normalizado exclui os impactos relacionados a aquisição de licenças no leilão de frequências (R$ 3.585 milhões no 4T21).

** Efeitos da aquisição 5G sem impacto no caixa (Nota 40 da DFP).

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL) Normalizado[10], foi positivo em R$ 6.084 milhões, um crescimento de 32,0% A/A, enquanto o FCOL Reportado totalizou R$ 5.182 milhões.

No acumulado do ano o EBITDA-Capex Normalizado somou R$ 4.356 milhões.

Em 2021 o EBITDA-AL-Capex Normalizado totalizou o montante de R$ 2.385 milhões, uma queda de 13,8% comparado ao 2020.

A variação de R$ 902 milhões entre a visualização do FCOL Normalizado para o FCOL Reportado deve-se, principalmente, pelo montante atrelado à licença adquirida no último leilão (R$ 843 milhões) possuir característica de dívida financeira, já que sofre incidência da Selic, sendo considerado no fluxo de financiamento. Já em relação as obrigações relativas a EAF e EACE (R$ 2.682 milhões), sofrem correção monetária definida no edital do leilão pelo índice inflacionário IGP-DI. Logo, estas obrigações possuem característica de compromisso comercial e impactam o fluxo operacional.

CAPEX

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Rede	3.052	2.740	11,4%
TI & Outros	1.329	1.152	15,4%
Capex Normalizado*	**4.382**	**3.891**	**12,6%**
Leilão 4G e 5G	3.585	-	n.a.
Capex Normalizado*	**7.966**	**3.891**	**104,7%**
Capex Normalizado*/ Receita Líquida	**24,3%**	**22,5%**	**1,7p.p.**

* Capex normalizado exclui os impactos relacionados a aquisição de licenças no leilão de frequências (R$ 3.585 milhões no 4T21).

No resultado do ano, **o Capex Normalizado, que exclui os impactos do leilão, totalizou R$ 4.382 milhões, representando uma alta de 12,6% A/A,** explicado pelos projetos referentes a preparação da infraestrutura para integração com ativos da móveis da Oi. **Em 2021, o Capex Total, incluindo os impactos do leilão, foi de R$ 7.966 milhões.**

DÍVIDA E CAIXA

Perfil da Dívida

EMISSÕES	MOEDA	TAXA DE JUROS	VENCIMENTO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
R$ milhões						
KFW Finnvera	USD	Libor+0,75%	01/24 a 12/25	93	186	278
Scotia	USD	1,4748% a.a.	04/24	2	558	560
BNP Paribas	USD	2,8220% a.a. a 7,0907% a.a.	01/22 a 01/24	444	500	944
Debêntures	BRL	IPCA + 4,1782% a.a.	06/28	(1)	1.669	1.667
BNDES	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	2	395	396
Dívida Financeira Total				**538**	**3.307**	**3.845**
Licença (4G e 5G)	BRL	Selic	12/40	47	796	843
Dívida Total Antes do Lease				**585**	**4.104**	**4.688**
Lease Total	BRL	IPCA/IGP-M	01/29	1.240	7.581	8.820
Dívida Total				**1.825**	**11.684**	**13.509**

Dívida Líquida

DESCRIÇÃO	4T21	3T21	2T21	4T20
R$ milhões				
Dívida de Curto Prazo	538	534	1.446	2.261
Dívida de Longo Prazo	3.307	2.881	2.780	284
Dívida Financeira Total	**3.845**	**3.415**	**4.226**	**2.545**
Caixa e Equivalentes de Caixa	(9.797)	(7.372)	(7.125)	(4.319)
Derivativos Líquidos-ex C6	11	24	(104)	(490)
Dívida Financeira Líquida	**(5.940)**	**(3.933)**	**(3.003)**	**(2.263)**
Licença (4G e 5G)	843	-	-	-
Dívida Financeira Líquida AL	**(5.097)**	**(3.933)**	**(3.003)**	**(2.263)**
Lease Total	8.820	8.271	8.186	8.180
Dívida Líquida Total	**3.723**	**4.338**	**5.183**	**5.917**
Dívida Líquida AL/EBITDA AL*	**-0,8x**	**-0,6x**	**-0,4x**	**-0,3x**
Dívida Líquida Total/EBITDA	**0,4x**	**0,5x**	**0,6x**	**0,7x**

*EBITDA 12M "após o pagamento de *leases*", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a *leasings* financeiros.

Dívida Por Vencimento

ANO	PRO-FORMA	INCLUINDO IFRS 9, 15 & 16
R$ milhões		
2023	135	1.370
2024	1.172	2.276
2025	127	967
2026	662	1.294
Após 2026	2.007	5.777
Dívida Total	**4.104**	**11.684**

A Dívida Normalizada (pós-*hedge*) do 4T21 ficou em R$ 13.520 milhões, representando um crescimento de R$ 2.419 milhões A/A. O total inclui: (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R$ 8.820 milhões (relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e contratos de arrendamento com prazos superiores a 12 meses, conforme estabelecido pelo IFRS 16); (ii) dívida bancária no montante de R$ 3.845 milhões; (iii) a posição de derivativos[14] de *hedge* no valor de R$ 11 milhões (excluindo os efeitos do Banco C6); e (iv) impacto relacionado as licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R$ 843 milhões.

Ao fim de dezembro, o montante de financiamentos (pós-hedge) totalizou R$ 3.845 milhões. **O custo médio da dívida excluindo os *leasings* e licenças foi de 9,5% a.a. no trimestre,** uma elevação quando comparado ao custo de 2,5% a.a. do 4T20, impactado pelo aumento do CDI no período.

Seguindo o programa de financiamento da companhia, aprovado pelo conselho de administração da TIM em março de 2021, para aquisição dos ativos móveis da Oi, ao longo de 2021 a companhia captou R$ 3,0 bilhões em novas dívidas:

(i) Em abril de 2021, foram celebrados dois contratos totalizando o montante de R$ 1.072 milhões, ambos realizados com bancos estrangeiros;

(ii) Em junho, a Companhia concluiu a liquidação da 2ª emissão de debêntures, no montante total de R$ 1,6 bilhão, com vencimento em junho de 2028. Tendo sido esta a primeira oferta de debentures da história da Companhia a considerar aspectos ESG em sua emissão, gerando benefícios para sociedade e para o meio ambiente, além de corroborar para atingimento dos objetivos do Plano Estratégico da Companhia;

(iii) Em novembro de 2021, foi celebrado um contrato com o BNDES, no valor total de R$ 390 milhões.

No final do trimestre, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R$ 9.797 milhões, registrando crescimento de R$ 5.151 milhões A/A.

O rendimento financeiro médio foi de 8,8% a.a. no 4T21, aumento de 6,4 p.p. em relação ao 4T20, em função dos últimos aumentos observados da taxa Selic e de uma melhor alocação dos recursos.

8. Environmental, Social & Governance

Jornada ESG

A TIM é pioneira nos temas ESG (Environmental, Social & Governance) no setor de Telecomunicações no Brasil. Há 14 anos a Companhia faz parte da Carteira do Índice de Sustentabilidade da B3 (ISE-B3), sendo a empresa do setor que há mais tempo configura no Índice. Em fevereiro de 2022, a TIM foi reconhecida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo pela S&P Global ESG, organização responsável pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI). A companhia foi incluída no **Sustainability Yearbook 2022** pela evolução da sua performance no processo de submissão ao DJSI, com um crescimento de 24%.

Desde 2011, a TIM voluntariamente faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança corporativa da Bolsa de Valores Brasileira, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU).

Como signatária do Pacto Global da ONU desde 2008 e da ONU Mulheres desde 2021, a TIM desenvolve projetos conectados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reconhece os direitos à privacidade de dados, à internet segura, ao acesso à informação e à liberdade de expressão como essenciais e inegociáveis.

A TIM vem se tornando uma das líderes na promoção da diversidade e inclusão, com metas, compromissos e adesões a diversas iniciativas relacionadas aos temas gênero, raça, LGBTI+, idade, entre outros. A Companhia se tornou, em 2021, a primeira operadora brasileira a integrar o Refinitiv Diversity & Inclusion Index, se tornando o benchmark brasileiro e de telecom worldwide. Também passou a fazer parte, em 2022, do Índice de Igualdade de Gênero da Bloomberg, que reúne 418 empresas de 45 países, sendo 13 do Brasil.

Reconhecida com o selo Top Employers, a TIM também se consolida como uma das empresas com melhores práticas de RH. A certificação é resultado da auditoria independente da Top Employer Institute, um instituto internacional com 30 anos de atuação em 120 países.

A TIM responde ao Carbon Disclosure Project (CDP) – maior base de dados do mundo sobre Gases de Efeito Estufa relacionada às Mudanças Climáticas – desde 2010, e registra suas emissões no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol.

Desde 2004, a TIM apresenta seu desempenho em sustentabilidade e há 13 anos publica relatórios conforme as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). A partir de 2021, a Companhia passou a chamar esta publicação de Relatório ESG e segue com o seu compromisso de transparência e prestação de contas a seus stakeholders, organizando o relato nos três pilares: Ambiental, Social e Governança. O Relatório é assegurado ainda por terceira parte independente.

Nossas Políticas de Responsabilidade Social, Direitos Humanos, Diversidade, Meio Ambiente, Gestão da Mudança do Clima, Gestão de Riscos Corporativos, Anticorrupção, Relacionamento com Fornecedores, Segurança e Saúde do Trabalho, Privacidade, entre outras, estão publicamente disponíveis para a livre consulta de nossos *stakeholders*.

Em cumprimento a Lei Geral de Proteção de Dados, vigente no Brasil desde 2020, a TIM atua para garantir a privacidade dos clientes, proteger seus dados pessoais e manter uma relação cada vez mais transparente. Mais informações na Central de Privacidade no site da TIM.

Em 2013 a TIM fundou o Instituto TIM com a missão de democratizar o acesso à ciência, tecnologia e inovação para promover o desenvolvimento humano no Brasil. Mais de 700 mil pessoas de todos os estados e do Distrito Federal já foram beneficiadas pelos projetos de educação e inclusão do Instituto, sendo, inclusive, premiados internacionalmente (Prêmio Governarte – BID 2015).

Por sua sólida atuação em ESG, a TIM integra índices e ratings nacionais e internacionais, como Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-B3), Índice de Carbono Eficiente (ICO2-B3), Índice Brasil ESG (S&P/B3), Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR-70), Refinitiv Diversity & Inclusion, Gender Equality Index (GEI) da Bloomberg, *FTSE4GOOD Emerging Markets*, *FTSE4GOOD Latin America*, *MSCI ACWI ESG Leaders*, *MSCI Emerging Markets ESG Leaders*, Teva Indices ESG Mulheres no Conselho, selo Women on Board, entre outros, além de ser certificada pelas normas ISO 9001 (desde 2000), ISO 14001 (desde 2010) e ISO 37001 (desde 2021).

Temas Materiais

Devido à pandemia de Covid-19, a TIM conduziu um novo processo de consulta a stakeholders, com o objetivo de revisar sua materialidade, uma boa prática incentivada por especialistas.

Após novas entrevistas e estudos, quatro temas materiais foram complementados e um novo tema surgiu, "Promoção da Diversidade e Igualdade de Oportunidades", conforme quadro atualizado (negrito) a seguir:

Ao longo de 2021, a TIM prosseguiu com foco no cumprimento das metas do Plano ESG, conforme os destaques do 4T21 a seguir.

ENVIRONMENTAL

- Ao final de 2021, o projeto de Geração Distribuída totalizou 46 usinas ativas, o que juntamente com a compra de energia no Mercado Livre viabilizou alcançar 83% de energia renovável do consumo total (79% na média anual). Com a aquisição de certificados de energia renovável para o consumo no Sistema Interligado Nacional, a TIM atingiu a marca de 100% de energia renovável;
- Obteve +96% de ecoeficiência em tráfego de dados (acompanhado acompanhada em bit/Joule);
- Reduziu em 153% as emissões indiretas (escopo 2) e em 94% as emissões de escopo 1 e escopo 2;
- Em dezembro de 2021, totalizou 1.766 *biosites* instalados. Além de serem uma solução para reduzir o número de antenas e torres, diminuindo o impacto visual e urbanístico, essas estruturas podem agregar outras funções, como iluminação pública e câmeras de segurança;
- Comprometida com a meta de ser uma empresa carbono neutro até 2030, a TIM melhorou sua performance no CDP, passando seu *score* de B- (2020) para B (2021);
- É integrante do Índice Carbono Eficiente da B3, carteira composta por empresas que apresentam inventários de emissões de gases de efeito estufa e demonstram compromisso com relação às mudanças climáticas, e também do ICDPR-70, Índice CDP Brasil de Resiliência Climática;
- Aderiu, enquanto Grupo TIM, à iniciativa *Science Based Target* (SBTi) na busca pelas melhores práticas de redução e neutralização das emissões de GEE;
- É certificada nas normas ISO 9001, desde 2000 e ISO 14001, desde 2010.

[14] A posição de derivativos é composta, ainda, pelo bônus de subscrição no capital do Banco C6, conforme Nota Explicativa 37 na DFP da TIM S.A.

SOCIAL

- A TIM aumentou em 36% o número de pessoas negras em seu quadro de colaboradores e em 34% o percentual de mulheres em cargos de liderança;
- A meta de levar a conectividade do 4G a todos os municípios do Brasil até 2023 chegou, em dezembro de 2021, a 85% de cobertura. Na região Nordeste, os estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte encerraram o ano com 100% de cobertura;
- No mês da Consciência Negra, a TIM ratificou sua participação na Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero. A operadora tem o compromisso de ter, no mínimo, 40% de pessoas negras em seu quadro profissional até 2023;
- A TIM aderiu, em outubro, ao Fórum Gerações e Futuro do Trabalho, iniciativa que reúne empresas comprometidas com a inclusão de profissionais de diferentes idades no mercado;
- Como parte do seu compromisso de promover um ambiente cada vez mais inclusivo, seguro e livre de discriminação, a TIM publicou em novembro a Política de prevenção, coibição e gerenciamento às práticas de assédio moral, sexual e *bullying*;
- O Instituto TIM e a TIM se uniram à ONG *One By One* por mais mobilidade e oportunidades para crianças e jovens com deficiência e promoveram em dezembro uma ação de voluntariado com os colaboradores para acabar com a fila por cadeiras de roda da entidade. A Companhia se comprometeu a multiplicar o valor doado pelos funcionários para conseguir alcançar a meta;
- A quarta edição do TIM *Talks Experience* abordou temas como 5G, *cloud*, inteligência artificial, ESG e privacidade de dados. Como nos anos anteriores, o evento foi aberto à sociedade, com transmissão pelo site e YouTube da TIM;
- A TIM é signatária dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEP, em inglês) da ONU e faz parte da Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero.

GOVERNANCE

- Em cumprimento a meta de reduzir pela metade o número de reclamações dos clientes na Anatel, em comparação a 2019, a TIM alcançou em dezembro de 2021 uma redução de 44%;
- Pelo 14º ano, a TIM é listada na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3/Bovespa, mantendo sua posição de empresa de telecomunicações por mais anos consecutivos no ISE. Nesse ciclo, o ISE realizou diversas mudanças na metodologia, como a inclusão do risco reputacional e a nota do Carbon Disclosure Project (CDP) como critérios classificatórios. Além disso, passou a adotar questionários setorizados e a apresentar notas gerais e por setor, para aumentar ainda mais a transparência das empresas que estão mais avançadas na agenda ESG;
- A TIM ficou em sétimo lugar no *ranking* de sustentabilidade da consultoria Resultante ESG, escritório especializado em ESG, pesquisas e educação para planejamento e análise de riscos;
- Na 18ª edição do prêmio As Melhores da Dinheiro, da revista IstoÉ Dinheiro, a TIM foi escolhida a melhor operadora;
- A TIM conquistou 5 ouros no Prêmio ABT 2021 por suas ações de relacionamento com o cliente;
- A TIM foi a operadora com maior índice de satisfação entre os consumidores, segundo o *ranking* da Anatel;
- No Leilão 5G, promovido pela Anatel, a TIM adquiriu 11 lotes, no valor R$ 1,05 bilhão, conseguindo obter as frequências em todas as faixas que planejava;
- Desde 2011 faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança das empresas litadas na B3;
- Foi primeira e até o momento única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União;
- Primeira operadora a conseguir a certificação ISO 37001, que atesta a segurança e eficácia do sistema de gestão antissuborno.

Para acessar o informe trimestral de ESG, favor acessar: Informe Trimestral ESG

9. Governança Corporativa

9.1. Companhia listada no Novo Mercado há mais de 10 anos

Em 03 de agosto de 2011 a TIM aderiu ao "Novo Mercado", segmento que concentra as empresas comprometidas com as melhores práticas de governança corporativa.

A migração para o Novo Mercado resultou em benefícios para todos os acionistas. As regras exigidas, alinhadas às melhores práticas de governança corporativa de mercados como Estados Unidos e Europa, potencializam uma maior liquidez e valorização das ações, permitindo um acesso mais amplo aos mercados internacionais, além de promover o fortalecimento da imagem institucional e o aumento da confiança na Companhia.

Adicionalmente, a TIM pertence ao seleto grupo de empresas que compõem as carteiras do Índice de Governança Corporativa (IGC), do Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) da B3 e, há 14 anos, também, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composto por empresas que se comprometeram a gerenciar os riscos derivados de desenvolvimentos econômicos, ambientais e sociais, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU).

9.2. Governança Corporativa na TIM

A TIM é uma sociedade por ações de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária e supervisionada por um Conselho Fiscal. O Conselho de Administração, por sua vez, é auxiliado por comitês de assessoramento, quais sejam, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Controle e Riscos, o Comitê de Remuneração e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*.

Os deveres e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração estão determinados na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regimento Interno do Conselho de Administração, no Regimento Interno da Diretoria Estatutária, no Regimento Interno do Conselho Fiscal e nos Regimentos Internos dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Na condição de membros ativos e responsáveis pela comunidade em que atuam, a Companhia e seus administradores devem pautar suas ações pela legalidade e pela ética, baseado em três princípios fundamentais: transparência, honestidade e lealdade.

Na condução dos seus negócios pautados, além da ética e da lealdade, pela boa-fé, a Companhia busca: (i) agir com transparência nos negócios, (ii) promover a lealdade na concorrência; (iii) excelência de competitividade no mercado; (iv) atender ao bem-estar e ao crescimento da comunidade em que opera; (v) aprimorar os seus recursos humanos; e (vi) promover o desenvolvimento sustentável.

9.3. Política de Divulgação

A TIM adotou em 2002 uma Política de Divulgação/Negociação e Diferenças de Governança Corporativa da NYSE, à qual a administração da Companhia aderiu mediante assinatura do termo de adesão. Como parte dessa política, estabeleceu-se um código de conduta a ser seguido por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas, além de terem sido impostas restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos.

A Política de Divulgação da Companhia prevê a utilização do Portal da Agência Estado, que pode ser acessado pelo link: http://economia.estadao.com.br/fatos-relevantes/, na forma da Instrução CVM nº 547/2014, que permitiu a divulgação de fatos relevantes em portais de notícias de acesso gratuito.

9.4. Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CDA) é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 19 (dezenove) membros, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração era formado por 10 (dez) membros, sendo 4 (quatro) deles independentes. Em 2021, o CDA se reuniu 15 (quinze) vezes no exercício de suas funções.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas, publicadas e consignadas no livro de atas do Conselho de Administração, arquivado na sede na Companhia.

O Conselho se reúne ordinariamente no mínimo seis vezes ao ano e no máximo doze vezes, e, também, extraordinariamente, mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer dois Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria Estatutária, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas. Os convidados a participar das reuniões do Conselho não possuem direito de voto.

O Conselho de Administração tem 4 (quatro) comitês de assessoramento, todos diretamente vinculados a ele: o Comitê de Auditoria Estatutário, com regras previstas no Estatuto Social da Companhia, o Comitê de Remuneração, o Comitê de Controle e Riscos e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*, podendo haver participação de um ou mais membros nos Comitês, simultaneamente.

9.5. Diretoria Estatutária

A Diretoria Estatutária (Diretoria) é o órgão de representação e de administração executiva da Companhia, sendo composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 12 (doze) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de dois anos, admitida a reeleição, podendo ser destituídos pelo mesmo órgão a qualquer tempo. Em 31 de dezembro de 2021, a Diretoria da Companhia era composta por 8 (oito) membros. Em 2021, a Diretoria se reuniu 43 (quarenta e três) vezes no exercício de suas funções.

9.6. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal (CF) é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, todos profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantenham qualquer outro vínculo com a Companhia, cada com um respectivo suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho Fiscal da Companhia era composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes. Em 2021, o CF se reuniu 8 (oito) vezes no exercício de suas funções.

9.7. Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos independentes. Atualmente o CAE é composto por 3 (três) membros.

O CAE tem por objetivo supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores, tanto internos quanto independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, do outro lado. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de Audit *Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act*, ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na US *Securities and Exchange Commission* – SEC. Em 2021, o CAE se reuniu 20 (vinte) vezes no exercício de suas funções.

Os membros do CAE analisaram as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021"). Considerando as informações prestadas pela Diretoria Estatutária da Companhia e pela auditoria externa da Ernst & Young Auditores Independentes S/S. ("EY"), bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, o CAE avaliou que essas informações e documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia, para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS – B3 LISTED NM | TIMB – LISTED NYSE | ISE B3

9.8. Comitê de Controle e Riscos

O Comitê de Controle e Riscos (CCR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de medidas de controle interno e de gestão de riscos, e o cumprimento de regras de governança. Em 31 de dezembro de 2021, o CCR era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2021, o CCR se reuniu 10 (dez) vezes no exercício de suas funções.

9.9. Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração (CR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de propostas de rateio da remuneração global aprovada pela Assembleia Geral, e o critério de remuneração dos Diretores Estatutários e dos altos executivos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o CR era composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) desses independente. Ao longo de 2021, o CR se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

9.10. Comitê de Environmental, Social & Governance

O Comitê de *Environmental, Social & Governance* (CESG), , é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui a finalidade de assessorar o CDA no desenvolvimento e implementação da estratégia e dos princípios de *Environmental, Social & Governance*, incluindo, dentre outras atividades, a recomendação das diretrizes e da estratégia da Companhia aplicáveis à gestão de questões ambientais, sociais e de governança. Em 31 de dezembro de 2021, o CESG era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2021, o CESG se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

9.11. Estrutura Acionária

A Companhia encerrou 2021 com capital social no montante de R$ 13.477.890.507,55, representado por 2.420.804.398 ações ordinárias. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. detêm o controle acionário da TIM com aproximadamente 67% das ações.

* Telecom Italia S.p.A. detém uma ação da TIM Brasil Serv. e Part. S.A.

9.12. Política de Dividendos

Conforme Estatuto Social e a Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2021, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, a quantia equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

É obrigatória a manutenção de uma reserva legal, à qual a Companhia deve alocar 5% dos lucros líquidos de cada exercício fiscal, até que o valor dessa reserva seja equivalente a 20% do capital.

A distribuição de dividendos anuais é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária.

Nos dias 6 de junho, 24 de setembro e 15 de dezembro de 2021, a TIM S.A. divulgou que seu Conselho de Administração aprovou a distribuição de R$ 350 milhões, R$ 137,5 milhões e R$ 560 milhões, respectivamente, a título de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP"). Os pagamentos ocorreram nos dias 20 de julho de 2021, 27 de outubro de 2021 e 25 de janeiro de 2022, sendo as datas de 21 de junho, 29 de setembro e 20 de dezembro de 2021 aquelas que serviram para identificar os acionistas com direito a receber tais valores. Desta forma, as ações adquiridas após as referidas datas estavam ex-direito de distribuição de JSCP. Desse modo, a TIM declarou um montante total de R$ 1.047,5 milhões de JCP em 2021.

9.13. Eventos do Exercício e Subsequentes

Contingência Tributária

Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM sobre o tema, ainda pender julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 547 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

Parceria entre TIM e Cogna

No dia 7 de julho de 2021, a Companhia informou aos seus acionistas, ao mercado em geral e a outras partes interessadas que, juntamente com a Anhanguera Educacional Participações S.A. ("AESAPAR"), uma subsidiária da Cogna Educação S.A ("Cogna"), em conjunto denominadas "Parceiras", concluíram as negociações referentes a uma parceria estratégica ("Parceria") com o objetivo de desenvolver ofertas combinadas com benefícios especiais visando o acesso à educação a distância através da plataforma Ampli.

As Parceiras destacaram o caráter inovador do acordo que celebraram, ao juntar uma plataforma digital de ensino desenvolvida em conceito *mobile-first*, com a maior infraestrutura 4G do Brasil. Esta é uma poderosa combinação que vai ampliar e incentivar o acesso a cursos universitários e livres a todos os clientes da TIM. Essa abordagem oferece grande potencial de geração de valor para ambas as empresas por meio do crescimento da base de clientes e aumento de receitas.

A Parceria se encaixa na estratégia de Plataforma de Clientes que vem sendo trabalhada pela Companhia desde 2020. Esta estratégia busca a monetização dos ativos que a TIM detém como operadora de telefonia móvel através de parcerias estratégicas que criem valor para nossos clientes e para a própria empresa.

Este acordo não cria uma *joint venture* e, portanto, a TIM mantém a independência de suas operações. Por meio de um mecanismo de remuneração baseado em objetivos e a depender da evolução dos resultados da parceria, a TIM se tornará sócia minoritária da AESAPAR em uma nova empresa a ser criada como consequência da separação de ativos da plataforma Ampli ("Ampli Co"). A constituição e operação da Ampli Co será submetida pela AESAPAR às autoridades competentes, em especial ao Ministério da Educação (MEC).

A participação da TIM na Ampli Co pode atingir até 30% do seu capital e a subscrição das ações deverá ser previamente aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. No plano definido, há a expectativa de a Ampli Co buscar no futuro um IPO (*Initial Public Offering*).

TIM obtém direito ao exercício da 3ª e 4ª tranches de bônus de subscrição no Banco C6

Em julho de 2021, no âmbito da parceria estratégica ("Parceria") firmada com o Banco C6 S.A. ("C6" ou "Banco"), a TIM obteve o direito ao exercício da 3ª tranche do bônus de subscrição do capital social do C6, em decorrência do atingimento do 3º nível das metas acordadas, desta forma foram registrados no balanço da Companhia bônus equivalentes a aproximadamente 0,7% do capital do banco, totalizando de 3,6%.

Em outubro de 2021, a TIM obteve o direito ao *vesting* da 4ª tranche do bônus de Subscrição de participação indireta no capital social do C6, em decorrência do atingimento do 4º nível das metas acordadas no âmbito da parceria, o que significa o atingimento equivalente à participação indireta acumulada de aproximadamente 4,08% no capital social do C6.

TIM elege nova CFO/ DRI

Em agosto de 2021, a TIM anunciou a Sra. Camille Loyo Faria para às posições de Diretora Financeira (CFO) e de Diretora de Relações com Investidores (DRI). Camille chega à TIM com uma larga experiência em funções executivas no setor de telecomunicações e infraestrutura, com passagens por companhias da indústria. Em sua carreira ela acumula ainda atuações importantes na área de *Investment Banking* e no setor de energia.

Fechamento da transação entre a IHS e a I-Systems

No dia 16 de novembro de 2021, a TIM S.A. ("TIM") e a IHS Fiber Brasil ("IHS", após as autorizações regulatórias da ANATEL e do CADE, foi consumado o fechamento da transação com vistas à aquisição, pela IHS, de participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. ("FiberCo"), empresa constituída pela TIM para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura.

Como resultado do fechamento da Transação, a IHS Brasil passou a deter 51% do capital social da FiberCo, permanecendo os restantes 49% sob o controle da TIM.

A FiberCo começa sua operação com aproximadamente 15.000 km de fibra em rede secundária, cobrindo, aproximadamente, 6,4milhões de domicílios (*homes passed*), sendo 3,5 milhões em FTTH e 3,4 milhões em FTTC, que constituem a base inicial de ativos transferidos pela TIM. Os domicílios conectados (*homes connected*) são aproximadamente 700 mil sobre os quais a FiberCo fornecerá serviços de operação e manutenção a TIM. Além disso, foram transferidos a FiberCo cerca de 140 funcionários, e outros ativos e contratos, todos exclusivamente relacionados com o perímetro das suas atividades.

Com a conclusão da aquisição, a FiberCo passou a se chamar I-Systems, e inicia sua trajetória como um veículo de infraestrutura tendo como missão implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado, tendo a TIM como cliente âncora.

ANATEL concede anuência prévia para transferência de controle das atividades de telefonia móvel da Oi

Em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL– Agência Nacional de Telecomunicações, por unanimidade, concedeu anuência prévia à implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[15], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Transação").

A anuência prévia prevê determinados condicionantes em linha com uma transação dessa natureza, os quais visam principalmente garantir o acesso de prestadoras de pequeno porte às redes de abrangência nacional, manter compromissos vinculados às radiofrequências transferidas, estabelecer os parâmetros mínimos do plano de comunicação ligado à Transação e assegurar aos usuários certos direitos nas etapas de migração.

TIM elege novo Diretor Presidente (CEO)

Em 31 de janeiro de 2022, a o Conselho de administração da Companhia anunciou o Sr. Alberto Mario Griselli para substituir o Sr. Pietro Labriola nos cargos de CEO e membro do Conselho. O Sr. Griselli, que desde julho de 2019 ocupava o cargo de *Chief Revenue Officer* (CRO) da Companhia, é formado em Engenharia Eletrônica pela La Sapienza University em Roma e FMBA pela Columbia University. Com mais de 20 anos de experiência no setor de telecomunicações, ocupou cargos relevantes como vice-presidente para América Latina da TIMwe, fornecedora global de soluções de engajamento móvel para operadoras de telecomunicações, e *Managing Director* para América Latina da Value Partners, empresa de consultoria de gestão.

CADE aprova a aquisição pela TIM da maior parte dos ativos da operação de telefonia móvel da Oi

Em 09 de fevereiro de 2022, o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, no âmbito do Ato de Concentração n° 08700.000726/2021-08, aprovou a implementação da operação societária referente à transferência integral do controle ("Transação") das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE") , que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel", "Vendedora"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Compradoras").

A aprovação prevê um conjunto de condicionantes, em sua maioria comportamentais, e que compunham uma proposta de Acordo em Controle de Concentração ("ACC") feita pelas Compradoras ao CADE. Esses condicionantes tem um caráter modular e podem ser utilizados por novos entrantes e operadoras de menor porte para reduzir barreiras de entrada e alavancar a exploração de diferentes modelos de negócios, sem afetar o objetivo primário da TIM de fortalecer sua infraestrutura, fechando a disparidade de capacidade espectral em relação a seus principais concorrentes. Desta maneira, a Companhia entende que foi atingido um equilíbrio entre criação de valor e mitigação das preocupações concorrenciais para o setor que o ACC endereça.

A efetiva conclusão da Transação, que definirá um equilíbrio de infraestrutura entre os três principais concorrentes do setor, ainda depende do cumprimento de determinadas etapas previstas no Contrato de Compra e Venda. Entretanto, uma vez ocorrida trará benefícios amplos, mantendo alto grau de rivalidade setorial e garantindo os investimentos necessários para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e o avanço digital do país.

10. Auditoria Independente – IN CVM nº 381

Em 2021, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou serviços de auditoria de nossas demonstrações financeiras e outros serviços não relacionados à auditoria, que estão relacionados à revisão do Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

Tais serviços não superaram o patamar de 5% do total dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. No entendimento dos auditores externos a prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados. Os auditores possuem processos internos para garantir que estes outros serviços sejam avaliados internamente, bem como pré-aprovados antes da apresentação de qualquer proposta à TIM.

A Companhia destaca ainda que está sujeita à uma política, aprovada pelo Conselho de Administração em 24/09/2021, que disciplina o processo de contratação dos auditores externos bem como de eventuais serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Controladora. Tal documento define ainda, um rol exemplificativo de serviços não relacionados à auditoria cuja contratação é vedada.

11. Mercado de Capitais

As ações ordinárias da TIM S.A. são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) sob o código TIMS3 e as ADRs, *American Depositary Receipts*, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, *New York Stock Exchange* (NYSE), sob o código TIMB.

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou 2021 em 104.822 pontos, acumulando uma queda de 11,92% quando comparado ao ano anterior, e valor de mercado de R$ 3,7 trilhões.

A Companhia encerrou 2021 com suas ações ordinárias cotadas a R$ 13,15 na B3, uma queda de 7,1% A/A, enquanto as ADRs, na NYSE, fecharam ao preço de U$ 11,64, redução de 13,5% A/A. Em valor de mercado, a TIM fechou o ano valorada em R$ 31,8 bilhões ou US$ 5,6 bilhões.

Considerações Finais

A TIM S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos seus clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incansavelmente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado. Os agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teriam sido atingidos os objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na gestão do negócio.

A Administração

[15] Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Ativo		49.819.186	41.654.417	41.654.417
Circulante		15.398.048	10.411.555	10.411.556
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.228.615	2.575.290	2.575.291
Títulos e valores mobiliários	5	4.568.020	2.070.438	2.070.438
Contas a receber de clientes	6	3.066.906	3.051.834	3.051.834
Estoques	7	202.553	246.602	246.602
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	354.620	374.015	374.015
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	1.311.906	1.421.112	1.421.112
Despesas antecipadas	11	275.148	149.796	149.796
Instrumentos financeiros derivativos	37	134.292	262.666	262.666
Arrendamentos	16	30.076	5.357	5.357
Outros valores a compensar	17	28.661	43.906	43.906
Outros ativos		197.251	210.539	210.539
Não Circulante		34.421.138	31.242.862	31.242.861
Realizável a longo prazo		3.925.956	4.115.088	4.115.088
Títulos e valores mobiliários	5	11.508	7.061	7.061
Contas a receber de clientes	6	186.301	128.827	128.827
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	905.312	856.786	856.786
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	730.455	1.277.127	1.277.127
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	536.888	550.646	550.646
Depósitos judiciais	12	718.773	794.755	794.755
Despesas antecipadas	11	83.139	73.598	73.598
Instrumentos financeiros derivativos	37	521.627	239.423	239.423
Arrendamentos	16	213.045	156.841	156.841
Outros ativos		18.908	30.024	30.024
Investimento	13	1.601.703	1	-
Imobilizado	14	18.308.400	18.100.698	18.100.698
Intangível	15	10.585.079	9.027.075	9.027.075

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		49.819.186	41.654.417	41.654.417
Total do Passivo		24.712.080	18.471.672	18.471.672
Circulante		10.611.482	8.301.956	8.301.956
Fornecedores	18	3.267.404	3.128.732	3.128.732
Empréstimos e financiamentos	20	538.450	1.689.385	1.689.385
Passivo de arrendamento	16	1.269.878	1.054.709	1.054.709
Instrumentos financeiros derivativos	37	194.837	7.273	7.273
Obrigações trabalhistas		303.239	272.635	272.635
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	1.418.682	935.778	935.778
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	245.113	296.299	296.299
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	533.580	538.576	538.576
Autorizações a pagar	19	2.630.169	102.507	102.507
Receitas diferidas	23	197.179	266.436	266.436
Outros passivos		12.951	9.626	9.626
Não Circulante		14.100.598	10.169.716	10.169.716
Empréstimos e financiamentos	20	3.307.015	655.647	655.647
Instrumentos financeiros derivativos	37	13.950	28.893	28.893
Passivo de arrendamento	16	7.793.661	7.324.126	7.324.126
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	3.273	3.102	3.102
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	13.227	212.444	212.444
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	960.881	886.947	886.947
Planos de pensão e outros benefícios pós emprego	38	6.492	7.346	7.346
Autorizações a pagar	19	1.250.918	232.940	232.940
Receitas diferidas	23	689.161	755.488	755.488
Outros passivos		62.020	62.783	62.783
Patrimônio Líquido	25	25.107.106	23.182.745	23.182.745
Capital social		13.477.891	13.477.891	13.477.891
Reservas de capital		401.806	397.183	397.183
Reservas de lucros		11.236.551	9.317.356	9.317.356
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.285)	(4.848)	(4.848)
Ações em tesouraria		(4.857)	(4.837)	(4.837)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Receita líquida	27	18.058.027	17.267.812	17.267.812
Custos de serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	(8.443.023)	(7.996.615)	(7.996.615)
Lucro bruto		9.615.004	9.271.197	9.271.197
Receitas (despesas) operacionais:				
Comercialização	28	(4.621.788)	(4.443.027)	(4.443.027)
Gerais e administrativas	28	(1.723.384)	(1.656.267)	(1.656.267)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(11.572)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	29	497.771	(356.986)	(356.986)
		(5.858.973)	(6.456.280)	(6.456.280)
Lucro antes de receitas e despesas financeiras		3.756.031	2.814.917	2.814.917
Receitas (despesas) financeiras:				
Receitas financeiras	30	1.091.748	432.287	432.287
Despesas financeiras	31	(1.745.213)	(1.232.781)	(1.232.781)
Variações cambiais, líquidas	32	659	(6.783)	(6.783)
		(652.806)	(807.277)	(807.277)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.103.225	2.007.640	2.007.640
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	33	(146.051)	(163.950)	(163.950)
Lucro líquido do exercício		2.957.174	1.843.690	1.843.690
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R$ por ação)				
Lucro básico por ação	34	1,22	0,76	0,76
Lucro diluído por ação	34	1,22	0,76	0,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	2.957.174	1.843.690	1.843.690
Outros componentes do resultado abrangente			
Item que não será reclassificado para o resultado:			
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	853	(1.562)	(1.562)
Tributos diferidos	(290)	531	531
Total do resultado abrangente do exercício	2.957.737	1.842.659	1.842.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para expansão	Reservas de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos 01 de janeiro de 2021	13.477.891	397.183	1.036.194	6.499.602	1.781.560	(4.837)	(4.848)	-	23.182.745
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.957.174	2.957.174
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	563	-	563
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	563	2.957.174	2.957.737
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Plano de incentivo a longo prazo	-	4.623	-	-	-	-	-	-	4.623
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	(20)	-	-	(20)
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	-	-	139.021	-	-	-	-	(139.021)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(1.047.500)	(1.047.500)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	176.741	-	-	(176.741)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	1.593.912	-	-	-	(1.593.912)	-
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	9.521	-	-	-	-	9.521
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	4.623	139.021	1.603.433	176.741	(20)	-	(2.957.174)	(1.033.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.477.891	401.806	1.175.215	8.103.035	1.958.301	(4.857)	(4.285)	-	25.107.106

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para expansão	Reservas de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	13.476.172	36.154	952.486	5.985.793	1.612.019	-	(3.817)	-	22.058.807
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.843.690	1.843.690
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido (nota 13)	-	-	-	-	-	-	(1.031)	-	(1.031)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.031)	1.843.690	1.842.659
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Incorporação de sociedade do Grupo TIM (Nota 1)	1.719	353.604		-	-	-	-	-	355.323
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	7.425	-	-	-	-	-	-	7.425
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	(4.837)	-	-	(4.837)
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal (nota 25)	-	-	83.708	-	-	-	-	(83.708)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(1.083.000)	(1.083.000)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	169.541	-	-	(169.541)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	507.441	-	-	-	(507.441)	-
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	6.368	-	-	-	-	6.368
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	1.719	361.029	83.708	513.809	169.541	(4.837)	-	(1.843.690)	(718.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.477.891	397.183	1.036.194	6.499.602	1.781.560	(4.837)	(4.848)	-	23.182.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.103.225	2.007.640	2.007.640
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	28	5.691.696	5.527.012	5.527.012
Resultado de equivalência patrimonial	13	11.572	-	-
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		51.913	(88.085)	(88.085)
Ganho na transação de venda 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)		(782.237)	-	-
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		1.486	(284)	(284)
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	278.789	333.724	333.724
Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos		(27.768)	131.253	131.253
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		119.864	166.057	166.057
Juros sobre passivo de arrendamento		858.259	910.691	910.691
Juros sobre arrendamentos		56	(10.698)	(10.698)
Provisão para perdas de crédito esperadas	28	544.642	552.817	552.817
Planos de incentivo a longo prazo	26	15.672	2.588	2.588
		9.867.169	9.532.715	9.532.715
Redução (aumento) dos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes		(583.346)	(390.087)	(390.087)
Impostos, taxas e contribuições a recuperar		664.397	1.260.949	1.260.949
Estoques		44.050	(43.325)	(43.325)
Despesas antecipadas		(134.893)	20.928	20.928
Depósitos judiciais		215.698	203.567	203.567
Outros ativos		41.610	(111.003)	(111.003)
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Obrigações trabalhistas		35.506	53.667	53.667
Fornecedores		153.357	(818.989)	(818.989)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		366.605	(320.674)	(320.674)
Autorizações a pagar		(8.604)	(10.871)	(10.871)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	24	(316.804)	(413.634)	(413.634)
Receitas diferidas		(135.583)	(87.188)	(87.188)
Outros passivos		(116.981)	(132.606)	(132.606)
Caixa gerado pelas operações		**10.092.181**	**8.743.449**	**8.743.449**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.094)	(69.578)	(69.578)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**10.078.087**	**8.673.871**	**8.673.871**
Atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários		(2.502.030)	(1.428.888)	(1.428.888)
Caixa proveniente da venda de 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)		1.096.294	-	-
Caixa proveniente da incorporação da TIM Participações		-	21.959	21.959
Integralização de Capital FiberCo (nota 1)		-	-	1
Adições ao imobilizado e intangível (i)		(5.283.707)	(3.891.306)	(3.891.306)
Recebimento de arrendamentos		47	4.879	4.879
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(6.689.396)**	**(5.293.356)**	**(5.293.355)**
Atividades de financiamentos				
Novos empréstimos		3.062.000	1.800.000	1.800.000
Amortização de empréstimos		(1.710.935)	(1.806.922)	(1.806.922)
Juros pagos – Empréstimos		(78.952)	(72.643)	(72.643)
Pagamento de passivo de arrendamento		(1.179.723)	(927.903)	(927.903)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento		(832.928)	(794.391)	(794.391)
Novos financiamentos licença 5G		843.020	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		216.197	(134.360)	(134.360)
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações		(11.069)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(1.042.976)	(1.153.054)	(1.153.054)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(735.366)**	**(3.089.273)**	**(3.089.273)**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		**2.653.325**	**291.242**	**291.243**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**2.575.290**	**2.284.048**	**2.284.048**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**5.228.615**	**2.575.290**	**2.575.291**

(i) Efeitos da aquisição 5G sem impacto no caixa, vide nota 40.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Receitas			
Receita operacional bruta (nota 27)	25.357.429	24.346.101	24.346.101
Outras receitas (nota 29)	2.709.251	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	(544.642)	(552.817)	(552.817)
Descontos concedidos, devoluções e outros	(2.619.680)	(2.543.707)	(2.543.707)
	24.902.358	21.249.577	21.249.577
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(2.676.158)	(2.641.923)	(2.641.923)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.026.187)	(2.949.673)	(2.949.673)
	(7.702.345)	(5.591.596)	(5.591.596)
Retenções			
Depreciação e amortização	(5.691.696)	(5.527.012)	(5.527.012)
Valor adicionado líquido produzido	11.508.317	10.130.969	10.130.969
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	(11.572)	-	-
Receitas financeiras	1.612.676	796.406	796.406
	1.601.104	796.406	796.406
Valor adicionado total a distribuir	13.109.421	10.927.375	10.927.375
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	621.702	552.749	552.749
Benefícios	191.346	196.124	196.124
F.G.T.S	63.689	60.722	60.722
Outros	46.649	42.498	42.498
	923.386	852.093	852.093
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	2.113.953	1.906.223	1.906.223
Estaduais	3.773.000	3.791.380	3.791.380
Municipais	127.934	114.390	114.390
	6.014.887	5.811.993	5.811.993
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros	2.263.324	1.601.595	1.601.595
Aluguéis	941.503	813.175	813.175
	3.204.827	2.414.770	2.414.770
Outros			
Investimento social	9.147	4.829	4.829
	9.147	4.829	4.829
Remuneração de Capital Próprio			
Dividendos e JCP	1.047.500	1.083.000	1.083.000
Lucros retidos	1.909.674	760.690	760.690
	2.957.174	1.843.690	1.843.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

Estrutura societária

A TIM S.A. ("TIM", "Companhia" e/ou "Empresa") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detinha 66,59% do capital social da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2021 (66,58% em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia presta Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&F/Bovespa). Adicionalmente, a TIM S.A possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Em dezembro de 2020, o Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada no dia 10 de dezembro de 2020, a constituição de uma sociedade denominada FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda, como preparação para futura segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial.

No dia 5 de maio de 2021, a TIM S.A. informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no mesmo dia, foi aprovado um acordo entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. ("IHS"), com vistas a aquisição, pela IHS, da participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. ("FiberCo").

O processo de aquisição de participação societária da FiberCo, posteriormente denominada I–Systems, pela IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems.

O detalhamento da venda da participação societária da FiberCo, está descrito abaixo.

Reorganização Societária

Venda de 51% da I-Systems (antiga FiberCo) para IHS

Em 5 de maio de 2021, a Companhia publicou a decisão de seu Conselho de Administração sobre a alienação por parte da TIM de 51% do capital social da FiberCo em favor da IHS, permanecendo os restantes 49% sob o controle da Companhia quando do fechamento da operação (*closing*).

A FiberCo foi constituída pela Companhia para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura. A FiberCo nasce com a missão de implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado. Não obstante, os termos do acordo definem a TIM como principal cliente neste momento, tendo a prerrogativa de 6 meses de exclusividade após a entrada em novas áreas. Em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A. registrou investimento em coligada no valor de R$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49%.

Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477.

De acordo com laudo de avaliação do acervo líquido formado pelos ativos e passivos o valor apurado de R$1.211.789 foi integralizado como capital social da I-Systems em 1º de novembro de 2021.

O processo de venda do percentual de 51% de participação societária da nova companhia, I-Systems, para IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Para a conclusão da venda, a IHS realizou uma integralização de capital R$582.498 (primária) na nova companhia (I-Systems) e o pagamento de R$1.096.294 (secundária) diretamente a TIM S.A., totalizando, desta forma R$1.678.792 pela aquisição de 51% de participação societária. O valor justo apurado por 100% da nova companhia foi de R$3.291.794.

No momento do *closing* a participação na investida foi registrada pelo valor justo conforme previsto pelo IFRS 10 (CPC36), sendo, posteriormente, conforme definido na norma IAS 28 (CPC18), avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

Conforme previsto no IAS 28 (CPC18), a venda de investimento com perda de controle deve ser reconhecida pela baixa total de investimento e reconhecimento de parte do investimento da coligada pelo valor justo.

Os efeitos da transação estão detalhados abaixo:

Descrição	31/12/2021
Preço da transação	1.096.294
Registro investimento a *fair value*	1.612.957
Custo dos ativos	
Baixa do investimento	(1.211.472)
Baixa do ágio na aquisição Fiber RJ/Fiber SP	(1.051.477)
Baixa do imposto diferido sobre ágio amortizado fiscalmente	335.935
Ganho na transação	782.237
Imposto de renda e contribuição social	(509.245)
Ganho líquido na transação	272.992
Ganho antes de IR e CS na remensuração do investimento a valor justo	668.720
Ganho antes de IR e CS na alienação do ativo	113.517

Incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

Em 29 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a submissão à Assembleia Geral Extraordinária da proposta de incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada em 31 de agosto de 2020, e aprovou, por maioria dos votos, a incorporação da TIM Participações pela TIM S.A, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre as administrações das companhias em 29 de julho de 2020.

Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de agosto de 2020 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Participações, no montante de R$355.323.

Conforme previsto no Protocolo de Incorporação, as variações do patrimônio da TIM Participações entre a data do laudo (31 de março de 2020) e do ato societário de incorporação (31 de agosto de 2020), foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da incorporada. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Participações foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito. Esta transação não teve impacto econômico ou tributário e o ágio incorporado não será utilizado para fins de quaisquer compensações fiscais.

Esta reorganização societária, teve como objetivo proporcionar maior eficiência e simplificação da estrutura organizacional do Grupo TIM, tornando a estrutura de controles internos mais eficientes. Além disso, a reorganização societária proporciona uma otimização de carga tributária nas futuras distribuições de juros sobre capital próprio, e também, a integração de unidades administrativas e financeiras, permitindo, a concentração e redução dos custos operacionais e outras despesas administrativas com serviços profissionais. Como resultado desta operação, não houve qualquer impacto para os acionistas controladores e não controladores.

Após a Incorporação, a TIM S.A., passou a ser a ser negociada com os códigos TIMS3 na B3 e TIMB na NYSE.

Para fins de apresentação do saldo comparativo, as informações patrimoniais e financeiras da TIM S.A. permanecem inalteradas atendendo o conceito de entidade legal para a apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O acervo líquido contábil na data de incorporação, em 01 de setembro de 2020, está sumariado a seguir:

	01/09/20		01/09/20
Ativo		**Passivo**	
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	21.959	Impostos, taxas e contribuições a recolher	368
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	28.515	Outros passivos	10.708
Outros ativos	166	Total do passivo circulante	11.076
Total do ativo circulante	50.640	**Não circulante**	
Não circulante		Provisão para processos judiciais e administrativos	36.850
Depósitos judiciais	72.346	Outros passivos	29.752
Outros ativos	1.254	Total do passivo não circulante	66.602
		Patrimônio Líquido	
Ágio[(1)]	308.761	Capital social	1.719
Total do ativo não circulante	382.361	Reservas	353.604
		Total do patrimônio líquido	355.323
Total do ativo	433.001	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	433.001

(1) O Ágio incorporado possui a seguinte composição:

Ágio rentabilidade futura	367.571
Mais valia de passivos (provisão para processos judiciais) em combinação de negócios	(89.106)
Imposto de renda diferido sobre mais valia	30.296
	308.761

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R$), que também é a moeda funcional da Companhia.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que a partir da reorganização societária mencionada na Nota 1, todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas exclusivamente na TIM S.A. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

Os saldos consolidados comparativos para dezembro de 2021 não foram apresentados, uma vez que a subsidiária I-Systems (antiga Fiber Co) foi constituída em dezembro de 2020 e conforme descrito na nota 1, teve 51% de participação acionária alienada à IHS, quanto a TIM S.A. passou a deter participação minoritária não controladora de 49%. Nesse momento a TIM S.A. passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

e. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2022.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

• Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado;
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado;
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

O grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

• Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

• CPC 11 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).

• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.

Essa norma não se aplica a Companhia.

• Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

• O que significa um direito de postergar a liquidação;
• Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
• Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
• Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

• Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros do Grupo.

• Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Impactos COVID - 19

Desde março de 2020 foi decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde devido ao surto do Coronavirus 2019 (COVID-19), os principais impactos e primeiros casos foram contabilizados no Brasil e no mundo também do primeiro trimestre de 2020.

O surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e se prolonga até 2021 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram muito a atividade econômica, incluindo alguns impactos nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa das Companhias no Brasil. Ao longo de 2020, foi decretado o l*ockdown* em vários estados do Brasil que durou de março a junho de 2020.

No ano de 2020, a Companhia apresentou uma infraestrutura robusta sendo parte de um segmento extremamente importante neste período de crise, essencial para a população, governo e sistema de saúde. Após análise interna, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia não é altamente alavancada e ainda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa do volume de caixa.

Em 2021, houve o agravamento da crise com aumento do número de casos, consequentemente, a necessidade de novas medidas de restrição, dentre elas o fechamento do comercio impactando o funcionamento das lojas novamente, mas as restrições tiveram uma duração menor comparada a 2020, reduzindo o impacto do fechamento das lojas. Essas restrições foram implementadas principalmente no mês de março em diferentes cidades do Brasil. Em setembro de 2021, o país apresentou uma evolução significativa nos níveis de vacinação, com redução da taxa de transmissão e número de casos, com isso houve uma leve melhora nas atividades econômicas. Até o momento, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações.

Estamos no 2º ano de pandemia e sem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros e investimentos em coligadas

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15) e seus ativos tangíveis e intangíveis.

Os investimentos líquidos em coligadas são avaliados após a aplicação do método de equivalência patrimonial para determinar se há qualquer evidencia objetiva de não recuperabilidade. O valor recuperável de um investimento em coligada deve ser determinado para cada investimento, a menos que a coligada não gere entradas de caixa de forma contínua que sejam em grande parte independentes daquelas geradas por outros ativos da entidade. O investimento em coligada foi avaliado conforme descrito na nota 13.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

(e) Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenues"

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(f) Arrendamentos

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 16), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 01/01/2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Caixa e bancos	99.821	100.008	100.009
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:			
CDB/Compromissadas	5.128.794	2.475.282	2.475.282
	5.228.615	2.575.290	2.575.291

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB's e Operações Compromissadas é de 101,57% (101,24% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
FUNCINE [(i)]	11.508	7.061
Fundo Soberano [(ii)]	9.624	5.220
FIC: [(iii)]		
Títulos Públicos [(iv)]	2.975.613	1.345.797
CDB [(v)]	40.496	17.370
Letra Financeira [(vi)]	703.118	292.500
Outros [(vii)]	839.169	409.551
	4.579.528	2.077.499
Parcela circulante	(4.568.020)	(2.070.438)
Parcela não circulante	11.508	7.061

(i) A partir de dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média em 2021 é negativa em 0,06% a.a. (negativa em 3,34% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2021 é de 95,13% (87,71% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(iii) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2021 dos FIC's foi de 122,76% (112,72% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(iv) Títulos públicos são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(v) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco e com taxas predeterminadas.

(vi) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo.

(vii) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

6. Contas a receber de clientes

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços *("unbilled")*. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada ("*impairment*").

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,19% (0,22% em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Contas a receber de clientes	3.253.207	3.180.661
Contas a receber bruta	4.000.026	3.831.921
Serviços faturados	2.107.682	2.039.403
Serviços a faturar *("unbilled")*	849.762	817.669
Uso de rede	504.333	399.083
Venda de mercadorias	521.362	552.962
Ativo contratual (nota 23)	15.340	14.914
Outras contas a receber	1.547	7.890
Perdas por crédito de liquidação esperada	(746.819)	(651.260)
Parcela circulante	(3.066.906)	(3.051.834)
Parcela não circulante	186.301	128.827

A movimentação da provisão para perda por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	651.260	774.077
Constituição de provisão	544.642	552.817
Baixas de Provisão	(449.083)	(675.634)
Saldo Final	746.819	651.260

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	2021	2020
Total	4.000.026	3.831.921
A vencer	2.895.999	2.785.469
Vencidos até 30 dias	246.195	248.955
Vencidos até 60 dias	100.027	84.218
Vencidos até 90 dias	77.280	71.635
Vencidos a mais de 90 dias	680.525	641.644

7. Estoques

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	2021	2020
Estoques	202.553	246.602
Estoques	214.605	257.477
Aparelhos celulares e tablets	140.934	186.961
Acessórios e cartões pré-pagos	53.791	55.558
TIM chips	19.880	14.958
Perdas para ajuste ao valor de realização	(12.052)	(10.875)

8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	1.259.932	1.230.801
ICMS	1.216.912	1.188.018
Outros	43.020	42.783
Parcela circulante	(354.620)	(374.015)
Parcela não circulante	905.312	856.786

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips, tablets e modems* comercializados pela TIM.

(iii) por créditos de ICMS decorrentes do trânsito em julgado favorável, em maio de 2021, em uma ação de repetição de indébito referente a serviços de telefonia pré-paga em Santa Catarina, no montante de R$ 52 milhões.

9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	2.042.361	2.698.239
Imposto de renda e contribuição social (i)	807.096	381.905
PIS / COFINS (ii)	1.164.772	2.253.545
Outros	70.493	62.789
Parcela circulante	(1.311.906)	(1.421.112)
Parcela não circulante	730.455	1.277.127

(i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados a outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

Em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pender de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 547 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporadas em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. De acordo com a avaliação interna da Companhia, esperamos utilizar tais créditos até o 2º trimestre do ano de 2022.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda.), na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza, discute este tema judicialmente desde 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação. O valor total registrado em 2019 referente a esses créditos foi de R$3.023 milhões, sendo R$1.795 milhões de principal e R$1.228 milhões de atualizações monetária.

Os valores contabilizados são atualizados mensalmente pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), disponibilizada no site da Receita Federal do Brasil.

Em 2020, a TIM efetuou declarações de compensação com créditos oriundos do processo de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, para pagamentos de tributos federais, no valor total de R$ 1.516 milhões. Já no ano de 2021, foram efetuadas compensações no total de R$ 957 milhões com os referidos créditos de PIS e COFINS.

Em maio de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou a discussão quanto ao direito creditório das empresas, definindo em sede de julgamento de Embargos de Declaração, que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral (Tema 69), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 574706.

Considerando que os ministros ratificaram que o ICMS que não se inclui na base de cálculo do PIS/COFINS é o destacado na nota fiscal, confirmamos que os procedimentos adotados pela TIM S.A., quando da habilitação dos créditos de PIS/COFINS, estão adequados.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	219.876	475.128
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	330.627	303.948
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	257.529	224.459
Ajuste a valor presente – licença 3G	3.298	5.240
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	32.377	29.971
Provisão para participação nos lucros dos empregados	40.177	36.915
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	437.950	258.246
Ágio amortizado – TIM Fiber (ii)	(34.560)	(370.494)
Instrumentos financeiros derivativos	(143.948)	(154.718)
Juros capitalizados 4G	(233.433)	(262.608)
Custo atribuído – TIM S.A.	(42.617)	(53.792)
Ajustes sobre contratos de *leasing*	369.521	303.833
Depreciação acelerada (iii)	(466.863)	(266.464)
Ajuste ao valor justo I–Systems (antiga FiberCo) (iv)	(249.477)	-
Outros	16.431	20.982
	536.888	550.646
Parcela imposto ativo diferido	536.888	550.646

(i) Representada principalmente pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020 e 2021. O TFF relativo aos exercícios de 2020 e 2021 tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 21.

(ii) Representado pelo ágio na combinação de negócios das empresas TIM Fiber RJ e SP adquiridas pela TIM em 2012, realizado parcialmente em novembro de 2021 após a conclusão dessa transação.

(iii) A partir do 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R$ 467 milhões até 31 de dezembro de 2021 (R$ 266,5 milhões até 31 de dezembro de 2020) e foi aplicado a partir de 1 de janeiro de 2020.

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda descrita na nota 1 ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2021.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Prejuízos Fiscais e Base Negativa
2022	103.847
2023	79.581
2024	36.448
2025 em diante	-
Total	219.876

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.
A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R$255.252 ao longo deste ano até 31 de dezembro de 2021 (R$325.583 em 31 de dezembro de 2020, incluindo prejuízos fiscais).

11. Despesas antecipadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
	358.287	223.394
Propagandas não veiculadas (i)	86.154	1.679
Aluguéis e seguros	67.034	69.208
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (ii)	153.988	125.114
Serviços de TI (iii)	28.626	10.535
Outros	22.485	16.858
Parcela circulante	(275.148)	(149.796)
Parcela não circulante	83.139	73.598

(i) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.
(ii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/ CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.
(iii) Representam os pagamentos antecipados de despesas de serviços de TI para rede migração das informações para nuvem *"cloud"*.

12. Depósitos judiciais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais. São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	2021	2020
	718.773	794.755
Cível	285.583	315.312
Trabalhista	128.607	149.390
Tributário	178.914	181.670
Regulatório	111	111
Penhora Online (i)	125.558	148.272

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.
Cível
Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.
Existem alguns processos com matérias diferenciadas, como por exemplo caso em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em Juízo em discussão é de R$72.533 (R$ 70.560 em 31 de dezembro de 2020).
Trabalhista
Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.
Tributário
A Companhia possui depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:
(a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 34.289 (R$ 34.544 em 31 de dezembro de 2020).
(b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.073 (R$ 8.862 em 31 de dezembro de 2020).
(c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$20.022 (R$ 18.883 em 31 de dezembro de 2020).
(d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$11.254 (R$ 11.317 em 31 de dezembro de 2020).
(e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$8.048 (R$ 7.843 em 31 de dezembro de 2020).
(f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$3.478 (R$ 3.329 em 31 de dezembro de 2020).
(g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$3.582 (R$ 3.514 em 31 de dezembro de 2020).
(h) Depósito realizado pela TIM S.A – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 61.752 (R$ 58.664 em 31 de dezembro de 2020).
(i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.960 (R$ 14.505 em 31 de dezembro de 2020).
(j) CSLL – Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa, assim como cobrança referente a compensação BC Negativa / Prejuízo Fiscal sucedida. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.730 (R$ 9.739 em 31 de dezembro de 2020).

13. Investimento

A participação societária em coligada ou controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
O Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada em 10 de dezembro de 2020, a constituição da FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. ("FiberCo"), uma sociedade limitada, como preparação para uma possível (ou eventual) segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial. A empresa foi constituída em 16 de dezembro de 2020 e transformada em S.A. em maio de 2021.
Tal processo foi uma das etapas intermediárias da transformação da TIM na prestação dos serviços de banda larga, e objetivava a criação de um veículo aberto de infraestrutura de fibra ótica ("FiberCo") com a captação de um parceiro estratégico que se tornará sócio da FiberCo. A FiberCo atua no mercado de atacado podendo prover serviços de conectividade em fibra, de última milha e de transporte, para as operadoras do mercado, contando com a TIM como cliente (vide nota 1).
Conforme mencionado na nota 1, em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e criação da I-Systems (antes denominada FiberCo) com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A., avaliou a transação como perda de controle e parou de consolidar, registrando o investimento em coligada no valor de R$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49% (R$ 1.601.703 em 31 de dezembro de 2021).
A TIM S.A. tem 49% (100% em 31 de dezembro de 2020) de participação no capital social da I-Systems (antiga FiberCo).
Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* no investimento líquido registrado.
a) Participação em empresa controlada
Em 31 de dezembro de 2020, a TIM S.A. detinha 100% de controle sobre a Fiber Co (atual I-Systems).

	2021 Fiber Co (atual I-Systems)	2020 Fiber Co (atual I-Systems)
Quantidade de quotas/ações detidas	1.000	1.000
Participação no capital total	100%	100%
Patrimônio líquido em 31/10/2021	(318)	1
Prejuízo líquido de janeiro a outubro/21	(318)	-
Resultado de equivalência patrimonial até 31 de outubro de 2021	(318)	-
Valor do investimento em 31 de dezembro	-	1

Mutação do investimento em empresas controladas:

	FiberCo (atual I-Systems) (controlada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	1
Resultado de equivalência patrimonial até out/21	(318)
Aumento de capital	1.211.789
Baixa do investimento	(1.211.472)
Saldo do investimento em 16 novembro 2021	-

b) Participação em empresa coligada
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tem em sua estrutura societária empresas controladas. Em novembro de 2021, a TIM S.A. passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

	2021 I-Systems
Quantidade de ações detidas	1.794.287.995
Participação no capital total	49%
Patrimônio líquido	1.794.288
Prejuízo líquido do exercício	(22.968)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.254)
Valor do investimento	1.601.703

Mutação do investimento em empresas coligadas:

	I-Systems (coligada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	-
Reavaliação da participação minoritária a valor justo	1.612.957
Resultado de equivalência patrimonial nov/21 e dez/21	(11.254)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2021	1.601.703

14. Imobilizado

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.
Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.
Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.
• Movimentação do imobilizado

	Saldo em dez/20	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em dez/21
Total do Custo do Imobilizado Bruto	47.429.167	5.572.362	(3.841.851)	-	49.159.678
Equipamentos de comutação / transmissão	25.875.916	26.905	(2.920.511)	2.872.144	25.854.454
Cabos de fibra ótica	878.100	-	(125.366)	25.778	778.512
Aparelhos em comodato	2.643.336	805	(13.495)	175.808	2.806.454
Infraestrutura	6.436.572	-	(511.635)	518.348	6.443.285
Bens de informática	1.770.386	-	(46.584)	32.538	1.756.340
Bens de uso geral	902.287	-	(43.401)	57.959	916.845
Direito de uso em arrendamentos	8.367.895	1.591.307	(179.875)	-	9.779.327
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(984)	(3.682.575)	783.667
Total Depreciação Acumulada	(29.328.469)	(3.951.760)	2.428.951	-	(30.851.278)
Equipamentos de comutação / transmissão	(18.130.526)	(1.983.589)	1.926.121	-	(18.187.994)
Cabos de fibra ótica	(482.613)	(65.669)	26.077	-	(522.205)
Aparelhos em comodato	(2.398.217)	(145.661)	9.187	-	(2.534.691)
Infraestrutura	(4.018.854)	(408.540)	384.239	-	(4.043.155)
Bens de informática	(1.617.970)	(58.209)	46.449	-	(1.629.730)
Bens de uso geral	(637.903)	(48.204)	36.878	-	(649.229)
Direito de uso em arrendamentos	(2.042.386)	(1.241.888)	-	-	(3.284.274)
Total Imobilizado líquido	18.100.698	1.620.602	(1.412.900)	-	18.308.400
Equipamentos de comutação / transmissão	7.745.390	(1.956.684)	(994.390)	2.872.144	7.666.460
Cabos de fibra ótica	395.487	(65.669)	(99.289)	25.778	256.307
Aparelhos em comodato	245.119	(144.856)	(4.308)	175.808	271.763
Infraestrutura	2.417.718	(408.540)	(127.396)	518.348	2.400.130
Bens de informática	152.416	(58.209)	(135)	32.538	126.610
Bens de uso geral	264.384	(48.204)	(6.523)	57.959	267.616
Direito de uso em arrendamentos	6.325.509	349.419	(179.875)	-	6.495.053
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(984)	(3.682.575)	783.667

(i) As baixas líquidas são representadas principalmente por:
. R$1.218.340 de baixa de ativo imobilizado, o qual compõe parte do saldo de R$1.211.789 de ativos líquidos que foi integralizado como capital social da I-Systems (antiga FiberCo) em 01 de novembro de 2021, conforme descrito na nota 1.
. R$179.875 em direitos de uso em arrendamentos em função de remensuração de contratos, incluindo alterações de vigência e escopo de aluguéis.

	Saldo em dez/19	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em dez/20
Total do Custo do Imobilizado Bruto	43.358.751	4.687.207	(616.791)	-	47.429.167
Equipamentos de comutação / transmissão	22.817.681	10.464	(174.249)	3.222.020	25.875.916
Cabos de fibra ótica	813.589	-	-	64.511	878.100
Aparelhos em comodato	2.489.995	912	(7.140)	159.569	2.643.336
Infraestrutura	6.096.847	92.234	(8.063)	255.554	6.436.572
Bens de informática	1.721.251	1	(9.996)	59.130	1.770.386
Bens de uso geral	859.505	1	(1.544)	44.325	902.287
Direito de uso em arrendamentos	6.933.416	1.849.539	(415.060)	-	8.367.895
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.056	(739)	(3.805.109)	513.881
Total Depreciação Acumulada	(25.746.587)	(3.767.678)	185.796	-	(29.328.469)
Equipamentos de comutação / transmissão	(16.389.213)	(1.906.480)	165.167	-	(18.130.526)
Cabos de fibra ótica	(410.567)	(72.046)	-	-	(482.613)
Aparelhos em comodato	(2.256.863)	(143.309)	1.955	-	(2.398.217)
Infraestrutura	(3.593.833)	(432.549)	7.528	-	(4.018.854)
Bens de informática	(1.565.309)	(62.649)	9.988	-	(1.617.970)
Bens de uso geral	(590.658)	(48.403)	1.158	-	(637.903)
Direito de uso em arrendamentos	(940.144)	(1.102.242)	-	-	(2.042.386)
Total Imobilizado líquido	17.612.164	919.529	(430.995)	-	18.100.698
Equipamentos de comutação / transmissão	6.428.468	(1.896.016)	(9.082)	3.222.020	7.745.390
Cabos de fibra ótica	403.022	(72.046)	-	64.511	395.487
Aparelhos em comodato	233.132	(142.397)	(5.185)	159.569	245.119
Infraestrutura	2.503.014	(340.315)	(535)	255.554	2.417.718
Bens de informática	155.942	(62.648)	(8)	59.130	152.416
Bens de uso geral	268.847	(48.402)	(386)	44.325	264.384
Direito de uso em arrendamentos	5.993.272	747.297	(415.060)	-	6.325.509
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.056	(739)	(3.805.109)	513.881

(i) O valor de R$415.060 é representado por remensuração de contratos e inclui alterações de vigência e escopo de aluguéis e também revisão de estimativa em relação a contratos de baixo valor veículos.
As obras em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.
Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.019.900	400.262	1.500.909	1.404.438	6.325.509
Adições	630.805	295.874	237.150	427.478	1.591.307
Remensuração	(83.606)	(45.312)	(23.772)	(27.185)	(179.875)
Depreciação	(518.590)	(109.512)	(210.054)	(403.732)	(1.241.888)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.048.509	541.312	1.504.233	1.400.999	6.495.053
Vida útil - %	7,86%	9,70%	9,47%	3,24%	

• Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2021, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

15. Intangível

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.
Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.
Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, tivemos a capitalização de encargos da licença 4G de 700MHz entre 2014 e 2019 e atualmente temos a capitalização de encargos na aquisição da licença 5G para radiofrequência não prontamente disponível e outras obrigações relacionadas a tal radiofrequência. Essa capitalização ocorre até que o ativo seja considerado disponível para uso pela Administração, e a partir desta data, encerra-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.
Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue.

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em dez/20	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/21
Total Custo do Intangível Bruto	31.444.050	4.352.331	(1.165.840)	-	34.630.541
Direito de uso de softwares	19.117.515	-	(112.626)	906.115	19.911.004
Autorizações	9.931.248	50.408	(1.737)	1.171.578	11.151.497
Ágio (i)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	177.866	-	-	8.355	186.221
Outros ativos	329.626	-	-	3.490	333.116
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.572.960
Total Amortização Acumulada	(22.416.975)	(1.739.937)	111.450	-	(24.045.462)
Direito de uso de softwares	(16.378.487)	(1.164.210)	110.679	-	(17.432.018)
Autorizações	(5.816.241)	(542.196)	771	-	(6.357.666)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(67.966)	(8.731)	-	-	(76.697)
Outros ativos	(154.281)	(24.800)	-		(179.081)
Total Intangível Líquido	9.027.075	2.612.394	(1.054.390)	-	10.585.079
Direito de uso de softwares (c)	2.739.028	(1.164.210)	(1.947)	906.115	2.478.986
Autorizações (f)	4.115.007	(491.788)	(966)	1.171.578	4.793.831
Ágio (d)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.900	(8.731)	-	8.355	109.524
Outros ativos	175.345	(24.800)	-	3.490	154.035
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.572.960

(i) Inclui a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477.

	Saldo em dez/19	Saldo Companhia incorporada	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/20
Total Custo do Intangível Bruto	29.861.788	367.571	1.215.636	(945)	-	31.444.050
Direito de uso de softwares	18.184.382	-	-	(939)	934.072	19.117.515
Autorizações	9.811.794	-	32.105	(6)	87.355	9.931.248
Ágio	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	169.327	-	8.539	-	-	177.866
Outros ativos	327.360	-	-	-	2.266	329.626
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.276	-	1.174.992	-	(1.023.693)	360.575
Total Amortização Acumulada	(20.561.032)	-	(1.856.917)	974	-	(22.416.975)
Direito de uso de softwares	(15.093.166)	-	(1.286.295)	974	-	(16.378.487)
Autorizações	(5.278.413)	-	(537.828)	-	-	(5.816.241)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(60.204)	-	(7.762)	-	-	(67.966)
Outros ativos	(129.249)	-	(25.032)	-		(154.281)
Total Intangível Líquido	9.300.756	367.571	(641.281)	29	-	9.027.075
Direito de uso de softwares (c)	3.091.216	-	(1.286.295)	35	934.072	2.739.028
Autorizações (f)	4.533.381	-	(505.723)	(6)	87.355	4.115.007
Ágio (d)	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.123	-	777	-	-	109.900
Outros ativos	198.111	-	(25.032)	-	2.266	175.345
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.276	-	1.174.992	-	(1.023.693)	360.575

Os ativos intangíveis em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Inclui os valores de aquisição da Licença 5G, conforme nota 15.f.
(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de *softwares*	20
Autorizações	5 a 50
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software
Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.
Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.
(d) Ágios registrados em anos anteriores
A Companhia possui o seguinte ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:
Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – "TIM Fiber SP") e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – "TIM Fiber RJ"). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente. TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R$ 1.159.649.
Em novembro de 2021, a Companhia concluiu o *drop-down* de ativos líquidos relacionados ao negócio de banda larga residencial relativos à infraestrutura de rede secundária para a controlada integral FiberCo e realizou a alienação de 51% de participação societária da FiberCo, atualmente denominada I-Systems, em favor da IHS. Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems. Consequentemente, com o fechamento deste negócio em novembro de 2021, o ágio inicialmente registrado na aquisição das empresas Fiber RJ e Fiber SP foi reduzido para R$108.171. Este é o saldo registrado em 31 de dezembro de 2021.
Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A, a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:
Ágio aquisição da "Intelig" pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente "Intelig") em dezembro de 2009 no montante de R$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.
Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R$157.556.
Teste de *impairment*
Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM.
A metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* acima mencionados está sumarizada a seguir:
A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, portanto abrange o grupo consolidado. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia. Importante ressaltar que os resultados do grupo são representados essencialmente pela TIM S.A. Deste modo, os resultados da TIM S.A. são o principal gerador de caixa do Grupo TIM, visto que a única empresa operacional atuante no Brasil é a TIM S.A, e por essa razão a Companhia representa uma única unidade geradora de caixa para fins de teste de *impairment* de ativos de vida útil indefinida de acordo com IAS 36 / CPC01.
Em 31 de dezembro de 2021 o teste de *impairment* foi realizado comparando o *carrying amount* com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01.
Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.
O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
Seus títulos são negociados na BOVESPA com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.
A mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso. Os efeitos da TIM Participações holding (incorporada pela TIM S.A) sobre o valor de *carrying amount* em 2021 eram irrelevantes e também seus efeitos sobre o resultado do Grupo Consolidado. Portanto, os cálculos realizados a nível consolidado contemplam essencialmente os resultados e saldos contábeis da TIM S.A., assim a Administração da Companhia conclui que a utilização da metodologia do valor justo menos custos de vendas é adequada para conclusão da não existência de constituir provisão para *impairment* uma vez que o valor justo menos o custo de venda é superior que o total *carrying amount* da unidade geradora de caixa.
(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas
A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 como arrendamentos mercantis financeiros.
Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).
(f) Autorizações
Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHZ adquirida, que totalizaram R$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R$ 1.199 milhões foi reduzido em R$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 a 2019.

Em 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências da telefonia móvel de 5ª Geração ("5G"). Em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R$2.680 milhões.
Para o cumprimento das obrigações adicionais, é previsto, conforme edital, que haja a constituição de entidades administradoras, as quais são destinadas somente a cumprir com os compromissos previstos no Leilão. As empresas vencedoras do Leilão têm a obrigação de desembolsar somente os valores previstos em edital para que tais entidades cumpram com as obrigações definidas. Há obrigações adicionais previstas relacionadas a radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa ("EAF"), e relacionadas a radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE").
As radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontram-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro em "Autorizações" dos valores relativos às licenças (R$614 milhões) e as obrigações relacionadas a licença 26GHz, que serão cumpridas por meio da EACE (R$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R$633 milhões), previstos no Edital, ocorrerão em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tem correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente ("AVP") no reconhecimento inicial (R$83 milhões).
Já a radiofrequência 3,5GHz não está prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, encontra-se registrado em bens em andamento (R$270 milhões). Desta forma, as obrigações relacionadas a esta atividade, a serem realizadas pela EAF (R$2.104 milhões) também estão registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, previstos no Edital, ocorrerão em 2 parcelas ao longo do ano de 2022, e têm correção monetária pelo IGP-DI.
Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadra-se a radiofrequência de 3,5GHz. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou em ativo intangível 1 milhão de juros Selic incorridos sobre a radiofrequência 3,5GHz e 19 milhões referente a correção monetária dos valores devidos à EAF. Estes saldos estão registrados em bens em andamento.
Desta forma o efeito total no ativo intangível da Companhia em 2021 referente às radiofrequências 5G e obrigações relacionadas foi de R$3.584 milhões, sendo R$2.394 em bens em andamento e R$1.190 milhões em Autorizações.

16. Arrendamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.
Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.
Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.
Ativo

	2021	2020
LT Amazonas	166.944	162.198
Subleasing lojas – IFRS16	76.177	-
	243.121	162.198
Parcela circulante	(30.076)	(5.357)
Parcela não circulante	213.045	156.841

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
	55.939	167.320	176.895	400.154	243.121
LT Amazonas (i)	26.124	106.491	176.895	309.510	166.944
Subleasing lojas – IFRS16 (ii)	29.815	60.829	-	90.644	76.177

(i) LT Amazonas
Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefónica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefónica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.
(ii) *Subleasing* Lojas - IFRS16
A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de "lojas revenda". O impacto no leasing passivo está refletido no grupo "Arrendamentos - Lojas & Quiosques".
Passivo

	2021	2020
LT Amazonas (i)	302.091	290.385
Venda de Torres (*leaseback*) (ii)	1.507.629	1.256.410
Outros (iv)	142.458	115.027
Sub-total	1.952.178	1.661.822
Outros arrendamentos (iii):		
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede	3.345.930	3.252.463
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	653.422	434.990
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	1.657.345	1.606.567
Arrendamentos – Fibra	1.454.664	1.422.993
Sub-total *leasing* IFRS16 / CPC 06 (R2)	7.111.361	6.717.013
Total	9.063.539	8.378.835
Parcela circulante	(1.269.878)	(1.054.709)
Parcela não circulante	7.793.661	7.324.126

O montante de juros pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) é de R$ 599.296 (R$ 567.261 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).
A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 37.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total - Passivo de arrendamento	2.139.718	6.431.022	5.898.599	14.469.339	9.063.539
LT Amazonas (i)	57.349	202.271	336.138	595.758	302.091
Venda e *leaseback* das Torres (ii)	245.800	992.299	2.135.989	3.374.088	1.507.629
Outros (iv)	28.348	112.493	142.458	283.299	142.458
Total Outros arrendamentos (iii)	1.808.221	5.123.959	3.284.014	10.216.194	7.111.361
Arrendamentos – Infraestrutura de rede	752.818	2.450.689	1.735.619	4.939.126	3.345.930
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	183.468	440.996	356.198	980.662	653.422
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	340.099	1.135.266	1.192.197	2.667.562	1.657.345
Arrendamentos – Fibra	531.836	1.097.008	-	1.628.844	1.454.664

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

i) LT Amazonas
A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.
A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.
ii) Venda e *leaseback* das Torres
A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.
No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R$ 2.651.247, sendo o montante de R$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 23). As taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo.
(iii) Outros arrendamentos:
Além dos contratos de arrendamentos citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).
O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2021 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 8,94% (9,06% em 2020).
(iv) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão.
Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 36.310 (R$ 28.523 em 31 de dezembro de 2020).

► 17. Outros valores a compensar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel.
Em 31 de dezembro de 2021, esse crédito é de R$28.661 (R$43.906 em 31 de dezembro de 2020).

► 18. Fornecedores

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	2021	2020
	3.267.404	3.128.732
Moeda nacional	3.063.458	2.932.486
Fornecedores de materiais e serviços (i)	2.966.897	2.839.547
Interconexão (ii)	65.464	64.066
Roaming (iii)	212	212
Co-billing (iv)	30.885	28.661
Moeda estrangeira	203.946	196.246
Fornecedores de materiais e serviços (i)	153.082	148.888
Roaming (iii)	50.864	47.358
Parcela Circulante	3.267.404	3.128.732

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.
(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
(vi) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

► 19. Autorizações a pagar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Renovação de autorizações (i)	191.329	188.498
Dívida ANATEL atualizada (ii)	164.269	146.949
Autorizações a pagar (iii)	3.525.489	-
	3.881.087	335.447
Parcela circulante	(2.630.169)	(102.507)
Parcela não circulante	1.250.918	232.940

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações no montante de R$ 191.329 (R$ 188.498 em 31 de dezembro de 2020).
(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.
Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R$ 61 milhões (R$ 164 milhões em 31 de dezembro de 2021) o qual ainda está pendente de julgamento.
(iii) Conforme descrito na nota 15.f, em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização, o que caracteriza a efetiva aquisição do direito sobre os lotes destas radiofrequências.
Para os valores relativos às radiofrequências (R$884 milhões no registro inicial), há incidência de juros Selic, e a Companhia realizará pagamentos anuais pelo período de 20 anos. Já para os valores relacionados as obrigações de desembolsos com as entidades EAF e EACE (R$2.737 milhões no registro inicial, sendo R$2.654 milhões líquidos de AVP) há correção monetária por IGP-DI, e os desembolsos ocorrerão entre 2022 e 2024. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto é de 3.525 milhões.
As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2023	406.371
2024	141.151
2025	46.535
2026	46.535
2027	46.535
2028	46.535
2029	46.535
2030	46.535
2031	46.535
	1.250.918

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de dezembro de 2021, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Termos de Autorização	Data de Expiração: 450 MHz	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz (Banda P** (4G)	700 MHz (4G)	2,3GHz (5G)	3,5GHz (5G)	26GHz (5G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Sul – Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

* Termos já renovados por 15 anos.
** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

► 20. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.
No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	dez/21	dez/20
KFW Finnvera (ii)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	278.176	344.125
BAML (ii)	EUR	0,2790% a.a.	Ago/21	-	570.844
Scotia[1] (ii)	USD	1,2410% a 1,7340% a.a.	Abr/24	559.650	1.030.761
BNP Paribas (ii)	USD	2,8220% a.a.	Jan/22	428.793	399.302
BNP Paribas (ii)	BRL	7,0907% a.a.	Jan/24	515.166	-
Debêntures[2] (ii)	BRL	IPCA + 4,1682% a.a. (i)	Jun/28	1.667.399	-
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	396.281	-
Total				3.845.465	2.345.032
Circulante				(538.450)	(1.689.385)
Não circulante				3.307.015	655.647

1 A taxa da dívida ativa em 31/12/21 com o banco Scotia é de 1,4748% a.a.
2 É prevista uma redução automática de até 0,25bps em juros remuneratórios observará o cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.
Garantias
(i) Determinados recebíveis da TIM S.A.;
(ii) Não possuem garantia.
Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados semestralmente. Em fevereiro de 2020 a Companhia realizou o pré-pagamento total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES ativos àquela época, contudo ainda existem contratos em vigor com o banco regulando as linhas de crédito disponíveis para saque que estão demonstradas no quadro abaixo. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. A Companhia vem cumprindo todos os índices estabelecidos.
Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao The Bank of Nova Scotia, no valor de R$ 572 milhões, custo de CDI + 1,05% a.a. e prazo de 3 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.
Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao banco BNP Paribas, no valor de R$ 500 milhões, custo de CDI + 1,07% a.a. e prazo de 2,9 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.
Em junho de 2021, a Companhia, realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor de R$1.600 milhão. As debêntures contam com uma componente sustentável que permite sua qualificação como *sustainability-linked* e, em caso de cumprimento das metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão, os juros remuneratórios de IPCA + 4,1682% a.a. poderão ser reduzidos automaticamente em até 0,25bps. As debêntures terão juros semestrais e as amortizações acontecerão, respectivamente, no 5º, 6° e 7° ano. A emissão objetivou o financiamento de projetos de implantação, ampliação e modernização de redes fixa e móvel em diferentes tecnologias, incluindo 5G, e se enquadra no disposto da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011. No âmbito desta operação, a Companhia optou por celebrar um contrato de *swap* de taxas de juros com objetivo de hedge, ao custo de para CDI + 0,95% ao ano. Durante o prazo de vigência da operação, também deverá ser observado o cumprimento do índice financeiro Dívida líquida sobre EBITDA, indicador este cumprido até a presente data.
Em novembro de 2021, a Companhia captou junto ao BNDES a linha de crédito FINAME, no valor total disponível de R$ 390 milhões, ao custo de IPCA + 4,2283% a.a. e prazo total de 10 anos com carência de 3 anos para início da amortização. A Companhia optou por celebrar um contrato de *swap* de taxas de juros com o objetivo de *hedge*, ao custo final de 96,95% do CDI.
Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponíveis:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 31 de dezembro 2021
BNDES (i)	TJLP	Mai/18	Mar/22	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (ii)	TJLP	Mai/18	Mar/22	20.000	20.000	-
FINAME (iii)	IPCA	Mar/19	Mar/22	390.000	-	390.000
BNB (iv)	IPCA	Jan/20	Jun/23	752.479	752.479	-
Total R$:				2.252.479	1.862.479	390.000

Objetivo:
(i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais
(ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade
(iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional
(iv) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco do Nordeste do Brasil
Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2023	88.818
2024	1.125.526
2025	80.712
2026	615.727
2027	615.727
2028	618.006
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	3.307.015

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valor nominal
2022	538.450
2023	88.818
2024	1.125.526
2025	80.712
2026	615.727
2027	615.727
2028	618.006
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	3.845.465

Valor justo dos empréstimos
No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Ambos são financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um cunho de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores. Para fins de análise de valor justo, considerando as características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.
Com relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia, BNP Paribas, Debêntures e BNDES considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 31 de dezembro de 2021 é, respectivamente, R$ 563.259, R$ 524.422, R$ 1.635.203 e R$ 384.073.

► 21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	1.421.955	938.880
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	303.721	359.498
Impostos e Taxas ANATEL (i)	1.042.933	509.087
Imposto sobre Serviço - ISS	66.075	66.082
Outros	9.226	4.213
Parcela circulante	(1.418.682)	(935.778)
Parcela não circulante	3.273	3.102

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP no valor de R$ 790 milhões. No terceiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou o pagamento parcial no montante de R$300 milhões referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de realização do pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.
Em 2021, novamente houve o pagamento parcial das taxas de cerca de R$300 milhões referentes às CFRP e Condecine e o valor remanescente de R$480 milhões relativo ao Fistel (TFF) de 2021 segue suspenso, sem data definida para pagamento com base em liminar também proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.
Durante o exercício de 2021, houve o reconhecimento de R$51,2 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fistel (TFF) relativos ao exercício de 2020 e 2021 com pagamento suspenso por decisão liminar.

► 22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.
A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2021, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	258.340	508.743
Imposto de renda e contribuição social (i)	186.294	313.145
PIS / COFINS	41.916	154.353
Outros (ii)	30.130	41.245
Parcela circulante	(245.113)	(296.299)
Parcela não circulante	13.227	212.444

(i) A variação está relacionada à alteração da apuração do Lucro Real Anual pelo Lucro Real Trimestral. Nesse sentido, o valor apresentado em dezembro de 2020 compreendia o IRPJ e a CSLL devidos entre janeiro e dezembro daquele ano, enquanto em 2021 o passivo apresentado representa apenas o montante devido no 4º Trimestre.
(ii) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

► 23. Receitas diferidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas diferidas	886.340	1.021.924
Serviços a prestar pré-pago (i)	118.795	189.482
Subvenções governamentais (ii)	11.184	24.732
Receitas antecipadas	8.522	11.163
Receitas diferidas sobre venda de torres (iii)	734.826	788.921
Passivo contratual (iv)	13.013	7.626
Parcela circulante	(197.179)	(266.436)
Parcela não circulante	689.161	755.488

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.
(ii) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 é de R$ 203 milhões e o montante em aberto em 31 de dezembro de 2021 é de R$11.184 (R$24.732 em 31 de dezembro de 2020). Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas), líquidas" (nota 29).
(iii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 16).
(iv) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

	2021
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.051.120
Ativo contratual	15.340
Passivo contratual	(13.013)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.
Resumo das principais variações no exercício.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.288
Adições	8.800
Baixas	(13.761)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.327

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2022	2023
Ativo (passivo) contratual	3.685	(1.358)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

► 24. Provisão para processos judiciais e administrativos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.
A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.
A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2021	2020
Provisão para processos judiciais e administrativos	960.881	886.947
Cível (a)	309.019	245.432
Trabalhistas (b)	192.132	213.026
Tributária (c)	429.951	399.288
Regulatória (d)	29.779	29.201

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-20	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-21
	886.947	278.789	(316.804)	111.949	960.881
Cível (a)	245.432	175.715	(194.501)	82.373	309.019
Trabalhistas (b)	213.026	71.961	(98.730)	5.875	192.132
Tributária (c)	399.288	31.078	(23.539)	23.124	429.951
Regulatória (d)	29.201	35	(34)	577	29.779

	dez-19	Saldo Companhia incorporada	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-20
	703.522	125.956	333.724	(413.634)	137.379	886.947
Cível (a)	208.202	4.501	224.416	(266.872)	75.185	245.432
Trabalhistas (b)	208.224	45.691	63.649	(138.899)	34.361	213.026
Tributária (c)	254.833	75.646	48.897	(7.792)	27.704	399.288
Regulatória (d)	32.263	118	(3.238)	(71)	129	29.201

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:
a. Processos cíveis
a.1 Ações movidas por consumidores
A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R$150.881 (R$ 139.429 em 31 de dezembro de 2020) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, alteração unilateral de contratos e negativação indevida.
a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor
A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R$116.985 (R$51.713 em 31 de dezembro 2020).
a.3 Ex- parceiros comerciais
A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R$20.708 (R$ 18.634 em 31 de dezembro de 2020).
a.4 Outros
A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato e; (iv). Os valores envolvidos equivalem a R$20.089 (R$33.682 em 31 de dezembro de 2020).
a.5 Socioambiental e infraestrutura
A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R$356 (R$610 em 31 de dezembro de 2020).
a.6 ANATEL
A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Não existe valor correspondente em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.364 em 31 de dezembro de 2020).
b. Processos trabalhistas
São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável, adicionais legais e horas extras, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.
Do total de 1.314 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 (1.873 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R$ 192.132 atualizado monetariamente (R$ 213.026 em 31 de dezembro de 2020).
c. Processos tributários

	2021	2020
Tributos Federais	202.743	182.146
Tributos Estaduais	145.436	135.891
Tributos Municipais	7.626	5.633
Processos TIM S.A (*Purchase price allocation*)	74.146	75.618
	429.951	399.288

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.
Tributos federais
A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:
(i) A provisão para a TIM S.A. suporta sessenta e quatro processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 8.510 (R$ 8.355 em 31 de dezembro de 2020), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R$ 15.149 (R$ 14.771 em 31 de dezembro de 2020).
(ii) A Companhia constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R$ 39.554 (R$ 38.584 em 31 de dezembro de 2020).
(iii) Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para o processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R$ 60.382 (R$ 58.988 em 31 de dezembro de 2020).
(iv) A empresa constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R$ 18.579 (R$ 5.313 em 31 de dezembro de 2020).
Tributos Estaduais
A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:
A provisão para a TIM S.A. suporta noventa e um processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 41.352 (R$ 36.491 em 31 de dezembro de 2020), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R$ 5.291 (R$ 5.135 em 31 de dezembro de 2020), bem como (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R$ 16.216 (R$ 15.751 em 31 de dezembro de 2020), ((iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R$ 16.374 (R$ 14.912 em 31 de dezembro de 2020) e (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R$ 22.183 (sem equivalência em 31 de dezembro de 2020).(vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R$ 13.963 (sem equivalência em 31 de dezembro de 2020).
Tributos Municipais
Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.
PPA TIM S.A
Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R$74.146 (R$75.618 em 31 de dezembro de 2020).
d. Processos regulatórios
A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.
Em 31 de dezembro de 2021, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R$ 29.779 (R$ 29.201 em 31 de dezembro de 2020).
e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis
A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	2021	2020
	18.140.556	18.147.562
Cível (e.1)	1.292.202	1.101.332
Trabalhista e previdenciária (e.2)	392.035	340.801
Tributária (e.3)	16.309.439	16.586.353
Regulatória (e.4)	146.880	119.076

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.
As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:
e.1. Cíveis

	2021	2020
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	160.696	220.347
ANATEL (e.1.2)	258.683	223.066
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	493.806	160.279
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	216.054	193.529
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	99.743	154.187
Outros (e.1.6)	63.220	149.924
	1.292.202	1.101.332

e.1.1 Ações movidas por consumidores
Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.
e.1.2 ANATEL
A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.
e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor
A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS ; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.
e.1.4 Ex-Parceiros comerciais
A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.
e.1.5 Socioambiental e infraestrutura
A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.
e.1.6 Outros
A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: ; (ii) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (iii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iv) suposto descumprimento de contrato.
e.2. Trabalhista e Previdenciária
e.2.1. Previdenciária
A TIM S.A recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor provável de R$ 23.786 atualizado (R$ 10.467 em 31 de dezembro de 2020). Ainda, recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, sob suposto não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas recebidas a título de abono indenizatório, gratificação não-ajustada, hiring bônus e incentive, no valor possível total de R$ 85.720 atualizado (R$ 22.829 atualizado em 31 de dezembro de 2020).

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

e.2.2. Trabalhistas

Há 3.067 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 (3.038 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R$ 306.315 atualizado (R$317.971 em 31 de dezembro de 2020).

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

e.3. Tributárias

	2021	2020
	16.309.439	16.586.353
Tributos Federais (e.3.1)	3.026.326	4.268.212
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.782.114	8.562.352
Tributos Municipais (e.3.3)	1.234.618	740.813
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	3.266.381	3.014.976

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R$ 12.133.168 (R$ 11.976.959 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.1.Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R$ 3.026.326 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 4.268.212 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R$ 1.467.409 (R$ 2.715.670 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R$1,4 bilhão.

b. Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R$ 231.810 (R$ 193.181 em 31 de dezembro de 2020).

c. Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R$ 69.124 (R$ 67.572 em 31 de dezembro de 2020).

d. Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R$ 268.170 (R$ 259.088 em 31 de dezembro de 2020).

e. Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R$ 410.662 (R$ 399.691 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 8.782.114 (R$ 8.562.352 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R$ 1.140.553 (R$ 1.128.741 em 31 de dezembro de 2020).

b. Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R$ 356.251 (R$ 492.935 em 31 de dezembro de 2020).

c. Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R$ 654.011 (R$ 608.316 em 31 de dezembro de 2020).

d. Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de dezembro de 2021, o montante envolvido é de R$ 3.449.439 (R$ 3.356.501 em 31 de dezembro de 2020).

e. Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de 138.242 (R$ 136.286 em 31 de dezembro de 2020).

f. Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R$727.057 (R$ 698.673 em 31 de dezembro de 2020).

g. Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R$547.575 (R$ 249.271 em 31 de dezembro de 2020).

h. Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R$ 116.700 (R$ 197.521 em 31 de dezembro de 2020).

i. Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R$ 286.519 (R$ 260.447 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R$ 1.234.618 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 740.813 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R$ 618.343 (R$ 150.023 em 31 de dezembro de 2020).

b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R$ 399.141 (R$ 385.536 em 31 de dezembro de 2020).

c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R$ 137.944 (R$ 126.159 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL com classificação de risco possível é de R$3.266.381 (R$ 3.014.976 em 31 de dezembro de 2020). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R$ 120.218 (R$ 119.076 em 31 de dezembro de 2020). A variação decorreu principalmente de atualização monetária no exercício.

Em 22 de agosto de 2019, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde junho de 2018 com o regulador. O acordo abrange um valor de referência das sanções de R$ 627 milhões. O compromisso prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos índices de reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 366 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura será implementada em três anos - sendo mais de 80% nos primeiros dois anos – estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais prestadoras.

Em 19 de junho de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do termo ocorreu em 25 de junho. O acordo abrange sanções que totalizam um valor de aproximadamente R$ 639 milhões, atualizados, que serão arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhoria de qualidade e experiência do cliente bem como incremento de infraestrutura de rede em mais de 2.000 localidades.

Ao longo do quarto trimestre de 2021, a Companhia executou todas as atividades planejadas para o estrito cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) celebrado junto à Anatel, visando o atingimento das metas associadas ao 2° ano TAC. Com o fechamento do 1° Ano TAC, as atividades de fiscalização por parte da Agência estão ocorrendo em relação aos compromissos vencidos, já havendo sido reconhecidos como cumpridos por parte da Anatel: Compromissos Adicionais; Controles Internos; Índice de Reclamações; índice Geral de Qualidade; Numeração; Interconexão e; Óbice. A Companhia seguirá na plena implementação dos mecanismos de acompanhamento interno por meio do reporte trimestral da evolução dos cronogramas pelo Escritório de Governança em Reunião de Diretoria e Conselho de Administração. A Companhia vem cumprindo, até o momento, o cronograma de implementação do TAC sem necessidade de nenhuma obrigação adicional.

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

► 25. Patrimônio líquido

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

Em 2 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o grupamento da totalidade das 42.296.789.606 ações ordinárias e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do Art. 12 da Lei nº 6.404/76, sem modificação do capital social, na proporção de 100 ações para formar 1 ação ordinária, passando o capital social , a ser representado por 422.967.896 ações ordinárias e sem valor nominal, preservando todos os direitos e vantagens das referidas ações ordinárias. O grupamento proposto não resultou em frações de ações. A incorporação resultou no cancelamento de todas as ações de emissão da Companhia, as quais eram de titularidade da TIM Participações.

Após a incorporação, mencionada na nota 1, e verificada a condição suspensiva, os acionistas da TIM Participações receberam 1 ação ordinária de emissão da TIM S.A para cada 1 ação ordinária de emissão da TIM Participações de sua titularidade, o que, assumindo a manutenção do número de ações de emissão da TIM Participações ex-tesouraria, resultou na emissão de 2.420.447.019 ações ordinárias pela TIM S.A., todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 1.719 definido no protocolo de incorporação, o qual passou a ser representado por R$13.477.891.

Em 28 de setembro de 2020, em reunião do Conselho de administração, os conselheiros da Companhia tomaram conhecimento dos pagamentos relacionados às outorgas de 2018 e 2019, realizados por meio da transferência das ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, conforme previsto nos Planos e nos termos do Programa de Recompra aprovado pelo Conselho de Administração da TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A), em reunião realizada em 29 de julho de 2020, no montante de 357.379 ações (nota 1).

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	2021	2020
	401.806	397.183
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	48.202	43.579

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 1).

b.2 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 26).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

c.3 Reserva de benefício fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros da mesma. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R$ 1.958.301 (R$1.781.560 em 31 de dezembro de 2020).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.957.174	1.843.690
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(176.741)	(169.541)
(-) Constituição da reserva legal	(139.021)	(83.708)
Lucro líquido ajustado	2.641.412	1.590.441
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	660.353	397.611
Composição dos dividendos a pagar e JCP:		
Juros sobre capital próprio	1.047.500	1.083.000
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.047.500	1.083.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(142.977)	(162.450)
Total de dividendos e JCP líquidos	904.523	920.550

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

Durante o ano de 2021, foi distribuído o montante de R$1.047.500, conforme apresentado abaixo:

Provento JSCP	Aprovação	Pagamento
R$ 350.000	09/06/2021	20/07/2021
R$ 137.500	24/09/2021	27/10/2021
R$ 560.000	15/12/2021	25/01/2022

O saldo em 31 de dezembro de 2021 da rubrica de "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar", totalizando R$ 533.580 é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R$49.955 (R$43.026 em 31 de dezembro 2020) além do valor liquidado em 25 de janeiro de 2022, no montante de R$ 483.625 líquidos

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

► 26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016, Plano 2018-2020 e Plano 2021-2023

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016", "Plano 2018-2020" e "Plano 2021-2023" respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o fair *value* das opções e o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período *vesting* (carência).

Tabela Programa Opções de Ações (*Stock Options*)

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	nov/22	R$ 8,10	295.063	-	(182.511)	-	-	112.552
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out/21	R$ 8,45	21.771	-	(21.771)	-	-	-
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	R$ 13,42	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul/19	R$ 8,13	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set/18	R$ 8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago/17	R$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	**17.532.884**	**-**	**-**	**316.834**	**-**	**(204.282)**	**-**	**-**	**112.552**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas				**R$ 8,10**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Tabela Programa de Ações (Performance *Shares e Restricted Shares*)

Identificação Outorga	Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo no início do exercício	Outorgadas durante o exercício	Transferidas durante o exercício* – Volume Vested	Transferidas – Variação Performance	Transferidas – Adicional Dividendos	Pagas em Dinheiro* – Volume Vested	Pagas em Dinheiro – Variação Performance	Pagas em Dinheiro – Adicional Dividendos	Canceladas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R$ 12,95	-	3.431.610	-	-	-	-	-	-	(311.876)	3.119.734
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2020	796.054	abr/23	R$ 14,40	796.054	-	(206.578)	(51.634)	(8.933)	-	-	-	(70.378)	519.098
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2019	930.662	jul/22	R$ 11,28	687.895	-	(207.859)	(78.111)	(23.252)	-	-	-	(53.006)	427.030
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2018*	849.932	abr/21	R$ 14,41	199.594	-	(187.039)	(42.854)	(22.250)	(9.101)	(2.305)	(1.094)	(3.454)	-
Total	**6.008.258**			**1.683.543**	**3.431.610**	**(601.476)**	**(172.599)**	**(54.435)**	**(9.101)**	**(2.305)**	**(1.094)**	**(438.714)**	**4.065.862**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			**R$ 12,96**										

Os dados significativos incluídos no modelo, para as Outorgas de opções de ações foram:

Data de outorga	Preço Base – média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94% a.a
Outorga 2012	R$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89% a.a
Outorga 2013	R$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2014	R$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2015	R$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10% a.a
Outorga 2016	R$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a

Nota: Os dados significativos são característicos de plano baseado em opções, considerando utilização do valor justo (*fair value*) como o método adequado para calcular as despesas com a remuneração por opções.

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.
- **Plano 2018-2020 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de junho de 2019 à 30 de junho de 2019.
- **Plano 2018-2020 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2020 à 31 de março de 2020.

(j) **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 01 de março de 2021 à 31 de março de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R$22.212 (R$ 9.999 em 31 de dezembro de 2020).

► 27. Receita líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 119.457.

Em relação a parceria financeira, foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC" e "Procedimento Arbitral", respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, "Requeridos"), por meio do qual discutir-se-á a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, liquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

(i) venda de equipamentos; e

(ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 /CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 11) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	2021	2020
Receita líquida	18.058.027	17.267.812
Receita bruta	25.357.429	24.346.101
Receita de serviços	24.264.246	23.279.423
Receita de serviços - Móvel	22.433.225	21.522.135
Receita de serviços – Fixa	1.831.021	1.757.288
Venda de mercadorias	1.093.183	1.066.678
Deduções da receita bruta	(7.299.402)	(7.078.289)
Impostos incidentes	(4.679.722)	(4.534.582)
Descontos concedidos	(2.610.388)	(2.531.920)
Devoluções e outros	(9.292)	(11.787)

► 28. Custos e despesas operacionais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021 – Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	2021 – Despesas com comercialização	2021 – Despesas gerais e administrativas	2021 – Total	2020 – Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	2020 – Despesas com comercialização	2020 – Despesas gerais e administrativas	2020 – Total
	(8.443.023)	(4.621.788)	(1.723.384)	(14.788.195)	(7.996.615)	(4.443.027)	(1.656.267)	(14.095.909)
Pessoal	(62.214)	(676.479)	(387.735)	(1.126.428)	(58.024)	(632.231)	(313.400)	(1.003.655)
Serviços de terceiros	(560.039)	(1.763.360)	(668.641)	(2.992.040)	(587.835)	(1.743.644)	(532.044)	(2.863.523)
Interconexão e meios de conexão	(1.840.139)	-	-	(1.840.139)	(1.672.655)	-	-	(1.672.655)
Depreciação e amortização	(4.847.995)	(265.565)	(578.136)	(5.691.696)	(4.569.064)	(247.666)	(710.282)	(5.527.012)
Impostos, taxas e contribuições	(34.732)	(777.819)	(29.388)	(841.939)	(28.675)	(761.152)	(23.809)	(813.636)
Aluguéis e seguros	(362.171)	(109.781)	(20.082)	(492.034)	(316.650)	(107.550)	(15.743)	(439.943)
Custo das mercadorias vendidas	(731.007)	-	-	(731.007)	(756.060)	-	-	(756.060)
Publicidade e propaganda	-	(459.811)	-	(459.811)	-	(377.184)	-	(377.184)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(544.642)	-	(544.642)	-	(552.817)	-	(552.817)
Outros	(4.726)	(24.331)	(39.402)	(68.459)	(7.652)	(20.783)	(60.989)	(89.424)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

► 29. Outras receitas (despesas), líquidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas		
Receita de subvenção, líquida	13.548	17.427
Multas s/ serviços de telecomunicações	58.793	37.490
Receita na alienação de ativos (i)	2.711.535	5.375
Outras receitas	65.482	65.216
	2.849.358	125.508
Despesas		
FUST/FUNTTEL (ii)	(134.962)	(133.378)
Impostos, taxas e contribuições	(2.274)	(10.316)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(248.987)	(292.439)
Despesa na alienação de ativos (i)	(1.942.791)	(13.538)
Outras despesas	(22.573)	(32.823)
	(2.351.587)	(482.494)
Outras receitas (despesas), líquidas	497.771	(356.986)

(i) Representa a receita na alienação de 51% de participação acionária da I-Systems (antiga FiberCo) vendida à IHS no montante de R$ 2.709.251, que é composto pelo caixa (secundária) pago à TIM S.A. e o valor justo da participação minoritária de 49% que se manteve com a TIM S.A.

Nas despesas, o montante de 1.927.014 é representado pela baixa do acervo líquido baixado na TIM S.A. e integralizado como capital social na I-Systems, além da baixa do ágio e IR diferido relacionado ao ágio em função da alienação de 51% da I-Systems (antiga FiberCo). O ganho desta transação antes do IR e CS é de R$ 782.237. Vide nota 1.

(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

► 30. Receitas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas financeiras	1.091.748	432.287
Juros sobre aplicações financeiras	339.681	81.672
Juros de clientes	28.427	28.686
Juros swap	203.852	32.955
Juros sobre arrendamento	24.788	19.924
Atualização monetária (i)	208.029	110.970
Outros derivativos (ii)	285.009	155.165
Outras receitas	1.962	2.915

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais e administrativos e depósitos judiciais.

(ii) Trata-se da diferença entre o custo e o valor de mercado da opção de subscrição de ações referente a parceria do Banco C6, portanto o valor de marcação a mercado destes derivativos inclui ganho de R$285 milhões referente a opção de ações de direito da companhia obtida em função de atingimento de meta contratual definida em parceria operacional iniciada em 2020. O valor de mercado foi calculado com base em informações disponíveis na última transação de investimento realizada pelo parceiro e divulgado no mercado. As divulgações deste instrumento financeiro derivativo estão detalhadas na nota 37, o qual foi mensurado pelo valor justo, e será mensurado subsequentemente no resultado da Companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 27.

► 31. Despesas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Despesas financeiras	(1.745.213)	(1.232.781)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(99.183)	(70.392)
Juros sobre impostos e taxas	(61.745)	(43.311)
Juros swap	(352.029)	(45.970)
Juros sobre leasing	(845.033)	(766.263)
Atualização monetária (i)	(247.200)	(155.036)
Descontos concedidos	(52.509)	(33.725)
Outras despesas	(87.514)	(118.084)

(i) Parte substancial relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais, no montante de R$ 111.949, vide nota 24 (R$ 137.379 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

► 32. Variação cambial, líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas		
Empréstimos e financiamentos (ii)	215.262	-
Fornecedores	13.190	15.952
Swap (i)	275.836	305.012
Outros	16.640	43.155
	520.928	364.119
Despesas		
Empréstimos e financiamentos (ii)	(275.724)	(305.010)
Fornecedores	(20.061)	(45.901)
Swap (i)	(215.262)	-
Outros	(9.222)	(19.991)
	(520.269)	(370.902)
Variações cambiais, líquidas	659	(6.783)

(i) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 37).

(ii) Refere-se principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

► 33. Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	9.697	(684.099)
Contribuição social do exercício	26.538	(232.671)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	167.118	164.442
	203.353	(752.328)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	(255.972)	453.274
Contribuição social diferida	(93.432)	144.775
	(349.404)	598.049
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	-	(9.671)
	(349.404)	588.378
	(146.051)	(163.950)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.103.225	2.007.640
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(1.055.097)	(682.598)
(Adições) / exclusões:		
Adições, exclusões permanentes:		
Receitas não tributáveis	135.465	11.370
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(53.505)	(42.329)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	167.118	164.442
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	356.150	368.220
Venda I – Systems (antiga FiberCo) (ii)	(335.935)	-
Crédito de IR/CS sobre Selic de Indébito Tributário (iii)	534.804	-
Reversão Provisão de IR/CS TIM Nordeste (iv)	87.565	-
Outros valores	17.384	16.945
	909.046	518.648
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	(146.051)	(163.950)
Alíquota efetiva	4,71%	8,17%

(i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A TIM S.A possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

(ii) Referem-se aos impostos diferidos sobre o ágio baixado, conforme transação de venda descrita na nota 1, ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS. Vide nota 15.d.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

(iii) Conforme mencionado na nota 9, em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pender de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 534 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.
(iv) No 2º trimestre de 2021, houve impacto positivo de R$ 87 milhões decorrente da baixa de ativo e reversão de provisão de IR/CSLL, constituída em 2009, em virtude de êxito parcial em processo administrativo relacionado à incorporação da empresa TIM Nordeste pela TIM Celular.

► 34. Lucro por ação

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
O número de ações da TIM.S.A. antes da reorganização societária era 2.420.447.019, um número equivalente ao número de ações ordinárias da TIM Participações na data de incorporação. Consequentemente o lucro por ação básico e diluído foram calculados considerando o impacto retrospectivo da alteração na quantidade de ações conforme IAS 33/CPC 41.

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.957.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.314	2.420.804
Lucro básico por ação (expresso em R$)	1,22	0,76

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluitivas.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.957.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.638	2.421.065
Lucro diluído por ação (expresso em R$)	1,22	0,76

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 324 milhares (261 milhares em 31 de dezembro de 2020) de ações relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 26.

► 35. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia são os seguintes:

	Ativo	
	2021	2020
Telecom Italia Sparkle (i)	1.414	1.630
Gruppo Havas (vi)	83.613	-
TI Sparkle (iii)	5.084	1.915
TIM Brasil (vii)	23.069	6.129
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.502	370
I Systems (ix)	5.879	-
Outros	674	674
Total	121.235	10.718

	Passivo	
	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	71.288	75.317
Telecom Italia Sparkle (i)	3.689	10.576
TI Sparkle (iii)	10.205	7.333
TIM Brasil (iv)	6.558	6.145
Grupo Vivendi (v)	1.238	1.150
Gruppo Havas (vi)	19.794	24.068
I Systems (viii)	31.596	-
Outros	4.585	2.797
Total	148.953	127.386

	Receita	
	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.112	1.197
Telecom Italia Sparkle (i)	353	2.994
TI Sparkle (iii)	3.347	4.059
I Systems (ix)	5.881	-
Total	10.693	8.250

	Custo/Despesa	
	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	105.137	110.407
Telecom Italia Sparkle (i)	19.219	27.485
TI Sparkle (iii)	20.533	19.923
Grupo Vivendi (v)	1.271	1.207
Gruppo Havas (vi)	206.349	207.682
I Systems (viii)	31.596	-
Outros	22.597	22.308
Total	406.702	389.012

(i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.
(ii) Os valores referem-se a roaming internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM.S.A o direito de utilização da marca "TIM" mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita liquida da companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.
(iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.
(iv) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.
(v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.
(vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R$143.439 (R$ 195.117 em 31 de dezembro de 2020), estão relacionados aos repasses de mídia.
(vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.
(viii) Os valores referem-se a serviços de infraestrutura de fibra.
(ix) Os valores referem-se a serviços prestados pela TIM S.A., principalmente relativos à operação e manutenção de rede, no escopo do Contrato de Serviços de Transição, firmado no momento do *closing* da transação.
A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia investiu R$ 9.147 (R$ 4.829 em 31 de dezembro de 2020)
Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

► 36. Remuneração da Administração

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo	31.494	23.949
Outros benefícios de longo prazo	1.052	4.544
Remuneração baseada em ações	15.176	6.343
	47.722	34.836

► 37. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.
Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.
Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a *"hedge accounting"*.
A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap*.
Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.
Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:
(i)Riscos de variações cambiais
Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescente de exposição cambial em contratos comerciais.
Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.
Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.
(ii) Riscos de taxa de juros
Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:
A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamento junto ao BNDES, e a exposição a taxa pré atrelada a dívida com o BNP Paribas, todos até o vencimento.
A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.
(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços
O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 ou receitas de serviços prestados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos
A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.
(v) Risco de Liquidez
- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.
- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.
- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez.
(vi) Risco de crédito financeiro
A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.
O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes.
A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	198.027	208.787	340.660	36.166
Outros derivativos (i)	457.892	-	161.429	-
	655.919	208.787	502.089	36.166
Parcela circulante	(134.292)	(194.837)	(262.666)	(7.273)
Parcela não circulante	521.627	13.950	239.423	28.893

(i) Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representam a opção da Companhia de subscrever 4,08% das ações do capital do C6, onde o Grupo/Companhia pagou um prêmio de subscrição de ações no valor de R$17,7 milhões. Conforme requerimentos do IFRS9, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, corresponde a R$458 milhões e R$ 161 milhões, respectivamente. O impacto da marcação a mercado da opção de conversão de ações calculado de R$440,3 milhões representa a diferença do valor justo da opção menos o montante pago pelo prêmio de subscrição de ações. Esse instrumento financeiro foi mensurado ao valor justo e será verificado subsequentemente no resultado do exercício da companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 27.
Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo
2023	39.335
2024	16.843
2025 em diante	465.449
	521.627

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 20 e 16.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	2021		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	4.579.528	655.919	5.235.447
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.579.528	655.919	5.235.447
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027	198.027
Outros derivativos	-	457.892	457.892
Títulos e valores mobiliários	4.579.528	-	4.579.528
Total do passivo	-	208.787	208.787
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	208.787	208.787
Instrumentos financeiros derivativos	-	208.787	208.787

	2020		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.077.499	502.089	2.579.588
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.077.499	502.089	2.579.588
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos	-	161.429	161.429
Títulos e valores mobiliários	2.077.499	-	2.077.499
Total do passivo	-	36.166	36.166
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	36.166	36.166
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166	36.166

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.
O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.
Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.
Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:
• Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
• O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
• Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de cias similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.
Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

31 de dezembro de 2021

	CONTRAPARTE					% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
Moeda	Tipo de *SWAP*	Dívida	SWAP	Total Dívida	Total *Swap* (Ponta Ativa)[1]		Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	282.474	282.474	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% a 92,59% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	428.793	429.247	100%	3,32% a.a.	155% do CDI
USD	PRE x DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	559.650	559.933	100%	1,73% a.a.	CDI + 1,05%
BRL	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	515.166	517.843	100%	8,34% a.a.	CDI + 1,07%
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.696.999	1.696.999	100%	IPCA + 4,17% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	396.281	396.281	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

[1] Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2020

	CONTRAPARTE					% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
Moeda	Tipo de *SWAP*	Dívida	SWAP	Total Dívida	Total *Swap* (Ponta Ativa)[1]		Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	351.233	351.233	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,25% do CDI
EUR	PRE X DI	Bank of America	Bank of America	570.878	570.878	100%	0,33% a.a.	108,05% do CDI
USD	PRE X DI	The Bank of Nova Scotia.	Scotiabank	1.031.526	1.031.526	100%	1,72% a.a.	134,43% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	399.725	399.725	100%	3,32% a.a.	155% do CDI

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos *swaps*
Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), Libor e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.
Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, da Libor e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário sensibilidade		Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (1)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulado Swap	C) Resultado final (B-A)
	Dez./21	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
CDI	possível	3.388.105	(2.301)	3.388.105	(3.428.742)	(40.637)	(29.671)	(27.370)
	remoto	3.385.955	(4.451)	3.385.955	(3.455.013)	(69.058)	(58.093)	(53.641)
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
USD	possível	3.709.499	319.094	3.709.499	(3.401.372)	308.127	319.094	-
	remoto	4.028.593	638.187	4.028.593	(3.401.372)	627.221	638.187	-
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
Libor	possível	3.391.542	1.136	3.391.542	(3.401.372)	(9.830)	1.136	-
	remoto	3.392.677	2.271	3.392.677	(3.401.372)	(8.695)	2.271	-
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
IPCA	possível	3.277.656	(112.750)	3.277.656	(3.401.372)	(123.716)	(112.750)	-
	remoto	3.173.004	(217.402)	3.173.004	(3.401.372)	(228.368)	(217.402)	-

(1) (KFW Finnvera, Scotia, BofA, BNP, Debenture e BNDES)

Variável de risco	Cenário sensibilidade	CDI	USD	Libor	IPCA
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
CDI	possível	11,44%	5,5805	0,3433%	10,06%
	remoto	13,73%	5,5805	0,3433%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
USD	possível	9,15%	6,3210	0,3433%	10,06%
	remoto	9,15%	8,3708	0,3433%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
Libor	possível	9,15%	5,5805	0,4291%	10,06%
	remoto	9,15%	5,5805	0,5149%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
IPCA	possível	9,15%	5,5805	0,3433%	12,58%
	remoto	9,15%	5,5805	0,3433%	15,09%

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.
Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.
As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2021 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.
Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício

	2021	2020
Resultado líquido em operações de Derivativos	(87.603)	290.856
Resultado de operações com outros derivativos	285.009	155.165

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumariados:

	2021	2020
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 20 e 37)	3.398.333	1.879.109
Arrendamentos - Passivo (Nota 16)	9.063.539	8.378.835
Arrendamentos - Ativo (Nota 16)	(243.121)	(162.198)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(5.228.615)	(2.575.290)
FIC (Nota 5)	(4.568.020)	(2.070.438)
Dívida Líquida	2.422.116	5.450.018
Outros derivativos (nota 37)	457.892	161.429
Financiamento Licença 5G	843.020	-
Dívida Líquida - ajustada	3.723.028	5.611.447
LAJIDA (EBITDA) (1) (últimos 12 meses) – Ajustado	9.459.299	8.341.929
Índice de alavancagem financeira	0,39	0,67
Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:		
Lucro Líquido do exercício	2.957.174	1.843.690
Depreciações e amortizações	5.691.696	5.527.012
Resultado Financeiro Líquido	652.806	807.277
Imposto de renda e contribuição social	146.051	163.950
Equivalência patrimonial	11.572	-
LAJIDA (EBITDA) – Ajustado (i)	9.459.299	8.341.929

(i) Lajida ajustado: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização e equivalência patrimonial.
EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil)

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(465.922)
Ingressos	3.062.000	2.041.474	(296.464)
Cancelamentos	-	(202.379)	-
Encargos financeiros	167.857	858.260	148.177
Variações cambiais, líquidas	60.463	-	(60.574)
Pagamentos	(1.789.887)	(2.012.651)	227.651
	-	-	-
31 de dezembro de 2021	3.845.465	9.063.539	(447.132)

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2019	2.029.088	7.780.870	(42.106)
Ingressos	1.800.000	1.966.355	(161.429)
Remensuração	-	(443.666)	-
Encargos financeiros	90.500	797.569	13.016
Variações cambiais, líquidas	305.010	-	(305.012)
Pagamentos	(1.879.566)	(1.722.293)	29.610
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(465.922)

► 38. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	6.492	7.346

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia vem patrocinando planos de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social e do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus.
Os referidos planos de pensão, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:
PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;
PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;
Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;
Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;
PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;
AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo.
Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.
Demonstramos a seguir a posição atuarial dos passivos e ativos relacionados aos planos de aposentadoria e assistência médica, em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33/IAS 19.

a) Efeitos na data base de 31 de dezembro:

	Planos						Totais	
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	2021	2020
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/21	(*)		(*)					
Valor presente das obrigações atuariais	38.869	9.176	119	672	14.100	3.231	66.167	69.362
Valor justo dos ativos do plano	(56.478)	(14.739)	(405)	-	(11.511)	-	(83.133)	(80.856)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.609)	(5.563)	(286)	672	2.589	3.231	(16.966)	(11.494)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	-	2.327	168	-	-	-	2.495	2.023
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.609)	(3.236)	(118)	672	2.589	3.231	(14.471)	(9.471)

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Passivo (ativo) atuarial em 31/12/20	(15.731)	(1.360)	(287)	858	2.145	4.343
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(1.063)	(90)	(20)	57	160	535
Contribuições da patrocinadora	-	-	-	(45)	-	(8)
(Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidas	(815)	(1.786)	189	(198)	284	(1.639)
Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/21	(17.609)	(3.236)	(118)	672	2.589	3.231

c) Reconciliação do valor presente das obrigações

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor das obrigações em 31/12/20	41.852	10.072	147	858	12.090	4.343
Custo do serviço corrente	17	-	-	-	-	213
Juros sobre obrigação atuarial	2.743	640	10	57	868	322
Benefícios pagos no ano	(2.898)	(768)	(9)	(45)	(605)	(8)
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações	(2.845)	(768)	(29)	(198)	1.747	(1.639)
Valor das obrigações em 31/12/21	38.869	9.176	119	672	14.100	3.231

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS
B3 LISTED NM

TIMB
LISTED
NYSE

ISE B3

d) Reconciliação do valor justo dos ativos

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor justo dos ativos em 31/12/20	57.479	12.998	434	-	9.945	-
Benefícios pagos no ano	(2.898)	(768)	(9)	-	(605)	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	3.799	834	29	-	708	-
Ganho (perda) atuariais com ativos do plano	(1.902)	1.675	(49)	-	1.463	-
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no plano	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos em 31/12/21	56.478	14.739	405	-	11.511	-

e) Despesas previstas para 2022

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Custo do serviço corrente (com juros)	4	-	-	-	-	121
Juros sobre as obrigações atuariais	3.289	769	10	57	1.242	290
Rendimento esperado dos ativos	(4.841)	(1.257)	(35)	-	(1.008)	-
Juros sobre o efeito do limite do (ativo)/passivo	1.552	284	10	-	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	4	(204)	(15)	57	234	411

Premissas atuariais adotadas nos cálculos

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial:	PBS Sul: 8,81% / 5,13%; PBS Nordeste: 8,84% / 5,16%; CA: 8,81% / 5,13%; PBS-A: 8,78% / 5,10%; AES: 9,02% / 5,33%; PAMEC: 8,81% / 5,13%; FIBER: 9,02% / 5,33%
Taxa de crescimento salarial nominal:	PBS: 3,50%/ 0,00% CA, PBS-A, AES, PAMEC e FIBER: Não Aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral:	PBS, CA, PAMEC e FIBER: AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%;
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	PBS e Fiber: Álvaro Vindas; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa de rotatividade esperada:	PBS: Nula; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável; FIBER: 0,15/ (tempo de serviço + 1), sendo nula a partir dos 50 anos
Probabilidade de ingresso em aposentadoria:	PBS e FIBER: 100% na 1ª elegibilidade; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa estimada de inflação no longo prazo	PAMEC e FIBER: 6,60% / 3,00%
Método de apuração	Método do Crédito Unitário Projetado

► 39. Seguros

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R$550.000
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R$ 30.001
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R$100 para Danos Morais.

► 40. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Transações que não envolvem caixa			
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(1.929.392)	(1.315.151)	(1.315.151)
Adições ao intangível - aquisição de licenças	2.682.469	-	-

A TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, o Capex registrado referente às licenças e as obrigações relacionadas é de R$ 3.584 milhões. Sendo o valor de R$ 2.682 milhões em contra partida de autorizações a pagar e o R$ 902 milhões com impacto no caixa.

► 41. Eventos subsequentes

Sr. Alberto Mario Griselli nomeado como CEO da TIM S.A.

A TIM S.A, em continuidade com o Fato Relevante publicado em 21 de janeiro de 2022, comunicou que em 31 de janeiro de 2022, seu Conselho de Administração aceitou a renúncia do Sr. Pietro Labriola aos cargos de Diretor Presidente ("CEO") e Conselheiro de Administração da Companhia.

O Conselho da Companhia posteriormente nomeou o Sr. Alberto Mario Griselli para substituir o Sr. Labriola nos cargos de CEO e membro do Conselho de forma efetiva e imediata. A eleição do Sr. Griselli para o Conselho da Companhia precisa ser confirmada pela próxima Assembleia Geral Ordinária da TIM.

O cargo de *Chief Revenue* Officer ("CRO") anteriormente ocupado pelo Sr. Griselli ficará temporariamente vago, e o CEO acumulará suas responsabilidades.

O Sr. Griselli é formado em Engenharia Eletrônica pela *La Sapienza University* em Roma e FMBA pela Columbia University. Com mais de 20 anos de experiência no setor de telecomunicações, ocupou cargos relevantes como vice-presidente para América Latina da TIMwe, fornecedora global de soluções de engajamento móvel para operadoras de telecomunicações, e *Managing Director* para América Latina da *Value Partners*, empresa de consultoria de gestão. O Sr. Griselli ocupava o cargo de CRO na TIM desde 30 de julho de 2019.

Anatel concede anuência prévia para transferência de controle das atividades de telefonia móvel da Oi

A TIM S.A. tomou conhecimento que em sessão pública extraordinária de seu Conselho Diretor ocorrida em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL– Agência Nacional de Telecomunicações, por unanimidade, concedeu anuência prévia à implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[1], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Transação").

A anuência prévia prevê determinados condicionantes em linha com uma transação dessa natureza, os quais visam principalmente garantir o acesso de prestadoras de pequeno porte às redes de abrangência nacional, manter compromissos vinculados às radiofrequências transferidas, estabelecer os parâmetros mínimos do plano de comunicação ligado à Transação e assegurar aos usuários certos direitos nas etapas de migração.

A conclusão da Transação ainda depende do cumprimento de outras condições precedentes, incluindo a aprovação do Ato de Concentração n° 08700.000726/2021-08 pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados do andamento das aprovações, nos termos da Resolução CVM nº 44/21 e da legislação aplicável.

[1] Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).

CADE aprova a aquisição pela TIM da maior parte dos ativos da operação de telefonia móvel da Oi

Em 9 de fevereiro de 2022, o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, aprovou a implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[1], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel", "Vendedora"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.

A aprovação prevê um conjunto de condicionantes, em sua maioria comportamentais, e que compunham uma proposta de Acordo em Controle de Concentração ("ACC") feita pelas Compradoras ao CADE. Esses condicionantes tem um caráter modular e podem ser utilizados por novos entrantes e operadoras de menor porte para reduzir barreiras de entrada e alavancar a exploração de diferentes modelos de negócios, sem afetar o objetivo primário da TIM de fortalecer sua infraestrutura, fechando a disparidade de capacidade espectral em relação a seus principais concorrentes. Desta maneira, a Companhia entende que foi atingido um equilíbrio entre criação de valor e mitigação das preocupações concorrenciais para o setor que o ACC endereça.

A efetiva conclusão da transação, que definirá um equilíbrio de infraestrutura entre os três principais concorrentes do setor, ainda depende do cumprimento de determinadas etapas previstas no Contrato de Compra e Venda[2]. Entretanto, uma vez ocorrida trará benefícios amplos, mantendo alto grau de rivalidade setorial e garantindo os investimentos necessários para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e o avanço digital do país.

Para TIM e seus acionistas, os benefícios se materializarão por meio de geração de receitas incrementais e eficiências em virtude de sinergias operacionais. Para nossos clientes atuais e aqueles da Oi Móvel que passaremos a servir, haverá uma significativa melhoria na experiência de uso e qualidade do serviço prestado a partir de uma infraestrutura mais robusta. Este será um marco na trajetória da TIM na transformação da empresa na operadora preferida dos consumidores no Brasil.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados sobre fatos relevantes relacionados a esta Transação, nos termos da Resolução CVM nº 44 e da legislação aplicável.

1. Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).
2. Contrato de Compra e Venda de ações e outras avenças para UPI Ativos Móveis assinado em 28 de janeiro de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nicandro Durante**
Presidente
Alberto Mario Griselli
Membro
Agostino Nuzzolo
Membro
Claudio Giovani Ezio Ongaro
Membro
Elisabetta Paola Romano
Membro
Flavia Maria Bittencourt**
Membro
Gesner José de Oliveira Filho**
Membro
Herculano Aníbal Alves**
Membro
Michele Valensise
Membro
Sabrina Di Bartolomeo
Membro

***Membros independentes*

DIRETORIA

Alberto Mario Griselli
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*
Camille Loyo Faria
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores
Bruno Mutzenbecher Gentil
Business Support Officer
Jaques Horn
Diretor Jurídico
Leonardo de Carvalho Capdeville
Chief Technology Information Officer
Maria Antonietta Russo
Human Resources & Organization Officer
Mario Girasole
Regulatory and Institutional Affairs Officer

CONTADORA RESPONSÁVEL

Manoela de Paiva Suassuna
CRC RJ - 102467/O-5
CPF 806.902.117-91

CONSELHO FISCAL

Membro Efetivo
Walmir Kesseli
Presidente
Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro
Josino de Almeida Fonseca

Membro Suplente
Heinz Egon Lowen
Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães
João Verner Juenemann

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Gesner José de Oliveira Filho**
Coordenador
Flavia Maria Bittencourt**
Membro
Herculano Aníbal Alves**
Membro

***Membros independentes*

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), sem ressalvas, emitido no dia 23 de fevereiro de 2022, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia estão todas em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 23 de fevereiro de 2022.

WALMIR KESSELI
Presidente do Conselho Fiscal
JARBAS T. BARSANTI RIBEIRO
Membro do Conselho Fiscal
JOSINO DE ALMEIDA FONSECA
Membro do Conselho Fiscal

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") foi criado pela Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações S.A. ("TPART"), em 12 dezembro de 2013. Em 31 de agosto de 2020, com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo no País, a TPART foi incorporada por sua subsidiária integral, TIM S.A. ("Companhia" ou "TIM"), que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, mantendo a mesma estrutura de governança corporativa, de controles internos, de sistemas, e o mesmo arcabouço jurídico. Como consequência deste movimento de reorganização societária, o CAE da TIM manteve a mesma estrutura do CAE da TPART, e deu continuidade às atividades, aos planos de trabalho e às análises que vinham sendo conduzidas por este último.

O CAE da TIM é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, que busca as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado, e regido pela Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução Normativa CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, e demais regulações aplicáveis.

O CAE é formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, para o mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos.

Cumpre esclarecer que a função de membro do CAE é indelegável, devendo ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos.

A eleição dos novos conselheiros de administração ocorreu na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de março de 2021. Para o mandato 2021/2023, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE: Srs. Gesner José de Oliveira Filho (Coordenador), Flavia Maria Bittencourt e Herculano Aníbal Alves (especialista em contabilidade societária), todos caracterizados como independentes segundo o critério definido pelo regulamento do Novo Mercado da B3.

O CAE tem como atribuições ordinárias supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou sua controlada, de um lado, e, de outro lado, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.

Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act* ("SOx"), ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US* Se*curities and Exchange Commission* ("SEC"), por possuir *American Depositary Receipts (ADRs)* na *The New York Stock Exchange* ("NYSE") desde 16 de novembro de 1998.

O CAE possui dotação orçamentária anual, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

O presente Relatório é emitido em observância ao previsto pelo inciso IX, do Artigo 14, do Regimento Interno do CAE, e conforme regra estabelecida pela CVM.

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM em 2021

O CAE reunir-se-á sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, 20 (vinte) reuniões do CAE que contemplaram 107 (cento e sete) itens de Ordem do Dia (sessões). As reuniões tiveram duração média de 1 (uma) hora e 52 (cinquenta e dois) minutos cada e, durante as discussões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidores, além dos demais membros da Diretoria Executiva, os Diretores das áreas de Auditoria Interna e de *Compliance*, e os Auditores Independentes. A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes:

I. Analisou o plano anual de trabalho dos auditores independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas por estes em 12 (doze) sessões durante o ano de 2021. A Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2021, e pelo planejamento e execução das auditorias referentes às informações trimestrais ("ITRs"), conforme as normas reconhecidas, bem como pela revisão especial das ITRs, enviadas à CVM. Seu parecer assegura que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). A EY foi, ainda, responsável pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia.

II. Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 10 (dez) sessões durante o ano de 2021, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas, e avaliou, mediante a aplicação de questionário de avaliação previamente aprovado pelo CAE, o desempenho da Auditoria Interna da Companhia.

III. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, em 8 (oito) sessões durante o ano de 2021, a fim de, entre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, sobretudo em relação aos controles internos que sustentam a certificação *Sarbanes-Oxley* ("SOx").

Em relação aos controles internos, foram objeto de acompanhamento e recomendações pelo CAE os seguintes principais temas: (i) monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhorias; (ii) análise do processo de certificação dos controles internos – SOx junto aos administradores e aos Auditores Independentes; (iii) procedimentos da Companhia para cumprimento integral dos requisitos da SOx e monitoramento intensivo dos planos de remediação relativos às deficiências apontadas pela auditoria independente em relação ao processo de Certificação SOx na Companhia.

O CAE constatou que os controles internos são implementados em consonância com a natureza, complexidade e necessidade das operações e, diante das informações prestadas pela Diretoria Executiva, pela Auditoria Interna e pelos auditores independentes, verificou não existir qualquer fato relevante ou de natureza grave que possa colocar em risco o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

IV. O CAE informou-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o CAE teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar suas implementações, e a execução das recomendações de melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles. Com base nas informações às quais teve acesso, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se sujeitam as transações. O CAE tem assinalado a importância de melhoria contínua no sistema de controles internos.

V. Acompanhou e supervisionou os trabalhos desenvolvidos pela área de *Compliance* da Companhia, em 9 (nove) sessões, com destaque aos assuntos relacionados à: (i) SOx *Compliance*, por meio de monitoramento de deficiências apontadas pelo Auditor Independente e pela administração da Companhia; (ii) *Compliance* de Tecnologia da Informação e Segurança Corporativa, ressaltando os riscos de *Cyber Security* e debatendo sobre a implementação na Companhia das adaptações requeridas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"); (iii) *Compliance* de Processos Comerciais e gerais da Companhia; fraude e corrupção, garantindo a aderência às leis, normas, padrões e regulamentos internos e externos. No âmbito do Programa de Integridade e Anticorrupção da Companhia, o CAE também acompanhou o processo visando a manutenção da Certificação ISO 37001 concedida em 2020.

VI. Tomou conhecimento das principais alterações propostas no âmbito regulatório e as mudanças institucionais previstas, bem como os principais aspectos dos cenários político e econômico, com destaque para os riscos e desafios da conjuntura atual que possam impactar a Companhia. Para tanto, tem acompanhado os principais macroindicadores que auxiliam uma avaliação de riscos do ambiente externo para a Companhia no limite daquilo que é previsível pelas melhores técnicas quantitativas e qualitativas.

VII. No desempenho de suas atividades, o CAE acompanhou regularmente questões relacionadas à: (i) Satisfação do consumidor e qualidade dos serviços e do atendimento; (ii) Estímulo à inovação aplicada a produtos e serviços; (iii) Transparência e prestação de contas aos stakeholders; (iv) Ética nos negócios; (v) Inclusão digital; (vi) Diálogos e comunicação com públicos de relacionamento; (vii) Gestão de produtos eletrônicos; (viii) Investimento em infraestrutura; e (ix) Desenvolvimento de novas tecnologias.

VIII. No decorrer de 2021, o CAE analisou relatórios de *Enterprise Risk Management* ("ERM") da Companhia com foco no monitoramento do plano de trabalho para revisão e atualização dos fatores de risco publicados pela Companhia, gestão dos riscos financeiros, apetite de risco da Companhia e adequação dos fatores de riscos constantes no Formulário de Referência da Companhia, no inventário dos riscos SOx/CVM. Este tema foi trazido em 6 (seis) sessões durante o ano de 2021. A estrutura de gestão de riscos da Companhia prevê a análise pelo CAE com base no exame realizado pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"). Ambos são órgãos de governança vinculados ao Conselho de Administração conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia.

IX. Dentre as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, o Comitê examinou, avaliou e opinou, previamente, sobre 11 (onze) contratos de naturezas diversas entre a Companhia, de um lado, e partes relacionadas, de outro lado. Todas as contratações seguiram estritamente o processo de governança necessário para atender tanto às normas de *Compliance* internas da Companhia, quanto à regulamentação da CVM e da SEC. As informações relevantes sobre as contratações estão devidamente divulgadas no Formulário de Referência da Companhia.

X. No âmbito de suas atribuições, o CAE analisou, em 9 (nove) sessões durante o ano de 2021, os relatórios referentes às denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias da Companhia e as respectivas ações de melhoria previstas. Os relatórios, que são divididos por tipologia, ficam arquivados na sede da Companhia.

XI. Além das 20 (vinte) reuniões informadas, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE participaram de 2 (duas) reuniões privadas, de 1 (uma) hora cada, com a área de Auditoria Interna da Companhia, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para avaliação de possíveis cerceamentos ou risco de quebra de independência, de qualquer tipo de ingerência da administração, dando abertura ao Comitê para externar eventuais preocupações que precisem ser avaliadas no desenvolvimento dos trabalhos da auditoria.

3. Assuntos Discutidos com os Auditores Independentes considerando a forma de apresentação do Relatório de Auditoria (NBC TA 701)

Conforme determinado pelas normas de auditoria (NBC TA 260), que dispõem sobre a comunicação com os responsáveis pela governança da Companhia, o auditor deve comunicar, dentre outros, o quanto segue: (i) suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis; (ii) visão geral do seu Plano de Auditoria para o exercício; (iii) sua visão sobre os aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da Companhia, incluindo políticas e estimativas contábeis, e divulgações nas demonstrações contábeis; (iv) dificuldades significativas encontradas durante a auditoria, se houver; (v) aspectos de independência, incluindo confirmação formal sobre sua independência em relação à Companhia; (vi) comunicação, por escrito, aos responsáveis pela governança, das constatações significativas decorrentes da auditoria; e (vii) conforme determinado pela NBC TA 701, comunicar quais os Principais Assuntos de Auditoria ("PAAs") a serem considerados no Relatório do Auditor Independente.

Diante do exposto acima, visando cumprir com o protocolo e/ou requerimento de comunicação entre os auditores e os responsáveis pela governança da Companhia, o CAE manteve reuniões periódicas com os Auditores Independentes da Companhia, com objetivo de acompanhar o andamento dos trabalhos dos auditores em relação às demonstrações financeiras da Companhia e sobre os controles internos de relatórios financeiros (SOx), de forma que todos os assuntos acima, entre outros, foram formalmente avaliados pelo CAE junto aos Auditores Independentes.

Especificamente em relação aos PAAs, o CAE interagiu com os Auditores Independentes com o objetivo de entender o julgamento dos Auditores para determinação desses assuntos como PAAs, bem como o entendimento da abordagem de auditoria definida pelos Auditores Independentes como resposta de auditoria a esses PAAs.

Por fim, além de toda a interação com os Auditores Independentes, o CAE realizou as seguintes atividades ao longo do ano para avaliação das áreas consideradas como PAAs pelos Auditores Independentes:

3.1. Provisão para contingências tributárias (nota explicativa 24 - "Provisão para processos judiciais e administrativos")

O CAE revisou trimestralmente a evolução das contingências tributárias e acompanhou os prognósticos fornecidos pelos responsáveis pelas áreas Tributária, Cível, Trabalhista e Regulatória da Companhia.

3.2. Impacto na venda de participação da Companhia na I-System (anteriormente denominada FiberCo)

O CAE manteve diversas interações com a administração da Companhia para avaliação e acompanhamento dos impactos contábeis ocasionados pelo fechamento da transação.

4. Outras Atividades

4.1. Revisão do Formulário 20-F e do Formulário de Referência

Com relação aos trabalhos de revisão do Formulário 20-F (SEC) e do Formulário de Referência (CVM), os membros do CAE se reuniram formalmente, no total, 2 (duas) vezes entre os meses de março e junho de 2021, com executivos da Companhia.

4.2. Avaliação do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas

Os membros do CAE se reuniram com executivos da Companhia para avaliar a adesão da Companhia a determinadas práticas de governança previstas no Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas, em atendimento à Instrução Normativa CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que alterou e acrescentou dispositivos à Instrução Normativa CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

4.3. Autoavaliação do CAE

Os membros do CAE submeteram-se a questionário de autoavaliação de desempenho de suas atividades, conforme as melhores práticas de governança existentes no mercado nacional e estrangeiro. Com base nas respostas apresentadas, os membros do CAE procuraram aprimorar e tornar mais eficientes as atividades desenvolvidas durante o ano de 2021, objetivando um processo de evolução constante e permanente.

4.4. Avaliação dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna

Os membros do CAE procederam à avaliação da qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna da Companhia, por meio de questionários de avaliação previamente aprovados pelo CAE.

5. Conclusões e recomendações

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021").

Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela EY, e a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, o CAE concluiu que essas informações e documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia.

Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), de 23 de fevereiro de 2022.

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

HERCULANO ANÍBAL ALVES
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

FLAVIA MARIA BITENCOURT
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*), **Camille Loyo Faria** (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo** (*Human Resources & Organization Officer),* **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*
CAMILLE LOYO FARIA
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores
MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer
LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer
BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer
MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer
JAQUES HORN
Diretor Jurídico

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*), **Camille Loyo Faria** (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo (***Human Resources & Organization Officer***), Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*
CAMILLE LOYO FARIA
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores
MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer
LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer
BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer
MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer
JAQUES HORN
Diretor Jurídico

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **TIM S/A** Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tim S/A ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para contingências tributárias

Conforme divulgado na nota explicativa 24 das demonstrações financeiras, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, no montante de R$16.739 milhões, em 31 de dezembro de 2021, para os quais foi constituída provisão no montante de R$430 milhões. Enquanto o valor de R$16.309 milhões foi divulgado pela Companhia como perdas possíveis de ocorrer, em linha com os requerimentos do "CPC 25 (IAS37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgados depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais.

Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer impactos relevantes às demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e eficácia dos controles internos da Companhia para identificação e avaliação das contingências tributárias, incluindo o processo da Companhia na determinação dos prognósticos de perda das contingências tributárias e sobre a informação produzida pelo sistema de tecnologia que apoia este processo; (b) para teste da avaliação da Companhia sobre o prognóstico de perdas dos processos tributários, envolvemos nossos especialistas em assuntos tributários para auxiliar-nos na avaliação dos prognósticos realizados por advogados externos para as contingências tributárias mais significativas da Companhia, obtivemos e analisamos opiniões legais junto a todos os consultores jurídicos internos e externos, realizamos reuniões e obtivemos representações por parte da diretoria da Companhia com relação à avaliação dos principais processos tributários; e (c) revisão da adequação das divulgações incluídas pela Companhia na nota explicativa nº 24 às demonstrações.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e a divulgação das contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Alienação de 51% mantido na investida I-System (anteriormente conhecida como FiberCo Soluções Infraestrutura S/A)

Conforme descrito na nota explicativa 1 das demonstrações financeiras, em 16 de novembro de 2021, a Companhia vendeu 51% da participação que mantinha na I-System. A venda gerou um ganho de R$782 milhões, que foi mensurado pela diferença entre o valor justo da consideração recebida e o valor contábil dos ativos e passivos líquidos da I-System. A determinação do valor contábil dos ativos e passivos líquidos da I-System envolveram identificação e mensuração dos ativos, passivos e ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocados a I-System na data da venda.

Auditar a contabilização da Companhia relativa à venda de 51% do investimento mantido na I-System foi complexo devido o julgamento significativo aplicado pela diretoria para determinação do montante do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocado a I-System, a natureza da transação e significativo julgamento exercido pela diretoria na avaliação dos impactos contábeis relativos a perda de controle e do contrato de prestação de serviço entre as partes.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e testamos a eficácia dos controles internos mantidos pela Companhia para avaliar a transação de venda de 51% de participação na I-System. Por exemplo, testamos controles de revisão da diretoria sobre a contabilização dos efeitos da venda e cálculo do ganho líquido de impostos e controles da diretoria sobre a revisão de assuntos chave, dados e premissas utilizadas pela diretoria na determinação da alocação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura à I-System.

Para testar a avaliação efetuada pela diretoria sobre a venda, nossos procedimentos incluíram, entre outros: inspeção dos contratos relacionados a transação, avaliação da razoabilidade dos julgamentos aplicados pela diretoria e teste da acuracidade matemática sobre o cálculo do ganho na venda (líquido de impostos), avaliamos os assuntos chave e dados utilizados pela diretoria na determinação da alocação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocado à I-System através de inspeção documental e avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia; avaliamos o julgamento da diretoria sobre os critérios para contabilização dos impactos relativos à perda de controle através da avaliação de possíveis evidências contrárias nos documentos atrelados a transação bem como a avaliação da diretoria sobre o contrato de prestação de serviço à luz do CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamentos; nós também envolvemos profissionais de impostos para avaliar os impactos fiscais associados a venda e também avaliamos a adequacidade das divulgações efetuadas pela Companhia relativas a venda de 51% do investimento mantido na I-System.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os impactos contábeis relacionados a alienação de 51% de participação societária na FiberCo, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração dos impactos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

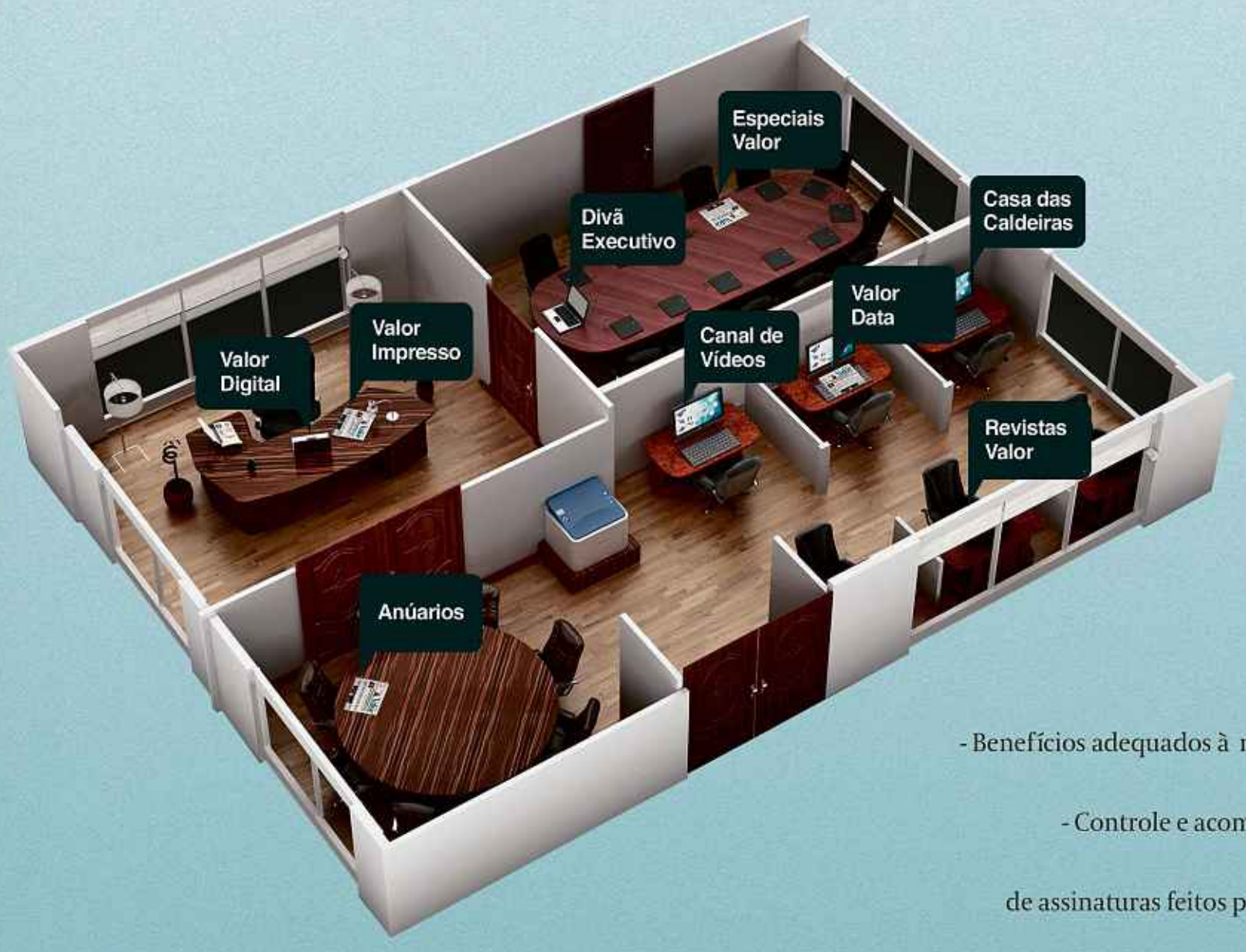
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0

www.tim.com.br

Vantagens de ser um Assinante Corporativo

Sua empresa pode manter a equipe preparada para tomar as melhores decisões e alavancar negócios. Diariamente, o Valor Econômico traz notícias de bastidores, conteúdo relevante e análises produzidas pela melhor equipe de jornalistas e colunistas do Brasil.



- Benefícios adequados à necessidade da empresa;
- Controle e acompanhamento do pacote de assinaturas feitos por equipe especializada;
- Pagamento por meio de fatura única ou cartão corporativo;
- Descontos progressivos.

Pacotes de assinaturas para Empresas.

11 3767-7059
de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h
corporate@valor.com.br
assinaturas.valor.com.br/assinatura-corporativa

Valor Econômico
Notícias que geram negócios

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2021

► COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Prezados acionistas,

A administração da TIM S.A. ("TIM S.A.", "Companhia" ou "TIM") apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2021, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e com o Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2021.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*), conforme definidos pela IASB.

As informações operacionais e financeiras de 2021, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

► Perfil da Companhia

A TIM S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e ADRs (*American Depositary Receipts*) listados na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE). Em 2021, a TIM confirmou a sua manutenção, pelo décimo quarto ano consecutivo, no seleto grupo de companhias que integram o portfólio ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3), reforçando o seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Além disso, a TIM é listada desde 2011 no Novo Mercado, segmento reconhecido pelo mais alto nível de governança corporativa da B3 e a partir de 2021 passou a fazer parte dos índices S&P B3 Brasil ESG, Refinitiv Diversity & Inclusion e Bloomberg Gender Equality.

A TIM S.A. é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária do grupo Telecom Italia. A TIM opera nos mercados de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, em todo território brasileiro, e no mercado de ultra banda larga abrangendo alguns estados do país.

► 1. Mensagem da Administração

O ano de 2021 ainda foi fortemente impactado pela pandemia de COVID-19, que impôs grandes desafios à sociedade, com impactos para a saúde pública e econômicos. Em meio ao aumento da vacinação, surgimento de novas variantes do vírus, escalada da inflação e aumento dos juros, a TIM se mostrou resiliente para entregar resultados sólidos ao final de 2021, cumprindo com todas as metas estabelecidas junto a seus acionistas e ao mercado financeiro em geral.

► Evolução da Pandemia e a Dinâmica Macroeconômica

Ao longo do primeiro semestre, a economia brasileira vinha registrando recuperação a despeito da oscilação das condições sanitárias, e a consequente adoção de novas medidas restritivas entre março e abril. O impacto dessas restrições sobre a atividade econômica em geral e sobre a atividade da TIM se deu em magnitude significativamente menor do que em períodos similares em 2020. No segundo semestre, a vacinação da população se acelerou, mas a recuperação econômica continuou a se dar de forma heterogênea entre os diferentes setores. A aceleração da inflação com posterior início do ciclo de aperto monetário limitaram a melhora de dinamismo da economia. Para nós, esta situação se materializou principalmente no segmento de telefonia móvel pré-pago como consequência de uma disponibilidade de renda das famílias ainda bastante pressionada seja pela inflação, pelo endividamento e por um mercado de trabalho ainda vacilante.

► M&A e 5G: Transformações Setoriais e para TIM

Em 2021, grandes transformações setoriais tomaram forma e começaram a se materializar. De um lado, a transação de compra dos ativos móveis da Oi Móvel S.A. passou a ser analisada pelos órgãos reguladores setorial (Anatel) e de concorrência (CADE) que mesmo sem apresentar uma resposta definitiva dentro do ano indicavam uma definição logo no início de 2022. De outro lado, houve uma proliferação de iniciativas no setor de telecomunicações para explorar as oportunidades do serviço de ultra banda-larga, seja através de IPOs de pequenos provedores, seja através de criação de veículos neutros de infraestrutura de fibra ótica. Neste último caso, optamos por fechar um acordo com a IHS Brasil para a venda de 51% de um veículo de fibra recém criado com intuito de acelerar o desenvolvimento de sua cobertura dos serviços de FTTH (*Fiber To The Home*).

No segundo semestre do ano, ocorreu o leilão de frequências que previa a venda de lotes de espectro destinados às tecnologias 4G e 5G. Participamos de forma muito bem sucedida, adquirindo um conjunto de lotes de frequências que ajudarão na composição do nosso portfólio de espectro e evolução dos serviços com a implantação das novas redes 5G e reforço de capacidade da rede 4G.

► Resiliência em Foco dos Adversidades e Foco na Execução da Estratégia

O primeiro semestre foi marcado por uma recuperação mais pujante, mas conseguimos a despeito dos desafios do segundo semestre, manter um bom nível de crescimento anual de receita de serviços (+6% no 1S e +4% no 2S) para fechar o ano com crescimento positivo de 5% versus 2020. Esse desempenho representa uma robusta recuperação se comparamos com a performance de 2020, onde o crescimento da receita de serviços foi de apenas 0,4% A/A. Nossa capacidade de encontrar soluções em meio as adversidades e o foco na execução da nossa estratégia foram fundamentais para essa evolução no desempenho.

Entre as iniciativas implementadas em 2021 que suportaram essa performance, destacam-se: (i) a contínua evolução da abordagem de «volume para valor», com contínuo crescimento de ARPU, redução do churn e recuperação da adição de clientes; (ii) o resgate do tema Música como parte dos nossos lançamentos de oferta e de um novo posicionamento de marca; (iii) a sólida execução na nossa operação de banda larga; (iv) o contínuo avanço da nossa infraestrutura de rede e TI; (v) a busca incessante por eficiência de custos e investimentos; e (vi) a contínua evolução da estratégia de Plataforma de Clientes materializada por mais uma parceria fechada no segmento de educação a distância com a plataforma Arapli.

Os impactos positivos desses iniciativas foram evidentes nos resultados das diferentes linhas de negócio:

- Do ponto de vista dos Serviços Móveis, a receita manteve uma boa dinâmica e terminou o ano com crescimento próximo a 5% contra o ano de 2020. Essa performance foi puxada pelo segmento Pós-Pago que cresceu mais de 5% A/A, enquanto o Pré-Pago caiu próximo a 2%.
- A banda larga residencial manteve um forte crescimento de aproximadamente 15% comparado a 2020.
- Nossas receitas com a Plataforma de Clientes somaram cerca de R$ 120 milhões, multiplicando por 5 o número de 2020 e com grandes contribuições da parceria com o Banco C6 e das iniciativas de Publicidade Móvel.

► Uma Infraestrutura Robusta para Suportar uma Melhor Experiência para o Cliente

O desenvolvimento da nossa infraestrutura é pilar fundamental da estratégia de melhoria da experiência dos clientes. Desta maneira, em 2021, demos ênfase em continuar evoluindo na qualidade dos nossos serviços através do fortalecimento da nossa rede e dos nossos sistemas.

Por mais um ano, a TIM assegurou a liderança em 4G, tendo a maior e melhor cobertura nesta tecnologia. Fechamos 2021 com mais de 4700 mil cidades e nos aproximamos cada vez mais da meta de cobrir todos os municípios do país até 2023. Nossa rede móvel foi atestada mais uma vez como líder em disponibilidade 4G e melhor experiência de vídeo e vídeo-chamada pela OpenSignal. A cobertura de 4,5G superou 1700 cidades e lançamos a tecnologia 5G DSS e fizemos pilotos com o 5G standalone.

Na rede fixa, superamos a marca de 112 mil quilômetros de fibra ótica em backbone e *backhaul*, o que nos possibilitou conectar mais 1200 cidades com fibra ótica, expandimos também nossa cobertura do serviço de banda larga residencial da TIM Live, chegando a 4,2 milhões de domicílios em FTTH e 6,7 milhões de domicílios totais.

Na frente de TI, avançamos no projeto Journey to Cloud para migrar todo o nosso *datacenter* para nuvem, fechamos o ano com 44% de migração. Este projeto, e outros com foco em digitalização tem impacto tanto nos custos da Companhia quanto na satisfação dos clientes.

► Eficiência e Geração de Caixa

Nossa cultura voltada para eficiência tem sido uma marca registrada da TIM na última década. Portanto em 2021, não foi diferente, apesar das pressões inflacionárias e da crise energética, conseguimos compensar uma boa parte desses efeitos com iniciativas voltadas a transformação digital e o cortes de custos mais tradicionais. O controle da inadimplência também contribuiu para o crescimento dos gastos ficar abaixo dos 5% e menos da metade da inflação oficial (IPCA: 10,06%).

A sólida performance nas frentes operacional e financeira produziu, mais uma vez, o maior EBITDA da história da TIM, atingindo mais de R$ 8,7 bilhões, com uma margem de 48,4% no ano e, também, um excelente nível de fluxo de caixa operacional em mais de R$ 6 bilhões. Com isso, fechamos o ano com sólida posição financeira e prontos para cumprir com as obrigações de desembolsos extras que tivemos em 2022 – aquisição de ativos da Oi Móvel e das licenças de frequência. Nosso caixa ficou próximo a R$ 9,5 bilhões com um endividamento líquido de R$ 3,7 bilhões (incluindo o impacto relacionado as licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R$ 843 milhões) e ainda assim, a Companhia manteve o alavancagem em patamar saudável. Esse cenário nos deu conforto de manter a distribuição aos acionistas no patamar de R$ 1 bilhão através do instrumento de JSCP.

► Conclusão e Perspectivas

A capacidade de agir rapidamente e de maneira assertiva, aproveitando oportunidades do mercado e mantendo o foco na execução da estratégia foram as marcas de 2021. Essa combinação tornou possível a entrega de todas as metas definidas para o ano, mesmo em um cenário de alta incerteza.

A expectativa para o ano de 2022 é de aceleração no processo de transformação da TIM e do setor com a aprovação da transação com a Oi Móvel, o início da implementação do 5G "de verdade" e a mudança de paradigma da banda-larga fixa para redes neutras. Esperamos, ainda, capitalizar mais as iniciativas nas frentes de transformação digital e de novos negócios, criando grandes oportunidades para TIM de eficiência e crescimento.

► 2. Panorama Econômico e Industrial

2.1. Ambiente Macroeconômico

Apesar das expectativas positivas para o ano, 2021 foi, ainda, significativamente impactado pela pandemia do Coronavírus – COVID 19, que trouxe, além de um imensurável ônus humano, um expressivo ônus para atividade econômica do Brasil e do mundo. Após o início da vacinação em massa no mundo ainda no final de 2020 e com o avanço da vacinação no Brasil durante todo o ano de 2021, combinado com a consequente diminuição das restrições de mobilidade e uma expressiva redução na taxa de desemprego (11,6% em novembro de 2021), ocorreu um reaquecimento da atividade econômica do país, isso fez com que as projeções de alta do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para o período, atingissem o patamar de 4,66%, segundo o último relatório FOCUS[1] do ano, em comparação a uma previsão de crescimento de 3,41%, no primeiro relatório FOCUS[2] de 2021.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2021 em 10,06%[3], maior inflação anual acumulada desde 2015. O IPCA registrado foi significativamente superior ao centro da meta, que era de 3,75% para o ano. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo grupo Transportes, que na cesta dos itens avaliados apresentou a maior variação e fechou o ano com aumento de 21,03% e o maior impacto no acumulado do ano. Além dos Transportes, se destacaram os itens Habitação e Alimentação e Bebidas. De maneira macro, a economia ainda sofre com a obstrução das cadeias de abastecimento no Brasil e no mundo, como consequência das medidas de combate ao COVID-19, causando ainda um forte choque na oferta de bens e serviços e, consequentemente, pressionando a inflação do mundo para cima.

No front cambial, o dólar americano apresentou forte valorização em relação ao Real em 2021, fechando o ano cotado em R$ 5,57[4], uma alta de 7,4%, depois de ter atingido R$ 5,79[5], em março deste ano, tendo apresentado forte oscilação ao longo do ano, diante de um cenário de elevação do risco fiscal decorrente de aguda aumento dos gastos públicos decorrentes da pandemia, a paralisação das reformas fiscal e administrativa, contribuíram para uma forte oscilação cambial ao longo do ano. A balança comercial fechou o ano com um superávit de US$ 61 bilhões[6]. O valor representa um crescimento de 21,1% em relação ao ano de 2020 e superou o recorde de US$ 56 bilhões de 2017. O saldo positivo é resultado de US$ 280,4 bilhões em exportações e US$ 219,4 bilhões em importações. A exportação em 2021 cresceu 34% na comparação com 2020, enquanto a importação cresceu 38,2%.

Quanto ao cenário internacional, também verificamos uma forte aceleração na vacinação contra a COVID-19 em grande parte do mundo, o que acarretou, igualmente, na diminuição das restrições de mobilidade e reunião de pessoas e, consequentemente, na retomada parcial de atividade econômica. Nos EUA e países desenvolvidos, o ano trouxe a inflação como novidade nos relatórios econômicos, o que não acontecia há décadas. Especialmente nos EUA, o índice de preços ao consumidor atingiu 7% em 2021, a maior alta em desde 1982. O PIB dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avançou 0,9% no 3º trimestre de 2021 em comparação com o trimestre anterior e retornou nível pré-pandemia. Devido a aceleração da retomada da atividade econômica, o FMI reviu sua projeção de crescimento da economia mundial em 2021 para 5,9%[7].

2.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional".

O setor sempre foi impactado por uma acirrada competição no mercado brasileiro, verificada pela presença de ofertas mais agressivas sob o ponto de vista de conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral, o que, de certa forma, limita a capacidade da Companhia de repassar aumentos de custos ou de propor a adesão a ofertas de maior valor, levando todo o setor de telecomunicações a uma certa degradação.

Por outro lado, o ambiente altamente competitivo pode ter sido, em última análise, um dos gatilhos para a consolidação do mercado móvel, que se vislumbra terminar 2022, com a concretização da venda da Oi Móvel, e consequente divisão dos ativos para os players remanescentes do setor.

Ao longo do ano de 2021, o setor continuou a sofrer os impactos oriundos da profunda crise causada pela epidemia COVID-19, e as todas as restrições destinadas a retardar sua propagação. Todavia, o setor manteve a tendência de crescimento no consumo de dados, exigindo das operadoras a capacidade de adaptação de suas redes, enfrentando o desafio de entregar uma infraestrutura cada vez mais robusta, em ambiente de maior racionalidade nos investimentos, como projetos como a consolidação de sites, o refarming de frequências e a agregação de portadoras em duas ou três frequências. Além disso, a TIM segue avançando nas iniciativas de compartilhamento focado no 4G e no transporte de rede. Essa evolução da rede da Companhia permite a ampliação significativa do tráfego na rede 4G, que propicia aos seus clientes melhor experiência de uso, tanto em termos de performance, com maior velocidade de download e upload e menor latência, como em cobertura indoor e maior penetração.

Essa demanda por evolução tecnológica e investimentos no setor tende a ser mantida, isso pode ser verificado, especialmente, considerando o leilão do 5G, que foi realizado no último trimestre do ano de 2021, e instituiu uma serie de obrigações relacionadas à autorização do direito de utilização das frequências, o que, certamente, obrigará setor a passar por um novo ciclo de investimentos. A implantação dessa nova tecnologia vai trazer avanços muito expressivos, possibilitando a geração de novos modelos de negócio, incentivando uma sociedade cada vez mais conectada, além de abrir caminho para a implementação de avanços em pesquisa e desenvolvimento.

Por fim, 2021 mostrou-se um ano no qual a demanda por Banda Larga Fixa se consolidou. Durante o ano, players menores lançaram suas Ofertas Públicas Iniciais ("IPOs") e fortaleceram suas posições financeiras para continuar crescendo. A Banda Larga Fixa é uma grande oportunidade no país por ainda ter baixa penetração fora dos grandes centros, mas, por outro lado, pode ser muito influenciada pela separação de empresas provedoras de serviços e players de infraestrutura, visto que as empresas prestadoras de serviços podem alugar infraestrutura das empresas especializadas, buscando uma aceleração de crescimento.

► 3. Serviços TIM

3.1. Negócios

A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de atender novos padrões de consumo ao mercado. A abordagem proativa permite à Companhia estar em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios das telecomunicações. A mudança no perfil de uso dos clientes e o surgimento de novas tecnologias fomentam uma ruptura na indústria de telecomunicações, baseada no consumo de dados, conteúdos e serviços digitais.

O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, TIM Live, e o serviço de banda larga fixa através da rede móvel, utilizando a tecnologia WTTx e 5G DSS, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT.

Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá a TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões.

Demonstrando essa diferencial, em 2021, a TIM iniciou a primeira parceria entre uma empresa de telecomunicações e uma empresa de educação. Foram lançadas ofertas exclusivas para os clientes que se matriculassem nos cursos oferecidos na plataforma e os clientes TIM passaram a receber descontos em cursos selecionados. Por sua vez, as ofertas lançadas em parceria com o C6 Bank continuam a agregar um diferencial ao portfólio, ao somar mais conveniência e adicionar novas experiências às ofertas dos planos Controle e Pós pura. Continuamos oferecendo aos clientes do plano TIM Black Família um marketplace para serviços de OTT, uma maior flexibilidade na escolha do conteúdo de entretenimento incluído no plano e o atendimento diferenciado do TIM Concierge. A inovação em ofertas e a conveniência na operação têm garantido o diferencial do portfólio e uma maior qualidade na aquisição de novos clientes.

3.2. Estratégia

A estratégia adotada pela TIM para 2021 foi baseada em cinco frentes indicadas abaixo, cada uma das quais focada nas principais partes interessadas da Empresa (clientes, colaboradores e acionistas) e, juntas, visam redesenhar a experiência do cliente e fazer da TIM a melhor escolha por valor no mercado, apoiada por sua posição como líder na ultra banda larga móvel e sua variedade de ofertas inovadoras:

- *Mover de volume para valor*: Melhorar e acelerar a transição de volume para valor, para sustentar o crescimento de negócio móvel, com foco na experiência do cliente;
- *Melhorar a infraestrutura*: Preencher o atual gap de infraestrutura com M&A, também promovendo o crescimento inorgânico e capturando potenciais sinergias;
- *Monetizar além do core*: Expandir novos fluxos de receita a partir de modelos de negócios alternativos, como serviços financeiros móveis, Educação, Saúde e publicidade digital móvel, visando a monetização da nossa base de clientes e alavancando a plataforma de base de clientes através de ecossistemas e parcerias;
- *Aprimorar tecnologia e operações*: Implementar projetos transformacionais em infraestrutura (ex., 5G, ORAN, M-MIMO, cloudification) e abordar desafios estruturais e preparar nossa tecnologia e nossas operações para desenvolvimentos futuros; e
- *Explorar oportunidades de banda larga fixa*: Capturar oportunidades de crescimento do mercado de ultra banda larga com novos modelos financeiros e de negócio.

Todos os cinco pilares estratégicos mencionados acima estão diretamente relacionados ao nosso compromisso com a experiência do usuário, que é um dos nossos três pilares de fundação da marca TIM (incluindo também a inovação e a qualidade), além de estarem voltados para o fortalecimento do nosso core e na construção do futuro da companhia.

Ao longo do ano de 2021, para implementação dos pilares estratégicos mencionados acima, a TIM direcionou esforços por meio de dois habilitadores transformacionais: (i) Impulsionar **eficiências disruptivas** por meio da digitalização, automatização e novos modelos operacionais, alavancando habilidades e o aprimoramento de capacidades; e (ii) Fortalecer e consolidar a **proposta de ESG** tazendo uma transformação positiva.

Este é o principal objetivo da estrutura proposta, no qual o cliente é o centro de tomada de decisão.

► 4. Recursos Humanos

A Diretoria de Recursos Humanos está estruturada com o propósito de assegurar as melhores práticas relativas à gestão de pessoas para suportar o processo de evolução da Companhia, alinhadas com as transformações tecnológicas e desafios de negócio, que incluem o compromisso com a sustentabilidade e a valorização de diversidade e inclusão.

Contar com um time engajado é fundamental para superar desafios e conquistar melhores resultados. Na TIM, a relação de transparência e respeito com todos os níveis fortalece o orgulho de pertencer e a clareza sobre nosso direcionamento. Essas fatores são diferenciais no desenvolvimento da nossa marca empregadora.

Em 2021, tivemos uma adesão de (97%) na Pesquisa de Clima e Engajamento, confirmando a consistência desse processo como um dos mais importantes para escutar as pessoas e dar oportunidade de contribuir para a evolução da nossa empresa.

O resultado da Pesquisa de Clima e Engajamento de 2021 foi 83% (-1pp/2020), colocando a TIM 10p.p. acima do Mercado de Telecom Global da Mercer, consultoria parceira responsável pela metodologia e aplicação da pesquisa.

Os principais destaques ficam para a consistência no programa de acultramento em Diversidade & Inclusão (mantida em 95%), o aumento na atuação da liderança no desenvolvimento dos times, através de feedback (84% | +3pp), tolerância ao erro (85% | +2pp), coerência na avaliação de desempenho (83% | +3pp) e política do reconhecimento financeiro e não financeiro (71% | +2pp), em coerência com a revisão das competências e do Performance.

Em 2022, será necessário maior foco em ações estruturadas de bem-estar-estar e evoluir em agilidade e prontidão para mudanças, a fim de manter o posicionamento de cuidado com as pessoas e melhoria nos processos para a inovação.

A cultura de integridade e carreiras atrativas também se destacam entre os fatores mais reconhecidos pelo nosso time, refletindo o alto engajamento e o sucesso de ações como o TIM Talks Experience 2021 e campanhas de Diversidade e Inclusão, direcionadas aos cinco pilares trabalhados na empresa: gênero, raça, pessoas com deficiência, pessoas LGBTI+ e gerações.

4.1. Pessoas

A TIM encerrou o ano de 2021 com 9.397 funcionários em todo Brasil. Esses colaboradores, com suas histórias e conhecimento, representam o capital intelectual da Companhia e atuam como motores para o desenvolvimento do negócio.

Aproximadamente 70,4% dos colaboradores possuem ensino superior completo ou frequentam a universidade e 9,9% possuem pós-graduação. Os números e resultados mostram que a TIM possui um quadro diversificado e altamente qualificado de colaboradores para atender os desafios da Companhia. A força de trabalho é complementada por 218 estagiários e 108 jovens aprendizes.

4.2. Desenvolvimento e Treinamento

Os colaboradores da TIM têm acesso a uma oferta de treinamento e desenvolvimento bem estruturada para evoluir dentro da companhia e construir uma carreira de sucesso. A TIM investiu mais de R$ 10 milhões em treinamento e desenvolvimento dos seus colaboradores em 2021.

Para orientar as carreiras dos seus colaboradores, a TIM identifica e monitora o desempenho individual para guiar as atividades com mais assertividade. A Companhia avalia a dedicação e o desempenho diferenciado dos seus profissionais por meio de diferentes ferramentas de gestão de performance, e encoraja e proporciona oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem.

Aqui na TIM, ao longo do ano de 2021, em continuidade ao plano iniciado em 2020, tivemos como foco apoiar a evolução e a transformação da empresa rumo ao modelo de digital TELCO, com foco específico no desenvolvimento das *new capabilities*, necessárias para alcançar os objetivos do plano estratégico e industrial da companhia.

Ao longo de 2021, a TIM implementou diversos programas e iniciativas para gerenciar e suportar o desenvolvimento das pessoas nas competências necessárias para alcançar as estratégias do negócio:

- **Novo Processo de Gestão de Desempenho**: a TIM completou seu ciclo de gestão de desempenho 2020/21, envolvendo mais de 7.700 colaboradores com algumas novidades importantes como a inclusão de novos públicos (equipe de Vendas e Atendimento, Estagiários), com uma abordagem profundamente customizada. O foco da avaliação está relacionado ao modelo de competência, bem com a capacidade em fazer acontecer. A implementação de uma nova plataforma de Gestão de Desempenho, customizada para proporcionar a melhor experiência digital aos colaboradores, também foi uma novidade.
- **Soluções Digitais de Desenvolvimento da Liderança**: Durante este ano, a TIM lançou duas soluções inovadoras para desenvolver nossos líderes: o Programa E-Coaching e o Mentoring Executivo, mais de 350 líderes experimentaram uma solução digital de desenvolvimento, customizada para suas próprias necessidades.
- **Gestão de Sucessões**: A contínua gestão do mapeamento de sucessão foi realizada este ano para garantir a aceleração do desenvolvimento e a prontidão para cargos mais críticos da alta administração e posição de executivos.
- **Mentoria intercompresarial para mulheres:** em julho de 2021, a TIM, juntamente com um número crescente de grandes empresas, criou uma iniciativa para acelerar o desenvolvimento de carreira das mulheres. A iniciativa está inserida no Projeto "Mulheres Positivas", que tem o escopo mais amplo de viabilizar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho brasileiro. Em 2021, foram desenvolvidas 2 ondas de mentoria, envolvendo 148 mulheres.

Os principais programas e iniciativas de treinamento estão listados abaixo:

- **Principais questões institucionais e de compliance**: todos os colaboradores participam de cursos sobre as principais questões institucionais e de compliance, como ética, direitos humanos, políticas de sustentabilidade e meio ambiente, saúde e segurança, segurança da informação e anticorrupção, alinhadas às diretrizes do Grupo e às leis internacionais e nacionais.
- ***Digital Learning Roadmap***: a nova plataforma de formação online "Talent Hub Aprendizagem" inclui rotinas individuais e coletivas para a aprendizagem digital. O roteiro centra-se em questões estratégicas como mentalidade digital, novas capacidades, inovação, responsabilidade, experiência do cliente, execução, networking colaborativo, gestão da mudança.
- ***TIM Talks***: Programa anual de Treinamento, Desenvolvimento e Comunicação da TIM Brasil. Assim como em 2020, o evento contou com a participação do público interno e externo. O TIM Talks começou em novembro com um evento de Abertura, e se estendeu até o final de dezembro por meio de um programa de workshops focado em questões estratégicas do setor como 5G, Cloud, IA, Privacidade e etc. O workshop contou com a participação de representantes do mercado, do mundo acadêmico e de instituições em geral, o pela primeira vez também envolveu comitados internacionais.
- **Plano de Apoio no contexto da Pandemia de COVID 19**: Ao longo dos anos de 2020 e 2021, em função da pandemia do novo coronavírus, a TIM realizou ações de treinamento voltados a temas de saúde e segurança diversos, como saúde mental, autocuidado, ergonomia, bem-estar em suas mais variadas dimensões (Ex: nutrição, exercícios físicos, etc) incluindo aulas online (ex: meditação), prevenção ao COVID-19 e também disponibilizamos os conteúdos de integração em formato digital. Além disso, transformamos 100% das nossas ações de treinamento para a metodologia a distância, sendo que a própria SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho) também passou a ser online, integrada à Jornada de Saúde e Bem Estar e com alguns eventos abertos à sociedade.
- **Onboarding**: Levando em consideração os processos de transformação digital que a TIM iniciou há alguns anos, um novo programa Onboarding 100% digital foi projetado para engajar e preparar os novos funcionários para o dia a dia.
- **Jornadas Verticais:** A TIM Brasil criou jornadas de aprendizagem personalizadas para as diversas áreas, com base nas diferentes necessidades relacionadas ao escopo de atividades.
- ***Journey to Cloud* e *Agile Journey*:** Alinhada ao seu plano de transformação digital e inovação, a TIM implementou um plano estruturado de upskilling para todos os profissionais envolvidos na migração da infraestrutura em um ambiente *multi-cloud* e para os usuários dos novos dados e tecnologias de análise. Desde 2020, mais de 500 pessoas estiveram envolvidas no programa.

Em 2021 foi implementado um programa de formação *Agile Journey*, com o objetivo de disseminar a cultura, bem como os métodos e as ferramentas das Metodologias Ágeis. A Jornada passou a envolver as equipes que atuam nos processos de criação de serviços, a fim de trazer ganhos incrementais para o negócio, reduzir riscos e realizar melhorias contínuas. Mais de 170 funcionários já iniciaram a jornada.

[1] Estimado pela relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) no 31 do dezembro de 2021.
[2] Estimado pelo relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) no 05 de janeiro de 2021.
[3] Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.
[4] Fonte: Banco Central.
[5] Fonte: Banco Central.
[6] Fonte: Ministério da Economia.
[7] Fonte: Fundo Monetário Internacional.

Impresa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:48 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

- **Iniciativas para a força de vendas (Programa *Evolution* Consumidor e Corporativo)**: jornada de aprendizagem para as lojas TIM e Força de Vendas, pensado de forma inovadora, baseado no princípio de gamificação, que se traduziu em maior envolvimento, novos conhecimentos com uma "pegada" diferente, e maior valor para a empresa. Uma experiência única, personalizada e humanizada. O modelo de treinamento virtual foi mantido e aprimorado em 2021.

Por acreditar que a diversidade e a inclusão são essenciais para a valorização e engajamento das pessoas, e desempenham um papel fundamental no processo de inovação, reforçamos nosso posicionamento e compromisso com o tema através da construção de políticas, programas e iniciativas de diversidade e inclusão, alinhadas à estratégia do negócio, cultura organizacional e valorização da contribuição de cada colaborador(a) na TIM.

Em 2021 o Programa de Diversidade e Inclusão seguiu em continuidade com o calendário anual de ações, baseado no calendário da ONU e demais datas reconhecidas nacionalmente; acompanhamento estratégico do tema pelo comitê de diversidade e inclusão, formado pela alta liderança; e atuação dos grupos de afinidade, formados por colaboradores de todos os níveis, áreas e regiões, que atuaram conjuntamente no desenho e implementação de ações inclusivas para os pilares de gênero, pessoas LGBTI+, raça, gerações e pessoas com deficiência.

Dentre as iniciativas lançadas temos o Programa de Estágio Inclusivo que flexibilizou perfil e pré-requisitos do processo seletivo para ampliar o acesso de grupos sociais minorizados, além de não haver restrições para idade, cursos e instituição de ensino o programa reservou 50% das vagas para pessoas negras. No pilar de gênero lançamos o Projeto Mulheres Positivas, voltado para ampliar a participação das mulheres no mercado de trabalho. O projeto conta com o aplicativo Mulheres Positivas como plataforma digital para apoiar o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres; o movimento liderado pela TIM começou em julho com 10 empresas e finalizou 2021 com 47 empresas parceiras que juntas oferecem acesso gratuito a vagas e cursos de capacitação, além de mentoria intercompany para mulheres.

Reforçando o compromisso e atuação concreta com foco no pilar Social do Plano ESG, a TIM estabeleceu a meta de ter até 2025 35% das posições de liderança ocupada por mulheres e 40% do quadro de colaboradores composto por pessoas negras. Também nos tornamos signatária dos principais ecossistemas de pactos e associações: Entre março e dezembro assinamos os Princípios de Empoderamento das Mulheres, da ONU Mulheres; Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero; Rede Empresarial de Inclusão Social; Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, Fórum de Gerações e Futuro do Trabalho e Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas.

Como parte do compromisso de promover um ambiente cada vez mais inclusivo, seguro e livre de discriminação, a TIM lançou em novembro o Programa Respeito Gera Respeito, com novas diretrizes e política para prevenção, coibição e gerenciamento de práticas de assédio, além de ações educativas e iniciativas internas e externas para promover ambientes e relações livres de discriminação e violência.

Mantivemos no programa o plano integrado de comunicação e treinamento, com total de mais de 40 ações e mais de 3.900 colaboradores treinados. O TIM Convida, evento 100% digital e aberto à sociedade para gerar diálogo e reflexão sobre diversidade e inclusão, apresentou 7 edições ao longo do ano totalizando mais de 386 mil visualizações Youtube.

Com a consistência do Programa de Diversidade e Inclusão, a TIM vem se tornando uma das líderes na promoção da diversidade e inclusão. Em 2021 fomos a primeira telco a nível global a receber o prêmio GSMA's *Diversity in Tech*, que reconhece empresas que promovem a igualdade e a diversidade no setor de tecnologia, e a única empresa brasileira a integrar e liderar o *Refinitiv Diversity & Inclusion Index*, que mede a nível global o desempenho das empresas nas iniciativas de diversidade e inclusão.

4.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo visa conceder ações ou opções de compra de ações da TIM S.A. a colaboradores da Companhia e suas subsidiárias, buscando desse modo promover a expansão, conquista e sucesso dos objetivos corporativos e garantindo o alinhamento de interesses dos acionistas e da administração da TIM.

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo: "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016", "Plano 2018-2020" e "Plano 2021-2023", respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares* e / ou *restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder ações aos participantes de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga. De maneira geral, os objetivos de desempenho são vinculados a indicadores econômico / financeiros, métricas de desempenho acionário (exemplo: Total Shareholder Return) e indicadores ESG (Environmental, Social & Governance), sempre em linha com os objetivos apresentados aos acionistas para o Plano Trienal.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

Conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a gestão dos Planos fica a cargo do Conselho de Administração, sujeito ao Estatuto Social da Companhia.

Especificamente para o ano de 2017, em função da Companhia ter iniciado o processo de reestruturação do seu plano de incentivo de longo prazo, em caráter excepcional e devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, o plano de incentivo de longo prazo ocorreu em forma de bônus, com o pagamento condicionado ao atingimento de determinados indicadores financeiros da TIM e dividido em três parcelas anuais.

4.3.1. Opção de Ações Ciclo 2011-2013

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2011 - 2013	**8.567.765**	**-3.399.832**	**-5.167.933**	**0**
1ª Concessão	2.933.595	-1.532.132	-1.301.463	0
2ª Concessão	2.561.752	-896.479	-1.765.273	0
3ª Concessão	3.072.418	-971.221	-2.101.197	0

4.3.2. Opção de Ações Ciclo 2014-2016

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2014 - 2016	**8.965.119**	**-3.921.020**	**-4.931.547**	**112.552**
1ª Concessão	1.687.686	-129.643	-1.558.043	0
2ª Concessão	3.355.229	-1.709.149	-1.646.080	0
3ª Concessão	3.922.204	-2.082.228	-1.727.424	112.552

4.3.3. Ações Ciclo 2018-2020

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Não Transferidas
Plano 2018 - 2020	**2.576.648**	**-1.000.645**	**-629.875**	**946.128**
1ª Concessão	846.932	-376.859	-473.073	0
2ª Concessão	930.662	-417.208	-86.424	427.030
3ª Concessão	798.054	-206.578	-70.378	519.098

4.3.4. Ações Ciclo 2021-2023

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Não Transferidas
Plano 2021 - 2023	**3.431.610**	**0**	**-311.876**	**3.119.734**
1ª Concessão	3.431.610	0	-311.876	3.119.734
2ª Concessão	0	0	0	0
3ª Concessão	0	0	0	0

► 5. Rede

Infraestrutura é um dos pilares estratégicos da Companhia e a TIM reafirma o seu compromisso de investimento em 2021, buscando oferecer mais e melhores serviços. As recentes mudanças no padrão de consumo bem como a crescente expectativa dos usuários quanto à qualidade dos serviços prestados, exigem um plano estruturado de expansão da rede, respaldado por análises técnicas mais robustas quanto ao padrão de consumo e necessidades de seus clientes, além de uma grande transformação cultural.

No âmbito da utilização do espectro, a TIM continua seu bem-sucedido projeto de *refarming* expandindo para a frequência 2,1 GHz, visando mais eficiência e melhor performance. Com relação à fibra, a Companhia segue com o projeto de expansão de rede, de forma a suportar a rede convergente de ultra banda larga, aumentando a disponibilidade do FTTH e o FTTS.

A TIM possuía ao final de 2021, 1.766 *Biosites* e projeta ampliar a sua utilização. Os *Biosites* são estruturas sustentáveis de menor custo, mais fáceis de instalar e que não causam impacto visual nas cidades, para aumentar a densidade de sites. No contexto de *big data*, a Companhia segue numa constante evolução de suas ferramentas de análise a partir de bases mais completas e abordagem proativa, visando um direcionamento mais eficiente dos investimentos.

No que tange à cultura corporativa, as novas tecnologias e as expectativas dos clientes provocam uma ruptura no modelo tradicional das operadoras de telecomunicações. Nesse cenário, a TIM vem desenvolver, motivar e engajar seus colaboradores com vistas a atuarem em um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, a partir de um modelo operacional ágil e flexível.

5.1. Cobertura Nacional

A infraestrutura da TIM tem um alcance nacional, cobrindo aproximadamente 98% da população urbana brasileira, com presença em aproximadamente 4.715 cidades. A Companhia também possui uma ampla cobertura de dados, mantendo a sua posição de liderança em cobertura 4G no país.

Em 2021, a TIM continuou concentrando a maior parte de seus investimentos em rede e tecnologia de informação, em linha com o praticado nos anos anteriores e com o objetivo de atender à crescente evolução do consumo de dados. A melhoria e o crescimento da infraestrutura estão apoiados em diferentes projetos, dentre eles se destacam a expansão da rede de fibra ótica (*backbone*, *backhaul* e FTTH), densificação de sites, *refarming* de frequência e agregação de portadoras em duas ou três frequências (conforme localidade). Além disso, a TIM vem avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede.

Em relação aos principais projetos em andamento focados na modernização e melhoria contínua da nossa infraestrutura, destacamos:

- Compromisso de expandir a cobertura 4G para todos os municípios do Brasil até 2023;
- Expansão da cobertura 4.5G para 1.712 cidades em 2021;
- Expansão do uso do 4G na frequência de 700MHz, presente em 3.975 municípios ao final do ano;
- Expansão do VoLTE, disponibilizado para 4700 cidades;
- Ampliação do *refarming* da frequência de 2,1 GHz no 4G, atingindo 354 cidades;
- Projeto de virtualização de infraestrutura;
- Acordo de compartilhamento de infraestrutura de rede móvel com a Vivo, visando a eficiência na alocação de Capex e Opex;
- Expansão da capacidade de rede através da solução Massive MIMO;
- Consolidação da rede NB-IoT, presente em mais de 4.018 municípios ao final de 2021, possibilitando a criação de soluções IoT não apenas nas grandes cidades, mas também nos municípios mais afastados das capitais.

Adicionalmente, o uso da frequências de 700MHz no desenvolvimento da rede LTE continua a evoluir, proporcionando uma significativa melhora na experiência de uso dos clientes tanto em termos de performance, com maior velocidade de download e upload e menor latência, como em cobertura indoor, maior penetração.

DESCRIÇÃO	2021	2020	%A/A
Cidades 4G	4.715	3.877	21,6%
das quais 700 Mhz habilitadas	3.975	3.294	20,7%
das quais VoLTE habilitadas	4.700	3.860	21,8%
População Urbana Coberta (4G)	98%	95%	3,0p.p.
das quais 700 Mhz habilitadas	94%	92%	2,0p.p.
das quais VoLTE habilitadas	97%	94%	3,0p.p.
Cidades 3G	4.022	3.506	14,7%
População Urbana Coberta (3G)	94%	93%	1,0p.p.
Biosites	1.766	1.678	5,2%
Sky Coverage (nº sites)	924	-	n.a.
Massive MIMO (nº sites)	2.308	753	206,2%
Homes passed	6.683	6.366	5,0%
FTTH	4.185	3.244	29,0%
FTTC	3.412	3.692	-7,6%
Cidades Cobertas com Fibra*	37	35	5,7%
FTTH	35	33	6,1%
FTTC	5	5	0,0%
FTTCity (nº cidades)	1.231	1.001	23,0%

Ao final do ano, a TIM possuía um total de 23.206 sites com maior porcentagem conectados através de *backhaul* de alta capacidade.

Em relação a infraestrutura de transporte, **a Companhia alcançou 112 mil km de fibra ótica para backbone e backhaul**, um avanço de 3,8% A/A.

A cobertura na banda larga fixa também seguiu em constante expansão ao longo de 2021, superando ao final do ano 4,2 milhões de *homes passed* em FTTH, enquanto o FTTC alcançou 3,4 milhões. Isso representa um total de 6,7 milhões de *homes passed* em 28 cidades e 7 regiões administrativas do DF (FTTH + FTTC)*.

Por fim, com um **alcance de 1.766 Biosites ativos ao final de 2021**, o desenvolvimento dos projetos de instalação de *Biosites* também está alinhado aos valores de responsabilidade social corporativa da companhia. Essas estruturas trazem uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico. Além disso, contribuem para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – tendo multifuncionalidade capaz de agregar a transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança –, além de serem de menor custo e de rápida instalação.

Atualmente, a Companhia detém autorização de uso de mais aproximadamente 120 MHz em espectro*, distribuídos da seguinte forma:

Média de Espectro Ponderada por População						
450 MHz	700 MHz	850 MHz	900 MHz	1.800 MHz	2.100 MHz	2.500 MHz
3	20	11	5	35	22	22

5.2. Resultado do leilão de frequências ("Leilão 5G")

Nos dias 4 e 5 de novembro de 2021 foi realizado o leilão de frequências para 4G e 5G pela Anatel. A TIM arrematou um total de 11 lotes nas frequências de 3,5GHz, 2,3GHz e 26GHz, com valor total ofertado de R$ 1,05 bilhão, que depois foi ajustado segundo as regras da Anatel para R$ 894,5 milhões.

As faixas adquiridas possuem um conjunto de obrigações que deverão ser atendidas com contribuições financeiras ou com construção de infraestrutura de rede móvel e fixa. Para maiores detalhes sobre as obrigações envolvendo cada faixa, consultar o Comunicado ao Mercado divulgado pela TIM em 5 de novembro de 2021.

5.3. Qualidade

Por mais um ano, a TIM reforça seu compromisso com a evolução de seus serviços e melhoria contínua da qualidade para garantir uma melhor experiência de uso aos seus clientes. O foco na expansão e melhoria da infraestrutura de rede segue sendo fator fundamental do nosso plano de negócios.

No final de 2021, a **TIM obteve a melhor pontuação no quesito "experiência em vídeo e vídeo-chamada" em relatório emitido pela OpenSignal[1], em parceria com a Anatel. A Companhia somou 66 pontos em experiência de vídeo e vídeo-chamada (classificada com a métrica de "muito bom")**, em pontuação de 0 a 100, acima das demais grandes operadoras do setor. Segundo o informe, o cálculo de experiência de vídeo mede diretamente *streaming* de vídeo em terminais de usuário, utilizando uma abordagem baseada na UIT que leva em conta critérios como a qualidade da imagem, tempo de carregamento e taxa de travamento, em redes 3G e 4G.

Além disso, no relatório, a TIM confirmou mais uma vez a qualidade superior de sua rede, destacando-se novamente como **líder em disponibilidade 4G**. Isso significa que os **clientes da TIM navegaram através do 4G com maior frequência – 99% do seu tempo conectado.**

Os demais destaques de Rede e Qualidade desse trimestre e no ano foram:

(i) A manutenção do ritmo de crescimento e liderança da cobertura do 4G, que é objetivo estratégico da companhia, fazendo parte tanto de seus compromissos do TAC com a Anatel quanto da debenture ESG emitida no 2º trimestre do ano.

(ii) Participação no leilão de frequências para 4G e 5G, arrematando as principais faixas de espectro: aquisição de lotes das frequências 3,5GHz, 2,3GHz e 26GHz;

(iii) Evolução da nossa plataforma de TI com 44% de todo o *workload* já migrado em 9 meses de projeto: migração de mais de 3.500 servidores para a *cloud* no ano, incluindo todo nosso CRM, estrutura de *big data* e plataforma de *billing*, preparando o ambiente para o recebimento dos ativos móveis da Oi;

(iv) Constante qualificação de nossos canais de atendimento e relacionamento com clientes:

1. No comparativo anual de 2021, a Companhia registrou: (a) 30% de redução do tempo de atendimento nos canais assistidos (CRC e Vendas); (b) 15% de aumento do atendimento automático via URA cognitiva; (c) Meu TIM como o aplicativo de atendimento mais bem avaliado do Brasil entre as operadoras (nota 4.4 na Play Store);

2. A TIM também ficou em **primeiro lugar no Ranking de Satisfação da Anatel 2021** que avalia o atendimento das empresas aos clientes na recepção e solução de demandas, reforçando a estratégia da companhia na melhoria da experiência do cliente. Além disso, a TIM foi a operadora com maior redução A/A no índice de reclamações da Anatel no 4T21 – atingindo 45% de redução no período frente ao 4T20, com destaque para o pré-pago que diminuiu em 55% – e no resultado de 2021 – registrando 32% de redução no volume de reclamações vs. 2020.

3. Da mesma forma que o item anterior, o Grupo TIM foi classificado como o menos reclamado nos entrantes dos PROCONs integrados ao sindec em 2021, registrando -28% frente a 2020.

4. Adicionalmente, a TIM foi a primeira operadora a adotar a modalidade de pagamentos via PIX, registrando em 2021 mais de 11,5 milhões de faturas quitadas em 12 meses desde sua implementação. Atualmente, cerca de 80% da base da Companhia realiza pagamentos através dos canais digitais, sendo 13% via PIX.

* (+) Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Niterói (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João de Meriti (RJ), Duque de Caxias (RJ), São Paulo (SP), Vinhedo (SP), Itaú (SP), Suzano (SP), Francisco Morato (SP), Franco da Rocha (SP), Diadema (SP), Salvador (BA), Lauro de Freitas (BA), Camaçari (BA), Feira de Santana (BA), Recife (PE), Olinda (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Paulista (PE), Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Anápolis (GO), Manaus (AM), Belo Horizonte (MG), Betim (MG), Contagem (MG), Brasília (DF), Taguatinga (DF), Samambaia (DF) e Ceilândia (DF)

* Excluídos os espectros relacionados ao 5G.

[1] Material divulgado no Teletime (17/12/2021).

► 6. Desempenho Operacional

6.1. Panorama do Mercado Brasileiro

O mercado móvel registrou um crescimento de 1,2% A/A no final de 2021 reforçando o movimento de evolução positiva da base no último trimestre. Nos últimos 12 meses, o pós-pago registrou adições líquidas de 16,7 milhões de acessos, sendo 58% desde volume linhas humanas. O pré-pago apresentou 4,1 milhões de novos acessos.

6.2. Desempenho da TIM

O segmento pós-pago encerrou o ano de 2021 com 22,9 milhões de acessos (+4,7% A/A). O mix do segmento na base total foi de 44%, +1,5 p.p. A/A. As adições líquidas dos últimos 12 meses acumularam um saldo positivo de mais de 1,0 milhão de novos acessos. A taxa de desconexão mensal no pós-pago mantém nos patamares mais baixos (2,7% no 4T21), como registrado nos últimos trimestres.

Ao final do trimestre, o **Pós-pago Humano registrava uma base de 18,9 milhões acessos** (+4,7% A/A), com adições líquidas de 847 mil acessos nos últimos 12 meses.

O segmento pré-pago finalizou o ano de 2021 com 29,2 milhões de acessos, uma queda de 1,4% A/A. A base acumulou 403 mil desconexões nos últimos 12 meses. O segmento é o mais impactado pela deterioração da economia, principalmente nos últimos 2 anos.

Detalhamento da base de clientes por tecnologia:

- **A base 4G finalizou o período com 46,3 milhões de acessos**, acelerando novamente o ritmo e mantendo o patamar de dois dígitos de crescimento (+10,2% A/A);
- **A base de M2M fechou o ano com 4 milhões de linhas**, um aumento de 5,0% comparado ao mesmo período do ano passado.

6.3. Segmento Fixo

A base TIM Live encerrou o ano de 2021 com 685 mil conexões, mantendo o ritmo de crescimento (+6,1% A/A). Nos últimos 12 meses, as adições líquidas do serviço atingiram aproximadamente 40 mil acessos, sendo a base FTTH o principal motor. Os planos de maior valor, com velocidades acima de 100 Mbps, seguem ganhando cada vez mais relevância, atingindo 62% de participação na base total no trimestre.

Mesmo limitando a entrada em novos mercados, a cobertura da rede FTTH continuou crescendo, priorizando a consolidação dos clusters já ativos. Dessa forma, o total de *homes passed* em fibra cresceu 29,0% A/A, com presença em 28 cidades e 7 regiões administrativas do DF.

► 7. Desempenho Financeiro

Para representar melhor o desempenho financeiro e tendências comerciais, a TIM normaliza algumas linhas da sua Demonstração de Resultados, eliminando o impacto de elementos não-recorrentes. Estes movimentos são apontados quando requeridos.

7.1. Receita Operacional

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Receita Líquida	18.058	17.268	4,6%
Receita de Serviços	17.497	16.665	5,0%
Serviço Móvel	16.349	15.610	4,7%
Gerado pelo Cliente	14.843	14.351	3,4%
Interconexão	533	528	0,9%
Plataforma de Clientes*	119	15	714,3%
Outras Receitas	853	717	19,1%
Serviço Fixo	1.147	1.054	8,8%
das quais TIM Live	720	628	14,7%
Receita de Produtos	561	603	-6,9%

*A Plataforma de Clientes inclui receitas de novas iniciativas, como Serviços Financeiros e Educacionais, e Publicidade Móvel. Realocação de impostos entre as linhas de Receita Gerada pelo Cliente e Plataforma de Clientes, impactando estas aberturas desde o início de 2021.

No acumulado de 2021, a **Receita Líquida Total atingiu R$ 18.058, ante R$ 17.268 em 2020, uma evolução de 4,6% A/A**, impulsionada pela performance consistente da Receita de Serviços. Esse crescimento, também, foi impactado por uma base comparativa menor, uma vez que os principais impactos da pandemia de COVID-19 ocorreram no 2T20. A despeito do contexto macroeconômico desafiador imposto pela pandemia, a **Receita líquida de Serviços fechou o ano com um crescimento de 5,0%**, esse desempenho teve como principais alavancas: (i) a performance do pós-pago móvel; e (ii) a receita de Plataforma de Clientes.

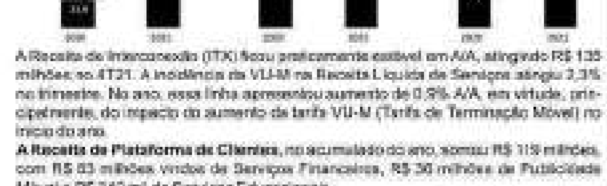
► Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Móvel (RSM) apresentou um crescimento de 4,7% A/A atingindo R$ 16.349 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. No acumulado do ano mantém evolução consistente, refletindo a estratégia da companhia de monetizar suas bases de clientes através de dois pilares: (i) diferenciação de oferta e (ii) migração da sua base de clientes para planos de mais alto valor. **No ano, o ARPU de 2021 expandiu 5,9% para atingir R$ 26,4.**

Detalhando o desempenho de cada segmento móvel no quarto trimestre:

(i) No Pré-pago, observamos uma desaceleração durante o segundo semestre, refletindo a piora nos indicadores macroeconômicos e o encerramento do auxílio emergencial do governo no mês de outubro, que pressionou mais o segmento, revertendo a retomada da trajetória de crescimento observada no primeiro semestre. Entretanto, a Companhia segue com foco na diferenciação de ofertas e em uma gestão da base mais eficiente, o que contribuiu para o **crescimento do ARPU de Pré-pago[1] no ano de 2021 – alta de 2,5% vs. 2020.**

(ii) **A Receita com Clientes Pós-Pagos teve uma alta de 5,4% A/A vs. 2020. O ARPU de Pós-Pago Humano[1] (ex-M2M) em 2021 teve alta de 1,7% contra 2020.** Esse desempenho tem como motor o foco da Companhia na abordagem de valor, com ênfase na gestão eficiente da base de clientes, redução das desconexões e na evolução do portfólio de ofertas, com benefícios específicos para cada segmento. Adicionalmente, cabe destacar que, durante esse trimestre, tivemos aumento das vendas nos planos Controle e Pós-puro, impulsionados pelas campanhas de final do ano, Black Friday e Natal, apesar dos desafios impostos pela atividade comercial menos intensa no país.



A Receita de Interconexão (ITX) ficou praticamente estável em A/A, atingindo R$ 135 milhões no 4T21. A incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços atingiu 3,3% no trimestre. No ano, essa linha apresentou aumento de 0,9% A/A, em virtude, principalmente, do impacto do aumento da tarifa VU-M (Tarifa de Terminação Móvel) no início do ano.

A Receita de Plataforma de Clientes, no acumulado do ano, somou R$ 119 milhões, com R$ 83 milhões vindos de Serviços Financeiros, R$ 36 milhões de Publicidade Móvel e R$ 342 mil de Serviços Educacionais.

A linha de Outras Receitas registrou no ano um crescimento de 19,1% A/A, explicado majoritariamente pelo crescimento na receita gerada por contratos de compartilhamento e swap de rede. Cabe ressaltar que o compartilhamento e a troca de capacidade são elementos importantes da estratégia da Companhia de ampliação da infraestrutura de transporte em fibra (*backbone* e *backhaul*) com maior eficiência na alocação de recursos (Capex e Opex).

► Detalhamento do Segmento Fixo (líquidos de impostos e deduções)

Em 2021, a Receita do Serviço Fixo totalizou R$ 1.147 milhões, alta de 8,8% A/A, com **as receitas vindas da TIM Live sendo o grande motor dessa performance e registrando um crescimento de 14,7% A/A.**

A **TIM Live** continua sendo o principal elemento para essa performance, que **avançou 9,8% A/A no 4T20**, representando mais de 63% da receita de serviço fixo. Os demais serviços do segmento fixo apresentaram recuperação e cresceram 2,8% A/A.

A desaceleração da performance da TIM Live no segundo semestre é explicada por uma combinação de: (i) maior foco na preparação da criação da I-Systems (antiga FiberCo), e consequente separação dos ativos, o que provocou uma desaceleração na entrada em novos mercados; (ii) um aumento localizado de competição em algumas

[1] O ARPU do Pós-Pago exclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.

[1] O ARPU do Pós-Pago Humano exclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:50 -0300.

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

áreas de atuação; e (ii) uma queda da performance nas áreas onde a TIM ainda atua com FTTC. A expectativa é que em 2022, a TIM Live volte a ingressar em novas localidades com FTTH, de forma a aumentar ainda mais a participação dessa tecnologia no resultado da Receita do Serviço Fixo.

7.2. Custos e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Custos Reportados da Operação	**(8.599)**	**(8.926)**	**-3,7%**
Custos Normalizados* da Operação	**(9.320)**	**(8.898)**	**-4,8%**
Pessoal	(1.126)	(1.004)	12,2%
Comercialização	(3.135)	(3.010)	4,1%
Rede e Interconexão	(2.797)	(2.613)	7,0%
Gerais e Administrativos	(701)	(605)	15,8%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(731)	(756)	-3,3%
Provisão para Devedores Duvidosos	(545)	(553)	-1,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(284)	(354)	-19,7%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	**(8.589)**	**(8.140)**	**5,5%**

*Custos da Operação normalizados por: venda de controle sobre o investimento na companhia I-Systems (-R$ 782,2 milhões no 4T21), serviços jurídicos e administrativos especializados (+R$ 34,5 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21 e +R$ 13,7 milhões no 2T21), gastos para o projeto de aquisição dos ativos móveis da Oi (+R$ 4,3 milhões no 4T21) e por ajustes ao contrato de sale-leaseback de torres (-R$ 2,6 milhões no 1T20).

Os Custos e Despesas Operacionais Reportados no ano de 2021 totalizaram R$ 8.599 milhões, uma melhora de 3,7% em relação aos custos reportados em 2020. A performance reflete a eficiência na execução do controle de custos, a despeito de um cenário de alta nos índices de inflação no país e em meio a um processo adotado pela Companhia de aprimoramento de sua infraestrutura interna. **Os Custos e Despesas Operacionais Normalizados subiram, porém de forma limitada (+4,8% A/A), perante a inflação registrada no país ao final do ano (IPCA 2021: 10,06%).** Além disso, o comparativo anual é afetado pela retomada dos custos variáveis e fixos que registraram queda nos meses de reduzida atividade econômica no país, principalmente no 2T20, devido a pandemia.

► **Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas Normalizados:**

Pessoal alcançou R$ 1.126 milhões em 2021, apresentando uma alta de 12,2% em relação a 2020. Tal performance foi influenciada por: (i) reajustes sobre salários, bonificações e incentivos no patamar entre um dígito médio e alto; (ii) maior nível de provisão relativo a participação nos resultados dos colaboradores; e (iii) base comparativa desfavorável devido à recuperação de encargos em processos de natureza previdenciária no 4T20 e, em parte, por um comparativo anual atípico no 2T20, em decorrência de menores despesas com pessoal comercial devido ao fechamento dos canais físicos de venda durante a pandemia.

A linha de Comercialização e Publicidade apresentou aumento de 4,1% A/A, atingindo R$ 3.135 milhões, impactada, principalmente, pelo retorno das campanhas publicitárias com mais frequência e maior despesa com comissões de vendas.

Rede e Interconexão, esta linha apresentou alta de 7,0% A/A, quando comparada com 2020. Este resultado foi influenciado pelo aumento da tarifa de terminação móvel (VU-M) e pelos maiores custos de Rede, em decorrência da elevação das despesas com aluguel, compartilhamento e manutenção de infraestrutura.

Despesas Gerais e Administrativas normalizadas (G&A) encerraram o ano de 2021 com um crescimento de 15,8% em relação a 2020. Esta alta é explicada, principalmente, por: (i) maiores despesas com serviços de manutenção, em decorrência da migração da infraestrutura de TI para a *Cloud*; e (ii) por contratação de serviços especializados junto a consultorias para projetos recorrentes.

O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) foi de R$ 731 milhões, queda de 3,3% quando comparado a 2020, acompanhando a queda da Receita de Produtos, ocasionada pelo menor volume de aparelhos vendidos, apesar do aumento no *mix* de produtos de maior valor.

As Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) atingiram R$ 545 milhões, uma queda de 1,5% frente ao resultado de 2020, parcialmente afetado pelo reconhecimento de PDD com um cliente de *wholesale*, **atingindo 2,1% sobre a Receita Bruta (vs. 2,3% em 2020)**. O resultado vem refletindo os esforços contínuos na melhoria da aquisição de clientes, através de modelos e políticas de crédito mais robustos, além de maior eficiência na cobrança e recuperação.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais[1] Normalizadas totalizaram R$ 284 milhões, uma queda de 19,7% A/A no acumulado do ano, explicada principalmente por menores despesas relacionadas a perdas em processos judiciais cíveis. A participação desta linha sobre os Custos e Despesas totais normalizados ficou em 2,7%.

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) atingiram R$ 58,9 por adição bruta em 2021, um crescimento de 28,9% A/A, devido a maiores despesas com comissões geradas por: (i) adição líquida positiva no segmento Pós-pago; (ii) pela migração dos clientes para segmentos de maior valor; e (iii) maiores gastos com publicidade no 1S21.

A relação SAC/ARPU, que indica o payback por cliente, atingiu 2,3 meses em 2021, frente a 1,7 meses no 4T21.

7.3. Do EBITDA ao Lucro Líquido

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
EBITDA Normalizado*	**8.738**	**8.372**	**4,4%**
Margem EBITDA Normalizada*	48,4%	48,5%	-0,1p.p.
Depreciação & Amortização	**(5.692)**	**(5.527)**	**3,0%**
Depreciação	(3.952)	(3.689)	7,1%
Amortização	(1.740)	(1.838)	-5,3%
Equivalência Patrimonial	**(12)**	-	**n.a.**
EBIT Normalizado*	**3.034**	**2.845**	**6,7%**
Margem EBIT Normalizada*	16,8%	16,5%	0,3p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado*	**(653)**	**(807)**	**-19,1%**
Despesas financeiras	(1.745)	(1.233)	41,6%
Receitas financeiras	1.092	432	152,6%
Variações cambiais, líquidas	1	(7)	n.a.
Lucro antes dos impostos Normalizado*	**2.381**	**2.037**	**16,9%**
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	(182)	(166)	9,1%
Lucro Líquido Normalizado*	**2.200**	**1.871**	**17,6%**
Total de Itens Normalizados	737	(27)	n.a.
EBITDA Reportado	**9.459**	**8.342**	**13,4%**
Margem EBITDA Reportada	52,4%	48,3%	4,1p.p.
EBIT	**3.756**	**2.815**	**33,4%**
Margem EBIT	20,8%	16,3%	4,5p.p.
Resultado Financeiro Líquido	**(653)**	**(807)**	**-19,1%**
Lucro antes dos impostos	**3.103**	**2.008**	**54,6%**
Imposto de renda e cont. social	(146)	(164)	-10,9%
Lucro Líquido	**2.957**	**1.844**	**60,4%**

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R$ 743,1 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21, +R$ 13,7 milhões no 2T21 e +R$ 2,6 milhões no 1T20). Lucro Líquido normalizado por: impacto dos impostos diferidos e correntes sobre a receita gerada pela transação da I-Systems (+R$ 509,2 milhões no 4T21), crédito fiscal e outros efeitos (-R$ 13,3 milhões no 4T21, -R$ 526,8 milhões no 3T21 e -R$ 4,6 milhões no 2T21).

► **EBITDA Normalizado (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)**

O EBITDA Normalizado totalizou R$ 8,738 milhões em 2021, um crescimento de 4,4% A/A. A principal alavanca para este crescimento foi a performance da Receita de Serviços Móveis, com destaque para o bom desempenho do segmento Pós-pago e da geração de receitas oriundas das parcerias classificadas na linha de Plataforma de Clientes. **A Margem EBITDA Normalizada encerrou 2021 em 48,4%.** Excluindo-se os efeitos relativos à operação da I-Systems, completada em novembro de 2021, a Margem EBITDA seria de 48,5%.

► **Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT**

A linha de D&A apresentou incremento de 3,0% A/A em 2021, totalizando R$ 5.692 milhões explicado, principalmente, pelo aumento da Depreciação de Equipamentos de Transmissão 4G e aumento da Depreciação de infraestrutura de torres e dos direitos de uso, em função de uma maior base de contratos de leasing, parcialmente compensada por um menor montante de Amortização de softwares.

No ano, o EBIT Normalizado totalizou R$ 3.034 milhões, o que representa um crescimento de 6,7% A/A.

► **Resultado Financeiro Líquido**

No ano, o Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R$ 653 milhões, comparado a -R$ 807 milhões em 2020, em decorrência de:

(i) maior receita financeira advinda de: (1) aumento da receita com juros sobre aplicações financeiras, refletindo uma taxa básica de juros elevada e maior geração caixa (Selic encerrou o ano a 9,25%); e (2) de uma soma de bônus que dão direito à participação no capital social do Banco C6 superior a 2020 (4,06% em 2021 vs. 1,4% em 2020).

(ii) Maior despesa financeira devido à: (1) maior volume de juros e custos atrelados aos novos empréstimos e financiamentos adquiridos – em razão da adição de novas dívidas durante o ano, visando o financiamento das obrigações futuras com a aquisição dos ativos móveis da Oi e as obrigações com o leilão de frequências; e (2) maior volume de juros sobre leasings, em meio à um aumento nos índices de inflação.

► **Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Imposto de Renda e Contribuição Social Normalizado foi negativo em R$ 182 milhões em 2021, comparado com -R$ 166 milhões em 2020. **Em 2021, a alíquota efetiva na visão normalizada foi de -7,6% vs. -8,2% em 2020**, explicado, principalmente, pela maior utilização de benefícios fiscais em 2021.

► **Lucro Líquido**

No ano, o Lucro Líquido Normalizado totalizou R$ 2.200 milhões, uma expansão de 17,6% comparado a 2020, com LPA de R$ 0,32.

7.4. Fluxo de Caixa, Dívida e CAPEX

DESCRIÇÃO	2021	Ajustes de Normalização	2021	2020	%A/A
	Reportado		Normalizado*		
R$ milhões					
EBITDA	9.459	(722)	8.378	8.372	4,4%
Capex	(7.966)	3.585	(4.382)	(3.891)	12,6%
EBITDA - Capex	**1.493**	**2.863**	**4.356**	**4.480**	**-2,8%**
Capex Não-Caixa**	2.682	(2.682)	-	-	n.a.
Δ Capital de Giro	**1.007**	-	**1.007**	**159**	**533,3%**
Itens operacionais não recorrentes	-	722	722	(38)	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional	**5.182**	**902**	**6.084**	**4.619**	**32,0%**

* EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R$ 743,1 milhões no 4T21, +R$ 7,7 milhões no 3T21, +R$ 13,7 milhões no 2T21 e +R$ 2,6 milhões no 1T20). Capex normalizado exclui os impactos relacionados a aquisição de licenças no leilão de frequências (R$ 3.585 milhões no 4T21).

** Efeitos da aquisição 5G sem impacto no caixa (Nota 40 da DFP).

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL) Normalizado[1], foi positivo em R$ 6.084 milhões, um crescimento de 32,0% A/A, enquanto o FCOL Reportado totalizou R$ 5.182 milhões.

No acumulado do ano o EBITDA-Capex Normalizado somou R$ 4.356 milhões.

Em 2021 o EBITDA-AL-Capex Normalizado totalizou o montante de R$ 2.385 milhões, uma queda de 13,6% comparado ao 2020.

A variação de R$ 902 milhões entre a visualização do FCOL Normalizado para o FCOL Reportado deve-se, principalmente, pelo montante atrelado à licença adquirida no último leilão (R$ 843 milhões) possuir características de dívida financeira, já que sofre incidência da Selic, sendo considerado no fluxo de financiamento. Já em relação às obrigações relativas a EAF e EACE (R$ 2.682 milhões), sofrem correção monetária definida no edital do leilão pelo índice inflacionário IGP-DI. Logo, estas obrigações possuem característica de compromisso comercial e impactam o fluxo operacional.

► **CAPEX**

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R$ milhões			
Rede	3.052	2.740	11,4%
TI & Outros	1.329	1.152	15,4%
Capex Normalizado*	**4.382**	**3.891**	**12,6%**
Leilão 4G e 5G	3.585	-	n.a.
Capex Normalizado*	**7.966**	**3.891**	**104,7%**
Capex Normalizado* / Receita Líquida	**24,3%**	**22,5%**	**1,7p.p.**

* Capex normalizado exclui os impactos relacionados a aquisição de licenças no leilão de frequências (R$ 3.585 milhões no 4T21).

No resultado do ano, **o Capex Normalizado, que exclui os impactos do leilão, totalizou R$ 4.382 milhões, representando uma alta de 12,6% A/A**, explicado pelos projetos referentes a preparação da infraestrutura para integração com ativos da móvel da Oi. **Em 2021, o Capex Total, incluindo os impactos do leilão, foi de R$ 7.966 milhões.**

► **DÍVIDA E CAIXA**

Perfil da Dívida

EMISSÕES	MOEDA	TAXA DE JUROS	VENCIMENTO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
R$ milhões						
KFW Finnvera	USD	Libor+0,75%	01/24 a 12/25	93	185	278
Scotia	USD	1,4748% a.a.	04/24	2	558	560
BNP Paribas	USD	2,8220% a.a. a 7,0907% a.a.	01/22 a 01/24	444	500	944
Debêntures	BRL	IPCA + 4,1782% a.a.	06/28	(1)	1.669	1.667
BNDES	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	2	395	396
Dívida Financeira Total				**538**	**3.307**	**3.845**
Licença (4G e 5G)	BRL	Selic	12/40	47	796	843
Dívida Total Antes do Lease				**585**	**4.104**	**4.688**
Lease Total	BRL	IPCA/IGP-M	01/39	1.240	7.581	8.820
Dívida Total				**1.825**	**11.684**	**13.508**

Dívida Líquida

DESCRIÇÃO	4T21	3T21	2T21	4T20
R$ milhões				
Dívida de Curto Prazo	538	534	1.448	2.261
Dívida de Longo Prazo	3.307	2.881	2.780	284
Dívida Financeira Total	**3.845**	**3.415**	**4.228**	**2.545**
Caixa e Equivalentes de Caixa	(9.797)	(7.372)	(7.125)	(4.819)
Derivativos Líquidos ex C6	11	24	(104)	(49)
Dívida Financeira Líquida	**(5.940)**	**(3.933)**	**(3.003)**	**(2.263)**
Licença (4G e 5G)	843	-	-	-
Dívida Financeira Líquida AL	**(5.097)**	**(3.933)**	**(3.003)**	**(2.263)**
Lease Total	8.820	8.271	8.186	8.180
Dívida Líquida Total	**3.723**	**4.338**	**5.183**	**5.917**
Dívida Líquida AL/EBITDA AL*	**-0,8x**	**-0,6x**	**-0,4x**	**-0,3x**
Dívida Líquida Total/EBITDA	**0,4x**	**0,5x**	**0,6x**	**0,7x**

*EBITDA 12M "após o pagamento de *leases*", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a *leasings* financeiros.

Dívida Por Vencimento

ANO	PRO-FORMA	INCLUINDO IFRS 9, 15 & 16
R$ milhões		
2023	135	1.370
2024	1.172	2.276
2025	127	967
2026	662	1.294
Após 2026	2.007	5.777
Dívida Total	**4.104**	**11.684**

A Dívida Normalizada (pós-hedge) do 4T21 ficou em R$ 13.520 milhões, representando um crescimento de R$ 2.419 milhões A/A. O total inclui: (i) o reconhecimento de leasing no valor total de R$ 8.820 milhões (relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e contratos de arrendamento com prazos superiores a 12 meses, conforme estabelecido pelo IFRS 16); (ii) dívida bancária no montante de R$ 3.845 milhões; (iii) a posição de derivativos[2] de hedge no valor de R$ 11 milhões (excluindo os efeitos do Banco C6); e (iv) impacto relacionado as licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R$ 843 milhões.

Ao fim de dezembro, o montante de financiamentos (pós-hedge) totalizou R$ 3.845 milhões. **O custo médio da dívida excluindo os *leasings* e licenças foi de 9,5% a.a. no trimestre**, uma elevação quando comparado ao custo de 2,5% a.a. do 4T20, impactado pelo aumento do CDI no período.

Seguindo o programa de financiamento da companhia, aprovado pelo conselho de administração da TIM em março de 2021, para aquisição dos ativos móveis da Oi, ao longo de 2021 a companhia captou R$ 3,0 bilhões em novas dívidas:

(i) Em abril de 2021, foram celebrados dois contratos totalizando o montante de R$ 1.072 milhões, ambos realizados com bancos estrangeiros;

(ii) Em junho, a Companhia concluiu a liquidação da 2ª emissão de debêntures, no montante total de R$ 1,6 bilhão, com vencimento em junho de 2028. Tendo sido esta a primeira oferta de debêntures da história da Companhia a considerar aspectos ESG em sua emissão, gerando benefícios para sociedade e para o meio ambiente, além de corroborar para atingimento dos objetivos do Plano Estratégico da Companhia;

(iii) Em novembro de 2021, foi celebrado um contrato com o BNDES, no valor total de R$ 390 milhões.

No final do trimestre, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R$ 9.797 milhões, registrando crescimento de R$ 5.151 milhões A/A.

O rendimento financeiro médio foi de 8,8% a.a. no 4T21, aumento de 6,4 p.p. em relação ao 4T20, em função dos últimos aumentos observados da taxa Selic e de uma melhor alocação dos recursos.

► **8. Environmental, Social & Governance**

Jornada ESG

A TIM é pioneira nos temas ESG (Environmental, Social & Governance) no setor de Telecomunicações no Brasil. Há 14 anos a Companhia faz parte da Carteira do Índice de Sustentabilidade da B3 (ISE-B3), sendo a empresa do setor que há mais tempo configura no Índice. Em fevereiro de 2022, a TIM foi reconhecida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo pela S&P Global ESG, organização responsável pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI). A companhia foi incluída no **Sustainability Yearbook 2022** pela evolução da sua performance no processo de submissão ao DJSI, com um crescimento de 24%.

Desde 2011, a TIM voluntariamente faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança corporativa da Bolsa de Valores Brasileira, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU).

Como signatária do Pacto Global da ONU desde 2008 e da ONU Mulheres desde 2021, a TIM desenvolve projetos conectados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reconhece os direitos à privacidade de dados, à internet segura, ao acesso à informação e à liberdade de expressão como essenciais e inegociáveis.

A TIM vem se tornando uma das líderes na promoção da diversidade e inclusão, com metas, compromissos e adesões a diversas iniciativas relacionadas aos temas gênero, raça, LGBTI+, idade, entre outros. A Companhia se tornou, em 2021, a primeira operadora brasileira a integrar o Refinitiv Diversity & Inclusion Index, se tornando o benchmark brasileiro e de telecom worldwide. Também passou a fazer parte, em 2022, do Índice de Igualdade de Gênero da Bloomberg, que reúne 418 empresas de 45 países, sendo 13 do Brasil.

Reconhecida com o selo Top Employers, a TIM também se consolida como uma das empresas com melhores práticas de RH. A certificação é resultado da auditoria independente da Top Employer Institute, um instituto internacional com 30 anos de atuação em 120 países.

A TIM responde ao Carbon Disclosure Project (CDP) – maior base de dados do mundo sobre Gases de Efeito Estufa relacionada às Mudanças Climáticas – desde 2010, e registra suas emissões no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol.

Desde 2004, a TIM apresenta seu desempenho em sustentabilidade e há 13 anos publica relatórios conforme as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). A partir de 2021, a Companhia passou a chamar esta publicação de Relatório ESG e segue com o seu compromisso de transparência e prestação de contas a seus stakeholders, organizando o relato nos três pilares: Ambiental, Social e Governança. O Relatório é assegurado ainda por terceira parte independente.

Nossas Políticas de Responsabilidade Social, Direitos Humanos, Diversidade, Meio Ambiente, Gestão da Mudança do Clima, Gestão de Riscos Corporativos, Anticorrupção, Relacionamento com Fornecedores, Segurança e Saúde do Trabalho, Privacidade, entre outras, estão publicamente disponíveis para a livre consulta de nossos *stakeholders*.

Em cumprimento a Lei Geral de Proteção de Dados, vigente no Brasil desde 2020, a TIM atua para garantir a privacidade dos clientes, proteger seus dados pessoais e manter uma relação cada vez mais transparente. Mais informações na Central de Privacidade no site da TIM.

Em 2013 a TIM fundou o Instituto TIM com a missão de democratizar o acesso à ciência, tecnologia e inovação para promover o desenvolvimento humano no Brasil. Mais de 780 mil pessoas de todos os estados e do Distrito Federal já foram beneficiadas pelos projetos de educação e inclusão do Instituto, sendo, inclusive, premiados internacionalmente (Prêmio Governarte – BID 2015).

Por sua sólida atuação em ESG, a TIM integra índices e *ratings* nacionais e internacionais, como Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-B3), Índice de Carbono Eficiente (ICO2-B3), Índice Brasil ESG (S&P/B3), Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR-70), Refinitiv Diversity & Inclusion, Gender Equality Index (GEI) da Bloomberg, *FTSE4GOOD Emerging Markets, FTSE4GOOD Latin America, MSCI ACWI ESG Leaders, MSCI Emerging Markets ESG Leaders*, Teva Índices ESG Mulheres no Conselho, selo Women on Board, entre outros, além de ser certificada pelas normas ISO 9001 (desde 2000), ISO 14001 (desde 2010) e ISO 37001 (desde 2021).

Temas Materiais

Devido à pandemia da Covid-19, a TIM conduziu um novo processo de consulta a stakeholders, com o objetivo de revisar sua materialidade, uma boa prática incentivada por especialistas.

Após novas entrevistas e estudos, quatro temas materiais foram complementados e um novo tema surgiu, "Promoção da Diversidade e Igualdade de Oportunidades", conforme quadro atualizado (negrito) a seguir:

Ao longo de 2021, a TIM prosseguiu com foco no cumprimento das metas do Plano ESG, conforme os destaques do 4T21 a seguir.

► **ENVIRONMENTAL**

- Ao final de 2021, o projeto de Geração Distribuída totalizou 46 usinas ativas, o que juntamente com a compra de energia no Mercado Livre viabilizou alcançar 83% de energia renovável do consumo total (79% na média anual). Com a aquisição de certificados de energia renovável para o consumo no Sistema Interligado Nacional, a TIM atingiu a marca de 100% de energia renovável;
- Obteve +96% de ecoeficiência em tráfego de dados (acompanhado acompanhada em bit/Joule);
- Reduziu em 103% as emissões indiretas (escopo 2) e em 94% as emissões de escopo 1 e escopo 2;
- Em dezembro de 2021, totalizou 1.766 *biosites* instalados. Além de serem uma solução para reduzir o número de antenas e torres, diminuindo o impacto visual e urbanístico, essas estruturas podem agregar outras funções; como iluminação pública e câmeras de segurança;
- Comprometida com a meta de ser uma empresa carbono neutro até 2030, a TIM melhorou sua performance no CDP, passando seu score de B- (2020) para B (2021);
- É integrante do Índice Carbono Eficiente da B3, carteira composta por empresas que apresentam inventários de emissões de gases de efeito estufa e demonstram compromisso com relação às mudanças climáticas, e também do ICDPR-70, Índice CDP Brasil de Resiliência Climática;
- Aderiu, enquanto Grupo TIM, à iniciativa *Science Based Target* (SBT) na busca pelas melhores práticas de redução e neutralização das emissões de GEE;
- É certificada nas normas ISO 9001, desde 2000 e ISO 14001, desde 2010.

► **SOCIAL**

- A TIM aumentou em 38% o número de pessoas negras em seu quadro de colaboradores e em 34% o percentual de mulheres em cargos de liderança;
- A meta de levar a conectividade do 4G a todos os municípios do Brasil até 2023 chegou, em dezembro de 2021, a 85% de cobertura. Na região Nordeste, os estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte encerraram o ano com 100% de cobertura;
- No mês da Consciência Negra, a TIM ratificou sua participação na Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero. A operadora tem o compromisso de ter, no mínimo, 40% de pessoas negras em seu quadro profissional até 2023;

[1] A linha de Outras Despesas (Receitas) operacionais registrou um impacto não recorrente negativo de R$ 782,2 milhões no 4T21, referente à venda de controle sobre o investimento na companhia I-Systems; o impacto não recorrente positivo de R$ 2,6 milhões no 1T20, por ajustes ao contrato de sale-leaseback de torres.

[2] A posição de derivativos é composta, ainda, pelo bônus de subscrição no capital do Banco C6, conforme Nota Explicativa 37 da DFP da TIM S.A. [illegible]

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:53 -0300.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

- A TIM aderiu, em outubro, ao Fórum Gerações e Futuro do Trabalho, iniciativa que reúne empresas comprometidas com a inclusão de profissionais de diferentes idades no mercado;
- Como parte do seu compromisso de promover um ambiente cada vez mais inclusivo, seguro e livre de discriminação, a TIM publicou em novembro a Política de prevenção, coibição e gerenciamento às práticas de assédio moral, sexual e *bullying*;
- O Instituto TIM e a TIM se uniram à ONG *One By One* por mais mobilidade e oportunidades para crianças e jovens com deficiência e promoveram em dezembro uma ação de voluntariado com os colaboradores para acabar com a fila por cadeiras de roda da entidade. A Companhia se comprometeu a multiplicar o valor doado pelos funcionários para conseguir alcançar a meta;
- A quarta edição do TIM Talks Experience abordou temas como 5G, cloud, inteligência artificial, ESG e privacidade de dados. Como nos anos anteriores, o evento foi aberto à sociedade, com transmissão pelo site e YouTube da TIM;
- A TIM é signatária dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEP, em inglês) da ONU e faz parte da Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero.

► GOVERNANCE

- Em cumprimento a meta de reduzir pela metade o número de reclamações dos clientes na Anatel, em comparação a 2018, a TIM alcançou em dezembro de 2021 uma redução de 44%;
- Pelo 14º ano, a TIM é listada na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3/Bovespa, mantendo sua posição de empresa de telecomunicações por mais anos consecutivos no ISE. Nesse ciclo, o ISE realizou diversas modificações na metodologia, como a inclusão do risco reputacional e a nota do Carbon Disclosure Project | CDP | como critérios classificatórios. Além disso, passou a adotar questionários setorizados e a apresentar notas gerais e por setor, para aumentar ainda mais a transparência das empresas que estão mais avançadas na agenda ESG;
- A TIM ficou em sétimo lugar no ranking de sustentabilidade da consultoria Resultante ESG, escritório especializado em ESG, pesquisa e educação para planejamento e análise de riscos;
- Na 18ª edição do prêmio As Melhores da Dinheiro, da revista IstoÉ Dinheiro, a TIM foi escolhida a melhor operadora;
- A TIM conquistou 5 ouros no Prêmio ABT 2021 por suas ações de relacionamento com o cliente;
- A TIM foi a operadora com maior índice de satisfação entre os consumidores, segundo o *ranking* da Anatel;
- No Leilão 5G, promovido pela Anatel, a TIM adquiriu 11 lotes, no valor R$ 1,05 bilhão, conseguindo obter as frequências em todas as faixas que planejava;
- Desde 2011 faz parte do Novo Mercado, nível de governança das empresas listadas na B3;
- Foi primeira e até o momento única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União;
- Primeira operadora a conseguir a certificação ISO 37001, que atesta a segurança e eficácia do sistema de gestão antissuborno.

Para acessar o informe trimestral de ESG, favor acessar: Informe Trimestral ESG

► 9. Governança Corporativa

9.1. Companhia listada no Novo Mercado há mais de 10 anos

Em 03 de agosto de 2011 a TIM aderiu ao "Novo Mercado", segmento que concentra as empresas comprometidas com as melhores práticas de governança corporativa.

A migração para o Novo Mercado resultou em benefícios para todos os acionistas. As regras exigidas alinhadas às melhores práticas de governança corporativa de mercados como Estados Unidos e Europa, potencializam uma maior liquidez e valorização das ações, permitindo um acesso mais amplo aos mercados internacionais, além de promover o fortalecimento da imagem institucional e o aumento da confiança na Companhia.

Adicionalmente, a TIM pertence ao seleto grupo de empresas que compõem as carteiras do Índice de Governança Corporativa (IGC), do Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) da B3 e, há 14 anos, também, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composto por empresas que se comprometeram a gerenciar os riscos derivados do desenvolvimento econômico, ambientais e sociais, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU).

9.2. Governança Corporativa na TIM

A TIM é uma sociedade por ações de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária e supervisionada por um Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração, por sua vez, é auxiliado por comitês de assessoramento, quais sejam, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Controle e Riscos, o Comitê de Remuneração e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*.

Os deveres e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração estão determinados na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regimento Interno do Conselho de Administração, no Regimento Interno da Diretoria Estatutária, no Regimento Interno do Conselho Fiscal e nos Regimentos Internos dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Na condição de membros ativos e responsáveis pela comunidade em que atuam, a Companhia e seus administradores devem pautar suas ações pela legalidade e pela ética, baseado em três princípios fundamentais: transparência, honestidade e lealdade.

Na condução dos seus negócios pautados, além da ética e da lealdade, pela boa-fé, a Companhia busca: (i) agir com transparência nos negócios, (ii) promover a lealdade na concorrência; (iii) excelência de competitividade no mercado; (iv) atender ao bem-estar e ao crescimento da comunidade em que opera; (v) aprimorar os seus recursos humanos; e (vi) promover o desenvolvimento sustentável.

9.3. Política de Divulgação

A TIM aderiu em 2002 uma Política de Divulgação/Negociação e Diferenças de Governança Corporativa da NYSE, a qual a administração da Companhia aderiu mediante assinatura do termo de adesão. Como parte dessa política, estabeleceu-se um código de conduta a ser seguido por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas, além de terem sido impostas restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos.

A Política de Divulgação da Companhia prevê a utilização do Portal da Agência Estado, que pode ser acessado pelo link: http://economia.estadao.com.br/fatos-relevantes/, na forma da Instrução CVM nº 547/2014, que permite a divulgação de fatos relevantes em portais de notícias de acesso gratuito.

9.4. Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CDA) é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 19 (dezenove) membros, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração era formado por 10 (dez) membros, sendo 4 (quatro) deles independentes. Em 2021, o CDA se reuniu 15 (quinze) vezes no exercício de suas funções.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas, publicadas e consignadas no livro de atas do Conselho de Administração, arquivado na sede na Companhia.

O Conselho se reúne ordinariamente no mínimo seis vezes ao ano e no máximo doze vezes, e, também, extraordinariamente, mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer dois Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria Estatutária, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas. Os convidados à participar das reuniões do Conselho não possuem direito de voto.

O Conselho de Administração tem 4 (quatro) comitês de assessoramento, todos diretamente vinculados a ele: o Comitê de Auditoria Estatutário, com regras previstas no Estatuto Social da Companhia, o Comitê de Remuneração, o Comitê de Controle e Riscos e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*, podendo haver participação de um ou mais membros nos Comitês, simultaneamente.

9.5. Diretoria Estatutária

A Diretoria Estatutária (Diretoria) é o órgão de representação e de administração executiva da Companhia, sendo composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 12 (doze) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de dois anos, admitida a reeleição, podendo ser destituídos pelo mesmo órgão a qualquer tempo. Em 31 de dezembro de 2021, a Diretoria da Companhia era composta por 8 (oito) membros. Em 2021, a Diretoria se reuniu 43 (quarenta e três) vezes no exercício de suas funções.

9.6. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal (CF) é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, todos profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantenham qualquer outro vínculo com a Companhia, cada um com respectivo suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho Fiscal da Companhia era composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes. Em 2021, o CF se reuniu 8 (oito) vezes no exercício de suas funções.

9.7. Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos independentes. Atualmente o CAE é composto por 3 (três) membros.

O CAE tem por objetivo supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores, tanto internos quanto independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras desde último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, do outro lado. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act*, ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission* – SEC. Em 2021, o CAE se reuniu 20 (vinte) vezes no exercício de suas funções.

Os membros do CAE avaliaram as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021"). Considerando as informações prestadas pela Diretoria Estatutária da Companhia e pela auditoria externa da Ernst & Young Auditores Independentes S/S. ("EY"), bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, o CAE avaliou que essas informações e documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Por esse motivo, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia, para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

9.8. Comitê de Controle e Riscos

O Comitê de Controle e Riscos (CCR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de medidas de controle interno e de gestão de riscos, e o cumprimento de regras de governança. Em 31 de dezembro de 2021, o CCR era composto por 3 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2021, o CCR se reuniu 10 (dez) vezes no exercício de suas funções.

9.9. Comitê de Remuneração

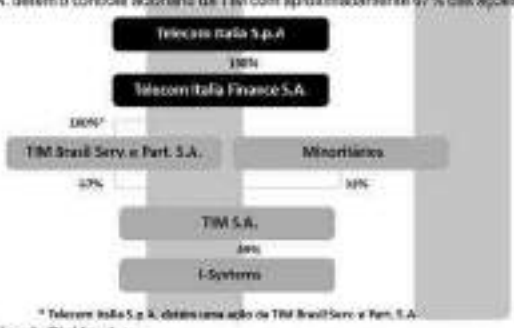
O Comitê de Remuneração (CR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de propostas de rateio da remuneração global aprovada pela Assembleia Geral, e o critério de remuneração dos Diretores Estatutários e dos altos executivos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o CR era composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) desses independente. Ao longo de 2021, o CR se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

9.10. Comitê de Environmental, Social & Governance

O Comitê de *Environmental, Social & Governance* (CESG), é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui a finalidade de assessorar o CDA no desenvolvimento e implementação da estratégia e dos princípios de *Environmental, Social & Governance*, incluindo, dentre outras atividades, a recomendação das diretrizes e da estratégia da Companhia aplicáveis à gestão de questões ambientais, sociais e de governança. Em 31 de dezembro de 2021, o CESG era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2021, o CESG se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

9.11. Estrutura Acionária

A Companhia encerrou 2021 com capital social no montante de R$ 13.477.890.507,55, representado por 2.420.864.398 ações ordinárias. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. detém o controle acionário da TIM com aproximadamente 67% das ações.



* Telecom Itália S.p.A. detém uma ação da TIM Brasil Serv. e Part. S.A.

9.12. Política de Dividendos

Conforme Estatuto Social e a Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2021, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, a quantia equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

É obrigatória a manutenção de uma reserva legal, à qual a Companhia deve alocar 5% dos lucros líquidos de cada exercício fiscal, até que o valor dessa reserva seja equivalente a 20% do capital.

A distribuição de dividendos anuais é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária.

Nos dias 6 de junho, 24 de setembro e 15 de dezembro de 2021, a TIM S.A. divulgou que seu Conselho de Administração aprovou a distribuição de R$ 350 milhões, R$ 137,5 milhões e R$ 900 milhões, respectivamente, a título de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP"). Os pagamentos ocorreram nos dias 20 de julho de 2021, 27 de outubro de 2021 e 25 de janeiro de 2022, sendo as datas de 21 de junho, 29 de setembro e 20 de dezembro de 2021 aquelas que serviram para identificar os acionistas com direito a receber tais valores. Desta forma, as ações adquiridas após as referidas datas teriam ex-direito de distribuição de JSCP. Desse modo, a TIM declarou um montante total de R$ 1.047,5 milhões de JCP em 2021.

9.13. Eventos do Exercício e Subsequentes

Contingência Tributária

Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), em sede de repercussão geral, teve entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM sobre o tema, ainda pender julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 547 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

Parceria entre TIM e Cogna

No dia 7 de julho de 2021, a Companhia informou aos seus acionistas, ao mercado em geral e a outras partes interessadas que, juntamente com a Arnhequara Educacional Participações S.A. ("AESAPAR"), uma subsidiária da Cogna Educação S.A ("Cogna"), em conjunto denominadas "Parceiras", concluíram as negociações referentes a uma parceria estratégica ("Parceria") com o objetivo de desenvolver ofertas combinadas com benefícios especiais visando o acesso à educação a distância através da plataforma Ampli.

As Parceiras destacaram o caráter inovador do acordo que celebraram, ao juntar uma plataforma digital de ensino desenvolvida em conceito mobile-first, com a maior infraestrutura 4G do Brasil. Esta é uma poderosa combinação que vai ampliar e incentivar o acesso a cursos universitários e livres a todos os clientes da TIM. Essa abordagem oferece grande potencial de geração de valor para ambas as empresas por meio do crescimento da base de clientes e aumento de receitas.

A Parceria se encaixa na estratégia de Plataforma de Clientes que vem sendo trabalhada pela Companhia desde 2020. Esta estratégia busca a monetização dos ativos que a TIM detém como operadora de telefonia móvel através de parcerias estratégicas que criem valor para nossos clientes e para a própria empresa.

Este acordo não cria uma joint venture e, portanto, a TIM mantém a independência de suas operações. Por meio de um mecanismo de remuneração baseado em objetivos e a depender da evolução dos resultados da parceria, a TIM se tornará sócia minoritária da AESAPAR em uma nova empresa a ser criada como consequência da separação de ativos da plataforma Ampli ("Ampli Co"). A constituição e operação da Ampli Co será submetida pela AESAPAR às autoridades competentes, em especial ao Ministério da Educação (MEC).

A participação da TIM na Ampli Co pode atingir até 30% do seu capital e a subscrição das ações deverá ser previamente aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. No plano definido, há a expectativa de a Ampli Co buscar no futuro um IPO (*Initial Public Offering*).

TIM obtém direito ao exercício da 3ª e 4ª tranches de bônus de subscrição no Banco C6

Em julho de 2021, no âmbito da parceria estratégica ("Parceria") firmada com o Banco C6 S.A. ("C6" ou "Banco"), a TIM obteve o direito ao exercício da 3ª tranche do bônus de subscrição do capital social do C6, em decorrência do atingimento do 3º nível das metas acordadas, desta forma foram registradas no balanço da Companhia bônus equivalentes a aproximadamente 0,7% do capital do banco, totalizando de 3,6%.

Em outubro de 2021, a TIM obteve o direito ao *vesting* da 4ª tranche do bônus de Subscrição de participação indireta no capital social do C6, em decorrência do atingimento do 4º nível das metas acordadas no âmbito da parceria, o que significa o atingimento equivalente à participação indireta acumulada de aproximadamente 4,08% no capital social do C6.

TIM elege nova CFO/ DRI

Em agosto de 2021, a TIM anunciou a Sra. Camille Loyo Faria para as posições de Diretora Financeira (CFO) e de Diretora de Relações com Investidores (DRI). Camille chega à TIM com uma larga experiência em funções executivas no setor de telecomunicações e infraestrutura, com passagens por companhias da indústria. Em sua carreira ela acumula ainda atuações importantes na área de *Investment Banking* e no setor de energia.

Fechamento da transação entre a IHS e a I-Systems

No dia 16 de novembro de 2021, a TIM S.A. ("TIM") e a IHS Fiber Brasil ("IHS", após as autorizações regulatórias da ANATEL e do CADE, foi consumado o fechamento da transação com vistas à aquisição, pela IHS, de participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. ("FiberCo"), empresa constituída pela TIM para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura.

Como resultado do fechamento da Transação, a IHS Brasil passou a deter 51% do capital social da FiberCo, permanecendo os restantes 49% sob o controle da TIM.

A FiberCo começa sua operação com aproximadamente 15.500 km de fibra em rede secundária, cobrindo, aproximadamente, 6,4milhões de domicílios (*homes passed*), sendo 3,5 milhões em FTTH e 3,4 milhões em FTTC, que constituem a base inicial de ativos transferidos pela TIM. Os domicílios conectados (*homes connected*) são aproximadamente 700 mil sobre os quais a FiberCo fornecerá serviços de operação e manutenção a TIM. Além disso, foram transferidos a FiberCo cerca de 140 funcionários, e outros ativos e contratos, todos exclusivamente relacionados com o perímetro das suas atividades.

Com a conclusão da aquisição, a FiberCo passou a se chamar I-Systems, e inicia sua trajetória como um veículo de infraestrutura tendo como missão implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado, tendo a TIM como cliente âncora.

ANATEL concede anuência prévia para transferência de controle das atividades de telefonia móvel da Oi

Em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, por unanimidade, concedeu anuência prévia à implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE") , que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Transação").

A anuência prévia prevê determinados condicionantes em linha com uma transação dessa natureza, os quais visam principalmente garantir o acesso de prestadoras de pequeno porte às redes de abrangência nacional, manter compromissos vinculados às radiofrequências transferidas, estabelecer os parâmetros mínimos do plano de comunicação ligado à Transação e assegurar aos usuários certos direitos nas etapas de migração.

TIM elege novo Diretor Presidente (CEO)

Em 31 de janeiro de 2022, o Conselho de administração da Companhia anunciou o Sr. Alberto Mario Griselli para substituir o Sr. Pietro Labriola nos cargos de CEO e membro do Conselho. O Sr. Griselli, que desde julho de 2019 ocupava o cargo de *Chief Revenue Officer* (CRO) da Companhia, é formado em Engenharia Elétrica pela La Sapienza University em Roma e FMBA pela Columbia University. Com mais de 20 anos de experiência no setor de telecomunicações, ocupou cargos relevantes como vice-presidente para América Latina da TIWae; fornecedora global de soluções de engajamento móvel para operadores de telecomunicações, e *Managing Director* para América Latina da Value Partners, empresa de consultoria de gestão.

CADE aprova a aquisição pela TIM da maior parte dos ativos da operação de telefonia móvel da Oi

Em 09 de fevereiro de 2022, o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, no âmbito do Ato de Concentração nº 08700.000726/2021-08, aprovou a implementação da operação societária referente à transferência integral do controle ("Transação") das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE") , que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel", "Vendedora"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Compradoras").

A aprovação prevê um conjunto de condicionantes, em sua maioria comportamentais, e que compunham uma proposta de Acordo em Controle de Concentração ("ACC") feita pelas Compradoras ao CADE. Essas condicionantes tem um caráter modular e podem ser utilizadas por novos entrantes e operadoras de menor porte para reduzir barreiras de entrada e alavancar a exploração de diferentes modelos de negócios, sem afetar o objetivo primário da TIM se fortalecer sua infraestrutura, fechando a dependência de capacidade especial em relação a seus principais concorrentes. Desta maneira, a Companhia entende que foi atingido um equilíbrio entre criação de valor e mitigação das preocupações concorrenciais para o setor que o ACC endereça.

A efetiva conclusão da Transação, que definirá um equilíbrio de infraestrutura entre os três principais concorrentes do setor, ainda depende do cumprimento de determinadas etapas previstas no Contrato de Compra e Venda. Entretanto, uma vez somada trará benefícios amplos, mantendo alto grau de rivalidade setorial e garantindo os investimentos necessários para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e o avanço digital do país.

► 10. Auditoria Independente – INCVM nº 381

Em 2021, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou serviços de auditoria de nossas demonstrações financeiras e outros serviços não relacionados à auditoria, que estão relacionados à revisão do Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

Tais serviços não superaram o patamar de 5% do total dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa.

No entendimento dos auditores externos a prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados. Os auditores possuem processos internos para garantir que estes outros serviços sejam avaliados internamente, bem como pré-aprovados antes da apresentação de qualquer proposta à TIM.

A Companhia destaca ainda que está sujeita à uma política, aprovada pelo Conselho de Administração em 24/09/2021, que disciplina o processo de contratação dos auditores externos bem como de eventuais serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Controladora. Tal documento define ainda, um rol exemplificativo de serviços não relacionados à auditoria cuja contratação é vedada.

► 11. Mercado de Capitais

As ações ordinárias da TIM S.A. são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) sob o código TIMS3 e as ADRs, *American Depositary Receipts*, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, *New York Stock Exchange* (NYSE), sob o código TIMB.

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou 2021 em 104.822 pontos, acumulando uma queda de 11,92% quando comparado ao ano anterior, o valor de mercado de R$ 3,7 trilhões.

Performance das Ações de TIM S.A.

A Companhia encerrou 2021 com suas ações ordinárias cotadas a R$ 13,15 na B3, uma queda de 7,1% A/A, enquanto as ADRs, na NYSE, fecharam ao preço de U$ 11,64, redução de 13,5% A/A. Em valor de mercado, a TIM fechou o ano valorada em R$ 31,8 bilhões ou US$ 5,6 bilhões.

► Considerações Finais

A TIM S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos seus clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incansavelmente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado. Os agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teriam sido atingidos os objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na gestão do negócio.

A Administração

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:56 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Ativo		49.819.186	41.654.417	41.654.417
Circulante		15.398.048	10.411.555	10.411.556
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.228.615	2.575.290	2.575.291
Títulos e valores mobiliários	5	4.568.020	2.070.438	2.070.438
Contas a receber de clientes	6	3.066.906	3.051.834	3.051.834
Estoques	7	202.593	246.802	246.802
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	354.620	374.015	374.015
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	1.211.906	1.421.112	1.421.112
Despesas antecipadas	11	275.148	149.796	149.796
Instrumentos financeiros derivativos	37	134.292	262.666	262.666
Arrendamentos	16	30.078	5.357	5.357
Outros valores a compensar	17	28.661	43.936	43.936
Outros ativos		197.261	210.539	210.539
Não Circulante		34.421.138	31.242.862	31.242.861
Realizável a longo prazo		3.525.956	4.115.088	4.115.088
Títulos e valores mobiliários	5	11.906	7.061	7.061
Contas a receber de clientes	6	166.301	128.827	128.827
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	906.312	856.786	856.786
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	730.455	1.277.127	1.277.127
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	536.888	550.646	550.646
Depósitos judiciais	12	718.773	794.755	794.755
Despesas antecipadas	11	83.139	73.598	73.598
Instrumentos financeiros derivativos	37	521.627	239.423	239.423
Arrendamentos	16	213.045	156.841	156.841
Outros ativos		18.908	30.024	30.024
Investimento	13	1.801.703	1	-
Imobilizado	14	18.308.400	18.100.698	18.100.698
Intangível	15	10.585.079	9.027.075	9.027.075

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		49.819.186	41.654.417	41.654.417
Total do Passivo		24.712.080	18.471.672	18.471.672
Circulante		10.611.852	8.301.956	8.301.956
Fornecedores	16	3.257.404	3.128.732	3.128.732
Empréstimos e financiamentos	20	598.450	1.689.389	1.689.389
Passivo de arrendamento	16	1.269.376	1.054.709	1.054.709
Instrumentos financeiros derivativos	37	194.837	7.273	7.273
Obrigações trabalhistas		303.238	272.635	272.636
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	1.416.662	933.778	933.778
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	345.113	296.299	296.299
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	533.580	538.576	538.576
Autorizações a pagar	19	2.690.169	102.507	102.507
Receitas diferidas	23	197.179	266.436	266.436
Outros passivos		12.351	9.626	9.626
Não Circulante		14.100.596	10.169.716	10.169.716
Empréstimos e financiamentos	20	3.307.015	655.647	655.647
Instrumentos financeiros derivativos	37	13.950	28.883	28.883
Passivo de arrendamento	16	7.793.661	7.324.126	7.324.126
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	3.273	3.102	3.102
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	13.227	212.444	212.444
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	980.881	886.947	886.947
Planos de pensão e outros benefícios pós emprego	38	6.492	7.348	7.348
Autorizações a pagar	19	1.250.918	232.940	232.940
Receitas diferidas	23	699.161	755.488	755.488
Outros passivos		92.020	62.783	62.783
Patrimônio Líquido	26	25.107.106	23.182.745	23.182.745
Capital social		13.477.891	13.477.891	13.477.891
Reservas de capital		401.826	397.183	397.183
Reservas de lucros		11.236.551	9.317.356	9.317.356
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.255)	(4.848)	(4.848)
Ações em tesouraria		(4.857)	(4.837)	(4.837)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para expansão	Reservas de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos 01 de janeiro de 2021	13.477.891	397.183	1.038.794	6.489.602	1.761.960	(4.837)	(4.848)	-	23.182.745
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.957.174	2.957.174
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	593	-	593
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	593	2.957.174	2.957.737
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Plano de incentivo a longo prazo	-	4.623	-	-	-	-	-	-	4.623
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	(20)	-	-	(20)
Destinação do lucro líquido do exercício									
Reserva legal	-	-	139.021	-	-	-	-	(139.021)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(1.047.500)	(1.047.500)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	176.741	-	-	(176.741)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	1.593.912	-	-	-	(1.593.912)	-
Dividendos não reclamados (nota 26)	-	-	-	9.521	-	-	-	-	9.521
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	4.623	139.021	1.603.433	176.741	(20)	-	(2.957.174)	(1.033.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.477.891	401.826	1.178.215	8.103.035	1.938.701	(4.857)	(4.255)	-	25.107.106

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para expansão	Reservas de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	13.476.172	36.154	962.496	6.585.790	1.612.019	-	(3.817)	-	22.058.907
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.843.690	1.843.690
Benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido (nota 13)	-	-	-	-	-	-	(1.031)	-	(1.031)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.031)	1.843.690	1.842.659
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Incorporação de sociedade do Grupo TIM (Nota 1)	1.719	353.804	-	-	-	-	-	-	355.523
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	7.425	-	-	-	-	-	-	7.425
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	(4.837)	-	-	(4.837)
Destinação do lucro líquido do exercício									
Reserva legal (nota 25)	-	-	83.706	-	-	-	-	(83.706)	-
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(1.083.000)	(1.083.000)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 25)	-	-	-	-	169.541	-	-	(169.541)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 25)	-	-	-	507.441	-	-	-	(507.441)	-
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	6.368	-	-	-	-	6.368
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	1.719	361.229	83.706	513.809	169.541	(4.837)	-	(1.843.690)	(718.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.477.891	397.183	1.038.194	6.489.602	1.761.960	(4.837)	(4.848)	-	23.182.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Receita líquida	27	18.058.027	17.267.812	17.267.812
Custos de serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	(8.443.023)	(7.996.615)	(7.996.615)
Lucro bruto		9.615.004	9.271.197	9.271.197
Receitas (despesas) operacionais:				
Comercialização	28	(4.621.788)	(4.443.027)	(4.443.027)
Gerais e administrativas	28	(1.723.384)	(1.656.267)	(1.656.267)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(11.572)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	29	497.771	(356.986)	(356.986)
		(5.859.973)	(6.456.280)	(6.456.280)
Lucro antes de receitas e despesas financeiras		3.755.031	2.814.917	2.814.917
Receitas (despesas) financeiras				
Receitas financeiras	30	1.091.748	432.287	432.287
Despesas financeiras	31	(1.745.213)	(1.232.781)	(1.232.781)
Variações cambiais, líquidas	32	659	(6.783)	(6.783)
		(652.806)	(807.277)	(807.277)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.109.225	2.007.640	2.007.640
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	33	(146.051)	(163.950)	(163.950)
Lucro líquido do exercício		2.957.174	1.843.690	1.843.690
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R$ por ação)				
Lucro básico por ação	34	1,22	0,76	0,76
Lucro diluído por ação	34	1,22	0,76	0,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	2.957.174	1.843.690	1.843.690
Outros componentes do resultado abrangente			
Item que não será reclassificado para o resultado:			
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	883	(1.562)	(1.562)
Tributos diferidos	(290)	531	531
Total de resultado abrangente do exercício	2.957.737	1.842.659	1.842.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2020
Atividades operacionais:				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.103.225	2.007.640	2.007.640
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	28	5.691.696	5.527.012	5.527.012
Resultado de equivalência patrimonial	13	11.572	-	-
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		51.913	(88.066)	(88.066)
Ganho na transação de venda 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)		(782.237)	-	-
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		1.486	(284)	(284)
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	278.799	333.724	333.724
Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos		(27.798)	131.253	131.253
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		118.864	166.057	166.057
Juros sobre passivo de arrendamento		699.299	910.691	910.691
Juros sobre arrendamentos		56	(10.696)	(10.696)
Provisão para perdas de crédito esperadas	26	544.642	552.817	552.817
Planos de incentivo a longo prazo	26	15.672	2.588	2.588
		9.887.189	9.532.715	9.532.715
Redução (aumento) dos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes		(583.346)	(350.087)	(350.087)
Impostos, taxas e contribuições a recuperar		804.397	1.260.949	1.260.949
Estoques		44.090	(43.325)	(43.325)
Despesas antecipadas		(134.893)	20.928	20.928
Depósitos judiciais		215.698	203.567	203.567
Outros ativos		41.610	(111.003)	(111.003)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Obrigações trabalhistas		35.506	53.687	53.687
Fornecedores		133.357	(818.969)	(818.969)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		368.695	(320.674)	(320.674)
Autorizações a pagar		(8.634)	(10.871)	(10.871)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	24	(316.804)	(413.634)	(413.634)
Receitas diferidas		(135.933)	(67.168)	(67.168)
Outros passivos		(116.981)	(132.606)	(132.606)
Caixa gerado pelas operações		10.092.181	8.743.449	8.743.449
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.084)	(69.578)	(69.578)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		10.078.097	8.673.871	8.673.871
Atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários		(2.502.030)	(1.428.888)	(1.428.888)
Caixa proveniente da venda de 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)		1.096.294	-	-
Caixa proveniente da incorporação da TIM Participações		-	21.959	21.959
Integralização de Capital FiberCo (nota 1)		-	-	-
Adições ao imobilizado e intangível (i)		(5.283.707)	(3.891.306)	(3.891.306)
Recebimento de arrendamentos		47	4.879	4.879
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(6.689.396)	(5.291.356)	(5.293.356)
Atividades de financiamentos				
Novos empréstimos		3.082.000	1.800.000	1.800.000
Amortização de empréstimos		(1.710.935)	(1.606.922)	(1.606.922)
Juros pagos - Empréstimos		(78.552)	(72.643)	(72.643)
Pagamento de passivo de arrendamento		(1.179.723)	(927.903)	(927.903)
Juros pagos sobre passivo de arrendamento		(832.928)	(794.391)	(794.391)
Novos financiamentos licença 5G		649.020	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		218.197	(134.380)	(134.380)
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações		(11.039)	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(1.042.976)	(1.153.054)	(1.153.054)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(735.396)	(3.089.273)	(3.089.273)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		2.653.325	291.242	291.243
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.575.290	2.284.048	2.284.048
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5.228.615	2.575.290	2.575.291

(i) Efeitos da aquisição 5G sem impacto no caixa, vide nota 40.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:28:59 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Receitas			
Receita operacional bruta (nota 27)	25.357.429	24.346.101	24.346.101
Outras receitas (nota 28)	2.709.251	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	(544.642)	(552.817)	(552.817)
Descontos concedidos, devoluções e outros	(2.618.680)	(2.543.707)	(2.543.707)
	24.902.358	21.249.577	21.249.577
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(2.676.158)	(2.641.923)	(2.641.923)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.026.187)	(2.949.673)	(2.949.673)
	(7.702.345)	(5.591.596)	(5.591.596)
Retenções			
Depreciação e amortização	(5.681.696)	(5.627.012)	(5.627.012)
Valor adicionado líquido produzido	31.506.317	10.130.969	10.130.969
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	(11.572)	-	-
Receitas financeiras	1.612.676	796.406	796.406
	1.601.104	796.406	796.406
Valor adicionado total a distribuir	13.109.421	10.927.375	10.927.375
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	621.702	552.749	552.749
Benefícios	191.346	196.124	196.124
F.G.T.S	63.689	60.722	60.722
Outros	46.649	42.498	42.498
	923.386	852.093	852.093
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	2.113.053	1.906.225	1.906.225
Estaduais	3.773.000	3.791.380	3.791.380
Municipais	127.534	114.390	114.390
	6.014.587	5.811.993	5.811.993
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros	3.263.324	1.601.595	1.601.595
Aluguéis	941.503	813.175	813.175
	3.204.827	2.414.770	2.414.770
Outros			
Investimento social	9.147	4.829	4.829
	9.147	4.829	4.829
Remuneração de Capital Próprio			
Dividendos e JCP	1.047.500	1.083.000	1.083.000
Lucros retidos	1.909.674	760.690	760.690
	2.957.174	1.843.690	1.843.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

► 1. Contexto operacional

Estrutura societária

A TIM S.A. ("TIM", "Companhia" ou "Empresa") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detinha 66,59% do capital social da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2021 (66,56% em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia presta Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&FBovespa). Adicionalmente, a TIM S.A possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – ELIA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Em dezembro de 2020, o Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada no dia 10 de dezembro de 2020, a constituição de uma sociedade denominada FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. com preparação para futura segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial.

No dia 5 de maio de 2021, a TIM S.A. informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no mesmo dia, foi aprovado um acordo entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. ("IHS"), com vistas a aquisição, pela IHS, da participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. ("FiberCo").

O processo de aquisição de participação societária da FiberCo, poste somente denominada I-Systems, pela IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems.

O detalhamento da venda da participação societária de FiberCo, está descrito abaixo:

Reorganização Societária

Venda de 51% da I-Systems (antiga FiberCo) para IHS

Em 5 de maio de 2021, a Companhia publicou a decisão de seu Conselho de Administração sobre a alienação por parte da TIM de 51% do capital social da FiberCo em favor da IHS, permanecendo os restantes 49% sob o controle da Companhia quando do fechamento da operação (*closing*).

A FiberCo foi constituída pela Companhia para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura. A FiberCo nasce com a missão de implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser ofertada no mercado de atacado. Não obstante, os termos do acordo definem a TIM como principal cliente neste momento, tendo a prerrogativa de 5 meses de exclusividade após a entrada em novas áreas.

Em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A. registrou investimento em coligada no valor de R$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49%.

Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 95% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477.

De acordo com laudo de avaliação do acervo líquido formado pelos ativos e passivos o valor apurado de R$1.211.789 foi integralizado como capital social da I-Systems em 1º de novembro de 2021.

O processo de venda do percentual de 51% de participação societária da nova companhia, I-Systems, para IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Para a conclusão da venda, a IHS realizou uma integralização de capital R$562.498 (primária) na nova companhia (I-Systems) e o pagamento de R$1.096.294 (secundária) diretamente a TIM S.A., totalizando, desta forma R$1.678.792 pela aquisição de 51% de participação societária. O valor justo apurado por 100% da nova companhia foi de R$3.291.794.

No momento do *closing* a participação na investida foi registrada pelo valor justo conforme previsto pelo IFRS 10 (CPC36), sendo, posteriormente, conforme definido na norma IAS 28 (CPC18), avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

Conforme previsto no IAS 28 (CPC18), a venda de investimento comperda de controle deve ser reconhecida pela baixa total de investimento e reconhecimento de parte do investimento da coligada pelo valor justo.

Os efeitos da transação estão detalhados abaixo:

Descrição	31/12/2021
Preço da transação	1.096.294
Registro investimento a fair value	1.612.957
Custo dos ativos	
Baixa do investimento	(1.211.472)
Baixa de ágio na aquisição Fiber RJ/Fiber SP	(1.051.477)
Baixa do imposto diferido sobre ágio amortizado fiscalmente	335.936
Ganho na transação	787.237
Imposto de renda e contribuição social	(509.245)
Ganho líquido na transação	277.992
Ganho antes de IR e CS na remensuração do investimento a valor justo	668.720
Ganho antes de IR e CS na alienação do ativo	113.517

Incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

Em 29 de julho de 2020, o Conselho da Administração da Companhia, aprovou a submissão à Assembleia Geral Extraordinária da proposta de incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada em 31 de agosto de 2020, e aprovou, por maioria dos votos, a incorporação da TIM Participações pela TIM S.A, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre as administrações das companhias em 29 de julho de 2020.

Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de agosto de 2020 mediante acervo líquido contábil de entidade TIM Participações, no montante de R$365.325.

Conforme previsto no Protocolo de Incorporação, as variações do patrimônio da TIM Participações entre a data do laudo (31 de março de 2020) e do ato societário de incorporação (31 de agosto de 2020), foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da incorporada. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Participações foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito. Esta transação não teve impacto econômico ou tributário e o ágio incorporado não será utilizado para fins de quaisquer compensações fiscais.

Esta reorganização societária, teve como objetivo proporcionar maior eficiência e simplificação da estrutura organizacional do Grupo TIM, tornando a estrutura de controles internos mais eficientes. Além disso, a reorganização societária proporciona uma otimização de carga tributária nas futuras distribuições de juros sobre capital próprio, e também, a integração de unidades administrativas e financeiras permitindo a concentração e redução dos custos operacionais e outras despesas administrativas com serviços profissionais. Como resultado desta operação, não houve qualquer impacto para os acionistas controladores e não controladores.

Após a incorporação, a TIM S.A., passou a ser o ser negociada com os códigos TIMS3 na B3 e TIMB na NYSE.

Para fins de apresentação do saldo comparativo, as informações patrimoniais e financeiras da TIM S.A. permanecem inalteradas atendendo o conceito de entidade legal para a apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O acervo líquido contábil na data de incorporação, em 01 de setembro de 2020, está sumarizado a seguir:

	31/08/20		01/09/20
Ativo		**Passivo**	
Circulante		**Circulante**	
		Impostos, taxas e	
Caixa e equivalentes de caixa	21.959	contribuições a recolher	368
Impostos, taxas e			
contribuições a recuperar	28.515	Outros passivos	10.708
Outros ativos	166	Total do passivo circulante	11.076
Total do ativo circulante	50.640	**Não circulante**	
		Provisão para processos	
Não circulante		judiciais e administrativos	36.850
Depósitos judiciais	72.346	Outros passivos	29.752
Outros ativos	1.254	Total do passivo não circulante	66.602
		Patrimônio Líquido	
Ágio[1]	308.761	Capital social	1.719
Total do ativo não circulante	382.361	Reservas	363.604
		Total do patrimônio líquido	365.323
		Total do passivo e do	
Total do ativo	433.001	**patrimônio líquido**	433.001

[1] O Ágio incorporado possui a seguinte composição:

Ágio rentabilidade futura	387.511
Mais valia de passivos (provisão para processos judiciais) em combinação de negócios	(80.106)
Imposto de renda diferido sobre mais valia	30.296
	308.761

► 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e são apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R$), que também é a moeda funcional da Companhia.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a esses itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação períodica do desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que a partir da reorganização societária mencionada na Nota 1, todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas exclusivamente na TIM S.A. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

Os saldos consolidados comparativos para dezembro de 2021 não foram apresentados, uma vez que a subsidiária I-Systems (antiga Fiber Co) foi constituída em dezembro de 2020 e conforme descrito na nota 1, teve 51% de participação acionária alienada à IHS, quanto a TIM S.A. passou a deter participação minoritária não controladora de 49%. Nesse momento a TIM S.A. passou a ser a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

e. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2022.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

- **Alterações no CPC 08 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.**

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado;
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado;
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Esses alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

O grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

- **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.**

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionado ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

- **CPC 11 - Contratos de seguro**

Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, o IFRS 17 (CPC 50) substituirá o IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.

Essa norma não se aplica a Companhia.

- **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante**

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

- **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

- **Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Impactos COVID - 19

Desde março de 2020 foi decretado estado de pandemia pela Organização Mundial da Saúde devido ao surto do Coronavirus 2019 (COVID-19), os principais impactos e primeiros casos foram contabilizados no Brasil e no mundo também do primeiro trimestre de 2020.

O surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e se prolonga até 2021 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram muito a atividade econômica, incluindo alguns impactos nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa das Companhias no Brasil. Ao longo de 2020, foi decretado o lockdown em vários estados do Brasil que durou de março a junho de 2020.

No ano de 2020, a Companhia apresentou uma infraestrutura robusta sendo parte de um segmento extremamente importante neste período de crise, essencial para a população, governo e sistema de saúde. Após análise interna, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia não é altamente alavancada e ainda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa do volume de caixa.

Em 2021, houve o agravamento da crise com aumento do número de casos, consequentemente, a necessidade de novas medidas de restrição, dentre elas o fechamento do comércio impactando o funcionamento das lojas novamente, mas as restrições tiveram uma duração menor comparada a 2020, reduzindo o impacto do fechamento das lojas. Essas restrições foram implementadas principalmente no mês de março em diferentes cidades do Brasil.

Em setembro de 2021, o país apresentou uma evolução significativa nos níveis de vacinação, com redução da taxa de transmissão e número de casos, com isso houve uma leve melhora nas atividades econômicas. Até o momento, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações.

Estamos no 2º ano de pandemia e sem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:01 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

▶ 3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros e investimentos em coligadas

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15) e seus ativos tangíveis e intangíveis.

Os investimentos líquidos em coligadas são avaliados após a aplicação do método de equivalência patrimonial para determinar se há qualquer evidência objetiva de não recuperabilidade. O valor recuperável de um investimento em coligada deve ser determinado para cada investimento, a menos que a coligada não gere entradas de caixa de forma contínua que sejam em grande parte independentes daquelas geradas por outros ativos da entidade. O investimento em coligada foi avaliado conforme descrito na nota 13.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias levam em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

(e) Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenues"

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 37).

(f) Arrendamentos

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 16), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 01/01/2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

▶ 4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Caixa e bancos	99.821	100.008	100.009
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:			
CDB/Compromissadas	5.128.794	2.475.282	2.475.282
	5.228.615	2.575.290	2.575.291

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB's e Operações Compromissadas é de 101,57% (101,24% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

▶ 5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
FUNCINE (i)	11.508	7.061
Fundo Soberano (ii)	9.624	5.220
FIC: (iii)		
Títulos Públicos (iv)	2.975.613	1.345.797
CDB (v)	40.496	17.370
Letra Financeira (vi)	703.118	292.500
Outros (vii)	838.169	409.551
	4.579.528	2.077.498
Parcela circulante	(4.568.020)	(2.070.438)
Parcela não circulante	11.508	7.061

(i) A partir de dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média em 2021 é negativa em 0,06% a.a. (negativa em 3,34% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2021 é de 96,13% (87,71% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(iii) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2021 dos FIC's foi de 122,76% (112,72% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(iv) Títulos públicos são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(v) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco e com taxas predeterminadas.

(vi) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo.

(vii) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

▶ 6. Contas a receber de clientes

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços ("unbilled"). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada ("impairment").

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,19% (0,22% em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Contas a receber de clientes	3.253.207	3.180.681
Contas a receber bruta	4.000.026	3.831.921
Serviços faturados	2.107.662	2.039.403
Serviços a faturar ("unbilled")	849.762	817.669
Uso de rede	504.333	399.083
Venda de mercadorias	521.362	552.962
Ativo contratual (nota 23)	15.340	14.914
Outras contas a receber	1.547	7.890
Perdas por crédito de liquidação esperada	(746.819)	(651.280)
Parcela circulante	(3.066.906)	(3.051.834)
Parcela não circulante	186.301	128.827

A movimentação da provisão para perda por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	651.280	774.077
Constituição de provisão	544.642	552.817
Baixas de Provisão	(449.083)	(675.634)
Saldo Final	746.819	651.280

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	2021	2020
Total	4.000.026	3.831.921
A vencer	2.885.959	2.785.469
Vencidos até 30 dias	246.195	248.955
Vencidos até 60 dias	100.927	84.218
Vencidos até 90 dias	77.380	71.635
Vencidos a mais de 90 dias	680.525	641.644

▶ 7. Estoques

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	2021	2020
Estoques	202.553	246.602
Estoques	214.605	257.477
Aparelhos celulares e tablets	140.034	186.961
Acessórios e cartões pré-pagos	53.791	55.558
TIM chips	19.880	14.958
Perdas para ajuste ao valor de realização	(12.052)	(10.875)

▶ 8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	1.259.932	1.230.801
ICMS	1.216.912	1.188.018
Outros	43.020	42.783
Parcela circulante	(354.620)	(374.015)
Parcela não circulante	905.312	856.786

Os valores de ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, chips, tablets e modems comercializados pela TIM.

(iii) por créditos de ICMS decorrentes do trânsito em julgado favorável, em maio de 2021, em uma ação de repetição de indébito referente a serviços de telefonia pré-paga em Santa Catarina, no montante de R$ 52 milhões.

▶ 9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	2.042.361	2.698.239
Imposto de renda e contribuição social (i)	807.096	381.903
PIS / COFINS (ii)	1.164.772	2.253.546
Outros	70.493	62.790
Parcela circulante	(1.311.906)	(1.421.112)
Parcela não circulante	730.455	1.277.127

(i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados a outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

Em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência do IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pender de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 547 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporada em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. De acordo com a avaliação interna da Companhia, esperamos utilizar tais créditos até o 2º trimestre do ano de 2022.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda.), na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza, discute este tema judicialmente desde 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação. O valor total registrado em 2019 referente a esses créditos foi de R$3.023 milhões, sendo R$1.795 milhões de principal e R$1.228 milhões de atualizações monetária.

Os valores contabilizados são atualizados mensalmente pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), disponibilizada no site da Receita Federal do Brasil.

Em 2020, a TIM efetuou declarações de compensação com créditos oriundos de processo de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, para pagamentos de tributos federais, no valor total de R$ 1.516 milhões. Já no ano de 2021, foram efetuadas compensações no total de R$ 957 milhões com os referidos créditos de PIS e COFINS.

Em maio de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou a discussão quanto ao direito creditório das empresas, definindo em sede de julgamento de Embargos de Declaração, que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral (Tema 69), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 574706.

Considerando que os ministros ratificaram que o ICMS que não se inclui na base de cálculo do PIS/COFINS é o destacado na nota fiscal, confirmamos que os procedimentos adotados pela TIM S.A., quando da habilitação dos créditos de PIS/COFINS, estão adequados.

▶ 10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	219.876	475.128
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	330.627	303.948
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	257.529	224.459
Ajuste a valor presente – licença 3G	3.298	5.240
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	32.377	29.971
Provisão para participação nos lucros dos empregados	40.177	36.818
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	437.060	258.246
Ágio amortizado – TIM Fiber (ii)	(34.560)	(370.494)
Instrumentos financeiros derivativos	(143.948)	(154.718)
Juros capitalizados 4G	(233.433)	(262.808)
Custo atribuído – TIM S.A.	(42.017)	(53.792)
Ajustes sobre contratos de *leasing*	369.521	303.833
Depreciação acelerada (iii)	(465.883)	(266.484)
Ajuste ao valor justo I-Systems (antiga FiberCo) (iv)	(249.477)	-
Outros	18.431	20.982
	538.888	550.846
Parcela imposto ativo diferido	538.888	550.846

(i) Representado principalmente pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020 e 2021. O TFF relativo aos exercícios de 2020 e 2021 tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 21.

(ii) Representado pelo ágio na combinação de negócios das empresas TIM Fiber RJ e SP adquiridas pela TIM em 2012, realizado parcialmente em novembro de 2021 após a conclusão dessa transação.

(iii) A partir do 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. excluiu das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R$ 457 milhões até 31 de dezembro de 2021 (R$ 266,5 milhões até 31 de dezembro de 2020) e foi aplicado a partir de 1 de janeiro de 2020.

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda descrita na nota 1 ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2021.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Prejuízos Fiscais e Base Negativa
2022	103.847
2023	79.581
2024	36.448
2025 em diante	-
Total	219.876

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R$255.252 ao longo deste ano até 31 de dezembro de 2021 (R$325.563 em 31 de dezembro de 2020, incluindo prejuízos fiscais).

▶ 11. Despesas antecipadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
	359.287	223.394
Propagandas não veiculadas (i)	88.154	1.879
Aluguéis e seguros	67.034	69.208
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (ii)	153.988	125.114
Serviços de TI (iii)	28.626	10.535
Outros	22.485	16.658
Parcela circulante	(276.148)	(149.796)
Parcela não circulante	83.139	73.598

(i) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(ii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/ CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

(iii) Representam os pagamentos antecipados de despesas de serviços de TI para nova migração das informações para nuvem "cloud".

▶ 12. Depósitos judiciais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	2021	2020
	718.773	794.755
Cível	285.583	315.312
Trabalhista	128.607	149.390
Tributário	178.914	181.670
Regulatório	111	111
Penhora Online (i)	125.558	148.272

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feito a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Cível

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, como por exemplo caso em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em Juízo em discussão é de R$72.533 (R$ 70.968 em 31 de dezembro de 2020).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias à execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:04 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

(a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 34.289 (R$ 34.544 em 31 de dezembro de 2020).

(b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.073 (R$ 8.862 em 31 de dezembro de 2020).

(c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$20.022 (R$ 18.883 em 31 de dezembro de 2020).

(d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$11.254 (R$ 11.317 em 31 de dezembro de 2020).

(e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de Co-billing e no licenciamento de software (blackberry). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$8.048 (R$ 7.843 em 31 de dezembro de 2020).

(f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$3.476 (R$ 3.329 em 31 de dezembro de 2020).

(g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$3.582 (R$ 3.514 em 31 de dezembro de 2020).

(h) Depósito realizado pela TIM S.A.– Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, debatendo de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 61.752 (R$ 58.664 em 31 de dezembro de 2020).

(i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.890 (R$ 14.505 em 31 de dezembro de 2020).

(j) CSLL – Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa, assim como cobrança referente a compensação BC Negativa / Prejuízo Fiscal sucedida. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 9.730 (R$ 9.739 em 31 de dezembro de 2020).

► 13. Investimento

A participação societária em coligada ou controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

O Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada em 10 de dezembro de 2020, a constituição da FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. ("FiberCo"), uma sociedade limitada, como preparação para uma possível (ou eventual) segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial. A empresa foi constituída em 16 de dezembro de 2020 e transformada em S.A. em maio de 2021.

Tal processo foi uma das etapas intermediárias da transformação da TIM na prestação dos serviços de banda larga, a objetivava a criação de um veículo aberto de infraestrutura de fibra ótica("FiberCo") com a captação de um parceiro estratégico que se tornará sócio da FiberCo. A FiberCo atua no mercado de atacado podendo prover serviços de conectividade em fibra, de última milha e de transporte, para as operadoras do mercado, contando com a TIM como cliente (vide nota 1).

Conforme mencionado na nota 1, em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e criação da I-Systems (antes denominada FiberCo) com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A. avaliou a transação como perda de controle e passou de consolidar, registrando o investimento em coligada no valor de R$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49% (R$ 1.601.703 em 31 de dezembro de 2021).

A TIM S.A. tem 49% (100% em 31 de dezembro de 2020) de participação no capital social da I-Systems (antiga FiberCo).

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não apresentou indicativos de *impairment* no investimento líquido registrado.

a) Participação em empresa controlada:

Em 31 de dezembro de 2020, a TIM S.A. detinha 100% de controle sobre a Fiber Co (atual I-Systems).

	2021 Fiber Co (atual I-Systems)	2020 Fiber Co (atual I-Systems)
Quantidade de quotas/ações detidas	1.000	1.000
Participação no capital total	100%	100%
Patrimônio líquido em 31/10/2021	(318)	1
Prejuízo líquido de janeiro a outubro/21	(318)	-
Resultado de equivalência patrimonial até 31 de outubro de 2021	(318)	-
Valor do investimento em 31 de dezembro	-	1

Mutação do investimento em empresa controlada:

	FiberCo (atual I-Systems) (controlada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	1
Resultado de equivalência patrimonial até out/21	(318)
Aumento de capital	1.211.789
Baixa do investimento	(1.211.472)
Saldo do investimento em 16 novembro 2021	-

b) Participação em empresas coligada

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tem em sua estrutura societária empresas controladas. Em novembro de 2021, a TIM S.A. passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

	2021 I-Systems
Quantidade de ações detidas	1.794.287.995
Participação no capital total	49%
Patrimônio líquido	1.794.288
Prejuízo líquido do exercício	(22.963)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.254)
Valor do investimento	1.601.703

Mutação do investimento em empresas coligadas:

	I-Systems (coligada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	-
Reavaliação da participação minoritária a valor justo	1.612.957
Resultado de equivalência patrimonial nov/21 a dez/21	(11.254)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2021	1.601.703

► 14. Imobilizado

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

• Movimentação do imobilizado

	Saldo em dez/20	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em dez/21
Total do Custo do Imobilizado Bruto	47.429.167	5.932.362	(3.841.851)	-	49.169.678
Equipamentos de comutação / transmissão	25.875.916	26.009	(2.920.611)	2.872.144	25.854.454
Cabos de fibra ótica	878.100	-	(125.366)	25.778	778.512
Aparelhos em comodato	2.643.336	805	(13.486)	175.808	2.806.454
Infraestrutura	6.436.572	-	(511.635)	518.348	6.443.285
Bens de informática	1.770.388	-	(46.584)	32.536	1.756.340
Bens de uso geral	902.287	-	(43.401)	57.959	916.845
Direito de uso em arrendamentos	8.367.895	1.591.307	(179.875)	-	9.779.327
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(864)	(3.682.575)	783.987
Total Depreciação Acumulada	(29.328.469)	(3.951.760)	2.428.951	-	(30.851.278)
Equipamentos de comutação / transmissão	(19.130.526)	(1.983.599)	1.926.121	-	(19.187.996)
Cabos de fibra ótica	(492.613)	(65.689)	26.077	-	(532.305)
Aparelhos em comodato	(2.396.217)	(145.661)	6.187	-	(2.534.691)
Infraestrutura	(4.018.854)	(408.540)	384.239	-	(4.043.155)
Bens de informática	(1.617.970)	(58.209)	46.449	-	(1.629.730)
Bens de uso geral	(837.993)	(48.204)	36.878	-	(849.229)
Direito de uso em arrendamentos	(2.042.366)	(1.241.668)	-	-	(3.284.274)
Total Imobilizado líquido	18.100.698	1.620.602	(1.412.900)	-	18.308.400
Equipamentos de comutação / transmissão	7.745.390	(1.956.684)	(994.390)	2.872.144	7.666.460
Cabos de fibra ótica	385.487	(65.689)	(98.289)	25.778	296.307
Aparelhos em comodato	245.119	(144.856)	(4.309)	175.808	271.763
Infraestrutura	2.417.718	(408.540)	(127.396)	518.348	2.400.130
Bens de informática	152.418	(58.209)	(135)	32.536	126.610
Bens de uso geral	284.384	(48.204)	(6.523)	57.959	287.616
Direito de uso em arrendamentos	6.325.509	349.419	(179.875)	-	6.495.053
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(864)	(3.682.575)	783.987

(i) As baixas líquidas são representadas principalmente por:

. R$1.216.340 de baixa de ativo imobilizado, o qual compõe parte do saldo de R$1.211.789 de ativos líquidos que foi integralizado como capital social da I-Systems (antiga FiberCo) em 01 de novembro de 2021, conforme descrito na nota 1.

. R$179.875 em direitos de uso em arrendamentos em função de remensuração de contratos, incluindo alterações de vigência e escopo de aluguéis.

	Saldo em dez/19	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em dez/20
Total do Custo do Imobilizado Bruto	43.358.751	4.687.207	(616.791)	-	47.429.167
Equipamentos de comutação / transmissão	22.817.681	10.464	(174.248)	3.222.020	25.875.916
Cabos de fibra ótica	813.589	-	-	64.511	878.100
Aparelhos em comodato	2.489.995	912	(7.140)	159.569	2.643.336
Infraestrutura	6.096.847	92.254	(8.063)	255.554	6.436.572
Bens de informática	1.721.251	1	(9.996)	59.130	1.770.388
Bens de uso geral	859.505	1	(1.544)	44.325	902.287
Direito de uso em arrendamentos	6.933.416	1.849.539	(415.060)	-	8.367.895
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.056	(728)	(3.806.108)	513.881
Total Depreciação Acumulada	(25.746.587)	(3.767.678)	185.796	-	(29.328.469)
Equipamentos de comutação / transmissão	(16.389.213)	(1.905.480)	165.167	-	(18.130.526)
Cabos de fibra ótica	(410.567)	(72.046)	-	-	(482.613)
Aparelhos em comodato	(2.256.883)	(143.309)	1.955	-	(2.396.217)
Infraestrutura	(3.593.533)	(432.849)	7.528	-	(4.018.854)
Bens de informática	(1.595.309)	(62.649)	9.988	-	(1.617.970)
Bens de uso geral	(590.658)	(48.403)	1.158	-	(637.903)
Direito de uso em arrendamentos	(940.144)	(1.102.242)	-	-	(2.042.386)
Total Imobilizado líquido	17.612.164	919.529	(430.995)	-	18.100.698
Equipamentos de comutação / transmissão	6.428.468	(1.895.016)	(9.082)	3.222.020	7.745.390
Cabos de fibra ótica	403.022	(72.046)	-	64.511	395.487
Aparelhos em comodato	233.112	(142.597)	(5.185)	159.569	245.119
Infraestrutura	2.503.014	(340.315)	(535)	255.554	2.417.718
Bens de informática	155.942	(62.648)	(8)	59.130	152.416
Bens de uso geral	268.847	(48.402)	(396)	44.325	264.384
Direito de uso em arrendamentos	5.993.272	747.297	(415.060)	-	6.325.509
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.056	(728)	(3.806.108)	513.881

(i) O valor de R$415.060 é representado por remensuração de contratos e inclui alienações de vigência e escopo de alugueis e também revisão de estimativa em relação a contratos de baixo valor veículos.

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e Imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.019.905	400.262	1.550.809	1.404.438	6.325.509
Adições	630.805	286.874	237.150	427.478	1.591.307
Remensuração	(63.606)	(45.312)	(23.772)	(27.185)	(179.875)
Depreciação	(518.596)	(109.512)	(210.054)	(403.732)	(1.241.886)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.068.508	541.312	1.554.233	1.400.999	6.495.053
Vida útil - %	7,86%	8,70%	9,47%	3,24%	

• Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	5 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2021, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresentou indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

► 15. Intangível

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) software em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo de vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, vemos a capitalização de encargos da licença 4G de 700MHz entre 2014 e 2019 e atualmente temos a capitalização de encargos na aquisição da licença 5G para radiofrequência não prontamente disponível e outros obrigações relacionadas a tal radiofrequência. Essa capitalização ocorre até que o ativo seja considerado disponível para uso pela Administração, e a partir desta data, encerra-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como software, ágio e outros são demonstrados como segue.

(a) Movimentação do intangível:

	Saldo em dez/20	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/21
Total Custo do Intangível Bruto	31.444.090	4.352.201	(1.165.840)	-	34.630.541
Direito de uso de softwares	19.117.515	-	(112.626)	906.115	19.911.004
Autorizações	9.901.248	50.488	(1.737)	1.171.578	11.151.497
Ágio (i)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	177.866	-	-	8.355	186.221
Outros ativos	329.626	-	-	3.490	333.116
Ativos intangíveis em desenvolvimento	390.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.602.960
Total Amortização Acumulada	(22.416.975)	(1.739.937)	111.450	-	(24.045.462)
Direito de uso de softwares	(16.378.487)	(1.164.210)	110.679	-	(17.432.018)
Autorizações	(5.816.241)	(542.198)	771	-	(6.357.668)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(87.866)	(8.731)	-	-	(76.697)
Outros ativos	(154.281)	(24.800)	-	-	(179.081)
Total Intangível Líquido	9.027.075	2.612.264	(1.054.390)	-	10.585.079
Direito de uso de softwares (c)	2.739.028	(1.164.210)	(1.947)	906.115	2.478.986
Autorizações (f)	4.115.007	(491.788)	(966)	1.171.578	4.793.831
Ágio (d)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.800	(8.731)	-	8.355	109.424
Outros ativos	175.345	(24.800)	-	3.490	154.035
Ativos intangíveis em desenvolvimento	390.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.602.960

(i) Inclui a baixa de cerca de 80% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477.

	Saldo em dez/19	Saldo Companhia incorporada	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/20
Total Custo do Intangível Bruto	29.861.785	367.571	1.215.636	(945)	-	31.444.090
Direito de uso de softwares	18.184.382	-	-	(509)	934.072	19.117.515
Autorizações	9.811.794	-	32.106	(6)	57.355	9.901.248
Ágio	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	169.327	-	8.539	-	-	177.866
Outros ativos	327.360	-	-	-	2.266	329.626
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.276	-	1.174.992	-	(1.023.993)	390.575
Total Amortização Acumulada	(20.561.032)	-	(1.856.917)	974	-	(22.416.975)
Direito de uso de softwares	(15.093.168)	-	(1.286.256)	974	-	(16.378.487)
Autorizações	(5.278.613)	-	(537.628)	-	-	(5.816.241)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(80.204)	-	(7.662)	-	-	(87.866)
Outros ativos	(129.249)	-	(25.032)	-	-	(154.281)
Total Intangível Líquido	9.300.753	367.571	(641.281)	29	-	9.027.075
Direito de uso de softwares (c)	3.091.214	-	(1.286.256)	36	934.072	2.739.028
Autorizações (f)	4.533.181	-	(505.723)	(6)	87.355	4.115.007
Ágio (d)	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.123	-	777	-	-	109.900
Outros ativos	196.111	-	(25.032)	-	2.266	175.345
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.276	-	1.174.992	-	(1.023.993)	390.575

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:07 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Os ativos intangíveis em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidos para as contas correspondentes destes bens. Inclui os valores de aquisição da Licença 5G, conforme nota 15.f.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de softwares	20
Autorizações	5 a 50
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia possui o seguinte ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – "TIM Fiber SP") e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – "TIM Fiber RJ"). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente. TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R$ 1.159.649.

Em novembro de 2021, a Companhia concluiu o *drop down* de ativos líquidos relacionados ao negócio de banda larga residencial relativos à infraestrutura de rede secundária para a controlada integral FiberCo e realizou a alienação de 51% da participação societária da FiberCo, atualmente denominada I-Systems, em favor da IHS. Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R$1.051.477. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems. Consequentemente, com o fechamento deste negócio em novembro de 2021, o ágio inicialmente registrado na aquisição das empresas Fiber RJ e Fiber SP foi reduzido para R$108.171. Este é o saldo registrado em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A, a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Ágio aquisição da "Intelig" pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente "Intelig") em dezembro de 2009 no montante de R$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R$157.556.

Teste de *impairment*

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM.

A metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de impairment acima mencionados está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, portanto abrange o grupo consolidado. Essa metodologia está alinhada como direcionamento estratégico da Companhia. Importante ressaltar que os resultados do grupo são representados essencialmente pela TIM S.A. Desse modo, os resultados da TIM S.A. são o principal gerador de caixa do Grupo TIM, visto que a única empresa operacional atuante no Brasil é a TIM S.A. e por essa razão a Companhia representa uma única unidade geradora de caixa para fins de teste de *impairment* de ativos de vida útil indefinida de acordo com IAS 36 / CPC01.

Em 31 de dezembro de 2021 o teste de *impairment* foi realizado comparando o *carrying amount* com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo nível 1 e o carrying amount da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Seus títulos são negociados na BOVESPA com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

A mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso. Os efeitos da TIM Participações holding (incorporada pela TIM S.A) sobre o valor de *carrying amount* em 2021 eram irrelevantes e também seus efeitos sobre o resultado do Grupo Consolidado. Portanto, os cálculos realizados a nível consolidado contemplam essencialmente os resultados e saldos contábeis da TIM S.A., assim a Administração da Companhia conclui que a utilização da metodologia do valor justo menos custos de vendas é adequada para conclusão da não existência de constituir provisão para impairment uma vez que o valor justo menos o custo de venda é superior que o total *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).

(f) Autorizações

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHZ adquirida, que totalizaram R$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R$ 1.199 milhões foi reduzido em R$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 a 2019.

Em 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências de telefonia móvel de 5ª Geração ("5G"). Em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R$2.690 milhões.

Para o cumprimento das obrigações adicionais, é previsto, conforme edital, que haja a constituição de entidades administradoras, as quais são destinadas somente a cumprir com os compromissos previstos no Leilão. As empresas vencedoras do Leilão têm a obrigação de desembolsar somente os valores previstos em edital para que tais entidades cumpram com as obrigações definidas. Há obrigações adicionais previstas relacionadas à radiofrequência 3.5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa ("EAF"), e relacionadas à radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE").

As radiofrequências 2.3GHz e 26GHz encontram-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro em "Autorizações" dos valores relativos às licenças (R$614 milhões) e as obrigações relacionadas à licença 26GHz, que serão cumpridas por meio da EACE (R$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R$833 milhões), previstos no Edital, ocorrerão em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tem correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente ("AVP") no reconhecimento inicial (R$83 milhões).

Já a radiofrequência 3,5GHz não está prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, encontra-se registrado em bens em andamento (R$270 milhões). Desta forma, as obrigações relacionadas a esta atividade, a serem realizadas pela EAF (R$2.104 milhões) também estão registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, previstos no Edital, ocorrerão em 2 parcelas ao longo do ano de 2022, e têm correção monetária pelo IGP-DI.

Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadra-se a radiofrequência de 3.5GHz. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou em ativo intangível 1 milhão de juros Selic incorridos sobre a radiofrequência 3,5GHz e 19 milhões referente à correção monetária dos valores devidos à EAF. Estes saldos estão registrados em bens em andamento.

Desta forma o efeito total no ativo intangível da Companhia em 2021 referente às radiofrequências 5G e obrigações relacionadas foi de R$3.584 milhões, sendo R$2.394 em bens em andamento e R$1.190 milhões em Autorizações.

► 16. Arrendamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total - Passivo de arrendamento	3.129.718	6.431.692	5.896.929	14.499.339	9.063.539
LT Amazonas (i)	57.394	359.211	338.138	946.758	302.091
Venda e leaseback das Torres (ii)	245.906	992.299	2.135.989	3.374.089	1.507.629
Outros (v)	28.348	112.493	142.458	283.299	142.458
Total Outros arrendamentos (iii)	1.808.221	5.123.959	3.284.034	10.216.196	7.111.361
Arrendamentos – Infraestrutura de rede	752.818	2.450.669	1.736.619	4.939.129	3.345.930
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	183.468	440.098	356.108	980.682	653.422
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	340.096	1.135.266	1.192.197	2.667.562	1.657.345
Arrendamentos – Fibra	531.836	1.097.008	-	1.628.844	1.454.664

(i) LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

ii) Venda e leaseback das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "sale and leaseback" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previu um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R$ 2.651.247, sendo o montante de R$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 23).

As taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo.

(iii) Outros arrendamentos:

Além dos contratos de arrendamentos citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2021 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 8,94% (9,06% em 2020).

(iv) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão.

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 36.310 (R$ 28.623 em 31 de dezembro de 2020).

► 17. Outros valores a compensar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel.

Em 31 de dezembro de 2021, esse crédito é de R$28.661 (R$43.906 em 31 de dezembro de 2020).

► 18. Fornecedores

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	2021	2020
	3.267.404	3.126.732
Moeda nacional	3.063.458	2.932.486
Fornecedores de materiais e serviços (i)	2.966.897	2.838.547
Interconexão (ii)	65.464	64.066
Roaming (iii)	212	212
Co-billing (iv)	30.885	29.661
Moeda estrangeira	203.946	196.246
Fornecedores de materiais e serviços (i)	153.082	148.888
Roaming (iii)	50.864	47.358
Parcela Circulante	3.267.404	3.126.732

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(iv) Referem-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Ativo

	2021	2020
LT Amazonas	166.944	162.198
Subleasing lojas – IFRS16	76.177	-
	243.121	162.198
Parcela circulante	(30.078)	(5.357)
Parcela não circulante	213.043	156.841

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
	55.939	167.320	176.895	400.154	243.121
LT Amazonas (i)	26.124	106.491	176.895	309.510	166.944
Subleasing lojas – IFRS16 (ii)	29.815	60.829	-	90.644	76.177

(i) LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

(ii) Subleasing Lojas - IFRS16

A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de "lojas novanda". O impacto no leasing passivo está refletido no grupo "Arrendamentos – Lojas & Quiosques".

Passivo

	2021	2020
LT Amazonas (i)	302.091	290.385
Venda de Torres (leaseback) (ii)	1.507.629	1.256.410
Outros (iv)	142.458	115.027
Sub-total	1.952.178	1.661.822
Outros arrendamentos (iii)		
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede	3.345.930	3.252.463
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	653.422	434.990
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	1.657.345	1.606.567
Arrendamentos – Fibra	1.454.664	1.422.992
Sub-total leasing IFRS16 / CPC 06 (R2)	7.111.361	6.717.012
Total	9.063.539	8.378.835
Parcela circulante	(1.269.878)	(1.054.709)
Parcela não circulante	7.793.661	7.324.126

O montante de juros pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) é de R$ 599.296 (R$ 567.261 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 37.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados o valor presente.

► 19. Autorizações a pagar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Renovação de autorizações (i)	191.329	188.498
Dívida ANATEL atualizada (ii)	164.269	146.949
Autorizações a pagar (iii)	3.525.489	-
	3.881.087	335.447
Parcela circulante	(2.630.169)	(102.507)
Parcela não circulante	1.250.918	232.940

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações no montante de R$ 191.329 (R$ 188.498 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R$ 61 milhões (R$ 164 milhões em 31 de dezembro de 2021) o qual ainda está pendente de julgamento.

(iii) Conforme descrito na nota 15.1, em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização, o que caracteriza a efetiva aquisição do direito sobre os lotes destas radiofrequências.

Para os valores relativos às radiofrequências (R$884 milhões no registro inicial), há incidência de juros Selic, e a Companhia realizará pagamentos anuais pelo período de 20 anos. Já para os valores relacionados às obrigações de desembolsos com as entidades EAF e EACE (R$2.737 milhões no registro inicial, sendo R$2.654 milhões líquidos de AVP) há correção monetária por IGP-DI, e os desembolsos ocorrerão entre 2022 e 2024. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto é de 3.525 milhões.

As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2023	406.371
2024	141.151
2025	46.535
2026	46.535
2027	46.535
2028	46.535
2029	46.535
2030	46.535
2031	46.535
	1.250.918

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de dezembro de 2021, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:10 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Termos de Autorização	400 MHz	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz (Banda P** (4G))	700 MHz (4G)	2,3GHz (5G)	3,5GHz (5G)	26GHz (5G)
	Data de Expiração									
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Sul - Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027**	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

* Termos já renovados por 15 anos.
** Somente áreas complementares nos Estados específicos.
As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

▶ 20. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	dez/21	dez/20
KFW Finnvera (ii)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	278.176	344.125
BAML (ii)	EUR	0,2780% a.a.	Ago/21	-	370.844
Scotia¹ (ii)	USD	1,2410% a.a. 1,7340% a.a.	Abr/24	589.620	1.030.761
BNP Paribas (ii)	USD	2,8220% a.a.	Jan/22	428.793	399.302
BNP Paribas (ii)	BRL	7,0907% a.a.	Jan/24	515.168	-
Debêntures² (ii)	BRL	IPCA + 4,1682% a.a. (i)	Jun/28	1.667.399	-
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	366.281	-
Total				3.845.465	2.145.032
Circulante				(538.450)	(1.489.385)
Não circulante				3.307.015	655.647

1 A taxa da dívida ativa em 31/12/21 com o banco Scotia é de 1,4748% a.a.

2 É prevista uma redução automática de até 0,25bps em juros remuneratórios observado o cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

Garantias

(i) Determinados recebíveis da TIM S.A.;

(ii) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados semestralmente. Em fevereiro de 2020 a Companhia realizou o pré-pagamento total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES ativos àquela época, contudo ainda existem contratos em vigor com o banco regulando as linhas de crédito disponíveis para saque que estão demonstradas no quadro abaixo. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. A Companhia vem cumprindo todos os índices estabelecidos.

Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao The Bank of Nova Scotia, no valor de R$ 572 milhões, custo de CDI + 1,05% a.a. e prazo de 3 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.

Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao banco BNP Paribas, no valor de R$ 500 milhões, custo de CDI + 1,07% a.a. e prazo de 2,8 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.

Em junho de 2021, a Companhia, realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor de R$1.600 milhão. As debêntures contam com uma componente sustentável que permite sua qualificação como *sustainability-linked* e, em caso de cumprimento das metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão, os juros remuneratórios de IPCA + 4,1682% a.a. poderão ser reduzidos automaticamente em até 0,25bps. As debêntures terão juros semestrais e as amortizações acontecerão, respectivamente, no 5º, 6º e 7º ano. A emissão objetivou o financiamento de projetos de implantação, ampliação e modernização de redes fixa e móvel em diferentes tecnologias, incluindo 5G, e se enquadra no disposto da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011. No âmbito desta operação, a Companhia optou por celebrar um contrato de swap de taxas de juros com objetivo de hedge, ao custo de para CDI + 0,95% ao ano. Durante o prazo de vigência da operação, também deverá ser observado o cumprimento do índice financeiro Dívida líquida sobre EBITDA, indicador este cumprido até a presente data.

Em novembro de 2021, a Companhia captou junto ao BNDES a linha de crédito FINAME, no valor total disponível de R$ 390 milhões, ao custo de IPCA + 4,2283% a.a. e prazo total de 10 anos com carência de 3 anos para início da amortização. A Companhia optou por celebrar um contrato de swap de taxas de juros com o objetivo de *hedge*, ao custo final de 96,95% do CDI.

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponíveis:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 31 de dezembro 2021
BNDES (i)	TJLP	Mai/18	Mai/22	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (ii)	TJLP	Mai/18	Mai/22	20.000	20.000	-
FINAME (iii)	IPCA	Mai/19	Mai/22	390.000	-	390.000
BNB (iv)	IPCA	Jan/20	Jun/23	752.479	752.479	-
Total R$:				2.252.479	1.862.479	390.000

Objetivo:

(i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais.

(ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade.

(iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos; sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional.

(iv) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco do Nordeste do Brasil.

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2023	88.818
2024	1.125.526
2025	80.712
2026	615.727
2027	615.727
2028	618.006
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	3.307.015

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valor nominal
2022	538.450
2023	88.818
2024	1.125.526
2025	80.712
2026	615.727
2027	615.727
2028	618.006
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	3.845.465

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Ambos são financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um cunho de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores. Para fins de análise de valor justo, considerando as características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia, BNP Paribas, Debêntures e BNDES considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 31 de dezembro de 2021 é, respectivamente, R$ 583.259, R$ 524.422, R$ 1.635.203 e R$ 384.073.

▶ 21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	1.421.955	938.880
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	303.721	359.498
Impostos e Taxas ANATEL (i)	1.042.933	508.087
Imposto sobre Serviço - ISS	66.075	66.082
Outros	9.236	4.213
Parcela circulante	(1.418.682)	(935.778)
Parcela não circulante	3.273	3.102

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP no valor de R$ 790 milhões. No terceiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou o pagamento parcial no montante de R$300 milhões referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de realização do pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.

Em 2021, novamente houve o pagamento parcial das taxas de cerca de R$300 milhões referentes às CFRP e Condecine e o valor remanescente de R$480 milhões relativo ao Fistel (TFF) de 2021 segue suspenso, sem data definida para pagamento com base em liminar também proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Durante o exercício de 2021, houve o reconhecimento de R$51,2 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fistel (TFF) relativos ao exercício de 2020 e 2021 com pagamento suspenso por decisão liminar.

▶ 22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2021, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	258.340	508.743
Imposto de renda e contribuição social (i)	186.294	313.145
PIS / COFINS	41.916	154.353
Outros (ii)	30.130	41.245
Parcela circulante	(245.113)	(296.299)
Parcela não circulante	13.227	212.444

(i) A variação está relacionada à alteração da apuração do Lucro Real Anual pelo Lucro Real Trimestral. Nesse sentido, o valor apresentado em dezembro de 2020 compreendia o IRPJ e a CSLL devidos entre janeiro e dezembro daquele ano, enquanto em 2021 o passivo apresentado representa apenas o montante devido no 4º Trimestre.

(ii) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

▶ 23. Receitas diferidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas diferidas	886.340	1.021.924
Serviços a prestar pré-pago (i)	118.795	189.482
Subvenções governamentais (ii)	11.184	24.732
Receitas antecipadas	8.522	11.163
Receitas diferidas sobre venda de torres (iii)	734.826	788.921
Passivo contratual (iv)	13.013	7.626
Parcela circulante	(197.179)	(266.436)
Parcela não circulante	689.161	755.488

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(ii) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 é de R$ 203 milhões e o montante em aberto em 31 de dezembro de 2021 é de R$11.184 (R$24.732 em 31 de dezembro de 2020). Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas), líquidas" (nota 29).

(iii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 16).

(iv) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

	2021
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.051.120
Ativo contratual	15.340
Passivo contratual	(13.013)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no exercício.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.288
Adições	8.800
Baixas	(13.761)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.327

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2022	2023
Ativo (passivo) contratual	3.685	(1.358)

A Companhia em linha com parágrafo 121 do IFRS15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

▶ 24. Provisão para processos judiciais e administrativos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada está composta como segue:

	2021	2020
Provisão para processos judiciais e administrativos	960.881	886.947
Cível (a)	309.019	245.432
Trabalhistas (b)	192.132	213.026
Tributária (c)	429.951	399.288
Regulatória (d)	29.779	29.201

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-20	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-21
	886.947	278.789	(316.804)	111.949	960.881
Cível (a)	245.432	175.715	(194.501)	82.373	309.019
Trabalhistas (b)	213.026	71.961	(98.730)	5.875	192.132
Tributária (c)	399.288	31.078	(23.539)	23.124	429.951
Regulatória (d)	29.201	35	(34)	577	29.779

	dez-19	Saldo Companhia incorporada	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-20
	703.522	125.956	333.724	(413.634)	137.379	886.947
Cível (a)	208.202	4.501	224.416	(266.872)	75.185	245.432
Trabalhistas (b)	208.224	45.691	63.649	(138.899)	34.361	213.026
Tributária (c)	254.833	75.646	48.897	(7.792)	27.704	399.288
Regulatória (d)	32.263	118	(3.238)	(71)	129	29.201

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis

a.1 *Ações movidas por consumidores*

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R$150.881 (R$ 139.425 em 31 de dezembro de 2020) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, alteração unilateral de contratos e negativação indevida.

a.2 *Órgãos de Defesa do Consumidor*

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R$116.585 (R$31.713 em 31 de dezembro 2020).

a.3 *Ex- parceiros comerciais*

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R$20.708 (R$ 18.634 em 31 de dezembro de 2020).

a.4 *Outros*

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato e; (iv). Os valores envolvidos equivalem a R$20.089 (R$33.952 em 31 de dezembro de 2020).

a.5 *Socioambiental e infraestrutura*

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R$398 (R$410 em 31 de dezembro de 2020).

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:13 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em fase da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Não existe valor correspondente em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.264 em 31 de dezembro de 2020).

b. Processos trabalhistas

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável, adicionais legais e horas extras, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 1.314 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 (1.873 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R$ 182.132 atualizado monetariamente (R$ 213.026 em 31 de dezembro de 2020).

c. Processos tributários

	2021	2020
Tributos Federais	202.743	182.146
Tributos Estaduais	145.436	135.691
Tributos Municipais	7.628	5.633
Processos TIM S.A (Purchase price allocation)	74.146	75.818
	429.951	399.288

O total da provisão registrada está substancialmente composta pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, valendo atreladas à variação da taxa SELIC:

Tributos federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

(i) A provisão para a TIM S.A. suporta sessenta e quatro processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 8.510 (R$ 8.356 em 31 de dezembro de 2020), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R$ 15.149 (R$ 14.771 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) A Companhia constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R$ 39.554 (R$ 38.584 em 31 de dezembro de 2020).

(iii) Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para o processo de FUST, que busca a inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, devendo de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R$ 60.392 (R$ 58.989 em 31 de dezembro de 2020).

(iv) A empresa constituiu previsão para processo de compensação federal decorrente de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R$ 18.579 (R$ 9.313 em 31 de dezembro de 2020).

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

A provisão para a TIM S.A. suporta noventa e um processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 41.352 (R$ 36.491 em 31 de dezembro de 2020), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R$ 5.291 (R$ 5.135 em 31 de dezembro de 2020), bem como (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R$ 16.216 (R$ 15.751 em 31 de dezembro de 2020); (iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R$ 16.374 (R$ 14.912 em 31 de dezembro de 2020) e (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R$ 22.183 (sem equivalência em 31 de dezembro de 2020); (vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R$ 13.963 (sem equivalência em 31 de dezembro de 2020).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em co-billing.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R$74.146 (R$75.618 em 31 de dezembro de 2020).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R$ 29.779 (R$ 29.201 em 31 de dezembro de 2020).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	2021	2020
	18.140.596	18.147.397
Cível (e.1)	1.292.202	1.101.332
Trabalhista e previdenciária (e.2)	392.535	340.801
Tributária (e.3)	16.309.439	16.586.353
Regulatória (e.4)	146.680	119.076

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitoradas pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	2021	2020
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	190.696	220.347
ANATEL (e.1.2)	258.683	223.066
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	493.606	160.279
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	216.654	193.529
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	99.143	154.187
Outros (e.1.6)	93.220	149.924
	1.292.202	1.101.332

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS ; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Sócio ambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outros se discute: ; (i) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iv) suposto descumprimento de contrato.

e.2. Trabalhista e Previdenciária

e.2.1. Previdenciária

A TIM S.A recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor provável de R$ 23.788 atualizado (R$ 10.467 em 31 de dezembro de 2020). Ainda, recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, sob suposto não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas recebidas a título de abono indenizatório, gratificação não-ajustada, hiring bônus e incentivo, no valor possível total de R$ 85.720 atualizado (R$ 22.829 atualizado em 31 de dezembro de 2020)

e.2.2. Trabalhistas

Há 3.067 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 (3.038 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R$ 306.315 atualizado (R$317.871 em 31 de dezembro de 2020).

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

e.3. Tributárias

	2021	2020
	16.309.439	16.586.353
Tributos Federais (e.3.1)	3.026.326	4.268.212
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.782.114	8.563.352
Tributos Municipais (e.3.3)	1.234.618	740.813
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	3.266.381	3.014.976

Os valores apresentados estão corrigidos, da forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R$ 12.133.166 (R$ 11.976.959 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R$ 3.026.326 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 4.268.212 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R$ 1.467.409 (R$ 2.715.670 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, reduziu confirmado o êxito parcial de R$1,4 bilhão.

b. Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R$ 231.810 (R$ 193.181 em 31 de dezembro de 2020).

c. Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R$ 68.124 (R$ 67.572 em 31 de dezembro de 2020).

d. Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R$ 268.170 (R$ 259.668 em 31 de dezembro de 2020).

e. Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R$ 410.862 (R$ 399.691 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 8.782.114 (R$ 8.562.352 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60I do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R$ 1.140.553 (R$ 1.126.741 em 31 de dezembro de 2020).

b. Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRO-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R$ 358.251 (R$ 492.935 em 31 de dezembro de 2020).

c. Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R$ 664.011 (R$ 906.316 em 31 de dezembro de 2020).

d. Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de fluxos recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de dezembro de 2021, o montante envolvido é de R$ 3.448.439 (R$ 3.356.501 em 31 de dezembro de 2020).

e. Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de 138.242 (R$ 136.286 em 31 de dezembro de 2020).

f. Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R$727.057 (R$ 694.673 em 31 de dezembro de 2020).

g. Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R$547.575 (R$ 249.271 em 31 de dezembro de 2020).

h. Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R$ 197.521 em 31 de dezembro de 2020).

i. Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R$ 286.519 (R$ 260.667 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R$ 1.234.618 em 31 de dezembro de 2021 (R$740.813 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Cobrança de ISS, bem como de multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R$ 618.343 (R$ 150.023 em 31 de dezembro de 2020).

b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços os serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R$ 399.141 (R$ 385.536 em 31 de dezembro de 2020).

c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R$ 137.944 (R$ 126.159 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL com classificação de risco possível é de R$3.266.381 (R$ 3.014.976 em 31 de dezembro de 2020). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, a principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R$ 120.218 (R$ 119.076 em 31 de dezembro de 2020). A variação decorreu principalmente de atualização monetária no exercício.

Em 22 de agosto de 2018, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde junho de 2018 com o regulador. O acordo abrange um valor de referência das sanções de R$ 627 milhões. O compromisso prevê ações da melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos índices de reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 998 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura será implementada em três anos – sendo mais de 60% nos primeiros dois anos – estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais prestadoras.

Em 19 de junho de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do termo ocorreu em 25 de junho. O acordo abrange sanções que totalizam um valor de aproximadamente R$ 639 milhões, atualizados, que estão arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhoria de qualidade e experiência do cliente bem como o incremento de infraestrutura de rede em mais de 2.000 localidades.

Ao longo do quarto trimestre de 2021, a Companhia executou todas as atividades planejadas para o estrito cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta nº 031/2020 (TAC) celebrado junto à Anatel, visando o atingimento dos metas associadas ao 2º ano TAC. Com o fechamento do 1º Ano TAC, as atividades de fiscalização por parte da Agência estão ocorrendo em relação aos compromissos vencidos, já havendo sido reconhecidos como cumpridos por parte da Anatel: Compromissos Adicionais; Controles Internos; Índice de Reclamações; Índice Geral de Qualidade; Numeração; Interconexão; Óbice. A Companhia seguirá no plena implementação dos mecanismos de acompanhamento interno por meio do reporte trimestral da evolução dos cronogramas pelo Escritório de Governança em Reunião de Diretoria e Conselho de Administração. A Companhia vem cumprindo, até o momento, o cronograma de implementação do TAC sem necessidade de nenhuma obrigação adicional.

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

► 25. Patrimônio líquido

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

Em 2 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o grupamento da totalidade das 42.296.789.696 ações ordinárias e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do Art. 12 da Lei nº 6.404/76, sem modificação do capital social, na proporção de 100 ações para formar 1 ação ordinária, passando o capital social , a ser representado por 422.967.896 ações ordinárias e sem valor nominal, preservando todos os direitos e vantagens das referidas ações ordinárias. O grupamento proposto não resultou em frações de ações. A incorporação resultou no cancelamento de todas as ações de emissão da Companhia, as quais eram de titularidade da TIM Participações.

Após a incorporação, mencionada na nota 1, e verificada a condição suspensiva, os acionistas da TIM Participações receberam 1 ação ordinária de emissão da TIM S.A para cada 1 ação ordinária de emissão da TIM Participações de sua titularidade, o que, assumindo a manutenção do número de ações de emissão da TIM Participações em tesouraria, resultou na emissão de 2.420.447.019 ações ordinárias pela TIM S.A., todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 1.719 definido no protocolo de incorporação, o qual passou a ser representado por R$13.477.691.

Em 28 de setembro de 2020, em reunião do Conselho de administração, os conselheiros da Companhia tomaram conhecimento dos pagamentos relacionados às outorgas de 2018 e 2019, realizados por meio da transferência das ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, conforme previsto nos Planos e nos termos do Programa de Recompra aprovado pelo Conselho de Administração da TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A.), em reunião realizada em 20 de julho de 2020, no montante de 357.379 ações (nota 1).

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	2021	2020
	401.806	397.183
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	48.202	43.579

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 1).

b.2 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 26).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão das negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

c.3 Reserva de benefício fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros da mesma. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R$ 1.958.201 (R$1.781.560 em 31 de dezembro de 2020).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro de exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os lautos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.957.174	1.843.998
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(178.741)	(169.541)
(-) Constituição da reserva legal	(139.021)	(83.708)
Lucro líquido ajustado	2.641.412	1.590.441
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	660.353	397.611
Composição dos dividendos a pagar e JCP:		
Juros sobre capital próprio	1.047.590	1.083.006
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.047.590	1.083.006
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(142.977)	(152.456)
Total de dividendos e JCP líquidos	904.613	930.550

Impresa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:16 -0300.

TIM

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM — TIMB LISTED NYSE — ISE B3

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida de despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

Durante o ano de 2021, foi distribuído o montante de R$1.047.500, conforme apresentado abaixo:

Provento JSCP	Aprovação	Pagamento
R$ 350.000	09/06/2021	20/07/2021
R$ 137.500	24/09/2021	27/10/2021
R$ 560.000	15/12/2021	25/01/2022

O saldo em 31 de dezembro de 2021 da rubrica de "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar", totalizando R$ 533.580 é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R$49.955 (R$43.026 em 31 de dezembro 2020) além do valor liquidado em 25 de janeiro de 2022, no montante de R$ 483.625 líquidos.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

► 26. Plano de incentivo de Longo Prazo

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016, Plano 2018-2020 e Plano 2021-2023

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016", "Plano 2018-2020" e "Plano 2021-2023" respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares* e/ou *restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acordado, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o fair value das opções e o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período vesting (carência).

Tabela Programa Opções de Ações (*Stock Options*)

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	nov/22	R$ 8,10	295.063	-	(182.511)	-	-	112.552
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out/21	R$ 8,45	21.771	-	(21.771)	-	-	-
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	R$ 13,42	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul/19	R$ 8,13	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set/18	R$ 8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago/17	R$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	**17.532.884**	-	-	**316.834**	-	**(204.282)**	-	-	**112.552**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas				**R$ 8,10**	-	-	-	-	-

Tabela Programa de Ações (*Performance Shares* e *Restricted Shares*)

Identificação Outorga	Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo no início do exercício	Outorgadas durante o exercício	Transferidas durante o exercício* – Volume Vested	Transferidas durante o exercício* – Variação Performance	Transferidas durante o exercício* – Adicional Dividendos	Pagas em Dinheiro* – Volume Vested	Pagas em Dinheiro* – Variação Performance	Pagas em Dinheiro* – Adicional Dividendos	Canceladas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R$ 12,96	-	3.431.610	-	-	-	-	-	-	(311.876)	3.119.734
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2020	796.054	abr/23	R$ 14,40	796.054	-	(206.576)	(51.834)	(8.953)	-	-	-	(70.373)	519.098
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2019	930.662	jul/22	R$ 11,28	687.895	-	(207.860)	(78.111)	(23.252)	-	-	-	(53.908)	427.030
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2018*	849.932	abr/21	R$ 14,41	199.594	-	(187.036)	(42.654)	(22.250)	(9.101)	(2.305)	(1.094)	(3.454)	-
Total	**6.008.258**			**1.683.543**	**3.431.610**	**(601.476)**	**(172.599)**	**(54.435)**	**(9.101)**	**(2.305)**	**(1.094)**	**(438.714)**	**4.065.862**

Preço médio ponderado do saldo de outorgas **R$ 12,96**

Os dados significativos incluídos no modelo, para as Outorgas de opções de ações foram:

Data de outorga	Preço Base – média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94% a.a
Outorga 2012	R$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89% a.a
Outorga 2013	R$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2014	R$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2015	R$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10% a.a
Outorga 2016	R$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a

Nota: Os dados significativos são característicos de plano baseado em opções, considerando utilização do valor justo (*fair value*) como o método adequado para calcular as despesas com a remuneração por opções.

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.
- **Plano 2018-2020 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, no período de 01 de junho de 2019 à 30 de junho de 2019.
- **Plano 2018-2020 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações, no período de 01 de março de 2020 à 31 de março de 2020.

(i) **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 01 de março de 2021 à 31 de março de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R$22.212 (R$ 9.999 em 31 de dezembro de 2020).

► 27. Receita líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de roaming e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (unbilled) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento.

As receitas de tráfego de interconexão e roaming são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 119.457.

Em relação a parceria financeira, foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC" e "Procedimento Arbitral", respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, "Requeridos"), por meio do qual discute-se à a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, mini-modems, tablets e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos.

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho.

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

(i) venda de equipamentos; e

(ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho.

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 /CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato.

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 11) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	2021	2020
Receita líquida	18.058.027	17.267.812
Receita bruta	25.357.429	24.346.101
Receita de serviços	24.264.246	23.279.423
Receita de serviços - Móvel	22.433.215	21.522.135
Receita de serviços – Fixa	1.831.031	1.757.288
Venda de mercadorias	1.093.183	1.066.678
Deduções da receita bruta	(7.299.402)	(7.078.289)
Impostos incidentes	(4.679.722)	(4.534.582)
Descontos concedidos	(2.610.388)	(2.531.920)
Devoluções e outros	(9.292)	(11.787)

► 28. Custos e despesas operacionais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021 – Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	2021 – Despesas com comercialização	2021 – Despesas gerais e administrativas	2021 – Total	2020 – Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	2020 – Despesas com comercialização	2020 – Despesas gerais e administrativas	2020 – Total
	(8.443.023)	(4.621.788)	(1.723.384)	(14.788.195)	(7.996.615)	(4.443.027)	(1.656.267)	(14.095.909)
Pessoal	(72.214)	(676.476)	(387.738)	(1.136.428)	(58.024)	(632.221)	(313.400)	(1.003.645)
Serviços de terceiros	(560.039)	(1.763.360)	(668.641)	(2.992.040)	(587.835)	(1.743.644)	(532.044)	(2.863.523)
Interconexão e meios de conexão	(1.840.139)	-	-	(1.840.139)	(1.672.655)	-	-	(1.672.655)
Depreciação e amortização	(4.847.965)	(265.585)	(578.136)	(5.691.686)	(4.569.064)	(247.666)	(710.282)	(5.527.012)
Impostos, taxas e contribuições	(34.732)	(777.819)	(29.358)	(841.909)	(28.675)	(761.152)	(23.809)	(813.636)
Aluguéis e seguros	(362.171)	(109.781)	(20.082)	(492.034)	(316.650)	(107.560)	(15.743)	(439.943)
Custo das mercadorias vendidas	(731.097)	-	-	(731.097)	(756.090)	-	-	(756.090)
Publicidade e propaganda	-	(459.811)	-	(459.811)	-	(377.184)	-	(377.184)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(544.642)	-	(544.642)	-	(552.817)	-	(552.817)
Outros	(4.726)	(24.331)	(39.402)	(68.459)	(7.652)	(20.783)	(60.989)	(89.424)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

► 29. Outras receitas (despesas), líquidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas		
Receita de subvenção, líquida	13.546	17.427
Multas s/ serviços de telecomunicações	58.793	37.490
Receita na alienação de ativos (i)	2.711.535	5.375
Outras receitas	65.482	65.216
	2.849.356	125.508
Despesas		
FUST/FUNTTEL (ii)	(134.962)	(133.378)
Impostos, taxas e contribuições	(2.274)	(10.316)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(248.987)	(292.439)
Despesa na alienação de ativos (i)	(1.942.791)	(13.538)
Outras despesas	(22.573)	(32.823)
	(2.351.587)	(482.494)
Outras receitas (despesas), líquidas	497.771	(356.986)

(i) Representa a receita na alienação de 51% de participação acionária da I-Systems (antiga FiberCo) vendida à IHS no montante de R$ 2.709.251, que é composto pelo caixa (secundária) pago à TIM S.A. e o valor justo da participação minoritária de 49% que se manteve com a TIM S.A.

Nas despesas, o montante de 1.927.014 é representado pela baixa do acervo líquido baixado na TIM S.A. e integralizado como capital social na I-Systems, além da baixa do ágio e IR diferido relacionado ao ágio em função da alienação de 51% da I-Systems (antiga FiberCo). O ganho desta transação antes do IR e CS é de R$ 782.237. Vide nota 1.

(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

► 30. Receitas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas financeiras	1.091.749	432.287
Juros sobre aplicações financeiras	339.681	81.672
Juros de clientes	28.427	28.686
Juros swap	303.853	37.955
Juros sobre arrendamento	24.788	19.924
Atualização monetária (i)	206.029	110.970
Outros derivativos (ii)	285.009	155.165
Outras receitas	1.962	2.915

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais e administrativos e depósitos judiciais.

(ii) Trata-se da diferença entre o custo e o valor de mercado da opção de subscrição de ações referente a parceria do Banco C6, portanto o valor de marcação a mercado destes derivativos inclui ganho de R$285 milhões referente a opção de ações de direito da companhia obtida em função de atingimento de meta contratual definida em parceria operacional iniciada em 2020. O valor de mercado foi calculado com base em informações disponíveis na última transação de investimento realizada pelo parceiro e divulgado no mercado. As divulgações deste instrumento financeiro derivativo estão detalhadas na nota 37, o qual foi mensurado pelo valor justo, e será mensurado subsequentemente no resultado da Companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 27.

► 31. Despesas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Despesas financeiras	(1.745.213)	(1.232.781)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(99.183)	(70.392)
Juros sobre impostos e taxas	(61.745)	(43.311)
Juros swap	(352.029)	(45.970)
Juros sobre leasing	(845.033)	(758.263)
Atualização monetária (i)	(247.200)	(155.036)
Descontos concedidos	(52.509)	(39.725)
Outras despesas	(87.514)	(118.084)

(i) Parte substancial relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais, no montante de R$ 111.949, vide nota 24 (R$ 137.379 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

► 32. Variação cambial, líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas		
Empréstimos e financiamentos (ii)	215.262	-
Fornecedores	13.190	15.952
Swap (i)	275.836	305.012
Outros	16.640	43.155
	520.928	364.119
Despesas		
Empréstimos e financiamentos (ii)	(275.724)	(305.010)
Fornecedores	(20.061)	(45.901)
Swap (i)	(215.262)	-
Outros	(9.222)	(19.991)
	(520.269)	(370.902)
Variações cambiais, líquidas	659	(6.783)

(i) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 37).

(ii) Refere-se principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

► 33. Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	9.697	(684.099)
Contribuição social do exercício	26.538	(232.671)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	167.118	164.442
	203.353	(752.328)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	(255.972)	453.274
Contribuição social diferida	(93.432)	144.775
	(349.404)	598.049
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	-	(9.671)
	(349.404)	588.378
	(146.051)	(163.950)

A conciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.103.225	2.007.640
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(1.055.097)	(682.598)
(Adições) / exclusões:		
Adições, exclusões permanentes:		
Receitas não tributáveis	130.465	11.370
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(53.505)	(47.329)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	167.118	164.442
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	356.150	368.220
Venda I – Systems (antiga FiberCo) (ii)	(335.935)	-
Crédito de IR/CS sobre Selic de Indébito Tributário (iii)	534.804	-
Reversão Provisão de IR/CS TIM Nordeste (iv)	87.565	-
Outros valores	17.384	18.945
	909.046	518.648
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	(146.051)	(163.950)
Alíquota efetiva	4,71%	8,17%

(i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A TIM S.A possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

Imprensa Oficial — GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO — documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:18 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

(ii) Referem-se aos impostos diferidos sobre o ágio baixado, conforme transação de venda descrita na nota 1, ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS. Vide nota 15.d.

(iii) Conforme mencionado na nota 9, em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pender de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R$ 534 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

(iv) No 2º trimestre de 2021, houve impacto positivo de R$ 87 milhões decorrente da baixa de ativo e reversão de provisão de IR/CSLL, constituída em 2009, em virtude de êxito parcial em processo administrativo relacionado à incorporação da empresa TIM Nordeste pela TIM Celular.

► 34. Lucro por ação

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O número de ações da TIM S.A. antes da reorganização societária era 2.420.447.019, um número equivalente ao número de ações ordinárias da TIM Participações na data da incorporação. Consequentemente o lucro por ação básico e diluído foram calculados considerando o impacto retrospectivo da alteração na quantidade de ações conforme IAS 33/CPC 41.

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.957.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.314	2.420.804
Lucro básico por ação (expresso em R$)	1,22	0,76

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.957.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.638	2.421.065
Lucro diluído por ação (expresso em R$)	1,22	0,76

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 324 milhares (261 milhares em 31 de dezembro de 2020) de ações relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 26.

► 35. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia são os seguintes:

Ativo	2021	2020
Telecom Italia Sparkle (i)	1.414	1.630
Gruppo Hevas (vi)	63.615	-
TI Sparkle (ii)	5.084	1.915
TIM Brasil (vii)	23.069	5.129
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.902	370
I Systems (ix)	5.679	-
Outros	674	674
Total	121.235	10.718

Passivo	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	11.288	75.317
Telecom Italia Sparkle (i)	3.659	10.578
TI Sparkle (ii)	10.205	7.333
TIM Brasil (iv)	6.558	6.145
Grupo Vivendi (v)	1.238	1.150
Gruppo Hevas (vi)	19.794	24.068
I Systems (vii)	31.696	-
Outros	4.585	2.727
Total	148.553	127.388

Receita	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.112	1.197
Telecom Italia Sparkle (i)	353	2.004
TI Sparkle (ii)	3.347	4.069
I Systems (ix)	5.881	-
Total	10.693	9.250

Custo/Despesa	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	186.137	110.407
Telecom Italia Sparkle (i)	19.219	27.486
TI Sparkle (ii)	20.533	19.923
Grupo Vivendi (v)	1.271	1.207
Gruppo Hevas (vi)	206.349	207.662
I Systems (vii)	31.696	-
Outros	22.497	22.308
Total	486.702	388.993

(i) Os valores referem-se a roaming, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-wholesale.

(ii) Os valores referem-se a roaming internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM S.A o direito de utilização da marca "TIM" mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.

(iii) Os valores referem-se a aluguel de links, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(iv) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.

(v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

(vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R$143.439 (R$ 195.117 em 31 de dezembro de 2020), estão relacionados aos repasses de mídia.

(vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(viii) Os valores referem-se a serviços de infraestrutura de fibra.

(ix) Os valores referem-se a serviços prestados pela TIM S.A., principalmente relativos à operação e manutenção de rede, no escopo do Contrato de Serviços de Transição, firmado no momento do closing da transação.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia investiu R$ 9.147 (R$ 4.829 em 31 de dezembro de 2020)

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

► 36. Remuneração da Administração

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O pessoal-chave da Administração inclui diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo	31.494	23.949
Outros benefícios de longo prazo	1.052	4.544
Remuneração baseada em ações	15.176	6.343
	47.722	34.836

► 37. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a "hedge accounting".

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, com fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de swap.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescentes da exposição cambial em contratos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referenciais dos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamento junto ao BNDES, e a exposição a taxa pré atrelada a dívida com o BNP Paribas, todos até o vencimento.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 ou receitas de serviços prestados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de crédito assim como durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(v) Risco de Liquidez

- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.

- O gerenciamento de liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender as suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de swap, em razão de eventual inadimplência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	198.027	208.787	340.660	36.166
Outros derivativos (i)	457.892	-	161.429	-
	655.919	208.787	502.089	36.166
Parcela circulante	(134.292)	(194.637)	(262.606)	(7.273)
Parcela não circulante	521.627	13.950	239.423	28.893

(i) Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representam a opção da Companhia de subscrever 4,08% das ações do capital do OS, onde o Grupo/Companhia pagou um prêmio de subscrição de ações no valor de R$17,7 milhões. Conforme requerimentos do IFRS9, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, corresponde a R$458 milhões e R$ 161 milhões, respectivamente. O impacto da marcação a mercado da opção de conversão de ações calculado de R$440,3 milhões representa a diferença do valor justo da opção menos o montante pago pelo prêmio de subscrição de ações. Esse instrumento financeiro foi mensurado ao valor justo e será verificado subsequentemente no resultado do exercício da companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 27.

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo
2023	39.335
2024	16.843
2025 em diante	465.449
	521.627

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 20 e 16.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	2021		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	4.579.528	655.919	5.235.447
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.579.528	655.919	5.235.447
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027	198.027
Outros derivativos	-	457.892	457.892
Títulos e valores mobiliários	4.579.528	-	4.579.528
Total do passivo	-	208.787	208.787
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	208.787	208.787
Instrumentos financeiros derivativos	-	208.787	208.787

	2020		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.077.499	502.089	2.579.588
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.077.499	502.089	2.579.588
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos	-	161.429	161.429
Títulos e valores mobiliários	2.077.499	-	2.077.499
Total do passivo	-	36.166	36.166
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	36.166	36.166
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166	36.166

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

• Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.

• O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

• Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de ativos similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

31 de dezembro de 2021

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	9.472.377	5.235.447	14.707.824
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027	198.027
Outros derivativos	-	457.892	457.892
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.253.207	-	3.253.207
Títulos e valores mobiliários	-	4.579.528	4.579.528
Caixa e equivalentes de caixa	5.228.615	-	5.228.615
Arrendamentos	243.121	-	243.121
Depósitos judiciais	718.773	-	718.773
Outros valores a compensar	28.661	-	28.661

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	16.095.801	208.787	16.304.588
Empréstimos e Financiamentos	3.845.485	-	3.845.485
Instrumentos financeiros derivativos	-	208.787	208.787
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.653.218	-	2.653.218
Passivo de arrendamento	9.063.539	-	9.063.539
Dividendos e JSCP a pagar	533.580	-	533.580

31 de dezembro de 2020

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	6.756.810	2.579.588	9.336.398
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos		161.429	161.429
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.180.661	-	3.180.661
Títulos e valores mobiliários	-	2.077.499	2.077.499
Caixa e equivalentes de caixa	2.575.290	-	2.575.290
Arrendamentos	162.198	-	162.198
Depósitos judiciais	794.755	-	794.755
Outros valores a compensar	43.906	-	43.906

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	14.391.175	36.166	14.427.341
Empréstimos e Financiamentos	2.345.032	-	2.345.032
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166	36.166
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.128.732	-	3.128.732
Arrendamentos	8.378.835	-	8.378.835
Dividendos e JSCP a pagar	538.576	-	538.576

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados à taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

Em 31 de dezembro de 2021, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o rating disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro a seguir:

31 de dezembro de 2021

CONTRAPARTE						% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP	Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)*		Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	282.474	282.474	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% a 92,59% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	429.799	429.247	100%	3,32% a.a.	156% do CDI
USD	PRE x DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	559.650	559.933	100%	1,73% a.a.	CDI + 1,06%
BRL	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	515.166	517.843	100%	8,34% a.a.	CDI + 1,07%
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.696.999	1.696.999	100%	IPCA + 4,17% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	396.281	396.281	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

* Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2020

CONTRAPARTE						% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP	Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)*		Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	351.233	351.233	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,25% do CDI
EUR	PRE X DI	Bank of America	Bank of America	570.878	570.878	100%	0,33% a.a.	108,05% do CDI
USD	PRE X DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	1.031.526	1.031.526	100%	1,72% a.a.	134,43% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	399.725	399.725	100%	3,32% a.a.	156% do CDI

Impresa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:22 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), Libor e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nessas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, da Libor e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário sensibilidade		Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (1)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulado Swap	C) Resultado final (B-A)
	Dez./21	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
CDI	possível	3.388.105	(2.301)	3.388.105	(3.428.742)	(40.637)	(29.671)	(27.370)
	remoto	3.385.955	(4.451)	3.385.955	(3.453.013)	(69.058)	(58.092)	(53.641)
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
USD	possível	3.709.499	319.094	3.709.499	(3.401.372)	308.127	319.094	-
	remoto	4.028.593	638.187	4.028.593	(3.401.372)	627.221	638.187	-
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
Libor	possível	3.391.542	1.136	3.391.542	(3.401.372)	(9.830)	1.136	-
	remoto	3.392.677	2.271	3.392.677	(3.401.372)	(8.695)	2.271	-
	provável	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
IPCA	possível	3.277.656	(112.750)	3.277.656	(3.401.372)	(123.716)	(112.750)	-
	remoto	3.173.004	(217.402)	3.173.004	(3.401.372)	(228.368)	(217.402)	-

(1) (KFW Frinvara, Scotia, BofA, BNP, Debenture e BNDES)

Variável de risco	Cenário sensibilidade	CDI	USD	Libor	IPCA
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
CDI	possível	11,44%	5,5805	0,3433%	10,06%
	remoto	13,73%	5,5805	0,3433%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
USD	possível	9,15%	6,3210	0,3433%	10,06%
	remoto	9,15%	8,3708	0,3433%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
Libor	possível	9,15%	5,5805	0,4291%	10,06%
	remoto	9,15%	5,5805	0,5146%	10,06%
	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
IPCA	possível	9,15%	5,5805	0,3433%	12,58%
	remoto	9,15%	5,5805	0,3433%	15,09%

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2021 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício

	2021	2020
Resultado líquido em operações de Derivativos	(87.603)	290.855
Resultado de operações com outros derivativos	265.009	155.165

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, reinvestir capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumariados:

	2021	2020
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 20 e 37)	3.398.533	1.879.106
Arrendamentos - Passivo (Nota 16)	9.063.539	8.378.835
Arrendamentos - Ativo (Nota 16)	(243.121)	(162.196)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(5.228.615)	(2.575.250)
FIC (Nota 5)	(4.568.020)	(2.070.438)
Dívida Líquida	2.422.116	5.450.018
Outros derivativos (nota 37)	457.892	161.429
Financiamento Licença 5G	843.021	-
Dívida Líquida - ajustada	3.723.028	5.611.447
LAJIDA (EBITDA) (1) (últimos 12 meses) – Ajustado	9.459.298	8.361.929
Índice de alavancagem financeira	0,39	0,67
Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:		
Lucro Líquido do exercício	2.957.174	1.843.690
Depreciações e amortizações	5.691.696	5.627.012
Resultado Financeiro Líquido	652.806	807.277
Imposto de renda e contribuição social	146.051	163.950
Equivalência patrimonial	11.572	-
LAJIDA (EBITDA) – Ajustado (i)	9.459.298	8.361.929

(i) Lajida ajustado: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização e equivalência patrimonial.

EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil)

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(466.822)
Ingressos	3.062.000	2.041.474	(296.464)
Cancelamentos	-	(202.379)	-
Encargos financeiros	167.857	656.269	148.177
Variações cambiais, líquidas	60.463	-	(60.574)
Pagamentos	(1.789.887)	(2.012.651)	227.651
	-	-	-
31 de dezembro de 2021	3.845.465	9.063.539	(447.132)

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2019	2.029.088	7.780.870	(42.106)
Ingressos	1.800.000	1.966.355	(161.429)
Remensuração	-	(443.666)	-
Encargos financeiros	90.500	797.569	13.006
Variações cambiais, líquidas	305.010	-	(305.012)
Pagamentos	(1.879.566)	(1.722.293)	29.810
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(466.922)

► 38. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	6.402	7.346

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia vem patrocinando planos de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social e do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de pensão, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRAS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria e aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que comporta à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo.

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.

Demonstramos a seguir a posição atuarial dos passivos e ativos relacionados aos planos de aposentadoria e assistência médica, em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33/IAS 19.

a) Efeitos na data base de 31 de dezembro:

	Planos						Totais	
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	2021	2020
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/21	(*)		(*)					
Valor presente das obrigações atuariais	38.869	9.176	119	672	14.100	3.231	66.167	69.362
Valor justo dos ativos do plano	(56.478)	(14.739)	(405)	-	(11.511)	-	(83.133)	(86.856)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.609)	(5.563)	(286)	672	2.589	3.231	(16.966)	(11.494)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	-	2.327	168	-	-	-	2.495	2.003
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.609)	(3.236)	(118)	672	2.589	3.231	(14.471)	(9.471)

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso dessa superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos						
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	
Passivo (ativo) atuarial em 31/12/20	(15.731)	(1.360)	(287)	655	2.145	4.343	
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(1.063)	(90)	(30)	57	168	535	
Contribuições da patrocinadora	-	-	-	(45)	-	(8)	
(Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidas	(815)	(1.786)	199	(195)	284	(1.639)	
Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-	-	-	-	-	-	
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/21	(17.609)	(3.236)	(118)	672	2.589	3.231	

c) Reconciliação do valor presente das obrigações

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor das obrigações em 31/12/20	41.852	10.072	147	858	12.090	4.343
Custo do serviço corrente	17	-	-	-	-	213
Juros sobre obrigação atuarial	2.743	640	10	57	868	322
Benefícios pagos no ano	(2.898)	(768)	(9)	(45)	(605)	(8)
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações	(2.845)	(768)	(29)	(198)	1.747	(1.639)
Valor das obrigações em 31/12/21	38.869	9.176	119	672	14.100	3.231

d) Reconciliação do valor justo dos ativos

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor justo dos ativos em 31/12/20	57.479	12.998	434	-	9.945	-
Benefícios pagos no ano	(2.898)	(768)	(9)	-	(605)	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	3.799	934	29	-	708	-
Ganho (perda) atuariais com ativos do plano	(1.902)	1.575	(49)	-	1.463	-
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no plano	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos em 31/12/21	56.478	14.739	405	-	11.511	-

e) Despesas previstas para 2022

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Custo do serviço corrente (com juros)	4	-	-	-	-	121
Juros sobre as obrigações atuariais	5.289	769	10	57	1.242	280
Rendimento esperado dos ativos	(4.841)	(1.257)	(35)	-	(1.008)	-
Juros sobre o efeito do limite do (ativo)/passivo	1.552	284	10	-	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	4	(204)	(15)	57	234	411

Premissas atuariais adotadas nos cálculos

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

Taxa de desconto nominal de obrigação atuarial:	PBS Sul: 8,81% / 5,13%; PBS Nordeste: 8,84% / 5,16%; CA: 8,81% / 5,13%; PBS-A: 8,78% / 5,10%; AES: 9,02% / 5,33%; PAMEC: 8,81% / 5,13%; FIBER: 9,02% / 5,33%
Taxa de crescimento salarial nominal:	PBS: 3,50% / 0,00% CA, PBS-A, AES, PAMEC e FIBER: Não Aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral:	PBS, CA, PAMEC e FIBER: AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%;
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	PBS e Fiber: Álvaro Vindas; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa de rotatividade esperada:	PBS: Nula; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável; FIBER: 0,16/ (tempo de serviço + 1), sendo nula a partir dos 50 anos
Probabilidade de ingresso em aposentadoria:	PBS e FIBER: 100% na 1ª elegibilidade; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa estimada de inflação no longo prazo	PAMEC e FIBER: 6,60% / 3,00%
Método de apuração	Método do Crédito Unitário Projetado

► 39. Seguros

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R$650.000
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R$ 30.001
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R$100 para Danos Morais.

► 40. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Transações que não envolvem caixa			
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(1.929.392)	(1.315.151)	(1.315.151)
Adições ao intangível - aquisição de licenças	2.682.469	-	-

A TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes destas radiofrequências. Em dezembro de 2021, o Capex registrado referente às licenças e as obrigações relacionadas é de R$ 3.564 milhões, sendo o valor de R$ 2.682 milhões em contra partida de autorizações a pagar e o R$ 882 milhões com impacto no caixa.

► 41. Eventos subsequentes

Sr. Alberto Mario Griselli nomeado como CEO da TIM S.A.

A TIM S.A, em continuidade com o Fato Relevante publicado em 21 de janeiro de 2022, comunicou que em 31 de janeiro de 2022, seu Conselho de Administração aceitou a renúncia do Sr. Pietro Labriola aos cargos de Diretor Presidente ("CEO") e Conselheiro da Administração da Companhia.

O Conselho da Companhia posteriormente nomeou o Sr. Alberto Mario Griselli para substituir o Sr. Labriola nos cargos de CEO e membro do Conselho de forma efetiva e imediata. A eleição do Sr. Griselli para o Conselho da Companhia precisa ser confirmada pela próxima Assembleia Geral Ordinária da TIM.

O cargo de Chief Revenue Officer ("CRO") anteriormente ocupado pelo Sr. Griselli ficará temporariamente vago, e o CEO acumulará suas responsabilidades.

O Sr. Griselli é formado em Engenharia Elétrônica pela La Sapienza University em Roma e FMBA pela Columbia University. Com mais de 20 anos de experiência no setor de telecomunicações, ocupou cargos relevantes como vice-presidente para América Latina da TIMes, fornecedora global de soluções de engajamento móvel para operadoras de telecomunicações, e Managing Director para América Latina da Value Partners, empresa de consultoria de gestão. O Sr. Griselli ocupava o cargo de CRO na TIM desde 30 de julho de 2019.

Anatel concede anuência prévia para transferências de controle dos atividades de telefonia móvel da Oi

A TIM S.A. tornou conhecimento que em sessão pública extraordinária do seu Conselho Diretor ocorrida em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, por unanimidade, concedeu anuência prévia à implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[1], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. ("Transação").

A anuência prévia prevê determinados condicionantes em linha com uma transação dessa natureza, os quais visam principalmente garantir o acesso de prestadoras de pequeno porte às redes de abrangência nacional, manter compromissos vinculados às radiofrequências transferidas, estabelecer os parâmetros mínimos do plano de comunicação ligado à Transação e assegurar aos usuários certos direitos nas etapas de migração.

A conclusão da Transação ainda depende do cumprimento de outras condições precedentes, incluindo a aprovação do Ato de Concentração nº 08700.000736/2021-08 pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados do andamento das aprovações, nos termos da Resolução CVM nº 44/21 e da legislação aplicável.

[1] Oaxen RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Oaxlane RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).

CADE aprova a aquisição pela TIM da maior parte dos ativos da operação de telefonia móvel da Oi

Em 9 de fevereiro de 2022, o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, aprovou a implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE")[1], que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel", "Vendedora"), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.

A aprovação prevê um conjunto de condicionantes, em sua maioria comportamentais, e que compunham uma proposta de Acordo em Controle de Concentração ("ACC") feita pelas Compradoras ao CADE. Esses condicionantes tem um caráter modular e podem ser utilizados por novos entrantes e operadoras de menor porte para reduzir barreiras de entrada e alavancar a exploração de diferentes modelos de negócios, sem afetar o objetivo primário da TIM de fortalecer sua infraestrutura, fechando a disparidade de capacidade espectral em relação a seus principais concorrentes. Desta maneira, a Companhia entende que foi atingido um equilíbrio entre criação de valor e mitigação das preocupações concorrenciais para o setor que o ACC endereça.

A efetiva conclusão da transação, que definirá um equilíbrio de infraestrutura entre os três principais concorrentes do setor, ainda depende do cumprimento de determinadas etapas previstas no Contrato de Compra e Venda[2]. Entretanto, uma vez ocorrida trará benefícios amplos, mantendo alto grau de rivalidade setorial e garantindo os investimentos necessários para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e o avanço digital do país.

Para TIM e seus acionistas, os benefícios se materializarão por meio de geração de receitas incrementais e eficiências em virtude de sinergias operacionais. Para nossos clientes atuais e aqueles da Oi Móvel que passaremos a servir, haverá uma significativa melhoria na experiência de uso e qualidade do serviço prestado a partir de uma infraestrutura mais robusta. Este será um marco na trajetória da TIM na transformação da empresa na operadora preferida dos consumidores no Brasil.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados sobre fatos relevantes relacionados a esta Transação, nos termos da Resolução CVM nº 44 e da legislação aplicável.

[1] Oaxen RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Oaxlane RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).

2 Contrato de Compra e Venda de ações e outras avenças para UPI Ativos Móveis assinado em 26 de janeiro de 2021.

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:25 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Durante** - Presidente
Alberto Mario Griselli - Membro
Agostino Nuzzolo - Membro
Claudio Giovanni Ezio Ongaro - Membro
Elisabetta Paola Romano - Membro
Flavia Maria Bittencourt** - Membro
Gesner José de Oliveira Filho** - Membro
Herculano Aníbal Alves** - Membro
Michele Valensise - Membro
Sabrina Di Bartolomeo - Membro

**Membros Independentes

CONSELHO FISCAL

Membro Efetivo	Membro Suplente
Walmir Kesseli – Presidente	**Heinz Egon Lowen**
Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro	**Anna Maria Cerentini Gouvêa Guimarães**
Josino de Almeida Fonseca	**João Verner Juenemann**

DIRETORIA

Alberto Mario Griselli - Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*
Camille Loyo Faria - Diretora Financeira e Diretoria de Relações com Investidores
Bruno Mutzenbecher Gentil - *Business Support Officer*
Jaques Horn - Diretor Jurídico
Leonardo de Carvalho Capdeville - *Chief Technology Information Officer*
Maria Antonietta Russo - *Human Resources & Organization Officer*
Mario Girasole - *Regulatory and Institutional Affairs Officer*

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Gesner José de Oliveira Filho**
Coordenador
Flavia Maria Bittencourt**
Membro
Herculano Aníbal Alves**
Membro

**Membros Independentes

CONTADORA RESPONSÁVEL

Marcela de Paiva Sussaura
CRC RJ - 102487/O-5 - CPF 008.902.117-01

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia Ernst& Young Auditores Independentes S/S ("EY"), sem ressalvas, emitido na data de 23 de fevereiro de 2022, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e da distribuição de dividendos da Companhia estão todas em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 23 de fevereiro de 2022.

WALMIR KESSELI - Presidente do Conselho Fiscal
JARBAS T. BARSANTI RIBEIRO - Membro do Conselho Fiscal
JOSINO DE ALMEIDA FONSECA - Membro do Conselho Fiscal

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") foi criado pela Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações S.A. ("TPART"), em 12 dezembro de 2013. Em 31 de agosto de 2020, com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo no País, a TPART foi incorporada por sua subsidiária integral, TIM S.A. ("Companhia" ou "TIM"), que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, mantendo a mesma estrutura de governança corporativa, de controles internos, de sistemas, e o mesmo arcabouço jurídico. Como consequência desse movimento de reorganização societária, o CAE da TIM manteve a mesma estrutura do CAE da TPART, e dessa continuidade de atividades, aos planos de trabalho e às análises que vinham sendo conduzidas por este último.

O CAE da TIM é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, que busca as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado, e regido pela Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução Normativa CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, e demais regulações aplicáveis.

O CAE é formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, para o mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos.

Cumpre esclarecer que a função de membro do CAE é indelegável, devendo ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos.

A eleição dos novos conselheiros de administração ocorreu na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de março de 2021. Para o mandato 2021/2023, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE: Sra. Gesner José de Oliveira Filho (Coordenador), Flavia Maris Bittencourt e Herculano Anibal Alves (especialista em contabilidade societária), todos caracterizados como independentes segundo o critério definido pelo regulamento do Novo Mercado da B3.

O CAE tem como atribuições ordinárias supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar o avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou sua controlada, de um lado, e, de outro lado, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras desde último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.

Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act* ("SOx"), ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission* ("SEC"), por possuir *American Depositary Receipts* (ADRs) na *The New York Stock Exchange* ("NYSE") desde 16 de novembro de 1998.

O CAE possui dotação orçamentária anual, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

O presente Relatório é emitido em observância ao previsto pelo inciso IX, do Artigo 14, do Regimento Interno do CAE, e conforme regra estabelecida pela CVM.

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM em 2021

O CAE reúne-se à sempre que necessário, mas no mínimo trimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, 20 (vinte) reuniões do CAE que contemplaram 167 (cento e sete) itens de Ordem do Dia (sessões). As reuniões tiveram duração média de 1 (uma) hora e 52 (cinquenta e dois) minutos cada e, durante as discussões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidores, além dos demais membros da Diretoria Executiva, os Diretores das áreas de Auditoria Interna e de Compliance, e os Auditores Independentes. Acerca reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes:

I. Analisou o plano anual de trabalho dos auditores independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas por estes em 12 (doze) sessões durante o ano de 2021. A Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo encerrado em 31 de dezembro de 2021, e pelo planejamento e execução das auditorias referentes às informações trimestrais ("ITRs"), conforme as normas reconhecidas, bem como pela revisão especial das ITRs, enviadas à CVM. Seu parecer assegura que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). A EY foi, ainda, responsável pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia.

II. Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 10 (dez) sessões durante o ano de 2021, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas, e avaliou, mediante a aplicação de questionário de avaliação previamente aprovado pelo CAE, o desempenho da Auditoria Interna da Companhia.

III. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, em 9 (dez) sessões durante o ano de 2021, a fim de, entre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentam elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, sobretudo em relação aos controles internos que sustentam a certificação *Sarbanes-Oxley* ("SOx").

Em relação aos controles internos, foram objeto de acompanhamento e recomendações pelo CAE os seguintes principais temas: (i) monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhorias; (ii) análise do processo de certificação dos controles internos – SOx junto aos administradores e aos Auditores Independentes; (iii) procedimentos da Companhia para cumprimento integral dos requisitos da SOx e monitoramento intensivo dos planos de remediação relativos às deficiências apontadas pela auditoria independente em relação ao processo de Certificação SOx na Companhia.

O CAE constatou que os controles internos são implementados em consonância com a natureza, complexidade e necessidade das operações e, diante das informações prestadas pela Diretoria Executiva, pela Auditoria Interna e pelos auditores independentes, verificou não existir qualquer fato relevante ou de natureza grave que possa colocar em risco o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

IV. O CAE informou-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o CAE teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar suas implementações, e a execução das recomendações de melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles. Com base nas informações às quais teve acesso, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que as sujeitam as transações. O CAE tem assinalado a importância da melhoria contínua no sistema de controles internos.

V. Acompanhou e supervisionou os trabalhos desenvolvidos pela área de Compliance da Companhia, em 9 (nove) sessões, com destaque aos assuntos relacionados à: (i) SOx Compliance, por meio de monitoramento de deficiências apontadas pela Auditor Independente e pela administração da Companhia; (ii) Compliance de Tecnologia da Informação e Segurança Corporativa, ressaltando os riscos de *Cyber Security* e debatendo sobre a implementação na Companhia das adaptações requeridas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"); (iii) Compliance de Processos Comerciais e gerais da Companhia; frisado e corrupção, garantindo a aderência às leis, normas, padrões e regulamentos internos e externos. No âmbito do Programa de Integridade e Anticorrupção da Companhia, o CAE também acompanhou o processo visando a manutenção da Certificação ISO 37001 concedido em 2020.

VI. Tomou conhecimento das principais alterações propostas no âmbito regulatório e as mudanças institucionais previstas, bem como os principais aspectos dos cenários político e econômico, com destaque para os riscos e desafios da conjuntura atual que possam impactar a Companhia. Para tanto, tem acompanhado os principais macrointicadores que auxiliam uma avaliação de riscos do ambiente externo para a Companhia no limite daquilo que é previsível pelas melhores técnicas quantitativas e qualitativas.

VII. No desempenho de suas atividades, o CAE acompanhou regularmente questões relacionadas à: (i) Satisfação do consumidor e qualidade dos serviços e do atendimento; (ii) Estímulo à inovação aplicada a produtos e serviços; (iii) Transparência e prestação de contas aos *stakeholders*; (iv) Ética nos negócios; (v) Inclusão digital; (vi) Diálogos e comunicação com públicos de relacionamento; (vii) Gestão de produtos eletrônicos; (viii) Investimento em infraestrutura; e (ix) Desenvolvimento de novas tecnologias.

VIII. No decorrer de 2021, o CAE analisou relatórios de *Enterprise Risk Management* ("ERM") da Companhia com foco no monitoramento do plano de trabalho para revisão e atualização dos fatores de risco publicados pela Companhia, gestão dos riscos financeiros, apetite de risco da Companhia e adequação dos fatores de riscos constantes no Formulário de Referência da Companhia, no inventário dos riscos SOx/CVM. Este tema foi tratado em 6 (seis) sessões durante o ano de 2021. A estrutura de gestão de riscos da Companhia prevê a análise pelo CAE com base no exame realizado pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"). Ambos são órgãos de governança vinculados ao Conselho de Administração conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia.

IX. Dentre as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, o Comitê examinou, avaliou e opinou, previamente, sobre 11 (onze) contratos de naturezas diversas entre a Companhia, de um lado, e partes relacionadas, de outro lado. Todas as contratações seguiram estritamente o processo de governança necessário para atender tanto às normas de Compliance internas da Companhia, quanto à regulamentação da CVM e da SEC. As informações relevantes sobre as contratações estão devidamente divulgadas no Formulário de Referência da Companhia.

X. No âmbito de suas atribuições, o CAE analisou, em 9 (nove) sessões durante o ano de 2021, os relatórios referentes às denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias da Companhia e as respectivas ações de melhoria previstas. Os relatórios, que são divididos por tipologia, foram arquivados na sede da Companhia.

XI. Além das 20 (vinte) reuniões informadas, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE participaram de 2 (duas) reuniões privadas, de 1 (uma) hora cada, com a área de Auditoria Interna da Companhia, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para avaliação de possíveis comentários ou risco de quebra de independência, de qualquer tipo de ingerência da administração, dando abertura ao Comitê para externar eventuais preocupações que precisem ser avaliadas no desenvolvimento dos trabalhos da auditoria.

3. Assuntos Discutidos com os Auditores Independentes considerando a forma de apresentação do Relatório de Auditoria (NBC TA 701)

Conforme determinado pelas normas de auditoria (NBC TA 260), que dispõem sobre a comunicação com os responsáveis pela governança da Companhia, o auditor deve comunicar, dentre outros, o quanto segue: (i) suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis; (ii) visão geral do seu Plano de Auditoria para o exercício; (iii) sua visão sobre os aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da Companhia, incluindo políticas e estimativas contábeis, e divulgações nas demonstrações contábeis; (iv) dificuldades significativas encontradas durante a auditoria, se houver; (v) aspectos de independência, incluindo confirmação formal sobre sua independência em relação à Companhia; (vi) comunicação, por escrito, aos responsáveis pela governança, das constatações significativas decorrentes da auditoria; e (vii) conforme determinado pela NBC TA 701, comunicar quais os Principais Assuntos de Auditoria ("PAAs") a serem considerados no Relatório do Auditor Independente.

Diante do exposto acima, visando cumprir com o profícuo e teu requerimento de comunicação entre os auditores e os responsáveis pela governança da Companhia, o CAE manteve reuniões periódicas com os Auditores Independentes da Companhia, com objetivo de acompanhar o andamento dos trabalhos dos auditores em relação às demonstrações financeiras da Companhia e sobre os controles internos de relatórios financeiros (SOx), de forma que todos os assuntos acima, entre outros, foram formalmente avaliados pelo CAE junto aos Auditores Independentes.

Especificamente em relação aos PAAs, o CAE interagiu com os Auditores Independentes com o objetivo de entender o julgamento dos Auditores para determinação desses assuntos como PAAs, bem como o entendimento da abordagem de auditoria definida pelos Auditores Independentes como resposta de auditoria a esses PAAs.

Por fim, além de toda a interação com os Auditores Independentes, o CAE realizou as seguintes atividades ao longo do ano para avaliação das áreas consideradas como PAAs pelos Auditores Independentes:

3.1. Provisão para contingências tributárias (nota explicativa 24 - "Provisão para processos judiciais e administrativos")

O CAE revisou trimestralmente a evolução das contingências tributárias e acompanhou os prognósticos fornecidos pelos responsáveis pelas áreas Tributária, Cível, Trabalhista e Regulatória da Companhia.

3.2. Impacto na venda de participação da Companhia na I-System (anteriormente denominada FiberCo)

O CAE manteve diversas interações com a administração da Companhia para avaliação e acompanhamento dos impactos contábeis ocasionados pelo fechamento da transação.

4. Outras Atividades

4.1. Revisão do Formulário 20-F e do Formulário de Referência

Com relação aos trabalhos de revisão do Formulário 20-F (SEC) e do Formulário de Referência (CVM), os membros do CAE se reuniram formalmente, no total, 2 (duas) vezes entre os meses de março e junho de 2021, com executivos da Companhia.

4.2. Avaliação do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas

Os membros do CAE se reuniram com executivos da Companhia para avaliar a adesão da Companhia a determinadas práticas de governança previstas no Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas, em atendimento à Instrução Normativa CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que alterou e acrescentou dispositivos à Instrução Normativa CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

4.3. Autoavaliação do CAE

Os membros do CAE submeteram-se a questionário de autoavaliação de desempenho de suas atividades, conforme as melhores práticas de governança existentes no mercado nacional e estrangeiro. Com base nas respostas apresentadas, os membros do CAE procuraram aprimorar e tornar mais eficientes as atividades desenvolvidas durante o ano de 2021, objetivando um processo de evolução constante e permanente.

4.4. Avaliação dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna

Os membros do CAE procederam à avaliação da qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna da Companhia, por meio de questionários de avaliação previamente aprovados pelo CAE.

5. Conclusões e recomendações

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021").

Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela EY, e a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, o CAE concluiu que essas informações e documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia.

Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), de 23 de fevereiro de 2022.

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

HERCULANO ANÍBAL ALVES
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

FLAVIA MARIA BITENCOURT
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*), **Camille Loyo Faria** (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo** (*Human Resources & Organization Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que revisam, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*

CAMILLE LOYO FARIA
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer

JAQUES HORN - Diretor Jurídico

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*), **Camille Loyo Faria** (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo** (*Human Resources & Organization Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que revisam, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e *Chief Revenue Officer*

CAMILLE LOYO FARIA
Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer

JAQUES HORN - Diretor Jurídico

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:28 -0300.

TIM S.A.

CNPJ nº 02.421.421/0001-11

TIMS B3 LISTED NM | TIMB LISTED NYSE | ISE B3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **TIM S/A** Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tim S/A ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria inclui a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para contingências tributárias

Conforme divulgado na nota explicativa 24 das demonstrações financeiras, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, no montante de R$16.738 milhões, em 31 de dezembro de 2021, para os quais foi constituída provisão no montante de R$430 milhões. Enquanto o valor de R$16.309 milhões foi divulgado pela Companhia como perdas possíveis de acordo em linha com os requerimentos do "CPC 25 (IAS37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes".

A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgadas depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais.

Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de perda, pode trazer impactos relevantes às demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e eficácia dos controles internos da Companhia para identificação e avaliação das contingências tributárias, incluindo o processo da Companhia na determinação dos prognósticos de perda das contingências tributárias e sobre a informação produzida pelo sistema de tecnologia que apoia este processo; (b) para teste da avaliação da Companhia sobre o prognóstico de perdas dos processos tributários, envolvemos nossos especialistas em assuntos tributários para auxiliar-nos na avaliação dos prognósticos realizados por advogados externos para as contingências tributárias reais significativas da Companhia, obtivemos e analisamos opiniões legais junto a todos os consultores jurídicos internos e externos, realizamos reuniões e obtivemos representações por parte da diretoria da Companhia com relação à avaliação dos principais processos tributários; e (c) revisão de adequação das divulgações incluídas pela Companhia na nota explicativa nº 24 às demonstrações.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e a divulgação das contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Alienação de 51% mantido na investida I-System (anteriormente conhecida como FiberCo Soluções Infraestrutura S/A)

Conforme descrito na nota explicativa 1 das demonstrações financeiras, em 16 de novembro de 2021, a Companhia vendeu 51% da participação que mantinha na I-System. A venda gerou um ganho de R$782 milhões, que foi mensurado pela diferença entre o valor justo da consideração recebida e o valor contábil dos ativos e passivos líquidos da I-System. A determinação do valor contábil dos ativos e passivos líquidos da I-System envolveram identificação e mensuração dos ativos, passivos e ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocados a I-System na data da venda.

Auditar a contabilização da Companhia relativa à venda de 51% do investimento mantido na I-System foi complexo devido o julgamento significativo aplicado pela diretoria para determinação do montante do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocado a I-System, a natureza da transação e significativo julgamento exercido pela diretoria na avaliação dos impactos contábeis relativos a perda de controle e do contrato de prestação de serviço entre as partes.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e testamos a eficácia dos controles internos mantidos pela Companhia para avaliar a transação de venda de 51% da participação na I-System. Por exemplo, lestamos controles de revisão da diretoria sobre a contabilização dos efeitos da venda e cálculo do ganho líquido de impostos e controles da diretoria sobre a revisão de assuntos chave, dados e premissas utilizados pela diretoria na determinação da alocação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura à I-System.

Para testar a avaliação efetuada pela diretoria sobre a venda, nossos procedimentos incluíram, entre outros: inspeção dos contratos relacionados a transação; avaliação da razoabilidade dos julgamentos aplicados pela diretoria e teste da acuracidade matemática sobre o cálculo do ganho na venda (líquido de impostos); avaliamos os assuntos chave e dados utilizados pela diretoria na determinação da alocação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura alocado à I-System através de inspeção documental e avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia; avaliamos o julgamento da diretoria sobre os critérios para contabilização dos impactos relativos à perda de controle através da avaliação de possíveis evidências contrárias nos documentos obtidos à transação bem como a avaliação da diretoria sobre o contrato de prestação de serviço à luz do CPC 06 (R2) | IFRS 16) - Arrendamentos. nós também envolvemos profissionais de impostos para avaliar os impactos fiscais associados a venda e também avaliamos a adequacidade das divulgações efetuadas pela Companhia relativos a venda de 51% do investimento mantido na I-System.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os impactos contábeis relacionados a alienação de 51% de participação societária na FiberCo, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento a mensuração dos impactos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante das demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0

Id: 2375929

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas

RIOCENTRO S.A. - Centro de Feiras, Exposições e Congressos do Rio de Janeiro

CNPJ nº 42.587.568/0001-09 - NIRE: 33.3.0007331-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Convidamos os Senhores acionistas do RIOCENTRO S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no dia 03/03/2022, às 15hs na Rua Maia de Lacerda, 167 - 4º andar - Estácio, RJ/RJ, com a seguinte pauta: 1) Alteração do Art. 4º do Estatuto Social. Maria Isabel Werneck da Silva - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2375384

UNIMED NOVA IGUAÇU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.
CNPJ: 28.714.533/0001-54

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DIGITAL DE 26/03/2022

Pelo presente Edital, ficam convocados os médicos cooperados da UNIMED Nova Iguaçu Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária - AGO, a se realizar por meio HÍBRIDO, no dia 26 de março de 2022, utilizando-se as plataformas ZOOM e CURIA a partir das 09:30 horas da manhã e apresentação e divulgação da eleição no Centro Social São Vicente (Patronato) - situado à R. Gov. Portela, 382 - Centro, Nova Iguaçu - RJ, 26221-030 às 18:00h. Às 8 horas, em 1ª convocação com a presença de 2/3 cooperados, às 8h30min, em 2º convocação com a presença de metade mais 01 (um) dos cooperados e às 9 horas, em 3º e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) cooperados, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Resultado da eleição dos membros do Conselho Fiscal (efetivos e suplentes), para cumprimento de um mandato, conforme o Estatuto Social em vigor; 2) Prestação de contas do exercício findo em 2021 a partir das 18h, compreendendo o Relatório da Gestão, o Balanço, o Demonstrativo da Conta de Sobras e Perdas e os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal; 3) Destinação das sobras ou rateio das perdas; 4) Fixação do valor dos honorários da Diretoria Executiva e das cédulas de presença por comparecimento às reuniões para os componentes dos Órgãos da Administração; 5) Previsão orçamentária para o exercício social subsequente; 6) Panorama Histórico da Gestão; 7) Instituto Unimed Nova Iguaçu; 8) Informações sobre Recursos Próprios: Unipasa, Hospital Unimed, Laboratório, CAMU e Centro Oncológico; 9) Autorização para Reforma do Estatuto; 10) Assuntos Gerais. **NOTAS:** a) a eleição para os cargos do Conselho Fiscal se dará ao dia **25 de março no período de 08:00 às 17:00h** entre aqueles candidatos que se inscreverem até o dia 10/03/2022 e apresentarem os documentos previstos no art. 82, § 5º, § 6º a), b) e c), do Estatuto Social, bem como serão preservados os já inscritos até o dia 18 de março de 2020, tudo em atendimento ao edital anterior; b) O número de cooperados em condições de votar: 563, sem impedimentos, para efeito de cálculo do *quórum* de instalação; c) a posse ocorrerá no dia da Assembleia Geral Ordinária, conforme art. 86 do Estatuto Social; d) o acesso à assembleia digital, a se realizar por meio das plataformas ZOOM e CURIA se dará mediante disponibilização, em até 2 (dois) dias antes, por *e-mail*, com as orientações devidas de acesso aos *links*, encaminhado a todos os participantes, que no dia e horário designados para realização da assembleia deverão acessá-los; e) os documentos referentes ao primeiro item da Ordem do Dia serão encaminhados previamente por *e-mail*; f) a votação para eleição dos membros do Conselho Fiscal será realizada de 8h às 17h no dia 25 de março por sistema eletrônico utilizando-se a plataforma CURIA, garantido o sigilo ao voto, sendo disponibilizado previamente acesso ao *login* e senha a todos os Representantes-Delegados; g) para participar da Assembleia Geral Ordinária por meio digital, o cooperado deverá realizar seu cadastro através do formulário *online* disponível no *link* https://forms.office.com/r/qXP7ESNbBr, até 15 dias (10/03/2022) antes da AGO, o formulário também pode ser acessado pelo QRCode: h) para fazer perguntas pertinentes a Assembleia Geral Ordinária, o cooperado deverá fazer sua solicitação pelo *chat* e aguardar (ordem de recebimento), e, assim que o presidente autorizar, será liberado o microfone para que o mesmo se pronuncie; i) o registro de presença se dará mediante a utilização da plataforma **CURIA.** Nova Iguaçu, 24 de fevereiro de 2022. **Dr. Joé Gonçalves Sestello** - Diretor-Presidente.

Id: 2375980

INSTITUTO DE UROLOGIA E NEFROLOGIA LTDA
CNPJ 30.119.697/0001-85

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária. Max Velmovitsky, Diretor Presidente do Instituto de Urologia e Nefrologia Ltda., convoca os senhores quotistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na Rua Quinze de Novembro, 106, salas 401 a 403, Centro, Niterói, CEP: 24020-125, com vistas à eleição de Diretor Presidente e de Diretor Tesoureiro, para o período de 12 de março de 2022 a 12 de março de 2024. Em primeira convocação, a assembleia será realizada no dia 03 de março de 2022, às 11:00, e, caso necessário, em segunda convocação, a assembleia será realizada no dia 11 de março de 2022, às 11:00.

Id: 2375674

AREAL BARROSO EIRELI
CNPJ: 36.086.783/0002-04
CONCESSÃO DE LICENÇA

AREAL BARROSO EIRELI torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA AMBIENTAL INTEGRADA LAI nº IN052606, com validade até 13 de janeiro de 2024, que aprova localização e implantação da infraestrutura para futura extração de areia em cava molhada, com emprego direto na construção civil, segundo os processos minerários da ANM n° 890.464/2015, 890.465/2015 e 890.466/2015, na ESTRADA RETA DOS QUATROCENTOS, LOTES 495 E 498 - PIRANEMA, município ITAGUAÍ. **Processo nº E-07/002.1033/2016.**

Id: 2375544

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAERJ

CNPJ 29.521.473/0001-16

DECLARAÇÃO - ATESTADO DIGITAL DE NÃO SIMILARIDADE

De acordo com o disposto no Decreto nº 45.237 de 29/04/2015, que altera o artigo 3º da Lei nº 6.979/2015, de 31/03/2015, **DECLARO** os atestados de não similaridade emitidos abaixo:

CÓDIGO AUTENTICIDADE	CNPJ REQUERENTE	NCM
2.418.25.02/2022-RJ	00.835.301/0006-40	8479.89.99
2.419.25.02/2022-RJ	11.790.941/0001-92	8415.90.90
2.420.25.02/2022-RJ	11.790.941/0001-92	8415.90.90
2.421.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.422.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8413.30.90
2.423.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.424.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.425.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8481.80.99
2.426.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8514.30.90
2.427.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.428.25.02/2022-RJ	28.566.933/0001-60	8477.90.00
2.429.25.02/2022-RJ	95.422.218/0010-31	9506.99.00

Rio de Janeiro, RJ, 25 de fevereiro de 2022
MARIO SCANGARELLI - Diretor Executivo CAERJ

Id: 2375977

TIM S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS. Ficam convocados os Senhores Acionistas da TIM S.A. ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404/76, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada exclusivamente de forma presencial no dia 29 de março de 2022, às 14h30, na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, Térreo - Auditório, Barra da Tijuca, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, a fim de de-

Imprensa Oficial | GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO | documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2022 às 02:29:31 -0300.

DocuSign Envelope ID: 38BFE083-C880-436A-970B-DD30DF95487C

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2022.

ANÁLISE ECONÔMICO – FINANCEIRA

A TIM S/A, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.421.421/0001-11, estabelecida na Av. João Cabral de Mello Neto, nº 850 Bloco C 001 salas 501 a 1208 – bairro: Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.775-057, para fins de apresentação em licitações públicas, informa os seguintes índices: Indices de Liquidez Geral – ILG, Índice de Solvência - ISG e índice de Liquidez Corrente - ILC referentes ao Balanço Patrimonial e Demostrações Contábeis do exercício de 2021.

As fórmulas para cáculo dos índices referidos acima são os seguintes:

i) Índice de Liquidez Geral:

$$ILG \quad \frac{(AC + RLP)}{(PC + PNC)} = \frac{15.398.048 + 3.925.956}{10.611.482 \quad 14.100.598} = \mathbf{0,78}$$

Onde:
ILG – Índice de Liquidez Geral;
AC – Ativo Circulante;
RLP – Realizável a Longo Prazo;
PC – Passivo Circulante;
PNC – Passivo Não Circulante.

ii) Índice de Solvência Geral:

$$ISG \quad \frac{AT}{PC+ PNC} = \frac{49.819.186}{10.611.482 \quad + \quad 14.100.598} = \mathbf{2,02}$$

Onde:
ISG – Índice de Solvência Geral;
AT – Ativo Total;
PC – Passivo Circulante;
PNC – Passivo Não Circulante.

iii) Índice de Liquidez Corrente:

$$ILC \quad \frac{AC}{PC} = \frac{15.398.048}{10.611.482} = \mathbf{1,45}$$

Onde:
ILC – Índice de Liquidez Corrente;
AC – Ativo Circulante;
PC – Passivo Circulante.

DocuSigned by:
Manoela de Paiva Suassuna
[illegible]

Nome do Contador: Manoela Paiva Suassuna
Cargo: Contador
R.G.: RJ – 102467/O-5
CPF: 806.902.117-91

Tim S/A
Av João Cabral de Mello Neto, 850 Bloco C 001 salas 501 a 1208 - Bairro: Barra da Tijuca
Rio de Janeiro – RJ - CEP: 22.775057
CNPJ: 02.421.421/000111
Insc. Estadual: 86.092.085
Insc. Municipal: 0.261.388-3

Classificado como Uso Interno

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO RIO DE JANEIRO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : MANOELA DE PAIVA SUASSUNA
REGISTRO..... : RJ-102467/O-5
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.902.117-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO DE JANEIRO, 06/05/2022 as 11:48:11.
Válido até: 04/08/2022.
Código de Controle: 468369.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRJ.

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 966A4086F6A14816B86D0DDA8BD20C0D
Status: Concluído
Assunto: DocuSign: ANEXO III - TERMO DECLARATORIO.docx, Declaração de impeditivo.docx
Envelope fonte:
Documentar páginas: 3
Assinaturas: 2
Remetente do envelope:
Certificar páginas: 5
Rubrica: 1
Sabrina De Aguiar Amaral
Assinatura guiada: Ativado
Av. João de Cabral de Mello Neto, 850
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 22775-055
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília
samaral@timbrasil.com.br
Endereço IP: 163.116.228.34

Rastreamento de registros

Status: Original
Portador: Sabrina De Aguiar Amaral
Local: DocuSign
13/05/2022 11:10:46
samaral@timbrasil.com.br

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Marcondes Domigos Pereira mdpereira@timbrasil.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Marcondes Domigos Pereira C1A0A0283221449... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Assinado pelo link enviado para mdpereira@timbrasil.com.br Usando endereço IP: 143.255.253.7	Enviado: 13/05/2022 11:12:12 Visualizado: 13/05/2022 11:35:19 Assinado: 13/05/2022 11:35:56

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 13/05/2022 11:35:19
ID: b3936b95-e917-4bd5-8a50-1fcce611ab3c

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Tatiana Ferreira Guilhon tguilhon@timbrasil.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 13/05/2022 11:16:08

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 19/04/2022 16:39:55
ID: 92eae2f3-268d-4b35-82a8-952e1448c65d

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	13/05/2022 11:12:12
Entrega certificada	Segurança verificada	13/05/2022 11:35:19
Assinatura concluída	Segurança verificada	13/05/2022 11:35:56

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Concluído	Segurança verificada	13/05/2022 11:35:56

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Tim Celular S.A. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through your DocuSign, Inc. (DocuSign) Express user account. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to these terms and conditions, please confirm your agreement by clicking the 'I agree' button at the bottom of this document.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. For such copies, as long as you are an authorized user of the DocuSign system you will have the ability to download and print any documents we send to you through your DocuSign user account for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. To indicate to us that you are changing your mind, you must withdraw your consent using the DocuSign 'Withdraw Consent' form on the signing page of your DocuSign account. This will indicate to us that you have withdrawn your consent to receive required notices and disclosures electronically from us and you will no longer be able to use your DocuSign Express user account to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through your DocuSign user account all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Tim Celular S.A.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: alandrade@timbrasil.com.br

To advise Tim Celular S.A. of your new e-mail address

To let us know of a change in your e-mail address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at alandrade@timbrasil.com.br and in the body of such request you must state: your previous e-mail address, your new e-mail address. We do not require any other information from you to change your email address..

In addition, you must notify DocuSign, Inc to arrange for your new email address to be reflected in your DocuSign account by following the process for changing e-mail in DocuSign.

To request paper copies from Tim Celular S.A.
To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an e-mail to alandrade@timbrasil.com.br and in the body of such request you must state your e-mail address, full name, US Postal address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.
To withdraw your consent with Tim Celular S.A.

To inform us that you no longer want to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your DocuSign account, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an e-mail to alandrade@timbrasil.com.br and in the body of such request you must state your e-mail, full name, IS Postal Address, telephone number, and account number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

Operating Systems:	Windows2000? or WindowsXP?
Browsers (for SENDERS):	Internet Explorer 6.0? or above
Browsers (for SIGNERS):	Internet Explorer 6.0?, Mozilla FireFox 1.0, NetScape 7.2 (or above)
Email:	Access to a valid email account
Screen Resolution:	800 x 600 minimum
Enabled Security Settings:	• Allow per session cookies

	• Users accessing the internet behind a Proxy Server must enable HTTP 1.1 settings via proxy connection

** These minimum requirements are subject to change. If these requirements change, we will provide you with an email message at the email address we have on file for you at that time providing you with the revised hardware and software requirements, at which time you will have the right to withdraw your consent.

Acknowledging your access and consent to receive materials electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please verify that you were able to read this electronic disclosure and that you also were able to print on paper or electronically save this page for your future reference and access or that you were able to e-mail this disclosure and consent to an address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format on the terms and conditions described above, please let us know by clicking the 'I agree' button below.

By checking the 'I Agree' box, I confirm that:

- I can access and read this Electronic CONSENT TO ELECTRONIC RECEIPT OF ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURES document; and
- I can print on paper the disclosure or save or send the disclosure to a place where I can print it, for future reference and access; and
- Until or unless I notify Tim Celular S.A. as described above, I consent to receive from exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to me by Tim Celular S.A. during the course of my relationship with you.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
02.421.421/0001-11 **MATRIZ**		**09/03/1998**

NOME EMPRESARIAL
TIM S A

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
61.10-8-01 - Serviços de telefonia fixa comutada - STFC

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.52-4-00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia - SCM
61.20-5-01 - Telefonia móvel celular
61.20-5-99 - Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente
61.90-6-02 - Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP
61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente
62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
66.22-3-00 - Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde
71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente
73.19-0-03 - Marketing direto
82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
204-6 - Sociedade Anônima Aberta

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV JOAO CABRAL DE MELLO NETO	**00850**	**BLC 001 SALAS 0501 A 1208**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
22.775-057	**BARRA DA TIJUCA**	**RIO DE JANEIRO**	**RJ**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
TIM@TIMBRASIL.COM.BR	**(21) 4119-8899**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**27/08/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/05/2022** às **17:42:23** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: TIM S A
CNPJ: 02.421.421/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:34:00 do dia 03/12/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/06/2022.
Código de controle da certidão: **9767.A0B4.0598.3749**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.421.421/0001-11
Razão Social: TIM S A
Endereço: AV JOAO CABRAL DE MELLO NETO 850 BLC 001 SAL 1212 / BARRA DA TIJUCA / RIO DE JANEIRO / RJ / 22775-057

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/05/2022 a 09/06/2022

Certificação Número: 2022051100393457353067

Informação obtida em 11/05/2022 09:59:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS COM EFEITO DE NEGATIVA

Nome: TIM S A (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 02.421.421/0001-11
Certidão nº: 10400477/2022
Expedição: 01/04/2022, às 10:21:01
Validade: 28/09/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TIM S A (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.421.421/0001-11**, **CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0011909-41.2015.5.01.0008 - TRT 01ª Região * (8ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0000616-93.2010.5.01.0026 - TRT 01ª Região * (26ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0263000-12.2004.5.02.0020 - TRT 02ª Região ** (20ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0155200-36.2003.5.02.0059 - TRT 02ª Região ** (59ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0000573-97.2012.5.04.0772 - TRT 04ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO)
0000313-97.2017.5.06.0122 - TRT 06ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PAULISTA)

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.
** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 6.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2°, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário, penhora de bens suficientes ou, ainda, tenha sido deferida, no caso de empresa, a sua recuperação judicial, de acordo com a Lei 11.101/2005.

Governo do Estado Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

Impressão: 03/01/2022 - 16:09:07

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº **10-2022/0000002-0**

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITOS DE NEGATIVA - CPN

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ 02.421.421/0001-11	**CAD-ICMS** ATIVO
NOME / RAZÃO SOCIAL TIM S.A.	

CERTIFICAMOS, para os fins de direito, e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda, que, até a presente data, CONSTAM DÉBITOS perante a RECEITA ESTADUAL para o requerente acima identificado, porém com EXIGIBILIDADE SUSPENSA, nos termos da legislação tributária em vigor.

EMITIDA EM: 03/01/2022 AS 16:09:00

VÁLIDA ATÉ: 02/07/2022

_____

(assinatura da autoridade fiscal emitente)
Nome: ARI WANDERSMAN
Matrícula: 0294520-2

OBSERVAÇÕES

Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004.

A autenticidade desta certidão pode ser confirmada pela Internet (www.sefaz.rj.gov.br).

A relação de débitos existentes será entregue ao requerente ou ao seu representante legal.

A verificação de débitos é efetuada pelo CNPJ do requerente, abrangendo sua regularidade fiscal e de estabelecimentos que porventura possuir com mesma raiz de CNPJ. A razão social, quando indicada, é informação apenas ilustrativa.

O campo CAD-ICMS atesta a situação do CNPJ do requerente no Cadastro Estadual de Contribuintes do ICMS: ATIVO - estabelecimento inscrito e ativo; DESATIVADO - estabelecimento inscrito e desativado; NÃO INSCRITO - estabelecimento sem qualquer inscrição. No caso de estabelecimento inscrito no CAD-ICMS, sua identificação deverá ser obtida pelo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (www.sefaz.rj.gov.br).

A condição de não-inscrito ou desativado não desobriga o requerente de possuir inscrição ativa no CAD-ICMS caso exerça atividade relacionada no artigo 31 da Resolução SEF nº 2.861/97 (texto disponível em www.sefaz.rj.gov.br).

FINALIDADE (A SER INFORMADA EM CASO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL)

Modelo aprovado pela Resolução SER nº 310/2006.

Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Procuradoria de Dívida Ativa

Procuradoria de Dívida Ativa

CERTIDÃO

Certifico, tendo em vista as informações fornecidas pelo Sistema da Dívida Ativa, nos autos do procedimento administrativo nº. **SEI-140017/001229/2020**, que no período de 1977 até 07/02/2022, **CONSTAM DÉBITOS** em nome de **TIM S/A**, CNPJ nº **02.421.421/0001-11**, Inscrição Estadual nº **86.092.085**, corporificados nas inscrições nº **2019/016.923-3 e 2021/266.825-3**, sendo que o(s) referido(s) débito(s) se encontra(m) na situação prevista no art. 1º, II da Resolução PGE nº 2.690 de 05 de outubro de 2009, o que determina a expedição de **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA**, nos termos do art. 206 do CTN em relação a tal(is) débito(s).

CONSTAM, entretanto, **DÉBITOS**, em nome de **INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, com o mesmo CNPJ da requerente, corporificados nas inscrições nº **2011/003.919-3 e 2016/002.364-2**, sendo que o(s) referido(s) débito(s) se encontra(m) na situação prevista no art. 1º, II da Resolução PGE nº 2.690 de 05 de outubro de 2009, o que determina a expedição de **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA**, nos termos do art. 206 do CTN em relação a tal(is) débito(s).

CONSTAM, também**, DÉBITOS** em nome de **TIM CELULAR S/A INCORPORADA POR TIM S/A**, raiz de CNPJ nº **04.206.050**, **CONSTAM, relacionados à requerente, para empresas com mesmo Nome, Inscrição Estadual, CNPJ ou raiz de CNPJ, "81 (oitenta e um)" DÉBITOS,** corporificados nas inscrições listadas no relatório de pesquisa cadastral em anexo, extraído do Sistema da Dívida Ativa, no total de "3 (três)" laudas numeradas, sendo que o(s) referido(s) débito(s) se encontra(m) na situação prevista no art. 1º, II da Resolução PGE nº 2.690 de 05 de outubro de 2009, o que determina a expedição de **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA**, nos termos do art. 206 do CTN em relação a tal(is) débito(s).

Certifico, por fim, que **CONSTA**, também, **DÉBITO**, em nome de **TIM CELULAR S/A INCORPORADA POR TIM S/A,** CNPJ nº **04.206.040/0001-45,** corporificado na inscrição nº **2010/008.868-9**, sendo que o(s) referido(s) débito(s) se encontra(m) na situação prevista no art. 1º, II da Resolução PGE nº 2.690 de 05 de outubro de 2009, o que determina a expedição de **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA**, nos termos do art. 206 do CTN em relação a tal(is) débito(s).

A presente certidão tem validade de 180 (cento e oitenta) dias após sua emissão.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2022.

NATALIA FARIA DE SOUZA

Procurador Chefe da Procuradoria

da Dívida Ativa - PG-5

Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Areal Pires**, **Procurador**, em 07/02/2022, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **28336804** e o código CRC **30C4A1A2**.

.....

{Digite aqui a nota de rodapé}

R. do Carmo, 27, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20011-020
Telefone: (21) 2332-6015 - https://www.pge.rj.gov.br/

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
COORDENADORIA DO ISS E TAXAS

Nº AUTENTICAÇÃO	**8331361777**
ÓRGÃO	**F/SUBTF/CIS-3**
CONTROLE	**566902022**

NOME / RAZÃO SOCIAL / ENDEREÇO

TIM SA
AVN JOAO CABRAL DE MELLO NETO 000850 BLC 001 SALAS 0501 A 1208
BARRA DA TIJUCA RIO DE JANEIRO 22775-057 RJ

CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL
02.421.421/0001-11	**0.261.388-3**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - Modelo 1

CERTIFICA-SE que, até a presente data, em relação ao contribuinte acima qualificado, não há auto de infração, nota de lançamento, parcelamento, débito confessado em pedido de parcelamento ou nota de débito pendentes de pagamento integral, ou débito escriturado em livro fiscal ou declarado por meio eletrônico, vencidos e não pagos. Fica, entretanto, assegurado ao Município o direito de cobrança de qualquer débito que vier a ser verificado posteriormente, inclusive no que diz respeito às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor. **A presente certidão, válida para todas as inscrições sediadas no Município do Rio de Janeiro, vinculadas aos oito primeiros dígitos do CNPJ ou ao CPF acima, serve como prova perante qualquer órgão público ou privado.**

VALIDADE: 180 (cento e oitenta) dias da data de sua expedição.
Certidão expedida com base na Resolução SMF nº 1897, de 23/12/2003 e alterações posteriores.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2022. HORA: 09:23:35

Dispensada a assinatura do Fiscal de Rendas, conforme art. 5º-A, da Resolução SMF Nº 1.897.

OBSERVAÇÕES

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página eletrônica da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, na internet, no endereço (http://www2.rio.rj.gov.br/smf/forms/valcerti.cfm).

O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples Nacional nos últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por certidão de situação fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria da Dívida Ativa

Código de Controle

1BCMMC8MC9

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

Ressalvado o direito de o Município do Rio de Janeiro cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo identificado neste documento que vierem a ser apuradas, A PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, após analisar o cadastro dos créditos sob sua administração, relativamente a **TIM S.A.** , inscrito(a) no cadastro nacional de pessoas jurídicas - CNPJ sob o nº 02.421.421/0001-11, inscrição municipal nº 0.261.388-3, com endereço no(a) AVN JOAO CABRAL DE MELLO NETO, nº 850 - BLC 001 SALAS 0501 A 1208 - RJ Cep: 22775-057, certifica que

FORAM APURADAS INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA

BLAH! SOCIEDADE ANONIMA DE SERVICOS E COMERCIO - 03.924.337/0001-83

Certidão	Natureza	Dívida (R$)	Situação	Fase	Exigibilidade	Exec. Fiscal
10/262743/2018-00	ISS	4.734.222,70	Cobrança Garantida	Judicial	Cobrança	0241563-50.2021.8.19.0001

TIM S.A. (INCORPORADORA DA TIM CELULAR S.A.) - 02.421.421/0001-11

Certidão	Natureza	Dívida (R$)	Situação	Fase	Exigibilidade	Exec. Fiscal
10/244495/2017-00	ISS	378.513.003,87	Cobrança Garantida	Judicial	Cobrança	0005126-57.2022.8.19.0001

Observações Complementares

A presente Certidão também é válida para as filiais de TIM S.A., inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº do radical 02.421.421/.

Esta certidão compõe-se de 1 folha(s) e é válida por 90 dias, a contar desta data.

Observações

Rio de Janeiro, RJ, 22/03/2022

1. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação fiscal do(s) contribuinte(s) acima indicado(s) perante a dívida ativa do Município do Rio de Janeiro.

2. A situação fiscal do(s) contribuinte(s) quanto a créditos não inscritos em dívida ativa deve ser certificada pelos órgãos responsáveis pelas respectivas apurações.

3. Esta certidão poderá ser renovada a partir de 08/06/2022. A certidão de situação fiscal é expedida no prazo de 10 dias, contados da data de seu requerimento perante a Procuradoria da Dívida Ativa. Não são aceitos pedidos de urgência.

4. O requerimento de certidão de situação fiscal perante a Procuradoria da Dívida Ativa pode ser feito pela própria pessoa física ou jurídica interessada, gratuitamente e sem a necessidade de nomeação de procurador.

5. Regularize sua situação fiscal imediatamente: efetue o pagamento ou parcelamento das dívidas apontadas nesta certidão, apresente os comprovantes de pagamento ou de início de parcelamento (originais, inclusive honorários, quando devidos) e obtenha em dois dias úteis sua certidão de situação fiscal regular.

6. O destinatário poderá confirmar a autenticidade desta certidão, informando o número do Código de Controle impresso acima no endereço **daminternet.rio.rj.gov.br**

Ivo Marinho de Barros Junior
Procurador-Coordenador
Procuradoria da Dívida Ativa
Mat. 11/297.772-6

Prefeitura Municipal de Viana

Secretaria Municipal de Fazenda

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO 20220006747

CERTIFICO: Para os devidos fins que:
TIM S.A

Devidamente Inscrito sob o CNPJ nº: 02.421.421/0001-11

CERTIFICAMOS, para os fins a que se destina que procedendo à pesquisa nos arquivos desta gerência, do requerente acima citado, não existe nesta repartição qualquer dívida referente a tributos municipais de natureza tributária e não tributária, inscritos e não inscritos na dívida ativa até a presente data, ressalvando o direito de cobrar débitos que venham a ser apurados posteriormente à expedição desta Certidão, que decorram descumprimento de disposição, concernentes às incidências e lançamentos de tributos.

Por ser verdade firmo o presente em duas vias de igual teor. Dado e passado nesta Cidade.

Chave de validação da certidão: 20220006747

Validade 30 dias

Emitida Quarta-Feira, 04 de Maio de 2022

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Imprimir

Poder Judiciário
Estado do Rio de Janeiro

C E R T I D Ã O

Nº 2022.442.09273

Em atendimento ao requerido junto a esta Corregedoria-Geral da Justiça/RJ por **TIM S.A** , CNPJ/CPF nº **02.421.421/0001-11** , **CERTIFICO, para fins de prova em Licitação Pública** que, de acordo com o artigo nono c/c os artigos cento e vinte e quatro e cento e vinte e cinco da Resolução número cinco, de vinte e quatro de março de mil novecentos e setenta e sete, (Livro III, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro), os **Ofícios do Registro de Distribuição na Comarca da CAPITAL do Estado do Rio de Janeiro**, são em número de nove, competindo: **I - aos dos 1º e 2º Ofícios**: o registro dos feitos da competência das Varas de Órfãos e Sucessões, das Varas Criminais e os contenciosos e administrativos das demais varas, salvo as da Fazenda Pública, que lhes forem distribuídos; **II - as dos 3º e 4º Ofícios**: o registro das habilitações para casamento, dos feitos de competência das Varas Criminais e os contenciosos e administrativos das demais varas, salvo os da Fazenda Pública, que lhes forem distribuídos; **III - aos dos 5º e 6º Ofícios**: a anotação das escrituras, procurações públicas em geral, substabelecimentos e respectivas revogações, distribuídas aos cartórios de notas e de circunscrições de numeração impar e par, respectivamente, e, em livro próprio, dos testamentos públicos e cerrados, bem como dos títulos judiciais e contratos particulares translativos de direitos reais sobre imóveis e das procurações em causa própria relativas a estes direitos; **IV - ao do 7º Ofício**: a distribuição, alternadamente, pelos respectivos ofícios, dos títulos destinados a protesto; **V - ao do 8º Ofício**: a distribuição, pelos respectivos ofícios, dos títulos e documentos destinados a registro; VI - ao do 9º Ofício: o registro dos feitos da competência das varas da Fazenda Pública do Estado (artigo 124), que lhes forem distribuídos. **CERTIFICO** ainda, que, os **Cartórios de Registro de Protesto de Títulos** são em número de quatro, numerados: **1º, 2º, 3º e 4º**, e a eles compete, pelo artigo quarenta e oito do Código supramencionado, lavrar, em tempo e forma regulares, os instrumentos de proteção de letras, notas promissórias, duplicatas e outros títulos sujeitos a essa formalidade, por falta de aceite ou pagamento, fazendo as transcrições, notificações e declarações necessárias, de acordo com as prescrições legais. **CERTIFICO** mais, que, ao **2º Ofício de Registro de Interdições e Tutelas**, incumbe, consoante o artigo trinta e três e seguintes do Código acima citado, o registro dos atos judiciais referentes às restrições da capacidade jurídica e, privativamente, à expedição de certidões para prova da referida capacidade. Cabendo a este inclusive, registrar obrigatoriamente as sentenças declaratórias de insolvência ou de falência, a extensão desta a terceiros, as de extinção das obrigações do insolvente ou do falido, as de reabilitação deste, as decisões de deferimento das concordatas e as sentenças que a julgarem cumpridas. Através da Lei 4453/04, o registro dos atos judiciais inerentes à capacidade jurídica e a expedição de certidões para a prova de capacidade, compete ao 1º Registro Civil de Pessoas Naturais.**CAPITAL 01 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua do Ouvidor, 63 2. andar - Centro; **CAPITAL 02 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua da Assembleia, 19 7. andar - Centro; **CAPITAL 03 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Avenida Erasmo Braga, 227 grupo 201 - Centro; **CAPITAL 04 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua do Carmo, 08 3 andar - Centro; **CAPITAL 05 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: AVENIDA RIO BRANCO, 131 11 ANDAR GRUPO DE SALAS 1101, 1102, 1103 E 1104 - Centro; **CAPITAL 06 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Av. Rio Branco, 135 sala 501 - Centro; **CAPITAL 07 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua da Assembleia, 10 SALAS 2201 A 2212 - Centro; **CAPITAL 08 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua da Assembleia, 10 salas 1515 a 1517 - Centro; **CAPITAL 09 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Av. Nilo Pecanha, 26 Grupo 601 - Centro; **CAPITAL 01 RCPN**: Praia de Olaria, 155 Cocota - Ilha do Governador; **CAPITAL 01 OF DE REG DE PROT TITULOS**: AVENIDA ERASMO BRAGA, 227 1o. ANDAR, GRUPOS 101 A 107, 112/113 - Centro; **CAPITAL**

02 OF DE REG DE PROT TITULOS: RUA DO CARMO, 09 3o. e parte do 4o. andares - Centro; **CAPITAL 03 OF DE REG DE PROT TITULOS**: Rua da Assembleia, 10 salas 2101 a 2110 - Centro; **CAPITAL 02 OF DE REG DE INTERD E TUTELAS**: Rua da Assembleia, 19 9. andar - Centro.

Observações:
a) As informações do nome e nº do CPF/CNPJ do solicitante são de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
b) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no endereço http://www.tjrj.jus.br/cgj
c) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, em até 3 (três) meses após a expedição.

Rio de Janeiro, 25/04/2022 13:41:30.
Divisão de Pessoal da Diretoria Geral de Administração da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Regimento de Custas Judiciais do Estado do Rio de Janeiro
Valor cobrado: R$ **26,51** GRERJ Nº **0153600455753**

F8071157

SERVIÇO REGISTRAL - RIO DE JANEIRO - CAPITAL
FINALIDADE EXCLUSIVA declarada pelo requerente:
LICITACAO.

19/04/2022>22/04/2022 [28]
20224141303160-001/001

1º Oficio do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO - RJ
Delegatário: Lélio Gabriel Heliodoro dos Santos

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 1º OFICIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

A) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, INSOLVÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DISTRIBUIDAS A UMA DAS VARAS EMPRESARIAIS.

DESDE DEZESSEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DOIS ATÉ DEZESSEIS DE ABRIL DE D
OIS MIL E VINTE E DOIS(16/04/2002 ATÉ 16/04/2022), dele(s)**********

_*_*_*_*_*_*_*_NADA_CONSTA_*_*_*_*_*_*_*_

Relativamente ao nome de TIM S.A - CNPJ: 02.421.421/0001-11**********
Rio de Janeiro, Capital em 20/04/2022. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido.
Emolumentos Tab.01. Ato 01: R$ 47,84, Tab.04-Ato 08: R$ 49,30, LEI 6.37
0 Art.2 §4: R$ 0,98, FETJ: R$ 19,42, FUNDPERJ: R$ 4,85, FUNPERJ: R$ 4,8
5, FUNARPEN: R$ 3,88, ISS: R$ 5,16. TOTAL: R$ 136,28. EU, RICARDO DA CO
STA MEIRELES (Mat.94/1867),Oficial Substituto a assino digitalmente.

CERTIDÃO ESPECIAL - (ART.21, § 1°, IV CNCGJERJ)
ESTA CERTIDÃO REFERE-SE ÚNICA E
EXCLUSIVAMENTE AO ASSUNTO REQUERIDO.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
EECY 18210 GFA
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

- A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Central Eletrônica de Registros Públicos - ANOREG RJ (http://validador.e-cartoriorj.com.br).
- A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.
- Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartoriorj, disponível na apple store ou Google Play.
- Provimento CGJ nº89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.

CERP: E1DEE5AF-D10F-4433-B4A6-E410F9248FEB

F8071107

2o. Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7o. ANDAR - CEP 20011-020

CERP: 7dfd422a-00cc-4162-b670-75ef48d18d35

REQUERIDA EM: 19/04/2022 **909427**

01/07 Pag: 0001

MODELO(C)>> CERTIFICA A a B <<

PARA FINS DE: LICITACAO

Ronaldo Cramer Moraes Veiga - Oficial Registrador
Jorge Constancio Cassas - Substituto

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 2o. OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A e D Á F É

QUE REVENDO OS LIVROS E ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO OU ANDAMENTO SOBRE:

A - Ações de Falência ou Concordata distribuídas as Varas Competentes, bem como, Inquéritos Judiciais Falimentares ou Falências Dolosas as Varas Criminais ou outras (art.186 da Lei de Falências), Recuperações Judiciais;

B - Interdições previstas pela Lei no. 6024 desde 13/03/1974, que trata da intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central,do Brasil ou Ministério da Fazenda, desde:

DOZE DE ABRIL DE DOIS MIL E DOIS ATÉ DOZE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS (12/04/2002 a 12/04/2022) dele(s).-

.-.-.-.-.-.-.-.NADA CONSTA.-.-.-.-.-.-.-

Relativamente ao Nome de TIM S.A Qualificação: 02421421000111 (conforme requerido).-.

EMITIDA EM: 25/04/2022, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL

EU REGISTRADOR ASSINO. **T O T A L R$: 136.28**

EMOL R$: 97,14 - PMCMV(2%)R$: 0,98 - FETJ(20%)R$: 19,42 - FUNDPERJ(5%)R$: 4,85 - FUNPERJ(5%)R$: 4,85 - FUNARPEN(4%)R$: 3,88 - ISS(5%)R$: 5,16

Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EECW80643-NJM
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartoriorj, disponível na apple store ou Google Play.

Provimento CGJ 89/2016 regulamenta a emissão e uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro
A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Central Eletrônica de Registros Públicos-ANOREG/RJ (http://validador.e-cartoriorj.com.br)
A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.

F8071167

Requerida em 19/04/2022 **8311112/2022-1.00**

Finalidade declarada CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO Modelo ESPECIAL folha 01

3º Ofício do Registro de Distribuição da Capital

0903231462

Av. Erasmo Braga, 227 - Grupo 201 - CEP: 20020-902

CERTIDÃO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

CERP: c25ced84-c101-405d-a9b0-970161502ff7

- A autenticidade desta certidao deverá ser confirmada na página da Central Eletrônica de Registros Públicos ANOREG RJ (http://validador.e-cartorio.com.br)
- A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão
- Para a validação deste documento atraves do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartoriorj, disponível na Apple Store ou no Google Play
- Provimento CGJ nº89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, AO VERIFICAR OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DE SEU OFÍCIO RELATIVOS A FEITOS EM ANDAMENTO NO PERÍODO REQUERIDO E NO QUE CONCERNE AOS ASSUNTOS ABAIXO DISCRIMINADOS, CERTIFICA E DÁ FÉ

a) Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresarial;

b) Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões;

c) Ações distribuídas às Varas da Infância, da Juventude e do Idoso mencionadas nos parágrafos 1° e 3° do artigo 33 da Consolidação Normativa da CGJ, desde

TREZE DE ABRIL DE DOIS MIL E DOIS ate TREZE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS (13/04/2002 ate 13/04/2022) deles **NADA CONSTA** contra o nome de: **TIM S.A**, qualificacao: CNPJ 02.421.421/0001-11 (conforme requerido)

Emitida em: 19/04/2022 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obrigatórios previstos na Lei 11.971/09: NÃO CONSTAM.

EMOLUMENTOS R$ 97,14 (Tab1, Ato1 e Tab4, Ato8) + R$ 0.98 (Lei 6.370/2012) + R$ 19.42 (FETJ) + R$ 4.85 (FUNDPERJ) + R$ 4.85 (FUNPERJ) + R$ 3.88 (FUNARPEN) + R$ 5.16 (LEI 7128/2015) valor total R$ 136,28

"Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor."

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EEDD46932 OJR
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

Cert. Proc. p/ LUIZ/LUIZ

3° Ofício do Registro de Distribuição da Capital

Av. Erasmo Braga, 227 - Grupo 201 - CEP: 20020-902
CNPJ: 27.532.571/0001-23
Contatos: (21) 2262-9543 | E-mail: 3ord@3ord.com.br

DATA DA CERTIDÃO: 19/04/2022 **RECIBO: 532840/2022** **FUNCIONARIO: LUIZ**

Nº SEDE: 0903231462 | 8311112/2022 **Nº E-CARTORIO: 20224141303160**

Valores detalhados do Ato

N° ATO	SELO	SERVIÇO	EMOLUMENTOS	LEI 6.370/2012	FETJ	FUNDPERJ	FUNPERJ	FUNARPEN	LEI 7.128/2015
20224144209428	EEDD 046932 OJR	C	R$ 97,14	R$ 0,98	R$ 19,42	R$ 4,85	R$ 4,85	R$ 3,88	R$ 5,16

Valor Certidão: R$ 136,28

4º Ofício do Registro de Distribuição

CERTIDÃO MODELO ESPECIAL DE FALÊNCIA

DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE À LICITACAO

E2071167

20224144209429

Emolumentos:Tab 16 Item 01 R$47,84Tab 19 Item 08 R$49,30 (FETJ) R$:19,42 (FUNPERJ) R$:4,85 (FUNDPERJ) R$:4,85 (FUNARPEN) R$:3,88 (CG - PORTARIA 17/13) R$:0,98 (I.S.S.Q.N.) R$:5,16 = Total R$:136,28

4º Ofício do Registro de Distribuição

Rua do Carmo, 8 - 3º andar

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Filho
Titular

Hermes Valverde da Cunha Vasconcellos Netto
Substituto do Titular

O OFICIAL REGISTRADOR DO 4º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADO NA FORMA DA LEI,

ANDREA
(1)
19/04/2022

C E R T I F I C A

folha: 1
13:55:38
ECM51307

e DÁ FÉ QUE, ao verificar os livros e/ou assentamentos de seu Serviço Registral, relativos a feitos em curso ou andamento, no periodo requerido, no que concerne aos assuntos abaixo:

I - Ações de FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresariais;

II - Inqueritos Judiciais Falimentares ou falências dolosas as varas criminais ou outras (art. 186 da Lei de Falências);

III - INTERDIÇÃO e/ou INDISPONIBILIDADE de BENS, previstas pela lei nº 6024 de 13/03/1974, que trada da intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras pelo Banco Central do Brasil ou Ministerio da Fazenda;

IV - INVENTÁRIOS, TESTAMENTOS, ARROLAMENTOS, ARRECADAÇÕES, ADMINISTRAÇÕES PROVISÓRIAS, TUTELAS, INTERDIÇÕES, CURATELAS, DECLARAÇÕES de AUSÊNCIA e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões afetos a este Ofício;

V - Ações distribuídas às varas da infância, da juventude e do idoso, mencionadas no parágrafo primeiro e terceiro do artigo 33 desta Consolidação, desde:

DEZOITO DE ABRIL DE DOIS MIL E DOIS xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx ate DEZOITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx que dele (s) NADA CONSTA contra o (s) nome (s) de ***TIM S/A xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx*** CNPJ:02.421.421/0001-11// CERTIFICA entretanto que CONTRA o (s) nome (s) de / ***TIM xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx*** CNPJ :04.206.050/0001-80 CONSTA O SEGUINTE --> 5 VARA EMPRESARIAL DISTRIBUIDA EM 17/02/2016 E REGISTRADA EM 18/02/2016 CLASSE: Acao Civil Publica ASSUNTO: Prestacao de Servicos / Direito Civil; Antecipacao de Tutela E/ou Obrigacao de Fazer Ou Nao Fazer Ou Dar A REQUERIMENTO DE PROTESTE ASSOCIACAO BRASILEIRA DE DEFESA DO CONSUMIDOR ONDE CONSTA COMO REU, - ENDERECO:AVENIDA GIOVANNI GRONCHI 714 - VILA ANDRADE - SAO PAULO - 5724006 (ANOTADA A MARGEM DO REGISTRO EM 12/03/2019 - SUSPENSAO DE PROCESSO). CNJ: 0047753-86.2016.8.19.0001### REQUERIDA E EMITIDA EM 19/04/2022,RIO DE JANEIRO.////////////////////// FINALIDADE DECLARADA PELO REQUERENTE:LICITACAO. ******///////////////////

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EECM51307 IBL
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

- A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página https://validador.e-cartoriorj.com.br

- A certidão eletrônica estará disponível para download no site https://e-cartoriorj.com.br pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.
- Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartoriorj, disponível na apple store ou Google Play.
- Provimento CGJ nº89/2016 regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.

9222746269473001

CERP: db9ab0ef-5904-46b1-be0b-102012f6c6b5

CONFERIDO POR:MARCOS DA SILVA

Para baixar o recibo acesse https://www.4distribuidor.com.br/#recibo e informe o código: 3E10EF9D52D889C5F8D20725E6D1571C

F8071167

RCPN

Nº do Pedido:
20224144209430

CERP:
894d3c91-bcfa-48bd-a976-4b84fdca0b01

Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartoriorj, disponível na apple store ou Google Play

CERTIDÃO INTERDIÇÃO E TUTELA

CERTIDÃO NEGATIVA

JÚLIO CESAR MACEDÔNIO BUYS II, Titular do 1º RCPN da Cidade do Rio de Janeiro, com atribuição de interdições e tutelas. CERTIFICA que revendo os livros competentes da capacidade jurídica, dos mesmos **NADA CONSTA** com referência às interdições previstas nos artigos 1.767 e 1.779 do Código Civil Brasileiro, desde vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, data da instalação deste Cartório, até a presente data; CERTIFICA ainda que **NADA CONSTA** com referencia à tomada de decisão apoiada (art. 1.783- A, do Código Civil); CERTIFICA ainda que **NADA CONSTA** com referência à Ausência, artigo 22 do Código Civil Brasileiro, desde vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, data da instalação deste Cartório, até a presente data; CERTIFICA mais que **NADA CONSTA** com referência às Interdições Comerciais (Decreto Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 - Lei de Falências, atual lei nº 11.101, de 09 de Fevereiro de 2005, até a presente data); CERTIFICA também que **NADA CONSTA** com referência às interdições de direito (Artigo 92 - incisos I, II e III) conforme dispõe o Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal), desde 20 anos retro, até a presente data; CERTIFICA mais que **NADA CONSTA** com referência à Insolvência Civil, (Artigos 748 e seguintes da Lei 5.869, de 11 de Janeiro de 1973 - Código de Processo Civil Brasileiro, até a presente data); CERTIFICA finalmente que **NADA CONSTA** com referência à Indisponibilidade de Bens nos termos de que dispõe a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974 que trata da Intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central do Brasil ou Ministério da Fazenda, até a presente data contra o nome **TIM S.A, CPF/CNPJ 02.421.421/0001-11**. O referido é verdade e dou fé. Cidade de Rio de Janeiro,aos dezenove (19) dias do mês de abril (4) de dois mil e vinte e dois (2022). Emolumentos: Tab.21 Item I + (6x) + Tab.16 Item 4 + FUNARPEN 4% + FETJ 20% + FUNDPERJ 5% + FUNPERJ 5% + ISS - TOTAL R$ = 176,46. Eu, Elenice Araújo da Silva - Mat. 94-1741, assino.

Finalidade: Licitacao

A PRESENTE CERTIDÃO NÃO PODE SER MATERIALIZADA POR SERVIÇO EXTRAJUDICIAL, EM RESPEITO AO PROVIMENTO CNJ 46/2015, AO PROVIMENTO CGJ-RJ 37/2013 E À NOTA INTEGRANTE 28, DA TABELA 22 DA LEI 3.350/1999, INSERIDA PELA LEI 7.128/2015

1º RCPN e de interdições e Tutelas do Estado do Rio de Janeiro
Oficial Registrador: JÚLIO CESAR MACEDÔNIO BUYS II
Município: RIO DE JANEIRO/RJ
Praia da Olaria, nº 155, Cocotá, Ilha do Governador
Site: cartoriocandelaria.com.br
Telefone: (21) 3386-1504
Email: atendimento@ 1rcpn.com.br

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EECL27382-EGI
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página http://validador.e-cartoriorj.com.br
A certidão eletrônica estará disponível para download no site http://e-cartoriorj.com..br pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.

Provimento CGJ nº 89/2016,regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro

F8071157

N.º do Talão:1854121 CERP:19387220-d0b0-4e08-aa98-b6e1c7b06dc4

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE INTERDIÇÕES E TUTELAS
OFICIAL: **MARIA DA GLÓRIA MARTINS DE CARVALHO**
SUBSTITUTOS: **ROBSON CARVALHO FILGUEIRAS**
EUGÊNIO BUZHAR GERAISSATI
MARCUS FERNANDO M. A. BRANDÃO
Rua da Assembléia, 19 - 9º andar - Centro - Tel.: 2533-1424 - CEP:20011-001

CERTIDÃO

M.ª. DA GLORIA MARTINS DE CARVALHO, Oficial do Segundo Ofício do Registro de Interdições e Tutelas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
CERTIFICA que revendo os livros competentes da capacidade jurídica sob a guarda deste serviço, desde a instalação do mesmo em vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, NADA CONSTA na presente data, com referência as interdições previstas nos artigos 1.767 e 1.779 do Código Civil Brasileiro; CERTIFICA, ainda, que revendo os mesmos livros sob a guarda deste serviço, desde a instalação do mesmo, NADA CONSTA na presente data, com referência a Ausência, artigo 22 do Código Civil Brasileiro; CERTIFICA mais que, revendo os mesmos livros, NADA CONSTA em nossos arquivos, na presente data, em relação aos registros de Tomada de Decisão Apoiada (artigo 1.783-A do Código Civil Brasileiro); CERTIFICA, mais, que NADA CONSTA na presente data, com referência as Interdições Comerciais (Decreto Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 e a atual Lei nº 11.101/2005 - artigo nº 99 - 09 de fevereiro de 2005); CERTIFICA também, que observados os últimos 20 anos, NADA CONSTA na presente data, com referência as Interdições de Direito (artigo 92 - incisos I, II, III do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro); CERTIFICA, outrossim, que NADA CONSTA na presente data, com referência a Insolvência Civil (artigos 748 e seguintes da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil Brasileiro); CERTIFICA, finalmente, que em nossos arquivos iniciados em 13 de março de 1974 NADA CONSTA na presente data, com relação a Indisponibilidade de Bens, arrestos, sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, CONTRA O NOME: **TIM S.A-CNPJ: 02.421.421/0001-11.** O referido é verdade e dou fé. Cidade do Rio de Janeiro, dezenove de abril de dois mil e vinte e dois. TAB_6_L= R$36,40+ TAB_6_BUSCA= R$77,49+ TAB_1_4= R$12,84= EMOL.: R$126,73+ FETJ: R$25,34+ FUNDPERJ: R$6,33+ FUNPERJ: R$6,33+ FUNARPENRJ: R$5,06+ PROVIMENTO 12/2016 (ISS):R$6,67= TOTAL = R$176,46. Eu EUGENIO BUZHAR GERAISSATI, Substituto Legal - Cadastro:94-14921 assino pelo Oficial.

Finalidade: LICITACAO

MATRÍCULA: 0933690155 0000 9 00000 000 0000000 41

Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartoriorj, disponível na apple store ou Google Play.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EECU 11778 XWI
Consulte a validade do selo em:
https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página http://validador.e-cartoriorj.com.br
A certidão eletrônica estará disponivel para download no site http://e-cartoriorj.com.br pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.
Provimento CGJ nº89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA, RASURA OU IMPRESSÃO INCLUSIVE NO VERSO POSSUI SEM CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE

PREVENHA-SE CONTRA O CÂNCER

BUSCA PROCEDIDA POR JULIA HENRIQUES DE SOUZA